

**O Arquivo da Casa de Belmonte, séculos XV-XIX: Identidade,
gestão e poder.**

**Maria João d'Orey de Figueiredo Cabral da Câmara
Andrade e Sousa**

**Tese de Doutoramento em História
(Área de Especialização: Arquivística Histórica)**

Julho 2017

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

O Arquivo da Casa de Belmonte, séculos XV-XIX: Identidade, gestão e poder.

Maria João d'Orey de Figueiredo Cabral da Câmara Andrade e Sousa

Tese de Doutoramento em História
(Área de Especialização: Arquivística Histórica)

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História, área de especialização Arquivística Histórica, realizada sob a orientação científica de Professora Doutora Maria de Lurdes Rosa e co-orientação do Professor Doutor Pedro Cardim.

Esta tese foi concluída com o apoio financeiro do CHAM - Centro de Humanidades (FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores), através do projecto estratégico UID/HIS/04666/2013, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia através de uma Bolsa de Investigação Anual (2016/2017).

DECLARAÇÃO

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente.
O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas
no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,



Lisboa, 18 de julho de 2017

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a
designar.

O(A) orientador(a),

17amadeirap20 

Lisboa, 18 de julho de 2017

À memória do meu Pai

No figueiral figueiredo
a no figueiral entrey,
feis niñas encontrara
feis niñas encontrey,
para ellas andara
para ellas andey,
lhorando as achara
lhorando as achei,
logo lhes pefcudara
logo lhes pefcudei,
quem las mal tratara
y a tão mala ley.
No figueiral figueiredo
a no figueiral entrei,

Vna reprecara
infançon nom sey,
mal ouueffe la terra
que tene o mal Rey,
feu las armas vñara
y a mim fee nom sey.
Se hombre a mim leuara
de tão mala ley,
A Deos vos vayades
Garçom ca nom sey
fe onde me falades
mais vos falarei.
No figueiral figueiredo
a no figueiral entrei.

Eu lhe reprecara
a mim fee nom irey,
ca olhos deffa cara
caros los comprarey,
a las longas terras
entras vos me irey,
las compridas vias
eu las andarei,
lingoa de arauias
eu las falarei.
Mouros fe me vißem
eu los matarei.
No figueiral figueiredo
a no figueiral entrey.

Mouro que las goarda
cerca lo achei,
mal la ameaçara
eu mal me anogei,
troncom desgalhara
troncom desgalhei,
todos los machucara
todos los machuquei,
las niñas furtara
las niñas furtei,
las que a mim falara
nalma la chantei.
No figueiral figueiredo
a no figueiral entrei

Frei Bernardo de Brito, *Monarquia Lusitana*,
Livro VII, Cap. IX, 2ª parte; p. 1

AGRADECIMENTOS

É longo o caminho percorrido desde o início desta investigação até ao presente trabalho: os anos que tenho dedicado ao Arquivo da Casa de Belmonte são já mais de vinte. A decisão de estudar o arquivo em si mesmo e não os seus conteúdos, surgiu após um workshop sobre Arquivos Familiares ocorrido em 2008. Nesse momento, de viragem diria eu, assumi plenamente o grande interesse do estudo destes arquivos para a História. E por isso é preciso agradecer em primeiro lugar à minha orientadora, a Professora Doutora Maria de Lurdes Rosa, cuja orientação, clara, firme, minuciosa e sempre presente, constituiu o verdadeiro sustentáculo deste trabalho. Um feliz reencontro trouxe-nos até aqui. Depois, ao Professor Doutor Pedro Cardim, co-orientador, familiarizado com a história da linhagem que produziu o arquivo, já havia orientado uma parte importante dos meus estudos, nos quais o arquivo foi sempre a pedra de toque.

No CHAM, agradeço ao então coordenador do grupo *Configurações Políticas e Institucionais*, Professor Doutor João Figueirôa-Rêgo, cujo apoio incondicional e grande estímulo dado à minha investigação foram fundamentais. Agradeço-lhe a oportunidade que me deu. À Maria Dávilla agradeço a sua atenção para comigo. Ainda ao CHAM, na pessoa do Professor Doutor João Paulo Oliveira e Costa e na de todos os que nele trabalham. Foi com grande orgulho que pude ser representante deste Centro nos vários projectos nacionais e internacionais em que participei. Agradeço ao Institute for Advanced Study (Princeton) na pessoa de Patrick J. Geary, pela oportunidade que me deu de participar num workshop num dos mais reputados institutos americanos. A Véronique Lamazou-Duplan e a toda a equipa do projecto ARCHIFAM que me permitiu, ao longo de dois anos (2013/2015), conhecer a realidade dos Arquivos de Família no exterior e, simultaneamente, colaborar na divulgação do que se faz em Portugal nesta área. Ainda a toda a equipa do *Invent.ARQ*, que inclui alguns dos meus colegas, Alice Gago, Filipa Lopes que, além de um olhar atento sobre os inventários de Arquivos de Família, contribuiu para aprofundar os conhecimentos sobre o funcionamento da base de dados que utilizo nesta tese. Do grupo de arquivistas/historiadores da Universidade Nova, não posso deixar de mencionar a Ana Cortez de Lobão, a Assunção Júdice, o Bruno Cordovil, a Joana Peres, a Judith Gutierrez de Armas, a Patrícia Marques e a Sónia Henrique. Todos eles estiveram presentes nesta tese com o seu apoio, com muitas trocas de impressões e sempre com uma palavra amiga. Aqui deixo ainda um agradecimento muito especial à Rita Sampaio da Nóvoa (que embarca agora na maior aventura da sua vida!) e à Margarida

Leme em cujos saber e amizade encontrei permanentemente o bálsamo de sentir que não estava sozinha. A todos desejo os maiores sucessos nas suas investigações.

À Filipa Marques de Sousa colega com quem troquei muitas informações e que me deu uma imensa ajuda na identificação dos trâmites comerciais da família e na transcrição e sistematização de uma parte da documentação deste arquivo. Com ela troquei muitas informações e documentos. Foi um caso em que se verificou a utilidade, actualidade e necessidade da documentação que se encontra em Arquivos Familiares para que a História seja mais completa e a sua narrativa mais fiel. Desejo-lhe também um bom trabalho, sabendo com satisfação que os documentos que lhe dei lhe serão úteis.

Agradeço ainda ao Professor Doutor Armando Malheiro da Silva pela sua disponibilidade para discussão de ideias e esclarecimento de muitas dúvidas. Ao Professor Doutor Nuno Gonçalo Monteiro pelas informações que me prestou e ao Professor José Antonio Guillén Berrendero pelo envio do texto de uma conferência. A Luiz Walter Coelho Filho, estudioso da Capitania de Ilhéus da Bahia, pelo envio de dois livros sobre a mesma capitania. Ao Sr. João Luís Francisco pelos dados que me forneceu sobre a Encarnação e ao Sr. Aires Coelho, pelos dados que me facultou sobre Belmonte. Ao Ricardo Naito, agradeço o pronto auxílio informático. À Margarida Andrade e Sousa a tradução do resumo e à Joana Ribeiro da Câmara a revisão atenta.

Neste caminho ocorreu a morte de duas pessoas que conheciam bem este acervo: o Professor Luís de Mello Vaz de Sampayo e o meu Pai. O Professor Luís de Mello Vaz de Sampayo ensinou-me muito com as suas observações sobre a História e a importância do rigor na investigação. O tempo não chegou para mais, como ele me avisou tantas vezes. O meu Pai, cuja morte mudou o meu mundo e esvaziou a Casa, tinha um enorme conhecimento e uma profunda afeição pelo arquivo e a ele se deve a conservação da documentação, como veremos neste trabalho. A imensa saudade é compensada pela feliz recordação do muito tempo que estivemos juntos à volta dos documentos, a decifrá-los, a arrumá-los, a conversar sobre as venturas e desventuras dos nossos antepassados. Se eu pude estudar este acervo a ele o devo.

Agradeço do fundo do coração à minha Mãe e aos meus irmãos, pela confiança que depositaram em mim, permitindo que tomasse decisões sobre o espólio que hoje é de todos. Agradeço tanto ao meu marido e aos meus filhos. Os cinco merecem (muito) que termine esta tese! Finalmente, agradeço a Deus: a Ele devo tudo o que sou.

Lisboa, 18 de Julho 2017

O Arquivo da Casa de Belmonte, séculos XV-XIX: Identidade, gestão e poder.

MARIA JOÃO DA CÂMARA ANDRADE E SOUSA

RESUMO

A presente tese estuda o Arquivo da Casa de Belmonte que se compõe de cerca de 30 metros lineares de documentação. O núcleo mais antigo deste arquivo foi produzido e conservado pela linhagem dos Figueiredos ligando-se ao seu percurso desde finais do Quatrocentos. Os objectivos principais são a compreensão da produção documental da linhagem dos Figueiredos entre o final do século XV e a primeira metade do século XIX e dos dinamismos que levaram à criação, produção e manutenção do Arquivo da Casa de Belmonte. Identificando os contextos que estiveram na génese deste arquivo, pretendemos apreender a(s) forma(s) e o(s) intuito(s) de utilização da documentação, identificando as intertextualidades que contém e tentando compreender a relação da linhagem com os seus documentos e de que forma o arquivo contribuiu para a sua consolidação. Fá-lo-emos num plano interdisciplinar em que aliaremos a História e a Arquivística e, para atingir estes objectivos, dividimos o trabalho em três partes principais. Na primeira, daremos conta dos suportes teóricos que guiaram o nosso estudo, sobretudo no que diz respeito aos paradigmas actuais da Arquivística Histórica, à História da Nobreza em Portugal e ao conhecimento que existe hoje sobre Arquivos de Família nas suas especificidades. Terminamos esta parte com a explanação global sobre a família que produziu o arquivo. Na segunda parte esclareceremos a história custodial do acervo e explicaremos como constituímos o *corpus* analítico a partir da existência de dois inventários conservados no Arquivo da Casa de Belmonte e da consulta das Chancelarias Régias, Corpo Cronológico e Registo Geral de Mercês. Na terceira parte será explicada a representação arquivística a partir de um quadro orgânico e de um quadro de classificação. Daqui partiremos para a análise da produção e usos da documentação por geração e por produtor. A análise aprofundada dos dois inventários conservados no Arquivo da Casa de Belmonte permitiu compreender os vários instrumentos de recuperação da informação. Terminamos com um capítulo de reflexão sobre o efeito do arquivo na consolidação da família/Casa e um epílogo em que se pretende reflectir sobre valorização, divulgação e disponibilização de Arquivos de Família.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivos Familiares; Arquivística Histórica; História da Família; História Social; História da Nobreza; Arquivo da Casa de Belmonte.

The Archive of The House Of Belmonte, 15th-19th Centuries: Identity, Administration, and Power.

MARIA JOÃO DA CÂMARA ANDRADE E SOUSA

ABSTRACT

This thesis studies the Archive of the House of Belmonte. The oldest core of this archive was produced and preserved by the lineage of the Figueiredo family, becoming attached to their path since late fifteenth century. The main purposes are the understanding of the documental production and the dynamisms that led to the documental production of the lineage of the Figueiredo family, between the end of the 15th century and the first half of the 19th and to the creation, production and preservation of the Archive. By identifying the contexts in the origin of this archive, the intention is to seize the way(s) and motivation(s) for the use of the documentation, to identify the intertextualities in it, and to understand the relation between the lineage and its documents. This is done in an interdisciplinary plan in which History and Archival Science are combined. The work is divided in three main parts: the first part presents the theoretical support that guides this study, mainly in terms of the current paradigms of the Archival Science, the Nobility History in Portugal, and the current knowledge about Family Archives in its specificities. The second part focuses on the clarification of the custodial history of the archive and the explanation of how the analytical *corpus* was shaped, through the existence of two inventories preserved in the Archive of the House of Belmonte and the consultation of the Royal Archive's fonds (Chancelarias Régias; Corpo Cronológico; Registo Geral de Mercês). The third part explains the archival representation and is focused in the analysis of the production and uses of documents. The further analysis of the two inventories preserved in the Archive of the House of Belmonte enabled the understanding of the various information recovery tools. The work is finalized with a reflection about the effect of the archive in the consolidation of the family/House and an epilogue that intends to reflect about the appreciation, dissemination, and availability of Family Archives.

KEYWORDS: Family Archives; Archival History; Family History; Social History; History of Nobility; Archive of Casa de Belmonte.

ÍNDICE

Introdução.....	13
------------------------	-----------

PARTE I – ARQUIVOS DE FAMÍLIA E HISTÓRIA DA NOBREZA NA ÉPOCA MODERNA

1. A Arquivística Histórica: novos paradigmas e perspectivas actuais.....	18
2. Nobreza, Casa, Família, Arquivos: breve(s) estado(s) da questão.....	30
2.1. A Família nobre de Antigo Regime. Valores sócio-culturais: património, linhagem, Casa.....	34
2.2. A constituição, produção, posse de um arquivo.....	39
2.3. Funções práticas de um arquivo familiar. Propriedade, estatuto social, identidade, memória.....	41
3. A família Figueiredo Cabral da Câmara: apresentação global.....	45

PARTE II – HISTÓRIA(S) DE UM ARQUIVO E CONSTITUIÇÃO DE UM CORPUS ANALÍTICO DA PRODUÇÃO DOCUMENTAL

1. História custodial do acervo actual.....	53
2. Constituição do <i>corpus</i> analítico.....	86

PARTE III – A PRODUÇÃO E USOS DA INFORMAÇÃO PELA FAMÍLIA/CASA

1. A reconstituição orgânica da produção de informação: representação por sistemas familiares e por geração.....	107
1.1. Opções.....	109
1.1.1 Sistema (SI).....	111
1.1.2 Subsistemas (SS)	113
1.1.3 Secções (SC)	114
1.1.4 Subsecções (SSC)	114
1.1.5 Limites cronológicos.....	115
1.2. Quadro Orgânico-Funcional do Arquivo da Casa de Belmonte.....	116
1.3. Quadro de Classificação do Arquivo da Casa de Belmonte.....	117
1.3.1 Notas Biográficas dos produtores do Arquivo da Casa de Belmonte....	118
1.4. A base de dados em <i>AtoM</i>	135
1.4.1 Preenchimento da base de dados.	137
1.4.2. Introdução de descrições arquivísticas na base de dados <i>AtoM</i>	139

2. Práticas de produção, uso, conservação e de recuperação documental.....	140
2.1. Produção e uso.....	140
2.2. Conservação e recuperação.....	218
2.2.1. As Arqueologias possíveis.....	220
2.2.2. O Tombo de 1722.....	234
2.2.2.1. As gavetas.....	243
2.2.3. Entre tombos. Traços de uma construção.....	248
2.2.4. O Tombo de 1807.....	258
3. Para uma história social do Arquivo: balanço dos efeitos na estruturação/ estratégia/ consolidação da família/Casa.....	278
Epílogo – Um futuro para o passado? Arquivos de Família na era digital: valorização, divulgação, disponibilização.	286
Conclusão	293
Fontes	297
Bibliografia	299
Anexos	321
Índice de Anexos	322

LISTA DE ABREVIATURAS

ACBL - Arquivo da Casa de Belmonte

TAD - Tabela Analítica de Documentação

ANTT - Arquivo Nacional Torre do Tombo

V. - Ver

p. – página

fl. -fólio

n.a. - não aplicável

s.d. - sem data

s.l. - sem local

n. – nascimento

m. - morte

c. - cerca de

cf. - conforme

ed. /eds. - editora/ editores

coord./coords. - Coordenador/ coordenadores

org./orgs. - Organizador/ organizadores

INTRODUÇÃO

A abolição do Antigo Regime no século XIX trouxe consigo a desvinculação das propriedades e esta resultou, em muitos casos, no desmantelamento dos Arquivos Familiares. As mudanças na natureza jurídica da propriedade permitiram o seu destacamento do quadro jurídico do morgadio e esta é uma das chaves para explicar a desagregação de muitos Arquivos Familiares. A venda ou divisão das propriedades entre os herdeiros levou à divisão dos respectivos documentos, à sua venda ou até destruição. Mas alguns destes arquivos ainda se mantêm no local de produção, na posse da mesma família, atravessando os séculos, ultrapassando todas as vicissitudes. São memórias ainda hoje cuidadas e transmitidas de pais para filhos, imersas no parentesco, em locais e em ambientes culturais próprios. É o caso do Arquivo da Casa de Belmonte.

Após anos de estudo sobre a família que produziu este arquivo colocou-se-nos, de forma cada vez mais premente, a interrogação sobre a sua própria existência e assim formulámos a questão de partida para o nosso trabalho: por que razão, de que forma, e em que circunstâncias este acervo chegou aos nossos dias? Partindo do princípio que o processo de arquivamento é passível de ser estudado, o objectivo deste trabalho é, pois, o estudo da produção documental da linhagem dos Figueiredos entre 1460 e 1840 e a compreensão dos dinamismos que levaram à criação, produção e manutenção do Arquivo da Casa de Belmonte. Para isso foi necessário o cruzamento dos meios e dos saberes da Arquivística e da História e é na complementaridade destes dois campos do saber que enquadrámos a nossa dissertação. Esta multidisciplinaridade permite-nos conhecer e estabelecer as relações que existiram entre documentos, produtores e entidades produtoras, proporcionando uma compreensão mais completa e aproximada dos contextos de produção, de desenvolvimento e de conservação documental e, portanto, um conhecimento mais aprofundado do arquivo e da sua centralidade no processo histórico desta linhagem.

O facto de sermos co-proprietários deste acervo, leva-nos a posicionarmo-nos cuidadosamente relativamente à investigação que pretendemos fazer, elaborando uma dissertação com bases científicas, mas ao mesmo tempo não descurando o facto de sermos um observador “interno”. Na medida em que nos encontramos numa posição invulgar, assumimos plenamente a nossa circunstância, a qual nos obriga ao mesmo cuidado e rigor na análise que teríamos em qualquer investigação. Por outro lado, poderemos considerar

esta condição uma mais-valia, já que, entre outras vantagens, ela levou a que houvesse acesso total ao acervo o que proporcionou um conhecimento profundo da documentação que nos permitiu, por sua vez, estabelecer facilmente relações entre a documentação, os seus produtores e as propriedades. Os locais, os objectos, as histórias e tradições familiares, as memórias próprias ou aquelas que foram transmitidas através das gerações ou vivenciadas por nós, permitiram-nos, também elas, reconstituir a história do arquivo. Diríamos que esta circunstância nos proporciona uma espécie de visão “interna” do nosso objecto de estudo e, apesar disso, ou por causa disso, desejamos frisar que, além do rigor que habitualmente nos impomos, procedemos, sempre que possível, à ratificação das análises feitas à documentação deste arquivo com a consulta de documentação complementar em fundos públicos, como se pode verificar ao longo deste trabalho.

Para levar a cabo o presente estudo foi necessário fazer algumas escolhas. As balizas cronológicas em que enquadrámos a presente dissertação vão da década de 60 do século XV, data do primeiro documento descrito num dos inventários conservados na família, até ao ano de 1840, data da morte do último membro do casal que viveu a transição do Antigo Regime para o Liberalismo. Devido à dimensão do acervo (cerca de trinta metros lineares), e porque nos pareceu importante fazer o estudo na longa duração, tivemos de restringir o nosso objecto de análise à produção documental de uma única linha genealógica, a dos Figueiredos que, na sucessão contínua das gerações, produziu e acumulou documentação. Ficou assim excluída a descrição e o estudo de todos os subsistemas incorporados no arquivo e toda a documentação produzida após 1840 até à actualidade.

O nosso trabalho está estruturado em três partes principais. A primeira parte será dedicada ao enquadramento teórico da nossa tese e nela abordaremos as questões que envolvem a Arquivística Histórica e os seus paradigmas actuais. Será ainda feita uma pequena explanação sobre alguns aspectos principais e recentes estudos sobre a Nobreza, a Casa, a Família e os Arquivos, englobando problemáticas como os valores identitários da nobreza, a constituição e posse de um arquivo e as suas funções práticas. Terminamos esta primeira parte com uma primeira perspectiva da família produtora deste arquivo, de modo a que, familiarizados com o percurso geral da mesma, possamos seguir numa segunda parte, a história custodial deste acervo.

Na segunda parte será, pois, feita a história custodial do Arquivo da Casa de Belmonte cuja reconstituição foi feita com base nos elementos recolhidos na

documentação, mas também recorrendo às memórias familiares e a relatos de alguns parentes. Será depois apresentada a constituição do *corpus* analítico sobre o qual trabalhámos. A base deste *corpus* é a existência de dois tombos produzidos num intervalo de cerca de cem anos e a comparação entre os registos de ambos e a documentação conservada. Como veremos, foi igualmente integrada neste *corpus* a documentação produzida pelos Figueiredos que identificámos em alguns arquivos externos. Assim se validaram algumas das análises feitas, mas também se colocaram questões anteriormente ignoradas, como veremos.

A terceira parte do estudo debruça-se sobre a produção e os usos da informação pela família. Dentro desta parte um primeiro capítulo será dedicado à documentação conservada no acervo e à reconstituição orgânica da produção de informação por gerações e por produtores. Definidas, fundamentadas e justificadas as opções tomadas, é apresentado um Quadro Orgânico-Funcional do acervo actual seguido de um Quadro de Classificação do mesmo. Para que se proceda a uma identificação mais completa dos produtores, segue-se imediatamente ao Quadro de Classificação, uma pequena nota biográfica de cada um desses produtores. O primeiro capítulo desta terceira parte termina com a apresentação da base de dados *AtoM*. Aqui é feita uma explanação sobre a forma de preenchimento e justificados os limites da mesma.

O segundo capítulo da terceira parte debruça-se sobre as práticas de produção, uso, conservação e recuperação documental no Arquivo da Casa de Belmonte. Não foi considerada aqui apenas a conservação, mas também a produção documental total dos Figueiredos. Dentro deste capítulo é apresentada, no ponto 2.1. a produção documental por geração e por produtor. Aqui a intenção foi compreender as tendências gerais de produção e ligá-las aos seus contextos, indicando documentos representativos, ilustrando os usos da documentação em benefício próprio, em contextos históricos determinados, em defesa e salvaguarda dos bens e do poder económico familiar. Neste ponto são também indicados alguns exemplos de documentos - ou conjuntos documentais - significativos e são identificadas e, sempre que possível, explicadas algumas ausências.

O ponto 2.2 é dedicado à conservação e recuperação documental praticada pela linhagem dos Figueiredos. Aqui foram estudados os dois inventários que se conservaram no arquivo, mas também os elementos com os quais pudemos reconstituir algumas das práticas arquivísticas desta linhagem. Foram feitas as arqueologias possíveis deste acervo e foram considerados dois documentos que nos permitiram compreender a forma como

foram construídos e utilizados os inventários. Com a análise destes dois inventários pretendemos compreender, além das práticas arquivísticas dos Figueiredos, as transformações sofridas pelo arquivo ao longo do tempo.

A parte III encerra com a explanação sobre a forma como o arquivo contribuiu para a estruturação e estratégias de consolidação da família e da Casa dos Figueiredos. O mesmo é dizer que tentaremos compreender em que medida a produção, constituição e conservação do arquivo foi relevante ou determinante no percurso da linhagem.

Terminamos com um epílogo em que faremos uma curta reflexão sobre o futuro dos Arquivos Familiares, partindo do pressuposto de que estes são um património em risco. Discutiremos a patrimonialização dos Arquivos de Família e abordaremos resumidamente em que moldes pode ser concebida a sua valorização recorrendo, entre outros, às possibilidades que a WEB 2.0 oferece.

PARTE I - ARQUIVOS DE FAMÍLIA E HISTÓRIA DA NOBREZA NA ÉPOCA MODERNA

“Esto solo cuidó mi padre directamente: hacer de mí su heredero. Me hablaba de su sangre y de su casta como de un cuerpo grande contra el que la muerte no había podido, como de un ser plural, eminente y distinguido, al que él y yo pertenecíamos y en cuya participación hallábamos lo mejor de nosotros mismos; un ser exigente, representado por el nombre y que con él daba una ley hecha de vetos. “Por ser quien eres, sólo por ser quien eres, no puedes hacer esto, ni esto, ni esto otro. Por ser quien eres, por ser Tenorio”.

Gonzalo Torrente Ballester, in *Don Juan*

Expostos que foram os objectivos deste trabalho, passaremos agora ao enquadramento teórico da presente investigação. Não é nossa intenção levar a cabo uma explanação exaustiva do estado da arte, mas antes uma apresentação dos estudos e das reflexões mais recentes e significativas, quer ao nível historiográfico, quer ao nível arquivístico. Após esta advertência prévia faremos uma exposição em três capítulos: no primeiro debruçamo-nos sobre os novos paradigmas e perspectivas actuais da Arquivística Histórica, a partir das transformações que, quer a arquivística, quer a história sofreram nos últimos anos e que levaram, entre outros, à valorização do arquivo como objecto de estudo em si mesmo. Do (re)surgimento do interesse por arquivos criados à margem das instituições estatais, como os Arquivos de Família, emergiram vários estudos centrais a que aludiremos. Intimamente ligada com o nosso objecto de estudo, no segundo capítulo, abordaremos a questão da nobreza e dos valores que a moldaram no Antigo Regime: o património, a linhagem, a Casa. A partir desta análise faremos ainda uma explanação sobre a constituição, produção e posse de um arquivo e sobre as suas funções práticas, convocando para o debate temas que a ele se ligam, como a memória e a identidade familiar. Terminaremos esta primeira parte apresentando a família Figueiredo Cabral da Câmara, produtora do Arquivo da Casa de Belmonte¹, enquadrando-a dentro do grupo nobiliárquico e explicando brevemente a sua evolução.

¹ Doravante designado pela sigla ACBL.

1. A Arquivística Histórica: novos paradigmas e perspectivas actuais.

Arquivar é uma actividade que condiciona as leituras que fazemos do passado e o acto de arquivar – e sobretudo o de avaliar – é um acto produtor de informação em si mesmo, uma vez que nele intervém a escolha e a possibilidade e estas conferem um sentido e um significado que são, em si mesmas, construtoras da (futura) memória social². Cada interacção, cada intervenção, interrogação ou interpretação feita pelos produtores, utilizadores ou arquivistas é hoje vista por investigadores de renome como Eric Ketelaar, como uma activação do documento depositado num arquivo. Esta constatação deriva do facto de que as leituras/usos que possamos fazer hoje de um documento não são necessariamente as mesmas que os nossos antepassados fizeram nem serão aquelas que os nossos descendentes possivelmente farão³. Estamos, portanto, longe do paradigma historicista em que o documento existia apenas no momento da sua produção e no momento da sua recuperação pelo historiador, e esta alteração de conceitos provocou uma mudança profunda: o Arquivo transpôs o estatuto de “fonte” transformando-se ele mesmo num objecto de estudo e de investigação⁴. Nesta acepção, quando falamos em documentos, acervos, textos, materiais, produção, conservação, avaliação e organização de arquivos, quando analisamos todas estas etapas, todos estes agentes, compreendemos que estes processos podem e devem ser passíveis de ser estudados e são tudo menos naturais, mas antes, literalmente, construídos⁵.

Se é um dado aceite que as molduras que enformam quer a Arquivística quer a História se alteraram profundamente nos últimos anos, podemos questionar-nos: o que mudou na comunidade científica desde o final do século XX?

² COOK, Terry – “The Archive(s) Is a Foreign Country: Historians, Archivists, and the Changing Archival Landscape”. *The American Archivist*. [s.l.]. Vol. 74, n.º 2 (2011), p.600-632; MORSEL, Joseph - “Histoire ou passé ? L’archivage comme problème pour l’intelligence historique de la société médiévale”. *Archifam - Les archives de famille. Formes, histoires et sens d’une genèse (XIVe-XVIIe siècle)*. [Em linha]. 2013. [Consult. 2 Jan. 2017]. Disponível em https://www.casadevelazquez.org/fileadmin/fichiers/investigacion/Epoque_antique_medievale/2013-2014/Morsel_texteHistoire_ou_pass%C3%A9_4mars2013.pdf; ANHEIM, Étienne; PONCET, Olivier – “Fabrique des archives, fabrique de l’histoire”. *Revue de Synthèse*. [s.l.]. Vol. 125, n.º 1 (2004); KETELAAR, Eric – “Tacit narratives: The meanings of archives”, *Archival Science*. [s.l.]. Kluwer Academic Publishers: Vol. 1, n.º 2 (2001), p.137.

³ KETELAAR, Eric – “Tacit narratives...”, cit., p.137.

⁴ MORSEL, Joseph – “Histoire ou passé?...”, cit., p.3. MORSEL, Joseph – “Les sources sont-elles «le pain de l’historien»?”. *Hyphoteses*. [S.l.]. Publications de la Sorbonne, (2004), p. 281.

⁵ COOK, Terry – “The Archive(s) Is a Foreign Country...”, cit., p.538; MORSEL, Joseph - “Du texte aux archives : le problème de la source”. *Bulletin du centre d’études médiévales d’Auxerre - BUCEMA*. [s.l.]. Hors-série n.º 2 (2008), p.3;5; BURKE, Peter - “Overture: The New History, its past and its Future”, *New perspectives on historical writing*, 1995, 1-24.

Os historiadores e os arquivistas encontram-se num limiar que os tem distanciados e que foi apelidado como “Archival Divide” por Francis Blouin e William Rosenberg⁶. No momento actual, os arquivistas vêm-se envolvidos numa espécie de “agenda digital” que domina fortemente o seu discurso e acrescenta as exigências da sua profissão e os historiadores, levados por uma reconceptualização do processo histórico em si mesmo, alteraram e alargaram imensamente as categorias analíticas das quais partem, hoje, para as suas investigações. Embora o “Archival Divide” tenha distanciados, neste início do século XXI, os pontos de vista de historiadores e arquivistas e apesar dos grandes desafios que se colocam a ambos os profissionais, sobretudo no que diz respeito aos conhecimentos, utilização e domínio das novas tecnologias, permanece um ponto comum: o papel fundamental de uns e outros na criação de conhecimento histórico. Por essa razão quebrar este “Archival Divide” significa trazer os arquivos para o centro da investigação histórica e mais importante ainda, perante estes, alterar as perguntas e as respostas a formular⁷.

Com efeito, a História incorpora, hoje, um conjunto de reflexões inovadoras que permitem novas leituras do passado, dos seus actores e dos discursos sobre eles produzidos⁸. Da evocação mítica e heróica, como apoio ao discurso teórico da construção do Estado-nação oitocentista (apoiado maioritariamente nos chamados arquivos nacionais)⁹, a História tendeu para uma abordagem económico-social, serial, de grandes análises estruturais representada sobretudo pela chamada Escola dos *Annales* na segunda metade do século XX. Depois de décadas de desconstrução, a História, mais do que evocar ou descrever o passado, pretende hoje explicá-lo, incorporando espaços alargados e globais, temas variados, perspectivas, alternativas e explanações inovadoras, por vezes marginais, que incluem, não apenas o documento escrito “guardado no arquivo”, mas também a memória comum, a história oral, ou a chamada ‘cultura popular’, elementos até há pouco tempo totalmente afastados da narrativa histórica¹⁰.

⁶ BLOUIN JR., Francis X.; ROSENBERG, William G. - *Processing the Past: Contesting Authority in History and The Archives*. USA: Oxford University Press, 2011, p.208-215.

⁷ BLOUIN JR., Francis X.; ROSENBERG, William G. - *Processing the Past...*, cit., p.208-215.

⁸ ROSA, Maria de Lurdes - *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Lisboa: IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, p.16.

⁹ Ver sobre este tema, entre outros: GEARY, Patrick J. - *O Mito das Nações. A invenção do Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 2008; BERGER, Stefan - “The role of national archives in constructing national master narratives in Europe”. *Archival Science*. [s.l.]. Vol. 13, n.º 1 (2013), p.1-22.

¹⁰ MORSEL, Joseph - “Du texte aux archives...”, cit., p.3, 5; BURKE, Peter - “Overture: The New History, its past and its Future”. in BURKE, Peter (ed.) - *New Perspectives on Historical Writing*. [s.l.]: Pennsylvania State University Press, 1995. p.1-24; BASTIAN, Jeannette A. - “The records of memory, the archives of identity: celebrations, texts and archival sensibilities”. *Archival Science*. [s.l.]. Vol. 13, n.º 2/3

Neste sentido, também os arquivos foram objecto de um novo olhar, materializado no advento de duas correntes principais, o *Archival Turn*, com origem no mundo anglo-saxónico, e o *Tournant Documentaire*, com origem na Europa. O *Archival Turn*, desenvolveu-se a partir dos anos 90, sobretudo a partir do Canadá e dos Estados Unidos, e provocou uma alteração fundamental uma vez que olha os arquivos como repositórios abertos e transparentes onde os cidadãos podem, se assim o entenderem, ter acesso a toda a informação sobre o seu próprio passado, preservar a sua identidade e a sua memória. O *Archival Turn* considera o arquivo como um meio que deve estar à disposição das comunidades e dos cidadãos para que estes possam lutar contra o esquecimento, encontrar uma identidade, reaver ou reclamar bens que lhes tenham sido retirados¹¹. A preocupação principal desta corrente é não só com o presente, mas também com o futuro, uma vez que os processos utilizados pelos arquivistas de hoje trarão transparência ou opacidade à futura memória colectiva¹².

Já o chamado *Tournant Documentaire* desenvolveu-se na Europa, a partir dos estudos sobre a história da cultura escrita da qual os arquivos são, necessariamente, uma parte¹³. Partindo da visão epistemológica da história, esta corrente preconiza a análise dos arquivos em si mesmos, de forma a esclarecer as dinâmicas sociais que estiveram na sua sociogénese, para compreender a sua evolução e conservação e lograr a percepção da herança que encerram. Neste sentido dir-se-ia que, a preocupação do *Tournant Documentaire* se inclina preferencialmente para o passado¹⁴.

(2013), p.121-131.

¹¹ V. por exemplo: BASTIAN, Jeannette A. - *Owning Memory: How a Caribbean Community Lost Its Archives and Found Its History*. Westport, Conn: Libraries Unlimited, 2003. LINDSAY, Anne - "Archives and Justice: Willard Ireland's Contribution to the Changing Legal Framework of Aboriginal Rights in Canada, 1963-1973". *Archivaria*. [s.l.]. Vol. 71 (2011), p.35-62; ROSENBERG, Victor - "The power of a family archive". *Archival Science*. [s.l.]. Vol. 11, n.º 1 (2011), p.77-93; NESMITH, Tom - "The concept of societal provenance and records of nineteenth-century Aboriginal-European relations in Western Canada: implications for archival theory and practice", *Archival Science*. [s.l.]. Vol. 6, n.º 3-4 (2007), p.351-60. Veja-se também sobre este aspecto específico como exemplo: EVANS, Max J. - "Archives of the People, by the People, for the People". *The American Archivist*. [s.l.]. Vol. 70, n.º 2, (2007), p.387-400.

¹² JIMERSON, Randall C. - "Embracing the Power of Archives". *The American Archivist*. North America. Society of American Archivists: Vol. 69, n.º 1 (2006), p.19-32. ; COOK, Terry - "The Archive(s) Is a Foreign Country...", cit., p. 600-632; COOK, Terry - "What is Past is Prologue: A History of Archival Ideas since 1898, and the Future Paradigm Shift". *Archivaria* [Em linha]. 1, n.º 43 (1997). [Consult. 26 Mai. 2015] Disponível em <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12175> ; THOMASSEN, Theo - "A First Introduction to Archival Science". *Archival Science*. [s.l.]. Vol. 1, n.º 4 (2001), p.373-385.

¹³ Ver por exemplo o estudo basilar de: CLANCHY, Michael T. - *From memory to written record, England 1066-1307*. [s.l.]: Wiley-Blackwell, 1993. Publicado pela primeira vez em 1979, este trabalho analisa a relação entre a oralidade e a escrita bem como, por exemplo, os processos pelos quais os documentos escritos se transformam em instrumentos de controlo social pela burocracia crescente.

¹⁴ MORSEL, Joseph - "Histoire ou passé?...", cit., p.11.

Nos últimos anos a investigação em “História Social dos Arquivos” tem sido uma plataforma onde podemos encontrar um espaço de diálogo entre arquivistas e historiadores: os investigadores têm vindo a constatar o interesse da história dos arquivos para o conhecimento de temas de história da cultura e de história social, como por exemplo a constatação da importância e do poder (socio-cultural) conferido pela posse de um arquivo, o uso da escrita e da leitura, a aceitação generalizada do documento escrito como prova, entre outros¹⁵. A *Revue de Synthèse*¹⁶ do ano de 2004 é um exemplo de diálogo entre arquivistas e historiadores o que, segundo Maria de Lurdes Rosa, se relaciona com o facto de em França a arquivística ter grande prestígio e de haver uma permanente actualização e diálogo entre ambos os profissionais¹⁷. Este diálogo é hoje uma realidade também em Portugal, como o demonstra a realização, em 2016/2017, de um Ciclo de seminários intitulado *Arquivos & História Estado(s) da(s) Arte(s)*, que juntou cientistas de várias áreas e teve como objectivo, proporcionar “o conhecimento mútuo da investigação em História e em Arquivística”, além de aprofundar a relação entre historiadores e arquivistas¹⁸.

¹⁵ Podemos citar como exemplos, entre outros: BORJA DE AGUINAGALDE, Francisco - *Inventario del Archivo de la Casa de Zavala (introducción)*. Donostia - San Sebastián: [s.n.], 2000; CASAUS BALLESTER, Maria José (ed.) - *El condado de Aranda y la nobleza española en el Antiguo Régimen*. Zaragoza: Institución «Fernando el Católico» (C.S.I.C.), 2009; GÓMEZ VOZMEDIANO, Miguel F. - “Archivos Nobiliarios españoles: pasado, presente y Futuro? Tipología Documental e investigación Modernista”. in ANDÚJAR CASTILLO, F.; DÍAZ LÓPEZ, J.P. - *Los señoríos en la Andalucía Moderna. El Marquesado de los Vélez*. España: Instituto de Estudios Almerienses, 2007. p.139-210; VON KAENEL, Viviane - *Histoire patrimoniale et mémoire familiale: l’inventaire des archives de la famille Bouvier (1445)*. Cahiers Lausannois d’Histoire Médiévale. Lausanne: Université de Lausanne, Faculté des lettres, Section d’histoire, Lausanne, 2003, p.129-210. Veja-se também: KETELAAR, Eric - “The genealogical gaze: Family identities and family archives in the fourteenth to seventeenth centuries”. *Libraries & the Cultural Record*. [s.l.]. University of Texas Press: Vol. 44, n.º 1 (2009), p.9-28; KETELAAR, Eric - “Muniments and monuments: the dawn of archives as cultural patrimony”. *Archival Science*. [s.l.]. Springer Netherlands: Vol. 7, n.º 4 (2007), p.343-357; GEARY, Patrick J. - *O Mito das Nações...*, cit.; DELMAS, Bruno; NOUGARET, Christine (org.) - *Archives & Nations dans l’Europe du XIXe siècle*. Paris: École Nationale des Chartes, 2004; BURTON, Antoinette (ed.) - *Archive Stories: Facts, Fictions and the Writing of History*. London: Duke University Press, Durham & London, 2005.

¹⁶ ANHEIM, Étienne; PONCET, Olivier – “Fabrique des archives...” , cit., p.p.183-195. Aqui é apresentada uma sintomática bibliografia pelos seguintes temas: História dos Arquivos; Arquivística; Epistemologia, historiografia e arquivos.

¹⁷ ROSA, Maria de Lurdes - “Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (Épocas Medieval e Moderna)”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Coimbra. Centro de História da Sociedade e da Cultura: Vol. 9 (2009), p.20 e seguintes.

¹⁸ Sob a égide da DGLAB, da FCT e com a organização a cargo de vários institutos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova (IEM; CHAM; IHC), proporcionou um espaço de apresentação de trabalhos de doutorandos e de graduados, incidindo sobre questões tipológicas e metodológicas e contribuindo para o debate sobre as mesmas questões entre etnólogos, antropólogos técnicos de conservação e restauro, entre outros (V. [em linha:] http://www.cham.fcsh.unl.pt/files/file_002048.pdf [Consult.5 Mai. 2017]).

Apesar da constatação de que a História e a Arquivística, ocupam, hoje, áreas diferenciadas, podemos afirmar que o espaço que as separa não se encontra vazio, uma vez que, apesar das mudanças, se mantêm importantes pontos de contacto. A forma como os arquivos são hoje encarados e estudados foi a causa e simultaneamente contribuiu para uma alteração fundamental de paradigma: hoje estudam-se os arquivos enquanto sistemas de informação¹⁹, enquanto objectos de investigação²⁰ e não como simples conjuntos documentais ou como repositórios cujo conteúdo teria o único propósito de ser utilizado pelos historiadores para elaboração dos seus estudos. Para apreender os processos que estiveram na base da constituição de um conjunto documental *em arquivo* é necessário utilizar ferramentas quer da História (para a contextualização da produção documental, por exemplo), quer da Arquivística (como seja o controle do vocabulário para preenchimento dos campos de descrição documental e para o tratamento, disponibilização e valorização de conteúdos). Esta nova perspectiva significou uma alteração na abordagem ao material de arquivo, abordagem essa que tem sido definida como Arquivística Histórica. Embora a Arquivística Histórica tenha sido identificada, na generalidade e bem, como História dos Arquivos,²¹ o seu objectivo é, quanto a nós, um pouco mais abrangente, uma vez que além de englobar o estudo da composição, funcionamento, transmissão de informação e usos dos arquivos e de envolver a utilização de ferramentas de ambas as disciplinas, a Arquivística Histórica tem o mérito de tornar patente o papel do historiador no processo de co-edição dos arquivos. Ao incluir-se nesse processo, o historiador deixa de depender exclusivamente das interpretações (pré)feitas pelos arquivistas no momento em que estes “colocam os documentos em caixas”, tornando-se, em grande medida, participante desses procedimentos²². Mas de que procedimentos falamos?

¹⁹Para a definição de *Sistema de Informação* ver: SILVA, Armando B. Malheiro da – “Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo”. *Revista da Faculdade de Letras*. [Em linha]. Porto, I série, Vol. III, (2004) p. 60; 68. [Consult. 15 Jun. 2015]. Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/8111>.; SILVA, Armando B. Malheiro da - *A Informação. Da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Porto: Edições Afrontamento, CETAC, 2006.

²⁰ BLOUIN JR., Francis X. - “History and Memory: The Problem of the Archive”. *PMLA*. [s.l.]. Modern Language Association: Vol. 119, n.º. 2 (2004), p.297.

²¹ NÓVOA, Rita Luís Sampaio da – *O Arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre nos séculos XV-XVI*. Paris; Lisboa: Université Paris I Panthéon-Sorbonne - École Doctorale d'Histoire; Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2016, p. 6. Tese de doutoramento em História, especialidade em Arquivística Histórica.

²² COOK, Terry – “The Archive(s) Is a Foreign Country...”, cit., p.517.

Produzir memória(s) colectiva(s) é o trabalho do arquivista e, neste sentido, arquivar é moldar significados, acrescentar narrativas, conferir novas textualidades. Gerindo a informação e documentando a experiência humana o profissional de arquivos toma consciência da responsabilidade pública e histórica das suas funções e até do seu poder²³. A percepção de que arquivar é também gerir (e produzir) uma memória comum, e que esta não se constrói apenas com base nos chamados Arquivos Nacionais, levou, entretanto, a que os arquivos que se encontram fora da alçada do Estado (os pequenos arquivos pessoais, familiares, de empresas ou de associações) suscitasse um interesse crescente no seio da comunidade científica. Neste sentido, desenvolveu-se, sobretudo no mundo anglo-saxónico, o conceito de *Arquivos de Comunidades*. Estes arquivos têm por objectivo a recolha e guarda de um conjunto de informação produzida pelos membros de uma determinada comunidade (de que os documentos são apenas uma parte da herança cultural comum), informação essa que permite reconstruir a sua própria história²⁴. É uma área de investigação que se debruça sobre a importância que a herança cultural, em geral, e os (pequenos) arquivos em particular, têm para os indivíduos e para as comunidades, considerando-se a crucial importância do acesso aos mesmos na construção de uma memória identitária, comunitária e individual²⁵. Considera-se igualmente importante o impacto social que advém da interacção entre a herança cultural e a identidade dessas comunidades/grupos²⁶.

²³ COOK, Terry – “The Archive(s) Is a Foreign Country...”, cit., p.532; 538; RIBEIRO, Fernanda – “Os arquivos na era pós-custodial: reflexões sobre a mudança que urge operar”. [Em linha]. (2001). [Consult. 16 Jun. 2015]. Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/14000>; RIBEIRO, Fernanda - *The archival training in the post-custodial era, in accordance with a scientific-informational paradigm : the Portuguese model* [Em linha]. [s.l. : s.n.], 2006. [Consult. 16 Jun. 2015]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/14016>; COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan M. – “Archives, Records, and Power: The Making of Modern Memory”. *Archival Science*. [s.l.]. Kluwer Academic Publishers: n.º 2 (2002), p.171-185; JIMERSON, Randall C. – “Embracing the Power...”, cit., p.20; 28.

²⁴ Esta história diz respeito, geralmente, a grupos minoritários. A definição apresentada foi proposta em: https://www.ucl.ac.uk/dis/icar/projects/community-archives/tab-box/Project_description.pdf [Consult. 21 Jul. 2015]. Neste momento, e ao nível universitário (Universidade de Toronto), existe um seminário dedicado exclusivamente a este tipo de arquivos. V.: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:cUNIfCfYyBsJ:current.ischool.utoronto.ca/system/files/opensyllabi/inf21212015winterduffsyllabus.pdf+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt>.

²⁵ Veja-se, por exemplo, o site recém-criado em Portugal dedicado exclusivamente à recolha de diários pessoais: <http://www.arquivodosdiarios.pt/> [Consult. 21 Jul. 2015]; ou ainda o site do Arquivo Municipal de Lisboa que promove a recolha de filmes produzidos em contexto familiar: <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/pt/eventos/traca-mostra-de-filmes-de-arquivos-familiares/> [Consult. 22 Jul. 2015].

²⁶ Ver, entre outros, os seguintes sites de Arquivos de Comunidades: <http://www.communityarchives.org.uk/> http://thecommunityarchive.org.nz/http://www.ourwales.org.uk/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=1&lang=en-GB [Consult. 15 Jun 2015].

Maria de Lurdes Rosa tem perspectivado o estudo dos Arquivos de Família nesta óptica uma vez que, apesar da sua “pequena” dimensão, estes arquivos contribuem, não apenas para o grupo familiar que o produziu, mas também para o conhecimento da comunidade em que ele se moveu, como locais de identidade e de formação da memória²⁷. Uma vez que as famílias não existiram independentemente da sociedade em que se desenvolveram, estes acervos contêm informação que extravasa o âmbito doméstico e restrito, sendo reflexo da acção de um conjunto mais alargado de pessoas e logo da história e da memória local e de instituições ou regiões onde a família produtora se movimentou.

Dito isto, a teorização sobre Arquivos Familiares também partiu de toda esta reflexão pós-moderna e da renovação epistemológica da História e da Arquivística e revelou-se um dos sectores mais interessantes da Arquivística Histórica, uma vez que coincidiu com o interesse crescente pelos sistemas de informação não estatais, impulsionado pelo grande desenvolvimento da História Social de Antigo Regime, nomeadamente da História da Família, uma vez que, pelas suas características específicas – riqueza e individualidade de conteúdos –, estes acervos permitem novas e mais completas abordagens aos processos e à ordem social em que foram produzidos²⁸. Por outro lado, à medida que os meios técnicos se desenvolvem, os arquivos pessoais e familiares tomam uma dimensão cada vez mais significativa porque rara e porque permitem uma ligação incomum a um passado que corre o risco de ser engolido por uma “vaga digital”²⁹.

Mas afinal o que são Arquivos de Família? Não citaremos exaustivamente a extensa bibliografia que se tem produzido sobre este tema, mas talvez possamos começar por dizer aquilo que os Arquivos de Família não são. Estes acervos (como todos os arquivos

²⁷ ROSA, Maria de Lurdes – “Arquivos de Família - o que são, para que servem, como preservá-los e estudá-los. Tendências actuais da investigação histórica e dos estudos em patrimonialização”. *Actas do III Congresso Internacional da Casa Nobre – Um património para o futuro*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, 2011. p.315-316. Disponível em <https://sites.google.com/site/casanobrecongresso/actas-do-3o-congresso-internacional>.

²⁸ ROSA, Maria de Lurdes - “Problemáticas históricas e arquivísticas actuais...”, cit., p. 24. Apenas como exemplos podemos referir, entre outros: CASELLA, Laura; NAVARRINI, Roberto - *Archivi nobiliari e domestici. Conservazione, metodologie di riordino e prospettive di ricerca storica, (atti del convegno)*. Udine: Forum, 2000; TASCINI, Irma Paola (org.) - *Il futuro della memoria: Atti del convegno internazionale di studi sugli archivi di famiglie e di persone*. Capri: Ministero per i beni culturali e ambientali - Ufficio centrale per i beni Archivistici, 1997; SAEZ, Carlos (ed.) - *II Simposium archivos familiares. Valoración y tasación*. [s.l.]: Santander, Asociación para la defensa del patrimonio bibliográfico y documental de Cantabria, 2001; PEIXOTO, Pedro Abreu - *Arquivos de Família e Pessoais. Seminário*. Vila Real: Associação Portuguesa de Bibliotecários, arquivistas e documentalistas, 1997; FAVIER, René (org.) - *Archives Familiales et noblesse provinciale*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 2006.

²⁹ COX, Richard J. – *Personal Archives and a New Archival Calling: Readings, Reflections and Ruminations*. EUA – Minesota, Duluth. Litwin Books, LLC, 2008, p.VIII.

aliás), não são produtos espontâneos ou naturais. Também não são apenas resultantes da acumulação de documentação no decurso das actividades de um grupo de pessoas ou de uma instituição ao longo do tempo, nem são destituídos de significados e de objectivos concretos. A problematização relacionada com a definição de Arquivos de Família foi exposta de forma bastante completa e aprofundada por Joseph Morsel, que coloca as seguintes e importantes questões relativamente ao momento da sua génese: quando se tornaram arquivos? Quando se guardaram documentos em vez de se terem deitado fora? Quando o seu propósito de utilização original se perdeu? Quando foi inventariada a documentação? E qual o momento em que se tornaram “de família”? Invocando a dimensão construcionista destes acervos - isto é o seu carácter construído e não “natural” - no sentido de formação de uma *identidade familiar*, Morsel chama a atenção para o problema da definição de família, que na Idade Moderna podia significar um grupo familiar-parentela, grupo familiar-doméstico ou grupo familiar-Casa, e que envolvia, além das relações de parentesco, a questão das relações emocionais, pelo facto de existir uma família. O uso do vocábulo “família” deve, portanto, ser entendido nos seus vários sentidos: estreita, conjugal, nuclear, alargada. O autor coloca o problema da utilização deste vocábulo ligado a estes arquivos, uma vez que, além da documentação privada, eles podem conter documentação de carácter público. Coloca a possibilidade de poderem ser chamados “arquivos domésticos” o que resolve algumas questões, mas que coloca outras, como por exemplo o facto de existirem nestes acervos documentos relacionados com a administração de propriedades longínquas que nada têm a ver com a gestão doméstica. Finalmente coloca a questão não já relacionada com a sua definição, mas com as suas funções: serão Arquivos de Família ou arquivos de poder? Para este autor, os Arquivos Familiares foram construídos para assegurar a reprodução legítima do poder de determinados grupos sociais e não para contar a história de uma linhagem, de uma família, da sua identidade ou da sua memória³⁰.

Há diversas propostas sobre a forma de designar estes arquivos na recente historiografia, não pretendendo nós, alterar ou propor outra designação³¹. Já à pergunta:

³⁰ MORSEL, Joseph – “Histoire ou passé?...”, cit.

³¹ Olga Gallego Domínguez designa-os como *archivos familiares e pessoais* (o que implica dois tipos de arquivos diferentes). Borja de Aguinalde diferencia-os com base na cronologia de formação, sendo a fase mais remota composta por Arquivos de Familiares que desembocam numa fase mais recente em arquivos pessoais. Já Gómez Vozmediano ou Lafuente Urién chamam-lhes *archivos nobiliários* assumindo um carácter construcionista de arquivos históricos, administrativos e judiciais produzidos maioritariamente pela alta nobreza. Não deveremos esquecer, no entanto, que os *Arquivos patrimoniais* poderão designar não apenas aqueles arquivos produzidos pela nobreza, mas também arquivos de camponeses. (V.er,

“o que são Arquivos Família”, temos adoptado a definição proposta por Armando Malheiro da Silva segundo a qual o Arquivo de Família é um “sistema (semi-fechado) de informação social, materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associa um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores”. Seguindo o raciocínio de Malheiro da Silva, um Arquivo Familiar remete para uma determinada estrutura orgânica que se baseia em três elementos base: o casamento; a procriação e continuidade genética, através de descendência em sucessivas gerações (sendo esta a divisão mais elementar da organicidade da Família); a acção dos seus diferentes membros no sentido de garantirem a sobrevivência colectiva e as estratégias subsequentes de poder sócio-económico, político e simbólico³². Trata-se, portanto, de um tipo de acervo produzido por um grupo ligado por laços biológicos – a família –, determinado na sucessão das gerações, no decorrer da sua actividade dentro de um contexto social e organizacional próprio e considerado, hoje, como um património, como um ‘bem comum’³³. Acrescentaríamos ainda um elemento que consta da definição proposta por Aránzazu Lafuente Urién que é a específica evolução histórica destes arquivos como um factor distintivo de todos os outros: “Un archivo familiar no puede entenderse al margen de la evolución histórica de la familia que lo ha creado, la política de sus alianzas matrimoniales, la actividad económica, las épocas de gloria o sus bancarrotas. Si en un principio se conservaron por una finalidad práctica de salvaguarda de derechos y propiedades, a lo largo del tiempo se han consolidado como memoria escrita de la historia de la propia familia”³⁴.

Portanto podemos afirmar que os Arquivos de Família são produtos construídos, resultantes da acção de um grupo de indivíduos ligados entre si por vínculos biológicos e

respectivamente: GALLEGO DOMÍNGUEZ, Olga - *Manual de archivos familiares*. Madrid: ANABAD, 1993; LAFUENTE URIÉN, Aránzazu; GARCÍA ASER, Rosario - *Archivos Nobiliarios: cuadro de clasificación, Sección Nobleza del Archivo Historico Nacional*. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, Centro de Publicaciones, D.L., 2000; GÓMEZ VOZMEDIANO, Miguel F. - “Archivos Nobiliarios españoles...”, cit., p. 139-210; BORJA DE AGUINAGALDE, Francisco - *Archivos de Familia y Archivos domésticos Treinta años de experiencias* s. l., Edição de autor, 2013, 2013; TO FIGUERAS, L. - “Archivos patrimoniales catalanes del siglo XIV”. in *Archivos de familia. Grupos sociales, dominación y construcción de la memoria (siglos XII-XVI)*. Vitoria-Gasteiz: Grupo Consolidado de Investigación del Gobierno Vasco Sociedad, poder y cultura IT-600-13 (Universidad del País Vasco-Euskal Herriko Unibersitatea), École des hautes études hispaniques et ibériques (Casa de Velázquez), (2014); Mas também: DISKIN, Martin - “The peasant family Archive: Sources for an ethnohistory of the present”. *Ethnohistory*. [s.l.]. Duke University Press: Vol. 26, n.º 3 (1979), p. 209-229.

³² SILVA, Armando B. Malheiro da – “Arquivos familiares e pessoais...” cit., p.60; 68.

³³ ROSA, Maria de Lurdes – “Arquivos de família - o que são...”, cit., p.315-316.

³⁴ LAFUENTE URIÉN, Aránzazu - “Archivos Nobiliarios”. in LAFUENTE URIÉN, Aránzazu; GARCÍA ASER, Rosario - *Archivos Nobiliarios...*, cit., p.16.

sociais, conservados com objectivos muito concretos: num primeiro momento para a defesa, posse e administração do património e, posteriormente, na definição da pertença a um grupo familiar, ou seja, a uma linhagem e a uma Casa. Os Arquivos Familiares foram também o resultado da passagem da tradição oral para a memória escrita e da superação do oral pelo escrito fazendo depender, cada vez mais, o primeiro do segundo: a emergência dos documentos, enquanto referenciais, e dos notários/tabeliães enquanto fontes de autoridade, transformaram e moldaram progressivamente o quotidiano político, social, económico e institucional, público e privado³⁵. Não foram alheios a estes arquivos o culto dos antepassados, com o indispensável (e correspondente) cumprimento de obrigações espirituais estipuladas pelos vínculos neles integrados e a memória do(s) fundador(es) de cada um dos morgados, sendo que, cada vínculo foi, simultaneamente, construtor e componente da identidade e da memória do grupo familiar e ambos construíram, em grande medida, os Arquivos Familiares³⁶.

Os Arquivos de Família contribuíram, como veremos, para a formação, consolidação e imposição das famílias nobres enquanto grupos sociais, exercendo um papel cada vez mais central nas diferentes facetas do funcionamento interno do grupo: “na gestão de património, na reivindicação e defesa de direitos e privilégios, na administração de tarefas e assuntos correntes, no diálogo pela escrita com outras instituições, no cumprimento das actividades de cada um dos seus membros, na construção e perpetuação da memória familiar e do capital simbólico da família, instrumentos indispensáveis à formação de uma identidade de grupo. Os Arquivos de Família não foram, portanto, acumulações espontâneas de documentos, mas sim complexas construções imbuídas de significado e intencionalidade e orientadas para o cumprimento de objectivos específicos e determinados.”³⁷.

³⁵ STOCK, Brian - *The implications of literacy*. Princeton: Princeton University Press, 1987, p.4; CAMMAROSANO, Paolo - *Italia Medievale. Struttura e geografia delle fonti scritte*. Roma: Carocci Editore, 1991, p.267-268.

³⁶ ROSA; Maria de Lurdes - *O Morgadio em Portugal, séculos XIV-XV. Modelos e práticas de comportamento linhagístico*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p.101.

³⁷ NÓVOA, Rita Luís Sampaio da - *O Arquivo Gama Lobo Salema...*, cit..

Do interesse da comunidade científica pelos Arquivos de Família resultou uma série de reuniões e projectos ao nível europeu exclusivamente dedicados ao tema³⁸ e as propostas de organização deste tipo de fundos nos vários países europeus têm sido diversificadas, passando pela adopção de quadros de classificação temático-funcionais com base na investigação histórica, pelo *metodo storico* italiano ou pela tendência uniformizadora francesa³⁹. Em Portugal estas reuniões e os projectos dedicados a este tema têm-se pautado pela participação de académicos, de investigadores e de proprietários de Arquivos de Família, os quais, para além dos seus próprios acervos, trouxeram à discussão a sua experiência, os seus conhecimentos e – algo de que se fala pouco na comunidade científica, mas que é crucial – a relação, afectiva em muitos casos, com os seus documentos⁴⁰. É de realçar, além da relação intrínseca que têm com os seus

³⁸ Apenas como exemplos, citamos, entre outros: FAVIER, René (org.) - *Archives Familiales et...*, cit.; CONTAMINE, Philippe; VISSIERE, Laurent (ed.) - *Défendre ses droits, construire sa mémoire: les chartiers seigneuriaux XIIIe – XXIe siècle. Actes du colloque international de Thouars (2006)*. Paris: Société de l'Histoire de France, 2010; SAEZ, Carlos (ed.) - *II Simposium archivos familiares...*, cit.; CASELLA, Laura; NAVARRINI, Roberto - *Archivi nobiliari e domestici...*, cit.; TASCINI, Irma Paola (org.) - *Il futuro della memoria...*, cit.; PEIXOTO, Pedro Abreu - *Arquivos de Família e Pessoais...*, cit.; ROSA, Maria de Lurdes - *Arquivos de família, séculos XIII-XX...*, cit..

³⁹ Veja-se respectivamente: GALLEGO DOMÍNGUEZ, Olga - *Manual de archivos...*, cit.; BORJA DE AGUINAGALDE, Francisco - *Inventario del Archivo de la Casa de Zavala ...*, cit.; CASELLA, Laura; NAVARRINI, Roberto - *Archivi nobiliari e domestici...*, cit., p.241-253; D'HUART, Suzanne; DE TOURTIER-BONAZZI, Chantal; SIBILLE, Claire (rev. e ed.), NOUGARET, Christine (dir.) - *État Sommaire des fonds d'archives privées; series AP (1 à 629 AP) et AB XIX*. Paris: Centre Historique des Archives Nationales, 2004.

⁴⁰ Consulte-se preferencialmente o site: *Arquivos de Família. Arquivos de Comunidade(s). Arquivística, História, herança cultura* (Disponível em: <http://fcs.unl.pt/arqfam/> [Consult. 8 Jul. 2015].), que contém toda a informação sobre o trabalho que vem sendo desenvolvido desde 2008 pela Professora Maria de Lurdes Rosa na Universidade Nova de Lisboa em colaboração com múltiplos parceiros. O debate e reflexão sobre Arquivos Familiares em Portugal tem sido desenvolvido igualmente em contextos locais, como o demonstram os congressos *Casa Nobre: um património para o futuro*, já na V edição que ocorrerá em Dezembro de 2017 em Arcos de Valdevez, (V. <https://sites.google.com/site/casanobrecongresso/>); uma outra iniciativa, ocorreu em Ponte de Lima: *I Ciclo de Conferências e Debates Arquivos Pessoais e de Famílias. Património, Memória e Conhecimento* (Organizado pelo Município de Ponte de Lima, pela APAHP e pela Fundação Inês de Castro. A iniciativa integra-se num ciclo de conferências intitulado "Arquivos Pessoais e de Famílias. Património, Memória e Conhecimento. (V. <http://www.cm-pontedelima.pt/noticia.php?id=2266> [Consult. 24 Jun. 2015]). A segunda edição deste ciclo ocorreu em Outubro de 2016 na Universidade de Coimbra sob o tema: "O arrançamento dos arquivos: preservação e tratamento de arquivos pessoais e de família"

(V. <http://arquivoshistoricosprivados.pt/index.php/arquivos-privados-2-2/> [Consult. 1 Jun. 2017]). Durante o ano lectivo de 2016/2017 realizou-se o ciclo *Arquivos & História Estado(s) da(s) Arte(s)*, que dedicou dois dos seus seminários aos Arquivos de Família de que falámos supra (V. [em linha:] http://fcs.unl.pt/arqfam/?page_id=2269 [Consult. 20 Jul. 2016].) sob a égide da DGLAB, da FCT e com a organização a cargo de vários institutos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova (IEM; CHAM; IHC). Em Maio de 2017, teve ainda lugar em Ponta Delgada um colóquio sob o tema: "Arquivos de Família: desafios actuais", organizado pela Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada; Instituto de Estudos Medievais (IEM); Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar (CHAM); Instituto Cultural de Ponta Delgada (ICPDL); Delegação Açores da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (APBAD). Leia-se ainda o artigo de Lemay e Boucher, onde se defende que é importante reconhecermos os arquivos como fontes de informação, mas também de

acervos, a responsabilidade que os proprietários têm na sua conservação. A eles foi dirigida a publicação de um guia com conselhos e orientações práticas para compreensão, tratamento, preservação, protecção e divulgação deste património⁴¹.

Além destas actividades, e sem pretensão de exaustividade, poderemos dizer que a vitalidade da investigação portuguesa tem sido visível ao nível nacional e internacional com a participação de investigadores portugueses em vários projectos de que destacamos o projecto ARCHIFAM (2013-2015) que se propôs estudar o processo de constituição dos documentos em arquivo, sublinhando as relações entre os arquivos e as famílias no momento da sua génese, concedendo aos Arquivos de Família um papel na construção das histórias, das identidades e das memórias familiares⁴². Um outro projecto de monta, intitulado INVENTARQ (2014-2015) foi dedicado a uma tipologia específica presente em Arquivos de Família: os inventários. O seu objectivo foi caracterizar esta tipologia a partir de um olhar interdisciplinar, combinando perspectivas da história, da antropologia histórica e da ciência arquivística, “de modo a oferecer uma definição não anacrónica do arquivo pré-moderno, a partir da sua alteridade, e a explicar as suas funções em contexto.”⁴³. O projecto terminou com a publicação de um livro em finais de 2015⁴⁴ e com uma exposição no Arquivo Nacional da Torre do Tombo no início de 2016. Ao nível internacional destacaríamos ainda o workshop “Noble houses and their archives in a comparative perspective (Portugal, Spain, France), 14th-19th centuries” que levou ao Institute foi Advanced Study em Princeton vários investigadores europeus em Novembro de 2015⁴⁵.

emoção: LEMAY, Yvon; BOUCHER, Marie-Pierre - “L’émotion ou la face cachée de l’archive”. *Archives*. [s.l.]: Vol. 42, n.º 2 (2011 de 2010), p.39–52.

⁴¹ ROSA, Maria de Lurdes; NÓVOA, Rita Sampaio da (coords.) – *Arquivos de Família: Memórias Habitadas. Guia para Salvaguarda e estudo de um património em risco*. Lisboa: IEM-FCSH-UNL, 2014, p. 94-114. E-Book disponível em <http://run.unl.pt/bitstream/10362/13713/3/Arquivos%20de%20fam%C3%ADlia.pdf>

⁴² Tal como vem explicado no sítio web: em 2013 realizaram-se três sessões de um seminário na Casa de Velázquez (Madrid). Seguiram-se as várias jornadas de estudo organizadas em Pamplona (Nov. 2013), em Vitoria (Abr. 2014), em Lisboa (Jun. 2014) e em Girona (Mar. 2015). A cada uma correspondeu um tema diferente, contando sempre com os investigadores, historiadores e arquivistas do programa, assim como com a presença de especialistas convidados. Este projecto encerrou na Casa de Velázquez, com o atelier doutoral, aberto a doutorandos em História e em Arquivística, que se realizou em Março de 2015. Aguarda-se ainda a publicação dos resultados em livro. Disponível em <https://www.casadevelazquez.org/pt/investigacao/programas/ecrits-archives-recits/archifam/archifam/apresentacao-geral/> [Consult. 20 Jul. 2016].

⁴³ <http://fcsch.unl.pt/archfam/?portfolio=inventarq>

⁴⁴ ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (eds.) - *Rethinking the Archive in Pre-Modern Europe: Family Archives and their Inventories from the 15th to the 19th Century*. Lisboa: IEM-FCSH, 2015.

⁴⁵ <https://www.ias.edu/events/noble-houses-and-their-archives-comparative-perspective>

Ao nível nacional, é ainda de realçar o tratamento e estudo de Arquivos Familiares que têm sido feitos em contexto universitário: os resultados deste trabalho têm sido bastante encorajadores e são disso prova os trabalhos de mestrado de Isabel Ventura⁴⁶, Carla Moreira⁴⁷ e Patrícia Marques⁴⁸. Mais recentemente, foi defendida a primeira tese de doutoramento em Arquivística Histórica por Rita Luís Sampaio da Nóvoa, dedicada ao estudo do arquivo da família Gama Lobo Salema⁴⁹.

Partindo de tudo o que acima foi dito é possível entender a importância do estudo, valorização e protecção dos Arquivos de Família para uma compreensão integral dos dinamos sociais que levaram à sua criação e manutenção por determinados grupos familiares e dos processos que estão na sua origem os quais, voltamos a frisar, nada têm de ‘natural’⁵⁰. A actual abordagem aos Arquivos de Família, multidisciplinar, rica e variada, vem desafiando os investigadores, quer na compreensão da sua génese, quer na identificação das diferentes intertextualidades conferidas pelas intervenções sofridas por estes arquivos ao longo do tempo. Interrogar estes repositórios, na tentativa de ir além dos factos que eles documentam, compreender os contextos de produção dos documentos e os processos pelos quais estes se constituíram em arquivo, é um dos muitos desafios que se colocam ao estudo de Arquivos de Família e que permanece, quanto a nós, um dos sectores mais interessantes da Arquivística Histórica.

2. Nobreza, Casa, Família, Arquivos: breve(s) estado(s) da questão.

A publicação dos estudos de Mafalda Soares da Cunha e de Nuno Gonçalo Monteiro nos anos 90⁵¹ vieram dar o mote a novos projectos que se desenvolveram em

⁴⁶ VENTURA, Maria Isabel - *O Arquivo Paço de Calheiros: uma abordagem sistémica*. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2011. Tese de Mestrado.

⁴⁷ MOREIRA, Carla de Jesus Torres - *O Arquivo da Casa do Porto: o seu estudo e a sua representação - o modelo sistémico*. Porto, 2012. Relatório de Estágio de 2º ciclo apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

⁴⁸ MARQUES, Patrícia Cardoso - *O Arquivo Castro/Nova Goa: construção de catálogo. A aplicação do modelo sistémico*. [s.l.]: Universidade Nova de Lisboa - FCSH, 2014. Tese de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação.

⁴⁹ NÓVOA, Rita Luís Sampaio da – *O Arquivo Gama Lobo Salema...*, cit..

⁵⁰ V. por exemplo: HAMILTON, Carolyn (Introd.) - *Refiguring the Archive*. [Em linha]. Dordrecht: Springer, Netherlands, 2002. [Consult. 16 Jun. 2015]. Disponível em <http://link.springer.com/10.1007/978-94-010-0570-8>; MORSEL, Joseph - "Le médiéviste, le lignage et l'effet de réel. La construction du Geschlecht par l'archive en Haute-Allemagne à partir de la fin du Moyen Âge". *Revue de Synthèse*. [s.l.]. Vol. 125, (2004), p.83–100.

⁵¹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *O crepúsculo dos grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: INCM - Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998; CUNHA, Mafalda Soares da – *Linhagem, Parentesco e Poder. A Casa de Bragança (1384-1483)* Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1990.

Portugal e cujo objectivo foi o estudo da nobreza⁵². E podemos dizer que aqueles dois historiadores, iniciaram uma linha de investigação sobre a nobreza portuguesa, conferindo-lhe uma nova perspectiva, linha essa que foi seguida por vários investigadores e que resultou na publicação de uma série de estudos que enriqueceram a visão sobre a sociedade de Antigo Regime, sobretudo no que à nobreza e/ou às elites diz respeito. No panorama historiográfico português recente, temos vindo a assistir desde a última década do século XX a um aumento de estudos sobre a nobreza e sobre as elites em Portugal e no Império. Temas como a mobilidade social, a relação das elites com os poderes central e local, redes de dependência, Ordens Militares, economia de mercê, são, desde então, bastante frequentes no nosso país e vieram enriquecer o panorama historiográfico português, sendo também impulsionados grandemente pelo ambiente de renovação historiográfica a que já nos referimos⁵³.

Nos séculos XV e XVI a nobreza, cuja origem residia em muitos casos no início da nacionalidade, partia do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro como referencial fundamental de um núcleo “original” de linhagens medievais onde os descendentes das mesmas viram fixada a sua memória. Desde meados do século XII que se verificou a progressiva importância dada ao *sangue* na transmissão de distinções e que o qualificativo *fidalgos* ilustrava, no mínimo, a pertença a linhagens destacadas, o reconhecimento de uma prerrogativa relativamente ao nascimento que se traduzia no uso de determinados apelidos e das respectivas armas⁵⁴.

Quando chegamos à época Moderna, encontramos uma construção teórica que resulta da analogia da ordem humana com a Ordem Universal e de onde decorria a estrutura da sociedade. Esta era vista como um corpo do qual faziam parte diferentes órgãos e cada um, segundo a sua importância, estatuto e função, desempenhava o seu papel (que se desejava que fosse) de forma estática, mas complementar, na ordem social. O monarca era identificado com a cabeça e a ele estavam ligados os conselheiros considerados como

⁵² Podemos referir, a título de exemplo, o projecto *Optima Pars* - Elites do Antigo Regime no Espaço Ibero-americano. Nele participaram os historiadores Pedro Cardim, Fernando Dores Costa, José Manuel Subtil, David Felismino, para além dos próprios Nuno Gonçalo Monteiro (coordenador) e Mafalda Soares da Cunha. São de referir igualmente as publicações conjuntas, portuguesas e castelhanas, sobre estes temas, às quais nos referiremos ao longo deste texto.

⁵³ Sem citar bibliografia de forma exaustiva, são de referir os importantes estudos de Alexandra Pelúcia, Ângela Barreto Xavier, Fernanda Olival, João de Figueirôa-Rêgo, João Silva e Sousa, José Damião Rodrigues, José Subtil ou Miguel Jasmins Rodrigues, apenas para citar alguns.

⁵⁴ CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – “Jerarquía nobiliaria y Corte en Portugal (siglo XV-1832)”. in CHACÓN JIMÉNEZ, Francisco; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (eds.) - *Poder y Movilidad Social. Cortesanos, Religiosos y Oligarquias en la Península Ibérica (Siglos XV-XIX)*. Murcia: Consejo Superior de Investigaciones Científicas - Universidad de Murcia, 2006, p.82.

os seus olhos, os obedientes como os seus ouvidos e como a sua língua, os sábios; o valido era identificado com o seu coração. O colo e a garganta seriam os seus vassalhos⁵⁵. Na prática, isto significou que a sociedade de Antigo Regime, desigual na sua essência, identificava como centro nevrálgico o rei (ou as instituições que o representavam) de onde emanava toda a ordem social. Assim, era também do monarca que derivava o estatuto social, que elevava a *optima pars*⁵⁶ a qual se destacava por mercê régia, por serviços prestados e/ou pela dignidade de um ofício desempenhado⁵⁷.

António Manuel Hespanha afirma que a “progressiva criação da arqui-categoria “nobreza” permitia referir, de forma sintética, todos os grupos jurídicos privilegiados que ocorriam nas fontes portuguesas, atribuindo-lhes, como mínimo, o conjunto de privilégios gozado pelo grau mais inferior (...). De tal modo que, dizendo que alguém era nobre, se dizia que gozava, pelo menos, do estatuto da mais modesta das categorias particulares de pessoas privilegiadas previstas na lei”⁵⁸. No final do século XVIII este estatuto derivava sobretudo da sua relevância simbólica: “a importância social deste estado não era sobretudo devida aos seus efeitos jurídicos, representando estes, antes, uma marginal, mas emblemática, formalização de uma marcação social visível, sobretudo noutros sistemas simbólicos”⁵⁹. Segundo Francisco Vasconcelos, o termo *nobreza* parece ter-se generalizado apenas durante o século XVIII e, nos tratados jurídicos anteriores a esta data, utilizavam-se os termos mais específicos como cavaleiro, escudeiro, fidalgo ou senhor de terras⁶⁰.

⁵⁵ FRIGO, Daniela - *Il Padre di Famiglia: Governo della casa e governo civile nella tradizione dell'«Económica» tra Cinque e Seicento*. Roma: Bulzoni Editore, 1985. p.77. V. ainda: CARDIM, Pedro - *O Poder dos Afectos: Ordem Amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*, (ed. Mimeo). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2000. Tese de dissertação de doutoramento em História Moderna, p.394. HESPANHA, António Manuel - *As Vésperas do Leviathan – Instituições e Poder Político em Portugal – Século XVII*. Coimbra: Almedina, 1994, p.307.

⁵⁶ Significando “elites dirigentes” em que podiam ser incluídos – nos séculos XVII e XVIII – vários grupos: o clero, a alta magistratura, os militares, os governadores coloniais, os diplomatas, as elites mercantis e as nobrezas locais. (V. MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da - *Optima pars, elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005).

⁵⁷ HESPANHA, António Manuel - *Como os juristas viam o mundo. 1550-1750: Direitos, estados, coisas, contratos, ações e crimes*. [s.l.]: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2015, p.235; MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003, p.20.

⁵⁸ O estatuto da nobreza revelava-se genericamente na isenção de punições “vis”, na reserva de cargos e ofícios, em isenções fiscais e acesso a hábitos de Ordens militares e na fundação de morgados, entre outros. V. HESPANHA, António Manuel - *Como os juristas viam o mundo...*, cit., p.231.

⁵⁹ HESPANHA, António Manuel - *Como os juristas viam o mundo...*, cit., p.233.

⁶⁰ VASCONCELOS, Francisco de - *A Nobreza do século XIX em Portugal*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família, Universidade Moderna do Porto, [s.d.], p.23.

Os estudos recentes indicam que o espaço nobiliário português se caracterizou por uma fluidez considerável ao nível dos escalões inferiores do grupo nobiliárquico e por períodos de maior e menor abertura nos escalões superiores⁶¹. A crescente centralidade da Corte e o relevo do papel do monarca teve repercussões na estrutura interna do grupo nobiliárquico uma vez que foi a partir da Coroa que se processou a sua crescente hierarquização. Esta hierarquização estabeleceu-se a partir da concessão de títulos (no escalão mais alto), de senhorios jurisdicionais, alcaldarias mores, hábitos e comendas das Ordens Militares (a partir de 1551). Estes bens, cuja natureza jurídica singular obrigava a uma confirmação a cada nova vida, passavam por mecanismos de concessão que criavam alguma expectativa e tensão e geravam uma disputa acesa dentro do grupo nobiliárquico. O período que vai do começo do século XVI ao triunfo da revolução liberal (1832-1834) caracteriza-se por dois processos simultâneos: a abertura na base do grupo nobiliárquico e a formação de uma aristocracia de corte, restringida e claramente separada das restantes categorias nobiliárquicas⁶².

Segundo José Antonio Guillén Berrendero, no momento da configuração de uma identidade, a nobreza da Idade Moderna moveu-se entre dois planos antagónicos e complementares: a dimensão familiar/linhagista, que a obrigava a desenvolver uma cultura de linhagem e do sangue, e a dimensão pessoal, que obrigava cada nobre a desenvolver as suas virtudes próprias no sentido de se evidenciar. Sobre ambas pairava a mercê régia que estabelecia um regime de dependência dos nobres face ao monarca⁶³. Daqui derivava que os dispositivos de controlo social utilizados pelo monarca desde o

⁶¹ V., entre outros: PEREIRA, João Cordeiro – “A estrutura social e o seu devir”. in SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) - *Nova História de Portugal - Do Renascimento à crise dinástica*. Lisboa: Editorial Presença, 1998, Vol. V, p.277-336; CHACÓN JIMÉNEZ, Francisco; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (eds.) - *Poder y movilidad social: cortesanos, religiosos y oligarquías en la Península Ibérica (siglos XV-XIX)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, CSIC: Universidad de Murcia, 2006; CUNHA, Mafalda Soares da; HERNÁNDEZ FRANCO, Juan - *Sociedade, familia e poder na Península Ibérica: elementos para uma história comparativa = Sociedad, familia y poder en la Peninsula Iberica : elementos para una historia comparada*. Lisboa: Edições Colibri, 2010; RODRÍGUEZ PÉREZ, Raimundo A. – “Endogamia y ascenso social de la nobleza castellana: los Chacón-Fajardo en los albores de la edad moderna”. *Historia Social*. [s.l.]. N.º 73 (2012), p.3-20; GUILLÉN BERRENDERO, José Antonio - *Los Mecanismos Del Honor Y La Nobleza En Castilla Y Portugal, 1556-1621*. [Em linha]. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2009. [Consult. 16 Jun. 2015] Disponível em <http://eprints.ucm.es/9469/1/T31078.pdf>. Veja-se ainda: FIGUEIRÔA-RÊGO, João de - *A honra alheia por um fio: os estatutos de limpeza de sangue nos espaços de expressão ibérica, sécs. XVI-XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, p.484 e seguintes.

⁶² CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo - “Jerarquía nobiliaria...”, cit., p.182- 184.

⁶³ GUILLÉN BERRENDERO, José Antonio - *Más allá de la razón de Estado: razón de sangre y razón de linaje en las noblezas europeas de la Edad Moderna*. Conferência na Universidade Nova de Lisboa, Conferências do CHAM, 2017, p.2. Agradecemos ao autor o envio do texto da conferência que aqui citamos.

século XV, que incluíam a lei mental, a titulação, as moradias da Casa Real, o sistema de tratamentos e a curialização crescente, foram acrescidos, ao longo do século XVI, dos bens das Ordens Militares integradas da Coroa e dos recursos que a expansão disponibilizou. Os monarcas portugueses puderam, através de todos estes mecanismos, controlar e recompensar os seus servidores mais fiéis, fazendo crescer o grupo nobiliárquico⁶⁴.

A família produtora do arquivo que presentemente estudamos foi, ela própria, um caso de mobilidade social ascendente⁶⁵. Tratando-se de um grupo familiar de fidalgos da Casa Real, partindo de um patamar pouco mais alto que o de uma “pequena nobreza”, desde cedo soube adaptar-se às mudanças e, passando por diferentes momentos de ascensão e/ou estagnação, atingiu a titulação no início do século XIX, como veremos⁶⁶.

2.1. A Família nobre de Antigo Regime. Valores sócio-culturais: património, linhagem, Casa.

Na cultura europeia pré-moderna, a família era vista como uma sociedade “organizada pela própria natureza, cujo regime se impunha ao direito dos reinos”⁶⁷. Na origem da família estava o casamento e, a partir do momento em que os noivos contraíam matrimónio, o sistema jurídico considerava que marido e mulher formavam uma família, “um universo totalitário, em que existia apenas um sujeito, apenas um interesse, apenas um direito, não havendo, no seu seio, lugar para a discussão sobre o meu e o teu (a “justiça”), mas apenas para considerações de oportunidade, deixadas ao arbítrio do *bonus pater familias* (a “oeconomia”)”⁶⁸.

⁶⁴ CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – “Aristocracia, poder e família em Portugal, séculos XV-XVIII”. in CUNHA, Mafalda Soares da; HERNÁNDEZ FRANCO, Juan (eds.) – *Sociedade, família e poder na Península Ibérica: elementos para uma história comparativa*. Lisboa: Edições Colibri / CIDEHUS - Universidade de Évora / Universidad de Múrcia, 2010, p.48.

⁶⁵ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – *Da Linhagem à Casa: estratégias de mobilidade social num grupo familiar no Portugal moderno (séculos XVI-XVII)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2007. Tese de Mestrado.

⁶⁶ Para uma abordagem ao conceito de *Pequena Nobreza* ver em geral: RODRIGUES, Miguel Jasmins - *Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime*. (Actas em suporte cd-Rom), Lisboa, 2011. Consulta dos resumos disponível em <http://www.iict.pt/pequenanoBREZA/index-en.htm>.

⁶⁷ HESPAÑA, António Manuel – *Como os juristas viam o mundo...*, cit., p.263.

⁶⁸ Chamamos a atenção para o facto de que este conceito está subentendido na concepção do plano de classificação (preconizado pelo modelo sistémico) que adoptámos no nosso trabalho como veremos (HESPAÑA, António Manuel – *Como os juristas viam o mundo...*, cit., p.271-272).

A família, fundada em princípios de sujeição política e de sucessão, correspondia basicamente ao conceito de linhagem e desenvolveu-se sob a autoridade crescente do *pater*⁶⁹. Na verdade, a linhagem foi o meio através do qual a nobreza construiu a sua identidade social e é indiscutível a sua relação e centralidade no modelo vincular em todas as suas vertentes: económica, reprodutiva, comportamental e arquivística. Segundo Nuno Gonçalo Monteiro, o código de conduta da família nobre do Antigo Regime, o *ethos* aristocrático, regeu-se fundamentalmente pelo direito vincular e definiu-se por um “comportamento linhagístico” característico, visível no que diz respeito à transmissão de heranças, à instituição de capelas e morgados, e às alianças matrimoniais estabelecidas entre as famílias da nobreza⁷⁰.

Além de considerações práticas, como por exemplo a identificação de um determinado número de gerações descendentes de um antepassado comum, a investigação sobre a família no Antigo Regime tem abordado questões como a relevância do sistema de parentesco enquanto estratégia de reprodução social, os “recursos genealógicos” tais como os nobiliários, a onomástica, a representação heráldica, a fundação de mosteiros, o enterro e o túmulo familiar e as modalidades de herança, entre outros⁷¹. A aceção de linhagem com a qual trabalharemos reporta-se a um grupo familiar da fidalguia, cujas referências ancestrais seriam um antepassado comum, um brasão de armas e um nome transmitido ao longo de várias gerações. A base da linhagem era a transmissão aos sucessores de um conjunto de símbolos distintivos, sendo que o reflexo das ações de cada um dos seus membros – virtuosas, honrosas ou nem tanto – se repercutia sempre na sua descendência. Os descendentes de uma linhagem arcavam ainda com a responsabilidade de perpetuar, no tempo e no espaço, os elementos distintivos recebidos

⁶⁹ HESPANHA, António Manuel – *Como os juristas viam o mundo...*, cit., p.281.

⁷⁰ MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *Elites e Poder...*, cit., p.89. V. também: ROSA, Maria de Lurdes – *O Morgadio em Portugal...*, cit., p.101.

⁷¹ SOUSA, Bernardo Vasconcelos e - *Os Pimentais. Percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XV)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000; MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *O crepúsculo dos grandes...*, cit., p.79-81; CUNHA, Mafalda Soares da - *A Casa de Bragança (1560-1640). Práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Editorial Estampa, 2000, p.54-55; DACOSTA, Arsenio - “De la anomalía a lo extraordinario: nobleza, linaje y escritura genealógica en Castilla (siglos XIII-XIV)”. *Hispania*. [s.l.]. Vol. LXXV/75, n.º 251 (2015), p.626-627. Poderíamos igualmente apontar MONTERO TEJADA, Rosa Maria - *Nobleza y Sociedad en Castilla: El Linaje Manrique (siglos XIV-XVI)*. Madrid: Caja de Madrid, 1996, p.23-24. Segundo esta historiadora, a linhagem nobre tinha duas aceções em Castela: as fontes jurídicas davam à linhagem um sentido restrito, ou seja, uma família com três gerações. Os memoriais, as fontes literárias, as crónicas etc., davam à linhagem um sentido alargado, isto é, a linhagem aparece como um conjunto de descendentes de um antepassado comum e esta aceção acaba por ser aquela que triunfa na época medieval, tal como em Portugal. O antepassado comum era muitas vezes um personagem lendário, que se havia destacado pelos seus feitos de armas ou pelo seu poder político.

de seus antepassados e eram encarregues de acrescentar o prestígio e o património que haviam herdado. Eram estes os elementos que em cada sucessão deveriam ser legados aos descendentes”⁷². Este comportamento ligou-se à reconfiguração, no final da Idade Média, do grupo aristocrático que, utilizando instrumentos representativos de um parentesco contínuo, construiu *retrospectivamente* a concepção de linhagem⁷³. Aliás, a consanguinidade caracteriza as famílias da nobreza não apenas em Portugal, mas também em toda a Península Ibérica⁷⁴.

Nesta perspectiva os Arquivos de Família são uma fonte inestimável para compreender a sociedade nos quais se constituíram: uma sociedade desigual, em que a nobreza disputou oportunidades de serviço ao monarca para obter a correspondente mercê⁷⁵ e em que a crescente adopção do modelo vincular conduziu à conservação de documentação específica que acabou por configurar os Arquivos de Família. Com efeito, do século XIV em diante, na Península Ibérica, a adopção crescente da instituição vincular (que teve expressão nas Leis de Toro de 1505 e nas Ordenações Manuelinas em 1512-14), preconizando um sistema de herança específico, regulado e restritivo, despoletou em grande medida a produção documental presente nos Arquivos familiares⁷⁶.

A estrutura da nobreza ligou-se intimamente com a família, com o parentesco e com a linhagem e a adopção do modelo vincular, ao manter a propriedade indivisa promovendo a sua estabilidade, promoveu a conservação da riqueza e do poder em determinadas famílias e, a partir do final do século XVI e durante todo o XVII, verificou-se a tendência crescente de integrar os valores pelos quais as linhagens do reino se regiam

⁷² SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – *Da Linhagem à Casa...*, cit. p.12.

⁷³ MORSEL, Joseph- “Le médiévisite...”, cit., p.83–100.

⁷⁴ MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *O crepúsculo dos grandes...*, cit.; ATIENZA HERNÁNDEZ, Ignacio - *Aristocracia, poder y riqueza en la España moderna: La Casa de Osuna siglos XV-XIX*. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 1987; ÁLVAREZ-OSSORIO ALVARIÑO, Antonio - “Las Esferas de La Corte: Príncipe, Nobleza y mudanza en la Jerarquía”. in CHACÓN JIMÉNEZ, Francisco; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (eds.) - *Poder y movilidad social : cortesanos, religiosos y oligarquías en la Península Ibérica (siglos XV-XIX)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, CSIC: Universidad de Murcia, 2006, p.131-180; ATIENZA HERNÁNDEZ, Ignacio - *Aristocracia, poder...*, cit..

⁷⁵ OLIVAL, Fernanda - “As Ordens Militares Portuguesas sob os Áustrias: as mudanças e as continuidades”. in CARDIM, Pedro; COSTA, Leonor Freire; CUNHA, Mafalda Soares da - *Portugal na Monarquia Hispânica. Dinâmicas de integração e conflito*. Vas Jornadas Internacionais de Red Columnaria – História das Monarquias Ibéricas. Lisboa: CHAM, CIDEHUS, CHES, RED COLUMNARIA, (2013), p.169. Disponível em https://run.unl.pt/bitstream/10362/15733/1/E%26D%2018_Portugal%20na%20monarquia%20hispanica.pdf.

⁷⁶ GÓMEZ VOZMEDIANO, Miguel F. - “Archivos Nobiliarios españoles...”, cit., p.139-210; ROSA, Maria de Lurdes - *Arquivos de Família, séculos XIII-XX...*, cit., p.18.

num modelo socio-económico mais complexo e mais abrangente: a *Casa*⁷⁷. O senhor da Casa, representante da ou das linhagens que a constituíam, garantia a sua perpetuação através de uma disciplina doméstica rígida, definindo quem faria parte dela e quem poderia auferir dos seus rendimentos, numa clara intenção de restringir consumos, controlar gastos e gerir benefícios, apesar dos conflitos internos que esta limitação podia gerar⁷⁸. A Casa englobava, além dos descendentes e possíveis ascendentes directos do *pater famílias*, as pessoas que residiam sob a sua autoridade, isto é, todos os que coabitavam independentemente de terem com ele laços de parentesco⁷⁹. Mas se a Casa resultava da acumulação patrimonial e da riqueza, ela também se construía sobre o estatuto social da nobreza e, na prática, foi um modelo de gestão político, económico e simbólico incorporando na totalidade o *ethos* aristocrático, cujos valores, em cada geração, eram lembrados através do culto dos antepassados, da linhagem, do nome, do brasão de armas, bem como através da história e da memória familiar. Podemos afirmar que uma Casa aristocrática tinha sempre na sua base a história e o prestígio de uma ou mais linhagens, mas estas podiam existir independentemente da Casa⁸⁰.

O herdeiro, ou melhor, o administrador da Casa, tinha obrigação de prover ao acrescentamento da mesma e para isso apoiava-se em quatro pontos estruturantes: no serviço ao rei, na conservação e acumulação patrimonial, nas estratégias matrimoniais e no investimento em bens de prestígio e na memória. Relativamente ao serviço ao rei, o objectivo era obter mercês régias ou a sua renovação em cada geração (ofícios, honras e rendimentos) o que permitiria que a Casa se mantivesse geração após geração com o “brilho” e os meios necessários para servir a Coroa⁸¹. A conservação e acumulação patrimonial foi consubstanciada maioritariamente no modelo vincular e no dever de cada administrador, em cada geração, de manter e, se possível, de acrescentar os bens da Casa.

⁷⁷ Utilizaremos a palavra Casa com maiúscula, sempre que nos referirmos a este sistema. Veja-se em primeiro lugar toda a obra de Nuno Gonçalo Monteiro de que destacamos o fundamental estudo: MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *O crepúsculo dos grandes...*, cit.; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – “Casa e linhagem: o vocabulário aristocrático em Portugal nos séculos XVII e XVIII”. *Penélope: revista de história e ciências sociais*. [s.l.]. Cooperativa Penélope, Fazer e Desfazer a História: N.º 12 (1993), p.43-63; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – “O “ethos” da aristocracia portuguesa sob a dinastia de Bragança: algumas notas sobre a Casa e o Serviço ao rei”. *Revista de História das Ideias*. Coimbra. Revista de História das Ideias: Vol. 19, (1997), p.383-402. V. também: CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – “Aristocracia, poder e família...”, cit.; CUNHA, Mafalda Soares da – *A Casa de Bragança...*, cit.; RODRIGUES, José Damião – “A casa como modelo organizacional das nobrezas de São Miguel (Açores) no século XVIII”. *História: Questões & Debates*. [s.l.]. Vol. 36, n.º 1 (2002).

⁷⁸ No caso por nós estudado são vários os conflitos entre o herdeiro da Casa e os parentes (V.: SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.165 e seguintes).

⁷⁹ RODRIGUES, José Damião – “A casa como modelo organizacional das nobrezas...”, cit., p.13.

⁸⁰ MONTEIRO, Nuno Gonçalo – “Casa e linhagem...”, cit., p.43-63.

⁸¹ CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – “Aristocracia, poder e família...”, cit., p.63.

O acrescentamento material e social da Casa poderia ser (e era em muitos casos) apoiado por alianças matrimoniais vantajosas que incluíam estratégias específicas, tais como: o casamento único do primogénito, o casamento feminino escasso e, a acontecer, concertado com famílias mais proeminentes⁸². Atingir um determinado patamar e assumir as respectivas normas de sociabilidade advinha, em muitos casos, do estabelecimento de laços de parentesco e de alianças matrimoniais concertadas com noivos(as) de escalões superiores⁸³.

Quando falamos de Casa aristocrática, um elemento que não deveremos descurar é o relevante investimento em bens simbólicos. Como nos diz José Antonio Guillén Berrendero, “En general todos los privilegios de los que gozaban las noblezas europeas eran de índole ceremonial, políticos, honoríficos y simbólicos, pero servían para explicar su propia existência”⁸⁴. A importância do investimento em bens de prestígio os quais se consubstanciaram em vários elementos estruturantes: em primeiro lugar no nome, indicador de pertença a uma linhagem, componente fundamental da cultura aristocrática, a qual, por sua vez, buscava notoriedade e autoridade na memória dessa mesma linhagem. Ter consciência do nome implicava registar e memorizar tudo o que se considerava ser digno de lembrança como por exemplo um feito heróico ou um mito fundador, se possível ligado aos alvares da nacionalidade⁸⁵. Esse mito, evocado oralmente ou por escrito (a partir do século XIV-XV⁸⁶), era impresso pictoricamente no brasão de armas utilizado em múltiplos suportes. O nome e as armas faziam parte do discurso de distinção social e da primazia social e política da nobreza, evocavam a memória dos antepassados e, consoante os interesses dentro do grupo familiar, podia atribuir-se a cada um dos filhos um apelido diferente⁸⁷. Podia ocorrer a alteração de apelidos a meio de uma vida, por exemplo, para cumprir uma condição imposta por uma herança; pelo desejo de perpetuar a memória de um antepassado ou um afecto pessoal; devido a um pacto matrimonial; por prestígio ou

⁸² Que no caso presente, foi maioritariamente concertado após a morte do pai.

⁸³ RODRIGUES, José Damião – “A casa como modelo organizacional das nobrezas...”, cit., p.19-20.

⁸⁴ GUILLÉN BERRENDERO, José Antonio - *Más allá de la razón de Estado...*, cit., p.16.

⁸⁵ GOUVEIA, António Camões - “A linhagem ou o tempo da memória. D. Francisco Manuel de Melo e o nobre seiscentista”. *Ler História*. [s.l.]. N.º 18 (1990), p.4.

⁸⁶ CALLEJA PUERTA, Miguel - “El Factor Genealógico: Posibilidades Y Límites De La Documentación De Archivo Para La Elaboración De Historias Familiares”. *Emblemata: Revista aragonesa de emblemática*. [s.l.]. N.º 16 (2010), p.129.

⁸⁷ Ver, por exemplo: SEIXAS, Miguel Metelo de - “O uso da heráldica no interior da casa senhorial portuguesa de Antigo Regime: propostas de sistematização e entendimento”. in MENDONÇA, Isabel; CARITA, Helder; MALTA, Marise - *A casa senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro (séculos XVII, XVIII e XIX)*. *Anatomia dos Interiores*. Lisboa; Rio de Janeiro: IHA-UNL;EBA-UFRJ, 2014, p.103. GUILLÉN BERRENDERO, José Antonio - *Más allá de la razón de Estado...*, cit., p.9.

por conveniência social⁸⁸. A instituição de capelas, ligada ao culto dos antepassados e perpetuando a memória dos seus fundadores e à salvação das suas almas, tinha relação com a linhagem, mas também podia proporcionar relações privilegiadas entre uma Casa e uma Misericórdia, um mosteiro ou uma igreja. As celebrações religiosas inerentes ao cumprimento da vontade do fundador eram momentos de exteriorização do prestígio de uma família e se a uma capela fosse ainda aliado o direito de padroado - como é o caso que estudamos - a família padroeira reforçava a sua influência e poder sobre determinado local e este direito constituía uma mais-valia extremamente importante para uma Casa⁸⁹.

Se às dimensões simbólicas do estatuto nobiliárquico devemos reunir a mercê régia e a eficácia das estratégias/modelos reprodutivos, é imperativo compreender os instrumentos utilizados que permitiram às Casas aristocráticas o controle e afirmação do seu poder. Um desses instrumentos, aquele que desejamos destacar, é, sem dúvida, o arquivo.

2.2. A constituição, produção, posse de um arquivo.

Os modelos de estruturação linhagística da nobreza e a crescente complexidade da administração das propriedades e formas de transmissão patrimonial adoptados pelas aristocracias ibéricas, foram os grandes motores de produção documental. Esta foi ainda despoletada pela defesa da propriedade ou pela disputa pelos bens de morgados e capelas vagos na justiça⁹⁰. Segundo Paolo Cammarosano, a formação e custódia de uma estrutura arquivística autónoma não é própria de todos os organismos, mas apenas daqueles que tinham uma fisionomia territorial e institucional estável⁹¹. Transpondo a afirmação deste autor para a realidade dos Arquivos de Família, isto significa que, para a sua formação, foi necessária estabilidade, consistência e autonomia do património fundiário (e dos respectivos documentos) e foi essencial uma continuidade biológica, conectada com a

⁸⁸ MONTERO TEJADA, Rosa Maria - *Nobleza y Sociedad en Castilla...*, cit., p.26-28; CALLEJA PUERTA, Miguel - "El Factor Genealógico...", cit., p.142; SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.180.

⁸⁹ A fundação, a edificação e a doação, eram os três momentos ou actos constituintes de um sujeito como patrono e a atribuição deste direito correspondia geralmente ao usufruto do dízimo, o direito de nomeação de ermitões e apresentação de eclesiásticos sobre a igreja ou igrejas patrocinadas (V. XAVIER, Ângela Barreto - "A Organização Religiosa do primeiro Estado da Índia". *Anais de História de Além-mar*. [s.l.]. CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. N.º V (2004), p.40-41). V. ainda: ROSA, Maria de Lurdes - *As almas herdeiras: fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012, p.572 e seguintes.

⁹⁰ GÓMEZ VOZMEDIANO, Miguel F. - "Archivos Nobiliarios españoles...", cit., p.137.

⁹¹ CAMMAROSANO, Paolo - *Italia Medievale. Struttura e geografia...*, cit., p.206.

percepção/pertença a uma linhagem ou a uma Casa, sendo de destacar o facto de essa pertença acarretar determinadas responsabilidades, encargos e obrigações. O mesmo é dizer que, numa sociedade que se baseou na legitimidade para a reprodução sócio-económica, a posse de um arquivo converteu-se num garante de autenticidade e de autoridade e, por conseguinte, constituiu-se em mais um elemento constitutivo do poder do grupo aristocrático.

Como observa Joseph Morsel, quer o *Archival Turn* quer o *Tournant Documentaire* têm em comum duas dimensões: a primeira, construcionista e a segunda, de domínio. A dimensão construcionista baseia-se na evidência de que todo o arquivo produz um significado e permite a existência de determinados grupos sociais. Esta constatação é aquilo a que Morsel chama “eficácia sócio-genética”. O arquivo funciona como local de memória e de fundamento da entidade de determinados grupos. Por outro lado, arquivar significa a possibilidade (ou a ilusão?) de manipular e de dominar o tempo e o espaço através da conservação dos actos sociais consignados pelos documentos escritos. O arquivo é, neste sentido, encarado como um instrumento de controlo social e, por conseguinte, a história construída a partir destes acervos é, maioritariamente, a história dos grupos dominantes. Podemos então afirmar que os Arquivos de Família são fruto da consciência de determinadas famílias que, na sucessão das gerações, produziram, conservaram e (re)ordenaram o seu arquivo, de forma a manterem o domínio sobre a sua propriedade e sobre as pessoas que dela dependiam. Num processo contínuo, estas famílias foram conferindo aos seus arquivos intertextualidades que tornaram incompreensíveis, na sua maioria, as práticas arquivísticas anteriores⁹². Questionar esse(s) ponto(s) de partida é obrigatório, até porque a transformação de um simples agrupamento de documentos em arquivo representa um conjunto de etapas daquilo a que podemos apelidar de “consciência arquivística”, uma vez que admitimos que estes arquivos, enquanto conjuntos documentais conservados por um grupo familiar, são uma construção, um “dispositivo de domínio”, usado em proveito desse grupo que assegurava por um lado, o poder económico, através da salvaguarda das provas de posse do seu património e, por outro, a sua predominância social. A “grandeza” e reprodução de uma Casa, enquanto entidade institucional e simbólica, “repousava em mecanismos de autoridade e em noções de dever” e em Portugal verifica-se uma competição intensa entre

⁹² MORSEL, Joseph – “Histoire ou passé?...”, cit., p.3.

as Casas aristocráticas portuguesas por estatuto social, pelo património e pelo poder⁹³. A posse de um arquivo significou a posse de um instrumento de controlo fundamental: um meio (entre outros) de defesa e de domínio de um determinado grupo – a família ou a linhagem – sobre pessoas, mas também sobre um quinhão de recursos, vantagens, privilégios e estatuto social. Neste sentido, estes acervos permitiram a reprodução do domínio (político, social e económico) hereditário destes grupos familiares, domínio esse que, materializado num determinado conjunto de documentação (Arquivo de Família), foi transmitido, de geração em geração, e geralmente em bloco, a determinado(s) parente(s), implicando uma lógica senhorial de apropriação do poder⁹⁴. Este poder baseou-se, segundo Joseph Morsel, em ficções sociais (manipulações relativamente aos limites do grupo social; representações de continuidade) utilizadas com um objectivo preciso: ascender na escala social e manter essa posição no espaço e no tempo⁹⁵.

2.3. Funções práticas de um arquivo familiar. Propriedade, estatuto social, identidade, memória.

As noções de história, poder, identidade e memória estão presentes nos Arquivos Familiares e reflectem a imagem de um processo geracional de preservação, interpretação e reinvenção do arquivo, através do qual a família ia controlando, privilegiando e marginalizando determinados momentos da sua história⁹⁶. Neste sentido os Arquivos Familiares são parte fundamental da memória dos seus proprietários (aqui entendida como um processo entre outros), espelhando quer a propriedade que defendiam, a identidade que exaltavam e a memória que construíam a partir destes repositórios⁹⁷.

Podemos olhar os Arquivos Familiares como um sustentáculo construído, mantido, cuidado e utilizado pelo grupo aristocrático para a defesa e manutenção do seu património desde o momento em que a palavra escrita ultrapassou a oralidade na fixação das acções, dos acordos ou dos actos relacionados com a aquisição, venda, emprazamento

⁹³ MONTEIRO, Nuno Gonçalo – O crepúsculo dos grandes..., cit., p.95.

⁹⁴ MORSEL, Joseph – “Histoire ou passé?...”, cit., p.9; BELTRÁN CORBALÁN, Domingo - *El archivo de la casa de los Vélez. Historia, estructura y organización*. Murcia: Universidad de Murcia, 2014. Thesis Doctoral. Disponível em <http://digitum.um.es/xmlui/handle/10201/39349>.

⁹⁵ MORSEL, Joseph – “Histoire ou passé?...”, cit., p.10.

⁹⁶ COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan M. – “Archives, Records, and Power...”, cit., p.171-185.

⁹⁷ ROSA, Maria de Lurdes; HENRIQUES, Luís – “O Arquivo da Casa da Lapa (1804-1832) e os seus inventários: gestão dos bens e memória dos antepassados”. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Coimbra. Imprensa da Universidade de Coimbra: Vol. XXIX (2016), p.91.

e arrendamento de propriedades⁹⁸. O documento produzido sobre determinado bem acompanhava o percurso do mesmo e a conservação dos documentos dependia primeiramente da atitude do proprietário: esta poderia ser uma atitude de custódia e conservação cuidada, ou de incapacidade para o fazer⁹⁹. Em Itália, os arquivos das famílias aristocráticas tiveram uma evolução semelhante aos arquivos eclesiásticos: a um núcleo de pergaminhos, que documentaram maioritariamente a transferência de propriedades, juntaram-se os cartulários; entraram depois os documentos relacionados com a gestão e, consoante o nível cultural da família, entraram documentos autógrafos, notas ou livros de *ricordanze*¹⁰⁰. Na Península Ibérica a origem da maioria dos Arquivos de Família encontra-se precisamente no morgadio e na formação e consolidação dos senhorios. A acumulação e conservação documental fez-se a partir de documentação respeitante a doações régias de privilégios e direitos a que depois se juntaram as respectivas confirmações. A estes agruparam-se os documentos fundacionais de morgados e sucessivas agregações de propriedades com os respectivos testamentos, vínculos e dotes¹⁰¹. Embora para outros autores, como Francisco Borja de Aguinagalde, tenham existido vários tipos de produtores de arquivos, centraremos a nossa atenção nos arquivos da pequena nobreza e aristocracia uma vez que os Arquivos Familiares se concentraram, em grande medida, nas suas mãos¹⁰².

O património revelou-se fundamental na medida em que permitiu a manutenção e a transmissão do estatuto social baseado no prestígio e na honra familiar. Aliás, honra e prestígio articulam-se intimamente para reflectir não apenas a auto-imagem que a nobreza fazia de si mesma, mas também aquela que pretendia ostentar. Se a memória foi um dos

⁹⁸ CLANCHY, Michael T. - *From memory to...*, cit., p.129; STOCK, Brian - *The implications of...*, cit., p.4.

⁹⁹ Neste caso, podia confiar-se a custódia de documentos aos cartórios eclesiásticos, os quais, não raramente, eram patrocinados pelos próprios senhores laicos (V. por exemplo CAMMAROSANO, Paolo – *Italia Medievale. Struttura e geografia...*, cit., p.53-54; 59). No caso do ACBL poderemos apontar o caso do documento de instituição do Morgado do Castelo, cujo instituidor utilizou como depósito “fiável” o mosteiro de Santo Elói (V. SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.90).

¹⁰⁰ CAMMAROSANO, Paolo – *Italia Medievale. Struttura e geografia...*, cit., p.277.

¹⁰¹ LAFUENTE URIÉN, Aránzazu; GARCÍA ASER, Rosario - *Archivos Nobiliarios...*, cit., p.21-22.

¹⁰² Borja de Aguinagalde aponta, no caso da Monarquia Hispânica, três tipos de perfis históricos de criadores e proprietários de Arquivos de Família: as famílias da nobreza titulada; as famílias de notáveis locais ou regionais que integram as elites e os governos dos reinos ibéricos e as famílias pertencentes a níveis sociais menos “proeminentes” que conservam os documentos relacionados com uma casa ou um negócio (V. BORJA DE AGUINAGALDE, Francisco - *Archivos de Familia y Archivos domésticos...*, cit., p.11). No entanto é necessário não esquecer a existência de arquivos de camponeses de que há vários exemplos. Uma das comunicações apresentadas nos encontros do ARCHIFAM, (supra citado) é precisamente sobre arquivos de camponeses Consulta [em linha:] <http://fesh.unl.pt/arqfam/?portfolio=archifam>). Sobre Arquivos de camponeses podemos ainda citar o interessante estudo etnográfico de DISKIN, Martin – “The peasant family Archive...”, cit., p.209-229.

elementos que os arquivos permitiram guardar, tratou-se de uma memória “arquivada” e (re)utilizada para defesa dos interesses próprios - e para isso construída – e não uma memória originalmente produzida, por exemplo, para a escrita da história familiar¹⁰³. Os documentos presentes em Arquivos Familiares são, em grande medida, resultantes primeiramente da consciência de uma necessidade de fixação/memorização e transmissão do património, fundiário e simbólico e, maioritariamente após a lei de abolição do morgadio, transformaram-se em locais de identidade e de memória, fazendo uma ponte entre o passado e o futuro. A família aristocrática, enquanto espaço de construção de uma identidade e memória, produziu, conservou, inventariou e, na melhor das hipóteses, transferiu o seu arquivo às gerações futuras: ao apropriarem-se deste objecto, cada um dos herdeiros adquiriu uma perspectiva genealógica do seu passado, perspectiva essa transmitida pelos seus antecessores e incorporou os valores e modalidades do património, material e simbólico, herdado¹⁰⁴. Os processos de construção de identidade e memória são, na generalidade, resultado da necessidade de pertença a um colectivo, neste caso a uma parentela, a uma linhagem, a uma Casa.

Ao longo de toda a Idade Moderna a necessidade de comunicar e explicar a identidade também se consumou na produção de documentos genealógicos. Por esta razão, as genealogias deverão ser entendidas para além das funções práticas informativas que tinham, por exemplo, para reclamação de morgados. Quer as árvores genealógicas quer as genealogias pretendiam justificar e legitimar o presente mais do que o passado e por isso devem ser lidas como um modelo cultural de construção da imagem e da identidade familiar, na medida em que através delas, a família apreendia a sua posição relativa dentro do entramado hierárquico do grupo nobiliárquico¹⁰⁵.

O recurso ao passado reflectia-se também na difusão de narrativas, de rituais, de tradições familiares ou ainda na exaltação de antepassados e na exaltação de determinados objectos como parte de um passado comum¹⁰⁶. As casas, recheadas de história, de objectos e de tradições familiares, eram também (e ainda são nalguns casos) os repositórios dos arquivos escritos nos quais todos estes elementos se reuniam. As narrativas familiares eram um “conjunto diverso de meios de construção da memória que permitiam falar da

¹⁰³ KETELAAR, Eric - “Muniments and monuments...”, cit., p.345.

¹⁰⁴ KETELAAR, Eric - “The genealogical gaze...”, cit., p.14.

¹⁰⁵ GUILLÉN BERRENDERO, José Antonio - *Los Mecanismos Del Honor...*, cit., p.174.

¹⁰⁶ Para uma reflexão sobre memória e identidade, veja-se: SOBRAL, José Manuel – “Da Casa à Nação: Passado, Memória, Identidade”, *Etnográfica*. [s.l.]. Vol. III (1), 1999, p.71-86.

família, evocando-a como um colectivo onde se uniam os vivos e os mortos”¹⁰⁷. Podemos assim falar de um “poder de recordar”¹⁰⁸ – memórias, antepassados, narrativas – poder esse que não era acessível nem cultivado por todas as famílias e que permitiu a construção de identidades próprias de determinados grupos familiares. Da mesma forma que os arquivos de algumas comunidades advieram da necessidade de preservar a sua própria memória, servindo propósitos administrativos e de protecção de interesses próprios, podemos afirmar que os Arquivos de Família tiveram origem na necessidade de guardar memória dos actos de relevo dentro da esfera e do passado familiar e que, também eles, se transformaram simultânea e crescentemente em locais de defesa e de memória, transformando a família numa “comunidade de memória”¹⁰⁹.

¹⁰⁷ SOBRAL, José Manuel – “Da Casa à Nação...”, cit., p.76.

¹⁰⁸ Expressão utilizada por COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan M. - “Archives, Records and Power...”, cit., p.3.

¹⁰⁹ KETELAAR, Eric - “Muniments and monuments...”, cit., p.347-348.

3. A família Figueiredo Cabral da Câmara: apresentação global.

O presente capítulo pretende dar a conhecer, em termos gerais, o grupo familiar dos Figueiredo Cabral da Câmara¹¹⁰. Não faremos aqui uma monografia sobre a família nem exporemos neste capítulo a história de cada um dos seus membros. O nosso propósito é descrever as linhas de força que caracterizam o percurso do grupo familiar no sentido de compreender o contexto social, cultural e económico em que este se moveu. Remetemos preferencialmente para a consulta dos anexos n.º 4 e n.º 5 e para os elementos biográficos que se encontram na parte III, cap.1, ponto 1.3.1.

Restringindo-nos à cronologia proposta, podemos afirmar que, pelo menos desde a segunda metade do século XV, os Figueiredos são um grupo familiar em mobilidade ascendente, encontrando-se perto dos centros de poder – o rei e a corte - através do desempenho de cargos militares e do cargo de escrivão da Fazenda que se verifica a partir de Henrique de Figueiredo, cavaleiro da Casa Real, e através do estabelecimento de alianças matrimoniais vantajosas que aproximaram a família do círculo restrito do grupo de oficiais que servia o rei¹¹¹.

Relativamente às alianças matrimoniais dispomos de poucos dados para a geração de João Lourenço de Figueiredo. Apenas podemos dizer que terá casado com uma sua parente, Teresa ou Senhorinha de Figueiredo¹¹². Já Henrique de Figueiredo, seu filho, privilegiou na sua escolha a existência de património, uma vez que casou com uma herdeira abastada, Catarina Alves, filha de um “homem nobre”, a quem chamavam o “rico de Santarém”. Na escolha de enlaces para os seus filhos, Henrique preferiu filhos de oficiais da Casa do Infante D. Fernando, filhos de oficiais da Casa Real, da administração régia e militares¹¹³. Rui de Figueiredo, seu primogénito, casou, após enviudar de Maria Jácome¹¹⁴, com Maria Correia, filha legitimada de Brás Afonso Correia, um homem muito próximo de D. Manuel I desde que este era duque de Beja¹¹⁵.

¹¹⁰ Para uma compreensão da sequência genealógica, sucessão de gerações e propriedades da casa, remetemos preferencialmente para a consulta dos anexos n.º 4, 5, 6 e 8.

¹¹¹ Sabemos, por exemplo, que Henrique de Figueiredo participou na batalha de Toro ao lado de D. Afonso V (MORENO, Humberto Baquero; FREITAS, Isabel Vaz de - *A corte de Afonso V: o tempo e os Homens*. Gijón: Trea, 2006. p.236).

¹¹² SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.37.

¹¹³ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.54.

¹¹⁴ Filha de Pedro Jácome, fidalgo da Casa do Infante D. Fernando (SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.54).

¹¹⁵ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.57.

Durante o século XVI a proximidade à Corte régia reforçou-se com o casamento de Jorge de Figueiredo Correia com Catarina de Alarcão, dama colaça da rainha D. Catarina de Áustria por volta de 1526. As alianças nas gerações seguintes estabeleceram-se com os Juzarte (comendadores de Tomar) e com os Castros Sousa Ribeiro de Vasconcelos (alcaides mores de Pombal), havendo ainda uma importante incidência relacional com a Casa da Infanta D. Isabel de Bragança (casada com o infante D. Duarte, filho de D. Manuel), através das cunhadas Maria de Alarcão e Catarina de Castro - respectivamente irmã e mulher de Rui de Figueiredo Correia - que eram suas damas¹¹⁶.

Para que as estratégias matrimoniais fossem bem-sucedidas, era indispensável existir, por um lado, uma base patrimonial que sustentasse as suas pretensões e, por outro, a adopção de um regime que favorecesse a sua acumulação. Durante o período Quinhentista esta linhagem reuniu um conjunto apreciável de bens: além dos morgados da Lobagueira e do Castelo, da Quinta d'Ota e de um prazo real da Lezíria da Praia, faziam ainda parte do património familiar, no final do século, os seguintes bens da Coroa: a donataria dos Maninhos da Covilhã, o Casal de S. Bartolomeu e dois padrões de juro¹¹⁷. Além disso, ao longo desta centúria, os Figueiredos escolheram maioritariamente Ota para compra de terras, o que indica a intenção de acumular património neste local.

O regime de heranças adoptado pela linhagem não foi uniforme ao longo do período estudado. Não havendo consciência de que a divisão dos bens poderia cercear as possibilidades de acrescentamento que um conjunto patrimonial intacto proporcionaria, a primogenitura e a varonia, enquanto modelos de transmissão do património, ainda não eram praticados pelos Figueiredos no século XVI. Se o herdeiro do conjunto patrimonial mais significativo foi sempre o primogénito varão, não foi ele o herdeiro único do conjunto dos bens. Com efeito, os secundogénitos, filhos e filhas, beneficiaram de uma parte importante deste património embora, a partir do momento em que os bens foram vinculados, a tendência foi a adopção da primogenitura e da varonia¹¹⁸. Uma parte das instituições, designações e heranças, revelam precisamente a consciência, cada vez mais presente nos testadores em cada geração, da existência de um tronco familiar referencial comum. Não será casual o facto de os conflitos intrafamiliares envolverem sempre os bens destinados ao primogénito de cada geração¹¹⁹.

¹¹⁶ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.62. V. anexo n.º 5, árvore genealógica n.º2.

¹¹⁷ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.78.

¹¹⁸ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.96.

¹¹⁹ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.169 e seguintes.

Se no início do século XVI as alianças matrimoniais foram uma opção para vários filhos e filhas dos casais desta linhagem, até ao início do século XVII não constatamos grandes modificações no tipo de estratégias adoptadas pelo grupo familiar. No entanto, a partir da geração de Rui de Figueiredo de Alarcão, verificamos a opção clara no casamento único do varão primogénito, casamento esse que ocorreu tardiamente, isto é, posteriormente à morte do progenitor. Isto verificou-se quer no caso de Rui de Figueiredo de Alarcão, quer no caso de seu filho, Pedro de Figueiredo de Alarcão. O primeiro casou com mais de 40 anos e o segundo com 38 anos e este padrão permaneceu, em grande medida, ao longo do século XVIII. A decisão de concertar o matrimónio após a morte do senhor da Casa não é uma decisão inocente. Por detrás desta opção encontramos uma estratégia de mobilidade ascendente e negociações cuidadosas já que, um primogénito herdado, podendo usufruir de todos os bens da sua Casa, teria mais possibilidade de encontrar noiva num patamar social superior, o que de facto veio a suceder. A partir do final do século XVII e ao longo de todo o século XVIII foram preferencialmente concertados casamentos com filhas de linhagens de grande prestígio como a dos Cabrais, e com filhas de “Grandes”, como os Valadares ou os Ribeira Grande e podemos afirmar que este constitui um dos elementos chave para a ascensão da Casa dos Figueiredos de Ota à chamada “primeira nobreza de corte” e depois à titulatura¹²⁰.

Relativamente ao serviço à Coroa, se no início do período abarcado pelo nosso estudo o serviço na administração régia foi o meio através do qual esta linhagem se manteve, de alguma forma, perto dos centros de poder, a partir do final do século XVI dá-se uma alteração muito significativa na medida em que o tipo de serviços prestados pelos Figueiredos passou do alto oficialato régio para o serviço militar, numa clara procura de preeminência social dentro do grupo nobiliárquico. A linhagem “sacrificou” vários dos seus membros, a começar por Rui de Figueiredo Correia, que acompanhou D. Sebastião e morreu na batalha de Alcácer-Quibir, numa tentativa de alcançar reconhecimento e prestígio entre os pares. O eixo de investimento em serviços militares ficou ainda mais claro no século XVII: Jorge de Figueiredo viu morrer quatro dos seus filhos, dois ao serviço da Monarquia Hispânica e outros dois ao serviço da causa restauracionista. Este facto teria como consequência a garantia da lealdade e da fidelidade deste vassalo e do respectivo reconhecimento régio que se estenderia aos seus descendentes, com as respectivas recompensas. Já na sétima geração, Rui de Figueiredo

¹²⁰ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.102.

de Alarcão inseriu-se no conjunto de fidalgos que, tomando parte na conjura de 1 de Dezembro de 1640, foram imediatamente escolhidos para cargos de relevo. O seu desempenho na Guerra da Restauração, durante o reinado de D. João IV e ainda na regência de D. Luísa de Gusmão, foi importante para a consolidação da posição dos Figueiredos dentro do grupo. No entanto, quando D. Pedro tomou o poder, Rui de Figueiredo de Alarcão não se incluiu no círculo próximo do rei e não usufruiu totalmente da abertura que então se verificou no grupo aristocrático¹²¹.

Das diferentes formas e oportunidades de serviço – na administração, na carreira militar e na diplomacia – este grupo familiar retirou, sem dúvida, vantagens patrimoniais, mas também o estabelecimento de uma rede de relações dentro do universo aristocrático a partir do final do século XVII e inícios do XVIII. Pedro de Figueiredo de Alarcão, filho de Rui de Figueiredo de Alarcão, serviu a Coroa de duas formas: através de serviços militares e diplomáticos. No entanto, a sua infeliz participação na Guerra de Sucessão de Espanha, com a perda da cidade de Portalegre para onde tinha sido designado como governador, colocou-o numa posição delicada. A forma como conseguiu “sair ileso” deste revés mostra que, apesar das adversidades, a sua posição dentro do grupo da “primeira nobreza” estava consolidada. Mais ainda, a Casa que deixou a seus filhos, cuja dimensão e características eram já as de uma grande Casa, possibilitou a permanência destes dentro do círculo da “primeira nobreza de corte” durante todo o período Setecentista¹²².

A nona geração de Figueiredos logrou desempenhar sobretudo cargos palatinos de proximidade à família Real. Os serviços dos filhos de Pedro de Figueiredo e de Francisca Inês de Lencastre foram como se indica: Rodrigo António de Figueiredo serviu o infante D. Manuel como camarista¹²³, Margarida de Meneses¹²⁴ e Madalena Luísa¹²⁵ foram damas da rainha D. Maria Ana de Áustria. Já Miguel Joaquim de Figueiredo foi Deão da Sé de Leiria¹²⁶. O casamento de Madalena Luísa de Lencastre com Vasco da

¹²¹ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.142-143. As posições adquiridas até à regência deste infante são, na generalidade, as posições que se mantêm até ao pombalismo, o que se verifica na linhagem dos Figueiredos (MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *O crepúsculo dos grandes...*, cit., p.38-39).

¹²² SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.143.

¹²³ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.141.

¹²⁴ ACBL, cx.21, n.º 23.

¹²⁵ ACBL, cx.14, n.º 30.

¹²⁶ V.: D'AZEVEDO, Ricardo Charters - *William Charters - um oficial inglês em Leiria no século XIX*. Leiria: Textiverso, 2014. Segundo este autor, era aqui que se situavam os antigos paços do marquês de Vila Real, mais tarde conde de Valadares.

Câmara, que foi camarista do infante D. Francisco¹²⁷, também permitiu manter essa proximidade às pessoas reais, nos seus descendentes¹²⁸.

O percurso ascendente dos Figueiredos teve certamente muito a ver com uma estratégia concertada de acumulação patrimonial. Apesar de alguma dispersão de bens durante o século XVI, como referimos, a plena adopção da primogenitura e da varonia verifica-se quando, em 1644, Jorge de Figueiredo afirmava no seu testamento que pretendia “fazer casa” no seu primogénito, Rui de Figueiredo de Alarcão. A assumpção clara de uma lógica de Casa foi assumida no momento em que Rui de Figueiredo de Alarcão efectuou, ainda em vida, uma escritura de doação de todos os bens a favor de Pedro de Figueiredo de Alarcão, através da qual os irmãos abdicavam de qualquer pretensão aos bens da Casa, ficando apenas com uma pensão paga pelo primogénito¹²⁹.

A acumulação patrimonial, através da aquisição de parcelas de terras adjacentes a propriedades da Casa, em Ota, e também no Pátio de D. Fradique Manoel, prosseguiu até ao século XVIII, quando se integrou nos bens da Casa a Alcaidaria Mor da Sertã e Pedrógão¹³⁰ e a comenda de S. Pedro de Babe da apresentação da Casa de Bragança (1732)¹³¹ por via de Vasco da Câmara. Assistimos ainda à compra e arrendamento de casas, terras e celeiros em Salvaterra por parte de Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral, possivelmente enquadrada na chamada “vaga agrarista” que se verificou na segunda metade do século XVIII, caracterizada pelo crescente interesse pela agricultura, que se traduziu num enriquecimento e reconversão da paisagem agrária¹³². Já seu filho, Vasco Manoel, além de um conjunto de benefícios decorrentes dos ofícios desempenhados, obteve por mercê régia de juro e herdade, a Capela da Barreteira¹³³.

O património dos Figueiredos aumentou também devido a várias heranças. No século XVII uma parentela próxima privilegiou o representante do tronco principal da linhagem: porque este representou o seu amparo ou porque o facto do património ter

¹²⁷ ACBL, cx.54, n.º 92.

¹²⁸ Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral foi gentil homem da câmara do infante D. Pedro desde 1764 (ACBL, cx.136, n.º 1194); sua mulher Mariana de Meneses foi dama de honor da Rainha D. Maria I e camarista do infante D. João (ACBL, cx.15, n.º 54 e n.º 57).

¹²⁹ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.156.

¹³⁰ ACBL, cx.54, n.º 92.

¹³¹ ANTT, RGM, D. João V, Livro n.º 21, fl.291.

¹³² ACBL, cx.8, n.º 64; ACBL, cx.17, n.º 57; V. n.º 1235 da TAD. Sobre a chamada “vaga agrarista” que atraiu mais capitais para a agricultura, que promoveu o aproveitamento de terra incultas, o enxugo de paus e a aposta em culturas como os pomares, o milho e hortícolas, e a subordinação da agricultura ao mercado ver: SERRÃO, José Vicente – “Foi o século XVIII uma época de crise ou de progresso para a agricultura portuguesa?”. in SILVA, Álvaro F.; LAINS, Pedro (eds.) - *História Económica de Portugal, 1700-2000*. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais: Vol. I, (2005), p.145-175.

¹³³ ACBL, Livro n.º 51, p.139.

pertencido a avós comuns dava sentido a essa herança¹³⁴. Além disso a acumulação patrimonial no mesmo local era vista como muito vantajosa, especialmente no caso de Ota, até ao ponto de serem preteridos herdeiros forçosos¹³⁵. No século XVIII a herança da Casa de Belmonte por Madalena Luísa de Lencastre merece um destaque especial, uma vez que representou um importante acréscimo nos ingressos da Casa.¹³⁶ Além disso, esta herança representou ainda um importante acrescentamento simbólico, uma vez que conferiu a posse de um senhorio jurisdicional, a Alcaidaria Mor da mesma vila, a apresentação de Igrejas e “outros infinitos privilegios”¹³⁷. Podemos afirmar que Madalena Luísa de Lencastre e Vasco da Câmara foram construtores daquilo a que poderemos chamar a “segunda Casa de Belmonte”, sendo que a “primeira Casa de Belmonte” teve origem no século XIV, num conjunto de morgados instituídos, entre outros, por D. Gil, bispo da Guarda, por Maria Gil sua filha e por Fernão Cabral e sua mulher Isabel de Gouveia¹³⁸. A “primeira Casa” integrou também, desde 1397, a alcaidaria mor de Belmonte e a posse, de juro e herdade, das terras de Azurara e de Manteigas, por doação de D. João I a Luís Álvares Cabral¹³⁹.

A “construção” de uma Casa era um processo de longa duração, exigindo o contributo de várias gerações. O percurso dos “Figueiredos de Ota” para a chamada Casa de Belmonte, designação que poderemos utilizar apenas a partir da herança e incorporação desta Casa no património familiar, significou, também, a adopção de estratégias concertadas que permitiram atingir o patamar da primeira nobreza de corte e o nível económico suficiente para sustentar os cada vez mais exigentes padrões de consumo. Isto significou que o rendimento da casa dos Figueiredos de Ota já se encontrava ao nível das grandes Casas aristocráticas da época, o que permitiu a esta família acumular um conjunto de elementos representativos de um estatuto de topo dentro

¹³⁴ É o caso da herança de Jerónima Lobo (SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.166).

¹³⁵ No caso de Mariana Coutinho, que assim justificou a nomeação de Rui de Figueiredo de Alarcão perante o seu filho (SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.166).

¹³⁶ Apenas para termos uma ideia, dentro do conjunto patrimonial total da Casa, em 1807, o morgado do Castelo rendia 1:211\$120 réis anuais, as cinco comendas no seu conjunto rendiam 6.190\$000 réis anuais e o morgado de Belmonte representaria um ingresso de 7:350\$000 réis anuais. ACBL, Livro n.º 51, p.273.

¹³⁷ ACBL, Livro n.º 51, p.63.

¹³⁸ ACBL, Livro n.º 51, p.61; V. anexo n.º 11.

¹³⁹ Luís Álvares Cabral fez parte da Casa do Infante D. Henrique, e participou, com seu filho Fernando Álvares Cabral, na conquista de Ceuta. SAMPAYO, Luís de Mello Vaz de – “Subsídios para uma biografia de Pedro Álvares Cabral”. (Separata). *Revista da Universidade de Coimbra*. Coimbra: (1971), p.10-11. A ligação dos Cabrais aos Figueiredos tem origem nos serviços que ambas as linhagens prestaram à Casa do Infante D. Henrique e depois à Casa do Infante D. Fernando (V. SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.36).

da hierarquia nobiliárquica, logrando atingir a titulação e, portanto, o topo da hierarquia social¹⁴⁰. A tendência de endividamento crescente apontada para a nobreza portuguesa durante este século terá tido eco também na Casa dos Figueiredos logo após a morte de Pedro de Figueiredo, como veremos¹⁴¹. O terramoto de 1755 não deve ser olvidado neste contexto, uma vez que a destruição das casas de habitação da família em Lisboa obrigou a que a família fizesse uma despesa considerável na construção de uma nova casa, o palácio da Boa-Hora, na Ajuda. Segundo pudemos apurar, no entanto, a exploração directa de uma parte considerável das terras (em Ota, na Lezíria da Praia e em Salvaterra) e os ingressos acrescidos das heranças, sobretudo de Belmonte, terão sido um paliativo importante para o controle e saneamento das dívidas da Casa¹⁴².

A importância da memória familiar dos Figueiredos, consubstanciada no culto dos antepassados, partiu de um «momento fundador» por nós identificado como o testamento de Rui de Figueiredo e de Maria Correia em 1517. Neste documento o casal instituiu um morgado na Lobagueira com uma capela no convento de S. Bento de Xabregas¹⁴³ e ambos desempenharam um papel referencial fundador relativamente a todos os membros desta linhagem¹⁴⁴. Na verdade, a reminiscência desse momento perdurou ao longo dos séculos na memória da linhagem através das obrigações pias a que aquela instituição obrigava. Destacáramos a importância conferida à linhagem Figueiredo dentro dos vários ramos que a família poderia invocar, relevância essa corporizada por exemplo através das duas pedras de armas colocadas no portal e no terraço da casa familiar em Lisboa que ainda hoje podem ser vistas.

Assumindo crescentemente o modelo de uma Casa aristocrática, cada geração desempenhou o seu papel na construção da mesma, mantendo indiviso o património e acrescentando-o, servindo a Coroa e cultivando a memória linhagística que permitiria a construção da sua auto-imagem e a identificação com os seus pares. Se o património foi um dos grandes motores para a produção e para a conservação de documentos pelos Figueiredos, ele desembocou, na prática, na constituição de um arquivo. Veremos de seguida o percurso do mesmo ao longo dos quinhentos anos da sua existência.

¹⁴⁰ Para uma comparação ver: MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *O crepúsculo dos grandes...*, cit., p.291-293.

¹⁴¹ Relativamente à tendência de endividamento veja-se: MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *Elites e Poder...*, cit., p.151.

¹⁴² Em 1772 a Quinta de Ota renderia 2.000\$000; as terras de Salvaterra e a Lezíria da Praia renderiam 1.600\$00.

¹⁴³ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit.

¹⁴⁴ V. SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.90; 179.

PARTE II - HISTÓRIA(S) DE UM ARQUIVO E CONSTITUIÇÃO DE UM CORPUS ANALÍTICO DA PRODUÇÃO DOCUMENTAL

“Já desde séculos se perdera a memória do lugar que ocupava aquela torre nas complicadas fortificações da Honra do Senhorio de Santa Ireneia. Não era decerto (segundo o padre Soeiro) a nobre torre albarrã, nem a de alcáçova, onde se guardava o tesouro, o cartório, os sacos tão preciosos das especiarias do oriente”

Eça de Queirós in *A Ilustre Casa de Ramires*

O ACBL, com cerca de trinta metros lineares, contém documentação conservada por quinze gerações da família Figueiredo Cabral da Câmara entre o final do século XV e a actualidade. De todo o conjunto documental produzido, recebido e conservado pela família Figueiredo Cabral da Câmara, foi seleccionado, em função da análise da documentação, das bases teóricas relativas à organização de Arquivos de Família que seguimos e do inquérito historiográfico, um conjunto de documentos coerente e representativo que sustenta o nosso propósito: a explanação da produção documental da linha genealógica dos Figueiredos - a chamada linhagem dos “Figueiredos escrivães da Fazenda” ou “Figueiredos Senhores de Ota”¹⁴⁵ - a que doravante chamaremos Figueiredos de Ota ou apenas Figueiredos.

A nossa opção foi claramente pelo estudo da documentação produzida pela linha familiar que conservou a documentação, pelo menos desde a segunda metade do século XV e justificou-se porque os Figueiredos foram os principais acumuladores e conservadores de documentação. Atendendo à continuidade biológica da linhagem e à conservação documental verificada é possível traçar um percurso deste acervo e dos seus produtores desde então. No entanto, o escopo deste trabalho teve de ser restringido devido ao limite de tempo útil para concluir a presente investigação. Esta foi uma das razões para a escolha, como limite final, a documentação produzida pelo casal Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara e Jerónima Margarida de Noronha (1766-1840)¹⁴⁶. Este

¹⁴⁵ Esta linhagem foi estudada de forma muito profunda na tese de mestrado. Embora os Figueiredos não detivessem senhorio jurisdicional em Ota, foi assim que se auto-designaram pelo menos até à geração que, nascida no final do século XIX, entra no século XX. Trata-se de uma auto-percepção interessante do ponto de vista social e até político.

¹⁴⁶ V. anexos n.º 3, n.º 4 e n.º 5.

casal foi o último a viver dentro da ordem que informava o Antigo Regime¹⁴⁷ e que, como sabemos, se alterou irreversivelmente a partir de 1820. Foi também este casal o produtor do importante *Tombo de 1807* (de que falaremos adiante), que contém a informação sobre as propriedades da Casa e um inventário de todo o arquivo à época. Por fim Vasco e Jerónima Margarida marcaram uma etapa muito relevante no percurso de mobilidade ascendente, que vinha sendo traçado desde o século XVI: foram os primeiros a ascender à titulação.

1. História custodial do acervo actual

A história custodial do arquivo é fundamental na medida em que permite compreender o que nos chegou do passado e como nos chegou. Apesar das dificuldades enfrentadas na sua reconstituição devido à falta de dados para a completar, podemos dizer que o ACBL é, actualmente, o resultado da conservação de documentação conduzida por Vasco Maria (III), que incluiu uma série de recolhas documentais em casas de família e de um trabalho feito por nós ao longo de mais de vinte anos¹⁴⁸.

Pretendemos neste ponto tentar reconstituir – ainda que com limitações - o percurso da documentação que se encontra hoje no arquivo e a forma como este chegou aos nossos dias¹⁴⁹. Para atingir o nosso objectivo utilizaremos quer os dados históricos que recolhemos, quer as informações que nos foram fornecidas dentro da família, quer aquilo que presenciámos, bem como algumas acções que levámos a cabo neste contexto.

Como é sabido, para haver preservação documental é necessário existirem, ao nível material, algumas condições particulares ligadas, por um lado, aos materiais de que são feitos os documentos – papel, pergaminho, tintas utilizadas, etc. – e, por outro, à existência de condições ambientais específicas, como a ausência de humidade, de insectos, fungos ou roedores¹⁵⁰. Também é nossa convicção que a acumulação e a

¹⁴⁷ CARDIM, Pedro - *O Poder dos Afectos...*, cit., p.394.

¹⁴⁸ Iniciámos a arrumação e descrição do arquivo cerca de 1997, como tivemos ocasião de explicar em: SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – “Estudo de um arquivo familiar. Problemas e métodos de Investigação”. *Actas do III Congresso Casa Nobre*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, (2011), p.342-353. Sobre a dificuldade de elaborar história custodial de Arquivos de Família veja-se: ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (eds.) - *Rethinking the Archive...*, cit., p.13.

¹⁴⁹ Tivemos em mente neste ponto o artigo fundamental de ESCH, Arnold - "Chance et hasard de transmission: Le problème de la Représentativité et de la déformation de la transmission historique". in SCHMITT, Jean-Claude; OEXLE, Otto Gerhard - *Les tendances actuelles de l'histoire du moyen âge en France et en Allemagne: Actes des colloques de Sèvres (1997) et Göttingen (1998)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2003.

¹⁵⁰ V. por exemplo: CORREIA, Inês – “Preservar o seu Arquivo de família”. in ROSA, Maria de Lurdes; NÓVOA, Rita Sampaio da (coords.) – *Arquivos de família: Memórias Habitadas...*, cit., p.62-75.

conservação documental nos locais de produção ou em posse das famílias se ligaram, indelevelmente, a uma relação directa entre a utilidade do arquivo e o espaço disponível para o manter. O mesmo será dizer que a conservação documental também se relacionou com um espaço físico concreto. Em termos práticos, a existência destes espaços onde se conservaram os acervos permitiu às famílias ao longo dos tempos recuperarem a informação contida na documentação de uma forma célere porque fisicamente próxima, socorrendo-se, por vezes, de inventários. Isto permitiu-lhes, mais do que o estritamente necessário, poupar o recurso aos serviços de um tabelião ou a pedidos de documentação a instituições eclesiásticas ou à Torre do Tombo, por exemplo. Portanto, dispor de um local físico (próprio ou adaptado) para acondicionar os documentos – uma sala, uma arca, um armário, um contador – era (e é ainda hoje) uma das condições *sine qua non* para a conservação dos acervos na posse das famílias.

No caso dos Figueiredos de Ota não temos indicação, em inventários de bens, plantas de edifícios ou noutro tipo de notícias, de que tenha havido um espaço reservado exclusivamente na(s) casa(s) para guardar documentação até ao final do século XX. Que saibamos, a família não dispunha de uma “sala de arquivo”, como podemos encontrar em algumas famílias da nobreza peninsular¹⁵¹. Terá havido, sem dúvida, um local em alguma das casas onde estaria, talvez, uma arca, um móvel, no sentido literal do termo, contendo os documentos indispensáveis à boa gestão e prova de propriedade, testamentos, assentos de dívidas, entre outros¹⁵². Afigura-se, assim, útil um breve apontamento sobre os principais locais de habitação da família ao longo dos séculos. Sabemos que, no final do século XV inícios do XVI, Henrique de Figueiredo e seu filho terão habitado numa casa perto do Castelo de S. Jorge¹⁵³ e sabemos também que aforaram uma casa na rua Direita de Cata-que-farás, perto da chamada Porta da Oura¹⁵⁴. Rui de Figueiredo já habitaria, pelo

¹⁵¹ PESTANA, Manuel Inácio – *A Reforma Setecentista do Cartório da Casa de Bragança*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1985; CUNHA, Mafalda Soares da – *Linhagem, Parentesco e Poder...*, cit., p.14; BELTRÁN CORBALÁN, Domingo – *El archivo de la casa de los Vélez...*, cit., p.44; IGLESIAS BLANCO, Anastasio Santos – “La Casa de Amarante, Siglos XVI-XIX”. *Obradoiro de Historia Moderna*. Universidad de Santiago de Compostela. Servicio de Publicaciones e Intercambio Científico: n.º 18, XXX-XXX (2009), p.283-308.

¹⁵² Os arquivos começaram por ser móveis nos vários sentidos da palavra. Ver, sobre este tema: ZOZAYA-MONTES Leonor - "Aspectos Materiales Y Simbólicos De Archivos, Escribanías Y Documentos". In MURIEL HERNÁNDEZ, Santiago (coord.), - *Cultura material en las tierras de Madrid en la Edad Media*, Madrid, A.C. Almudayna, 2014, p.279-300.

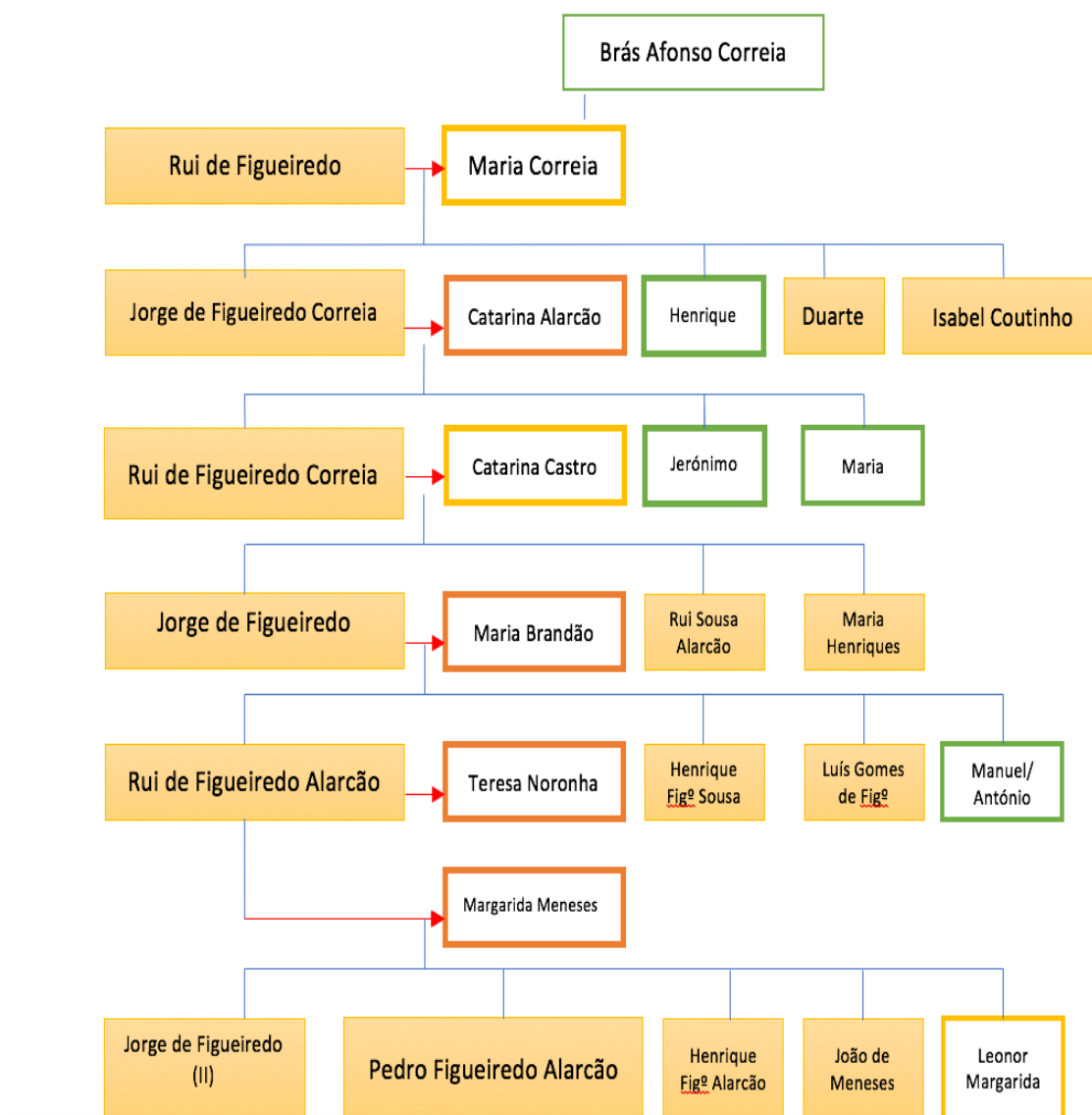
¹⁵³ V.: SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.71.

¹⁵⁴ LEME, Margarida Maria de Carvalho Ortigão Ramos Paes - “D. Álvaro da Costa: o fiel servidor do rei, fundador da família”. in ROSA, Maria de Lurdes (org.) - *D. Álvaro da Costa e a sua descendência, séculos XV a XVII: poder, arte e devoção*. Lisboa: IEM-CHAM, Caminhos Romanos, 2013, p.42-43.

menos sazonalmente, na Quinta de Ota, uma vez que foi aí que fez o seu testamento conjunto com sua mulher, Maria Correia, em Abril de 1517¹⁵⁵.

O filho de Rui de Figueiredo, Jorge de Figueiredo Correia, terá habitado maioritariamente na casa que tinha pertencido a seu avô materno, Brás Afonso Correia também perto do Castelo de S. Jorge¹⁵⁶, casa essa que foi a habitação da família durante vários séculos.

Árvore genealógica n.º 2



¹⁵⁵ V.: SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.70.

¹⁵⁶ Esta casa fez parte do chamado Morgado do Castelo e situa-se no Pátio de D. Fradique, junto ao Chão da Feira, que fica, por sua vez, junto à chamada Porta da Alcáçova do Castelo de S. Jorge em Lisboa. V.: SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.73.

Jorge de Figueiredo Correia adquiriu várias propriedades em Ota¹⁵⁷, pelo que é possível que também passasse aí temporadas. Além das casas acima referidas, é possível que seu neto, Jorge de Figueiredo, como morgado da Lobagueira e padroeiro da ermida de Santa Catarina – posteriormente Ermida de Nossa Senhora da Encarnação –, tenha habitado, ainda que periodicamente numa casa que a família tinha na Lobagueira, uma vez que ali lhe nasceu uma filha¹⁵⁸. Quando chegamos ao século XVII sabemos que a família residiu em Lisboa, na casa do morgado do Castelo (ou Pátio de D. Fradique); passando temporadas na Quinta de Ota onde a produção agrícola justificaria a presença da família¹⁵⁹; na Lobagueira, onde existiram umas casas de morada da família; bem como numa quinta do Campo Grande herdada, entretanto, por Pedro de Figueiredo¹⁶⁰. Durante a primeira metade do século XVIII, segundo as notícias de que dispomos, a família habitou maioritariamente as casas do morgado do Castelo em Lisboa¹⁶¹, deslocando-se, quando necessário, a uma das outras residências da família.

Terá sido, muito provavelmente, a partir daqui que Rodrigo António de Figueiredo procedeu à organização do acervo e à elaboração de um primeiro inventário dos documentos, conforme se pode ver no título do mesmo: “Tombo Com Varias Rendas E Todas As Fazendas Prazos E (...) Que Pretencem A Esta Caza Em Que Meu Pay E Senhor Pedro De Figueyredo Se Achava De Posse Athe Sev Faleçimento (...)” (doravante designado como *Tombo de 1722*). Os documentos foram inventariados, descritos e, nesta ocasião, arrumados em maços. Segundo o que pudemos apurar, através da análise dos próprios documentos, não foi colocada nenhuma outra indicação (cota, ou número de

¹⁵⁷ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.76-77

¹⁵⁸ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.146; 190.

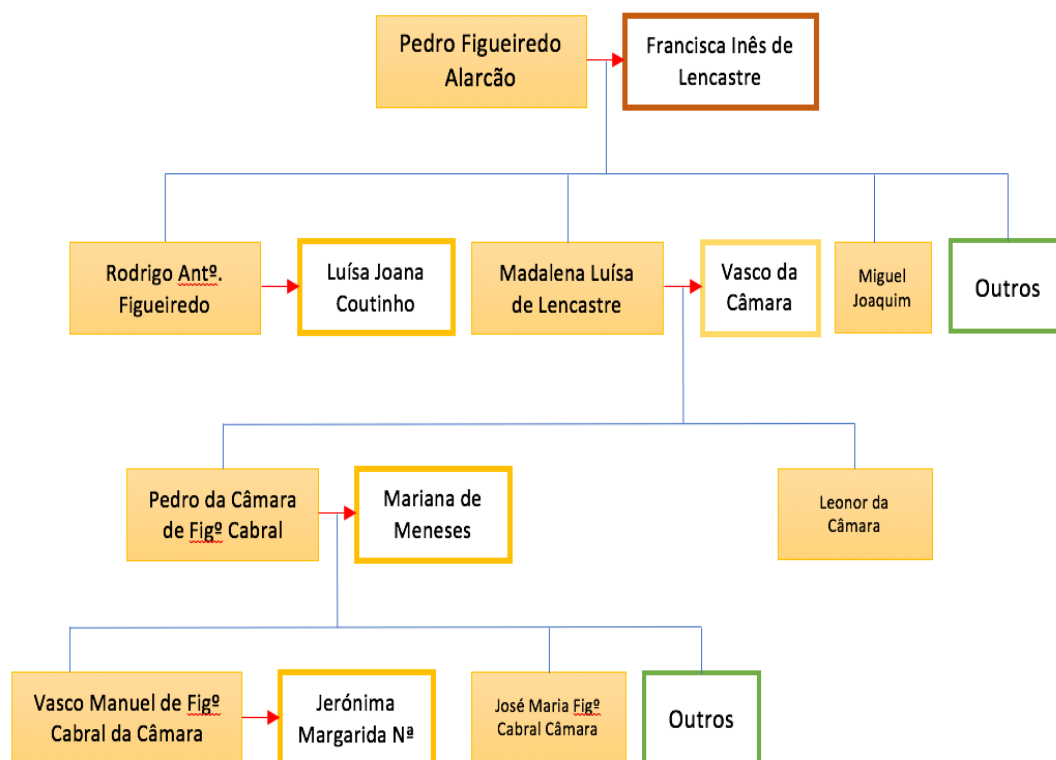
¹⁵⁹ Nas habilitações *de genere* de Pedro de Figueiredo, consta uma resposta deste em que afirma não ter respondido à pergunta que o tribunal lhe fazia “por estar em hua quinta os dias passados”, ver: SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Pedro de Figueiredo (1657-1722) – Uma biografia*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família, Universidade Moderna, 1999, p.154.

¹⁶⁰ Este morgado, chamado do Campo Grande, foi herdado por Pedro de Figueiredo de Maria de Lima e António Fernandes d’Elvas e compunha-se de quatro prazos foreiros (à Sé de Lisboa, a S. Vicente, à Trindade e à Câmara de Lisboa), sendo um deles composto de “casas nobres com uma horta” (SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.193). O herdeiro deste morgado, Pedro de Figueiredo, obteve uma licença para poder dizer missa no oratório da “sua quinta do Campo Grande”, o que indica que também passaria aí temporadas (V. n.º 717 da TAD).

¹⁶¹ Pedro de Figueiredo, pai de Rodrigo António, morreu nesta casa e aí residiram pelo menos dois dos seus filhos: Rodrigo António e Madalena Luísa. Baseamos a nossa afirmação no facto de ter sido aqui que foi produzido, por exemplo, o documento de dote de Madalena Luísa, “nos aposentos de Rodrigo António” o qual, como irmão primogénito varão, tinha o poder sobre a irmã (ACBL, cx.4, n.º 3); ou a instituição do morgado que Madalena Luísa fez em 1725 (ACBL, cx.2, n.º 5). O local de residência de ambos os irmãos é referido em vários documentos. Podemos citar, por exemplo, um documento de 1737, produzido por Rodrigo António, em que é feito um ajuste e desistência de uma acção contra as obras do Menino Deus, por causa da construção de um muro no Pátio de D. Fradique (ACBL, cx.54, n.º 87).

documento) excepto a numeração do maço a que cada um pertencia. Os maços terão sido arrumados numa gaveta ou talvez numa arca e numa estante da *livraria* foi acondicionado, pelo menos, um volume de documentos, conforme a descrição do Maço n.º 96 constante neste *Tombo de 1722*: “Na estante da Livraria; Hum Maço grande de vários tombos e emprazamentos dos Maninhos de Covilhã”¹⁶². Existiria, portanto, uma *livraria*, leia-se biblioteca, onde se guardavam também os documentos de arquivo¹⁶³.

Árvore Genealógica n.º 3



Quando ocorreu o terramoto de 1755, Rodrigo António de Figueiredo habitava na casa do Castelo, com as suas irmãs Margarida e Ana. Habitava também neste local Madalena Luísa de Lencastre, também sua irmã, com seu marido Vasco da Câmara¹⁶⁴. A casa terá então ficado inabitável: “No grande, e memorável terramoto que teve Lisboa no 1º de Novembro de 1775, soffreo o Palacio do Pateo de D. Fradique huma ruina tal, que o

¹⁶² ACBL, cx.47, n.º 1, fl.101vº.

¹⁶³ Podemos apontar o exemplo, embora mais tardio, do Arquivo da Casa da Lapa, em que é descrita uma *livraria com gavetas* neste caso destinada a “depósito de recibos” (V.: ROSA, Maria de Lurdes; HENRIQUES, Luís - “O Arquivo da Casa da Lapa (1804-1832)...”, cit., p.107).

¹⁶⁴ ACBL, cx.20, n.º 6 (7). Vasco da Câmara era o 14º filho de José Rodrigo da Câmara e de Constance Émile de Rohan-Soubisse, (2ºs condes da Ribeira Grande). V.: [em linha:] <http://geneall.net/pt/nome/4412/d-jose-rodrigo-da-camara-2-conde-da-ribeira-grande/> [Consult. 30 Nov. 2016].

deichou inhabitavel dos Snres. d'esta caza;”¹⁶⁵. O que terá sucedido à documentação? Através dos dados de que dispomos podemos colocar algumas hipóteses e constatar alguns factos:

a) O conjunto documental não foi destruído com o terramoto de 1755, pelo menos na totalidade, uma vez que permaneceram no arquivo documentos anteriores a esta data, entre eles, só para citar um exemplo, o próprio *Tombo de 1722*;

b) é possível que a documentação tenha sido levada para a Quinta de Ota. Esta propriedade, relativamente próxima de Lisboa, pode ter sido o abrigo temporário da família e da documentação. No entanto, se assim foi, não nos parece plausível que o arquivo tivesse ficado aqui instalado durante muito tempo, uma vez que o acesso à documentação se tornava bastante mais moroso do que se este estivesse em Lisboa.

c) também é admissível pensar que, quando ocorreu o Terramoto, a família se encontrava fora de Lisboa e que a documentação estava com ela, acondicionada numa arca, por exemplo¹⁶⁶. Assim se explicaria quer a sobrevivência da família à catástrofe, quer a conservação dos documentos anteriores a 1755. Esta hipótese afigura-se credível uma vez que uma arca era facilmente transportável e, portanto, poderia acompanhar a família numa possível deambulação entre as várias casas.

d) por fim, pode ter ocorrido uma transferência temporária da família – e do arquivo – para as casas do Campo Grande¹⁶⁷.

Sabemos que, após a destruição da casa do Pátio de D. Fradique, aquando da catástrofe que assolou Lisboa, D. José I doou à família um terreno na Ajuda¹⁶⁸, e aqui teve início a construção do palácio da Boa-Hora. Segundo se relata no *Tombo de 1807*: “Os Senhores Rodrigo António de Figueiredo, e D. Vasco da Camera, meu Avô, achando-se sem Caza domiciliaria, e própria para sua assistencia, por se lhes haver arruinado no grande e memorável terromoto do1º de Novembro de 1755 as [casas] em que vivião no Pateo de D. Fradique ao Castello de S. Jorge em Lisboa, mandarão edificar [um palácio]

¹⁶⁵ *Tombo de 1807*, “Tombo do Cartório da Casa”, ACBL, Livro n.º 50, fl.2.

¹⁶⁶ Sabemos que os maços de documentos foram colocados posteriormente em dois contadores com gavetas numeradas. Infelizmente ainda não nos foi possível datar este processo. Sabemos apenas que a inserção desta numeração e respectivo acondicionamento nos contadores foi feita após a elaboração do *Tombo de 1722*, uma vez que o tipo de tinta e a caligrafia utilizada para indicar esta cota é diferente do original. É possível e plausível ligar esta alteração ao terramoto de 1755, mas não temos dados que confirmem. Deste tomo e dos processos de inventariação ocorridos no século XVIII falaremos detalhadamente na Parte III., Capítulo 2, ponto 2.2.

¹⁶⁷ V. supra, p.59.

¹⁶⁸ MELLO, José de – “Pedras de Armas que ainda existem n’algumas casas de Lisboa e seus arredores”. *Revista Municipal* (separata). Lisboa. CML: (1945-1946), p.72.

no sítio da Boahora, Freguesia de Nossa Senhora d'Ajuda, de Bellem, que desde o referido tempo athê ao presente tem servido de acomodação aos senhores que lhes succederão”¹⁶⁹. Rodrigo António de Figueiredo morreu na freguesia da Ajuda em 19 de Fevereiro de 1762¹⁷⁰, pelo que depreendemos que, nesta data, a família já residia neste local, embora as obras deste palácio se tenham prolongado no tempo. No *Tombo de 1807* refere-se precisamente que, “Com o referido Palacio se tem gasto somas consideráveis, como se pode ver pelas relações e recibos que pãrão juntos no Archivo d'esta Caza à parte dos Massos”¹⁷¹.

Poderemos retirar desta afirmação a ilação de que se terá acondicionado o arquivo nesta casa, mas existiria, neste palácio, uma divisão própria para acomodar o arquivo? Não é possível afirmá-lo uma vez que a palavra “arquivo” pode ter sido utilizada com o sentido de “conjunto de documentação” e que esta poderia estar acomodada, por exemplo, num armário. Não dispomos de dados suficientes para esclarecer este ponto, mas tudo indica que o acervo foi acondicionado no referido palácio e que a posterior organização e inventariação, levada a cabo em 1807, foi feita a partir deste local, como veremos.

Rodrigo António de Figueiredo morreria em 1762, sem herdeiros directos, e a sua Casa foi herdada por sua irmã, Madalena Luísa de Lencastre¹⁷². Foi, portanto, ela que protagonizou a grande disputa que se seguiu pela posse da Casa de Belmonte após a morte de Caetano Francisco Cabral, último senhor daquela Casa, que havia morrido em 6 de janeiro de 1762 sem geração legítima¹⁷³.

Sabemos que uma parte da documentação que então deveria ter entrado no arquivo respeitante à Casa de Belmonte terá sido sonegada: Caetano Francisco Cabral (que fez testamento em Lisboa em 26 de Agosto de 1762¹⁷⁴) tinha uma filha natural - Catarina Avertana de Meneses - a quem constituiu sua herdeira (V. árvore genealógica nº 5).

¹⁶⁹ ACBL, Livro n.º 51, p.249.

¹⁷⁰ IAN/TT, Freguesia da Ajuda, Óbitos, Livro n.º 5, fl.80vº.

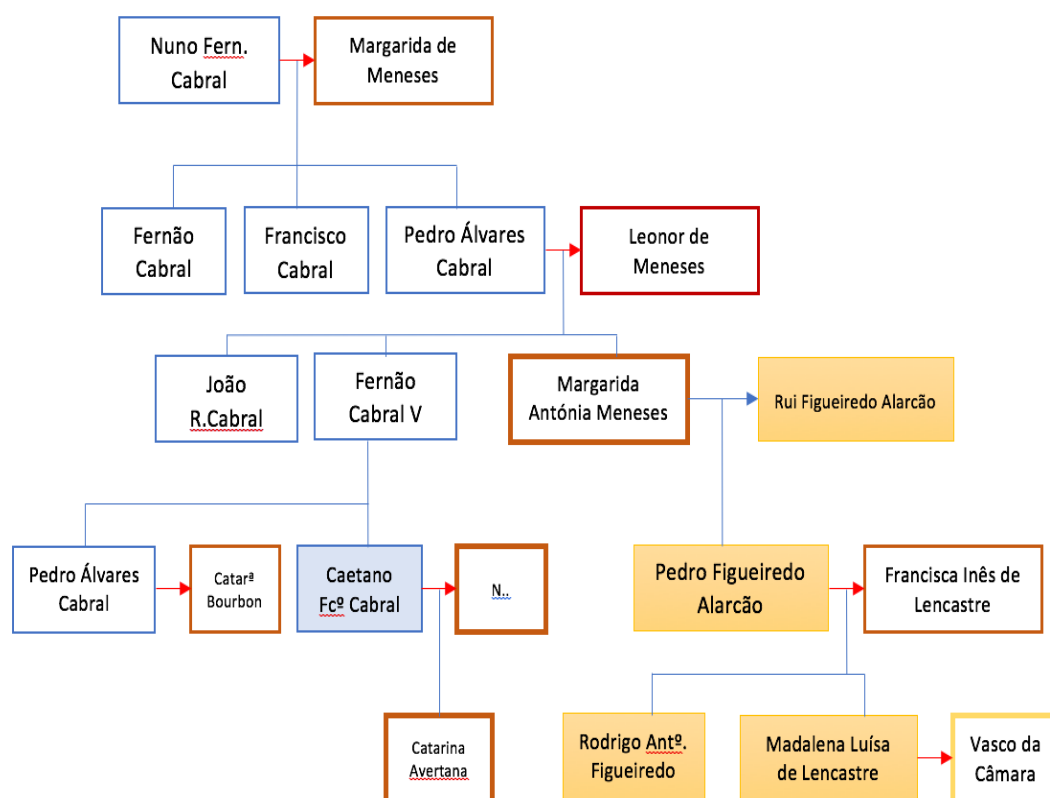
¹⁷¹ ACBL, Livro n.º 51, fl.249. O palácio da Boa-Hora situava-se entre a actual Rua de D. Vasco e a Travessa de D. Vasco na Ajuda. Aos nossos dias chegou (não sabemos se intacto, mas tudo leva a crer que sim) um conjunto de documentos referido como as “relações e recibos” respeitantes aos gastos com o palácio da Boa-Hora e que, segundo *o arquivista*, se encontravam juntos, no “Archivo d'esta Caza”, mas separado dos maços. Com efeito, os documentos encontravam-se numa bastante considerável pilha e intactos e foram acondicionados em duas unidades de instalação atadas.

¹⁷² Rodrigo António de Figueiredo havia cedido, desde 1759, a administração da sua Casa a Vasco da Câmara, marido de Madalena Luísa. (ACBL, cx.20, n.º 5; V. n.º 1088 da TAD).

¹⁷³ São solicitadas certidões de baptismo de vários membros da família para provar o direito a esta herança (ACBL, cx.21, n.º 20; V. n.º 1113 da TAD).

¹⁷⁴ De que se conservou a certidão (V. n.º 1116 da TAD), também mencionada neste Tombo (ACBL, Livro n.º 51, p.63).

Árvore Genealógica n.º 5



O litígio pela posse desta Casa, que se prolongou por quase 20 anos¹⁷⁵, incluiu naturalmente a disputa pela posse da documentação, tal como nos é descrito no *Tombo de 1807*: “Como a dita senhora D. Catherina se achava em caza do Senhor Caetano Francisco Cabral ao tempo que falleceo sonegou os papeis de maior consequência, e entregou só os que erão de menor importância, por cujo motivo nunca se poderão liquidar [as dívidas de foreiros], nem saber com certeza, o que pertence ao Morgado da Caza de Belmonte”¹⁷⁶. E, segundo informação constante nos “tombos” existentes no arquivo da Casa¹⁷⁷, haveria “grande falta de propriedades que lhe pertenc[ia]m”¹⁷⁸. A falta dos documentos, custodiados directamente pelo adversário nesta disputa, não permitiu, portanto, aos herdeiros legítimos tomarem posse da totalidade das propriedades que seriam da Casa; também não terá sido possível cobrar as rendas das mesmas¹⁷⁹. Daqui se

¹⁷⁵ A questão ficaria resolvida apenas em 1781 (V. n.º 1291 da TAD).

¹⁷⁶ ACBL, Livro n.º 51, p.63.

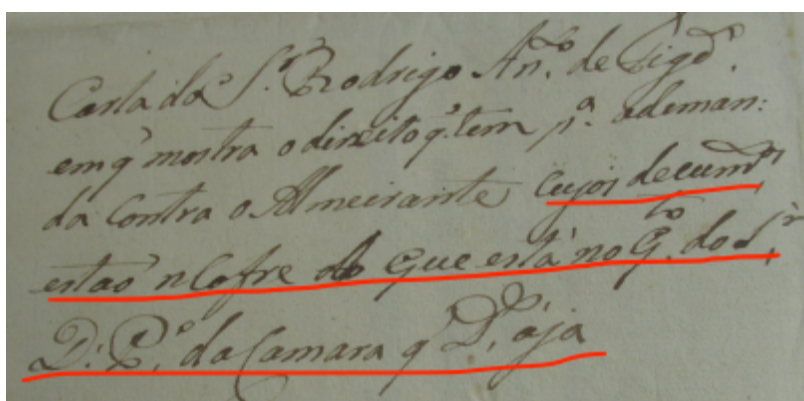
¹⁷⁷ Não foi possível apurar se estes tombos são os livros de contas da Casa de Belmonte ou se são tombos de propriedades da mesma Casa.

¹⁷⁸ ACBL, Livro n.º 51, p.63.

¹⁷⁹ Algumas dessas propriedades seriam tomadas apenas pelo filho de Madalena Luísa e de Vasco da Câmara, Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral (V. n.º 1291 da TAD).

infere, mais uma vez, a importância do espaço físico na custódia documental e a vantagem que dela poderia advir numa disputa judicial como a que opôs Catarina Avertana e Madalena Luísa de Lencastre.

Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral, filho de Madalena Luísa e de Vasco da Câmara, terá vivido maioritariamente no palácio da Boa-Hora e aí manteve o arquivo. Além disso teria no seu próprio quarto um cofre em que teria guardados alguns documentos (V. fig. n.º 1)¹⁸⁰. Este cofre terá permanecido no mesmo local após a sua morte e aí terá permanecido também um conjunto de documentos (de que desconhecemos o número ou o teor) separados do restante acervo¹⁸¹.



Invólucro de um conjunto de documentos com referência à existência de um cofre onde estariam guardados documentos.
(fig. n.º 1)

Em inícios do século XIX surgiu a necessidade, por parte de Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, de controlar a informação constante no acervo e, para tanto, mandou fazer o *Tombo de 1807* contratando um *cartorário*¹⁸². Esse controle seria especialmente importante no contexto histórico em que o mandatário do tomo, Vasco Manuel, se encontrava, isto é, na iminência de partir para o Brasil e sem a percepção exacta e actualizada do seu próprio acervo. O *Tombo de 1722* estava desactualizado, uma vez que a produção de novos documentos ao longo do século XVIII foi elevada, mas não deu origem a qualquer organização ou descrição de fundo. Este facto conduziu, por sua vez, a uma falta de controlo sobre o arquivo, visto que, o que se havia feito em 1722, já estaria ultrapassado e/ou alterado, dificultando o acesso à informação. Foi então

¹⁸⁰ V. n.º 1075 da TAD. Conjunto de documentos relacionados com a disputa pela Capitania dos Ilhéus da Baía, de que Rodrigo António de Figueiredo tentou obter mercê.

¹⁸¹ ACBL, cx.38.

¹⁸² Infelizmente não foi possível identificar o autor deste tomo, pelo que doravante será designado por *Cartorário de 1807*. Faremos uma explanação mais aprofundada sobre este documento e sobre o seu autor na Parte III, Capítulo 2, ponto 2.2.

necessário proceder a uma nova inventariação de toda a documentação que se encontraria acondicionada no palácio da Boa-Hora, como dissemos. Como já foi referido em vários estudos¹⁸³, a família de Vasco Manuel acompanhou a Família Real para o Brasil; da sua estadia ali não temos muita informação disponível, mas sabemos, entre outras coisas, que, uma vez chegado ao Rio de Janeiro, Vasco Manuel terá ocupado com a sua família, e durante 10 anos, uma casa acabada de construir¹⁸⁴.

Após a partida da família, as notícias que temos da Casa e do ACBL são dispersas. Por ordem de Junot, logo a partir de 23 de Dezembro de 1807, começaram a ser confiscados os bens da Casa Real e os de toda nobreza que acompanhou a Família Real na sua saída para o Brasil¹⁸⁵. Neste contexto, ainda nesse mesmo mês, foi feito um inventário dos bens do conde de Belmonte em Mangualde por ordem dos Governadores do reino¹⁸⁶ e, entre o final deste ano e no decorrer do ano seguinte, foram emitidos mandados de sequestro e inventariados os bens da Casa de Belmonte¹⁸⁷. Sabemos que, ainda em 1807, foi nomeado um administrador judicial para a Casa, Joaquim António de Araújo, com o ordenado de 300\$000 réis anuais¹⁸⁸. Joaquim António de Araújo era juiz desembargador da Casa da Suplicação¹⁸⁹ e ficou encarregue de nomear, por sua vez, um “thezoureiro hábil” para receber os rendimentos, um curador para responder pelos ausentes e um procurador para todas as causas respeitantes a esta Casa¹⁹⁰. Sabemos também que a sua administração foi de seguida entregue a Pedro António da Silva Pedroso, negociante da praça de Lisboa¹⁹¹. Não temos elementos que comprovem sob que

¹⁸³ V., entre outros: SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - "O Arquivo da Casa de Belmonte. O que o Tempo (ainda) não apagou". in ROSA, Maria de Lurdes (org.) - *Arquivos de família, séculos XIII-XIX: que presente, que futuro?* Lisboa: IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012, p.491–506.

¹⁸⁴ LEBIGRE, Anna Maria Soares – “O Papel do Estrangeiro na Formação e Transformação da Área Central e Peri-Central do Rio de Janeiro”. *Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. [Em linha]. N.º 94 (61), 2001. [Consult. 8 Jan. 2015]. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-61.htm>.

¹⁸⁵ V.: ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de – “As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais”. in MATTOSO, José (dir.); TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (coord.) – *História de Portugal. O Liberalismo (1808-1890)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. Vol. V, p.28.

¹⁸⁶ ACBL, cx.67, n.º 398 (V. n.º 1645 da TAD).

¹⁸⁷ ACBL, cx.63, n.º 281 (V. n.º 1648 da TAD); ACBL, cx.65, n.º 348 (V. n.º 1642 da TAD); ACBL, cx.58, n.º 198 (V. n.º 1641 da TAD); ACBL, cx.54, n.º 95 (V. n.º 1657 da TAD).

¹⁸⁸ V. n.º 1644 da TAD.

¹⁸⁹ Sobre este magistrado podemos ver, por exemplo, que em Setembro de 1803 há uma consulta do Desembargo do Paço sobre o que se haveria de pagar ao Desembargador da Casa da Suplicação, Joaquim António de Araújo, que fora nomeado para conhecer as queixas entre o Governador e o Bispo da Madeira. (AHU-Madeira, cx.6, doc. 16; AHU_CU_146_cx.6, doc. 340).

¹⁹⁰ ACBL, cx.58, n.º 197 (V. n.º 1664 da TAD).

¹⁹¹ Em 27 de Abril de 1820, Pedro António da Silva Pedroso foi testemunha nuns autos de justificação em que o autor é Vasco Manuel, contra o administrador da Casa de Pancas. Neste documento ele é referido como negociante (ANTT, Feitos Findos, mc.39, n.º 4, fl.5-5vº).

autoridade Silva Pedroso foi designado, mas tudo indica que tenha sido sob autoridade judicial. Podemos datar a sua entrada em funções logo após a primeira invasão napoleónica, uma vez que o primeiro documento que foi produzido por este administrador data de 1808: Pedro António da Silva Pedroso dirigiu uma carta em 16 de Julho de 1808 a José António Ribeiro Soares¹⁹² pedindo-lhe que passasse "conhecimentos" para vários rendeiros da Casa que estavam em dívida¹⁹³. Mesmo após a retirada de Junot, Silva Pedroso permaneceu no mesmo cargo. Foi com ele que o Conde de Belmonte se correspondeu ao longo do período de estadia da Corte no Brasil¹⁹⁴. Através de alguns dos documentos que se conservaram no arquivo, vemos que em 1811 Pedro António da Silva Pedroso enviou documentos a Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara¹⁹⁵ para o Rio de Janeiro e este passou-lhe várias procurações (em 1811, 1812 e em 1820, sendo esta última também a favor de um segundo administrador, Henrique Pedro da Costa¹⁹⁶) para que tratasse dos assuntos da Casa. Entre eles, podemos referir uma autorização a Manuel da Silva, senhorio útil do prazo de Torres Vedras, para poder fazer um empréstimo sobre o mesmo prazo¹⁹⁷. Em 1814 foi produzida uma cópia com o registo das cartas enviadas do Rio de Janeiro para este administrador da Casa¹⁹⁸, as quais infelizmente não se conservaram no ACBL.

Tentaremos alinhar agora alguns dados sobre o destino do arquivo nestas duas décadas de ausência da família. O documento "Relação dos titulos que achei no Cartorio do Snr. Conde de Belmonte, pertencentes à Quinta da Bordalia"¹⁹⁹, da autoria do

¹⁹² Referido como escrivão em: ANTT, Feitos Findos, mç.39, n.º 4, fl.5-5vº.

¹⁹³ Este documento inclui nota na margem "Os três conhecimentos forão passados na data de 16 de Julho de 1808". (ANTT, Administração da Casa do Conde de Belmonte, Feitos Findos, Administração de Casas, mç.203, n.º 70). É possível encontrar também, na *Gazeta de Lisboa*, vários anúncios feitos por este, durante a ausência de Vasco Manuel no Brasil. Ver por exemplo os Avisos da *Gazeta de Janeiro* de 1820: *Gazeta de Lisboa*, n.º 12, ano de 1820, 14 de Janeiro, p.4.

¹⁹⁴ Existem alguns registos de envio de documentos para o Rio de Janeiro tais como um recibo de Carlos José Príncipe de uma lata «empacotada» com documentos enviados para Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, que então estava no Rio de Janeiro, pelo administrador da Casa, Pedro António da Silva Pedroso (ACBL, cx.62, n.º 272).

¹⁹⁵ ACBL, cx.62, n.º 272; V. n.º 1689 da TAD.

¹⁹⁶ ACBL, cx.133, n.º 1122; V. n.º 1688 da TAD; ACBL, cx.56, n.º 158; V. n.º 1698 da TAD; ACBL, cx.64, n.º 313. Henrique Pedro da Costa foi escrivão e deputado da Junta da Fazenda Real do Maranhão e teria vindo para Lisboa c. de 1791 (V. item do *Projeto Resgate - Maranhão (1614-1833)* [em linha] <https://bdlb.bn.gov.br/redeMemoria/handle/123456789/83344> [Consult. 22 Dez. 2016]. Henrique Pedro da Costa é referido em diversas publicações do tempo, tais como: *Gazeta de Lisboa*, n.º 33, 1832, p.164. Como subscritor de um livro: MACEDO, José Agostinho de – *Refutação dos princípios Methafysicos, e Moraes dos Pedreiros Livres Iluminados*. Lisboa: Impressão Régia, 1816, p.237.

¹⁹⁷ ACBL, cx.64, n.º 301; V. n.º 1750 da TAD.

¹⁹⁸ ACBL, cx.62, n.º 262; V. n.º 1717 da TAD.

¹⁹⁹ ACBL, cx.117, n.º 817, fl.3º. Esta carta é identificável através da excelente caligrafia do *Cartorário de 1807*, mas infelizmente não está datada, embora possamos afirmar que ela é posterior a 1807, uma vez que

Cartorário de 1807 e dirigido a Pedro António da Silva Pedroso, permite confirmar que o controle sobre a documentação e a movimentação dos documentos, dentro e fora dos maços, permaneceu da responsabilidade deste *Cartorário* após a partida da família para o Rio de Janeiro e que este respondia perante o administrador nomeado. Pedro António da Silva Pedroso solicitara ao *Cartorário* uma lista de documentos relativos à quinta da Bordalia. Na resposta, o seu autor incluiu o título de cada documento e a indicação da cota respectiva e termina este documento pedindo indicações ao administrador: “Diga-me o Sr. Pedro António, se os Massos que manda fazer e atar, e as relações que quer para cada hum, hão de ser só dos papéis que vierão de Lisboa, e que estão atados ou também dos papéis que se achavam já emmapados no cartório. Como também se hei de pôr o rosto respectivo do que reza cada hum dos que vierão de novo”²⁰⁰. Portanto, o administrador pedia documentação e o *Cartorário* colocava as questões que considerava necessárias para não perder o controlo da documentação: elaborando uma lista de documentação enviada; confirmando se seria necessária a separação dos documentos já inventariados em maços e se, em cada maço novo, o arquivista deveria colocar uma nova relação (lista), indicando os documentos nele constantes, uma vez que para cumprir totalmente esta ordem, seria necessária a separação de documentos já inventariados. Por fim, o *Cartorário* questionava se, relativamente aos documentos que ainda não estavam inventariados, se havia “de pôr o rosto respectivo do que reza cada hum dos que vierão de novo”²⁰¹. Quanto a estes últimos, não é possível saber se se trata de documentos produzidos entretanto ou se eram documentos antigos que se vinham reunir aos restantes no cartório (o que nos remete para a morosidade e incompletude dos processos de inventariação). Quando o *Cartorário* se referia aos papéis “vindos de Lisboa”, inferimos que se trataria de documentos que teriam vindo possivelmente do escritório do administrador, que sabemos que se situava na Rua dos Fanqueiros²⁰² e que o arquivo terá permanecido no palácio da Boa-Hora. Recordemos que, na época, a Ajuda era, na realidade, um arrabalde de Lisboa e que era na casa aí situada que a família habitara até à partida para o Brasil, como vimos.

se dirige a este administrador conforme uma anotação nas costas da mesma: “Para o Senhor Pedro António”.

²⁰⁰ ACBL, cx.117, n.º 817, fl.3º.

²⁰¹ Onde se lê “rosto” leia-se “capilha”.

²⁰² Pedro António da Silva Pedroso foi testemunha num processo de identificação em que é referido como negociante e morador na Rua dos Fanqueiros. (ANTT, Feitos Findos, mc.39, n.º 4, fl.5vº).

A permanência do *Cartorário* ao serviço da Casa de Vasco Manuel no período após 1807 é atestada através de um outro documento que constitui uma peça importante para aferirmos sobre a forma como foi organizada a gestão da Casa nesta época de ausência. Trata-se de uma listagem dos procuradores e advogados da Casa e de uma lista das faltas de documentação que o *Cartorário*, entretanto, registou. Por um lado, são elencados do lado esquerdo os vários morgados, propriedades ou comendas e à frente de cada um destes estão os nomes dos procuradores, feitores e rendeiros respectivos. Esta lista termina com a indicação dos nomes do advogado da Casa, José Inácio Mascarenhas Aragão de Ávila e do Procurador (geral?) da Casa, João Inácio de Macedo, anotando-se que este era “velho e pouco capaz”²⁰³. Seguidamente apontaram-se as “Faltas de documentos que achei no Cartório do Illustrissimo Senhor Conde de Belmonte, que se achão apontados no index.”. Segue-se a numeração do maço, o número do documento em falta e a descrição respectiva. Para comprovar o nosso ponto, está o facto de, no seguimento de algumas destas descrições, se encontrarem anotações apontando se o documento foi removido e por quem e indicando também se não foi devolvido. Algumas dessas anotações indicam que esses documentos, que haviam sido retirados em determinada data, tinham sido substituídos por uma nota ou “clareza”, como podemos inferir da seguinte anotação “Este documento levou Manoel Colaço em 24 de Setembro de 1816, deichando clareza, e ainda lá estão [em Ota]”²⁰⁴. Esta nota confirma-nos três dados importantes: o primeiro é a de que existiu movimentação de documentação; o segundo é que a documentação saiu do cartório (na Boa-Hora) e a terceira é que o *Cartorário* permaneceu ao serviço da Casa pelo menos até esta data, uma vez que esta anotação é datada.

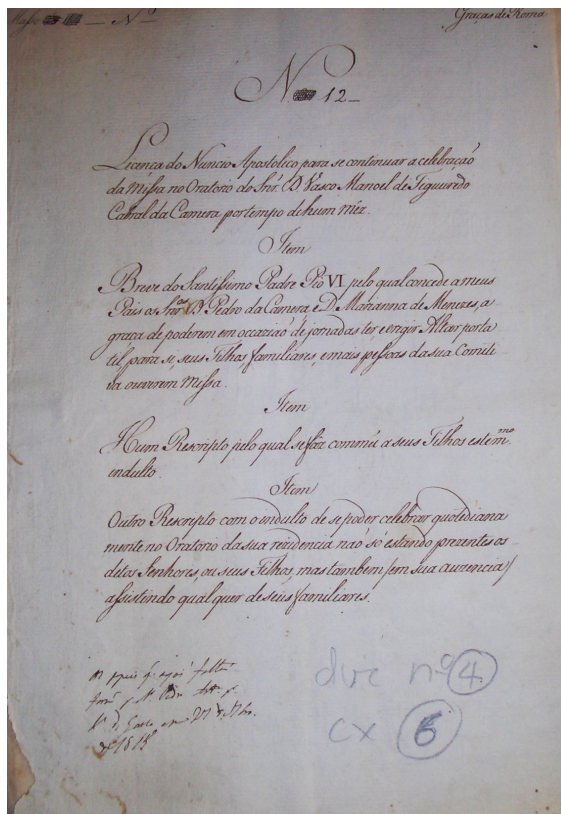
Podemos dizer que a produção documental entre 1807 e o regresso da família ao Reino (que terá ocorrido muito provavelmente na mesma data da Família Real²⁰⁵) foi feita

²⁰³ ACBL, cx.72, n.º 478 (V. n.º 1646 da TAD). Quer João Inácio quer José Inácio haviam sido alunos na Universidade de Coimbra e eram contemporâneos de Vasco Manuel (Cf. AUC, João Inácio de Macedo PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/M/000231; José Inácio Mascarenhas de Aragão PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/A/006977).

²⁰⁴ ACBL, cx.72, n.º 478 (V. n.º 1646 da TAD).

²⁰⁵ Não foi possível determinar com exactidão a data do regresso da família de Vasco Manuel a Portugal. Muito provavelmente terá vindo em 25 de Abril de 1821 “com todos os grandes e a Corte” (V. HENRIQUES, Mendo de Castro – “D. João VI, monarca de uma transição política”. in CARDOSO, José Luís; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; SERRÃO, José Vicente - *Portugal, Brasil e a Europa Napoleónica*. Lisboa: ICS, 2010. p.155). Sabemos que, em 1822, Vasco Manuel recebeu a conta do pão que devia a José Barroso desde o mês de Junho desse ano (ACBL, cx.56, n.º 148; V. n.º 1817 TAD) e que em 1825 comprou uma carruagem no reino (ACBL, cx.60, n.º 248; V. n.º 1827 TAD). Inferimos, portanto, que, se a família não regressou com a Corte (o que nos parece improvável, devido às funções que Vasco Manuel desempenhava na Casa Real), já se encontrava em Portugal pelo menos desde 1822.

a partir de três pontos principais: a documentação produzida no contexto da administração de Pedro António da Silva Pedroso; a documentação produzida pelo feitor da Quinta de Ota, Manuel Colaço Correia, no decurso da sua administração da mesma Quinta e a documentação produzida desde o Rio de Janeiro - de que pouco subsiste.



Capilha com anotações de entrada e saída do documento (em baixo, à esquerda).

(fig. n.º 2)

Em relação à primeira, já vimos acima exemplos de correspondência entre o administrador e o conde, bem como entre o administrador e o *Cartorário*, mas não só. Poderemos aduzir mais um caso, relativo a 1815, que demonstra a movimentação de documentação provavelmente pedida por Silva Pedroso: um registo feito na própria capilha de um documento onde se pode ler (em baixo à esquerda): “Os papeis que aqui faltam forão para o Senhor Pedro António procurador [?](...) em 27 de setembro de 1815” (V. fig. n.º 2)²⁰⁶. Repare-se que estas anotações não são da autoria do *Cartorário*, pelo que inferimos que não seria ele o único a manusear a documentação.

²⁰⁶ ACBL, cx.6, n.º 4. Notamos que a caligrafia não é a do *Cartorário*, pelo que constatamos que não era apenas este que tinha acesso ao arquivo. O autor desta anotação terá, muito possivelmente, sido industriado a registar as saídas e entradas de documentos.

Quanto ao feitor da Quinta de Ota, conservou-se um conjunto de documentos produzidos por ele respeitantes à administração desta propriedade²⁰⁷. Lembramos que a gerência directa desta quinta pela família terá tido como consequência a conservação, no próprio local, de uma grande parte da documentação produzida no âmbito dessa mesma administração²⁰⁸. Trata-se fundamentalmente de livros de receitas e despesas; relações dos frutos que se recolhiam no dia de S. Miguel; relações de trabalhadores; recibos e cópias dos mesmos; relações com a saída do vinho e dos frutos, etc.. Nesta documentação conservaram-se alguns testemunhos da passagem dos exércitos franceses pela Quinta, em 1810²⁰⁹. Mas as atribuições de Manuel Colaço Correia excederam, nesta época de ausência, as de ‘simples’ feitor desta propriedade, uma vez que Vasco Manuel também lhe passou procurações²¹⁰. Um dos exemplos que podemos apontar é a concessão de poderes para Manuel Colaço Correia proceder à compra, em 1814, do domínio útil de um prazo em Ota²¹¹ e o feitor corresponder-se-ia também, na ausência de Vasco Manuel, com Pedro António da Silva Pedroso²¹².

Quanto à documentação produzida no Rio de Janeiro pela família, são poucos os exemplos de que dispomos. Conservaram-se alguns documentos dispersos tais como: um aviso de nomeação de Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara para vedor interino da Casa Real²¹³; a autorização do casamento de José Maria de Figueiredo Cabral da Câmara (filho de Vasco Manuel e de Jerónima Margarida) com Maria Domingas Manoel de Castelo Branco (Belas) em 1819²¹⁴; ou ainda um conjunto de avisos e mercês do Príncipe Regente a Vasco Manuel produzidos entre 1808 e 1818²¹⁵.

Não sabemos exactamente onde, como e em que condições os documentos produzidos no reino após 1807 foram acondicionados. Apenas podemos afirmar que depois da elaboração do *Tombo de 1807* não foi feito nenhum inventário da documentação, mas sim algumas listagens parciais de documentos. Exemplo disso mesmo, são as listas produzidas a partir de um conjunto de cadernos da autoria do *Cartorário de 1807*²¹⁶. Tudo

²⁰⁷ Produção documental entre 1803 (ACBL, cx.64, n.º 317; V. n.º 1576 da TAD) e 1834 (ACBL, cx.60, n.º 237; V. n.º 1936 da TAD).

²⁰⁸ ACBL, cx.117, n.º 817; V. n.º 1636 da TAD.

²⁰⁹ Por exemplo: *Lista dos frutos que se salvaram dos franceses quando Manuel Colaço Correia era feitor* (ACBL, cx.72, n.º 481; V. n.º 1676 da TAD).

²¹⁰ ACBL, cx.56, n.º 158; V. n.º 1698 da TAD; ACBL, cx.56, n.º 154; V. n.º 1843 da TAD.

²¹¹ ACBL, cx.133, n.º 1125; V. n.º 1724 da TAD.

²¹² ACBL, cx.117, n.º 817.

²¹³ ACBL, cx.64, n.º 300.

²¹⁴ ACBL, cx.72, n.º 483.

²¹⁵ ACBL, cx.65, n.º 349.

²¹⁶ Falaremos mais detalhadamente destes cadernos na Parte III, Capítulo 2, ponto 2.2.4.

indica que estes cadernos foram produzidos para composição de um terceiro volume do *Tombo de 1807*, não tendo chegado a ser encadernados. A alguns destes cadernos foram acrescentados itens de nova documentação e a outros foram agregadas folhas em que foi inserida a descrição e cotas de documentos entretanto produzidos²¹⁷. Existem igualmente várias listas dispersas que descrevem, por exemplo, um conjunto de documentos respeitantes a uma terra ou a uma determinada propriedade, como o caso de uma lista de documentos relacionados com as terras de Mangualde (Belmonte), que inclui as escrituras realizadas nas notas do escrivão João Cordeiro da Silva entre 1848 e 1851²¹⁸; ou a agregação de vários documentos produzidos a partir de meados de Oitocentos relativos aos bens do Campo Grande, precedida por uma listagem (1850-1862)²¹⁹. Eram documentos em uso, de gestão, como comprovam as anotações que lhes vão sendo apostas. Fizeram-se vários assentos nas capilhas dos próprios documentos, por exemplo: à descrição de 1807 acrescentou-se posteriormente a seguinte nota: “Junto o recibo do foro ultimo pago as Mercieiras em 1856 – E um offício do Provedor do Asilo da Mendicidade de Maio de 1857- sobre o pagamento dum foro ao Asilo”. Mais abaixo deste texto está ainda a seguinte nota: “Tirei estes últimos papeis que vão no macete nº 195”²²⁰. Noutro caso, abaixo da descrição na capilha está a indicação de que o documento “Foi para Otta em 7 de Maio de 1862 – remetido ao Feitor”²²¹. Também existem alguns casos em que foi anotado na capilha, também abaixo da descrição do documento, o nome do novo foreiro: “Este Matto e juncal esta [sic] está Arrendado a Domingos Francisco da Cartaxeira”²²².

²¹⁷ Por exemplo: ACBL, cx.117, n.º 816 a 820; V. n.º 1635 a 1638 da TAD.

²¹⁸ ACBL, cx.99, n.º 620.

²¹⁹ ACBL, cx.132, n.º 1110.

²²⁰ A descrição constante no *Tombo de 1807* é a seguinte: “Certidão dos aforamentos e novos emprazamentos dos Prazos da Banzoeira, Limite do Lugar do Carregado, foreiro às merceiras da Rainha Santa Isabel da Igreja de Santo Estêvão da Vila de Alenquer em cem alqueires e um tonel de vinho, ou cinco mil réis, e da Brandoa, no mesmo sítio e foreiro às ditas merceiras em vinte alqueires de trigo e vinte de cevada, cujos aforamentos em três vidas fez o Sr. Rodrigo António de Figueiredo. As referidas certidões foram passadas em Alenquer pelo Tabelião Manuel José de Castro em 13 de Julho de 1762”; ACBL, cx.17, n.º 52; V. n.º 1127 da TAD.

²²¹ A descrição constante no *Tombo de 1807* é a seguinte: “Instrumento de venda quitação e obrigação que faz D. Violante Michaela, viúva de D. Sebastião Maldonado ao Sr. Pedro de Figueiredo de uma quinta chamada da Vidigueira sita no termo da Vila de Alenquer a qual consta de casas térreas, vinhas e outras pertenças pela quantia de 3:510\$000. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Domingos da Silva a 15 de Março de 1709. ITEM. Auto de posse que tomou o Sr. Pedro de Figueiredo do olival de Ferragudo e vinha em Aldeia que junto à sua quinta comprou a António Antunes, como também a quinta da Vidigueira acima mencionada. Passado pelo Tabelião Francisco da Silva de Carvalho em 23 de Março de 1709. ITEM. Uma petição e cartas a respeito da compra da Quinta da Vidigueira”; ACBL, cx.8, n.º 42; V. n.º 537 da TAD.

²²² A descrição constante no *Tombo de 1807* é a seguinte: “Instrumento de arrendamento por seis anos e obrigação que fez o Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara a Manuel Francisco, lavrador e morador no Casal da Serra, de lhe arrendar o referido casal, a terra chamada da Cartaxeira e o casal do

Vejamos agora o que aconteceu na fase final do período analisado, na qual foi central a extinção das instituições que alimentavam o arquivo. Depois do regresso do Brasil, a família instalou-se novamente no palácio da Boa-Hora. Quando foi publicada a lei da extinção do morgadio em 19 de Maio de 1863²²³, o senhor da Casa de Belmonte era Vasco António de Figueiredo Cabral da Câmara (V. árvore genealógica n.º 7). Nascido em 4 de Maio de 1829 era filho de José Maria de Figueiredo Cabral da Câmara (2º conde de Belmonte) e de Maria Domingas Manoel de Castelo Branco (Belas)²²⁴. Vasco António era casado com Maria do Carmo Mendonça Rolim de Moura Barreto, filha da infanta D. Ana de Jesus Maria de Bragança e de Nuno de Mendonça Rolim de Moura Barreto (1º Duque e 2º Marquês de Loulé e 9º Conde de Val-de-Reis)²²⁵. Vasco António morreu pouco depois da publicação daquela lei, em 8 de Setembro de 1870, ficando sua mulher como cabeça de Casal, tutora e administradora do património dos seus filhos menores²²⁶. Os herdeiros do património da Casa de Belmonte em 1870 seriam, além da própria Maria do Carmo: José Maria de Figueiredo Cabral da Câmara (n. 20-07-1848; m. 1930)²²⁷; Nuno Maria de Figueiredo Cabral da Câmara (n. 19-02-1850; m. 20-05-1934)²²⁸; Ana de Jesus Maria de Figueiredo Cabral da Câmara (n. 01-03-1852; m. 22-01-1938)²²⁹; Maria Domingas de Figueiredo Cabral da Câmara gêmea da anterior (n. 01-03-1852; m. 23-12-

Outeiro, que tudo é do dito Senhor por preço e renda em cada um ano a saber, o casal da Serra 63 alqueires de trigo, 60 de cevada, um carneiro e nove galinhas; a terra chamada a Cartaxeira seis galinhas, seis alqueires de trigo e seis de cevada; o casal do Outeiro um carneiro, nove galinhas, 93 alqueires de trigo e 63 de cevada, o que tudo faz a conta anual de 2 carneiros, 24 galinhas, 162 alqueires de trigo e 129 alqueires de cevada, pagao tudo por ida de Nossa Senhora de Agosto. Feito na Quinta do Reguengo a Fanga da Fé, nas Notas do Tabelião Eugénio Rodrigues em 15 de Fevereiro de 1795”; ACBL, cx.18, n.º 86; V. n.º 1467 da TAD.

²²³ A transcrição da lei encontra-se disponível na íntegra [em linha] <http://www.monarchia.org/Leis/morgadios.htm> [Consult. 22 Dez. 2016].

²²⁴ Filha dos primeiros marqueses de Belas: Maria Rita Castelo Branco Correia e Cunha (6ª condessa de Pombeiro e 12ª senhora de Belas) e de José Luís Vasconcelos e Sousa (Castelo Melhor). Ver: [em linha] <http://www.arqnet.pt/dicionario/belas1m.html>. [Consult. 27 Mar. 2017].

²²⁵ VIDAL, Frederico Gavazzo Perry – *A descendência d’El-rei Dom João VI*. Lisboa: Edições Inapa, 1996, p.122.

²²⁶ ACBL, cx.120, n.º 859.

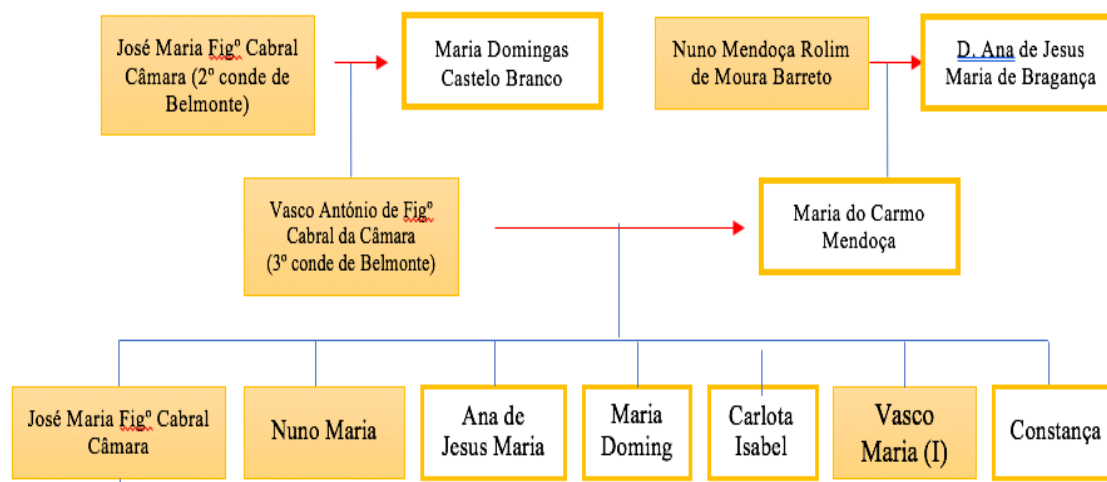
²²⁷ Casou em 1882 com Maria das Necessidades de Siqueira Freire, filha de Ascenso de Siqueira Freire (3º conde de S. Martinho) e de Maria Domingas de Siqueira. V.: VIDAL, Frederico Gavazzo Perry – *A descendência d’El-rei...*, cit., p.122-124.

²²⁸ Nuno Maria foi coronel de cavalaria, governador de Dio e Quelimane, e casou em 1877 com Maria Ana Lobo de Almeida Melo e Castro, filha de Francisco Xavier Lobo de Almeida Melo e Castro (7º conde das Galveias) e de Catarina de Sousa e Holstein. Casou segunda vez com Rosália Maria de Pina. V.: VIDAL, Frederico Gavazzo Perry – *A descendência d’El-rei...*, cit., p.125-126.

²²⁹ Casou, em 1878, com seu primo Domingos Maria da Câmara Berquó, filho de João Bernardo Viana Dias de Berquó e de Jerónima Margarida de Figueiredo Cabral da Câmara. V.: VIDAL, Frederico Gavazzo Perry – *A descendência d’El-rei...*, cit., p.125.

1929)²³⁰; Carlota Isabel de Figueiredo Cabral da Câmara (n. 9-04-1864; m. 07-08-1917)²³¹; Vasco Maria de Figueiredo Cabral da Câmara (n. 25-10-1866; m. 3-05-1933)²³²; Constança de Figueiredo Cabral da Câmara (n. 10-06-1867; m. ??-04-1874).

Árvore Genealógica n.º 7



A localização da carta de partilhas teria sido essencial para apurar melhor o destino do Arquivo. Não se encontra, porém, no ACBL e não foi possível localizá-la em arquivos públicos, apesar das nossas diligências nesse sentido²³³.

Do que nos foi possível apurar, sabemos que José Maria herdou a Quinta de Ota e o morgado de S. Cosmadinho em Belmonte²³⁴. Nuno Maria herdou propriedades em Belmonte²³⁵; Ana de Jesus Maria herdou a casa do Pátio de D. Fradique²³⁶; Maria Domingas de Figueiredo Cabral da Câmara, casada com António Caetano do Carmo de

²³⁰ Caso, em 1875, com António do Carmo de Noronha, filho de João Inácio de Noronha (2º conde de Paraty) e de Maria da Cruz Pedrosa.

²³¹ Casou, em 1883, com António José de Siqueira Freire de Sousa Chichorro Abreu Cardoso Castro Calvos Cerniche (4º conde de s. Martinho), filho de Ascenso de Siqueira Freire e de Maria Domingas de Siqueira, sua prima. V.: VIDAL, Frederico Gavazzo Perry – *A descendência d'El-rei...*, cit., p.131.

²³² Casou, em 1892, com Eugénia Braamcamp Sobral de Mello Breyner, filha de Hermano Braamcamp Sobral de Mello Breyner (3º conde de Sobral) e de Francisca de Almeida e Vasconcelos. V.: VIDAL, Frederico Gavazzo Perry – *A descendência d'El-rei...*, cit., p.132.

²³³ Existe no ACBL uma certidão referente a estas partilhas (ACBL, cx.124, n.º 933). Através dos dados constantes da mesma tentámos localizar o documento (Tribunal da comarca de Lisboa - 2ª Vara, hoje depositado na Torre do Tombo). Infelizmente o processo não foi localizado.

²³⁴ José Maria de Figueiredo Cabral da Câmara morreu em 1930 e da sua própria carta de partilhas consta o chamado Morgado de S. Cosmadinho (ACBL, cx.129, n.º 1066).

²³⁵ Informação recolhida por nós no âmbito familiar.

²³⁶ É aqui que vai morar, provavelmente após o casamento com Domingos da Câmara Berquó, em 1878. Este emite vários documentos onde refere este local como sua propriedade. Por exemplo, em 3 de Abril de 1891, Domingos da Câmara Berquó faz uma declaração como sendo proprietário do Pátio de D. Fradique (ACBL, cx.99, n.º 631); em 1899 obtém uma licença camarária para construir um barracão no Pátio de D. Fradique (ACBL, cx.99, n.º 631).

Noronha²³⁷, herdou terras na Lobagueira²³⁸ e terras em Belmonte²³⁹. Vasco Maria (I) herdou o palácio da Boa-Hora²⁴⁰. Já quanto a Carlota Isabel, não nos foi possível saber qual o lote de propriedades que herdou e, relativamente a Constança, morreu menina pelo que não chegou a herdar revertendo os seus bens – maioritariamente propriedades em Belmonte – para a sua mãe²⁴¹.

A condessa viúva terá permanecido até aos primeiros anos da década de oitenta no palácio da Boa-Hora, como se verifica através da correspondência a ela dirigida com esta morada²⁴². Aqui se manteve naturalmente o arquivo da Casa. Há vários registos de empréstimos e saídas de documentação. Mais uma vez, algumas dessas movimentações/levantamentos de documentos foram registados nas próprias capilhas com datas de saída dos documentos. Vejamos alguns exemplos. Desde logo, uma nota de Maria do Carmo Mendonça indicando que saíram do maço 2º avulso²⁴³ alguns documentos: “Foram deste maço os números 58-60-65-84-89-92-93-95-97 para o Senhor Palhares²⁴⁴ 4-9- [18]74. Condessa de Belmonte. Falta neste masso os números: 59-66-76-”²⁴⁵. Poderemos referir também o registo assinado por José Maria de Figueiredo Cabral da

²³⁷ António Caetano era oficial do exército e filho do 2º conde de Paraty, João Inácio de Noronha e de Maria da Cruz Pedrosa. V.: VIDAL, Frederico Gavazzo Perry – *A descendência d’El-rei...*, cit., p.128.

²³⁸ Esta informação deriva da constatação de que os documentos separados do ACBL em posse dos seus herdeiros diziam respeito à Lobagueira. Uma parte dos documentos “recuperados”, por compra em 1999 na Livraria Bizantina, pertenciam aos seus herdeiros. A compra foi efectuada por nós, a pedido de Vasco Maria (III). São eles: ACBL, cx.127, n.º 1024; ACBL, cx.127, n.º 1029; ACBL, cx.127, n.º 1028; ACBL, cx.127, n.º 1035; ACBL, cx.132, n.º 1099; ACBL, cx.127, n.º 1031; ACBL, cx.127, n.º 1039; ACBL, cx.127, n.º 1034; ACBL, cx.127, n.º 1024; V. anexo n.º 7, quadro n.º 1.

²³⁹ Pelo mesmo processo (v. nota supra) inferimos que herdou terra neste local, cf. “Certidão da Conservatória da Covilhã sobre a posse de prazos em Belmonte. Inclui procuração em nome de António Fernandes passada por António de Noronha.” (ACBL, cx.127, n.º 1021).

²⁴⁰ Após o incêndio neste palácio, de que falaremos adiante, terão sido retiradas por Vasco Maria a pedra de lareira em mármore e uma pedra de lago de jardim. Estas duas peças foram colocadas na sua residência de então, a Quinta da Alagoa em Carcavelos. Segundo uma notícia no *Diário de Notícias*, de 16 de Julho de 1945, a casa foi vendida em 1942. Embora a notícia contenha algumas incongruências, alguns dos dados apresentados são confirmados por documentos conservados no arquivo, tais como os aluguéis de partes do palácio a agremiações. Terão sido vendidas primeiro as terras anexas ao palácio (utilizadas para a edificação de um Bairro Social) e, posteriormente, o que restava do palácio, sendo ordenada a demolição da “fachada da casa que dava para o largo chamado de Belmonte, para se rectificar o alinhamento da rua”, (*Diário de Notícias*, 16 de Julho de 1945, p.1-2). Alguma desta informação é repetida em MELLO, José de - *Pedras de Armas...*, cit., p.72.

²⁴¹ Existe uma lista com o pagamento a um dos montes que calhou em sorte a D. Constança e que “por ter falecido, depois de seu pae é herdeira sua mãe”. A lista consta apenas de números (correspondentes às fracções de terras) e do valor respectivo. A avaliação do total é de 33.974080 (ACBL, cx.123, n.º 926).

²⁴² A carta mais recente dirigida à Condessa de Belmonte data de 1883-04-26 (ACBL, cx.146).

²⁴³ Cota, segundo a classificação alterada durante o século XIX.

²⁴⁴ Trata-se de Domingos José Palhares administrador – contabilista das propriedades de Maria do Carmo Mendonça no último quartel do século XIX.

²⁴⁵ ACBL, cx.14, n.º 45.

Câmara, indicando que em 1878 retirou do acervo vários documentos²⁴⁶. Em 1879 saiu um documento pertencente ao morgado do Seixal para as mãos de Domingos Palhares²⁴⁷, um dos administradores (?) da Casa²⁴⁸, que produziu documentação simultaneamente com Francisco Sales Pires da Silva²⁴⁹.

Em 1891 Nuno Maria de Figueiredo Cabral da Câmara também solicitou e retirou do cartório alguns documentos, segundo o registo feito por Francisco Sales Pires da Silva: “Carta da fortaleza de Damão, de que fez mercê o Sr. Rei D. Afonso 6º ao Sr. Rui de Figueiredo de Alarcão pelo mesmo tempo e vagante em que estava dada a seu pai o Sr. Jorge de Figueiredo. Feita em Lisboa em 31 de Março de 1667”²⁵⁰; “Provisão do Sr. Rei D. Afonso 6º ao Sr. Rui de Figueiredo de Alarcão, que nele tenha efeito a capitania mor das Naus da Índia na mesma vagante em que estava dada a seu pai o Sr. Jorge de Figueiredo. Feita em Lisboa em 31 de Março de 1667”²⁵¹; “Cópia das mercês que se acham registadas feitas aos Srs. Rui de Figueiredo e Pedro de Figueiredo em diversos anos. ITEM. Cópia da mercê de quatrocentos mil réis de renda efectiva e da comenda de S. Salvador de Castelões, feita ao Sr. Rui de Figueiredo, com qualidade de poder testar dela em filho. Lisboa 11 de março de 1656. ITEM. Cópia da mercê de uma comenda de lote de trezentos mil reis feita ao Sr. Luís Gomes de Figueiredo, filho do Sr. Jorge de Figueiredo. Lisboa, 14 de Agosto de 1651”²⁵². Apenas este último documento se conserva no acervo.

Sabemos que, em 16 de Outubro de 1883, o arquivo permanecia no palácio da Boa-Hora, de onde saiu ainda um conjunto de documentos com destino a Ota e a José Maria de Figueiredo Cabral da Câmara. Este registo tem o seguinte título: “Documentos que envio para Ota por ordem do Exmo. Senhor D. José Maria da Câmara do Cartorio da Excelentíssima Casa de Belmonte – Palácio da Boahora, 16 de Outubro de 1883”²⁵³. Não

²⁴⁶ O documento identifica os números 88 a 93; 95 a 102; e o n.º 124, todos constantes do Maço n.º 6 (ACBL, cx.117, n.º 812-1).

²⁴⁷ Tal como consta da descrição constante na capilha do documento: “Escritura de reconhecimento de Manoel da Cruz Brandão da vinha do Lírio no Seixal – é de 11 de Setembro de 1827 – que paga de foro 5\$000 réis e Laudemio no caso da vinha é de vintena (...) Foi para o Senhor Palhares 10-10-[18]79”, (ACBL, cx.117, n.º 812-6).

²⁴⁸ Produziu documentos entre 1870 (ACBL, cx.67, n.º 383) e 1894 (ACBL, cx.121, n.º 883).

²⁴⁹ Produziu documentos entre 1867 (ACBL, cx.66, n.º 364) e 1906 (ACBL, cx.98, n.º 607). Segundo informação por nós recolhida dentro da família, mas também através da assinatura de documentos conservados no arquivo, ambos tiveram responsabilidades na Casa, possivelmente como administradores ou contabilistas durante a segunda metade da centúria de Oitocentos. (V. nota imediatamente supra).

²⁵⁰ V. n.º 254 da TAD.

²⁵¹ V. n.º 256 da TAD.

²⁵² V. n.º 722 da TAD.

²⁵³ ACBL, cx.117, n.º 812-5. Nesta ocasião terão saído do Maço C os números: 64, 61, 71, 72, 78, 78-A, 79, 206, 216, 218-221, 231, 242, 246, 247, 249, 251, 256, 264, 276.

nos foi possível identificar nenhum dos documentos mencionados e, por conseguinte, aferir se estes se conservam no ACBL. Sabemos que José Maria foi viver para a Quinta de Ota após o seu casamento, em 1882, pelo que admitimos que este conjunto de documentos pudesse relacionar-se com esta propriedade. Vê-se assim que em 1883 o arquivo ainda permanecia na casa principal da família e que os membros da mesma iam lá “levantar” documentos. A existência destes registos - com a indicação da cota do documento retirado - revela o cuidado com a integridade do acervo, mas também a intenção de fazer devolver o documento retirado. Com efeito, esta devolução restituiria a ordem ao acervo permitindo que este continuasse a servir o propósito de “arsenal” de informação, o que, como ficou demonstrado acima, nem sempre aconteceu.

Sabe-se, através de vários testemunhos orais, que o palácio da Boa-Hora sofreu um incêndio violento que ocorreu, possivelmente, após 1883 e antes de 1888²⁵⁴. As datas que apontámos baseiam-se no facto de Maria do Carmo Mendoça ter passado a receber a correspondência não na Boa-Hora – Belém (como era endereçada a mesma) mas sim na sua Quinta da Flamengo, em Vialonga²⁵⁵. Dentro desta correspondência destacamos uma carta de seu filho Vasco Maria (I), datada de 8 de Novembro de 1888, na qual descrevia com algum pormenor uma casa que tinha ido ver no Campo de Santa Clara: “Agrada-me a casa; e logo que a Mamã a veja, se também lhe agradar decide-se e ficamos ou não com ella.”²⁵⁶. É também através da correspondência que sabemos que Maria do Carmo já estava instalada nesta casa em 29 de Janeiro de 1889²⁵⁷.

Tentando esclarecer o que possa ter sucedido no palácio da Boa-Hora é provável que tenha sido destruída nesse incêndio apenas a ala sul deste palácio uma vez que, a 12 de Novembro de 1890, Maria do Carmo Mendoça arrendou a ala direita (a norte) do palácio da Boa-Hora a Ernesto Carlos Rosa por 120.000 réis²⁵⁸. Uma vez que o conjunto

²⁵⁴ Os testemunhos foram por nós recolhidos dentro da família. No entanto, através de uma carta que se conservou no arquivo (ACBL, cx.146), constatamos que houve realmente um incêndio naquela zona porque uma das suas vítimas, que habitava na Calçada da Boa-Hora, no n.º 17, 1º andar (um pouco abaixo da zona do palácio), pediu auxílio a Maria do Carmo Mendoça por ter ficado sem nada devido ao grande incêndio. É, pois, possível que este incêndio tenha relação com aquele que ocorreu no palácio.

²⁵⁵ Maria do Carmo herdou esta propriedade de seu pai o duque de Loulé, Nuno de Mendoça Rolim de Moura Barreto após 1875 (ACBL, cx.69, n.º 424). No entanto entrou no arquivo vária documentação de data anterior, relativa a esta propriedade. Existem dois testemunhos que nos dizem, por exemplo, que após a sua viuvez, Maria do Carmo foi habitar nesta quinta (V.: *Diário de Notícias*, de 16 de Julho de 1945, p.1-2).

²⁵⁶ ACBL, cx.146.

²⁵⁷ ACBL, cx.146.

²⁵⁸ ACBL, cx.108, n.º 705. Sabemos que os vários espaços do edifício continuaram a ser arrendados porque em 1894 foi produzida uma relação dos rendeiros do palácio da Boa-Hora. Conserva-se por exemplo: um documento de arrendamento, várias declarações de arrendamentos, recibos de penhoras, correspondência e notas relacionadas com o palácio (ACBL, cx.108, n.º 705).

documental mais antigo se preservou, bem como um conjunto de correspondência cuja morada era precisamente o palácio da Boa-Hora, a primeira hipótese que colocamos, e talvez a mais plausível, é a de que o acervo se encontrava no local do palácio que não foi atingido pelo incêndio. Mas também é possível que se tenha provido à recolha imediata e atempada do arquivo nessa ocasião de emergência²⁵⁹. Uma terceira hipótese, talvez menos plausível, é a de que uma parte do arquivo estivesse acondicionada numa outra casa da família.

Partindo do facto de que o arquivo – ou pelo menos uma parte significativa do mesmo – não foi atingido pelo incêndio, é possível que a documentação tenha acompanhado Maria do Carmo Mendonça quando esta foi viver para a Quinta da Flamengo, em Vialonga. Sendo assim, o acervo só terá sido definitivamente dividido muito provavelmente após a venda desta propriedade, que ocorreu antes do final de 1907, pouco antes da morte de Maria do Carmo Mendonça (24 de Dezembro de 1907)²⁶⁰. Através de um documento intitulado “Contas da despesa feita com a mudança da Quinta da Flamengo”, sabemos que a mudança dos bens desta Quinta para vários locais teve lugar entre 29 de Outubro e 21 de Novembro de 1907²⁶¹, tendo sido feita por ordem de Vasco Maria (I)²⁶². Alugaram-se carroças e galeras para transportar móveis e/ou caixas para a Póvoa (?), e para Lisboa (Pátio de D. Fradique). O documento indica ainda o transporte em caminho de ferro de caixotes para Carcavelos, com destino à Quinta da Alagoa, que era propriedade de Vasco Maria (I)²⁶³. A divisão da documentação terá sido feita entre José Maria e alguns dos

²⁵⁹ A correspondência também poderá ter sido resgatada por se encontrar em móveis salvos do incêndio. E não é improvável que tenham sido retirados os documentos. Veja-se o caso do arquivo da Quinta das Lágrimas, resgatado de um incêndio cf. JÚDICE, Assunção; BORGES, Leonor Calvão – “Arquivo da Quinta das Lágrimas: quando à história social se junta a local”. in ROSA, Maria de Lurdes (org.) - *Arquivos de Família, séculos XIII-XIX...*, cit., p.99. Segundo nos relatou Assunção Júdice, a quem reiteramos o nosso agradecimento: “Na noite de domingo, dia 21 de dezembro de 1879, deflagrou um incêndio que, rapidamente, tomou grandes proporções. O meu tio Miguel Osório Cabral mandou cortar o fogo junto à biblioteca e conseguiu salvar o Arquivo e a Biblioteca como foi referido no Jornal o Conimbricense (A 33, n.º 3380, terça-feira 23 de Dezembro de 1879): “No meio d’aquella enorme desgraça houve a felicidade de se poder cortar o edifício e impedir a comunicação do incendio para a primorosa e valiosíssima livraria, talvez a primeira em Coimbra e seu districto depois da Universidade”(…) “Todo o edifício virado a nascente ficou reduzido a chamas; e só escapou a grandiosa livraria, a capella, a casa de jantar e o lagar pegado ao edifício do lado sul.”.

²⁶⁰ VIDAL, Frederico Gavazzo Perry – *A descendência d’El-rei...*, cit., p.122.

²⁶¹ ACBL, cx.114, n.º 794.

²⁶² Sabemos que foram feitas caixas de madeira para vidros e loiças, foi necessária madeira para 46 grades e foram feitas 38 caixas para pedras, espelhos e quadros.

²⁶³ Vasco Maria de Figueiredo Cabral da Câmara, veador da rainha D. Amélia, habitou aqui dando inclusivamente nome à rua que desembocava no portão da antiga quinta em Carcavelos (Av. Dom Vasco da Câmara). Hoje restam apenas ruínas dos edifícios de que se compunha o conjunto urbanístico, composto por chalet, casas e adegas. Ver, por exemplo um bom resumo da história desta quinta [em linha:] <http://ruinarte.blogspot.pt/2009/11/quinta-da-alagoa-carcavelos.html> [Consult. 27 Dez. 2016].

irmãos. O representante da família terá recolhido uma parte da documentação mais antiga para a Quinta de Ota, onde habitava, mantendo as unidades de instalação do início do século XIX feitas de cartão com atilhos de fita de pano, tendo porém, uma parte considerável da documentação sido levada para o Pátio de D. Fradique. Um dos elementos que apoiam esta asserção é a existência de uma nota escrita a lápis num bilhete inserido num conjunto de documentos relacionados com o Pátio de D. Fradique e que diz o seguinte: “Apontamentos encontrados nos caixotes de Vialonga”²⁶⁴. Além disso, uma parte da documentação mais antiga e conservada hoje no ACBL foi recolhida e reunida ao restante acervo aquando da herança por Vasco Maria (III) ocorrida no final do século XX. Esta recolha foi feita por Vasco Maria (III) e por seu filho, Gonçalo²⁶⁵. Toda a documentação existente no local foi levada então para Ota, conforme veremos.

De forma a conhecermos, o mais aproximadamente possível, os percursos da documentação que hoje faz parte do ACBL, tentaremos agora sumariar o acima exposto, indicando as principais linhas de conservação documental em três pontos: a) o conjunto documental anterior a 1807; b) os caminhos da documentação produzida entre 1807 e 1870; c) a documentação produzida após 1870.

Apesar de lhe ter sido retirada uma parte dos documentos respeitantes a algumas propriedades, o núcleo de documentos referenciado no *Tombo de 1807* e, seguramente, o próprio tombo, terão sido levados para Ota em data que desconhecemos, mas é plausível pensar que terá sido no tempo de vida de José Maria. Uma das provas que temos é a consulta e anotação deste tombo quer por José Maria quer por seu filho Vasco Maria (II). José Maria colocou no volume I deste tombo uma pequena anotação a lápis na árvore genealógica dos Figueiredos. Nesta árvore genealógica é referido o casamento de João Lourenço de Figueiredo, Alcaide mor da Covilhã, com D. Teresa de Figueiredo e esta é referida como “filha do Bispo de Vizeu, D. Gonçalo de Figueiredo”²⁶⁶. Nesse item, está

²⁶⁴ ACBL, cx.124, n.º 946.

²⁶⁵ A documentação mais antiga aqui recolhida incluía, por exemplo, o *Tombo de 1722*, mas também o conjunto de documentos respeitantes às despesas feitas com obras diversas (desde o século XVIII) e com a construção do palácio da Boa-Hora: estes documentos vieram da casa do Pátio de D. Fradique. Como foi dito supra, o conjunto de documentos referido como as “relações e recibos” respeitantes aos gastos com o palácio da Boa-Hora e que, segundo o arquivista, se encontravam juntos, no “Archivo d’esta Caza mas separado dos maços” (ACBL, Livro n.º 51, p.249), foram arquivados em duas caixas com a seguinte designação; “Contas antigas das despesas que se fizeram com concertos em diferentes casas pertencentes ao Conde de Belmonte” (ACBL, cx.115, n.º 1); “Contas antigas das despesas que se fizeram com concertos em diferentes casas pertencentes ao Conde de Belmonte” (ACBL, cx.116, n.º 809 e n.º 810). A informação sobre a recolha da documentação que ficou nesta casa foi obtida por nós no âmbito familiar, tendo presenciado uma parte deste processo.

²⁶⁶ ACBL, Livro n.º 51, fl.VII.

uma chamada a lápis “(I)” sobre o nome do bispo e na parte inferior da mesma página José Maria escreveu: “(I) Portanto não é filha do Bispo de Vizeu mas sim de D. Gonçalo, pois só foi Bispo depois de viúvo (D. Jozé Belmonte)”²⁶⁷. José Maria identificou também no índice²⁶⁸ a lápis as propriedades de Jerónima Lobo como sendo localizadas no Carregado e acrescentou ainda no mesmo índice, desta vez com caneta de tinta permanente, as indicações das páginas onde se encontram as tábuas genealógicas dos Cabrais (página 61) e a dos Brandões (página 37), páginas essas que o *Cartorário de 1807* não indicou. Já seu filho, Vasco Maria (II), redigiu por extenso a genealogia dos Cabrais, a qual preenche as páginas 60 e 62 deste volume I do *Tombo de 1807*²⁶⁹. Esta genealogia foi retirada do manuscrito de Belchior de Andrade Leitão, como Vasco Maria (II) assinalou, claramente, no final da mesma descrição genealógica: “Vide Famílias do reino de Portugal por Belchior d’Andrade Leitão. Letra C, tomo 6º pg 1122”²⁷⁰.

A documentação produzida após 1807 e até 1870 ter-se-á mantido reunida na casa habitada pela família, o palácio da Boa-Hora. É um conjunto documental produzido ao longo do século XIX relacionado com a gestão doméstica, com a administração geral da Casa e que inclui também correspondência. Esta documentação permaneceu no palácio da Boa-Hora, pelo menos até à data da morte de Vasco António de Figueiredo Cabral da Câmara. A Quinta de Ota, que permaneceu em gestão directa pela família, foi outra linha de produção documental, da qual apenas uma parte seria enviada para o palácio da Boa-Hora: os livros de contas do(s) feitor(es) e os recibos/documentos de despesas. Já os documentos e livros de “gestão corrente” respeitantes à Quinta de Ota, produzidos ao longo da centúria de Oitocentos, foram ali conservados.

Quanto à documentação com data posterior a 1870, ela teve origem nas seguintes fontes principais: a) uma parte da produção documental da condessa viúva proveniente da Quinta da Flamengo, em Vialonga, que foi recuperada da casa do Pátio de D. Fradique; b) documentação do casal Ana de Jesus Maria de Figueiredo Cabral da Câmara e

²⁶⁷ ACBL, Livro n.º 51, p.VII.

²⁶⁸ ACBL, Livro n.º 51, p.IV, vº.

²⁶⁹ Além do reconhecimento feito por seu filho Vasco Maria (II), o qual nos transmitiu isso mesmo, é possível reconhecer a caligrafia através da comparação com outros manuscritos da autoria de Vasco Maria (II). Estas anotações encontram-se na p.62 deste Tombo.

²⁷⁰ ACBL, Livro n.º 51, p.62. Belchior de Andrade Leitão nasceu em Lisboa, onde morreu na segunda década do século XVIII. Foi escrivão dos filhamentos. Escreveu um nobiliário intitulado *Famílias do Reyno de Portugal*, composto por 23 volumes manuscritos que se encontram na Biblioteca da Ajuda. Cf. informação disponível [em linha:] http://www.uaaisites.adm.br/iclas/pagina_ver.php?CdNotici=68&Pagina=OndeEstamos [Consult. 13 Dez. 2016]. Existe um exemplar manuscrito na Biblioteca Nacional de Portugal que contém partes do 3º e 4º volumes deste autor, cf. BETANCOURT, P.e Manoel de - Colecção *Genealogica*, [manuscrito] s.l.: 1787.

Domingos da Câmara de Berquó e alguma documentação da herdeira da mesma casa, Ana de Jesus Maria da Câmara de Berquó, todos moradores na casa do Pátio de D. Fradique; c) a produção documental de José Maria de Figueiredo Cabral da Câmara e dos seus descendentes, que se conservou, maioritariamente, na Quinta de Ota (onde este viveu) e que se relaciona com a administração da mesma Quinta.

A documentação produzida pelo ramo da família nas três gerações seguintes - José Maria (1848-1930), Vasco Maria (II) e seus filhos (V. árvore genealógica nº 9) - foi arrumada separadamente do núcleo mais antigo que respeita à administração da Quinta de Ota. Foi, portanto, um conjunto documental utilizado diariamente na gestão da casa agrícola ao longo da centúria de Novecentos, ao qual foram agregados alguns documentos pessoais²⁷¹. Quanto à documentação “inútil” – porque desactualizada – foi sendo remetida para locais mais recônditos da casa, para anexos sem utilização, servindo, inclusivamente, como livros de colagens e de desenhos infantis²⁷².

A reunião entre estes conjuntos documentais verificou-se já no final do século XX, como veremos.

A partir de meados do século XX começou a configurar-se um olhar histórico sobre a documentação mais antiga. O conjunto documental inventariado em 1807, ainda acondicionado nos maços originais, como dissemos, esteve, durante alguns anos, arrumado num armário num dos corredores da casa da Quinta de Ota até que, no final dos anos 60 do século XX, Vasco Maria (III) o recolheu para o local onde habitava na época, em Sassoeiros (na Quinta de S. Miguel das Encostas) e, depois, para uma outra residência, desta vez em Oeiras²⁷³. Importa referir que, quando Vasco Maria (III) recolheu esta documentação, havia já várias perdas em relação ao inventário de 1807, entre as quais avultam os 78 pergaminhos referenciados no *Tombo de 1807*²⁷⁴. Dois destes pergaminhos seriam, no entanto, reencontrados em 1995²⁷⁵ no conjunto de documentação que foi recolhida no Pátio de D. Fradique. Isto indica que o desaparecimento dos restantes

²⁷¹ Inclui tipologias documentais, como recibos, mapas, memoriais e correspondência, colecções de impressos e alguns escritos pessoais e fotografias.

²⁷² Como é o caso do Livro n.º 24 deste arquivo, que data de 1831-1833.V.: SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e –“ O Arquivo da Casa de Belmonte. O que o Tempo ...”, cit., p.505.

²⁷³ Segundo informação recolhida por nós dentro da família.

²⁷⁴ Documentos constantes do Inventário numa secção própria, denominada “Gaveta dos Pergaminhos” de que constam 78 descrições (ACBL, Livro n.º 52, p.277).

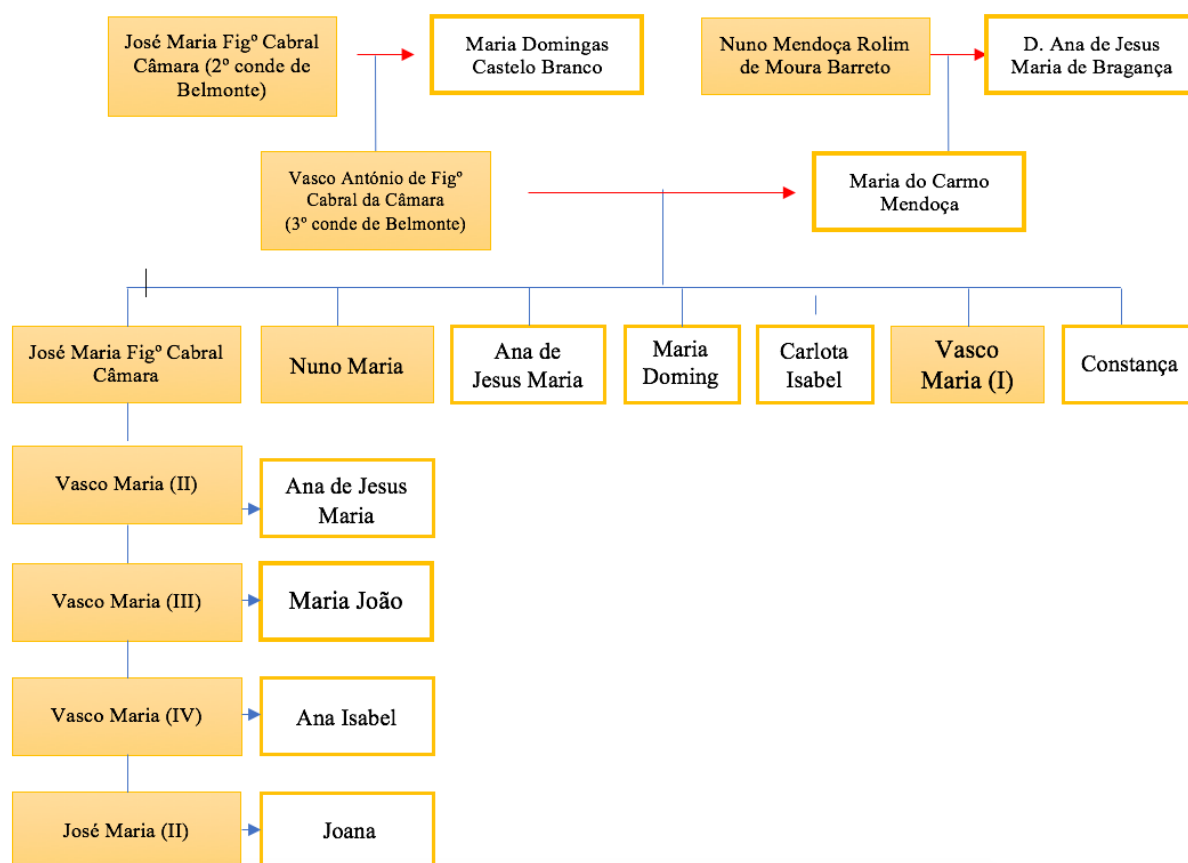
²⁷⁵ Este processo foi-nos relatado e presenciado por Gonçalo d’Orey da Câmara.

pergaminhos pode ter ocorrido em duas circunstâncias: terão sido destruídos durante o incêndio do palácio da Boa-Hora ou terão saído do arquivo (vendidos ou emprestados, por exemplo), já durante o século XX, de uma das diferentes casas. Infelizmente, não dispomos de informação sobre o paradeiro nem o processo que levou à saída desta documentação do arquivo.

Entretanto, em Oeiras, uma parte do arquivo sofreu uma inundação, pelo que Vasco Maria (III) tratou imediatamente de secar a documentação e colocá-la em novas unidades de instalação²⁷⁶ e num local a salvo deste tipo de intempéries. Finalmente, e após um processo de partilhas (decorrido entre os anos de 1980 e 1987), coube a Vasco Maria (III) a casa da Quinta de Ota, para onde a documentação do núcleo mais antigo foi levada novamente e colocada numa pequena biblioteca²⁷⁷.

Árvore genealógica n.º 9

Séculos XIX-XX- XXI



²⁷⁶ Estas unidades de instalação (caixas de cartão simples) foram feitas à mão segundo um molde do próprio Vasco Maria (III) e executadas pelo próprio e pelos seus filhos: Vasco Maria (IV) e Pedro Maria (informação recolhida por nós no âmbito familiar).

²⁷⁷ Este processo foi presenciado por mim própria.

Ainda no final do século XX, e com a extinção do ramo familiar de Ana de Jesus Maria de Figueiredo Cabral da Câmara, filha de Vasco António de Figueiredo Cabral da Câmara, que herdara as casas do Morgado do Castelo (Pátio de D. Fradique) como vimos, foi designado como herdeiro das mesmas casas Vasco Maria (III), por vontade expressa da última proprietária, Ana de Jesus Maria da Câmara de Berquó²⁷⁸.

Com a herança desta casa, recuperaram-se bastantes documentos que originalmente faziam parte do ACBL, entre eles o pergaminho respeitante à compra de uma parte do Pátio de D. Fradique (pertencente ao morgado do Castelo)²⁷⁹. Este facto corrobora a hipótese de que a documentação se acondicionou neste local após a venda da Quinta da Flamengo ou mesmo após o incêndio do palácio da Boa-Hora. Um dos documentos (re)encontrados neste local foi precisamente o *Tombo de 1722* e também, por exemplo, o conjunto acima referido de documentos relacionados com a construção do palácio da Boa-Hora indicado pelo *Cartorário de 1807*.

Encontraram-se igualmente nesta casa muitos outros “papeis de família” que tinham sido deixados em gavetas de cómodas ou de armários: correspondência, contas domésticas, recibos de arranjos, de lições, de escolas, de compras e consumos domésticos, enfim, um conjunto bastante interessante de documentos que permitirão fazer, no futuro, o estudo da domesticidade desta família ao longo do século XIX. Toda esta documentação foi recolhida por Vasco Maria (III) e levada para a casa da Quinta de Ota, onde foi reunida ao conjunto de documentação mais antigo embora sem respeito pela proveniência. Voltaremos a este tópico um pouco adiante.

No início dos anos 2000, foi igualmente “recuperado” de um celeiro da casa da Quinta de Ota um conjunto de documentos que estavam como que abandonados no celeiro bem como noutros compartimentos da casa, acondicionados em caixotes de cartão, em armários e em prateleiras abertas, sujeitos a todo o tipo de riscos. Com a colaboração da família, limpou-se, na medida do possível, a documentação, a qual foi acondicionada, embora ainda careça de tratamento especializado e de intervenção de preservação, em alguns casos, urgente²⁸⁰. Referimo-nos a várias dezenas de livros de contas da Quinta de

²⁷⁸ Filha de Ana de Jesus Maria de Figueiredo Cabral da Câmara e de Domingos da Câmara de Berquó. Ver [em linha:] <http://geneall.net/pt/nome/10827/ana-de-jesus-maria-da-camara-berquo/> [Consult. 27 Dez. 2016].

²⁷⁹ ACBL, cx.7, n.º 4.

²⁸⁰ Agradecemos a todos os familiares que colaboraram e muito especialmente ao nosso sobrinho José Maria (II) a ajuda que nos deu neste processo.

Ota e de outros documentos que, partindo do final do século XVIII (sobretudo “róis de contas” que faziam parte do núcleo mais antigo e que dele foram separados), percorrem uma parte importante do século XIX. Esta documentação, deixando de ter utilidade, foi remetida, na primeira metade do século XX, para um local recôndito da casa e foi “armazenada” sem critério nem cuidado. Mas a sua não-destruição é significativa de uma consciência da sua possível utilidade futura ou por vislumbre de interesse histórico, não sabemos ao certo, mas foi efectivamente conservada e não destruída²⁸¹.

Após todo o processo de recolha e posterior venda do Pátio de D. Fradique por Vasco Maria (III) em 1995, ali permaneceu, sem que a família Figueiredo Cabral da Câmara tenha dado conta inicialmente, um conjunto documental que pensamos ser bastante significativo e importante, embora, pelos motivos que passamos a expor, não seja possível um conhecimento aprofundado da documentação. Segundo informação recolhida por nós junto dos actuais proprietários, esta documentação encontrava-se literalmente emparedada. A abertura desta parede, aquando das obras de restauro da casa, foi provocada, entre outras, pela curiosidade do proprietário, Frédéric Coustols, a quem haviam dito que existia uma passagem directa desta casa até ao rio Tejo (o que tem relação, por sua vez, com a incorporação das duas torres do castelo de S. Jorge na própria casa e com a muralha do castelo)²⁸². Averiguando-se, através das plantas de arquitectura e com a ajuda de uma busca “telúrica”, chegou-se à conclusão de que havia um vão por trás de uma das paredes da casa. Derrubada a parede foi então encontrada uma banheira (em folha) contendo documentação. Segundo nos informou o proprietário, são cerca de 2000 documentos respeitantes ao Duque de Terceira, António José de Sousa Manoel de Meneses Severim de Noronha, tio de Maria do Carmo de Mendoça Rolim de Moura Barreto²⁸³. Depreendemos que esta parede terá sido construída muito provavelmente proximamente a ou após 1860, data da morte de António José, mas não nos foi possível apurar em que contexto²⁸⁴. Importaria, como é evidente, verificar que tipo de

²⁸¹ Para esta questão, entre outras, v.: FESCHET, Valérie - *Les Papiers de Famille. Une ethnologie de l'écriture, de la mémoire et des sentiments en Provence Alpine*. Aix-en-Provence: Publications de l'Université de Provence, 1998, p.41; 43.

²⁸² Derrubado o muro, foi, de facto, encontrada uma passagem, mas a sua “exploração” foi terminada também por opção do proprietário, segundo o próprio (informação recolhida por nós junto dos proprietários).

²⁸³ O Duque da Terceira, António José de Sousa Manoel de Meneses Severim de Noronha, foi casado com Maria Ana Filomena de Mendoça irmã de Nuno José Severo de Mendoça Rolim de Moura Barreto, pai de Maria do Carmo., 1º Duque da Terceira (1792-1860). V.: <http://geneall.net/pt/nome/5611/nuno-jose-severo-de-mendoca-rolim-de-moura-barreto-1-duque-de-loule/> [Consult. 10 Out. 2016].

²⁸⁴ Sabemos que esta casa sofreu obras de remodelação em 1870, ainda ordenadas por Vasco António. A família arrendou as casas e palácio a João Alves da Silva Marques, que se comprometeu a levar a cabo as

documentação existe e se, neste núcleo, se encontram documentos respeitantes à família e à Casa de Belmonte que possam acrescentar elementos importantes à sua história e à história custodial deste arquivo²⁸⁵. Ficam-nos as questões, que nos parecem muito pertinentes: porque foi esta documentação emparedada? Porque não foi destruída? Não é possível, sem uma consulta e sem um estudo mais aprofundado das relações entre a família e o Duque de Terceira, respondermos a estas e a outras questões que, naturalmente, se colocam.

Esta “ausência presente” dá-nos a oportunidade de convocar aqui outros elementos sobre várias ausências no arquivo sem o mesmo desenlace de reencontro. Como têm salientado ultimamente alguns historiadores, as ausências de documentação são tão significativas quanto a sua transmissão²⁸⁶.

Além da consulta presencial em Oeiras e na Quinta de Ota, que sabemos ter sido facultada pela família ao longo do século XX e a qual presenciámos, sabemos terem sido emprestados alguns documentos através de várias notas dispersas que se conservaram no arquivo. Se compreendemos em alguns casos, através da presença do documento no acervo, que pelo menos alguns desses documentos foram devolvidos, outros casos há em que, por empréstimo ou por outra razão desconhecida, houve documentos que se extraviaram.

Um dos documentos que se desgarrou foi o processo deste modo referido no *Tombo de 1807*: “Carta de arrematação que fez o Sr. Rodrigo António de Figueiredo da quinta da Vidigueira que foi do confiscado D. Gaspar Maldonado. Feita em 8 de Maio de 1734. Acha-se no arquivo desta casa mas não em maço”²⁸⁷. O documento relacionava-se com uma quinta anexa à Quinta de Ota. Hoje este documento encontra-se na posse de Benedita Filipe, neta de Luciano Ribeiro, ambos naturais de Alenquer²⁸⁸. A proximidade geográfica e o facto de, desde finais do século XIX, a família residir na Quinta de Ota, leva-nos a pensar que o documento terá saído do arquivo já no século XX, provavelmente para

mesmas a troco do rendimento “das casas novas” que conseguisse construir. O contrato de arrendamento data de 29 de Março de 1870 e foi cancelado a requerimento da herdeira do conjunto edificado, Ana de Jesus Maria de Figueiredo Cabral da Câmara de Berquó, em 23 de Dezembro de 1878 (ACBL, cx.124, n.º 946).

²⁸⁵ Segundo informação recolhida junto dos proprietários actuais da casa, Maria e Frédéric Coustols, existem neste conjunto documentos relacionados com a família.

²⁸⁶ ESCH, Arnold - “Chance et hasard de transmission...”, cit..

²⁸⁷ V. n.º 902 da TAD.

²⁸⁸ Esta informação foi obtida por Margarida Leme a quem reiteramos os nossos agradecimentos. Segundo informação recolhida junto de Benedita Filipe, o documento pertencia ao seu avô. Infelizmente não nos foi possível contactar Benedita Filipe em tempo útil para obter mais informação sobre a documentação em questão.

esclarecimento de alguma dúvida ou questão relacionada com extremas da propriedade. É igualmente possível que Vasco Maria (II) tenha cedido este documento a Luciano Ribeiro para algum estudo ²⁸⁹.

Saiu também do arquivo um conjunto de correspondência trocada entre D. João IV e Rui de Figueiredo de Alarcão bem como um copiador de cartas. A identificação destes documentos como fazendo parte do ACBL foi feita por nós, em consulta directa desta documentação na Torre do Tombo²⁹⁰. O conjunto de cartas encontrava-se cosido com uma capilha no topo semelhante à que se pode encontrar em todos os documentos do ACBL inventariados em 1807; o próprio texto da capilha é idêntico ao que se encontra nesse tombo: «Cartas do Senhor Rey D. João 4º para o Senhor Ruy de Figueiredo Governador da Provincia de Traz os Montes, e varias respostas às mesmas»²⁹¹. Estas cartas foram também referenciadas no *Tombo de 1722* (divididas em três maços) descritas como: «Hum Maço de Cartas de El Rey D. João o 4º escritas ao Sr. Ruy de Figueyredo estando governando em traz os Montes», a que se lhe junta «Hum Copiador de Cartas que o Sr. Ruy de Figueiredo escreveu a El Rey»²⁹². É possível que estes documentos tenham sido vendidos, não sabemos por quem, nem em que ocasião; é do nosso conhecimento que foram adquiridos pelo Estado português, mas não possuímos mais dados sobre essa aquisição. Sabemos, ainda, que a entrada destes documentos na Torre do Tombo ocorreu em 31 de Janeiro de 1989²⁹³, segundo o registo daquela instituição, estando os mesmos acessíveis para consulta. Não foi possível saber se estes documentos estariam no conjunto documental que permaneceu em Ota, no acervo do Pátio de D. Fradique ou se foram retirados ainda numa data anterior. No entanto, sabemos que terá havido mais correspondência trocada entre D. João IV e Rui de Figueiredo de Alarcão, correspondência essa que se extraviou. A prova é que surgiu um exemplar de uma carta, datada de 12 de Outubro de 1641, à venda num leilão em 2015²⁹⁴.

Um dos mais emblemáticos casos de vazios de documentação que identificámos neste acervo é a ausência, já referida, do conjunto de 78 pergaminhos inventariados no *Tombo*

²⁸⁹ Luciano Ribeiro foi autor de: RIBEIRO, Luciano - *Alenquer: subsídios para a sua história*. Lisboa: Câmara Municipal, 1936.

²⁹⁰ ANTT, Manuscritos da Livraria, n.º 2713; n.º 2714.

²⁹¹ ACBL, Livro n.º 52, p.257.

²⁹² ACBL, cx.47, nº1, fls.83 e 83vº. V. anexo n.º 7, quadro n.º 1.

²⁹³ Segundo informação recolhida directamente na Torre do Tombo.

²⁹⁴ Cabral Moncada, Leilões, Leilão de 2015-12-16, 3ª sessão, Lote 982, designação: Carta régia de D. João IV (1640-1656).

de 1807²⁹⁵. Conservaram-se apenas dois pergaminhos recuperados da casa do Pátio de D. Fradique: o primeiro é a compra feita em 1503, por Brás Afonso Correia, de um chão foreiro ao Senado da Câmara de Lisboa²⁹⁶. Este pergaminho tinha sido numerado em 1807 com o n.º 5. Dado que se trata de um documento respeitante à compra de uma parte da casa do Pátio de D. Fradique, poderia ter sido separado do conjunto da documentação no momento da divisão das propriedades. Mas, se assim foi, porque não se conservaram os outros dois pergaminhos relativos a compras de propriedades a este morgado?²⁹⁷

Quanto ao segundo pergaminho que se conservou, ele é descrito no *Tombo de 1807* com o n.º 20. Trata-se de uma apostila do aforamento em segunda vida do prazo da Lezíria da Praia em Alcoelha a Vasco Manuel datada de 13 de Março de 1798 e que inclui o auto de posse do paúl da Amieira e Praia, feito em 18 de Março de 1802²⁹⁸. A razão da permanência deste documento na casa do Pátio de D. Fradique é menos óbvia. Consideramos que a explicação mais plausível é a de que o conjunto de pergaminhos terá sofrido alguma dispersão prévia. Uma outra explicação possível para o desaparecimento destes pergaminhos seria o incêndio do palácio da Boa-Hora, pois os pergaminhos poderiam encontrar-se fisicamente num local diverso da restante documentação e dos restantes, estes teriam sido os únicos a salvar-se. Mas é muito difícil responder a esta interrogação.

Entretanto houve também alguma recuperação de documentos. Nos anos 70/80 do século XX, Vasco Maria (III) comprou vários na Livraria Histórica Ultramarina, após a sua identificação como pertencentes ao ACBL, através das capilhas e do conteúdo dos

²⁹⁵ O conjunto de pergaminhos tinha como tipologias principais apostilhas e cartas de mercê, mas também documentos de compra e venda e padrões de juro. A cronologia é tão longa quanto a da produção documental até 1807, sendo que o pergaminho mais antigo – referenciado como tal e colocado na “gaveta dos pergaminhos” - dataria de 1499 e o último de 6 de Agosto de 1807 (V. anexo n.º 7, quadro n.º 4, Gaveta de Pergaminhos). Destes 78 pergaminhos, 28 tiveram como produtor Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, o que indica desde logo uma predominância absoluta deste produtor.

²⁹⁶ ACBL, cx.7, n.º 4.

²⁹⁷ São eles o pergaminho n.º 3: “Instrumento de venda que fizeram Aires da Silva e sua mulher D. Guiomar de Castro ao Sr. Brás Afonso Correia, do conselho d’el-rei e seu corregedor, de umas casas, quintal, e estrebarias junto das portas do Castelo que se chamava Santa maria da Alcáçova, no canto da banda do levante, entre ambos os muros e partem com casas e quintal foreiro a S. Brás as quais tiham só o foro enfiteuta aos armazéns d’el-rei em real e meio de prata. E assim mais comprou junto às mesmas casas um quintal e pedaço de chão foreiro à cidade em cem reis brancos, tudo por preço certo de cem cruzados de ouro. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Fernando Vaz em 9 de Março de 1499 e tomou posse de tudo em 11 de Junho do mesmo ano”. E o pergaminho n.º 4: “Instrumento de compra que fez o Sr. Brás Afonso Correia, corregedor de Lisboa a Aires da Silva, camareiro mor d’el-rei D. Manuel, de umas casas de estrebaria e quintal junto às portas do Castelo foreiro tudo ao Armazém d’El-rei em cem réis por ano, enfiteuta perpétuo, pelo preço de 40\$000 réis de que pagou dez tostões de laudémio de quarentena, para cuja compra deu licença Diogo Delgado, Almoxarife dos Armazéns d’El-rei. Feito em Lisboa a 26 de Junho de 1499”.

²⁹⁸ V. n.º 1544 da TAD.

documentos. Trata-se de um conjunto de documentos (alvarás e patentes) relacionados com Luís Gomes de Figueiredo²⁹⁹. Estes documentos foram então incorporados no restante acervo. Recuperaram-se também, mas desta vez por compra na Livraria Bizantina³⁰⁰, no final da década de 90 do século XX, alguns documentos relativos ao morgado da Lobagueira e a Belmonte³⁰¹. Sabendo que o morgado pertencera à Casa, de novo identificámos os documentos através das capilhas. Como se tratava da venda de um lote, este incluía alguma documentação produzida pelo ramo da família que herdou estas propriedades - os herdeiros de Maria Domingas de Figueiredo Cabral da Câmara - e, portanto, além dos documentos produzidos antes da divisão das propriedades, esse lote continha documentos de datação posterior, produzidos depois dessa divisão. Esta documentação foi incorporada no acervo actual, havendo o cuidado, nesse acaso, de indicar a proveniência destes documentos³⁰².

Delineado o percurso do arquivo até à sua patrimonialização, reflectamos agora muito brevemente sobre ela. Podemos afirmar, com efeito, que o ACBL é o resultado de uma construção levada a cabo por Vasco Maria (III), por José Maria (II)³⁰³ e por nós. A acção de Vasco Maria (III) foi essencial na conservação deste espólio, uma vez que recolheu a documentação dispersa ou que considerou em risco de dispersão ou destruição; cuidou do acervo, estudou-o profundamente e identificou a maioria das peças, uma a uma, através de pequenos identificadores e listagens parciais; reconheceu “documentos perdidos” num alfarrabista e adquiriu-os; salvou os documentos da destruição por inundação; procedeu às transferências mais urgentes dos documentos das unidades de instalação degradadas, elaborando, ele mesmo, unidades de instalação. José Maria (II) colaborou intensivamente no processo de recuperação e limpeza da documentação que havia ficado na Quinta de Ota. Quanto a nós, procedemos à identificação e reorganização da documentação mais antiga, participámos activamente numa parte importante do processo de reunião da documentação que existia em Ota com a documentação recolhida na casa do Pátio de D.

²⁹⁹ Na época em que reorganizei o arquivo em 1997, foi-me mostrado pelo meu Pai este conjunto de documentos. Na ocasião, relatou-me a história da sua recuperação. Estão referenciados no *Tombo de 1807*, ACBL, Livro n.º 52, fl.187. V. tabela n.º 100 e 130.

³⁰⁰ Trata-se da Livraria Bizantina, na Rua da Misericórdia, n.º 147, em Lisboa. Este processo de identificação e compra foi efectuado por mim própria e pelo meu Pai que, na época, procedeu à compra desta documentação.

³⁰¹ Estes documentos foram “recuperados” por compra em 1999 na Livraria Bizantina. A compra foi efectuada por nós, a pedido de Vasco Maria de Figueiredo Cabral da Câmara (1919-2012). São eles: ACBL, cx.127, n.º 1024; ACBL, cx.127, n.º 1029; ACBL, cx.127, n.º 1031, ACBL, cx.127, n.º 1034; ACBL, cx.127, n.º 1035. ACBL, cx.127, n.º 1039; ACBL, cx.132, n.º 1099.

³⁰² V. anexo n.º 7, quadro n.º 1.

³⁰³ Neto de Vasco Maria (III), filho de Vasco Maria (IV).

Fradique e fomos nós que procedemos à compra de uma parte da documentação a pedido de Vasco Maria (III), em 1999. Além do mais, temos vindo a trabalhar desde 1997 neste acervo no sentido de o conhecer e divulgar.

2. Constituição do *corpus* analítico

Feita a história custodial possível deste arquivo, passaremos a descrever a forma como foi constituído o *corpus* analítico que serviu de base ao nosso trabalho. Fá-lo-emos com algum pormenor de modo a tornar explícitas as decisões tomadas, o que permite um melhor controlo das informações aduzidas e das conclusões alcançadas. Como se verá, houve de facto dificuldades várias que foram sendo resolvidas caso a caso e é importante o seu registo como parte integrante do texto de tese, obedecendo assim à ideia de que o trabalho histórico deve conferir parte “nobre”, também à explicitação da constituição do *corpus* do trabalho.

A constituição do *corpus* é um trabalho analítico da tese na medida em que, para ser possível “actuar no terreno”, ou seja, investigar a partir do interior do sistema de informação, o ACBL, foi necessário “desconstruir” cada um dos registos de que dispúnhamos, registos esses apresentados nos inventários de determinada forma, produzindo um discurso próprio. A decomposição deste discurso, aquele que o arquivo encerra, desfazendo-o, mas não o destruindo, levou-nos à interrogação permanente dos registos que nos ficaram da produção documental e das sucessivas construções edificadas a partir desses mesmos registos. Tratou-se, portanto, de apurar os contextos “por trás dos textos” e de compreender as relações de poder que moldaram este património³⁰⁴. O nosso objectivo principal era a compreensão da produção da documentação produzida pela linhagem dos Figueiredos, independentemente da sua conservação actual no arquivo e este é um ponto que desejamos sublinhar.

A constituição do *corpus* analítico foi feita através da construção de uma tabela em EXCEL. Aqui foram inseridos os diferentes dados - fruto de recolha prévia - sobre a produção documental dos Figueiredos em diferentes momentos, não apenas no ACBL, mas também noutros arquivos, constituindo esta tabela uma primeira ferramenta para obtermos uma perspectiva mais cabal dessa produção. Explicaremos muito sinteticamente quais os objectivos da constituição deste *corpus* analítico e depois, de forma mais detalhada, como foi construída a referida tabela (e que problemas nos levantou) sobre a qual faremos a nossa análise.

³⁰⁴ COOK, Terry - “Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts”. *Archival Science*. [s.l.]. Vol. 1, n.º 1 (2001), p.3-24.

A constituição do *corpus* teve como objectivos:

- 1) A reconstituição da produção da informação.
- 2) A percepção da documentação produzida, recebida e conservada pelos Figueiredos de Ota.
- 3) A aferição e análise das práticas de conservação, recuperação e reutilização de documentos.
- 4) Fazer a história social do arquivo, tentando compreender em que medida é que este permitiu ou condicionou a construção, a estruturação e a consolidação da linhagem e da Casa.

A decisão de enveredar por este caminho, trabalhoso e não isento de dúvidas, foi fortemente impulsionada pela existência dos dois riquíssimos inventários que já muitas vezes referimos: os Tombos de 1722 e de 1807. A riqueza documental que patenteavam tornava claro que o ACBL fora, nos seus tempos de existência plena, muito mais rico do que o actual acervo. A utilização e comparação destes inventários trouxe ao nosso trabalho um acréscimo de seiscentos e sessenta e seis documentos produzidos pela linhagem que, de outra forma, não seriam conhecidos e muito menos considerados. Ao optarmos por incluir as descrições documentais contidas nestes dois inventários, cruzando-os com a documentação existente, alcançámos um universo muito mais fiel àquela riqueza e ao processo histórico do próprio ACBL.

A recolha de informação para a construção do *corpus* baseou-se na análise e comparação, num primeiro momento, destes dois inventários antigos que integram o ACBL com a listagem do acervo actual. A esta recolha foi acrescentada, num segundo momento, a documentação encontrada nas chancelarias régias e noutros fundos na Torre do Tombo, como explicaremos na devida altura. No sentido de ser possível uma compreensão simplificada da tabela e da sua construção, passaremos a uma descrição sucinta dos referidos inventários (que serão analisados pormenorizadamente na Parte III,

Capítulo 2, ponto 2.2.), sistematizando alguns dados anteriormente referidos, de forma breve³⁰⁵. Dos inventários provém, de resto, a maior parte das descrições documentais.

O *Tombo de 1722*³⁰⁶ é o mais antigo inventário do Arquivo da Casa que chegou até nós. Foi mandado fazer após a morte de Pedro de Figueiredo de Alarcão por seu filho, Rodrigo António de Figueiredo (V. anexo n.º 5, árvore genealógica n.º 3) e foi utilizado pela família ao longo do século XVIII e inícios do século XIX. Este tomo divide-se em três partes: a primeira contém a relação das propriedades com as respectivas rendas; a segunda parte é uma listagem de todas as propriedades e a forma como cada uma delas se integrou na Casa e ainda uma relação das obrigações de cada um dos morgados e capelas. A terceira parte é constituída pela lista da documentação, organizada por maços numerados e a localização dos mesmos. No final desta terceira parte são elencados novamente - e com sumários minuciosos - os testamentos dos vários membros da família.

Neste tomo os documentos são apresentados com uma divisão em 106 maços e agrupados de forma diversa: tipológica, territorial ou sem ordem aparente (existem maços com documentação para cuja agregação não foi possível encontrar uma lógica). Os sumários dos documentos são relativamente completos e existem bastantes registos com locais, nomes e datas. Muitos deles são, no entanto, lacunares, quer em datas quer em nomes, indicando-se apenas a tipologia (por exemplo ‘outro maço de contas’). De alguns destes registos constata-se a existência de maços, provavelmente mais pequenos, inseridos nos maços numerados, o que sucede sobretudo quando se trata de correspondência ou de contas e recibos³⁰⁷. O texto original deste tomo foi bastante acrescentado e anotado, indicando o seu uso ao longo de todo o século XVIII³⁰⁸.

O segundo documento a que recorremos para a constituição do nosso *corpus*, foi o *Tombo de 1807*³⁰⁹. Este compõe-se de dois volumes e foi elaborado, como já referimos, antes da partida da família Figueiredo Cabral da Câmara para o Brasil com a Família Real em 1807. Durante todo o século XVIII verificou-se um aumento de produção documental, pelo que o inventário existente acabou por ficar desactualizado. O volume da

³⁰⁵ O mesmo tipo de estudo foi feito muito recentemente por ADOT LERGA, Álvaro – *Construire les archives. Du temps des Foix Béarn à celui des rois de Navarre. Pratiques de l’écrit et enjeux de pouvoir*. École doctorale Sciences Sociales et humanités ED 481. Laboratoire ITEM EA3002; Université de Pau et des Pays de l’Adour, 2017. Thèse pour l’obtention du doctorat.

³⁰⁶ Título atribuído por nós para uma maior facilidade descritiva (V. anexo n.º 11).

³⁰⁷ Designados muitas vezes por “hum maçoinho”.

³⁰⁸ Para uma informação mais completa sobre a estrutura deste documento, consultar: <http://www.inventarq.fcsh.unl.pt/index.php/tombo-de-1722>.

³⁰⁹ Título atribuído por nós para uma maior facilidade descritiva (V. anexos n.º 12 e n.º 13).

documentação e a necessidade de recuperação da informação sobre as propriedades e direitos da família que, entretanto, foram agregadas ao património, mas também o fluxo de produção documental próprio da gestão da Casa, terão acabado por criar a necessidade de elaboração de um novo inventário. Para além disso, terá contado de forma poderosa, julgamos nós, a incerteza do contexto histórico - a iminente invasão napoleónica e a partida da família Real para o Brasil – que resultaria em perigo de perda do controlo sobre o património e dos respectivos direitos da família sobre o mesmo. Com efeito, a desorganização do acervo não se coadunava nem com a rápida recuperação e controlo apropriado da informação nem com a competente manutenção da Casa.

O volume I deste *Tombo de 1807*, inicia-se com a identificação do mandatário, Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, elencando-se o rol de títulos, honras e cargos que ocupou. Segue-se um índice em que se compreende o conteúdo e estrutura do volume. Nele são apresentados em primeiro lugar os nove morgados (a que foram atribuídos os n.º 1 a 9), as três capelas (com os n.º 10 a 12) e as fazendas livres de Mariana Coutinho; de Ota; do Campo Grande e do Monte Redondo (com os n.º 13 a 16). Seguem-se os bens da Coroa e Ordens, com uma alcaidaria mor e cinco comendas, uma donataria, um prazo régio e as tenças (com os n.º 17 a 26). O palácio da Boa-Hora tem o n.º 27; a lista de propriedades de Jerónima Lobo tem o n.º 28 e o índice termina com um foro em Sintra (com o n.º 29). Para cada uma das parcelas de propriedade é referida a origem, o tipo, localização, rendimentos e as respectivas obrigações. Intercaladas com esta informação surgem árvores genealógicas bastante detalhadas sendo que a única referida neste índice, logo no início e antes da numeração das páginas, é a “Taboa Genealogica da Familia de Figueiredo”. No entanto há mais duas árvores genealógicas - a dos Brandões e a dos Cabrais – que não são referidas no índice original. O volume II do *Tombo de 1807* consiste no inventário de todos os documentos, organizado por tipologias, com um sumário completo de cada documento, incluindo nomes (de mandatários, receptores, magistrados, tabeliães ou outros intervenientes), datas, locais e, finalmente, a cota, com indicação do número de documento e do número de maço³¹⁰.

Integramos igualmente no *corpus* analítico os documentos fruto das inventariações seguintes do ACBL, feitas em duas fases, a partir de 1997, a que já nos referimos e que caracterizaremos brevemente. A primeira fase desta inventariação foi feita após a publicação de um primeiro trabalho: durante a investigação para o mesmo foi

³¹⁰ V.: <http://www.inventarq.fcsh.unl.pt/index.php/tombo-de-1807>.

necessário consultar a totalidade do núcleo mais antigo da documentação do arquivo no sentido de seleccionar apenas os documentos que utilizaríamos para essa pesquisa que resultou num livro entretanto publicado: *Pedro de Figueiredo (1657-1722) – Uma biografia*³¹¹. Convictos, então, da importância de uma recuperação rápida da documentação, iniciámos, a partir de 1997, a reorganização do ACBL. Através da identificação das capilhas, que foram elaboradas pelo autor do *Tombo de 1807*, separámos os documentos por tipologia, como supusemos que aquele autor havia procedido, colocando-os depois por ordem cronológica em caixas numeradas e numerando os documentos existentes em cada caixa³¹². Para esta listagem optámos por utilizar (adaptando e simplificando) as descrições que já constavam das capilhas onde os documentos estavam inseridos deste 1807. O resultado desta primeira fase corresponde à elaboração da nossa tese de mestrado em 2007. A segunda fase deste trabalho de inventariação nasceu da constatação de que existiam na casa da Quinta de Ota muito mais documentos para além dos descritos no *Tombo de 1807*, documentos esses que se acumulavam quer nas estantes de uma pequena biblioteca, quer em vários locais da casa. Como dissemos acima, uma parte destes documentos havia sido trazida de uma casa de família herdada por Vasco Maria de Figueiredo Cabral da Câmara (III) e a outra fora retirada do celeiro da Quinta de Ota. À época integrámos esta documentação no conjunto existente sem qualquer indicação da procedência dos diferentes conjuntos documentais. As descrições feitas então são bastante sintéticas e o nosso objectivo foi, mais uma vez, a recuperação de informação. Este trabalho de identificação foi prosseguindo ao longo de vários anos e a relação seguiu um processo de numeração sequencial da documentação. Esta listagem corresponde, portanto, à documentação conservada hoje no acervo.

Por fim, resta referir que a constituição do nosso *corpus* passou ainda pela integração de referências documentais existentes em arquivos públicos, tendo sido maioritariamente privilegiadas as Chancelarias Régias, embora tenhamos incorporado as referências recolhidas aquando da elaboração da tese de mestrado, que já possuíamos.

Com a informação recolhida nestes três grandes grupos documentais construímos uma tabela à qual chamámos Tabela Analítica da Documentação (daqui para a frente

³¹¹ Este trabalho académico foi publicado em 1999 cf.: SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Pedro de Figueiredo (1657-1722)*..., cit..

³¹² Na época guiámo-nos pelas indicações tipológicas colocadas nas capilhas e na sequência que encontramos no *Tombo de 1807* e não nas cotas respectivas. Assim sendo, a documentação ficou arrumada e listada de uma forma diferente da(s) anterior(es).

designada por TAD). A constituição do *corpus* analítico foi um processo complexo que importa explicar, pelo que indicaremos de seguida os vários passos que seguimos.

Procedemos à construção da TAD integrando todos os registos numa folha de EXCEL, o que nos permitiu uma maleabilidade muito grande quer ao nível do número de registos propriamente ditos, quer ao nível da inserção/alteração do número de colunas e seu posicionamento relativo.

No sentido horizontal esta tabela compõe-se dos vários *itens/descrições* de cada documento, tendo sido atribuído um número a cada item para indicação de referências e estabelecimento de relações entre as várias descrições. Ao nível vertical, foi feita a inclusão de diferentes componentes que reuniram informação no sentido de comparar e contextualizar, o melhor e mais completamente possível, cada um dos registos como passamos a explicar.

Incluímos nesta TAD tantas colunas quantas considerámos necessárias com os conteúdos que julgámos fundamentais e/ou significativos e que passamos a referir sucintamente. São eles: o número de cada item; a data; a tipologia documental; o produtor; uma coluna para o âmbito e conteúdo de cada documento e outra para a contextualização do mesmo. Com estes primeiros elementos - n.º, data, tipologia, produtor, âmbito e conteúdo e contexto de produção - pudemos obter, de forma facilitada, uma ideia geral da produção documental total. Nas colunas seguintes, devidamente identificadas (*Tombo de 1722*; *Tombo de 1807*; *Acervo Actual*), foram inseridas as descrições de cada documento nos dois momentos de inventariação antigos e na inventariação do acervo por nós feita. Segue-se uma outra coluna designada *Documentos externos ao arquivo* onde foram colocadas as descrições de documentos que resultaram da pesquisa nos fundos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Colocámos ainda, numa coluna própria, a indicação dos documentos produzidos por certidão ou por cópia e, completa a tabela, uma coluna onde foram inseridas algumas notas, sempre que consideradas necessárias e convenientes à contextualização. Explicaremos de seguida com algum detalhe a razão e as especificidades de cada coluna.

Em primeiro lugar, optámos por numerar cada item desta tabela de forma a ser possível remeter para este número, sempre que foi necessário remeter para o item em questão e utilizá-lo em qualquer referência cruzada. Assim, quer na própria tabela, quer no presente texto foi para este número que remetemos sempre que pretendemos referir

um documento constante nesta tabela e sempre que se revelou relevante o estabelecimento de relações entre os vários documentos dentro da própria tabela.

Definimos os produtores de documentos com base nos estudos sobre a linhagem feitos anteriormente³¹³. O primeiro produtor identificado, cronologicamente mais distante, é João Lourenço de Figueiredo; o último produtor de documentação, cronologicamente mais recente, é o casal Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara; Jerónima Margarida de Noronha. A atribuição da documentação a cada produtor baseou-se em primeiro lugar na identificação da pessoa que produziu, acumulou ou conservou cada documento e para isso foi identificado o nome de cada produtor e as respectivas datas de produção; a atribuição de um produtor foi feita individualmente ou em casal, consoante a produção do documento tenha ocorrido antes ou após o casamento; foram consideradas, quando houve dificuldade na identificação dos produtores, as datas da documentação e as datas de produção de cada produtor no sentido de as fazer convergir. Incluímos neste *corpus* a documentação não datada na qual pode estar identificado o produtor ou onde conste algum elemento que nos permite inseri-la em determinado contexto³¹⁴. Nestes casos foi colocada na coluna pertencente à data, a sigla **s.d.** (sem data). No entanto, uma parte da documentação foi retirada por não haver elementos suficientes para confirmar o seu produtor³¹⁵.

Quanto às tipologias, tentámos simplificar a sua atribuição sempre que não nos pareceu viável/correcto imputar as tipologias indicadas nas descrições. Por exemplo para qualquer acto de compra ou venda, independentemente do comprador ou do vendedor, colocámos a indicação *compra/venda*; para ajustes de contas, ou documentos de receitas e despesas, atribuímos a designação genérica de *documentos contabilísticos*.

De forma a obter uma ideia geral e mais clara da produção documental, foi criada uma coluna que inclui o *Âmbito e Conteúdo* do documento imediatamente após o número, a data, a tipologia e o produtor. Nesta coluna utilizaram-se as próprias descrições de documentos, dando-se sempre preferência à descrição de documentação conservada no

³¹³ V.: SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – *Da Linhagem à Casa...*, cit.; SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – *Pedro de Figueiredo (1657-1722)...*, cit., entre outros.

³¹⁴ Referimo-nos a documentação onde constam elementos que nos possibilitam atribuir um produtor, tais como: nomes de pessoas contemporâneas de determinado produtor; ou processos judiciais que pudemos identificar através de documentação paralela que diz respeito a determinado produtor.

³¹⁵ Foi o caso dos documentos genealógicos e das genealogias a que poderíamos atribuir vários produtores (contemporâneos) possíveis. De alguns destes documentos pudemos apreender apenas o século de produção, através do tipo de papel ou da caligrafia. No entanto não foi possível indicar claramente o autor/produtor destes documentos, por falta de data e por não estarem assinados.

arquivo. Assim, sempre que foi utilizada a descrição que consta da listagem actual deste arquivo, permaneceu na respectiva coluna apenas a cota do documento. Quando o documento não se conservou no arquivo e, portanto, não existe a respectiva descrição no *Acervo Actual*, procedemos à escolha da descrição documental mais elucidativa, preenchendo a respectiva célula com a cor cinzenta e seguindo o mesmo critério relativamente à cota, isto é, deixando na coluna respectiva apenas a cota. Quando o documento foi descrito apenas numa das colunas foi essa a descrição utilizada, ficando apenas a cota na respectiva coluna.

A seguir ao *Âmbito e Conteúdo*, acrescentámos uma coluna com a *Contextualização*: nela foi exposto o contexto de produção de cada documento, relacionando-se os assuntos com os produtores, com as propriedades, cargos, ou qualquer outro elemento que pudesse contribuir para esclarecer o seu processo/contexto de produção. Aqui foi inserida toda a informação recolhida sobre o documento descrito na coluna *Âmbito e Conteúdo*, mas também, sempre que considerado oportuno, os elementos que apoiaram o esclarecimento da produção do documento: geografias, toponímias, elementos históricos. Foi igualmente explicada nesta coluna a origem de alguns documentos e assim também o *como* e o *porquê* da inserção de determinados itens na tabela. Foram aqui esclarecidos, em cada item, os passos que nos levaram a relacionar ou inserir determinada descrição documental na sequência apresentada e por esta razão consideramos a coluna da *Contextualização* uma das mais relevantes. Sempre que o contexto de produção não pôde ser explicado, esse facto foi indicado claramente nesta coluna. Um dos processos que utilizámos, sempre que possível, foi a inserção e esclarecimento de relações entre os documentos constantes na tabela. Assinalámos aqui essas relações colocando entre parêntesis uma chamada para o/os número(s) do(s) item (s) relacionado(s): (ver supra n.º / cf. infra, n.º...). Esta indicação revelou-se importante para uma compreensão mais cabal do contexto de produção de cada item constitutivo desta tabela e, portanto, do *corpus* analítico. As colunas *Âmbito e Conteúdo* e *Contextualização* relacionam-se e remetem para as quatro colunas seguintes onde se encontram as descrições documentais: uma primeira coluna com as descrições do *Tombo de 1722*, outra com as do *Tombo de 1807*; outra com a descrição da documentação conservada no *Acervo Actual* e, finalmente, uma quarta coluna com a descrição de

documentos cotejados nas chancelarias e noutros fundos, a que chamámos *Documentos externos ao arquivo*, conforme explicado acima³¹⁶.

Apenas uma nota quanto às descrições colocadas na coluna do *Acervo Actual*. Procedemos a algumas modificações nas descrições, substituindo elementos que constavam originalmente da listagem, como o título honorífico (Conde de Belmonte) ou a designação de “Senhor” ou “D.”, pelos nomes que constam no plano de classificação, no sentido de uma maior simplificação do mesmo.

Sempre que se julgou necessário, foram acrescentadas, numa coluna própria, notas à contextualização. Estas notas contêm, na generalidade, bibliografia ou *sites* onde foram sinalizados dados que acrescentaram alguma informação à contextualização. Estes elementos adicionais permitiram-nos, por exemplo, datar algumas descrições (mesmo que apenas por aproximação), atribuir um produtor ou identificar algum dos nomes mencionados nas descrições.

Foram sinalizados os documentos produzidos por certidão ou por cópia numa coluna intitulada: *Documentos produzidos por Certidão/Cópia*. Aqui importa explicar que alguns destes itens foram replicados, isto é, a existência de uma certidão respeitante a um documento produzido por um dos Figueiredos de Ota, teve representação nesta tabela quando o documento original não foi descrito em nenhum dos inventários e quando o documento, objecto da certidão, não se conservou no arquivo. Estes documentos foram colocados num item próprio a que foram atribuídos o n.º, a data e o produtor bem como a tipologia. A descrição foi colocada entre parêntesis rectos [...] na coluna do *Âmbito e Conteúdo* e, nas colunas respeitantes aos tombos de 1722, 1807, *Acervo Actual* e *Documentos Externos ao Arquivo*, foi colocada a sigla **n.a.**. Estas certidões foram igualmente sinalizadas, numa coluna própria, com a indicação: “Este documento encontra-se em certidão posterior conforme infra n.º(...)”. Os documentos produzidos por cópia foram sinalizados embora neste caso não se tenham replicado as descrições.

Foram igualmente inseridas as descrições dos documentos que, pela sua relevância, sabemos que foram produzidos a partir ou por um dos Figueiredos: falamos por exemplo da transcrição do testamento de Jorge de Figueiredo na Chancelaria de Filipe II³¹⁷ ou ainda o aforamento do Casal de S. Bartolomeu³¹⁸ cujo documento se encontra

³¹⁶ Que inclui documentação que já havia sido sinalizada durante o trabalho de mestrado, como por exemplo o Corpo Cronológico ou os fundos respeitantes às Ordens Militares.

³¹⁷ V. n.º 31 da TAD.

³¹⁸ V. n.º 33 da TAD.

transcrito na Chancelaria de D. Sebastião. A nossa opção prendeu-se sobretudo com o facto de sabermos que os Figueiredos produziram estes documentos e que, embora não se tenham conservado os originais, sabemos que os manipularam e conservaram durante determinado período de tempo.

Como dissemos acima, a construção desta tabela não foi simples. Em termos práticos, sabíamos que a descrição documental feita em 1722 era necessariamente diversa da de 1807 e ambas eram dissemelhantes das descrições do acervo actual. Para além disso, a arrumação dos documentos, o tipo de cota, os elementos componentes das descrições, bem como a inserção ou ausência de datas, nomes ou tipologias, alteraram-se entre cada um dos momentos de inventariação, dificultando, em muitos casos, o encontro das possíveis correspondências entre as descrições de cada inventário e os próprios documentos.

Passou-se de um tipo de descrição por vezes lacunar do início do século XVIII para um tipo de descrição muito mais completa; ou ainda de um tipo de descrições gerais de conjuntos de documentos, para descrições peça a peça. Por outro lado, uma parte da documentação referida no *Tombo de 1722* já não existia em 1807 e uma parte significativa da documentação arquivada em 1807 também não se conservou no arquivo. Sabemos, por exemplo, que no universo de mil novecentas e setenta e cinco descrições que constituem o *corpus* analítico, mil cento e sessenta e nove itens dizem respeito a documentação conservada no *Acervo Actual*. Sabemos também que entre 1722 e 1807 se perderam trezentos e cinquenta e dois documentos e que cento e cinquenta e quatro itens tiveram um arquivamento discordante, isto é, foram agregados em 1807 (havendo ainda vinte e oito itens em dúvida). O número de documentação produzida foi aumentando, o que teve reflexo no número total de descrições documentais definidas no nosso *corpus* analítico: de seiscentas e noventa e seis descrições constantes no *Tombo de 1722* passou-se para o número de mil e trinta e sete descrições no *Tombo de 1807*.

Os registos que pudemos encontrar em arquivos públicos – cento e noventa e seis - tiveram um pálido reflexo nos inventários: no *Tombo de 1722* encontramos apenas onze descrições (e cinco destas em dúvida) mas no *Tombo de 1807* esse reflexo é mais visível, sendo o número de descrições de quarenta e nove, embora haja dúvida em seis itens. O acréscimo de documentação que pudemos apurar entre 1722 e 1807 é de mais seiscentos

de trinta e seis itens; e entre 1807 e 1840 foram incorporados trezentos e vinte e sete itens, conforme o quadro que se segue:

Descrição	Resultados
N.º total de elementos do <i>corpus</i>	1975
N.º de descrições de documentos conservados	1169
N.º de descrições de documentos não conservados	799
N.º de descrições no <i>Tombo de 1722</i>	696
N.º de descrições no <i>Tombo de 1807</i>	1037
N.º de descrições documentos não conservados entre 1722 e 1840	352
N.º de descrições documentos não conservados entre 1722 e 1840 c/Arquivamento ³¹⁹ discordante (n.a.)	154
Documentos não conservados entre 1722 e 1840, dos quais em dúvida (n.a.)	28
Total documentos registados em arquivos públicos	196
Docs. registados em arquivos públicos referidos no <i>Tombo de 1722</i>	11
Docs. registados em arquivos públicos referidos no <i>Tombo de 1722</i> (n.a.)	5
Docs. registados em arquivos públicos referidos no <i>Tombo de 1807</i>	49
Docs. registados em arquivos públicos referidos no <i>Tombo de 1807</i> n.a.	6

Todas estas alterações tiveram de ser integradas e todos os problemas que levantaram tiveram de ser resolvidos na própria tabela. Apesar de todas as dificuldades, e como foi dito acima, o nosso objectivo foi o de fazer corresponder, sempre que possível, no mesmo item as descrições dos mesmos documentos nos vários momentos (1722, 1807, *Acervo Actual* e *Documentos Externos ao Arquivo*), traçando como que um caminho para cada documento desde a sua produção, até à sua inventariação e conservação (ou perda/destruição).

Uma parte destas descrições foi relativamente simples de identificar uma vez que quer a data quer o nome do produtor, do acto e do local descrito, eram semelhantes e, portanto, pudemos colocar em cada coluna e para determinados itens as descrições respectivas. Um exemplo de perfeita correspondência entre as várias descrições pode ser visto no item n.º 117 da TAD:

N.º	Tombo de 1722	Tombo de 1807	Acervo Actual	Documentos Externos ao Arquivo
117	Alvará por que sua Magestade fez merçe ao Sr. Jorge de Figueyredo de hum[a] Viagem de Cappitão Mor das Naos da Índia no anno de 1639.	Alvará d'el-rei D. Filipe 4º pelo qual faz mercê ao Sr. Jorge de Figueiredo, fidalgo da sua Casa de uma viagem das naus da Índia que é a que tinha seu filho António de Figueiredo, concedendo-lhe no que toca o tempo e vagante da dita viagem, tudo o que conforme o Direito se pode fazer e que haja com ele o ordenado proes (?). e precalços que lhe pertencem. Feito em Lisboa a 18 de Outubro de 1639.	Alvará de Filipe IV a Jorge de Figueiredo, fidalgo de sua casa, de uma viagem nas naus da Índia, 18 de Outubro de 1639.	Alvará de uma viagem de capitão mor nas naus da Índia, 1639-10-18. (Chancelaria de Filipe III).

³¹⁹ Onde foi utilizada a sigla *n.a.* ou *n.a. (?)*.

No entanto não esperávamos encontrar correspondência imediata e simples entre todas as descrições e um dos primeiros problemas surgidos foi precisamente o de tentar encontrar conexões entre estas, ultrapassando as diferenças descritivas existentes nos três momentos e tentando compreender em que medida elas se referiam ao mesmo documento. Isto quer dizer que, para a constituição do nosso *corpus* analítico, considerámos todas estas correspondências, mas também as *não correspondências*, ou seja, todas as descrições para as quais não encontrámos paridades. Assim, como foi dito acima, colocámos na TAD as descrições de documentos que foram descritos apenas num ou em dois índices. Introduzimos também alguns documentos para os quais não foi possível compreender o contexto na totalidade, como dissemos, embora tenham sido produzidos por algum dos membros da linhagem. Inserimos inclusivamente documentos que encontrámos apenas nas chancelarias ou noutros fundos exteriores ao acervo sem nenhuma correspondência em qualquer dos momentos de inventariação referidos.

Relativamente às descrições para as quais não encontrámos correspondência nesta tabela, foi indicado a vermelho e claramente na coluna correspondente a cada um dos inventários: “Este documento não é descrito no *Tombo de 1722*.” Ou “Este documento não é descrito no *Tombo de 1807*”, consoante se trate de descrições que não estão presentes ou que por nós não foram encontradas. No caso da coluna do *Acervo Actual*, referimos explicitamente, e também a vermelho: “Este documento não se conservou no arquivo”. Este cotejo foi fundamental para compreendermos os percursos de determinada documentação e permitiu verificar as perdas ou a ausência consistente das descrições dos documentos arquivados nos fundos públicos. Possibilitou igualmente a compreensão dos momentos em que os documentos foram incorporados através dos subsistemas³²⁰.

Em termos práticos, e para maior inteligibilidade do *corpus*, também foi necessário fazer outro tipo de opções que explicaremos seguidamente.

Algumas destas descrições foram feitas na actualidade de forma muito geral e abrangente, sendo necessário proceder ao seu desdobramento. Um exemplo é a separação de descrições de documentos pessoais de função como o do n.º 833 desta tabela, cuja descrição do acervo actual é: “Mercês nomeações, avisos e patentes de Vasco da Câmara”. Ou seja, foi reunido um conjunto de documentos relativos a Vasco da Câmara

³²⁰ Casos há de documentos produzidos por elementos da família, sobretudo por ramos colaterais, cuja incorporação neste arquivo foi muito posterior à data da sua produção e que apenas foi detectada através da análise desta tabela. É o caso dos subsistemas Meneses (I) e (II) (ver Quadro Orgânico-Funcional).

que considerámos importante desdobrar de forma a obtermos uma perspectiva mais clara do contexto de produção de cada uma dessas mercês, nomeações, avisos e patentes.

N.º	Data	Produtor	Âmbito e Conteúdo	Contextualização
833	1725	Vasco da Câmara	Mercês nomeações, avisos e patentes de Vasco da Câmara.	Conjunto de documentação de função de Vasco da Câmara, arquivada apenas em 1807. Trata-se de documentação ligada à carreira militar mas também a funções palatinas como o serviço à princesa da qual foi veador. Optámos por separar os documentos de função de Vasco da Câmara para uma maior inteligibilidade sobre os contextos de produção dos mesmos.

Desdobrámos esta descrição, ou seja, separámos as várias descrições no sentido de compreender o contexto de produção de cada um destes documentos, indicando sempre este desdobramento e reportando os itens separados, ao primeiro, neste caso ao n.º 833 da TAD³²¹, como o exemplo que se segue:

N.º	Data	Produtor	Âmbito e Conteúdo	Contextualização
1020	1750	Vasco da Câmara	Aviso do secretário de estado Pedro da Mota [A Vasco da Câmara] para veador da casa da senhora princesa, datado de 19 de Fevereiro de 1750.	Ver supra, n.º 833.

No sentido inverso, algumas descrições dos tombos de 1722 ou de 1807 são bastante gerais relativamente à descrição actual, feita peça a peça. Podemos dar o exemplo da documentação relativa a Henrique de Figueiredo de Alarcão, um dos casos em que, nos três momentos de inventariação, houve critérios bastante diversos para a sua descrição. No *Acervo Actual* estes documentos foram descritos peça a peça. Em 1807 a descrição da mesma documentação é a seguinte: “Várias cartas do Sr. Henrique de Figueiredo e papéis insignificantes (Documentos avulsos)”. Depreendemos que neste conjunto se incluem as cartas, mas não sabemos exactamente quais são os documentos “insignificantes”. Já no *Tombo de 1722* a mesma documentação foi descrita da seguinte forma: “Na mesma gaveta quinta se acharão varias cartas, e Conhecimentos fora do Maço aVulços aSim da Índia Angolla e mais partes Ultramarinas”³²². Neste caso incluem-se “varias cartas”, mas também “conhecimentos”. Portanto inferimos que uma parte destes documentos estaria reunida num maço e outra parte estaria avulsa. Deduzimos também que haveria documentos respeitantes à Índia, a Angola “e mais partes ultramarinas”. As

³²¹ V. n.º 909, 910, 968, 1020, 1060, 1084, 1120, 1122, 1125, 1171 da TAD.

³²² V. n.º 455 e n.º 554 da TAD.

“partes ultramarinas” seriam, provavelmente, aquelas com as quais Henrique desenvolveu as suas actividades e, portanto, tratar-se-ia muito provavelmente da documentação expedida/enviada para a Baía. Mas é possível que tenha havido documentação expedida de outros locais, para além da Índia, Angola ou Baía.

A questão prática que se colocou foi: como colocar estes itens na TAD de forma a representar devidamente a produção documental e as descrições dos vários inventários? Sempre que não nos foi possível fazer corresponder as descrições nos vários inventários, aplicámos a sigla **n.a.** (não aplicável) nas colunas correspondentes. Assim, neste caso, uma parte da documentação de Henrique de Figueiredo de Alarcão surgirá desta forma nas primeiras colunas da tabela³²³:

N.º	Data	Produtor	Âmbito e Conteúdo	Contextualização
455	1702	Henrique de Figueiredo de Alarcão	Carta de Goa, de Henrique de Figueiredo para Pedro de Figueiredo.	Primeira de um conjunto de cartas pessoais de Henrique de Figueiredo a seu irmão onde relata os acontecimentos mais marcantes do ano. Relata, entre outros, as campanhas que fez ‘no estreito’, com o posto de mestre de campo. Conforme se pode ver as cartas de Henrique de Figueiredo de Alarcão para seu irmão Pedro foram arquivadas em conjunto em 1807. Na actualidade foram descritas separadamente. A descrição do <i>Tombo de 1722</i> foi colocada em <i>item</i> próprio uma vez que não foi possível descortinar de que documentos se tratavam, de facto.

Seguem-se-lhe as colunas respeitantes aos inventários, conforme explicado supra. Havendo dúvidas, optámos por colocar a descrição de 1722 em itens separados. Por esta razão foi aplicada a sigla **n.a.** na coluna do *Tombo de 1722*.

Tombo de 1722	Tombo de 1807	Acervo Actual
n.a.	Várias cartas do Sr. Henrique de Figueiredo e papéis insignificantes (Documentos avulsos).	ACBL, cx.43, n.º 37

Já no n.º 554 da TAD a descrição, que pode incluir no conjunto alguma(s) das carta(s) descritas no n.º 455, surgirá desta forma:

N.º	Data	Produtor	Âmbito e Conteúdo	Contextualização
554	s.d.	Henrique de Figueiredo de Alarcão	Na mesma gaveta quinta se acharão varias cartas, e Conhecimentos fora do Maço aVulços aSim da Índia Angolla e mais partes Ultramarinas.	Na gaveta quinta ficaram arquivadas em 1722, além das cartas e documentos relativos à Índia, Angola “e mais partes ultramarinas” (trata-se muito provavelmente dos documentos respeitantes a Henrique de Figueiredo de Alarcão) bem como um conjunto de documentos respeitantes à ermida e padroado de Nossa Senhora da Encarnação da Lobagueira (conforme supra, n.º 550 e seguintes). Apesar da referência ser bastante vaga, optámos por colocar a abreviatura [n.a.] em todos os documentos relativos à permanência de Henrique de Figueiredo de Alarcão em Luanda.

³²³ Para maior facilidade de leitura foram retiradas as colunas respeitantes à tipologia; *Tombo de 1722*; *Tombo de 1807*; *Acervo Actual* e seguintes.

Seguem-se-lhe as colunas respeitantes aos inventários, conforme explicado supra, onde foi aplicada a signa **n.a.**, sendo deixada apenas a cota da descrição utilizada, como se segue:

Tombo de 1722	Tombo de 1807	Acervo Actual
mç. 83, gav. 5, 2º contador	n.a.	n.a.

A sigla **n.a.** foi também utilizada acrescida de um ponto de interrogação **n.a.(?)** quando houve dúvidas relativamente às descrições, às correspondências entre descrições ou à conservação dos documentos. Veja-se o exemplo da descrição do testamento de Jorge de Figueiredo que segue³²⁴:

N.º	Data	Produtor	Âmbito e Conteúdo	Contextualização
115	1638-1645	Jorge de Figueiredo	Testamento do Senhor Jorge de Figueiredo. Feito em 3 de Dezembro de 1638.	Jorge de Figueiredo morreu em Outubro de 1645. Em 1722 foi feito um resumo do mesmo testamento com indicação do tabelião onde se encontrava: “Testamento do Senhor Jorge de Figueiredo Avo do Senhor Pedro de Figueiredo feito em 30 de Setembro de 1638 aprovado em 3 de Dezembro do mesmo anno, e hum codecilio feito em 3 de Novembro de 1644 aprovado no mesmo dia e tudo com termo de abertura feito em 26 de Outubro de 1645. Se achão no Cartorio dos orphãos da Repartição do Bairro de Alfama de que he Escrivão Julião Ribeira digo Juliam Coelho Ribeiro”. Sabemos que Rodrigo António de Figueiredo pediu um traslado deste testamento que se conservou no arquivo (ver infra, n.º 965).

Em que as colunas respeitantes aos inventários surgirão do seguinte modo:

Tombo de 1722	Tombo de 1807	Acervo Actual
n.a.(?)	mç. 10, n. 2	Este documento não se conservou no arquivo.

Deste modo fica assinalado que se trata de um documento possivelmente descrito no *Tombo de 1722*, mas cuja descrição permaneceu, para nós, inconclusiva. Já o número para o qual remetemos na coluna *Contextualização* - o n.º 965 – refere-se ao traslado deste testamento e é apresentado como segue:

N.º	Data	Produtor	Âmbito e Conteúdo	Contextualização
965	s.d.	Rodrigo António de Figueiredo; Joana Luísa Coutinho	Treslado do testamento de Jorge de Figueiredo de 3 de Dezembro de 1638. Pedido por seu bisneto Rodrigo António de Figueiredo.	Este traslado terá sido pedido provavelmente no contexto da acção sobre as partilhas entre Rodrigo António de Figueiredo com os seus irmãos (ver infra, n.º 966). Não foi possível saber se a descrição do <i>Tombo de 1807</i> , constante do n.º 115, é respeitante ao traslado ou ao original deste documento.

Em que as colunas respeitantes aos inventários surgirão do seguinte modo:

³²⁴ Para maior facilidade de leitura foram retiradas as colunas respeitantes à tipologia; *Tombo de 1722*; *Tombo de 1807*; *Acervo Actual* e seguintes.

Tombo de 1722	Tombo de 1807	Acervo Actual
Este documento não é referido no Tombo de 1722.	n.a.?	ACBL, cx.12, n.º 9

Um outro caso em que aplicámos a sigla **n.a.** e, portanto, este critério, foi relativamente aos diferentes tipos de agregação de documentação. Sabemos que, de um modo geral, a documentação foi arquivada de forma diferente em 1722 e em 1807. Por um lado, devido a uma alteração dos critérios arquivísticos propriamente ditos (em 1807 a “racionalidade” e a “boa ordem” alteraram a organização anterior) e, por outro, devido ao aumento de produção documental. Foi possível detectar agregações posteriores de documentos que foram descritos em 1722 separadamente por se tratar, por exemplo, de documentação respeitante ao mesmo assunto ou à mesma propriedade, como podemos ver nos itens n.º 531 e n.º 793 da TAD a seguir apresentados. Trata-se da escritura de compra de uma terra, olival e vinha em Ota, chamada Ferragudo, efectuada por Pedro de Figueiredo. Houve recolha da documentação de datas anteriores relacionada com esta terra e, para o caso que nos importa explicar, a agregação de documentos posteriores à mesma compra. Pudemos detectar dois documentos de datas e produtores diferentes descritos no *Tombo de 1722*: a referida escritura de compra, feita por Pedro de Figueiredo, e uma certidão desta compra pedida por Rodrigo António de Figueiredo. Assim, o n.º 531 desta tabela surge do seguinte modo:

N.º	Data	Produtor	Âmbito e Conteúdo	Contextualização
531	1709	Pedro de Figueiredo; Francisca Inês de Lencastre	Escuritura de Compra que fez o sr. Pedro de Figueyredo a Antonio Antunes da Vila de Alemquer do Olival que tinha em farregudo, junto a Suro galego o qual he foreiro em Vidas em hum cruzado a igreja de S. Estêvão de Alemquer, e a compra da vinha Com as oliveiras que esta na aldeya e foi de Manoel da Silva Carpinteiro o que tudo comtem esta escritura feita no anno de 1709 e as mais apenças.	O documento de venda foi arquivado noutro conjunto de documentos (ver infra, n.º 793). O auto de posse desta terra foi arquivado em 1807 com o conjunto documental da Quinta da Vidigueira (ver infra, n.º 537). Quer a terra de Ferragudo quer a terra de Suro Galego bem como a Quinta da Vidigueira são terras anexas à Quinta de Ota, pelo que esse arquivamento se insere numa lógica territorial.

Neste mesmo item, as colunas respeitantes aos inventários surgirão do seguinte modo:

Tombo de 1722	Tombo de 1807	Acervo Actual
mç. 5, gav. 2	n.a.	n.a.

A descrição do documento de compra “e as mais apensas” entraram primeiro na tabela. Na coluna da *Contextualização* explicamos que o auto de posse desta terra foi arquivado noutro conjunto. Na coluna do *Tombo de 1722* permaneceu a cota e na coluna respeitante às descrições do *Tombo de 1807* e do *Acervo Actual* colocámos a sigla **n.a.**, uma vez que em 1807 este documento foi reunido com documentação posterior relativa a esta mesma propriedade.

Já a descrição da certidão pedida por Rodrigo António de Figueiredo relativa à posse desta terra – Ferragudo –, entrou noutro item da tabela, o n.º 793, uma vez que foi descrita separadamente em 1722 e em 1807 foi inserida num conjunto documental mais extenso como segue:

N.º	Data	Produtor	Âmbito e Conteúdo	Contextualização
793	1677-1722	Rodrigo António de Figueiredo	Certidão de João Rebelo de Abreu, prioste da Real Igreja de Santo Estêvão da Vila de Alenquer pela qual consta de dois prazos sitos em Ota, serem do Senhor Rodrigo António de Figueiredo, foreiros à dita igreja um em 400 réis, o qual prazo comprou o Sr. Pedro de Figueiredo a António Antunes e o outro em 200 réis e duas galinhas, sito em Ferragudo. Passada em Alenquer a 24 de Outubro de 1722.	Estes documentos foram arquivados separadamente no <i>Tombo de 1722</i> conforme se pode ver supra, n.º 746 e n.º 531. Trata-se dos documentos respeitantes a um olival e a uma vinha em Ferragudo, propriedades anexas à Quinta de Ota. Em 1807 foi reunida a documentação respeitante ao acto jurídico de compra e venda e de posse, bem como os documentos anteriores que diziam respeito a estas propriedades. O processo foi construído e arquivado (em 1807) reunindo o conjunto de documentos de compra e venda, recibos e nomeações (1687; 1677; 1702; 1703 e 1709). O documento mais tardio diz respeito a uma certidão, pedida por Rodrigo António de Figueiredo, segundo a qual João Rebelo de Abreu, prioste da Real Igreja de Santo Estêvão da Vila de Alenquer, confirma que estes dois prazos (vinha e olival) sitos em Ota, lhe pertenciam. Optámos por colocar neste <i>item</i> apenas a descrição da certidão, mantendo a restante descrição do <i>Tombo de 1807</i> .

Foi utilizada na coluna *Âmbito e Conteúdo* a descrição constante no *Tombo de 1807*, pelo que foram colocados parêntesis (...) (assinalados a amarelo) no local de onde esta descrição foi retirada e, como foi referido acima, a célula foi preenchida com a cor cinzenta, indicando que foi esta a descrição utilizada.

Neste mesmo item, as colunas respeitantes aos inventários surgirão do seguinte modo:

Tombo de 1722	Tombo de 1807	Acervo Actual
Huma Certidão porque consta de dous prazos sitos em otta foreiros a Igreja de S. Estêvão de Alenquer e São do Sr. Rodrigo Antonio de Figueiredo (mç. 5, gav. 2).	Instrumento de pura e firme venda que faz António Antunes, lavrador e morador na quinta da Torre, termo da Vila de Alenquer ao Sr. Pedro de Figueiredo de um olival e terra em Ferragudo, distrito do lugar de Ota, Prazo em vida à Igreja de Santo Estêvão da dita Vila em 400 réis por preço e quantia de 250\$000 réis os quais logo recebeu. Feito em Alenquer a 8 de Março de 1709. ITEM. Instrumento da posse que tomou o dito Senhor das fazendas acima mencionadas. ITEM. Instrumento de carta de pura e firme venda que faz Barnabé da Gama a António Antunes, lavrador, morador na Quinta da Torre de um olival e suas anexas no distrito do lugar de Ota foreiro à Igreja de Santo Estêvão em 400 réis pelo preço e quantia de 130\$000 réis. Feito na Quinta da Torre, termo da Vila de Alenquer em 11 de Dezembro de 1702. ITEM. Medição da propriedade pertencente à Quinta de Ota, prazo à Igreja de Santo Estêvão da Vila de Alenquer. ITEM. Instrumento de carta de pura e firme venda que fez Filipa de Seabra viúva de Pedro dos Reis ao padre João Roiz Louzão de um olival sito onde chamam Ferragudo, foreiro à igreja de Santo Estêvão de Alenquer em 200 réis e duas galinhas por preço de 35\$000 réis. Feito em Alenquer a 22 de Setembro de 1687. ITEM. Nomeação que fez António Fernandes Seabra do dito olival em sua sobrinha Filipa Seabra. ITEM. Recibo de João Rebelo de Abreu, prioste da Real Igreja de Santo Estêvão da Vila de Alenquer de ter recebido 20\$000 réis de laudémio da décima do olival que comprou o Sr. Pedro de Figueiredo a António Antunes, sito no Ferragudo, foreiro à dita igreja em 400 réis cada ano. Passada na referida Vila em 8 de Março de 1709. ITEM. (...) ITEM. Instrumento de carta de pura venda que faz Manuel Luís o bicho d'alcunha, e sua mulher Quitéria Freire, a António Fernandes Seabra de um olival e uma terra sito no lugar de Ota, foreiro em vidas à igreja de Santo Estêvão da Vila de Alenquer em 200 réis e duas galinhas por preço e quantia de 35\$000. Feito na Vila da Azambuja pelo Tabelião Manuel Bernardes em 25 de Janeiro de 1677. ITEM. Instrumento de carta de pura e firme venda que faz António Antunes, lavrador, de uma courela de vinha com suas oliveiras sita no lugar de Ota, por preço e quantia de 60\$000 réis. Feito na Vila de Alenquer nas Notas do Tabelião António de Figueiredo Machado em 11 de Setembro de 1703 (mç. 7, n.º14).	Este documento não se conservou no arquivo.

Assim, e resumindo um pouco o que acabámos de explicar, se no n.º 531 colocámos o documento de compra das terras de Ferragudo, não havendo correspondência na coluna do *Tombo de 1807* (onde colocámos a sigla **n.a.**), já no item n.º 793 colocámos na coluna *Âmbito e Conteúdo* a descrição feita, em 1807, da certidão entretanto produzida sobre a mesma compra. O conjunto documental que terá entrado no arquivo no momento da compra foi arquivado em 1722 com o documento de compra (as escrituras “apensas”) e a estes documentos foi agregada, apenas em 1807, a certidão pedida por Rodrigo António de Figueiredo. Este exemplo ilustra, quanto a nós, a complexidade da construção de uma tabela deste tipo, mas cremos que as soluções encontradas, caso a caso, e devidamente explicadas, permitiram a compreensão quer da produção documental quer das diferentes práticas arquivísticas dos Figueiredos.

Um outro problema que se colocou na construção desta tabela foi o local onde deveríamos inserir as descrições que incluem vários documentos com datas diferentes. Utilizámos, como critério geral, a inserção de descrições numa “sequência cronológica” da mais antiga para a mais recente e no caso de agregação de documentos com datas diferentes, foi considerada a data mais recente referida dentro da descrição. Portanto, neste caso da compra de uma terra em Ferragudo, colocámos a descrição documental na data do documento mais recente, que foi 24 de Outubro de 1722.

Quanto à documentação produzida por mais do que um produtor, como é o caso de uma grande parte dos livros de recibos de capelas, iniciados por um produtor e continuados/terminados por outro, procedemos à sua duplicação nas datas extremas, assinalando-se na coluna própria o nome dos diferentes produtores, registando isso mesmo na coluna *Contextualização*. Damos como exemplo o caso dos livros de recibos da Capela de S. Tomé, que foram começados por Jorge de Figueiredo em 1624 e terminados com seu filho, Rui de Figueiredo de Alarcão em 1658, conforme assinalado na coluna da *Contextualização*. “Este documento encontra-se repetido nas datas extremas.”³²⁵.

As descrições do *Tombo de 1722* representaram geralmente mais dificuldades. Uma parte significativa das descrições é bastante lacónica pelo que não foi possível encontrar as correspondências destas com a documentação inventariada em 1807 e/ou no *Acervo Actual*. Por outro lado, seria impensável não referir um conjunto significativo de descrições de documentos, quando tínhamos dados suficientes para considerar que, perante a informação incluída na descrição, poderíamos atribuir a produção desse documento a um dos produtores da família. Assim, nesses casos, optámos por incluir as descrições que, de algum modo, estão relacionadas com um assunto ou problema tratado por esse mesmo produtor. Inserimos igualmente o conjunto de documentação que foi possível atribuir a um produtor, mas que não foi possível datar. Colocámo-la no final da listagem de itens de cada produtor. Tentámos contextualizá-la e relacionámos todos os dados disponíveis relativamente a esses documentos. Os casos mais significativos de documentos não datados são aqueles que pudemos atribuir a Rui de Figueiredo de Alarcão³²⁶ e a Pedro de Figueiredo³²⁷.

De forma a não estender o *corpus* analítico para além daquilo que considerámos razoável, optámos também por reunir num mesmo item uma série de descrições constantes do *Tombo de 1722*. São descrições que foram, na generalidade, redigidas sequencialmente neste tomo e dizem respeito a um mesmo assunto/tema/questão. Neste caso, colocámos um sinal (*) para cada pequena descrição, indicando que o item inclui várias descrições reunidas por nós, como o exemplo que se segue:

³²⁵ V. n.º 90 e n.º 669 da TAD.

³²⁶ V. n.º 302 e seguintes da TAD.

³²⁷ V. n.º 734 e seguintes da TAD.

*Sentença do Sr. Jorge de Figueyredo Contra Francisco Lopes, e sua mulher moradores no Cazal da Cruz da lobagueyra por lhe haverem Vzarpado algumas terras do dito cazal. *Duas sentenças Muy antigas contra pessoas que tinham Vzarpado algumas terras na Lobagueyra.³²⁸

Importa ainda referir que, quando estávamos a construir a tabela, e por uma questão de celeridade na identificação das respectivas descrições, optámos por não actualizar a ortografia das descrições do *Tombo de 1722*. Isto permitiu-nos um reconhecimento mais rápido das mesmas descrições dando alguma presteza ao processo de constituição do nosso *corpus* analítico.

A elaboração da TAD possibilitou-nos a compreensão da constituição do arquivo em diferentes fases, incluindo documentos que não se conservaram no arquivo. Tornou possível igualmente identificar conjuntos de documentos incorporados em momentos diferentes. Independentemente das datas de produção dos documentos, sabemos que a herança de diferentes propriedades e morgados implicaram a incorporação e a conservação documental respectivas. Esta incorporação de documentos no arquivo ocorreu no momento de cada uma das heranças. Mas, como já referimos, não incorporamos na nossa tese a produção documental das linhas colaterais, ou seja, os *subsistemas* que, entretanto, foram sendo incorporados no arquivo ao longo dos séculos³²⁹. Contudo, assinalámos na coluna *Âmbito e Conteúdo*, a integração destes subsistemas no arquivo tal como foram sinalizados no Quadro de Classificação, como se pode ver na Parte III, Capítulo 1, ponto 1.1.2.

Esta selecção explicará também a ausência no presente trabalho de documentação que foi produzida por vários membros da família pertencentes ao tronco principal da linhagem. Estes, ao saírem da casa paterna ou ao deixarem as suas propriedades a parentes colaterais, fizeram com que a correspondente documentação se separasse do núcleo pertencente à linha principal. Alguns destes documentos, no entanto, acabaram por ser incorporados mais tarde, por exemplo no momento em que um parente de uma linha colateral designou como seu herdeiro o representante da linha principal. Esta designação acarretou a entrada no acervo dos documentos relacionados com as propriedades herdadas que haviam pertencido à família. Esta constatação adveio da análise da TAD onde, o facto de alguns desses documentos não terem sido sistematicamente descritos em 1722 e terem

³²⁸ V. n.º 79 da TAD.

³²⁹ Para uma ideia exacta sobre cada um desses subsistemas, veja-se o Quadro de Classificação.

dado entrada no *Tombo de 1807*, nos permitiu compreender as incorporações “tardias”³³⁰. A dificuldade de identificação destas movimentações esteve, sobretudo, no facto de alguns desses documentos pertencerem a irmãos do representante principal da linhagem e, até à constituição deste *corpus*, pensou-se que estes documentos haviam feito parte do arquivo de família desde a data da sua produção. Não tínhamos compreendido os seus caminhos até à análise comparativa das descrições de documentação, nos diferentes momentos de inventariação. Portanto, esta tabela permitiu uma análise mais fina que veio a revelar precisamente essas “movimentações” ignoradas até hoje.

Através deste *corpus* pudemos apreender a evolução do ACBL e, além de uma ideia aprofundada deste e da documentação produzida pela linhagem, foi possível proceder, como veremos ao longo deste trabalho, à contextualização e análise de aspectos como: os processos de avaliação e de conservação; as diferentes práticas arquivísticas utilizadas; a utilização do escrito na gestão da Casa; a defesa de direitos e de propriedades; a elaboração de inventários e os seus contextos de produção; lógicas de conservação documental e configurações do arquivo.

Como dissemos, a documentação que se conservou fez parte de um conjunto documental bastante mais vasto. A identificação e a compreensão da incompletude das existências, de perdas e vazios da documentação, permitiu constituir este *corpus* e traçar um retrato aproximado da produção documental dos Figueiredos nos vários momentos que assinalámos. Nos capítulos que se seguem veremos como foi útil e bastante citado o *corpus* assim constituído.

³³⁰ Podemos dar o exemplo do caso da documentação relacionada com o Morgado do Seixal que, tendo sido instituído por uma filha de Rui de Figueiredo no século XVI, entrou no arquivo no século XVIII através da herança deste morgado por Madalena Luísa de Lencastre (subsistema Meneses(I)).

PARTE III – A PRODUÇÃO E USOS DA INFORMAÇÃO PELA FAMÍLIA/ CASA

“Aquelles administradores que não tiverem génio de aumentar, pesso lhe emcarecidamente que ao menos observem estas duas advertências: Primeira que não deixem sahir do cartório nenhum papel, e só sim o treslado que devem mandar tirar daquele que lhe for persizo exebir; segunda: que não fassão como outros que intregão as chaves do seu cartório a hum criado de quem talvez não fiarão sincoenta moedas, porque deste desacerto se tem seguido grandes perjuizoz a muitas cazas, sendo serto que para confiar esta ó aquela parcela de dinheiro bastaria a fé que se deve ter pelo logar que ocupa de criado grave, e as sirconstâncias que para ele se lhe devem por, mas para entregar o cartório não basta isso, hé persizo hum grande conhecimento e larguíssima esperiencia do sogeitto.”

In *Instituição do Morgado dos Castilhos. Cópia dos papéis pertencentes à Instituição do Morgado e suas obrigações. Maço Iº. (ACBL, Livro nº 32).*

1. A reconstituição orgânica da produção de informação: representação por sistemas familiares e por geração.

Como dissemos acima (Parte I, Capítulo 1) não existe uma proposta única para a abordagem e organização de Arquivos de Família. Em Portugal, nos últimos anos, tem sido utilizado o modelo sistémico proposto por Armando Malheiro da Silva, apresentado pela primeira vez em Vila Real em 1997³³¹ e desenvolvido posteriormente³³². Este modelo refuta, pela sua própria metodologia, a aplicação de quadros de classificação preconcebidos ou qualquer tipo de quadro de classificação temático-funcional. A razão principal é o facto de que existe, hoje, a noção de que um sistema de informação familiar assenta em requisitos orgânicos e funcionais próprios, que não se coadunam com classificações pré-concebidas que mascaram os contextos de produção dos documentos. Pretendemos compreender a produção documental dos Figueiredos e fazer a história social deste Arquivo de Família; não nos interessa, portanto, aplicar uma grelha classificativa preconcebida, que deturparia essa apreensão e ocultaria a sua orgânica e os processos pelos quais o arquivo chegou à actualidade.

³³¹ SILVA, Armando B. Malheiro da – “Arquivos de Família e Pessoais: Bases Teórico-Metodológicas para uma abordagem científica”. *Actas do Seminário Arquivos de Família e Pessoais*. Vila Real: Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas. Grupo de Trabalho de Arquivos de Família e Pessoais, (1997), p.51–106.

³³² SILVA, Armando B. Malheiro da - “Arquivos familiares e pessoaís...”, cit..

Para além da consistência do modelo sistémico, os resultados que este tem produzido são de molde a reforçar esta opção para descrição do ACBL³³³. Este modelo, aplicado aos Arquivos de Família, assenta num quadro orgânico-funcional cuja base são as gerações e as pessoas unidas pelo parentesco/matrimónio (e não a divisão temático-funcional da documentação) e representa, de forma mais fiel, a fluidez da produção documental³³⁴.

As linhas orientadoras deste modelo determinam, portanto, que o quadro orgânico de qualquer sistema de informação familiar seja baseado nas gerações da família as quais constituem as suas secções. A partir de cada secção/geração, definem-se as subsecções, tantas quantos os produtores dessa geração. Na prática, determinam-se as gerações/secções e inserem-se as subsecções que correspondem ao casal, sendo essa uma primeira subsecção³³⁵. Dentro desta subsecção, insere-se a descrição do conjunto de documentação que o casal produziu, acumulou ou recebeu. Abaixo desta primeira subsecção (casal), inserem-se subsecções para os indivíduos dessa mesma geração separadamente: primeiro cada um dos membros do casal, com a produção documental própria e funcional, no caso de existir, e depois tantas subsecções quantos os restantes membros da família da mesma geração (irmãos e cunhados). Dentro de cada uma destas subsecções, são inseridas as descrições dos documentos correspondentes, sendo ainda

³³³Vejam-se como exemplo, os seguintes estudos: SILVA, Armando B. Malheiro da - “O Archivo dos Açores (1878-1892) de Ernesto do Canto: um modelo de erudição histórico-arquivística: análise e superação”. [Em linha]. (2003). Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/28033>; SILVA, Armando B. Malheiro da; GONÇALVES, Maria Fernanda - “Da memória ao acesso à informação na Casa de Mateus: as bases e objectivos de um projecto sistémico”. *Revista de Letras*. Vila Real. Série II, n.º 6 (2007); RODRIGUES, Abel - “O Gabinete do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1804-1808). Análise da produção informacional”. *Revista da Faculdade de Letras - Historia*. Porto: III série, Vol. 10 (2009), p.71-90; RODRIGUES, Abel - “Sistema de Informação Família Araújo de Azevedo. Estudo Orgânico funcional aplicado ao cartório da Casa de Sá”. (Separata). *Casa Nobre, Um património para o Futuro*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2007, p.3-51.

VENTURA, Maria Isabel - *O Arquivo Paço de Calheiros...*, cit.; MARQUES, Patrícia Cardoso - *O Arquivo Castro/Nova Goa...*, cit.. Muito recentemente foi defendido o primeiro doutoramento em Arquivística Histórica por: NÓVOA, Rita Luís Sampaio da - *O Arquivo Gama Lobo Salema...*, cit. e os estudos que decorrem no âmbito do doutoramento em Arquivística Histórica na Universidade Nova de Lisboa contribuirão certamente para o desenvolvimento deste método e simultaneamente para o conhecimento de ‘novos’ Arquivos Familiares em Portugal. Referimo-nos aos estudos de Margarida Leme, Alice Borges Gago e Filipa Lopes.

³³⁴ SILVA, Armando B. Malheiro da - “Arquivos familiares e pessoais...”, cit., p.70.

³³⁵ Este ponto é justificado pelo facto de, no sistema jurídico do Antigo Regime, a família, iniciada precisamente com o casal, ser considerada como uma unidade. Ao iniciar uma família, o casal era juridicamente *um sujeito* apenas, com *um interesse* e sob *um único direito* fazendo parte de *um só corpo*. Ao marido, no entanto, cabia a responsabilidade “natural” de administrar o património familiar. A comunhão de bens de marido e mulher e os poderes do marido na administração dos bens comuns. Os bens levados para o casamento “comunicavam-se”. (V. HESPANHA, António Manuel - *Como os juristas viam o mundo...*, cit., p.271-272; 283-284; 288 e seguintes).

possível criar vários níveis – séries, subséries, documentos simples e documentos compostos.

No sentido inverso, cada documento é inserido sob cada subsecção/casal ou indivíduo, colocado na sua secção/geração. O Quadro Orgânico-Funcional assim alcançado permite-nos uma visão muito clara da estrutura da entidade produtora – a família nas múltiplas gerações - dos produtores - cada um dos membros da família - e da correspondente produção documental – produção/acumulação/conservação de documentos por cada um dos seus membros.

O modelo sistémico permite ainda a inserção de *subsistemas* em determinadas subsecções. No caso dos Arquivos de Família, estes *subsistemas* correspondem à documentação que entrou no arquivo por herança, por casamento ou por quaisquer outras vias à qual se atribui o nome da família/pessoa/instituição a quem essa documentação pertencia; o momento de inserção dos documentos no arquivo fica representado na subsecção correspondente. Portanto, além de permitir uma leitura da produção documental individual e por geração, este modelo possibilita a compreensão, de uma forma que consideramos lógica, da construção do próprio sistema de informação, uma vez que permite a inserção num determinado momento do curso da história do arquivo, de toda a documentação que, não pertencendo anteriormente à família, acaba por dar entrada no arquivo por via do casamento ou da herança. Torna-se assim possível a reconstituição não apenas da produção documental de cada membro da família, mas também dos momentos em que a família incorporou, acumulou e conservou determinados conjuntos documentais externos a si própria no curso do tempo. Além da inteligibilidade e contextualização da produção, uma das grandes vantagens deste modelo é a sua abertura e maleabilidade. Em qualquer circunstância futura é possível acrescentar novas secções, subsecções e subsistemas com a respectiva documentação sem desvirtuar todo o trabalho feito anteriormente.

A aplicação deste modelo, no entanto, implica o conhecimento histórico aprofundado de todos os produtores de documentos dentro da família, uma vez que o fluxo de informação nem sempre segue a sucessão *linear* das gerações. Como acabámos de explicar na parte II, ponto 2, aquilo que poderia ser visto, à primeira vista, como uma sucessão contínua de produção de documentação pode ser, na realidade, fruto de inserções de documentação muito posteriores às datas de produção dos documentos e independentemente dos seus produtores originais. O conhecimento aprofundado de cada

produtor traduz-se, em “linguagem arquivística”, na elaboração de Registos de Autoridade os quais, através da identificação das entidades detentoras e das entidades produtoras, permitem uma interacção com as unidades arquivísticas propriamente ditas. Ou seja, os Registos de Autoridade assim construídos permitem um enquadramento da produção documental e o estabelecimento de relações quer dos produtores entre si quer entre estes e a documentação produzida.

Feita a apresentação em linhas gerais do modelo sistémico, o presente capítulo tem por objectivo a explanação sobre a representação arquivística que escolhemos para o ACBL em que faremos a apresentação do quadro orgânico-funcional do ACBL. Serão elencadas as opções que tomámos que passam por indicar de que forma foram pensados e integrados os sistemas, subsistemas, secções e subsecções deste acervo e que limites cronológicos foram estabelecidos. Após esta breve indicação sobre as opções tomadas, será apresentado o Quadro de Classificação com a indicação das gerações e dos produtores por geração. Seguir-se-á um conjunto de pequenos apontamentos biográficos de cada um dos produtores da documentação conservada no arquivo.

Finalmente explicaremos em que moldes foi utilizado o software *AtoM* para a descrição arquivística dos documentos do ACBL e elencaremos os problemas enfrentados e cada uma das soluções encontradas no preenchimento desta base de dados.

1.1. Opções

O acto de arquivar é um acto produtor de informação em si mesmo, uma vez que nele intervém a escolha (consciente ou inconsciente) e a possibilidade. Quer a escolha quer a possibilidade conferem um sentido e um significado construtor da (futura) memória social³³⁶. Este ponto do nosso trabalho tratará de clarificar as opções que tomámos para que a nossa “pegada” no ACBL seja facilmente detectada, seja passível de ser explicada e, se for caso disso, alterada³³⁷.

Em primeiro lugar chamamos a atenção para o facto de, ao contrário do *corpus* analítico constituído para o presente trabalho, a descrição arquivística do ACBL inserida na base de dados dizer respeito apenas à documentação conservada e não à totalidade da

³³⁶ COOK, Terry – “The Archive(s) Is a Foreign Country...”, cit., p.505 e segs.; MORSEL, Joseph – “Histoire ou passé?...” cit., p.4; ANHEIM, Étienne; PONCET, Olivier – “Fabrique des archives...”, cit., p.6; KETELAAR, Eric – “Tacit narratives...”, cit. p.137 e 138.

³³⁷ V. NÓVOA, Rita Luís Sampaio da – *O Arquivo Gama Lobo Salema...*, cit., p.298.

documentação produzida pela linhagem. Tendo esta ressalva em mente, passaremos a explicar quais as opções que fizemos relativamente ao preenchimento da base de dados.

1.1.1 Sistema (SI)

A identificação do Sistema de Informação ACBL partiu do conhecimento profundo que tínhamos da documentação nele conservada. Neste sentido, atribuímos o título ao sistema a partir do nome utilizado pela família detentora do acervo actualmente: Figueiredo Cabral da Câmara. Este nome resultou da união da linhagem dos Figueiredos, Escrivães da Fazenda, com os Cabrais, de Belmonte, e os Câmaras, condes da Ribeira Grande. Embora em 500 anos de história tenha havido, muito naturalmente, outras linhagens associadas, foram estes os nomes que acabaram por se cristalizar: em primeiro lugar os Figueiredos pela acumulação patrimonial, mobilidade ascendente e continuidade biológica; depois os Cabrais pela acumulação patrimonial, que acabou por se verificar no século XVIII, além do senhorio jurisdicional que acabaria por permitir a titulação; por fim os Câmaras, pela sua ascendência e pela varonia que acabou por prevalecer.

A construção do plano de classificação que adoptámos passou por um processo de debate uma vez que a linhagem tem uma quebra de varonia no século XVIII, quando Rodrigo António de Figueiredo morreu em 1762 sem geração e sua irmã, Madalena Luísa, herdou a sua Casa³³⁸.

Uma vez que o modelo sistémico, que enforma o Quadro de Classificação é, como dissemos acima, aberto, havia que optar por uma de duas vias possíveis: a primeira iniciava a descrição arquivística em 1499 e prosseguia numa linha contínua, ligada aos Figueiredos, independentemente da quebra de varonia. Esta opção foi seguida, por exemplo, no plano de classificação do arquivo da Casa de Mateus³³⁹. A segunda via seria iniciarmos a descrição arquivística a partir do casal produtor Madalena Luísa de Lencastre/Vasco da Câmara uma vez que essa é a varonia que se mantém na actualidade e depois descrever a documentação produzida desde o século XVI até ao XVIII, a partir da integração de um subsistema Figueiredo. A opção de iniciar a descrição com o casal Madalena Luísa/Vasco, justificar-se-ia se Madalena Luísa tivesse levado a sua documentação para fora da guarda de sua casa e se Vasco da Câmara possuísse um

³³⁸ V. anexo n.º 5, árvores genealógicas n.º 3 e n.º 5.

³³⁹ Veja-se o quadro de classificação do Arquivo da Casa de Mateus: na 3ª geração, foi constituída uma subsecção (03.01) Maria Coelho, *a Velha*; Matias Álvares Mourão de Aguiar. Não foi aqui considerada a varonia. V.: SILVA, Armando B. Malheiro da; ALCOCHETE, Nuno Daupias (coord.) – *Casa de Mateus: Catálogo do Arquivo*. Vila Real: Fundação da Casa de Mateus, 2005, p.32; 37-38.

conjunto documental significativo. Ora tal não sucedeu. O que se passou foi que Vasco da Câmara se integrou na Casa de Madalena Luísa e, quando esta herdou de Rodrigo António, seu irmão, ele assumiu a administração da Casa em nome do casal. Se Madalena Luísa foi herdeira universal da Casa de seu irmão, que incluía os morgados mais antigos, a obrigação do uso do apelido, os deveres relativos aos seus próprios antepassados, já Vasco da Câmara era “apenas” um filho segundo, embora de uma linhagem de prestígio como era a Casa dos condes da Ribeira Grande³⁴⁰.

As leis que regulavam os regimes de sucessão, no que diz respeito às heranças femininas, eram bastante diversas em toda a Europa e, embora todas elas privilegiassem o homem, verifica-se que, dentro das restrições que lhes estavam associadas, a mulher conseguia, em muitos casos, contornar a lei a seu favor³⁴¹. Em Portugal, se por um lado a mulher era percebida como um ser passivo, menorizado e excluído à partida da herança dos bens da Coroa e de bens vinculados³⁴², vemo-la a disputar e a obter esses mesmos bens em múltiplas ocasiões, embora o propósito de muitas das concessões visasse, antes de mais, a conservação dos bens e a protecção da família e não a mulher em si³⁴³. No caso presente, foi também por via do parentesco (feminino) de Madalena Luísa com o último senhor de Belmonte, Caetano Francisco Cabral, que esta senhora pôde ainda disputar os bens da Casa de Belmonte à herdeira designada no testamento de Caetano Francisco, sua filha ilegítima³⁴⁴. Como veremos, Madalena Luísa herdou a Casa de Belmonte e este é, pois, um elemento acrescido que fundamenta a opção de não considerar a quebra de varonia na concepção do Quadro de Classificação a aplicar ao ACBL.

³⁴⁰ Recordamos, no entanto, que a própria Madalena Luísa tinha ligações de parentesco muito próximas com os condes de Valadares pelo lado materno.

³⁴¹ Sobre a herança feminina de bens veja-se uma síntese em: ABREU-FERREIRA, Darlene - *Women, Crime and Forgiveness in Early Modern Portugal*. London - New York: Routledge, 2016, p.52 e seguintes.

³⁴² Recorde-se que os vínculos tinham em vista a conservação dos laços agnáticos (v. HESPANHA, António Manuel – *Como os juristas viam o mundo...*, cit., p.246 e seguintes).

³⁴³ Vejam-se os vários exemplos de sucessão feminina em: ROSA, Maria de Lurdes - *O Morgadio em Portugal...*, cit., p.179. Por exemplo poderemos citar o caso do terceiro conde de Portalegre que foi sucedido por sua neta Filipa da Silva (1550-1590) depois da autorização régia para ultrapassar a Lei Mental (citado por: ABREU-FERREIRA, Darlene - *Women, Crime and Forgiveness...*, cit., p.55). Há também exemplos de disputa por bens de morgado entre várias herdeiras, como foi o caso dos bens de vínculo dos Marialvas, disputados entre a duquesa de Lafões e as marquesas de Loulé e de Lourçal (v. MONTEIRO, Nuno Gonçalves – *O crepúsculo dos grandes...*, cit., p.357-358). COELHO, Maria de Fátima – “O instituto vincular, sua decadência e morte: questões várias”. *Análise Social*. [s.l.]. Vol. XVI, (61-62) 1º-2º (1980), p.115.

³⁴⁴ O facto de Madalena Luísa e Caetano Francisco Cabral descenderem ambos de Pedro Álvares Cabral, e de, no caso de Madalena Luísa, esta o ser por via legítima (pelo lado de sua avó, Margarida Antónia de Meneses), foi determinante no desfecho desta herança (V. anexo n.º 5, árvore genealógica n.º 5).

Por tudo o que acima foi exposto, a nossa escolha respeita, segundo cremos, as complexas linhas de funcionamento das Casas, uma vez que o fenómeno da herança feminina em famílias de elite em Portugal, mesmo no caso de bens vinculados, foi, como vimos, relativamente vulgar³⁴⁵. Serve também este ponto para realçar a relevância (e influência) que o conhecimento histórico tem para a organização de Arquivos de Família. A compreensão cabal do processo histórico que está na base da construção e formação do arquivo e da documentação nele constante deve, quanto a nós, enformar a sua organização e classificação e é precisamente deste processo que partimos para o estudo do ACBL.

1.1.2. Subsistemas (SS)

Dentro da cronologia proposta, foi possível identificar no ACBL 11 subsistemas que enumeramos:

Subsistema	Secção	Subsecção	Data
Correia	02	02-02	XVI
Soares Lasso	05	05-01	XVII
Vilhena Coelho de Carvalho	05	05-02	XVII
Lobo de Brito	05	05-02	XVII
Coutinho Vaz de S. Paio	05	05-02	XVII
Lima Fernandes d'Elvas	06	06-01	XVII
Lima Figueiredo Coutinho	06	06-04	XVII
Meneses I	07	07-03	XVIII
Álvares Cabral	07	07-03	XVIII
Meneses II	08	08-01	XVIII
S. Miguel.	09	09-01	XIX

O tipo de inserção dos documentos dos subsistemas no sistema Figueiredo Cabral da Câmara ocorreu sobretudo através do modelo de sucessão que privilegiou a primogenitura e a varonia. Deu-se maioritariamente por sucessão indirecta, isto é, através da nomeação por via testamentária, mesmo em situações em que, havendo herdeiros forçosos, há a designação de um herdeiro da linhagem Figueiredo para um determinado conjunto de bens³⁴⁶. Mas existe igualmente a integração de subsistemas por sentença judicial, como foi o caso do subsistema Álvares Cabral cuja herança coube a Madalena Luísa por ser a

³⁴⁵ ROSA, Maria de Lurdes - *O Morgadio em Portugal...*, cit., p.165, 169, 179.

³⁴⁶ Como exemplo podemos referir o facto de Rui de Figueiredo de Alarcão ter herdado de Mariana Coutinho o casal ou quinta do Monte Redondo. Esta favoreceu declaradamente o representante do tronco principal desta linhagem, justificando esta nomeação pelo facto de a propriedade «haver sido de meus e seus Avôs» e ainda pelo facto de “estar junto das suas fazendas”. A designação de Rui de Figueiredo de Alarcão foi em desfavor do próprio filho da testadora, André de Figueiredo Coutinho (V.: SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.155).

herdeira legítima mais próxima, apesar de existir uma herdeira designada, mas ilegítima, como referimos supra.

A integração de cada um dos subsistemas foi feita na subsecção em que esta integração ocorreu³⁴⁷. Quanto ao título atribuído aos subsistemas, deriva do(s) apelido(s) em uso pelo último proprietário do património em causa ou da junção deste com o nome do cônjuge, como por exemplo no que diz respeito ao subsistema que corresponde à herança de Jerónima Lobo, casada com Diogo de Brito. No caso de haver um mesmo apelido, a distinção foi feita através de numeração romana (caso dos subsistemas Meneses I e Meneses II).

1.1.3. Secções (SC)

Foram criadas secções por ordem cronológica para cada uma das gerações produtoras, da mais antiga até à mais recente. O título de cada secção corresponde ao nome utilizado pelo senhor da Casa na geração correspondente. Esse nome foi acrescido de um apelido materno sempre que a homonímia não permitiu a distinção entre cada uma das gerações ou foi acrescido de numeração romana no caso de haver recuperação de apelidos posterior. Por exemplo: se a secção (01) é denominada *Figueiredo*, a secção (02) é denominada *Figueiredo Correia (I)* e a secção (03) é denominada *Figueiredo Correia (II)*. Nesta última secção atribuímos numeração romana uma vez que o apelido materno – Alarcão – foi recuperado e utilizado no século XVII, conforme se pode verificar na SC 05 *Figueiredo de Alarcão*.

1.1.4. Subsecções (SSC)

A criação de subsecções seguiu a ordem seguinte: 01. Casal produtor; 02. Marido; 03. Mulher; 04. e seguintes: irmãos e cunhados da mesma geração não integrados em qualquer outro subsistema.

³⁴⁷ Assinalámos, na TAD, o documento que “marca” esta integração, referindo-o expressamente no campo *Âmbito e Conteúdo*, realçando a célula em que foi inserida a amarelo e colocando a frase: “Considera-se a entrada do subsistema...”.

1.1.5. Limites cronológicos

Considerámos a data de início deste sistema em 1499, por ser a data do documento mais antigo conservado no arquivo. O documento diz respeito à Quinta de Ota e o seu produtor foi Rui de Figueiredo (SC 01). O limite mais recente será, por ora, a última geração estudada, ou seja, a geração de Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara (SC 09).

1.2. Quadro Orgânico do Arquivo da Casa de Belmonte

SISTEMA FIGUEIREDO CABRAL DA CÂMARA			
SECÇÕES	GERAÇÕES/NOMES	N.º	SUBSISTEMA
01	FIGUEIREDO		
02	FIGUEIREDO CORREIA (I)	01	SUBSISTEMA CORREIA
03	FIGUEIREDO CORREIA (II)		
04	CASTRO DE FIGUEIREDO		
05	FIGUEIREDO DE ALARCÃO	01	SUBSISTEMA SOARES LASSO
		02	SUBSISTEMA VILHENA COELHO DE
		03	SUBSISTEMA LOBO DE BRITO
		04	SUBSISTEMA COUTINHO VAZ DE S.
06	MENESES FIGUEIREDO DE ALARCÃO	01	SUBSISTEMA LIMA FERNANDES D'ELVAS
		02	SUBSISTEMA LIMA FIGUEIREDO COUTINHO
07	LENCASTRE DE FIGUEIREDO	01	SUBSISTEMA ÁLVARES CABRAL
		02	SUBSISTEMA MENESES (I)
08	CÂMARA DE FIGUEIREDO CABRAL	01	SUBSISTEMA MENESES (II)
09	FIGUEIREDO CABRAL DA CÂMARA	01	SUBSISTEMA S. MIGUEL

1.3. Quadro de Classificação do Arquivo da Casa de Belmonte

SC 01 – FIGUEIREDO (SÉCULO XVI)

SSC 01-01 – Rui de Figueiredo

SC 02 – FIGUEIREDO CORREIA (I) (SÉCULO XVI)

SSC 02-01 – Jorge de Figueiredo Correia; Catarina de Alarcão

SSC 02-02 – Jorge de Figueiredo Correia

Subsistema 01 - Correia

SC 03 – FIGUEIREDO CORREIA (II) (SÉCULOS XVI-XVII)

SSC 03-01 – Rui de Figueiredo Correia; Catarina de Castro

SSC 03-02 – Rui de Figueiredo Correia

SC 04 – CASTRO DE FIGUEIREDO (SÉCULO XVII)

SSC 04-01 – Jorge de Figueiredo; Maria Brandão de Sousa

SSC 04-02 – Jorge de Figueiredo; Madalena de Oliveira

SSC 04-03 – Jorge de Figueiredo

SSC 04-04 – Rui de Sousa de Alarcão

SSC 04-05 – Maria Henriques

SC 05 – FIGUEIREDO DE ALARCÃO (SÉCULO XVII)

SSC 05-01 – Rui de Figueiredo de Alarcão; Teresa de Noronha

Subsistema 01- Soares Lasso

SSC 05-02 – Rui de Figueiredo de Alarcão; Margarida de Meneses

Subsistema 02 -Vilhena Coelho de Carvalho

Subsistema 03 - Lobo de Brito

Subsistema 04 - Coutinho Vaz de S. Paio

SSC 05-03 – Rui de Figueiredo de Alarcão

SSC 05-04 – Luís Gomes de Figueiredo

SSC 05-05 – Henrique de Figueiredo (de Sousa)

SSC 05-06 – Não identificados

SC 06 – MENESES FIGUEIREDO DE ALARCÃO (SÉCULOS XVII-XVIII)

SSC 06-01 – Jorge de Figueiredo (II)

Subsistema 01 - Lima Fernandes d'Elvas

SSC 06-02 – Pedro de Figueiredo de Alarcão; Francisca Inês de Lencastre

SSC 06-03 – Pedro de Figueiredo de Alarcão

SSC 06-04 – Henrique de Figueiredo de Alarcão

Subsistema 02 - Lima Figueiredo Coutinho

SSC 06-05 – João de Meneses

SC 07 – LENCASTRE DE FIGUEIREDO (SÉCULO XVIII)

SSC 07-01 – Rodrigo António de Figueiredo; Luísa Joana Coutinho

SSC 07-02 – Rodrigo António de Figueiredo

SSC 07-03 – Madalena Luísa de Lencastre; Vasco da Câmara

Subsistema 01 – Meneses (I)

Subsistema 02 – Álvares Cabral

SSC 07-04 – Madalena Luísa de Lencastre

SSC 07-05 – Vasco da Câmara

SC 08 – CÂMARA DE FIGUEIREDO CABRAL (SÉCULO XVIII)

SSC 08-01 – Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral; Mariana de Meneses

Subsistema 01 – Meneses (II)

SSC 08-02 – Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral

SSC 08-03 – Mariana de Meneses

SSC 08-04 – Leonor da Câmara

SC 09 - FIGUEIREDO CABRAL DA CÂMARA (SÉCULO XVIII-XIX)

SSC 09-01 – Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara; Jerónima Margarida de Noronha.

Subsistema 01 – S. Miguel

SSC 09-02 – Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara

SSC 09-03 – José Maria Francisco de Paula de Figueiredo Cabral da Câmara

1.3.1 Notas Biográficas dos produtores do Arquivo da Casa de Belmonte

SC 01 – FIGUEIREDO (SÉCULO XVI)

SSC 01-01 – Rui de Figueiredo (flor. c. 1493 - m.c. 1521)

Filho de Henrique de Figueiredo e de Catarina Alves. Sabemos que já estava em funções como escrivão da Fazenda em 1493³⁴⁸ e terá morrido cerca de 1521³⁴⁹. Ocupou o mesmo cargo de seu pai. Casou em primeiras núpcias com Maria Jácome, de quem nasceu um filho varão: Francisco de Figueiredo³⁵⁰. Enviuvando, casou em segundas núpcias com Maria Correia, filha legitimada de Brás Afonso Correia, de quem teve quatro filhos:

³⁴⁸ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.41.

³⁴⁹ Data em que os seus filhos foram legitimados pelo avô Brás Afonso (V. SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.54).

³⁵⁰ Maria Jácome era filha de Margarida Vieira – ama do príncipe D. Afonso – e de Pedro Jácome, criado do duque de Viseu- Beja (SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.54).

Jorge, Henrique, Duarte e Isabel. O Casal fundou o morgado da Lobagueira e Ribeira de Palhais com capela no convento de S. Bento de Xabregas por testamento conjunto datado de 23 de Abril de 1517 (e de que existe apenas a cópia datada do século XVIII)³⁵¹, deixando a Quinta de Ota ao filho primogénito de ambos. É de Rui de Figueiredo o documento mais antigo que se conservou no arquivo³⁵².

SC 02 – FIGUEIREDO CORREIA (I) (SÉCULO XVI)

SSC 02-01 – Jorge de Figueiredo Correia; Catarina de Alarcão (c.1526-1550?)

Filho de Rui de Figueiredo e de Maria Correia. Casou com Catarina de Alarcão, dama colaça da rainha D. Catarina de Áustria e filha de André de Alarcão, de quem teve três filhos: Rui de Figueiredo Correia, Jerónimo de Alarcão e Maria de Alarcão³⁵³. Morreu cerca de 1550-51 uma vez que, em 4 de Setembro de 1551, o rei D. João III mandou o juiz dos órfãos de Alenquer ir à Quinta de Ota fazer uma relação de todos os bens móveis e imóveis, assim como os frutos da mesma quinta³⁵⁴. Não deixou testamento, apenas um “escrito” que foi apresentado mais tarde na Chancelaria pelos seus filhos e em que destinou, muito sumariamente, os seus bens distribuindo-os pelos dois filhos varões (Rui e Jerónimo).

SSC 02-02 – Jorge de Figueiredo Correia (c. 1500-1550?)

Cavaleiro da Casa Real com 2\$000 réis de moradia, herdou o cargo de escrivão da Fazenda em 1526³⁵⁵. Brás Afonso Correia, seu avô materno, doou-lhe todos os seus bens dando origem ao subsistema Correia³⁵⁶. Foi herdeiro da Quinta de Ota, dos morgados do Castelo e da Lobagueira, e dos bens da Coroa: Lezíria da Praia (Alcoelha) e donataria dos Maninhos da Covilhã. Foi nomeado por D. João III capitão donatário dos Ilhéus da Baía, em 26 de Julho de 1534, com a faculdade de poder nomear qualquer um dos filhos³⁵⁷. Promoveu a exploração do açúcar doando terras em sesmaria a Mem de Sá, Fernão Alvarez e Lucas Giraldo, projectando a construção de três engenhos. Investiu aqui

³⁵¹ V. n.º 802 da TAD.

³⁵² SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.69.

³⁵³ Este casamento terá ocorrido após 1526, data da chegada da mesma rainha a Portugal (V. SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.59).

³⁵⁴ ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mc.86, n.º 123.

³⁵⁵ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.45-46.

³⁵⁶ V. n.º 24 da TAD.

³⁵⁷ De facto, Jorge de Figueiredo transmitirá a capitania ao seu filho segundo, Jerónimo (SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.77-78).

cerca de 12.000 cruzados, originando aquilo a que alguns autores designam como “A Década do Açúcar”³⁵⁸.

Subsistema 01- Correia

SC 03 – FIGUEIREDO CORREIA (II) (SÉCULOS XVI-XVII)

SSC 03-01 – Rui de Figueiredo Correia; Catarina de Castro (flor. 1550-1600?)

Nasceu possivelmente na década de 1530 (?). Terá casado cerca de 1569 (ou em data anterior) com Catarina de Castro, filha de Manuel de Sousa Ribeiro Vasconcelos, alcaide-mor de Pombal, e de D. Filipa de Castro³⁵⁹. Dela teve quatro filhos: Jorge de Figueiredo, Rui de Sousa de Alarcão, Isabel Mariana de Castro e Maria Henriques.

SSC 03-02 – Rui de Figueiredo Correia (flor. C. 1550-1578)

Fidalgo da Casa Real, Rui de Figueiredo Correia herdou o cargo de escrivão da Fazenda, tal como seu pai e seu avô. Em 1551 recebia pelo seu ofício 10\$000 réis de mercê, 3\$000 réis de vestiaria e 4\$100 réis de escrivania e saco, um escravo de 10\$000 réis no tesoureiro da Casa da Mina e uma arroba de especiaria no tesoureiro da mesma casa³⁶⁰. A 26 de Dezembro de 1555, Rui de Figueiredo Correia somou a estes benefícios uma mercê da rainha D. Catarina de 12\$000 réis, por seis anos, assentes nos portos secos³⁶¹. Apesar de ter usufruído do cargo de escrivão da Fazenda, acabou por renunciar ao mesmo em 1564, substituindo-o pela mercê de uma tença de sessenta mil reais por ano e por mais uma vida na donataria dos Maninhos da Covilhã³⁶².

Participou na batalha de Alcácer-Quibir onde morreu.

SC 04 – CASTRO DE FIGUEIREDO (século XVII)

SSC 04-01 – Jorge de Figueiredo; Maria Brandão de Sousa (c. 1595?- c.1620)

Filho primogénito de Rui de Figueiredo Correia e de Catarina de Castro, nasceu antes de 1578. Terá casado entre 1595 e 1600 (data provável do nascimento do seu primeiro filho) com Maria Brandão de Sousa (também referida como Maria Antónia Brandão de Sousa) filha de Rui Brandão, Juiz do despacho da Mesa da Real Fazenda e

³⁵⁸ FILHO, Luiz Walter Coelho – *A Capitania de São Jorge e a década do açúcar (1541-1550)*. Salvador: Vila Velha, 2000.

³⁵⁹ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.62.

³⁶⁰ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.47.

³⁶¹ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.47.

³⁶² SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.48.

conselheiro de D. Filipe II, e de Maria Antónia de Sousa³⁶³. Deste casamento nasceram: Rui de Figueiredo de Alarcão, Manuel de Sousa de Alarcão, António de Figueiredo, Luís Gomes de Figueiredo e Henrique de Figueiredo.

Jorge de Figueiredo ficou viúvo em Outubro de 1608³⁶⁴.

SSC 04-02 – Jorge de Figueiredo; Madalena de Oliveira (c.1620-1645?)

Casou segunda vez com Madalena de Oliveira, provavelmente filha de António de Oliveira, feitor e morador na Quinta de Ota, que foi também procurador de Jorge de Figueiredo³⁶⁵.

Deste casamento nasceram três filhos: António de Figueiredo de Vasconcelos, Teresa de Castro e Paula de Castro.

SSC 04-03 - Jorge de Figueiredo (n. antes de 1578 - m.1645)

A produção documental de Jorge de Figueiredo estende-se de 1582 - ano em que, através do seu tutor, tomou posse do morgado da Lobagueira³⁶⁶ - a 1645, ano da sua morte. Recebeu, pelos serviços dos filhos do primeiro casamento, Manuel de Sousa de Alarcão e António de Figueiredo, mortos em combate, a capitania de Damão e uma viagem de capitão-mor das naus da Índia³⁶⁷ e obteve a comenda do Salvador de Santarém, da ordem de Santiago, recebendo a carta do hábito em 7 de Setembro de 1640; a carta desta comenda recebeu-a depois da restauração brigantina, em 23 de Agosto de 1641³⁶⁸. Morreu por volta de 26 de Outubro de 1645, como atesta a abertura do seu testamento³⁶⁹.

SSC 04-04 - Rui de Sousa de Alarcão (n. antes de 1578- flor. c. 1600- m. c. 1605)

Único irmão varão de Jorge de Figueiredo, de Rui de Sousa de Alarcão sabemos que esteve na Índia onde provavelmente deixou uma filha natural de seu nome Ana de Alarcão³⁷⁰. Foi nomeado governador da ilha de S. Tomé em 1604³⁷¹. Exercendo funções governativas em S. Tomé, auferia 400\$000 réis, acrescidos de 320\$000 réis de ajudas de

³⁶³ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.109.

³⁶⁴ V. n.º 85 da TAD.

³⁶⁵ ACBL, cx.110, n.º 755, fl.2ºvº.

³⁶⁶ V. n.º 60 da TAD.

³⁶⁷ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.147.

³⁶⁸ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.127.

³⁶⁹ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.128.

³⁷⁰ MATOS, Artur Teodoro de (dir.) – *Documentos remetidos da Índia ou Livros das Monções (1625-1736)*. Lisboa: CHAM/FCSHUNL, 2001, p.51-244.

³⁷¹ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.149.

custo para embarque e 20\$000 réis anuais por cada um dos 20 homens da guarda a que tinha direito³⁷². Rui de Sousa de Alarcão morreu muito provavelmente em 1605³⁷³.

SSC 04-05 – Maria Henriques (n. antes de 1578-1636)

Filha de Rui de Figueiredo Correia e de Catarina de Castro, nasceu antes de 1578 e casou, em 30 de Dezembro de 1590, com Gaspar de Sousa Lobo³⁷⁴, filho de Isabel de Sousa e de João do Quental Lobo, descendente do Alcaide-mor de Monsaraz³⁷⁵.

Maria Henriques fez o seu testamento em 7 de Abril de 1624, ao qual juntou uma apostila, em 1636³⁷⁶.

Morrendo sem geração, designou Jorge de Figueiredo como herdeiro universal dos seus bens.

SC 05 – FIGUEIREDO DE ALARCÃO (SÉCULO XVII)

SSC 05-01 – Rui de Figueiredo de Alarcão; Teresa de Noronha (1650-1655)

Casou a primeira vez em 1650 com Teresa de Noronha, filha de Catarina de Noronha e de Cristóvão Soares Lasso. Ficou viúvo em 1653, não havendo geração deste casamento³⁷⁷. O subsistema Soares Lasso advém do dote de Maria Teresa de Noronha, e nele se inclui a comenda de S. Pedro de Merlim na qual Rui de Figueiredo de Alarcão foi nomeado³⁷⁸.

Subsistema 01- Soares Lasso

³⁷² SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.124.

³⁷³ Segundo MATOS, Artur Teodoro de - *Os Donos Do Poder E A Economia De S.Tomé E Príncipe No Início De Seiscentos*. [Em linha]. Universidade Nova de Lisboa e Instituto de Investigação Científica Tropical. [Consult. 10 Mai. 2017]. Disponível em http://www.cidehusdigital.uevora.pt/mare_liberum/volume-6/os-donos-do-poder-e-a-economia-de-s-tome-e-principe-no-inicio-de-seiscentos/.

³⁷⁴ V.: Lisboa, Santa Catarina, 30.12.1590 [disponível em:] <http://geneall.net/pt/nome/2115679/gaspar-de-sousa-lobo/> [Consult. 22 Jun 2016]. Sabemos que era sobrinho de Gaspar Araújo de Sousa, o qual lhe deixara bens em S. Tomé. Além disso, Gaspar de Sousa Lobo, segundo o testamento de Maria Henriques, estaria ligado à família de João de Almada e Melo pois esta pedia para ser enterrada junto de seu marido, no Mosteiro de S. Bento o novo, «na Capella e sepultura do senhor joão de almada de Mello sobrinho de senhor Gaspar de Sousa lobo meu marido», (ACBL, cx.12, n.º 8). Este último seria provavelmente o filho de Úrsula de Vasconcelos e de António de Almada e Melo, alcaide-mor de Palmela. V. ainda: GAYO Manuel José Felgueiras - *Nobiliário das Famílias de Portugal*. Braga: Edições Carvalhos de Basto, 1992, Vol. VII, p. 89.

³⁷⁵ <http://geneall.net/pt/antepassados/2115679/gaspar-de-sousa-lobo/>. Gaspar de Sousa Lobo era Administrador da capela de São Ivo, segundo o Nobiliário de Felgueiras Gayo (V. GAYO Manuel José Felgueiras - *Nobiliário das Famílias...*, cit., Vol. VI, p.414 (Lobos).

³⁷⁶ ACBL, cx.12, n.º 8.

³⁷⁷ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.115.

³⁷⁸ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.114.

SSC 05-02 – Rui de Figueiredo de Alarcão; Margarida de Meneses (1655-1679)

Enviuvando, Rui de Figueiredo de Alarcão casou pela segunda vez em 1655³⁷⁹ com Margarida de Meneses. Nascida em 22 de Abril de 1633³⁸⁰, era filha de Pedro Álvares Cabral (c.1600-m.1655/6), Alcaide-mor de Belmonte, e de Leonor de Meneses. O casal teve seis filhos: Jorge de Figueiredo (II), Pedro de Figueiredo de Alarcão, Henrique de Figueiredo de Alarcão, João de Meneses, Leonor Margarida de Meneses e Maria de Meneses.

Além da herança da Casa de seu pai, Rui de Figueiredo de Alarcão recebeu, enquanto casado com Margarida de Meneses, heranças de várias parentes³⁸¹: Maria Manoel de Vilhena, Jerónima Lobo e Mariana Coutinho Vaz de São Paio, dando origem, no ACBL, aos respectivos subsistemas: Vilhena Coelho de Carvalho; Lobo de Brito; Coutinho Vaz de S. Paio.

Subsistema 02 -Vilhena Coelho de Carvalho

Subsistema 03 - Lobo de Brito

Subsistema 04 - Coutinho Vaz de S. Paio

SSC 05-03 – Rui de Figueiredo de Alarcão (c.1595 [?]- 1679)

Filho primogénito de Jorge de Figueiredo e de Maria Brandão de Sousa, terá nascido por volta de 1595-1600. Segundo os dados de que dispomos, Rui de Figueiredo de Alarcão foi nomeado no prazo da Lezíria da Praia (que havia sido usufruído por D. Maria de Alarcão) e tudo indica que esta nomeação, juntamente com a herança dos serviços de Rui de Sousa de Alarcão (herança essa consubstanciada na comenda de Santiago de Besteiros), tenha sido a principal justificação para a recuperação do apelido Alarcão³⁸².

Participou na “Jornada dos Vassalos” (1625)³⁸³ e foi capitão de cavalos em Alenquer por sete anos³⁸⁴. Foi um dos conjurados de 1640 e “o primeiro que pella

³⁷⁹ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.115.

³⁸⁰ V. n.º 414 da TAD.

³⁸¹ V. anexo n.º 8 - propriedades da Casa – Itens n.º 3 e 4; n.º 16 e n.º 28. V. também anexo n.º 5, árvores genealógicas n.º 4 e n.º 5.

³⁸² SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.151.

³⁸³ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.125.

³⁸⁴ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.128.

liberdade da pátria derramou o seu sangue nesse dia”³⁸⁵. Foi nomeado governador de armas de Trás-os-Montes, entre 3 de Fevereiro de 1641³⁸⁶ e Setembro de 1642. Participou depois na defesa de Elvas, em 1644³⁸⁷, regressando a Trás-os-Montes entre 1646 e 1648³⁸⁸. Foi incumbido, por provisão de 5 de Novembro de 1647, da fortificação de Miranda³⁸⁹. Voltou para Lisboa em 1649 sendo nomeado «capitão de aventureiros» a 26 de Julho de 1650³⁹⁰. Em 5 de Dezembro de 1652 foi enviado à cidade de Santarém para tratar da sua fortificação³⁹¹. Após a morte de D. João IV (1656) entrou ao serviço do infante D. Pedro como gentil-homem da sua Câmara, permanecendo neste cargo entre 1663 e 1665, sendo depois dispensado pelo Conde de Castelo Melhor³⁹².

Morreu em 17 de Janeiro de 1679.

SSC 05-04 – Luís Gomes de Figueiredo (c.1605-m.1648)

Nasceu cerca de 1600-1605 era filho de Jorge de Figueiredo e de Maria Brandão de Sousa. Foi moço fidalgo acrescentado a fidalgo escudeiro e fidalgo-cavaleiro com 2\$000 réis de moradia em 1632³⁹³. Participou na conjura e posterior aclamação de D. João IV em Dezembro de 1640³⁹⁴. Foi para Trás-os-Montes, onde permaneceu sob o comando do irmão, Rui de Figueiredo de Alarcão e, ainda no contexto da Guerra da Restauração, esteve no Alentejo³⁹⁵. Participou na batalha de Montijo e faleceu em 1648, possivelmente em Badajoz³⁹⁶.

Teve, de Antónia Araújo de Sampaio, filha de Vasco Araújo, Juiz dos órfãos de Alenquer, três filhos ilegítimos - Francisco, Mariana e Luísa³⁹⁷.

³⁸⁵ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.129; SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Pedro de Figueiredo (1657-1722)...*, cit., p. 308. Para uma ideia do grupo de conjurados no seu conjunto veja-se, por exemplo: CUNHA, Mafalda Soares da - "Os insatisfeitos das honras. Os aclamadores de 1640". in SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.) - *O Governo dos Povos*. São Paulo: Alameda, 2009, p.475-493.

³⁸⁶ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.130.

³⁸⁷ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.131.

³⁸⁸ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.131.

³⁸⁹ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.132.

³⁹⁰ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.132.

³⁹¹ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.132.

³⁹² SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.142.

³⁹³ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.128.

³⁹⁴ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.128.

³⁹⁵ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.128.

³⁹⁶ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.128.

³⁹⁷ V. n.º 163 da TAD.

SSC 05-05 – Henrique de Figueiredo (de Sousa) (n.c.1605- m. 1653)

Nasceu cerca de 1600-1605(?), era filho de Jorge de Figueiredo e de Maria Brandão de Sousa. Recebeu o foro de moço fidalgo com 1\$000 réis de moradia, em 10 de Novembro de 1627 e foi capitão de Infantaria em Trás-os-Montes em 1641³⁹⁸. Exerceu o cargo de governador da cidade de Bragança nesse mesmo ano³⁹⁹. Morreu, sem geração, em 1653, como capitão de cavalos no primeiro choque de cavalaria, em Arronches⁴⁰⁰.

SC 06 – MENESES FIGUEIREDO DE ALARCÃO (SÉCULOS XVII-XVIII)

SSC 06-01 – Jorge de Figueiredo (II) (n.c.1656- m.m.)

Filho primogénito de Rui de Figueiredo de Alarcão e de Margarida de Meneses, terá nascido por volta de 1656, um ano após o casamento de seus pais e cerca de um ano antes do irmão seguinte. Não foi possível apurar a data de morte sendo que em 1662 ainda era vivo porque foi nomeado por testamento de Maria de Lima (produzido nessa data) para suceder em quatro prazos no Campo Grande⁴⁰¹. Sabemos que morreu antes de atingir a maioridade e estes bens foram integrados nos bens da Casa.

Subsistema 01- Lima Fernandes d'Elvas

SSC 06-02 – Pedro de Figueiredo de Alarcão; Francisca Inês de Lencastre (1695-1722)

Casou no dia 10 de Setembro de 1695⁴⁰² no oratório do Bispo Inquisidor-Geral, D. Frei José de Lencastre, com Francisca Inês de Lencastre. Francisca Inês, baptizada em 31 de Outubro de 1664, era filha de Madalena de Lencastre e Abranches e de Miguel Luís de Meneses, 1º condes de Valadares⁴⁰³.

Deste casamento nasceram Rodrigo António de Figueiredo, Madalena Luísa de Lencastre, João de Meneses, Margarida de Meneses, Ana Joaquina de Lencastre e Miguel Joaquim de Figueiredo.

Francisca Inês de Lencastre morreu em 29 de Dezembro de 1701.

³⁹⁸ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.128.

³⁹⁹ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.128.

⁴⁰⁰ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.129.

⁴⁰¹ V. anexo n.º 5, árvore genealógica n.º 6; V. anexo n.º 8, quadro n.º 1, Item n.º 15.

⁴⁰² SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Pedro de Figueiredo (1657-1722)...*, cit., p.44.

⁴⁰³ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Pedro de Figueiredo (1657-1722)...*, cit., p.44.

SSC 06-03 – Pedro de Figueiredo de Alarcão (1657-1722)

Também referido apenas como Pedro de Figueiredo, era filho de Rui de Figueiredo de Alarcão e de Margarida de Meneses, baptizado em Outubro de 1657⁴⁰⁴, foi cavaleiro da Ordem de Cristo (1680)⁴⁰⁵. Prestou serviços à Coroa em várias frentes, tanto no campo militar, quanto no terreno diplomático. Como militar, embarcou aos 22 anos numa armada que se mandou a Argel em 1677 para combater os turcos; em 1682 serviu como capitão-tenente da nau Santo António, na armada que foi a Sabóia buscar o duque Vítor Amadeu II, prometido em casamento à princesa D. Isabel Luísa Josefa⁴⁰⁶.

Como diplomata, foi incumbido de acompanhar a rainha D. Catarina no seu regresso de Inglaterra a Portugal, tendo muito provavelmente seguido com D. Nuno da Cunha de Ataíde, conde de Pontével, que fora indigitado para a ir buscar⁴⁰⁷. Suspendendo-se a sua vinda, ali permaneceu ao seu serviço⁴⁰⁸. Em 1690 foi nomeado enviado extraordinário à corte de Madrid para felicitar os Monarcas Católicos pelo seu casamento e foi, como «enviado extraordinário», à corte de Luís XIV, com o intuito de dar os pêsames ao mesmo rei, «pela morte da Delfina sua nora⁴⁰⁹». Foi familiar do Santo Ofício e em 1692 recebeu o foro de moço fidalgo da Casa Real⁴¹⁰.

Participou depois activamente naquele que foi o grande conflito militar que envolveu Portugal no início do século XVIII: a Guerra de Sucessão de Espanha. Neste contexto, foi encarregue da compra de cavalos para as tropas, na comarca de Alenquer, o que terá sucedido antes de 1704, e em 12 de Janeiro de 1704 foi nomeado para o governo da cidade de Portalegre, que capitulou a 9 de Junho de 1704⁴¹¹.

Morreu em 29 de Março de 1722⁴¹².

⁴⁰⁴ Para mais detalhes ver: SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Pedro de Figueiredo (1657-1722)*..., cit., p.37.

⁴⁰⁵ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa*..., cit., p.136.

⁴⁰⁶ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Pedro de Figueiredo (1657-1722)*..., cit., p.96; 153; ACBL, cx.14, n.º 24.

⁴⁰⁷ TRONI, Joana Leandro Pinheiro de Almeida - *D. Catarina de Bragança (1638-1705): Dinastia, Poder e Piedade*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de História, 2005, p.182. Tese de Mestrado em História Moderna.

⁴⁰⁸ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa*..., cit., p.137.

⁴⁰⁹ Tratar-se-ia de Maria Ana Princesa da Baviera, que morreu em Abril de 1690; SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa*..., cit., p.138.

⁴¹⁰ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa*..., cit., p.138.

⁴¹¹ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa*..., cit., p.139 e seguintes.

⁴¹² SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa*..., cit., p.141.

SSC 06-04 – Henrique de Figueiredo de Alarcão (1658-1723)

Filho de Rui de Figueiredo de Alarcão e de Margarida de Meneses, foi baptizado na Sé de Lisboa a 5 de Dezembro de 1658 por frei Luís de Sousa, esmoler-mor⁴¹³.

Formou-se em 21 de Maio de 1685 em Cânones em Coimbra, tendo-se matriculado pela primeira vez em 1677⁴¹⁴. Em 1695 recebeu o alvará de moço fidalgo, com 1\$000 réis de moradia e um alqueire de cevada por mês. No ano seguinte obteve o foro de fidalgo-escudeiro, acrescentado a fidalgo-cavaleiro⁴¹⁵ e nesse mesmo ano de 1696 foi para a Índia onde serviu por mais de dez anos e, em 1716, foi nomeado governador de Angola. Depois de ter exercido este posto durante cerca de sete anos, Henrique de Figueiredo de Alarcão regressou a Portugal em 1722, morrendo a 6 de Abril de 1723 sem descendência⁴¹⁶. Em virtude disso, os serviços que desempenhou e todos os seus bens reverteram a favor de seus sobrinhos, Rodrigo António e Madalena Luísa.

Herdou de Mariana de Lima o chamado morgado das Terças, dando origem no arquivo ao subsistema Lima Figueiredo Coutinho⁴¹⁷.

Subsistema 02 - Lima Figueiredo Coutinho

SSC 06-05 – João de Meneses (flor. 1699- 1702)

Filho de Rui de Figueiredo de Alarcão e de Margarida de Meneses, recebeu o alvará de moço fidalgo em 9 de Setembro de 1699. Terá vivido em Ota e morrido repentinamente em Lisboa no ano de 1702⁴¹⁸.

Teve duas filhas ilegítimas - Joana e Paula de Meneses, que foram freiras no convento de Santos.

⁴¹³ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.135.

⁴¹⁴ V. [em linha:] <http://www.pesquisa.auc.uc.pt/details?id=135378> [Consult. 12 Nov. 2016].

⁴¹⁵ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.135.

⁴¹⁶ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.136.

⁴¹⁷ Este morgado foi instituído por António Fernandes de Elvas e Maria de Lima (ou Maria Antónia de Lima) sua mulher, sucedeu-lhe sua filha Mariana de Lima, a qual, casando com André de Figueiredo Coutinho, morreu sem geração pelo que deixou o dito morgado a este seu parente por afinidade, em 28 de Setembro de 1714 (V. anexo n.º 8 - propriedades da Casa – Item n.º 7; V. anexo n.º 5, árvore genealógica n.º 6). Henrique de Figueiredo nomeou por procurador Domingos de Paiva para tomar posse, a 23 de Setembro de 1699, de dois Juros pertencentes a este morgado e de umas casas na Portagem de Lisboa (SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.135, 158).

⁴¹⁸ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.135.

SC 07 – LENCASTRE DE FIGUEIREDO (SÉCULO XVIII)

SSC 07-01 – Rodrigo António de Figueiredo; Luísa Joana Coutinho (1730-1762)

Casou em Lisboa, na freguesia dos Mártires, em 21 de Fevereiro de 1730 com Luísa Joana Coutinho, filha de Filipe de Sousa, Capitão da Guarda Alemã, e de Catarina de Meneses⁴¹⁹. Luísa Joana, baptizada em 27 de Maio de 1693, faleceu em 1763. Instituiu um morgado com o seu dote e toda a sua herança em 26 de Junho de 1755⁴²⁰.

Não houve geração deste casamento.

SSC 07-02 – Rodrigo António de Figueiredo (1698-1762)

Filho primogénito de Pedro de Figueiredo, foi baptizado em 5 de Abril de 1698⁴²¹ e serviu a Coroa como camarista do Infante D. Manuel⁴²². Tomou posse da Casa de seu pai em Abril de 1722 e foi confirmado na herança dos serviços de seu pai e de seu avô logo em Julho de 1722⁴²³. Foi igualmente confirmado na promessa de comenda de lote de 300\$000 réis. Obteve as cartas das comendas que tinham pertencido a seu pai em 1727⁴²⁴. Em Julho de 1732 recebeu de D. João V a mercê nova dos Maninhos da Covilhã, ficando por ela extinta a vida que tinha em seu avô⁴²⁵. Em 3 de Novembro de 1747 vemo-lo com o irmão, Miguel Joaquim, Deão da Sé de Leiria, a fazer uma doação aos padres João Bernardes e Domingues Bernardes para uso de uma capela na igreja de Nossa Senhora da Encarnação da Lobagueira⁴²⁶. Em 25 de Setembro de 1755 obteve a mercê de mais um dia de feira na Lobagueira⁴²⁷.

Morreu em 19 de Fevereiro de 1762 sem geração e foi sepultado em S. Bento de Xabregas na capela instituída por Rui de Figueiredo e Maria Correia⁴²⁸.

⁴¹⁹ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.119.

⁴²⁰ ACBL, cx.53, n.º 73.

⁴²¹ ANTT, R.P., Baptismos, Freguesia de Santiago, cx.2, Livro n.º 2, fl.76vº.

⁴²² LIMA, Jacinto Leitão Manso de - *Famílias de Portugal*, Edição dactilografada. [s.l.]: BNL, 1925. Vol. 10, p. 502.

⁴²³ ACBL, cx.14, n.º 28.

⁴²⁴ V. n.º 857-860 da TAD.

⁴²⁵ V. n.º 884 da TAD.

⁴²⁶ V. n.º 1001 da TAD.

⁴²⁷ V. [em linha:] <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1927287>

⁴²⁸ ANTT, Paroquiais, Freguesia da Ajuda, Óbitos (1758-1769), cx.49, Livro n.º 5, fl.80vº. Disponível em http://digitarq.arquivos.pt/DetailsForm.aspx?id*4812445 [Consult. 7 Mar. 2016].

SSC 07-03 – Madalena Luísa de Lencastre; Vasco da Câmara (1726-1777)

Após a escritura de dote e arras, datada de 2 de Março de 1726⁴²⁹, Madalena Luísa casou com Vasco da Câmara.

Madalena Luísa herdou a Casa de seus pais por morte do seu irmão primogénito Rodrigo António de Figueiredo⁴³⁰. Herdou de sua tia Leonor Margarida de Meneses o Morgado do Seixal, que deu origem ao subsistema Meneses (I)⁴³¹ e herdou também a Casa de Belmonte dando origem ao subsistema Álvares Cabral⁴³².

Subsistema 01 – Meneses (I)

Subsistema 02 – Álvares Cabral

SSC 07-04 - Madalena Luísa de Lencastre (1699-1771)

Filha de Pedro de Figueiredo de Alarcão e de Francisca Inês de Lencastre, foi baptizada em 16 de Maio de 1699⁴³³. Em 6 de Dezembro de 1725 instituiu um morgado perpétuo de todos os seus bens livres com a herança de seu pai e de seu tio Henrique de Figueiredo de Alarcão⁴³⁴. Foi dama da rainha D. Maria Ana de Áustria por alvará de 26 de Outubro de 1725⁴³⁵. Fez o seu testamento a 10 de Dezembro de 1767⁴³⁶, morrendo em 20 de Março de 1771⁴³⁷.

SSC 07-05 – Vasco da Câmara (1705-1777)

Nascido em 18 de Maio de 1705, foi o décimo quarto filho de Rodrigo da Câmara (segundo conde da Ribeira Grande) e de Constance Émile Rohan Soubise⁴³⁸. Frequentou a faculdade de Cânones da Universidade de Coimbra entre 1723 e 1724⁴³⁹, foi militar, com exercício de ajudante de ordens do Conde de Atalaia de 27 de Junho de 1735, recebendo a patente de Capitão de Cavalos em 22 de Agosto desse mesmo ano⁴⁴⁰. Recebeu

⁴²⁹ V. n.º 847 da TAD.

⁴³⁰ V. n.º 1193 da TAD.

⁴³¹ V. anexo n.º 8 – propriedades da Casa – Item n.º 5.

⁴³² V. anexo n.º 8 – propriedades da Casa – Item n.º 6.

⁴³³ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – *Pedro de Figueiredo (1657-1722)*..., cit., p.137.

⁴³⁴ ACBL, cx.5, n.º 2.

⁴³⁵ ACBL, cx.14, n.º 30.

⁴³⁶ ACBL, cx.13, n.º 28.

⁴³⁷ ANTT, Paroquiais, Freguesia da Ajuda, Óbitos (1769-1784), cx.49, Livro n.º 6, fl.34.

⁴³⁸ V. [em linha:] <http://geneall.net/pt/nome/4412/d-jose-rodrigo-da-camara-2-conde-da-ribeira-grande/> [Consult. 30 Nov. 2016].

⁴³⁹ ACBL, cx.52, n.º 54. Ver [em linha:] <http://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=130561> [Consult. 30 Nov. 2016].

⁴⁴⁰ ACBL, Pasta 1, n.º 7.

o Alvará de foro de moço fidalgo com mil réis de moradia e um alqueire e meio de cevada em 26 de Setembro de 1738⁴⁴¹. Fez parte da companhia do Regimento de Dragões de que foi chefe o brigadeiro António Luís de Madureira Prada Lobo em 5 de Setembro de 1741 com a mesma patente, com exercício entre 1741 e 1743⁴⁴². Fez um requerimento para pagamento de dez mil réis por mês que lhe pertenciam pelo exercício deste posto⁴⁴³.

Familiar do Santo Ofício desde 6 de Junho de 1741, investido pelo Cardeal da Cunha⁴⁴⁴, obteve a Mercê do Infante D. Francisco da Alcaidaria-mor da Sertã e Pedrógão pelos serviços de seu pai, em 11 de Outubro de 1746⁴⁴⁵. Foi nomeado, por provisão de D. João V, para tomar assento como Ajudante do Governador das Armas da província do Alentejo em 20 de Maio de 1749⁴⁴⁶.

Em 7 de Agosto de 1755 D. José I fez mercê a Vasco da Câmara doando-lhe as terras da Coroa em que este estivesse de posse⁴⁴⁷. Em 1760 esteve às ordens de D. Luís da Cunha Manoel, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, tendo participado ao mesmo D. Luís a chegada do Regimento de Olivença a Aldeia Galega.⁴⁴⁸ Num documento autógrafo com exigências muito claras quanto às regalias que pretendia ter, Vasco da Câmara renunciou e cedeu a administração dos seus bens a seu filho, Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral a 15 de Janeiro de 1772⁴⁴⁹.

Faleceu na freguesia da Ajuda em 28 de Janeiro de 1777⁴⁵⁰.

SC 08 – CÂMARA DE FIGUEIREDO CABRAL (SÉCULO XVIII)

SSC 08-01 – Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral; Mariana de Meneses (1765 - 1797)

Filho de Vasco da Câmara e de Madalena Luísa de Lencastre, Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral obteve licença, por alvará dado por D. José I, em 11 de Janeiro de

⁴⁴¹ ACBL, cx.14, n.º 32.

⁴⁴² ACBL, Pasta 1, n.º 7.

⁴⁴³ ACBL, cx.22, n.º 12.

⁴⁴⁴ ACBL, cx.23, n.º 3.

⁴⁴⁵ ACBL, cx.54, n.º 92.

⁴⁴⁶ ACBL, cx.14, n.º 34.

⁴⁴⁷ ACBL, cx.14, n.º 35.

⁴⁴⁸ D. Luís da Cunha Manoel foi nomeado ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, em 6 de Maio de 1756, ocupando a pasta até Maio de 1776, altura em que lhe sucedeu Aires de Sá e Melo. Este período ficou marcado pela acção do conde de Lippe, nomeado marechal-general do Exército Português, a partir de 1762, e pela profunda reorganização militar então implementada AHM, 1760, Janeiro, 14, PT/AHM/DIV/1/06/28/26 [disponível: em linha] <https://arqhist.exercito.pt/details?id=100747> [Consult. 25 Nov. 2016].

⁴⁴⁹ ACBL, cx.20, n.º 7.

⁴⁵⁰ Ver [em linha:] <http://geneall.net/pt/nome/4880/d-vasco-da-camara/> [Consult. 30 Nov. 2016].

1765, para casar com D. Mariana de Meneses, dama da Rainha D. Mariana de Áustria e filha de José de Meneses Silveira de Castro, senhor da Patameira⁴⁵¹ e de Luísa de Gonzaga von Rappach⁴⁵².

Deste casamento, celebrado a 8 de Fevereiro de 1765, nasceram sete filhos: Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara (v. infra), José Maria (n. Lisboa, 1768), Maria Madalena (n.1770), Constança Leonor (n.1772), Maria Bárbara (n.1774), Maria das Necessidades (n.1775), Francisca de Paula (n.1778)⁴⁵³.

O subsistema Meneses (II)⁴⁵⁴ tem origem na herança de Paula Margarida de Meneses, filha ilegítima de João de Meneses (v. supra, SC-06 SSC-05), freira no convento de Santos a qual, por sua vez, herdara de uma tia de ambos, Leonor Margarida de Meneses, irmã de Pedro de Figueiredo.

Subsistema 01 – Meneses (II)

SSC 08-02 – Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral (1732-1794)

Baptizado em Lisboa, na freguesia de S. Tiago, a 29 de Junho de 1732⁴⁵⁵, tomou o nome Cabral por herança da Casa de Belmonte. Recebeu o foro de moço fidalgo, por alvará de D. João V, com mil réis de moradia por mês e um alqueire e meio de cevada por dia em 15 de Setembro de 1746⁴⁵⁶. Entrou às ordens do Barão Conde de Oriola⁴⁵⁷ em 9 de Maio de 1762⁴⁵⁸. Desempenhou vários postos no exército: como tenente coronel do Regimento de Dragões da Praça de Évora às ordens do conde de Lumiares; foi brigadeiro de Cavalaria e marechal de campo⁴⁵⁹. Recebeu o hábito de Cristo em 10 de Maio de

⁴⁵¹ D. José de Meneses, senhor da Patameira e morgado da Caparica (1713-1780). Fica deste modo ligado por casamento às famílias Távora, (Diogo de Meneses e Távora era irmão de D. Mariana), Alvito (Bárbara de Meneses era casada com o 2º marquês de Alvito), Pombal (Antónia de Meneses era casada com o segundo marquês de Pombal) e Valada (irmão de D. Mariana, Francisco Xavier de Meneses é o 1º marquês de Valada).

⁴⁵² V. n.º 1157 da TAD.

⁴⁵³ Ver [em linha:] <http://geneall.net/pt/nome/5112/d-pedro-de-figueiredo-cabral-da-camara/> [Consult. 30 Nov. 2016].

⁴⁵⁴ V. anexo n.º 8 – propriedades da Casa – Item n.º 13 – apenas o Casal de Torres Vedras.

⁴⁵⁵ Fontes indicadas [em linha:] <http://www.arquivisticahistorica.fcsh.unl.pt/index.php/cabral-pedro-da-camara-de-figueiredo> [Consult. 12 Jan. 2017].

⁴⁵⁶ ACBL, cx.14, n.º 33.

⁴⁵⁷ Fernando José Lobo da Silveira Quaresma, 5º conde de Oriola, 11º Barão, 15º Senhor, 2º Marquês de Alvito. Gentil Homem de D. José I. Tenente General do exército, comandante do Regimento de Cavalaria de Alcântara. Casou, em 21 de Dezembro de 1777, com Maria Bárbara de Meneses, filha do Senhor da Patameira. Disponível [em linha:] <http://geneall.net/pt/nome/21957/d-fernando-jose-candido-lobo-da-silveira-quaresma-14-barao-do-alvito-e-9-conde-de-oriola/> [Consult. 12 Jan. 2017].

⁴⁵⁸ ACBL, cx.14, n.º 36.

⁴⁵⁹ ACBL, cx.14, n.º 36.

1762⁴⁶⁰ e em 24 de Dezembro de 1763 obteve da rainha D. Mariana Vitória, um Alvará de isenção do oitavo do vinho⁴⁶¹. Em 13 de Janeiro de 1778 recebeu um alvará de isenção de impostos das suas terras no concelho de Alenquer⁴⁶². No ano seguinte, a 29 de Outubro de 1779, recebeu o foro de moço fidalgo acrescentado a fidalgo escudeiro, obtendo pela mesma via a mercê de administrar as suas comendas⁴⁶³. Recebeu a mercê das comendas, bens da coroa e Ordens que possuía seu tio Rodrigo António de Figueiredo em 24 de Novembro de 1779⁴⁶⁴.

Morreu em 21 de Junho de 1794.

SSC 08-03 – Mariana de Meneses (1743-1797)

Baptizada em 13 de Fevereiro de 1743, foi dama da rainha D. Maria e camarista do infante D. João. Por portaria de D. José I datada de 15 de janeiro de 1775, Mariana de Meneses obteve uma tença para pagamento dos seus serviços como camarista do infante⁴⁶⁵. Um alvará da Rainha D. Maria I concedeu-lhe a mercê de uma vida mais em todos os bens da Ordem de Cristo para seu filho em 24 de Agosto de 1778⁴⁶⁶. Um outro alvará, de 24 de Setembro de 1778, concedeu-lhe uma vida mais em todos os bens da Coroa⁴⁶⁷. Habilitou-se à herança de seu marido a 24 de Agosto de 1794⁴⁶⁸ e tomou posse dos rendimentos da Comenda de S. João Baptista de Sinfães em 13 de Outubro de 1794 por seu falecimento⁴⁶⁹. Foi dama de honor de D. Maria I, tendo recebido, em 2 de Abril de 1795, aviso do mordomo-mor, marquês de Ponte de Lima, informando-a dessa nomeação⁴⁷⁰.

Morreu a 8 de Fevereiro de 1797⁴⁷¹.

⁴⁶⁰ ACBL, cx.52, n.º 38.

⁴⁶¹ ACBL, cx.15, n.º 41.

⁴⁶² ACBL, cx.15, n.º 73.

⁴⁶³ ACBL, cx.15, n.º 51.

⁴⁶⁴ ACBL, cx.15, n.º 52.

⁴⁶⁵ ACBL, cx.15, n.º 44.

⁴⁶⁶ ACBL, cx.15, n.º 44.

⁴⁶⁷ ANTT, RGM, D. José I, Livro n.º 26, fl.260. D. Mariana de Meneses – mercê de mais uma vida nos bens da Coroa para seu filho ou filha que suceder; ACBL, cx.15, n.º 44.

⁴⁶⁸ ACBL, cx.33, n.º 12.

⁴⁶⁹ ACBL, cx.9, n.º 27.

⁴⁷⁰ ACBL, cx.15, n.º 57.

⁴⁷¹ ACBL, cx.15, n.º 57.

SSC 08-04 – Leonor da Câmara (1736- ?)

Filha de Madalena Luísa de Lencastre e de Vasco da Câmara, Leonor da Câmara foi baptizada a 15 de Janeiro de 1736. Recebeu, a 7 de Janeiro de 1766, uma mercê da rainha D. Maria Ana Vitória, aceitando-a para sua dama⁴⁷². Não casou nem teve geração.

SC 09 - FIGUEIREDO CABRAL DA CÂMARA (SÉCULO XVIII-XIX)

SSC 09-01 – Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara; Jerónima Margarida de Noronha (1795-1840)

Filho de Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral e de Mariana de Meneses, Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara obteve licença, por um alvará da rainha D. Maria I, de 12 de janeiro de 1795, para casar com Jerónima Margarida de Noronha a 16 de Janeiro de 1795⁴⁷³. Baptizada em 27 de Novembro de 1767, Jerónima Margarida de Noronha era filha de José de Noronha e de Mariana Isabel das Montanhas Ribeiro Soares Castilho. Foi dama da rainha D. Maria I⁴⁷⁴.

Vasco Manuel pediu licença para dizer Missa no Oratório da Casa em 24 de Dezembro de 1795⁴⁷⁵ e obteve um novo Breve Pontifício para o mesmo em 1806⁴⁷⁶. A 28 de Agosto de 1807, tomou posse dos bens da capela instituída pelo padre Baltazar Alves no termo da vila de Maças de D. Maria, de que o príncipe regente lhe fizera mercê⁴⁷⁷. Partiu com a família real para o Brasil em 1807 regressando em 1821.

Deste casamento nasceram dois filhos: José Maria e Maria.

Herdou de seu cunhado, o Conde de S. Miguel, casado com sua irmã Constança Leonor, uma quinta em Benfica dando origem ao subsistema S. Miguel⁴⁷⁸.

Subsistema 01 – S. Miguel

⁴⁷² ACBL, cx.15, n.º 45.

⁴⁷³ ACBL, cx.4, n.º 8.

⁴⁷⁴ V.: <http://geneall.net/pt/nome/7731/d-jeronima-margarida-de-noronha/> [Consult. 30 Nov. 2016].

⁴⁷⁵ ACBL, cx.6, n.º 3.

⁴⁷⁶ ACBL, cx.6, n.º 5.

⁴⁷⁷ ACBL, cx.9, n.º 28.

⁴⁷⁸ A origem deste prazo está na nomeação feita em Constança da Câmara, pela condessa de Lumiares, Juliana Xavier de Botelho. Por morte de Constança da Câmara, Vasco Manuel recebeu por herança de sua irmã a quinta de Monte Coxé em Benfica (V. n.º 1877 da TAD).

SSC 09-02 – Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara (1766-1830)

Vasco Manuel foi baptizado na freguesia da Ajuda a 16 de Abril de 1766 e foi amigo de infância do infante D. João⁴⁷⁹, uma vez que sua mãe era dama camarista deste infante, mantendo com o mesmo uma relação bastante próxima⁴⁸⁰.

Recebeu o alvará de moço fidalgo acrescentado a fidalgo escudeiro, com três mil reis de moradia por mês e 1,5 alqueire de cevada por dia, 24 de Março 1786⁴⁸¹. Recebeu o Hábito de Cristo a 15 de Abril de 1797⁴⁸².

Como militar, foi nomeado por D. Maria I alferes da companhia do regimento de cavalaria de Alcântara em 30 outubro de 1783; foi capitão da sexta companhia do mesmo regimento desde 18 de Janeiro de 1790; foi tenente-coronel graduado com exercício de sargento-mor do regimento da cavalaria de Alcântara desde 24 de Março de 1797; passou a coronel graduado com exercício de tenente-coronel graduado desde 26 de Março de 1801⁴⁸³.

Nomeado Presidente da Junta do Tabaco a 16 de Março de 1801⁴⁸⁴, recebeu em 29 de Agosto de 1803 o alvará de mercê de um alqueire e meio de cevada por dia⁴⁸⁵. Em 30 de Maio de 1804 recebeu a carta do Príncipe Regente de título de Conselheiro do rei⁴⁸⁶ e, pouco depois, em 18 de Junho de 1804, a Carta de privilégio de desembargador que lhe competia pelo lugar de deputado da Junta dos Três Estados, de que obteve mercê em 19 de Maio de 1804⁴⁸⁷. Teve a isenção de pagamento dos três quartos das comendas a 18 de Julho de 1802 por mercê do mesmo Príncipe⁴⁸⁸ e obteve a mercê de nomeação em duas vidas do ofício de Porteiro-Mor a 6 de Dezembro de 1802⁴⁸⁹. Em 18 de Maio de 1805

⁴⁷⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira –“D. João VI”. in *D. João VI e seu tempo*. Catálogo de exposição, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa, 1999, p.29.

⁴⁸⁰ Ver por exemplo: WILCKEN, Patrick - *Império à Deriva - A Corte Portuguesa no Rio de Janeiro 1808-1821*. Lisboa: Civilização Editora, 2005, p.20.

⁴⁸¹ ACBL, cx.15, n.º 54.

⁴⁸² ACBL, cx.15, n.º 60.

⁴⁸³ ACBL, cx.15, n.º 53.

⁴⁸⁴ ACBL, cx.55, n.º 109.

⁴⁸⁵ ACBL, Livro n.º 52, p.205. Veja-se BORREGO, Nuno Gonçalo Pereira - *Mordomia-Mor da Casa Real, Tomo I*. Lisboa: Tribuna da História, 2007, p.264.

⁴⁸⁶ ACBL, Livro n.º 52, p.207.

⁴⁸⁷ ACBL, cx.15, n.º 67; ANTT, D. João VI, Livro 5, fl.139vº.

⁴⁸⁸ ACBL, cx.15, n.º 63.

⁴⁸⁹ ACBL, cx.15, n.º 64.

recebeu uma carta do Príncipe Regente pela qual lhe fez mercê do título de Conde de Belmonte⁴⁹⁰.

Morreu a 18 de Novembro de 1830 em Benfica⁴⁹¹.

SSC 09-03 – José Maria Francisco de Paula de Figueiredo Cabral da Câmara (1768-1804)

Baptizado em 30 de Janeiro de 1768, José Maria de Figueiredo Cabral da Câmara recebeu a 29 de Abril de 1777, um alvará de D. Maria I para o tomar como moço fidalgo, com mil réis de moradia por mês e um alqueire e meio de cevada por dia⁴⁹². Em 11 de Março de 1786 recebeu a mercê de fidalgo Escudeiro, com três mil e quinhentos réis de moradia e um alqueire e meio de cevada por dia⁴⁹³. Foi oficial palatino e militar⁴⁹⁴.

Morreu em 23 de Março de 1804⁴⁹⁵.

1.4. A base de dados em *AtoM*

Em 2005 o Conselho Internacional de Arquivos desenvolveu, em colaboração com a UNESCO e ao abrigo do programa “Information For All”⁴⁹⁶, o software ICA-*AtoM*, (International Council of Archives – Access to Memory). O seu objectivo principal foi a disponibilização de um software em *open source* para a descrição arquivística de “pequenos arquivos” (embora possa ser utilizado em todo o tipo de arquivos e instituições independentemente da sua dimensão) sendo, desde o início, garantida a gratuidade do serviço. A partir de 2013 a *Artefactual Systems* desenvolveu e lançou a versão *AtoM 2.0*⁴⁹⁷ e tem desenvolvido o software desde então (sendo a mais recente a versão *AtoM 2.3*⁴⁹⁸). O software manteve-se, mas, por se ter desligado de uma instituição de referência mundial

⁴⁹⁰ ACBL, cx.15, n.º 66; ANTT, RGM, Livro n.º 61, fl.325; ANTT, D. João VI, Livro n.º 1, fl.284.

⁴⁹¹ Ver [em linha:] <http://geneall.net/pt/nome/5337/d-vasco-manuel-de-figueiredo-cabral-da-camara-1-conde-de-belmonte/> [Consult. 30 Nov. 2016].

⁴⁹² ACBL, cx.15, n.º 47.

⁴⁹³ ACBL, cx.15, n.º 47.

⁴⁹⁴ ACBL, cx.15, n.º 49.

⁴⁹⁵ ACBL, cx.13, n.º 33.

⁴⁹⁶ BUSHEY, Jessica – ““Access to Memory” (AtoM): Open-source software for archival description.”. *International Council on Archives (ICA)*. [Em linha]. (2012). [Consult. 23 Jan. 2016]. Disponível em https://www.ica-atom.org/download/ICA-AtoM_JBushey.pdf.

⁴⁹⁷ V. [em linha:] <https://www.artefactual.com/atom-2-0-released/> [Consult. 17 Abr. 2017].

⁴⁹⁸ V. [em linha:] <https://www.artefactual.com/atom-2-3-released/> [Consult. 17 Abr. 2017].

(o ICA), e perante as dúvidas da comunidade de utilizadores, o Conselho Internacional de Arquivos emitiu um comunicado a 19 de Agosto de 2015, reafirmando os seus compromissos face aos utilizadores que adoptaram este produto e reforçou a sua parceria com a *Artefactual Systems*, no sentido de melhorar a sua coordenação e estruturação⁴⁹⁹.

Mantiveram-se algumas das valências que já existiam, das quais destacamos o fórum de utilizadores gerido e moderado pela *Artefactual Systems*⁵⁰⁰, onde é possível obter um conjunto de recursos, actualização de funcionalidades, tutoriais, resolução de problemas e todo o tipo de notícias relacionadas com este software. Conservaram-se igualmente as bases sobre as quais foi desenvolvido o ICA-*AtoM* tais como a adopção e utilização preferencial de regras de descrição internacionais – as ISAD(G), ISAAR (CPF) ISDIAH e ISFD⁵⁰¹ –, o que permite a normalização das descrições arquivísticas, contribuindo para a disponibilização destas a nível mundial; as funcionalidades de descrição multinível, com a criação de registos de autoridade (entidades colectivas, pessoas, famílias) e a associação das mesmas às descrições através de pontos de acesso e através da sua ligação aos produtores, que possibilita o estabelecimento de relações não apenas entre as descrições, os produtores e os registos de autoridade, mas também entre diversos núcleos de arquivo.

São inúmeros os exemplos de descrições de fundos arquivísticos disponíveis hoje, em Portugal, que utilizam este software. Podemos referir como exemplo os arquivos de uma editora do século XIX-XX⁵⁰², de partidos políticos⁵⁰³, de centrais sindicais⁵⁰⁴ ou de fundações⁵⁰⁵.

A representação arquivística do ACBL será feita através do software *AtoM*⁵⁰⁶, uma base de dados de estrutura orgânica, a partir de normas de descrição arquivística multinível e hierárquica, que permite uma compreensão da constituição e evolução da produção documental nos Arquivos de Família, como foi recentemente demonstrado por

⁴⁹⁹ V. [em linha:] <http://www.ica.org/en/declaraci%C3%B3n-del-consejo-internacional-de-archivos-sobre-access-memory-atom> [Consult. 17 Abr. 2017].

⁵⁰⁰ V. [em linha:] <https://groups.google.com/forum/#!forum/ica-atom-users> [Consult. 17 Abr. 2017].

⁵⁰¹ General International Standard Archival Description (ISAD[G]); International Standard Archival Authority Records (ISAAR[CPF]) Institutions with Archival Holdings (ISDIAH); International Standard for Describing Functions (ISDF).

⁵⁰² Editora Romano Torres: http://fesh.unl.pt/chc/romanotorres/?page_id=15.

⁵⁰³ Arquivo do Partido Social Democrata: <http://fotos.psd.pt/atom/index.php/psd-partido-social-democrata-2>

⁵⁰⁴ CGTP Intersindical: <http://cad.cgtp.pt/ica/index.php/602:isdiah>.

⁵⁰⁵ Fundação Marques da Silva: <https://arquivoatom.up.pt/index.php/fundacao-instituto.-arquitecto-jose-marques-da-silva>.

⁵⁰⁶ Ver: <https://www.ica-atom.org/>.

Rita Sampaio da Nóvoa⁵⁰⁷. Este software permite gerir descrições arquivísticas de acordo com os standards do ICA e dispõe de facilidades como um interface multilingue, tradução, inserção de imagens e de informação noutros suportes⁵⁰⁸. A forma dinâmica e estruturada de apresentação da informação possibilita a utilização das várias funcionalidades (permitindo a pesquisa por produtor, local, assunto, nível de descrição, tipo de suporte, assim como por entidades detentoras e registos de autoridade) que facilitam e enriquecem os conteúdos da pesquisa. Com uma flexibilidade notável, a sua estrutura hierárquica molda-se facilmente ao modelo sistémico conferindo-lhe grande inteligibilidade e por esta razão adapta-se perfeitamente ao modelo de organização dos Arquivos de Família. O repositório próprio que tem sido desenvolvido no âmbito do programa de doutoramento em Arquivística Histórica⁵⁰⁹ e onde serão descritos vários acervos, permitirá, igualmente, uma partilha mais frutífera, facilitando o estabelecimento de relações entre conjuntos documentais, neste caso entre vários Arquivos de Família.

1.4.1. Preenchimento da base de dados.

No preenchimento da base de dados foi considerada apenas a documentação conservada no ACBL. Não foram criadas séries nem subséries dentro da documentação descrita. Os documentos compostos e simples foram inseridos por ordem cronológica. Foi atribuída uma numeração sequencial aos documentos dentro da subsecção.

No campo: Produção/Produtores foi inserida a documentação produzida/ acumulada por cada produtor. No caso dos casais produtores foi considerada a data inicial como a data do casamento (ou a mais aproximada) e a data final como a data da morte do último cônjuge, incluindo o tempo de viuvez (no caso de se verificar).

A inserção de cópias/treslados foi feita no produtor da cópia, independentemente da existência e conservação dos documentos originais no acervo.

O produtor/acumulador do documento original que foi tresladado/copiado é mencionado no campo “pontos de acesso (assuntos)” na descrição.

No sentido inverso, a existência de cópias ou treslados é mencionada no campo “Existência e localização de cópias” da descrição do documento original.

⁵⁰⁷ Consultar [em linha:] <http://www.arquivisticahistorica.fcsh.unl.pt/index.php/arquivo-gama-lobo-salema> [Consult. 17 Abr. 2017].

⁵⁰⁸ V. [em linha:] <https://www.artefactual.com/> [Consult. 17 Abr. 2017].

⁵⁰⁹ <http://www.arquivisticahistorica.fcsh.unl.pt/index.php/>.

As descrições dos documentos originais e das respectivas cópias ou traslados encontram-se relacionadas no campo “Descrições relacionadas”.

Criaram-se registos de autoridade para os produtores e/ou acumuladores de documentação associados ao Sistema. Excluíram-se, portanto, todos os indivíduos que, sendo produtores e/ou acumuladores dos documentos descritos, não fizessem parte integrante de uma das gerações. Foram também criados registos de autoridade para todas as famílias representadas no Sistema. Isto significa que foi tida em consideração a evolução da família detentora do acervo ao longo do tempo.

Nos casos em que um documento foi criado/usado/alterado por mais do que um produtor, esse documento foi descrito debaixo da subsecção correspondente ao primeiro produtor. Os restantes produtores são mencionados no campo “Produtores”.

Nos casos em que não foi possível identificar os produtores e/ou acumuladores de documentação, mas em que é possível atribuir a sua produção a uma secção, este documento inseriu-se debaixo de uma secção intitulada: “Não identificados”.

Quanto às datas de produção, quer dos subsistemas, quer das secções e subsecções dizem respeito às datas extremas conhecidas ou aproximadas em que os membros das diferentes gerações produziram e/ ou receberam documentação.

Foram utilizadas as normas arquivísticas internacionais na preparação dos registos de autoridade, na descrição das entidades detentoras, na descrição do sistema, dos subsistemas e dos documentos. São elas: CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, ISAAR(CPF): Norma Internacional de Registos de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias. Trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo, 2.^a ed, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2004. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. Trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo, 2.^a ed., Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, ISDIAH: Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico. Trad. Comitê de Boas Práticas e Normas, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2009; DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO, Orientações para a descrição arquivística, 2.^a v., Lisboa, DGARQ, 2007.

1.4.2. Introdução de descrições arquivísticas na base de dados AtoM.

No nosso caso, a utilização desta base de dados - *AtoM* - ficou restringida à inserção de nove secções/gerações da família Figueiredo Cabral da Câmara. Pela sua dimensão também não foi possível, em tempo útil, inserir as descrições de todos os documentos conservados no arquivo e que constam da cronologia que propomos neste trabalho. Por esta razão foi necessário escolher um conjunto de descrições arquivísticas coerente. Partindo deste pressuposto, descrevemos a documentação conservada no arquivo produzida desde a geração de Rui de Figueiredo (SSC 01-01) produtor do primeiro documento conservado no arquivo até à geração de Rui de Figueiredo de Alarcão (SC 05 – Figueiredo de Alarcão) o que significou um *continuum* cronológico que tem início em 1499 e termina nos anos 70 do século XVII. Na última secção incluíram-se os seguintes produtores: Rui de Figueiredo de Alarcão; Teresa de Noronha (SSC 05-01); Rui de Figueiredo de Alarcão; Margarida de Meneses (SSC 05-02)); Rui de Figueiredo de Alarcão (SSC 05-03); Luís Gomes de Figueiredo (SSC 05-04); Henrique de Figueiredo (de Sousa) (SSC 05-05). Embora haja, dentro desta secção, quatro subsistemas identificados, estes também não são descritos por ora.

Desta forma, julgamos nós, temos um primeiro conjunto de documentos cuja introdução tem uma lógica maioritariamente cronológica e que, a qualquer momento, pode ser completada da mesma forma, isto é, sequencialmente. Por outro lado, este é já um conjunto significativo de descrições que, apesar das restrições apontadas, é bastante representativo do acervo.

2. Práticas de produção, uso, conservação e de recuperação documental

Chegados a este ponto analisaremos as tendências globais de produção, uso, conservação e recuperação da informação. Neste capítulo, e ao contrário do que foi feito no capítulo precedente, será analisada a produção documental de todos os elementos da linhagem independentemente da sua conservação no ACBL.

Subdividimos este capítulo em duas partes. Na primeira parte (ponto 2.1. Produção e uso) debruçamo-nos sobre a produção e uso da documentação numa abordagem por geração e por produtores, tentando apreender as tendências gerais de produção e uso da documentação de todos os membros produtores da linhagem. Na segunda parte deste capítulo (no ponto 2.2.) dedicaremos a nossa atenção às práticas de conservação e recuperação da documentação. Embora possamos dizer que a conservação e recuperação são igualmente usos da documentação e pudéssemos, de alguma forma, incluir a sua análise no estudo feito por gerações, a nossa apreciação articular-se-á a partir dos dois tombos que se conservaram no arquivo: o *Tombo de 1722* e o *Tombo de 1807* a que já aludimos. Estes dois documentos, que foram também uma das “fontes” primordiais para a constituição do *corpus* analítico, mereceram-nos, pela importância que têm na(s) leitura(s) que podemos fazer do arquivo, uma investigação mais aprofundada e cronologicamente enquadrada. Esta análise será feita no sentido da compreensão das práticas arquivísticas e dos diferentes processos de organização documental utilizados para a recuperação da documentação. A subdivisão deste capítulo justifica-se ainda porque nos permitiu fazer uma *arqueologia do arquivo*, na qual foram examinados outros documentos que indicam, por um lado, que houve organizações anteriores à elaboração do primeiro inventário e, por outro, que foram produzidos outros documentos que contribuíram para a organização do acervo durante o século XVIII, ou que derivaram dessa organização.

2.1. Produção e uso

Passaremos então agora ao estudo da produção documental dentro de cada geração. Neste ponto foram reunidos os documentos produzidos pelos elementos dos representantes da linhagem (indivíduos/casais produtores) sem a diferenciação da produção individual (ao contrário do que fizemos na Parte III, Capítulo 1). Assim, a data

do início da produção diz respeito à data do primeiro documento produzido (e conhecido) pelo representante/herdeiro da Casa (este será o produtor maioritariamente referido ao longo do texto); a data final de produção diz respeito à data do último documento produzido pelo membro do casal sobrevivente (seja ele o marido ou a mulher). Assim, a análise abarca as datas de produção documental independentemente do estado civil do produtor (solteiro, casado ou viúvo), incidindo, em termos de cronologia, sobre o período de produção total dos representantes/produtores de cada geração, sendo consideradas apenas as datas extremas de produção. Os representantes masculinos da Casa são maioritariamente referidos uma vez que as mulheres são, em grande medida, omissas. Após a apresentação dos resultados dos representantes/herdeiros da Casa, são expostos os resultados para os produtores subsequentes (irmãos/irmãs secundogénitos) em cada geração. Foi ainda destacada e numerada cada geração para uma melhor leitura.

A análise foi feita sobre duas linhas principais: sobre tipologias documentais e sobre temas/assuntos. Foi construído um quadro para cada um dos produtores principais de cada geração e cada quadro foi dividido em duas colunas principais. Aqui foram inseridas a soma de cada uma das tipologias por um lado e, por outro, a soma dos conjuntos de documentos relacionados com os temas/assuntos relevantes que pudemos identificar na documentação. Para cada coluna foi ainda apresentada a percentagem total relativamente ao universo das descrições contabilizadas por produtor.

Quanto às tipologias, estas são apresentadas do lado esquerdo de cada um dos quadros, mas, devido à sua multiplicação a partir da sétima geração, foram introduzidos apenas os grupos tipológicos com um número superior a quatro descrições. O intuito foi o de não estender demasiado os mesmos quadros, facultando, no entanto, uma ideia clara das tipologias mais utilizadas.

Relativamente à segunda linha de análise que se debruça sobre temas/assuntos, ela foi construída segundo um critério que poderemos dizer temático-geográfico, cujos contornos explanamos, no quadro que se segue:

Temas/Assuntos	
Designação	Especificações/ Tipologias contabilizadas para cada tema
Coroa	Inclui todo o tipo de documentos emanados da Coroa ou relacionados com a mesma, entre outros, documentos e mercês, alvarás, padrões e apostilhas, certidões de serviços, ordens de serviços, mandados (judiciais ou relacionados com a justiça) e decretos, petições à Coroa, portarias, requerimentos à Coroa ou a instituições e provisões.
Ordens Militares	Documentos de todo o tipo respeitantes às comendas da Ordem de Cristo e Santiago, incluindo causas, arrendamentos, mercês e certidões de lançamento de hábitos de Cristo.
Casamentos	Inclui documentos de dote, contractos de casamento e autorizações régias.
Heranças/ Testamentos	Documentação relacionada com heranças. Incluem-se aqui: testamentos, documentos de partilhas, requerimentos, certidões, recibos de pagamentos e entregas de somas de dinheiro ou de bens herdados; habilitações de herdeiros.
Herança de Henrique de Figueiredo de Alarcão	Documentos produzidos no contexto da herança de Henrique de Figueiredo de Alarcão, maioritariamente relacionados com os negócios deste. Tipologicamente trata-se sobretudo de correspondência, avaliações de bens, acertos de contas, liquidação de créditos e de dívidas de Henrique de Figueiredo em Goa, Luanda e Baía.
Negócios /Actividades comerciais	Documentos relativos a negócios estabelecidos entre um membro da família e outrem. Trocas comerciais; correspondência.
Dívidas	Documentos de dívida, empréstimos.
Conflitos familiares	Processos e sentenças; documentação recolhida para defesa em tribunal; acordos intra familiares.
Controle de Contas.	Inclui: memórias com indicações de gastos gerais da Casa, preços de bens e serviços, compras de bens e serviços, despesas, ajustes de contas.
Capelas	Inclui documentos respeitantes ao cumprimento das obrigações das capelas, tais como certidões, recibos de missas, pedidos de informação, processos ou inquirições.
Ofício de Porteiro mor	Documentação produzida no contexto do exercício do ofício de porteiro mor.
Brasil/Guerra Peninsular	Documentação produzida no contexto da Guerra Peninsular e da partida da família para o Brasil.
Propriedades c/designação respectiva	Documentos produzidos no contexto a administração/gestão/defesa/controle dos bens da Casa, nomeadamente: Ota; Salvaterra; Torres Vedras; Carregueira; Palácio da Boa-Hora; Quinta de Monte Coche (Benfica); Herança de Jerónima Lobo ⁵¹⁰
Bens da Coroa/Prazos c/designação respectiva	Documentos produzidos no contexto a administração/gestão/defesa/controle dos bens da Coroa pertencentes à Casa, nomeadamente: Lezíria da Praia; Santarém; Alpiarça; Maninhos da Covilhã; Alcaidaria mor da Sertã e Pedrógão; Ilhéus, Mouchão do Esfolo Vacas; Capela da Barreteira; Lisboa.
Morgados c/designação respectiva	Documentos produzidos no contexto a administração/gestão/defesa/controle dos bens de morgado da Casa, nomeadamente: Castelo; Lobagueira; Lavre; Terças; Campo Grande; Belmonte (morgados da Casa de); Seixal.
Outros	Documentos, assuntos e destinatários diversos com ligação a um produtor; tipologias como: petições, minutas, “papéis”, documentos sem especificação de local, propriedade ou morgado.

Impõe-se ainda uma palavra sobre a escassez de documentos que se verifica nas primeiras gerações estudadas. Embora saibamos que os Figueiredos produziram documentação para além daquela que se preservou, como explicámos supra, verificamos que uma ínfima parcela destes documentos se conservou e, mais ainda, que uma parte é

⁵¹⁰ Documentos produzidos no contexto das terras deixadas por Jerónima Lobo a Rui de Figueiredo de Alarcão. Esta designação seguiu aquela que podemos encontrar no *Tombo de 1807* para um conjunto específico de propriedades.

referida apenas no *Tombo de 1722*. Isto significa que um conjunto de documentação mais antiga se conservou até 1722, mas que em 1807 já não se encontrava no acervo. Também sabemos que a maioria dos primeiros documentos produzidos versaram, em grande medida, sobre bens que não se conservaram na posse da linhagem e essa pode ser uma explicação para a sua escassez, uma vez que a necessidade de posse desses documentos deixou de existir. A obsolescência dos conteúdos de alguma documentação pode ter conduzido ao seu abandono ou destruição. É igualmente possível que o facto de não haver uma casa de morada estável da família até à primeira vintena do século XVI (que saibamos), tenha contribuído para a dispersão da documentação destes primeiros produtores e depois, inversamente, o facto de a família morar mais estavelmente nas casas do morgado do Castelo a partir daquela data, tenha contribuído para a crescente conservação da mesma.

Partindo dos pressupostos acima referidos passaremos então à análise da produção documental, numa tentativa de apreender os contornos específicos de cada uma das gerações e dos produtores.

Geração 1

João Lourenço de Figueiredo (1469)

No *Tombo de 1722* existe um registo de uma “Carta de privilegio que o S. Rey D. Affonço mandou passar ao Sr. João de Figueiredo”⁵¹¹, datada de 1469, tempo em que João Lourenço era alcaide mor da Covilhã. Como podemos ver na TAD, foi o único documento que se conservou e foi referenciado relativamente a este produtor e dizia respeito à concessão de um privilégio para que os caseiros do agraciado não pagassem “peitas nem fintas” em nenhuma das suas fazendas⁵¹². O documento descrito no *Tombo de 1722* era um pergaminho de que foi feito um treslado no século XVIII. Neste treslado encontra-se uma nota indicando que a cópia foi feita diretamente do original: “As riscas que tem este papel são partes que no pergaminho se não podem ler e assim quem o tresladar lhe há de deytar as mesmas riscas porque he dizer que vão os ditos pontos em branco por se não poderem ler pela dita rezão é tudo o mais que aqui está tresladado he fielmente o que se acha escrito em o dito pergaminho e por uerdade (...) assim certefico pelo conferir com o

⁵¹¹ V. n.º 2 da TAD.

⁵¹² ACBL, Livro n.º 52, fl.185.

próprio etc^a. O Escrivão Pedro Aureliano Fonseca⁵¹³. Não temos dados para confirmar o destino deste pergaminho. Após a produção da transcrição, no século XVIII, muito provavelmente levada a cabo por dificuldade de leitura, este documento teve um destino desconhecido. É possível que o original tenha tido um caminho semelhante a alguns pergaminhos que constavam deste arquivo e que foram descritos no *Tombo de 1722*⁵¹⁴.

Geração 2

Henrique de Figueiredo; Catarina Alves (1464- 1515)

Documentação produzida por Henrique de Figueiredo					
Segundo Tipologias				Segundo Temas/assuntos	
Tipologia	Nº descr.	%		Local/Instituição/tema	Nº descr. %
Mercês	7	44%		Lisboa	5 33%
Aforamentos	5	32%		Santarém	5 33%
Doação	1	6%		Coroa	3 20%
Notificação	1	6%		Alpiarça	1 7%
Confirmação	1	6%		Lezíria da Praia	1 7%
Provisão	1	6%			

Henrique de Figueiredo produziu documentação por cerca de 51 anos mas não se conservou nenhum exemplar no arquivo. As referências de que dispomos sobre a produção documental encontram-se maioritariamente nas chancelarias de D. Afonso V e de D. Manuel (com as indicações a documentos produzidos pela chancelaria de D. João II) e no Corpo Cronológico. As descrições com que nos deparámos são as seguintes: cinco aforamentos de casas e/ou “chão” na cidade de Lisboa⁵¹⁵; sete mercês (ou confirmação de mercê) relacionadas com o empraçamento de terras e/ou direitos régios na zona de Santarém/ Alcoelha⁵¹⁶. A carta do ofício de escrivão da Fazenda⁵¹⁷ e uma provisão para o pagamento da moradia⁵¹⁸ são outros dois documentos produzidos/recebidos por Henrique de Figueiredo.

⁵¹³ ACBL; cx.14, n.º 2.

⁵¹⁴ V. p. ex. o documento de empraçamento da Lezíria da Praia (V. n.º 9 da TAD) ou o documento original da instituição do morgado da Lobagueira (V. n.º 23 da TAD), cujos pergaminhos originais também foram transcritos e não se conservaram no arquivo.

⁵¹⁵ V. n.º 3, 6, 7, 16, 17 da TAD.

⁵¹⁶ V. n.º 4, 5, 8, 9, 10, 12, 20 da TAD.

⁵¹⁷ V. n.º 1 da TAD.

⁵¹⁸ V. n.º 22 da TAD.

O único documento produzido por Henrique de Figueiredo que se conservou no acervo, mas apenas até 1722, foi a carta de empraçamento da Lezíria da Praia em 1480⁵¹⁹. Esta propriedade continuou na posse da linhagem até ao final do Antigo Regime, havendo vários documentos relacionados com este prazo régio produzidos em datas posteriores a esta, como veremos. O processo sofrido por este documento (no sentido em que se conservou no arquivo, foi descrito no *Tombo de 1722* e não se conservou no ACBL) pode ter sido semelhante ao documento de João Lourenço de Figueiredo atrás mencionado.

As tipologias mais produzidas por Henrique de Figueiredo foram as mercês régias e os aforamentos à Coroa relacionadas com vários espaços em Lisboa, entre os anos de 1473 e 1501, talvez devido ao elevado número de filhos do escrivão, que seriam onze⁵²⁰. Quanto aos temas/assuntos, no que respeita à referência geográfica, Lisboa e Santarém são os locais mais relevantes: Lisboa porque foi o local onde Henrique viveu⁵²¹ e Santarém porque, além de ser uma das zonas mais importantes e férteis em termos agrícolas, foi o ponto onde Henrique recebeu algumas das mercês régias, além de ser o local de origem da sua mulher⁵²². Note-se ainda que Alpiarça e a Lezíria da Praia, em Alcoelha, são geograficamente muito próximas de Santarém e enquadram-se no mesmo eixo de investimento/mercês régias. Nesta tabela, o número de documentos produzidos/recebidos por Henrique de Figueiredo no que diz respeito exclusivamente à sua relação com a Coroa é de apenas três documentos.

Geração 3

Rui de Figueiredo; Maria Correia (1493 - 1517)

Documentação produzida por Rui de Figueiredo; Maria Correia					
Segundo Tipologias			Segundo Temas/assuntos		
Tipologia	Nº descr.	%	Local/Instituição/tema	Nº descr.	%
Provisões	7	46%	Coroa	12	80%
Mercês	4	27%	Ota	2	13%
Alvará	1	7%	Lobagueira	1	7%
Certidão	1	7%			
Compra/venda	1	7%			
Instituição	1	6%			

⁵¹⁹ V. n.º 9 da TAD.

⁵²⁰ V. SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.54.

⁵²¹ Sabemos que Henrique de Figueiredo vivia nesta cidade porque, por exemplo, no dia 3 de Novembro de 1491, D. João II lhe deu autorização para edificar uma torre, junto das suas casas da Ribeira (Livro dos Pregos, doc. 472 (em traslado de 1491, Novembro, 3), PT/AMLS/AL/CMLS/ADMG-E/09/473. Disponível [em linha:] http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/d_joaonii.pdf [Consult. 22 Abr. 2017].

⁵²² SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.53.

Tal como no caso de João Lourenço, mas sobretudo como no de Henrique de Figueiredo, as descrições e os documentos que pudemos recuperar relativos a Rui de Figueiredo são maioritariamente aqueles que se encontram nas chancelarias e no Corpo Cronológico. Rui de Figueiredo produziu documentação por cerca de 23/25 anos sendo a referência mais antiga a que diz respeito ao pagamento de vestiaria em 1493 e a mais recente a data do seu testamento em 1517⁵²³.

Na sua produção documental destaca-se a ligação à Coroa que se consubstanciou num alvará, quatro mercês régias e oito provisões para pagamento de serviços⁵²⁴; de facto, a elevada quantidade de provisões tem relação com as mercês, vestiaria, tenças e ordenados respeitantes ao ofício de escrivão da Fazenda⁵²⁵. Em 1496 Rui de Figueiredo recebeu a mercê dos privilégios de desembargador como escrivão da Fazenda⁵²⁶, cujo documento se conservou no acervo até 1722, tal como sucedeu com os poucos documentos produzidos por João Lourenço e por Henrique de Figueiredo descritos *supra*⁵²⁷.

Rui de Figueiredo comprou a Quinta de Ota, prazo foreiro ao convento de Odivelas, a Bartolomeu Pires em 1499. A quinta era composta de casas, lagar de azeite, vinhas “e mais pertenças” na Ribeira de Ota, termo da Vila de Alenquer. Foi pago o laudémio ficando o comprador como “segunda vida”. A escritura foi celebrada em Lisboa pelo tabelião João de Proença a 8 de Abril desse ano e este documento, um pergaminho, foi descrito no *Tombo de 1807*, sendo um dos documentos que se extraviou⁵²⁸. A 8 de Junho de 1499, Rui de Figueiredo deslocou-se à mesma quinta com o tabelião Pedro Vaz e seis testemunhas, para que verificassem e atestassem o estado de “conhecida ruína” em que a quinta se encontrava. O intuito seria comprovar, através de um procedimento formal, a necessidade de um investimento avultado na recuperação da propriedade. Este cuidado revela a importância de deter um documento comprovativo – neste caso de uma certidão

⁵²³ V. n.º 11-A e n.º 23 respectivamente da TAD.

⁵²⁴ V. n.º 11-A, 19, 19-A a 19-G, 21 da TAD.

⁵²⁵ V. n.º 19-A a 19-G da TAD.

⁵²⁶ V. n.º 13 da TAD.

⁵²⁷ Apenas uma nota sobre a conservação destes documentos até 1722. Ela teria apenas relação com as propriedades da linhagem a que os mesmos diziam respeito directa ou indirectamente (Lezíria da Praia, Quinta de Ota, instituição do morgado da Lobagueira e Covilhã - de que a família detinha os maninhos)? É possível que, após 1722, tenha havido alguma selecção dos documentos mais remotos, uma vez que foram feitos, durante este período, além dos treslados referidos acima, a cópia da instituição do morgado da Lobagueira (V. n.º 23 da TAD) que se “mandara ler” (ACBL, cx.12, n.º 1, fl.8v.º).

⁵²⁸ V. n.º 14 da TAD.

de “fé e protesto” - de que todas as benfeitorias que fossem feitas, deveriam ser tidas em consideração no(s) momento(s) de renovação do mesmo foro, bem como que impedisse o aumento do preço do foro nas “vidas” que lhe sucedessem⁵²⁹. Este é o documento mais antigo conservado no ACBL, como foi dito acima.

Um outro documento produzido nesta geração e que merece destaque, é o testamento de Rui de Figueiredo, feito em conjunto com a sua mulher, Maria Correia. Embora o documento não se tenha conservado no ACBL, conservou-se a cópia produzida na primeira metade do século XVIII. Esta cópia, que está incompleta, é provável que tenha sido feita a partir do original, uma vez que tem a seguinte anotação: “o que resta se não pode ler cuja diligência se anda fazendo”⁵³⁰.

Através deste testamento, além do destino dos bens do progenitor, os herdeiros veriam pela primeira vez a utilização da forma jurídica do morgadio ser aplicada a uma parte do património. O documento, que institui o primeiro morgado conhecido dentro da linhagem, o Morgado da Lobagueira, é interessante a vários outros níveis. Uma das razões é porque dá voz a Maria Correia, no sentido em que ela expressa as suas últimas vontades⁵³¹. Se nos primeiros momentos é utilizada a primeira pessoa do plural para expressar as vontades de ambos: “encomendamos as nossas almas”, “mandamos”, “declaramos”, há um momento em que Maria Correia expressa a sua própria vontade: “eu Dona Maria mulher de Ruy de Figueyredo mando que me dem hum calix de dous marcos de prata dourada com hum vestimenta de Damasco branco com sua alva estolla amito e manipullo e cordam, e isto tudo pa[ra] o altar de nossa Senhora onde há de ser nosso Jazigo em Sam Bento acerca de emxobregas”⁵³².

Constatamos neste documento que, além da instituição do morgado e destino dos bens do casal, houve o intuito de “registar” informação relevante para os herdeiros no que diz respeito ao pagamento de dívidas, por um lado declarando-se “algumas dividas de que nam há escripturas e portanto declaramos aqui algumas pessoas [que] ao presente lembram a mim Ruy de Figueiredo” e, por outro, remetendo os testamenteiros para a consulta de documentação que existiria na posse dos testadores (ou até em mão de

⁵²⁹ V. n.º 14 e 15 da TAD.

⁵³⁰ V. n.º 802 da TAD.

⁵³¹ Existe, no entanto, o caso de Isabel Coutinho, irmã de Rui de Figueiredo, que instituiu um morgado feminino que acabou por obrigar a parentela feminina – colateral, numa primeira fase, mas depois também a da linha principal – a produzir bastante documentação (V. SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.91).

⁵³² ACBL, cx.12, n.º 1, fl.4vº.

terceiros). Estes documentos são mencionados como “papeis” ou “escripturas. Por exemplo, documentos relacionados com dívidas: “aos Erdeiros de Pedro velho ou fernam velho que a escriptura [h]a[-de] mostrar de como lhe comprei hum pouco de trigo”⁵³³, ou ainda: “me lembro que comprei hum pouco de trigo a hum homem e o nome me esqueceu tem hum escripto de mim o que minga por pagar podesse saber pella escriptura”⁵³⁴. Mas também documentos de compra de propriedades: “Item eu nomeyo em o meu cazal d almarinho a meu filho Duarte o qual casal eu comprey nos preços segundo se mais largamente vera em as Escripturas”⁵³⁵.

Neste testamento Rui de Figueiredo faz também um interessante pedido ao rei, referindo um alvará dele recebido, relacionado com a herança do ofício de escrivão da Fazenda: “Item pedimos por merce a sua Alteza que pello Alvará que nos tem dado para hum filho meu de lhe dar meu offício por meu finamento aquelle que for mais auto pera jssso(...)”. Rui de Figueiredo pedia ao rei que desse esse ofício a Jorge de Figueiredo, por ele considerado o mais apto: “porque segundo Deos e minha Consciencia este Jorge he muito auto para fazer servisso e para o dito officio e isto peço assi a sua Alteza por merçe por ficar por emparo de sua May e de sinco filhos que me ficam della”⁵³⁶. Portanto, podemos afirmar que, tal como Henrique de Figueiredo seu pai, Rui de Figueiredo teria produzido mais documentos, continuamente referidos, mas que não chegaram até nós.

Geração 4

Jorge de Figueiredo Correia; Catarina de Alarcão (1500-1549)

Documentação produzida por Jorge de Figueiredo Correia; Catarina de Alarcão					
Segundo Tipologias			Segundo Temas/assuntos		
Tipologia	Nº descr.	%	Local/Instituição/tema	Nº descr.	%
Compra/venda	4	37%	Ota	6	46%
Mercês	3	27%	Coroa	2	15%
Sentenças	1	9%	Ilhéus	2	15%
Alvará	1	9%	Maninhos da Covilhã	1	8%
Aforamento	1	9%	Morgado do Castelo	1	8%
Doação/posse	1	9%	Herança	1	8%
Testamento	1	9%			

⁵³³ ACBL, cx.12, n.º 1, fl.2.

⁵³⁴ ACBL, cx.12, n.º 1, fl.2.

⁵³⁵ ACBL, cx.12, n.º 1, fl.8-8vº.

⁵³⁶ ACBL, cx.12, n.º 1, fl.7vº.

A descrição mais antiga relacionada com Jorge de Figueiredo Correia é datada de 1522 e diz respeito à doação do morgado do Castelo que lhe fez seu avô, Brás Afonso Correia⁵³⁷; a mais recente é de 19 de Novembro de 1549, relativa a uma sentença a favor de Jorge de Figueiredo Correia contra os seus irmãos, sobre a partilha dos bens que havia sido estipulada no testamento de seus pais e segundo a qual lhe caberia a Quinta de Ota⁵³⁸. Produziu documentação por cerca de 25/28 anos.

Como se pode ver na TAD, dos documentos atribuídos a Jorge de Figueiredo Correia, cinco conservaram-se no acervo até 1807 e, destes, apenas três nos chegaram aos dias de hoje correspondendo aos documentos em suporte de papel.

Relativamente aos documentos de mercê régia, apenas localizámos descrições nos arquivos públicos e verificámos que nenhum dos documentos produzidos/recebidos por Jorge de Figueiredo Correia que pudemos recolher nos arquivos públicos foi registado nos inventários. Embora isso não signifique que não tenham existido no arquivo familiar, destacaríamos o facto de não se terem nem conservado, nem terem sido descritos em nenhum dos tomos os originais de documentos tão importantes como o documento de doação da donataria dos Maninhos da Covilhã⁵³⁹, ou a carta de capitão donatário da capitania dos Ilhéus da Baía⁵⁴⁰.

São pouco mais de uma dezena de documentos (13) que podemos atribuir a Jorge de Figueiredo. A tipologia mais frequente são as cartas de compra e venda (4)⁵⁴¹ logo seguidas das mercês régias (3)⁵⁴². Dentro dos documentos de compra e venda, três são respeitantes à compra de terras em Ota. Foi feito ainda um aforamento à Coroa do Casal de S. Bartolomeu, também situado em Ota⁵⁴³. O predomínio dos documentos de compra e venda têm relação directa com a compra de terras em Ota, o que faz com que a percentagem de documentos relativos a esta propriedade seja maioritária. Dos documentos de compras de terras em Ota, sabemos que dois deles foram produzidos em pergaminho (que foram numerados com os números 6 e 7) e ambos foram conservados

⁵³⁷ V. n.º 24 da TAD; V: *Plano de Classificação*, SSC 02-02 subsistema Correia.

⁵³⁸ V. n.º 35 da TAD.

⁵³⁹ V. n.º 29 da TAD.

⁵⁴⁰ V. n.º 30 da TAD.

⁵⁴¹ V. n.º 25, 26, 27 e 34 da TAD.

⁵⁴² V. n.º 28, 29, 30 da TAD.

⁵⁴³ V. n.º 33 da TAD.

até 1807⁵⁴⁴. Relativamente aos documentos de compra de terras produzidos em papel, pelo menos um deles foi produzido simultaneamente em pergaminho⁵⁴⁵.

Dos documentos que se conservaram temos a sentença da Casa da Suplicação sobre as partilhas que Jorge de Figueiredo Correia obteve contra os irmãos, pouco antes da sua morte⁵⁴⁶. A herança de Rui de Figueiredo e de Maria Correia reverteu quase na totalidade para o primogénito varão, por morte do segundogénito nomeado: Henrique de Figueiredo⁵⁴⁷. A contestação foi conduzida maioritariamente por Francisco Jácome de Figueiredo, filho do primeiro casamento de Rui de Figueiredo e preterido nesta herança, que alegava a falsidade do testamento em que Jorge de Figueiredo era nomeado no prazo da Quinta de Ota⁵⁴⁸. Tal falsificação teria sido levada a cabo por Maria Correia, porque, segundo pretendia o primogénito do primeiro casamento, o testamento original nomeava a Quinta de Ota nele mesmo, Francisco, filho apenas de Rui de Figueiredo⁵⁴⁹. Em sua defesa, Jorge de Figueiredo apresentou uma petição, as verbas do testamento de seus pais e uma inquirição, provando a veracidade do testamento e obtendo sentença favorável em que se reafirmava a vontade de Rui de Figueiredo e sua mulher, ordenando que “a dita quintã dOta, nem os bens que os ditos defuntos somarão Em suas terças não Entrem nas ditas partilhas”⁵⁵⁰. Há que enfatizar a relevância do facto de Jorge deter a documentação necessária para provar o seu direito à herança ficando, à partida, mais bem posicionado para enfrentar a contenda⁵⁵¹. Isto significa que, para a manutenção de um conjunto patrimonial significativo nas mãos do primogénito do casal, apesar de contestada, foi fulcral a conservação documental respectiva. As compras de terras em Ota, com a produção e a conservação da prova documental, contribuíram para a acumulação patrimonial da família neste local.

Por outro lado, o facto de haver agora um conjunto de bens de morgado – Castelo e Lobagueira - geraria um maior número de documentos e a utilização de novas

⁵⁴⁴ V. n.º 25-26 da TAD.

⁵⁴⁵ V. n.º 25 da TAD.

⁵⁴⁶ Que terá ocorrido por volta de 1550. Em 1551 o rei mandou o juiz dos órfãos de Alenquer ir à Quinta de Ota fazer o inventário dos bens da mesma. O mesmo juiz enviou a informação de que havia cumprido a ordem régia através de **uma carta**. Nela afirmava que logo que recebeu a ordem foi à Quinta de Ota e fez o inventário dos bens da mesma (ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mç.86, n.º 123; V. n.º 37 da TAD).

⁵⁴⁷ Sobre a nomeação de filhos segundos em bens de morgado ver: ROSA, Maria de Lurdes – *O Morgadio em Portugal...*, cit., p.170.

⁵⁴⁸ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.56.

⁵⁴⁹ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.74-75.

⁵⁵⁰ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.75.

⁵⁵¹ ROSA, Maria de Lurdes – *O Morgadio em Portugal...*, cit., p.163-164.

tipologias, verificando-se também uma crescente conservação documental, como veremos.

Geração 5

Rui de Figueiredo Correia; Catarina de Castro (1560-1598)

Documentação produzida por Rui de Figueiredo Correia; Catarina de Castro					
Segundo Tipologias *			Segundo Temas/assuntos*		
Tipologia	Nº descr.	%	Local/Instituição/tema	Nº descr.	%
Compra/venda	4	17%	Ota	11	48%
Aforamentos	2	9%	Coroa	8	35%
Apostilha	2	9%	Morgado da Lobagueira	2	9%
Certidão	2	9%	Morgado do Castelo	1	4%
Verba redução de padrão	2	9%	Outro	1	4%
Alvarás	1	4%			
Correspondência	1	4%			
Inquirição	1	4%			
Nomeação	1	4%			
Padrão de tença	1	4%			
Permuta	1	4%			
Provisão	1	4%			
Reclamação	1	4%			
Renovação de foro	1	4%			
Treslado	1	4%			
Verba	1	4%			

Rui de Figueiredo Correia herdou de seu pai todos os bens vinculados - os morgados do Castelo e da Lobagueira - e também a Quinta de Ota e o Casal de S. Bartolomeu. Jerónimo de Figueiredo, irmão de Rui, foi nomeado na capitania dos Ilhéus em 1560⁵⁵² e em 1564 o emprazamento da Lezíria da Praia seria renovado pela Coroa à irmã de ambos, Maria de Alarcão, como pagamento dos serviços de seu pai⁵⁵³. Nenhum destes documentos se conservou no arquivo embora estes bens da Coroa tenham revertido a favor do tronco principal da linhagem.

As datas de produção documental do casal são cerca de 48 anos, dos quais 28 são de produção documental de Rui de Figueiredo à frente dos destinos da sua família. As tipologias documentais mais numerosas são os documentos de compra e venda. Em termos de incidência geográfica dos actos documentados, estes têm a ver maioritariamente com a Quinta de Ota e com a sua gestão (aforamentos, renovação de foro, nomeação, entre outros).

⁵⁵² Jorge de Figueiredo Correia obteve a especial faculdade de poder nomear a capitania em qualquer pessoa (V.: SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.78).

⁵⁵³ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p. 96.

Dos 23 documentos recebidos/produzidos pelo casal Rui de Figueiredo Correia; Catarina de Castro, dez conservaram-se no arquivo⁵⁵⁴. Isto significou que, além da crescente utilização de documentos, se verificou uma mudança nos critérios de conservação. É possível que esta alteração tenha sido impulsionada de alguma forma no crescente investimento na propriedade – que implicaria um maior cuidado na conservação documental – e também pela importante modificação verificada na lógica de serviço à Coroa que Rui de Figueiredo Correia protagonizou. Filho e neto de escrivães da Fazenda, Rui de Figueiredo Correia renunciou a este ofício a 30 de Setembro de 1564, obtendo a mercê de sessenta mil reais de tença por ano e a mercê de poder nomear em mais uma vida, neste caso no seu filho primogénito varão, os direitos reais dos Maninhos da Covilhã⁵⁵⁵. Nesta ocasião foi passado um Alvará "para sua guarda" e lembrança do rei, através do qual Rui de Figueiredo Correia garantia a mercê que recebera para o seu descendente. Por um lado, constata-se a mudança do eixo de investimento da linhagem de um ofício na administração da Coroa para um tipo de serviço de cariz militar (como veremos), mais alinhado com uma intenção de acrescentamento e prestígio social⁵⁵⁶. Por outro lado, revela-se a importância conferida aos rendimentos – neste caso os de uma donataria - na sucessão da linhagem. Talvez também seja por esta última razão que predominam os documentos relacionados com a administração da Quinta de Ota, a qual constituiu uma importante fonte de rendimentos desta linhagem.

Os documentos produzidos na relação com a Coroa e com as instituições régias têm também um peso significativo na produção documental de Rui de Figueiredo Correia. Esta relação consubstanciou-se em dois bens da Coroa que então faziam parte dos bens da linhagem: a capitania dos Ilhéus da Baía e a donataria dos Maninhos da Vila da Covilhã, que motivaram, nesta geração (e não só), produção documental e utilização de documentação para reclamação, defesa e direitos. A capitania, como vimos, foi deixada a um filho segundo, Jerónimo, mas a sua posse foi imediatamente disputada pelo

⁵⁵⁴ Destes documentos, quatro dizem respeito a um conjunto de documentação pertencente à compra /venda de terras (ou sementes?) por João Luís e sua mulher, caseiros de Rui de Figueiredo Correia em Ota, cuja existência e conservação no ACBL não foi possível explicar na totalidade (V. n.º 39, 40, 44, 51 da TAD).

⁵⁵⁵ V. n.º 47, 44 da TAD.

⁵⁵⁶ Um dos pontos fundamentais do *Ethos* da nobreza no último quartel do século XVI passava pela honra obtida no campo de batalha. A guerra teve um papel decisivo na justificação da nobreza e era neste grupo social que o rei recrutava os seus servidores *principais*, recompensando-os generosamente pela sua bravura. A participação e a publicitação dos feitos, feridas ou a morte no campo de batalha, seria muito valorizada uma vez que elevava o estatuto do guerreiro perante os pares e perante o rei, além de ser uma herança que, a existir, era sempre invocada pelos descendentes, e que permitia a obtenção de hábitos de Ordens Militares, comendas e, portanto, benefícios económicos consideráveis (V. SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.48-50).

primogénito que, para tanto, moveu uma “demanda” após a morte de Jorge de Figueiredo Correia. No entanto, Rui de Figueiredo Correia desistiu da mesma logo em 1552⁵⁵⁷. Poucos anos depois, Jerónimo pretendeu vender a capitania e, sendo necessária autorização régia, foi levado à Chancelaria Régia um documento identificado como “um escrito” (em que destinava os seus bens de forma resumida: a Quinta de Ota para Rui e a capitania dos Ilhéus para Jerónimo), no sentido de provar a herança por Jerónimo de Figueiredo. Embora este documento não se tenha conservado no arquivo sabemos que ele foi produzido e que foi utilizado pelo(s) sucessor(es), através do assentamento feito na Chancelaria⁵⁵⁸. Jerónimo acabou por vender a capitania a Lucas Giraldo, recebendo uma parte do pagamento em padrões de juro e, ao morrer em 1571, deixou os padrões ao seu irmão mais velho que os incorporou no património da linhagem. Encontramos o registo destes padrões na Chancelaria, entre 1570 e 1571⁵⁵⁹, no entanto não sabemos se terão sido levadas cópias (ou originais) do mesmo para o arquivo nessa ocasião, uma vez que nem sequer se encontram registados no *Tombo de 1722*.

Na documentação de Rui de Figueiredo Correia, constatamos pela primeira vez a existência da figura do procurador, que seria alguém de confiança a quem, por necessidade ou impossibilidade, se entregava o desempenho de um serviço que não se pode desempenhar. Fazer alguém procurador implicava de facto uma relação de confiança, que podia ter diferentes graus consoante a importância do assunto⁵⁶⁰. Mas tão importante como a figura do procurador era a relevância desta tipologia documental – a procuração - importância essa que fica patente no caso que se segue: em 1558, Antão de Figueiredo, Cavaleiro da Casa Real, representou Rui de Figueiredo Correia como Procurador junto de Francisco Esteves, morador na Ribeira de Palhais, aforando-lhe um casal por sua vida e na de um filho que ele nomeasse⁵⁶¹. O pagamento deveria ser feito no Lugar da Lobagueira, nas Casas de Rui de Figueiredo Correia⁵⁶². Numa descrição incluída no *Tombo de 1722*, constatamos a existência de alguma tensão relativamente à posse

⁵⁵⁷ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.79.

⁵⁵⁸ Este documento foi transcrito na chancelaria a propósito da venda posterior da capitania. V. n.º 31 da TAD.

⁵⁵⁹ V. n.º 52 e seguintes da TAD.

⁵⁶⁰ Esta figura do procurador será recorrente na documentação posterior, como veremos. (CUNHA, Mafalda Soares da - *A Casa de Bragança...*, cit., p.444).

⁵⁶¹ Antão de Figueiredo é referido ainda no documento preparatório do testamento supra citado: “mãodo e declaro que se pague antonio Rodrijuez da lobagueyra oyto mjll reaes que me emprestou e quãoto aos dous mojos de trjguo que lhe eu era obrjgado a pagar eu lhós tenho ja pagos e em meus papees se achara [concerto] seu ou amtam fguejredo dyra dyso a verdade por que lhós pagou por mjm” (V. n.º 61 da TAD - ACBL, cx.12, n.º 3, fl.3).

⁵⁶² V. n.º 41 da TAD.

desse documento de procuração: Antão de Figueiredo, que seria o feitor de Rui de Figueiredo Correia, não terá devolvido a procuração e, dois anos depois, em 1560, este reclamava a devolução do documento⁵⁶³. A data desta reclamação escrita indica que Antão de Figueiredo terá dilatado a devolução da procuração, o que terá provocado a reacção de Rui de Figueiredo Correia. Compreende-se bem que assim tivesse sido, uma vez que a posse deste tipo de documento, reveladora de um acto (escrito) de confiança entre duas pessoas, poderia sancionar abusos e usurpações.

A crescente adopção do modelo vincular e a opção pela primogenitura e pela varonia provocou, recorrentemente, conflitos entre os herdeiros. O favorecimento do herdeiro principal da linhagem em detrimento dos restantes filhos poderia enfrentar grandes dificuldades de aceitação por parte dos restantes irmãos. Mesmo na presença de documentação que comprovava a posse e herança do herdeiro único (geralmente o primogénito varão), o modelo de herança preconizado pela instituição vincular não estava totalmente interiorizado para que a transmissão fosse conduzida sem contestação. Colocava-se inclusivamente em dúvida a autenticidade dos próprios documentos. Tal como na geração precedente, nesta geração está patente a conflitualidade intra familiar: Duarte de Figueiredo, tio de Rui de Figueiredo Correia, moveu uma demanda, desta vez a propósito da herança do morgado do Castelo, doado por Brás Afonso Correia ao pai de Rui de Figueiredo Correia, que por sua vez o herdara⁵⁶⁴. O documento que nos dá conta da subsistência de conflitos é a “Inquirição sobre a demanda do morgado de Brás Afonso”⁵⁶⁵. Sabemos que este documento foi passado a requerimento de Rui de Figueiredo Correia e que se relacionava com “huma demanda que trazia com seu Tio o Senhor Duarte de Figueiredo”⁵⁶⁶. Como vimos, Duarte de Figueiredo já havia disputado em conjunto com os seus irmãos, Francisco e Isabel, a herança da Quinta de Ota a Jorge de Figueiredo Correia, sendo um dos elementos da linhagem que contestou aberta e efectivamente as normas impostas pelo modelo vincular. Esta postura de Duarte de Figueiredo seria conhecida no âmbito familiar, uma vez que também ficou gravada num documento do século XVIII onde se pode ler: “consta que o dito Senhor Duarte de

⁵⁶³ V. n.º 42 da TAD.

⁵⁶⁴ V. n.º 24 da TAD.

⁵⁶⁵ V. n.º 50 da TAD.

⁵⁶⁶ Segundo uma referência existente no documento que analisaremos no capítulo “Entre tombos. Traços de uma construção.” ACBL, cx.20, n.º 6, fl.7vº - fl.8º.

Figueiredo troxera muitas demandas com seu Irmão o Senhor Jorge de Figueiredo sobre a herança e partilhas de seu Pay”⁵⁶⁷.

Um dos componentes relevantes da documentação de Rui de Figueiredo Correia foi a preparação da sua partida para Alcácer Quibir que implicou, entre outras coisas, a produção de documentação específica para garantir a posse e sucessão de duas propriedades para a sua mulher, Catarina de Castro, como amparo numa possível viuvez. Assim, desde 1575, foram produzidos quatro documentos para garantir essa sucessão: o primeiro foi uma certidão sobre o valor da Quinta de Ota sem as benfeitorias que, entretanto, haviam sido feitas desde a compra do foro⁵⁶⁸: sendo a “terceira vida” neste prazo, Rui de Figueiredo Correia pretendeu ser considerado como primeira vida. Foi pedida uma certidão que reconhecia que o valor original da quinta seria de 50\$000 réis e que todo o valor acrescentado ao longo de 70 anos, o fora pelas benfeitorias feitas por seu pai e por seu avô. O segundo documento foi produzido em 1576, trata-se de um traslado das bulas respeitantes às autorizações para renovação do prazo de Ota naquelas condições especialmente requeridas⁵⁶⁹. No terceiro documento, possivelmente autógrafo, Rui de Figueiredo Correia enunciou algumas disposições preparatórias do testamento e elencou as suas dívidas⁵⁷⁰ o qual tem, como primeiro parágrafo, a indicação de que era possível fazer a nomeação da Quinta de Ota em quem Rui de Figueiredo desejasse: “poso nomear a mjnha qujnta d Ota; primejramente posso testar de toda mjnha fazenda que tenho fora do meu morgado asym em tores vedras, como nesta Rybeyra d ota e asym do meu e casal de São bertollameu”⁵⁷¹, o que significa que Rui de Figueiredo teria dúvidas sobre a possibilidade de poder nomear a “vida seguinte” livremente? Ou seria porque pretendia nomear uma mulher (a sua) e não o seu filho mais velho? Relativamente à Quinta de Ota, embora se tratasse de um bem eclesiástico e a legislação vigente determinasse que não poderia ser vinculado, pela sentença favorável a Jorge de Figueiredo contra seus irmãos, acima referida, esta quinta seria tomada, daí para a frente, no conjunto dos bens como se fizesse parte dos bens de morgado⁵⁷². Já os restantes bens mencionados - Casal de S.

⁵⁶⁷ Este documento é analisado na Parte III, Capítulo 2, subponto 2.2.3. Entre tombos. Traços de uma construção (ACBL, cx.20, n.º 6, fl.8).

⁵⁶⁸ V. n.º 57 da TAD.

⁵⁶⁹ V. n.º 58 da TAD.

⁵⁷⁰ V. n.º 61 da TAD.

⁵⁷¹ V. n.º 59 da TAD; V. SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.80.

⁵⁷² Para a legislação sobre bens eclesiásticos, v. NETO, Margarida Sobral - *Terra e Conflito. Região de Coimbra, 1700-1834*. Viseu: Palimage, 1997, p.117. V. também: SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.75.

Bartolomeu em Ota e algumas terras em Torres Vedras - eram de livre nomeação, não se apondo a nenhum deles as restrições quanto à eleição do proprietário seguinte, restrições essas que se aplicariam caso fossem bens vinculados. Finalmente o quarto documento que pretendeu garantir o sustento de Catarina de Castro foi produzido antes de Junho de 1578 (isto é, antes da partida para Alcácer Quibir) e trata-se da sua nomeação no prazo de Ota⁵⁷³.

Num documento preparatório do testamento, produzido pouco antes de 1578, Rui de Figueiredo Correia fez várias referências à existência de documentos vários e à utilização destes, sobretudo como prova das suas dívidas⁵⁷⁴. Através da leitura desta lista ficamos cientes de que Rui de Figueiredo Correia morreu bastante endividado e que, em alguns casos, deixava um documento junto do credor: “sam em dyvyda e obrygação belchjor [...] de oytenta mjl reaes e mǎodo que lhe pagem conforme a hũa escritura que tem mǎnha”; outro exemplo é o que segue: “mǎodo que paguey ao [mosteiro] d evora trymta mjll reaes que lhe devo per vertude de hũ asynado que tem meu”⁵⁷⁵. Informava também que devia a um alfaiate “morador na Rua nova da pallma tres mjll e oytocentos reaes” e que o seu herdeiro deveria responder perante a justiça uma vez que, advertia, o dito alfaiate “ja tem sentenca contra mjm dyso”⁵⁷⁶. Rui de Figueiredo Correia remetia ainda para a consulta dos seus documentos as dívidas que já tinha liquidado: “(...) e nos meus papes se acharão conhecimentos do que tenho pago”⁵⁷⁷. Todas estas diligências, feitas antes da partida para a batalha, da qual resultou a morte de Rui de Figueiredo Correia, foram bem-sucedidas e tiveram como resultado a posse da Quinta de Ota e do Casal de S. Bartolomeu por Catarina de Castro que ocorreu em 1583⁵⁷⁸. Finalmente, as benfeitorias feitas na Quinta de Ota foram consideradas quando, em 1593, Catarina de Castro recebeu o breve apostólico passado em Roma pelo Papa Júlio III, concedendo a renovação do mesmo prazo contando como *primeira vida* Rui de Figueiredo Correia⁵⁷⁹.

⁵⁷³ V. n.º 59 da TAD.

⁵⁷⁴ Além do documento de nomeação de Catarina de Castro no prazo da Quinta de Ota, foi agregado, em 1807, o documento autógrafo de Rui de Figueiredo Correia, que é um documento preparatório para o testamento - um rol de dívidas e outras disposições. A frase inicial deste documento indicia esta preparação: “Estas sam as cousas de que ey de despor e fazer meu testamento e os descargos de mǎnha concyencya” (V. n.º 61 da TAD).

⁵⁷⁵ V. n.º 61 da TAD - ACBL, cx.12, n.º 3, fl.1.

⁵⁷⁶ V. n.º 61 da TAD - ACBL, cx.12, n.º 3, fl.4.

⁵⁷⁷ V. n.º 61 da TAD - ACBL, cx.12, n.º 3, fl.5.

⁵⁷⁸ V. n.º 61 da TAD.

⁵⁷⁹ V. n.º 65 da TAD.

Catarina de Castro foi a segunda mulher desta linhagem que deixou um traço efectivo no acervo, por ter ficado à frente da Casa devido à viuvez. Além dos documentos relacionados com a herança do seu marido, acima referidos, terá sido ela que concertou o casamento de Maria Henriques com Gaspar de Sousa Lobo e, em troca de tal, recebeu da parte deste um documento datado de 9 de Fevereiro de 1590, pelo qual este se obrigava a casar com Maria Henriques. Ao ajustar este casamento, Catarina de Castro terá obtido ainda garantias de que uma outra filha, Isabel de Castro, não ficaria desamparada uma vez que Gaspar de Sousa Lobo se comprometia, no caso de se concretizar o casamento, dar uma soma em dinheiro para manter a sua futura cunhada, Isabel de Castro, mesmo no caso de esta ingressar num convento, o que de facto sucedeu⁵⁸⁰.

Geração 6

Jorge de Figueiredo; Maria Brandão de Sousa; Madalena de Oliveira (1582-1645).

Documentação produzida por Jorge de Figueiredo; Maria Brandão; Madalena Oliveira					
Segundo Tipologias			Segundo Temas/assuntos		
Tipologia	Nº descr.	%	Local/Instituição/tema	Nº descr.	%
Sentenças	8	19%	Coroa	10	24%
Alvarás	5	12%	Ota	10	22%
Verbas	3	7%	Morgado da Lobagueira	7	16%
Compra/venda	2	5%	Maninhos da Covilhã	6	13%
Justificações	2	5%	Ordens	5	11%
Mercês	2	5%	Morgado do Castelo	3	7%
Tombos	2	5%	Herança	2	5%
Petições	1	2%	Dívidas	1	2%
Acção	1	2%			
Aforamentos	1	2%			
Apostilhas	1	2%			
Certidões	1	2%			
Correspondência	1	2%			
Inquirições	1	2%			
Inquirições	1	2%			
Livros de recibos	1	2%			
Mandados	1	2%			
Medição de propriedade	1	2%			
Ordem/precatórios	1	2%			
Posses	1	2%			
Provisões	1	2%			
Quitações	1	2%			
Reconhecimentos	1	2%			
Representações	1	2%			
Testamentos	1	2%			

⁵⁸⁰ V. n.º 64 da TAD.

A produção documental de Jorge de Figueiredo estende-se de 1582 - ano em que, através do seu tutor, tomou posse do morgado da Lobagueira - a 1645, ano da sua morte. Foi produtor de documentação por 63 anos.

Jorge de Figueiredo herdou um conjunto de dívidas de seu pai que ascendia a mais de 600\$010 réis⁵⁸¹, mas também um apreciável conjunto de bens: a Quinta de Ota, com todas as terras adquiridas, o Casal de S. Bartolomeu, os morgados da Lobagueira e do Castelo, a donataria dos Maninhos da Covilhã e dois padrões de juro. Adquiriu várias casas na Lobagueira⁵⁸² e, desde Setembro de 1604, deu autorização para a reconstrução da Ermida de Santa Catarina⁵⁸³ sita nas suas terras, onde foi colocada posteriormente uma imagem de Nossa Senhora da Encarnação, sendo Jorge de Figueiredo reconhecido como administrador e padroeiro da mesma. Como veremos, Jorge de Figueiredo prosseguiu com a compra de propriedades em Ota e iniciou um processo de clarificação de rendas e direitos a cobrar na donataria dos Maninhos da Covilhã, acabando por arrendar as mesmas por 100\$000 réis⁵⁸⁴.

O primeiro aspecto que ressalta da análise da documentação de Jorge de Figueiredo é a multiplicação de documentos, bem como a diversidade de tipologias relativamente aos predecessores⁵⁸⁵. Dentro das tipologias, destacaríamos as sentenças, em número de oito o que se explica pela defesa dos seus direitos relativamente à propriedade, maioritariamente a reivindicação das terras contra posse indevida, que ocorreu quer na Lobagueira quer em Ota. Os alvarás régios prendem-se com as mercês recebidas por Jorge de Figueiredo como pagamento dos serviços à Coroa por dois dos seus filhos, mortos em combate⁵⁸⁶.

Olhando agora a documentação sob o prisma das esferas relacionais, verificamos a predominância dos documentos que resultaram da relação de Jorge de Figueiredo com a Coroa. Esta relevância prende-se com o número de alvarás e de mercês recebidos por

⁵⁸¹ ACBL, cx.12, n.º 3.

⁵⁸² A compra efectuou-se no ano de 1623, apesar de esta não ter sido isenta de polémica, testemunhada pela sentença do Juiz de fora de Torres Vedras, o qual teve por válida a compra que este fez das «de metade de umas casas que arrematou em praça pública a Luis Fernandes, sitas no lugar da Lobagueira dos Lobatos por 4\$100 reis» e da compra da outra metade da casa a Madalena Lopes, que lha vendeu por 2\$000 réis em Outubro desse mesmo ano (ACBL, Livro n.º 52, fl.37).

⁵⁸³ Esta Ermida havia sido mandada construir por seus avós e a invocação do nome reporta-nos a Catarina de Alarcão.

⁵⁸⁴ ACBL, cx.47, n.º1, fl.64vº.

⁵⁸⁵ V. anexo n.º2, quadro n.º 5.

⁵⁸⁶ V. n.º 117, 118, 120 e 121 da TAD.

Jorge de Figueiredo e com o pagamento dos serviços dos seus filhos, referidos acima os quais resultaram em mercês efectivas para o pai⁵⁸⁷.

Quanto aos documentos produzidos na administração das propriedades, a Quinta de Ota surge, mais uma vez, em destaque. Em regime de exploração directa, permaneceu um local de investimento da linhagem desde 1499 e o núcleo principal da quinta foi sendo acrescentado através da compra de novas terras⁵⁸⁸ e de aforamentos⁵⁸⁹. O conhecimento desta quinta, da sua localização exacta e das suas extremas, foi fundamental uma vez que esta se alterou praticamente a cada geração e essa importância é atestada, por exemplo através da produção de documentos de medições⁵⁹⁰. Verificamos a defesa de direitos sobre algumas terras compradas e anexadas ao casco principal da quinta (Adema, Louro) mas também sobre as levadas de água e a azenha⁵⁹¹.

Já o controlo das terras pertencentes ao morgado da Lobagueira e o início da reconstrução da Ermida de Santa Catarina, de que falaremos de seguida, também se reflecte na documentação. Nesta geração, a donataria dos Maninhos da Covilhã surge na documentação pela primeira vez com alguma relevância. Pela primeira vez, também, verificamos a existência de documentos relacionados com as Ordens Militares, o que se explica pela atribuição de uma comenda da Ordem de Santiago a Jorge de Figueiredo Correia⁵⁹². Os documentos relativos ao Morgado do Castelo (em numero de três) dizem respeito ao pagamento das obrigações da capela de S. Tomé que lhe estava anexa.

A partir da primeira década de Seiscentos, e provavelmente já como herdeiro de todos os bens, Jorge de Figueiredo iniciou aquilo a que poderemos chamar um controlo mais efectivo das suas propriedades, sobretudo daquelas que pouca ou nenhuma fiscalização pareciam ter. Falamos por exemplo dos Maninhos da Covilhã dos quais Jorge de Figueiredo começou por mandar fazer um tombo em 1605⁵⁹³. Terá enfrentado dificuldades na realização deste, pelo que exigiu a todos os foreiros “que trouchejem terras da Croa de Maninhos de Covilhã lhe apresentarem os títulos que tenham e os reduzem ao foral aforando os que estiverem de Valutos”⁵⁹⁴. Perante as dificuldades que este procedimento representou, ficamos a saber, por um precatório de 23 de Fevereiro de

⁵⁸⁷ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.127.

⁵⁸⁸ V. n.º 87, 101 da TAD.

⁵⁸⁹ V. n.º 119 da TAD.

⁵⁹⁰ V. n.º 102 da TAD.

⁵⁹¹ V. n.º 91, 104 da TAD.

⁵⁹² V. n.º 113, 112, 120, 121, 125 da TAD.

⁵⁹³ V. n.º 70, 71, 80 TAD.

⁵⁹⁴ V. n.º 93 da TAD.

1628, que, em resposta à ordem do provedor da Comarca da Guarda, se fizeram diligências junto do povo da Covilhã “e dos mais lugares do termo” sobre a pretensão de Jorge de Figueiredo “de se lhe passar uma provisão na qual se declare o que hão-de pagar os foreiros para que se passe adiante com o tombo que está começado dos bens propriedades pertencentes aos Maninhos da Vila da Covilhã” e no caso de não ser possível “que se faça outro tombo de novo”⁵⁹⁵. Como resposta à ordem do provedor da comarca da Guarda, fez-se a diligência “com o povo da Vila da Covilhã e dos mais lugares do termo, ouvindo os foreiros dos maninhos e que todos responderam não queriam inovar coisa alguma, mas queriam estar na conformidade de pagarem de doze um, das propriedades do Maninhos”. Este precatório foi apresentado ao juiz de fora da vila e deste “acordo” foi passada uma certidão em 23 de Agosto de 1630⁵⁹⁶.

Relativamente ao morgado da Lobagueira, para além do auto de posse, ocorrido sob a autoridade de um tutor como dito acima⁵⁹⁷, existem vários documentos sobre a apropriação indevida das terras⁵⁹⁸. No entanto, os documentos mais significativos são aqueles que dizem respeito ao padroado da igreja da Encarnação da Lobagueira⁵⁹⁹. Tratava-se de um direito que “competia a quem tivesse fundado uma igreja em quantia apreciável (...). Incluía, entre outras coisas, o direito de apresentar pessoa idónea para um benefício vago”⁶⁰⁰. O padroado tinha um carácter honorífico (direito de apresentação, precedência, preces, lugar especial nas cerimónias religiosas, sepultura), oneroso (ónus de defesa da igreja e da unidade dos seus bens) e utilitário (socorro da família através dos rendimentos da igreja em caso de miséria)⁶⁰¹. Era também um direito que se transmitia por sucessão e que, embora não exigisse a primogenitura e a varonia, foi assim transmitido aos herdeiros⁶⁰². Temos conhecimento, através da cópia de um tombo feito em 1776 (cuja cópia é de 1849)⁶⁰³, da existência de vários documentos datados do início do século XVII relativos à apropriação de um culto popular nascente numa Ermida localizada nas terras de morgado, que era dedicada originalmente a Santa Catarina, construída por Jorge de Figueiredo Correia e Catarina de Alarcão, avós de Jorge de

⁵⁹⁵ V. n.º 98 da TAD.

⁵⁹⁶ V. n.º 98 da TAD.

⁵⁹⁷ V. n.º 60 da TAD.

⁵⁹⁸ V. n.º 78, 79, 86 da TAD.

⁵⁹⁹ V. n.º 73 da TAD.

⁶⁰⁰ HESPANHA, António Manuel – *Como os juristas viam o mundo...*, cit., p.327-328.

⁶⁰¹ HESPANHA, António Manuel – *Como os juristas viam o mundo...*, cit., p.329.

⁶⁰² HESPANHA, António Manuel – *Como os juristas viam o mundo...*, cit., p.329.

⁶⁰³ Na cópia que se conservou no ACBL (ACBL, cx.110, n.º 755) podemos ler: “me forão apresentados vários papéis, e documentos de letra antiga” (V. n.º 1232 TAD).

Figueiredo⁶⁰⁴. Pedindo autorização para reconstruir a Ermida, os habitantes do lugar obtiveram de Jorge de Figueiredo não apenas o seu consentimento mas também a sua esmola para a reconstrução. A colocação de uma imagem de Nossa Senhora da Encarnação nesta Ermida por um natural da Lobagueira, de seu nome Domingos Ramos⁶⁰⁵, renovou a devoção e, neste momento, Jorge de Figueiredo exerceu o seu poder, exigindo ser o administrador da Ermida, uma vez que esta fora construída nas suas terras e com o seu contributo. Houve então uma revolta popular, liderada por Domingos Ramos, que pretendia retirar a imagem de Nossa Senhora da Encarnação da Ermida. Jorge de Figueiredo teve então de impor a sua autoridade sobre o povo local e fê-lo através de um conjunto de documentos que incluem reconhecimentos, petições, certidões, despachos, mandados, alvarás, autos de posse e sentenças (todos eles transcritos posteriormente no tomo referido)⁶⁰⁶. Dentro destes documentos destacaríamos um mandado, datado de 1610, para serem notificados Domingos Ramos e os mais moradores da Lobagueira para não tirarem a imagem de Nossa Senhora do altar da Ermida “conservando ao dito Sr. na sua posse”⁶⁰⁷; a “representação” feita em 1610 por Jorge de Figueiredo, já como padroeiro, para não se admitir por ermitão a determinadas pessoas que seriam “de mau viver” controlando portanto quem poderia ser ou não admitido a esta função⁶⁰⁸; e, por último, o documento de reconhecimento efectivo de Jorge de Figueiredo como padroeiro e administrador da (ainda) Ermida de Santa Catarina feito por todos os moradores da Lobagueira cerca de 1611⁶⁰⁹. A importância que a devoção à imagem de Nossa Senhora da Encarnação tomou, entretanto, fez com que o nome da igreja e, mais tarde, até o lugar, tomasse o nome daquela invocação de Nossa Senhora.

Embora Jorge de Figueiredo não tenha comprado tantas propriedades como os seus antecessores, verificamos que procedeu a uma gestão mais efectiva dos seus bens através da produção de tombos, medições de propriedades, documentos de posse. Pela primeira vez surge a descrição de um livro, utilizado para o controlo das contas da capela

⁶⁰⁴ A dedicação desta capela a Santa Catarina ligar-se-ia à homonímia da sua fundadora, Catarina de Alarcão, avó de Jorge de Figueiredo. Sobre este processo e sobre o culto veja-se mais pormenores em: SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.187.

⁶⁰⁵ Trazida da Sé de Lisboa pelo próprio Domingos Ramos: “o Reverendo Cabido da Sé da Cidade de Lisboa deo uma imagem de Nossa Senhora da Encarnação a Domingos Ramos do mesmo lugar, para a trazer para a dita Eremida em a qual á annos que está, e por ora os moradores do mesmo lugar quererem intentar pôr nella dita Eremida Erimitão, e fazerem outras couzas sem concentimento delle suplicante” (ACBL, cx.110, n.º 754, fl.6).

⁶⁰⁶ ACBL, cx.110, n.º 755.

⁶⁰⁷ V. n.º 72 da TAD.

⁶⁰⁸ V. n.º 74 da TAD.

⁶⁰⁹ ACBL, cx.110, n.º 754, fl.2vº.

de S. Tomé, pertencente ao morgado do Castelo⁶¹⁰. A existência deste livro indica uma melhor organização da informação que assim permaneceu concentrada numa única unidade de instalação. A prova de que esta informação não se dispersaria facilmente foi a utilização do mesmo livro por mais do que um produtor.

Rui de Sousa de Alarcão (1604)

Existem três registos de documentação relacionados com Rui de Sousa de Alarcão, irmão de Jorge de Figueiredo: a carta de nomeação para capitão e governador da Ilha de S. Tomé, proveniente da Chancelaria régia, a provisão para o lançamento do Hábito de Cristo na ilha de S. Tomé e o traslado da mesma provisão⁶¹¹.

Rui de Sousa de Alarcão foi o primeiro membro da família a receber o Hábito de Cristo e uma comenda (Santiago de Besteiros⁶¹²). Foi também o primeiro membro da linhagem que ocupou um cargo desta natureza no Império português. Se desde a década de 1570 a obrigatoriedade de ter 18 anos e servir militarmente no Norte de África, nas Armadas da costa e do oceano, era requisito para obter um hábito ou uma comenda nas Ordens Militares portuguesas, os serviços bélicos na Índia também eram considerados, mas exigiam-se mais anos e desempenhos excepcionais, não possibilitando, no entanto, a obtenção de comendas⁶¹³. Esta determinação vigorou até 1580 e, por ela, a nobreza para ter acesso ao Hábito das Ordens Militares, tinha de desempenhar serviços em África. No entanto, após 1580 foi abolida tal obrigação, sendo apenas necessário prestar quaisquer serviços à Coroa para obter um Hábito e, a partir desta data, os serviços prestados em África passaram a ser premiados, não apenas com o Hábito, mas também com comendas. Esta alteração, segundo Fernanda Olival, abriu as distinções das Ordens a um leque amplo

⁶¹⁰ V. n.º 90 da TAD.

⁶¹¹ ANTT, Filipe II, Livro n.º 9, fl.377vº; Chancelaria Antiga da Ordem de Cristo, Livro n.º 28, fls.38-38vº; V. n.º 67-69 da TAD.

⁶¹² Esta comenda foi posteriormente herdada por Rui de Figueiredo de Alarcão em recompensa pelos serviços deste seu tio. (V. SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.125).

⁶¹³ OLIVAL, Fernanda - “As Ordens Militares Portuguesas...”, cit., p.169.

de serviços⁶¹⁴. Dela beneficiou Rui de Sousa de Alarcão que, com o seu desempenho, possibilitou o usufruto dos seus benefícios à geração seguinte, como veremos.

Maria Henriques (1424 - 1636)

Maria Henriques, irmã de Jorge de Figueiredo, não teve descendência e designou seu herdeiro universal o irmão primogénito, o qual foi também seu testamenteiro⁶¹⁵. Presumivelmente por esta razão conservou-se no ACBL apenas um documento desta senhora: o seu testamento⁶¹⁶. Este documento teve duas versões: uma datada de 1624 e outra datada de 1636. A primeira versão é um documento autógrafo, a segunda versão não é autógrafa e tem apenas duas listas: uma lista com os devedores e outra com os credores da testadora. A utilização das listas é justificada pela própria Maria Henriques, que afirmava não confiar totalmente na sua memória, pedindo ainda que se verificassem os valores referidos naquelas através da consulta adicional aos “escritos” que tinha⁶¹⁷. Através desta referência ficamos a saber que existiriam mais documentos que Maria Henriques produzira e para os quais remetia para confirmação do que estipulava, sendo com quase toda a certeza, papéis informais, anotações pessoais, de lembranças, dívidas, etc.^a e é provável que tenham sido destruídos uma vez extinta a sua utilidade.

⁶¹⁴ OLIVAL, Fernanda - “As Ordens Militares Portuguesas...”, cit., p.171.

⁶¹⁵ Além disso, Madalena de Oliveira, a segunda mulher de Jorge de Figueiredo, herdaria uma vinha e o primogénito de ambos herdaria as casas em que Maria Henriques vivia, no caso de falecimento dos pais (ACBL, cx.12, n.º 8, fl.3ºvº).

⁶¹⁶ V. n.º 108 da TAD.

⁶¹⁷ ACBL, cx.12, n.º 8, fls.6; 7.

Rui de Figueiredo de Alarcão; Teresa de Noronha; Margarida de Meneses (1612-1679).

Documentação produzida por Rui de Figueiredo de Alarcão; Teresa de Noronha; Margarida de Meneses					
Segundo Tipologias *			Segundo Temas/assuntos*		
Tipologia	Nº descr.	%	Local/Instituição/tema	Nº descr.	%
Alvarás	18	14%	Coroa	44	26%
Sentenças	12	9%	Ordens Militares	35	21%
Certidões	11	8%	Lobagueira	14	8%
Aforamentos	9	7%	Herança Jerónima Lobo	13	8%
Compra/Venda	9	7%	Lezíria da Praia	12	7%
Doc. Contab.	7	5%	Ota	11	6%
Quitacoes	7	5%	Maninhos da Covilhã	6	4%
Apostilhas	6	5%	Controle de contas	6	4%
Correspond ^a .	6	5%	Maços de papéis	5	3%
Papéis	6	5%	Dívidas	5	3%
Mercês	5	4%	Lavre	4	2%
Portarias	5	4%	Casamento	4	2%
Provisões	5	4%	Heranças/testamentos	4	2%
Requerimentos	5	4%	Negócios	4	2%
Testamentos	5	4%	Conflitos familiares	4	2%
Cartas de Comendas	4	3%			
Memórias	4	3%			
Petições	4	3%			
Tombos	4	3%			

*Base: TAD. Tipologias: foram considerados apenas os grupos de descrições com mais de 4 descrições (inclusive). Temas/assuntos: foram considerados apenas os grupos com mais de 4 descrições (inclusive).

A produção documental de Rui de Figueiredo de Alarcão e de suas duas mulheres estendeu-se por cerca de 67 anos. O documento mais antigo data de 1612 e diz respeito à Lezíria da Praia, prazo em que Rui de Figueiredo de Alarcão foi nomeado por sua tia, Maria de Alarcão. Devido à menoridade de Rui (que teria, nesta data, entre 12 e 17 anos) o pai, agindo como administrador dos bens de seu filho, fez uma petição queixando-se de que o almoxarife tinha levado o trigo de um “seu” agricultor da Lezíria da Praia e obteve uma certidão sobre o montante do foro que este prazo real deveria pagar⁶¹⁸. O documento mais recente produzido por Rui de Figueiredo de Alarcão foi o seu testamento, feito pouco antes da sua morte (que ocorreu em Janeiro de 1679), datado de 28 de Novembro de 1678⁶¹⁹.

⁶¹⁸ V. n.º 76 da TAD.

⁶¹⁹ V. n.º 314 da TAD.

Numa análise geral da documentação produzida por Rui de Figueiredo de Alarcão, verificamos em primeiro lugar um acréscimo muito significativo de documentos produzidos, recebidos, enviados e conservados. É significativo que, de um total de quarenta e quatro documentos produzidos por seu pai, Jorge de Figueiredo, se passou para um total de cento e oitenta e quatro documentos produzidos pelo seu herdeiro. Por um lado, este aumento terá sido impulsionado pelo acréscimo significativo de propriedades que Rui de Figueiredo de Alarcão acumulou quer através da herança da Casa de seu pai, quer através de outras heranças recebidas ⁶²⁰; por outro lado, pelos muitos anos de serviço à Coroa que lhe mereceram a confirmação, renovação e atribuição de mercês. Estas mercês consubstanciaram-se em bens da Coroa – Lezíria da Praia – e Ordens – comendas de S. Pedro de Merlim, S. Salvador de Castelões, S. João Baptista de Sinfães e Santiago de Besteiros.

O património foi motor de produção documental uma vez que o conjunto de bens da linhagem, geograficamente dispersos, implicou uma gestão diferente da que tinha sido praticada nas gerações anteriores. Um dos exemplos que podemos apontar é o controlo efectivo que foi feito através da elaboração de tombos de bens da Coroa e Ordens, entretanto recebidos. Estão neste caso: o tombo da comenda de S. Tiago de Besteiros (1638)⁶²¹, a medição do prazo da Lezíria da Praia (1645)⁶²², o tombo da donataria dos Maninhos da Covilhã (1646)⁶²³, o treslado do tombo da comenda de S. João Baptista de Sinfães (1649)⁶²⁴ e o tombo da comenda de S. Salvador de Castelões (1658)⁶²⁵. Rui de Figueiredo recebeu ainda provisões para fazer novos tombos das comendas de S. Salvador de Castelões e de Santiago de Besteiros (1668)⁶²⁶. Como modelo de gestão das propriedades verificamos igualmente que Rui de Figueiredo de Alarcão optou por arrendar quer a Lezíria da Praia⁶²⁷ quer a donataria dos Maninhos da Covilhã, em 1644 e em 1648, respectivamente ⁶²⁸.

Um dado que ressalta da análise da produção documental de Rui de Figueiredo de Alarcão é que houve uma quase duplicação do número de sentenças relativamente à

⁶²⁰ V. anexo n.º 3 e anexo n.º 5 - árvore genealógica n.º 4.

⁶²¹ V. n.º 114 da TAD.

⁶²² V. n.º 134 da TAD.

⁶²³ V. n.º 145 da TAD.

⁶²⁴ V. n.º 157 da TAD.

⁶²⁵ V. n.º 199 da TAD.

⁶²⁶ V. n.º 267 da TAD.

⁶²⁷ V. n.º 132 da TAD.

⁶²⁸ V. n.º 154 da TAD.

geração anterior. Estas relacionaram-se com a usurpação de terras⁶²⁹, dívidas⁶³⁰, com a validação de tombos de propriedades⁶³¹, mas também com partilhas e heranças⁶³² ou com o pagamento de azeite na comenda de Besteiros⁶³³. Já o número de certidões pedidas é igualmente relevante (onze). Por um lado, estas certidões dizem respeito a acções cuja comprovação resultaria em benefícios próprios (como veremos de seguida) e, por outro lado, estão relacionadas com pagamentos ou definição de extremas de bens da Coroa e Ordens (comenda de Sinfães e Lezíria da Praia) ou com despesas de funeral⁶³⁴. Tanto algumas das certidões quanto as sentenças indicam uma acção forte de defesa dos bens da Coroa e Ordens, com recurso a tribunais como o Juizado dos Órfãos, a Mesa da Consciência, o Juizado de Fora ou o Conselho da Fazenda. Há, de resto, uma tendência crescente dentro da linhagem para resolver as questões surgidas através de regulamentação jurídica⁶³⁵.

Da observação do quadro de documentação produzida por Rui de Figueiredo de Alarcão ressalta em primeiro lugar o facto de a sua produção documental se prender maioritariamente com a Coroa. Analisando com algum detalhe a TAD compreendemos que, antes de 1640, esta tem um carácter mais isolado e esporádico, embora expressivo, e que aumenta significativamente após 1640.

Da relação de Rui de Figueiredo de Alarcão com a Monarquia Hispânica destacaríamos a produção de alguns documentos. Em primeiro lugar, temos a certidão do embarque de Rui de Figueiredo de Alarcão na armada que combateu na chamada “Jornada dos Vassalos” para a defesa da Baía em 1624⁶³⁶. Rui de Figueiredo de Alarcão embarcou com seus irmãos António e Luís Gomes de Figueiredo. O facto de se ter conservado, pelo menos até 1722, e de se ter inventariado então uma certidão respeitante à sua participação num acontecimento relevante na época, reflecte a importância deste tipo de documentos para prova de serviços prestados no sentido do seu autor poder solicitar a respectiva remuneração. Além do mais, esta certidão poderia ser utilizada quer pelo próprio quer pelos seus descendentes ou ascendentes (em caso de morte) para ‘recordar’ ao rei o pagamento dos respectivos serviços. O carácter precário das doações

⁶²⁹ V. por exemplo n.º 200, 206 da TAD.

⁶³⁰ V. n.º 99, 231 da TAD.

⁶³¹ V. n.º 270 da TAD.

⁶³² V. n.º 172, 299 da TAD.

⁶³³ V. n.º 253 da TAD.

⁶³⁴ V. n.º 77, 88, 123, 140, 176, 179, 194, 218, 239, 266, 280, 313 da TAD.

⁶³⁵ V. SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.177.

⁶³⁶ V. n.º 88 da TAD.

régias, a respectiva necessidade de confirmação e o facto de nem sempre os serviços serem pagos ao próprio ‘prestador’, justificava plenamente este tipo de cuidados⁶³⁷.

Sabemos que Rui de Figueiredo de Alarcão fez uma petição “no tempo dos Félipes de Castella” pedindo remuneração de serviços⁶³⁸. A Corte dos Habsburgos era um local de disputa de benesses e, para obter os benefícios pretendidos e merecidos, era necessário encontrar o interlocutor certo, o que exigia conhecimentos, negociações complexas, documentação, gestão de expectativas, pressões e fidelidades⁶³⁹. Ao que sabemos, esta petição atingiu o seu objectivo uma vez que foi registado no *Tombo de 1722* “hum papel” enviado de Madrid por Rui de Figueiredo de Alarcão para seu pai, dando-lhe conta que tinha sido agraciado com uma comenda⁶⁴⁰. Com efeito, em 1636, Rui de Figueiredo de Alarcão obteve a comenda de Santiago de Besteiros em remuneração dos serviços do tio, Rui de Sousa de Alarcão⁶⁴¹. Esta mercê significou que a linhagem havia prestado serviços suficientes, tinha demonstrado a sua fidelidade à Coroa. Demonstrava também que Rui de Figueiredo de Alarcão tinha, na Corte dos Habsburgos, um interlocutor habilitado para obter o despacho das suas pretensões, possuindo também a documentação necessária para provar isso mesmo. Teve, certamente, a mediação de um “agente de negócios” que se encarregou de estabelecer as ligações entre os diferentes membros das mesas e das secretarias, com o intuito de fazer despachar as suas pendências⁶⁴².

Não podemos desligar o envolvimento directo deste fidalgo e de seu irmão Luís na conjura do 1º de Dezembro de 1640, com a produção subsequente de documentos. Com este acontecimento estariam directamente relacionadas as certidões descritas no *Tombo de 1722* como “Certidões da Aclamação de El Rey D. João o quarto.”⁶⁴³.

⁶³⁷ OLIVAL, Fernanda - *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercês e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001, p.24-25.

⁶³⁸ V. n.º 105 da TAD.

⁶³⁹ GAUDIN, Guillaume - “Agentes de negocios, procuradores y oficiales: un conjunto de intermediarios entre Madrid y las Indias occidentales”. *Vencer la distancia* [Em linha]. (2016). Disponível em <http://distancia.hypotheses.org/790>.

⁶⁴⁰ V. n.º 106 da TAD.

⁶⁴¹ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.125.

⁶⁴² V., por exemplo: MONTOJO MONTOJO, Vicente; RUIZ IBÁÑEZ, José Javier - “ Los Portugueses y la Política Imperial: de Flandes, Londres y Francia al Sureste Peninsular, entre oportunidades y frustraciones”. in CARDIM, Pedro; COSTA, Leonor Freire; CUNHA, Mafalda Soares da - *Portugal na Monarquia Hispânica. Dinâmicas de integração e conflito*. s.l.: CHAM, CIDEHUS, CHES, RED COLUMNARIA, 2013. Disponível em https://run.unl.pt/bitstream/10362/15733/1/E%26D%2018_Portugal%20na%20monarquia%20hispanica.pdf, p.20-21.

⁶⁴³ V. n.º 123 da TAD. Permanece, no entanto, a questão: terão sido produzidas em que contexto? Para a solicitação de pagamento de serviços ou por necessidade de prova da adesão à causa Brigantina? Recordamos a conjura que, entretanto, se moveu contra D. João IV (veja-se: WAGNER, Mafalda de Noronha – *A Casa de Vila Real e a Conspiração de 1641 contra D. João IV*. Lisboa: Edições Colibri, 2003).

Após a Restauração, foi produzido e recebido um conjunto de documentos que se enquadram na actividade militar e política desenvolvida por Rui de Figueiredo de Alarcão. São eles: correspondência com o rei, a carta patente de governador de Trás os Montes e os recibos dos soldos desse mesmo posto⁶⁴⁴. A estes documentos juntam-se outros confirmando as nomeações, no âmbito da Guerra da Restauração, para a fortificação das cidades de Miranda e Santarém⁶⁴⁵ e para a função de camarista do Infante D. Pedro em 1662⁶⁴⁶. O pagamento de serviços é um dos motivos que enquadra a produção documental posterior a 1640, consubstanciada em tipologias como: cartas de comendas, padrões de tença, apostilhas.

Dos trinta e três documentos existentes em fundos públicos, doze conservaram-se até 1722 e oito até 1807. Apenas dois documentos se conservaram no ACBL até à actualidade⁶⁴⁷: um alvará da rainha D. Luísa, datado de 1657, autorizando Rui de Figueiredo de Alarcão a testar a comenda de S. Tiago de Besteiros⁶⁴⁸ e um alvará de D. Afonso VI, datado de 1668, pela qual o rei lhe fez mercê de renunciar à fortaleza de Damão⁶⁴⁹. Dentro dos doze documentos registados no *Tombo de 1722*, encontramos: Cartas de Comendas, renovações dos Maninhos da Covilhã e da Lezíria da Praia, uma carta de Padrão de Tença e os alvarás respeitantes à Fortaleza de Damão⁶⁵⁰. Em 1807 já só se registaram oito destes documentos: a Mercê dos Maninhos, carta da comenda de S. Pedro de Merlim, Padrões de Juro e vários alvarás sobre a capitania de Damão. Destes, três foram colocados na chamada “gaveta dos Pergaminhos”⁶⁵¹.

Quanto aos registos nas chancelarias que não foram referidos em nenhum dos tombos, temos os alvarás de administração de comendas, do senhorio dos Maninhos da Covilhã, de renúncia à Capitania de Damão⁶⁵², as apostilhas dos Padrões de Juro⁶⁵³, a carta de comenda de Castelões⁶⁵⁴, a cópia de um padrão de 100.000 réis na Casa das Carnes⁶⁵⁵,

⁶⁴⁴ V. n.º 127, 128, 129 da TAD.

⁶⁴⁵ V. n.º 149, 169 da TAD.

⁶⁴⁶ V. n.º 224 da TAD.

⁶⁴⁷ V. n.º 257, 258 da TAD.

⁶⁴⁸ V. n.º 193 da TAD.

⁶⁴⁹ V. n.º 257 da TAD.

⁶⁵⁰ V. n.º 110, 122, 128, 147, 153, 174, 184, 189, 193, 255, 256, 257 da TAD.

⁶⁵¹ V. n.º 128, 153 (correspondente ao pergaminho n.º 26), 174 (correspondente ao pergaminho n.º 27), 184 (correspondente ao pergaminho n.º 28), 193, 255, 256, 257 da TAD.

⁶⁵² V. n.º 150, 162, 180, 181, 248, da TAD.

⁶⁵³ V. n.º 142-144; 233, 234; 249 da TAD.

⁶⁵⁴ V. n.º 190 da TAD.

⁶⁵⁵ V. n.º 184, 276 da TAD.

mercês régias de comendas e sua sucessão⁶⁵⁶ e as mercês da capitania mor das naus da Índia e da fortaleza de Damão⁶⁵⁷.

Vemos assim, mais uma vez, que uma parte considerável dos documentos de Rui de Figueiredo de Alarcão relacionados com a Coroa, e que se encontram registados nas Chancelarias, não se conservaram no acervo. Uma explicação pode estar no facto de estarem registados no arquivo régio e, portanto, havendo confiança em termos de conservação, não serem pedidos e entregues os documentos respectivos. Também podia suceder que os documentos perdessem a validade e tivessem de ser substituídos por novos documentos (o que sucedia no caso dos padrões de juro e dos padrões de tença)⁶⁵⁸. O custo elevado da produção do documento em pergaminho também inibia muitas vezes o pedido do mesmo⁶⁵⁹.

Mas o facto de os registos de documentos nas Chancelarias terem uma reduzida correspondência de conservação de documentos no acervo não quer dizer que Rui de Figueiredo de Alarcão não tenha recorrido ao Arquivo Régio para obter documentação; prova disso mesmo é a provisão datada de 1664 para poder retirar da Torre do Tombo “vários documentos”⁶⁶⁰. Embora não seja possível saber exactamente que tipo de documentos foram solicitados, o facto de este pedido ter sido feito, indica que houve a necessidade de deter em mão documentação específica registada no Arquivo Régio. Um exemplo concreto que podemos apontar é o de um pedido feito em 1671 em que Rui de Figueiredo de Alarcão, solicitava ao rei que lhe fizesse “mercê de lhe conceder uma provisão” para obter a cópia de um documento. Assim, foi obtida na Torre do Tombo uma cópia da Carta de Padrão de 100\$000 réis de tença na Casa das Carnes da cidade de Lisboa. O pedido do documento à Torre do Tombo justificava-se “porque o dito Padrão se ha perdido” e dele era necessário um treslado “pera com elle poder requerer o que não pode fazer sem provizão de Vossa Alteza lhe faça merce conseder provizão ao goarda

⁶⁵⁶ V. n.º 141, 188, 192, 223 da TAD.

⁶⁵⁷ V. n.º 183, 256, 258, 259, da TAD.

⁶⁵⁸ Os padrões de Juro eram levados às chancelarias para serem renovados e ou eram validados com uma apostila ou então era passado um novo documento, sendo o antigo documento destruído. Nos registos das Chancelarias pode ler-se a frase “Padrão que foi roto ao assinar deste” e o texto do documento anterior era, nesta ocasião, truncado. Veja-se como exemplo o registo do Padrão apresentado por Duarte da Costa na Chancelaria (ANTT, Filipe II, Livro n.º 27, fl.162-166). Agradecemos à Margarida Leme a informação que me forneceu.

⁶⁵⁹ Segundo Paolo Cammarosano, a tendência crescente verificada em Itália relativamente à custódia dos documentos mais importantes, é que esta foi cada vez mais deixada aos tabeliães nos seus registos /livros notariais, quer pela confiança quer pelo facto da produção em pergaminho do documento registado ter um custo elevado e, por isso, nem sempre era pedida a sua entrega (V. CAMMAROSANO, Paolo – *Italia Medievale. Struttura e geografia...*, cit., p.269-270).

⁶⁶⁰ V. n.º 241 da TAD.

mor da Torre do Tombo [para este] lhe dar o treslado do ditto Padrão na forma costumada”⁶⁶¹.

Um dos conjuntos documentais que não se conservaram no ACBL, estando apenas descrito no *Tombo de 1722* e que teria bastante interesse, pelo carácter inédito, diz respeito a uma sociedade existente entre Rui de Figueiredo de Alarcão, Francisco Barreto de Meneses e Henrique Henriques de Miranda, dedicada ao comércio de açúcar⁶⁶². Neste tomo estão registados dois maços de documentos, o primeiro respeitante às “Carregações de Cayxas de aSucar vindas de Parnambuco e Bahia por comta do Sr. Ruy de Figueiredo e Henrique Henriques de Miranda e Françisco Barreto”. O outro registo indica a existência de “Hum Maço de papeis de cartas, e Conheçimentos de cayxas de aSucar que Vierão ao Sr. Ruy de Figueyredo e Alarcão Com a Suçiedade que tinha com o Mestre de Campo Françisco Barreto no Recife de Pernambuco”⁶⁶³. O açúcar viria de Pernambuco e da Baía e seria vendido no reino. É muito provável que a ligação entre os três homens viesse de longe, senão vejamos: Henrique Henriques de Miranda participara, tal como Rui de Figueiredo de Alarcão, na Jornada dos Vassalos e foi oficial na Guerra da Restauração com o posto de capitão-mor de Moura, em 1645⁶⁶⁴. Quanto a Francisco Barreto de Meneses, que comandou as tropas da insurreição pernambucana contra os Holandeses, também participou na Guerra da Restauração como capitão de cavalos na província alentejana. Em Junho de 1644, Francisco Barreto de Meneses e Henrique Henriques de Miranda estão ambos na defesa do Alentejo. Já Rui de Figueiredo de Alarcão foi nomeado capitão de cavalos do exército desta província em Novembro de 1645. Em 1647 Francisco Barreto já se encontrava no Brasil como mestre de campo general e foi posteriormente nomeado primeiro governador e capitão-general de Pernambuco, por um período de três anos, de 1654 a 1657, coincidindo com o final da guerra contra os holandeses e o fim do governo de Nassau, pelo que seria através dele

⁶⁶¹ V. n.º 276 TAD.

⁶⁶² V. n.º 212 a 215 da TAD.

⁶⁶³ ACBL, cx.47, n.º1, fl.85vº-86.

⁶⁶⁴ Para ligações entre Henrique Henriques de Miranda e Rui de Figueiredo de Alarcão sabemos que ambos foram na Jornada dos Vassalos, que combateram nas Guerras da Restauração. V.: TRONI, Joana Leandro Pinheiro de Almeida - *A Casa Real Portuguesa Ao Tempo De D. Pedro II (1668-1706)*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2012, p.194. Tese de Doutoramento. Para os participantes na Jornada dos Vassalos ver: GUERREIRO, Bartolomeu - *Jornada dos vassalos da coroa de Portugal, pera se recuperar a cidade do Salvador, na Bahya de todos os Santos, tomada pollos holandezes, a oito de Mayo de 1624. & recuperada ao primeiro de Mayo de 1625*. Lisboa: por Mattheus Pinheiro, impressa à custa de Francisco Alvarez, livreiro, 1625, p.39.

que o negócio se faria⁶⁶⁵. Infelizmente estes documentos não se conservaram no arquivo pelo que não podemos aferir nem o volume de negócios, nem a forma como foi estruturado ou o tempo que a sociedade durou. Os sócios terão visto uma oportunidade de negócio com o produto mais importante da capitania, aproveitando a ida de Francisco Barreto de Meneses para o concretizar⁶⁶⁶.

Já os conflitos intra-familiares, Rui de Figueiredo de Alarcão teve-os com o seu sobrinho Francisco, filho ilegítimo de Luís Gomes de Figueiredo, o qual exigia alimentos⁶⁶⁷. Apesar da existência da figura jurídica garantir o direito a ser sustentado, existiam limites que Rui de Figueiredo de Alarcão tratou de invocar. Embora a indigência tenha sido invocada, o facto de Francisco não desejar contribuir para o grupo familiar, indo para a Índia, condição que Rui de Figueiredo impôs para lhe dar a capitania de Damão, foi a razão principal pela qual foi excluído dos benefícios da Casa⁶⁶⁸.

Luís Gomes de Figueiredo (1632-1648)

De Luís Gomes de Figueiredo, irmão de Rui de Figueiredo de Alarcão, restaram muito poucos documentos no acervo e estes foram assinalados de forma muito diferente nos tombos de 1722 e de 1807. No *Tombo de 1722* registaram-se, de forma genérica, dois maços de documentos respeitantes a certidões dos serviços deste fidalgo⁶⁶⁹. No *Tombo de 1807*, estão inseridas sete descrições de documentos com cotas diferentes às quais depois foi acrescentada uma descrição genérica que incluiria “atestações e papéis”⁶⁷⁰. Aqui estão especificados os seguintes documentos: um Alvará que deu Filipe IV a Luís Gomes de Figueiredo de o aceitar no foro de moço fidalgo acrescentando-o a fidalgo escudeiro, a 2 de março de 1632⁶⁷¹. Seguidamente, reuniram-se os “Alvarás e Patentes de D. João IV a Luís Gomes de Figueiredo”⁶⁷² dados entre os anos 1641-1648. Os serviços prestados no contexto da Guerra da Restauração terão levado, em 1645, D. João IV a fazer mercê a

⁶⁶⁵ Consultar [em linha:] <https://guerradarestauracao.wordpress.com/tag/francisco-barreto-de-meneses/> [Consult. 01 Dez. 2015].

⁶⁶⁶ Sobre o negócio do açúcar em Pernambuco, ver, por exemplo: LISBOA, Breno de Almeida Vaz – “Engenhos, açúcares e negócios na capitania de Pernambuco (1655-1750)”. *Clio*, nº32 (1), 2014, p. 196-214.

⁶⁶⁷ V. n.º 164 da TAD.

⁶⁶⁸ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.172 e seguintes.

⁶⁶⁹ V. n.º 165, 166 da TAD.

⁶⁷⁰ V. n.º 166 da TAD.

⁶⁷¹ V. n.º 100 da TAD.

⁶⁷² V. n.º 130 da TAD.

Luís Gomes de Figueiredo de um escudo de vantagem sobre qualquer soldo⁶⁷³. Uma patente de capitão de Cavalos (1645)⁶⁷⁴ e uma carta de D. João IV, nomeando-o como comissário da cavalaria do exército do Alentejo em 1648 com patente do referido posto, foram outorgadas antes da sua morte nesse mesmo ano⁶⁷⁵. A importância destes documentos prender-se-ia com a necessidade posterior de provar os serviços de Luís Gomes e de se poder exigir o pagamento destes. Terão sido tanto mais importantes quanto o facto de Luís Gomes de Figueiredo ter tido filhos ilegítimos, entre eles Francisco, que, como referimos, veio junto de Rui de Figueiredo de Alarcão exigir a herança do pai. Neste contexto, terá sido necessário reunir documentação para responder à demanda sobre estes serviços que Francisco de Figueiredo interpôs contra Rui de Figueiredo de Alarcão, acção à qual o tio teve de responder perante a justiça, como vimos⁶⁷⁶.

A conservação destes documentos no acervo actual, como dissemos supra, foi fruto da compra de Vasco Maria (III). No entanto, eles estavam incluídos no conjunto documental aquando da primeira inventariação, em 1722, e foram igualmente inventariados em 1807.

Henrique de Figueiredo de Sousa (1627-1651)

São poucos os documentos de Henrique de Figueiredo de Sousa, irmão de Rui de Figueiredo de Alarcão, que se conservaram no ACBL. Henrique foi herdeiro de seu irmão Luís Gomes de Figueiredo e não teve descendência.

A conservação destes documentos no arquivo não foi linear uma vez que nem todos foram descritos no *Tombo de 1722* apesar de alguns deles estarem registados no *Tombo de 1807*. No *Tombo de 1722* encontramos menção aos seguintes documentos: a cópia de um alvará de promessa de uma comenda de 300\$000 réis pelos serviços de Luís Gomes de Figueiredo pedida por Henrique em 1651⁶⁷⁷; uma Carta Padrão de 100\$000 réis de renda nos bens confiscados do conde de Figueiró, dada em 1653 em pagamento dos serviços e falecimento do irmão⁶⁷⁸. Já os documentos descritos no *Tombo de 1807* são:

⁶⁷³ V. n.º 135 da TAD.

⁶⁷⁴ V. n.º 136 da TAD.

⁶⁷⁵ V.: SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.128; V. n.º 151 e 152 da TAD.

⁶⁷⁶ V.: SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.173-174.

⁶⁷⁷ V. n.º 167 da TAD.

⁶⁷⁸ V. n.º 175 da TAD.

um alvará do foro de moço fidalgo, dado em Novembro de 1627⁶⁷⁹, e uma patente do cargo de capitão de uma companhia de Infantaria em Trás os Montes, passada por D. João IV, a 26 de Janeiro de 1641⁶⁸⁰. Infelizmente não temos elementos que nos permitam saber se estes documentos entraram num momento posterior ao da elaboração do *Tombo de 1722*, ou se este “não registo” se relaciona com a incompletude do processo de inventariação.

Henrique de Figueiredo morreria em 1653 e os seus serviços acabariam por ser herdados pelo primogénito Rui de Figueiredo de Alarcão.

Geração 8

Jorge de Figueiredo (II) (flor. 1664?)

Jorge de Figueiredo (II), filho primogénito de Rui de Figueiredo de Alarcão, não tendo atingido a maioridade⁶⁸¹ foi herdeiro de Maria de Lima, mulher de António Fernandes d’Elvas⁶⁸², a qual lhe deixou, por testamento de 4 de Agosto de 1662, quatro prazos que compunham a Quinta e casas do Campo Grande. Maria de Lima era a mãe de Mariana de Lima, casada com André de Figueiredo Coutinho. Este descendia, pelo lado materno, de Rui de Figueiredo seu trisavô⁶⁸³.

A posse e administração desta herança implicou a produção de documentação como sejam várias certidões de testamentos que foram reunidas na descrição do *Tombo de 1807*. Implicou igualmente a entrada de documentação anterior à data da incorporação dos bens na Casa, documentação essa que forma o subsistema Lima Fernandes d’Elvas⁶⁸⁴. Rui de Figueiredo de Alarcão, como administrador de seu filho menor, obteve o reconhecimento do prazo da Quinta do Campo Grande do mosteiro de S. Vicente de Fora em 1662⁶⁸⁵. Pouco depois, em 1663, renovou o prazo das casas do mesmo lugar ao Cabido da Sé Oriental por mais três vidas ⁶⁸⁶.

⁶⁷⁹ V. n.º 96 da TAD.

⁶⁸⁰ V. n.º 126 da TAD.

⁶⁸¹ Não foi possível apurar a data da sua morte mas sabemos que, muito possivelmente, morreu pouco tempo após 1664, data do último documento produzido em seu nome.

⁶⁸² Maria de Lima era mãe de Mariana de Lima, casada com André de Figueiredo Coutinho, que descendia de Duarte de Figueiredo (V. anexo n.º 5 – árvore genealógica n.º 6).

⁶⁸³ V. anexo n.º 5 - árvore genealógica n.º 6.

⁶⁸⁴ V. n.º 221 da TAD.

⁶⁸⁵ V. n.º 222 da TAD.

⁶⁸⁶ V. n.º 235 da TAD.

De Jorge de Figueiredo (II) registaram-se ainda dois documentos: uns autos de execução pela quantia de 71\$500 réis que Maria de Lima ficara a dever a um criado, Manuel de Carvalho, o qual fez embargo nos rendimentos do prazo do Campo de Alvalade Grande⁶⁸⁷ e um emprazamento feito pelo pai enquanto administrador de seu filho aos frades de S. Vicente, a quinta e Casas do Campo Grande a 9 de Janeiro de 1664⁶⁸⁸.

Após a morte de Jorge, que terá ocorrido após 1664, estes prazos foram incorporados nos bens da Casa.

Pedro de Figueiredo de Alarcão: Francisca Inês de Lencastre (1663-1722)

Documentação produzida por Pedro de Figueiredo de Alarcão; Francisca Inês de Lencastre					
Segundo tipologias*			Segundo Temas/assuntos*		
Tipologia	Nº descr.	%	Local/Instituição/tema	Nº descr.	%
Certidões	47	15%	Ordens/comendas	108	28%
Correspondência	45	14%	Morgado da Lobagueira	38	10%
Petições	31	10%	Coroa	37	10%
Doc. Contabilísticos	26	8%	Ota	29	8%
Sentenças	22	7%	Morgado do Castelo	21	6%
Arrendamentos	14	4%	Herança de Jerónima Lobo	17	5%
Compra/venda	12	4%	Morgado do Campo Grande	16	4%
Memórias	12	4%	Maninhos da Covilhã	16	4%
Minutas	11	3%	Dívidas/empréstimos/quitações	12	3%
Recibos	11	3%	Morgado do Lavre /S. Julião	12	3%
Róis/Listas	9	3%	Henrique de Figueiredo	12	3%
Autos	8	3%	Lezíria da Praia	11	3%
Quitações	7	2%	Conflitos familiares	10	2%
Livros de recibos	6	2%	Mouchão do Esfolo Vacas	9	2%
Citações	6	2%	Controle de contas	7	2%
Provisões	6	2%	Morgado das Terças	6	2%
Propostas/acordos	6	2%	Capelas	4	1%
Requerimentos	6	2%	Conflitos familiares	4	1%
Alvarás	5	2%	Outros	8	2%
Representações	5	2%			
Informações	5	2%			
Apostilhas	4	1%			
Dívidas/Empréstimos	4	1%			
Aforamentos	4	1%			
Papéis	4	1%			

*Base: TAD. Tipologias: foram considerados apenas os grupos de descrições com mais de 4 descrições (inclusive). Temas/assuntos: foram considerados apenas os grupos com mais de 4 descrições (inclusive).

⁶⁸⁷ V. n.º 236 da TAD.

⁶⁸⁸ V. n.º 237 da TAD.

Por morte de Jorge de Figueiredo (II), Pedro de Figueiredo de Alarcão foi o herdeiro da Casa. Em cerca de cinquenta e nove anos de produção, o seu documento mais precoce data de 1663 e é o registo de um alvará de promessa de comenda como pagamento dos serviços de Henrique de Figueiredo de Sousa, que era seu tio⁶⁸⁹. O documento mais recente foi o seu testamento, datado de 26 de Março de 1722, três dias antes da sua morte⁶⁹⁰.

O número de documentos produzidos aumentou muito consideravelmente nesta geração. Da análise do conjunto⁶⁹¹ resultam os seguintes pontos principais: quanto à tipologia, verificamos que os números mais significativos são os das certidões (47) e o da correspondência (45). Seguem-se as petições (31), os documentos contabilísticos (26) e as sentenças (22). Entre a vintena e a dezena de descrições estão os arrendamentos (14), os documentos de compra e venda (12) memórias (12), minutas (11) e recibos (11).

A certidão revela-se fundamental na documentação produzida por Pedro de Figueiredo. Com as certidões atestaram-se um conjunto de acções levadas a cabo por ele, como seja, no contexto da Guerra de Sucessão de Espanha, a perda da cidade de Portalegre, em que foram necessárias atestações de acontecimentos, depoimentos e certidões de testemunhas para defesa própria⁶⁹². Certificaram-se actos como o lançamento do Hábito de Cristo, a celebração de missas e enterros de defuntos da família, certidões de óbitos ou de baptismos. Também foram atestados através de certidões, vários documentos tais como: autos, sentenças, inventários de bens, avaliações e causas, embargos e testamentos. Foram certificadas ainda renovações de prazos e a confirmação do montante de rendas.

Dentro da produção documental de Pedro de Figueiredo, revela-se igualmente importante a petição, através da qual se intervinha junto do rei ou das instâncias régias, para obtenção de mercês, benefícios, isenções ou justiça. A petição podia ser utilizada para defesa contra determinada causa ou acto considerado injusto⁶⁹³, para defesa da honra⁶⁹⁴, para forçar foreiros à apresentação de títulos⁶⁹⁵, ou para a manutenção de determinado foro⁶⁹⁶. Se somarmos ao número de petições os requerimentos e as

⁶⁸⁹ V. n.º 232 e 223 da TAD.

⁶⁹⁰ V. n.º 766 da TAD.

⁶⁹¹ V. anexo n.º 2, quadro n.º 7.

⁶⁹² V. n.º 498 da TAD.

⁶⁹³ V. n.º 333, 355, 375 da TAD.

⁶⁹⁴ V. n.º 511, 512, 513 da TAD.

⁶⁹⁵ V. n.º 558 da TAD.

⁶⁹⁶ V. n.º 619 da TAD.

representações feitas por Pedro de Figueiredo, o número atinge um total de quarenta e dois. Este número é significativo, uma vez que aponta para uma elevada proactividade do administrador da Casa na boa condução dos negócios da mesma.

Também o número de sentenças quase duplicou, indicando a incorporação crescente da ordem jurídica na condução e resolução dos assuntos da Casa e/ou da família. O recurso aos tribunais teve neste caso ligação directa com a defesa do património perante usurpadores⁶⁹⁷, com a resolução de conflitos no âmbito do padroado da Lobagueira⁶⁹⁸, conflitos intrafamiliares⁶⁹⁹, ou relacionados com as comendas da Casa⁷⁰⁰.

Verificamos igualmente a presença frequente de “Memórias”, “papeis”⁷⁰¹ e listas, para registo de diversos tipos de informações: listas de foros e terras de determinada propriedade⁷⁰², róis de recibos e de pagamentos⁷⁰³, róis de dívidas⁷⁰⁴. Também as “minutas”, enquanto auxiliares de memória, registavam embargos para defesa contra determinada acção⁷⁰⁵, requerimentos⁷⁰⁶, petições⁷⁰⁷, correspondência enviada⁷⁰⁸. Neste sentido constatamos a utilização crescente da escrita como auxiliar da memória, a qual vai sendo, ela própria, guiada através de uma selecção de papéis, através de anotações ou escritos sobre alguns documentos considerados importantes, mas também conferindo ou retirando predominância a determinados conjuntos documentais como por exemplo: “Hum Maço de Varias cartas e Rois e contas que dis o sr. Pedro de Figueiredo por letra sua serem de Inportância (...)”⁷⁰⁹. Um outro dado que devemos realçar é que a utilização cada vez mais rotineira da escrita, que implicava o domínio quer da técnica – caligrafia, leitura -, quer dos instrumentos – penas, tinta, papel -, também significou a banalização de suportes - sobretudo do papel – cujos conteúdos, ao contrário do pergaminho, já podiam ter “pouca importância”.

Pedro de Figueiredo de Alarcão utilizou largamente o documento escrito na administração da sua Casa: o controle de propriedades e comendas, longínquas entre si,

⁶⁹⁷ V. por exemplo o n.º 540 da TAD.

⁶⁹⁸ V. n.º 681, 682-684 da TAD.

⁶⁹⁹ V. por exemplo o n.º 388 e seguintes; n.º 396, 399 da TAD.

⁷⁰⁰ V. por exemplo o n.º 684 da TAD.

⁷⁰¹ Optámos por manter a designação original destas descrições.

⁷⁰² V. n.º 380, 384 da TAD.

⁷⁰³ V., entre outros, os n.º 340, 407, 689 da TAD.

⁷⁰⁴ V. n.º 761 da TAD.

⁷⁰⁵ V. n.º 390, 468 da TAD.

⁷⁰⁶ V. n.º 674 da TAD.

⁷⁰⁷ V. n.º 625, 694 da TAD.

⁷⁰⁸ V. n.º 514 da TAD.

⁷⁰⁹ V. n.º 760, da TAD.

poderá explicar, em parte, o grande aumento de correspondência, relativamente a Rui de Figueiredo de Alarcão, havendo várias indicações de que Pedro de Figueiredo escreveu “para os Seus Procuradores e ComRespondentes, e outras pessoas”⁷¹⁰. Dentro desta tipologia, é ainda de realçar o facto de se terem conservado no arquivo missivas vindas de Goa, trocadas entre Pedro e Henrique de Figueiredo de Alarcão, seu irmão. Sabemos também que Pedro de Figueiredo escreveu do seu próprio punho as respostas para o irmão e não só, porque haveria no arquivo “Hum Maço de Menutas de Cartas do Sr. Pedro de Figueyredo para a Índia, e outras muitas partes(...)”⁷¹¹. Não se tendo conservado no arquivo, não foi possível saber nem para onde nem a quem eram dirigidas.

Prosseguindo a análise da documentação de Pedro de Figueiredo de Alarcão, verificamos também que a Coroa, enquanto eixo/factor de produção de documentação, manteve a sua centralidade, embora não de uma forma tão destacada como aquela que vimos para Rui de Figueiredo de Alarcão. Sabemos que Pedro de Figueiredo manteve com a Coroa uma ligação importante na medida em que desempenhou vários cargos diplomáticos e militares⁷¹². Conservaram-se no ACBL sobretudo documentos relacionados com a sua nomeação para o governo de Portalegre e com a perda da cidade no contexto da Guerra de Sucessão de Espanha⁷¹³. Uma troca de correspondência intensa, mas também um conjunto de documentos - certidões, testemunhos etc. - para provar a inocência no desaire, foram descritos nos vários momentos de inventariação da documentação. Em 1722 estes documentos foram descritos de forma dispersa e em 1807 foram agregados maioritariamente em dois maços (um deles literalmente cosido). São eles: “Papeis do Sr. Pedro de Figueiredo pertencentes ao seu governo de Portalegre e também várias cartas originais do secretário de Estado Diogo de Mendonça”⁷¹⁴ e a “Cópia da sentença do Sr. Pedro de Figueiredo e vários papeis pertencentes ao seu governo de Portalegre”⁷¹⁵.

Além da documentação existente, poderemos atestar perdas de documentação relacionada, por exemplo, com os diferentes serviços que Pedro de Figueiredo desempenhou. Um exemplo será a participação na comitiva que foi buscar a rainha D. Catarina de Bragança a Inglaterra em 1688, de que não se conservaram no arquivo mas

⁷¹⁰ V. n.º 733 da TAD. Mas também como exemplo da mesma troca de correspondência com agentes, procuradores etc^a: os n.º 741, 745, 747, 748, 759, 762.

⁷¹¹ V. n.º 733-A da TAD.

⁷¹² SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Pedro de Figueiredo (1657-1722)*..., cit..

⁷¹³ V. n.º 487 e seguintes da TAD.

⁷¹⁴ V. n.º 491 da TAD.

⁷¹⁵ V. n.º 495 da TAD.

temos o registo do passaporte ou ainda um recibo do dinheiro que devia em Londres⁷¹⁶. É plausível ainda que houvesse documentos relacionados com a sua ida a Sabóia como capitão tenente da armada, integrado na comitiva que foi buscar o noivo da Infanta D. Isabel, tais como patentes, ordens de serviço, entre outros. Seria aceitável igualmente pensar que haveria alguma documentação relacionada com os cargos desempenhados como enviado extraordinário à corte dos Reis Católicos e à corte de Luís XIV (c. de 1690)⁷¹⁷, tais como nomeações ou instruções de envio, por exemplo. Nada se conservou, porém, nem sequer nos inventários. Poderá pensar-se que esta documentação diplomática não era considerada parte do arquivo familiar?

Relativamente à propriedade, dois pontos sobressaem no quadro de produção documental: o elevado número de documentos relacionados com as comendas (108) e o conjunto de documentos relacionados com o morgado da Lobagueira (38), relativamente a todas as outras propriedades (sobretudo Ota e restantes morgados).

Verificamos que a documentação relacionada com as comendas se encontra em grande destaque, com cento e oito referências⁷¹⁸. Além de muita documentação relacionada com as contas⁷¹⁹, é referida a certidão do lançamento do Hábito e as próprias cartas de comenda⁷²⁰. A localização geográfica destas terras era bastante longínqua, quer entre si - Viseu, Braga, Lamego - quer de todas as outras propriedades da família⁷²¹ e talvez por isso Pedro de Figueiredo aplicou-lhes uma gestão específica, procedendo ao seu arrendamento a uma única pessoa - o rendeiro - com a exigência de fiador para o pagamento das rendas⁷²². No entanto, a cobrança dos foros aos dizimeiros por parte dos rendeiros parece ter sido difícil exigindo entre o comendador e os rendeiros a troca de correspondência, de documentos contabilísticos etc.^a⁷²³. Poderemos dar o exemplo da Comenda de Sinfães e de Besteiros arrendada a Manuel Dias da Silva⁷²⁴, o qual foi

⁷¹⁶ V. n.º 377 e 378 da TAD.

⁷¹⁷ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Pedro de Figueiredo (1657-1722)*..., cit., p.138.

⁷¹⁸ Sabemos que a Casa detinha, desde meados do século XVII, as seguintes comendas: a comenda de Santiago de Besteiros da Ordem de Cristo (1636), a comenda de S. Salvador de Santarém da Ordem de Santiago (1640), a comenda de S. Pedro de Merlim (1653), de S. Salvador de Castelões e de S. João Baptista de Sinfães (1657). A comenda de S. Salvador sairia do património da Casa na geração seguinte (V., SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa*..., cit., p.149, 175.

⁷¹⁹ V. n.º 336, 426, 615, 616, 711 da TAD.

⁷²⁰ V. n.º 330, 368-370 da TAD.

⁷²¹ Que neste período incluíam bens em Alenquer, Santarém, Alcoelha e Ribatejo, e Covilhã.

⁷²² Os arrendamentos de determinados conjuntos de terras ou comendas podiam ser feitos apenas a uma pessoa que depois cobrava as rendas aos foreiros, cf. NETO, Margarida Sobral - *Terra e Conflito. Região de Coimbra*..., cit., p.87 e seguintes.

⁷²³ V. n.º 337 da TAD.

⁷²⁴ V. n.º 687 da TAD.

processado judicialmente pelo comendador devido à falta de pagamento da respectiva renda⁷²⁵. Foi necessário fazer um “ajuste de contas” e um acordo para liquidação da dívida⁷²⁶. Há ainda a indicação, no *Tombo de 1722*, da existência de um “maço de despesas” relativos à deslocação de Pedro de Figueiredo a uma dessas comendas, o que indica precisamente a necessidade deste se fazer presente⁷²⁷.

No que diz respeito à predominância do morgado da Lobagueira, a explicação pode estar no facto de existir um crescente investimento da família na Igreja da Encarnação, escolhida por Rui de Figueiredo de Alarcão para sepultura familiar e para fundação de uma capela⁷²⁸. A crescente importância desta igreja, quer para a família quer para o próprio lugar, advinha, não só dos benefícios espirituais atribuídos à imagem de Nossa Senhora da Encarnação “por ser a dita Senhora de muitos milagres”⁷²⁹, mas também dos benefícios do direito de Padroado - sobretudo a percepção do dízimo e o direito de apresentação do ermitão. Além disso, a permissão da realização de duas feiras francas dada pelo rei D. João V em 1713⁷³⁰ despoletou um acréscimo de importância local no contexto de afirmação da Casa. Além disso (ou por causa disso), a documentação regista ainda as disputas pela posse de instrumentos e objectos relacionados com a igreja - alfaías, chaves, livros de contas e registos. Estão assinalados nos inventários documentos como: minutas e requerimentos, cópias de pastorais e alvarás, petições, demandas, certidões, autos e sentenças⁷³¹. Infelizmente uma parte importante desta documentação, não se conservou, não sendo por isso possível esclarecer cabalmente as questões envolvidas.

Os documentos respeitantes ao morgado do Castelo surgem nesta tabela com destaque devido a uma compra que Pedro de Figueiredo fez de umas hortas contíguas à sua casa “junto à muralha do Castelo e tem em si casas térreas sobradadas, terras com laranjeiras, árvores de fruta, quintais, pardieiros, terras que se semeiam e outras pertenças” em 23 de Fevereiro de 1684⁷³². Comprou ainda umas casas contíguas às suas em 1715 e em 1717⁷³³. Além disso procedeu a várias remodelações e benfeitorias na sua

⁷²⁵ V. n.º 342 da TAD.

⁷²⁶ V. n.º 712 da TAD.

⁷²⁷ V. n.º 693 da TAD.

⁷²⁸ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.190.

⁷²⁹ ACBL, cx.110, n.º 755, fl.8vº.

⁷³⁰ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.192.

⁷³¹ V. n.º 598, 600, e seguintes; V. n.º 1498 da TAD.

⁷³² V. n.º 364 da TAD.

⁷³³ V. n.º 608 e 656 da TAD.

própria habitação, produzindo documentos de obrigação com os pedreiros, róis, recibos, preços de materiais e de arranjos, entre outros⁷³⁴.

Dois outros momentos fizeram disparar a produção de documentos relacionados com o morgado do Castelo: um desacordo com a Regente do Recolhimento do Castelo⁷³⁵ e outro com a Igreja do Menino Deus, entregue em 1717 à Ordem Terceira de S. Francisco⁷³⁶. O Recolhimento ficava do lado nascente (actual Rua do Recolhimento) dentro das muralhas do Castelo de S. Jorge e ocupou também (temporariamente) uma torre exterior da muralha a qual fazia parte do morgado. Após o aforamento de uma horta a esta instituição⁷³⁷, horta essa que fora comprada por Pedro de Figueiredo ao conde de Atalaia⁷³⁸, a regente do Recolhimento do Castelo terá embargado as obras que se faziam nas casas de Pedro de Figueiredo ao que se seguiu uma proposta da parte deste para a resolução do conflito⁷³⁹. Além disso, Pedro de Figueiredo pretendeu reaver a torre do castelo que pertencia ao morgado de Brás Afonso Correia, pedindo uma certidão da instituição deste morgado⁷⁴⁰, procedendo-se para tanto a um “feito cível” em Agosto de 1719⁷⁴¹. Esta questão prolongou-se após a morte de Pedro de Figueiredo, resolvendo-se apenas em 22 de Agosto de 1722 com a promessa de não se abrir janela nem haver serventia para o Telhado⁷⁴². O outro pólo de conflito foi a construção da Igreja do Menino Deus, do lado norte do Pátio de D. Fradique, a qual teve início em 1711. Aqui se edificaram dependências conventuais e um hospital, sendo ocupadas em 1719, ainda antes da sua conclusão, pela Ordem Terceira de S. Francisco⁷⁴³. Os terrenos onde foi construída a igreja eram confinantes com os do Pátio de D. Fradique e terão ocupado uma parte deste. Mais uma vez, Pedro de Figueiredo fez uma proposta para sanar o conflito que, mais uma vez, apenas se resolveu em vida de seu filho com a concessão do espaço aos Terceiros⁷⁴⁴.

⁷³⁴ V. n.º 406 e seguintes da TAD.

⁷³⁵ V. n.º 593 da TAD.

⁷³⁶ V. n.º 596 da TAD.

⁷³⁷ Documento que foi integrado no ACBL aquando da compra desta mesma horta, no conjunto de documentos relativos a esta propriedade (ACBL, cx.16, n.º 29).

⁷³⁸ V. n.º 364 da TAD.

⁷³⁹ V. n.º 594 da TAD.

⁷⁴⁰ V. n.º 595 da TAD.

⁷⁴¹ V. n.º 800 da TAD.

⁷⁴² V. n.º 800, 801 da TAD.

⁷⁴³ Informação disponível [em linha]: http://www.monumentos.pt/Site/APP_Pages/UserSIPA.aspx?id=4801 [Consult. 29 Jan. 2016].

⁷⁴⁴ V. n.º 596 da TAD.

Relativamente a Ota, Pedro de Figueiredo comprou bastantes terras neste local, incluindo a Quinta da Vidigueira⁷⁴⁵. Constata-se a existência de um livro de recibos, pagamentos e contas com o Convento de Odivelas⁷⁴⁶ ao qual a Quinta de Ota era foreira e também a existência do primeiro rol de receita e despesa desta quinta⁷⁴⁷. Um elemento novo é a referência a documentos de despesa feita com o barco que estava em Vila Nova da Rainha, barco esse utilizado no transporte dos produtos da Quinta de Ota (e provavelmente da Lezíria da Praia) para Lisboa⁷⁴⁸.

Destacaríamos ainda dois pontos na produção documental de Pedro de Figueiredo: a documentação produzida a propósito do Mouchão do Esfola Vacas e o uso de documentação para defesa própria no caso da tomada da cidade de Portalegre acima referido.

O Mouchão do Esfola Vacas localiza-se na margem direita do rio Tejo perto da vila do Cartaxo, tendo em frente, na outra margem, Muge e as terras da Casa Cadaval. Situar-se-ia defronte do prazo da Lezíria da Praia que a Casa detinha desde o século XVI. Notificado pelo Juiz do Tombo das Lezírias⁷⁴⁹ para apresentar os títulos da propriedade, Pedro de Figueiredo respondeu com uma petição e embargos uma vez que não possuía a documentação requerida⁷⁵⁰. A propriedade foi sequestrada⁷⁵¹ e Pedro de Figueiredo recorreu a um conjunto de estratégias para a manter, estratégias essas que passaram sobretudo pela produção de documentos probatórios alternativos, por exemplo, a produção de uma certidão em como havia pago sempre o respectivo foro ao rei⁷⁵². A propósito deste caso, foi produzido um conjunto de certidões, petições, embargos, requerimentos e minutas, além da troca de muita correspondência. Foi inclusivamente pedido um novo emprazamento ao rei, mas sem sucesso⁷⁵³. Na descrição do *Tombo de 1807* informa-se que a propriedade foi retirada à Casa “por não aparecer título por onde se soubesse como tinha vindo a ela.”⁷⁵⁴. Atesta-se, assim, a importância fulcral dos

⁷⁴⁵ V. n.º 537 da TAD.

⁷⁴⁶ V. n.º 553 da TAD.

⁷⁴⁷ V. n.º 575 da TAD.

⁷⁴⁸ V. n.º 762-763 da TAD.

⁷⁴⁹ V. n.º 617 da TAD.

⁷⁵⁰ V. n.º 619 da TAD.

⁷⁵¹ V. n.º 623 da TAD.

⁷⁵² V. n.º 617, 623 da TAD.

⁷⁵³ V. n.º 622 da TAD.

⁷⁵⁴ V. n.º 621 da TAD, na coluna respeitante ao *Tombo de 1807*. Podemos colocar a hipótese de ser uma parte da Lezíria da Praia cujas margens tenham sido alteradas pelo rio Tejo, e de cujas alterações não tenham sido pedidas as confirmações, como fez, por exemplo, Rui de Figueiredo de Alarcão. No entanto este ponto careceria de uma investigação mais profunda que não cabe no âmbito deste trabalho.

documentos para a conservação das terras, uma vez que, solicitado o título de empraçamento a Pedro de Figueiredo, este não o possuía. Apesar da existência de outros documentos - títulos de empraçamentos feitos anteriormente e o comprovativo do pagamento do foro anual - e apesar da produção de um conjunto de documentos paralelos que comprovavam a posse e usufruto do Mouchão, a não existência do título de empraçamento levou a que a família perdesse a propriedade.

O segundo caso exemplificativo de utilização de documentação que pretendemos destacar foi o que poderemos chamar “Caso de Portalegre”. Expondo os contornos do sucedido brevemente, Pedro de Figueiredo foi nomeado governador da cidade de Portalegre em 12 de Janeiro de 1704, com o posto de mestre de campo. Tendo consigo a patente que deveria ser apresentada ao conde das Galveias, governador de Armas do Alentejo, para prestar juramento, dirigia-se a Elvas onde aquele se encontrava. Pedro de Figueiredo teve notícia de que o inimigo se aproximava da cidade e decidiu ir directamente para Portalegre. Sem o registo da patente que lhe permitiria assumir o seu posto - e eis o quão importante eram o documento e o respectivo registo - o governador cessante não lhe reconheceu autoridade para lhe entregar o governo da cidade. O governo permaneceu nas mãos de Bernardim Freire de Andrade, o governador (supostamente) cessante e quando a cidade capitulou em 9 de Junho de 1704 Pedro de Figueiredo foi feito prisioneiro pelo exército de Filipe V⁷⁵⁵. No regresso ao reino, entre 1704 e 1706, foi alvo de uma devassa, sendo preso novamente como traidor. O processo passou mesmo pela expulsão de Pedro de Figueiredo da Corte (em Agosto de 1704)⁷⁵⁶. Tendo de provar a sua inocência, utilizou basta documentação para obter isenção de toda a culpa, a saber: uma certidão da patente de Mestre de Campo que lhe havia sido outorgada em Janeiro de 1704⁷⁵⁷; recolha de testemunhos/declarações abonatórias⁷⁵⁸ e petições de toda a ordem pedindo justiça⁷⁵⁹. O conjunto documental inclui a troca de correspondência com o Abbé d’Estrées e com o secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real⁷⁶⁰ além de

⁷⁵⁵ Para maior detalhe consultar: SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Pedro de Figueiredo (1657-1722)*..., cit., p.99 e seguintes, mas veja-se principalmente o apêndice documental onde a maioria desta documentação está transcrita; SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa*..., cit., p.139 e seguintes.

⁷⁵⁶ V. n.º 493 da TAD.

⁷⁵⁷ V. n.º 491 da TAD.

⁷⁵⁸ V. n.º 494 da TAD.

⁷⁵⁹ V. n.º 496 da TAD.

⁷⁶⁰ O Abbé d’Estrées fora embaixador em Portugal em 1692 e em 1703 era o emissário de França em Castela (Ver: Jean d’ ESTRÉES (1666-1718), PATTOU, Etienne, © 2006. Disponível [em linha:] <http://racineshistoire.free.fr/LGN/PDF/Estrees.pdf> [consult. dia 24-04-2017]). Já o duque de Berwick era filho natural de Jaime II de Inglaterra, que ficou ao serviço de Luís XIV, foi nomeado mariscal de França,

passaportes passados pelo duque de Berwick e pelo príncipe de Tilly. Foram ainda feitas cópias da nomeação e da patente de governador e cópias dos assentos de prisão e da ordem de soltura. Uma certidão da troca de prisioneiros, várias cartas e bilhetes escritos por Pedro de Figueiredo (1706)⁷⁶¹, um exemplar do inquérito mandado tirar por D. Catarina de Bragança sobre a tomada de Portalegre e sua contrariedade⁷⁶² e finalmente, a cópia do acórdão de libertação de Pedro de Figueiredo em 28 de Julho de 1706⁷⁶³, completam este conjunto documental riquíssimo que se conserva no acervo.

Finalmente, os documentos relativos a Pedro de Figueiredo e conservados nas Chancelarias são em número de dezasseis. Apenas dois deles são descritos no *Tombo de 1722*: a “Copia do Padrão de Cem mil reis por merce feita por El Rey D. Pedro o 2º no anno de 1684 ao sr. Pedro de Figueyredo em sua vida por Vacatura de seu Pay consignados na mesma Caza das Carnes a qual se acha Junta com as Varias Pitiçoens, e certidões para haver pagamento desde o tempo em que se lhe fez a merce athe o em que se lhe passou o Padrão”⁷⁶⁴ e “Huma Provisão do Desenbargo e Alvará de El Rey em que fez mercê de duas feiras francas na Lobagueira pagando terrado e Licença ao Procurador da dita Sra.[da Encarnação], para as obraz da mêsma feita a dita mercê no anno de 1715 [ao sr. Pedro de Figueiredo.]”⁷⁶⁵. A tendência verificada nos produtores anteriores manteve-se em Pedro de Figueiredo de Alarcão, isto é, o registo da documentação na Chancelaria não teve correspondência directa no Arquivo de Família.

A partir da análise da TAD, pelo volume, a diversidade, a riqueza informativa e a quantidade de documentos conservados, podemos afirmar que Pedro de Figueiredo de Alarcão foi um dos grandes e mais significativos produtores de documentação desta linhagem.

combatendo pelo futuro Filipe V (Ver [em linha:] <http://www.biografiasyvidas.com/biografia/b/berwick.htm> [Consult. 24 Abr. 2017]). O príncipe de Tilly era capitão geral dos exércitos do duque de Anjou (Ver [em linha:] <http://www.europeana.eu/portal/pt/record/91958/934BF00577308622DC855822A2177F4AF03FBA10.htm> [Consult. 24 Abr. 2017]).

⁷⁶¹ V. n.º 498 da TAD.

⁷⁶² V. n.º 499 da TAD.

⁷⁶³ V. n.º 501 da TAD.

⁷⁶⁴ V. n.º 371 da TAD.

⁷⁶⁵ V. n.º 579 da TAD. Existem, no entanto, dúvidas relativamente à conservação de alguns documentos como a “Provisão para duas feiras na Lobagueira” (V. n.º 570 da TAD).

Henrique de Figueiredo de Alarcão (1665-1723)

Documentação produzida por Henrique de Figueiredo de Alarcão					
Segundo Tipologias			Segundo Temas/assuntos		
Tipologia	Nº descr.	%	Local/Instituição/tema	Nº descr.	%
Petição	9	41%	Coroa	31	63%
Correspondência	7	32%	Negócios/Actividade comercial	13	27%
Certidões	6	26%	Morgado das Terças	5	10%

*Base: TAD. Tipologias: foram considerados apenas os grupos de descrições com mais de 4 descrições (inclusive). Temas/assuntos: foram considerados apenas os grupos com mais de 4 descrições (inclusive).

O documento mais precoce produzido por Henrique de Figueiredo de Alarcão, filho de Rui de Figueiredo de Alarcão e de Margarida de Meneses é a doação do Morgado das Terças feita por Mariana de Lima, sua parente, em 1665⁷⁶⁶. Esta herança foi um motor de produção documental e nela verificamos a centralidade da figura do procurador devido à ausência do reino de Henrique de Figueiredo de Alarcão⁷⁶⁷. O documento mais recente é um codicilo do seu testamento feito a 3 de Abril de 1723, poucos dias antes da sua morte⁷⁶⁸.

Henrique de Figueiredo de Alarcão desempenhou funções no Império Português e, por consequência, este é um dos pontos nevrálgicos da sua produção documental. Em Março de 1696, por resolução de D. Pedro II, foi nomeado para um posto – a designar – no vice-reino da Índia⁷⁶⁹. Henrique de Figueiredo de Alarcão recebeu então a «promessa de comenda na ordem de Christo de lote de 200\$000 reis e enquanto nella não entrar, os mesmos de tença effectivos nos Almojarifados do Reino, dos quais logrará doze a titulo do habito da dita Ordem, e que vença na Índia soldo e moradia», tendo além disso, 250\$000 réis de ajudas de custo⁷⁷⁰. Partiria para a Índia em 1696 como capitão da nau Nossa Senhora da Glória, obtendo ainda um padrão de 100\$000 réis adiantados de torna-viagem⁷⁷¹. Recebeu ainda nesse mesmo mês um alvará para que pudesse gozar de sua moradia na Índia onde permaneceu mais de dez anos⁷⁷². Na Índia, onde teve o posto de

⁷⁶⁶ V. n.º 245 da TAD. V. anexo n.º 5, árvore genealógica n.º 6.

⁷⁶⁷ V. n.º 443, 444 e 450 da TAD.

⁷⁶⁸ V. n.º 775 da TAD.

⁷⁶⁹ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.135.

⁷⁷⁰ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.135.

⁷⁷¹ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.135.

⁷⁷² SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.135.

Mestre de Campo, recebeu uma tença de 12\$000 réis efectivos cada ano, com o hábito de Cristo, sendo nomeado em 5 de Abril, de 1709 para o posto de general dos Galeões da Índia⁷⁷³. Foi também nomeado nas vias de sucessão para suceder naquele governo ultramarino⁷⁷⁴. Voltando ao reino em 1713, Henrique de Figueiredo de Alarcão foi designado como governador de Angola em 1716⁷⁷⁵.

Quanto à tipologia mais utilizada por Henrique de Figueiredo de Alarcão, os dados apontam, por um lado, para a produção de petições, dirigidas maioritariamente à Coroa, no sentido de resolver os problemas havidos com o vice-rei na Índia⁷⁷⁶, mas também de petições para obtenção de mercês naquele vice-reino⁷⁷⁷. A produção de certidões ligou-se à necessidade de comprovar o desempenho de cargos e pagamento de serviços prestados⁷⁷⁸. A correspondência, enquanto forma de comunicação privilegiada, foi uma tipologia muito utilizada, sendo de destacar as cartas trocadas entre Henrique e o irmão, Pedro de Figueiredo de Alarcão, a que já aludimos.

Sob a vertente temática, a documentação produzida reflecte a relação intensa com as instituições da Coroa, devido à distância e por via dos serviços prestados. Mas uma parte importante da documentação de Henrique de Figueiredo de Alarcão tem origem na actividade comercial que este desenvolveu a partir de Luanda. Estabeleceu-se uma parceria comercial entre Henrique de Figueiredo de Alarcão e João Sherman (em Lisboa) e entre aquele e o coronel José Alves Viana (na Baía)⁷⁷⁹. Em suma, Henrique de Figueiredo de Alarcão estabeleceu um comércio triangular, entre Goa, Brasil (Rio e Bahia) e Angola, no qual importava, por intermédio de Hiria Parbu⁷⁸⁰, fazendas indianas e outros bens comerciáveis no Brasil e em Angola, para adquirir escravos e marfim em Africa. Estes escravos e o marfim, pagos em missangas, panos e “giribita” (aguardente),

⁷⁷³ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.135.

⁷⁷⁴ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.135.

⁷⁷⁵ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.136.

⁷⁷⁶ Os problemas prenderam-se essencialmente com a disputa com o vice-rei por este não lhe confirmar as prerrogativas de mestre de campo, para nomear os homens do seu terço. A partir daqui são pedidas as certidões deste posto com as respectivas prerrogativas. V. n.º 475, 476, 479, 480, 481, 483 da TAD.

⁷⁷⁷ Henrique pretendeu obter a mercê das Ilhas de Panelem e Corjuvem. Ver, por exemplo, o n.º 519 da TAD.

⁷⁷⁸ V. n.º 482, 484 e 485 da TAD.

⁷⁷⁹ José Alves Viana esteve no Brasil pelo menos desde 1716, ano em que obteve uma carta de mercê de “um pedaço de praia na cidade da Baía”, mais precisamente a 14 de fevereiro de 1716. cf. ANTT, RGM, D. João V, Livro n.º 8, fl.68. Disponível [em linha:] <http://digitalq.arquivos.pt/details?id=1884980> [Consult. 19 Jan. 2016]; ANTT, RGM, D. João V, Livro n.º 8, fl.497. Disponível [em linha:] <http://digitalq.arquivos.pt/details?id=1884981> [Consult. 19 Jan. 2016]; V. ainda: GOMES, Flávio dos Santos - *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: UNESP, 2005. p.388-399. (V. n.º 631-635, 637, 670-672 da TAD).

⁷⁸⁰ V. n.º 700 da TAD.

eram depois vendidos na Bahia (a maioria) ou enviados para Lisboa. Há indicação da existência de um Navio - Nossa Senhora da Encarnação – cuja propriedade seria em parceria com os sócios. De resto, este conjunto documental revela os fretes de múltiplas embarcações, ou partes delas, a deslocação de Henrique de Figueiredo de Alarcão à Baía e um intercâmbio fértil de investimentos partilhados. Embora esta documentação careça de um estudo mais aprofundado, torna-se perceptível que a estrutura logística montada por Henrique de Figueiredo de Alarcão começa a vacilar nos últimos anos do seu mandato como Governador de Angola. Há indícios de abuso de confiança por parte dos seus parceiros e colaboradores⁷⁸¹. As “indagações”, créditos malparados e relatórios de contabilidade com erros surgem ainda em vida deste senhor e prolongam-se para além da sua morte⁷⁸².

João de Meneses (flor. 1699- m.1702)

A única referência que se encontra relativamente a João de Meneses, filho de Rui de Figueiredo de Alarcão e de Margarida de Meneses, podemos vê-la nos inventários de 1722 e de 1807 e é um alvará do foro de moço fidalgo da Casa Real com mil réis de moradia por mês, datado de 9 de Setembro de 1699⁷⁸³.

⁷⁸¹ V. n.º 698, 699, 722-724 da TAD.

⁷⁸² V. por exemplo o n.º 1035 da TAD.

⁷⁸³ V. n.º 442 da TAD.

Rodrigo António de Figueiredo; Luísa Joana Coutinho (1708-1763)

Documentação produzida por Rodrigo António de Figueiredo; Joana Luísa Coutinho					
Segundo Tipologias *			Segundo Temas/assuntos*		
Tipologia	Nº descr.	%	Local/Instituição/tema	Nº descr.	%
Certidões	37	17%	Ota	79	29%
Sentenças	34	15%	Ordens	33	12%
Compra/venda	18	8%	Herança Henrique Fº.	22	8%
Arrendamentos	14	6%	Morgado do Castelo	19	7%
Liv.recibos /recibos	14	6%	Morgado da Lobagueira	14	5%
Doc. Contab.	13	6%	Coroa	14	5%
Emprazamentos	13	6%	Empréstimos/dívidas	13	5%
Posse	13	6%	Herança de Jerónima Lobo	12	4%
Autos cíveis	10	4%	Conflitos	12	4%
Aforamentos	8	4%	Heranças	10	4%
Mercês	8	4%	Maninhos da Covilhã	9	3%
Avaliações	6	3%	Controle de contas	9	3%
Correspondência	6	3%	Morgado do Lavre	6	2%
Treslados	6	2%	Morgado das Terças	5	2%
Padrões	5	2%	Campo Grande	5	2%
Provisões	5	2%	Carregueira	4	2%
Quitações	5	2%	Outros	7	3%
Verbas	5	2%			

*Base: TAD. Tipologias: foram considerados apenas os grupos de descrições com mais de 4 descrições (inclusive). Temas/assuntos: foram considerados apenas os grupos com mais de 4 descrições (inclusive).

O documento mais precoce de Rodrigo António de Figueiredo é o alvará de filhamento da Casa Real, datado de 1708⁷⁸⁴, e o mais recente é um Instrumento de aforamento das terras do Vale de Santarém em três vidas a 11 de Fevereiro de 1761⁷⁸⁵.

As tendências de produção documental alteraram-se em alguns pontos essenciais relativamente aos seus antecessores e essas alterações poderão ser explicadas através do percurso de Rodrigo António de Figueiredo.

Seguindo a tendência verificada para Pedro de Figueiredo, Rodrigo António de Figueiredo produziu bastante as certidões. Estas foram pedidas para certificar habilitação de herdeiros e esclarecimentos relativos a heranças⁷⁸⁶, bem como para a confirmação de demarcações de propriedades⁷⁸⁷ ou ainda para registo de mercês régias⁷⁸⁸.

⁷⁸⁴ V. n.º 524 da TAD.

⁷⁸⁵ V. n.º 1096 da TAD.

⁷⁸⁶ V. n.º 783 da TAD.

⁷⁸⁷ V. n.º 793 da TAD.

⁷⁸⁸ V. n.º 884 da TAD.

Relacionado com as certidões estará o volume crescente de sentenças - que subiu de doze descrições no produtor Rui de Figueiredo Alarcão e de vinte e dois no produtor Pedro de Figueiredo Alarcão para trinta e quatro descrições com Rodrigo António de Figueiredo. Estas sentenças relacionam-se maioritariamente com a propriedade⁷⁸⁹ - posse, demarcação, apropriação, serventias - mas também com a habilitação de herdeiro como primogénito e posterior disputa entre irmãos pela herança da Casa⁷⁹⁰ (voltaremos a este ponto um pouco adiante). São também significativas as descrições relacionadas com os emprazamentos, aforamentos e arrendamentos de propriedades que somam trinta e cinco descrições no total.

O número de documentos produzidos que indiciam uma moderada relação deste fidalgo com a Coroa, cifra-se apenas em catorze documentos, o que representa menos de metade dos seus predecessores. Este ponto estará ligado ao tipo de serviços que Rodrigo António de Figueiredo prestou à Coroa, que foram de natureza muito diversa daqueles que foram prestados pelos seus imediatos antecessores (Pedro e Rui). Rodrigo António não esteve no serviço directo ao rei, mas sim ao infante D. Manuel, de quem foi secretário. Fazendo parte do conjunto de “pessoas da primeira nobreza” que serviram este infante, Rodrigo António de Figueiredo terá, muito provavelmente, estado frequentemente na Quinta de Belas, onde D. Manuel de Bragança viveu desde que regressou a Portugal (entre 1734 e 1736 e depois a partir de 1738)⁷⁹¹. Pouco destaque terá obtido no serviço a este infante, de quem os testemunhos coevos apontam que viveria numa “quase indigência”, necessitando de ajuda até para as necessidades mais básicas⁷⁹². De temperamento instável, era malquisto pelo rei seu irmão, o que não proporcionou ocasiões de serviço “valioso” e a respectiva possibilidade de remuneração ao herdeiro dos Figueiredos de Ota⁷⁹³. Pode assim justificar-se a escassez de documentos relacionados com a Coroa, que não vão muito além dos documentos que dizem respeito à renovação das mercês, dos padrões de juro ou das cartas de comendas.

Significativo é também o facto de nenhum dos documentos registados nas Chancelarias, produzidos/recebidos por Rodrigo António de Figueiredo, se terem conservado no acervo e, mais uma vez, uma parte significativa dos mesmos não terem

⁷⁸⁹ V., entre outros, n.º 816, 832, 927, 950, 981, 986 da TAD.

⁷⁹⁰ V. n.º 782, 785, 786, 952, 966, 970 da TAD.

⁷⁹¹ ROMEIRO, Adriana - *Um visionário na corte de D. João V: revolta e milenarismo nas Minas Gerais*. Campinas SP: Editora UFMG, 2001, p.93.

⁷⁹² ROMEIRO, Adriana - *Um visionário na corte de D. João V...*, cit., p.97.

⁷⁹³ ROMEIRO, Adriana - *Um visionário na corte de D. João V...*, cit., p.97.

deixado qualquer traço nos inventários do ACBL. Apenas constam no *Tombo de 1722* quatro dos dezassete registos das chancelarias, relativos aos padrões de Juro e de tença. No *Tombo de 1807* foi feito apenas o registo das cartas das quatro comendas da Casa e da donataria dos Maninhos da Covilhã e já não foram descritos os padrões supra citados. Sabemos que as comendas foram concedidas em 1727, isto é, cerca de cinco anos após a elaboração do *Tombo de 1722*. Não nos parece haver outra justificação para não terem sido descritas em 1722 que não seja o facto de estas cartas terem integrado o arquivo em data ulterior à da elaboração do tomo. No entanto, esta não será uma justificação cabal, uma vez que foram incluídas, embora de forma dispersa, descrições de documentação com datas posteriores. Por outro lado, no *Tombo de 1807* já foram descritas as cartas de comenda passadas em 1727, as quais eram em pergaminhos numerados do 34 ao 37, pois são descritas na chamada “Gaveta dos Pergaminhos”⁷⁹⁴. Quanto aos padrões, esses terão sido, muito provavelmente, substituídos /actualizados da mesma forma que já referimos supra.

Rodrigo António de Figueiredo prosseguiu com as compras de propriedades, sendo que, das dezoito referências a documentos de compra e venda, doze delas dizem respeito a compras de terras em Ota. O conjunto de documentos produzidos relativos a Ota soma setenta e nove descrições, o que concorda com o investimento feito nesta quinta mas também com a acumulação patrimonial neste local, porque as sucessivas heranças, compras e alterações sofridas nas obrigações de algumas destas terras, levaram a uma complexidade crescente na identificação de cada uma das extremas e das obrigações de cada parte desta já extensa propriedade. Parece claro que Rodrigo António tenha considerado esta quinta como um dos pontos fulcrais de rendimento da Casa conferindo-lhe grande valor e entendendo que esta quinta “tinha muita [renda]”⁷⁹⁵. Investiu na manutenção da quinta, na compra de terras, defendendo a propriedade perante ameaças externas como aquela que ocorreu relativamente às extremas e demarcação dos paus de Ota, Archino e Bunhal. Rodrigo António recorreu a diferentes instâncias para se defender: em primeiro lugar pediu um traslado em pública forma da doação, feita por D. Afonso VI, do Paúl de S. Bartolomeu ao conde de Castelo Melhor e pediu igualmente um traslado do tomo dessas terras⁷⁹⁶. O paúl de S. Bartolomeu tinha anexos vários casais e duas

⁷⁹⁴ V. anexo n.º 7, quadro n.º 4.

⁷⁹⁵ ACBL, cx.20, n.º 6 -7, fl.1.

⁷⁹⁶V. n.º 1052 da TAD. Também não será por acaso a concessão do alvará passado pelo rei a Vasco da Câmara e a Rodrigo António de Figueiredo sobre a posse das terras em Ota “sem que possam ser inquietados” (V. n.º 1053 da TAD).

quintas (a Quinta de Vale de Mouro e a Quinta da Granja) que faziam extrema com as terras de Rodrigo António de Figueiredo, entre elas o chamado casal de S. Bartolomeu⁷⁹⁷.

Num outro caso, precisamente devido à complexidade de sobreposições, transferências, alteração de vínculos ou beneficiários de algumas destas terras, Rodrigo António de Figueiredo recorreu ao cartório do mosteiro de Alcobaça, antigo senhorio das mesmas, que custodiava os documentos que podiam esclarecer o nome exacto de determinados terrenos, no sentido de saber quais eram suas demarcações e obrigações que sobre elas pendiam e a quem as deveria pagar. Assim, a 8 de Agosto de 1755, solicitou ao mosteiro de Alcobaça uma certidão da escritura celebrada entre D. Afonso V e este mosteiro sobre a troca do paúl de Ota e padroado da igreja de S. Bartolomeu no mesmo paúl pelo padroado da Igreja de S. Tiago de Alenquer. O pedido foi feito com referência ao livro concreto onde o documento se encontrava: “no livro segundo Dourado a folhas 25vº se acha a escriptura, que se celebrou entre o Sr. Rey D. Affonso 5º e o Reverendíssimo D. Abbade do Mosteiro desta villa”. Tinha-se passado “treslado ha pouco tempo que na dita escriptura se acha a confrontação do dito Paul”, mas, subsistindo dúvidas, Rodrigo António de Figueiredo necessitava de saber “com que letras estão escritas as palavras =moxoeira, cabeças de Pero moço, Freixial” e por esta razão requeria que se lhe passasse “por certidão o theor das sobreditas palavras, com as mesmas letras iniciaes, grandes ou pequenas, com que se achão no dito onde principia a confrontação e acaba”⁷⁹⁸. A certidão termina com a declaração do escrivão que “aqui fielmente fiz tresladar do dito livro cujas palavras fiz escrever com as mesmas letras, e virgolas com que se achão no livro ponde letra grande aonde a havia, e letra pequena aonde a havia em fe do que vai esta por mim concertada e conferida com a dita confrontação que esta no dito livro e não leva cousa que duvida faça que não vá no fim ressalvado e sento necessário me reporto ao dito livro no dito cartório que he como o recebeo o dito Padre Carturario assinou abayxo, e eu por verdade me assinei em publico (...) e não faça duvida a entrelinha que diz donde nem o borrão no principio da demarcação onde diz se porque tudo se fes por verdade.”⁷⁹⁹. Destacariámos o recurso de Rodrigo António de Figueiredo ao cartório do mosteiro, fonte de “autoridade” e verdade, mas também é de salientar a

⁷⁹⁷ COSTA, Padre António Carvalho da – *Corografia portuguesa, e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal: com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem: varões illustres, genealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observações*, Tomo III, Livro 1º, Lisboa: Na officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712, p. 55; (V. nº 33 da TAD).

⁷⁹⁸ ACBL, cx.21, n.º 18, fl.1.

⁷⁹⁹ ACBL, cx.21, n.º 18, fl.3. V. n.º 1055 da TAD.

importância desta *micro-topografia* para a delimitação das extremas de propriedades, neste caso para esclarecer a parte das terras obrigadas à igreja de S. Tiago de Alenquer.

Tal como na geração precedente, também nesta geração se verificaram situações de conflitualidade intra familiar, entre o herdeiro da Casa e dois dos irmãos “excluídos” da herança: Miguel Joaquim de Figueiredo e Margarida de Meneses. O pomo da discórdia foi a partilha da herança dos serviços e dos bens de Pedro e de Rui de Figueiredo de Alarcão⁸⁰⁰. Para a resolução do conflito foram necessárias avaliações de alguns bens específicos: as benfeitorias feitas no Pátio de D. Fradique⁸⁰¹, um conjunto de panos de rás, um tapete da Índia⁸⁰² e uma tapeçaria⁸⁰³. Neste conflito entre os irmãos, não será casual a produção subsequente de vários documentos relacionados com a herança e as partilhas que elencamos de seguida: o feito da conta do testamento de Pedro de Figueiredo em 1733; as avaliações levadas a cabo em 1734; o traslado da doação de Rui de Figueiredo de Alarcão de todos os seus bens ao filho mais velho em 1734; o parecer sobre partilhas dos bens de Pedro de Figueiredo em 1736; as sentenças a favor de Rodrigo António de Figueiredo contra Miguel Joaquim e Margarida de Meneses sobre a partilha dos bens e dos serviços de Pedro e Rui de Figueiredo (pai e avô, respectivamente) em 1741; uma avaliação em 1742; um inventário de bens em 1746⁸⁰⁴.

Nesta disputa pelos bens da Casa não se incluiu uma outra irmã de Rodrigo, Madalena Luísa de Lencastre. A explicação pode residir no facto de, através das referências encontradas num documento datado de 6 de Julho de 1731 e intitulado: “Lembrança das dívidas que devia a casa e venciam juros”⁸⁰⁵, sabermos que Madalena Luísa e seu marido, Vasco da Câmara, viveram paredes meias com Rodrigo António de Figueiredo, foram seus credores e, de alguma forma, usufruíram dos bens da Casa. A autoria do referido documento é de José da Cunha e de António Peixoto Carvalho, que o assinaram e que, pelo conhecimento que tinham das contas da casa eram, muito possivelmente, seus administradores. O documento inclui alguns elementos que indicam que, após a morte de Pedro de Figueiredo, houve uma alteração significativa do tipo de administração dos bens. A frase lapidar, que nos convoca para essas alterações na gestão dos bens, e muito provavelmente para a alteração nos consumos e gastos, é aquela que

⁸⁰⁰ V. n.º 966, 970 da TAD.

⁸⁰¹ V. n.º 940 da TAD.

⁸⁰² V. n.º 978 da TAD.

⁸⁰³ V. n.º 903 da TAD.

⁸⁰⁴ V. n.º 896, 903, 904, 912, 966 e 970, 978 e 999 da TAD.

⁸⁰⁵ ACBL, cx.20, n.º 6, 7.

abre o documento: “Morreo o senhor Pedro de figueiredo, que Deos [tem] em vinte e nove de Março de mil e setecentos e vinde e dous: e pelas couzas que se expõem neste papel, morreo também a sua caza.”⁸⁰⁶. Apresentando a receita e despesa da Casa, os administradores provavam que a primeira era insuficiente para acudir aos gastos da segunda, o que era agravado pelo facto de as comendas da Casa, que haviam vagado por morte de Pedro de Figueiredo, terem sido confirmadas tardiamente tendo, portanto, faltado o seu rendimento: “quasi oito mil cruzados em seis anos [que] faltou esta renda”⁸⁰⁷. Talvez por ter sentido de imediato a falta deste rendimento, Rodrigo António tenha feito, um ano após a morte de seu pai, a 12 de Abril de 1723, um empréstimo de 5.000 cruzados a sua tia, Leonor Margarida de Meneses⁸⁰⁸.

Depois, como foi referido acima, Rodrigo António de Figueiredo ignorava a “pouca renda” da Quinta de Ota, “antes entendia que tinha muita, [e] não diminuiu os gastos que tinha a caza, como devia”, antes os acrescentou. Sempre apoiados em documentos auxiliares, os “róis”, Cunha e Peixoto, apontam como gastos: as obras na Casa do Castelo “que importão em alguns sincoenta mil cruzados, como consta dos rois dos mestres”⁸⁰⁹, mas também “O hir a Sra. D. Magdalena para o Paço, onde gastou, como consta Por rois de (...) António Peixoto, hum conto, novecentos e dous mil, cento e quarenta reis(...) E por rois de Joseph da Cunha mil cruzados e douze mil e seiscentos”⁸¹⁰. Rodrigo António teria gasto largamente com o casamento da irmã e ainda com o sustento deste casal que vivia em sua casa: “Alem destes gastos fez mais seu irmão com a sr^a. D. Magdalena outros muitos em jantares merendas e ceas, e em baptizados dos sres, D. Joseph e da Sra. D. Francisca, e dinheiros muito adiantados quando cazarão e dahi por diante em cõprarem carruagem e bestas e todos estes dinheiros tomava a juro para lhe acudir, e outras miudezas que não podem lembrar. Toda esta despeza poderia ter evitado Rodrigo António de Figueiredo assim de principal como de juros, que hade pagar enquanto não satisfizer o principal se os não trouxera para caza”⁸¹¹.

Através deste documento e dos “róis” de que os seus autores falam, sabemos que Rodrigo António de Figueiredo se endividou bastante, fazendo gastos com Madalena Luísa, mas também com os seus outros irmãos: Margarida, Ana (que era doente) e

⁸⁰⁶ ACBL, cx.20, n.º 6, 7, fl.1.

⁸⁰⁷ ACBL, cx.20, n.º 6, 7, fl.1.

⁸⁰⁸ ACBL, cx.11, n.º 14.

⁸⁰⁹ ACBL, cx.20, n.º 6, 7, fl.1.

⁸¹⁰ ACBL, cx.20, n.º 6, 7, fl.1-1vº.

⁸¹¹ ACBL, cx.20, n.º 6, 7, fl.1-1vº.

Miguel: “Deste papel se vê que com todos estes senhores tem gasto o seu irmão, Rodrigo”⁸¹². E uma das soluções apontadas seria abater o valor do empréstimo que este fez a Madalena Luísa, diminuindo os juros e o valor da dívida. O documento termina com a solenidade de uma declaração por parte de Peixoto e Cunha: “Como he verdade o que contem as folhas atraz escritas nos assignamos”⁸¹³. Recordamos que este resumo data de 1731. É possível que Rodrigo António, o mandante do *Tombo de 1722*, como veremos no ponto 2.2. deste capítulo, tenha desejado tomar consciência do estado da sua Casa e tenha solicitado um documento nesse sentido? Infelizmente não é possível responder cabalmente a estas questões cujas respostas podem surgir em futuras investigações.

Uma palavra ainda para referir a instituição de um morgado feito pela mulher de Rodrigo António de Figueiredo, Joana Luísa Coutinho, em 26 de Junho de 1755. Este morgado era composto pela importância do dote que Joana Luísa levou para o casamento, uma tença de 500\$000 réis na Alfândega do Porto “e tudo o mais que lhe puder pertencer e tocar do casal de seu marido”. Joana Luísa vinculou todos os bens “na casa” de Rodrigo António de Figueiredo, “para o que demite e tem de si qualquer direito e acção que lhe possa competir”. Embora se anteveja, de alguma forma, nesta instituição a autoridade do marido, há uma determinação de vontade própria que se expressou na disposição de que se deveria conservar na capela da casa uma imagem do Senhor Jesus Reformador “com obrigação de o alumiarem”⁸¹⁴.

Sabemos que Rodrigo António de Figueiredo morreu com uma dívida elevadíssima, nomeadamente 19.200\$000 réis devidos a Vasco da Câmara e 27.458\$309 réis a Madalena Luísa, esta tinha a haver de seu irmão quer o valor do dote, quer o valor da herança de seu tio Henrique de Figueiredo, dos quais recebera um juro reduzido⁸¹⁵. Os seus herdeiros veriam os rendimentos da Casa consignados ao pagamento das dívidas contraídas e dos seus juros, como veremos.

⁸¹² ACBL, cx.20, n.º 6, 7, fl.3.

⁸¹³ ACBL, cx.20, n.º 6, 7, fl.4.

⁸¹⁴ ACBL, Livro n.º 52, p.6-7. Uma palavra apenas para referir que esta imagem ainda se encontra na família, tendo sido herdada por Vasco Maria (III) com a casa do Pátio de D. Fradique, encontrando-se actualmente na Quinta de Ota. Esta imagem atesta ainda o incêndio ocorrido no palácio da Boa-Hora pois está danificada por esse acidente. (ACBL, Livro n.º 51, p.113). Veja-se também: SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e –“ O Arquivo da Casa de Belmonte. O que o Tempo ...”, cit., p.491-506.

⁸¹⁵ “Dívidas do Sr. Rodrigo António de Figueiredo que se achao lançadas no Inventário” (ACBL, cx.20, n.º 6-9).

Madalena Luísa de Lencastre; Vasco da Câmara (1725-1777)

Documentação produzida por Madalena Luísa de Lencastre e Vasco da Câmara					
Segundo Tipologias *			Segundo Temas/assuntos*		
Tipologia	Nº descr.	%	Local/Instituição/tema	Nº descr.	%
Certidões	21	29%	Coroa	23	24%
Doc. Contab.	11	15%	Ota	17	18%
Alvarás	9	12%	Morgado de Belmonte	16	17%
Sentenças	6	8%	Alcaldaria mor da Sertã e Pedrógão	10	11%
Arrendamentos	5	7%	Dívidas/empréstimos	6	7%
Patentes	5	7%	Herança de Jerónima Lobo	6	6%
Compra e venda	4	6%	Heranças	5	5%
Emprazamentos	4	6%	Morgado do Seixal	4	4%
Reconhecimentos de prazo	4	5%	Outros	8	9%
Treslados	4	5%			

*Base: TAD. Tipologias: foram considerados apenas os grupos de descrições com mais de 4 descrições (inclusive). Temas/assuntos: foram considerados apenas os grupos com mais de 4 descrições (inclusive).

Se analisarmos a produção documental de Madalena Luísa mesmo antes de contrair matrimónio, verificamos que ela instituiu um morgado perpétuo com “todos os seus bens livres que possuía, direitos e acções, mandando que todos elles, e o que lhe pertencesse das Legítimas de seus Pais, andasse sempre em Morgado, com a natureza de Dotaes, sem nunca se poderem vender, nem alienar por modo algum”⁸¹⁶. Vinculou os bens da legítima de Pedro de Figueiredo (3:862\$078), os bens do legado de seu tio Henrique de Figueiredo (19:200\$000), o valor dos seus serviços de Dama da rainha (500\$000) e o valor da dívida do Conde de Valadares, seu tio materno (4:000\$00 fora os juros). Vinculou ainda as suas jóias, prata e ouro, que deveriam ser vendidas após a sua morte e empregues para rendimento do morgado: “e só se não poderá vender hum diamante de preço que lhe deo a Senhora Infanta D. Francisca, para que fique em memoria que teve a honra de a servir.”⁸¹⁷. Além da determinação de que os seus bens nunca se pudessem vender nem alhear, a instituição estipulava ainda: “Que n’este Morgado succederá o Filho Varão mais velho, e em sua falta, a Filha mais velha, tudo na forma das ordenações, e sendo Legítimos, e na falta de todos, aquella pessoa no Morgado mais antigo da melhor Linha dos Figueiredos, do mesmo tronco que a dita Senhora vem. Que todo o possuidor d’este Morgado será obrigado a vincular-lhe a ametade da sua Terça na melhor forma de Direito.”⁸¹⁸. Uma das frases lapidares deste documento é precisamente a de que haveria uma “linha melhor” dos Figueiredos a que se deveria

⁸¹⁶ ACBL, Livro n.º 51, p.105

⁸¹⁷ ACBL, Livro n.º 51, p.105-106.

⁸¹⁸ ACBL, Livro n.º 51, p.106.

conceder o benefício do legado em caso de falta de herdeiros, invocando-se esta linhagem específica e tudo o que esta implicava em termos de continuidade biológica, familiar, mas também de honra, de fama e de serviço à Coroa, valores estruturantes no *ethos* nobiliárquico⁸¹⁹. O documento foi elaborado em 6 de Dezembro de 1725 e, talvez mais do que por vontade própria, ele justificar-se-ia muito possivelmente como defesa do património de Madalena Luísa, uma vez que o documento data do mesmo dia em que foi concertado o casamento com Vasco da Câmara, um filho secundogénito do conde da Ribeira Grande, nove anos mais novo do que a noiva.

A documentação produzida por Madalena Luísa foi-o sobretudo através de Vasco da Câmara, seu marido. Embora aquela tenha sido dama da rainha D. Mariana de Áustria, é da actividade de Vasco da Câmara, como cabeça de casal, que surge a parte mais significativa dos documentos. Daqui deriva o facto de haver um número significativo de patentes, por exemplo, ou alvarás, mas também a predominância dos documentos relacionados com a Coroa⁸²⁰.

Quanto à tipologia predominante na produção documental do casal, constatamos que as certidões constituem a fatia mais significativa. Deve-se este facto à necessidade de certidões de documentos maioritariamente relacionadas com a herança da Casa de Belmonte em 1762⁸²¹, sendo também importante o número de pedidos de certidões relativos à Alcaidaria mor da vila da Sertã e Pedrógão, recebida por Vasco da Câmara do infante D. Francisco⁸²², e ao morgado do Seixal herdado de Leonor Margarida de Meneses, tia de Madalena Luísa, irmã de Pedro de Figueiredo⁸²³. A produção de certidões relaciona-se ainda com as dívidas de Rodrigo António, quer a particulares, quer a conventos ou ao Hospital Real, dívidas essas que Madalena Luísa e Vasco da Câmara herdaram⁸²⁴.

Um dado a ter em conta na produção documental de Madalena Luísa e de Vasco da Câmara é o facto de esta se relacionar, numa primeira fase, com as mercês recebidas por Vasco da Câmara como pagamento dos serviços de seu pai, Rodrigo da Câmara. Entre

⁸¹⁹ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.179.

⁸²⁰ V. anexo n.º 2, quadro n.º 10.

⁸²¹ V. n.º 1113, 1114, 1116, 1117, 1119, 1184 da TAD.

⁸²² V. n.º 905, 997 da TAD.

⁸²³ V. n.º 1105 e n.º 1106 da TAD. Ver ainda anexo n.º 5, árvore genealógica n.º 2. Ver ainda para uma explicação cabal da fundação e percurso deste morgado: SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.159-160.

⁸²⁴ V. n.º 1139, 1140, 1148, 1167 da TAD.

elas, conta-se a comenda de S. Pedro de Babe⁸²⁵ e a Alcaidaria mor da Sertã e Pedrógão⁸²⁶. Após 1761 entraram os documentos relativos ao morgado do Seixal, herdado da já referida Leonor Margarida de Meneses⁸²⁷. No ano seguinte incorporaram-se nos bens do casal quer a Casa de Rodrigo António de Figueiredo, quer a Casa de Belmonte por morte, sem descendência legítima, de Caetano Francisco Cabral a que já aludimos⁸²⁸. Salientamos que menos de metade das descrições de Madalena Luísa e Vasco da Câmara são anteriores a 1761, isto é, anteriores à data de incorporação das heranças acima descritas.

As propriedades que impeliram a um maior número de documentos são a Quinta de Ota e a herança da Casa de Belmonte. No que diz respeito à herança da Casa de Belmonte, o processo de herança não foi simples, uma vez que existia uma filha legitimada por Caetano Francisco Cabral, Catarina Avertana, designada herdeira no seu testamento de 20 de Novembro de 1759, aberto em 6 de Janeiro de 1762⁸²⁹. Caetano Francisco só poderia dispor dos bens livres: os bens da Coroa reverteriam para a mesma e os morgados da Casa seriam atribuídos aos parentes mais próximos por via legítima que, neste caso, eram os filhos de Pedro de Figueiredo. O primeiro nesta linha de sucessão seria Rodrigo António de Figueiredo. No entanto, tendo falecido sem geração poucos dias depois de Caetano Francisco, a sucessão nestes bens caberia a Madalena Luísa, sua irmã.

Vasco da Câmara, como administrador da casa de sua mulher, empenhou-se em receber este património logo em 1762, como demonstra o traslado de uma carta de penhora que se passou sobre os bens de Catarina Avertana de Meneses, já que não existiam bens livres na casa de Belmonte⁸³⁰. Por carta de 15 de Março de 1763, D. José I respondia à representação feita por Vasco da Câmara, o qual, “como legítimo administrador de sua mulher D. Magdalena de Lencastre me representou (...) que sucedendo como imediata a seu irmão Rodrigo António de Figueiredo em todos os vínculos da sua caza e acções respectivas a eles repassara também a instancia da cauza possessoria instaurada sobre a manutenção dos morgados de que foi ultimo administrador seu Thio Caetano Francisco Cabral contra a intruza que se dizia sua filha natural posto

⁸²⁵ V. n.º 890 da TAD.

⁸²⁶ V. n.º 997 da TAD.

⁸²⁷ V. n.º 1105 da TAD. Entra neste momento o subsistema Meneses (I). V. ainda anexo n.º 5, árvore genealógica n.º 2.

⁸²⁸ V. anexo n.º 5, árvore genealógica n.º 5.

⁸²⁹ Catarina Avertana foi legitimada por carta de 16 de Novembro de 1758 (SAMPAYO, Luís de Mello Vaz de – “Subsídios para uma biografia...”, cit., p.121).

⁸³⁰ ACBL, cx.33, n.º1.

que legitimada Dona Catherina Albertana a quem notória obstava o bom direito que à mulher do suplicante assistiu como sucessora legítima e mais próxima ao dito ultimo possuidor pela novicima providencia da extravagante de nove de Novembro de mil sete centos e cincoenta e quatro(...)”⁸³¹. Esta provisão dava preferência aos parentes mais próximos legítimos sobre os ilegítimos, mesmo que estes pudessem ser mais chegados. Por esta razão, Madalena Luísa de Lencastre ganhou, a 17 de Fevereiro de 1777, a causa que o rei mandara instaurar⁸³².

Para provar o direito que a família Figueiredo tinha à herança da Casa de Belmonte foi necessário provar a descendência do ramo mais próximo legítimo (e esta legitimidade veio a ser fulcral) de Pedro Álvares Cabral⁸³³. Sua filha, Margarida Antónia de Meneses, avó de Madalena Luísa de Lencastre, veio a ser a ligação principal (mas não a única) da linhagem dos Figueiredos aos Cabrais. A prova do parentesco directo e legítimo foi fundamental para obter a referida herança⁸³⁴. Considerámos que os documentos que marcam a entrada desta Casa (e o respectivo subsistema) na posse da família são as certidões dos baptismos de Fernando Cabral, Nuno Cabral, Francisco Cabral e Margarida de Meneses, filhos de Pedro Álvares Cabral, Senhor da Casa de Belmonte⁸³⁵. Foram reunidos na mesma capilha dois requerimentos, um em nome de Rodrigo António de Figueiredo e outro de Vasco da Câmara, que, como se viu, deu andamento ao processo. Era necessário provar o parentesco dos pretendentes à herança com Margarida Antónia de Meneses (filha de Pedro Álvares Cabral). Por isso foi pedida a certidão de casamento desta senhora com Rui de Figueiredo de Alarcão. Além disso, Vasco da Câmara solicitou a certidão de baptismo de Fernão Cabral ao prior de Santiago da Vila de Penamacor. No requerimento desta certidão, Vasco da Câmara afirmava que necessitava da certidão de Fernão Cabral que estava “[no livro] onde se achou o assento de Dona Margarida filha do mesmo [Pedro Álvares Cabral], de que o Reverendo Vigário ia passou certidão” e, tentando garantir que obtinha este documento, pedia ao prior que, caso não estivesse o dito assento no mesmo livro, o procurasse no livro antecedente ou subsequente. Porém, o pedido não foi satisfeito porque, como o prior explicava, pelo facto de os livros “serem antigos, e se acharem troncados”⁸³⁶.

⁸³¹ SAMPAYO, Luís de Mello Vaz de – “Subsídios para uma biografia...”, cit., p.124-125.

⁸³² SAMPAYO, Luís de Mello Vaz de – “Subsídios para uma biografia...”, cit., p.123-124.

⁸³³ Que viveu c. 1600-1655.

⁸³⁴ V. anexo n.º 5, árvore genealógica n.º5.

⁸³⁵ V. Quadro de classificação/SSC05-02.

⁸³⁶ V. n.º 1113 da TAD.

Devido a este processo, os rendimentos da Casa de Belmonte foram sequestrados e Vasco da Câmara obteve uma provisão de D. José I pela qual o rei fez mercê a Madalena Luísa de Lencastre e a ele próprio, de poderem administrar todos os morgados que a compunham. O resultado desta provisão foi o controle desta Casa a partir de 1767, que é simultaneamente a data em que constatamos a presença de documentos de controle de rendimentos e despesas desta Casa⁸³⁷ e livros com a relação dos foreiros em dívida, em que são elencadas as “Pessoas que deve[m] de cada novidade, tanto senteio como trigo pitanças e dinheiro”⁸³⁸. É de 1767 ainda o “Livro de registo de todo o dinheiro que se enviou para Vasco da Câmara para Lisboa”⁸³⁹ e que respeita aos anos de 1767 até 1791. Este livro começa por explicar as obrigações que o novo morgado tinha na Capela de Nossa Senhora da Piedade: “Neste livro se hade carregar todo o dinheiro que for remetendo para Lixboa desde esta novidade de 1767 por diante que principiou em o dia de S. João e tomou posse da Caza o Exmo. Senhor. D. Vasco da Camera Senhor do morgado desta Provincia.”⁸⁴⁰.

A dimensão da Casa de Belmonte explica que uma parte muito significativa dos documentos do conjunto documental produzido por Madalena Luísa e Vasco da Câmara diga respeito a esta herança, sendo que a maioria dos documentos que se conservaram no arquivo são já da administração dos novos herdeiros ou são treslados e certidões produzidos no contexto do respectivo processo judicial. São, pois, diminutos neste arquivo os documentos relacionados com Belmonte de produção anterior à data da herança⁸⁴¹. A razão desta ausência, segundo o *Tombo de 1807*, foi o facto de que “a dita senhora D. Catherina [Avertana] se achava em caza do Senhor Caetano Francisco Cabral ao tempo que falleceo sonegou os papeis de maior consequência, e entregou só os que eram de menor importância(...)”⁸⁴². Através desta simples frase verifica-se, mais uma vez,

⁸³⁷ V. n.º 1176 da TAD.

⁸³⁸ V. n.º 1188 da TAD.

⁸³⁹ V. n.º 1175 da TAD.

⁸⁴⁰ “Tem a caza desta vila a obrigação de duas Missas quotianas na sua Capela da Sr^a da Pidedade E de quatro Mirsieiras com obrigação de ouvirem as duas Missas na Capela E emquanto estiverem a ellas rezão cada humas 100 Pai Nosso e 100 Ave Maria por tenção dos instituidores, e vinte CRedoz. E estando impedidas que não possam assistir as Missas se lhes da liberdades para poderem satisfazer em suas Cazas, como também, quando não possam acabar emquanto estiverem as Missas que assim o diz a Instituição. E lhe manda dar de Ordenado dois paens trigos cada dia dos fornos e quando ir não possam, haver das terras (?), se lhes dará cada semana meyo alqueire de trigo, e quartilho e meio de vinho cada dia que fazem 12 almudes por anno e meia canada de azeite cada mez, que fazem hum alqueire por anno.” (V. n.º 1175 da TAD).

⁸⁴¹ Existem com datas anteriores a este processo: Inventário que se fez por morte de Mariana Josefa da Silva mulher de Francisco Cabral 1692-00-00, (ACBL, cx.53, n.º 65); Aforamento de umas casas na Rua do Funil, que eram pertença de Caetano Francisco Cabral, 1753-01-24, (ACBL, cx.53, n.º 85).

⁸⁴² ACBL, Livro n.º 51, p.61.

a importância central do espaço físico na manutenção, conservação e posse de um arquivo. Mais ainda, estar ou viver no local onde o acervo se encontrava - como sucedeu com Catarina Avertana - conferia um poder, por vezes inusitado, sobre a informação e, por conseguinte, uma grande vantagem sobre aqueles que pretenderam e lhe disputaram os bens.

Relativamente a Ota, Vasco da Câmara comprou, logo em 8 de Julho de 1757 e, portanto, antes da morte de Rodrigo António, duas casas térreas nos Paços⁸⁴³. Entretanto, a 6 de Novembro de 1758, Vasco da Câmara penhorava os bens de Rodrigo António de Figueiredo, seu cunhado, por este lhe dever 48.000 cruzados e seus juros⁸⁴⁴. Provavelmente por doença ou incapacidade, em 8 de Setembro de 1759 Rodrigo António fazia um documento de renúncia e cessão de administração dos seus bens a Vasco da Câmara⁸⁴⁵. Neste documento incluíram-se as declarações sobre as dívidas de Rodrigo António e as de seu irmão Miguel Joaquim e ficamos a saber igualmente que haveria um acordo “entre todos” para sanear essas dívidas: o acordo passava por ceder a Madalena Luísa e Vasco da Câmara a recolha da dívida do conde de Valadares à Casa, diminuindo assim o montante total⁸⁴⁶. Embora Vasco da Câmara tenha arrendado, em 1760, o moinho dos Paços por três anos a Luís Carvalho⁸⁴⁷, o conjunto de documentação respeitante a Ota é maioritariamente produzida a partir de 1761, sendo mandada fazer por Vasco da Câmara nesse mesmo ano uma medição e uma avaliação da quinta e casas⁸⁴⁸. Tudo isto indica o interesse que a Quinta de Ota tinha para Vasco da Câmara e as medidas que tomou para tomar em suas mãos a sua administração.

Após a Lei da Regulamentação dos Morgados de 3 de Agosto de 1770, Madalena Luísa foi ainda instada a apresentar um documento de confirmação dos seus morgados de que obteve a confirmação em 17 de Outubro de 1770⁸⁴⁹, através dos “Vistos das sentenças do Juízo das Justificações pelo qual se julgou pertencerem a Madalena Luísa de Lencastre todos os Morgados e tenças que possuía o seu irmão Rodrigo António de Figueiredo”. Embora careça de alguma investigação, a comprovar esta ideia, talvez tenha sido por esta razão que foram descritos com minúcia (por alguém que não o primeiro escrivão do

⁸⁴³ Aldeia imediatamente vizinha de Ota (a sudeste da mesma). É possível que se trate da compra de umas casas muito próximas vizinhas à casa da Quinta de Ota e de dimensão considerável (V. n.º 1071 da TAD).

⁸⁴⁴ ACBL, cx.32, n.º 2.

⁸⁴⁵ V. n.º 1088 da TAD.

⁸⁴⁶ V. n.º 1088 da TAD.

⁸⁴⁷ V. n.º 1091 da TAD.

⁸⁴⁸ V. n.º 1107 da TAD.

⁸⁴⁹ V. n.º 1193 da TAD.

tombo) os testamentos e instituições de morgados existentes nas últimas páginas do *Tombo de 1722*.

Madalena Luísa morreu em 20 de Março de 1771 e, poucos anos depois, Vasco da Câmara cedeu a administração da Casa ao seu filho, como veremos. O último documento produzido por Vasco da Câmara data de 1776, sendo uma carta de compra de umas casas sitas na Vila de Salvaterra de Magos de que voltaremos a falar⁸⁵⁰.

Miguel Joaquim de Figueiredo (n. 1701- m. depois de 1747)

Dispomos de muito pouca informação no ACBL sobre Miguel Joaquim de Figueiredo, também designado na documentação como Miguel Joaquim de Meneses, filho de Pedro de Figueiredo e de Margarida Antónia de Meneses. Sabemos que recebeu o alvará de filhamento da Casa Real cerca de 1708⁸⁵¹ requerendo emancipação para poder reger e governar seus bens, provavelmente após a data de morte do seu pai em 1722⁸⁵². Dele sabemos ainda que foi deão da Sé de Leiria, tendo apenas frequentado a Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra nos anos de 1722 e 1723⁸⁵³. Há o registo, no *Tombo de 1722* de correspondência do Bispo de Leiria para Miguel Joaquim sobre o deado da sé, cargo que ele veio a ocupar⁸⁵⁴. Embora em Leiria, o Deão, dignidade logo abaixo do bispo, devesse ser, por inerência, graduado em cânones (e não em medicina), esta nomeação poderá explicar-se através da ligação familiar de Miguel Joaquim de Figueiredo ao bispo daquela diocese seu tio, D. Álvaro Abranches e Noronha, que era irmão de Francisca Inês de Lencastre, mãe de Miguel Joaquim? É possível. Sabemos também que a família dos condes de Valadares a que ele pertencia, foi, de facto, bastante presente em Leiria⁸⁵⁵.

⁸⁵⁰ V. n.º 235 da TAD.

⁸⁵¹ V. n.º 525 da TAD.

⁸⁵² V. n.º 767 da TAD.

⁸⁵³ AUC, Índice de alunos da Universidade de Coimbra, Faculdade de Medicina; Matrícula(s): 22.10.1723; Instituta 21.11.1722. disponível em: <http://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=138020&ht=Miguel%20Joaquim%20Figueiredo> [Consult. 21 Abr. 2016].

⁸⁵⁴ V. n.º 168 da TAD.

⁸⁵⁵ GOMES, Saul António - "Diocese de Leiria-Fátima". *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. [Em linha]. Vol. III, (2001), p.6. [Consult. 23 Jan. 2016]. Disponível em <http://www.leiria-fatima.pt/attachments/article/361/HistoriaDioceseSaul.pdf>. Em 27 de Dezembro de 1694, D. Álvaro é sagrado bispo na igreja da Congregação de S. Filipe Neri, em Lisboa, entrando nesse mesmo ano na diocese de Leiria. V.: MELO, Maria Luísa de Albuquerque de - *450 datas para a História da diocese de Leiria*. [Em linha] Leiria-Fátima: Órgão oficial da Diocese, 1995. [Consult. 30 Nov. 2016]. Disponível em http://www.leiria-fatima.pt/attachments/article/266/Leiria-Fatima_ed_08a.pdf.

Finalmente encontramos Miguel Joaquim com Rodrigo António de Figueiredo em 1747, a fazer doação aos Padres João Bernardes e Domingues Bernardes do uso de uma Capela na Igreja de Nossa Senhora da Encarnação, por escritura que foi ratificada em Outubro do ano seguinte⁸⁵⁶.

Geração 10

Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral; Mariana de Meneses (1746-1797)

Documentação produzida por Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral; Mariana de Meneses					
Segundo Tipologias *			Segundo Temas/assuntos*		
Tipologia	Nº descr.	%	Local/Instituição/tema	Nº descr.	%
Emprazamento	33	19%	Ordens	41	19%
Doc. Contab.	29	16%	Morgado de Belmonte	38	17%
Certidão	23	13%	Coroa	31	14%
Alvarás	16	9%	Morgado da Lobagueira	27	12%
Compra/venda	12	7%	Ota	13	6%
Avisos	10	6%	Morgado do Seixal	13	6%
Subenfiteuse	10	6%	Terras de Salvaterra	12	5%
Aforamentos	8	4%	Controle Contas	11	5%
Provisões	7	4%	Heranças	10	5%
Sentenças	7	4%	Maninhos da Covilhã	8	4%
Arrendamentos	5	3%	Alcaldaria mor da Sertã	6	3%
Posses	5	3%	Morgado do Castelo	4	2%
Mercês	4	2%	Lezíria da Praia	4	2%
Cartas comendas	4	2%			
Padrões de tença	4	2%			

*Base: TAD. Tipologias: foram considerados apenas os grupos de descrições com mais de 4 descrições (inclusive). Temas/assuntos: foram considerados apenas os grupos com mais de 4 descrições (inclusive).

O primeiro documento de que temos notícia respeitante a Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral é o alvará de mercê do foro de moço fidalgo com mil reis de moradia por mês e um alqueire e meio de cevada por dia, datado de 15 de Setembro de 1746. Até 1763, ano em que recebeu, por nomeação régia, as comendas da Ordem de Cristo que Rodrigo António possuía, os documentos que produziu prenderam-se com o acrescentamento do foro da Casa Real para fidalgo escudeiro, com o lançamento do Hábito de Cristo e com o desempenho de cargos militares⁸⁵⁷. O documento mais recente do casal foi produzido por Mariana de Meneses já viúva, em 12 de Janeiro de 1795, e é

⁸⁵⁶ V. n.º 1002 da TAD.

⁸⁵⁷ V. n.º 1132, 1115 da TAD.

uma Sentença cível pela qual se consignou a décima parte dos rendimentos da casa (adjudicados na Comenda de S. João Baptista de Sinfães) para a subsistência da mesma.

Após 1763, e tendo as cartas das comendas de S. Pedro de Merlim, Santiago de Besteiros, S. João Baptista de Sinfães e de S. Salvador de Castelões, Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral iniciou um processo de confirmação de foros com a citação e solicitação da documentação aos caseiros das comendas de Merlim e Sinfães⁸⁵⁸. No total de documentos por ele produzidos, o conjunto temático mais significativo é precisamente aquele que se relaciona com as Ordens, com quarenta e um documentos⁸⁵⁹. Obtida a autorização, por provisão, para poder emprazar e aforar os bens das comendas em 1764, Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral procedeu ao emprazamento ou renovação das várias terras das comendas⁸⁶⁰. Nos anos seguintes, obteve por mercê régia a confirmação das mercês que pertenciam à Casa e, como foi referido acima, recebeu de seu pai, Vasco da Câmara, em 1772, a administração da Casa⁸⁶¹. Esta passagem foi feita através de um alvará produzido em dois exemplares, um para Vasco da Câmara e outro para Pedro da Câmara, tendo-se ambos conservado no arquivo⁸⁶². Importa determo-nos um pouco sobre este documento que abre com os títulos honoríficos de cada um dos intervenientes, o que confere maior solenidade ao mesmo: Vasco da Câmara é apresentado como “Cavaleiro professo na Ordem de Cristo, na mesma comendador, alcaide mor das vilas da Sertã e Pedrógão do priorado do Crato, e vedor da casa da Rainha Fidelíssima Nossa Senhora” e Pedro da Câmara como “camarista de Sua alteza Real” o futuro D. Pedro III⁸⁶³. Após definir as condições em que foi feita a cessão, que se prendem sobretudo com o sustento de Vasco da Câmara e com o pagamento das dívidas de Rodrigo António, ficamos a saber que pai e filho “mandaram escrever” o documento a Manuel da Costa, o qual era “assistente na Caza do Desembargador Jozé de Moraes Machado”⁸⁶⁴. Manuel da Costa foi encarregado da elaboração do mesmo que foi confirmado - “depois de o Lermos, e por estar escripto segundo as nossas vontades” -, e assinado por ambos. Além disso o documento foi feito em duplicado - “dois do mesmo theor” - com o intuito de “cada hu de nós ficar com o seu título”⁸⁶⁵. O valor do documento ultrapassa a simples relação pai-

⁸⁵⁸ V. n.º 1133, 1144 da TAD.

⁸⁵⁹ V. anexo n.º 2, quadro n.º 11.

⁸⁶⁰ V. n.º 1153 da TAD.

⁸⁶¹ V. n.º 1172, 1173, 1183, 1186, 1200, 1208-1211 da TAD.

⁸⁶² V. n.º 1199 da TAD.

⁸⁶³ ACBL, cx.20, n.º 7, fl.1.

⁸⁶⁴ ACBL, cx.20, n.º 7, fl.2.

⁸⁶⁵ ACBL, cx.20, n.º 7, fl.2.

filho, embora tenha sido produzido no âmbito dessa mesma relação, uma vez que foi produzido por alguém exterior à família e, mais ainda, ligado à magistratura. O facto de se ter consagrado tal passagem através de um documento jurídico solene é, em si, relevante.

Analisemos então o seu conteúdo: através deste documento ficamos a par, em primeiro lugar, dos benefícios e comodidades que Vasco da Câmara pretendia para sua manutenção tais como o número de criados, bestas, equipagens e o valor da pensão. Foi depois registado tudo o que fora entregue a Pedro da Câmara: em primeiro lugar a “Caza que foi de meu Cunhado, o Senhor Rodrigo António de Figueiredo, que se compõem de bens vinculados, prazos e bens livres, em que entram muitas e grandes benfeitorias; e bem assim renuncio nelle a meação e terça que me toca no inventario que fiz por morte da minha mulher a Exm^a Dona Magdalena de Alencastro, que Deuz haja em gloria”⁸⁶⁶. Além disso, Vasco da Câmara entregava a seu filho a Casa de Belmonte “que se me julgou por cabeça da dita minha mulher em cujo pleito fiz huma considerável despeza e ainda pende sobre a Liquidação”. A tarefa fundamental de Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral seria, além do sustento de seu pai, como dissemos, pagar as dívidas que pendiam sobre a Casa: “o dito meu filho será obrigado a pagar as dívidas que ficou devendo seu thio e meu cunhado, o senhor Rodrigo António de Figueiredo”. Vasco da Câmara afirmava que o pagamento destas dívidas, “em cujo pagamento porá todo o seu cuidado”⁸⁶⁷, haviam sido a razão pela qual Rodrigo António nomeara Vasco da Câmara ou o seu descendente, nos bens da Coroa que pertenciam à Casa: “e elle mos nomeou com obrigação de as pagar e eu me obriguei ao pagamento para evitar o arrematarem-se os tais prazos; além desta razão concorre a de que o dito seu Thio em contemplação minha, e na fé de que eu havia de pagar a dividas, pedio a Sua Magestade para o dito meu filho, a mercê dos bens da Coroa e Ordens que o dito Senhor foi servido fazer-lhe”⁸⁶⁸. Vasco da Câmara remetia para um outro documento onde estavam indicadas as mesmas dívidas: “constão de hum rol que elle [Rodrigo António de Figueiredo] mandou fazer e dellas paguei algumas como consta do mesmo rol”. Pedro da Câmara teve conhecimento deste documento- “e tomo a entrega do rol das dívidas, cujo rol li” - e comprometia-se a pagá-las⁸⁶⁹.

⁸⁶⁶ ACBL, cx.20, n.º 7, fl.1.

⁸⁶⁷ ACBL, cx.20, n.º 7, fl.1vº.

⁸⁶⁸ ACBL, cx.20, n.º 7, fl.1vº.

⁸⁶⁹ ACBL, cx.20, n.º 7, fl.1vº.

Logo em 1772 foi feito um resumo das rendas da Casa, o que comprova que Pedro da Câmara pretendeu saber com exactidão qual o rendimento de cada uma das propriedades e, portanto, levar a cabo uma administração mais eficaz e controlada das propriedades. Neste conjunto entram, pela primeira vez, além dos rendimentos de Salvaterra com receitas e despesas, o livro de ordenados dos criados de Salvaterra e Ota⁸⁷⁰. O controle das despesas foi feito também “dentro de casa” através de livros de despesas domésticas - “Livro da Receita e Despesa pertencente aos Sres. D. Vasco e D. Leonor da Câmara, e das suas famílias principais(...)” - datados entre 1772 e 1774 e depois de 1776 e 1777⁸⁷¹. Embora não aparentem ter um carácter sistemático nem contínuo (salvo a possibilidade de não se terem conservado outros livros similares), este documento indica que se pretendia controlar não apenas as despesas com as propriedades, mas também os gastos com os filhos (Vasco Manuel e Leonor)⁸⁷². Em 1791 foi ainda feito um resumo de todas as contas da casa, que incluíram rendimentos totais por comendas, bens livres, bens vinculados, prazos, alcaidarias⁸⁷³.

Quanto à Casa de Belmonte propriamente dita, ela foi também alvo de escrutínio, uma vez que os seus rendimentos eram bastante significativos. Veio acrescentar em grande medida a capacidade económica da família, por isso são justificados os documentos e livros com o elenco dos foreiros em dívida em 1784⁸⁷⁴ e os livros de dívidas e de rendimentos da mesma (embora alguns destes não estejam datados)⁸⁷⁵. Pedro da Câmara teve a intenção de se fazer presente em Belmonte, uma vez que comprou aqui “uma morada de casas na dita Vila e outras contíguas com lagar, quintal e mais pertenças,” em 4 de Abril de 1787⁸⁷⁶. Sabemos inclusivamente que Pedro de Figueiredo se deslocou, pelo menos uma vez, à vila de Belmonte através de uma descrição: “Relação dos rendimentos da Casa de Belmonte quando Pedro da Câmara visitou a mesma vila”⁸⁷⁷. Da presença da família nas propriedades mais próximas de Lisboa - Ota, Salvaterra, Lobagueira - há testemunhos abundantes na documentação: pelo contrário, há muito

⁸⁷⁰ Segundo o “Rezumo da renda da Caza no estado prezente ao ano de 1772” (ACBL, cx.20, n.º 6 (9), fl.1-1vº-2) este rendimento rondava os 11.000\$000 réis (V. n.º 1202 e 1217 da TAD).

⁸⁷¹ V. n.º 1223, 1254 da TAD.

⁸⁷² Trata-se certamente das despesas de Vasco Manuel, filho de Pedro da Câmara. É possível que a Leonor a que o documento se refere seja a irmã de Pedro da Câmara, mas também pode tratar-se de Constança Leonor, sua filha. Uma vez que o documento não se conservou, não é possível confirmar este ponto.

⁸⁷³ V. n.º 1411 da TAD.

⁸⁷⁴ V. n.º 1329 da TAD.

⁸⁷⁵ V. n.º 1437, 1438 da TAD.

⁸⁷⁶ V. n.º 1341 da TAD.

⁸⁷⁷ V. n.º 1382 da TAD.

poucas referências a deslocações a propriedades para além da Estremadura/Ribatejo. Estas ocorreriam, sem dúvida, em momentos adequados, momentos em que terá sido necessária a afirmação do poder senhorial e a tomada de posse de determinadas propriedades ou talvez para uma cobrança de rendas. Neste caso, a importância e a dimensão da Casa justificaram esta deslocação a Belmonte, mais ainda porque, ao longo do século XVIII o poder efectivo e o exercício da jurisdição senhorial esteve em claro declínio⁸⁷⁸.

Este processo de dificuldade de cobranças não era novo e transformou-se numa verdadeira impossibilidade relativamente à donataria dos Maninhos da Covilhã devido à recusa velada (ou não) da parte dos rendeiros do pagamento das rendas o que levou o *Cartório de 1807* a afirmar: “Ainda que no dito Archivo existe o dito Tombo, e faça menção de imensas propriedades que lhe competem, vendo o Senhor Rodrigo António de Figueiredo, meu Avô, e Pai a grande deterioração em que se achavão as rendas dos Maninhos, acodirão a isto e mandarão fazer novo Tombo; porem os moradores da Covilhã, e Termo, se houveram de tal modo com o Ministro que tombava as terras, e propriedades, que além de armarem cauzas contra o dito Ministro (...) se amotinarão de forma que foi preciso huma resolução superior para que o corregedor da Comarca de Vizeo devaçasse do cazo (...)” O autor destas linhas termina constatando que “hoje não se cobra nada das respectivas propriedades dos Maninhos e a Caza tem só o título de Donataria deles”⁸⁷⁹.

Um exemplo do controle mais cuidado dos rendimentos neste final do século XVIII fica patente num pequeno caderno de registo de entrega de dinheiro a Pedro da Câmara em moedas de ouro provenientes da venda de produtos - palha - e das rendas das casas e hortas do Pátio de D. Fradique⁸⁸⁰. Essa entrega era feita por um criado ao próprio Pedro da Câmara ou ao seu administrador, neste caso Domiciano José de Carvalho, em sua casa na Boa-Hora. Por vezes é indicado no caderno o local da entrega: “na casa do jantar”; e se é feita a entrega directamente, ou não, a Pedro da Câmara. Anotando-se precisamente quando este estava ausente “porque estava de semana”, por “não se achar a V. Exmº em caza e ter hido para Saluaterra” ou “quando tinha hido para Hota”. Há igualmente a

⁸⁷⁸ CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – “Aristocracia, poder e família...”, cit., p.50.

⁸⁷⁹ ACBL, Livro n.º 50, p.217-218.

⁸⁸⁰ V. n.º 1328 da TAD.

anotação de uma questão colocada por Dominicano: “e o fidalgo me proguntou se aquele dinheiro hera das rendas das cazas e eu disse que sim”⁸⁸¹.

Pelo acima exposto entrevemos um desígnio de Pedro da Câmara enquanto administrador da Casa: o pagamento das dívidas que sobre ela pendiam. Este desígnio teve eco na produção documental: além dos documentos de controle de receitas e despesas, os documentos que dizem respeito à propriedade, da qual era possível obter rendimento, são os mais frequentes: referimo-nos aos emprazamentos, conjunto mais elevado com trinta e três descrições⁸⁸². Alguns dos rendimentos destas propriedades foram adjudicados ao pagamento das dívidas herdadas como está explicado no Alvará de cessão de administração da Casa: “desde logo consigno as fazendas de Otta, Carregado, Campo Grande, para se hirem pagando os juros das dívidas que os vencem e também para se pagarem as dividas que não vencem juros”. Além disto, Pedro da Câmara havia destinadas as rendas da comenda de Besteiros para pagar as prestações a seu pai, sendo que, “depois que elle falecer, ficará a dita consignação servindo para pagamento das dividas de meu Thio, para por este modo serem pagas com mais brevidade”⁸⁸³.

Os vinte e nove documentos contabilísticos corroboram este propósito do fidalgo sendo que este número é equiparável ao número de documentos do mesmo tipo produzidos por Pedro de Figueiredo de Alarcão. Já no que diz respeito ao conjunto de documentos agrupados por temas, vinte e três documentos relacionam-se com a administração das comendas. A documentação produzida a propósito da Casa de Belmonte – que envolveu a disputa com Catarina Avertana mas também a sua administração - vem logo a seguir com trinta e oito documentos e o morgado da Lobagueira com vinte e sete⁸⁸⁴.

Do total de trinta e um documentos registados na Chancelaria apenas seis se conservaram no ACBL, treze foram descritos no *Tombo de 1807* e uma parte destes dizem respeito ao processo de herança da Casa de Belmonte⁸⁸⁵.

Um dos pontos que podemos destacar nesta geração é a sua reaproximação à vida na corte. Recordamos que se verificou um certo distanciamento na geração anterior, matizado apenas pelo desempenho de Vasco da Câmara como gentil homem da Câmara

⁸⁸¹ V. n.º 1328 da TAD.

⁸⁸² V. anexo n.º 2, quadro n.º 11.

⁸⁸³ ACBL, cx.20, n.º 7, fl.1vº.

⁸⁸⁴ V. anexo n.º 2, quadro n.º 11.

⁸⁸⁵ V. n.º 1276, 1356, 1366, 1384, 1407, 1436 da TAD.

do Infante D. Francisco⁸⁸⁶. O motivo dessa aproximação pode estar, entre outros, no casamento de Pedro da Câmara com Mariana de Meneses, filha de José de Meneses da Silveira e Castro e de D. Luísa Gonzaga, condessa de Rappach, dama austríaca que veio para Portugal com D. Maria Ana de Áustria, mulher do rei D. João V⁸⁸⁷. Por isso não é estranho que, dos trinta e um documentos relacionados com a Coroa, quase um terço sejam avisos para assistências no paço. Ficamos por eles a saber que Pedro da Câmara assistiu à aclamação da rainha D. Maria I e foi nomeado estribeiro mor de D. Pedro III em 12 de Maio de 1777, acompanhando-o em várias ocasiões⁸⁸⁸. Foi nomeado para testemunha do casamento da infanta D. Mariana Vitória com o Infante D. Gabriel, filho d'el-rei católico Carlos III em 1785⁸⁸⁹ e, após a morte de D. Pedro III, permaneceu ao serviço da Família Real como gentil homem do Infante D. João⁸⁹⁰, de quem D. Mariana de Meneses era aia.

Os benefícios desta proximidade ver-se-iam sobretudo na geração de Vasco Manuel e teriam reflexo na documentação como demonstraremos adiante.

Leonor da Câmara (n-1736-m?)

São muito poucos os dados que temos sobre Leonor da Câmara, irmã de Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral. Foi feita dama da rainha D. Maria Ana Vitória em 7 de Janeiro de 1766, como consta da mercê feita por esta mesma rainha, sendo este o único documento a ela relativo que se encontra no ACBL⁸⁹¹.

⁸⁸⁶ V. n.º 890 e 997 da TAD.

⁸⁸⁷ Ver [em linha:] <http://www.inventarq.fcsh.unl.pt/index.php/meneses-e-tavora-familia> [Consult. 20 Fev. 2017].

⁸⁸⁸ V. n.º 1244, 1273 da TAD.

⁸⁸⁹ V. n.º 1333 da TAD.

⁸⁹⁰ V. n.º 1379 da TAD.

⁸⁹¹ V. n.º 1166 da TAD. É possível, como dissemos acima, que os livros de receita e despesa digam respeito a Leonor da Câmara.

Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara; Jerónima Margarida de Noronha (1777-1840)

Documentação produzida por Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara; Jerónima Margarida de Noronha						
Segundo Tipologias *				Segundo Temas/assuntos*		
Tipologia	Nº descr.	%		Local/Instituição/tema	Nº descr.	%
Doc. contabilísticos	116	27%		Ota	129	25%
Recibos	46	11%		Coroa	61	12%
Arrendamentos	37	9%		Morgado de Belmonte	47	9%
Certidões	34	8%		Morgado da Lobagueira	46	9%
Avisos	20	5%		Ordens	32	6%
Compra/venda	20	5%		Controle contas/despesas	31	6%
Mercês	18	4%		Brasil/Guerra peninsular	19	4%
Apostilhas	17	4%		Heranças	18	3%
Reconhecimentos foreiros	17	4%		Morgado do Seixal	16	3%
Sentenças	16	4%		Morgado do Campo grande	12	2%
Inventários de Bens	13	3%		Alcaidaria mor da Sertã e Pedrógão	12	2%
Procurações	10	2%		Capelas	11	2%
Aforamentos	9	2%		Morgado do Castelo	11	2%
Alvarás	7	2%		Herança de Jerónima Lobo	10	2%
Correspondência	7	2%		Lezíria da Praia	8	2%
Treslados	7	2%		Palácio da Boa-Hora	6	1%
Autos	6	1%		Dívidas	6	1%
Emprazamentos	6	1%		Ofício Porteiro Mor	6	1%
Renovação de emprazamentos	5	1%		Torres Vedras	5	1%
Inventários de documentos	4	1%		Capela da Barreteira	4	1%
Listas Bens p/ Brasil	4	1%		Quinta de Monte Coche, Benfica	4	1%
Livros de recibos	4	1%		Casamento	4	1%
Patentes	4	1%		Salvaterra	4	1%
				Outros	15	3%

*Base: TAD. Tipologias: foram considerados apenas os grupos de descrições com mais de 4 descrições (inclusive). Temas/assuntos: foram considerados apenas os grupos com mais de 4 descrições (inclusive).

O documento mais antigo respeitante a Vasco Manuel é o foro de moço fidalgo da Casa Real em 1777⁸⁹² e o documento mais recente nesta geração foi produzido por Jerónima Margarida e é um escrito de contas domésticas (“Contas da Casa e relação de desobrigados da Quaresma”⁸⁹³) datado de 1840-1842, sendo que Jerónima Margarida, entretanto falecera (c. 1841) como atesta o último item da TAD o “Mandado de entrega

⁸⁹² V. n.º 1243 da TAD.

⁸⁹³ V. n.º 1951 da TAD.

e recibo do procurador Duarte Cardoso de Sá do produto da herança que ficou de Jerónima Margarida de Noronha e recibo das custas pagas ao escrivão do inventário”⁸⁹⁴.

Entre 1777 e 1781 os documentos produzidos por Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara são sobretudo avisos relacionados com a “assistência no Paço” tais como o “ir à igreja de Nossa Senhora da Ajuda dar ao gentil homem da câmara a tocha que o príncipe há-de levar na procissão da Exposição do Sacramento”⁸⁹⁵ e a partir de 1783 destacam-se as patentes militares⁸⁹⁶, sendo que a sua produção documental tem mais expressão a partir de 1794, por morte de Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral, seu pai.

Destacaríamos que, no *corpus* analítico que construímos, o número mais elevado de descrições por produtor pertence a Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara. No entanto, chamamos a atenção para o facto de, na análise da TAD, dever ser considerado um conjunto de factores como a conservação casual dos documentos respeitantes à Quinta de Ota, mas também (e sobretudo) os critérios que presidiram às descrições documentais feitas para os documentos anteriores a 1807 (baseadas no *Tombo de 1807*) e os critérios de descrição posteriores a esta data. Com efeito os documentos posteriores a 1807 foram descritos por nós mesmos de forma simplificada, apenas com as datas, os nomes (se aplicável), e o tema/assunto constante do mesmo documento, utilizando-se na maioria dos casos os títulos atribuídos pelos seus produtores, como por exemplo “Lista dos frutos que se salvaram dos franceses quando Manuel Colaço Correia era feitor” ou “Lista dos vales recebidos da Junta das Munições”.

Feita esta ressalva, tentemos extrair alguns elementos chave do conjunto de documentação produzido por Vasco Manuel e Jerónima Margarida⁸⁹⁷. O primeiro, ao nível das tipologias documentais, é o elevado número de documentos contabilísticos, que surgem em primeiro lugar no quadro supra, com cento e dezasseis descrições, o segundo, ao nível temático e relacionado em grande medida com os documentos contabilísticos, é o número de documentos relativos à Quinta de Ota, com cento e vinte e nove descrições. Sabemos que este número é impulsionado, por um lado, pela conservação dos livros de documentos no local desde então e, por outro, pela alteração do tipo de administração desta quinta, que foi entregue a Manuel Colaço Correia a partir de 1803: "O feitor Manoel Colaço Correya veyo para a quinta d'Otta em o primeiro de Mayo de 1803 com ajuste de

⁸⁹⁴ V. n.º 1952 da TAD.

⁸⁹⁵ V. n.º 1271, 1281, 1290 da TAD.

⁸⁹⁶ V. n.º 1325, 1385 da TAD.

⁸⁹⁷ V. anexo n.º 2, quadro n.º 12.

ganhar 72\$000 e três moyos de pam, 90 de trigo e 90 de Milho, 3 cântaros de azeite.”⁸⁹⁸. Esta administração caracterizou-se por um controle que poderíamos dizer constante, disciplinado e organizado, com a produção de um conjunto de documentação bastante sistemática. É possível que Manuel Colaço tenha sido instruído ou tenha recebido influência da chamada Aula do Comércio⁸⁹⁹, onde se aprendia (entre outros) o ofício de guarda livros e onde a aristocracia recrutou gente⁹⁰⁰. A nossa afirmação baseia-se no facto de que a documentação que tem a assinatura deste feitor ter um carácter metódico e coerente que indicia algum tipo de formação. Dele são sistematicamente apresentados anual ou semestralmente: as listas de frutos recolhidos na Quinta de Ota em Setembro/Outubro⁹⁰¹; listas de despesas⁹⁰²; recibos de despesas (e respectivas cópias)⁹⁰³; listas de trabalhadores⁹⁰⁴; inventários de existências⁹⁰⁵. Manuel Colaço Correia utilizou ainda na sua gestão corrente, livros de receitas e despesas⁹⁰⁶, livros de registo das soldadas dos criados da Quinta de Ota⁹⁰⁷ ou o livro de receita e despesa do moinho de Ota⁹⁰⁸, documentos que permaneciam na quinta para uso e registo do próprio feitor. No entanto, para apresentar as contas a Vasco Manuel, utilizou um tipo de livro diferente, com uma encadernação e uma caligrafia mais cuidada: são os “Livros de contas de Vasco Manuel da Câmara com Manuel Colaço Correia, feitor da Quinta de Ota” e onde se resumiam as receitas e despesas anuais⁹⁰⁹. Além de toda a esta documentação, Manuel Colaço Correia fez inventários dos bens e alfaias da quinta em vários anos: em 1803⁹¹⁰, 1814⁹¹¹, 1818⁹¹² e 1822⁹¹³.

⁸⁹⁸ ACBL, Livro n.º 1, fl.1 (V. n.º 1564 e 1646-A da TAD).

⁸⁹⁹ Escola comercial que formava “guarda livros” ensinando aritmética, pesos e medidas, câmbios e seguros e o “método de escrever os livros”. Nesta escola estariam matriculados alunos, não só da capital do reino, mas também de fora de Lisboa como por exemplo de Santarém. O número de alunos inscritos por curso chegou a atingir os 300 (V: SANTANA, Francisco - “A Aula do Comércio: Uma escola burguesa em Lisboa”. *Ler História*. [s.l.]. N.º 4 (1985), p. 19; p. 26; p. 28).

⁹⁰⁰ Veja-se os quadros com a origem social dos alunos que frequentaram esta escola na página 23 (SANTANA, Francisco - “A Aula do Comércio...”, cit., p.23).

⁹⁰¹ V. por exemplo: n.º 1705, 1737, 1742 da TAD.

⁹⁰² V. por exemplo: n.º 1708, 1716, 1734 da TAD.

⁹⁰³ V. por exemplo, para os recibos: n.º 1692, 1711, 1735 da TAD. E para as cópias os n.º: 1668, 1669, 1710 da TAD.

⁹⁰⁴ V. por exemplo: n.º 1649, 1667, 1744 da TAD.

⁹⁰⁵ V. n.º 1576, 1577, 1640, 1725, 1764, 1768, 1804 da TAD.

⁹⁰⁶ V. por exemplo o n.º 1684, 1714-5 da TAD.

⁹⁰⁷ V. n.º 1799 da TAD.

⁹⁰⁸ V. n.º 1682 da TAD.

⁹⁰⁹ V. por exemplo: n.º 1728, 1760, 1772 da TAD.

⁹¹⁰ V. n.º 1567 e 1576 da TAD.

⁹¹¹ V. n.º 1725 da TAD.

⁹¹² V. n.º 1764, 1768 da TAD.

⁹¹³ V. n.º 1804 da TAD.

Dentro da produção tipológica documental de Vasco Manuel destacam-se, ainda, os recibos, com quarenta e seis descrições. Este número resulta, em primeiro lugar, da mesma gestão cuidada da Quinta de Ota por parte de Manuel Colaço Correia, como foi dito acima, mas deve-se também ao regresso da família ao reino após cerca de quinze anos de ausência⁹¹⁴. O retorno à normalidade de um quotidiano suspenso é testemunhado por recibos de todo o tipo de arranjos domésticos a que se procedeu ao longo da década de vinte do Oitocentos⁹¹⁵.

Nos documentos respeitantes à gestão da propriedade, seguindo as tendências dos produtores anteriores, predominam os trinta e sete arrendamentos, os nove aforamentos e seis emprazamentos. Os documentos respeitantes à gestão da propriedade (arrendamentos, aforamentos, renovação de prazos e reconhecimentos de foreiros) atingem as setenta e quatro descrições. Quanto às certidões, elas atravessam a produção documental de Vasco Manuel e Jerónima Margarida: relacionam-se, num primeiro momento, com o foro de moradia da Casa Real, com o lançamento do Hábito de Cristo e com a habilitação à herança de Pedro da Câmara e, depois, dizem respeito aos vários morgados e/ou instituições com que a família teve algum tipo de ligação, não havendo preponderância de nenhum tipo.

A documentação respeitante à Coroa, com sessenta e uma referências, revela-se significativa. A posição da família na Casa Real resultou de um longo processo de mobilidade social nem sempre ascendente e, muitas vezes, dependente de factores exógenos àquela e aos desempenhos dos seus membros. Este processo, com momentos claros de estagnação como vimos na Parte I, Capítulo 3, teve um impulso decisivo com Vasco Manuel, possivelmente devido à amizade deste com o príncipe D. João (de que falámos acima). O facto de este príncipe ter vindo a herdar a Coroa devido à morte, em 1788, do príncipe herdeiro D. José, conferiu muito maior relevância a esta amizade. Porém, o conjunto de cargos, mercês e o próprio título condal de Vasco Manuel foram fruto não apenas desse relacionamento, mas também de um serviço efectivo à Coroa. Os

⁹¹⁴ Sabemos que Vasco Manuel terá regressado a Portugal entre 1821-1822. Sendo que a sua presença na Quinta de Ota é registada num dos livros de Manuel Colaço Correia datado de 1822.

⁹¹⁵ V. n.º 1851, mas também os n.º 1827, 1844, 1855, 1867, 1922 da TAD.

vários cargos e funções que acumulou, produziram basta documentação: avisos⁹¹⁶, mercês, apostilhas⁹¹⁷, alvarás⁹¹⁸ e patentes⁹¹⁹.

Quanto à documentação registada nas Chancelarias e outros organismos régios temos como tipologias predominantes: as apostilhas⁹²⁰, os padrões⁹²¹, as cartas de mercê⁹²², mas também a renovação de prazos⁹²³ e a compra de um foro⁹²⁴. Numa breve análise às mesmas tipologias verificamos que os documentos mais significativos se relacionam com os documentos que garantiam à família algum tipo de rendimento. Uma parte destes documentos referem-se ao património fundiário, ou seja, os bens da Coroa e Ordens, mas também a padrões de juro, privilégios e ofícios de Vasco Manuel, todos eles fontes de receitas da Casa.

A partida da família para o Brasil e as guerras napoleónicas deixaram um traço indelével na documentação. Os mandados de sequestro da Casa⁹²⁵ e os inventários de bens, feitos ainda em 1807⁹²⁶, são alguns desses traços. O mesmo se dirá das listas de bens enviados para o Brasil. Estas últimas têm interesse na medida em que indicam algumas das necessidades desta família do outro lado do Atlântico: arreios - selas, estribos, freios, xaireis, cabeçadas, rédeas – mobiliário e elementos decorativos - mesas, gravuras (estampas) e cortinas - mas também livros⁹²⁷.

A documentação da Quinta de Ota⁹²⁸, propriedade que se encontrava na encruzilhada da marcha do exército para a Batalha da Roliça (que teve lugar a 17 de Agosto de 1808)⁹²⁹, também atesta a passagem dos exércitos pelo local: foram registados

⁹¹⁶ V., entre outros, os n.º 1451, 1532, 1558, 1560, 1589, 1590, 1591, 1598, 1600, 1604, 1620, 1629, 1630, 1740, 1773 da TAD.

⁹¹⁷ V. por exemplo n.º 1440 e seguintes da TAD.

⁹¹⁸ V. n.º 1243, 1338, 1571 da TAD.

⁹¹⁹ V. n.º 1325, 1385, 1503, 1534 da TAD.

⁹²⁰ V. n.º 1465, 1468, 1469, 1471, 1473, 1476, 1477, 1484 da TAD.

⁹²¹ V. n.º 1480-1482 da TAD.

⁹²² Entre estas, temos a nomeação e atribuição dos vários ofícios e o título nobiliárquico (V. n.º 1506, 1507, 1561, 1581, 1582, 1600 da TAD).

⁹²³ V. n.º 1514 da TAD.

⁹²⁴ V. n.º 1540 da TAD.

⁹²⁵ V. n.º 1645, 1648 da TAD.

⁹²⁶ V. n.º 1641-2, 1657 da TAD.

⁹²⁷ V. n.º 1662, 1663 e 1678 da TAD.

⁹²⁸ Não apenas na documentação, mas também na memória da família. Um dos elementos que nos chegou da tradição oral foi o facto de todo o olival ter sido cortado pelos inimigos. A corroborar este dado estão os dados da produção de azeite registados pelo feitor: de uma produção que podia ir dos 350 aos 710 litros entre 1804 e 1807, passou-se a uma produção de zero litros em 1808; 44 litros em 1809 e novamente 0/zero em 1810, só voltando a atingir a centena de litros em 1815. Outro facto relatado é o de que Junot terá estacionado por aqui, atando o seu cavalo a uma oliveira, que ficou a ser conhecida na tradição familiar como a “oliveira de Junot”.

⁹²⁹ NUNES, António Pires - “A primeira Invasão Francesa”. in BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) - *História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. 3, p.66.

pelo feitor Manuel Colaço Correia, os roubos e abusos cometidos pelos soldados em documentos como a “Relação dos frutos que se apreenderam na Quinta de Ota e frutos recebidos depois da apreensão”⁹³⁰ ou em frases como: “o resto estava no Seleiro quando vierão os inimigos”⁹³¹. Ao nível prático, podemos conferir através dos livros de registo de Manuel Colaço Correia, que os níveis de produção desta quinta (os quais podiam atingir valores consideráveis⁹³²) atestam a passagem do exército francês com a diminuição até ao nível quase zero, de produções de trigo, milho, vinho, cevada e azeite em 1808 e 1810⁹³³.

Como dito acima, a Casa foi entregue a um administrador Judicial - Pedro António da Silva Pedroso – e, a partir de 1811, os assuntos da mesma foram tratados por procurações passadas no Rio de Janeiro em seu nome⁹³⁴. Em 1808 e 1812 foram passadas também procurações em nome de Manuel Colaço Correia⁹³⁵, o qual foi encarregue de administrar, ao que tudo indica, não apenas a Quinta de Ota, mas também algumas das propriedades geograficamente próximas, tais como as Quintas do Carregado ou da Bordalia.

Entretanto, em 1810, foi pedida à Torre do Tombo a transcrição de dois documentos remontando ao início da Casa: o pergaminho com a “Certidão de Fé e protesto do estado em que estava a Quinta de Ota (...)”, datado de 1499, e o pergaminho de uma compra de uma terra em Ota feita por Jorge de Figueiredo em 22 de Janeiro de 1522. Estas transcrições foram feitas a partir dos pergaminhos originais por José Manuel Antas Barbosa de Amorim da Gama Ataíde⁹³⁶, “fielmente lido e reduzido n’esta declaração” e foram ambos passados em pública forma⁹³⁷. É provável que estas cópias se prendam com a dificuldade de leitura dos documentos originais e terão sido solicitadas, muito provavelmente, para esclarecimento de uma extrema da mesma quinta.

Belmonte foi também um dos palcos da Guerra Peninsular e a memória da mesma ficou também registada no arquivo em documentos como os pedidos de “Declarações do

⁹³⁰ V. n.º 1643 da TAD.

⁹³¹ V. n.º 1684 da TAD.

⁹³² Na Quinta de Ota, entre 1803 e 1823, os valores recolhidos podiam atingir, nos melhores anos e para cada produto: trigo 2779 alqueires; milho 1663 alqueires; azeite 710 cântaros; vinho 2973 almudes (segundo os dados contidos nos livros de receita e despesa datados entre 1803 e 1823 e produzidos por Manuel Colaço Correia que temos vindo a referir coligidos num pequeno estudo feito por nós a partir desses registos).

⁹³³ V. nota supra.

⁹³⁴ V. n.º 1688 da TAD.

⁹³⁵ V. n.º 1658, 1698 da TAD.

⁹³⁶ V. n.º 15 e n.º 25 da TAD.

⁹³⁷ V. n.º 168 e n.º 1681 da TAD.

Capitão mor de Belmonte sobre os vales de cereais entregues ao exército” (1809-10) ou nas “Declarações de entrega dos cereais ao exército para se pedirem os vales de pagamento” (1814)⁹³⁸. Detecta-se ainda um testemunho desta guerra num documento, que analisaremos com detalhe seguidamente, cujo título é: “Observações Sobre a administração actual Da Caza de Belmonte, pertenCente ao Exmo. Sr. Conde da mesma Vila, para se viem a huma MeMoria Sobre o presente estado Da mesma. Para que pretende offeRecer lhe no Rio de Janeiro”⁹³⁹. Nele podemos ler a seguinte observação: “He verdade que a ultima guerra fez em toda a parte; e muito principalmente em Belmonte espantozas ruínas. Morreo muita gente, e migrou outra, não havia habitações, faltavão gados, sementes, etc. E muitos cazeiros ficarão sem meio algum de cultivarem as terras, que outros por este mesmo motivo abandonarão”⁹⁴⁰.

Mas que documento é este? Trata-se de um pequeno caderno da autoria de José Bento da Rocha e Melo, que frequentou a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 1804⁹⁴¹ e julgou oportuno o envio para o Rio de Janeiro de um documento em que se propunha a ocupar o lugar de administrador da Casa de Belmonte em Belmonte. Este documento é interessante a vários títulos: o bacharel partia do princípio de que “Conde de Belmonte he gravemente prejudicado nas rendas e propriedades” por dois motivos principais: o primeiro a falta de um tombo e o segundo devido ao seu administrador⁹⁴². A falta de um Tombo de propriedades, de um “Tittulo legitimo, que declare a demensão e Confrontasão dos numerozos e extensos predios especialmente infiteuticos”⁹⁴³ fazia com que muitos dos foreiros alienassem e vendessem as terras como se fossem suas. Isto apesar de, no tempo de Pedro Álvares Cabral⁹⁴⁴, ter sido feito um tombo pelo juiz de fora de Penamacor, Fernando Pereira de Campos⁹⁴⁵, “de que havia huma Certidão extrahida do Original por Manoel Antonio de Brito Tabeliam Publico em Lisboa: mas já nesse tempo experimentava a Caza parte dos damnos que hoje sofre como

⁹³⁸ V. respectivamente: n.º 1683, 1719 da TAD.

⁹³⁹ V. n.º 1655 da TAD.

⁹⁴⁰ ACBL, cx.99, n.º 622, fl.4vº.

⁹⁴¹ Informação disponível [em linha:] <http://www.pesquisa.auc.uc.pt/details?id=201327> [Consult. 23 Feb. 2017]. Ver ainda [em Linha:] <https://www.revistamilitar.pt/artigo/578> [Consult. 23 Feb. 2017].

⁹⁴² ACBL, cx.99, n.º 622, fl.1.

⁹⁴³ ACBL, cx.99, n.º 622, fl.1.

⁹⁴⁴ Filho de Fernão Cabral (m. 1688) e de Maria de Brito Freire, casou com Catarina de Bourbon de quem não teve filhos (SAMPAYO, Luiz de Mello Vaz de – “Subsídios para uma biografia...”, cit., p.120).

⁹⁴⁵ Existe um Tombo da Casa de Belmonte na Torre do Tombo (Feitos Findos, administração de Casas, Livro n.º 29), que provavelmente é aquele a que Rocha e Melo se refere e que pode ter feito parte do processo da herança da Casa de Belmonte.

se ve das palavras da suplica dirigida a Sua Majestade para a Provisão”⁹⁴⁶. Esse tombo, além de “desconhecido na Provincia”, era incompleto e defeituoso, porque “o Juiz deo-se mais à discrição do Castelo torres, muralhas e fortificações (aonde inda hoje se descobrem Lpidas que [atestam]a alta nobreza e remotissima antiguidade dos cabrais) do que a Revindicação dos predios injustamente alienados, e à medisão dos que podião vir a sofrer este damno”⁹⁴⁷.

A falta de administrador ou um administrador condescendente “ocasiona estes danos, e muitos outros que se observão (...)na arrecadação das Rendas da Caza”⁹⁴⁸. Para remediar este mal, Rocha e Melo aconselhava Vasco Manuel a mandar fazer um novo tombo, recorrendo à memória das pessoas (“Vivem ainda muitas pessoas que sabem a antiga demarcação de varios prédios”) mas também à “averiguação de algumas Notas de Tabelliães que escaparão a destruição do inimigo, em que se Lansavão escripturas de emprazamentos e Renovações”⁹⁴⁹. Para o candidato a administrador, o tombo precaveria no futuro “as dolozas maquinações dos cazeiros e enfiteutas”⁹⁵⁰. Destacamos aqui a afirmação de Rocha e Melo relativamente à sua concepção de uma administração eficiente, mas, mais ainda, aquela que diz respeito ao uso da documentação e recuperação de informação que poderia e deveria ser feita quer através dos registos dos tabeliães quer através do recurso à memória dos anciãos. Por outro lado, a ideia de que os enfiteutas “maquinavam” contra o senhor das terras serviu-lhe para enfatizar a necessidade de Vasco Manuel contratar um administrador competente, que seria ele próprio. Seria importante compreender como é que Rocha e Melo obteve conhecimento do estado da Casa e como é que o fez chegar ao conhecimento do conde de Belmonte, mas tal, infelizmente, não foi possível apurar.

Sabemos sim, que Vasco Manuel pretendeu controlar e mapear as dívidas dos foreiros em Belmonte utilizando os livros iniciados por seu avô e continuados por seu pai com a relação das dívidas de foreiros à casa em Belmonte, cujo objectivo vinha explicito no próprio título: “Este livro he para se pagarem as dividas que se devem (...) Pessoas que deve[m] de cada novidade, tanto senteio como trigo pitanças e dinheiro”⁹⁵¹. Em 1804 pediu a certidão do tombo da vila e terra de Belmonte, que lhe foi passada em Sortelha

⁹⁴⁶ ACBL, cx.99, n.º 622, fl.1vº.

⁹⁴⁷ ACBL, cx.99, n.º 622, fl.2.

⁹⁴⁸ ACBL, cx.99, n.º 622, fl.5-5vº.

⁹⁴⁹ ACBL, cx.99, n.º 622, fl.6.

⁹⁵⁰ ACBL, cx.99, n.º 622, fl.6.

⁹⁵¹ V. n.º 1543 da TAD.

pelo tabelião Joaquim de Aguiar, em 2 de Dezembro desse mesmo ano⁹⁵², porém um livro com a relação das dívidas dos foreiros de Belmonte entre 1817-1825⁹⁵³ indica que muitos desses foros continuavam por saldar.

Há registo de que o novo administrador da Casa em Belmonte, o Padre Eugénio Marques Lagedo (que encontramos a participar nas comemorações da vitória sobre Bonaparte em Manteigas⁹⁵⁴) prestou contas da sua administração desde 1817⁹⁵⁵ e podemos afirmar que este permaneceu neste cargo pelo menos até 1830 como atesta a documentação conservada no ACBL⁹⁵⁶.

Apesar das dificuldades que representou a ausência da família no Brasil e a posse de propriedades geograficamente dispersas, houve sempre controle por parte do herdeiro – ou pelo menos essa intenção – na administração da Casa. Como mero exemplo, podemos referir que, após o regresso da família a Lisboa, foi produzido um documento com data de 1824-27 com a listagem dos foreiros com dívidas à Casa⁹⁵⁷. Além do que temos vindo a referir, a produção sucessiva de livros de contas até à data morte de Jerónima Margarida atesta precisamente que esta família não deixou de utilizar os meios de que dispunha para a gestão dos seus bens. Dentro desses meios está, precisamente, o seu arquivo.

José Maria de Figueiredo Cabral da Câmara (1777-1803)

O irmão de Vasco Manuel produziu muito pouca documentação. Em 1777 recebeu alvará do foro de moço fidalgo de D. Maria⁹⁵⁸ e em 11 de Março de 1786 recebeu um alvará do foro de Fidalgo Escudeiro, com 3\$500 réis de moradia e um alqueire e meio de cevada por dia⁹⁵⁹. Participou, tal como o irmão, nos rituais da corte mariana. Sobretudo nas cerimónias de exposição do Santíssimo, nas cerimónias na Capela Real para dar a tocha ao camarista e acompanhar a procissão da exposição do Sacramento (1780) ou para

⁹⁵² V. n.º 1592 da TAD.

⁹⁵³ V. n.º 1834 da TAD.

⁹⁵⁴ *Gazeta de Lisboa*, n.º 238, ano 1814, p.4.

⁹⁵⁵ V. n.º 1834 da TAD. Não é possível saber se é de Marques Lagedo que Rocha e Melo fala quando diz: “o pouco Zello e notoria incapacidade do actual Administrador tem cooperado muito, Senão tudo para o abatimento das rendas da Caza, estre mal nao diminue, augmenta” (ACBL, cx.99, n.º 622, fl.5-5vº).

⁹⁵⁶ V. n.º 1835, 1840, 1906 da TAD.

⁹⁵⁷ V. n.º 1853 da TAD.

⁹⁵⁸ V. n.º 1242 da TAD.

⁹⁵⁹ V. n.º 1337 da TAD.

ir assistir ao lava pés e conduzir as iguarias para a mesa dos pobres (1780)⁹⁶⁰. Em 23 de Fevereiro de 1801 recebeu a Carta de partilhas dos bens de sua mãe Mariana de Meneses⁹⁶¹

Foi militar com a Patente de Sargento Mor de Cavalaria, indo para Ajudante de Ordens do Governo das Armas da Estremadura em 1803⁹⁶². Conservou-se no ACBL uma carta enviada de Madrid, cujo destinatário seria, muito provavelmente, a sua cunhada Jerónima Margarida, uma vez que José Maria nomeia várias vezes o “seu Vasco”. Nesta missiva, Vasco Manuel é descrito por José Maria como um “padrinho” a quem muita gente é “obrigada”⁹⁶³.

O último documento produzido é o testamento, datado de 22 de março de 1804⁹⁶⁴.

⁹⁶⁰ V. n.º 1261, 1282 da TAD.

⁹⁶¹ V. n.º 1530 da TAD.

⁹⁶² V. n.º 1572 da TAD.

⁹⁶³ V. n.º 1573 da TAD.

⁹⁶⁴ V. n.º 1580 da TAD.

2.2. Conservação e recuperação

O ACBL, hoje olhado como um acervo de carácter histórico, teve na sua origem uma função essencialmente prática que levou à conservação e acumulação documental praticada pelos Figueiredos de Ota, desde o final do século XV. Essa conservação obedeceu, desde logo, a propósitos de prova de posse (de propriedades, foros, morgados), de defesa (perante acções na justiça, apropriações indevidas, prova de pagamentos efectuados ou por fazer) ou de reivindicação de bens e heranças, de reclamação do direito a determinados bens de morgado ou capelas e, intimamente relacionado com estes últimos, a formação e manutenção de uma identidade familiar⁹⁶⁵.

A riqueza informativa que o arquivo encerra, mesmo sem a transmissão integral de documentação, que ficou suficientemente demonstrada nos capítulos precedentes, deve-se a um processo complexo de produção/acumulação, mas também a estratégias de conservação/transmissão documental. A finalidade principal da conservação documental, que sucede ou acompanha a produção do documento escrito, é a sua função memorial. Reconhecer esta função implica reconhecer que a conservação de documentos não é um acidente, mas sim um acto essencial que tem na base uma lógica social própria⁹⁶⁶. Como nos diz Eric Ketelaar, os procedimentos utilizados, as avaliações/perdas, a conservação e os usos dos arquivos são acções realizadas sob influência, consciente ou não, de factores sociais e culturais. Estes factores determinam aquilo a que este autor chama “narrativa tácita” do arquivo⁹⁶⁷. Esta narrativa relaciona-se com determinado(s) momento(s) histórico(s) e deriva de contextos determinados, proporcionados ou pressionados por autoridades, moldados por sistemas jurídicos específicos, ou pela alteração dos mesmos, mas também por discursos e práticas sociais próprias de determinado período⁹⁶⁸. No caso presente, quando falamos de Arquivos de Família do Antigo Regime, falamos de arquivos produzidos num contexto sócio-económico muito concreto, mas que deve ser analisado

⁹⁶⁵ Ver para este assunto o artigo de CALLEJA PUERTA, Miguel - “El Factor Genealógico...”, cit., p.123–53. Mas importa também ver: FIGUEIRÔA-RÊGO, João de - “‘Não pode alguém negar limpeza, antiguidade & parentesco’. Portugal versus Castela: a genealogia como instrumento de legitimação política e identitária”. in MARTÍN MARCOS, David; IÑURRITEGUI, José María; CARDIM, Pedro (orgs.) - *Repensar a identidade: o mundo ibérico nas margens da crise da consciência europeia*. Lisboa: CHAM-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade NOVA de Lisboa; Universidade dos Açores, 2015, p.49-64; ou ainda: GUILLÉN BERRENDERO, José Antonio - *Los Mecanismos Del Honor...*, cit.

⁹⁶⁶ MORSEL, Joseph - “Du texte aux archives...”, cit., p.8.

⁹⁶⁷ KETELAAR, Eric - “Tacit Narratives...”, cit., p.136-139.

⁹⁶⁸ BLOUIN JR., Francis X.; ROSENBERG, William G. - *Processing the Past...*, cit., p.209.

no tempo longo, que foi o da construção e constituição da Casa, conforme definida por Nuno Gonçalo Monteiro ou António Manuel Hespanha⁹⁶⁹.

O objectivo deste ponto do nosso trabalho é a análise e a avaliação das práticas de conservação e de recuperação documental que os Figueiredos utilizaram ao longo dos tempos. Falaremos daqueles instrumentos que se conservaram, mas também daqueles cuja existência detectamos através das possíveis arqueologias que podemos fazer no ACBL. Este exame justifica-se plenamente uma vez que estas práticas “construíram” o arquivo e permitem-nos compreender as várias etapas que estiveram na sua origem e constituição.

Para uma exposição mais clara, dividimos este capítulo em quatro pontos: 2.2.1. *As Arqueologias possíveis*, em que analisaremos a situação da documentação produzida antes de 1722, data da primeira inventariação. Tentaremos, através dos elementos de que dispomos, compreender os vestígios de organização encontrados nos próprios documentos, entre os séculos XVI e as primeiras décadas do século XVIII. Indagaremos também se existiram algumas relações de documentos que nos permitam afirmar da existência de alguma organização mais abrangente anterior a 1722. Esta “arqueologia do arquivo” levar-nos-á ao ponto 2.2.2. *O Tombo de 1722*, no qual faremos a análise do primeiro inventário conservado neste arquivo: o *Tombo de 1722*⁹⁷⁰. Trataremos de elucidar as razões para sua elaboração esclarecendo, na medida do possível, os processos que levaram a tal. Faremos ainda a análise de algumas das alterações que este instrumento de recuperação sofreu ao longo do século XVIII. No terceiro ponto deste capítulo – 2.2.3. *Entre tombos. Traços de uma construção*, analisaremos os dois documentos que restam relacionados ou derivados do *Tombo de 1722*. O primeiro documento: *Apontamentos e advertencias do que he necessario ao Senhor Rodrigo Antonio de Figueyredo fazer e por corrente sobre os particulares de sua caza e fazendas*⁹⁷¹ terá sido produzido no segundo quartel do século XVIII⁹⁷². O segundo documento: *Memoria das fazendas que pessuya o Sr. Pedro de Figueiredo que Deos tem, e de que se achava de posse athé seu falecimento assim Livres como de Morgado qualidade dellas penssoens que pagão e Titollos, e papéis que se acharão a ellas pertencentes*⁹⁷³, é datado, muito provavelmente, de 1746. No

⁹⁶⁹ HESPANHA, António Manuel - *Como os juristas viam o mundo...*, cit.; MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *O crepúsculo dos grandes...*, cit.,.

⁹⁷⁰ V. anexo nº 11.

⁹⁷¹ ACBL, cx.20, n.º6 (4º). V. anexo nº 14.

⁹⁷² Este documento não está datado, mas foi seguramente elaborado dentro das datas de produção documental de Rodrigo António de Figueiredo, isto é, entre 1722 e 1762.

⁹⁷³ ACBL, cx.20, n.º 6 (2º). V. anexo nº 15.

último ponto do capítulo – 2.2.4. *O Tombo de 1807* - procederemos à análise do *Tombo de 1807*⁹⁷⁴, o qual incide sobre a documentação produzida e conservada até essa data, que apresenta bastantes diferenças em relação ao *Tombo de 1722* e que a seu tempo anotaremos.

2.2.1. As Arqueologias possíveis

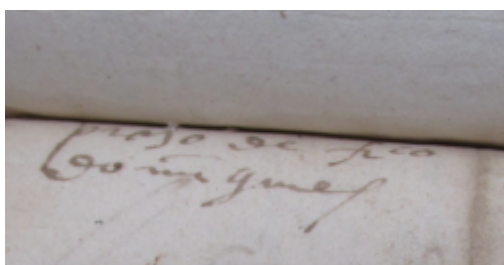
A análise de um Arquivo de Família assemelha-se, como nos diz Laurent Bourquin, a uma espécie de arqueologia, uma vez que os documentos mais antigos foram muitas vezes alterados por utilizadores mais recentes a tal ponto que, não raramente, é quase impossível restituir-lhes a fisionomia para além de determinado patamar. Trata-se, portanto, segundo o mesmo autor, de um exercício arriscado na medida em que os documentos não deixaram de ser compulsados, classificados, desclassificados, perdidos, reencontrados e copiados ao longo dos séculos⁹⁷⁵. Apesar do risco, e muito alertados para ele, pretendemos reflectir neste ponto do nosso trabalho sobre os mais antigos processos de conservação, mesmo que dispersos, exíguos ou difusos, que pudemos identificar na documentação constante do ACBL. Colocámos diferentes questões tais como: existiriam, antes de 1722, alguma(s) lógica(s) de controle da documentação? Subsistem, hoje, traços da presença de organizações ou inventariações de documentos anteriores a esta data? Que tipo de práticas de conservação e recuperação de informação podemos encontrar antes de 1722?

Ao olharmos para os documentos anteriores ao século XVIII conservados no arquivo, verificamos a existência, na maioria deles, de marcas de dobragens do próprio papel. De facto, grande parte dos casos, os documentos eram dobrados para serem arrumados, muito provavelmente em maços. Nas imagens que mostramos são visíveis essas dobragens. Encontramos nas costas de muitos desses documentos várias camadas de informação. Destacam-se pequenos resumos que permitiam a identificação rápida dos documentos. Nos resumos mais antigos, a tipologia documental – compra, prazo, provisão, testamento ou qualquer outra – era indicada geralmente em primeiro lugar,

⁹⁷⁴ V. anexos nº 12 e 13.

⁹⁷⁵ BOURQUIN, Laurent – “Mémoire Familiale, mémoire seigneuriale: le chartrier de Chalancey (XVe-XIXe siècle)”. in CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (ed.) - *Défendre ses droits, construire sa mémoire. Les chartriers seigneuriaux, XIIIe – XXIe siècle. Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006)*. Paris: Société de l'Histoire de France, 2010. p.211.

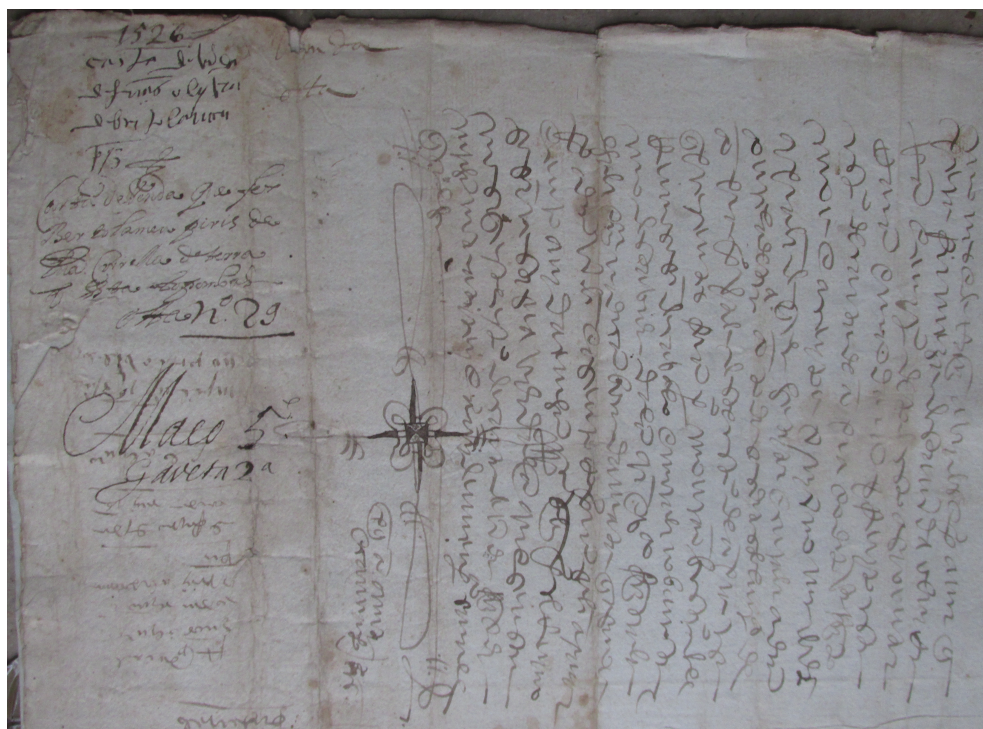
sendo depois incluída uma curta informação sobre o conteúdo do documento, a que foi acrescentada, em alguns casos, a data e outras informações complementares. Por vezes, podia indicar-se apenas o nome do foreiro: “Prazo de francisco Domingues” como no exemplo apresentado em seguida (V. fig. n.º 3).



**Documento encadernado contendo anotação com o nome do foreiro.
(fig. n.º 3)**

Quanto aos resumos dos conteúdos dos documentos, estes eram frequentemente acrescentados à medida das necessidades como por exemplo: “Carta de Venda de hunns olyvaes de Bretolomeu Pirez” (V. fig. n.º 4). Neste caso, logo abaixo foi adicionada uma descrição mais recente: “Carta de Venda que fez Bertolameu pires de hua courella de terra que esta ao pombal Otta.”⁹⁷⁶. Pensamos que a data 1526 que podemos ver no mesmo documento acima desta descrição e o número de documento colocado logo depois da descrição mais antiga, terão sido adicionados posteriormente (em data que não podemos situar com precisão, mas que, como o exemplo seguinte demonstra, ocorreu noutro momento). Da mesma maneira, posteriormente foram acrescentadas as cotas do *Tombo de 1722*: o número de maço, o número de gaveta e, em alguns casos que explicaremos adiante, o número de documento.

⁹⁷⁶ ACBL, cx.7, n.º 1.



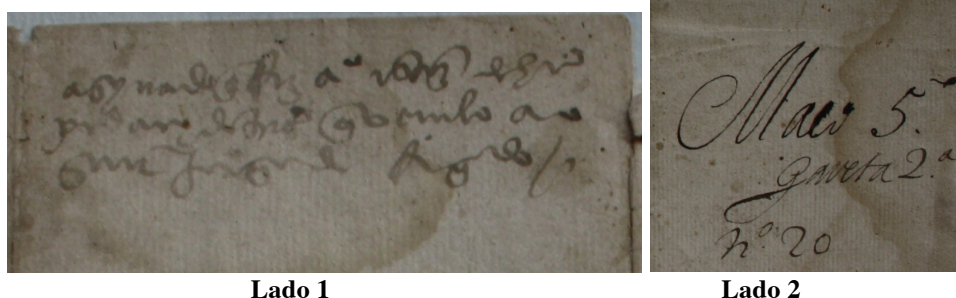
Outro exemplo que poderemos dar da inserção de várias camadas de informação é o documento de venda feita em 1568, de umas casas no Folhandal a um certo João Luís que era caseiro de Rui de Figueiredo Correia⁹⁷⁷ (V. fig. n.º 5). Na parte das costas do documento que ficaria mais visível foi registado o seguinte: “de Joao Luiz do folhandal”⁹⁷⁸. Posteriormente o documento foi dobrado de forma diferente para que pudesse ser utilizada uma “face” limpa, onde foi colocado o seguinte registo: “Carta de venda de huas cazas que vendeo António Dias e sua molher do folhandal”. Tal como no exemplo anterior, foi acrescentada (numa outra caligrafia) a data (1568) e depois as cotas do *Tombo de 1722*: o número do maço (5º), o número da gaveta (2ª) e o número do documento (n.º 19).

Concluimos que a informação seria adicionada à medida das necessidades de recuperação documental e, por vezes, o mesmo documento foi sujeito a dobragens diferentes e, após a nova dobragem, foi-lhe aposta uma nova descrição. Ou seja, alguns documentos foram re-dobrados para permitir a colocação de novas descrições numa face limpa e estas novas descrições, com informação actualizada do conteúdo do documento, permitiriam uma legibilidade e acessibilidade mais eficaz aos utilizadores coetâneos. É plausível pensar, por exemplo, que a leitura das descrições mais antigas se tivesse tornado um problema e que por esta razão tenham sido refeitas com caligrafia mais moderna, facilitando a sua identificação e recuperação. Além de uma nova descrição, estes espaços em branco nas costas dos documentos foram também utilizados para a atribuição de novas cotas (V. fig. n.º 6)⁹⁷⁹.

⁹⁷⁷ Tal como explicamos na TAD, ver n.º 39, 40, 44 e 51.

⁹⁷⁸ ACBL, cx.7, n.º 14.

⁹⁷⁹ ACBL, cx.7, n.º 22.



Lado 1

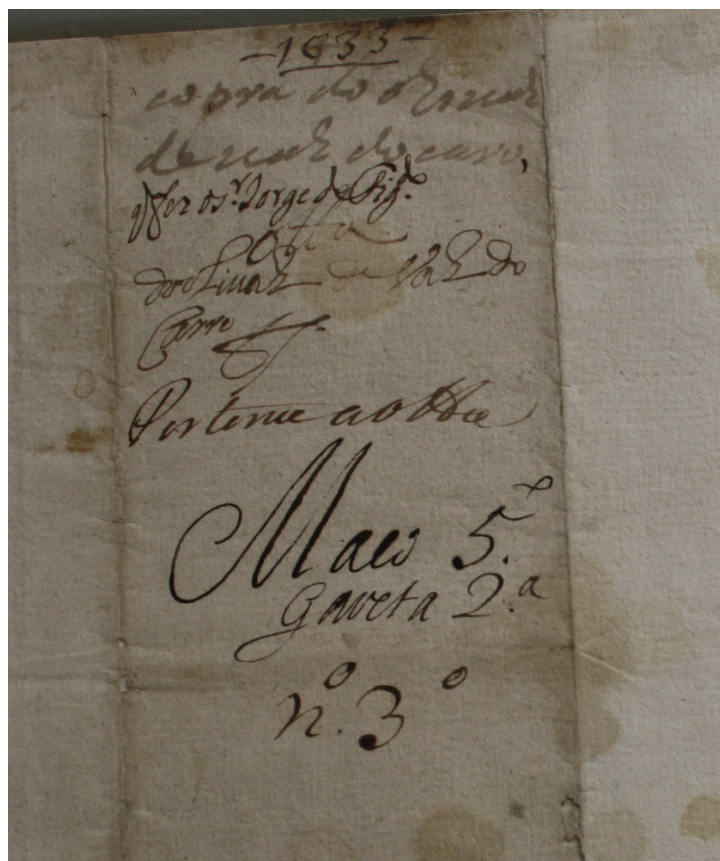
Lado 2

Lado 1: face do documento com o resumo mais antigo.

Lado 2: resumo e a cota mais recente.

(fig. n.º 6)

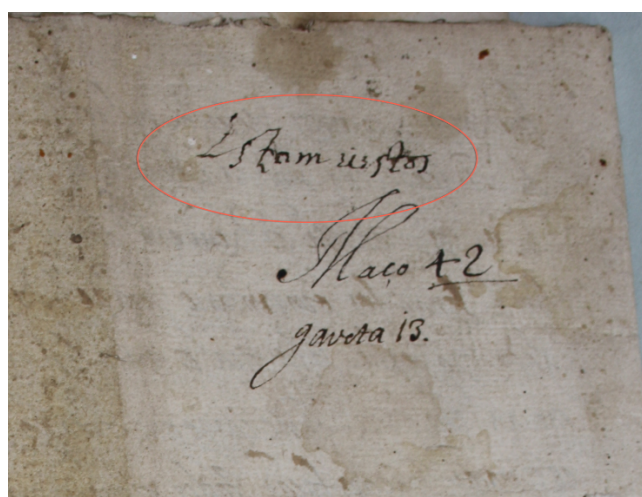
Um outro elemento com que nos deparámos foi a existência de um número adicional colocado geralmente a seguir à indicação do número de maço e do número de gaveta, em determinados documentos. Verificámos que foram numerados apenas os documentos que dizem respeito à Quinta de Ota (V. fig. n.º 5, 6 e 7) e que esta numeração não teve o correspondente registo no *Tombo de 1722*, o que pode indicar que ela terá sido feita durante a organização da documentação ou numa data posterior ao Tombo, talvez no momento em que foi aposta a indicação do número de gaveta, como veremos, e que, dentro do maço respeitante a Ota, pelo volume e também pela complexidade da documentação, houve necessidade de numerar cada um dos documentos. O gesto compreende-se uma vez que, como vimos, o conjunto de propriedades que foram sendo adquiridas ao longo dos séculos em Ota foi de natureza muito diversa, teve várias origens e implicava obrigações e pagamento de rendas a diferentes instituições.



Elementos referenciais colocados e acrescentados em momentos diferentes.

(fig. n.º 7)

Um outro elemento relevante é o facto de terem sido acrescentadas, em alguns documentos⁹⁸⁰, notas que indicam que o documento foi alvo de algum escrutínio, uma vez que contém essa indicação nas costas do documento: “estão vistos” ou “visto” (V. fig. n.º 8).



Documento com a anotação “Estam vistos” colocada nas costas.

(fig. n.º 8)

⁹⁸⁰ ACBL, cx.7, n.º 23.

Parece-nos importante sublinhar este facto, de que fica claro que houve, algures no tempo, um trabalho de identificação e de reconhecimento dos conteúdos de alguma documentação. Infelizmente não pudemos identificar o autor destas anotações, o que poderia dar-nos pistas para a datação da mesma nota e compreender se este processo de revisão fez parte da elaboração de algum dos dois inventários que se conservaram no ACBL.

Resumindo um pouco o que acabámos de expor, antes de 1722, os documentos eram identificados através destes pequenos resumos que permitiriam, sem haver necessidade de desdobramento em cada consulta, a identificação imediata do documento. Como ficou demonstrado, em alguns documentos estes resumos sobrepuseram-se, acrescentaram-se, inutilizaram-se. Noutros documentos, os resumos foram feitos por várias mãos, em tempos diferentes, isto é, após a primeira descrição feita mais proximamente da data da produção do documento, foram refeitos ou acrescentados posteriormente mais detalhes e informação sobre o conteúdo do mesmo. A dobragem, enquanto método de arrumação, e a colocação de uma pequena descrição nas costas do documento, terá sido a forma de recuperação mais antiga e foi utilizada pelas várias gerações dos Figueiredos à medida que, no seu acervo, se incorporavam novos documentos. Podemos inferir que os documentos estivessem agregados em maços mesmo antes do primeiro inventário de 1722, e que esses maços, a existirem, estariam organizados de forma temática, tipológica, geográfica? Não nos foi possível confirmar este ponto uma vez que não existem, antes de 1722, cotas topográficas que nos permitam reconstituir um possível tipo de arrumação dos documentos. É plausível pensar que estariam dispostos em maços relacionados, talvez, com cada um dos morgados ou propriedades ou organizados por tipologias, mas nada nos garante que não estivessem colocados em algum local – uma arca, gaveta ou armário – de forma avulsa. Já o processo de dobragem ter-se-á reproduzido pelo menos até 1807, quando os procedimentos em termos administrativos e burocráticos sob influência das “Luzes” alteraram por completo o tipo de arquivamento feito até então.

Antes de passarmos à análise do *Tombo de 1722*, o primeiro inventário produzido pelos Figueiredos, reflectiremos um pouco sobre o próprio processo de inventariar e questionar-nos-emos sobre a existência neste arquivo de processos semelhantes – parciais ou “completos” – anteriores a esta data.

Devido às dificuldades estruturais que inventariar implicava, os momentos em que tal era feito deverão ser vistos como processos históricos relevantes dentro das famílias⁹⁸¹. Como tem sido recentemente realçado, a elaboração de um inventário não era um procedimento rotineiro e, na generalidade dos casos, não decorria de forma isolada: visto como um procedimento dinâmico, o acto de inventariar era despoletado pela necessidade – premente, em muitos casos – de criar controle sobre a informação, uma vez que os documentos eram utilizados como provas de posse, defesa de direitos, habilitação (e direito) a heranças e morgados sendo necessário uma recuperação dos mesmos facilitada⁹⁸². A elaboração de um inventário podia depender também da consciência do herdeiro de um morgado, de uma Casa, ou de um conjunto de bens e derivava do cuidado por ele colocado na gestão dos bens herdados o que significava, em última análise, cuidar da posse e organização dos respectivos documentos⁹⁸³. Com efeito, entre os séculos XVI e XVII, a fundação de morgados desafiou constantemente a capacidade do descendente nomeado para os herdar e gerir, pois este instituto obrigava a acrescentar a riqueza da família; daqui resultava, por exemplo, a importância fulcral da posse e da presença em inventários, dos documentos (re)fundacionais de morgados que podiam ser originais ou

⁹⁸¹ HEAD, Randolph C. – “Mirroring Governance: Archives, Inventories and Political Knowledge in Early Modern Switzerland and Europe”. *Archival Science*. [s.l.]. Springer Netherlands: Vol. 7, n.º 4 (2007), p.329; DE VIVO, Filippo – “Ordering the archive in early modern Venice (1400-1650)”. *Archival Science: International Journal on Recorded Information*. [s.l.]. Vol. 10, n.º 3 (2010), p.231.

⁹⁸² HEAD, Randolph C. – “Mirroring Governance...”, cit., p.317–329; DE VIVO, Filippo – “Ordering the archive...”, cit., p.231–248; ROSA, Maria de Lurdes – “Os espelhos e os seus outros lados. Inventários e gestão de informação documental do Viscondado de Vila Nova de Cerveira/ Marquesado de Ponte de Lima e família Brito Nogueira, séculos XV a XIX”. in ROSA, Maria de Lurdes - *Arquivos de família, séculos XIII-XX...*, cit.; ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (eds.) - *Rethinking the Archive...*, cit.; BORJA DE AGUINAGALDE, Fancisco - *Archivos de Familia y Archivos domésticos...*, cit., p.27. Além dos imediatamente supra-citados, ver ainda, entre outros: GÓMEZ VOZMEDIANO, Miguel F. - ““Experto en letras antiguas busca empleo”. El papel de los archiveros en la organización del patrimonio documental de la aristocracia española (1750-1850). Una aproximación a sus fuentes y posibilidades de estudio”. *Cuadernos de Historia Moderna*. [s.l.]. N.º 40 (2015), p.267-293. Também conferir em: GÓMEZ VOZMEDIANO, Miguel F. - “Archivos Nobiliarios españoles...”, cit., p.137.

⁹⁸³ São apresentados vários exemplos de reorganização de cartórios da nobreza nos quais o herdeiro teve plena consciência da importância da “boa ordem” dos seus documentos e da elaboração do respectivo inventário em: SILVA, Armando B. Malheiro da; RODRIGUES, Abel - “A criação das Gavetas na Casa de Mateus: um modelo iluminista de gestão da Informação”. in ROSA, Maria de Lurdes - *Arquivos de família, séculos XIII-XX...*, cit., p.614-615.

cópias parciais ou completas. São os chamados “livros de morgadio”, que são em si mesmos arquivos⁹⁸⁴.

A organização dos cartórios e o correspondente inventário “era uma etapa fundamental na estruturação das famílias nobres - iniciada no século XVI com a criação dos institutos vinculares e sobretudo no contexto político saído da Restauração -, e que contribui de forma determinante para a consolidação do conceito de Casa que começou a emergir em Setecentos.”⁹⁸⁵. Neste sentido, os inventários, do período que vai de meados do século XVII e ocupa toda a centúria seguinte, serviram sobretudo a administração senhorial, respondendo à necessidade primeira de controle de informação sobre as propriedades e heranças, bem como a possível habilitação às mesmas⁹⁸⁶. Inserimos neste contexto o primeiro inventário conservado no ACBL – o *Tombo de 1722* - e sobre o qual nos deteremos um pouco adiante. Quanto à organização e inventariação dos Arquivos de Família em Portugal a partir de meados do século XVIII, o contexto será diverso, pois essas foram, em grande medida, impulsionadas pelas leis pombalinas que obrigaram os proprietários a confirmarem a origem e posse de muitas das suas propriedades⁹⁸⁷. Estas leis despertaram ocasionalmente as famílias para o problema da desorganização dos seus acervos e para a falta de documentos fundacionais (ou cópias dos mesmos), chamadas que foram a provar a posse, origem e dimensão dos morgados que detinham⁹⁸⁸. Além disso, a complexificação crescente das propriedades vinculadas, a possibilidade de reclamar heranças ou a prova de parentesco, por exemplo, implicou que a família, cada vez mais, tivesse na sua posse a documentação necessária para comprovar as suas pretensões⁹⁸⁹. O que sucedeu foi que muitas destas famílias se depararam com o caos

⁹⁸⁴ ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. – “Delineating the social complexity of archival practices: the objectives and results of the INVENT.ARQ project on family archive inventories”. in ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (eds.) - *Rethinking the Archive...*, cit., p.17.

⁹⁸⁵ SILVA, Armando B. Malheiro da; RODRIGUES, Abel - “A criação das Gavetas na Casa de Mateus: um modelo iluminista de gestão da Informação” in ROSA, Maria de Lurdes - *Arquivos de família, séculos XIII-XX...*, cit., p.614.

⁹⁸⁶ ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. – “Delineating the social complexity of archival practices: the objectives and results of the INVENT.ARQ project on family archive inventories”. in ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (eds.) - *Rethinking the Archive...*, cit., p.18.

⁹⁸⁷ Ver por exemplo: NETO, Margarida Sobral - *Terra e Conflito. Região de Coimbra...*, cit., p.201; COELHO, Maria de Fátima - “O instituto vincular...”, cit., p.115.

⁹⁸⁸ Veja-se o caso de D. Leonor Ana Luísa José de Portugal, mulher do Morgado de Mateus, Luís António, que, devido à lei das confirmações, pediu que lhe trouxessem os documentos dos vínculos originais de Vila Real, os quais se extraviaram. A perda foi resolvida em 1772 através de um alvará régio que reduziu todos os vínculos da Casa a um único. (cf. SILVA, Armando B. Malheiro da; RODRIGUES, Abel - “A criação das Gavetas na Casa de Mateus...”, cit., p.624-625).

⁹⁸⁹ ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (eds.) - *Rethinking the Archive...*, cit., p.17-20.

documental nos seus acervos⁹⁹⁰. As dificuldades de organização eram reais, porque implicavam um labor específico, exigindo competências que não se encontravam facilmente dentro da família⁹⁹¹. Podemos encontrar um bom exemplo da plena consciência da necessidade da organização de um arquivo e das suas dificuldades, num texto inserido num documento datado de 1764 que se encontra no ACBL. Trata-se do prólogo da Cópia da Instituição do Morgado dos Castilhos onde podemos ler: “Eu achei os papéis dos Morgados de que sou administrador sem nenhuma ordem, e se não podia descobrir quais fossem os que pertencião a esta ó áquella fazenda para a qual detreminadamente era persizo boscar os seus respectivos titellos, este embaraço não só nassia da falta de arromação do mesmo cartório, mas tãobem da falta de cópias de muitos papéis que só podião ler as poucas pessoas que hoje há com essa inteligência; de huma dellas me vally para ler e copiar os mesmos titellos, e depois passei a por o cartório naquela forma e ordem em que hoje se acha, para isto sim fis alguma despeza, mas foi tanto maior o trabalho, que só dele me lembro para pedir aos meus sucessores que em atenção á sua mesma otelidade queirão não só conservar o que áxão mas dar mais alguns passos em beneficio do mesmo cartório e por consequência da sua caza, porque se o eu achace como o deixo, gastaria no trabalho de o aperfeiçoar o tempo que gastei para o por neste estado”.⁹⁹²

Possuir os documentos sem ordem equivalia a não encontrar os documentos necessários para prova. O problema, segundo o autor destas linhas, residia quer na falta de arrumação quer na falta de competências para a leitura paleográfica, o que lhe causava problemas devido à “falta de cópias de muitos papéis que só podião ler as poucas pessoas

⁹⁹⁰ Ver por exemplo: GÓMEZ VOZMEDIANO, Miguel F. - “Experto en letras antiguas...”, cit., p.275; FRIEDRICH, Markus - “The Rise of Archival Consciousness in Provincial France: French Feudal Records and Eighteenth-Century Seigneurial Society”. *Past & Present*. [s.l.]. Vol. 230, n.º 11 (2016), p.49; LOPES, Filipa - “Organizing to manage: Francisco Trigoso de Aragão Morato and the organization of family archive(s)”. in ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (eds.) - *Rethinking the Archive...* cit., p.59-63.

⁹⁹¹ Sobreretudo a necessidade de utilização de peritos em paleografia. Ver, para uma interessante panorâmica de um processo semelhante ocorrido em França ao longo do século XVIII, o supra citado: FRIEDRICH, Markus - “The Rise of Archival Consciousness...”, cit., p.54-55.

⁹⁹² A produção deste documento, um livro encadernado em cabedal que podemos datar da segunda metade do século XVIII, pode ser atribuída a Tomás de Noronha Ribeiro Soares Castilho, casado com Madalena de Figueiredo Cabral da Câmara, irmã de Vasco Manuel. Não sabemos a história custodial deste documento que faz parte do ACBL, mas será certamente por via desta relação de parentesco que ele terá sido incorporado no acervo. Os primeiros fólios deste livro foram redigidos na primeira pessoa e, portanto, muito provavelmente pelo *Senhor da Casa*. A caligrafia desta pequena introdução é muito diversa da que consta do restante livro. O possuidor do arquivo desejou deixar uma advertência aos sucessores, pelo que a deixou no 1º tomo do arquivo ou no *Maço 1º*. (*Cópia dos papéis pertencentes à Instituição do Morgado e suas obrigações. Maço 1º*. ACBL, Livro n.º 32, fl II).

que hoje há com essa inteligência”. Organizado o cartório, o autor queixava-se, não da despesa que havia feito, mas do trabalho que tivera para o ordenar e da possível negligência dos seus sucessores. Neste caso, o inventário e a ordem do cartório foram inseridos numa perspectiva de futuro, com o pedido expresso aos sucessores para que conservassem essa ordem em benefício da Casa. Este ponto reflete a importância do sucessor na continuidade de uma boa administração. A negligência de um sucessor implicaria a inutilidade de todo o trabalho anterior de elaboração, arrumação, limpeza, ordem e a possibilidade de recuperação efectiva da documentação.

Para combater o caos nestes acervos, foi necessário proceder à organização e inventariação dos documentos. Os inventários, encomendados geralmente a um especialista, foram, de alguma forma, uma resposta das famílias às pressões que sofreram sobre a sua propriedade e sobre os seus direitos⁹⁹³. Como dissemos acima, este procedimento, que ocorria sempre num momento preciso, decorria de uma necessidade de controle sobre a informação contida nos acervos. A ordem conferida por um inventário partia de uma situação de (alguma) desordem e/ou negligência, relacionadas, quase sempre, como nos diz Joseph Morsel, com uma baixa avaliação do interesse e da necessidade do arquivo. Para este autor, a inexistência de um inventário é também a recusa deliberada de obter uma visão de conjunto das existências, com todas as consequências que isso implicava para a Casa: perdas de propriedades, incapacidade de administração dos bens. Inventariar implicava organizar, ordenar um conjunto de documentos sobre os quais pendia a (ou alguma) desordem: ao mesmo tempo que se destinava à recuperação das peças, o inventário acabava por conferir ordem ao acervo e fornecia também uma determinada visão de conjunto do mesmo. Esta será uma das razões pelas quais nos parece difícil enquadrar o princípio arquivístico do respeito pela “ordem original”, uma vez que, no caso da existência de mais do que um inventário, de que ordem original falamos? Não sendo possível alongarmo-nos sobre este assunto, podemos apenas afirmar que a ideia do “congelamento” de um acervo numa única etapa do seu devir

⁹⁹³ Ver por exemplo, para Portugal, o estudo recente sobre um “perito paleógrafo” que produziu maioritariamente no final do século XVIII e primeiro quartel de Oitocentos: LEME, Margarida; NÓVOA, Rita - “The expert paleographer João Filipe da Cruz (c. 1798-1827)”. in ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (eds.) - *Rethinking the Archive...*, cit.; Para Espanha ver o supra citado: GÓMEZ VOZMEDIANO, Miguel F. - “Experto en letras antiguas...”, cit.; Para França ver, por exemplo: REY, Coraline - “Un classement archivistique au XVIIIe siècle: Cîteaux et les inventaires de Jean-Baptiste Lemort”. *Bulletin du centre d’études médiévales d’Auxerre* - BUCEMA. [Em linha]. Vol. 18, n.º 2 (2014), p.1-22. [Consult. 29. Mai. 2015]. Disponível em <http://cem.revues.org/1349>.

afigura-se-nos inapropriada⁹⁹⁴. De um ponto de vista abstracto, os inventários permitem-nos hoje compreender como foram vistos os documentos na época em que foram elaborados, mas a complexidade desta operação deveria responder a um equilíbrio entre a exaustividade da busca documental e a facilidade de utilização quer para a geração produtora quer para a posteridade⁹⁹⁵. Deveremos, pois, ter em conta cada momento de inventariação, no sentido de lhe encontrarmos a lógica⁹⁹⁶.

Retornando ao nosso caso de estudo, sabemos que, antes de 1722, foram produzidas três listas⁹⁹⁷ de documentos. Embora não se tenham conservado no arquivo, estas são descritas no inventário de 1722, o que demonstra a sua relevância. A primeira lista intitulada “Hum Rol dos papeis que forão a Pedro giraldes”⁹⁹⁸, pode datar-se de cerca de 1680-1722⁹⁹⁹. Foi descrita no *Tombo de 1722* como estando arquivada no Maço 32, em conjunto com quitações, certidões e documentos contabilísticos relacionados com a comenda de Besteiros¹⁰⁰⁰. Esta descrição indica, antes de mais, a circulação de documentos entre o comendador e o seu procurador. Pedro Giraldes Ribeiro era tabelião, foi procurador de Pedro de Figueiredo¹⁰⁰¹ e foi também o escrivão do tombo da comenda de Santiago de Besteiros¹⁰⁰² e de S. Salvador de Castelões. Foi provavelmente em função desta empreitada que lhe foram enviados documentos, ficando o comendador com uma lista dos mesmos para poder conferir as saídas e depois o regresso dos mesmos. Este tipo de prática era bastante comum e poderia ocorrer por razões diversas, tais como a entrega

⁹⁹⁴ Remetemos preferencialmente para a excelente síntese sobre este assunto feita por Rita Luís Sampaio da Nóvoa em: NÓVOA, Rita Luís Sampaio da – *O Arquivo Gama Lobo Salema...*, cit., p.88-90.

⁹⁹⁵ MORSEL, Joseph - “Médiations ou déviations? Les Inventaires, entre archives et historiens”. in ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (eds.) - *Rethinking the Archive...*, cit., p.26-28.

⁹⁹⁶ MORSEL, Joseph – “Histoire ou passé?...”, cit., p.11.

⁹⁹⁷ As listas baseiam-se mais na descontinuidade do que na continuidade; podem ser lidas em diferentes direcções; têm um início e um final preciso; podem conter a escalada dos itens através da numeração, iniciais, ordem alfabética; têm, na generalidade dos casos uma delimitação dos espaços para melhor visibilidade dos itens. São estas algumas características apontadas por MORSEL, Joseph - “Médiations ou déviations?...”, cit., p.27.

⁹⁹⁸ V.: n.º 346 da TAD.

⁹⁹⁹ Este documento, inserido no mesmo maço, não foi descrito no *Tombo de 1807* e também não se conservou no arquivo. Como explicámos na TAD, optámos por manter a sequência das descrições constantes no *Tombo de 1722* respeitantes às comendas de Santiago de Besteiros e de S. Salvador de Castelões por uma questão de inteligibilidade. No entanto, há descrições deste conjunto que são datadas, pelo que poderemos considerar que a produção destes documentos poderá ter ocorrido entre 1680 e 1720 e que o seu produtor foi Pedro de Figueiredo de Alarcão.

¹⁰⁰⁰ Rui de Figueiredo de Alarcão foi nomeado nesta comenda em 1657, como pagamento dos serviços de seu tio, Rui de Sousa de Alarcão, deixando-a a seu filho Pedro de Figueiredo de Alarcão. V.: SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.149.

¹⁰⁰¹ V. n.º 748 da TAD.

¹⁰⁰² V. n.º 873 e 878 da TAD.

dos documentos de um sucessor de uma casa ao sucessor seguinte¹⁰⁰³ ou a transferência de documentação de um local para outro¹⁰⁰⁴.

A segunda lista que fez parte do acervo é “Hum rol dos papeis tocantes aos Maninhos que tinha em seu poder Manoel Francisco Mendes” e data de cerca de 1715¹⁰⁰⁵. Apesar de não ser possível apurar com exactidão quem foi Manuel Francisco Mendes, nem em que qualidade teria em sua posse os documentos relativos aos Maninhos da Covilhã, sabemos que este era rendeiro dos mesmos Maninhos através duma descrição também não datada, constante no *Tombo de 1722*¹⁰⁰⁶. O interesse desta menção ao “rol” é o de nos permitir constatar a elaboração de listas de documentos para ser possível conferir a recuperação dos mesmos; é ainda importante porque testemunha a importância crescente da utilização de documentos, neste caso relacionados com uma propriedade longínqua em relação à qual a autoridade e a legitimidade do donatário para recolher rendas foi sistematicamente contestada, como já referimos.

Podemos dizer que estas listas de documentos se relacionam sobretudo com a circulação, transmissão e entrega de documentos entre o senhor da Casa e os seus procuradores ou colaboradores. Vejamos agora a última lista referida no *Tombo de 1722*: uma relação de documentos, referida como uma “Relação dos papéis que o sr. Ruy de Figueyredo tinha”¹⁰⁰⁷ que põe problemas que as listas anteriormente referidas não colocam. Infelizmente a descrição não apresenta data e o documento não se conservou no acervo, portanto não nos é possível proceder à sua análise nem estabelecer comparações com os inventários posteriores. Nem sequer lhe foi possível atribuir um produtor inequívoco uma vez que sem data, e devido à homonímia - Rui de Figueiredo -, esta relação de documentos poderá ter pertencido a um dos vários membros da linhagem com o mesmo nome¹⁰⁰⁸: Rui de Figueiredo (c. 1493-1521), Rui de Figueiredo Correia (c.1530-1478) ou Rui de Figueiredo de Alarcão (c.1595-1679). Dado que em 1722 lhe foi antevista alguma utilidade, pelo que foi descrita no inventário, é possível que pertencesse

¹⁰⁰³ BELTRÁN CORBALÁN, Domingo - *El archivo de la casa de los Vélez...*, cit., p.31; 55; 61.

¹⁰⁰⁴ Em 1582 foi trasladado o arquivo de Múrcia para Mula por ordem de Mencía de Requesens, mãe e tutora do quarto marquês de los Vélez. Nesta ocasião, o mordomo da marquesa entregou os documentos ao alcaide da fortaleza de Mula. (BELTRÁN CORBALÁN, Domingo - *El archivo de la casa de los Vélez...*, cit., p.62).

¹⁰⁰⁵ Arquivado no Maço n.º 28, gaveta n.º 8 (V. n.º 612 da TAD).

¹⁰⁰⁶ ACBL, cx.47, n.º 1, fl.64vº. A descrição que identifica Manuel Francisco é a seguinte: “Três arrendamentos pertencentes aos Maninhos da Covilhã, dos quais são dois de Manuel Francisco da Covilhã e um antigo”. Destacamos a indicação do tipo de arquivamento, em que se reuniram, no mesmo maço, dois documentos mais recentes e “um antigo”.

¹⁰⁰⁷ V. n.º 317 da TAD.

¹⁰⁰⁸ V. anexo n.º 6.

a Rui de Figueiredo de Alarcão, o mais recente. Esta Relação difere das anteriores uma vez que remete para a existência de um “conjunto de papeis” pertencentes ao senhor da Casa (e não a determinados documentos relativos a um determinado bem) e, por esta razão, pode ser vista como um primeiro instrumento de recuperação documental (independentemente do seu produtor). Mas se não temos dados sobre o conteúdo das três listas, a sua menção no *Tombo de 1722* permite-nos uma pergunta pertinente: porque foram conservadas e inventariadas estas listagens de documentos ultrapassadas? A resposta parece-nos ser a de que continham informação importante sobre rendeiros, terras ou nomes de lugares. Relativamente aos tombos – 1722 e 1807 – eles incluíam, além da organização da documentação, informação preciosa sobre a origem de morgados, capelas pertencentes à Casa e suas obrigações, pelo que se justificava plenamente o arquivamento dos mesmos. Apesar de se produzirem inventários actualizados, a informação constante no instrumento de descrição obsoleto não se inutilizava por completo uma vez que a origem dos morgados era a mesma e o conjunto de obrigações respeitantes às propriedades mantinha-se. Estes documentos tinham utilidade na medida em que fixavam uma importante “genealogia” de rendeiros, terras e/ou de topónimos, que se podiam alterar com o passar do tempo e cuja informação era, assim, passível de recuperar. Por esta razão podemos afirmar que, cada inventariação nova, ao fornecer à família uma imagem reflexiva e renovada do acervo, não anulava totalmente os instrumentos de recuperação anteriores. A prova é que estes permaneceram no arquivo e eram, eles próprios, inventariados.

Em conclusão, podemos dizer que nos documentos anteriores a 1722 existem sinais sobre o tipo de conservação de documentos, revelando a sua forma de armazenamento, a dobragem, e que continham informações simples dos conteúdos na face visível da dobra. Esses sinais permitiam uma recuperação mais célere da informação. Destacam-se os pequenos resumos (de épocas diferentes) com indicações tipológicas ou geográficas. Estas práticas arquivísticas permitiriam aos utilizadores da documentação compreender mais rapidamente o conteúdo do documento, recuperá-lo e utilizá-lo. A certa altura, a este método parecem ter-se sobreposto (ou vindo a coexistir) listas de documentos de diversos tipos.

Entretanto, a complexidade que a conservação e gestão documental atingiu no início do século XVIII, fez com que deixasse de ser possível recuperar facilmente a informação dentro do conjunto documental, sendo necessária uma nova ferramenta para

o fazer: o inventário. Através deste instrumento a família dominou, com maior facilidade, um conjunto informativo significativo. Mas seria preciso esperar pelos anos 20 da centúria de Setecentos para surgir o primeiro exemplar conhecido que se conservou no ACBL. É dele que falaremos de seguida.

2 2.2. O Tombo de 1722

Ao herdar a Casa de seu pai em 1722, Rodrigo António de Figueiredo recebeu uma estrutura já bastante complexa. A Casa detinha propriedades, bens ou prazos em locais tão dispersos como a Covilhã, Alenquer, Vila Franca e Carregado, Santarém, Montemor o Novo e Sintra, além de Lisboa. A este conjunto acresceriam, após confirmação régia, as comendas nos bispados de Braga, Viseu e Lamego¹⁰⁰⁹.

A este património era necessário aplicar uma forma eficaz de administração até porque, como vimos no capítulo anterior, quer Rui de Figueiredo de Alarcão, quer seu filho Pedro de Figueiredo de Alarcão, haviam produzido basta documentação relacionada com a posse e administração da Casa¹⁰¹⁰. Ambos procederam à compra de propriedades¹⁰¹¹, demandando na justiça sobre a posse de bens, e respondendo, por essa posse, a contestações e pleitos¹⁰¹². Terão sido igualmente dos primeiros membros da família de quem se conservam¹⁰¹³ provas de uma gestão patrimonial efectiva através do escrito, como testemunham as várias descrições de contas¹⁰¹⁴ ou de correspondência trocada com procuradores, rendeiros e feitores¹⁰¹⁵, mas também de *memórias*¹⁰¹⁶ sobre questões que pendiam sobre a Casa, entre outros.

¹⁰⁰⁹ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.150. Para o conjunto de propriedades e respectivos rendimentos, ver p.164.

¹⁰¹⁰ Um dos factores de acumulação patrimonial e documental foram as heranças que beneficiaram especialmente Rui de Figueiredo de Alarcão, mas também, em menor medida, Pedro de Figueiredo, e que tiveram impacto no acervo com a incorporação de documentos relativos às propriedades e bens herdados. SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.151-156.

¹⁰¹¹ Rui de Figueiredo de Alarcão comprou vários terrenos em Ota (ver, entre outros, os n.º 220, 227, 230, 246, 247 e 251 da TAD); Pedro de Figueiredo de Alarcão comprou terrenos em Ota, Lobagueira e propriedades em Lisboa (ver, entre outros, os n.º 537, 561, 608, 656, 668, 716, 741 da TAD)

¹⁰¹² Para Rui de Figueiredo de Alarcão ver, por exemplo, os n.º 200, 206 da TAD. Para Pedro de Figueiredo de Alarcão ver, por exemplo, os n.º 448, 662, 675, 676.

¹⁰¹³ Não querendo isto dizer que não tenha havido gestão eficaz das propriedades anteriormente, mas sim que os documentos dessa gestão, a terem existido, não se conservaram. V.: ESCH, Arnold - "Chance et hasard de transmission...", cit., p.27.

¹⁰¹⁴ V. por exemplo os n.º 296 ou 336 TAD.

¹⁰¹⁵ V. por exemplo os n.º 339 ou 347 TAD.

¹⁰¹⁶ São numerosas as descrições de *memórias* sobre vários assuntos relacionados com propriedades. V., por exemplo, o n.º 295 e o n.º 380 da TAD.

A acumulação documental que se verificou e a dificuldade na recuperação de informação terá levado Rodrigo António de Figueiredo, após a morte de seu pai, em 1722, à indispensável intervenção no sentido da organização do seu acervo. O seu objectivo seria o de produzir um instrumento de recuperação que permitisse o conhecimento, o mais cabal possível, da Casa – das propriedades, rendas, obrigações e rendeiros – de forma a poder geri-la, administrá-la e transmiti-la, por sua vez, aos seus herdeiros. Mas o seu propósito passaria também pela produção de um documento que indicasse claramente quais os documentos que provavam a origem e a posse desses bens e os direitos e obrigações que detinha sobre os mesmos. Em suma, Rodrigo António de Figueiredo pretendia ter o domínio e um conhecimento minucioso sobre a sua documentação. Esta pretensão justificava-se uma vez que era do controle da documentação e da sua fácil recuperação que derivava a possibilidade de controle dos rendimentos da Casa e a sua manutenção. Desta forma o inventário “se met ainsi au service d’une famille, d’une politique, de droits, d’un patrimoine qu’il s’agit de faire fructifier, [de] défendre(...)”¹⁰¹⁷.

Assim, em 1722, Rodrigo António mandou elaborar aquilo a que podemos chamar um *tombo composto*, isto é, um tombo que não incluiu apenas o inventário de papéis, mas também toda a informação disponível e recolhida sobre as propriedades, os seus rendimentos e obrigações. Relativamente à estrutura, que adiante referimos em pormenor, poderemos compará-lo de alguma forma ao *Livro da Fazenda do senhor conde meirinho-mor e rendimento della e dos seus papeis e outras lembranças*¹⁰¹⁸, datado de 1588 e feito a mando de Duarte de Castelo Branco, conde de Sabugal. Embora a ordem de apresentação não seja exactamente a mesma, este tombo contém uma parte com a indicação das rendas (a “Tavoadada dos rendimentos”), outra com o inventário dos documentos (“Tavoadada dos papéis”) e uma outra com as *memórias* (“Tavoadada de Lembranças”) que inclui o tipo de propriedades – morgados, prazos e bens livres – os seus rendimentos, a sua localização e as suas obrigações¹⁰¹⁹. Portanto, estes tombos, além do inventário propriamente dito, reuniam informação variada, combinando referências a documentação, rendimentos, obrigações, entre outros.

¹⁰¹⁷ Consultar [em linha:] <https://www.casadevelazquez.org/pt/investigacao/noticia/archives-de-famille-1/> [Consult. 03 Abr. 2017].

¹⁰¹⁸ LEME, Margarida – “Livro da Fazenda do senhor conde meirinho-mor e rendimento della e dos seus papeis e outras lembranças” (entrada de catálogo nº 9). in ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (eds.) - *Rethinking the Archive...*, cit., p.116.

¹⁰¹⁹ LEME, Margarida – “Livro da Fazenda do senhor conde meirinho-mor ...”, cit., p.116.

O *Tombo de 1722*, que espelha a primeira organização total conhecida do acervo, revela também o despertar de uma *consciência arquivística*¹⁰²⁰ na linhagem dos Figueiredos. Morsel elenca alguns dos momentos fundamentais através dos quais os documentos se transformam em arquivo: quando se guarda em vez de deitar fora; quando o uso inicial do documento é alterado por usos posteriores; e quando se inventaria, momento em que os documentos se tornam ‘objectivos’, constituindo um conjunto específico, sendo então a situação anterior concebida como “primitiva” (proto arquivo) e a nova como o surgimento de uma idade de arquivagem moderna¹⁰²¹. Embora tenhamos indicações de que houve algumas tentativas anteriores de classificação e de possível inventariação, tais como a “Relação de documentos de Rui de Figueiredo”, acima citada, 1722 é o momento em que podemos dizer, sem qualquer reserva, que os documentos dos Figueiredos se constituíram em *arquivo*.

Quanto à autoria deste *Tombo de 1722*, infelizmente não foi possível identificar o seu autor¹⁰²². Sabemos apenas que produziu outros documentos muito pormenorizados relacionados com a administração da Casa de Rodrigo António de Figueiredo. Analisaremos estes documentos um pouco adiante, mas podemos adiantar que, através dos mesmos, inferimos que o autor deste tomo conhecia a documentação do acervo, detinha a informação detalhada sobre cada uma das propriedades, sobre as acções da Casa pendentes em tribunal e sobre os documentos em falta para algumas destas causas. Além disso indicava as cópias que eram necessárias solicitar em várias instâncias para completar, no acervo, a informação sobre várias propriedades. Por esta razão é plausível pensar que o autor deste tomo era um administrador ou um *secretário* de Rodrigo António de Figueiredo.

O *Tombo de 1722* contém quatro partes distintas, especificadas no próprio título: a primeira respeita à descrição das propriedades que Pedro de Figueiredo de Alarcão detinha, se se achavam arrendadas ou emprazadas, incluindo a indicação dos rendeiros e o valor das rendas respectivas: “*Tombo com varias rendas e todas as fazendas prazos e*

¹⁰²⁰ Ver sobretudo as primeiras páginas do artigo: FRIEDRICH, Markus – “The Rise of Archival Consciousness...”, cit., p.49-70.

¹⁰²¹ Mas também MORSEL, Joseph- “Histoire ou passé?...” , cit., p.6.

¹⁰²² Gostaríamos de poder apresentar uma caracterização mínima deste autor, mas no momento não nos é possível fazê-lo uma vez que esta implicaria um regresso à documentação o que dilataria o tempo que temos disponível para terminar o presente trabalho. São vários os casos de autoria anónima de inventários Livro da Fazenda do senhor conde meirinho-mor de Casas. Apenas para dar um exemplo podemos dizer que, dos 36 inventários catalogados no projecto *Invent.Arq*, 20 são de autores desconhecidos (cf. ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (eds.) - *Rethinking the Archive...*, cit., p.98-173).

(...) *que pretencem a esta caza em que meu pay e senhor Pedro de Figueyredo se achava de posse athe sev faleçimento*"; a segunda parte diz respeito às "*qvantias por que cada hva das ditas fazendas neste anno de 1722 se achão arendadas, e a qvem(...)*"; a terceira parte do tombo regista as obrigações que pendiam sobre cada uma destas propriedades: "*(...)como tambem as penções capelas e encargos e foros a que as sobreditas fazendas estão obrigadas (...)*"; e a quarta parte diz respeito ao inventário dos documentos do arquivo: "*(...) E inventario de todos os papeis que se acharaõ*"¹⁰²³.

A elaboração do inventário proveio de uma recolha primordial de "*todos os papeis que se acharaõ*", isto é, para a elaboração deste tombo teve importância fulcral a reunião de toda a documentação com a exaustividade possível. Desta exaustividade dependeria a descrição e a cotação de cada documento, e destas dependeria a própria eficácia do inventário enquanto instrumento de recuperação de documentação.

O índice do tombo, cujo título é: "*Index do que conthem este livro em suma*"¹⁰²⁴, surge logo nas primeiras páginas deste documento e assinala o que consta do fólho 2º até ao fólho 9ºvº: "*Huma relação das rendas sabidas de todas as fazendas morgados Capelas prazos e todas as mais como também a qualidade dellas*"¹⁰²⁵. Através da expressão "sabidas", constata-se que a recolha da documentação permitiu reunir informação sobre as rendas dos morgados e capelas, mas colocava a possibilidade de existência de rendas de que poderia não haver conhecimento. Por outro lado, a qualidade dessas rendas era fundamental para a compreensão das acções necessárias para as manter/renovar, como fazer reconhecimentos de foreiros ou renovações junto das instituições eclesiásticas.

O segundo parágrafo do índice assinala que entre os fólhos 10º e o 14º, está contida a "*Relação das obrigações dos Morgados e Capelas Penções e foros que deve o sr. Rodrigo António de Figueiredo Correa em Cada hum anno satisfazer dos Morgados, e mais fazendas que lhe pertencem*"¹⁰²⁶. O conhecimento das obrigações, com o cumprimento de encargos fúnebres das capelas ou o pagamento de foros a determinados conventos, permitia controlar esses pagamentos e, com isto, controlar as despesas da Casa.

O terceiro parágrafo, que remete para os fólhos 15º ao 25ºvº, onde está a "*Rellação que dá Larga noticia das fazendas todas que o sr. Pedro de Figueiredo que Deus tem*

¹⁰²³ Folha de rosto do *Tombo de 1722* (ACBL, cx.47, n.º 1).

¹⁰²⁴ ACBL, cx.47, n.º 1, fl.IV.

¹⁰²⁵ ACBL, cx.47, n.º 1, fl.IV.

¹⁰²⁶ ACBL, cx.47, n.º 1, fl.IV.

pessuhia, e Como Vierão a esta caza se por herança Compra ou de outro algum Modo dando juntamente noticia dos Titullos dellas e as Clarezas que se acharão”¹⁰²⁷, teve como objectivo incluir o máximo de informação possível quer sobre o conjunto de propriedades, quer sobre a forma como haviam sido integradas na Casa – por compra, por herança ou “outro algum modo”. Relacionada com a informação sobre cada uma das propriedades – fazendas – realçamos a “noticia dos Titullos dellas e as Clarezas que se acharão”, indicando o papel fundamental que os documentos desempenharam neste processo de elucidação das complexidades próprias que muitas das propriedades da Casa adquiriram com o decurso dos tempos¹⁰²⁸. Esta complexidade implicou uma recolha de documentos que se pretendeu, como veremos, bastante exhaustiva.

No quarto parágrafo deste índice, que aponta para os fólhos 30º a 102º vº, consta a “*Relação de todos os papeis que se acharão por fallecimento do Sr. Pedro de Figueiredo que Deos tem os quais se achão em seus maços Separados como da mesma relação se pode Ver (...) apontados Cada hum de per si, e com seus Titullos e cottas*”¹⁰²⁹. Em cada descrição está a indicação da relação dos documentos, os quais seriam arrumados em maços “separados”, maços esses numerados; cada documento foi igualmente “apontado de per si”, com o seu título (resumo) e cota (número de maço).

O *Tombo de 1722* retrata dois momentos fundamentais na história deste arquivo. O primeiro momento é o da própria elaboração do Tombo; o segundo, a colocação dos maços em 16 gavetas de dois contadores de que falaremos mais detidamente um pouco adiante.

Passaremos a descrever sumariamente a forma como, no primeiro momento, foram arquivados os documentos remetendo, desde logo, para a consulta do anexo n.º 7, quadro n.º 3. Muitas das descrições do *Tombo de 1722* são relativamente completas, havendo bastantes registos com locais, nomes e datas.

O texto original deste tomo foi muito acrescentado e anotado, indicando o seu uso ao longo de todo o século XVIII. Com efeito, foram adicionadas várias descrições

¹⁰²⁷ ACBL, cx.47, n.º 1, fl.IV.

¹⁰²⁸ As complexidades advinham sobretudo através da agregação de novas propriedades a um núcleo principal de um morgado ou de um núcleo *fundiário* importante. As propriedades agregadas podiam ter uma natureza diversa da *principal* podendo implicar o cumprimento de diversas obrigações a instituições diferentes. Já referimos supra o exemplo da Quinta de Ota, cujas terras foram acrescentadas por exemplo com um foro da Casa Real e por compras várias de terras com obrigações a diferentes conventos em Alenquer (S. Pedro, Santo Estêvão, Irmandade do Santíssimo de S. Tiago), apenas para citar um exemplo.

¹⁰²⁹ ACBL, cx.47, n.º 1, fl.IV.

documentais datando a mais recente de 1735¹⁰³⁰. No entanto, estas adições não foram sistemáticas, faltando descrição de documentos importantes, como por exemplo as cartas das comendas.

A documentação parece ter sido originalmente arrumada em 100 maços. Baseamos a nossa afirmação no facto de se encontrar na numeração dos maços, a mesma caligrafia até ao registo do maço 100¹⁰³¹. Posteriormente foram acrescentadas, desde o fólho 102vº até ao fólho 109 vº, as descrições de documentos constantes em seis maços do n.º 101 ao 106º, e foram registados, por uma nova mão que não foi possível identificar¹⁰³². O fólho 110 foi deixado em branco e, a partir do fólho 101vº, esta nova mão elabora um conjunto de resumos de documentos fundamentais para a Casa: são maioritariamente descritos e resumidos os testamentos com a instituição de morgados. Nestes resumos consta: a tipologia, os produtores, a data, a localização (cartório) e as obrigações a cumprir. Cada um destes resumos tem uma nota à margem remetendo para o maço correspondente, indicando o(s) produtor(es) e o nome morgado ou propriedade para uma fácil identificação, conforme segue de forma esquemática:

Anotação margem esq ^a .	Resumo do documento
#Maço 64/ #Senhor Ruy de Figueiredo e D. Maria Correa #Morgado da LoBagueira	#Testamento e Instituição do morgado que fizerão no Lugar da Lobagueira de vários cazais terras e propriedades os Sres Ruy de Figueiredo e sua mulher a Sra. D. Maria Correa em 1521 se acha no cartório de que foi Escrivão João Domingues Pontes ainda se da conta das obrigaçõis e encargos que tem o mesmo morgado. ¹⁰³³

= Caligrafia diversa da original

Um outro dado que nos parece relevante é o facto de o autor deste inventário ter previsto, desde o início, espaços próprios para se acrescentarem resumos de documentos à medida que estes iam sendo produzidos. É facilmente visível que em alguns casos foram sendo preenchidas as páginas em branco existentes entre os registos de cada maço, pelo mesmo autor ou por outros intervenientes. O título com que se inicia a relação de documentos diz literalmente: “Relação de todos os papeis (...) que o Senhor Rodrigo António de Figueiredo Correa manda lançar por Lembrança neste livro como também ajuntar os que vão crescendo e lhe pertencem”¹⁰³⁴. Por esta razão podemos encontrar vários resumos acrescentados com mais informação, com dados mais recentes do que o

¹⁰³⁰ V.: n.º 906 da TAD: “Escripturas de duas propriedades de terra vinha em (...) que comprou o sr. Rodrigo Antonio de Figueiredo ao Padre Luis Henriques em otta por 120\$000”.

¹⁰³¹ ACBL, cx.47, n.º 1, fl.102.

¹⁰³² ACBL, cx.47, n.º 1, fl.102vº-109vº.

¹⁰³³ ACBL, cx.47, n.º 1, fl.111vº.

¹⁰³⁴ Sublinhado nosso (ACBL, cx.47, n.º 1, fl.30).

resumo original e com uma caligrafia diversa daquela que identificámos como original, como o exemplo que segue de forma esquemática:

Descrição	Anotação margem dt ^a .
Hum Instrumento por que Consta como a quinta de Otta no anno de 1573 Justificou o Sr. Ruy de Figueyredo não Valer o que era Prazo na quinta de Otta Mais que Sincoenta mil reis o que mostrou pelo mesmao as freiras de Odivellas	[# Pensoins e foros]”
#_Huma memoria do feitor de otta de to/das as obrigaçoins e foros da quinta e suas pertenças	

= Caligrafia diversa da original/ Acrescento

Sempre que uma data surge numa descrição ela é sublinhada, o que indica que houve uma intenção de a realçar de forma a ser facilmente identificável (V. fig. n.º 10). Relativamente às notas marginais elas teriam igualmente o intuito de facilitar a procura da descrição por serem visíveis mais rapidamente, como a que se apresenta imediatamente acima. Uma parte delas foi feita num momento diferente daquele em que o tombo foi elaborado e muitas delas foram produzidas por uma segunda mão. Damos o exemplo de uma descrição que nos remete para uma data muito posterior à da elaboração do tombo: é uma anotação colocada à margem, no fólio 22º do tombo, na relação das propriedades de Pedro de Figueiredo e diz respeito à compra do foro da Quinta de Ota ao convento de Odivellas, compra essa ocorrida em 1499, como se segue de forma esquemática:

Anotação margem esq ^a .	Resumo do documento	Anotação margem dt ^a
#há 285 anos	Huma quinta em Otta pra-/zo foreiro em vidas as freiras de Odivellas (...) esta comprou o Sr. Ruy de Figueyredo (...) no anno de 1499 a Bertholameu Pires e dua molher (...) Com a qual quinta entre algumas fazendas que a ella os suçoiores ajuntarão, e comprarão se achão hoje místicas as fazendas de duas Capelas(...) o que consta melhor pello livro da Igreja de Otta; e assim se acha aNexo a dita quinta o Casal do Monte Redondo que tem uma penção de catorze mil reis para a Missa Cotadiana que o Sr. Ruy de Figueiredo por seu testamento instituyo (...)	# e a mesma se/ acha junto outro prazo de S. Estêvão de /Alemquer como abaxo se dis, e 300\$000/ de fazenda do morgado/

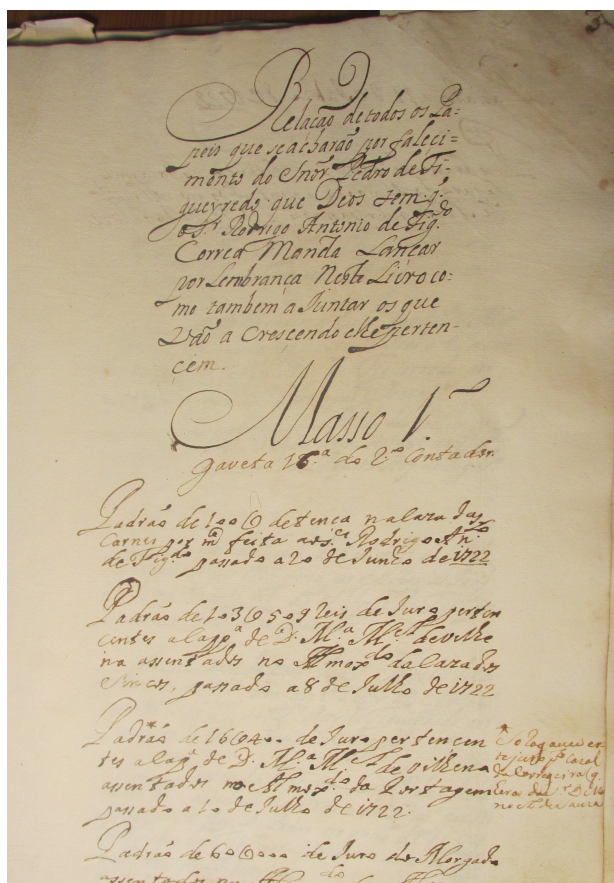
= Caligrafia diversa da original/ Acrescento

Como se pode ver esquematicamente na tabela supra, na margem esquerda está uma nota que diz o seguinte: “Há 285 anos”¹⁰³⁵, o que equivale a dizer que as anotações deste tombo prosseguiram pelo menos até 1784 e que este documento permaneceu a uso ao longo de todo o século XVIII.

¹⁰³⁵ ACBL, cx.47, n.º 1, fl.22.

A elaboração deste inventário foi um processo que se desenrolou à medida que se “foram pondo correntes” os assuntos e os documentos do acervo. Entre a verificação da documentação, os pedidos de cópias, a produção dos documentos e o seu registo no inventário terá decorrido algum tempo. Os espaços deixados em branco no inventário, revelam, por um lado, a espera, a pendência destes processos de inventariação e, por outro, a incompletude das existências e o prolongamento deste mesmo processo no tempo. Esse prolongamento na elaboração, mas também no uso do inventário, é testemunhado precisamente pela intervenção de várias mãos neste documento¹⁰³⁶.

Um caso particularmente interessante parece-nos aquele que ocorreu relativamente ao maço 1º, em que a página correspondente aos fólhos 31 e 31vº, foi originalmente preenchida apenas com a palavra “Maço 1º” e depois deixada em branco com o intuito de a preencher posteriormente (V. fig. n.º 9).



Página inicial do inventário de documentos do Tombo de 1722
(fig. n.º 9)

¹⁰³⁶Podemos apontar o exemplo de outro inventário elaborado em fases diferentes: trata-se do inventário do cartório de D. Brás da Silveira, intitulado “Índice do Cartório de D. Brás da Silveira”. As diferentes fases de elaboração detectam-se através de alterações na estrutura e na apresentação da informação. Além disso, foram também colocados alguns acréscimos feitos por uma mão diferente (V: LOPES, Filipa – “Índice do Cartório de D. Brás da Silveira” (entrada de catálogo nº 18). in ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (eds.) - *Rethinking the Archive...*, cit., p.134).

Este fólio foi, de facto, preenchido com uma caligrafia diversa da do autor do *Tombo de 1722* e terá sido reservado para uma tipologia documental específica: nele foram descritos cinco padrões de juro que pertenciam a Rodrigo António de Figueiredo. Sabemos, através de um documento cujo autor é o mesmo do que o do *Tombo de 1722*¹⁰³⁷, que terão sido feitas diligências para obter os padrões. Nesse documento podemos ler: “Hum Juro de 100\$000 de Torres Vedraz e Alenquer de que se andão pondo correntes os padroens e por isso Se não declara quem fez os tais juros”¹⁰³⁸. Portanto, entre a elaboração do tombo e o preenchimento da página terá havido um lapso de tempo o qual, infelizmente não sabemos precisar. Mas o preenchimento desta página é particularmente revelador relativamente à construção do inventário. Tratava-se do primeiro maço do acervo, a ser preenchido com alguns dos documentos mais significativos: os Padrões de Juro e uma parte das Cartas das Comendas. Quanto aos Padrões de Juro, estes garantiam o pagamento de um determinado valor, ou seja, eram importantes fontes de rendimento¹⁰³⁹ e, portanto, de suma relevância. A inserção posterior ou tardia das descrições destes Padrões significa que se estariam a fazer diligências para obter a documentação no arquivo régio e por esta razão esta página terá permanecido em branco. Este processo foi simultâneo à elaboração do inventário, e, entre a verificação da documentação, a busca, os pedidos e a produção dos documentos, terá decorrido um tempo considerável. O gesto é revelador também da intenção de manter acessíveis estes padrões - colocando-os no Maço 1º - e de manter a ordem “correcta” entre a cota e o local de armazenamento dos documentos.

A falta de documentação, a exaustividade da busca, a produção de cópias, os pedidos de certidões, todos eles construíram o arquivo e particularmente o primeiro inventário. Além de constituir um importante instrumento de recuperação de informação, o *Tombo de 1722* não foi um documento fechado, imediatamente terminado e concluído, significando que também ele próprio foi “construído” no sentido em que evoluiu e acompanhou, de alguma forma, a produção documental da linhagem e uma parte da sua evolução ao longo do século XVIII. Fica demonstrada a primeira tentativa clara de domínio de um caos documental cumulativo por parte do autor deste tombo, que recorreu

¹⁰³⁷ Voltaremos a falar deste documento um pouco adiante (ACBL, cx.20, n.º 6-4º).

¹⁰³⁸ Ver descrição infra. (ACBL, cx.20, n.º 6-4º, fl.9).

¹⁰³⁹ V. por exemplo: FERREIRA, Maria Emília Cordeiro – “Padrões de Juro”. in SERRÃO, Joel (dir.) - *Dicionário de Historia de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1981. Vol. IV, p.512-513. Para o peso dos padrões nos rendimentos das casas aristocráticas no século XVIII ver: MONTEIRO, Nuno Gonçalo – “O endividamento aristocrático (1750-1832): alguns aspectos”. *Análise Social*. Lisboa. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa: Vol. XXVII (116-117), 1992 (2º-3º), p.267; 279.

ao espaço vazio entre descrições de maços, como uma espécie de acção preventiva contra essa desordem. Esta seria também uma forma de dominar um possível caos descritivo em que se tornaria muito facilmente o inventário.

2.2.2.1 As gavetas

Entretanto um outro passo foi dado no sentido de conferir ao acervo uma (re)organização a partir daquela feita havia pouco, isto é, a partir da divisão e arrumação da documentação em maços. A documentação, que estaria provavelmente concentrada num único receptáculo - um cofre, uma arca ou um baú -, foi transferida para dois contadores, de 16 gavetas cada um, seguindo a tendência de então em que “o uso de gavetas substituiu o uso secular de arcas ou cofres, que se verificava desde a Idade Média, devido ao carácter nómada dos cartórios”¹⁰⁴⁰.

Esta passagem dos documentos para as gavetas é muito significativa uma vez que terá nascido por um lado, de uma necessidade de optimização do espaço para acondicionamento, mas por outro, da necessidade de separação dos documentos, proporcionando uma estrutura classificativa mais profunda¹⁰⁴¹. É conhecido o caso da organização do cartório da Casa dos Condes de Povolide e respectiva transferência de documentação para contadores. Segundo se crê, tal terá ocorrido logo no início da segunda metade do século XVIII¹⁰⁴². Os documentos deste cartório foram colocados em contadores tendo sido feito, inclusivamente, uma representação gráfica dos mesmos com indicação do conteúdo de cada gaveta segundo uma ordem tipológica, geográfica ou genealógica. Através do desenho de um contador onde ficou acondicionado o cartório Povolide, é possível ler a etiquetagem de algumas gavetas, com nomes de família¹⁰⁴³,

¹⁰⁴⁰ SILVA, Armando B. Malheiro da; RODRIGUES, Abel - “A criação das Gavetas na Casa de Mateus...”, cit., p.611.

¹⁰⁴¹ SILVA, Armando B. Malheiro da; RODRIGUES, Abel - “A criação das Gavetas na Casa de Mateus...”, cit., p.611.

¹⁰⁴² LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago C.P. dos Reis - “A Cultura escrita nos espaços privados”. in MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.) - *História da vida privada em Portugal. A idade Moderna*. [s.l.]: Círculo de Leitores, 2010 e Temas e Debates, 2011. p.362.

¹⁰⁴³ Cunha, Melo, Ataíde. (V.: LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago C.P. dos Reis - “A Cultura escrita...”, cit., p.362).

tipologias documentais¹⁰⁴⁴, mas também a indicação de locais¹⁰⁴⁵, tendo como objectivo uma separação mais precisa dos documentos¹⁰⁴⁶.

Não poderíamos deixar de mencionar o caso do cartório da Casa de Mateus, ocorrido cerca de 1772 sob a administração de Leonor Ana Luísa José de Portugal, casada com Luís António Sousa Botelho Mourão. Foi como administradora que Leonor Ana Luísa José de Portugal iniciou um processo de organização do cartório, sendo nessa época que se começaram a utilizar os contadores para este efeito, contadores que ainda se mantêm na casa e em cujas gavetas ainda se podem ler os descritores¹⁰⁴⁷. No caso da Casa de Mateus, a arrumação dos papéis dentro das gavetas dos contadores foi feita em maços¹⁰⁴⁸ sendo, portanto, um processo semelhante ao que ocorreu no cartório dos Figueiredos¹⁰⁴⁹. Embora não tenhamos a certeza das cronologias nas quais decorreram estas alterações, sabemos haver parentesco entre os Figueiredos e o conde de Povolide mas também entre aqueles e os morgados de Mateus, sendo possível que tenha havido um processo de osmose.

Não sabemos exactamente em que data este processo ocorreu. O facto de não haver qualquer referência no índice do *Tombo de 1722* à colocação dos documentos nas gavetas que estão indicadas no corpo do inventário reforça a tese que temos defendido de que esta arrumação foi posterior à organização pensada inicialmente para a arrumação da documentação¹⁰⁵⁰. Esta ideia é ainda reforçada pela análise diplomática do *Tombo de 1722*, que nos leva a afirmar que estes dois processos, a arrumação/descrição dos maços e a sua introdução em gavetas, ocorreram em momentos diferentes, como explicaremos

¹⁰⁴⁴ “Dotes;Testamentos; quitações”. (V.: LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago C.P. dos Reis – “A Cultura escrita...”, cit., p.362).

¹⁰⁴⁵ “Fazendas de Lisboa e seu termo” ou “Graa” (V.: LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago C.P. dos Reis – “A Cultura escrita...”, cit., p.362).

¹⁰⁴⁶ SILVA, Armando B. Malheiro da; RODRIGUES, Abel - “A criação das Gavetas na Casa de Mateus...”, cit., p.615.

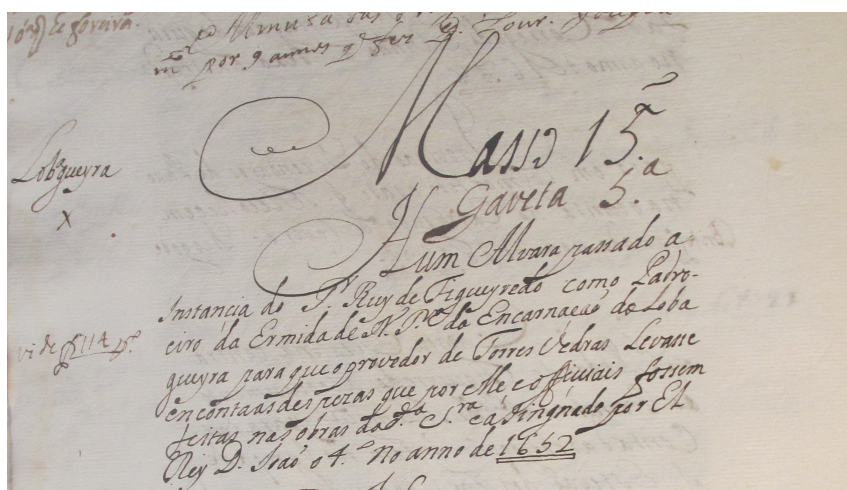
¹⁰⁴⁷ SILVA, Armando B. Malheiro da; RODRIGUES, Abel - “A criação das Gavetas na Casa de Mateus...”, cit., p.624.

¹⁰⁴⁸ SILVA, Armando B. Malheiro da; RODRIGUES, Abel - “A criação das Gavetas na Casa de Mateus...”, cit., p.624.

¹⁰⁴⁹ Por um lado, o conde de Povolide era casado com uma irmã de Francisca Inês de Lencastre, mãe de Rodrigo António (<http://www.arqnet.pt/dicionario/povolide1c.html>). Por outro lado, estabeleceu-se um parentesco próximo, entre os morgados de Mateus e os Condes de Belmonte, já na segunda metade do século XVIII, uma vez que Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara e José Maria do Carmo de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos eram cunhados, casados com duas irmãs, Jerónima Margarida e Maria Teresa de Noronha Soares Castilho (V. [em linha:] <http://www.arqnet.pt/dicionario/vasconcelosjosemsb.html>) [Consult. 12 Jun. 2017].

¹⁰⁵⁰ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - “Tombo com varias rendas e todas as fazendas prazos e (...) que pretendem a esta caza em que meu pay e senhor Pedro de Figueyredo se achava de posse athe sev falecimento (...)” (entrada de catálogo n.º 16). in ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (eds.) - *Rethinking the Archive...*, cit., p.130.

seguidamente. Viu-se que foram deixados espaços em branco entre descrições de maços e, em alguns casos, entre os fólhos. Estes espaços identificáveis a partir da estrutura do corpo do texto principal, são relativamente amplos dentro dele e situam-se, geralmente, entre o final da descrição de cada maço e o início da descrição de um novo maço e por vezes estes espaços foram preenchidos com descrições feitas por uma segunda mão. Já a descrição de um novo maço inicia-se com uma maiúscula em caligrafia desenhada e a palavra “Maço” está escrita num corpo maior do que o restante texto, centrada na página, de forma a ser facilmente perceptível. Os sumários têm início imediatamente abaixo, havendo entre ambos apenas o espaço suficiente para a maiúscula inicial da descrição (V. fig. n.º 10).



Descrição constante no Tombo de 1722 com inclusão da palavra “gaveta”.
(fig. n.º 10)¹⁰⁵¹

Entre os espaços destes dois parágrafos, foi inserida a indicação “Gaveta n.º...”. Embora a caligrafia seja semelhante, a cor da tinta, diferente, bastante mais clara do que a do corpo do texto, revela a colocação da documentação em gavetas. Um outro elemento fundamental nesta reorganização é a inserção dos maços em gavetas de dois contadores (V. fig. n.º 11), comprovável pela indicação que surge também entre o n.º de maço e o sumário a partir do Maço 71¹⁰⁵² e deste até ao Maço 100. Ou seja, quem transferiu a documentação para os dois contadores assumiu que os maços 1 a 70 estariam arrumados nas 16 gavetas do 1.º contador, não sendo necessário colocar essa indicação. Os maços 71 a 100 seriam arrumados nas 16 gavetas do segundo contador conforme a indicação então colocada no tombo (como podemos ver na fig. n.º 11).

¹⁰⁵¹ ACBL, cx.47, n.º 1, fl.47vº.

¹⁰⁵² ACBL, cx.47, n.º 1, fl.92vº.



Descrição constante no Tombo de 1722 onde se indica a existência do segundo contador (fig. n.º 11)

Um dos elementos que nos pode ajudar a datar esta alteração na arrumação dos documentos do tombo, será o facto de que, na gaveta 5^a do 2º contador ter sido inserido o maço 83, com a descrição de um conjunto de documentos respeitantes a Henrique de Figueiredo de Alarcão e aos seus negócios. Neste consta a descrição: “Hum Maço de Cartas do Sr. Henrique de Figueyredo Vindas de Angola e assim também Varias Cartas de Joze carreyra Tavira Joze Alves Vianna o Padre João Bernardes procuradores do dito Sr. Henrique de Figueiredo e de outras muitas pessoas, e outras Memorias Caregações, e Conhecimentos e mais Couzas”¹⁰⁵³. Henrique de Figueiredo faleceu em Abril de 1723¹⁰⁵⁴ e foi contemporâneo de José Carreira de Tavira¹⁰⁵⁵ (Angola) e de José Alves Viana (Brasil)¹⁰⁵⁶. Como vimos, o padre João Bernardes, seu procurador no Reino, viveu pelo menos até 1748¹⁰⁵⁷. A produção documental que se seguiu à morte de Henrique de Figueiredo, nomeadamente a troca de correspondência e documentação entre o herdeiro, Rodrigo António de Figueiredo e os seus agentes prolongou-se, que saibamos, até 1745¹⁰⁵⁸. Com efeito, a organização montada por Henrique de Figueiredo, que descrevemos supra, começou a vacilar após a sua morte em 1723 e Rodrigo António de Figueiredo viu-se forçado a empreender um escrutínio às contas do tio, de forma a fazer face aos processos de dívida, que lhe foram colocados nas décadas seguintes¹⁰⁵⁹. Será,

¹⁰⁵³ ACBL, cx.47, n.º 1, fl.96.

¹⁰⁵⁴ Ver prosopografia/Organograma.

¹⁰⁵⁵ Referido na documentação como tenente General de Angola (V. n.º 670 da TAD).

¹⁰⁵⁶ V. n.º 670 da TAD.

¹⁰⁵⁷ João Bernardes foi procurador de Henrique de Figueiredo; é a ele, e a seu irmão Domingues Bernardes, que é doada uma capela na igreja da Encarnação em 1747 (V. n.º 1001 da TAD).

¹⁰⁵⁸ Entre outros, a Correspondência entre João de Aguiar e Rodrigo António de Figueiredo em 1745 (ACBL, cx.43, n.º 8); Correspondência entre José Rodrigues Barbosa (sobrinho de José Carreira de Tavira) (ACBL, cx.43, n.º 23); Relação de 8 de Outubro de 1740 (ACBL, cx.42, n.º 18); Histórico do que Rodrigo de Figueiredo apurou sobre carregações por conta de Hiria e Pandarga Parbu, cujo pagamento vinha sendo reclamado pelos sucessores dos mercadores goeses (1742). Identificação de José Carreira de Tavira como o “Caixa” de Henrique de Figueiredo (ACBL, cx.43, n.º 40).

¹⁰⁵⁹ A documentação respeitante aos negócios de Henrique de Figueiredo e depois a correspondência e documentação enviada a este propósito encontra-se nas caixas n.º 42 e n.º 43 deste arquivo, pelo que nos abtemos de colocar todas as referências.

muito provavelmente, este conjunto de documentação que vem descrito no referido parágrafo do *Tombo de 1722*: “Na mesma gaveta quinta se acharão varias cartas, e Conhecimentos fora do Maço aVulços aSim da Índia Angolla e mais partes Ultramarinas.”¹⁰⁶⁰. A simples referência à “gaveta quinta” (do contador) e aos “documentos fora do maço avulsos” (provavelmente a parte da documentação produzida após a morte de Henrique de Figueiredo relacionada com os seus negócios) leva-nos a pensar que esta documentação já estava no contador e, portanto, a organização do arquivo em gavetas terá ocorrido entre 1723 e 1745 e, embora tenha sido feita pelo autor do *Tombo de 1722*, não parece ter sido prevista desde o início, uma vez que estes documentos já estavam “fora dos maços” ou seja, avulsos. Da mesma maneira, o maço n.º 1, não tendo sido composto logo de início, foi colocado na gaveta 16^a do segundo contador.

Quanto aos maços n.º 101 até ao maço n.º 106¹⁰⁶¹ – que foram acrescentados posteriormente, como dissemos – não há qualquer indicação do local onde foram acondicionados, mas é provável que tenham sido arrumados nas gavetas, talvez juntamente com alguns documentos avulsos, também mencionados neste tomo e que, segundo o mesmo, foram colocados na gaveta 13^a, 14^a e 16^a do segundo contador. Mais concretamente, na gaveta 13^a foi colocado “Hum Tombo da Erdade da Aniza feito pello Doutor Simão Figueira de Figueira de Figueiredo [sic] no anno de 1712”¹⁰⁶²; na gaveta 14^a foram acondicionados “Hum maço Com varias memorias de algumas couzas importantes que estão no feito grande da Caza de Villa Real” e “Hum maço de papeis de quando o Sr. Pedro de Figueiredo foi fazer cavallos no destrito de Alemquer”¹⁰⁶³. Na gaveta 16^a do 2º contador “ficão vários papeis Avulços dos quais alguns importão.”¹⁰⁶⁴.

Como referimos acima, há ainda um registo de um conjunto documental que não estaria nos contadores, mas sim na “estante da livraria” e que é o seguinte: “Maço 96º; Na estante da Livraria; Hum Maço grande de vários tombos e emprazamentos dos Maninhos de Covilhã”¹⁰⁶⁵.

Ainda se impõe uma palavra para reflectir sobre o momento de elaboração deste tomo, após a morte de Pedro de Figueiredo, que marcou um momento decisivo na administração da Casa. Como expusemos acima, a família dos Figueiredos de Ota, em

¹⁰⁶⁰ Sublinhado nosso (ACBL, cx.47, n.º 1, fl.96).

¹⁰⁶¹ ACBL, cx.47, n.º 1, fl.103º-109vº.

¹⁰⁶² ACBL, cx.47, n.º 1, fl.102vº.

¹⁰⁶³ ACBL, cx.47, n.º 1, fl.102vº.

¹⁰⁶⁴ Esta frase foi acrescentada por um autor diferente. ACBL, cx.47, n.º 1, fl.106.

¹⁰⁶⁵ ACBL, cx.47, n.º 1, fl.101vº.

mobilidade ascendente desde o século XVI, neste início da década de 20 do século XVIII tinham um nível de rendimentos similar ao rendimento das Casas de Grandes da época¹⁰⁶⁶ e a acumulação patrimonial atingiu um nível em que era necessária mais do que uma gestão simples, até porque esta acumulação gerou a incorporação e a produção de documentação que era necessário conhecer e dominar. Isto é, o domínio sobre a terra e os seus frutos, bem como sobre outros tipos de bens e rendimentos (casas, padrões de Juro, etc.) requereu, por sua vez, cada vez maior conhecimento e controle sobre os documentos respectivos.

O autor deste inventário – e depois todos os que lhe acrescentaram notas e registos – focou a sua atenção naquilo a que poderemos chamar os três eixos da gestão de uma Casa do século XVIII: as propriedades com os seus rendimentos; o cumprimento das obrigações que lhe estavam associadas; a descrição e cotação dos documentos para uma recuperação eficaz. A sua perícia é visível na qualidade do inventário produzido, feito para fazer frutificar e defender direitos e posses da família. Infelizmente ainda não foi possível identificá-lo, apesar da sua autoria se encontrar noutros documentos do acervo, como os que descreveremos adiante.

O conjunto de informação constante no *Tombo de 1722* construiu a primeira imagem de conjunto da documentação produzida por uma família – a dos “Figueiredos de Ota” – reunida, ou melhor, conservada, até morte de Pedro de Figueiredo. É este o primeiro momento de avaliação/descrição e de práticas de organização que chegou até aos nossos dias, como vimos. O inventário nunca é inocente: os contextos, as modalidades, as questões que rodeiam a sua confecção e a sua revisão têm intenções claras de domínio seja ele económico social ou político. Neste sentido também o cartório dos Figueiredos de Ota funcionou como um arsenal, como instrumento de poder e de domínio¹⁰⁶⁷.

2.2.3. Entre tombos. Traços de uma construção.

Entre a documentação disponível, encontramos dois documentos reveladores de práticas de conservação e recuperação documental, embora sejam fragmentários e

¹⁰⁶⁶ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.143.

¹⁰⁶⁷ Ver [em linha]: <https://www.casadevelazquez.org/pt/investigacao/programas-cientificos-ehehi-2017-2021/anciens-programmes/archifam/actividades-anteriores/noticia/archives-de-famille-1/> [Consult. 20 Out. 2016].

incorram em problemas vários (que exporemos de seguida), justifica-se a sua análise pela novidade que representam. São eles:

1) *Apontamentos e advertências do que era necessário ao dito senhor fazer e pôr corrente sobre os particulares da sua Casa e fazendas*¹⁰⁶⁸

2) *Memória das fazendas que possuía o Sr. Pedro de Figueiredo e de que se achava de posse ao tempo de seu falecimento assim de morgado como livres, qualidade delas, pensões que pagam e papéis que se acharam a elas pertencentes*¹⁰⁶⁹.

Ambos os documentos têm a caligrafia do autor do *Tombo de 1722* (embora o primeiro contenha anotações de outras mãos) indicando que o autor deste tomo produziu vários documentos paralelos.

Descreveremos em primeiro lugar o documento *Apontamentos e advertências* e, seguidamente, analisaremos o documento *Memória das fazendas*, estabelecendo as comparações possíveis com o *Tombo de 1722*.

Detenhamo-nos no primeiro documento. Não está datado, mas foi produzido após a morte de Pedro de Figueiredo, uma vez que se refere ao mesmo como “o Senhor Pedro de Figueyredo que Deos tem”¹⁰⁷⁰. Portanto poderemos situar a sua elaboração, com toda a certeza, dentro do segundo quartel do século XVIII (aproximadamente o tempo de vida de Rodrigo António de Figueiredo¹⁰⁷¹). No entanto o teor do mesmo, um conjunto de apontamentos e advertências sobre o que Rodrigo António deveria fazer para “pôr corrente” a sua “Casa e fazendas”, remete-nos mais para o momento da herança e para a tomada de conhecimento dos detalhes da Casa e da sua administração. Por esta razão arriscaríamos afirmar que este documento poderá ter sido elaborado pouco após a herança da Casa (1722), relacionando-se, muito provavelmente, com o processo de organização do acervo e da Casa, o que nos remeterá para meados da década de vinte desta centúria.

Colocamos a hipótese de o *autor principal* deste documento – mas não o único – ser, o do *Tombo de 1722*. Para além da caligrafia ser semelhante, o que nos leva a fazer esta afirmação são alguns elementos importantes: a estrutura formal do documento, o

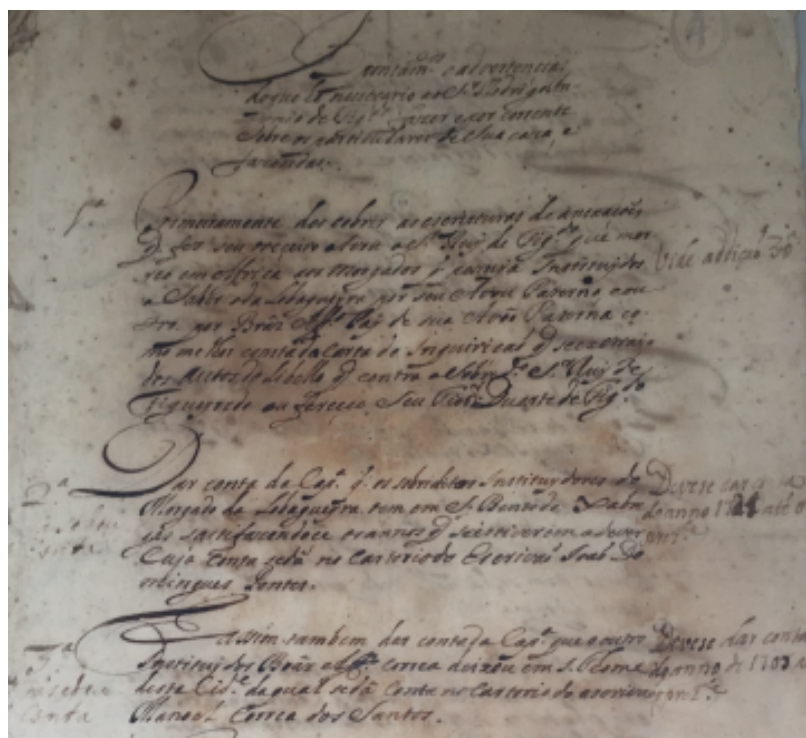
¹⁰⁶⁸ No sentido de simplificar, denominaremos este documento: *Apontamentos e advertências* (ACBL, cx.20, n.º 6-4º; Vejam-se os n.º 805 e 1201 da TAD); V. anexo n.º 14.

¹⁰⁶⁹ No sentido de simplificar, denominaremos este documento: *Memória das fazendas*, (ACBL, cx.20, n.º 6-2º; Vejam-se os n.º 805 e 1201 da TAD); V. anexo n.º 15.

¹⁰⁷⁰ ACBL, cx.20, n.º 6- 4º, fl.2.

¹⁰⁷¹ Pedro de Figueiredo morreu em 1722 (cf. SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Pedro de Figueiredo (1657-1722)*..., cit., p.134); Rodrigo António, nascido em 1698, morreu em 1762 (ANTT, Paroquiais, Freguesia da Ajuda, Óbitos (1758-1769), cx.49, Livro n.º , fl.80vº. Disponível [em linha:] http://digitarq.arquivos.pt/DetailsForm.aspx?id*4812445 [Consult. 7 Mar. 2016]).

título centrado na página e a apresentação do texto por pontos cujo formato se assemelha ao do *Tombo de 1722* (V. fig. n.º 12).



Página frontal do documento *Apontamentos e advertências*
(fig. n.º 12)

O autor do *Tombo de 1722* seria aquele que, detendo a informação cabal do arquivo saberia, com maior precisão, “apontar” e “advertir” o senhor da Casa sobre a falta e necessidade de recolha de documentação para que o cartório da Casa pudesse incluir o conjunto de informação necessária e assim pudesse ser utilizado como um instrumento para bem governar. Com efeito, o documento resulta não só de um conhecimento profundo da documentação do arquivo - uma vez que há várias referências à análise dos documentos, utilizando-se expressões como: “vistos os papeis”¹⁰⁷² “vendosse primeiro os papeis”¹⁰⁷³ -, mas também da menção à recuperação da informação através das cotas da mesma. De facto, o autor refere-se expressamente aos números de determinados maços: “E assim tambem vistos os papeis que se achao no maço 26”¹⁰⁷⁴ ou ainda “vendosse primeiro os papeis que se achao no maço 12”¹⁰⁷⁵. Estas referências são totalmente

¹⁰⁷² ACBL, cx.20, n.º 6- 4º, fl.2. Não deixámos de estabelecer uma possível ligação com as anotações em alguns documentos que referimos supra (V. fig. n.º 8), sendo provável que a revisão destes papéis tenha relação com aquelas anotações.

¹⁰⁷³ ACBL, cx.20, n.º 6- 4º, fl.2.

¹⁰⁷⁴ ACBL, cx.20, n.º 6- 4º, fl.2.

¹⁰⁷⁵ ACBL, cx.20, n.º 6- 4º, fl.2.

coincidentes com a numeração dos maços existentes no *Tombo de 1722*¹⁰⁷⁶. Isto significa que este documento terá sido feito após a constatação das falhas de documentação e das necessidades da mesma, princípio para que o senhor da Casa pudesse requerer ou mandar colmatá-los de modo a deter toda a informação de que necessitava.

No entanto este documento foi feito a várias mãos e, também ele, terá sido elaborado em momentos diferentes: o primeiro momento que é aquele em que são feitos os apontamentos e as advertências e o(s) momento(s) seguinte(s), em que são apontadas as resoluções e soluções dos problemas indicados. Identificámos o segundo *autor* deste documento, como aquele que “respondeu” às questões colocadas originalmente. Também reconhecemos a sua caligrafia nos “acrescentos” do *Tombo de 1722*, o que parece indicar que ambos tinham funções na Casa dos Figueiredos: o primeiro elaborou as questões a partir do conhecimento que tinha da documentação e o segundo “respondeu”, após ter indagado, a essas questões. Sem dúvida que ambos os autores colocaram no centro da gestão e da boa administração, a produção e posse dos documentos escritos e da informação neles contida. A partir dos dados contidos no documento e do tipo de questões colocadas, apenas podemos inferir que também o segundo autor estaria ligado à Casa de alguma forma, possivelmente como secretário ou amanuense.

Feita a apresentação, nas suas grandes linhas, vamos agora analisar em profundidade o documento que nos ocupa. A primeira parte compõe-se daquilo a que o autor chama *Apontamentos*. Através destes constatamos que foram indicadas as diligências necessárias no sentido de “completar” a informação e pôr Rodrigo António de Figueiredo *ao corrente* das questões relativas à Casa. Em primeiro lugar, os parágrafos foram numerados e foi atribuída a cada advertência/apontamento um número colocado na margem esquerda. Foram-se acrescentando notas na margem direita indicando, por exemplo, se a advertência ou o apontamento – que indicava a necessidade de concretização de determinada acção – se encontrava realizado, esclarecido ou se estava concluída a tarefa que se aconselhava. Exemplos possíveis são as advertências n.º 3 e n.º 8¹⁰⁷⁷ nas quais constatamos a existência de várias camadas de informação que foram sendo acrescentadas à medida que os procedimentos indicados foram levados (ou não) a bom porto:

¹⁰⁷⁶ Podemos colocar a hipótese de estes maços estarem já feitos antes da elaboração do tomo. Mas a numeração dos mesmos terá sido feita pelo autor do *Tombo de 1722*?

¹⁰⁷⁷ ACBL, cx.20, n.º 6-4º, fl.1vº.

Margem esq ^a	Apontamento/ advertência	Margem dt ^a
3 ^a	Dar conta da Capela que os sobreditos instituydores do Morgado da Lobagueyra tem em S. Bento de Xabregas sastifazendoce os anos que se estiverem a dever cuja conta de dá no cartório do Escrivão João Domingues Pontes.	já se deu conta.
8 ^a	E assim tambem fazersse renovação dos Prazos da quinta do Carregado foreiros as merçeiras de S. Estevaó de Alenquer em que o Senhor Pedro de Figueyredo que Deos tem já naó tinha vida.	já se fez emprazamento

Verificamos que os procedimentos consistiram, sobretudo, na busca de documentação e respectiva produção de cópias ou certidões – testamentos, documentos de compra e venda, instituições de morgados - para colmatar lacunas existentes, para obter a informação sobre as propriedades dos morgados, para cumprir as obrigações prescritas e também para poder reclamar a posse de alguns bens e renovar vínculos existentes, fossem eles de que natureza fossem. Importa destacar este ponto uma vez que o recurso a cópias e a certidões dos documentos exigia a sua recolha noutros cartórios.

São elencados os passos necessários para “pôr a casa em ordem”: dar conta das capelas da Casa e fazer a renovação e o reconhecimento de prazos às várias instituições (a Coroa, a Câmara da Cidade de Lisboa, os Padres da Santíssima Trindade, de S. Vicente, entre outros). Prosseguir com as acções que a Casa tinha na justiça, acções essas que haviam tido início com os antecessores de Rodrigo António e para cuja defesa se encontravam os documentos no arquivo da casa. Aconselhava-se ainda a localização de alguns documentos específicos para esclarecimento de compras e anexações de propriedades a determinados morgados, dívidas ou legados não cumpridos. A busca deveria ser feita em determinados cartórios que foram, na generalidade, apontados com os nomes dos tabeliães. Advertia-se o ser necessário obter algumas certidões de testamentos, codicilos, mas também de pagamentos, compras e partilhas; instava-se ainda à procura de inventários de bens para confirmação de propriedades e heranças – quer no arquivo da Casa quer nos cartórios dos escrivães onde estavam registados¹⁰⁷⁸; fez-se a transcrição de partes importantes de testamentos (verbas)¹⁰⁷⁹; dá-se a indicação da origem de determinadas propriedades pertencentes a um morgado, ou relacionadas com uma herança¹⁰⁸⁰; inclui-se ainda notas importantes sobre o registo na Torre do Tombo dos Padrões de Juro que pertenciam à Casa¹⁰⁸¹.

¹⁰⁷⁸ ACBL, cx.20, n.º 6-4º, fl.4vº.

¹⁰⁷⁹ ACBL, cx.20, n.º 6-4º, fl.10vº.

¹⁰⁸⁰ ACBL, cx.20, n.º 6-4º, fl.4-4vº.

¹⁰⁸¹ ACBL, cx.20, n.º 6-4º, fl.6vº; fl.12vº.

Os exemplos de busca são variados e podemos verificar que foram efectuadas indagações em vários cartórios como o dos órfãos,¹⁰⁸²; no cartório da Provedoria dos Resíduos¹⁰⁸³; no cartório do Juízo eclesiástico¹⁰⁸⁴ e recorreu-se à própria Torre do Tombo¹⁰⁸⁵.

Estes apontamentos consistiram também na indicação dos procedimentos necessários para manter propriedades: relembrando a necessidade de renovação de emprazamentos junto das várias instituições; dando conta das capelas da Casa; obtendo a renovação junto do rei de emprazamentos sobre os quais pendia alguma dúvida; prosseguindo com as causas que corriam na justiça, localizando os respectivos documentos. Em alguns destes “apontamentos” – que, como dissemos acima, são numerados -, além da indicação da execução da advertência, foi colocada uma nota à margem referindo-se que foi considerada desnecessária. Damos como exemplo a nota n.º 45: “He nescessario procurarsse aonde costumava assistir D. Pedro de Lima e ver se pode descobrir o seu testamento E assim tambem procurar-se em Beja o testamento de Estevaó Brandaó de Lima neto de huma filha do dito D. Pedro de Lima asima dito”.¹⁰⁸⁶ A nota à margem deste apontamento indica que: “he escuzado já”¹⁰⁸⁷.

Esta listagem foi intercalada com um conjunto de esclarecimentos por vezes novos, por vezes repetidos, indicando que a informação fora, ou estava a ser recolhida, informação essa relacionada com os documentos elencados anteriormente¹⁰⁸⁸.

Após os *Apontamentos* seguem-se as *Advertências*¹⁰⁸⁹, onde se indica quais eram as certidões que se deveriam tirar: “He nescessario tirarse por certidaó o testamento e codiçilho com todos os seos termos de aprovação e abertura com que falleceu o Senhor

¹⁰⁸² “He nescessario para se effectuar o vinculo do cazal de Surgalego procurar-se o testamento da Senhora Dona Izabel Coutinho (...)que se ha de achar no inventario que se fez dos bens que ficaraó por morte da dita Senhora que se fez no cartorio dos orphaós de que foi escriptaó no anno de 1640 Antonio de Seixas em Lisboa (...)” (ACBL, cx.20, n.º 6-4º, fl.4vº).

¹⁰⁸³ “He nescessario procurar-se no Cartorio de Domingos de Souza Raphael Escrivaó da Provedoria dos Reziduos e Captivos o feito da conta do testamento da Senhora Dona Marianna Coutinho” (ACBL, cx.20, n.º 6-4º, fl.4vº).

¹⁰⁸⁴ “E assim procurar o testamento da Senhora D. Maria Manuel de Vilhenna que esta em hum cartorio do Juizo Ecleeziástico de que foi escriptaó Diogo Lopes de Oraó” (ACBL, cx.20, n.º 6-4º, fl.4).

¹⁰⁸⁵ “E assim mais fazersse diligencia por se descobrir huma cauza do Senhor Ruy de Figueyredo que Deos tem trazia no anno de 1652 pouco mais ou menos sobre a quinta das quatro portas que he do morgado de Brâz Affonso correa contra Valentim Lobo de que era escriptaó Antonio Carvalho cuja noticia se naó hacha mais extença; e no maço 3 se acha huma memoria e mais alguns papeis alem do testamento donde sobre este particular se acharaó mais largas noticias alem das que poderaó surtir da diligencia que se hade fazer na torre do tombo.” (ACBL, cx.20, n.º 6-4º, fl.2vº).

¹⁰⁸⁶ ACBL, cx.20, n.º 6-4º, fl.3vº.

¹⁰⁸⁷ ACBL, cx.20, n.º 6-4º, fl.3vº.

¹⁰⁸⁸ ACBL, cx.20, n.º 6-4º, fl.12.

¹⁰⁸⁹ ACBL, cx.20, n.º 6-4º, fl.7.

Jorge de Figueiredo em 28 de 8embro (sic) de 1645 que se achaó os propios no Juizo dos orphaós no Inventario que de seos bens foi fez seu filho o Senhor Ruy de Figueiredo em 1646 escrevaó Manoel de Mendanha de Miranda cujo cartorio serve hoje Juliaó Ribeiro Coelho”¹⁰⁹⁰; ou ainda: “E outra certidaó do pagamento feito a 3^a do dito defunto a fólho 69 para se anexar ao morgado de Braz Affonso Correya.”¹⁰⁹¹.

Perante dúvidas surgidas na consulta de alguns documentos, como o testamento de Rui de Figueiredo e Maria Correia, e porque uma das propriedades já não se encontrava entre os bens da Casa, advertia-se: “Procuresse o inventario que se fez por morte do Instituidor que talvez se achara nos orphaós e delle se vera se a quinta naó coube na 3^a e a levou algum dos co herdeiros”¹⁰⁹². Relacionada com esta informação estaria, muito provavelmente, por um lado, a tentativa de recuperação da propriedade que teria pertencido ao morgado da Lobagueira (uma quinta em Alcântara¹⁰⁹³) e por outro o esclarecimento das questões havidas entre Duarte de Figueiredo e seu irmão Jorge e posteriormente com o próprio sobrinho, Rui de Figueiredo Correia¹⁰⁹⁴ a que já aludimos.

O documento inclui ainda uma lista sobre alguns documentos da Torre do Tombo que haviam sido pedidos por Rodrigo António de Figueiredo¹⁰⁹⁵ e cujo título é: “Memoria de huma minuta que veyo da Torre do Tombo”. Esta memória diz respeito a um conjunto de padrões de Juro de Rui de Figueiredo Correia registados na chancelaria de D. Sebastião

¹⁰⁹⁰ Trata-se provavelmente do treslado pedido por Rodrigo António de Figueiredo contante no acervo (ACBL, cx.20, n.º 6-4º, fl.7). V. n.º 965 da TAD.

¹⁰⁹¹ ACBL, cx.20, n.º 6-4º, fl.7.

¹⁰⁹² ACBL, cx.20, n.º 6-4º, fl.7vº.

¹⁰⁹³ Cremos que esta advertência terá sido “reutilizada” no *Tombo de 1807* conforme a transcrevemos: “Advertência: O Snr. Ruy de Figueiredo instituidor d’este Morgado, declara no seu testamento, vinculava também a elle a sua Quinta de Alcântara, com seu Pomar, Olival, e terras de pão rompidas e não rompidas, e nomeou a sua fazenda da Ameixoeira, e o seu cazal d’Almarinho, em seu Filho Duarte. Hé certo que o Snr. Jorge de Figueiredo seu Filho primogenito herdou o morgado da Lobagueira, e todos os bens de seu Pai, Porem o como a Quinta d’Alcantara se desmembrou do Morgado, e quem a possui, nunca houve noticia, e so consta, que no anno de 1625 trazia demanda o snr. Ruy de Figueiredo de Alarcão com um Antonio da Fonceca a respeito da referida Quinta, da qual causa era Escrivão Antonio de Carvalho, e depois se soube paravão estes autos no Escriptorio de João Roiz Esteves, proprietario do dito officio”. (ACBL, Livro n.º 5, p.17).

¹⁰⁹⁴ “Por huma carta de inquirição que se acha no maço 3º passada a requerimento do Senhor Ruy de De Figueiredo que foi para Affrica sobre huma demanda que trazia com seu Tio o Senhor Duarte de Figueiredo consta que o dito Senhor Duarte de Figueiredo troxera muitas demandas com seu Irmaó o Senhor Jorge de Figueiredo sobre a herança e partilhas de seu Pay; Consta mais que Braz Affonso Reçebeco em sua vida a mayor parte dos quinhentos mil reis que falla no seu testamento e instituição de morgado e so deixou de cobrar noventa e dous mil reis”. (ACBL, cx.20, n.º 6-4º, fl-7vº-8).

¹⁰⁹⁵ “Pede o Senhor [Rodrigo] Antonio de Figueiredo ao Senhor offiçal mayor da Torre do Tombo o seguinte: Saber se achara registado na mesma Torre do Tombo huma provizaó que se diz alcançara para vender algumas fazendas o Senhor Ruy de Figueiredo que foi com El Rey D. Sebastiaó para Affrica aonde se perdaó todos a 4 de Agosto de 1578 a qual poderia ser concedida e registada dous ou tres annos antes”. (ACBL, cx.20, n.º 6-4º, fl.12vº).

e nela é indicada apenas a qualidade da mercê, o número do livro da chancelaria e a página em que estavam registadas¹⁰⁹⁶.

O objectivo desta lista seria o conhecimento concreto dos padrões de juro que pertenciam à Casa e a diligência resultou, muito provavelmente, na descrição do primeiro maço do inventário da documentação que descrevemos acima.

Após duas páginas em branco, este documento termina com um “Rol das demandas do Senhor Rodrigo Antonio de Figueiredo que deu gonçallo da Silva que Deos tem quando entrou por procurador Joseph Pereira de Azevedo.”¹⁰⁹⁷. De facto, a entrega das questões judiciais de um procurador ao outro implicava também a necessidade de uma lista de assuntos (as demandas ‘pendentes’) e a passagem da informação respectiva. A lista consta de um elenco dos nomes dos autores das acções, dos nomes dos réus, bem como a indicação e nomes dos escrivães respectivos. Os assuntos são variados e vão da penhora de bens a liquidações, de embargos a contas de testamento.

A produção do documento que acabámos de analisar procurou responder à necessidade de Rodrigo António de Figueiredo da boa administração da sua Casa, controlando, entre outros, o seu arquivo e a informação nele contida. Este controle passaria, segundo o documento nos elucida, por “descobrir as escrituras”, “dar conta de capelas”, “fazer a renovação de prazos”, “procurar que os foreiros fizessem o reconhecimento dos seus foros”, entre outros. A consulta de documentos no próprio arquivo permitiu conhecer as possibilidades de manter a propriedade de alguns bens da Coroa (como o Mouchão do Esfolo Vacas, por exemplo) e cuja posse estava em dúvida. As soluções encontradas para colmatar as perdas ou as falhas de documentação foram registadas sobretudo com a indicação dos locais onde se poderiam encontrar as escrituras e aqui os cartórios externos surgem em primeiro plano. Seriam estes cartórios, com os seus tabeliães e a respectiva capacidade de autenticar reconhecida como tal pela autoridade política¹⁰⁹⁸, que permitiriam a recolha de informação ou /e a produção das cópias e das certidões necessárias para a manutenção de um poder muito específico: o

¹⁰⁹⁶“Ruy de Figueiredo Alvara de 60 reis Livro 6º de Sebastiam folio 227/ Outro semelhante Alvara Livro 8 folio 164 (...)o mesmo padraó de 58:400 de juro Livro 26 folio 220/ outro padraó de 96 reis Livro 28 folio 199/ Ruy de Figueiredo Correya Alvara de sobrogação Livro 48 folio 18/ saó as merces que se achaó feitas pelo Senhor Rey D. Sebastiaó ao senhor Ruy de Figueiredo e naó tem mais alguma outra” (ACBL, cx.20, n.º 6-4º, fl.12vº). Sublinhado nosso.

¹⁰⁹⁷ ACBL, cx.20, n.º 6-4º, fl.14. José Pereira de Azevedo era filho de Bento Pereira de Azevedo, natural de Lisboa, formado em Leis pela Universidade de Coimbra, Bacharel: 25.06.1703. Ver [em linha:] <http://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=149464> [Consult. 29 Out. 2016].

¹⁰⁹⁸ CAMMAROSANO, Paolo – *Italia Medievale. Struttura e geografia...*, cit. p.267.

controle da informação. Nunca será demais realçar o papel dos tabeliães na guarda dos registos dos actos jurídicos que regulavam a sociedade. Estes agentes eram os protagonistas centrais na custódia de registos notariais que geralmente eram herdados em bloco pelos filhos ou por outro tabelião e por isso era a eles que se recorria para a produção de cópias de documentação¹⁰⁹⁹. O documento que temos vindo a analisar atesta a importância da produção de certidões e a sua posse: não será causal o facto de ser esta a tipologia mais presente no acervo relativo a Rodrigo António de Figueiredo. As *Advertências* dizem respeito à recolha de informação sobre documentos e sobre propriedades, proprietários anteriores e suas vicissitudes, numa tentativa de esclarecimento das demandas, questões, autos, benfeitorias e anexações feitas por antepassados de Rodrigo António. A herança de uma Casa implicava o conhecimento de todos os feitos dos seus anteriores proprietários.

O segundo documento revelador de práticas arquivísticas de conservação e recuperação de documentos tem por título *Memoria das fazendas que pessuya o Sr. Pedro de Figueiredo que Deos tem, e de que se achava de posse até seu falecimento assim Livres como de Morgado qualidade dellas penssoens que pagão e Titollos, e papéis que se acharão a ellas pertencentes*¹¹⁰⁰, e sistematiza a informação recolhida sobre as várias propriedades.

Terá sido produzido por ordem de Rodrigo António de Figueiredo e é quase impossível não o associar ao *Tombo de 1722*. Por um lado, porque a caligrafia principal é, mais uma vez, semelhante à do autor do mesmo e, por outro, porque o título de ambos os documentos contém bastantes semelhanças segundo segue:

<i>Memória de 1746(?)</i>	<i>Tombo de 1722</i>
Memoria	Tombo
Das fazendas que pessuya o Sr. Pedro de Figueiredo que Deos tem, e de que se achava de posse até seu falecimento	varias rendas e todas as fazendas prazos e (...) que pretencem a esta caza em que meu pay e senhor pedro de figueyredo se achava de posse athe sev falecimento
Assim Livres como de Morgado qualidade dellas penssoens que pagão	e distinctamente as qvantias por que cada hva das ditas fazendas neste anno de 1722 se achão arendadas, e a qvem como tambem as penções capelas e encargos e foros a que as sobreditas fazendas estão obrigadas,
E Titollos, e papéis que se acharão a ellas pertencentes	e inventario de todos os papeis que se acharão.

¹⁰⁹⁹ CAMMAROSANO, Paolo – *Italia Medievale. Struttura e geografia...*, cit., p.271.

¹¹⁰⁰ ACBL, cx.1, n.º 15 (originalmente este documento estaria em: ACBL, cx.20, n.º 6; V. n.º 805 e 1201 da TAD).

Neste documento são apresentados resultados de uma busca – algo similares aos do tomo – mas num propósito diferente: os documentos “que se acharam” não são indexados, i.e. não têm cotas (embora haja uma referência a uma cota que não é completada).

A construção deste documento segue o seguinte preceito: apresentação da propriedade e sua origem, por compra ou herança¹¹⁰¹. Segue-se a indicação sobre o tipo de propriedade: se é morgado, vínculo ou prazo. Mencionam-se os documentos que se encontravam no arquivo da Casa relativamente a cada propriedade referindo-se as tipologias e alguns nomes de produtores¹¹⁰². Finalmente anota-se a ausência no arquivo de documentos importantes para a prova da posse da propriedade¹¹⁰³.

A *Memória das fazendas* inclui várias anotações à margem. Tal como o *Tomo de 1722*, o documento também foi acrescentado com algumas informações adicionais e posteriores, segundo cremos: a autoria de algumas destas informações não é a mesma do que a do corpo do texto uma vez que se trata de anotações feitas por uma outra mão. Nestas notas, sistematicamente colocadas à esquerda do corpo do texto para melhor/imediata visibilidade, constam o nome e o rendimento de cada propriedade (renda em dinheiro, foro). Nas notas colocadas à direita do corpo do texto estão as obrigações que pendiam sobre a mesma propriedade. Cada nota remete para cada um dos itens descritos, destacando-os, esclarecendo-os ou completando-os, a saber:

a) Com os valores do foros e obrigações

Margem esq ^a	Descrição da propriedade/ documentos “que se acharam”	Margem dt ^a
#Renda Trigo 806 alqueires Sevada 491(?)alqueires Carneiros 9 Galinhas 111	Hum Morgado na Loubagueyra que consta de treze cazais que Instituhyo o Senhor Ruy de Figueyredo e sua Molher avou do outro do mesmo nome de quem foy filho o senhor Pedro de Figueiredo; E no mesmo lugar da Loubagueira São Padroeiros da Ermida de Nossa Senhora da Encarnação.	
	Não se achou a Instituição deste Morgado nem titollo de fazenda alguma a elle pertencente so consta por quitações ter a pensão de huns hábitos de capuchos e sincoenta missas em São Bento de Xabregas porque se paga ao mesmo Convento três mil reis cada anno.	#são três hábitos.

b) Esclarecendo de que tipo de propriedade se trata:

¹¹⁰¹ Por exemplo: “Primeiramente as cazas sitas ao chão da feira que partem com o Recolhimento do Castello as quais com todo o seu assento quintais e torre do Muro, e serventias delle erdou o Sr. Jorge de Figueiredo (...)” (ACBL, cx.1, n.º 15, fl.1).

¹¹⁰² “O Titullo que se achou destas cazas he huma certidão do dito escrivão das capellas Manoel correa dos Santos com o Testamento do dito Braz Affonço passada em 24 de Março de 1716. e assim também se acharão varias escripturas de compras e Emprazamentos Sentenças Alvaras e outros papéis que se achão no maço 3º” (ACBL, cx.1, n.º 15, fl.1-1vº).

¹¹⁰³ Por exemplo: “Achousse a carta de arrematação com o autto de posse porem nenhuma escritura de emprazamento” (ACBL, cx.1, n.º 15, fl.4).

Margem esq ^a	Descrição da propriedade/ documentos “que se acharam”	Margem dt ^a
#Foro a Santa Cruz do Castello 400 réis	Junto com as mesmas cazas asima ditas [Casas do Morgado do Castello] se achão hoje místicas as cazas e orta que forão de D. Fradique Manoel que vem a ser o pátio de Baxo aonde estão as estrabarias e Coxeyras e ainda algumas Cazas antigas o que tudo para melhor acomodamento Comprou o Senhor Pedro de Figueiredo aos Condes de Atalaya no anno de 1684, e desta propriedade; ou parte della se pagão a Igreja de Santa Cruz do Castello 400 Réis de Foro cada anno	#Renda a horta com as cazas
#Em hua galinha somente ou dois tostois	Achousse hum maço de escrituras antigas de compras de quinhóis da mesma propriedade que fez D. Fradique Maneol a alguns seus parentes; Achousse huma escritura de aforamento de hum pedalo de chão entre as duas torres somente das ortas de D. Fradique que se aforou no anno de 1660 as recolhidas do Castello Mas não se achou a escritura. A escritura da Compra que o Senhor Pedro de Figueyredo fez porem huma memoria sua que dis se achará nas notas do Tabalião Domingos da Silva que hoje he de Thome Freyre de Araujo. Tãbem se não achou a escritura de emprazamento do foro de Santa Cruz e se ygnora a qualidade do dito foro. 1104	# “he emphatiotta”

c) Esclarecendo a quem se encontrava aforada:

Margem esq ^a	Descrição da propriedade/ documentos “que se acharam”	Margem dt ^a
#Foro 3\$776	“Achasse hum escrito de Miguel de Abreu e Freitas por cabeça de Sua Molher D. Micaella do Esperito Santo em o qual pede recibo para pagar das suas cazas foreiras em vidas ao senhor Pedro de Figueiredo	#Esta he filha do dito Amdre Roiz bainheiro e he o foro assim (...)”.

d) Indicando-se por vezes que não se encontrou a escritura em determinado momento:

Margem esq ^a	Descrição da propriedade/ documentos “que se acharam”	Margem dt ^a
	Achousse hum maço de escrituras antigas de compras de quinhóis da mesma propriedade que fez D. Fradique Manoel a alguns seus parentes; Mas não se achou a escritura. 1105	#Achousse huma escritura de aforamento de hum pedaço de chão entre as duas torres somente das ortas de D. Fradique que se aforou no anno de 1660 as recolhidas do Castello em hua galinha somente ou dois tostois

No final do corpo do texto esclarece-se que a informação apresentada “He o que se pode saber pelos papéis e memorias que se tem achado pela deligença que o Senhor Rodrigo António de Figueiredo tem mandado fazer”¹¹⁰⁶. Ou seja, Rodrigo António de Figueiredo determinou que se reunisse toda a informação possível sobre a sua Casa através da documentação existente no acervo. Esta *Memória* resultava precisamente da busca dessa informação, apresentada de forma relativamente simples, facilitada, como se se tratasse de um resumo.

Após uma página em branco (o fólho 10 vº), é apresentado o inventário dos bens de Pedro de Figueiredo cuja data é 1746. Tratando-se do mesmo autor acima referido,

¹¹⁰⁴ ACBL, cx.1, n.º 15, fl.2vº-3.

¹¹⁰⁵ ACBL, cx.1, n.º 15, fl.2vº.

¹¹⁰⁶ ACBL, cx.1, n.º 15, fl.10-10vº.

poderemos inferir que este se manteve ao serviço da Casa e que, a pedido de Rodrigo António elaborou esta memória?

Com efeito, a *Memória das fazendas* não é um instrumento de recuperação documental, mas sim um documento que dá conta – de forma sistematizada - das propriedades, dos rendimentos, obrigações e dos documentos existentes, encontrados ou em falta. Estes documentos diziam respeito a cada propriedade ou mercê, resumindo, ou melhor, *memorizando*, de alguma maneira o que se sabia sobre as propriedades da Casa e a respectiva conservação documental. Por esta razão concluímos que, muito provavelmente, este documento terá sido produzido *a partir do Tombo de 1722*, reunindo uma parte da informação nele contida, com especial enfoque na conservação documental. A nossa afirmação prende-se com o facto de haver uma referência constante aos documentos respeitantes a cada propriedade “que se acharam” e à não existência de uma descrição documental exaustiva (ou pelo menos não tão exaustiva como a daquele Tombo). Se, por um lado, o foco desta *Memória* se encontra na listagem e descrição das propriedades, encontra-se igualmente nos documentos respectivos, uma vez que encontramos uma alusão clara a uma busca documental efectuada e a uma listagem e descrição documental relacionada com cada propriedade.

Mas que significado pode ter a inserção do inventário dos bens de Pedro de Figueiredo nas últimas páginas? É possível que, após a conta do testamento de seu pai dada por Rodrigo António de Figueiredo, tenha sido necessário algum esclarecimento adicional às desavenças e questões que os seus irmãos traziam contra ele em tribunal ou ainda que este inventário se relacione com as dívidas de Rodrigo António a sua irmã, Madalena Luísa. Neste momento não nos é possível encontrar muito mais informações sobre este tema, para além do que já dissemos acima. Deixaremos para futuras investigações a possibilidade de esclarecimento deste assunto.

2.2.4. O Tombo de 1807

Foram precisos quase cem anos para que a família sentisse necessidade de produzir um novo inventário e este, como veremos, revela diferenças relativamente ao *Tombo de 1722*, diferenças essas que foram fruto do tempo em que o *Tombo de 1807* foi concebido. Como tem sido afirmado por vários autores, o século XVIII assistiu a um “ímpeto reclassificador” nos arquivos que ignorou a orgânica, a estrutura e as

classificações anteriores¹¹⁰⁷. Entretanto, a aplicação de critérios racionais aos arquivos coaduna-se com o espírito do Iluminismo: com efeito, os académicos tinham o culto do documento, do inventário e do rigor cronológico¹¹⁰⁸. A criação dos “Arquivos Nacionais” em Paris, após a Revolução Francesa, fornecem um bom exemplo de grandes massas documentais às quais foram aplicadas classificações que acabaram por provocar a desarticulação da unidade e da estrutura orgânica que acompanhara os documentos desde a sua produção¹¹⁰⁹. A aplicação de planos temático-funcionais totalmente estranhos à orgânica existente nos arquivos desde a sua “construção”, provocaram uma desarticulação entre estes e a “nova ordem”. São exemplos precoces de alterações deste tipo as reformas que levaram à criação do Corpo Cronológico ou à elaboração do Índice das Gavetas na Torre do Tombo, após o Terramoto de 1755¹¹¹⁰.

Embora fosse necessário esperar pelo ano de 1887 para a criação do primeiro curso de formação de bibliotecários e arquivistas¹¹¹¹, a abertura de uma cadeira de Ortografia Diplomática, em 1770, na Torre do Tombo, deu um impulso fundamental ao desenvolvimento do estudo da diplomática em Portugal e em 1795 já se leccionava esta disciplina na universidade de Coimbra, o que contribuiu para o aprofundamento da *praxis* arquivística¹¹¹². Um *Cartorário* deveria saber ler letras antigas, ser pessoa de confiança, familiarizado com os interstícios da administração senhorial, ter uma formação jurídica suficiente para dominar o vocabulário próprio. Perante a desordem dos arquivos, requisitavam-se eruditos, homens da pena, literatos, peritos em genealogia e em heráldica os quais, na organização de um cartório, não deveriam deixar nenhum papel sem verificação e nenhuma arca, gaveta ou escrivaninha por abrir¹¹¹³. O mesmo é dizer que se

¹¹⁰⁷ Além dos trabalhos supra citados de Maria de Lurdes Rosa e de Armando B. Malheiro da Silva, veja-se ainda: ROSA, Maria de Lurdes - “Problemáticas históricas e arquivísticas actuais...”, cit., p.9-42.

¹¹⁰⁸ MARTINS, António Coimbra - “Luzes”. in SERRÃO, Joel (dir.) - *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1981. Vol. IV, p.92.

¹¹⁰⁹ Os *Archives Nationales de Paris* foram criados em 1790, após o sequestro dos bens da Igreja e da nobreza, fazendo ingressar nos depósitos públicos uma enorme massa documental que se agregou (V.: NOUGARET, Christine; ÉVEN, Pascal (dir.) - *Les Archives Privées: Manuel pratique et juridique*. Paris: DAF, 2008, p.7).

¹¹¹⁰ SILVA, Armando B. Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís - *Arquivística. Teoria e prática de uma ciência da Informação*. Porto: Edições Afrontamento, 2002, p.96; SILVA, Armando B. Malheiro da; RODRIGUES, Abel - “A criação das Gavetas na Casa de Mateus... cit.”, p.612-613.

¹¹¹¹ SILVA, Armando B. Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda - *Das “Ciências” Documentais à Ciência da Informação. Ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento, 2008, p.141.

¹¹¹² SILVA, Armando B. Malheiro da; [et. al] - *Arquivística. Teoria e prática...*, cit., p.96.

¹¹¹³ GÓMEZ VOZMEDIANO, Miguel F. - “Experto en letras antiguas...”, cit., p.276-278.

aplicou então o “princípio da ordem para o bom uso”¹¹¹⁴. E quando um proprietário desejasse “arranjar o tombo das suas Rendas, que consistão em fóros, juros, censos, e prestações annuaes, dízimos, ou Direitos Reaes”¹¹¹⁵ a fim de suprir a “perda de Cartorios” conhecer os documentos com “letras illegiveis” deveria proceder a um Tombo, com o qual se reformaria o Cartório e assim se preencheria a falta de documentos, através da produção de cópias e/ou trespados. Esta necessidade de se proceder a um Tombo nos cartórios da nobreza era explicada da seguinte forma por um contemporâneo: “Grande parte das casas, e Corporações, necessitam desta especie de Tombos para reformar os seus Cartorios, e verificar, ou identificar os Títulos antigos com a propriedades, notado o estado actual das suas Rendas, e posse de receber, escusando marcações, medições e grossos volumes de Tombos(...)”¹¹¹⁶.

Foram recentemente estudadas as organizações de vários cartórios de Casas aristocráticas levadas a cabo no primeiro quartel do século XIX, entre estas as da autoria de peritos paleógrafos, entre eles o recentemente estudado Padre João Filipe da Cruz¹¹¹⁷. Com efeito, a organização de cartórios, eclesiásticos e de Casas, fazia-se muitas vezes “num ambiente mesclado de domesticidade e familiaridade, mas que ia beneficiando da progressiva “expertise” dos monges e do seu secular manejo de saberes administrativos formais, bem como da consciência da importância dos “papéis” para defesa dos direitos”¹¹¹⁸.

Como foi dito acima, a dificuldade de proceder a uma inventariação e organização global do acervo, terá feito com que a família dos Figueiredos não tivesse fôlego para outra empreitada semelhante àquela que havia tido lugar em 1722, até que as circunstâncias históricas a forçaram a *olhar* novamente para o acervo. A acumulação documental verificada desde 1722 terá contribuído para uma situação de difícil recuperação de documentos. O tombo feito por ordem de Rodrigo António de Figueiredo estaria bastante desactualizado até porque, após 1722, a família herdou vários morgados que implicaram a integração de documentação respeitante aos respectivos subsistemas, a

¹¹¹⁴ SILVA, Armando B. Malheiro da; ALCOCHETE, Nuno Daupias (coord.) - *Casa de Mateus...*, cit., p.22.

¹¹¹⁵ MENEZES, Alberto Carlos de - *Pratica dos tombos, e medições, marcações dos bens da corôa, fazenda real, bens das ordens militares, ou commendas, morgados, capellas, bens de concelhos, corporações ecclesiasticas, confrarias, hospitaes, e de casas particulares*. Lisboa: Na impressão Regia, 1819, p.238.

¹¹¹⁶ MENEZES, Alberto Carlos de - *Pratica dos tombos, e medições, marcações dos bens da corôa...*, cit., p.238.

¹¹¹⁷ NÓVOA, Rita; LEME, Margarida - “The expert paleographer João Filipe da Cruz...”, cit..

¹¹¹⁸ ROSA, Maria de Lurdes; HENRIQUES, Luís - “O Arquivo da Casa da Lapa...”, cit., p.95

saber: Meneses (I)¹¹¹⁹, Meneses (II)¹¹²⁰ e Cabral¹¹²¹. Para além disso verificou-se a produção de nova documentação relacionada com a compra de propriedades, confirmações, renovações e, em suma, com a administração e gestão da Casa, passados que eram oitenta e cinco anos do anterior inventário. Tudo isto contribuiu para a desatualização do *Tombo de 1722* e para o seu desfasamento relativamente à documentação existente. De facto, encontramos dois testemunhos de que a busca de documentação foi infrutífera no *Tombo de 1722*, conforme segue:

Margem esq ^a	Descrição	Margem dt ^a
# he bonita a certidão! Aonde estão as Instituições?	Certidão do vigário de Otta por que cons/ta das duas capelas de três missas cada / anno de cada huma que tem obrigação de / mandar dizer o sr. Rodrigo Antonio de Figueiredo. ¹¹²²	#vide fl 114”

Esta descrição remete para o fólio 114 do mesmo tomo onde se encontra uma anotação semelhante:

Margem esq ^a	Descrição	Margem dt ^a
# Aonde estão as Instituições? He bonita a certidão!	#Em 30 de Abril de 1704 comprou o senhor Pedro de / Figueiredo o casal de surgalego em otta ao Capitam/ Bartolomeu Lobo da Gama morador na sua quinta / da prata de que se fez escriptura nas nottas do tabeliam Thome Freire de Araújo tabeliam nesta corte/	# Maço 5º/Otta/Casal do Surgalego
	#Da quinta de Otta por certidão do Parrocho/ da mesma freguesia consta pagarem se cada anno seis missas sem se saber de que terras / a saber três por hua defumta e defuntos/ de que foi administrador Manuel Nunes e outas três por defuntos de que foi administra/dor Antonio Gomes da de Olhalvo. ¹¹²³	#Otta

Uma vez que a produção documental aumentara e que o arquivo se avolumara, provavelmente já não era possível ser acondicionado nos dois contadores para onde fora transferido, o que terá contribuído ainda mais para a dispersão documental dentro da própria casa e a respectiva desorganização: testemunho disso poderá ser o acondicionamento de alguns documentos num cofre, e não nos contadores, cofre esse que estaria colocado no quarto de Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral, como apontámos acima¹¹²⁴.

¹¹¹⁹ A herança do Morgado do Seixal, por Madalena Luísa de Lencastre de sua tia Leonor Margarida de Meneses, implicou a entrada de documentação respeitante a este morgado, dando origem ao subsistema Meneses (I) (V. árvore genealógica n.º 1).

¹¹²⁰ A herança de umas terras em Torres Vedras, por Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral de sua tia Paula de Meneses, deu origem ao subsistema Meneses (II).

¹¹²¹ A herança da Casa de Belmonte, por Madalena Luísa de Lencastre por falta de herdeiros legítimos de Caetano Francisco Cabral, deu origem ao subsistema Cabral (V. árvore genealógica n.º 3).

¹¹²² ACBL, cx.47, n.º 1, fl.38.

¹¹²³ ACBL, cx.47, n.º 1, fl.114.

¹¹²⁴ V. supra, fig. n.º 1.

Já bastantes vezes referimos que Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara ordenou em 1807 a execução de um novo tombo do seu cartório¹¹²⁵. O contexto em que o mesmo foi produzido foi muito concreto. Relembramo-lo brevemente: Vasco Manuel teve conhecimento de que a partida para o Brasil com a sua família era uma possibilidade real e iminente, uma vez que foi nomeado aio e conselheiro do príncipe da Beira, D. Pedro, a 9 de Novembro de 1807¹¹²⁶, com o ensejo de partir com ele para aquele reino, mesmo antes do Príncipe Regente e da corte¹¹²⁷.

Destacamos, mais uma vez, que o momento não foi inocente: não sabendo exactamente o que o futuro reservava à sua família e à sua Casa (para além das razões muito práticas e concretas que já se verificavam), perante as iminentes invasões ou/e a partida da Família Real para o Brasil, compreendemos que a necessidade premente de uma (re)organização do acervo derivou da pressão deste contexto histórico específico.

Quem compôs o *Tombo de 1807*? Sabemos que não foi Vasco Manuel uma vez que identificamos facilmente a sua caligrafia, distinta da que consta no *Tombo de 1807* e, além do mais, após a partida do conde de Belmonte para o Brasil, o autor deste documento permaneceu no Reino, como veremos¹¹²⁸. Na impossibilidade da identificação do autor deste documento, e por uma questão de simplificação expositiva, designá-lo-emos como *Cartorário de 1807*. A razão da nossa escolha é a percepção contemporânea do propósito - a organização/Tombo - e do objecto de trabalho - o *cartório* -, tal como consta do título da lombada do volume I deste Tombo: “Tombo do cartório da Casa”. Por esta razão, a designação do seu autor como “cartorário” afigura-se mais consentânea com a realidade coeva. Este cartorário terá entrado ao serviço da Casa possivelmente durante o ano de 1807 e, através da sua caligrafia muito característica, foi possível identificar alguns documentos da sua autoria que nos permitem afirmar que, mesmo após a partida da família para o Brasil, continuou a ocupar-se do acervo, como veremos¹¹²⁹.

¹¹²⁵ ACBL, Livro n.º 51.

¹¹²⁶ V.: n.º 1629 e n.º 1630 da TAD. Esta nomeação foi antecedida por uma decisão do conselho de Estado de 27 de Agosto de 1807, na qual havia sido considerada a possibilidade de enviar antecipadamente o príncipe da Beira para o Brasil. V.: ANDRADE, Santiago Silva de - “A Casa Real portuguesa: aspectos centrais da instituição na crise do do Antigo Regime português (c.1780 - 1821)”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo. ANPUH: (2011), p.3. (ACBL, cx.58, n.º 200 e 201).

¹¹²⁷ V.: HENRIQUES, Mendo de Castro - “D. João VI...”, cit., p.149; SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - “O Arquivo da Casa de Belmonte. O que o Tempo ...”, cit., p.491-506.

¹¹²⁸ A caligrafia de Vasco Manuel consta em vários documentos do arquivo e é facilmente identificável nos avisos que redigiu enquanto porteiro mor (ACBL, cx.72, n.º 476; n.º 1562 da TAD). Por outro lado, a caligrafia do autor do *Tombo de 1807* é também facilmente identificável e sabemos que este continuou a trabalhar no arquivo pelo menos até 1816.

¹¹²⁹ Existe, por exemplo, uma carta da autoria do *Cartorário* para o administrador da Casa de Belmonte, Pedro António da Silva Pedroso, que contém a relação dos documentos pertencentes à Quinta da Bordalia

Tal como foi descrito no projecto Invent.Arq¹¹³⁰, o *Tombo de 1807* compõe-se de dois volumes encadernados em tecido, de forma bastante simples, o que indicará, provavelmente, que se destinavam a um uso “corrente” e cujo fim último era a consulta frequente. Um terceiro volume estaria em preparação, mas tendo ficado por encadernar alguns dos seus cadernos dispersaram-se e foram reutilizados, como explicaremos um pouco adiante¹¹³¹.

O primeiro volume cujo título completo identifica o seu mandante¹¹³² contém o cadastro de todas as propriedades da casa e tem na lombada uma aplicação de couro com letras a dourado cujo título é: “Tombo do Cartório da Caza”. Logo após o título, principia por um índice bastante sintético - “Index de todos os títulos que se compreendem n’este Tombo” -, dividido primeiramente por números; em cada um dos números está o nome do morgado ou da propriedade (com excepção de um item que se refere às “Tenças que pertenciam à Casa”). Logo abaixo de cada número está a indicação: “Propriedades d’este Morgado” e imediatamente abaixo está “Encargos deste morgado”, cada um com a respectiva referência à página, repetindo-se este esquema de apresentação para cada um dos números/propriedades, como se segue esquematicamente:

Index/ de todos os títulos que se compreendem n’este Tombo		
<i>Taboa Genealógica da Família de Figueiredo/</i>		<i>Páginas</i>
Nº1	Morgado do Castello de Lisboa	1
	Propriedades deste Morgado	-
	Encargos deste Morgado	5
Nº 2	

que poderemos datar de cerca de 1808, uma vez que a Quinta da Bordalia foi arrendada em 20 de Fevereiro desse mesmo ano pelo dito administrador da Casa. (ACBL,cx.117, n.º 817).

¹¹³⁰ Consultar [em linha:] <http://www.inventarq.fcsh.unl.pt/> [Consult. 31 Out. 2016].

¹¹³¹ Respeitantes a cada maço restam 40 “cadernos”. Embora existissem no arquivo 41 maços, o maço n.º 41 respeitava na totalidade à Capitania dos Ilhéus da Baía, cujos documentos foram descritos genericamente (“Vários pareceres e alegações de letrados sobre a causa que se intentou a respeito da Capitania dos Ilhéus na Costa da Baía de Todos os Santos da qual fez mercê o Sr. Rei D. João 3º ao Sr. Jorge de Figueiredo e a seus sucessores. Tem papéis de muita importância e certidões da Torre do Tombo e dos falecimentos dos Sres. Jorge de Figueiredo, Rui de Figueiredo e Pedro de Figueiredo.” [ACBL Livro n.º 52, p.262]) e talvez por esta razão não tenha sido preenchido um caderno.

¹¹³² “Tombo De todas as propriedades, terras, foros, e rendas da caza do Ilustrissimo e Excelentissimo Snr. D. vasco Manoel de Figueiredo Cabral da Camera, 1º Conde de Belmonte, do concelho de S.A.R. o Principe Regente D. João Nosso Senhor, seu Porteiro Mor, Gentil Homem da sua Real Camera, Prezidente do Tribunal da Junta da Admenistração do Tabaco, Deputado da Junta dos Trêz Estados do Reino, Alcaide Mor das Villas da Sertãa e Pedrogão, Comendador das Comendas de S. Pedro de Babe e S. João Baptista de Sinfaes, todas na Ordem de Christo, e Senhor Donatario dos maninhos da Covilhã. Ordenado Pelo dito Senhor. No anno de 1807”(ACBL, Livro n.º 51; V. anexo nº 12).

O arquivista fez a descrição, em primeiro lugar, da origem de cada um desses morgados, com a identificação do fundador ou fundadores, da época em que viveram e respectivas prerrogativas ou funções se aplicável; a título de exemplo, na descrição do Morgado do Castelo, fundado por Brás Afonso Correia, este é descrito como corregedor em Lisboa e como tendo pertencido ao conselho de D. Manuel¹¹³³. São depois elencadas as propriedades do morgado e os rendimentos do mesmo, terminando-se a descrição com o rol dos respectivos encargos.

Após a descrição dos morgados, são enumeradas as capelas. Mais uma vez se elenca a origem e o fundador da capela, a forma como “entrou” na Casa, os rendimentos e os respectivos encargos. Da mesma forma são descritas as “propriedades plenas” (com referência à herança de algumas delas, como por exemplo o n.º 13: “Fazendas que deixou a Snr^a. D. Mariana Coutinho”), a alcaidaria mor da Sertã e Pedrógão, as cinco comendas, os bens da Coroa em regime de donataria – Maninhos da Covilhã – e emprazamento – Lezíria da Praia - e as tenças da Casa. O palácio da Boa-Hora, as propriedades deixadas por Jerónima Lobo e “Um foro em Sintra” são os últimos itens deste volume.

Devemos fazer referência a um elemento novo no *Tombo de 1807*: a genealogia. Esta surge em forma de árvore genealógica como complemento da informação nele constante. Cada árvore genealógica permitiria uma melhor leitura da documentação uma vez que estava ligada ao(s) morgado(s) correspondente(s). É de realçar o facto de que a primeira árvore a ser apresentada – e aquela que vem apontada com destaque no índice – é a árvore genealógica dos Figueiredos elaborada em dois fólios, e que identifica dezasseis gerações desta linhagem¹¹³⁴. Pela sua completude, mas também pelo encobrimento real de algum parentesco menos luzente¹¹³⁵, poderemos considerar que indicia ser o ramo dos Figueiredos um dos ramos mais marcantes – mas não o mais prestigiante¹¹³⁶ - da linhagem? Tal acentua-se pelo exemplo no texto respeitante ao morgado instituído por Madalena Luísa, a que já aludimos e em que esta se referia expressamente “à melhor linha” dos Figueiredos, a qual designava como herdeiros preferenciais; na falta de herdeiros deveria ser designada “aquella pessoa no Morgado mais antigo da melhor Linha dos Figueiredos, do mesmo tronco que a dita Senhora

¹¹³³ ACBL, Livro n.º 51, p.1.

¹¹³⁴ ACBL, Livro n.º 51, p.VI vº e p.VII.

¹¹³⁵ Por exemplo: Madalena de Oliveira, mulher de Jorge de Figueiredo (século XVII), é referida como Madalena da Silveira.

¹¹³⁶ Mais prestígio teriam, sem dúvida, os ramos das várias casas aristocráticas com que a família tinha parentesco próximo (como foi referido acima), já para não falar na linhagem Cabral. O senhorio de Belmonte acabou por ser o motor para a atribuição deste título.

vem”¹¹³⁷. Mas para além da memória familiar – que estará presente, sem dúvida, neste tomo - parece-nos importante realçar que uma parte importante do património da família vinha precisamente dos Figueiredos (V. anexo n.º 8). Além disso, a importância de cada morgado foi identificada pelo cartorário, através de uma “escala” dentro do conjunto: a antiguidade e dimensão levaram-no a considerar determinados morgados ou propriedades mais importantes, atribuindo-lhes a qualificação de “Solar desta caza”¹¹³⁸. Entre estes estão os morgados do Castelo, da Lobagueira e a Quinta de Ota, os quais faziam parte dos bens dos Figueiredos desde o início do século XVI.

Além da árvore genealógica da família Figueiredo, elaboraram-se intervaladamente mais duas árvores genealógicas: a dos Brandões, de onde procede o morgado de S. Julião e morgado do Lavre e a dos Cabrais, de onde procede a Casa de Belmonte. A sua elaboração justificar-se-ia talvez pela complexidade das obrigações que a sua herança implicava, cujo conhecimento seria bastante facilitado pelo conhecimento da respectiva genealogia.

Sempre que necessário, na descrição da origem da casa, o cartorário remeteu para a tábua genealógica correspondente, como sucede, por exemplo, com o morgado de Belmonte: “por morte do Snr. Caetano Francisco Cabral, último Snr. Que foi daquela caza [de Belmonte], por cujo motivo recahio em minha Avó a Snr^a. D. Magdalena Luiza de Lencastre, como Neta da Sra. D. Margarida de Menezes, segunda mulher do Snr. Ruy de Figueiredo, e filha do Snr. Pedro Alvarez Cabral, Senhor da Caza de Belmonte, o que se pode ver na Taboa antecedente Pag. 61”¹¹³⁹.

Passemos agora à análise do segundo volume do *Tombo de 1807*, intitulado “Index de Todos os Papéis do Archivo da Caza”, que abrange o inventário do acervo propriamente dito¹¹⁴⁰.

O índice do inventário é um elenco de tipologias documentais pela seguinte ordem: Instituições de morgados e Capelas por Doações Testamentos e escrituras de vínculo; Doações; Testamentos; Inventários e Partilhas; Casamento, dote e arras; Escrituras de compra e venda; Escrituras de subrogação, escaimbo e troca; Escrituras de arrendamento; Escrituras de quitação e destractos; Escrituras avulsas; Sentenças; Cartas ou autos de arrematação; Títulos de Posse; Mercês da Coroa; Graças de Roma; Causas;

¹¹³⁷ ACBL, Livro n.º 51, p.106.

¹¹³⁸ ACBL, Livro n.º 51, p.1 (Morgado do Castelo); p.11 (Morgado da Lobagueira); p.157 (Quinta de Ota).

¹¹³⁹ ACBL, Livro n.º 51, p.61 (sublinhado nosso).

¹¹⁴⁰ ACBL, Livro n.º 52 (V. anexo n.º13).

Miscelânea em que se compreendem assentos de baptismo, casamento e morte; Documentos avulsos, cartas de importância, contas, róis, memórias e informações sobre demandas, e negócios de utilidade; Memórias genealógicas; Gaveta dos pergaminhos. Ao analisarmos os inventários elaborados na mesma época, constatamos que muitos seguiram o mesmo tipo de organização. É o caso do “Inventário geral dos papéis que se acharam por falecimento do Principal D. António Xavier de Miranda Henriques”, feito em 1815 pelo Padre João Filipe da Cruz¹¹⁴¹, ou ainda o “Índice geral e alfabético do cartório da Casa de Ficalho”, composto em 1817¹¹⁴²; também poderemos referir como exemplo o “Summario alfabetico dos documentos existentes no Cartorio da Illma. e Exma. Casa dos Senhores Condes de Palma, Obidos e Sabugal”, datado de 1836¹¹⁴³.

No que toca às descrições da documentação propriamente ditas, a maioria contém o nome do produtor, dos receptores, notários, tabeliães, magistrados e demais pessoas envolvidas no acto descrito. Cada descrição inclui também a indicação do local onde o documento foi produzido e a data. Uma parte destas compreende ainda referência ao facto de ser cópia, traslado ou certidão. No final de cada descrição está indicado o número de maço em que foi arquivado, a tipologia ou o nome da propriedade respectiva e o número atribuído ao documento dentro de cada maço, cuja organização interna é cronológica.

Segue-se um exemplo de descrição com a indicação da tipologia documental:

Tipologia: Instituições de Morgado e Capelas	
Descrição:	Instrumento de instituição e anexação de vínculo e obrigação que faz a Sr ^a . D. Luisa Joana Coutinho mulher do Senhor Rodrigo António de Figueiredo, de vincular na casa do dito Senhor toda a importância do seu dote e tudo o mais que lhe puder pertencer e tocar do casal de seu marido, para que tudo haja de andar nos sucessores da Casa com as mesmas vocações de morgado principal d'ela para o que demite e tem de si qualquer direito e acção que lhe possa competir. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Joaquim Jozé de Brito a 26 de Junho de 1755. Maço 1º, Instituições, nº 16 ¹¹⁴⁴ .

¹¹⁴¹ De que constam as seguintes divisões tipológicas: “compras e vendas”; “emprazamentos”; “dívidas”; “testamentos”; “doações”; “posses judiciais”; “inventários e partilhas”; “padrões”; “transacções”; “procurações”; “arrendamentos”; “justificações, habilitações”; “certidões”; “serviços, mercês”; “processos, sentenças”; “recibos e quitações”; “genealogia” e “memórias que servem de suplemento aos outros maços”. Na descrição apresenta-se o número do documento, um breve sumário do conteúdo e a data do registo, apenas com indicação do ano. (Veja-se [em linha:] <http://www.inventarq.fcsh.unl.pt/index.php/inventario-geral-dos-papeis-que-se-acharam-por-falecimento-do-principal-d-antonio-xavier-de-miranda-henriques-patriarca-eleito> [Consult. 02 Mai. 2017]).

¹¹⁴² Veja-se [em linha:] http://www.inventarq.fcsh.unl.pt/index.php/indice-geral-e-alfabetico-do-cartorio-da-casa-de-ficalho;ead?sf_format=xml [Consult. 02 Mai. 2017].

¹¹⁴³ Veja-se [em linha:] <http://www.inventarq.fcsh.unl.pt/index.php/summario-alfabetico-dos-documentos-existentes-no-cartorio-da-casa-dos-condes-de-palma-obidos-e-sabugal> [Consult. 02 Mai. 2017].

¹¹⁴⁴ ACBL, Livro 52, p. 5.

Segue-se um exemplo de descrição de um documento com indicação da propriedade a que diz respeito, documento esse inserido numa tipologia específica:

Tipologia: Escrituras de Compra e Venda	
Descrição:	Escrito de venda que fazem Manuel Nunes e Maria Antunes ao Senhor Jorge de Figueiredo de um arneiro onde chamam Val de Carro com seus pés de oliveiras por preço de 14\$000 réis. Feito no lugar de Ota em 5 de Abril de 1633. Maço 7º, Otta, nº 8 ¹¹⁴⁵ .

Isto significou que a arrumação física dos maços diferiu da ordem que o índice e o inventário da documentação nos apresentam. Significou, por exemplo, que existiam maços respeitantes a propriedades, cuja arrumação física se manteve, mas cuja descrição se “encaixou” numa determinada categoria tipológica, por exemplo os documentos relativos à Quinta de Ota encontravam-se fisicamente nos maços n.º 7 e n.º 8, no entanto poderiam estar descritos na secção de Escrituras de compra e venda. Também aqui podemos estabelecer algum tipo de paralelo com o catálogo do cartório da família Melo, feito pelo mesmo Padre João Filipe da Cruz e estudado por Abel Rodrigues, constituído por vinte e seis maços temáticos¹¹⁴⁶.

Se olharmos para o anexo n.º 7, quadro n.º 3 (Comparação da arrumação dos maços de 1722 e 1807) verificamos que, além da diferença no número de maços (106 em 1722 e 41 em 1807), uma parte destes foi bastante modificada quer na sua organização física, quer na designação quer no conteúdo. De uma organização diversificada, que poderíamos dizer tipológica, geográfica e mista, passa-se para uma organização geográfica, tipológica e temática. O número de maços diminuiu consideravelmente entre um e outro tombo. Isto significa que no *Tombo de 1807* do maço n.º 2 ao 8, e do n.º 14 ao 17, temos uma organização geográfica baseada na propriedade. Os restantes maços são baseados na seguinte tipologia documental: instituições, doações, testamentos, inventários e partilhas, casamentos, dotes e arras, compra e venda, emprazamentos, arrendamentos, quitações, sentenças, mercês da Coroa, títulos de posse e causas. Finalmente foi criada uma secção de “documentos avulsos” e uma secção de “miscelânea” e ainda se procedeu à descrição separadamente de um conjunto de documentos – setenta e oito pergaminhos – que foram arrumados/constituíram uma gaveta.

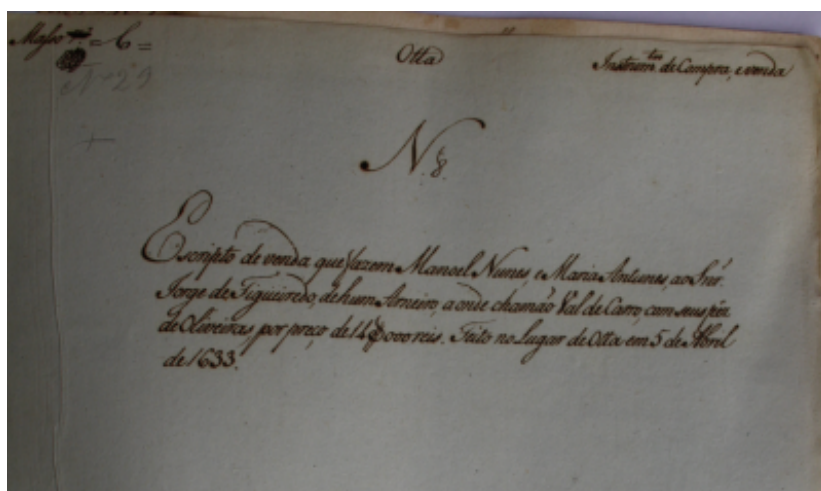
¹¹⁴⁵ ACBL, Livro 52, p. 38.

¹¹⁴⁶ V. RODRIGUES, Abel - “O Arquivo da família Melo (séc. XIV-XIX): do «arrançamento» iluminista à integração no Sistema de Informação de Mateus”. in *Actas do 3º Congresso Internacional Casa Nobre – Um património para o futuro*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2013, p.486-487.

O tipo de acondicionamento dos documentos também sofreu mudanças consideráveis. No *Tombo de 1722* a arrumação dos documentos era feita, como se disse acima, dobrando os documentos e atando-os em maços. Em 1807 verificou-se o seu desdobramento, planificação e inserção em capilhas próprias¹¹⁴⁷. Quanto aos documentos produzidos após 1722, no caso de terem sido dobrados (podemos encontrar marcas de dobragem em alguns, mas não em todos), foram alvo do mesmo procedimento de planificação e colocação numa capilha.

As capilhas dos documentos foram feitas pelo *Cartorário de 1807* e isso é detectável quer através da caligrafia que é idêntica à do Tombo, quer pelo facto de conterem a descrição do documento, tal como ela surge no inventário. Cada capilha tem as seguintes indicações: no canto superior esquerdo, o número de maço; ao centro no topo, o nome do morgado ou da propriedade se se trata de um documento respeitante a uma propriedade; no canto superior direito é indicada a tipologia do documento. Um pouco abaixo, ao centro, foi colocado o número do documento e, logo abaixo deste, surge o sumário (V. fig. n.º 13).

A capilha teve várias funções fundamentais: a fácil identificação do conteúdo do documento através do resumo do mesmo; a agregação de documentos respeitantes a um mesmo processo/assunto; um acondicionamento facilitado; a facilidade na (re)arrumação do documento no maço correspondente através da cota, colocada de forma visível no topo da mesma.



Capilha de documento feita em 1807.

(fig. n.º 13¹¹⁴⁸)

¹¹⁴⁷ Sobre a “boa conservação das espécies”, advogada por Frei Francisco de S. Luís, que previa o desdobramento, a planificação e inserção de cada documento em pastas, veja-se: SILVA, Armando B. Malheiro da; RODRIGUES, Abel - “A criação das Gavetas na Casa de Mateus: um modelo iluminista de gestão da Informação” in ROSA, Maria de Lurdes, *-Arquivos de família, séculos XIII-XX..., cit.*, p.601.

¹¹⁴⁸ ACBL, cx.7, n.º 28.

Com efeito, o destaque conferido à tipologia e à numeração do maço e do documento permitia uma visibilidade imediata e, portanto, uma fácil reposição do documento no lugar de onde tivesse sido retirado. No entanto surgem também capilhas onde surge no topo apenas à direita a designação do morgado ou da propriedade a que dizem respeito.

Este tombo tem ainda uma característica que nos importa destacar: a forma como foram descritos os documentos, que se reflecte também no próprio texto do primeiro volume do Tombo. Todos os parentes são designados pelo nome e pelos títulos “Senhor” ou “Senhor D.” e os parentes mais próximos são frequentemente referidos através da relação de parentesco com o mandante do inventário, conferindo ao mesmo um tom bastante pessoal. Ou seja: Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral surge muitas vezes referido como “meu pai”. O mesmo sucede com Mariana de Meneses, designada como “minha mãe”, os tios irmãos de seus pais, são igualmente designados pela relação de parentesco com Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara. Este tipo de designação verifica-se sobretudo nas descrições de documentos produzidos pelos parentes mais próximos até à terceira geração, ou seja, até aos avós de Vasco Manuel. Por exemplo: “Fé e ofícios de meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara(...)” ou ainda: “Testamento de minha Avó a Ilustríssima e Exma. Sra. D. Madalena Luísa de Lencastre(...)”. Mas também se verifica relativamente aos antepassados mais distantes de Vasco Manuel, designados segundo o número de gerações passadas sobre o mandante: “(...)e chamou para sucessor d’este Morgado seu neto o senhor Jorge de figueiredo meu 6º Avô (...)”¹¹⁴⁹ ou ainda: “O Snr. Ruy de Figueiredo meu 7º avô, foi Filho do Snr. Henrique de Figueiredo(...)”¹¹⁵⁰.

Tal constatação remete-nos para a autoria do inventário, levando-nos a pensar que terá sido elaborado originalmente a duas mãos. Apesar de não ser possível comprovar a forma como foram compostas as descrições dos documentos, parece-nos importante colocar as duas hipóteses: ou Vasco Manuel tomou parte activa na elaboração das descrições dos documentos – deixando notas escritas ou ditando resumos, por exemplo - ou terá dado indicações precisas ao cartorário para que designasse desta forma os seus parentes.

Se por um lado a estrutura deste inventário revela uma maior racionalidade do que aquela que encontramos no *Tombo de 1722*, a descrição dos documentos exprime

¹¹⁴⁹ ACBL, Livro n.º 51, p.1.

¹¹⁵⁰ ACBL, Livro n.º 51, p.11.

indubitavelmente o relevo e importância dos laços familiares próximos com o seu mandante. O parentesco, sobretudo o mais próximo, foi trazido à colação, aquando da elaboração deste inventário, o que não sucede no *Tombo de 1722*. O que subsistiu foi precisamente este cunho pessoal e familiar, em que os laços de parentesco surgem como estruturantes. Por outro lado, esse facto é indicativo do envolvimento do senhor da Casa na elaboração deste documento, envolvimento esse que Vasco Manuel terá desejado deixar por escrito às gerações vindouras. O *Tombo de 1807* poderá ser visto também como um legado pessoal, uma afirmação de *status* em que, além da apresentação do próprio - com os seus títulos e honras - se elevam à “veneração” familiar os seus antepassados. A apresentação destes e dos seus feitos revela a intenção clara de enaltecimento da glória e memória familiar colocando, sempre que possível, a ênfase em “altos” cargos, funções “honrosas” ou feitos heróicos. Por exemplo quando se descreve o Morgado do Castelo, diz-se o seguinte do seu fundador: “O Snr. Bráz Afonso Corrêa, Filho dos Sres. João Vaz Correa e Marqueza Gonçalves, viveo no reynado do senhor Rey D. Manoel, e foi corregedor em Lisboa, pessoa de tão grande authoridade, respeito e talentos, que o fizeram benemerito daquelle lugar, que se costumava conferir a pessoas da sua qualidade”¹¹⁵¹. Um outro exemplo pode ver-se na descrição das comendas da Casa, em que o cartorário informa, numa curtíssima biografia, os feitos “notáveis” de Rui de Figueiredo de Alarcão: “A Comenda S. Salvador de Castellões, da ordem de Christo, no Bispado de Vizeu, de que a Senhora Raynha D. Luisa governando o Reyno na menoridade de seu Filho o Senhor Rey Affonço 6º, fez mercê ao Senhor Ruy de Figueiredo de Alarcão em 14 de Agosto de 1657, foi dada em remuneração de trinta e seis annos de serviço feitos pelo dito senhor. O achar-se na recuperação da Cidade de S. Salvador, na Aclamação do Senhor D. João 4º sendo das pessoas mais confidentes, que nella entrarão, na defenção d’Elvas, e por duas vezes ser governador das Armas da Provincia de Traz os Montes,”¹¹⁵². Apesar dos lustres de alguns dos antepassados, não deixamos de encontrar descrições que mascaram alguns *deslustres* com uma pretensa *distinção*. Com isto queremos dizer que a memória da linhagem e dos feitos heróicos dos antepassados, sempre apresentados como fidalgos da Casa Real e acrescentados com todos os méritos que pudessem ter tido, não se coadunava com o casamento de um dos Figueiredos com uma pessoa cuja genealogia era “desconhecida” ou menos “meritória”. Tal é o caso que se segue em que um

¹¹⁵¹ ACBL, Livro n.º 51, p.1.

¹¹⁵² ACBL, Livro n.º 51, p.193.

Figueiredo – Henrique - casou com uma herdeira rica cuja família é apresentada como “distinta”: “O Snr. Ruy de Figueiredo meu 7º avô, foi Filho do Snr. Henrique de Figueiredo, Escrivão da fazenda do Senhor Rey D. João 2º Fidalgo da sua casa, e da Snr^a. D. Maria Alves, oriunda de huma das familias mais distintas da Villa de Santarem”¹¹⁵³. Também podemos apontar o facto de que, na tábua genealógica dos Figueiredos onde a “leitura” da ascendência era muito facilitada, em que a segunda mulher de Jorge de Figueiredo, Madalena de Oliveira, é designada como Madalena da Silveira. Embora possamos admitir que tenha havido engano do cartorário, afigura-se-nos estranho que tenha havido erro na única vez que o nome desta senhora é mencionado. Como explicámos acima, tratou-se de um segundo casamento de Jorge de Figueiredo e Madalena de Oliveira era, muito provavelmente a filha do feitor, António de Oliveira, sendo inclusivamente designada pelos genealogistas como “uma sua criada”¹¹⁵⁴.

Como dissemos acima, para este tombo, além dos dois volumes que foram encadernados, estaria previsto um terceiro o qual, apesar de ter sido terminado, não foi encadernado. O que nos leva a fazer esta afirmação é o facto de termos identificado muito recentemente um conjunto de cadernos¹¹⁵⁵ que se destinariam – cremos nós, pelo formato, dimensão, tipo de papel e caligrafia semelhantes – a constituir o dito terceiro volume. Relativamente ao conteúdo, a diferença destes cadernos reside na forma como a documentação é apresentada: não segundo a tipologia, mas sim segundo o número de maço a que pertencem. Este “futuro volume” permitiria identificar imediatamente qual a documentação constante de cada maço e, dentro deste, o documento, uma vez que, dentro de cada maço, os documentos são apresentados por ordem numérica crescente.

Uma vez que não foram encadernados, alguns destes cadernos foram utilizados posteriormente para incorporar novas descrições documentais respeitantes à propriedade ou morgado em questão. Alguns cadernos foram acrescentados com listagens adicionais de documentos até à data de 1874 por várias mãos¹¹⁵⁶. O acrescentamento foi feito no espaço em branco do próprio caderno (se existiu) e agregando ‘novos’ cadernos de papel

¹¹⁵³ ACBL, Livro n.º 51, p.49.

¹¹⁵⁴ Este aspecto foi explicado na nossa tese de mestrado, onde analisámos o destino dos filhos do primeiro e do segundo casamento de Jorge de Figueiredo, sendo o destino dos primeiros muito mais de acordo com o *ethos* da nobreza e o da segunda prole sem nenhuma nota digna de registo (V. SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.110).

¹¹⁵⁵ ACBL, cx.117, n.º 819-1 (V.: n.º 1635 e seguintes da TAD).

¹¹⁵⁶ O caderno respeitante ao maço n.º 2, com a descrição dos documentos do Morgado do Castelo (ACBL, cx.117, n.º 816), acrescentado até à década de 1870 por várias mãos; o caderno respeitante ao maço n.º 3 (ACBL, cx.117, n.º 817), acrescentado até à data de 1875 por várias mãos; o caderno respeitante ao maço n.º 6, onde estão descritos os documentos relativos ao morgado do Seixal (ACBL, cx.117, n.º 820).

de 35 linhas azul. Não foram anuladas as descrições dos documentos anteriores. Foram apenas acrescentadas novas descrições de documentos produzidos pelas gerações seguintes até à geração de Vasco António e Maria do Carmo Mendoça. As cotas acabaram por ser alteradas nas capilhas mas também no início de cada um destes três cadernos apontados, através da utilização de letras maiúsculas para designar os maços. Por exemplo, no caderno respeitante ao Morgado do Castelo passou a ser o Maço A, no caderno respeitante ao morgado da Lobagueira passou a ser o Maço B e no caderno respeitante ao morgado do Seixal passou a ser designado por Maço F. Quanto à numeração dos documentos acrescentados posteriormente, ela foi feita na sequência daquela que já existia. A designação do maço e a numeração (no caso de ter sido alterada posteriormente) foram validados nas capilhas dos documentos, anulando as numerações anteriores respeitantes às cotas atribuídas aos documentos em 1807.

Perante o que acima foi dito, podemos afirmar que a “construção” do *Tombo de 1807* terá semelhanças com a do *Tombo de 1722*? Quanto a nós apenas as componentes utilizadas para descrever as propriedades são análogas: a identificação, origem, rendimentos e encargos da Casa surgem em ambos os Tombos. O *Tombo de 1807* é bem mais extenso e muito mais completo, não apenas pela acumulação documental e acrescentamento da Casa, mas porque, como facilmente se depreende, as categorias mentais do Iluminismo fizeram a sua entrada no modo de pensar o arquivo entre 1722 e 1807, alterando substancialmente a forma de conceber um inventário: o *Tombo de 1807* estava de acordo com o espírito do tempo, implicando a utilização de categorias *naturais*, baseadas numa maior racionalidade e orientadas para uma correcta administração¹¹⁵⁷. No que diz respeito aos cartórios, estas categorias, derivadas da forte matriz racionalista e classificativa iluminista, tiveram em Frei Francisco de São Luís um dos seus teorizadores mais significativos¹¹⁵⁸.

¹¹⁵⁷ ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (eds.) - *Rethinking the Archive...*, cit., p.19.

¹¹⁵⁸ Este previa a organização dos documentos segundo os seguintes métodos: por assuntos, por ordem cronológica, por localização geográfica dos bens referidos ou através de um método misto “que permitia constituir grupos temáticos, dispondo os documentos pela ordem cronológica esboçando, quando fosse necessário, uma ligeira separação entre cada um relativamente à localização geográfica dos bens” (V. SILVA, Armando B. Malheiro da; RODRIGUES, Abel - “A criação das Gavetas na Casa de Mateus..., cit., p.601). Relativamente à classificação dos seres e passagem aos saberes, veja-se o interessante artigo de: POMBO, Olga - “Da Classificação dos seres à classificação dos saberes”. *Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*. [Em linha]. Vol. 2, (1998), p.19-33. [Consult. 3 Mai. 2017]. Disponível em <http://cfc.ul.fc.ul.pt/textos/OP%20-%20Da%20Classificacao%20dos%20Seres%20a%20Classificacao%20dos%20Saberes.pdf>.

A composição dos três volumes do tomo – consideraremos o conjunto de cadernos não encadernado como um terceiro volume – implicou uma concepção mais profunda do modo de arquivar abrindo duas possibilidades de busca e recuperação dos documentos: uma por tipologia e outra por número de maço, além de toda a informação recolhida e disponibilizada sobre cada uma das propriedades.

Quanto tempo terá sido necessário para a elaboração deste tomo? Teria bastado o ano de 1807? Ou terá o cartorário prosseguido com o seu trabalho mesmo após a partida da família? Não é possível responder cabalmente a estas questões, mas como vimos acima, segundo a informação de que dispomos, parece provável que o *Cartorário* tenha prosseguido com o seu trabalho, ocupando-se do acervo pelo menos até ao ano de 1816, enviando e recebendo documentação e produzindo listagens e informação quando solicitadas pelo administrador da Casa, Pedro António da Silva Pedroso¹¹⁵⁹ ou pelo feitor da Quinta de Ota, como tivemos ocasião de explicar. Através da sua caligrafia, foi possível identificar alguns documentos produzidos após a inventariação: a carta supracitada que poderemos datar do início de 1808¹¹⁶⁰. Nesse documento é feita uma lista numerada das descrições dos documentos, respeitantes às quintas da Bordalia e de Valongo, finda a qual se indicam claramente as cotas, ou seja, onde se poderiam encontrar fisicamente os documentos no arquivo:

“O nº 1º assima achasse no Maço 9º nº11= Nº2 achasse no Masso 19 nº 5 = Nº3 Achasse no Maço 20, nº 3= Nº 4 achasse no Masso 20, Nº6= 5 achasse no Masso 20 Nº 13 =Nº6 Achasse no Masso 20, Nº 14.”¹¹⁶¹

Neste mesmo documento o cartorário pedia instruções sobre os maços a enviar para o administrador (ou as relações de determinados documentos), mas também sobre se deveria arquivar a documentação que se havia, entretanto, produzido. A permanência

¹¹⁵⁹ Cavaleiro da ordem de Cristo, Pedro António da Silva Pedroso foi, desde a partida da família para o Brasil, o procurador de Vasco Manuel. Foi designado administrador da Casa, recebia as rendas dos vários morgados, recolhia os produtos da Quinta de Ota (que vendia ou reencaminhava, conforme os casos); tratava igualmente do arrendamento das terras e das casas disponíveis. Enviou produtos, bens e móveis para o Rio de Janeiro, conforme solicitado por Vasco Manuel. Era o pólo central da comunicação entre o reino e o Brasil, enviando, igualmente, documentação.

¹¹⁶⁰ *Carta do arquivista que elaborou o Tombo de 1807, para o administrador da Casa de Belmonte, Pedro António da Silva Pedroso, com a relação dos documentos pertencentes à Quinta da Bordalia* (ACBL, cx.117, n.º 817). Datamos esta carta de inícios de 1808, uma vez que a Quinta da Bordalia – de que trata a lista – foi arrendada em 20 de Fevereiro desse ano.

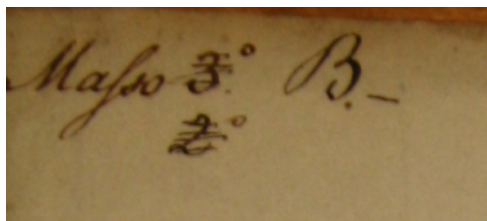
¹¹⁶¹ *Carta do arquivista que elaborou o Tombo de 1807, para o administrador da Casa de Belmonte, Pedro António da Silva Pedroso, com a relação dos documentos pertencentes à Quinta da Bordalia* (ACBL, cx.117, n.º 817). Datamos esta carta de inícios de 1808, uma vez que a Quinta da Bordalia – de que trata a lista – foi arrendada em 20 de Fevereiro desse ano.

do cartorário na Casa é confirmada, como dissemos acima, por uma anotação da sua autoria datada de 1816, sobre a saída de documentos do cartório para a Quinta de Ota¹¹⁶².

Concluimos, portanto, que o *Cartorário*, a quem foi encomendada a organização e descrição do acervo, manteve *o controle* sobre a documentação mesmo após 1807 e pelo menos até 1816. Se o arquivo foi durante séculos fundamental para a manutenção do status e da propriedade dos Figueiredos de Ota o controle sobre o arquivo - e sobre os seus conteúdos - revelou-se então vital para a Casa de Belmonte.

Chegados a este ponto podemos questionarmo-nos: terá havido alguma organização/inventariação da documentação após 1807? Não é possível afirmá-lo categoricamente. Sabemos que se verificaram várias alterações do sistema de cotação de alguns documentos durante o século XIX como já referimos e, portanto, algumas reorganizações (V. fig. n.º 14). Mas nem todas as cotas de 1807 foram alteradas, pelo que pensamos que as alterações terão incidido sobre a documentação que manteve alguma utilidade em determinado momento, por exemplo. Existem algumas listas parciais de documentação – onde são descritos os documentos e respectivas cotas – produzidas sobretudo ao longo do século XIX e, como vimos, algumas destas listas foram feitas a partir de alguns cadernos originais do *Cartorário de 1807* e posteriormente acrescentados¹¹⁶³.

Por outro lado, em parte dos casos, as cotas originais das capilhas de 1807 ficaram ilegíveis devido às alterações, acrescentadas sobretudo no século XIX, alterando a cota atribuída em 1807. Estas modificações materializaram-se numa designação alfabética ou numérica dos maços e numa nova numeração dos documentos, como o exemplo que se segue (V. fig. n.º 14).

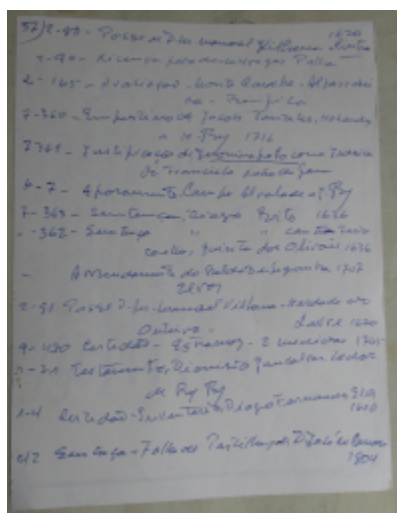


Exemplo das várias alterações sofridas na cotação dos documentos no século XIX.
(fig. n.º 14)

¹¹⁶² ACBL, cx.72, n.º 478 (V. n.º 1646 da TAD).

¹¹⁶³ ACBL, cx.117, n.º 816, 817, 819, 820.

Nos anos 80 houve uma tentativa de organização feita por Vasco Maria (III) na qual participámos, que não resultou num instrumento de descrição propriamente dito, mas sim em listas parciais colocadas em cada unidade de instalação com a descrição sumária dos documentos. Estas listas permitiram a identificação do que se encontrava em cada uma dessas unidades, mas o trabalho não foi concluído, pelo que não permitiu a elaboração de um índice que permitisse a recuperação e informação (V. fig. n.º 15).



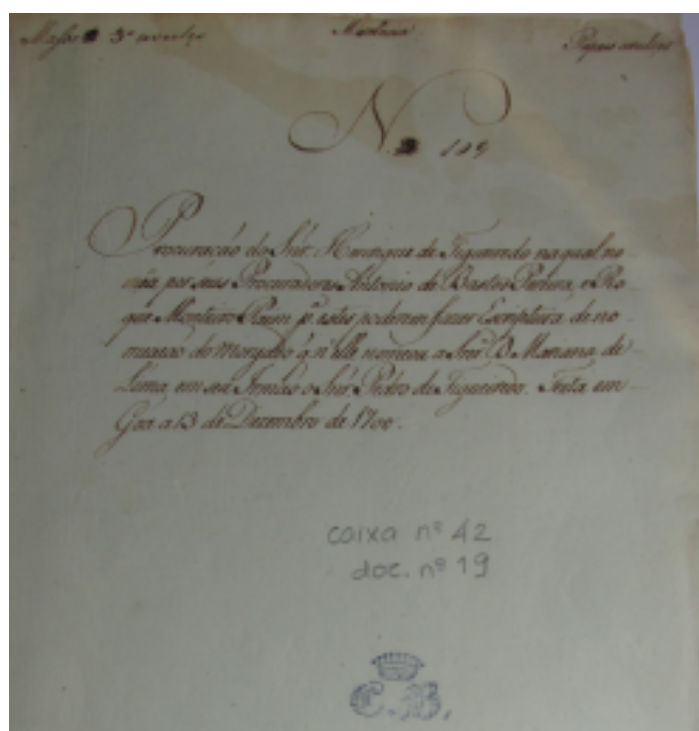
**Pequenas listas da autoria de Vasco Maria (III)
(fig. 15)**

Finalmente, em 1997, o núcleo mais antigo do arquivo foi intervencionado por Vasco Maria (III) e por nós, numa tentativa de o organizar de acordo com o índice de 1807. Optámos por arrumar a documentação por tipologia, atribuindo um número a cada documento e outro número a cada caixa.

Foi feita então uma listagem da documentação com a indicação da numeração e referências anteriores, em que são colocadas as cotas legíveis nas capilhas ou seja as cotas atribuídas mais recentemente e, por esta razão, estas cotas surgem com as designações alfanuméricas ou apenas numéricas, conforme se segue:

INSTRUMENTOS DE POSSE	Nº anterior	Nº actual	Cx. nº
Instrumento de Posse de Pedro de Figueiredo por seu procurador da Herdade do Monte do Outeiro e de um moinho em Lavre. Datado de 10 de fevereiro de 1679.	<u>Maço L</u> , nº 16	doc. 15	cx. 9
Instrumento de Posse e auto de arrematação de várias propriedades na Vila Chã. Datado de Agosto de 1690.	Maço 7 nº 324	doc. 16	cx. 9
Instrumento de posse que tomou D. Leonor Margarida de Meneses por seu procurador da Quinta do Seixal. Datado de 29 de Dezembro de 1700. (Morgado do Seixal)	<u>Maço F</u> , nº 61	doc. 17	cx. 9
Instrumento de Posse que tomou no Conselho da fazenda Leonor Margarida de Meneses de um Juro de 16\$000 reis que lhe deixou a sua tia D. Mariana Coutinho. Datado de 7 de Janeiro de 1701.	Maço 2 doc. nº 85	doc. 18	cx. 9

O objectivo deste índice, feito a partir de 1997, foi precisamente a recuperação célere da informação. Apesar das lacunas que possa conter, este processo de separação e reorganização foi extremamente importante porque nos permitiu, em primeiro lugar, conhecer a fundo o núcleo mais antigo da documentação e, depois, possibilitou que iniciássemos os estudos sobre a linhagem que a produziu. Nesse momento foi colocada a lápis a cota (número de caixa e número de documento). Foi ainda aposto por Vasco Maria (III), e em toda as capilhas, um carimbo com as iniciais C. B. - Conde de Belmonte – encimadas pela coroa (V. fig. n.º 16).



Capilha de 1807 com o conjunto de alterações sofridas desde então.
(fig. n.º 16)

O passo seguinte foi a atribuição de uma cota topográfica à restante documentação que, entretanto, foi incorporada no arquivo como dissemos acima. Optámos por uma numeração sequencial, colocada em caixas também elas numeradas sequencialmente. No momento presente a documentação inserida em capilhas, a que foi dada uma cota numérica/topográfica e descrita sumariamente, preenche a totalidade de 136 unidades de instalação. Permanece ainda uma parte significativa do acervo por tratar, respeitando, maioritariamente, a documentação do século XX. Neste conjunto não está incluída a documentação de nenhuma das gerações que definimos no nosso estudo. De facto, interrompemos este trabalho uma vez que não dispúnhamos de tempo suficiente para o fazer em simultâneo com a elaboração da presente tese.

3. Para uma história social do Arquivo: balanço dos efeitos na estruturação/ estratégia/ consolidação da família / Casa

Chegado o momento de compreender o papel do arquivo e a sua função na consolidação da família e da Casa devemos perguntar-nos: em que medida o percurso dos Figueiredos influenciou na construção do ACBL e, no sentido contrário, em que medida o arquivo permitiu a consolidação de um estatuto da família e a construção da Casa.

Os arquivos não são entidades estáticas, mas sim variáveis, construídas e (re)organizadas a partir dos interesses dos seus detentores. Os percursos individuais de cada um dos membros da linhagem e a atitude dos primogénitos e/ou herdeiros perante a herança que lhes coube foram fundamentais para a conservação, perda, arquivamento ou inventariação dos documentos que hoje compõem o ACBL. É essencial compreender que a conservação de documentação neste arquivo foi fruto de diferentes vontades e de procedimentos arquivísticos coevos e portanto longe de modelos uniformes, ao ritmo das necessidades da família e da manutenção da Casa. Nem todas as famílias tinham um arquivo: apenas aquelas que tinham alguma coisa a defender e essa defesa passava pela posse de documentos cuja *autoridade* atestava a posse de um conjunto de bens. Na busca de fundamentos para a produção e conservação documental na linhagem dos Figueiredos, podemos afirmar que o património foi determinante¹¹⁶⁴. O que significa esta ligação do acervo à propriedade? Significa, quanto a nós, que foi no património que a linhagem dos Figueiredos assentou o seu poder e domínio socio-económico. Aliado a este, a adopção do modelo vincular permitiu a acumulação de rendimentos numa determinada linha familiar – a varonil e primogénita - e, em grande medida, a mobilidade social ascendente do grupo familiar.

A conservação documental surge como elemento primordial: apoiando e provando os direitos da família sobre os seus bens e sobre os seus rendimentos; demonstrando a pertinência de mercês e da sua renovação; sustentando a justiça de nomeações; garantindo o pagamento de serviços pela Coroa; defendendo a propriedade de usurpações.

No sentido inverso, a acumulação patrimonial que se verificou na linhagem desde o século XVI implicou a produção, a conservação e a acumulação documental, ampliada

¹¹⁶⁴ Os primeiros documentos *acumulados/conservados* no ACBL demonstram isso mesmo. São eles: um privilégio recebido por João de Figueiredo, alcaide da Covilhã, para os seus rendeiros; um emprazamento à Coroa da Lezíria da Praia feito a Henrique de Figueiredo e um documento de compra do foro da Quinta de Ota.

não apenas pelo acréscimo de património, mas também devido a uma crescente dificuldade na administração dos bens. A gradual complexificação dos sistemas de propriedade, por exemplo quando se adquiriam ou herdavam determinadas propriedades sobre as quais pendiam obrigações antigas a diferentes instituições, ou aquando da herança/instituição de múltiplos morgados e capelas, obrigou a um controle do pagamento dos respectivos encargos ou/e ao cumprimento dos deveres estabelecidos num *documento fundacional*.

Não devemos olvidar a importância da dimensão espiritual dos morgados e capelas. Geralmente, para herdeiro, era escolhido em primeiro lugar aquele que estava melhor posicionado para cumprir os seus desígnios, ou seja, para rezar pela alma do instituidor e cumprir as obrigações que lhe estavam adstritas, como por exemplo fornecer hábitos a um mosteiro ou azeite para a lâmpada do Santíssimo de determinada igreja. Sob penas espirituais severas (“*sob pena da minha bênção*”), o fundador de cada morgado sujeitava as gerações subsequentes a uma “cadeia mística” que ligava os herdeiros aos seus antepassados, ao património vinculado e aos documentos respectivos. Internamente, as obrigações pias por vontade do fundador de cada morgado, funcionaram como uma espécie de *lei imutável* que deveria ser cumprida¹¹⁶⁵. A posse de documentos para a prova do cumprimento das obrigações estipuladas garantia a propriedade ou perda dos respectivos bens. A guarda destes documentos era ainda mais relevante porquanto sabemos que a posse de conjuntos patrimoniais significativos e indivisos provocou, recorrentemente, conflitos entre os herdeiros.

Externamente, as famílias utilizaram os documentos do seu arquivo para provar a posse de determinados prazos perante a Coroa, para se defenderem da apropriação indevida de terras, da falta de pagamento de rendas, ou para contestarem a demarcação de extremas. No ACBL são vários os tombos de propriedades – documento por excelência que visava garantir a integridade do património¹¹⁶⁶ – e, como vimos, múltiplas as sentenças devido à apropriação de terras por outrem. O recurso aos tribunais tornou-se uma prática cada vez mais comum para causas como os direitos fiscais, o incumprimento no pagamento de rendas, a propriedade de bens móveis e imóveis, problemas com os credores, o uso indevido de bens, usurpação de propriedades ou a disputa por bens de morgado. É por isso que encontramos nestes arquivos dezenas de sentenças, acções

¹¹⁶⁵ ROSA, Maria de Lurdes - *As almas herdeiras...*, cit., p.573 e seguintes.

¹¹⁶⁶ Veja-se: MENEZES, Alberto Carlos de - *Pratica dos tombos, e medições, marcações dos bens da corôa...*, cit..

judiciais, autos, processos, reclamações, queixas, acusações e todo o tipo procedimentos relacionados com a defesa patrimonial¹¹⁶⁷.

Todas estas questões vieram dar grande relevo à posse da documentação, cuja consciência coeva se expressa claramente na introdução do *Tombo do Morgado dos Castilhos* a que já aludimos: “Este livro mandey eu fazer no anno de 1764, e nelle se achão tresladados todos os tittelolos que respeitão á Instituição do Morgado dos Castilhos (...), cujos oreginais se axão tãobem no cartório desta caza, e nelle se devem conservar sempre, pois que alguns administradores menos adevertidos, perdem muitas e importantes fazendas por não terem coidado na guarda dos seus tittellos, sendo só estes as armas com que aquelas se defendem”¹¹⁶⁸.

A crescente adopção da primogenitura e da varonia, ou seja, o favorecimento do herdeiro único em detrimento de todos os outros significava grandes dificuldades de aceitação por parte dos preteridos, indicando que, como foi bastante frisado ao longo deste trabalho, este modelo de herança nem sempre foi interiorizado ou pacificamente aceite por todos os herdeiros, provocando conflitos frequentes que podiam desencadear um processo que, em muitos casos, só era resolvido em tribunal como sucedeu na linhagem dos Figueiredos¹¹⁶⁹. Por outro lado, a disputa pela posse de morgados vagos implicou o recurso a documentação para provar um direito sobre determinada herança, como sucedeu com a contenda pelos bens da Casa de Belmonte.

Além do património, o serviço à Coroa e a relação da família com os meios de influência da Corte foram, como vimos, em várias gerações, motores de produção documental muito importantes. Manter a relevância da família dentro dos círculos de poder implicava a proximidade física e a participação em momentos de sociabilidade cortesã, sendo esta a garantia de manutenção do estatuto e do reconhecimento – materializado também através de documentos – de renovação de mercês, de benefícios, de ofícios, de designação para tarefas e funções ligadas directamente com o serviço às pessoas reais.

Ligado com a conservação documental relacionou-se o acondicionamento do acervo num determinado espaço. Este espaço, um local (próprio ou adaptado) para

¹¹⁶⁷ Como exemplo, poderemos referir que no *Tombo de 1807* encontramos 225 sentenças judiciais num total de cerca de 1200 itens. Já o inventário datado de 1836 do arquivo de Óbidos, Palma e Sabugal menciona um total de 1547 itens, 302 sentenças judiciais (V.: LEME, Margarida Maria de Carvalho Ortigão Ramos Paes - *Inventários do Arquivo da Casa de Óbidos-Palma-Sabugal. (Trabalho do 2º Semestre)*, Lisboa: FCSH-UNL, (2010-2011) p.5).

¹¹⁶⁸ ACBL, Livro n.º 32, fl.II.

¹¹⁶⁹ SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – *Da Linhagem à Casa...*, cit., p.75.

custodiar os documentos – uma sala (biblioteca; livraria), uma arca, um armário, um contador – era (e é ainda hoje) uma das condições *sine qua non* para a conservação documental.

O ACBL sofreu várias alterações físicas como pudemos verificar ao estudarmos a sua história custodial (Parte II, Capítulo 2). Houve perdas e incorporações de documentos que podemos constatar através da simples contabilização de perdas / avaliações / rearrumações¹¹⁷⁰. No caso do ACBL, constatamos ainda a mobilidade da documentação dentro do acervo e a dispersão de documentos dentro da própria habitação: são alterados, por exemplo, a localização de determinados documentos, a arrumação dos maços e, algures em meados do século XVIII, o acondicionamento em gavetas numeradas de dois contadores. Sabemos também que, em 1807, aquando da concepção de um novo inventário, os documentos foram desdobrados, planificados e colocados em capilhas e estas colocadas em maços, compostos por uma lombada e duas capas de cartão grosso unidas com atilhos de fita de nastro larga. Neste momento os documentos sofreram várias (re)arrumações, como é bastamente demonstrado na TAD.

Quanto aos documentos em si mesmos, eles foram acumulando significados que podem explicar a sua conservação. Produzida e (re)utilizada com fins utilitários, uma parte da documentação, terminadas as suas funções práticas terá sido propositadamente destruída ou degradou-se, acabando por ser eliminada. No caso da sua conservação, ela pode estar relacionada com factores aleatórios como: o “esquecimento” em determinado local de uma casa antiga; o desinteresse dos proprietários que acabaram por manter o arquivo intacto; o interesse relativamente à informação que a documentação continha, como por exemplo nomes de propriedades, bens ou terrenos. As funções destes documentos passaram a cumprir novos desígnios, ganhando cada vez mais um valor histórico, um estatuto de monumento, um reduto de memória¹¹⁷¹. No caso do ACBL, ocorreu a destruição ou perda de documentação que diz respeito, por exemplo, aos documentos contabilísticos, a documentos em mau estado, a correspondência de procuradores, a própria lista de documentos de Rui de Figueiredo de que falámos acima são alguns documentos que poderão ter sido destruídos intencionalmente e não apenas acidentalmente¹¹⁷².

¹¹⁷⁰ V. anexo n.º 10.

¹¹⁷¹ KETELAAR, Eric - “Muniments and monuments...”, cit., p.343-357.

¹¹⁷² GEARY, Patrick J. - “Medieval Archivists as Authors: Social Memory and Archival Memory”. in BLOUIN JR., Francis X.; ROSENBERG, William G. (eds.) - *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory: Essays from the Sawyer Seminar*. EUA: The University of Michigan Press, 2007, p.106.

A transmissão dos Arquivos de Família de pais para filhos, estava intimamente ligada à transmissão dos bens a que reportava. Essa transmissão era indispensável uma vez que, sem ela, era imensamente dificultada a posse dos bens respectivos. Podemos afirmar que a conservação documental dependeu da entrega do acervo de um herdeiro ao outro e ocorria geralmente por morte do respectivo possuidor. No entanto, a cessão dos bens, dos respectivos acervos e da administração da Casa ocorreu, por vezes, ainda em vida do progenitor. No caso estudado, como vimos, essas cedências foram feitas através da nomeação, pelo progenitor, do filho mais velho como administrador da Casa e ocorreram nos casos de Rui de Figueiredo de Alarcão para Pedro de Figueiredo de Alarcão e na cedência de Vasco da Câmara a seu filho, Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral. Ambas as cedências implicaram a produção de um documento próprio e terão tido como consequência a passagem, não apenas da administração da Casa, mas também de toda a documentação necessária para a mesma.

Conhecer os bens da Casa, os seus rendimentos e administrá-los correctamente foi um desafio para alguns dos herdeiros dos Figueiredos. Vencer a distância de propriedades dispersas, no caso dos Figueiredos, passou pela utilização do documento escrito e/ou pela designação de procuradores para representação dos proprietários em locais geograficamente distantes e muito distintos, embora o problema da distância não fosse apenas a geografia, mas também o da comunicação, uma vez que podia haver, entre o emissor e o receptor do documento, uma distância conceptual e de eficiência do documento perante os destinatários¹¹⁷³.

A responsabilidade do herdeiro na sucessão exigia competências por vezes inexistentes. A importância do arquivo também se pode medir pela *importação* dessas competências e de conhecimentos para a sua organização ou para a transcrição de determinados documentos. As práticas arquivísticas desta linhagem sugerem que a recuperação da informação, num primeiro momento, terá sido resolvida através de pequenos resumos e, no século XVII, quando se verificou uma significativa acumulação patrimonial geograficamente dispersa, produziram-se as primeiras listas de documentos, indicando que houve necessidade de construção de instrumentos de recuperação documental. No início do século XVIII a acumulação documental e a falta de controle da informação provocou a necessidade de um primeiro inventário de documentos, que

¹¹⁷³ Sobre o problema da distância v. [em linha:] <https://distancia.hypotheses.org/892> [Consult. 16 Mai. 2017].

ocorreu, como vimos, em 1722. No entanto, este inventário não se resumiu a uma listagem de documentos sem qualquer organização, mas sim a um tombo, com uma lógica própria, fruto de uma organização coerente da documentação, intimamente ligado à propriedade, na medida em que contém a informação necessária para a correcta administração dos bens. Esta organização implicou, como vimos, diligências para obter as cópias de documentos em falta e esta busca levou à produção de certidões retiradas do Arquivo Régio, de notários e de cartórios eclesiásticos diversos. Nesta perspectiva, os arquivos externos surgem, também eles, como elementos chave no processo de recuperação de informação e na construção deste Arquivo de Família. Em caso de catástrofe ou destruição da documentação, não é raro ver as famílias a requerer ao rei ou aos tabeliães cópias da documentação indispensável para provar os seus direitos¹¹⁷⁴.

Como referimos, neste primeiro inventário foram previstos, desde o início, espaços próprios para se acrescentarem registos de documentos à medida que estes iam sendo produzidos. Isto significa que, além de se pretender organizar a documentação existente, houve intenção de manter organizada a documentação que viesse a ser arquivada posteriormente, o que indica igualmente que se previa uma continuidade na produção/acumulação de documentos. Apesar deste cuidado, a maioria da documentação produzida ao longo do século XVIII não foi registada. Este facto levou a um *caos cumulativo* que acabou por ser sanado pela produção do *Tombo de 1807* no qual o próprio mandante, Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, teve parte activa. Se o *Tombo de 1722* foi produzido com uma função essencialmente prática, verificamos que, no *Tombo de 1807*, além dessa vertente virada para a gestão e organização documental, surge um dado novo: está presente, e muito claramente, a memória familiar, a exaltação dos antepassados e do prestígio da linhagem. Isto não significa que não tenha havido documentação com informação genealógica antes de 1807. No *Tombo de 1722* são referidas várias “Memórias” de “ascendências” ou “Notícias” de determinadas famílias relacionadas com os antepassados dos Figueiredos e/ou com os morgados que entraram na posse da Casa a que fizemos alusão. Mas esta constatação parte da inclusão de tábuas genealógicas e da indicação e exaltação dos méritos e feitos heróicos de alguns dos antepassados à medida que vão sendo referidos ao longo do volume I deste Tombo.

¹¹⁷⁴ Além dos casos que expusemos acima na Parte III, Capítulo 2, podemos indicar o caso extremo do arquivo do conde de *Siete Fuentes* (Ilhas Canárias), que terá sido destruído por um vulcão e por esta razão o seu proprietário solicitou cópias da documentação mais importante (conforme os estudos em curso de Judit Gutiérrez de Armas, a quem agradecemos a informação).

Embora não tenhamos descrito os documentos genealógicos, sabemos que um dos elementos identitários das famílias e respectivas linhagens era definido pela genealogia, pelo que será rara a ausência desta tipologia documental em Arquivos Familiares na Península Ibérica e os textos genealógicos visavam justificar e legitimar não o passado das famílias, mas sim o seu presente¹¹⁷⁵. Esses manuscritos, dedicados em parte à reconstrução familiar e à memória genealógica, “enchem” os Arquivos de Família, lembrando as glórias dos antepassados e evocando um passado glorioso, mítico ou até falso com o propósito de dar aos membros da família o conhecimento sobre os seus antepassados, o que poderia, não o esqueçamos, ser crucial em caso de disputas judiciais pela herança de morgados¹¹⁷⁶. Aliás, os conflitos por morgados, títulos de nobreza, terras e ofícios exigiam, além de outros documentos como testamentos ou codicilos, as informações genealógicas correctas e a concorrência feroz pelo direito de herdar um património vinculado, poderia ocorrer entre irmãos, tios, primos e todo o tipo de parentes¹¹⁷⁷. A prova do parentesco, relativamente ao fundador do morgado ou ao seu último proprietário, baseava-se em documentos concretos, como por exemplo certidões de baptismo, de casamento ou testamentos, mas tinha na genealogia uma grande arma uma vez que o conhecimento do parentesco fornecia informação às próprias famílias sobre o direito a morgados vagos.

Os Arquivos de Família podem ser encarados como uma estrutura concreta que permitiu a determinados grupos o domínio sobre os demais, garantindo primeiramente a estabilidade e o poder económico e depois o domínio social fundado, entre outros, em redes de parentesco apertadas e na busca de distinção. A preservação de determinados documentos podia ser crucial para o destino de uma família: o direito à herança de uma Casa, poderia estar contido num pedaço de pergaminho ou de papel. E esta foi a razão principal pela qual a nobreza da Península Ibérica construiu e manteve (nem sempre) cuidadosamente, os seus documentos durante séculos.

Compreendemos facilmente que nem todas as famílias tinham documentação organizada. Nem todas necessitavam de documentos para provar a posse de morgados e

¹¹⁷⁵ LAFUENTE URIÉN, Aránzazu – *Los archivos Nobiliarios: Formación y conservación...* cit., p.46; GUILLÉN BERRENDERO, José Antonio – *Los Mecanismos Del Honor...*, cit., p.174. Veja-se também FIGUEIRÔA-RÊGO, João de – ““Não pode alguém negar limpeza, antiguidade & parentesco’...”, cit., p.49-64.

¹¹⁷⁶ CALLEJA PUERTA, Miguel – “El Factor Genealógico...”, cit., p.149.

¹¹⁷⁷ Veja-se o caso da herança de António Xavier de Miranda Henriques, por volta de 1815, em: NÓVOA, Rita Sampaio da – “Deux inventaires d’archives de famille (1498 et 1815)”. Workshop INVENT-ARQ. Lisboa: [s.n.], 2015, p.1-5.

bens, para reclamar direitos, para afirmar ou confirmar os seus privilégios. Mas a relação da família do Antigo Regime com os seus documentos (e com os símbolos que a rodeavam) é reveladora também de uma preocupação com a identidade e com a memória familiar. Por isso, no acto de arquivar, inventariar e descrever documentos, encontramos a preocupação com a preservação de um passado e com a projecção no futuro¹¹⁷⁸.

¹¹⁷⁸ MORSEL, Joseph - “Du texte aux archives...”, cit., p.8.

Epílogo - Um futuro para o passado? Arquivos de Família na era digital: valorização, divulgação, disponibilização

“Documentary heritage reflects the diversity of languages, peoples and cultures. It is the mirror of the world and its memory. But this memory is fragile. Every day, irreplaceable parts of this memory disappear forever.”

In Memory of the World Programme UNESCO.

Este epílogo destinava-se a ser, originalmente, um capítulo, mas a dimensão e o tempo disponível para terminar esta tese tornou-o inexecutável. No entanto considerámos essencial incluir pelo menos uma breve reflexão uma vez que o tema é estruturante relativamente à nossa forma de investigar a História e o Arquivo.

Os Arquivos de Família, encarados hoje como património fundamental para o bem comum, levam-nos a repensar toda(s) a(s) herança(s) do passado numa perspectiva de acesso e conservação da informação¹¹⁷⁹. Perdidas que foram as suas funções práticas *originais*, os arquivos que se mantêm na posse das famílias (e é destes que falaremos) mantêm duas funções específicas: a primeira é a função de identidade e memória, existindo frequentemente um elemento afectivo que une os membros da família aos seus documentos porque estes os ligam aos seus antepassados e a uma família concreta. A segunda função é a coesão familiar, na medida em que o arquivo pode ser alvo de curiosidade e de atenção de um ou vários membros da família, que conduz, não raramente, à vontade de recuperar e consolidar uma memória que, por sua vez, pode levar à busca, quase teimosa, da genealogia, da história de uma propriedade, da construção de uma casa ou de uma capela com os seus muros, esculturas, ou características particulares.

No entanto, estes acervos são um património em risco, ameaçado dentro do seu próprio terreno: por partilhas, por desinteresse, por más condições de conservação, acondicionado em espaços pouco adequados ou até destruído. No caso de não ser destruída, a documentação permaneceu, muitas vezes, no local onde foi acondicionada, sem condições e sem qualquer tratamento¹¹⁸⁰. Nestes casos não é raro existir algum torpor

¹¹⁷⁹ RIBEIRO, Fernanda - “Os arquivos na era pós-custodial...”; cit.; ROSA, Maria de Lurdes - “Arquivos de Família - o que são...”, cit., p.315-316.

¹¹⁸⁰ FESCHET, Valérie – *Les Papiers de Famille...*, cit., p.99.

dos proprietários perante conjuntos documentais extensos sujos e/ou em mau estado. Empreender a sua limpeza e acondicionamento requer tempo e disponibilidade, que nem sempre existem.

Outro comportamento que podemos observar é a pouca importância ou a baixa avaliação dada pelos proprietários à documentação¹¹⁸¹, que, no nosso caso, aconteceu com alguma documentação relacionada com parentes cuja proximidade não permitiu que os documentos por eles produzidos tivessem sido encarados como documentos “históricos” ou que tivessem interesse para a história da família¹¹⁸². Por outro lado, a atitude dos historiadores perante estes acervos diverge tanto quando divergem os seus próprios interesses como nos indica Claude-Isabelle Brelot: face aos arquivos privados os medievalistas e modernistas estão à procura de “preciosidades”, o historiador do século XIX interessa-se, não apenas pelos traços escritos, mas também pela memória viva das gerações actuais e o seu interesse vai para os papéis recentes, não classificados e que são considerados, pela família, como recordações e não como arquivo. Por outro lado, ao solicitar a memória familiar o historiador comporta-se também como etnólogo, preocupado em investigar e guardar as memórias e tradições orais que permaneceram. O que é facto é que também as incorporações recentes dos arquivos privados podem conter documentos interessantes que escaparam a arquivamentos anteriores: cartas, cartões, planos e plantas de arquitectura, recordações, memórias, facturas de objectos preciosos, etc. Segundo a mesma autora, estes documentos não são arquivados porque ainda alimentam conversas, porque o seu valor afectivo os sobrevaloriza ou porque estão inseridos (e esquecidos) em móveis que fazem parte da decoração da casa¹¹⁸³.

A dispersão patrimonial é o principal inimigo destes arquivos em posse de privados: as heranças, a falta de espaço para guardar a documentação e o seu valor comercial, podem conduzir à sua destruição¹¹⁸⁴. Verifica-se, no entanto, uma consciência crescente de alguns proprietários que têm tido um papel importante na cooperação em

¹¹⁸¹ MORSEL, Joseph - “Médiations ou déviations?...”, cit., p.27.

¹¹⁸² Este tipo de negligência ocorreu com alguma correspondência recuperada do Pátio de D. Fradique, precisamente devido a uma baixa avaliação do interesse da mesma. Como se tratava de “cartas de uma tia” relativamente próxima de Vasco Maria (III), este considerou que não tinham qualquer importância. Este processo foi presenciado por nós. Acabámos por acondicionar esta documentação, constatando a perda de alguns documentos.

¹¹⁸³ BRELOT, Claude-Isabelle – “Archives privées, archives publiques, mémoire familiale: questions de méthode et de déontologie”. in FAVIER, René (org.) - *Archives Familiales et noblesse provinciale*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 2006, p.78-79.

¹¹⁸⁴ V. GOIJON, Bertrand – «Les Archives Privées d’une maison du Gotha: entre conservation, dispersion et destruction». in FAVIER, René (org.) - *Archives Familiales et noblesse provinciale...*, cit., p.115-124.

acções de dinamização cultural e científica¹¹⁸⁵. São igualmente de referir as associações privadas de defesa e valorização deste património, seja em França (Association Française pour la Protection des Archives Privées (APAPF)) ou em Portugal (Associação Portuguesa dos Arquivos Históricos Privados (APAHP)). Em Espanha a constituição da “Sección Nobleza del Archivo Historico”, em Toledo, imprimiu uma importante dinâmica de salvaguarda destes fundos e multiplicam-se as publicações de inventários de arquivos privados¹¹⁸⁶. Em Itália assiste-se a uma intervenção relevante da *Direzione Generale per gli Archivi*, dependente do Ministério da Cultura e que desde o início teve como parceiros a universidade e as associações de cultura locais¹¹⁸⁷.

O facto dos Arquivos de Família se encontrarem afastados da maioria das possibilidades de obtenção de subvenções proporcionadas pelo Estado, para a sua própria salvaguarda, também não contribui para a sua protecção. Salvo honrosas excepções, estes arquivos são, na maioria dos casos, arredados de concursos para preservação, digitalização, conservação e estudo, porque as famílias não são consideradas instituições, sendo necessário aliarem-se a uma fundação ou universidade para poderem concorrer¹¹⁸⁸.

Um dos grandes problemas, parece-nos, é que, para além dos arquivos que têm sido depositados ou doados a instituições públicas nacionais, como a Torre do Tombo ou arquivos distritais ou os municipais, e do conhecimento existente sobre os acervos trazidos pelos proprietários que têm colaborado em actividades universitárias ou promovidas por outros organismos, não se conhece a maioria dos Arquivos Familiares na posse de privados em Portugal¹¹⁸⁹. Não há um rastreio destes acervos e é extremamente difícil, por falta de meios e de vontade dos proprietários, proceder ao seu recenseamento.

¹¹⁸⁵Veja-se a participação significativa dos proprietários de Arquivos de Família na exposição e no projecto Invent.Arq.

¹¹⁸⁶Veja-se: LAFUENTE URIÉN, Aránzazu; GARCÍA ASER, Rosario - *Archivos Nobiliarios...*, cit.. Como exemplos, veja-se, entre outros: CASAUS BALLESTER, Maria José (ed.) - *El condado de Aranda y la nobleza española...*, cit.; BORJA DE AGUINAGALDE, Francisco - *Inventario del Archivo de la Casa de Zavala...*, cit.; MIGUÉS, Víctor Manuel - *Os Arquivos Privados e a Nobreza: un Apuntamento Historico-Archivístico. O Caso galego a través do fondo do Marquesado de “San Martín” de Ombreiro [ARG]*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, Dirección Geral do Património Cultural, 2002.

¹¹⁸⁷CAVALCOLI, Valeria - «Per un esame comparativo delle normative regionali in materia di archivi privati». in TASCINI, Irma Paola (org.) - *Il futuro della memoria...*, cit., vol. 1, p.141-153.

¹¹⁸⁸Apesar de tudo, tem sido feito um caminho importante, havendo que destacar, além de todo o trabalho desenvolvido pela professora Maria de Lurdes Rosa, na Universidade Nova de Lisboa, a actuação da Associação Portuguesa de Arquivos Históricos Privados no sentido de ser um motor para a participação nestes concursos, funcionando como instituição agregada à família produtora. Veja-se o caso recente do Arquivo da Casa de Lafões: concorreu à sua salvaguarda através desta Associação. V. [em linha:] <http://arquivoshistoricosprivados.pt/index.php/2016/12/16/recuperacao-tratamento-e-organizacao-documental-do-arquivo-da-casa-lafoesmarialva/> [Consult. 04 Abr. 2017].

¹¹⁸⁹Para um resumo da situação até ao ano de 2011 veja-se SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - “Panorama recente sobre Archivos familiares en Portugal. Posesión de privados e integración en

A memória de uma família também passa pelo educar e pelo despertar dos seus membros para o interesse pelos seus arquivos. Não se trata de reviver ou recuperar um passado, mas da preservação e conhecimento da sua história, tendo a consciência de que esta faz parte da História. Os proprietários deverão ter a consciência de que detêm um património único no seu todo e que a relação com o seu arquivo, distante ou próxima, afectiva ou indiferente, não deve truncar a possibilidade de enriquecer a história e a memória do país. Coloca-se então a questão: o que fazer com esta memória? Na nossa opinião, a resposta está na patrimonialização destes arquivos, enquanto forma de activação das memórias colectivas passíveis de serem esquecidas. A patrimonialização é fundamental para o reconhecimento da importância destes acervos e será tanto mais conseguido quanto maior for a sua valorização¹¹⁹⁰.

Podemos dizer que a valorização dos Arquivos de Família tem dois eixos de acção: por um lado preservar e proteger a documentação, por outro trazer o arquivo para o campo científico e cultural. É a partir da conservação e preservação que se poderá partir para uma divulgação - e possível disponibilização - que deverá visar sobretudo os historiadores, os investigadores, os genealogistas e o público que geralmente se interessa pelo tipo de documentação constante nestes acervos, cumprindo-se assim, plenamente (e hoje), a sua função cultural: conhecimento, discussão, informação, troca de opiniões, colaboração científica e enriquecimento do conhecimento nas várias áreas das ciências sociais e humanas.

Valorizar um arquivo implica também testemunhar e disponibilizar os seus conteúdos para a investigação; implica reconhecer que estes acervos poderão ter um papel importante a desempenhar nos sectores da educação ou do turismo. Valoriza-se promovendo uma maior sensibilização do público, através de exposições, conferências, colóquios e através da criação de grupos de trabalho para investigação e publicação de trabalhos ou monografias feitas a partir de ou sobre Arquivos de Família¹¹⁹¹. Cursos de

instituciones publicas”. in LETÓN RUIZ, Raquel; MARTINEZ OLMO, Pilar - *Extraordinarios y fuera de serie: Formación, Conservación y Gestión de Archivos personales, Archivo y Memoria, Actas de las 5^{as} Jornadas*. Madrid: 2011, p.417-432.

¹¹⁹⁰ SILVA, Sandra Siqueira da - “Patrimonialização e desenvolvimento”. *Anais do I Circuito de debates Académicos - IPEA, Code*. [Em linha]. (2011). [Consult. 03 Abr. 2017]. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area1/area1-artigo5.pdf>; GODINHO, Paula - “Usos da Memória e Práticas do Património. Alguns trilhos e muitas perplexidades”. in GODINHO, Paula (coord.) - *Usos da Memória e Práticas do Património*. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

¹¹⁹¹ Nas publicações podemos incluir os romances Históricos, baseados em pesquisas feitas em Arquivos Familiares, são também uma forma de valorização, que, por uma maior e natural divulgação e alcance, têm a vantagem de fomentar o gosto pela história e de atingir um público mais alargado.

história da família, de escrita criativa simples ou aplicada à memória familiar ou cursos de conservação e restauro de papel ou pergaminho, workshops sobre limpeza e conservação de documentos, visitas de estudo ao arquivo, ou ateliers dirigidos a públicos mais especializados, são outras hipóteses de valorização.

Sabemos que é delicada, e muitas vezes difícil, a pesquisa em Arquivos de Família em posse dos proprietários, porque estes têm de estar dispostos a abrir as suas portas. Portas que foram feitas para estar fechadas...¹¹⁹² Mas, uma vez abertas, é fundamental que exista total confiança entre os proprietários e os investigadores. O investigador deve contar com o medo de uma privacidade devassada ou com o facto de poderem existir, da parte dos proprietários, memórias dolorosas que são despertadas quando determinados documentos são manuseados, sendo necessário, da parte do investigador/arquivista, uma grande sensibilidade e tacto. É importante compreender as opções do proprietário sobre a utilização dos documentos e a sua acessibilidade, o que significa que este poderá restringir ou vedar o acesso a determinados documentos por razões que considere pertinentes. A reserva ou a privacidade é fundamental e nunca devem ser minorizados ou mal interpretados os “excessos” de cuidado e os receios dos proprietários relativamente a este ponto¹¹⁹³. As novas tecnologias são um auxiliar facilitador da ligação entre os proprietários, os documentos e os investigadores. Os pedidos para consultar a documentação *in loco* (que colocava há alguns anos bastantes problemas em termos práticos) podem ser ultrapassados, com algum esforço, através da reprodução de documentos por fotografia, digitalização ou microfilme.

Hoje os meios digitais são praticamente incontornáveis como forma de disponibilizar e divulgar informação: não é por acaso que, cada vez mais, assistimos à difusão destes acervos no mundo virtual. Numa época em que se afirmam as chamadas “*Digital Humanities*”¹¹⁹⁴, existem cada vez mais espaços para debate, investigação, divulgação e colaboração entre o virtual e o real e é nossa convicção de que os Arquivos Familiares não devem ficar de fora¹¹⁹⁵. A utilização de plataformas digitais e a utilização de canais próprios, no sentido de criação de uma comunidade de investigadores e proprietários de Arquivos de Família que estejam preocupados com a preservação dos

¹¹⁹² FESCHET, Valérie – *Les Papiers de Famille...*, cit., p.183.

¹¹⁹³ Ver, por exemplo: QUINSONAS-LOUDINOT, Odon - «Du comportement des propriétaires d’archives privées et de leurs rapports avec les historiens». in FAVIER, René (org.) - *Archives Familiales...*, cit., p.69-73.

¹¹⁹⁴ V. por exemplo [em linha:] <http://eadh.org/daniel-alves> ou <https://ahdig.org/> [Consult. 17 Mai. 2017].

¹¹⁹⁵ V. por exemplo [em linha:] <http://ahdig.org/>; <http://adamcrymble.org/>. [Consult. 29 Set. 2014].

seus arquivos, é hoje uma realidade em Portugal¹¹⁹⁶. Este poderá ser mais um passo para que os proprietários, a comunidade científica e todos os interessados por estes assuntos, possam usufruir de conteúdos mais ricos e maximizar as oportunidades de retorno, comunicação e enriquecimento de informação. Além disso, existem vários exemplos de divulgação de Arquivos Familiares no mundo virtual, em plataformas próprias e em plataformas mais gerais¹¹⁹⁷.

No entanto, a utilização do mundo virtual na valorização de arquivos necessita de uma estratégia. Não basta colocar um inventário online para colocar os Arquivos de Família na ordem do dia. É muito importante que se conheçam e utilizem de forma adequada as diferentes possibilidades de divulgação que o mundo virtual oferece, mas também que se tenha consciência dos problemas que acarreta. É essencial escolher com cuidado os programas e a forma como se divulgam os arquivos. A rápida obsolescência de alguns suportes (por exemplo há páginas web que hoje não têm leitura possível) deve fazer-nos pensar com muita cautela quer o site quer os programas a utilizar¹¹⁹⁸. A nossa escolha do software *AtoM*, certificado pelo Conselho Internacional de Arquivos, prende-se precisamente com a segurança que este oferece.

Também é necessário seleccionar as formas de divulgação que mais se adequam aos objectivos de cada proprietário ou instituição: poderá ser um site, um blogue, ou uma página nas redes sociais. O site/página deverá ser um espaço mais institucional. As redes sociais deverão ser usadas como espaço de diálogo onde os internautas são despertados para a existência destes arquivos, obtendo informação sobre eventos, onde podem debater problemas, expor dúvidas e obter algumas respostas¹¹⁹⁹. O trabalho desenvolvido por nós na rede social *Facebook* com a criação da página *Arquivos de Família em rede*¹²⁰⁰ em 2014 tem-se revelado muito frutífera, com uma interacção significativa com um público

¹¹⁹⁶ Veja-se o site criado pela Universidade Nova de Lisboa [em linha:] <http://fcsh.unl.pt/arqfam/> dedicado aos Arquivos de Família, enquadrando-os num universo mais amplo: os Arquivos de Comunidades. Veja-se ainda o site da Associação Portuguesa de Arquivos Históricos Privados [em linha:] <http://arquivoshistoricosprivados.pt/>

¹¹⁹⁷ V. alguns exemplos [em linha:] <http://www.archivesfamiliepictet.ch/> ; <http://shawfamilyarchives.com/> ; <http://www.masshist.org/digitaladams/archive/> ; <http://www.everingham.com/family/> ; <http://www.archivoducaldehijar-archivoabierto.com/senhijar.html> ; http://www.casademateus.com/historia_arquivo.htm ; <https://www.facebook.com/arquivosemrede>. Maria de Lurdes Rosa tem vindo a proferir algumas conferências sobre este tema. Ver por exemplo: <http://www.regiao-sul.pt/noticia.php?refnoticia=148566>. ROSA, Maria de Lurdes - “Arquivos de Família - o que são...”, cit., p.323.

¹¹⁹⁸ É crucial, por exemplo, a transmutação frequente e a conversão de documentos ou sites para ‘locais’ actualizados.

¹¹⁹⁹ CRYMBLE, Adam - “An Analysis of Twitter and Facebook Use by the Archival Community”. *Archivaria*. [s.l.]. N.º 70, (2010).

¹²⁰⁰ Consultar [em linha:] <https://www.facebook.com/arquivosemrede/>

interessado: tem mais de 2500 seguidores, centenas de *feedbacks* a algumas publicações as quais, por sua vez, podem alcançar milhares de internautas. Mais importante ainda, parece-nos, esta página reúne hoje um conjunto de informação sobre Arquivos de Família, ferramentas relacionadas com a arquivística disponíveis online, divulgação de reuniões, cursos, workshops e diversas actividades em Portugal e no estrangeiro.

Os proprietários de Arquivos Familiares devem compreender que a comunicação, a divulgação e disponibilização dos seus arquivos são um primeiro passo para o enriquecimento do conhecimento histórico e até para a preservação da sua própria memória. E se assumimos que estes arquivos contribuem para a preservação dessa memória e da identidade cultural de um país, então urge, da parte das entidades públicas, contribuir para a sua patrimonialização, o mesmo é dizer para a sua preservação, estudo e valorização. Em suma, os Arquivos Familiares, sobretudo aqueles que se mantêm na posse das famílias, devem ser olhados como um património e os seus proprietários devem encarar os desafios actuais que os seus acervos enfrentam sem perderem as características que os distinguem de todos os outros.

Há um longo caminho a percorrer, mas, em Portugal, há já um caminho percorrido.

CONCLUSÃO

Ao terminar esta tese estamos convictos de ter atingido os objectivos a que nos propusemos: por um lado apreender e contextualizar a produção documental dos Figueiredos e, por outro, compreender os dinamismos que levaram à criação, produção e manutenção do ACBL. Chegados ao ponto de concluir, faremos uma breve recapitulação dos principais aspectos da tese, e apresentaremos, a fechar, o conjunto de ideias e problemas que ficaram por esclarecer cabalmente e aos quais tencionamos voltar, levados pelo gosto que temos na compreensão do processo histórico deste acervo e de todas as suas dinâmicas.

Os estudos feitos sobre a família Figueiredo Cabral da Câmara e especialmente sobre a linhagem dos Figueiredos foram estruturantes nesta tese: sem um conhecimento profundo da história familiar dificilmente se poderia fazer a história deste arquivo. Como pudemos verificar, embora não tenhamos todos os dados da história custodial do ACBL, pensamos que os elementos que aqui apresentámos foram um passo importante no sentido de compreender as existências, a conservação, as ausências e até os abandonos da documentação. Sabemos que este arquivo, como todos os outros, é hoje o resultado de uma construção levada a cabo por Vasco Maria (III), por José Maria (II) e por nós. Destacaríamos, sobretudo, a acção de Vasco Maria (III) que foi essencial na conservação deste espólio.

A documentação que se conservou fez parte de um conjunto documental bastante mais vasto. A constituição do *corpus* – feita a partir dos dois inventários conservados no arquivo, da documentação conservada e dos registos que se encontram em arquivos externos - permitiu a compreensão da riqueza informativa do arquivo. A “desconstrução” de cada um dos registos apresentados nos inventários, a decomposição deste discurso e a comparação que estabelecemos entre os diferentes registos e momentos de inventariação levou-nos à interrogação sobre a produção documental, permitiu identificar perdas e ausências de documentos e possibilitou igualmente traçar um retrato aproximado da produção documental dos Figueiredos. Além disso, a elaboração desta tabela permitiu-nos compreender a constituição do arquivo em diferentes fases sendo possível através dele traçar a evolução do ACBL. Em alguns casos, aquilo que, à primeira vista, parecia ser a sucessão contínua de produção de documentação revelou-se, na realidade, fruto de inserções posteriores às datas de produção e este parece-nos um dos elementos importantes que pudemos apresentar.

O Quadro de Classificação apresentado resultou do conhecimento histórico sobre a família e sobre a documentação e seus trâmites. A nossa opção pelo modelo sistémico e a forma dinâmica e estruturada de apresentação da informação através do *AtoM*, revelou-se muito adequado uma vez que a sua flexibilidade confere grande inteligibilidade ao modelo de organização dos Arquivos de Família. Embora tenha sido necessário restringir o número de registos nesta base - por falta de tempo disponível dentro do prazo útil da tese - o preenchimento da base de dados, feito sequencial e cronologicamente a partir do documento mais antigo conservado, pode ser completado a qualquer momento. Além disso é, pensamos nós, um conjunto de descrições coerente e significativo, representativo do acervo. Torna-se possível, através da aplicação deste modelo, a reconstituição não apenas da produção documental de cada membro da família, mas também dos momentos em que a família incorporou, acumulou e conservou determinados conjuntos documentais externos a si própria no curso do tempo. Além disso, em qualquer circunstância futura, é possível completar a inserção de descrições documentais, acrescentar novas secções, subsecções e subsistemas sem desvirtuar todo o trabalho feito anteriormente. A aplicação deste modelo implicou o conhecimento aprofundado de todos os produtores de documentos dentro da família, uma vez que o fluxo de informação nem sempre seguiu a sucessão *linear* das gerações.

A apresentação da documentação por geração e por produtores permitiu-nos apreender as tendências de produção documentais que se explicam através dos percursos individuais que tiveram relação com os propósitos de manutenção do status socio-económico de acrescentamento e mobilidade ascendente desta linhagem. São visíveis nesta análise da produção documental dos Figueiredos a relação sempre central, mas mais ou menos intensa de cada produtor com a Coroa, a defesa e administração das propriedades, espelhando sucessos e desaires. No sentido inverso, a gestão do património, a relação com a Coroa, com os pares, com as instituições, reflectem-se na produção documental de cada geração como nos parece ter ficado demonstrado.

A análise das práticas arquivísticas desta linhagem levou-nos depois à análise profunda dos dois inventários produzidos. O conjunto de informação constante no *Tombo de 1722*, construiu a primeira imagem de conjunto da documentação produzida e conservada, até morte de Pedro de Figueiredo. O inventário nunca é inocente e neste momento são já claros os contextos da sua produção: houve uma intenção muito clara de controle da documentação para melhor gestão do património e portanto, neste sentido, no

início do século XVIII o cartório dos Figueiredos de Ota funcionou precisamente como um instrumento de domínio e de poder. Os documentos que nos propusemos analisar dentro deste contexto - as *Advertências* e a *Memória das fazendas* – corroboram precisamente a intenção de controle da informação para a sua melhor gestão. As *Advertências* dizem respeito à recolha de informação sobre documentos existentes ou necessários e sobre propriedades, proprietários anteriores, tudo para esclarecimento do “estado geral” da Casa. Já a *Memória das fazendas*, não sendo um instrumento de recuperação documental, é um documento que sistematiza a informação sobre documentos existentes ou em falta sobre rendimentos, propriedades e obrigações respectivas. Ambos os documentos resumiram *memorizando*, toda a informação sobre as propriedades da Casa e a necessária e/ou respectiva documentação. Quanto ao segundo inventário, o *Tombo de 1807*, e em comparação com o *Tombo de 1722*, apenas as componentes utilizadas para descrever as propriedades são análogas: a identificação, origem, rendimentos e encargos da Casa. No entanto, o *Tombo de 1807* é bem mais extenso e completo, quer pela acumulação documental e acrescentamento da Casa, quer pela forma como foi concebido de acordo com o espírito do tempo, mais racional e categorizado. Além do mais, vimos como entraram neste tomo categorias até então ausentes, como a genealogia, a exaltação dos feitos dos antepassados e até a dissimulação de alguns antepassados menos ilustres. É possível que a participação – através de notas ou de ditado - do mandante do tomo, Vasco Manuel, tenha contribuído para que assim fosse. Concluímos também que os processos de arquivamento não foram lineares e que, em muitos casos, as inventariações eram incompletas. A identificação destes processos, dos seus pontos fortes e das suas fragilidades, parece-nos ser um dos objectivos que atingimos neste trabalho.

A ligação da produção documental dos Figueiredos à propriedade e ao modelo vincular parece-nos clara reflectindo a complexificação dos sistemas de propriedade e encargos sobre as mesmas. A prova perante as instituições régias e os tribunais e o crescente recurso a estes para defesa da propriedade levou à crescente e necessária conservação documental. Esta esteve ligada ao acondicionamento do acervo num espaço: a casa, e dentro desta uma arca, contadores ou um armário. Foi demonstrada igualmente a mobilidade da documentação dentro do acervo e as diversas formas de acondicionamento dos documentos.

No caso dos Figueiredos, a transmissão da Casa implicou geralmente a transmissão do arquivo do senhor da mesma para os seus herdeiros, excepto no caso de disputa pela herança da Casa de Belmonte em que, como vimos, este princípio não se aplicou. A cada geração, a herança da Casa implicou a responsabilidade dos herdeiros de a manter e aumentar – economicamente mas também socialmente – e implicou o conhecimento profundo dos seus bens. O controle da informação e, portanto, da propriedade e rendimentos que lhe estavam associados, levou à necessidade da produção de inventários. Estes deixaram de ser apenas um instrumento de recuperação documental, de conteúdo informativo e utilização prática para, no início do Oitocentos, incluírem e cristalizarem a genealogia e a memória familiar.

A marca que deixamos no ACBL – como a de qualquer arquivista – é também aquela que as gerações vindouras podem comprovar, uma vez que está devidamente identificada. O facto deste arquivo ter sido estudado academicamente é um objectivo concretizado, um desígnio pessoal de preservação de uma memória e é, quanto a nós, um dos grandes ganhos desta tese.

No entanto fica sempre um sentimento de incompletude, uma vez que este trabalho não esgota o tema, as possibilidades de investigação, a riqueza informativa e o trabalho que ficou por fazer dentro do próprio acervo. Gostaríamos, a partir desta extensa investigação, de prosseguir no estudo da produção documental desta família desde a geração de Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara à geração que vivenciou a implantação da República, de forma a compreender que mudanças se verificaram durante todo o período Liberal. Assim sendo, esta tese deve ser encarada como um ponto de partida e, independentemente do que venha a suceder no futuro ao ACBL, já é possível, através deste estudo, compreender uma parte importante do seu passado.

FONTES

Arquivo da Casa de Belmonte:

- Caixas n.º 1 a 136
- Livros n.º 1 a 52

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

- Chancelarias
 - D. Afonso V, Livro n.º 7, 8, 9, 30
 - D. Manuel I, Livro n.º 2, 6, 15, 17, 19, 27, 40
 - D. João III, Livro n.º 10, 14, 50
 - D. Sebastião, Livro n.º 6, 8, 26, 28, 31
 - Filipe I, Livro n.º 12
 - Filipe II, Livro n.º 9, 12
 - Filipe III, Livro n.º 5, 10, 12, 28, 30, 35, 36
 - D. Afonso VI, Livro n.º 6, 15, 19, 26, 28, 29, 51
 - D. Pedro II, Livro n.º 62
 - D. João V, Livro n.º 7, 11, 27, 45, 60, 70, 72, 78, 87, 118, 129
 - D. Maria I, Livro n.º 10, 13, 15, 19, 28, 32, 33, 34, 35, 37, 39, 42, 43, 52, 67, 54, 71, 73, 80
 - D. João VI, Livro n.º 1, fl.284
 - D. João VI, Livro n.º 2, fl.244vº
- Cartório Jesuítico, mç.19, n.º 32
- Chancelaria Antiga da Ordem de Cristo
 - Comuns; Livro n.º 28, 41, 50, 69
 - Próprios, Livro n.º 14
- Conselho Geral do Santo Ofício
 - Habilitações, mç.11, diligência 268
- Corpo Cronológico
 - Parte I, mç.2, 62, 86
 - Parte II, mç.11, 12, 32, 33, 42, 60
- Feitos Findos – Administração de Casas
 - mç.39, 203
- Manuscritos da Livraria, n.º 2713 e n.º 2714
- Portarias do Reino
 - Livro n.º 1, 3, 5
- Registo Geral de Mercês
 - D. João IV, Livro n.º 12, 18
 - D. Afonso VI, Livro n.º 5, 7, 11
 - D. Pedro II, Livro n.º 1, 10
 - D. João V, Livro n.º 7, 8, 14, 18, 21, 22, 36
 - D. José I, Livro n.º 3, 9, 17, 25
 - D. Maria I, Livro n.º 1, 4, 12, 18, 19, 27, 28, 42
 - D. João VI, Livro n.º 61
 - Ordens Militares, Livro n.º 3, 4, 5

Arquivo Histórico Municipal

AHM, refª: PT/AHM/DIV/1/02/3/12

Gazeta de Lisboa, n.º 238, ano de 1814.
Gazeta de Lisboa, n.º 12, ano de 1820.
Diário de Notícias, de 16 de Julho de 1945.p.1-2.

Biblioteca da Ajuda

BETANCOURT, P.e Manoel de - *Colecção Genealogica*. [manuscrito] [s.l.]: 1787.

Fontes Impressas:

COSTA, Padre António Carvalho da – *Corografia portuguesa, e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal: com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem: varões illustres, genealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observações*, Lisboa: Na officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712.

GUERREIRO, Bartolomeu - *Jornada dos vassalos da coroa de Portugal, pera se recuperar a cidade do Salvador, na Bahya de todos os Santos, tomada pollos holandezes, a oito de Mayo de 1624. & recuperada ao primeiro de Mayo de 1625*. Lisboa: por Mattheus Pinheiro, impressa à custa de Francisco Alvarez, livreiro, 1625.

BIBLIOGRAFIA

Genealogias

GAYO, Manuel José Felgueiras - *Nobiliário das Famílias de Portugal*. Braga: Edições Carvalhos de Basto, 1992.

LIMA, Manso de - *Famílias de Portugal*. Edição dactilografada. [s.l.]: BNL, 1925.

MORAIS, Cristóvão Alão de - *Pedatura Lusitana*. Porto: Livraria Fernando Machado, 1943.

SOUSA, António Caetano de - *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra: Atlântida-Livraria Editora, 1946-1955.

SOUSA, António Caetano de - *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra: Atlântida-Livraria Editora, 1946-1955.

VIDAL, Frederico Gavazzo Perry - *A descendência d'El-rei Dom João VI*. Lisboa: Edições Inapa, 1996.

WILLIS, Daniel A. – *The Descendants of Louis XIII*. Baltimore: Clearfield, 1999.

Bibliografia Geral

ABREU-FERREIRA, Darlene - *Women, Crime and Forgiveness in Early Modern Portugal*. London - New York: Routledge, 2016.

ADOT LERGA, Álvaro – *Construire les archives. Du temps des Foix-Béarn à celui des rois de Navarre. Pratiques de l'écrit et enjeux de pouvoir*. École doctorale Sciences Sociales et humanités ED 481. Laboratoire ITEM EA3002; Université de Pau et des Pays de l'Adour, 2017. Thèse pour l'obtention du doctorat.

ANDRADE, Santiago Silva de - “A Casa Real portuguesa: aspectos centrais da instituição na crise do do Antigo Regime português (c.1780 - 1821)”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo. ANPUH: (2011), p.1-15.

ANHEIM, Étienne; PONCET, Olivier – “Fabrique des archives, fabrique de l’histoire”. *Revue de Synthèse*. [s.l.]. Vol. 125, n.º 1 (2004), p.1-14.

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de – “As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais”. in MATTOSO, José (dir.); TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (coord.) – *História de Portugal. O Liberalismo (1808-1890)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. Vol. V, p.28.

ATIENZA HERNÁNDEZ, Ignacio - *Aristocracia, poder y riqueza en la España moderna: La Casa de Osuna siglos XV-XIX*. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 1987.

BASTIAN, Jeannette A. - *Owning Memory: How a Caribbean Community Lost Its Archives and Found Its History*. Westport, Conn: Libraries Unlimited, 2003.

BASTIAN, Jeannette A. - “The records of memory, the archives of identity: celebrations, texts and archival sensibilities”. *Archival Science*. [s.l.]. Vol. 13, n.º 2/3 (2013), p.121-131.

BELTRÁN CORBALÁN, Domingo – *El archivo de la casa de los Vélez. Historia, estructura y organización*. Murcia: Universidad de Murcia, 2014. Thesis Doctoral. Disponível em <http://digitum.um.es/xmlui/handle/10201/39349>.

BERGER, Stefan - “The role of national archives in constructing national master narratives in Europe”. *Archival Science*. [s.l.]. Vol. 13, n.º 1 (2013), p.1-22.

BLOUIN JR., Francis X.; ROSENBERG, William G. - *Processing the Past: Contesting Authority in History and The Archives*. USA: Oxford University Press, 2011.

BLOUIN JR., Francis X. - “History and Memory: The Problem of the Archive”. *PMLA*. [s.l.]. Modern Language Association: Vol. 119, n.º 2 (2004), p.296-298.

BORJA DE AGUINAGALDE, Francisco - *Inventario del Archivo de la Casa de Zavala (introducción)*. Donostia - San Sebastián: [s.n.], 2000.

BORJA DE AGUINAGALDE, Francisco - *Archivos de Familia y Archivos domésticos Treinta años de experiencias*. [s.l.]: Edição de autor, 2013.

BORREGO, Nuno Gonçalo Pereira - *Mordomia-Mor da Casa Real, Tomo I*. Lisboa: Tribuna da História, 2007.

BURKE, Peter - "Overture: The New History, its past and its Future". in BURKE, Peter (ed.) - *New Perspectives on Historical Writing*. [s.l.]: Pennsylvania State University Press, 1995. p.1-24.

BURTON, Antoinette (ed.) - *Archive Stories: Facts, Fictions and The Writing of History*. London: Duke University Press, Durham & London, 2005.

BUSHEY, Jessica – ““Access to Memory” (AtoM): Open-source software for archival description”. *International Council on Archives (ICA)*. [Em linha]. (2012). [Consult. 23 Jan. 2016]. Disponível em https://www.ica-atom.org/download/ICA-AtoM_JBushey.pdf

CALLEJA PUERTA, Miguel - "El Factor Genealógico: Posibilidades Y Límites De La Documentación De Archivo Para La Elaboración De Historias Familiares". *Emblemata: Revista aragonesa de emblemática*. [s.l.]. N.º 16 (2010), p.123–153.

CAMMAROSANO, Paolo – *Italia Medievale. Struttura e geografia delle fonti scritte*. Roma: Carocci Editore, 1991.

CARDIM, Pedro - *O Poder dos Afectos: Ordem Amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*, (Tese de dissertação de doutoramento em História Moderna) Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2000.

CASAUS BALLESTER, Maria José (ed.) - *El condado de Aranda y la nobleza española en el Antiguo Régimen*. Zaragoza: Institución «Fernando el Católico» (C.S.I.C.), 2009.

CASELLA, Laura; NAVARRINI, Roberto - *Archivi nobiliari e domestici. Conservazione, metodologie di riordino e prospettive di ricerca storica, (atti del convegno)*. Udine: Forum, 2000.

CHACÓN JIMÉNEZ, Francisco; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (eds.) - *Poder y movilidad social: cortesanos, religiosos y oligarquías en la Península Ibérica (siglos XV-XIX)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, CSIC: Universidad de Murcia, 2006.

CLANCHY, Michael T. - *From memory to written record, England 1066-1307*. [s.l.]: Wiley-Blackwell, 1993.

COELHO, Maria de Fátima - “O instituto vincular, sua decadência e morte: questões várias”. *Análise social*. [s.l.]. Vol. XVI, (61-62) 1º -2º (1980), p.111-131.

CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (ed.) - *Défendre ses droits, construire sa mémoire: les chartiers seigneuriaux, XIIe – XXIe siècle. Actes du colloque international de Thouars (2006)*. Paris: Société de l’Histoire de France, 2010.

COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan M. – “Archives, Records, and Power: The Making of Modern Memory”. *Archival Science*. [s.l.]. Kluwer Academic Publishers: n.º 2 (2002), p.1-19.

COOK, Terry - “What is Past is Prologue: A History of Archival Ideas since 1898, and the Future Paradigm Shift”. *Archivaria*, 1, n.º 43 (1997), p.17-63.

COOK, Terry - “The Archive(s) Is a Foreign Country: Historians, Archivists, and the Changing Archival Landscape”. *The American Archivist*. [s.l.]. Vol. 74, n.º 2 (2011), p.600-632.

COOK, Terry - “Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts”. *Archival Science*. [s.l.]. Vol. 1, n.º 1 (2001), p.3-24.

COX, Richard J. – *Personal Archives and a New Archival Calling: Readings, Reflections and Ruminations*. EUA - Minnesota, Duluth: Litwin Books, LLC, 2008.

CRYMBLE, Adam - “An Analysis of Twitter and Facebook Use by the Archival Community”. *Archivaria* [Em linha]. [s.l.]. N.º 70 (2010), p.125-151.

CUNHA, Mafalda Soares da - *A Casa de Bragança (1560-1640). Práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.

CUNHA, Mafalda Soares da - "Os insatisfeitos das honras. Os aclamadores de 1640"
In: SOUZA Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.) - *O Governo dos Povos*. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 475-493.

CUNHA, Mafalda Soares da – *Linhagem, Parentesco e Poder. A Casa de Bragança (1384-1483)*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1990.

CUNHA, Mafalda Soares da; HERNÁNDEZ FRANCO, Juan - *Sociedade, família e poder na Península Ibérica : elementos para uma história comparativa = Sociedad, familia y poder en la Peninsula Iberica : elementos para una historia comparada*. Lisboa: Edições Colibri, 2010.

D’AZEVEDO, Ricardo Charters - *William Charters - um oficial inglês em Leiria no século XIX*. Leiria: Textiverso, 2014.

D’HUART, Suzanne; DE TOURTIER-BONAZZI, Chantal; SIBILLE, Claire (rev. e ed.), NOUGARET, Christine (dir.) - *État Sommaire des fonds d’archives privées; series AP (1 à 629 AP) et AB XIX*. Paris: Centre Historique des Archives Nationales, 2004.

DACOSTA, Arsenio - “De la anomalía a lo extraordinario: nobleza, linaje y escritura genealógica en Castilla (siglos XIII-XIV)”. *Hispania*. [s.l.]. Vol. LXXV/(75), n.º 251 (2015), p.617-640.

DE VIVO, Filippo - "Ordering the archive in early modern Venice (1400-1650)". *Archival Science: International Journal on Recorded Information*. [s.l.]. Vol. 10, n.º 3 (2010), p.231-248.

DELMAS, Bruno; NOUGARET, Christine (org.) - *Archives & Nations dans l'Europe du XIXe siècle*. Paris: École Nationale des Chartes, 2004.

DISKIN, Martin - "The peasant family Archive: Sources for an ethnohistory of the present". *Ethnohistory*. [s.l.]. Duke University Press: Vol. 26, n.º 3 (1979), p. 209-229.

ESCH, Arnold - "Chance et hasard de transmission: Le problème de la Représentativité et de la déformation de la transmission historique". in SCHMITT, Jean-Claude; OEXLE, Otto Gerhard - *Les tendances actuelles de l'histoire du moyen âge en France et en Allemagne: Actes des colloques de Sèvres (1997) et Göttingen (1998)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2003, p.15-29.

EVANS, Max J. - "Archives of the People, by the People, for the People". *The American Archivist*. [s.l.]. Vol. 70, n.º 2 (2007), p.387-400.

FAVIER, René (org.) - *Archives Familiales et noblesse provinciale*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 2006.

FERREIRA, Maria Emília Cordeiro – "Padrões de Juro". in SERRÃO, Joel (dir.) - *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1981. Vol. IV, p.512-513.

FESCHET, Valérie - *Les Papiers de Famille. Une ethnologie de l'écriture, de la mémoire et des sentiments en Provence alpine*. Aix-en-Provence: Publications de l'Université de Provence, 1998.

FIGUEIRÔA-RÊGO, João de - *A honra alheia por um fio: os estatutos de limpeza de sangue nos espaços de expressão ibérica, sécs. XVI-XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

FIGUEIRÔA-RÊGO, João de - “‘Não pode alguém negar limpeza, antiguidade & parentesco’. Portugal versus Castela: a genealogia como instrumento de legitimação política e identitária”. in MARTÍN MARCOS, David; IÑURRITEGUI, José María; CARDIM, Pedro (orgs.) - *Repensar a identidade: o mundo ibérico nas margens da crise da consciência europeia*. Lisboa: CHAM-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade NOVA de Lisboa; Universidade dos Açores, 2015, p.49-64.

FILHO, Luiz Walter Coelho – *A Capitania de São Jorge e a década do açúcar (1541-1550)*. Salvador: Vila Velha, 2000.

FRIEDRICH, Markus – “The Rise of Archival Consciousness in Provincial France: French Feudal Records and Eighteenth-Century Seigneurial Society”. *Past & Present*. [s.l.]. Vol. 230, n.º 11 (2016), p.49-70.

FRIGO, Daniela - *Il Padre di Famiglia: Governo della casa e governo civile nella tradizione dell'«Económica» tra Cinque e Seicento*. Roma: Bulzoni Editore, 1985.

GALLEGO DOMÍNGUEZ, Olga - *Manual de archivos familiares*. Madrid: ANABAD, 1993.

GAUDIN, Guillaume - "Agentes de negocios, procuradores y oficiales: un conjunto de intermediarios entre Madrid y las Indias occidentales". *Vencer la distancia* [Em linha]. (2016). Disponível em <http://distancia.hypotheses.org/790>.

GEARY, Patrick J. - “Medieval Archivists as Authors: Social Memory and Archival Memory”. in BLOUIN JR., Francis X.; ROSENBERG, William G. (eds.) - *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory: Essays from the Sawyer Seminar*. EUA: The University of Michigan Press, 2007. p.106.

GEARY, Patrick J. - *O Mito das Nações. A invenção do Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 2008.

GODINHO, Paula – “Usos da Memória e Práticas do Património. Alguns trilhos e muitas perplexidades”. in GODINHO, Paula (coord.) - *Usos da Memória e Práticas do Património*. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

GOMES, Flávio dos Santos - *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: UNESP, 2005.

GOMES, Saul António - “Diocese de Leiria-Fátima”. *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. [Em linha]. Vol. III, (2001), p. 6. [Consult. 23 Jan. 2016] Disponível em <http://www.leiria-fatima.pt/attachments/article/361/HistoriaDioceseSaul.pdf>.

GÓMEZ VOZMEDIANO, Miguel F. – ““Experto en letras antiguas busca empleo”. El papel de los archiveros en la organización del patrimonio documental de la aristocracia española (1750-1850). Una aproximación a sus fuentes y posibilidades de estudio”. *Cuadernos de Historia Moderna*. [s.l.]. N.º 40, (2015), p.267-293.

GÓMEZ VOZMEDIANO, Miguel F. – “Archivos Nobiliarios españoles: pasado, presente y Futuro? Tipología Documental e investigación Modernista”. in ANDÚJAR CASTILLO, F.; DÍAZ LÓPEZ, J. P. (coord.) - *Los señoríos en la Andalucía Moderna. El Marquesado de los Vélez*, Instituto de Estudios Almerienses, 2007. p.139-210.

GOUVEIA, António Camões – “A linhagem ou o tempo da memória. D. Francisco Manuel de Melo e o nobre seiscentista”. *Ler História*. [s.l.]. N.º 18 (1990), p. 3-24.

GUILLÉN BERRENDERO, José Antonio - *Los Mecanismos Del Honor Y La Nobleza En Castilla Y Portugal, 1556-1621*. [Em linha]. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2009. [Consult. 16 Jun. 2015]. Disponível em <http://eprints.ucm.es/9469/1/T31078.pdf>.

GUILLÉN BERRENDERO, José Antonio - *Más allá de la razón de Estado: razón de sangre y razón de linaje en las noblezas europeas de la Edad Moderna*. Conferência na Universidade Nova de Lisboa, Conferências do CHAM, 2017.

HAMILTON, Carolyn (Introd.) - *Refiguring the Archive*. [Em linha]. Dordrecht: Springer, Netherlands, 2002. [Consult. 16 Jun. 2015]. Disponível em <http://link.springer.com/10.1007/978-94-010-0570-8>.

HEAD, Randolph C. – “Mirroring Governance: Archives, Inventories and Political Knowledge in Early Modern Switzerland and Europe”. *Archival Science*. [s.l.]. Springer Netherlands: Vol. 7, n.º 4 (2007), p.317–329.

HENRIQUES, Mendo de Castro – “D. João VI, monarca de uma transição política”. in CARDOSO, José Luís; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; SERRÃO, José Vicente – *Portugal, Brasil e a Europa Napoleónica*. Lisboa: ICS, 2010. p.141-166.

HESPANHA, António Manuel - *Como os juristas viam o mundo. 1550-1750: Direitos, estados, coisas, contratos, ações e crimes*. [s.l.]: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2015.

HESPANHA, António Manuel - *As Vésperas do Leviathan - Instituições e Poder Político em Portugal - Século XVII*. Coimbra: Almedina, 1994.

IGLESIAS BLANCO, Anastasio Santos – “La Casa de Amarante, Siglos XVI-XIX”. *Obradoiro de Historia Moderna*. Universidad de Santiago de Compostela. Servicio de Publicaciones e Intercambio Científico: n.º 18, XXX-XXX (2009), p.283-308.

JIMERSON, Randall C. – “Embracing the Power of Archives”. *The American Archivist*. North America. Society of American Archivists: Vol. 69, n.º 1 (2006), p.19-32.

KETELAAR, Eric – “Tacit narratives: The meanings of archives”. *Archival Science*. [s.l.]. Kluwer Academic Publishers: Vol. 1, n.º 2 (2001), p.137.

KETELAAR, Eric - “The genealogical gaze: Family identities and family archives in the fourteenth to seventeenth centuries”. *Libraries & the Cultural Record*. [s.l.]. University of Texas Press: Vol. 44, n.º 1 (2009), p.9-28.

KETELAAR, Eric - “Muniments and monuments: the dawn of archives as cultural patrimony”. *Archival Science*. [s.l.]. Springer Netherlands: Vol. 7, n.º 4 (2007), p.343-357.

LAFUENTE URIÉN, Aránzazu; GARCÍA ASER, Rosario – *Archivos Nobiliarios: cuadro de clasificación, Sección Noblezza del Archivo Histórico Nacional*. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2000.

LEBIGRE, Anna Maria Soares – “O Papel do Estrangeiro na Formação e Transformação da Área Central e Peri-Central do Rio De Janeiro”. *Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. [Em linha]. Nº 94 (61), (2001). [Consult. 8 Jan. 2015]. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-61.htm>.

LEMAY, Yvon; BOUCHER, Marie-Pierre - “L’émotion ou la face cachée de l’archive”. *Archives*. [s.l.]. Vol. 42, n.º 2 (2011 de 2010), p.39–52.

LEME, Margarida Maria de Carvalho Ortigão Ramos Paes - “D. Álvaro da Costa: o fiel servidor do rei, fundador da família”. in ROSA, Maria de Lurdes (org.) - *D. Álvaro da Costa e a sua descendência, séculos XV a XVII: poder, arte e devoção*. Lisboa: IEM-CHAM, Caminhos Romanos, 2013. p. 35-51.

LEME, Margarida Maria de Carvalho Ortigão Ramos Paes - *Inventários do Arquivo da Casa de Óbidos-Palma-Sabugal*. (Trabalho do 2º Semestre), Lisboa: FCSH-UNL, (2010-2011).

LINDSAY, Anne - “Archives and Justice: Willard Ireland’s Contribution to the Changing Legal Framework of Aboriginal Rights in Canada, 1963–1973”. *Archivaria*. [s.l.]. Vol. 71 (2011), p.35–62.

LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago C.P. dos Reis – “A Cultura escrita nos espaços privados”. in MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.) - *História da vida privada em Portugal. A idade Moderna*. [s.l.]: Círculo de Leitores, 2010 e Temas e Debates, 2011. p.362.

LISBOA, Breno de Almeida Vaz – “Engenhos, açúcares e negócios na capitania de Pernambuco (1655-1750)”. *Clio*, n.º 32 (1), 2014, p.196-214.

MACEDO, José Agostinho de – *Refutação dos princípios Methafysicos, e Moraes dos Pedreiros Livres Illuminados*. Lisboa: Impressão Régia, 1816.

MARQUES, A. H. de Oliveira – “D. João VI”. in *D. João VI e seu tempo*. Catálogo de exposição, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa, 1999.

MARQUES, Patrícia Cardoso - *O Arquivo Castro/Nova Goa: construção de catálogo. A aplicação do modelo sistémico*. [s.l.]: Universidade Nova de Lisboa - FCSH, 2014. Tese de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação.

MARTINS, António Coimbra - “Luzes”. in SERRÃO, Joel (dir.) - *Dicionário de Historia de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1981. Vol. IV, p.92.

MATOS, Artur Teodoro de (dir.) – *Documentos remetidos da Índia ou Livros das Monções (1625-1736)*. Lisboa: CHAM/FCSHUNL, 2001.

MATOS, Artur Teodoro de - *Os Donos Do Poder E A Economia De S.Tomé E Príncipe No Início De Seiscentos*. [Em linha]. Universidade Nova de Lisboa e Instituto de Investigação Científica Tropical. [Consult. 10 Mai. 2017]. Disponível em http://www.cidehusdigital.uevora.pt/mare_liberum/volume-6/os-donos-do-poder-e-a-economia-de-s-tome-e-principe-no-inicio-de-seiscentos/.

MELO, Maria Luísa de Albuquerque de - *450 datas para a História da diocese de Leiria*. [Em linha]. Leiria-Fátima: Órgão oficial da Diocese, 1995. [Consult. 30 Nov. 2016]. Disponível em http://www.leiria-fatima.pt/attachments/article/266/Leiria-Fatima_ed_08a.pdf.

MELLO, José de – “Pedras de Armas que ainda existem n’algumas casas de Lisboa e seus arredores”. *Revista Municipal*. (Separata). Lisboa. CML: (1945-1946).

MENEZES, Alberto Carlos de - *Pratica dos tombos, e medições, marcações dos bens da corôa, fazenda real, bens das ordens militares, ou commendas, morgados, capellas, bens de concelhos, corporações ecclesiasticas, confrarias, hospitaes, e de casas particulares*. Lisboa: Na impressão Regia, 1819.

MIGUÉS, Vítor Manuel - *Os Arquivos Privados e a Nobreza: un Apuntamento Historico-Archivístico. O Caso galego a través do fondo do Marquesado de "San Martín" de Ombreiro [ARG]*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, Dirección Geral do Patrimonio Cultural, 2002.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo - "Casa e linhagem: o vocabulário aristocrático em Portugal nos séculos XVII e XVIII". *Penélope: revista de história e ciências sociais*. [s.l.]. Cooperativa Penélope, Fazer e Desfazer a História: N.º 12 (1993), p.43-63.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo - "O "ethos" da aristocracia portuguesa sob a dinastia de Bragança: algumas notas sobre a Casa e o Serviço ao rei". *Revista de História das Ideias*. Coimbra. Revista de História das Ideias: Vol. 19, (1997), p.383-402.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *O crepúsculo dos grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: INCM - Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo – "O endividamento aristocrático (1750-1832): alguns aspectos". *Análise Social*. Lisboa. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa: Vol. XXVII (116-117), 1992 (2º-3º), p.263-283.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da - *Optima pars, elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

MONTERO TEJADA, Rosa Maria - *Nobleza y Sociedad en Castilla: El Linaje Manrique (siglos XIV-XVI)*. Madrid: Caja de Madrid, 1996.

MONTOJO MONTOJO, Vicente; RUIZ IBÁÑEZ, José Javier - “Los Portugueses y la Política Imperial: de Flandes, Londres y Francia al Sureste Peninsular, entre oportunidades y frustraciones”. in CARDIM, Pedro; COSTA, Leonor Freire; CUNHA, Mafalda Soares da - *Portugal na Monarquia Hispânica. Dinâmicas de integração e conflito*, s.l.: CHAM, CIDEHUS, CHES, RED COLUMNARIA, 2013. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/15733>

MOREIRA, Carla de Jesus Torres - *O Arquivo da Casa do Porto: o seu estudo e a sua representação - o modelo sistémico*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012. Dissertação de mestrado em Estudos em História e Património.

MORENO, Humberto Baquero; FREITAS, Isabel Vaz de - *A corte de Afonso V: o tempo e os Homens*. Gijón: Trea, 2006.

MORSEL, Joseph - “Du texte aux archives : le problème de la source”. *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre - BUCEMA*. [s.l.]. Hors-série n.º 2 (2008), p.1-26.

MORSEL, Joseph – “Histoire ou passé? L’archivage comme problème pour l’intelligence historique de la société médiévale”. *Archifam - Les archives de famille. Formes, histoires et sens d'une genèse (XIVe-XVIIe siècle)*. [Em linha]. 2013. [Consult. 2 Jan. 2017]. Disponível em https://www.casadevelazquez.org/fileadmin/fichiers/investigacion/Epoque_antique_medievale/2013-2014/Morsel_texteHistoire_ou_pass%C3%A9_4mars2013.pdf.

MORSEL, Joseph - “Le médiéviste, le lignage et l’effet de réel. La construction du Geschlecht par l’archive en Haute-Allemagne à partir de la fin du Moyen Âge”. *Revue de Synthèse*. [s.l.]. Vol. 125, (2004), p.83–100.

MORSEL, Joseph – “Les sources sont-elles «le pain de l’historien»?”. *Hyphotèses*. [s.l.]. Publications de la Sorbonne, (2004), 271 – 286.

NESMITH, Tom - “The concept of societal provenance and records of nineteenth-century Aboriginal–European relations in Western Canada: implications for archival theory and practice”. *Archival Science*. [s.l.]. Vol. 6, n.º 3–4 (2007), p.351–60.

NETO, Margarida Sobral – *Terra e Conflito. Região de Coimbra, 1700-1834*. Viseu: Palimage, 1997.

NOUGARET, Christine; ÉVEN, Pascal (dir.) – *Les Archives Privées: Manuel pratique et juridique*. Paris: DAF, 2008.

NÓVOA, Rita Luís Sampaio da – *O Arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos Arquivos de Família nobre nos séculos XV-XVI*. Paris; Lisboa: Université Paris I Panthéon-Sorbonne – École Doctorale d’Histoire; Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2016. Tese de doutoramento em História, especialidade em Arquivística Histórica.

NÓVOA, Rita Sampaio da – “Deux inventaires d’archives de famille (1498 et 1815)”, Workshop INVENT-ARQ (apresentação), 9 Fevereiro, 2015, Lisboa, p.1-5.

NUNES, António Pires - “A primeira Invasão Francesa”. in BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) – *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. 3, p.66.

OLIVAL, Fernanda - *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercês e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001.

OLIVAL, Fernanda - “As Ordens Militares Portuguesas sob os Áustrias: as mudanças e as continuidades”. in CARDIM, Pedro; COSTA, Leonor Freire; CUNHA, Mafalda Soares da - *Portugal na Monarquia Hispânica. Dinâmicas de integração e conflito*. Vas Jornadas Internacionais de Red Columnaria – História das Monarquias Ibéricas. Lisboa: CHAM, CIDEHUS, CHES, RED COLUMNARIA, (2013). Disponível em https://run.unl.pt/bitstream/10362/15733/1/E%26D%2018_Portugal%20na%20monarquia%20hispanica.pdf.

OLIVEIRA, Luiz da Silva Pereira - *Privilégios da nobreza e fidalguia de Portugal*. Lisboa: Oficina de João Rodrigues Neves, 1806.

PEIXOTO, Pedro Abreu - *Arquivos de Família e Pessoais. Seminário*. Vila Real: Associação Portuguesa de Bibliotecários, arquivistas e documentalistas, 1997.

PEREIRA, João Cordeiro – “A estrutura social e o seu devir”. in SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) - *Nova História de Portugal - Do Renascimento à crise dinástica*. Lisboa: Editorial Presença, 1998, Vol. V, p.277-336.

PESTANA, Manuel Inácio – *A Reforma Setecentista do Cartório da Casa de Bragança*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1985.

POMBO, Olga - “Da Classificação dos seres à classificação dos saberes”. *Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*. [Em linha]. Vol. 2, (1998), p.19-33. [Consult. 3 Mai. 2017]. Disponível em <http://cfc.ul.pt/textos/OP%20-%20Da%20Classificacao%20dos%20Seres%20a%20Classificacao%20dos%20Saberes.pdf>.

REY, Coraline – “Un classement archivistique au XVIIIe siècle: Cîteaux et les inventaires de Jean-Baptiste Lemort”. *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre - BUCEMA*. [Em linha]. Vol. 18, n.º 2 (2014), p.1-22. [Consult. 29 Mai. 2015]. Disponível em <http://cem.revues.org/1349>.

RIBEIRO, Fernanda - *The archival training in the post-custodial era, in accordance with a scientific-informational paradigm : the Portuguese model*. [Em linha]. [s.l. : s.n.], 2006. [Consult. 16 Jun. 2015]. Disponível em <http://hdl.handle.net/10216/14016>.

RIBEIRO, Fernanda – “Os arquivos na era pós-custodial : reflexões sobre a mudança que urge operar”. *Boletim Cultural - Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, 3.^a série, Issue 1, 2005, p.129-133. [Em linha]. (2001). [Consult. 16 Jun. 2015]. Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/14000>.

RODRIGUES, Abel - “O Gabinete do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1804-1808). Análise da produção informacional”. *Revista da Faculdade de Letras - Historia*. Porto: III série, Vol. 10 (2009), p.71–90.

RODRIGUES, Abel – “Sistema de Informação Família Araújo de Azevedo. Estudo Orgânico funcional aplicado ao cartório da Casa de Sá”. (Separata). *Casa Nobre, Um património para o Futuro*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2007, p.3-51.

RODRIGUES, Abel - “O Arquivo da família Melo (séc. XIV-XIX): do «arrançamento» iluminista à integração no Sistema de Informação Casa de Mateus”. in *Actas do 3º Congresso Internacional Casa Nobre – Um património para o futuro*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2013, p.478- 497.

RODRIGUES, José Damião – “A casa como modelo organizacional das nobrezas de São Miguel (Açores) no século XVIII”. *História: Questões & Debates*. [s.l.]. Vol. 36, n.º 1 (2002).

RODRIGUES, Miguel Jasmins - *Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime*. (Actas em suporte cd-Rom). Lisboa, 2011. Consulta dos resumos disponível em <http://www.iict.pt/pequenananobreza/index-en.htm>.

RODRÍGUEZ PÉREZ, Raimundo A. – “Endogamia y ascenso social de la nobleza castellana: los Chacón-Fajardo en los albores de la edad moderna”. *Historia Social*. [s.l.]. N.º 73 (2012), p.3-20.

ROMEIRO, Adriana - *Um visionário na corte de D. João V: revolta e milenarismo nas Minas Gerais*. Campinas SP: Editora UFMG, 2001.

ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (eds.) - *Rethinking the Archive in Pre-Modern Europe: Family Archives and their Inventories from the 15th to the 19th Century*. Lisboa: IEM-FCSH, 2015.

ROSA, Maria de Lurdes - *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Lisboa: IEM/CHAM/Caminhos Romanos, 2012.

ROSA, Maria de Lurdes - *As almas herdeiras: fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012.

ROSA, Maria de Lurdes - “Arquivos de Família - o que são, para que servem, como preservá-los e estudá-los. Tendências actuais da investigação histórica e dos estudos em patrimonialização”. *Actas do III Congresso Internacional da Casa Nobre – Um património para o futuro*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, 2011. p.315-316. Disponível em <https://sites.google.com/site/casanobrecongresso/actas-do-3o-congresso-internacional>.

ROSA, Maria de Lurdes – *O Morgadio em Portugal, séculos XIV-XV. Modelos e práticas de comportamento linhagístico*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

ROSA, Maria de Lurdes – “Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos Arquivos de Família portugueses (Épocas Medieval e Moderna)”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Coimbra. Centro de História da Sociedade e da Cultura: Vol. 9 (2009), p.9-42.

ROSA, Maria de Lurdes; HENRIQUES, Luís – “O Arquivo da Casa da Lapa (1804-1832) e os seus inventários: gestão dos bens e memória dos antepassados”. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Coimbra. Imprensa da Universidade de Coimbra: Vol. XXIX (2016), p.89-132.

ROSA, Maria de Lurdes; NÓVOA, Rita Sampaio da (coords.) – *Arquivos de Família: Memórias Habitadas. Guia para Salvaguarda e estudo de um património em risco*. Lisboa: IEM-FCSH-UNL, 2014. E-Book disponível em <http://run.unl.pt/bitstream/10362/13713/3/Arquivos%20de%20fam%C3%ADlia.pdf>

ROSENBERG, Victor - “The power of a family archive”. *Archival Science*. [s.l.]. Vol. 11, n.º 1 (2011), p.77–93.

SAEZ, Carlos (ed.) - *II Simposium archivos familiares. Valoración y tasación*. [s.l.]: Santander, Asociación para la defensa del patrimonio bibliográfico y documental de Cantabria, 2001.

SAMPAYO, Luís de Mello Vaz de – “Subsídios para uma biografia de Pedro Álvares Cabral”. (Separata). *Revista da Universidade de Coimbra*. Coimbra: (1971).

SANTANA, Francisco - “A Aula do Comércio: Uma escola burguesa em Lisboa”. *Ler História*. [s.l.]. N.º 4 (1985), p.19-30.

SEIXAS, Miguel Metelo de - “O uso da heráldica no interior da casa senhorial portuguesa de Antigo Regime: propostas de sistematização e entendimento”. in MENDONÇA, Isabel; CARITA, Helder; MALTA, Marise - *A casa senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro (séculos XVII, XVIII e XIX)*. *Anatomia dos Interiores*. Lisboa; Rio de Janeiro: IHA-UNL;EBA-UFRJ, 2014.

SERRÃO, José Vicente – “Foi o século XVIII uma época de crise ou de progresso para a agricultura portuguesa?”. in SILVA, Álvaro F.; LAINS, Pedro (eds.) - *História Económica de Portugal, 1700-2000*. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais: Vol. I, (2005), p.145-175.

SILVA, Armando B. Malheiro da - *A Informação. Da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Porto: Edições Afrontamento, CETAC, 2006.

SILVA, Armando B. Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda - *Das “Ciências” Documentais à Ciência da Informação. Ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

SILVA, Armando B. Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís - *Arquivística. Teoria e prática de uma ciência da Informação*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SILVA, Armando B. Malheiro da - “O Archivo dos Açores (1878-1892) de Ernesto do Canto: um modelo de erudição histórico-arquivística: análise e superação”, in *Ernesto do Canto – Retratos do homem e do tempo* (Actas do Colóquio), Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2003 p. 219-277. Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/28033>.

SILVA, Armando B. Malheiro da; GONÇALVES, Maria Fernanda - “Da memória ao acesso à informação na Casa de Mateus: as bases e objectivos de um projecto sistémico.”. *Revista de Letras*. Vila Real. Série II, n.º 6 (2007).

SILVA, Armando B. Malheiro da - “Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo”. *Revista da Faculdade de Letras*. [Em linha]. Porto, I série, Vol. III, (2004) p. 60; 68. [Consult. 15 Jun. 2015]. Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/8111>.

SILVA, Armando B. Malheiro da – “Arquivos de Família e Pessoais: Bases Teórico-Metodológicas para uma abordagem científica”. *Actas do Seminário Arquivos de Família e Pessoais*. Vila Real: Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas, (1997), p.51–106.

SILVA, Armando B. Malheiro da; ALCOCHETE, Nuno Daupias (coord.) - *Casa de Mateus: Catálogo do Arquivo*. Vila Real: Fundação da Casa de Mateus, 2005.

SILVA, Sandra Siqueira da – “Patrimonialização e desenvolvimento”. *Anais do I Circuito de debates Académicos - IPEA, Code*. [Em linha]. (2011). [Consult. 03 Abr. 2017]. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area1/area1-artigo5.pdf>.

SOBRAL, José Manuel – “Da Casa à Nação: Passado, Memória, Identidade”, *Etnográfica*. [s.l.]. Vol. III (1), (1999), p.71-86.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e - *Os Pimentéis. Percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XV)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - *Pedro de Figueiredo (1657-1722) – Uma biografia*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família, Universidade Moderna, 1999.

SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – “Estudo de um arquivo familiar. Problemas e métodos de Investigação”. *Actas do III Congresso Casa Nobre*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, (2011), p.342-353.

SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e – *Da Linhagem à Casa: estratégias de mobilidade social num grupo familiar no Portugal moderno (séculos XVI-XVII)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2007. Tese de Mestrado.

SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e - “Panorama reciente sobre Archivos familiares en Portugal. Posesión de privados e integración en instituciones publicas”. in LETÓN RUIZ, Raquel; MARTINEZ OLMO, Pilar - *Extraordinarios y fuera de serie: Formación, Conservación y Gestión de Archivos personales, Archivo y Memoria, Actas de las 5ªs Jornadas*. Madrid: 2011, p.417-432.

STOCK, Brian – *The implications of literacy*. Princeton: Princeton University Press, 1987.

TASCINI, Irma Paola (org.) - *Il futuro della memoria: Atti del convegno internazionale di studi sugli archivi di famiglie e di persone*. Capri: Ministero per i beni culturali e ambientali - Ufficio centrale per i beni Archivistici, 1997.

THOMASSEN, Theo - “A First Introduction to Archival Science”. *Archival Science*. [s.l.]. Vol. 1, n.º 4 (2001), p.373–385.

TO FIGUERAS, L. – “Archivos patrimoniales catalanes del siglo XIV”. *Archivos de familia. Grupos sociales, dominación y construcción de la memoria (siglos XII-XVI)*. Vitoria-Gastéiz: Grupo Consolidado de Investigación del Gobierno Vasco Sociedad, poder y cultura IT-600-13 (Universidad del País Vasco-Euskal Herriko Unibersitatea), École des hautes études hispaniques et ibériques (Casa de Velázquez); (2014).

TRONI, Joana Leandro Pinheiro de Almeida - *D. Catarina de Bragança (1638-1705): Dinastia, Poder e Piedade*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de História, 2005. Tese de Mestrado em História Moderna.

TRONI, Joana Leandro Pinheiro de Almeida - *A Casa Real Portuguesa Ao Tempo De D. Pedro II (1668-1706)*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2012. Tese de Doutoramento.

VASCONCELOS, Francisco de – *A Nobreza do século XIX em Portugal*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família, Universidade Moderna do Porto [s.d.].

VENTURA, Maria Isabel - *O Arquivo Paço de Calheiros: uma abordagem sistémica*. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2011. Tese de Mestrado em Ciência da Informação.

VIDAL, Frederico Gavazzo Perry – *A descendência d’El-rei Dom João VI*. Lisboa: Edições Inapa, 1996.

VON KAENEL, Viviane - *Histoire patrimoniale et mémoire familiale: l’inventaire des archives de la famille Bouvier (1445)*. Cahiers Lausannois d’Histoire Médiévale. Lausanne: Université de Lausanne, Faculté des lettres, Section d’histoire, Lausanne, 2003, p.129-210.

XAVIER, Ângela Barreto – “A Organização Religiosa do primeiro Estado da Índia”. *Anais de História de Além-mar*. [s.l.]. CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. N.º V (2004), p.40- 41.

WAGNER, Mafalda de Noronha – *A Casa de Vila Real e a Conspiração de 1641 contra D. João IV*. Lisboa: Edições Colibri, 2003.

WILCKEN, Patrick - *Império à Deriva - A Corte Portuguesa no Rio de Janeiro 1808-1821*. Lisboa: Civilização Editora, 2005.

ZOZAYA-MONTES Leonor - "Aspectos Materiales Y Simbólicos De Archivos, Escribanías Y Documentos". in MURIEL HERNÁNDEZ, Santiago (coord.) - *Cultura material en las tierras de Madrid en la Edad Media*. Madrid. A.C. Almudayna, 2014, p.279-300.

ANEXOS

Índice de Anexos

Nº	Título de Anexo	Página
1.	Tabela Analítica de documentação [em CD-rom].	
2.	Quadros Tipologias/ Grupos temáticos de documentação.....	323
3.	Quadro de Classificação.....	330
4.	Genealogia dos Figueiredos.....	332
5.	Árvores Genealógicas.....	339
6.	Organigrama.....	348
7.	Quadros informativos e comparativos de documentação.....	356
8.	Quadro propriedades da Casa de Belmonte	363
9.	Datas de produção documental	375
10.	Tendências gerais de produção documental.....	378
11.	<i>Tombo de 1722</i>	381
12.	<i>Tombo de 1807</i> (vol. I)	451
13.	<i>Tombo de 1807</i> (vol. II)	499
14.	“Apontamentos e advertencias do que he necessario ao Senhor Rodrigo Antonio de Figueyredo fazer e por corrente sobre os particulares de sua caza e fazendas.”.....	617
15.	“Memoria das fazendas que pessuya o Sr. Pedro de Figueiredo que Deos tem, e de que se achava de posse athé seu falecimento assim Livres como de Morgado qualidade dellas penssoens que pagão e Titollos , e papéis que se acharão a ellas pertencentes.”.....	632

ANEXO N° 2

Quadros Tipologias/ Grupos temáticos de documentação.

Os quadros de documentação presentes no seguinte apêndice dizem respeito ao conjunto de descrições documentais relativas a cada um dos produtores que definimos na nossa análise da linhagem dos Figueiredos. Analisámos conjuntos de descrições documentais e não conjuntos de documentos simples ou compostos. Devemos realçar que se trata de descrições documentais e, portanto, que os resultados obtidos são indicativos, devem ser analisados como tendências gerais e não como resultados absolutos.

A base de recolha destas descrições foi exclusivamente a Tabela Analítica da Documentação a qual poderá ser sempre consultada para confirmação dos dados inseridos.

Foram contabilizadas as descrições documentais respeitantes ao tempo de produção total de cada casal produtor, o qual foi elencado por geração. A introdução dos dados em cada quadro incluiu as descrições produzidas dentro da cronologia indicada para cada pessoa - na maioria de cada primogénito varão -, mesmo no caso de viuvez e de segundo casamento. Isto significa que foram contabilizadas em cada quadro, todas as descrições de documentação produzida, dentro do tempo de vida de cada indivíduo e do casal.

Na coluna da esquerda somaram-se os resultados por tipologias.

Contabilizaram-se as descrições totais para os primeiros cinco produtores, cuja produção seja superior a cinco descrições (Henrique de Figueiredo; Rui de Figueiredo; Jorge de Figueiredo Correia; Rui de Figueiredo Correia; Jorge de Figueiredo). A partir do produtor Rui de Figueiredo de Alarcão (1612-1679), devido à multiplicação de tipologias, inseriram-se apenas os dados resultantes da produção de grupos de documentos acima das 4 descrições. Esta opção prendeu-se com razões de ordem prática, permitindo uma melhor inteligibilidade da produção mais frequentemente utilizada e não estendendo demasiado cada um dos quadros.

Na coluna da direita introduzimos as descrições que se enquadram em temas/assuntos: por morgados, por localização geográfica, por nome de propriedade. Inserimos ainda temas como: a relação com a Coroa/Instituições da Coroa, conflitos familiares, heranças /testamentos, casamento; Documentos de dívidas e empréstimos; ajustes de contas; Capelas, etc.. Foram acrescentados grupos temáticos à medida que estes se revelavam importantes e relevantes na produção documental.

Quadro nº1

Documentação produzida por Henrique de Figueiredo						
Segundo tipologias *				Segundo Temas/assuntos*		
Tipologia	Nº descrições	%		Local/Instituição/tema	Nº descrições.	%
Mercês	7	44%		Lisboa	5	33%
Aforamentos	5	32%		Santarém	5	33%
Doação	1	6%		Coroa	3	20%
Notificação	1	6%		Alpiarça	1	7%
Confirmação	1	6%		Lezíria da Praia	1	7%
Provisão	1	6%				

*Base: TAD. Tipologias: contabilizado o nº total de descrições. Grupos temáticos: contabilizado o nº total de descrições

Quadro nº2

Documentação produzida por Rui de Figueiredo; Maria Correia						
Segundo tipologias *				Segundo Temas/assuntos*		
Tipologia	Nº descrições	%		Local/Instituição/tema	Nº descrições.	%
Provisões	7	46%		Coroa	12	80%
Mercês	4	27%		Ota	2	13%
Alvará	1	7%		Lobagueira	1	7%
Certidão	1	7%				
Compra/venda	1	7%				
Instituição	1	6%				

*Base: TAD. Tipologias: contabilizado o nº total de descrições. Grupos temáticos: contabilizado o nº total de descrições

Quadro nº3

Documentação produzida por Jorge de Figueiredo Correia; Catarina de Alarcão						
Segundo tipologias *				Segundo Temas/assuntos*		
Tipologia	Nº descrições	%		Local/Instituição/tema	Nº descrições.	%
Compra/venda	4	37%		Ota	6	46%
Mercês	3	27%		Coroa	2	15%
Sentenças	1	9%		Ilhéus	2	15%
Alvará	1	9%		Maninhos da Covilhã	1	8%
Aforamento	1	9%		Morgado do Castelo	1	8%
Doação/posse	1	9%		Herança	1	8%
Testamento	1	9%				

*Base: TAD. Tipologias: contabilizado o nº total de descrições. Grupos temáticos: contabilizado o nº total de descrições.

Quadro nº4

Documentação produzida por Rui de Figueiredo Correia; Catarina de Castro					
Segundo tipologias *			Segundo Temas/assuntos*		
Tipologia	Nº descrições	%	Local/Instituição/tema	Nº descrições.	%
Compra/venda	4	17%	Ota	11	48%
Aforamentos	2	9%	Coroa	8	35%
Apostilha	2	9%	Lobagueira	2	9%
Certidão	2	9%	Castelo	1	4%
Verba redução de padrão	2	9%	Outro	1	4%
Alvarás	1	4%			
Correspondência	1	4%			
Inquirição	1	4%			
Nomeação	1	4%			
Padrão de tença	1	4%			
Permuta	1	4%			
Provisão	1	4%			
Reclamação	1	4%			
Renovação de foro	1	4%			
Treslado	1	4%			
Verba	1	4%			

*Base: TAD. Tipologias: contabilizado o nº total de descrições. Grupos temáticos: contabilizado o nº total de descrições

Quadro nº5

Documentação produzida por Jorge de Figueiredo; Maria Brandão; Madalena Oliveira					
Segundo tipologias *			Segundo Temas/assuntos*		
Tipologia	Nº descrições	%	Local/Instituição/tema	Nº descrições.	%
Sentenças	8	19%	Coroa	10	24%
Alvarás	5	12%	Ota	10	22%
Verbas	3	7%	Lobagueira	7	16%
Compra/venda	2	5%	Maninhos da Covilhã	6	13%
Justificações	2	5%	Ordens	5	11%
Mercês	2	5%	Castelo	3	7%
Tombos	2	5%	Herança	2	5%
Petições	1	2%	Dívida	1	2%
Acção	1	2%			
Aforamentos	1	2%			
Apostilhas	1	2%			
Certidões	1	2%			
Correspondência	1	2%			
Inquirições	1	2%			
Inquirições	1	2%			
Livros de recibos	1	2%			
Mandados	1	2%			
Medição de propriedade	1	2%			
Ordem/precatórios	1	2%			
Posses	1	2%			
Provisões	1	2%			
Quitações	1	2%			
Reconhecimentos	1	2%			
Representações	1	2%			
Testamentos	1	2%			

*Base: TAD. Tipologias: contabilizado o nº total de descrições. Grupos temáticos: contabilizado o nº total de descrições.

Quadro nº6

Documentação produzida por Rui de Figueiredo de Alarcão; M ^a Teresa Noronha; Margarida de Meneses					
Segundo tipologias *			Segundo Temas/assuntos*		
Tipologia	Nº descrições	%	Local/Instituição/tema	Nº descrições.	%
Alvarás	18	14%	Coroa	44	26%
Sentenças	12	9%	Ordens Militares	35	21%
Certidões	11	8%	Lobagueira	14	8%
Aforamentos	9	7%	Herança Jerónima Lobo	13	8%
Compra/Venda	9	7%	Lezíria da Praia	12	7%
Doc. Contab.	7	5%	Ota	11	6%
Quitações	7	5%	Maninhos da Covilhã	6	4%
Apostilhas	6	5%	Ajustes de contas	6	4%
Correspond ^a .	6	5%	Maços de papeis	5	3%
Papéis	6	5%	Dívidas	5	3%
Mercês	5	4%	Lavre	4	2%
Portarias	5	4%	Casamento	4	2%
Provisões	5	4%	Heranças/testamentos	4	2%
Requerimentos	5	4%	Negócios	4	2%
Testamentos	5	4%	Conflitos familiares	4	2%
Cartas de Comendas	4	3%			
Memórias	4	3%			
Petições	4	3%			
Tombos	4	3%			

*Base: TAD. Tipologias: foram considerados apenas os grupos de descrições com mais de 4 descrições (inclusive). Grupos temáticos: foram considerados apenas os grupos com mais de 4 descrições (inclusive).

Quadro nº7

Documentação produzida por Pedro de Figueiredo de Alarcão; Francisca Inês de Lencastre					
Segundo tipologias*			Segundo Temas/assuntos*		
Tipologia	Nº descr.	%	Local/Instituição/tema	Nº descr.	%
Certidões	47	15%	Ordens/comendas	108	28%
Correspondência	45	14%	Morgado da Lobagueira	38	10%
Petições	31	10%	Coroa	37	10%
Doc. Contabilísticos	26	8%	Ota	29	8%
Sentenças	22	7%	Morgado do Castelo	21	6%
Arrendamentos	14	4%	Herança de Jerónima Lobo	17	5%
Compra/venda	12	4%	Morgado do Campo Grande	16	4%
Memórias	12	4%	Maninhos da Covilhã	16	4%
Minutas	11	3%	Dívidas/empréstimos/quitações	12	3%
Recibos	11	3%	Morgado do Lavre /S. Julião	12	3%
Róis/Listas	9	3%	Henrique de Figueiredo	12	3%
Autos	8	3%	Lezíria da Praia	11	3%
Quitações	7	2%	Conflitos familiares	10	2%
Livros de recibos	6	2%	Mouchão do Esfolá Vacas	9	2%
Citações	6	2%	Controle de contas	7	2%
Provisões	6	2%	Morgado das Terças	6	2%

Propostas/acordos	6	2%		Capelas	4	1%
Requerimentos	6	2%		Conflitos familiares	4	1%
Alvarás	5	2%		Outros	8	2%
Representações	5	2%				
Informações	5	2%				
Apostilhas	4	1%				
Dívidas/Empréstimos	4	1%				
Aforamentos	4	1%				
Papéis	4	1%				

*Base: TAD. Tipologias: foram considerados apenas os grupos de descrições com mais de 4 descrições (inclusive). Grupos temáticos: foram considerados apenas os grupos com mais de 4 descrições (inclusive).

Quadro nº8

Documentação produzida por Henrique de Figueiredo de Alarcão					
Segundo tipologias *			Segundo Temas/assuntos*		
Tipologia	Nº descrições	%	Local/Instituição/tema	Nº descrições.	%
Petição	9	41%	Coroa	31	63%
Correspondência	7	32%	Act. Comercial	13	27%
Certidões	6	26%	Morgado das Terças	5	10%

*Base: TAD. Tipologias: foram considerados apenas os grupos de descrições com mais de 4 descrições (inclusive). Grupos temáticos: foram considerados apenas os grupos com mais de 4 descrições (inclusive).

Quadro nº9

Documentação produzida por Rodrigo António de Figueiredo; Joana Luísa Coutinho					
Segundo tipologias *			Segundo Temas/assuntos*		
Tipologia	Nº descr.	%	Local/Instituição/tema	Nº descr.	%
Certidões	37	17%	Ota	79	29%
Sentenças	34	15%	Ordens	33	12%
Compra/venda	18	8%	Herança Henrique Fº.	22	8%
Arrendamentos	14	6%	Morgado do Castelo	19	7%
Liv.recibos /recibos	14	6%	Morgado da Lobagueira	14	5%
Doc. Contab.	13	6%	Coroa	14	5%
Emprazamentos	13	6%	Empréstimos/dívidas	13	5%
Posse	13	6%	Herança de Jerónima Lobo	12	4%
Autos cíveis	10	4%	Conflitos	12	4%
Aforamentos	8	4%	Heranças	10	4%
Mercês	8	4%	Maninhos da Covilhã	9	3%
Avaliações	6	3%	Controle de contas	9	3%
Correspondência	6	3%	Morgado do Lavre	6	2%
Treslados	6	2%	Morgado das Terças	5	2%
Padrões	5	2%	Campo Grande	5	2%
Provisões	5	2%	Carregueira	4	2%
Quitações	5	2%	Outros	7	3%
Verbas	5	2%			

*Base: TAD. Tipologias: foram considerados apenas os grupos de descrições com mais de 4 descrições (inclusive). Grupos temáticos: foram considerados apenas os grupos com mais de 4 descrições (inclusive).

Quadro nº10

Documentação produzida por Madalena Luísa de Lencastre e Vasco da Câmara					
Segundo tipologias *			Segundo Temas/assuntos*		
Tipologia	Nº descrições.	%	Local/Instituição/tema	Nº descrições.	%
Certidões	21	29%	Coroa	23	24%
Doc. Contab.	11	15%	Ota	17	18%
Alvarás	9	12%	Morgado de Belmonte	16	17%
Sentenças	6	8%	Alcaidaria mor da Sertã e Pedrógão	10	11%
Arrendamentos	5	7%	Dívidas/empréstimos	6	7%
Patentes	5	7%	Herança de Jerónima Lobo	6	6%
Compra e venda	4	6%	Heranças	5	5%
Emprazamentos	4	6%	Morgado do Seixal	4	4%
Reconhecimentos de prazo	4	5%	Outros	8	9%
Treslados	4	5%			

*Base: TAD. Tipologias: foram considerados apenas os grupos de descrições com mais de 4 descrições (inclusive). Grupos temáticos: foram considerados apenas os grupos com mais de 4 descrições (inclusive).

Quadro nº11

Documentação produzida por Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral; Mariana de Meneses					
Segundo tipologias *			Segundo Temas/assuntos*		
Tipologia	Nº descrições	%	Local/Instituição/tema	Nº descrições.	%
Emprazamento	33	19%	Ordens	41	19%
Doc. Contab.	29	16%	Morgado de Belmonte	38	17%
Certidão	23	13%	Coroa	31	14%
Alvarás	16	9%	Morgado da Lobagueira	27	12%
Compra/venda	12	7%	Ota	13	6%
Avisos	10	6%	Morgado do Seixal	13	6%
Subenfiteuse	10	6%	Terras de Salvaterra	12	5%
Aforamentos	8	4%	Controle Contas	11	5%
Provisões	7	4%	Heranças	10	5%
Sentenças	7	4%	Maninhos da Covilhã	8	4%
Arrendamentos	5	3%	Alcaidaria mor da Sertã	6	3%
Posses	5	3%	Morgado do Castelo	4	2%
Mercês	4	2%	Lezíria	4	2%
Cartas comendas	4	2%			
Padrões de tença	4	2%			

*Base: TAD. Tipologias: foram considerados apenas os grupos de descrições com mais de 4 descrições (inclusive). Grupos temáticos: foram considerados apenas os grupos com mais de 4 descrições (inclusive).

Quadro nº12

Documentação produzida por Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara; Jerónima Margarida de Noronha						
Segundo tipologias *				Segundo Temas/assuntos*		
Tipologia	Nº descrições	%		Local/Instituição/tema	Nº descrições.	%
Doc. contabilísticos	116	27%		Ota	129	25%
Recibos	46	11%		Coroa	61	12%
Arrendamentos	37	9%		Morgado de Belmonte	47	9%
Certidões	34	8%		Morgado da Lobagueira	46	9%
Avisos	20	5%		Ordens	32	6%
Compra/venda	20	5%		Controle contas/despesas	31	6%
Mercês	18	4%		Brasil/Guerra peninsular	19	4%
Apostilhas	17	4%		Heranças	18	3%
Reconhecimentos foreiros	17	4%		Morgado do Seixal	16	3%
Sentenças	16	4%		Morgado do Campo grande	12	2%
Inventários de Bens	13	3%		Alcaidaria mor da Sertã e Pedrógão	12	2%
Procurações	10	2%		Capelas	11	2%
Aforamentos	9	2%		Morgado do Castelo	11	2%
Alvarás	7	2%		Herança de Jerónima Lobo	10	2%
Correspondência	7	2%		Lezíria da Praia	8	2%
Treslados	7	2%		Palácio da Boa Hora	6	1%
Autos	6	1%		Dívidas	6	1%
Emprazamentos	6	1%		Ofício Porteiro Mor	6	1%
Renovação de emprazamentos	5	1%		Torres Vedras	5	1%
Inventários de documentos	4	1%		Capela da Barreteira	4	1%
Listas Bens p/ Brasil	4	1%		Quinta de Benfica	4	1%
Livros de recibos	4	1%		Casamento	4	1%
Patentes	4	1%		Salvaterra	4	1%
				Outros	15	3%

*Base: TAD. Tipologias: foram considerados apenas os grupos de descrições com mais de 4 descrições (inclusive). Grupos temáticos: foram considerados apenas os grupos com mais de 4 descrições (inclusive).

ANEXO N° 3

Quadro de Classificação

SC 01 – FIGUEIREDO (SÉCULO XVI)

SSC 01-01 – Rui de Figueiredo

SC 02 – FIGUEIREDO CORREIA (I) (SÉCULO XVI)

SSC 02-01 – Jorge de Figueiredo Correia; Catarina de Alarcão

SSC 02-02 – Jorge de Figueiredo Correia

Subsistema 01 - Correia

SC 03 – FIGUEIREDO CORREIA (II) (SÉCULOS XVI-XVII)

SSC 03-01 – Rui de Figueiredo Correia; Catarina de Castro

SSC 03-02 – Rui de Figueiredo Correia

SC 04 – CASTRO DE FIGUEIREDO (SÉCULO XVII)

SSC 04-01 – Jorge de Figueiredo; Maria Brandão de Sousa

SSC 04-02 – Jorge de Figueiredo; Madalena de Oliveira

SSC 04-03 – Jorge de Figueiredo

SSC 04-04 – Rui de Sousa de Alarcão

SSC 04-05 – Maria Henriques

SC 05 – FIGUEIREDO DE ALARCÃO (SÉCULO XVII)

SSC 05-01 – Rui de Figueiredo de Alarcão; Teresa de Noronha

Subsistema 01- Soares Lasso

SSC 05-02 – Rui de Figueiredo de Alarcão; Margarida de Meneses

Subsistema 02 -Vilhena Coelho de Carvalho

Subsistema 03 - Lobo de Brito

Subsistema 04 - Coutinho Vaz de S. Paio

SSC 05-03 – Rui de Figueiredo de Alarcão

SSC 05-04 – Luís Gomes de Figueiredo

SSC 05-05 – Henrique de Figueiredo (de Sousa)

SSC 05-06 – Não identificados

SC 06 – MENESES FIGUEIREDO DE ALARCÃO (SÉCULOS XVII-XVIII)

SSC 06-01 – Jorge de Figueiredo (II)

Subsistema 01 - Lima Fernandes d'Elvas

SSC 06-02 – Pedro de Figueiredo de Alarcão; Francisca Inês de Lencastre

SSC 06-03 – Pedro de Figueiredo de Alarcão

SSC 06-04 – Henrique de Figueiredo de Alarcão

Subsistema 02 - Lima Figueiredo Coutinho

SSC 06-05 – João de Meneses

SC 07 – LENCASTRE DE FIGUEIREDO (SÉCULO XVIII)

SSC 07-01 – Rodrigo António de Figueiredo; Luísa Joana Coutinho

SSC 07-02 – Rodrigo António de Figueiredo

SSC 07-03 – Madalena Luísa de Lencastre; Vasco da Câmara

Subsistema 01 – Meneses (I)

Subsistema 02 – Álvares Cabral

SSC 07-04 - Madalena Luísa de Lencastre

SSC 07-05 – Vasco da Câmara

SC 08 – CÂMARA DE FIGUEIREDO CABRAL (SÉCULO XVIII)

SSC 08-01 – Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral; Mariana de Meneses

Subsistema 01 – Meneses (II)

SSC 08-02 – Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral

SSC 08-03 – Mariana de Meneses

SSC 08-04 – Leonor da Câmara

SC 09 - FIGUEIREDO CABRAL DA CÂMARA (SÉCULO XVIII-XIX)

SSC 09-01 – Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara; Jerónima Margarida de Noronha.

Subsistema 01 – S. Miguel

SSC 09-02 – Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara

SSC 09-03 – José Maria Francisco de Paula de Figueiredo Cabral da Câmara

ANEXO N° 4

Genealogia dos Figueiredos¹²⁰¹

1. Soeiro Martins de Figueiredo descende de Guesto Anzur, o primeiro Figueiredo e era neto de Martim Gomes de Anzur, viveu c. de 1260 (FG) e foi vassalo de D. Afonso II e III.

casou com Urraca Amável Cardoso

❖ E teve:

2. Vasco Esteves de Figueiredo, viveu no tempo de D. Dinis foi senhor da Torre de Figueiredo das Donas e seu julgado.

casou com Urraca Peres de Matos e teve

❖ E teve:

3. § Rui Vasques de Figueiredo que segue

4. Gil Vasques de Figueiredo

5. Lourenço Vasques de Figueiredo

6. Afonso Vasques de Figueiredo

7. Gracia Vasques de Figueiredo

3. § Rui Vasques de Figueiredo sucedeu no senhorio da Torre e julgado de Figueiredo, foi vassalo de Afonso IV casou com Toda Fernandes

❖ E teve:

8. § Fernão Rodrigues de Figueiredo, legitimado; foi senhor da Torre e do julgado de Figueiredo casou com Leonor Roiz de Figueiredo

❖ E teve:

9. § Gonçalo Garcia (ou Faria) de Figueiredo. Alcaide mor do castelo da Feira por mercê de D. Pedro I, de quem foi vassalo. Aio do Infante D. João, foi senhor de Celorico, Maceira e Castelo de Gaia, por mercê de D. Fernando em 1377, foi senhor do julgado do Vouga por mercê do mesmo rei de 3 de Março de 1367. Foi fidalgo principal, natural da Beira e valido de D. Pedro I.

casou com Constança Roiz Pereira

❖ E teve:

10. § Aires Gonçalves que segue

11. Gomes ou Gonçalo de Figueiredo

12. Diogo Afonso de Figueiredo

13. Isabel, casou com Lopo Mendes de Vasconcelos

14. Martim Lourenço de Figueiredo

15. Senhorinha Roiz de Figueiredo

Do segundo casamento (?):

16. Gonçalo Garcia de Figueiredo

17. Henrique de Figueiredo

18. Isabel de Figueiredo

10. § Aires Gonçalves de Figueiredo: vassalo de D. João I esteve com ele nos primeiros tempos de governo, mas “teve alguns desgostos” pelo que foram confiscados os bens e vilas da coroa. Depois de ter feito as pazes recebeu as terras de Maia, Castelo de Gaia e

¹²⁰¹ Abstemo-nos de introduzir as referências bibliográficas uma vez que esta genealogia é baseada nas obras de Felgueiras Gaio, Manso de Lima, Frederico Perry Vidal e Daniel Willis, cujas obras são citadas na Bibliografia desta tese.

Ponte de Almiara, Figueiró Pedrógão do Prado e Maceira. Esteve na tomada de Ceuta contando 90 anos.

casou com Leonor Pereira, filha de João Roiz Pereira

❖ E teve:

19. Gonçalo de Figueiredo

20. §João Lourenço de Figueiredo que segue

21. Gil ou Esteves Vasques de Figueiredo

21. Genebra

23. Uruana

20 § João Lourenço de Figueiredo (n. c.1410) Filho de Aires Gonçalves de Figueiredo Alcaide mor da Covilhã e teve mais mercês de D. Afonso V nomeado nelas com o nome de Figueiredo. Casa com sua prima co-irmã Senhorinha [ou Teresa] de Figueiredo, filha de Gonçalo de Figueiredo

❖ E teve:

24. Fernando de Figueiredo que se achou nas cortes de Lisboa de 1476 em que D. João fez jurar o príncipe D. Afonso. s.g.

25.§ Henrique de Figueiredo que segue

26. Gomes de Figueiredo

25. § Henrique de Figueiredo filho desta Teresa Gonçalves de Figueiredo foi Escrivão da Fazenda dos Reis D. Afonso V e de D. João II e seu moço de Guarda Roupas e cavaleiro de sua casa. Esteve presente nas cortes de 1498. Casou com Teresa Gonçalves filha de João Alvares a quem chamavam “o rico de Santarém”_por repartir a sua fazenda por duas filhas que tinha

❖ E teve:

27. § Rui de Figueiredo que segue

28. Ayres Gonçalves de Figueiredo foi Maltez e comendador da mesma ordem. Aparece em 1º lugar em Felgueiras Gaio

29. João Lourenço de Figueiredo pajem do Livro d’El-Rei s.g.

30. Diogo de Figueiredo “...que teve 6400 libras de tença por mercê d’El-Rei casou com Afonso V. Foi notário geral do Reino, como se vê da justificação que fez Gomes Borges, ofício que também teve o Secretário Diogo de Figueiredo, s.g.

31. Afonso de Figueiredo casou com casou com Paula de Sousa filha do doutor Álvaro Fernandes, Chanceler-mor de que foi quite por sentença por incapacidade, e ela depois foi mulher de Braz Henriques s.g.

32. Margarida de Figueiredo mulher de Simão da Cunha [irmão de Tristão da Cunha] filho de Nuno da Cunha camareiro mor do Infante D. Fernando, morre pelejando os mouros e tem uma filha Guiomar da Cunha que casou com Henrique de Meneses filho bastardo de Fernando de Meneses o Roxo.

33. casou com Leonor de Figueiredo mulher de Afonso de Bobadilha comendador de Orta Lagoa.

34. Isabel de Figueiredo mulher de Ruy Gil Magro

35. Filipa de Figueiredo mulher de Francisco de Távora nº 43 §16 em título de Távoras.
s.g. E depois foi 2ª mulher de Simão de Faria

36. D..... Freira

37. D..... Freira

27. § Rui de Figueiredo filho primeiro de Henrique de Figueiredo foi escrivão da fazenda Comprou a Quinta d'Ota em 1499. Instituiu o morgado da Lobagueira e Ribeira de Palhais em 23 de Abril de 1517.

Casou a primeira vez com Maria Jácome filha de Pedro Jácome que criou o Príncipe D. Afonso filho de D. João II.

❖ E teve:

38. Francisco de Figueiredo

❖ E teve de Maria Correia, filha Bastarda de Brás Afonso Correia:

39. § Jorge de Figueiredo Correia que segue

40. Henrique de Figueiredo s.g.

41. Duarte de Figueiredo que casou com Maria Loba

❖ E teve:

42. Filipa Coutinho casou com Justino de Santa Maria Criado da Infanta Isabel

▪ e teve:

43. Mariana Coutinho mulher de Francisco Vaz de S. Paio.

44. Isabel Coutinho casou com Bernardino Esteves de Alte.

45. Isabel Coutinho mulher de seu sobrinho Pedro Jácome de Figueiredo e depois de Simão de Faria. Foi separada do primeiro marido “por não haverem sido dispensados”. Instituiu o morgado do Seixal com capela de N. S. da Assunção no Convento de Xabregas em 21 de Abril de 1587 deixando por herdeira Filipa de Figueiredo sua sobrinha (nº 43), filha de seu irmão Duarte de Figueiredo.

38. Francisco de Figueiredo, filho deste Ruy de Figueiredo Casou com Leonor Teixeira filha de João Fernandes, Contador da Casa da Índia.

❖ E teve:

46. Pedro Jácome de Figueiredo que segue.

47. Maria Jácome mulher de João de Ulhoa Castelhana,

48. Pedro Jácome de Figueiredo filho deste Francisco de Figueiredo c.c sua tia Isabel Coutinho

39. § Jorge de Figueiredo Correia

Foi legitimado por el-rei D. Manoel no ano de 1521 que lhe fez mercê do ofício de Escrivão da fazenda por carta dada em Almeirim a 24 de Maio de 1524.

Casou com Catarina de Alarcão dama colaça da Rainha D. Catarina que veio com ela de Castela, filha de André de Alarcão que havia criado a mesma Rainha.

❖ E teve

49. § Ruy de Figueiredo Correia que segue

50. Manuel de Figueiredo s.g.

51. Jerónimo de Figueiredo e Alarcão pajem da rainha D. Catarina e senhor da capitania dos Ilhéus da Baía a qual vendeu a Lucas Giraldes no ano de 1541. s.g.

52. Maria de Alarcão dama da Infanta D. Isabel e mulher de Pedro Jusarte comendador de Tomar, s.g.

49. § Ruy de Figueiredo Correia - filho de Jorge de Figueiredo foi escrivão da Fazenda de D. João III e D. Sebastião e “largou este ofício por lhe darem em satisfação” a promessa da donataria dos maninhos da Covilhã para seu filho. Morreu na batalha de Alcácer Quibir.

Casou com Catarina de Castro, dama da Infanta D. Isabel e filha de Manoel de Sousa Ribeiro alcaide-mor de Pombal e de Filipa de Castro

❖ E teve

54. § Jorge de Figueiredo, que segue

55. Rui de Sousa de Alarcão que passou à Índia onde serviu no ano de 1595. “Foi capitão de um navio da armada de casou com Rafael de Noronha a visitar as fortalezas do Norte e doutro da armada de Luiz da Silva que foi ao Norte. Voltou ao Reino onde Filipe II o fez governador da Ilha de S. Tomé e lá faleceu solteiro e s.g.”

57. Maria Henriques mulher de Gaspar de Sousa Lobo

58. Isabel de Castro freira em Santa Clara de Coimbra.

54. § Jorge de Figueiredo filho de Rui de Figueiredo Correia, viveu em Ota e teve o hábito de Santiago. Casou com casou com Maria Brandão de Sousa filha do Desembargador e Juiz da Fazenda Rui Brandão e de Antónia de Sousa filha bastarda de João Roiz de Sousa, Deão da Sé de Coimbra.

❖ E teve

59. § Rui de Figueiredo de Alarcão que segue

60. Henrique de Figueiredo que mataram no choque em Arronches sendo capitão de Cavalos, s.g.

61. António de Figueiredo que os holandeses mataram no Estreito sendo cabo de 2 navios de guerra, s.g.

62. Luís Gomes de Figueiredo foi um dos fidalgos da Aclamação de D. João IV que o fez governador de Bragança. Foi morto pelos Castelhanos sendo comissário geral de cavalaria no Alentejo.

Esteve “embaraçado” com Antónia de S. Payo filha de Vasco de Araújo de Carvalho e teve:

63. Francisco de Figueiredo s.g.

64. Mariana de Sousa sem estado.

65. Manuel de Figueiredo que passou à Índia no ano de 1612 com Jerónimo de Almeida capitão mor das naus, com o foro de fidalgo cavaleiro e 2\$ reis de moradia e vindo da Índia por terra o mataram. s.g

54. § Jorge de Figueiredo c. 2ª vez com Madalena de Oliveira

❖ E teve:

66. António de Figueiredo e Vasconcelos foi comendador de Santarém onde viveu e casou duas vezes “desigualmente”. A primeira com Maria de Sousa de Melo. Casou segunda vez com Joana Francisca de Távora.

- E teve (?)

67.

68.

69. Teresa de Castro, freira em Santa Mónica.

70. Paula de Castro, freira em Santa Mónica.

59. § Rui de Figueiredo de Alarcão, filho primeiro de Jorge de Figueiredo, sucedeu na casa de seu pai. foi governador de armas de Trás os Montes e camarista de Príncipe D. Pedro. Casou com Teresa de Noronha, filha do secretário Cristóvão Soares Lasso e de casou com Catarina de Noronha. s.g.

Casou segunda vez com Margarida de Meneses, filha de Pedro Álvares Cabral, Alcaide mor de Belmonte e de Leonor de Meneses.

❖ E teve:

71. Jorge de Figueiredo que morreu menino

72. § Pedro de Figueiredo de Alarcão

73. Henrique de Figueiredo que depois de se formar em cânones foi para a Índia onde foi General dos Galeões. No ano de 1713 veio para o reino e no mesmo ano foi como governador e capitão general para Angola.

74. João de Menezes, viveu em Ota e indo para Lisboa no ano de 1702 morreu de um acidente no convento de Santa Mónica.

❖ E teve bastardos:

75. Paula Margarida de Menezes, freira em Santos

76. Joana de Menezes, Freira em Santos

77. Leonor Margarida de Meneses, recolhida no Convento de Santos de Lisboa Herdeira do Morgado do Seixal.

78. Maria de Meneses freira na Madre de Deus onde se chamou Maria da Purificação.

72. § Pedro de Figueiredo de Alarcão filho de Rui de Figueiredo, foi diplomata. No ano de 1704 era governador de Portalegre quando os castelhanos entraram e tomaram a cidade pelo que foi culpado e mostrou em Juízo que não tinha culpa nenhuma.” Faleceu em Março de 1722. Casou com Francisca Inês de Lencastre filha de Miguel Luís de Meneses, Conde de Valadares, e de Madalena de Lencastre.

❖ E teve:

79. § Madalena Luísa de Lencastre, que segue, casou com Vasco da Câmara, gentil homem da Câmara do Infante D. Francisco, alcaide mor da Sertã

80. § Rodrigo António de Figueiredo

81 casou com Margarida de Meneses, dama do paço.

82 casou com Ana Teresa Antónia de Meneses que faleceu sem estado em 7 de Dezembro de 1735.

83. casou com Miguel Joaquim de Figueiredo Deão da Sé de Leiria

84. Francisca Inês gémea do anterior m.m.

❖ E teve bastardo:

85 “Maria de Meneses que casou por amores” com Francisco da Costa Freire filho de Cristóvão da Costa Freire, Senhor de Pancas.

80. § Rodrigo António de Figueiredo, filho primeiro deste Pedro de Figueiredo sucedeu na casa de seu pai, foi camarista do Infante D. Manuel.

Casou com Luísa Joana Coutinho, dama de D. Mariana Vitoria de Bourbon, filha de Filipe de Sousa, capitão da Guarda Alemã e de Catarina de Menezes. S.g.

79. § Madalena Luísa de Lencastre, Dama da rainha, casou com Vasco da Câmara, gentil homem da câmara do Infante D. Francisco, alcaide mor da Sertã. Filho de José Rodrigo da Câmara, 2º conde da Ribeira Grande, e de Constança Emilia de Rohan.

Vem a herdar a casa de seu irmão Rodrigo António e a Casa de Belmonte .

❖ E teve:

86. Francisca da Câmara 1726-1729

87. José da Câmara 1729-1737

88. Constança da Câmara 1730-1732

89. § Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral, que segue.

90. Henrique da Câmara 1734-1735

91. Leonor da Câmara 1736 - ?

92. Maria da Câmara 1737+1737

89. § Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral, casou com Mariana de Meneses, filha de José de Meneses da Silveira de Castro e Távora, senhor da Patameira e de Luísa Gonzaga, Condessa de Rappach

❖ E teve:

93. § Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara (1º conde de Belmonte) que segue

94. § José Maria de Figueiredo Cabral da Câmara

95. Maria Madalena de Figueiredo Cabral da Câmara, casou com Tomás, de Noronha Ribeiro Soares Castilho

96. Constança Leonor de Figueiredo Cabral da Câmara, casou com Álvaro Jorge Botelho de Sousa Meneses Correia de Lacerda 6º conde de S. Miguel

97. Maria Bárbara de Figueiredo Cabral da Câmara, casou com João António Jacques de Magalhães 4º Visconde de Fonte Arcada

98. Maria das Necessidades de Figueiredo Cabral da Câmara, casou com Ascenso de Siqueira Freire, 1º conde de S. Martinho

100. Francisca de Paula de Figueiredo Cabral da Câmara, casou com Manuel de Almeida e Vasconcelos, 1º conde e 2º visconde da Lapa, e 3º barão de Moçâmedes.

93. § Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara (1º conde de Belmonte) casou com Jerónima Margarida de Noronha

❖ E teve:

101. § José Maria de Figueiredo Cabral da Câmara, 2º conde de Belmonte que segue

102. Maria de Figueiredo Cabral da Câmara, s.g.

101. § José Maria de Figueiredo Cabral da Câmara 2º conde de Belmonte c.c. Maria Domingas de Castelo Branco filha de António de Castelo Branco Correia e Cunha de Vasconcelos e Sousa (2º marquês de Belas; 7º conde de Pombeiro) e de Constança Manoel (Tancos).

❖ E teve:

102. § Vasco António de Figueiredo Cabral da Câmara que segue

102. § Vasco António de Figueiredo Cabral da Câmara c.c. Maria do Carmo Mendoça Rolim de Moura Barreto, filha da infanta D. Ana de Jesus Maria de Bragança e de Nuno Mendoça Rolim de Moura Barreto (1º duque e 2º marquês de Loulé; 9º conde de Val-de-Reis)

❖ E teve:

- 103. § José Maria de Figueiredo Cabral da Câmara que segue
- 104. Nuno Maria de Figueiredo Cabral da Câmara
- 105. Ana de Jesus Maria Figueiredo Cabral da Câmara
- 106. Maria Domingas de Figueiredo Cabral da Câmara
- 107. Carlota Isabel de Figueiredo Cabral da Câmara
- 108. Vasco Maria de Figueiredo Cabral da Câmara
- 109. Constança de Figueiredo Cabral da Câmara m.m.

103. § José Maria de Figueiredo Cabral da Câmara c.c. Maria das Necessidades de Siqueira, filha de Ascenso de Siqueira Freire (3º conde de S. Martinho) e de Maria Domingas de Siqueira.

❖ E teve:

- 110. Maria Domingas de Figueiredo Cabral da Câmara
- 111. § Vasco Maria de Figueiredo Cabral da Câmara (1885) que segue
- 112. Maria do Carmo
- 113. Maria da Graça
- 114. Margarida Maria

111. § Vasco Maria de Figueiredo Cabral da Câmara (1885) casou com Ana sw Jesus Maria de Siqueira sua prim, filha de Jose António de Siqueira e de Maria Teresa de Mendoça (Azambuja)

❖ E teve:

- 115. José Maria m.m.
- 116. Augusto Maria m.m.
- 117. § Vasco Maria de Figueiredo Cabral da Câmara (1919) que segue
- 118. Ascenso de Figueiredo Cabral da Câmara
- 119. Maria Teresa de Figueiredo Cabral da Câmara
- 120. Pedro m.m.
- 121. Rui da Câmara de Figueiredo Cabral
- 122. Maria Aldegundes de Figueiredo Cabral da Câmara
- 123. Rodrigo m.m.
- 124. Maria Amália m.m.
- 125. Pedro de Figueiredo Cabral da Câmara
- 126. Gonçalo de Figueiredo Cabral da Câmara
- 127. Maria da Assunção de Figueiredo Cabral da Câmara

117. § Vasco Maria de Figueiredo Cabral da Câmara (1919), casou com Maria João de Albuquerque d'Orey, Filha de Maria Manuela Sampaio d'Orey e de Vasco Jara de Albuquerque d'Orey e teve:

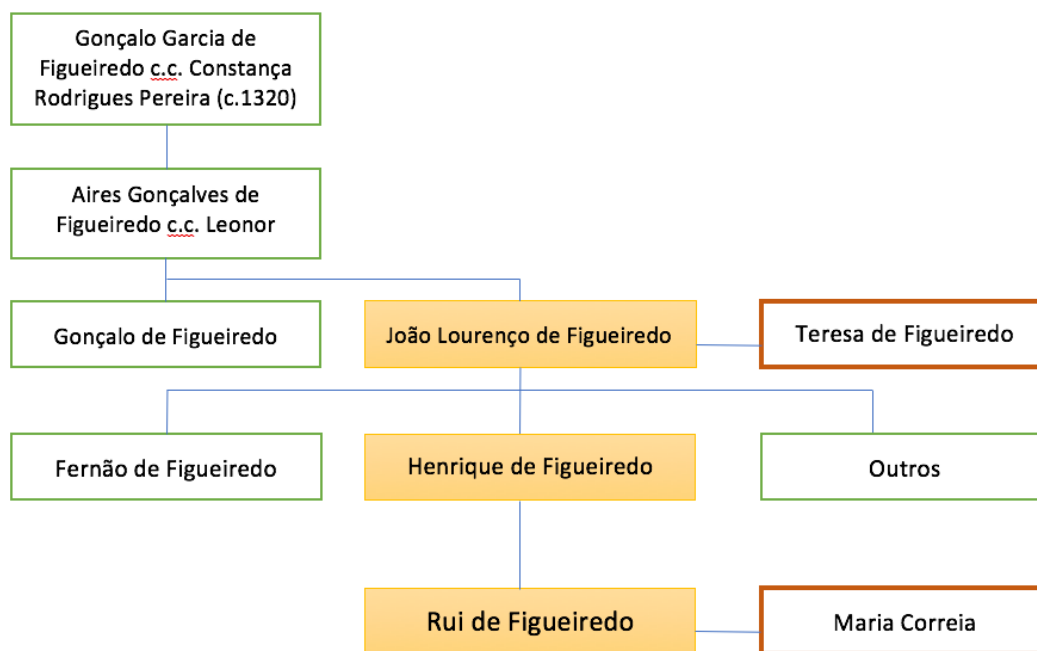
- 128. Ana Maria d'Orey de Figueiredo Cabral da Câmara
- 129. Mafalda Maria d'Orey de Figueiredo Cabral da Câmara
- 130. Maria da Graça d'Orey de Figueiredo Cabral da Câmara
- 131. Vasco Maria d'Orey de Figueiredo Cabral da Câmara
- 132. Pedro Maria d'Orey de Figueiredo Cabral da Câmara
- 133. Maria João d'Orey de Figueiredo Cabral da Câmara
- 134. Gonçalo Maria d'Orey de Figueiredo Cabral da Câmara
- 135. Maria do Carmo d'Orey de Figueiredo Cabral da Câmara

ANEXO N° 5

Árvores genealógicas

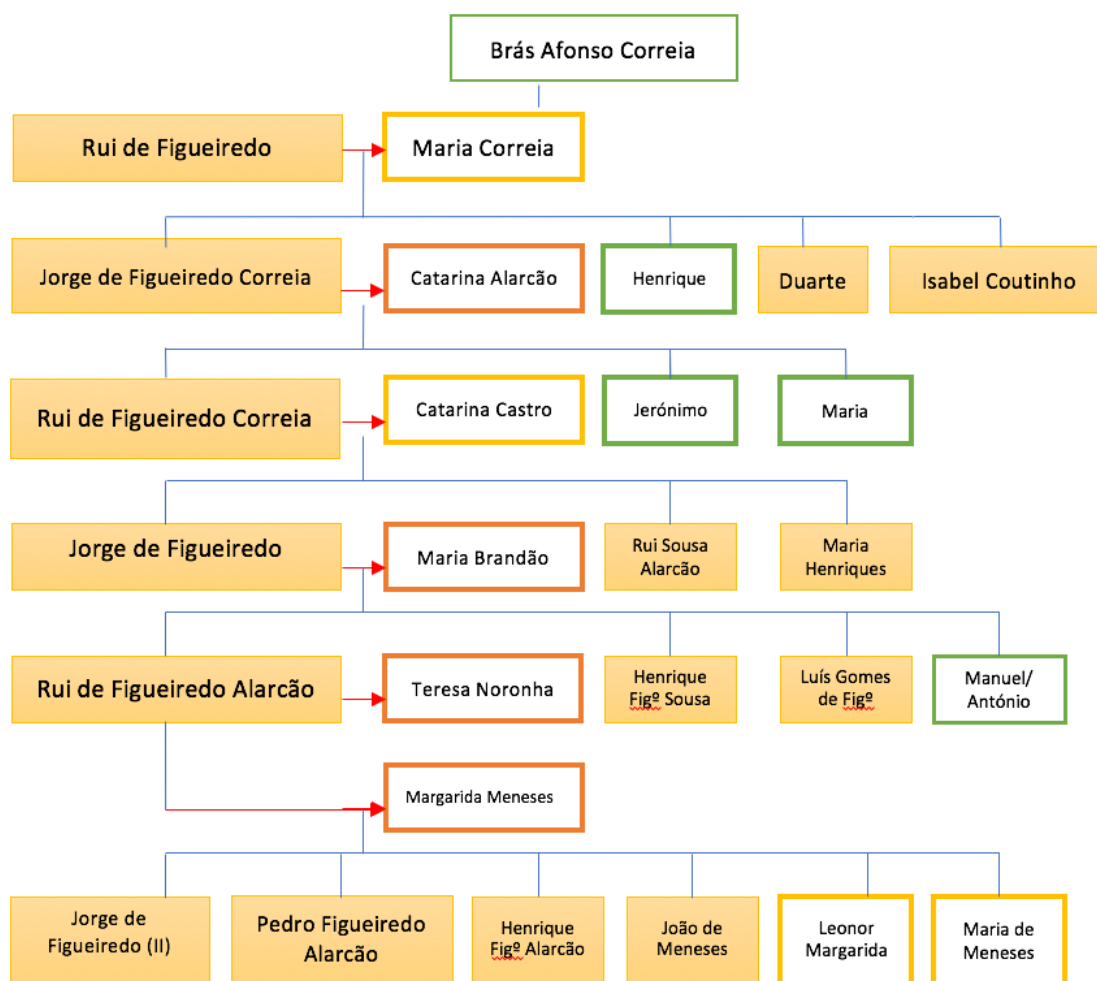
Árvore genealógica nº 1

Figueiredos séculos XIV- XVI



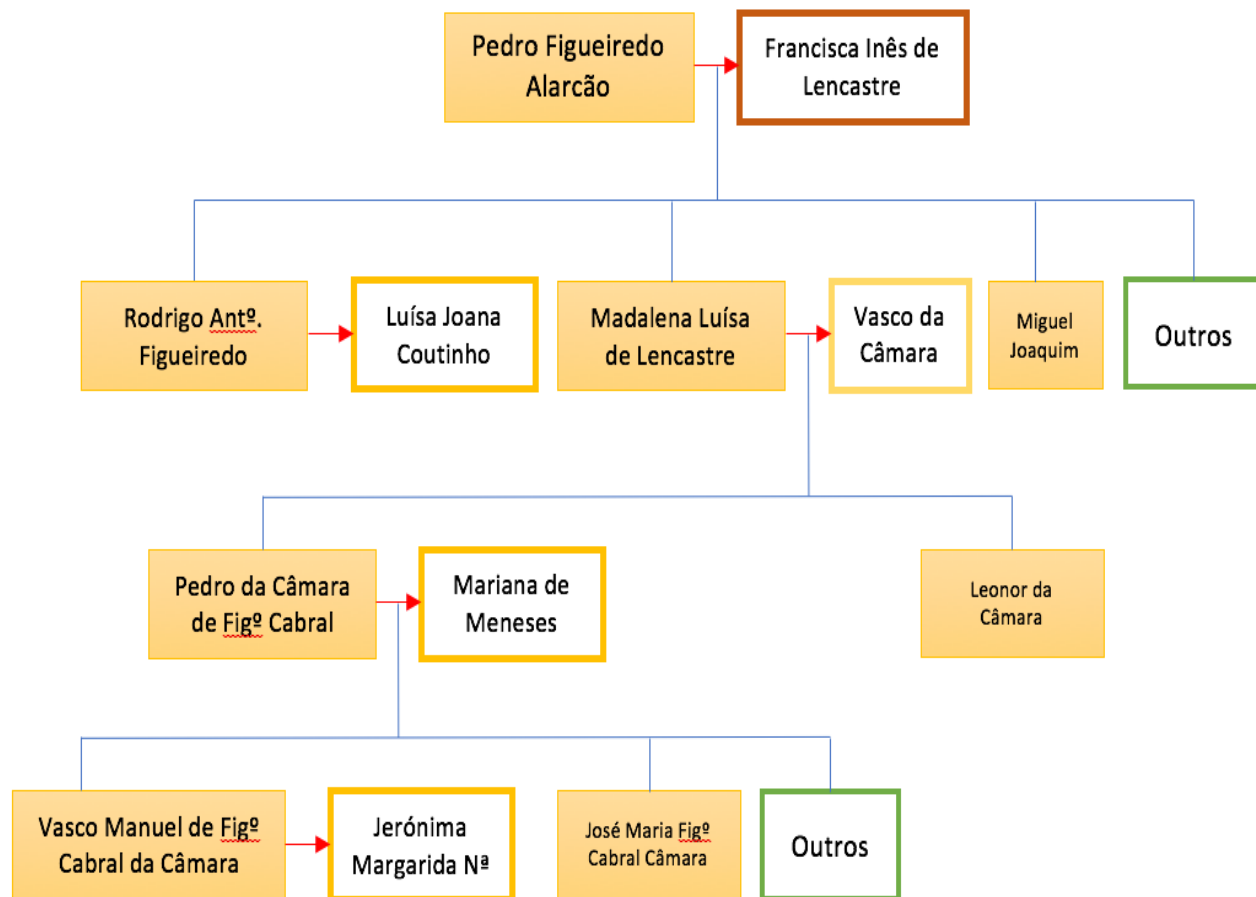
Árvore genealógica nº 2

Figueiredos séculos XVI-XVII



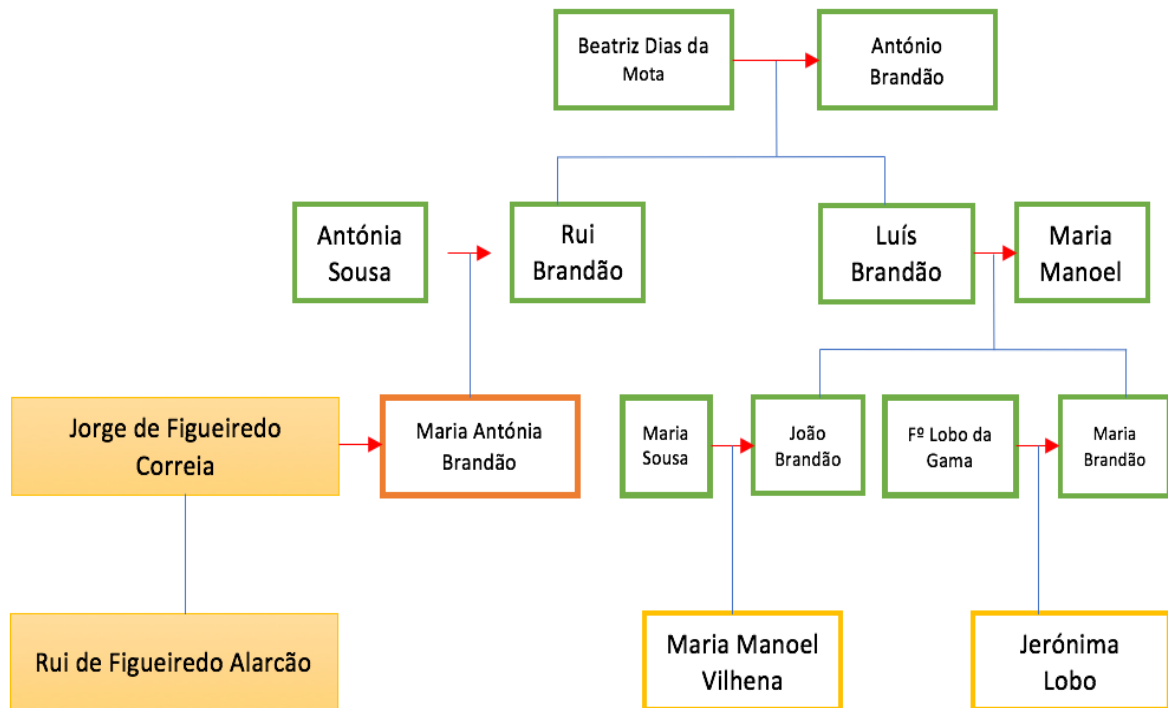
Árvore genealógica nº 3

Figueiredos Séculos XVIII-XIX



Árvore genealógica nº 4

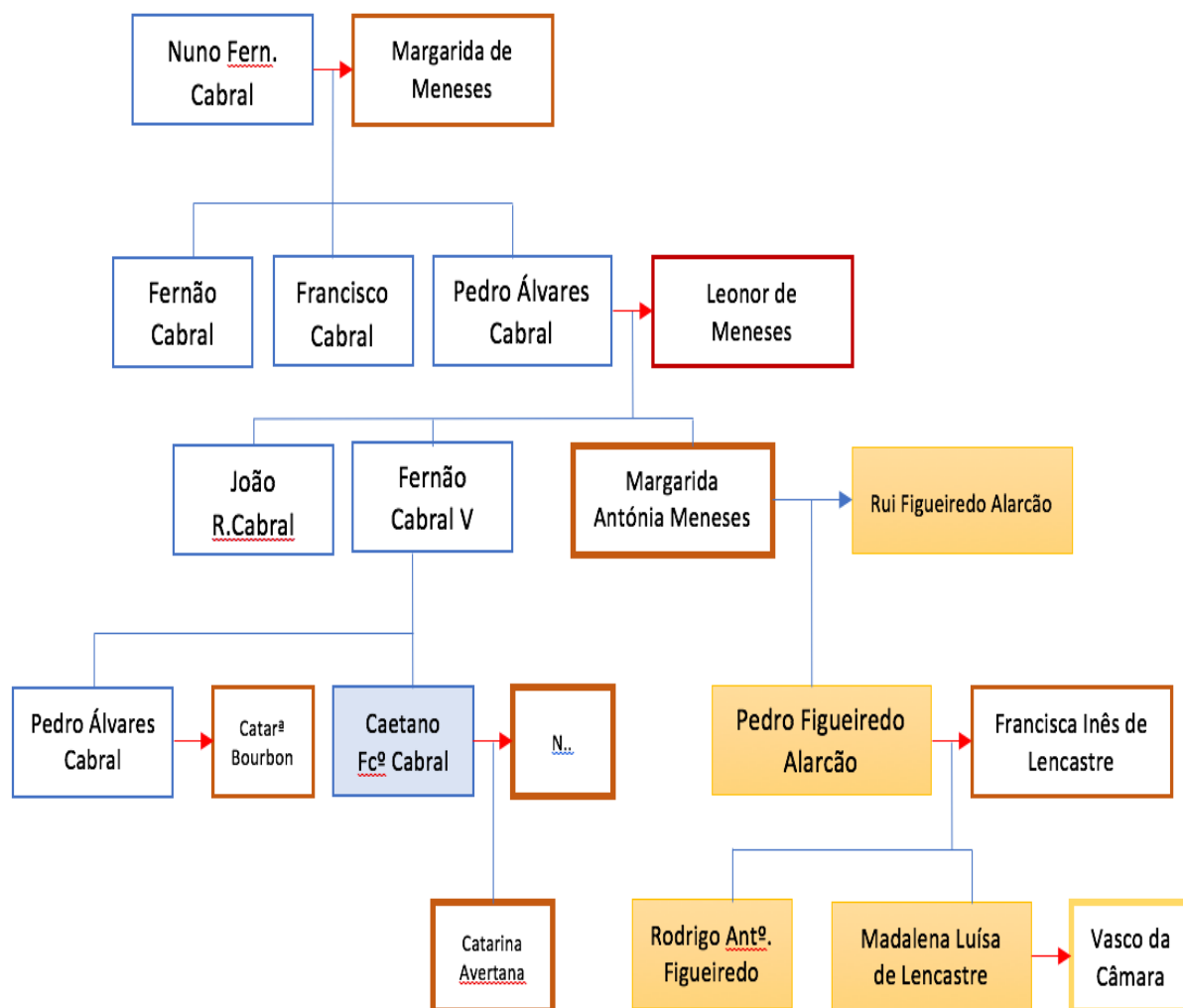
Heranças século XVII



Árvore genealógica nº 5

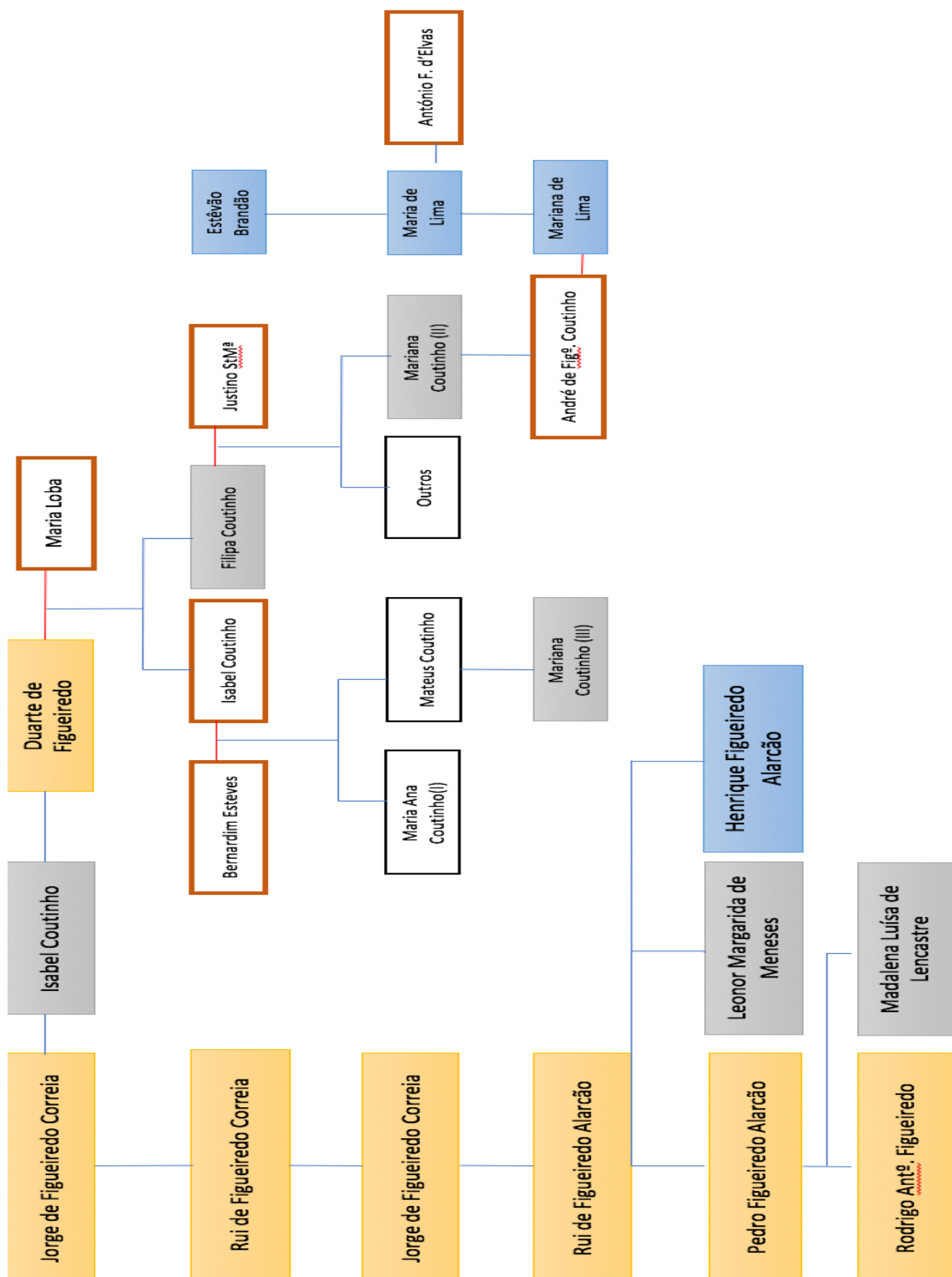
Figueiredo-Cabral Séculos XVII-XVIII

Herança da Casa de Belmonte



Árvore nº6

Percurso do Morgado do Seixal (cinzento)/ Percurso do Morgado das Terças (azul)
(séculos XVI-XVIII)

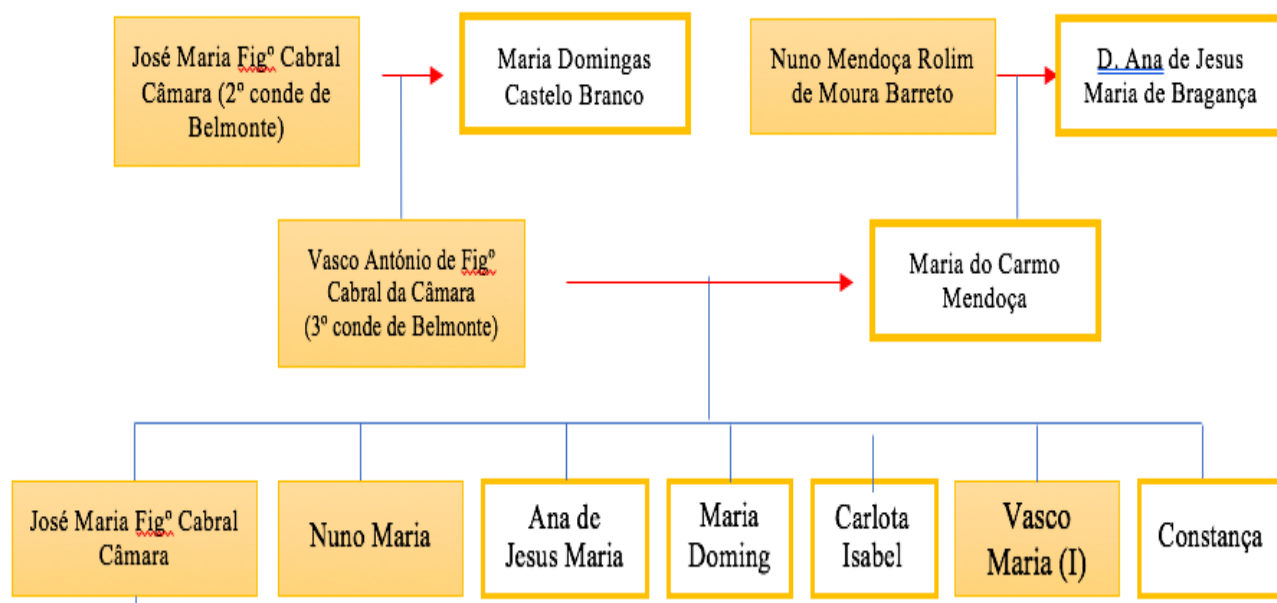


Árvore nº 7

Figueiredo Cabral da Câmara

Século XIX

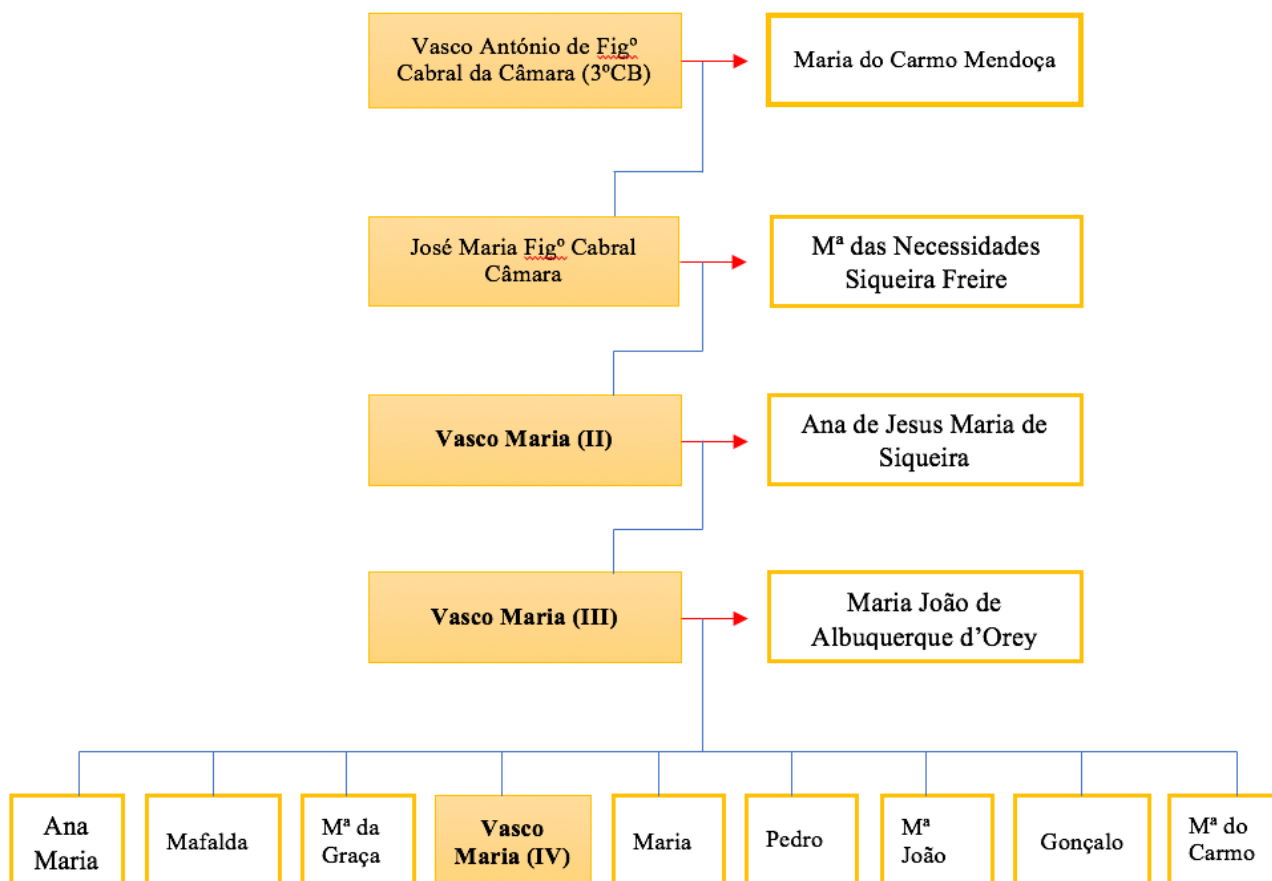
(2º, 3º e 4º Condes de Belmonte)



Árvore nº 8

Figueiredo Cabral da Câmara

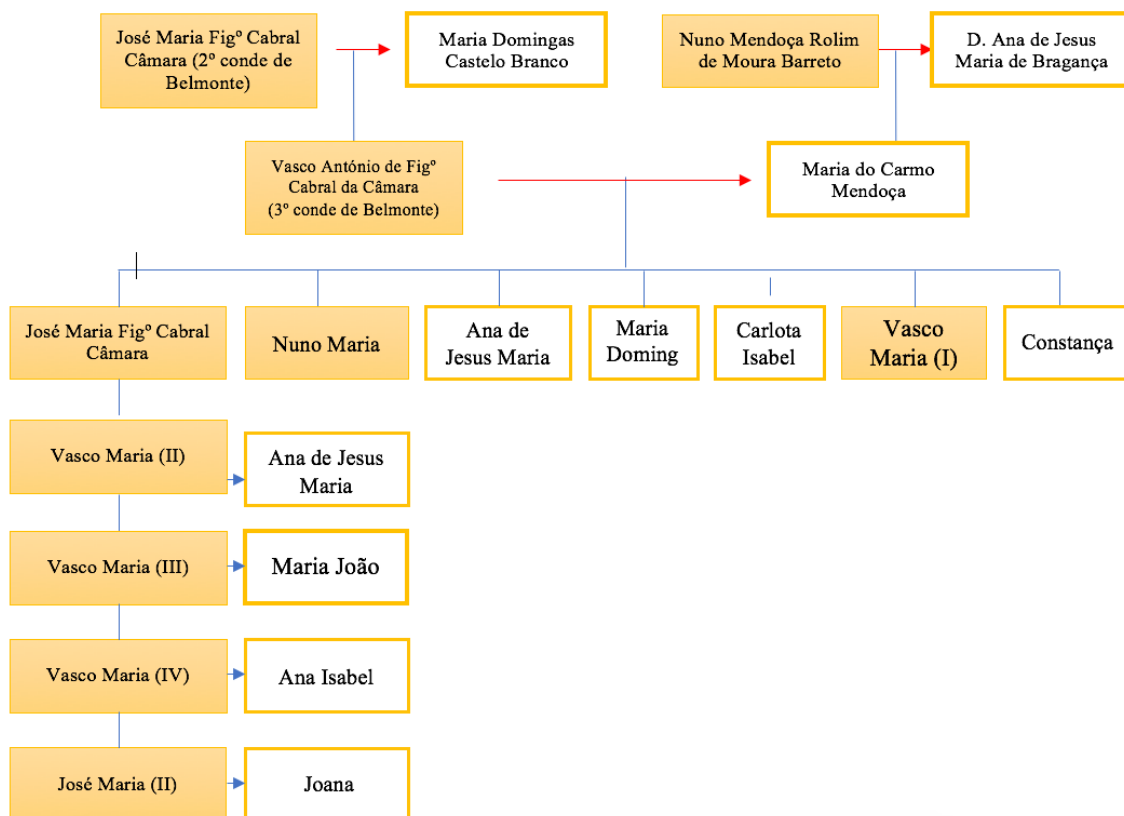
Séculos XIX-XX



Árvore nº 9

Figueiredo Cabral da Câmara

Séculos XIX-XX- XXI



ANEXO N° 6 Organograma

SECÇÃO	SUBSECÇÃO	BIOGRAFIA/CONTEXTO DE PRODUÇÃO	SUBSISTEMA
--------	-----------	--------------------------------	------------

01
Figueiredo

01
Rui de
Figueiredo

Filho de Henrique de Figueiredo e de Catarina Álvares ou Alves, Rui de Figueiredo foi fidalgo da Casa Real e escrivão da Fazenda de D. Manuel I (ofício que herdou de seu pai). Em 1493 está em plenas funções. Comprou o foro da Quinta de Ota em 1499 ao convento de Odivelas (único documento conservado no arquivo actualmente). Casou em primeiras núpcias com Maria Jácome de quem teve um filho, Francisco Jácome de Figueiredo. Casou em segundas núpcias com Maria Correia, filha legitimada de Brás Afonso Correia, desembargador e corregedor do reino (muito provavelmente depois de 1500). O Casal fundou, o morgado da Lobagueira e Ribeira de Palhais por testamento conjunto datado de 23 de Abril de 1517 (e de que existe apenas a cópia já do século XVIII). Tiveram quatro filhos: Jorge, Henrique, Duarte e Isabel. Rui de Figueiredo terá morrido antes de 1521.

SECÇÃO	SUBSECÇÃO	BIOGRAFIA/CONTEXTO DE PRODUÇÃO	SUBSISTEMA
--------	-----------	--------------------------------	------------

02
Figueiredo
Correia (I)

01
Jorge de
Figueiredo
Correia;
Catarina de
Alarcão

Filho de Rui de Figueiredo e de Maria Correia Jorge terá nascido depois do ano de 1500. Fidalgo da Casa Real, foi escrivão da Fazenda e foi o primeiro capitão donatário da capitania de Ilhéus da Baía (26-07-1534). Casou com a dama colaça da rainha D. Catarina de Áustria, chamada Catarina de Alarcão, depois de Fevereiro de 1525 (data da chegada da Rainha e da sua comitiva). Dela teve três filhos: Rui de Figueiredo Correia, Jerónimo de Alarcão e Maria de Alarcão. Morreu por volta do ano de 1550. Deu origem ao subsistema Correia ao herdar de seu avô, Brás Afonso Correia, o morgado do Castelo. Morre cerca de 1550-1551.

02
Jorge de
Figueiredo
Correia

Jorge de Figueiredo Correia produz alguma documentação antes do casamento, relacionada com a compra de propriedades em Ota, por ser menor de idade, através do seu tutor Vicente Fernandes e do seu aio Brás Rodrigues.

Subsistema
Correia (1522)

SECÇÃO	SUBSECÇÃO	BIOGRAFIA/CONTEXTO DE PRODUÇÃO	SUBSISTEMA
--------	-----------	--------------------------------	------------

03
Figueiredo
Correia (II)

01
Rui de
Figueiredo;
Correia
Catarina de
Castro

Rui de Figueiredo Correia casou com Catarina de Castro, filha de Manuel de Sousa Ribeiro Vasconcelos, alcaide-mor de Pombal e de D. Filipa de Castro. Dela teve quatro filhos: Jorge de Figueiredo, Rui de Sousa de Alarcão, Maria Henriques e Isabel de Castro. Catarina de Castro era filha de Filipa de Castro e do Alcaide mor de Pombal, Manuel de Sousa Ribeiro Vasconcelos. Descendia, do lado materno, de Fernão Cabral alcaide mor de Belmonte e do lado paterno de Simão de Vasconcelos, alcaide mor de Pombal e senhor da Moita. Tiveram três filhos: Jorge, Rui, Maria e Isabel. Catarina ficou viúva de Rui de Figueiredo Correia que morreu em Alcácer-Quibir em 1578, casando segunda vez com Miguel Teles de Moura de quem não teve filhos.

02
Rui de
Figueiredo
Correia

Fidalgo da Casa Real, Rui de Figueiredo Correia foi escrivão da Fazenda e, apesar de ter usufruído do cargo, acabou por renunciar ao mesmo em 30 de Setembro de 1564 em troca da mercê de mais uma vida nas rendas dos terrenos maninhos da vila da Covilhã. Participou na batalha de Alcácer Quibir onde morreu.

SECÇÃO	SUBSECÇÃO	BIOGRAFIA/CONTEXTO DE PRODUÇÃO	SUBSISTEMA
04 Castro de Figueiredo	01 Jorge de Figueiredo; Maria Brandão de Sousa	Jorge de Figueiredo fidalgo da Casa Real, casou a primeira vez cerca de 1594-95 com Maria Brandão de Sousa, filha de Rui Brandão, conselheiro real, juiz dos negócios e justificações da Fazenda e de Maria Antónia Brandão de Sousa. Maria Brandão de Sousa era sua parente uma vez que ambos descendiam de Pedro de Sousa Ribeiro e de Joana de Lemos. Dela teve cinco filhos: Rui de Figueiredo de Alarcão, Manuel de Sousa de Alarcão, António de Figueiredo de Vasconcelos(l), Luís Gomes de Figueiredo e Henrique de Figueiredo. Maria Brandão de Sousa morreu em 3 de Outubro de 1608. A produção do casal estende-se até cerca de 1625(?).	
	02 Jorge de Figueiredo; Madalena Oliveira	Jorge de Figueiredo casou a segunda vez com Madalena de Oliveira provavelmente filha do feitor da Quinta de Ota, de quem teve: António de Figueiredo de Vasconcelos, Teresa de Castro e Paula de Castro. A produção do casal estender-se-ia até 26 de Outubro de 1645(?) data da morte de Jorge de Figueiredo.	
	03 Jorge de Figueiredo	Jorge de Figueiredo foi o filho primogénito de Rui de Figueiredo Correia, malgrado de Alcácer Quibir, e de Catarina de Castro, nasceu antes de 1578. A produção documental de Jorge de Figueiredo estende-se de 1582 - ano em que, através do seu tutor, tomou posse do morgado da Lobagueira - a 1645, ano da sua morte. Não havendo a certeza da data do seu casamento, optámos por colocar uma secção específica. Sabemos apenas que terá casado entre 1595 e 1600, data provável do nascimento do seu primeiro filho.	
	04 Rui de Sousa de Alarcão	Nascido antes de 1578, esteve na Índia, sendo depois nomeado, em 1604, governador da ilha de S. Tomé, onde tomou o hábito da Ordem de Cristo em Abril desse mesmo ano. Terá morrido antes de 1609, ano em que o posto de governo de S. Tomé foi ocupado por Fernando de Noronha. Morreu sem geração.	
	05 Maria Henriques	Maria Henriques casou com Gaspar Ramos de Sousa Lobo em 31 de Dezembro de 1590, depois de concertado o matrimónio em Fevereiro desse mesmo ano. Descendente de Fernão Lobo, Alcaide mor de Monsaraz, pelo lado paterno, Gaspar Ramos de Sousa Lobo era filho de Isabel de Sousa e de João do Quental Lobo. Maria Henriques deixou testamento cujo codicilo data de 1636. Não houve geração deste casamento.	

SECÇÃO	SUBSECÇÃO	BIOGRAFIA/CONTEXTO DE PRODUÇÃO	SUBSISTEMA
05 Figueiredo de Alarcão	01 Rui de Figueiredo de Alarcão; Teresa de Noronha	Rui de Figueiredo de Alarcão casou a primeira vez em 1650 com sua parente, Teresa de Noronha, filha de Catarina de Noronha e de Cristóvão Soares Lasso (secretário de Estado) dando origem ao subsistema Soares Lasso. Deste casamento não houve descendência. Rui de Figueiredo foi herdeiro da Comenda de S. Pedro de Merlim por via de Teresa de Noronha.	01 Subsistema Soares Lasso
	02 Rui de Figueiredo de Alarcão; Margarida de Meneses	Rui de Figueiredo de Alarcão casou segunda vez no ano de 1655 com Margarida de Meneses, filha de Pedro Álvares Cabral (Alcaide-mor de Belmonte), nascida em 1633. Rui de Figueiredo de Alarcão e Margarida de Meneses tiveram 6 filhos: Jorge (que morre menino), Pedro de Figueiredo de Alarcão, Henrique de Figueiredo de Alarcão, João de Meneses, Leonor Margarida de Meneses e Maria de Meneses (?).	02 Subsistema Vilhena Coelho de Carvalho
			03 Subsistema Lobo de Brito
			04 Subsistema Coutinho Vaz de Sampaio
	03 Rui de Figueiredo de Alarcão	Primogénito de Jorge de Figueiredo e de Maria Antónia Brandão de Sousa, Rui de Figueiredo de Alarcão, terá nascido cerca de 1595. Participou na chamada «Jornada dos Vassalos» (1625) e foi capitão de cavalos em Alenquer. Um dos conjurados de 1640, Rui de Figueiredo foi nomeado governador de armas de Trás-os-Montes, participou na defesa de Elvas, foi incumbido das fortificações de Miranda e de Santarém e foi «capitão de aventureiros». Foi ainda gentil-homem da câmara do infante D. Pedro. Herdou várias propriedades de suas parentes: de Maria Manoel de Vilhena (que deu origem ao subsistema Vilhena Coelho de Carvalho) e de Jerónima Lobo (dando origem ao subsistema Lobo de Brito). Rui de Figueiredo de Alarcão morreu em 17-01- 1679.	
	04 Luís Gomes de Figueiredo	Luís Gomes de Figueiredo, nascido cerca de 1600-1605, era filho de Jorge de Figueiredo e de Maria Brandão de Sousa, fidalgo da Casa Real, foi um dos conjurados de 1 de Dezembro de 1640. Esteve em Trás-os-Montes, onde participou em várias campanhas militares sob o comando do irmão, Rui de Figueiredo de Alarcão. Foi capitão de cavalos do exército da província do Alentejo e comissário geral de Cavalaria do exército do Alentejo, posto que ocupava quando faleceu em Badajoz em 1648.	
	05 Henrique de Figueiredo	Henrique, nascido cerca de 1605, era filho de Jorge de Figueiredo e de Maria Brandão de Sousa, foi fidalgo da Casa Real, capitão de uma companhia de Infantaria em Trás-os-Montes. Exerceu o cargo de governador da cidade de Bragança e morreu no contexto da Guerra da Restauração em 1653, como capitão de cavalos no primeiro choque de cavalaria, em Arronches.	

SECÇÃO	SUBSECÇÃO	BIOGRAFIA/CONTEXTO DE PRODUÇÃO	SUBSISTEMA
06 Meneses Figueiredo de Alarcão	01 Jorge de Figueiredo (II)	Filho primogénito de Rui de Figueiredo e de Margarida de Meneses que morreu antes de atingir a maioridade. Terá nascido em 1656. Não foi possível apurar a data de morte.	01 Lima Fernandes d'Elvas
	02 Pedro de Figueiredo de Alarcão; Francisca Inês de Lencastre	Pedro de Figueiredo de Alarcão, filho de Rui de Figueiredo de Alarcão e de Margarida de Meneses e casou no dia 10 de Setembro de 1695 com D. Francisca Inês de Lencastre, baptizada a 31-10-1664, era filha de Miguel Luís de Menezes e de Madalena de Lencastre e Abranches, condes de Valadares. Deste casamento nasceram os seguintes filhos: Rodrigo António de Figueiredo, Madalena Luísa de Lencastre, João de Meneses, Ana Joaquina de Lencastre e Miguel Joaquim de Meneses. Francisca Inês morreu em 29-12-1701	
	03 Pedro de Figueiredo de Alarcão	Pedro de Figueiredo de Alarcão, nasceu em Outubro de 1657. Foi fidalgo da Casa Real, cavaleiro da Ordem de Cristo em 1680. Embarcou aos 22 anos numa armada que se mandou a Argel em 1677 para combater os turcos, em 1682 serviu como capitão-tenente na armada que foi a Sabóia com o objectivo de trazer o duque Vítor Amadeu II, prometido em casamento à princesa D. Isabel Luísa Josefa. Prestou vários serviços como diplomata: acompanhar a rainha D. Catarina no seu regresso de Inglaterra a Portugal; foi enviado extraordinário à corte de Madrid e à corte de Luís XIV. Foi ainda familiar do Santo Ofício. Participou na Guerra de Sucessão de Espanha como governador da cidade de Portalegre. Morreu em 29 de Março de 1722. Herdou de Maria de Lima, casada com António Fernandes d'Elvas) o morgado do Campo Grande, dando origem ao subsistema Lima Fernandes d'Elvas.	
	04 Henrique de Figueiredo de Alarcão	Henrique de Figueiredo de Alarcão nasceu em Dezembro de 1658. Foi fidalgo da Casa Real Ter-se-ia formado em cânones em Coimbra e em Março de 1696, por resolução de D. Pedro II, foi nomeado para um posto – a designar - no vice-reino da Índia para onde partiu em Março de 1696 como capitão da nau Nossa Senhora da Glória. Ali permaneceu mais de dez anos. Dá origem ao subsistema Lima, por herança do chamado Morgado das Terças de sua parente, Mariana de Lima casada com André de Figueiredo Coutinho. Henrique de Figueiredo de Alarcão regressou ao reino em 1713 e foi nomeado em 1716 governador de Angola, onde permaneceu até 1722. Morreu em 6 de Abril de 1723, sem descendência.	01 Lima Figueiredo Coutinho
	05 João de Meneses	Foi fidalgo da Casa Real, com mil réis de moradia, terá vivido em Ota e, indo para Lisboa no ano de 1702, morreu repentinamente no convento de Santa Mónica.	

SECÇÃO SUBSECÇÃO	BIOGRAFIA/CONTEXTO DE PRODUÇÃO	SUBSISTEMA
07 Lencastre de Figueiredo	01 Rodrigo António de Figueiredo; Luísa Joana Coutinho	Rodrigo António de Figueiredo filho de Pedro de Figueiredo de Alarcão e de Francisca Inês de Lencastre, foi baptizado a 5 de Abril de 1698. Casou na freguesia dos Mártires a 21 de Fevereiro de 1730 com Joana Luísa Coutinho, filha de Filipe de Sousa, Capitão da Guarda Alemã, senhor do Calhariz e de Catarina de Meneses. Nascida cerca de 27-05-1693, não temos a certeza da data da sua morte. Filha de Filipe de Sousa, Capitão da Guarda Alemã e de Catarina de Meneses, era neta do marquês de Alegrete; descendia igualmente dos senhores de Palma e da segunda condessa de Óbidos pelo lado materno. Do lado paterno descendia de João de Almeida, alcaide mor de Loures e Alcobaça. <u>Instituiu um morgado com o seu dote e com toda a sua herança em 26 de Junho de 1755.</u> Rodrigo António morreu em 19 de Fevereiro de 1762 sem descendência.
	02 Rodrigo António de Figueiredo	Rodrigo António de Figueiredo foi camarista do Infante D. Manuel. Herdou a Casa de seu pai em Abril de 1722 e foi confirmado como herdeiro dos seus serviços e dos de seu avô, logo em Julho desse ano. A 8 de Setembro de 1759 Rodrigo António renunciou a todos os seus bens e nomeou como administrador dos mesmos a Vasco da Câmara, seu cunhado, fazendo-lhe uma doação dos mesmos a 8 Outubro desse ano.
	03 Madalena Luísa de Lencastre; Vasco da Câmara	01 Subsistema Meneses (I)
		02 Subsistema Álvares Cabral
	04 Madalena Luísa de Lencastre	Madalena Luísa de Lencastre era filha de Pedro de Figueiredo de Alarcão e de Francisca Inês de Lencastre, foi baptizada em 16 de Maio de 1699 morreu em 20 de Março de 1771. Instituiu um morgado com a herança de seu pai e do seu tio Henrique de Figueiredo de Alarcão, obrigando os seus descendentes a usar o nome Figueiredo.
	05 Vasco da Câmara	Nascido em 18 de Maio de 1705, Vasco da Câmara é o 14º filho de José Rodrigo da Câmara, conde da Ribeira Grande e de Constance Émile Rohan-Soubise. Estudou em Coimbra (Acbl, cx52, nº54), foi capitão de cavalos com exercício de ajudante de ordens do Governador de Armas, entre 1741 e 1743. Familiar do Santo Ofício desde 6 de Junho de 1741, obteve a Mercê do Infante D. Francisco da Alcaidaria-mor da Sertã e Pedrógão pelos serviços de seu pai, em 11 de Outubro de 1746. Foi nomeado ajudante do Governador das Armas da província do Alentejo em 20 de Maio de 1749. E em 7 de Agosto de 1755 D. José I fez-lhe mercê doando-lhe as terras da Coroa em que este estivesse de posse. Vasco da Câmara cedeu a administração dos seus bens a seu filho, Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral a 15 de Janeiro de 1772. Morreu a 18 de Janeiro de 1777.

SECÇÃO	SUBSECÇÃO	BIOGRAFIA/CONTEXTO DE PRODUÇÃO	SUBSISTEMA
08 Câmara Figueiredo Cabral	01 Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral; Mariana de Meneses	<p>Filho de Vasco da Câmara e de Madalena Luísa de Lencastre, Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral obteve licença para casar com D. Mariana de Meneses, filha de José de Meneses Castro e Silveira senhor de Patameira e da Condessa D. Luísa de Rappach, por alvará de 11 de janeiro de 1765, casando em 8 de Fevereiro de 1765.</p> <p>O casal teve sete filhos: Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara (1º conde de Belmonte), José Maria (n. Lisboa, 1768), Maria Madalena (n.1770), Constança Leonor (n.1772), Maria Bárbara (n.1774), Maria das Necessidades (n.1775), Francisca de Paula (n.1778).</p>	01 Subsistema Meneses (II)
	02 Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral	<p>Nascido em Lisboa, na freguesia de S. Tiago foi aí baptizado a 29-06-1732, foi herdeiro dos bens de seus pais. Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral entrou às ordens do Barão Conde de Oriola a 9 de Maio de 1762, desempenhando vários postos no exército: Tenente Coronel do Regimento de Dragões da Praça de Évora às ordens do conde de Lumiares; Brigadeiro de Cavalaria; Marechal de Campo. Recebeu o hábito de Cristo em Maio de 1762. Herdeiro de seu tio, Rodrigo António, recebeu a doação de todas as comendas e bens da Coroa e Ordens que este possuía em 24-11-1779. Morreu em 21 de Junho de 1794.</p>	
	03 Mariana de Meneses	<p>Baptizada em 13 de Fevereiro de 1743, Mariana de Meneses foi dama da rainha D. Maria I e camarista do infante D. João (futuro D. João VI). Em 2 de Abril de 1795 foi dama de honor de D. Maria I. Mariana de Meneses fez o seu testamento em 1797, morreu a 8 de Fevereiro desse mesmo ano.</p>	
	04 Leonor da Câmara	<p>Leonor da Câmara foi baptizada a 15 de Janeiro de 1736. Recebeu, a 7 de Janeiro de 1766, uma mercê da rainha D. Maria Ana Vitória, aceitando-a para sua dama. Terá morrido solteira e sem geração.</p>	

SECÇÃO SUBSECÇÃO BIOGRAFIA/CONTEXTO DE PRODUÇÃO SUBSISTEMA

09
Figueiredo
Cabral da
Câmara

01
Vasco Manuel de
Figueiredo Cabral
da Câmara;
Jerónima
Margarida de
Noronha

Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, filho de Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral e de Mariana de Meneses, casou a 17 de Janeiro de 1795 com Jerónima Margarida de Noronha, filha de José de Noronha e de Maria Isabel das Montanhas Ribeiro Soares Castilho, com alvará de aprovação da Rainha D. Maria I, de 12 de janeiro do mesmo ano. Baptizada em 27 de Novembro de 1767, D. Jerónima Margarida de Noronha era filha de José de Noronha e de Mariana Isabel das Montanhas Ribeiro Soares Castilho. Descendia, do lado paterno, dos condes dos Arcos e de Assumar e do lado materno do alcaide mor de Viseu, Luís Baltasar da Silveira. Foi dama da rainha D. Maria I. Terá morrido por volta de 1840.

Deste casamento nasceram dois filhos: José Maria de Figueiredo Cabral da Câmara, que vem a ser o 2º conde de Belmonte e Maria de Figueiredo Cabral da Câmara que morreu no dia em que nasceu a 28 de Outubro de 1805.

01
Subsistema
S. Miguel

02
Vasco Manuel de
Figueiredo Cabral
da Câmara

Nascido na Ajuda, Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara foi baptizado a 16 de Abril de 1766. Foi amigo de infância do infante D. João. Como militar obteve várias patentes: de alferes da companhia do regimento de cavalaria de Alcântara (30-10-1783); capitão da 6ª companhia do mesmo regimento (18-01-1790); tenente coronel graduado com exercício de sargento mor do regimento da cavalaria de Alcântara (24-03-1797); coronel graduado com exercício de tenente coronel graduado (26-03-1801).

Recebeu o Hábito de Cristo a 15 de Abril de 1797. Foi nomeado Presidente da Junta do Tabaco a 16 de Março de 1801. Em 30 de Maio de 1804 recebeu a Carta de título de Conselheiro do rei e pouco depois a Carta de privilégios de desembargador que lhe competiam pelo lugar de deputado da Junta dos Três Estados (18-06-1804), de que tinha obtido mercê de um lugar. Obteve a mercê de nomeação em duas vidas do ofício de Porteiro Mor (6-12-1802). Em 18 de Maio de 1805 recebe mercê do título de Conde de Belmonte. Em Outubro de 1807 foi nomeado conselheiro do Príncipe da Beira, Condestável do Brasil. Partiu com a família Real para o Brasil e, no regresso, tomou o partido de D. Miguel durante a guerra Civil. Herdou de sua irmã uma quinta em Benfica, dando origem ao subsistema S. Miguel. Morreu a 18 de Novembro de 1830.

03
José Maria
Francisco de
Paula de
Figueiredo
Cabral da
Câmara

José Maria de Figueiredo Cabral da Câmara foi baptizado a 30-01-1768. Foi oficial palatino. Como militar, teve patente de sargento mor de cavalaria e esteve como ajudante de ordens do governo de Armas da Estremadura. Fez o seu testamento a 22 de Março de 1804, morrendo no dia seguinte.

ANEXO N° 7

Quadros informativos e comparativos de documentação

Quadro n° 1

Recolha e/ou identificação de documentação pertencente ao Arquivo da Casa de Belmonte ao longo dos últimos 14 anos.

Tipologia	Data/saída	Identificação	Recuperação	Localização actual
Cartas de D. João IV a Rui de Figueiredo de Alarcão Governador de Armas da Província de Trás-os-Montes. Cópias das respostas enviadas por Rui de Figueiredo de Alarcão ao rei D. João IV.	Desconhecida.	Através das capilhas e referências no Tombo de 1722 (ACBL) e no <i>Index de todos os papeis do Archivo da Caza</i> .(ACBL). Através da indicação do receptor (dirigida a Rui de Figueiredo de Alarcão) e da identificação do emissor: carta, assinada pelo rei D. João IV.	Não. Entrada de uma parte na Torre do Tombo em 1989 (1989-01-31 ¹²⁰²) Foram sinalizados alguns exemplares dispersos num leilão em 2016. Foi sinalizado um exemplar na posse de um particular (2016).	Torre do Tombo; desconhecido.
Alvarás e Patentes de Luís Gomes de Figueiredo	Desconhecida	Através das capilhas.	Sim. Por compra na Livraria Histórica Ultramarina (anos 70/80 séc. XX).	ACBL
Escrituras de compra e venda; correspondência pessoal, consumos domésticos, contas facturas, recibos. Tombo de 1722, entre outros.	c. 1989-90	Através das capilhas e da análise da informação contida nos documentos.	Recuperação por herança da casa de morada que fazia parte do Morgado do Castelo.	ACBL
Parte das escrituras de Arrendamento e empraçamento; Livros de foros; e vários documentos respeitantes à Lobagueira.	C. 1870 / lei de 1863 (?)	Através das capilhas e da informação contida nos documentos.	Sim. Por compra (1998) na Livraria Bizantina.	ACBL

¹²⁰² Informação gentilmente cedida por Paulo Leme a quem agradeço.

Quadro nº 2
Comparação da arrumação dos maços de 1722 e 1807

Nº de Maço	Tombo de 1722	Tombo de 1807
1	Padrões de Juro; Cartas de Comendas	Instituições de Capelas
2	Cartas de Comendas; cartas de Padrão; Cartas de Privilégios	Morgado do Castelo
3	Morgado do Castelo - Escrituras de compra, venda empraçamento; escrituras de posse; documentos relacionados com o hospital dos soldados castelhanos; foros; quitações	Morgado da Lobagueira
4	Quinta de Ota - compra do foro; arrendamentos; bulas; medições; sentenças. Quinta da Bordalia.	Morgado do Campo Grande; Morgado de Lavre; Morgado de S. Julião; Morgado das Terças
5	Ota, Monte Redondo, Suro Galego; Adema	Morgado de Belmonte
6	Ota; Bordalia	Morgado do Seixal
7	Quinta da Vidigueira (Ota)	Ota
8	Campo Grande	Ota
9	Testamentos. Verbas de Testamentos; Capelas	Doações
10	Autos de Posse	Testamentos
11	Escrituras de compra e autos de arrematação; empraçamentos de casas, moradas de casas, celeiros em Lisboa. Quinta de Loures	Inventários e Partilhas
12	Escrituras de compra. Dom Fradique.	Inventários e partilhas
13	Reconhecimentos de foreiros nas ruas da Parreira, Cutelaria, Castelo Picão.	Casamento, Dote e Arras
14	Quinta do Carregado (Herança de Jerónima Lobo) foreira às merceiras de Alenquer; Monte de Loyos; Quinta da Espiçandeira da Bordalia (quinta da Bordalia). Terras do Vale (Santarém) pertencentes à comenda de Alpedriz.	Alcaidaria Mor da Sertã
15	Morgado da Lobagueira	Comenda de S. Pedro de Merlim
16	Padroado da Lobagueira. Morgado da lobagueira	Comenda de S. Tiago de Besteiros
17	Lezíria da Praia	Comenda de S. Salvador de Castelões, S. Pedro de Babe e S. João Baptista de Sinfães
18	Lezíria da Praia	Escrituras de compra e venda
19	Propriedades de Jerónima Lobo; Certidões, Justificações Cópias de cartas; cartas; dívidas	Escrituras de aforamento e empraçamento
20	Propriedades de Jerónima Lobo; Verba para Missas na capela de Valentina Calvo; Instituição do Paul da Golegã e papeis do parentesco do instituídos dos Castros; Relação doe documentos que Rui de Figueiredo possuía; autos, contas sentenças de Pedro de Figueiredo;	Escrituras de arrendamento
21	Memórias genealógicas. Certidões de baptismo e enterro. Dívidas; contas.	Quitações
22	Alvarás; cópias de mercês; Provisões régias.	Escrituras avulsas
23	Serviços à Coroa: notícias, representações, petições, remunerações.	Cartas ou autos de arrematação
24	Papeis de Henrique de Figueiredo e de Miguel de Figueiredo	Sentenças
25	Herdade do Outeiro de Lavra (ou de S. Lourenço)	Sentenças
26	Mouchão do Esfolia Vacas	Sentenças

27	Contas, recibos, requerimentos; passaporte para ir a Inglaterra; Campanhas de D. João IV	Sentenças
28	Maninhos da Covilhã	Graças de Roma
29	Maninhos da Covilhã	Mercês da Coroa
30	Comenda de Sinfães	Mercês da Coroa
31	Comenda de Sinfães	Títulos de Posse
32	Comendas de Besteiros e de Castelões	Títulos de Posse
33	Comenda de Besteiros	Títulos de Posse
34	Comenda de Besteiros	Causas
35	Comenda de S. Pedro de Merlim	Causas
36	Comenda de S. Pedro de Merlim	Causas
37	Comenda de S. Pedro de Merlim	Causas
38	Morgado da Lobagueira - Sentenças	Miscelânea
39	Sentenças de dispensa matrimonial de Rui de Figueiredo com Maria Teresa de Noronha (3º e 4º grau); Certidões; Certidões da Aclamação de D. João IV; Vários	Miscelânea
40	Quitações de foros de Capelas	Miscelânea
41	Certidões de Missas e sepulturas na Lobagueira	Capitania dos Ilhéus da Baía.
42	Herança de Jerónima Lobo (vários papéis).	
43	Morgado de Cristóvão de Brito (Jerónima Lobo)	
44	Sentenças sobre o morgado de Jorge Fernandes d'Elvas (pai de Maria de Lima cc André de Figueiredo)	
45	Vários Diogo de Brito. Auto das Capelas de Fernão Cabral	
46	Sentenças sobre conflito entre Pedro de Figueiredo e Francisco de Figueiredo	
47	Vários papéis de Jerónima Lobo e Diogo de Brito (escrituras de emprazamento, foros etc.)	
48	Róis de pedreiros e carpinteiros - Pedro de Figueiredo	
49	Papéis que se acharam em casa de Diogo Varela por sua morte	
50	Papéis de Diogo Brito e Jerónima Lobo (sem importância)	
51	Papéis de Diogo Brito e Jerónima Lobo (sem importância)	
52	Papeis de Diogo Brito e Jerónima Lobo (sem importância)	
53	Róis de pedreiros e carpinteiros - Pedro de Figueiredo	
54	Papéis que se acharam em casa de Diogo Varela por sua morte	
55	Cartas de D. João IV a Rui de Figueiredo de Alarcão enquanto Governador da província de Trás os Montes	
56	Cartas de D. João IV a Rui de Figueiredo de Alarcão enquanto Governador da província de Trás os Montes. Copiador das cartas que Rui de Figueiredo de Alarcão escreveu ao rei	
57	Cartas de D. João IV a Rui de Figueiredo de Alarcão enquanto Governador da província de Trás os Montes	
58	Quitações de Diogo de Brito	
59	Cartas de D. João IV a Rui de Figueiredo de Alarcão enquanto Governador da província de Trás os Montes	
60	Vários papéis de Diogo de Brito; certidões de Jerónimo Nunes da Costa enviado a Amsterdão; certidões requerimentos; papéis vários	
61	Recibos; Carregamentos de Caixas de Açúcar	
62	Contas da Comenda de Castelões	
63	Papéis de Diogo Varela; Recibos.	
64	Padroado da Lobagueira	
65	Memórias de preços; vários	

66	Papéis respeitantes à quinta de Ota	
67	Comenda de S. Pedro de Merlim	
68	Recibos, escritos de dívidas; cartas	
69	Cartas e róis de contas respeitantes à Quinta de Ota e à Lobagueira	
70	Minutas de cartas de Pedro de Figueiredo para Henrique de Figueiredo enquanto governador de Angola; para os seus procuradores e correspondentes	
71	Maço de Cartas Pedro de Figueiredo para a Índia e outras muitas partes	
72	Maço de cartas de D. João IV para Rui de Figueiredo enquanto governador de Tras os Montes. Vários papéis de contas de comendas, cartas recibos quitações do mesmo.	
73	Papéis antigos de contas, róis e quitações de rui de Figueiredo	
74	Papéis quitações e recibos vários	
75	Papéis quitações, memórias e certidões de Rui de Figueiredo	
76	Cartas de Francisco Barreto, governador do Brasil a Rui de Figueiredo	
77	Certidões de serviços de Luís Gomes de Figueiredo; patente de governador de Rui de Figueiredo e papéis sobre os seus soldos; cartas de Francisco Barreto.	
78	Papéis de Maria Manoel de Vilhena	
79	Papéis de Maria Manoel de Vilhena	
80	Certidões de Missas; papéis contas e róis de Pedro de Figueiredo	
81	Cartas de várias pessoas (Corregedor de Viseu, João Coelho, Juiz de Fora etc.) sobre o tombo dos Maninhos ada Covilhã.	
82	Cartas de várias pessoas sobre o tombo dos Maninhos ada Covilhã.	
83	Cartas de Henrique de Figueiredo vindas de Angola; de José Carreira Tavira; José Alves Viana Padre João Bernardes, procuradores de Henrique de Figueiredo: Memórias de carregações etc. Cartas da Índia.	
84	Cartas do procurador de Pedro de Figueiredo das comendas de Besteiros	
85	Cartas e Manuel de Faria Pimentel procurador de Pedro de Figueiredo nas comendas. Besteiros.	
86	Cartas de rendeiros das comendas de Besteiros, devedor á casa; e cartas de procuradores das comendas S. Tiago de Besteiros; Castelões	
87	Cartas de procuradores das comendas a Pedro de Figueiredo S. Pedro de Merlim.	
88	Cartas de procuradores das comendas a Pedro de Figueiredo. S. Pedro de Merlim	
89	Cópias de letras do frutos da comendas. Cartas de rendeiros das comenda de Sinfães, Besteiros, Merlim.	
90	Cartas de procurador de Comendas d Besteiros e Sinfães	
91	Cartas sobre a comenda de Sinfães	
92	Cartas sobre comendas de Sinfães e Besteiros .	
93	Cartas dos feitores da Quinta de Ota.	
94	Cartas de várias sobre a Quinta de Ota; Cartas do padre Manuel Bernardes sobre a Ermida de Nossa Senhora da Encarnação; cartas de um rendeiro da Lezíria da Praia; Herdade da Aniza e da de S. Lourenço.	

95	Cartas do barqueiro do barco de Pedro de Figueiredo de Vila Nova(azambuja) e várias sobre Lezíria da Praia, Mouchão;	
96	Tombos com os emprazamentos dos Maninhos da Covilhã.	
97	Conjunto de documentos de Pedro de Figueiredo quando foi governador de Portalegre	
98	Conjunto de documentos de Pedro de Figueiredo quando foi governador de Portalegre	
99	Certidões de Missas de comendas de Besteiros.	
100	Certidões de cobranças feitas nas comendas de Besteiros; tombos da herdade da Aniza; Memórias respeitantes à Casa de Vila Real. Papéis sobre angariação de cavalos para o exército em Alenquer por Pedro de Figueiredo	
101	Contas, memórias, frutos da comenda de Besteiros.	
102	Recibos de dinheiro cobrado por Rodrigo António de figueiredo; escritos de arrendamentos dos caseiros da Lobagueira; cartas de dívidas de caseiros da Lobagueira.	
103	Testamentos de Isabel Coutinho, mulher de Pedro Jácome e de Mariana Coutinho, viúva de António Mouro da Silva. Verba do testamento de Rui de Figueiredo com nomeação em seu filho; certidões várias; Justificação de como a quinta de Ota não dava mais do que 25 pipas de vinho; arrendamento da horta de D. Fradique; Testamento de Isabel Coutinho, mulher de Bernardim Esteves; verba do testamento de Rui de Figueiredo ; Titulos antigos das casas da Portagem.	
104	Testamento de Maria Loba. Testamento de António de Brito de Meneses; vários; carta testemunhável do que se passou na Índia com Henrique de Figueiredo. Papéis avulsos.	
105	Sentenças relacionadas com a Capela de Maria Manoel de Vilhena.	
106	Alvará do Hábito de Cristo de Rodrigo António de Figueiredo na Patriarcal. Requerimentos de Miguel de figueiredo; conhecimento dos pagamentos das meias anatas das comendas;	
		Tombos vários (não estão em Maço)
		Documentos Avulsos
		Memórias genealógicas
		Gaveta dos pergaminhos

Quadro nº 3
Quadro comparativo temático – tombo de 1722 e tombo de 1807.

	Tombo de 1722	Tombo de 1807
Autor	Desconhecido. É possível que alguns registos tenham sido feitos por mão própria.	Desconhecido. O Inventário é redigido num tom pessoal, com referencias ao parentesco do senhor da casa com os produtores dos documentos.
Organização	Um volume dividido em quatro partes: a relação dos bens; relação dos rendimentos; relação das obrigações; relação dos documentos.	Dois volumes; um conjunto de cadernos avulsos. I- Tombo das propriedades, rendimentos, obrigações das mesmas. II- Índice Tipológico/geográfico de documentos. III- Índice por número de Maço.
	938 entradas	1155 entradas
	106 maços numerados	41 maços numerados
Avulsos	Referência a 3 maços de documentos avulso; referência a uma gaveta (nº 16) com documentos avulsos.	Um conjunto de documentos avulso (miscelâneas memórias genealógicas) Indicação de uma gaveta de pergaminhos.
Emendas/alterações	Sofreu várias emendas, anotações à margem, registo de tipologias documentais provavelmente retiradas dos maços originais (lista de testamentos no final do tombo)	Não sofreu emendas; a arrumação prevista ter-se-á mantido até à abolição dos morgadios ou até à ocorrência de uma inundação que obrigou a desfazer grande parte dos maços.
Arrumação física dos documentos	Arrumação em maços numerados sem indicação de um móvel onde eram colocados. Verifica-se, através do inventário, a arrumação posterior dos maços em gavetas de dois contadores com 16 gavetas cada um, gavetas essas numeradas de 1 a 16.	A arrumação prevista no inventário, e levada a cabo originalmente, era em maços feitos de rectângulos de cartolina unidos e atados com fitas de nastro largas. A lombada do maço podia alargar puxando-se as fitas, consoante a espessura do conjunto de documentos.
Pontos de acesso à informação nos inventários	Sumários: bastante diversos. Alguns são bastante completos. Nem todos têm data ou nomes.	Sumários bastante completos, elaborados pela seguinte ordem: primeiro a tipologia / acção a que se refere o documento; nome dos autores e destinatários do documento; acção a que diz respeito o documento; Nome da cidade, tabelião que elaborou certificou a acção ou o documento; data; cota, com nº de documento e nº de maço .
Pontos de acesso à informação nos documentos	Documentos dobrados várias vezes (em duas ou quatro dobras). Os sumários são escritos no verso dos documentos numa das dobras mais visível; alguma informação pode ter servido de base à construção do Tombo.	Os documentos são colocados em capilhas. A capilha tem as seguintes indicações nos cantos superiores: número de maço; morgado a que pertencem; tipologia do documento. Segue-se o numero do documento ao meio e abaixo; e por baixo do número o sumário.
Alteração de cotas físicas.	Cotas físicas alteradas; nova arrumação dos maços nos contadores, posterior à data da elaboração do Tombo, com a	Algumas cotas físicas alteradas provavelmente a partir do momento em que a documentação foi dividida

	indicação do nº de contador e de da gaveta.	(acompanhando a propriedade) e re-arrumada.
Tempo de elaboração	Provavelmente contínua..	Ao que tudo indica, terá sido feito num tempo sequencial (em 1807) sem registos acrescentados.
Inserção de registos	Inserção de registos dispersos até à década de trinta do século XVIII.	Não há inserção de registos novos. À partida pretendeu-se registar <i>toda</i> a documentação no inventário.
Perdas	Não havendo inventário de documentação anterior não se pode aferir perdas (excepto através dos documentos que referem a existência de ‘papéis’).	Através da leitura e comparação com o inventário de 1722 é possível identificar perdas de documentação.
Utilização	Marcas de utilização frequente através de manchas de uso no papel em determinadas páginas, nomeadamente na página onde se inicia o inventário de documentos.	Utilização frequente dos dois volumes. Maior desgaste do volume I, cujo conteúdo é a história e origem dos vários morgados da Casa.
Anotações	Sim. À margem e nos próprios registos, que são alterados, riscados, acrescentados, corrigidos.	Sim, pontuais: inserção de informação genealógica do ramo familiar de maior prestígio (Cabral) já no início do século XX. Outras notas a lápis com indicação do desaparecimento de determinados documentos; comentários ou datas relativas a gerações (nas árvores genealógicas)
Confirmações/ Certificação de dados e de posse noutros arquivos.	Registos atestam procura de certidões, confirmações, autenticação e validação de posse de bens, em arquivos eclesiásticos e régios.	Registos atestam procura de certidões, confirmações, autenticação e validação de posse de bens, em arquivos eclesiásticos e do Reino (Torre do Tombo)
‘tesouros’ familiares?	Referência a documentos mais importantes guardados num cofre (Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral, segunda metade do século XVIII).	Constituição de uma gaveta (a única) de pergaminhos, como sinal de importância conferida a tipo de documentos? (além do facto de serem pergaminhos)
Genealogia.	Não é incluída no Tombo. São registados vários documentos genealógicos.	Sim. São registados documentos genealógicos. Inserção de ‘tábuas’ genealógicas a par da história instituição e origem de alguns morgados. Informação genealógica dos ramos familiares sobre os quais poderia haver dúvidas (Brandões, Cabrais). No entanto destaque para a primeira e mais completa que diz respeito aos Figueiredos.
Registo de perda de documentação	Sim	Sim
Registo de perda de propriedades	Sim. Indicação de um sequestro de propriedades sobre o qual não se encontravam registos. (Mouchão do Esfolá-vacas)	Sim. Registo da existência da donataria dos Maninhos da Vila da Covilhã da qual já não se cobram rendas.

ANEXO nº 8

Quadro propriedades da Casa de Belmonte

Propriedades da Casa em 1807¹²⁰³

Nº	Morgado	Data instit.	Nome Instituidor	Herdeiro, ramo e data de herança	Foros / obrigações	Composição do morgado
1	Morgado do Castelo	08.04.1499 08.08.1503 23.02.1684*	Brás Afonso Correia	Jorge de Figueiredo Correia seu neto. Acrescentado por compra de Pedro de Figueiredo de Alarcão * <u>Data herança 1521</u>	Casa dos Porteiros mores 3\$400 rs.; Colegiada de Santa Cruz do Castelo 400 rs. Igreja de S. Bartolomeu 240 rs.; Hospital Real de Todos os Santos 66 rs. e 1 capão.	Casas, quintal, estrebarias, lojas e chão. Pátio de D. Fradique Manoel onde há cavalariças cocheiras, moradas de casas palheiros poço e uma grande horta com prado. Casas na Rua do Funil. Quinta do Pote d'Água ou Lagar das quatro portas, junto do Campo Grande
2	Morgado da Lobagueira	23.04.1517	Rui de Figueiredo (1) e Maria Correia sua mulher.	Segue na mesma linha c.1520	50 Missas em S. Bento de Xabregas; 3 hábitos de pano aos padres de S. Francisco (em Alenquer) ou aos Frades do Oratório de Santa Catarina; Convento das Virtudes.	Casal do Loural; Casal da Cruz Casal da Lobagueira; Casal Novo Casal dos Matos; Casal da Serra; Casal do Outeiro; Vinha da Ribeira de Palhaes; Casal da Ribeira de Palhaes; Casal da Carregueira Casal de Casal de S. Pedro da Cadeira; Casal Novo da Lobagueira; Cartaxeira; Rabigueira; Cabaia; Castelos; Seridieira; Cheleiros; Ponte de Pão; Quinta de Alcantara (até 1625 v.t.c.c.) Terra em Mouguellas (desde 1660 v.t.c.c.)

¹²⁰³ Fonte: *Tombo de 1807* (Acbl, Livro nº 51).

3	Morgado de Lavre e Capela de N. Senhora na Ig. de S. Julião Lisboa	04.12. 1526	Catarina Vicente/ Maria Manoel de Vilhena	<p>António Sanches Brandão e sua mulher Brites ou beatriz dias da Mota, sobrinha da Instituidora. Herda-o Rui de Figueiredo de Alarcão.</p> <p><u>Data herança:</u> <u>c. 1678</u></p>	Missa cantada na Capela de Nossa Senhora das Candeias na Igreja de S. Julião	Herdade do Monte do Outeiro, ou de S. Lourenço do Outeiro (freg. de S. Lourenço) Moinho perto da Ribeira (Lavre) Três casas na Cutelaria em Lisboa (?)
4	Morgado de S. Julião com capela de N. Senhora das Candeias na Ig. de S. Julião	27.10. 1656	Maria Manoel de Vilhena, filha de João Brandão Soares e de Maria de Sousa	<p>Rui de Figueiredo de Alarcão seu primo.</p> <p><u>Data herança:</u> <u>c. 1678</u></p>	Missas no valor de 30\$000 reis ano e 4 cântaros de Azeite à Igreja de S. Julião	Casas de morada em Alfama Um juro assente no Almoхарifado da Casa das Carnes de 103\$509 reis Juro de 16\$400 reis no Almoхарifado da Portagem que foi subrogado pelo Casal da Carregueira em Torres Vedras (ver Morgado da Lobagueira)
5	Morgado do Seixal e Capela de S. Bento de Xabregas	21.04. 1587	I sabel Coutinho filha de Rui de Figueiredo e de Maria Correia	<p>Filipa de Figueiredo filha de Duarte de Figueiredo (sua sobrinha) e mais tarde</p> <p>Leonor de Meneses filha de Rui de Figueiredo de Alarcão. (preferência à linha feminina)</p> <p><u>Data herança:</u> <u>1700</u></p>	A quinta do Seixal é foreira em 10 tostões aos padres do convento de S. Bento de Xabregas Foreira também em 14\$000 reis de juro na alfândega e cinco alqueires de azeite por ano Dez cruzados	Quinta do Seixal composta pelas terras seguintes: Lirio Val Romeira Quinta da formiga Vinha do Clérigo Vinha do Lirio Arrentela Quintinha do Cercado Mina

6	Morgado de Belmonte	Em 20.09. 1439 <u>Maria Gil</u> nomei a seu sobrinho Luís Alvares Cabral . 26.08. 1762 (data do testamento de Caetano o Francisco Cabral)	D . Gil Bispo da Guarda, <u>Maria Gil</u> , e sua filha, Fernão Cabral e sua Mulher Isabel de Gouveia, Maria de Mendonça Francisco Cabral Filipa Meneses Diogo Francisco Serôdio e sua mulher Isabel Nunes	Caetano Francisco Cabral morre deixando o morgado a sua filha ilegítima Catarina Avertana mas quem o herda é Madalena Luisa de Lencastre neta de Margarida de Meneses, filha de Pedro Alvares Cabral <u>Data herança: 1762</u>	Das Capelas: Capela de N. S. da Piedade: os instituidores + terça de Fernão Cabral e s. mulher que juntaram as merceiras para ouvirem missa Capela de Francisco Cabral -Nossa Senhora da Esperança no convento de Padres Terdeiros junto a Belmonte; Capela do Mirgado de Penamacor, Capela da Trindade de Filipa de Meneses; Capela do convento do Carmo, de Carlos Nunes e António Gomes Nunes; Capela ambulatória de missa quotidiana de Francisco Coronel; Capela Ambulatória de Francisco de Sá e Meneses; Capela do Serôdio; Pelo Prazo do Teixoso ao Cabido da Sé	Juros em Elvas, Portalegre e Estremoz. 100\$000 reis no Almojarifado de Évora 60\$000 reis de juro na Casa de Monsanto Vinhas e fazendas no Algarve Matos no termo de Alenquer Quinta dos Marcos de Sacavém (foreira ao visconde de Ponte de Lima) Fazenda em Val de Judeus Em Lisboa: Casas por trás da igreja de S. Tiago, serviu de Hospital dos Castelhanos e no início do século XIX é referida como “hermida do Palácio do Castelo” (Pátio de D. Fradique) Em Povos: Fonte Nova; Monte Gordo Em Castanheira: Quinta da Boavista; Boi Alvo; Casal do Pinheiro ; Chão na calçada que vai para o convento de freiras Em Vila Franca: Barrão Em Serpa: Herdade da Cabeça do Azinho ou de João Pereira; Quinta das Laranjeiras ao Cartaxo Arneiro ao Foradoiro(?) Juro de 125\$600 no almoxarifado de Lamego Em Belmonte: Entre águas; Fazendas do Serôdio (Entre águas); Colmeal (Entre águas); Gaia (Entre águas); Quinta Cimeira (Entre águas); Quinta do Meio (Entre águas); Quinta das Olas (Entre águas) Quinta dos Trigos (Entre águas); Quinta do Espírito Santo; Quinta do Monte; Enguias (Entre águas); Carvalhal (Entre águas); Malpica (Entre águas) Massainhos (Entre águas); Orjaes (Entre águas) Aldeia do Mato (Entre águas); Gonçalo (Entre águas) Peraboa e Ferro ; Dominguiço e Alcaria Rei Fernando e Pereiras
---	----------------------------	---	--	---	--	---

7	Morgado das Terças	17.1. 1626	António Fernandes d'Elvas e Maria de Lima	Mariana de Lima sua filha (que c.c. André de Figueiredo Coutinho) que o doou, por sua vez, a Henrique de Figueiredo de Alarcão. <u>Data herança:</u> 1699	Missa quotidiana na por Mariana de Lima, Antonio F. d'elvas e Mariana Coutinho Capela do Rei Salvador: missa pelas almas do purgatório	Juro no Almojarifado de Elvas de 136\$360 reis Juro na Casa do Pescado de Lisboa de 100\$000 reis Casas na rua da Portagem em Lisboa (já não estão na posse do 1º CB) Quinta, Horta, terras olival e casas no campo de Alvalade grande Casas na Rua da Bemposta Casas na Rua da Atalaia Casas na Rua dos Mercadores Casas à Portagem Velha Casas por acabar acima de S. Jorge Casas às Pedras Negras Casas na Rua Direita de Santa Catarina.
8	Morgado Madalena Luísa de Lencastre	06.12. 1725	Madalena Luisa de Lencastre	Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral <u>Data herança:</u> 1671	Não tem	34.000 cruzados em dinheiro de Henrique de Figueiredo (em dívida de Rodrigo António de Figueiredo que deveria pagar 850\$000 reis anuais de juro) 14.000 cruzados de seu tio e deles lhe deve seu irmão Rodrigo António 480\$000 reis 20.000 cruzados de seu pai, dos quais seu tio Carlos de Noronha, Conde de Valadares lhe deve 10.000 a juros e dos juros atrasados (pagou apenas 3.000 ficando a dever 8.000 cruzados) (a pagar 333\$800 reis /ano) Joias, prata e ouro. Um diamante de preço dado pela Infanta D. Francisca 2.000 cruzados que as rainhas costumam dar às damas para uma joia. Total deste morgado: 27.562\$078 reis
9	Morgado instituído por Luísa Joana Coutinho		Luísa Joana Coutinho	Madalena Luísa de Lencastre/ Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral <u>Data herança:</u> 1763	Alumiar imagem do Senhor Reformador	Toda a importância do seu dote, que se compõe de uma tença de 500\$000 reis na Alfândega do Porto Tudo o que lhe tocar da herança de seu marido. Santa Imagem do Senhor Reformador

10	Capela de S. Nicolau	21.10.1432	Vasco Lourenço Esteves e sua mulher Isabel Afonso	Jerónima Lobo viuva de Diogo de Brito deixa-a a Rui de Figueiredo de Alarcão <u>Data herança:</u> <u>c. 1676</u>	2 merceeiras a 1200 reis cada 8 missas de 500 rs	Seis moradas de casas pequenas foreiras em duas galinhas e um frango (casas que arderam no terramoto de 1755) Um casal em Janes, Sintra subrogado em 4 de Agosto de 1761 por umas fazendas no lugar de Ota pertencentes aos Juizo das capelas Um lugar nos Olivais emprazado a Santo Estevão Casal em Tirras (estes dois últimos estão desanexados em 1807)
11	Capela da Lobagueira	11.12.1678	Rui de Figueiredo de Alarcão		missa quotidiana	Do que herdara de Maria Manoel de Vilhena, os 120\$000 reis de juro na casa da Portagem e nas casas dos cinco para que ficassem 100\$000 reis obrigados à capela de S. Julião, e o que sobejasse destas fosse aplicado nesta capela

12	Capela da Barreteira	06.08.1807	Padre Baltasar Alves	<p>Doadada pelo príncipe regente a Vasco Manoel de Figueiredo Cabral da Câmara</p> <p><u>Data herança</u></p> <p>Tomou posse a 23.09.1807,</p>	12 missas pelo padre Baltazar Álvares de 60 reis cada	<p>Propriedade que consta de 2 casas térreas de telha vã com 2 quintais místicos a elas em Maçons de D. Maria</p> <p>Terra à fonte Galega com Videiros e castanheiros</p> <p>Tres talhos de terra à Chã da Ribeira do Velho</p> <p>uma terra de mato à Fonte Carvalha Olival à Chã das Redouças; Olival ao Val do Covo</p> <p>Um olival à Ladeira do Penedo; Courela de Terra com tres oliveiras e uma terra alheia ; Um Olival ao fundo das Redouças com duas testadas de matos</p> <p>Uma terra no mesmo sítio com oliveiras; uma terra à Cabreira com 5 carvalhos; Uma terra que foi vinha com 2 carvalhos à ribeira do Velho; uma horta no mesmo sítio; Uma horta chamada do Boi, com courela de mato tapada sobre si dois castanheiros e uma videira; Um olival a onde chamam os Quintões da Rebouças; Um olival a que chamam o canteiro</p> <p>Uma terra à cruz da Pedra, que hoje hé vinha, com oliveiras, e mato;</p> <p>Uma terra com quatro oliveiras, e cercada de mato à Loinha ; Uma terra com carvalhos, videiras, e testada de matos no sito dos cantos; Um olival, e Tugeira a que chamam o Porto dos Carros ao fundo do ribeiro dos Cabaços; Um olival à Ladeira das Redouças; Um olival, com uma testada de mato às Lameiras das Redouças; Um olival nas lameiras das Redouças; Um olival no mesmo sitio; Dois talhos de terra e um carvalho no sitio da vinha ; A Terça parte de seis Carvalhos, e outro próximos à Ribeira; Um Quintal na Vila à Porta da Carriça; Um talho de terra com carvalhos à Ribeira do Velho; Dois talhos de terra de mato, com dez e oito Oliveiras à chã das Redouças; Uma horta tapada sobre si, chamada Quintal do Barreteiro, dentro das Quintas dos herdeiros de Manoel Alves dos Casais</p>
----	----------------------	------------	----------------------	--	---	---

13	Fazendas de Mariana Coutinho	19.02. 1700	Mariana Coutinho c.c. António Mouro da Silva	<p>Leonor Margarida de Meneses filha de Rui de Figueiredo de Alarcão</p> <p>Madalena Luísa de Lencastre.</p> <p>Paula Margarida de Meneses¹²⁰⁴</p> <p>Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral.</p>	15 missas rezadas e uma cantada no convento da Luz por Camila Teles e 100 reis de foro à Igreja da Madalena	<p>Quinta no Paço do Lumiar (vendida pelo 1º cb a António Colaço da Silva)</p> <p>Em Ota:</p> <p>5 oliveiras;</p> <p>15 pés de oliveiras no Olival das Fontes</p> <p>11 pés de oliveiras</p> <p>9 oliveiras do Carvalhal até à Fonte da Aldeia</p> <p>8 pés de oliveiras no Olival do Inferno</p> <p>Um olival pegado ao da casa com 65 pés de oliveiras</p> <p>Duas terras no vale de Ota que levam 4 alqueires de sementeira</p> <p>Uma terra na Varzea de Ota que leva 5 alqueires e meio de sementeira</p> <p>[estas terras recebeu Pedro de Figueiredo da terça que lhe coube de 300\$000 reis da senhora Isabel Coutinho.]</p> <p>Um casal em Torres Vedras que tem as seguintes propriedades:</p> <p>Uma terra à ponte de rei</p>
----	------------------------------	-------------	--	--	---	--

¹²⁰⁴ Herdou o casal em Torres Vedras.

14	Quinta d'Ota	08.04. 1499	Rui de Figueiredo o filho de Henrique de Figueiredo	<p>Foro ao convento de Odivelas 12\$800 reis;</p> <p>Moinho dos Paços foreiro à Misericórdia de Alenquer em 27 alq. de trigo.</p> <p>Foro aos frades de S. Paulo de 23 Alqueires de trigo, 10 Alq. de mistura e 6 frangas</p> <p>Foro à Igreja de Sto. Estevão de 400 reis.</p> <p>Vários foros a Gonçalo Peixoto</p> <p>Foro ao Mosteiro de S. Jerónimo do Mato.</p> <p>3 Missas na Igreja de Ota por Catarina Fernandes.</p> <p>Foro ao convento de S. Paulo.</p> <p>Foro à Rainha.</p> <p>Foro à Câmara de 400 reis</p> <p>Pensão para o Santíssimo da freguesia de Ota de três cântaros de azeite.</p>	<p>Uma terra Entre as águas no limite do lugar de Ota</p> <p>Uma terra mística com 59 pés de Oliveiras [pertencem à capela de Catarina Fernandes com obrigação de 3 missas de 200 reis.</p> <p>Terras no lugar de Ota; Uma terra na Varge de Ota [subrogadas pelo casal de Janes em Sintra. Duas courelas na Varge de Ota. Uma terra nos Paços que leva 12 alqueires de sementeira. e fica junto às da quinta . Uma terra no vale de Ota que leva de sementeira 5 alqueires. [todas pertencem à capela de Vasco Lourenço] ; Vinte e oito pez de oliveiras grandes que estão no Limite de Ota em terras alhêas. ; Uma terra a onde chamam o Pomar novo</p> <p>Uma casa com seu chão sita na Boca da Mata.</p> <p>Um Arneiro com seus pés de Oliveiras a onde chamam Val de Carro; Umas terras, e olivais, sitos no Lugar de Ota; Três pedaços de terra em Ota, um na Varge, o qual foi de António Pires, outro que vai para Monte de donde (redondo?), e o outro no caminho da Atouguia.; Um olival em Ferragudo, Prazo em vidas à Igreja de Santo Estevão de Alenquer em 400 reis. Há huma certidão do Prioste d'esta Igreja, de Ter recebido vinte mil reis de Laudemio d'este Olival, e outra pela qual consta de dois Prazos sitos em Otta, foreiros, hum em 400 reis, o qual comprou o Senhor Pedro de Figueiredo, e o (pág. 159) outro sito em Ferragudo em 200 reis, e duas galinhas.</p> <p>Uma terra chamada do Pelo. Sita na Varge de Ota, que levará 5 alqueires de sememadura, e tem três pés de Oliveiras; Duas terras baldias, e matos uma por cima do casal de Suro Galego, que consta de terras com seus matos baldios, e seu pedaço de Bacello, e a outra chamada da Burralha que está antes de chegar a Monte redondo, que também consta de terras, matos, e baldios.;</p> <p>Oito Oliveiras no sitio do Carvalhal junto à estrada que vai dos Paços para Otta, digo para o lugar . d'Aldea.; 14 oliveiras com seu chão no sitio do Carval, Limite de Ota; 2 ditas ás Fontes de Ota, na boca da mata, sitas na terra de Gonçalo</p>
----	--------------	-------------	---	--	---

						Manoel.; Uma courela de terra, que consta de terras e oliveiras junto ao Lugar de Ota.;
	Ota cont.					Huma terra na Varge dos Paços que levará 12 alqueires de sementeira ; 17 pês de oliveiras no mesmo sitio aos Carvalhais indo para Ota; Uma oliveira no Olival chamado o Calhão, cuja terra é de Jorge Fernandes; 3 oliveiras em terra da Quinta da Torre, duas junto ao Serrado de Jozé Henriques, e outra mais abaixo; Um serrado de terra com 5 oliveiras no sitio dos Paços; 2 oliveiras junto ao Olival dos Paços, em terra desta casa; uma Courelinha de terra dentro no Serrado desta Casa, junto do Moinho; Uma courela de terra na Varge de Ota, que levará 2 alqueires de sementeira; 2 oliveiras na Boca da Mata, uma delas dentro da vinha do Pedro Manoel de Araujo, e outra de fora da mesma vinha; Uma terra no Vale de Ota, que levará cinco alqueires de sementeira. Estas fazendas tem a obrigação, e encargo de quatro Missas cada ano na Igreja de Ota;Dez alqueires de trigo no casal chamado da Cotobia, no limite de Penafirme.; Uma terra no sitio de Val de Sequeiro, junto ao Monte Redondo; Uma terra a que chamam Vale de Chiqueiro, sita no limite de Monte Redondo; Três pedaços de vinha, que todos estão místicos, no sitio dos Arneiros do Lugar de Ota, dos quais são dois foreiros, ou sençoaes, cuja natureza se ignora, em dois alqueires (pág. 160) de trigo, e duas galinhas aos Monges de S. Jerónimo do Mosteiro do Mato.

	Ota					<p>A Quinta da Vidigueira, que se semeia de pão por conta da casa.</p> <p>Um casal chamado de Suro Galego, que consta de terras de pão, vinha, arvoredo mata borralha, oliveiras e outras pertenças. Neste casal estão vinculados 300\$000 reis, que a Senhora D. Mariana Coutinho deixou no seu testamento ao Senhor Pedro de Figueiredo para este efeito, e se acham julgados por sentença do Juizo das Capellas de Lisboa em 16 de Junho de 1714, e o mais que o dito Senhor deu quando fez a referida compra.; A Quinta da Aldeia de Ota, que foi dos Padres paulistas; A Quinta de Val Longo, que Pedro da Câmara comprou.; Rui de Figueiredo subrogou em 1592 uma terra que possuía chamada o Rabo de Camelo, que levava de sementeira dois alqueires e meio, por uma terra de pão chamada da Adema, na Ribeira de Ota, que levará de sementeira cinco alqueires e meio, a qual era de Antonio Gomes de Carvalho.; Um moinho, e suas pertenças</p>
15	Morgado do Campo Grande	4.08.1662	Maria de Lima c.c. António Fernandes de Elvas	<p>Jorge de Figueiredo de Alarcão (irmão mais velho de Pedro de Figueiredo m.m.)</p> <p><u>Data herança:</u> <u>1662</u></p>	<p>Foro à Sé de Lisboa</p> <p>Foro ao Convento de S. Vicente de Fora</p> <p>Foro ao Convento da Trindade</p> <p>Foro à Câmara de Lisboa</p>	<p>Quatro prazos no Campo Grande que se compõem do seguinte:</p> <p>Casas nobres com uma Horta, foreiros em vidas á Sé de Lisboa em 1333 reis, 6 galinhas e dois frangos.</p> <p>Uma Horta Prazo foreiro em vidas ao Convento de S. Vicente de Fora em 1200 reis, e 4 galinhas. Consta de casas, vinhas, e um pedaço de olival.</p> <p>Uma Horta que consta de casas, vinha, e olival foreira em vidas ao Convento da Trindade de Lisboa em 20\$000 reis ano.</p> <p>Treze moradas de casas junto ás Casas nobres, cujo assento é prazo enfateozim foreiro à Câmara de Lisboa em 40 reis cada ano.</p> <p>No Testamento de António Fernandes d'Elvas, e D. Maria de Lima, faz menção do Prazo de S. Roque da Cataquefarás, foreiro ao Convento de Santa Clara, porém os antepassados do 1º CB não o possuirão.</p>

16	Casal do Monte Redondo	04.06. 1670	Mariana Coutinho c.c. Francisco Vaz de S. paio, filha de Pedro Jácome de Figueiredo e de Isabel Coutinho	Rui de Figueiredo seu primo <u>Data herança:</u> 1670	esmola de 6\$000 reis de esmola às freiras de Évora, remido. 14\$000 reis para a missa quotidiana na capela da Lobagueira. liga-se também aos legado de Maria Manoel de Vilhena	Casal de Monte Redondo consta de terras de pão que pega com a quinta d'Ota.
17	Alcaldaria mor de Sertã e Pedrógão	23.12. 1734	Doada pelo Infante D. Francisco a Vasco da Câmara.	1732.		
18	Comenda de Merlim	12.08. 1611	Cristóvão Soares pai de Teresa de Noronha .	Rui de Figueiredo de Alarcão		
19	Comenda de S. Salvador de Castelões (Viseu)	14.08. 1657	Rui de Figueiredo de Alarcão remuneração de serviços.	Rui de Figueiredo de Alarcão		
20	Comenda de S. João Baptista de Sinfães (Lamego)	14.08. 1657	Rui de Figueiredo de Alarcão remuneração de serviços.	Rui de Figueiredo de Alarcão		Casa térrea telhada, comprada por Rui de Figueiredo de Alarcão em 20 Set. 1667 no Terreiro de Louredo da Ponte, junto à capela de S. Bento. Casa térrea comprada por Rui de Figueiredo de Alarcão em 20 Set. 1667 em Travassos
21	Comenda de S. Tiago de Besteiros (Viseu)	12.11. 1657	Rui de Figueiredo de Alarcão remuneração de serviços.	Rui de Figueiredo de Alarcão		
22	Comenda de S. Pedro de Babe		Vasco da Câmara em remuneração de serviços de seu pai, D. José Rodrigo Telles da Câmara			

23	Donataria dos Maninhos da Covilhã		Brás Afonso Correia			
24	Lezíria da Praia		Henrique de Figueiredo – deixa-a a Rui de Figueiredo.			
25	Salvaterra de Magos		Compra			
26	Tenças					
27	Palácio da Boa Hora					
28	Legado de Jerónima Lobo	14.05. 1675	Rui de Figueiredo de Alarcão		<p>Foro às merceeiras de Alenquer em 100Alqueires de trigo, um tonel de vinho ou 5.000 reis</p> <p>Foro aos padres de S. Domingos em 10\$000 reis cada ano</p> <p>foro às merceeiras da Rainha em 20 alqueires de cevada e 20 de trigo por ano.</p> <p>Foro à Comenda de Apedriz</p> <p>Foro ao Cabido da Sé</p>	<p>Prazo no Carregado chamado também Quinta no Carregado(quinta, serrado e terra que chamam das Barradas) foreiro às merceeiras de Alenquer.</p> <p>Quinta de Monte de Loios, perto do Carregado, composta de casas, vinhas, terras de pão, olival e árvores de fruto), foreira aos Padres de S. Domingos. prazo em vidas.</p> <p>Quinta da Especendeira da Bordalia ou Brandôa, junto ao Carregado consta de 2 casas palheiro, terra com oliveiras vinha mata e matos. É foreiro às merceeiras de Santa Isabel</p> <p>Prazo no Vale de Santarém composto de 7 courelas (6 livres) foreiro à comenda de Alpedriz</p> <p>Uma morada de casas na rua das Parreiras fora das portas de Santa Catarina em Lisboa, prazo foreiro ao Cabido da Sé.</p> <p>Três moradas de casas a Castelo Picão.</p>
29	Sintra (?)				Casa Real	Quinta e casas dos Pisões: foro de 24\$00 reis comprado por Vasco da Câmara à família real
n.a						Herdade da Cabeça de Azinho em Santo Estevão – Serpa
n.a						Herdade da Aniza
n.a				Vasco da Câmara		Herdades de Maria Ribeira, sitas no termo de Elvas, pertencentes ao vínculo que o conde da Ribeira possuiu e herdade de Pereira de Baixo, também pertencente ao mesmo vínculo.

ANEXO Nº 9

Datas de Produção Documental

Nome	Data nasc.	Casamento (datas início e fim)	Floruit ou notíc. mais antiga	Data morte	Data de produção casal	Outros dados
Rui de Figueiredo c. 1x c. Maria Jácome;	1493	?	c.1493	† entre 1517 e 1521	1493-?	Rui de Figueiredo produziu documentação pelo menos desde o ano de 1493. Casou a primeira vez com Maria Jácome.
Rui de Figueiredo c.2x c. Maria Correia	-	c. 1500	-	-	c.1500-1521	Casou segunda vez com Maria Correia Filha legitimada do desembargador Brás Afonso Correia.
Jorge de Figueiredo Correia; Catarina de Alarcão	c. 1500 (?)	c. 1526-1550 (?)	c.1522	†. c. 1551	1526-1550/51	Jorge de Figueiredo Correia recebeu por doação dada em 1521 todos os bens do seu avô, Brás Afonso Correia. Em 1522 ainda era menor. Casou com Catarina de Alarcão Irmã colaça e dama da rainha D. Catarina de Áustria, que terá vindo para o reino com aquela em 1626 (data provável do seu casamento).
Rui de figueiredo Correia; Catarina de Castro	n. c. 1530	c. 1569-78	c.1555	† 4-08-1578	1569-1598	O documento mais antigo de Rui de Figueiredo Correia data de 1555. Consideramos como possíveis datas de produção do casal entre 1569, data de um emprazamento na Lobagueira ¹²⁰⁵ e 1598, data de produção do último documento de Catarina de Castro. É provável que tenha sido ela a assegurar a gestão dos bens de seu marido depois da sua partida para Alcácer, uma vez que foi nomeada para lhe suceder na Quinta de Ota de que tomou posse em 1583. Terá produzido documentação até 1598, último documento registado no ACBL.
Jorge de Figueiredo c.1x c. Maria Brandão de Sousa	Antes de 1578	1594-95 até c. 1608	c.1582 ¹²⁰⁶	† 26-10-1645	1594-95 a c. 1620	Nascido antes de 1578, foi o filho primogénito de Rui de Figueiredo Correia e de Catarina de Castro. Casou a primeira vez com Maria Brandão de Sousa cerca de 1595, data aproximada do nascimento do seu filho mais velho, Rui de Figueiredo de Alarcão. Ficou viúvo em 1608.

¹²⁰⁵ Tombo de 1722, ACBL, cx. 47, nº1, fl.9 vº.

¹²⁰⁶ Data do primeiro documento produzido(ACBL, cx.9, nº3)

Nome	Data nasc.	Casamento (datas início e fim)	Floruit ou notíc. mais antiga	Data morte	Data de produção casal	Outros dados
Jorge de Figueiredo c.2x c. Madalena de Oliveira,	-	c. 1620/30 (?)	-		1620-1645	Casou segunda vez com Madalena de Oliveira, muito provavelmente depois de 1620(?), de quem teve três filhos.
Rui de Sousa de Alarcão	Antes de 1578	--	1598	† c.1604/5	1598-1605 (?)	Nascido antes de 1578, filho segundogénito de Rui de Figueiredo Correia, Rui de Sousa de Alarcão. Governador de S. Tomé. Não casou. Não deixou geração. Os seus serviços foram herdados por Rui de Figueiredo de Alarcão e consubstanciaram-se na primeira comenda da Ordem de Cristo.
Maria Henriques; Gaspar Ramos de Sousa Lobo	Antes de 1578	30-12-1590/1636	1598	† 1636	1598-1636	Nascida antes de 1578, Maria Henriques é filha de Rui de Figueiredo Correia e de Catarina de Castro. Fez testamento em 1624 e em 1636, provavelmente pouco antes de morrer. Não deixou geração. Nomeou o seu irmão Jorge de Figueiredo como seu herdeiro universal.
Rui de Figueiredo de Alarcão c. 1x c. Teresa de Noronha	n. c. 1595	1º casamento 1650-1653	c.1625	† 1679	1650-1655	Filho primogénito de Jorge de Figueiredo e de Maria Brandão. Casou a primeira vez em 1650 com Teresa de Noronha de quem não teve descendência.
c.2x c. Margarida de Meneses	-	2º casamento 1655-63	-	-	1655-1679	Casou segunda vez em 1655 com Margarida de Meneses de quem teve descendência. Considerámos a produção de documentação do casal entre 1655 e 1663. Sabemos que Margarida de Meneses já tinha falecido em 1679, uma vez que através da cópia do testamento de seu Rui de Figueiredo e mencionam as certidões de missas por sua alma ¹²⁰⁷ .
Luís Gomes de Figueiredo	n.c.1600-1605	--	1632	†1648	n.a.	Filho de Jorge de Figueiredo e de Maria Brandão de Sousa. Deixou geração ilegítima.
Henrique de Figueiredo	n.c.1605	--	1627	† 1653	n.a.	Filho de Jorge de Figueiredo e de Maria Brandão de Sousa. Não deixou geração.

¹²⁰⁷ Cópia do Testamento do Senhor Rui de Figueiredo, pelo qual instituiu uma Missa quotidiana em Nossa Senhora da Encarnação da Lobagueira por sua alma e de suas mulheres as Senhoras D. Maria de Noronha e D. Margarida de Menezes. Feito em Lisboa a 14 de Dezembro de 1678 (ACBL, cx.12, nº18).

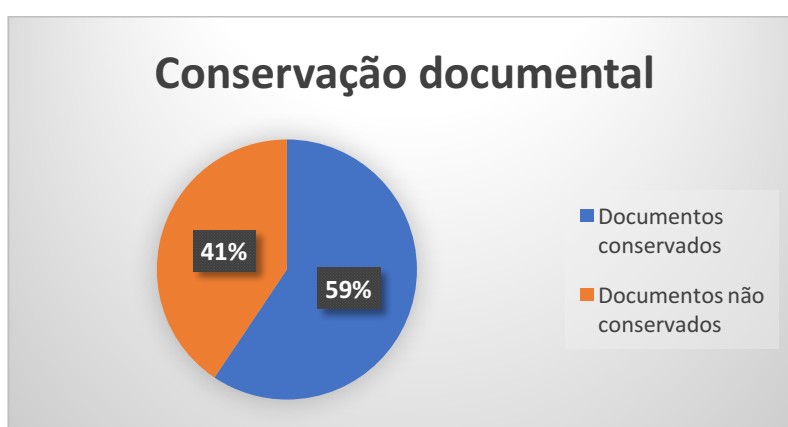
Nome	Data nasc.	Casamento (datas início e fim)	Floriuit ou notíc. mais antiga	Data morte	Data de produção casal	Outros dados
Pedro de Figueiredo de Alarcão c.c. Francisa Inês de Lencastre (n. 1664)	n. Outubro de 1657	10-09-1695	c.1680	† 29-03-1722	1695-1722	Filho de Rui de Figueiredo de Alarcão e de Margarida de Meneses. Teve cinco filhos. Prestou serviço como diplomata e no exército.
Henrique Figueiredo de Alarcão	n. 1658	n.a.	c.1680	† 05-04-1723	1658-1723	Filho de Rui de Figueiredo de Alarcão e de Margarida de Meneses. Não deixou geração.
João de Meneses	?	n.a.	1699	† 1702	1702	Filho de Rui de Figueiredo de Alarcão e de Margarida de Meneses. Viveu em Ota; deixou duas filhas ilegítimas, freiras no convento de Santos (Paula e Joana de Meneses)
Rodrigo António de Figueiredo c.c. Luísa Joana Coutinho	05-04-1698	21-02-1730	1707	† 19-02-1762	1730-1763	Filho de Pedro de Figueiredo de Alarcão e de Francisca Inês de Lencastre. Casou com Luísa Joana Coutinho (n.27-05-1693-†1763) filha de Filipe de Sousa e de Catarina de Meneses. Morreu a 19 de Fevereiro de 1762. Não deixou geração.
Madalena Luísa de Lencastre c.c. Vasco da Câmara	13-10-1696	2-03-1726	1714	† 20-03-1771	1726-1777	Filha de Pedro de Figueiredo de Alarcão e de Francisca Inês de Lencastre casou com Vasco da Câmara (n. 18-05-1705-† 28-01-1777). Deixou geração.
Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral c.c. Mariana de Meneses	29-06-1732	8-02-1765	1762	† 21-06-1794	1765-1797	Filho de Madalena Luísa de Lencastre e de Vasco da Câmara. Casou com Mariana de Meneses (n. 13-02-1743; † 8-02-1797), filha de José de Meneses Castro e Silveira e de Luisa de Rapach. Deixou geração.
Leonor da Câmara	15-01-1736	XX	1766	† ?	1766	Filha de Madalena Luísa de Lencastre e de Vasco da Câmara. Não deixou geração.
Vasco Manuel Figueiredo Cabral da Câmara c.c. Jerónima Margarida de Noronha	16-04-1766	17-01-1795	1777	† 18 - 11-1830	1795-1840	Filho de Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral e de Mariana de Meneses. Casou com Jerónima Margarida de Noronha (n. 27 -11-1767; † c. 1840) filha de José de Noronha e de Mariana Isabel das Montanhas Ribeiro Soares Castilho. Deixou geração.
José Maria de Figueiredo Cabral da Câmara	30-01-1768	--	1780	† 22-03-1804	1780-1804	Filho de Pedro da Câmara de Figueiredo Cabral e Jerónima Margarida de Meneses. Não deixou geração.

ANEXO N° 10

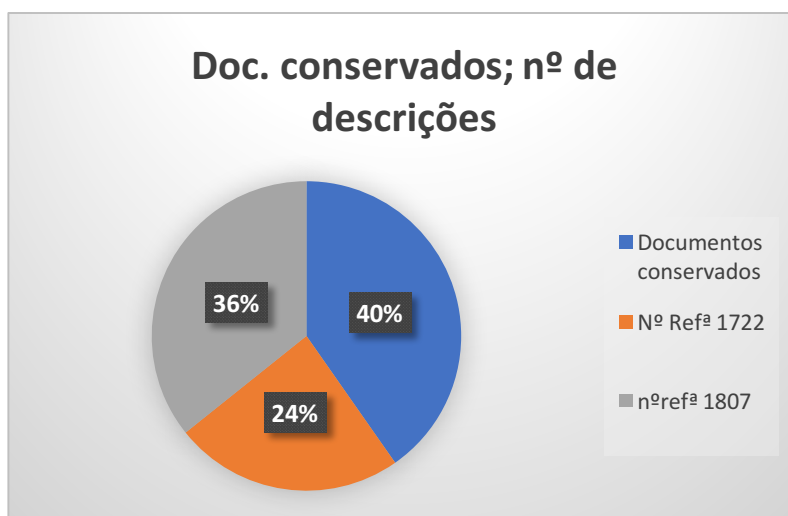
Tendências gerais de produção documental.

Universo: 1975 descrições entre 1464 e 1840.

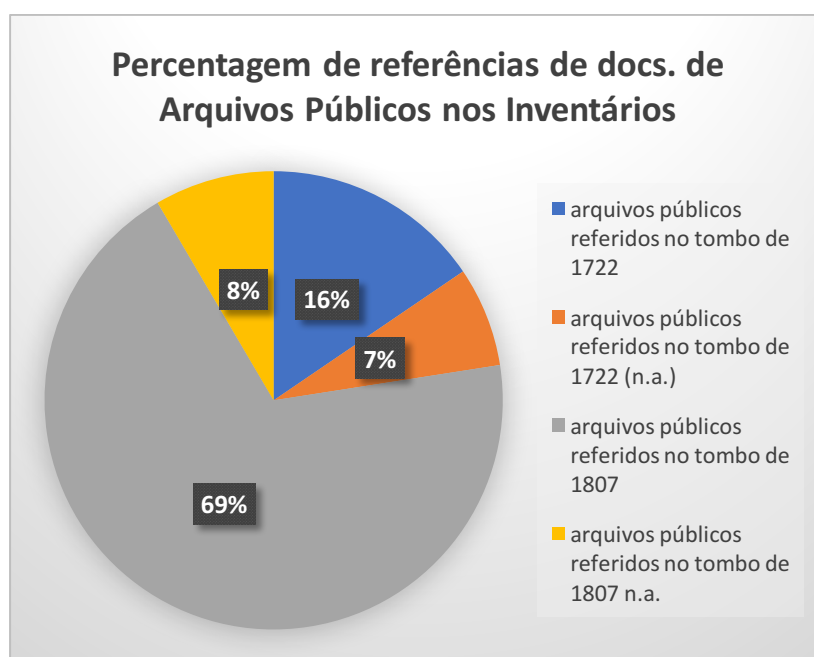
Conservação documental	
Nº de documentos conservados	1169
Nº de documentos não conservados identificados nos Tombos	799
Documentos não conservados entre 1722 e 1840	352
Arquivamento discordante	154
Dos quais em dúvida	28



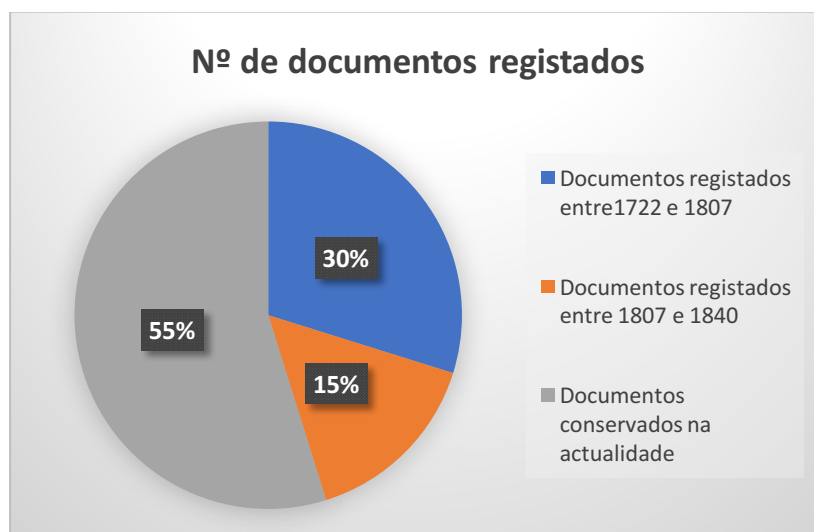
Número de descrições 1722; 1807; 1997	
Nº de documentos conservados	1169
Nº de descrições no Tombo de 1722	696
Nº de descrições no Tombo de 1807	1037



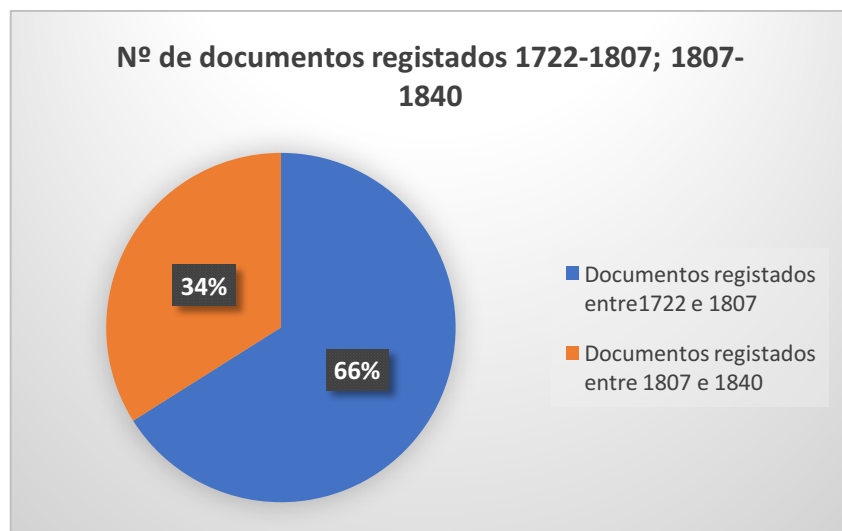
Referências em arquivos públicos	
Total Ref ^a em arquivos públicos	196
Docs. registados em arquivos públicos referidos no tomo de 1722	11
Docs. registados em arquivos públicos referidos no tomo de 1722 (n.a.)	5
Docs. registados em arquivos públicos referidos no tomo de 1807	49
Docs. registados em arquivos públicos referidos no tomo de 1807 n.a.	6



Nº de documentos registados	
Nº de documentos registados entre 1722 e 1807	636
Nº de documentos registados entre 1807 e 1840	327
Nº de documentos registados na actualidade	1169



Nº de documentos registrados 1722-1807; 1807-1840	
Nº de documentos registrados entre 1722 e 1807	636
Nº de documentos registrados entre 1807 e 1840	327



ANEXO Nº 11

TOMBO DE 1722

fl. I

TOMBO COM VARIAS RENDAS E TODAS AS FAZENDAS PRAZOS E (...) QUE PRETENCEM A ESTA CAZA EM QUE MEU PAY E SENHOR PEDRO DE FIGUEYREDO SE ACHAVA DE POSSE ATHE SEV FALEÇIMENTO E DISTINCTAMENTE AS QVANTIAS POR QUE CADA HVA DAS DITAS FAZENDAS NESTE ANNO DE 1722 SE ACHÃO ARENDADAS, E A QVEM COMO TAMBEM AS PENÇÕES CAPELAS E ENCARGOS E FOROS A QUE AS SOBREDITAS FAZENDAS ESTÃO OBRIGADAS, E INVENTARIO DE TODOS OS PAPEIS QUE SE ACHARÃO.

fl .II

Index do que comthem este livro em suma.

De p.2 athe p 9vº huma relção das rendas sabidas de todas as fazendas morgados Capelas prazos e todas as mais como também a qualidade dellas.

De p 10 athe p 14 se acha outra relação das obrigações dos Morgados e Capelas Penções e foros que deve o António de Figueiredo Correa em Cada hum anno satisfazer dos Morgados, e mais fazendas que lhe pertencem.

De f. 15 athe f.25 se acha outra rellação que da Larga noticia das fazendas todas que o sr. Pedro de Figueiredo que Deus tem pessuhia, e Como Vierão a esta caza se por herança Compra ou de outro algum Modo dando juntamente noticia dos Titullos dellas e as Clarezas que se acharão.

De f. 30 athe f 102 vº se acha hua Relação de todos os papeis que se acharão por fallecimento do Sr. Pedro de Figueiredo que Deos tem os quais se achão em seus maços Separados como da mesma relação se pode Ver apestandos [sic] cada de per si digo apontados Cada hum de per si, e com seus Titullos e cottas.

Relação de todas as Rendas sabidas desta Caza do Senhor Rodrigo Antonio de Figueiredo Correa das fazendas que ficarão de seu Pay o Sr Pedro de Figueyredo.

fl.1

Morgado da Lobagueira

Foral do que Paga cada hu dos ca zeiros ou foreiros

[1º Palhaes] Joseph Rodrigues tras de Renda hum cazal que consta de cazas vinhas terras e mattos de que pafa em cada hum anno 75 Alqueires de trigo SeSenta alqueires de sevada hum carneiro e doze Galinhas [#: 75 @de trigo 60@de sevada 1 carneiro 12 galinhas] O mesmo Joseph Rodrigues Paga mais dois alqueires de trigo de huma barginha que trás e foy do cazal da crus[#: 2@de trigo]

[2º Palhaes] António Jorge tras de Renda hum que consta de cazas vinhas terras e mattos de que se Paga em cada hum anno noventa alqueires de noventa alqueires de trigo

quarenta de sevada hum carneiro e quinze galinhas[#: 90 @de trigo 40@de sevada 1 carneiro 15 galinhas]

[3° Palhaes] João francisco tras de Renda hum cazal que consta de cazas vinhas terras e mattos de que paga em cada hum anno SeSenta e sinco alqueires de trigo quarenta de sevada hum carneiro de oyto galinhas [#: 65 @de trigo 40@de sevada 1 carneiro 8 galinhas]

Antigamente pagaua o mesmo do dito cazal

fl. 1v°

Oytenta alqueires de trigo 40 de Sevada hum carneiro e 8 galinhas

[4°Outeiro] AntonioJorge tras de Renda hum cazal que consta de cazas vinhas terras e mattos deque Paga em cada hum anno Sento e vinte Alqueires de trigo SeSenta de Sevada hum carneiro e dez galinhas [#: 120 alqueires de trigo 60 de sevada 1 carneiro 10 galinhas] O mesmo Paga mais de foro de humas terras na Cartaxeira seis alqueires de trigo seis de Sevada Seis galinhas[#: 6 @de trigo 6@de sevada 6 galinhas]

Antigamente Pagaua o mesmo das ditas terras 12 Alqueires de trigo 12 de Sevada e 6 galinhas das ditas terras da Cartaxeira

[5° Rabigueira] João Alvarez e Manuel da Costa trazem de Renda hum cazal que consta de cazas vinhas terras mattos de que Pagão em cada hum anno cada hum delles sincoenta e oyto alqueires de trigo 23 de Sevada meyo Carneiro 6 galinhas queemporta tudo 116 alqueires de trigo 46 alqueires de Sevada hum carneiro doze galinhas cujo cazal se acha Partido a muitos annos [#: 116 @de trigo 46@de sevada 1 carneiro doze galinhas]

[6° Cazal da Crux] João Alvarez e Manoel da Costa sobre ditos aSima trazem de Renda hum cazal que consta de cazas terras vinhas Emattos de que pagão em cada hum anno a saber João Alvarez 18 alqueires de trigo 10 de sevada meyo carneiro e 3 galinhas e Maneol da Costa Paga

fl. 2

20 Alqueires de trigo 10 de Sevada meyo car neiro e 3 galinhas que emporta tudo 38 Alqueires de trigo 20 de Sevada hum carneiro 6 galinhas

Antigamente se pagava deste cazal sincoenta alqueires de trigo 24 de Sevada hum Carneiro e seis galinhas [#: 38 @de trigo 20@de sevada 1 carneiro 6 galinhas]

[7° Cazal de S. Pedro] João Francisco tras de Renda hum ca-zal que consta de cazas vinhas terras e mattos de que Paga em cada hum anno 100 alqueires de trigo 60 de Sevada-humcarneiro 14 galinhas [#: 100 @de trigo 60@de sevada 1 carneiro 14 galinhas]

[8° Cazalinho] Matheus francisco tras de Renda hum cazal que consta de cazas terras vinhas e mattos de que Paga em caa hum anno 67 alqueires e meyo de trigo 37 alqueires e meyo de sevada hum carneiro e 11 galinhas [#: 67 ½ @de trigo 37 ½ @de sevada 1 carneiro 11 galinhas]

[9° Cazal da Serra] Manoel Jorge tras de Rendahum cazal que consta de cazas vinhas terras e mattos de que sPaga em cada hum anno 60 alqueires de trigo 60 de sevada hum carneiro noue galinhas [#: 60 @de trigo 60@de sevada 1 carneiro noue galinhas]

[10° Lobagueira] Luis francisco tras de Renda hum cazal que consta somente de terras de que Paga em cada hum anno 15 alqueires de trigo e 15 de sevada=[#: 15 @de trigo 15@de sevada]

Antigamente se pagava deste cazal 19 de trigo 19 de sevada 6 galinhas

[11° Cazal das matas] Luis francisco dsMattastras de Renda hum cazal que consta de terras e mattos somente de que paga em cada hum anno 6 Alqueires

fl. 2, vº

De trigo 6 de Sevada e 6 galinhas [#: 6@de trigo 6@de sevada 6 galinhas]

Antigamente se Pagaua deste cazal 9 Alqueires de trigo e 9 de Sevada e 6 galinhas

[12º Carregueira] A Viúva de AntonioGomes e Francisco[a?] Rodriguez trazem de Renda hum cazal que consta somente de vinhas e terras deque Pagão em cada hum anno cada hum delles 20 Alqueires de trigo e 20 de Sevada que em porta tudo 40 de trigo e 40 de sevada. [#: 40@de trigo 40@de sevada]

[Foro] Francisco Gomes da Carregueira Paga de foro de huma terra que tras tres alqueires de trigo e 2 galinhas [#: 3@de trigo 2 galinhas]

[Foro] A viúva de Domingos Francisco e Lourenço da Sylva Pagão de foro de humas cazas em que vive no lugar de Mougellas sinco galinhas [#: 5 galinhas]

[Foro] Manuel Franco da Carregueira Paga de foro de hum Bocado deterra Junto a suas cazas duas galinhas [#: 2 galinhas]

[Foro] A viúva de Manuel francisco na Lobagueira Paga de foro cada anno da tenda da Louça duzentos e sincoenta reis. [#: 250 réis]

[#] Importão os foros do Morgado da Lobagueira de trigo cada anno 803 @ que são três moiose vinte etres alqueires = De seuada 490 @ que fazem oito moios e dês alqueires =galinhas- 112= e carneiros noue=

fl. 3

Quinta de Otta

[Prazos] Esta quinta que consta de cazas vinhas pomares olivais, terras de pão Moinhos e Lagar de Azeite a qual com as mais fazendas a ella aneyxas Se admenistra por feitor, e por se não Saber o rendi-mento della Com idividuação Se não declara ago-ra aqui.

[Prazos em vidas] O Casco Principal desta quinta he prazo foreiro em Vidas as freiras de odive-Las como se [vê] a f. 14

[Moleiro Manuel dos Santos] A Esta mesma quinta se achão aneyxas hum Moinho a que chamão do Olival de que pagão ao António de Figueiredo 18 alqueires de Trigo e hum moyo e 12 alqueires de Mistura e huma dúzia de galinhas [18 alqueires de trigo 1 moyo de mistura e 12 galinhas]

[Moleyro Manoel Pereira] E do Moynho da porta pagão ao dito Senhor quarenta e dous alqueires de trigo e dous Moyos, e outo alqueires de Mistura e meya dúzia de Galinhas na qual Renda se lhe disconta todo o tempo que o Lagar de azeyte da mesma quinta trabalha [42 alqueires de trigo 2 moyos e 8 alqueires de mistura e 6 galinhas # hoje se cobra de mistura dous moios e dezoito alqueires e 12 frangos

[Erdeiros de Pedro Ferreira] Pagão os Órfãos que ficarão de Pedro Ferreira de humas terras no valle, e outras fazendas foreiras ao dito senhor em cada hum anno sete mil reis [007\$000]

Paga Manuel Dias de humas cazas, e hum bocado de chão em cada hum anno 1100 reis e Alexandres Soares não declara se he foro penção ou aluguel [001\$100]

Do cazal do suro Gallego paga Antonio de Abeu de Renda em cada hum anno hum moyo, e vinte [1 moio e 20 alqueires de Sevada]

fl. 3ºvº

e vinte alqueires de Sevada cada anno

Paga Manoel Pereira Moleiro de hum serrado pegado com o Lagar de aZeite meya dúzia de Galinhas [6 galinhas]

Paga João da Silva de humas Corelas de terra que tráz de Renda no valle 6 alqueires de trigo e de sevada cada anno [6 alqueires de trigo 6 de Sevada]

Paga Heronimo de Abreu de duas dcorellas de terra que traz de Renda no valle 6 alqueires de trigo e 6 de Sevada cada anno[6 alqueires de trigo 6 de Sevada]

Paga António Soares de duas corellas de terra hua Junto a fonte de otta, outra por bayxo junto ao Rio Velho 16 alqueires de sevada cada anno. [16 alqueires de Sevada]

Paga Manuel Henriques de hum serradinho em otta junto ao Vertidouro 5 frangas cada anno [5 frangas]

Paga António de Abreu da terra que esta a fonte de al-deya 30 frangas e 2 perus cada anno [30 frangas 2 pirus]

Paga Manoel da Costa Sapateiro de hua terra por sima da fonte da aldeya 10 frangas cada anno [10 frangas]

Paga a viuva que ficou de João de Mendonça do lugar do Bayrro de foro de huma terra que esta junto o mesmo Lugar trez alqueires de trigo cada anno. [3 alqueires de trigo]

Paga Manuel Henriques Holandez das xarnecas que se lhe aforarão de que se lhe esta fazendo escritura em cada hum anno sinco alqueires detrigo e sinco frangas [5 alqueires de trigo e 5 frangas]

Tem esta quinta o foro e penções seguintes

12\$000 reis de foro s freiras de odivellas como se ve a f. 14

Hum[a] capella de 3 miças como se ve a f.11vº

3 cantaros de Azeite para o sentissimo da freguezia de otta como se ve a f. 12

outros tres cantaros de esmola a Nossa Senhora das Neves como se ve af. 12

400 reis de foro aos Padres de Santo Estêvão de Alenquer como se ve se vea f. 12 fl. 4

Quinta do Carregado

[Prazo em vidas #Terras da Brandoa 2º Prazo] Esta quinta que consta de hum Pumarinho, e terras de pão de a[c] ha hoje conservada nella D. Lourença Jo-zefa viúva doCappitam Jozé Carvalho de Barbedo pello mesmo aRendimento em que a trazia seu Ma-rido e paga em cada hum anno quatro moyos de trigo e quatro moyos e quarenta alqueires de Sevada7 e hum Barco de Palha alem de dous moyos de trigo e vinte alqueires de Sevada que paga as Merçieiras de Santo Estevão e Alemquer foro que tem a mesma quitna a qual he de dous Prazos foreiros em Vidas as mesmas; e assim tambem se paga mais desta fazenda Sinco mil reis como se Ve a f. 12vº [4 moios de trigo4 moios e 40 alqueires de7sevada7 1 barco de palha de trigo]

Quinta de Monte de Loyos

[Prazo] Esta quinta consta de terras de pão e olivais anda aRendada a AntonioPereira de que paga em Cada hu anno tres Moyos, e seis alqueires de trigo e hum moyo de Sevada, a qual he foreira [a] os Padres de S. Domingos desta cidade de Lixboa em dez mil reis [# e quatro centos] como se ve a f. 12vº [#a de ... hum quatro e meyo por 100 he ajustado rendeiro --- [sic] Paga mais o Rendeiro as Senhor Rodriog António no anno de Safra o azeite em que se ajusta e forão no anno de 1724 22 cantaros] fl. 4 vº

Terras do Valle

[Prazo] [# Hoje aforadas em 4 moios de seuada pai[m] 4 courellas hua he que he foreira as outras seis, livres] Estas terras do Valle que são dous Cazais andão aRendadas a José de Freytas da Vila do Carta-cho de que paga em cada hum anno nove moyos de Sevada e hum Barco de Palha . estas são Prazo foreiras em mil e noventa reis a Comenda de Alpedriz cimo se ve a f. 13 [9 moios de sevada 1 Barco de Palha]

Liziria da Praya

[Prazo Real #Em vidas # Hoje anda por conta da Caza] Estas terras andão aRendadas ao Sargento Mor de Alhandra Heronimo Vieyra de Araújo de que paga erm cada hum anno

trinta moyos de Sevada outo sacos de Ligumes dês Dúzias de Melancias, e seis Barcos de Palha. Prazo Real em vidas de que se paga em cada hum anno corenta e sinco al-queyres de trigo como se ve a f.13 [30 moios de sevada 8 sacos de Legumes 10 duzias de Melancias 6 Barcos de Palha]

fl. 5

Erdade de Lavra [Morgado # de Catherina Viçente #: hoje anda em 80\$000 reis de Renda] Esta Erdadeanda aRendada a Manoel Girão da Fregeuzia de S. Lourenço da mesma Vila de Lavra por trinta e sinco mil Reis em cada hum anno, e o montado da dita ErdadeLivre para o Senhorio, e azeitona dos olivais a pega de meyas e as desoezas por sua Conta delle Rendeyro esta fazenda he de Capella e Morgado com as penções como se ve a f. 13 [035\$000 e o Montado livre e o azeite de mea]

E o moinho da dita Erdade anda aRendado a parte com cuja cobrança corre AntonioRoiz de Oliveira de Monte Mor o nouo

Cazal de Janes

[Morgado # de Vasco Lourenço# subrogado por huas terras em otta] Este cazal que fica junto a Çintra e constra de cazas terras Vinhas, e Corrais a da aRendado em trinta alqueires de trigo, e trinta de Seva-da em cada hum anno a Mário Dioas Regedor, esta fazenda he de Capela e Morgado com as penções como se ve a f. 10vº e f. 11 [30 alqueires de trigo30 alqueires de sevada]

fl. 5 vº

Quinta da Vidigueyra

[Livre] Esta quinta que comprou o Sr. Pedro de Figueiredo que Deos tem parte com a de otta não anda aRendada, e a Manda fabricar o feitor da quinta de otta consya somente de terras de pam, e por falta de Informação do dito feitor não sabemos o rendimento della He livre sem penção nem foro algum

Cazal de Monte Redondo

[Para Capella do Sr. Ruy de Figueiredo 14\$000] Este Cazal que consta tão-bem somente de terras de Pam, e parte coma quinta de Otta se fabrica na mesma forma que a quin-ta aSima ditta Cujo rendidmento tam-bem se Ignora; Tem a penção de quatorze mil reis que lhe pôs o Sr. Ruy de Figueyredo Avo do Antonio de Figueyredo como se ve a f. 11

fl. 6

Quinta da Bordalia

[Penção] Esta quinta ou cazal que Consta de cazas, e terras de Pam anda aRendada a AntonioGomes de que paga em Cada hum anno hu Moyo de trigo e hum Moyo e trinta alqueyres de Mistura, e huma dúzia de frangas ;

A pençãode tres mil e seiscentos e quarenta Reis de Senço aos Padres de S. Pedro de Alemquer como se ve a f. 12 [1 moio de trigo 1 moio e 30 alqueires de mistura 12 frangas]

Mouchão de esfolla Vacas

[Prazo #Não esta na caza] Huma Liziria defronte do Esteyro da Azambuja Prazo Real foreiro ao Al-moxarifado Da dita Vila de Azambuja em hum Moyo de Sevada Como se ve a f. 13vº esta fazenda se acha soquestrada ao presente e não se cultiva.

fl. 6ºvº

Quinta do Campo Grande

[Prazo # em uidas] Esta que consta de humas cazas grandes Se achão ao presente neste anno de 1722 aRenda-das em cada anno, e Junto as mesmas esta hum aorta que anda aRendada em 24\$000 cada anno o que tudo he Prazo foreiro em vidas ao Cabbido da Seê Oriental como se ve a f. 13ºvº [096\$000 024\$000]

ORTTA de ssima

[#Prazo em uidas] Esta Ortta que consta de cazas Vinhas e hum pedaço de olival, anda aRendada em 85\$000 Cada anno, e he prazo foreiro em vidas aos Padres de S. Vicente de Fora desta Cidade Como se ve a f. 14 [095\$000]

ORTTA debayxo

[#Prazo em uidas] Esta Ortta que consta de cazas Vinha eolival anda aRendada em 95\$000 cada anno e he prazo foreiro aos Padresda Santissima Trindadedesta cidade como se ve a f.14 [085\$000]

fl. 7

Cazas pequenas do Campo Grande

[#Prazo] São treze moradas de cazas as quais andão arrendadas todas humas por outraz em a quantia e Soma de 156\$000 cada anno Cujo aÇento das tais cazas he foreiro emphatiota ao Senado da Canara desta Çidade Como se ve a f. 13 vº [156\$000]

ORTTA de D. Fradique

Esta propriedade que consta de humas cazas ehuns jogos místicos tudo com o pátio destas anda aRendada em quarenta e outo mil reis cada anno parte desta fazenda he foreira a Igreja de S. Cruz do Castello desta Cidade cuja qualidade do dito foro se Ignora por falta de titulo e a quantia se a f. 10 [048\$000]

Cazas junto aos quintais e por detraz de S. Tiago

[#Liures] São seis moradas de cazas das quais todas digo as primeiras duas Moradas parte dellas se dão pello anor de Deos a quem nellas mora e os mais andares que se aRendão emporta a quantia que diverços modadores dão em 23\$200. [023\$200]

fl. 7 vº

OUTRAS duas moradas de Cazas das quais humas que são foreiras a S. Bertolameu em vidas cmo se ve a f. 10 vºandão aRendadas em quatorze mil e quinhentos reis, [014\$500] e as outras que são foreiras emphatiota ao Hospital de todos os Santos desta Cidade como se vea f. 10vº andão aRendadas em 26\$000 [026\$000]

Outras duas moradas de cazasque partem cin as aSima ditas, e são foreiras a Igreja de S. Tiago desta Cidade em Vidas como se ve a f. 10vº andão todas aRendadas a Diverças oessias em 33\$000 [033\$000]

Cazas da Rua das Parreiras

[Prazo] Estas cazas que são foreiras ao Cabbido da Seê oriental desya Cidade andão digo dêsta Cidade como se ve a f. 10 vº andão todas aRendadas na soma e quantia de 38\$000 [038\$000]

Cazas da Rua da Atalaya

[Prazo] Estas cazas que são foreiras em fa-toezim ao Cabbidoda Seê oriental desta Çi[da] de como se ve a f. 10vº Andão aRendadas na soma e quantia de 58\$000 [058\$000]

fl. 8

Cazas de Castelo Picão

Estas cazas que são trez moradas andão aRendadas a varias pessoas todas pella quantia de 88\$200 ; Não consta por Titulo al-gum que tenham penção, porem o pormetor das Cappelas quer que sejam obrigadas a huma capela de Valen-tina de Calvo sobre que corre ainda huma cauza . escrivão João Domingues Pontes [088\$200]

Cazas da Cotelaria

[Capela] Consta por aSento do Sr. Pedro de Figueiredo que Deos tem serem seis as moradas de cazas da cotelaria foreiras e pertencentes a Capela que Institu- yo Vasco Lourenço de que o dito Sr. era administrador, porem pellos papeis que se acharão não consta serem mais que quatro moradas das quais pessue trez Manoel Ferreira Odreyro por com-pira que fez no anno de 1716 deque paga em ca-7da huma nno de foro 7\$300 [007\$300]

E outra morada de Cazas a pessue hoje D. Micaella do Espírito Santo Viúva de Miguel de Abreu de freitas de que paga de foro em cada hum anno 3\$778 [003\$778]

fl. 8 vº

Quinta das 4 portas

[Morgado] Esta quinta do lagar das 4 portas que he do morgado de Braz Affonso com todas as suas pertenças se acha hoje aforada e pessuydor della Francisco gomes pedreyro ou seus Erdeyros de que paga de foro em Cada hum anno 12\$000 [012\$000]

Padrão de Juro

[Morgado] Tem o António de Figuey-redo 36\$000 de juro no Almoxarifado de Alenquer cada anno [036\$000]

Padrão de Juro

[Morgado] Tem mais o dito Senhor de Juro no sobredito Almoxarifado de Alemquer 60\$000 reis cada anno [060\$000]

Padrão de Juro

[Capella] Tem mais o dito Senhor de juro em cada hum anno no Almoxarifado da Caza do Sincos 103\$509 [103\$509]

fl.9

Padrão de Juro

[Capella] [#este juro trouxe o por hum cazal que tinha o senhor D. Manuel de Souza Calhariz na Carregueira em a Lobagueira cujos títulos se achão no Maço 15]

Tem mais o dito senhor de juro em cada hum anno no Almoxarifado da Portagem 16\$400 [016\$400]

Padrão de tença

Tem mais o dito senhor por mercê que sua Magestade lhe fez na mesma forma que a seu Pay o sr. Pedro de Figueyredo a pessuya hum tenção de Cem mil reis em cada hum anno 100\$000 no Almoxarifado da Caza das Carnes. [100\$000]

Cazas do Porteiro Mor

[Morgado] O Porteiro mor Joze de Mello pessue humas cazas místicas com as suas que pertencem ao Morgado de Braz Affosnto como se ve por huma es-cryptura no maço treceiro aforadas pello Sr. Jorge de Figueyredo com o foro de 3\$400 em cada hu anno [03\$400]

fl. 9º vº

[Morgado] As Recolhidas do Castello devem pagar ao António de Figueyredo de hum pedaço de chão que aforarão da Ortta de D. Fra-dique no anno de 1660 ao Conde de Atalaya Como Consta da Escriptura que se acha no Maço douze huma Galinha ou dous tostoys por ella. [hua galinha ou 200 reis]

Cazas da Portagem

Estas cazas sema de hum morgado que isntituhio Jorge Fernandes de Elvas do qual foi futuro sucessor o senhor Henrique de Fi-gueyredo que o nomeou em seu testamento no Senhor Rodrigo Antonio de Figueiredo as quais Rendem em cada hum anno a quantia de 111\$000 [111\$000]

fl. 10

Rellação das Obrigações dos Morgados, e Capellas pençoes, e foros que deve o Antonio de Figueiredo Correa em cada hum anno satisfazer dos Mor-gados, e fazendas que pertencem a= Sua Caza

[Morgado] Primeiramente tem o Antonio de Figueiredo Correa obrigação de pagar cada anno destas cazas em que vive que são do Morgado de Bráz affonso Correo (sic) o qual instituyo o dito Morgado, aos Padres da Freguezia de S. Thome desta Cidade 3\$250 para Sesenta e sinco Missas na forma do Testa-mento do mesmo e Sua despozição de que se dê conta no juízo das Capelas (Escrivão Manuel Correa dos Santos) [S. Thome miças 65] [Prazo] E do mesmo Testamento consta serem as sobredittas cazas foreiras emphatiota ao Arma-zem de El Rey em trinta Reis . Porem este foro não â memoria de que se pagasse hã muitos annos; E pe-los títulos das ditas Cazas que era imposto em parte dellas.[Armazem foro30 Reis]

[Prazo] A Orta de D. Fradique que hoje se acha mística com asczas assima ditas parte della he prazo foreiro emphatiota a igreja de Sta. Cruz do Castello desta Cidade em 400 Reis cada anno os quais se pagão aos Padres da dita Freguezia. [Santa Cruz foro 400reis] fl. 10 vº

[Prazo #em uidas] Humas cazas por bayxo dos quintais destas são foreiras e, Vidas a Igreja de S. Bertolameu desta Cidade em 240 reis cada anno os quais se pagão aos Padres da dita Igreja [S. Bertolameu foro 240 reis]

[Prazo] OUTRAS que partem com as assima dittas prazo emphatiota são foreiras ao Hospital Real de todos os Santos em 66 reis e hum capam cada anno. [Hospital foro 66 reis e humcapão]

[Prazo #em uidas] OUTRAS Duas moradas de Cazas que partem com as aSima ditas ; são prazo forei-ro em vidas a Igreja de S. Tiago desta Cidade em 800 Reis Cada anno Cujo foro se paga aos Padres da dita Igreja . [S. Tiago foro 800 reis]

[Prazo] Humas Cazas na rua das Par-reiras prazo phatoezim perpetuu do Cabbido da Seê Oriental desta Cidade são foreiras ao mesmo Cabbido em 400 reis e duas Galinhas cada anno [Cabbido foro400 reis e duas galinhas]

[Prazo # Não existem] Humas cazas na Rua da Ata=Laya prazo phateozim perpetuu do mesmo Cabbido de que se paga 415 [reis] duas Galinhas e hum frango cada anno [Cabbido foro400 reis e duas galinha e hum frango]

[Capela # Não existem] Dos foros das cazas da Cotelaria pertencentes a Capela que instituyo Vasco Louren-ço em S. Nicolão desta Cidade tem o Antonio de Figueiredo Correa obrigação de Mandar dizer 8 [S. Nicolao missas 8 500 reis]

fl. 11

Outo Miças por quinhentos reis, e pagar a duas merçieyras a mil e duzentos Reis Cada Huma em Cada hum anno de que se da conta no Juízo das capelas escrivão Manuel Correa dos Santos [S. Nicolao Mercieyra duas a mil e duzentos reis cada huma]

[Capela #Está reduzida] Tem mais o António de Figueiredo correa obrigação de huma Miça Cotedianna por 30\$000 cada anno na Ca-pella de Nossa Senhora das Candeas na freguezia de S. Julião desta Cidade ; e 4 Cantaros de Azeite que se entregão a irmandade de Nossa Senhora para a Sua aLampada de que se da conta no Juízo dos Reziduos Eclesiástico no cartorio de que foi escrivão Diogo Lopes dorão. Pella Almada Sra. D. maria Manoel de Velhena e de seu marido. [S. Julião missa cotedianna 30\$000]

[Capela] Tem mais o Antonio de Figueyredo Correa obrigação de hum[a] Miça Cotedianna por 34\$000 em cada hum anno a qual se hade dizer na Ermida de Nossa Senhora da Emcarnação da Lobagueyra na forma do testamento do Sr. Ruy de Figueyredo para Cuja penção Impôs vinte mil Reis nas Tenças que a Sra. D. Maria Manoel de Vilhena lhe deyxou na caza dos Sincos, e porta-gem para a Sua Capela aSima dita ; e pôs o dito Sr. os quatorze mil reis no Casal de Monte Redondo ; não se acha Clareza por donde conste Se tenha dado conta desta Capella [Nossa Senhora da Emcarnação missa cotedianna 34\$000]

fl. 11 vº

[Capela] Tem mais o dito Senhor obrigação de pagar aos Padres de S. Bento de Xabregas tres mil reis cada anno para Sincoenta miças pella alma de hum Instituydor do Morgado da Lobagueyra cha-mado tambem o Sr. Ruy de Figueiredo; E assim tambem darem em Cada hum anno de Esmolla aos Padres Capuchos de qualquer Convento huns Hábitos . # tres habitos cada anno aos frades de S. Francisco de qualquer mosteiro da observância #e dasse conta desta capella no carto-rio de João Domingues Pontes. [S. Bento de Xabregas 50 missas 3\$000 # <palavra riscada> 3 habitos <palavra riscada> aos Religiozos da observância; comummente dasse em Alamquer ao oratorio de S da Can^a(?) e ao convetno das Virtudes]

[Capela] Tem mais o dito Senhor obrigação de Mandar dizer trez miças na igreja de Otta da Capela que Instituyo Manuel Nunes pella alma de hua defunta em cada hum anno Cuja obrigação he Imposta em huma fazenda que foi Sua e se acha mística Com dita Quinta < riscado: na mesma> [Igreja de Otta missas 3]

[Capela # Aonde está a insti-tuição?]] Na mesma Igreja tem mais o dito Senhor obrigação de Mandar dizer outras tres miças por defuntos da Capela que Instituyo AntonioGo-mes da Dolhalvo, Imposta enta obrigação em hum olival que se acha Vnido a mesma quinta nos - passos. [Igreja de Otta missas 3]

fl. 12

[Penção] Tem mais o Antonio de Figueiredo Correa obrigação de pagar tres cântaros de Azeite cada anno para a Lâmpada do Santíssimo da Igreja de Otta penção que impôs no olival dos passos Junto a dita quinta Sua Avô Sra. D. Margarida de Menezes. [Ao Santisso de Otta 3 cantaros de Azeite]

[Penção] Tem mais o dito senhor obrigação de dar de Esmolla trez cantaors de Azeite cada anno, a Nossa Senhora das Neves na forma de hum escrito que aos Religiosos de Santo Deos fez seu Pay o Sr. Pedro de Figueiredo que Deos tem cuja penção impôs n a estacaria nova que mandou plantar. [Nossa Senhora das Neves de Monte Redon-do 3 cantaros de Azeite]

[Prazo # Veja-se o Tombo da igreja] Tem mais o mesmo Sr. obrigação de Pagar hum Cruzado de foro aos Padres de Santo Estevão de Alenquer de hum ollival que lhe he foreiro Prazo emphatiota o qual foi do Padre João Roiz Louzão [foro S. Estevção de Alem-quer 400 reis]

[Sensu# Veja-se se ho Tombo na igreja]] Tem mais o dito Senhor obrigação de pagar em Cada hum anno aos <mesmos> Padres de S. Pedro de Alenquer tres mil, e seisçentos e quarenta Reis de Sençu para setenta e trez Miças por huma Verba do testamento de Dom Santo Estêvão da dita igreja Senssu 3\$640]

fl. 12 vº

Dom Ayres senhor que foi da dita fazenda.

[Prazo #em uidas] A quinta do Carregado he Prazo em vidas foreiro as merçieyras da Raynha de S. Estêvão de Alenquer de que se paga cem alqueires de trigo, e simco mil reis em dinheiro Cada anno. [#He primeyra vida Rodrigo António de Figueiredo] [Mercieiras da dita vila foro 100 alqueires de trigo e sinco mil reis]

[Prazo #em uidas] E Vnida a dita quinta Do Carre-gado Se acha huma terra a que chamão A brandoa prazo em vidas foreiro tambem as mesmas Merçi-eyras em Vinte alqueires de trigo, e vinte de Sevada em cada hum anno . [#He primeyra vida Rodrigo António de Figueiredo] [as mesmas 20 alqueires de trigo e 20 de sevada]

[Prazo #em uidas] A quinta de Monte de Loyos Junto â do Carregado he foreira aos padres de S. Domingos desta Cidade de que se paga aos ditos d~es mil reis em cada hum anno;

Não se sabe a qualidade do foro por se não achar titulo. [# he em vidas fezsse nouo prazo com acrescentamento de 400 reis em 1725 são agora 10\$400] [#He primeira vida o Antonio de Figueiredo"] [S. Domingos de Lixboa foro 10\$<4>00]

fl. 13

[Prazo # são 7 courellas o foro he de hua (sic)] As terras do Valle Junto a Santarém são foreiras a Comenda de Alpedris de que se paga em cada hum anno Mil e noventa Reis ; Não se Sabe a qualidade do foro por se não achar titulo [A comenda de A foro 1090]

[Morgado # Capela de Catherina Vicente] A Erdade de Lavra [várias palavras rasuradas e ilegíveis] do Morgado que Instituhyo Catherina Viçente tem a obrigação de huma Mica cantada no dia de Nossa Senhora das Candeas no seu Altar e Capela da Fregeuzia de São Jolião desta Cidade Vesporas de Defuntos, e hum noctur-no, e no outavario dos Santos, outra Miça can-tada [#De que he escrivão João Domingues Pontes.] [S. Jolião 2 missas cantadas vesporas s.. nocturno]

[Prazo Real em uidas] As Lizirias da Praya Prazo Real foreiro em vidas se paga dellas em cada hum anno ao Almoxarife de Alcoelha [Almoxarifado de Alcoelha foro 45 alqueires de trigo]

fl.13vº

Alcoelha quarenta e Sinco alqueires de trigo. He terceira vida Rodrigo Antonio de Figueiredo

[Prazo Real# não existe] O Mouchão de Esfolla Vacas Prazo Real que hoje se acha soquestrado se pagava delle em cada hum anno ao Almoxarife de Azambuja hum moyo de Sevada. [Almoxarifado de Azambuja foro hum moyo de sevada]

[Prazo# em uidas] As Cazas grandes de Campo grande com orta que esta ao pêe de-Las tudo Prazo foreiro em Vidas ao Cabbido da Seê oriental desta Cidade ; se paga em cada hum anno dellas mil e trezentos, e trinta e tres reis, e sis Galinhas, e dous frangos[cabido foro 1\$333 e 6galinhas e 2 frangos]

[Prazo] As Treze Moradas de cazas sitas no mesmo Campo grande junto as a Sima ditas ; cujo aSento he prazo emphateozim

fl. 14

phateozim â Camara desta Cidade de que se paga em cada hum anno quarenta Reis. [camara foro 40 reis]

[Prazo# em uidas] Huma Orta sita no mesmo Campo grande Prazo foreiro em Vidas aos Padres de S. Vicente desta Cidade. Se paga em cada hum anno 1200 e quatro Galinhas. [S. vicente de fora foro 1\$200 e 4 galinhas]

[Prazo# em uidas] OUTRA Orta sita no mesmo Campo grande Prazo foreiro em Vidas aos Padres da Santissima Trindade desta Cidade Se paga em cada hum anno 20\$000 He primeira vida Rodrigo Antonio de Figueiredo [Tindade foro 20\$000]

[Prazo# em uidas] A quinta de Otta Prazo foreiro em- Vidas as Freiras de Odivellas Se paga della em cada hum anno ás mesmas freiras 12\$000 [Odivellas foro 12\$000]

fl. 14 vº [em branco]

fl. 15

Memoria das fazendas que pessuya o Sr. Pedro de Figueyredo que Deos tem, e de que se achava de posse athe seu falecimento aSim Livres como Morgado Qualidade dellas e Títulos, e papeis que se- acharão a ellas pertencentes

Primeiramente as cazas sitas ao chão da feira que partem com o recolhimento do Castello as quaes com todo o seu asçento quintais, e torre do muro e serventias delle; Erdou o Senhor Jorge de Figueiredo [4º avô do Antonio de Figueredo – na entrelinha] como Suçeor e primeiro nomeado no Morgado que fez Braz Affonso correa, como consta do seu Testamento e Instituyção feito no anno de 1520 Com obrigação de 3\$250reis que se pagão cada anno aos Padres de S. Thome desta cidade para seçenta e cinco Miças de que se dá conta no Juízo das Capelas (...), e do mesmo Testamento consta serem as ditas cazas foreiras emphatiota para sempre ao Armazém de El Rey em 30 reis.

(...)

fl. 15 vº

Memoria

Em o mesmo Maço se acha huma memoria escrita pello Sr. Pedro de Figueiredo dando larga noticia da demanda que seu Pay o Sr. Ruy de Figueiredo trouxe sobre a quinta das quatro portas que seu Avou o Senhor Jorge de Figueiredo tinha aforado, como também hua escriptura das cazas que hoje pessue o Porteiro Mor sobre as quais trouxe também demanda o Sr. Ruy de Figueiredo,

Em o mesmo maço treçeiro se acha huma escriptura de Doação que Braz Affonso Correa fez a seu Ne-to o Sr. Jorge de Figueiredo quarto Avou do Senhor Rodrigo Antonio de Figueiredo da dita quinta do Lagar das quatro portas de que tomou posse em 6 de Setembro de 1522

fl. 16

Junto com as mesmas cazas aSima ditas se achão, hoje místicas as cazas, e Orta que forão de D. Fradique Manoel que Vem a ser o Pátio de Bayxo donde estão as Estribarias, e cucheyra, e ainda algumas cazas antigas, o que tudo para melhor acomodamento comprou o Senhor Pedro de Figueiredo aos Condes de Atalaya no anno de 1684 por escriptura selebrada nas nottas do Tabalião Do-mingos da Silva no ofício que de presente serve Thomé Freyre de Araújo, e desta propriedade ou parte della se pagão a Igreja de Santa Cruz do Castello 400 Reis de foro emphtiota cada anno de que não há escriptura de aforamento ou Reconhe-cimento

Com as mesmas se achou huma escripturra de aforamento de hum pedaço de chão da horta [rasurado] de D. Fradique que D. Álvaro Manoel Conde de Atalaya no anno de 1660 aforou as recolhidas do Caste-Lo com obrigação de que estas pagarião em cada hu anno huma Galinha ou duzentos Reis. [Aforamento]

fl. 16 vº

[Titulos Maço 11] Humas cazas que se seguem logo aos quintais destas, e ficão defronte do paçadiço chamado de D. João de Castro as quais o Sr. Pedro de Figueyredo Comprou no anno de 1715 a Luis Machado Celeyro: não tem peção alguma nem foro Como consta de escriptura de Compra e outras mais antigas que se acharão apenasas a ella, as quais todas estãono maço onze.

[Titulos Maço 11] OUTRA morada de ca=zas que o dito Senhor Pedro de Figueyredo Comprou no anno de 1717 ao Padre Manoel Thomaz filho do dito Celey-ro que partem com as aSima dittas não tem penção nem foro como consta da escriptura e carta de partilhas do dito Padre a ella junta o que tudo se acharâ no mesmo Maço onze

fl. 17

[Titulos Maço 11] Mais duas Moradas de cazas que o dito Senhor Comprou no anno de 1714 aos Irmãos do Santíssimo de S. Thiago desta cidade que partem com as aÇima dittas das quais humas são prazo em vidas fo-reiras a Igreja de S. Bertholameu desta Cidade Oriental em duzentos e quarenta Reis com ose Vê a f. 10vº E outras prazo emphatiota

foreiro ao hospital Real de todos os Santos de Lixboa Ocçidental em 66 reis e hum Capão
Como se vê a fl. 10 vº

Destas cazas se achou a escriptura de Com-Pra [digo de promessa e venda] , e assim mais junto a ella a Sentença de quitação do testamento de Francisco Correa, e a Escriptura de Compra que este fez das ditas cazas no anno de 1643, e dous emcabeçamentos do hospital Real, huma do anno de 1622 outro do anno de 1676 feito ao dito Francisco Correa; Porem não se achou escriptura alguma de emprazamento de S. Bartolomeu e pella escriptura de Compra não consta que o Senhor Pedro de Figueyredo pedisse Liçença aos senhorios porem declarasse nella que os mêsmos obrigavão a dita Irmandade de S. Tiago a quem Francisco Correa deixou as ditas cazas que as vendeçem, e com efeito se puzerão a esse respeito na praça, e o dito Senhor Pedro de Figueyredo Lançou nellas e se lhe aRematarão, e como ao depois se lhes seguiu entender a Irmandade que as cazas Valião Mais se ajuntou o dito Senhor Pedro de Figueyredo em se
fl. 17 vº

Se mandarem avaliar, o que com efeito se fez, e-perçedeo a escriptura com Mayor preço. [Titulos Maço 11] Mais duas Moradas de cazas que partem com as açima ditas que o senhor Pedro de Figueyredo aRematou no anno de 1711 por execuçãoq eu nellas se fazião pellos Contos a João da Gama Solema as quais são prazo em vidas foreiras a Igreja de S. Tiago desta Cidade Oriental em 800 reis cada anno como se ve a f. 10 vº

Destas cazas se achou a carta de aRematação com o auto de posse, e pella dita consta pedirsse Liçença ao Senhorio, e conçeder sse com obrigação de Renovação.
fl. 18

Humas cazas na Rua das Parreiras prazo phatuyzim perpetuo foreiro ao Cabbido da Seê Oriental detsa Cidade em 400 reis Cada anno e dias Galinhas como se ve a f. 10vº

Destas fez Doação a Srª D. Heronima Lobo ao Sr. Ruy de Figueyredo no anno de 1675; e a retificou no anno de 1688 Cujas Escripturas se achão no Maço 19, Como também o auto da posse que o dito Senhor Ruy de Figueyredo mandou tomar, de quem passarão ao Sr. Pedro de Figueyredo Com todos os mais prazos que nelle nomeou por seu Testamento que se acha no Maço 9 como tambem o dito Senhor Pedro de Figueyredo em que nomeou todos os Prazos em seu filho Primo Genito o Antonio de Figueyredo; E deste prazo fez Reconhecimento o Sr. Pedro de Figueyredo no anno de 1720, e o tem feito o Antonio de Figueyredo neste prezente anno de 1722, os quais no Maço 13 se acharã. [O anno da ratificação foi erro porque foifeita em 17 de Fevereiro de 1678; e a dita senhora faleceo em 1 (...) de Junho de 1678]

fl. 18 vº

[Titulos Maço 9 e Maço 13 #Estas cazas deixou a senhor D. Maria Henriques a seu tio (sic) o sr. Ruy de figueyredo em 16367 e assim he engano o dizerse que as deixou a Senhora D. Maria de Lima] Humas Cazas na Rua de Atalaya prazo phatuezim perpetuu foreiro ao Cabbido da Seê Oriental desta Cidade em 415 (sic) duas galinhas [# Estas cazas deixou a sra. D. Maria Henriques a seu Tio o Sr. Ruy de Figueyredo em 1636 e assim he engano o diser se que as deixou a Sra. D. Mariana de Lima.] como consta de huma verba de seu testamento que se acha no Maço 9 ao Sr. Jorge de Figueyredo que morrendo menino, passarão a seu Pay o Sr. Ruy de Figueyredo, o qual, com os mais prazos as nomeou em seus testamento que esta no Maço 9, em seu filho o Sr. Pedro de Figueyredo (...) [e depois ao filho e deste ai neto] .

Destas mesmas cazas fez o Sr. Pedro de Figueyredo reconhecimento ao Cabbido no anno de 1720, e o Antonio de Figueyredo o tem fez neste prezente anno de 1722 os quais se achão no Maço 13.

fl. 19

[Títulos Maço 13] HUMas Cazas em Castello Picão Místicas com Varios morado- res que se dis serem três Moradas, as quais são Livre e izentas sem pencas nem foro como consta dos decu-mentos que se achão no Maço 13 e junto aos mesmo esta o auto da posse que o Sr. Ruy de Figueyredo tomou destas cazas no anno de 1663 por falecimento da Sra. D. Maria Manoel de Velhena de quem foi testamenteiro e VniversaL Erdeiro.

Porem advirta-se que há muitos annos corre contra o Sr. Pedro de Figueyredo que Deos them huma Cauza no Juízo das Capelas Escrivão João Domingues Pontes com o pretexto de que estas cazas tem huma obrigação de Capela de Valentina de Calvo na Trindade sobre que tudo junto aos mesmos Títulos se acha uma Informação do Sr. Pedro de Figueyredo que Deus tem os quais papeis todos se achão no maço 13, aonde também se acha que estas cazas tiverão também hum retro que o Sr. Ruy de Figueyredo que Deos tem Distratou no anno de 1664.

fl. 19 vº

[Títulos Maço 13 Posses Maço 10] A Capella de Casco Lourenço sita em S. Nicolao desta cidade de Lixboa occidental de que foi o Sr. Ruy de Figueyredo por falecimento da Sra. D. Maria Manoel de Vilhenna e ao depois o Sr. Pedro de Figueyredo (...) de que se paga em cada hum anno a duas Merçieyras 1200 reisa cada huma e 8 miças por 500 reis (...) Tem 4 moradas de cazas foreiras das quais pessue 3 Manuel Freyre ODreiro, e huma D. Micaella do Espírito Santo filha de André Roiz Baynheiro e Viúva que ficou de Miguel de A-breu Freitas as quais casas todas estão sitas a entrada da Cotellaria, o que tudo aSima Consta pellos deComentos (...). Onde também se acha a instituyção da mesma Capela e por ella se ve pertencer também a mesma o casal de Jannes em Cintara que por fallecimento da Sra. D. Maria Manoel de Velhena o pessuyo a Sra D. Heronima Lobo como consta do auto de posse que huma e outra tomarão se achão no Maço 10, aonde tam fl. 20

Também esta o auto de posse que o Senhor Rodrigo António mandou tomar este de 1722. Advirto porem que o Sr. Pedro de Figueiredo que Deos tem por memoria sua que as cazas aSima ditas da Cutelaria São seis Moradas porem entende çe será com as próprias em que as - Merçieyras Vivem na fomra da Instituyção.

[# Titullos maço 8º Maço 9º e posses Maço 20] Humas cazas nobres no Campo grande com hua ortta, prazo foreiro em vidas a See de Lixboa oriental (...) de que fez reconhecimento o Sr. Pedro de Figueyredo 3ª vida no anno de 1719, e prezentemente neste anno de 1722 tem feito novo emprazamento(...).

Duas ortas que hoje se achão redu-zidas a huma somente prazo foreiro em vidas [# o mesmo]

fl. 20 vº

Vidas aos Padres de S. Vicente de Fora desra cidade de Lixboa oriental(...) de que fez novo emprazamento o Sr. Pedro de Figueiredo que Deos tem (...)

[#Títulos o mesmo] OUTRA Ortta prazo foreiro em vidas aos Padres [d] a Santíssima Trindade dêsta cidade de Lixboa occidental de que se pago o foro(...) De huma certidão que(...) se acha tirada do Cartório do dito Convento consta que o sr. Pedro de Figueiredo que Deos tem Já não tinha Vida neste prazo, e devia pedir renovação o que não fês, em cuja diligência se acha agora o Antonio de Figueiredo.

[#Títulos o mesmo] No mesmo sitio do Campo grande estão treze moradas de cazas cujo ascento he prazo emphatiota foreiro a Camara desta Cidade de Lixboa (...); de que fez reconhecimento o Sr. Pedro de Figueiredo que Deos tem no anno de 1720 o qual se acha com outro mais antigo

fl. 21

[Antigo Maço 8º #Nomeação da Dona Maria de Lima No testamento com que faleceo a 4 de Agosto de 1662.] Estes quatro prazos aSima sitosno Campo grande nomeou no testamento com que faleção a Sra. D. Maria de Lima em o Sr. Jorge de Figueiredo seu sobrinho, e irmão do Sr. Pedro de Figueiredo que Deos tem que por falecer menino passarão a seu Pay, o Senhor Ruy de Figueyredo, e deste por nomeação que fez em seu testamento a seu filho o Sr. Pedro de Figueyredo a quem também tinha Já por escriptura que se acha junta com o mesmo testamento (...) feito outra nomeação que pessuya;(...) fl. 21vº

[#Tittulos Maço 64] Hum morgado na Loba-gueyra que consta de treze casais, e alguns foros mais (...) o qual instituyo o sr. Ruy de Figueiredo no anno de 1517 como se ve da pro-pia Instituyção que se acha no Juízo das Capelas escrivão João Domingues pontes aonde se da Conta da Capela de S. Bento de Xabregas a que esta vinculado este Morgado(...) e no mesmo lugar da Lobagueyra se conservarão sempre os sobre dittos Senhores por Padroeiros da Ermida de Nossa Senhora da Emcarnação aonde tem seu Carneyro e se achão alguns sepultados Como Vltimamente o foy o Sr. Pedro de Figueyredo e sua Molher a Sra. D. Francsica Ignês de Lencastre; (...) fl.22

[#há 285 anos] Huma quinta em Otta pra-zo foreiro em vidas as freiras de Odivellas (...) esta comprou o Sr. Ruy de Figueiyredo (...) no anno de 1499 a Bertholameu Pires e dua molher (...) Com a qual quinta entre algumas fazendas que a ella os suçoeres ajuntarão, e comprarão se achão hoje místicas as fazendas de duas Capelas(...) o que consta melhor pello livro da Igreja de Otta; e assim se acha aNexo a dita quinta o Casal do Monte Redondo que tem uma penção bde catorze mil reis para a Missa Cotedia na que o Sr. Ruy de Figueiredo por seu testamento que instituyo (...) [# e a mesma se acha junto outro prazo de S. Estêvão de Alemquer como abaxo se dis, e 300\$000 de fazenda do morgado] [#Casal de Monte Redondo como veyo a esta caza vide a f. 25 vº] Com esta mesm quinta se acha tambem místico outro prazo da Igreja de S. Estêvão de Alenquer de que se paga o foro como se ve a f. 12 E assim também outras fazendas com as penções que lhe pôs as Sra. D. Margarida de Menezes e o Sr. Pedro de Figueyredo como se ve a f. (sic) [Otta prazo foreiro a Santo Esteuo]

Junto com a mesma quinta se acha hoje as que estão vinculadas pello testamento da Sra. fl. 22 vº

Da Sra. D. marianna Coutinho no Cartório do Escrivão Pedro Castro Correa

Desta quinta e suas pertenças se achão varios títulos (...) somente falta o em-prazamento ou reconhecimento de olival emphatiota aos Padres de S. Estêvão de Alenquer.

Místicas com a dita quinta de otta se acha também as fazendas que pella verba do testamento da Sra. D. Marianna Coutinho se vincullarão ao Morgado desta caza no cartório do escrivão Pedro de Castro Correa

A quinta da Vidigueyra que comprou o Sr. Pedro de Figueyredo he sem penção nem foro algum como tudo melhor se pode Ver dos papeis que se achão no Maço 7

Nas vizinhanças da mesma quinta se acha outra a que chamão da Espiçandeira da Bordalia, a quoa he huma das que se conthem na Doação que fez a Sra. D. Heronima Lobo ao Sr. Ruy de Figueyredo como Já temos ditto; e tem de sençu aos Padres de S. Pedro de Alenquer 3\$640(...)

fl.23

E a mesma senhora declarou não ser prazo e a obrigação he por uma verba de testamento de D. Ayro Senhor que foy da dita fazenda.

A quinta do Carregado que consta de terras e pão(?) a qual he também das Doadas pella Sra. D. Heronima Lobo, e Prazo foreiro em Vidas às merçieyras da Raynha de S. Estêvão

de Alenquer, em dois moyos de trigo e vinte alqueires de sevada, e sinco mil reis em dinheyro.

Advirto porem que isto são dous prazos e em ambos foi 3^a vida o Sr. Pedro de Figueiredo como consta dos Emprazamentos que se acharão fei-tos no anno de 1651. [... da Brandoa]

Outra quinta a que chamão Monte de Loyos porto do Carregado a qual he hu-ma também das Doadas pella Sra. D. Heronima Lobo a qual he foreira aos Padres de São Domin-gos desta Cidade em dês mil reis como se ve a fl.12 v^o [#Não se sabe a qualidade do Prazo porque se não acha titulo #He em vidas.]

fl. 23 v^o

[#Terras do valle 1 courella foreira e as 6 liures] As terras do Valle junto a San-tarem que são dous cazais Cuja fazenda he hua também das Doadas pella Sra. D. Heronima Lobo as quais terras são foreiras a Comenda de Alpedriz em Mil, e noventa reis (...)[escrito por outra mão: “Não se sabe a qualidade do Prazo porque se não acha titulo digo escriptura alguma de emprazamento. He prazo fateozim huma (...)courella ; as seis são livres.

Huma herdade em Lavra junto a Monte Mor o novo a que chamão de S. Lourenço que consta de cazas terras Montados, e hum moinho o que tudo pertence a capela de Catherina Viçente sita em S. Julião desta cidade de que se dá Conta no Juízo dos Rezidoos (...) cuja institu-yção se não achou e se deve tirar na forma que se tem apon-tado. [escrito por outra mão: já se tirou e esta no Maço 25]

fl. 24

Hum cazal em Lavra digo humas Lizirias na praya Junto a Salvaterra prazo foreiro a Sua Magestade por Renovação feita no an-no de 1639 em que foi segunda Vida o Sr. Pedro de Figueyredo, e Com as mesmas Lizirias se achão Místicos huns Corredores de que também o ao Sr. Ruy de Figueyredo se fez Merçe de em-prazarde que tudo se achão varios títulos, e re-querimentos que persederão.

Humas terras defronte de Azambuja que ficão dentro no Tejo que as serca prazo também real, porem não se acha titulo nem ao Senhor Pedro de Figueiredo foy posivel des Cobrillo Mas sempre pagou o Costumado foro ao Almoxarifado da dita Vila de Azambuja.

fl. 24 v^o

Huns foros na vila de Covilhã, e mais lugares anexos a elle a que chamão Maninhos de que foi doNata-rio o Sr. Ruy de Figueyredo Seu Pay e Avôs Como consta de huma carta de Merçe passa-da em 1648 sobre que o Sr. Pedro de Figuey-redo fez huma justificação no anno de 1680 e Como nunca tombou os tais foros, e os Luga-resse foram exemindo de pagarem os foros os-bre p qie tem havido Varias Contendas e com a diligencia de Se tombar há muitos annos que se não cobra nada.

fl. 25

Tem mais o Antonio de Figueiredo quatro Padrões de Juro que se estão pondo corren-tes a Saber hum de 103\$509 No almo-xarifado da Caza dos Cincos, e o outro de 16\$400 no Almoxarifado da portagem os quais dous Pa-drões deyxou a Sra. D. Maria Manuel de Velhena a seu Primo o Sr. Ruy de Figueyredo a seu digo com há de constar do seu testamento que se deve Buscar aonde o tendo apontado, e deyxou esta Sra. Estaz tenças com obrigação de huma missa Cotedianna em S. Julião por trinta mil Reis Cada anno, e São mais sobre as dittas tenças obrigadas em vin-te mil reis para a missa Cotedianna que o Sr. Ruy de Figueyredo deyxou em seu testamento que se disseçe por trinta e quatro mil Reis cada anno em N. Sra. Da Emcarnação da Lobagueira

Tem mais o dito Senhor duas tenças de Juros a Saber huma de 36\$500 no almo-xarifado de Alenquer, outra de 60\$000 no sobredito almoxarifado também, e por se andarem pondo correntes os Padrões e se não achar noticia particular nao sey

fl.25vº

Sey se tem alguma obrigação e por onde Vierão a esta caza.

[# a dia i de julho] #O Monte Redondo Veyo a esya caza (...) em tempo do Sr. Ruy de Figueiredo no Anno de 1670 por falecimento da Sra. D. Marianna Couti-nho May do Sr. André de Figueiredo Coutinho que foy cazado com a Sra. D. marianna de Lima e o deixou ao dito sr. Ruy de Figueiredo em seu testamento com a pensão de que daria as freiras do Calvário de Évo-ra Seis mil reis cada anno para sempre ou cem mil reis por hua os ues.

[Cinco folhas em branco]

fl. 30

Relação de todos os papeis que se acharão por falecimento do Senhor Pedro de Figueyredo que Deos tem que o Senhor Rodrigo Antonio de Figueiredo Correa manda lançar por Lembrança neste livro co=mo tambem ajuntar os que vão a crescendo e lhe pertencem

Maço 1ºGaveta 16ª do 2º contador

Padrão de 100\$ de tença na caza das carnes por mercê feita ao Senhor Rodrigo Antonio de Figueiredo passado a 20 de Junho de 1722

Padrão* de 103\$509 reis de juro pertencentes a cappela de D. Maria Manoel de Vilhena assentados no Almoxarifado da Portagem passado a 10 de julho de 1722 [# *soRogauei (?) este juro pela cazas da Carregueira que hera do Sr. D. Manoel de Souza]

Padrão de 60\$000 de juro do Morgado assentados no Almoxarifado de Alemquer

fl. 30vº

Passado a 11 de Junho de 1722

Padram de 36\$500 de tença cada anno de juro do Morgado assentados no almoxarifado de Alemquer passado a 11 de Julho de 1722

fl. 31

Masso 2ºGaveta 1ª

Carta da Comenda de S. Pedro de Mer=Lim por merçe feita por El Rey D. Fellippe no= anno de 1617, ao senhor Fr. Cristóvão Soares por Vacatura de Fernam Miz'. de Souza.

Carta da mesma comenda de S. Pedro de Mer=lim por mercê feita por El Rey D. João o 4º no an=no de 1653 ao Sr. Ruy de Figueyredo por= Vacatura do dito Senhor Christovão Soares.

Carta da mesma Comenda de S. Pedro de Merlim por merce feita por El Rey D. Pedro no anno de 1684 aos Sr. Pedro de Figueiredo por vacatura de seu Pay o sr. Ruy de Figueiredo

Carta da Comenda do Salvador da Vila de Santarém por mercê feita por El Rey D. João o 4º no anno de 1641 ao Sr. Jorge de Figueiredo por= Vacatura de Thomas Borralho.

Carta da Comenda de S. Salvador de Cas-tellãos por mercê feita por El Rey D. Afonso o 6º no anno de 1657 ao Sr. Ruy de Figueyredo por= Vacatura de Nuno Pessoa de Aragão

Carta da mesma Comenda de S. Sal=vador de Castelãos da Ordem de Crixpto por mercê feita por El Rey D. Pedro no anno de 1684 ao Sr. Pedro de Figueiredo por Vacatura de seu Pay o Sr. Ruy de Figueyredo.

Carta da Comenda de S. Tiago de Besteiros da ordem de Crixpto por mercê feita por El Rey D. Fel=Lippe no anno de 1636 ao Sr. Ruy de Figueyredo por Vacatura de Luis Torres.

Carta da mesma Comenda de S. Tiago de Besteiros por mercê feita por El Rey D. Pedro o 2º no anno de 1684 ao Sr. Pedro de Figueiredo por vacatura de Seu Pay os Sr. Ruy de Figueiredo.

Carta da Comenda de S. João Baptista de Sinfaens da Ordem de criXto por mercê feita por El Rey D. Affonso 6º no anno de 1657 ao sr. Ruy de Figueyredo por vacatura de Álvaro de Souza e Távora.

Carta da mesma Comenda de S. João Baptista de Sinfaens por mercê feita por El Rey D. Pedro o 2º no anno de 1684 ao Sr. Pedro de Figueyredo por Vacatura de seu Pay o sr. Ruy de Figueyredo.

Carta de Padrão de Cem mil reis cada anno com hum habito de Crixpto por merce feita por El Rey D. João o 4º no anno de 1653 ao sr. Henrique de Figueyredo e Souza enquanto não fosse provido da Comenda de Lotte de trezentos mil reis, e os ditos Cem mil Reis consignados nos bens do Conde de Figueyró auzente em Caste=La.

Carta de Padrão de Cem mil Reis cada anno por merce feita por El Rey D. João

fl. 32

D. João o 4º no anno de 1655 ao Sr. Ruy de Figueiredo de Âlarcam em sua vida consignados na caza das carnes, e com os ditos satisfeito de todo da promeça de Mil cruzados de Renda com que fora respondido.

Copia do Padrão de Cem mil reis por merce feita por El Rey D. Pedro o 2º no anno de 1684 ao sr. Pedro de Figueyredo em sua vida por Vacatura de seu Pay consignados na mesma Caza das Carnes aqual se acha Junta com as Varias Pitiçoens, e certidões para haver pa-gamento desde o tempo em que se lhe fez a merce athe o em que se lhe passou o Padrão.

Carta de privilegio digo carta da Capi=tania da fortaleza de Damão por merce feita por El Rey D. Fellippe ao Sr. Jorge de Figueyredo no anno de 1630

Hum Padrão de douze mil reis de tença cada anno afectivos no Almoxarifado dos vinhos nesta Cidade por merce feita por El Rey D. Pedro ao Sr. Henrique de Figueyredo em vida a titulo do habito de Crixpto, e passado o dito Padrão no anno de 1702

OUTRO Padrão de 188 000 (sic) cada anno afectivos no mesmo Almoxarifado dos Vinhos por merce feita por El Rey D. Pedro ao Sr. Henrique de Figueyredo e passado o dito Padrão no anno de 1702

Hum Privilegio consedido Pello sr. Rey

fl. 32 vº

Rey D.Manoel ao sr. Ruy de Figueyredo escrivão de sua fazenda e fidalgo de sua caza como se fosse Dezembargador Cujo Privilegio he o que se acha emCorporado na ordenação no Livro 2º titulo 59. Foi passadp em Extremos em 22 de Dezembro de 1496

fl. 33

Masso 3ºGaveta 1ª

Hum Emprazamento que fez o Senado da Ca-mara desta cidade a Ayres da Silva Camareiro Mor de El Rey de hum quintal e o chão junto das suas cazas do Castello que lhe tinha dado El Rey: Por foro de cem reis por dia de S. João Baptista o qual pella parte da rua tinha dêas bra-ças de Craveira, e de Largo outo braças, e ao longo da Rua quatro e meya foi feito em 6 de Março de 1499 Cujo foro remio e Comprou Braz Affonso em Agosto de 1503

Huma Escripura de compra que fez a Ayres da Silva e sua mulher Braz Affonso correa de humas cazas quintal, e estrebarias junto da porta do castello de Santa Maria da Alcaçova e com a propriedade foreira emfahtio-ta aops Armazéns de El Tey cuja compra se fez no anno de 1499

OUTRA Escripura de Compra que fez ao sobredito Ayres da Silva o dito Braz Affonso Correa de outras cazas estrebaria, e quintal foreiro aos Armazéns de El Réu em Cem reis cada anno em fateozim perpetuu cuja compra se fez em Junho de 1499

OUTRA Escripura de Compra que fez o dito Braz Affonso Correa em Agosto de 1503 de hum chão e quiontal foreiro a Cidade

fl.33 vº

A Cidade de Lisboa, â mesma Cidade por seu Vereador Pedro de Castelo Branco que tinha faculdade de El Rey, e Alvará para vender algumas propriedades para ajuda da caza de S. Sebastião, e suas obraz e o mesmo comprou o foro que no dito chão se pagava de Cem reis brancos por 1 500

Estas cazas são as que hoje pessue o Porteiro Mor

Hum Alvará de El Rey D. Manoel por onde concedeo a Braz Affonso Correa para que junto do muro da codade aonde tinha as suas cazas estrebaria, e quintal podeçe acostarsse e fazer jenelas que dessem serventia as suas cazas Concedido em Junho de 1499

Huma Sentença de posse de Braz Affonso Correa em que se declara ter humas propriedades no termo desta Cidade entre oAlvalade o grandee a quinta das 4 portas que forão de Izabel Nunes e o assento da quinta tinha três corellas de Vinha dous olivais Lagar, e posso para que podesse tirar agoa delle e fazer seu Vinho e azeite no lagar da sua (?) azenha que lho porhibia Antonio Lobo extrahida a dita sentença no Anno de 1518

Huma Escripura de doação, e posse que fez Braz Affonso Correa eo Senhor Jorge de Figueiredo Correa seu netto de huma quinta esuas pertenças que tinha junto do lagar das 4 portas de que tinha feito Instituyçãode Morgado e Cappella com as clauzu-las na dita em Certas(cortas?) feita a dita Escripura no anno de 1522

Hum requerimento que Sr. Ruy de Figueiredo fez no anno de 1656 para que se lhe abasteça na decima das cazas em que Morava que forão de Braz Affonso os encargos da Cappella deste no

fl.34

Deste no que sahio provido, e no mesmo requerimento se acha por Certidão o testamento do dito Braz Affonso feito em Dezembro de 1520

Huam Certidão dos auttos da conta da Cappella do dito Braz Affonso correa Sita em S. Thome desta cidade do anno de 1717

Huma enquirição sobre a demanda doMorgado do dito Braz Affonso correa, entre os Sres. Ruy de Figueiredo e Duarte de Figueyredo.

Huma Justificação que fez o Sr. Jorge de Figueyredo sobre os Reyes de Castella Mandarem fa-zer nas cazas [#: Cazas do Castelo Pateo de sima cabeça de Morgado] cabessa do Morgado de Braz Affonso correa hospital para os Soldados Castelhanos.

Huma Escripura de Compra fez Manuel de Mello ao Leçençiado Diogo Gomes Gago das ca- zás que hoje pessue seu filho o Porteiro Mor foreiras ao Morgado de Braz Affonso correa emphatiota para Sempre em 3 400

[nota ilegível]

Huma memoria de Varias Clã-rezas da quinta das 4 portas feita pello Sr. Pedro de Figueyredo a qual quinta he doMorgado que Instituhyo o dito Braz Affonso correa e deClara como a aforou o sr. Jorge de Figueyredo seu Avo.

Huma Certidão dos AUTTo da conta da Cappella do dito Braz Affonso correa Sita em S. Thome desta Cidade

Humas quitações de foros que se pagarão das cazas do Porteiro Mor ao Sr. Pedro de Figueiredo pello quais consta estar satisfeito o dito

fl. 34 vº

O dito foro athe o anno de 1703

[# Porteiro mor] Hum Macinho de Varios papeis sobre as contendas que o Sr. Pedro de Figueyredo tinha Com o Porteiro Mor

Masso 4º Gaveta 2.

[#Quinta de otta # Em 1499 comprada pelo Sr. Ruy de Figueiredo] Huma escriptura de venda que fez Bertolameu Pires Com procuração de sua Mulher Ignez Leitoa de huma quinta cazas Lagar de azeite Vinhas e mais pertenças na ribeira de Otta termo da Vila de Alemquer ao Sr. Ruy de Figueyredo filho do Sr. Henrique de Figueyredo para o que perçedeo Licença das freiras de odivellasa quem pagou Laudemio de Corenta foy seLebrada a dita escriptura em Abril de 1499

Huma certidão de feê e portestodo estado em que se encontrava a quinta de otta o qual fes o Sr. Ruy de Figueyredo Fidalgo da Caza de El Rey, e escri-vão da sua fazenda perante o Tabalião Pedro Vâs, e seis Testemunhas, e correndo todos a quinta a acharão com grandes dannificações, e tudo Com conhecida ruynna, em tal forma que o mesmo Convento Rogara a Pedro Affonso Pay do vendedor Bertolameu Pires e seu cazeiro dellas aSeitar a dita quinta dando de renda Sinco mil reis que ainda assim a não quizera, e que mestes ter-mos o dito Sr. Ruy de Figueiredo para reduzir a Cultura as terras da dita quintafaria huma grande dês-peza

fl. 35

Hum Instrumento por que Consta como a quinta de Otta no anno de 1573 Justificou o Sr. Ruy de Figueyredo não Valer o que era Prazo na quinta de Otta Mais que Sinco-enta mil reis o que mostrou pello mesmo as freiras de odivellas [# Huma memoria do feitor de otta de todas as obrigaçoins e foros da quinta e suas pertenças] [# Pensoins e foros]

Hum Breve apostollico do Cardial Reynunção passado em Roma por especial faculdade do Papa julio treceiro em que conseederenovação do Prazo da quinta de Otta de que he direito Senhorio o Convento de Odivellas para que o Sr. Ruy de Figueiredo foçe nella primeira vida pellas bem-feitorias que havia feito, e o ter Comprado; e com-sedido o dito Breve no anno de 1593 OUTRO Instrumento com os Três-Lados das Bullas, e Varios deComentos mais nelle incertos por onde se fes o emprazamento da quinta de Otta tudo feito pello notario Roque Pinto Montei-ro

Hum aforamento da quinta de Otta fei-to ao Sr. Ruy de Figueyredo pellas freiras de Odivelas no anno de 1648 [escrito posteriormente: “e reconhecido pelo Antonio de Figueiredo no anno de 1722”]

Treslados das Midições da quinta de Otta hum delles do anno de 1633

Huma Sentença por que se julgou Coymeyra a quinta de Otta ao Sr. Ruy de Figueyredo no anno de 1608.Huma Certidão de Sentença que o Sr. Jor-

fl. 35 vº

Jorge de Figueyredo alcançou Contra seu irmão o Sr. Duarte de Figueyredo sobre o Morgado, e a quinta de otta no anno de 1568

OUTRA Sentença qu o Sr. Jorge de Figueyredo alcançou contra o Padre Fr. Manoel de Macedo Como procurador de seu Irmão sobre a Levada de Agoa da quinta de Otta, E huma executoria sobre o mesmo do anno de 1635

Huma Petiçam do Sr. Pedro de Figueyredo em que pertendia coutar a quinta de Otta.

Huma Memoria que dis terras que trazem sonegadas em Otta huma sentença que o Sr. Duarte de Figueyredo alcanção (sic) Contra Affonso Mon-teiro sobre as terras das Barradas junto ao monte Redondo no anno de 1554

Huma certidão com huma memoria feita pello Sr. Pedro de Figueyredo nas costas della em que consta a avaliação em que o dito senhor tomou a fazen-da que ficou da Sra. D, Marianna Coutinho e tinha em Otta que lhe entregarão seus Testamenteiros A qual se aneyxou com o Cazal de Suro gale-go compo della consta e de huma carta a ella apença o que se fes no anno de 1714

Huma sentença de dezagravo que a seu favor teve o sr. Jorge de Figueyredo em re-zão de querer fazer de novo huma asenha nas te-ras de Otta hum Heronimo de Macedo por seu pro-curador e dada no anno de 1625

fl. 36

OUTRA Sentença do Sr. Jorge de Fi-gueyredo contra seus Irmãos em que se lhe julgou Verdadeiro o Testamento de seus Pays, e per-tençerem lhe a quinta de Otta dada no anno de 1599

Huma petição com certidão do Prioste de S. Pedro de Alemquer por que consta ser senço o foro que tem a quinta da Bordalia passado no anno de 1680 [Bordalia Senço]

Esriptura de dez alqueires de trigo a retro aberto que paga António Jorge e sua Molher morado-res no Lugar do Bayrro termo da Vila de alemquer ao Sr. Ruy de Figueyredo de Alarcão que tem aplica-do este foro a Cappella de Nossa Senhora da Emcar-nação.

Esriptura de Compra que fez o Sr. Pedro de Figueiredo a Joze Marques da Silva e Sua Molher Maria da Silva da Abrigada: de huma Vinha em otta com treze pés de oliveiras [#vide f. 113vº]

Troca e Sorrogação que fez o Sr. Pedro de Figueiredo com Manuel Pereira de Otta de 4 oliveiras por hua courella de terra mattos e sobreiros que o dito tinha entre as vinhas do dito senhor. [#vide f.113vº]

Esripturas de emprazamento em três vidas de hum serrado em otta com o foroi de duas galinhas cada anno que deu o Sr. Pedro de Figueiredo a Manuel Pereira molheiro e sua molher ambos para vida e moradores no dito lugar. [#vide f.113vº]

Certidão do Prioste de Alemquer da igreja de S. Pedro por que consta dos 3 64 r de censo que se paga da quinta da Bordalia. [#Bordalia #vide f.114]

Sentença do Provedor de Alemquer de como a quinta da Bordalia he livre e não de Capella. [#Bordalia #vide f.114]

fl. 36vº

Maço 5º # Gaveta 2ª

[#Quinta de Otta #vide f. 114] Esriptura de Compra que o Sr. Pedro de Figueyredo fez do cazal do suro Galego, ao Cappitão Mor Bertolameu Lobo da Gama no anno de 1704. Veja se hua cotta que nas costas da dita esta.

Hum escrito de cem mil reis que Pedro Ferreira com procuração do dito Cappitão MOR recebeo por conta do preço do dito Cazal.

Huma carta de Compra que fez o sernhor Jorge de Figueiredo no anno de 1522 a Fer-nan d alvares de huma terra em Otta.

OUTRA Carta de Compra que o dito Sr. Jorge de Figueyredo fez de huma terra na aldeya do Tello no anno de 1522

OUTRA carta de compra que o dito Sr. Jorge de Figueyredo fez no anno de 1526 de huma Courella de terra ao Pombal em Otta que lhe vendeo Bertolameu Pires

OUTRA carta de compra de humas cazas e hum cerrado em otta que fez João Luis e sua mulher a AntonioDias do folhandal

Escreitura de Compra de humas três courellas de terra Com algumas Oliveiras que fez o sr. Ruy de Figueyredo de Alarcão a Nicolao so-ares do Camarnal no anno de 1661.

Escreitura de huma terra em Otta com três pés de oliveiras que comprou o Senhor Rodrigo Antonio de

fl. 37

de Figueiredo a Bernardo de Araújo de Atouguia por 40\$000

Escreitura de Compra que fez o sr. Ruy [Pedro rasurado no original] a João baptista Maciel de tres Courellas de terra em Otta huma na Var-jea, outra bo Caminho da Atogia, outra ba ban-da de Sima que Vay para o Monte Redonde cuja compra se fez no anno de 1666 [# Escreitura]

Huma Instrumento de Troca que fez o Sr. Ruy de Figueyredo Com AntonioGomes de Carvalho da terra da Adema no anno de 1562

Escreitura de Compra que fez o sr. Ruy de Figueiredo a Manoel de Andrade de huns olivais terras, e mattos em Otta no anno de 1666

Escrito de venda que fez Maneol Nu-nes ao Sr. Ruy de Figueyredo do Olival do Val de Carro no anno de 1633

Escrito de venda de hum peadaço de terra que o Sr. Ruy de Figueyredo Comprou em Otta a Maria Gonsalves no anno de 1663

Escrito de venda de humas terras em otta que fez AntonioLopes a António Vãs.

Escrito de Venda que fês Ama-ro Esteves ao Sr. Jorge de Figueyredo de hum pedaço de terra no pomar novo no anno de 1526

fl. 37 vº

[#vide fl.114 Prazo em uidas junto a Suro galego] Escreitura de Compra que fez o sr. Pedro de Figueyredo a Antonio Antunes da Vila de Alemquer do Olival que tinha em far=regudo, junto a Suro galego o qual he foreiro em Vidas em hum cruzado a igreja de S. Estêvão de Alemquer, e a compra da vinha Com as oli-veiras que esta na aldeya e foi de Manoel da Silva Carpinteiro o que tudo comtem esta escritura feita no anno de 1709 e as mais apenças.

Justificação que fez o sr. Jorge de Figueyredo em como lhe pertença e erão seus os Mattos da Adema em Otta no anno de 1622

Provisão d aRaynha a requerimento do Sr. Pedro de Figueyredo para enformar o ouvidor de Alemquer sobre a Matta de Otta no anno de 1710

Hum Rol de Bens Testados em que fa-la na primeira prasella em a quinta de Otta

Venda, que fez Gomes Ribeiro e sua molher de huma terra com olival que chmão a feteyra a João Luis Cazeiro do Sr. Ruy de Figueyredo no anno de 1558

Hum Foro da quitna de Otta

Carta de Alexandre Soares que falla sobre as Xarneccas de otta que a Camara queria aforar como suas.

Escreituras de duas propriedades de terra vinha em (...?) que comprou o Antonio de Figueiredo ao Padre

fl. 38

#ao Padre Luis Henriques em otta por 120\$000

Huma escreitura de Aforamento emphatiota que fez por seu procurador Manoel varella7 ao sr. Jorge de Figueiredo de duas cazas terrias e dous pardieiros e huma terra que as Serca e le-va dous alqueires de Semeadura tudo com o foro de ouze tostois em cada hu anno a João da Silva Morador em otta aonde estão Sittas as ditas cazas e terra.[# vide fl 114”]

Huma Certidão porque consta de dous prazos sitios em otta foreiros a Igreja de S. Estêvão de Alemquer e São do Antonio de Figueiredo

[# he bonita a certidão! Aonde estão as Instituições?] Certidão do vigário de Otta por que consta das dyas capelas de três missas cada anno de cada huma que tem obrigação de mandar dizer o Antonio de Figueiredo[#vide fl 114”]

Maço 6º #Gaveta 2ª

Huns auttos de execução sobre a quinta de otta no anno de 1598 contra a Sra. D. Catherina de Castro [#Quinta de Otta]

Hum Libello, e huns embargos e ou-tros papeis pertencentes a cauza que o Sr. Pedro de Figueyredo teve e corre contra João Peyxoto da Silva sobre hum arneiro da quinta de Otta Inventario dos bens que se acharão na quinta de Otta novens, e alguns de Rais por falecimento do Sr. Jorge de Figueyredo

Huma informação que fez o ouvidor de Alemquer sobre hum requerimento que fazião [#vide Maço 66]

fl. 38vº

Fazião os Irmãos do Sr. Da Freguezia de Otta no anno de 1712

[#] Hum Emprazamento que fez o Sr.Rodrigo António de Figueiredo a Manuel Henrique Olandes [# vide fl 114”]

Huma memoria da entrega que se fez a Manoel da Cunha da quinta de otta quando entrou por feitor della no anno de 1677

Huma Certidão que veyo de A-Lemquer do Escrivão dos auttos sobre as agoas das terras dos Louros no anno de 1706

ARendamento feito a André Gon-çalves da terra, e arneiro que esta junto a fonte da aldeya em Otta feito no anno de 1698

ARendamento da quinta da Bordalia no anno de 1652

Escriptura de arrendamento do Ca-zal do Sr. Das Alcaçovas em Otta feitaa Manuel Pereira de Faria no anno de 1705

Rendimento dos Calcadores de sevada e trigo da quinta de otta do anno de 1676

Huma Sentença e quitação de Cem mil Reis que deixou a Sra. D. Marianna Couti-nho as freiras do Calvário de Évora. [#vide Maço 66]

Hum Masso de Contas de va-rios annos de Manoel Pereira de Faria feitor que foi da quinta de Otta [: # vide Maço 66]

Rol do pão e azeite que se entre-

fl. 39

Se entregou a Alexandre Soares quando foi para fei-tor da quinta de otta.

Carta de Alexandre Soares em que diz recebeo Sinco moedas de ouro.

Humas Escripturas de Venda das terras dos Canados

Hum macinho de Varias cartas e outros papeis tudo pertencente sobre a mesma quinta da Vidigueyra. Achar se há no maço se- guinte que pertence a dita Vidigueyra.

Carta de Vicente da Motta de Alemquer que conthem aLguas clãrezas de importancia.

Masso 7º # Gaveta 2ª

Hum requerimento do sr. Pedro de Figueyredo em o qual se acha emcluzo a escriptura de compra da quinta da Vidigueyra feita no anno de 1702, e huma carta da vendora (sic) D. Violan-te Micaella Viúva de D Sebastião Maldona-do [# Vidigueira]

Hum instrumento de Agravo, e huma Sentença de sezagravo favor do Sr. Pedro de Figueyredo sobre a mesmavenda respeito da Siza anno de 1715.

Varias Pitições e cartas so=bre a Venda, e particulares da mesma quinta.

Petiçamde D. Álvaro Maldonado para

fl. 39vº

Para se lhes entregarem 734\$000 do desporto que se tinha feito da quinta da Vidigueyra e Lage pal. geral foi no-tificado o depositario.

Copia de hua carta de D. Violante Michaela Viúva do Mandonado em que fala sobre a venda da quinta da Vidigueyra e Lage

Hum macinho de varias cartas e outros papeis tudo poetencçente sobre a mesma quintada Vidigueyra e humas cartas de D. Violante Michaela.

Masso 8º Gaveta 3ª

[#Campo Grande Emprazamento] Hum emprazamento feito ao Sr. Jorge [seria certamente Jorge irmão mais velho de Pedro que m.m.] de Figueyredo em três vidas pello reverendo Cabbido da Seê oriental no anno de 1663 das cazas e orta foreiras ao mesmo em 1333 reis e sinco galinhas ; E hum reconhecimento feito pe-lo Sr. Pedro de Figueyredo ao mesmo Cabbido no anno de 1709. [#; Campo Grande Emprazamento]

[#Reconhecimento] Hum reconhecimento digo Em-Prazamento das ortas do mesmo Campo grande que hoje he hum foreira o Convento de S. viçen-te de fopra e, 1200 reis em dinheiro e 4 ga-çlinhas cada anno feito a Sra. D. Maria de Lima no anno de 1647

[#Emprazamento] Huma renovação do mesmo Pprazo feita ao Sr. Pedro de Figueyredo no an-no de 1716 [escrito posteriormente] em que foi primeira vida

fl. 40

Hum Treslado do Emprazamento do Campo Grande foreio a Camara desta Cidade em 40 reis emphatiota que he o asçento das treze Moradas de cazas tirado do Livro do Tombo da mesma Camara no anno de 1661; E hum reconhecimento que o sr. Pedro de Figueyredo do mesmo Prazo no anno de 1720 fez a mesma Cama-ra [#Emprazamento]

Huma certidão a requerimento de André de Figueyredo porque consta de Vários reconheçimentos que se fizeram do mesmo Prazo a Camara

Hum reconheçimento feito aos Padres de S. Vicente do Prazo aSima dito em nome do sr. Ruy de Figueyredo [palavra riscada] no anno de 1662[#Reconhecimento]

Hum requerimento do Sr. Pedro de Figueyredo sobre o mesmo Prazo no anno de 1716

Huma Certidão do emcabeçamento, e aforamento do Prazo da Seê passada no anno de 1716

Huma memoria dos foros de todas as Ortas, e cazas do Campo grande.[s.d.]

Huma Certidão de huns au-tos de execução que se fez ao Sr. André de Figueiredo e seu suçeor [#: “Pedro”] o sr. [Jorge - palavra riscada] de Figueyredo no Pra-zo do Campo grande foreiro a Camara e passa-da esta no anno de 1689.

Huma certidão do Cartório da Trindade que consta do Prazo que lhe he forei-

fl. 40vº

Foreiro e se lhe pedio no anno de 1716por se não achar escriptura alguma de Emprazamento.

[#Licenças] Humas licenças do Cabbido, e dos Frades de S. Vicente e Trindade para se poderem empenhartodas estas fazendas, as quais se achão apenas

[#Verba de Testamento] Huma verba de testamento de Antonio Fernandes d eLvas

[#Verba de Testamento] OUTRA Verba do testamento da Sra. D. Maria de Lima

[#Verba de Testamento] OUTRA do Testamento do Sr. Ruy de Figueyredo OUTRA Verba do mesmo

HUma Memoria de todas as fazendas do Campo grande, e qualidade dellas.

Huma Petiçam e Mandado contra Maria Duarte Moradora que foi em humas das Cazas do Campo grande

[#Arrendamentos] Huns escritos de aRendamentos da Ortta de Sima do Campo grande feitos por Do-mingos Gonsalves nos annos de 1715 e 1720

[#Preposta] Preposta de hum Letrado em que mostra que a Sra. Donna Maria de Lima podia deixar os seus Prazos que tinha no Campo grande ao Sr. Ruy de Figueiredo.

[#Preposta] OUTRA Preposta sobre os em-prazamentos em que declara o modo de se acre-
fl. 41

De se acrescentarem ou não e julgarem sse por deValutos

[#vide fl.] Hum emprazamento novo que o Antonio de Figueiredo fes ao Cabbido da See oriental do prazo que tem no campo grande foreiro ao mesmo em 1333 reis seis gali-nhas e dous frangos do qual fica Sendo primei- ra Vida o qual foi feito no anno de 1722
[#Cabbido]

Hum emprazamento feito pellos Padres da Santíssima Trindade da orta do campo grande # em que he primeira vida Rodrigo Antonio de Figueiredo.[#Trindade]

Masso 9º Gaveta 3^a1208
--

Testamento da Sra. D. Maria de Lima que deyxou a quinta do Campo Grande e- mais prazos a seu sobrinho o Sr. Jorge de Figueiredo que faLeção menino, e era irmão mais Velho do sr. Pedro de Figueyredo a quem seu Pay o sr. Ruy de Figueyredo os deixo e todos os mais que tinha por certidão do escrivão dos horfaons Joze vieyra Pontes no anno de 1716 [#D. Maria de Lima # vide f. 111(?)]

[#vide fl.112 vº] Testamento de Braz Affonso correa Instituydor do Morgado a que pertencen estas cazas se acha por Certidão Repetido em duas no Maço 3º [# Braz Affonso #vide Masso 3º]

Testamento do Sr. Ruy de Figueyredo que faleção em 17 de Janeiro de 1679 feito e aprova-do em 1678 com huma escriptura apença de com-trato eRevogavel, e nomeaçãoem seu filho o Sr. Pedro de Figueyredo de todos os Prazos Vincollos açções, e Serviços feita no anno de 1678 [# o Senhor \Ruy de Fi-gueiredo # vide fl. 111]

[# “vide f.110 vº”] #Testamento de : Marianna Coutinho

Huma certidão do Testamento e Cudisçilio com que faleção a Sra. D. Heronima Lobo viúva de Diogo de Brito da Silva em 1668 tirada dos auttos da conta dos Rezidoos escrivão Manuel Ferreira Barreto. [# D. Heronima Lobo# vide fl. 111]
fl. 41 vº

Huma Verba do mesmo Testa-mento da dita Sra. D. Heronima Lobo no qual instituyo por Erdeiro ao Sr. Ruy de Figueyredo

OUTRA Verba do Testamento do Sr. Ruy de Figueyredo.

OUTRA Verba do Testamento da Srª D. Maria de Lima

OUTRA Verba do Testamento de Diogo Fernandes d elvas.

[#], “Testamento de Catarina Vicente Vide maço 25 com nota #: “vide f.112 vº Instituição de Catarina Vicente”]

Testamento do Senhor Pedro de Figueyredo feito e aprovado, e com que faleção em Março de 1722

Huma Verba da Instituição da Cappela de Catherina Vicente Molher de Duarte Mozinho. Testamento da Sra. D. Maria Henriques feito e aprovado no anno de 1636 e outro da mesma senhora no an-no de 1624

Testamento de António Lopes Calvo feito e apro-vado no anno de 1629 .

¹²⁰⁸ Passou da gaveta 2ª para a 3ª.

[#] “Testamento do Sr. Ruy de Figueiredo e sua mulher a Sra. D. Maria Correya Vide Maço 64” [#] : “Instituição vide f.112 vº”]

Testamento e Cudiçilio do Conde de Ara-da D. Fernando Teles de Faro da Silva filho de D. Bráz Telles de Menezes, e de D. Catherina de Faro Henriques o qual fez em Madrid em 6 de Março de 1668 e faleço em flandres -

Hum Treslado do Testamento Com que faleço na India o Sr. D. Jorge de Menezes Com hum Cudiçilio e Varias deClarações tudo feito no anno de 1593

Testamento de AntonioLobo da Gama Com que faleço no anno de 1628

[#. “Testamento de Vasco Lourenço”] [#: vide Maço 13 e f. 112]

fl. 42

Duas Copias de Testamentos da Sra. D. Maria da Silva May de Digo de Brito

Testamento de Diogo de Brito que fale- ço em 28 de Julho de 1656 se acha em huma Sentença de quitação dos Rezidoos que a Sra. D. Heronima Lobo Sua mulhertirou no qual testamento chama bens todos os que deyxã â dita Sra sua mulher.

Certidão em que faleço a Sra. D. Maria Manoel de Vilhena de quem foi testamenteiro o Sr. Ruy de Figueyredo

[#] “Testamento da Sra. D. Marianna de Lima”] ; [#vide f. 110vº]

Informação do Sr. Pedro de Figueiredo so- bre as Cappellas de S. Julião de Catherina Vi- cente e a de S. Bento de Xabregas do Sr. Ruy de Figuyredo.

Certidão dos Auttos da conta que se to-mou da Cappella que instituyo o Sr. Ruy de Figueiredo em S. Bento de Xabregas

[#] .”Treslado do Testamento da Sra. D. Maria Manoel de Vilhena”; [#vide f. 1101º]

Certidão de Justificação que a Sra. D. Leonor de Menezes fez do testamento da Sra. D. Ma- rianna Coutinho

[#] .”Testamento do Sr. Henrique de Figueiredo”; [#vide f. 113vº]

Petiçam que o Sr. Pedro de Figueyredo fez com-tra os irmãos de N. Sra. Das Candeas de S. Julião so-bre a sepultura da mesma Cappella.

Testamento de Ruy Gonçalves Franco se a-cha a f.5 do tombo da Cappella que o mesmo Ins-tituyo que Vay no Masso [escrito # Vide Masso 44]

Testamento da Sra. Condeça de A-

[#] . “Testamento da Sra. D. Izabel Coutinho que ins-tituyo o morgado da banda d aLem; Vide f.112vº]

fl.42 vº

De Atalaya primeiro e segundo cudiSilio no- anno de 1640 se achara no Masso [# “vide Masso 60”]

Testamento da dispozição do Morgado que Instituyo Chistovão de Brito cazado com D. Bri-tes de Atayde em que chamou primeiro adminis=trador a seu sobrinho João de Brito Veja sse no Ma=ço[# “vide Masso 43”]

Treslado do Testamento de Miguel de Seyxas no anno de 1618

Verba do Testamenbto de Valen-tina de Calvo sobre a sua Cappella de nove mis-sas Instituyda no convento desta Cidade da Trin-dade

A Verba do Testamento da Sra. D. Maria Manoel de Vilhenna se acha no masso27 em Requerimento do Sr. Ruy de Figueyredo

Testamento de D. Martinho da Ribeira[#Videf.110vº]

Testamento de Antonio Fernandes d’Elvas[#Videf.110vº]

Testamento de Dionizio Gonsalves Rey-monde Vedor da Caza de Ruy de Figueyredo Cor-rea e morador em sua Caza na fregeuzia de san Tiago no qual Instituyo por Erdeiro a sua Filha a na terça ao dito Ruy de Figueiredo, e neste testamento lhe da quitação plena do Serviço que lhe tinhafeito Em Lixboa em 24 de Outubro de 1571.

Testamento do sr. Diogo de Brito que falleço em 28 de Julho de 1656 [# vide maço 42]
Verba da instituyção do Morgado que fez a sra. D. Maria da Silva da sua terça[# vide o mesmo]

Testamento de João soares e D Fellipa Galvoa [# vide maço 44]
Verba do testamento de luís de Novais. [# vide maço 60]

fl.43

Maço 10º Gaveta 3ª

AUTTO de posse que o António Mandou tomar por fallecimento de Seu Pay o sr.pedro de Figueyredo destas cazas erm que Vive com todas as suas pertenças, e de seis Moradas de Cazas que partem com os quintais dellas, e ficão por detraz de S. Tiago,e das cazas que tem em Castello picão Rua de Atalaya eRua das Parreiras e as da Rua da CotteLaria pertencentes a Cappella de Vasco Lourenço que lhe são foreiras, e assim também das Cazas grandes do Campo grande e treze Moradas pequenas, e três outras que tem no mesmo Sitio no anno de 1722.

Posse que o Antonio de Figueyredo mandou tomar por seu procurador do Morgado da Lobagueyra por falecimento de Seu Pay o Sr. Pedro de Figueyredo no anno de 1722

Posse que o dito Sr. Mandou tomar por falecimento de seu Pay o Sr. Pedro de Figueyredo do sManinhos de Covilhaã por seu procurador Ma-noel da Silva fragozo. No anno de 1722

Posse que o dito Sr. Mandou tomar por falecimento de seu Pay o Sr. Pedro de Fi-geyredo do Cazal de Jannes em Cintra que he do Morgado No anno de 1722

fl. 43 vº

Posse que o dito Sr.Mandou tomar por falecimento de seu Pay o Sr. Pedro de Figueyredo seu Pay (sic) das quintas do Carregado e Monte de LOyos no dito anno

Posse que o dito Sr.Mandou tomar por falecimento de seu Pay o Sr. Pedro de Figueyredo da Erdade de Aniza em Grandolla no dito anno

Posse que a Sra. D. Maria de Lima man-dou tomar dos prazos de Alvalade No Campo grande e Da Bemposta e cazas da Rua da Atalaya no na-no de 1626

Posse que o sr. Pedro de Figueyredo Man-dou tomar por seu Procurador de humas cazas no Campo grande que são prazo foreiro acama-ra desta cidade as quais lhe deixou a Sra. D. Mari-anna de Lima no anno de 1699

Posse que o Sr. Ruy de Figueiyrredo man-dou tomar por seu procurador das cazas de Castelo Picão e do foro das cazas da Cottelaria no anno de 1663

Posse da Comenda de S. João Ba-ptista de Sinfães Bispado de Lamego que Se deo ao Sr. Ruy de Figueyredo para adminis-tra La por tempo de hum anno e se tomou a dita posse em 28 de Junho de 1654

Posse que tomou Por seu Procu-rador a Sra. D. Maria Manoel de Velhena do seu Morgado de Cintra que Erdou por morte de seu Irmão AntonioBrandão Soares que vem a Ser o Cazal de Jannes no anno de 1620

fl. 44

Posse que mandou tomar a Sra. D. Hero-nima Lobo do Cazal de Jannes em Cintra no anno de 1633

Posse da Erdade de Lavra que tomou Braz Telles de Menezes com procuração do sr. Ruy de Figueiyrredo nop anno de 1675

Posse Judicial que tomou Frnacisco de Abreu de Lima como procurador de D. Maria Ma-noel da Erdade de Lavra que he Morgado no na-no de 1620

[segue-se uma letra diferente] Instrumento de posse que tomou Manuel Vieira da Azambuja como procurador do Antonio de Figueiredo da Erdade de Lavra e todas as suas pertenças sita no termode Monte mor o novo

Instromento de posse que tomou Alexandre soares Leitão como procurador do Antonio de Figueiredo da quinta da Vidi-gueyra charneca e mais fazendas a ellas pertencentes; do Cazal do monte redondo e suas pertenças e do cazal de sur gallego, e terras e charnecas vizinhas a elle pertencentes e da quinta de Otta oLivias, terras, e pumares charne-cas, e baldios a ella pertencentes e da quinta da Bordalia.

Instromento de posse que tomarão Alexandre soa-res Leitão e Manuel Vieira como procuradores do Aantonio de Figueyredo das terras do Valle no termo de Santarém; Das Liziriasda praia e Mou-chão de Esfolla Vacas no termo da Azambuja.

[letra diferente 2] Posse Judicial das Cazas da Porta-gem que mandou tomar por seu procurador o Antonio de Figueiredo em 1723

fl.44 vº

Masso 11º Gaveta 4ª

Escritura de Compra que fez o Sr, Pedro de Figueyredo a Luis Macha-do Celeyro, das suas cazas que ficão pegadas aos quintais destas e defronte do passadissoque Vay para o S. Eloy e são as primeiras, no anno de 1715; E dentro na dita escritura se achão três antigas pertensentes as mesmas cazas.

Escriptura de compra que o Sr. Pedro de Figueyredo fez ao Padre Manuel Thomas filho do dito Celeyro Lui sMacha-do que ficão por bayxo das que o dito seu Pay Vendeo, e místicas com os quintais destas e dentro na dita escriptura se acha huma carta de Partilhas, emanssipação do dito Padre e se fezadita compra no anno de 1717

Escriptura de Compra que que (sic) o Sr. Pedro de Figueyredo fez de duas moradas de Cazas místicas Sitas na Rua de Luis da gama e partem com os quintais destas e Com as aSima ditas aos Irmãos do santissimo de S. Tiago a quem as ti-nha deixado Francisco Correa as quais Cazas são foreiras humas de prazo em Vidas a Igreja de S. BerthoLameu des-ta cidade em 240 reis, e outras emfatio-

fl. 45

Emfatiota ao hospital Real de todos os santos em sesenta e seis Reis, e humcapão e se seLebrou a dita escritura no anno de 1714

Carta de aRematação de duas Moradas de cazas que o Sr. Pedro de Figueiredo com- prou, e partem com as aSima dittas as quais forão de João da Gama Salema cuja compras e aRematação se fez no anno de 1712

Huns Auttos de appelação sobre a Siza das mesmas cazas aSima ditas se aRematarão.

Hum aRezoado sobre as cazas que forão da Irmandade do Sr. De S. Tiago, e bem feitorias dellas.

[letra diferente] Escriptura de emprazamento em três vidas que fizerão ao António de Figueiredo o Prior e mais Padres da freguesia de S. Tiago de duas moradas de cazas que partem com os quintais destas em que vive e tem de foro em cada hum anno 800 reis(# “vide f. 113]

Carta de ARemataçam da quinta de Loures sita no lugar do Barro freguesia de Loures que ARematou o Antonio de Figueiredo com hum cazal místico que he prazo em vidas tudo por 2.810\$000

fl. 45 vº

Masso 12 Gaveta 4ª

Huma Memoria que dis a escriptura de compra que o Sr. Pedro de Figueiredo fez da Ortta de D. Fradique e todas as suas per-tenças feita no anno de 1684 a vinte e três de fevereyro

se acha nas nottas do Tabalião Thome Freyre de Araújo feito por Domingos da Silva seu antecessor.

Escriptura de Compra de hum quinhão das cazas do Castello que D. Fradique Manoel Comprou a D. Jorge Manoel seu Irmão Com provizão Real no anno de 1536

Compra de hum quinhão das cazas do Castello que D. Fradique Manoel fez a sua Irmã D. Joana de Aragão no annod e 1541

Dizistença que fizerão as Freiras em Vill Longa do quinhão das ca-zás que forão de D. Fradique Manoel, a qual se achão juntos mais papeis e foi feita a dita dizistença no anno de 1606

fl. 46

Escriptura da posse que tomou D. Pedro Manoel da Orte de D. Fradique Manoel no anno de 1613

Escriptura de aforamento de hum pedaço de chão que se aforou na dita orta de D. Fradique às Recolhidas do Castello em huma Galinha Cada anno, e o chão he entre as duas torres, e feita a dita escriptura no anno de 1660

Huma escriptura de obrigação que o Sr. Pedro de Figueyredo fez de 392\$220, que consignou a vicente fernandes no Rendi-mento da Orta de D. Fradique para Ser pa-go da dita quantia no anno de 1688

Huma Escriptura de promessa de venda que fez o Conde de Atalayaa Sr. Pedro de Figueyredo da Orta de D. Fradique Manoel Junto as cazas do dito Sr. extraída no anno de 1684 [# vide f. 115 vº]

Proposta que o Doutor Antonio da Costa e Sil-va fez sobre a Compra que o Sr. Pedro de Figueiredo fez dos Condes de Atalaya da Orta de D. Fradique

fl. 45 vº

Masso 13º Gaveta [rasurado] 5ª do 2º contador
--

Reconhecimento qie o Sr. Pedro de figueyredo fez das cazas da Rua das Parrei-ras ao Cabbido da Seê oriental foreiras em 400 reis e duas galinhas no anno de 1720 [escrito posteriormente: “ outro do Antoniodo anno de 1722] [# Cazas da Rua das Parreiras vendidas (s.d.)]

OUTRO Reconhecimento que o dito Sr. fez das cazas da Rua da Atalaya ao Cabbido da Seê Oriental phatuezim perpetuu foreiras em 415 Reis, e duas galinhas e hum frãgo noanno de 1720 [escrito posteriormente: “outro do Antonio do anno de 1722] [# Cazas da Rua da Atalaya vendidas (s.d.)]

Huma Sentença que o Sr. Pedro de Figueyredo alcançou Contra Francisco Baptis-ta por este lhe querer empedir huma genella que se abrio nas cazas da Rua da Atalaya no anno de 1720 [# Cazas da Rua da Atalaya vendidas (s.d.)]

Certidão de huma Renovação de Prazo que fez o sr. Ruy de Figueyredo como administrador da Cappella de Vasco Lourença das cazas da Cotelaria ao Cappitão Domingos Monteiro no annod e 1667 [# Cazas da Cotelaria foreiras]

Escriptura de Venda digo de Reconhecimento de três moradas de Cazas foreiras a mesma Cappella de Vasco Lourenço que fez D. Margarida de Andrade Castello Branco fi-lha do Cappitão Domingos de Andrade ao Sr. Pedro de Figueyredo no anno de 1706 de que paga em Cada hum anno 7000 reis, duas galinhas [# Cazas da Cotelaria foreiras]

fl. 46

Galinhas, e hum Frango

Venda que fez das cazas da CoteLaria a dita D. margarida de Andrade Castello Branco a Manoel Ferreira odreiro no annod e 1716 [# Cazas da Cotelaria foreiras]

Huma Escriptura de aforamento de humas cazas da Cotelaria foreiras a mesma Cappella feito, ao baynheiro André Roiz no anno de 1691 [# Cazas da Cotelaria foreiras]

Huma Sentença sobre as cazas da Cotelaria que he cabeça de Morgado que Insti tuyo Vasco Lourenço extrahida no anno de 1593 [# Cazas da Cotelaria foreiras]
 Hum escrito de Miguel de Abreu e Freitas em que pode quitação para pagar o foro das cazas que pessue na Cotelaria do anno de 1712 [# Cazas da Cotelaria foreiras]
 Midação e Vedoria das Cazas da Rua das Parreiras feito por hum digo dous Cónegos Capitulares da Seê oriental [# Cazas da Rua das Parreiras vendidas]
 O Testamento de Vasco Lourenço e Instituição de huma Capela Cita em S. Nicolão desta Cidade de que hoje he administrador o Antonio de Figueyredo [# Instituição vide f.112]
 Títulos, e Informações e posse que o sr. Ruy de Figueiredo tomou das Cazas de Castello Picão
 Sentença que alcançou o Antonio de Figueiredo contra os Padre da Santíssima Trindade sobre as cazas de Castel Picão Serem Livres [# Cazas de Castelo Picão vide fl. 113]
 fl. 46vº

Masso 14º Gaveta 4ª

Hum emprazamento em tres vidas da quinta do carregado que fizerão as Merçieyras de S. Estevão de Alemquer a Sra. D. Heronima Lobo no anno de 1651
 [escrito posteriormente:] Outro feito ao Antonio de Figueiredo em 7 de Junho de 1723
 Escriptura de Renovação em Vidas do prazo e terra da banzoeyra junto a quinta do Carregado feita a Sra. D. Heronima Lobo no anno de 1651 [# vide fl. 115]
 [escrito posteriormente:] Outro feito ao em 7 de Junho de 1723
 Escriptura de Emprazamento em três Vidas do Prazo e terra da banzoeyra junto a quinta do Carregado feito a Catherina de Payva Molher de AntonioLobo no anno de 1565[# vide fl. 115]
 Treslado da medição, e Vestoria da quinta do Carregado foreira as Merçieiras d de S.Estevão de Alemquer, e feita no anno de 1505
 Sentença da Relação sobre huma cauza que moverão as Merçieiras deAlem-quer contra Diogo de Brito sobre o foro da quinta do Carregado extrahyda no anno de 1646
 Sentença que alcançou Francisco Lobo da Gama no anno de 1588 contra as merçieiras de Alemquer em que as obrigou a de menuyr o foro da quinta do Carregado

fl. 47

Sentença que alcançou Diogo de Brito e sua mulher contra as Merçieyras de Alemquer sobre o foro que pagava da quinta do Carregado, e Vinha aNexa extrayda no anno de 1638
 Provizão do desembargo do Passo para em Coymar todo o gado que se recolhem na quinta do Carregado a favor de Diogo de Brito passada no anno de 1595
 Carta Sitatoria contra o Sr. Pedro de Figueyredo a Requerimento do Pormotor da Vila de Alemquer para dar conta das obrigações que tem na Igreja de S. Estêvão dos emCargos da quinta do Carregado
 Petiçam de Diogo de Brito pedindo a El Rey novo emprazamento.
 ARendamento da quinta de Mon-te de Louyos por seis annos feito no de 1530
 ARendamento que fez a Sra. D. Heronima Lobo No anno de 1656 das terras do valle
 Certidão dos autos da conta do fo- ro de Monte de Loyos e do Sensus da quinta da espisandeira da Bordalia
 [escrito posteriormente:] Renovação do prazo em vidas de Monte de Loyos dos (aos?) Religiozos de S. Domingos de Lisboa

fl. 47 vº

[escrito posteriormente:] Certidão do tombo da comenda de Alpedriz por conta das terras do valle [# Terras do Valle que são nove courellas e hua dellas he só a que he foreira]
Reçibo do foro que se pagou das ditas terras os annos de 1720 1721 1722
Minuta das obrigaçoens do ARendamento por 9 annos que fez D. Lourença Josepha.

Masso 15º Gaveta 5ª

Hum Alvara passado a Instancia do Sr. Ruy de Figueyredo como Padro-eiro da Ermida de Nossa Sra. Da Encarnação da Loba-gueyra para que o provedor de Torres Vedras Levasse em conta as despezas que por elle e officciais fossem feitas nas obras da dita Sra. e asignado por El Rey D. João o 4º no anno de 1652 [# vide fl. 114 vº]

Huma Provisão do Desembargo e Alvará de El Rey em que fez mercê de duas feiras francas na Lobagueira pagando terrado e Licença ao Procurador da dita Sra. para as obráz da mês-ma feita a dita mercê no anno de 1715 [#] :] ao sr. Pedro de Figueiredo [# vide fl. 114 vº]

Huma Petiçam despachada pelo Provedor de torres Vedras em que lhe conssedeo as coren-ta brassas de terras maninhas que nella lhe pedia por toda aparte por donde tivesse fazenda para os cazeiros poderem Usar dellas . [#] :] Requerimento feito pello Sr. Pedro de Figueiredo

Huma Petiçam aSignada por Mi-guel Pires da Lobagueyra obrigando sse por hum *
[#] :]

Cartas e hum Recibo do Padre Domingos Alv(ar?)ez] das cazas que vendeu ao Sr. Pedro de Figueiredo na Lobagueira

fl. 48 vº

*Por hum pedasso de chão por outro que tinha tomado [#] :]
ao sr. Pedro de Figueiredo

Huma massinho de papeis perten-sentes a Ermida de N. Sra. da Encarnação da Lobaguey-ra.

Aforamento de Mattos e Juncal em três Vidas sendo a primeira AntonioFernandes os quais estão nas terras de Palhais de Torres Vedras com foro de outo galinhas nos primeiros Sinco annos e feito o dito aforamento no anno de 1566

Certidão dos Capítulos que o Vizitador deyxou na Ermida de S. Srª da Encarnação da Lobagueyra no anno de 1719

Huma Liçença do Sr. Patriarcha em Julho de 1717 para se fazerem as festas de Nossa Senhora da Encarnação sem os devotos pedi- rem Liçença ao Parocho,e as poderem fazer com os procuradores que Levarem.

Liçença do Cabbido sede vacante para os Parochos de Bellas e Çintra Cantarem as Missas nas suas festas na Ermida de N. Srª da Emcarnação no anno de 1716

Certidão dos Livros das Contas de N. Srª.da Emcarnação da Lobagueyra do tempo que foi escrivão o Padre João Roiz cura passada em mil e SetteCentos e quin-ze 1715

AUTTOS Com petiçam de Vista que o Sr. Pedro de Figueyredo pedio de huma pasto-ral que se fechou na Lobagueyra e esta nos mesmos por Certidão Anno de 1716

[#] :] Escriptura de compra de humas cazas que fez o Senhor n Pedro de Figueiredo a João Gomes da torre da Raynha [# vide fl. 115]

Hum massinho de Varias pitiçoens e papeis sobre particulares de N. Srª. da Emcarnação Contra o cura João Rois.

Huma Petiçam do Dr. Pedro de Figueiredo Sobre os exçeços do Cura da Lobagueyra contra os devottos.

Huma reço de 18\$000 re Meyo annal de Missas que disse na Ermida de N. Sr^a. da Emcarnação da Lobagueyra o Padre Pedro Alves de Carvalho pela alma da Sra. D. Maria There-za Primeira mulher do Sr. Ruy de Figueyredo no anno de 1659

Huma obrigação que fez o sr. Padre João Alves de dizer Meyo annal de missas em N. Sr^a. da Emcarnação da Sra. D. Maria Thereza no an-no de 1653

Petiçam e Procuraçam dos Moradores da Lobaguey-ra contra o Cura no anno de 1711

Petiçam do Prior e Beneficiador de S. Tiago de Torres Vedras sobre o Cofre, e ou-trás couzas de N.Sra.da Emcarnação.

Huns Artigos justificativos que se fizerão em vertude de hua Carta de Roma da Sagrada Congregação com huma preposta que fez o Sr.Pedro de Figueyredo e com varias Certidõens e huma Reposta do Cura da Lobagueira no anno de 1699 [# vide maço 64]

#Hum Macinho de Papeis de

fl. 49

De aforamentos que o Sr. Ruy de Figueyredo fez de humas terras em Mougellos

Hum Maço de Varios papeis Sobre demandas, e outros partícula-res Respeito da Ermida de N. Sr^a. da Encarnação da Lobagueyra Se acharão no maço a mar-gem apontado.

Huma copia da Isntituição do Morgado da Lobagueira feito pello Sr. Ruy de Figueiredo e sua Mulher a Sra. D. Maria Correa 5^{os} Avos do Antonio de Figueiredo feita em ...em 1517

Masso 16º Gaveta 5ª

Sentença do Padre Antonio Bernardes contra o Padre João Roiz cura da Lobagueira sobre uma chave da Vidrassa de N. Sra. da Emcarnação con- que ficou absoluto da forssa que o cura contra elle deo no anno de 1715

Sentença e sobe Sentença de Carllos Gomez de Carvalho como escrivão de Nossa Senhora da Em=carnação contra o Prior, e Beneficciados de S. Tiago de TorresVedras os quais o querião obrigar a por em Juízo hum Livro das Eleyções Receita e dê-spezas extrahyda no anno de 1719

Sentença dos Ermitãens de N. Sr^a. da Emcarnação da Lobagueyra Contra o Padre

fl. 49vº

Padre cura João Roiz em que fica-rão absolutos da forssa que contra elles deo por lhe não guizamentos na dita Ermida extrayda no anno de 1719 [# vide f. 115]

Mandado de absolvição a fa-vor de Luis Françisco da Lobagueira em 1715

Certidão dos auttos de Appella-ção entre partes o Padre Antonio Bernardes, e o Padre João Roiz Cura da Lobagueyra do anno de 1715

Contas que o Sr. Pedro de Figueiredo to- mou ao Padre Cura da Lobagueyra Antonio Jorge athe ao anno de 1688

Tres sentenças e huns auttos de terras Vzurpadas no Morgado da Lobagueyra do Sr. Jorge de Figueyredo, e antes [vide Maço 38]

Huma Carta de Ermitão da Lobagueyra Salvador Francisco do anno d de 1704

Copia de hum termo de dizisten-cia que fizerão o Prior e Beneficiados de S. Tiago de Torres Vedras de huma cauza que trazião com o Sr. Pedro de Figueyredo Como Padroeyro de N. SR^a. da Encarna-ção

Varias Memorias do que pagão os cazeiros, e foreiros do morgado da Lobagueyra

[escrito posteriormente:] Sentença de desobrigação que fez do juro de 16\$400 pello cazal da Carregueira que era do sr. D. Manoel de Souza e Auto da posse do mesmo.

fl. 50

Masso 17º Gaveta 5ª

Hum Emprazamento Real pello qual El Rey D. João o 2º sendo Prinssipe Regente deste Reyno fez ao Sr. Henrique de Figueiredo Cavalleyro da Caza de seu Pay auzente Em França escrivãoi de sua fazenda de hum Lizirão que na cabeça de Alcoelha, e Liziria de Vila Franca Com todos os suos Corredores prazo em Vida de três pessoas feito no anno de 1480

Novo aformaneto que El Rey fez ao Sr. Ruy de Figueyredo de Vasconcedllos no novo acressimo das Prais (sic) do Almoxarifado de Alcoe=lha na Lezíria de Vila Franca em que he treçeira Vida o Antonio de Figueyredo e feito o dito aformaento no anno de 1639 .[escrito posteriormente:] epassada a carta em 7 de Fevereiro de 1640 -registada na Chancelaria a f. 105

Huns papeis a requerimento doSr. Ruy de Figueyredo sobre o mesmo PrazoRenovado no anno de 1664

Huma Certidão do do Rezisto da Contadoria e Almoxarifado de Santarem por que consta dos Corredores místicos com a Liziria da Praya do anno de 1664

Huns papeis porque consta com El Rey Fellipe 3º fez merçe de renovar o prazo da Liziria da Praa ao Sr. Pedro (??? Seria Rui...) no

fl. 50 vº

No anno de 1637 e ter dezanove moyos e meyo e huma outava de Semeadura da Sir-ga Real

Requerimentos que fez o Sr. Ruy de Figueiredo ao Conselho da fazenda sobre os Corredoros da Liziria da Praya em Recompença da terra que o Tejo tinha Levado em 1649. 1663 e 1668

Huns Auttos entre partes o alcayde de Alcoelha e o Sr.Ruy de Figueiredo eb pugnado pagar lhe a Alcaydaria das Lizirias da Praya no anno de 1674

Sentença de Midação emnome do Juis do tombo Real da Liziria da Praya passada em 1645.

Huns papeis que comtem a midição da terra velha da Liziria da Praya como a acreçada a que chamão a Praya nova com os corredoros novos.

Hum Alvará de El Rey no anno de 1647 pello qual fez mercê Syua Magestade do que acreção de novo nos corredoros ao Sr. Ruy de Figueyredo com todos os Requerimentos que nesta Materia fez no anno de 1647

fl. 51

Masso 18º Gaveta 6ª

Requerimento que fez a Sra. D. Maria de Alarcão no anno de 1590 para se lhe dar huma pequena de terra que tinha Creçido na Lizi-ria da Praya

Alvará de Liçença que no anno de 1646 se Consedeo ao Sr. Ruy de Figueiredo para poder Vender seis moyos de foro na liziria da Praya

Certidão do foro que se paga da Liziria da Praya passada a Requerimento do Sr. Jorge de Figueyredo no anno de 1612

Huma pitição do sr. Jorge de Fi- gueyredo queyxoando çe ter lhe levado o Almoxarife e Alcayde de Alcoelha hum pouco de pam da Eyra da Liziria da Praya ao seu lavrador no anno

fl. 51 vº

anno de 1612

Huma Menuta de Embar- gos que o Sr. Pedro de Figueryredo fez a hua sentença de Almoxarife de Alcoelha sobre hua denunciação de hum pouco de Vinho que se vendeo na Liziria da Praya

Minuta de Petiçam para que as ren-das da Fabrica da Liziria de Alcoelha se- não possam aplicar a outras despesas em nome do Sr. Pedro de Figueyredo, e outros Lavradores

Certidão da ordem que foi do Conselho da fazenda ao Almojarife de Alcoelha em que se deClara que a Liziria da Praya não pa- ga alcaydaria e copia da dita ordem, e onde esta rezistada passada no anno de 1715

Huma sentença que o Sr. Pedro de Figueyredo Alcançou Contra Vicente Dias Corvo sobre hum pedaço de corredouro que este lhe tinha tomado na Liziria da Praya ; procuração do dito senhor e auto de posse tomada no anno de 1710

Hum recibo das sizas das terras das Lizirias da Praya do anno de 1707

Clareza sobre os corredouros das Li-zirias da Praya de 8 moyos de sementeira por deCreto de El Rey D. João o 4º no anno de 1648

Huma carta de João Lobato quinteiro sobre as Lizirias e medição dellas;
fl. 52

Huma carta de Heronimo Vieyra sobre Vários particulares do anno de 1711

Varias Cartas Citatorias Comtra alguns rendeiros das Lizirias da Praya

Hum aRendimento da Liziria da Praya feito a Bernardo faria de Benaven-te no anno de 1644

OUTRO aRendimento da Liziria da Praya feito ao Sargento Mor Heronimo Vieyra de Araújo por três annos no anno de 1713

Huma carta do Sr. Ruy de Figueiredo sobre particulares da Liziria da Praya.

fl. 52 vº

Maço 19º Gaveta 6ª

Doação que fez a Sra. D. Heronima Lobo de Varias fazendas ao Sr. Ruy de Figueyredo as quais deixou por testamento e aqui se achão as posses que o dito sr. tomou dellas com hum treslado da mesma Doação Retificada no- anno de 1678

Carta de partilha da Sra. D. Heronima Lobo que tirou do porsseço em 14 de 7mbro de 1677 porsedendo o Inventario que fez no Juízo dos horfaõs por morte de seu Marido

Obrigaçõ que fez o Sr. Ruy de Figueyredo a Sra. D. Heronima Lobo para lhe dar três mil cruzados para delles testar em Remuneraçõ de o haver nomeado em todos os Prazos em 29 de 7mbro de 1675

Rol do dinehiro que o Sr. Ruy de Figueyredo deo para comprimento dos Lega-dos da Sra. D. Heronima Lobo

Varias quitaçõens de Legados que o Sr. Ruy de Figueyredo pagou como testamentei-ro e Erdeiro da Sra. D. Heronima Lobo que fale-çeo em o primeiro de Junho de 1678

Esriptura de Dotte e Arras
fl. 53

E Arras da Sra. D. Heronima Lobo Molher de Diogo de Brito.

Sentença de carta de Partilhas da Sra. D. Heronima Lobo Como aCredora pello resto do seu Dotte aos bens que ficarão por morte de seu marido Diogo de Brito.

Carta de Partilhas da Sra. D. Heronima Lobo que tirou por morte de Sua May a Sra. D. Maria Brandoa no anno de 1680

[letra diferente] Esriptura de Reteficaçõ nomeaçõ e de-claraçõ que fez a Sra. D. Heronima Lobo ao Sr. Ruy de Figueyredo [# vide f. 116]

Sentença dos Rezidoos e quitaçõ que teve Diogo de Brito como testamenteiro de guirmaneza de Brito, e aqui se acha o escrito de Doa-cão que ella lhe fez extrahyda no anno de 1643 [# vide f. 116]

Sentença Appostolica que alcançou o Sr. Pedro de Figueyredo para ter miça no oratorio da sua quinta do Campo grande. [# vide f. 116]

Doaçõ inter vivos que fez Gri-maneza de Brito de todos is seus bens ao Sr. Diogo de Brito.

Huma Macinho com a escriptu-ra de dotte da Sra. D. Francisca Ignes de Lencastre e Varias cartas para Efeito do Cazamento.
fl. 53 vº

Maço 20º Gaveta 6ª

Huma Certidão em como a Sra. D. heronima Lobo não foi erdeira de seu Pay Francisco Lobo da Gama.

Justificação que fez a Sra. D. Heronima Lobo no Juízo dos Horfãos ser Erdeira abemtestado de seus Irmãos Francisco Lobo da Gama, e D.Joanna da Gama, e assim se Julgou.

Sentneça que as Relligiozas do bom Sosseço exebirão em Juízo a Requerimento da Sra. D. Heronima Lobode tresmil Cruza-dos que Rezervou para testar e os havia de entregar o sr. Ruy de Figueyredo no anno de 1678

Verba de mil reis oara esmola das micas de Valentina de Calvo [#vide Maço 9]

Instituyção do Paul da Golegan e vários papeis do parentesco do Instituydor dos Castros
fl. 54

Sentença dos Rezidoo e que digo de carta de partilhas de Diogo de Brito e Sua Molher a Sra. D. Heronima Lobo

Instromento de posse que tomou Diogo de Brito como suçeçor dos Morgados por morte da Condeça de Atalaya

Copia de huma carta de S. Magestade Para o Sr. Patriarcha Collar em huma conezia da Patriarchal ao Doutor Lazaro Leitão ara-nha.

Noticias, e alguns ducomentos do Cazal do Alvarinho que foi do Sr. Duarte de Figueyredo.

Menuta do escrito do Conde de Valadares para os dez mil cruzados que o Sr.Pedro de Figueyredo lhe emprestou.

Relação dos papeis que o sr. Ruy de Figueyredo tinha.

Huns auttos pellos quais consta de hu olival que o Sr. Ruy de Figueyredo tinha em Alcantara do qual lhe pagavão treze alqueires de trigo de foro.

Conta dos Laudemios que João ferreira tem cobrado athe o anno de 1710

Hum macinho com varias cartas de António Carvalho do Carregado e de Seu Pay, e algumas memorias da conta do Rendeiro da Vidigueira.

Sentença de Notificação a favor do Sr. Pedro de Figueiredo Como tutor de D. João de Noronha contra o ocon-de da Eyriçeira D. Francisco Xavier de Menezes para haver de lhe pagar o Legado que a May do dito D. João lha havia deixado de douze tostois cada mês com quanto fosse vivo..

fl. 54 vº

Maço 21º Gaveta 6ª

Memoria da Asçendença do Antonio de Figueyredo Correa

Noticia da Família dos Brandões

Memoria da Ascendência dos Britos

Memoria da Ascendença dos Mar-quezes de Villa Real

Memoria das Fazendas que tem o Sr. Conde de Povolide, e forão do Sr. D. Álvaro de Abranches as quais se chamão de Fernão da Sil-veira por haverem sido suas, e deClara o Sr. Pedro de Figueyredo que Deos tem por Letra sua que as sobreditoas se havião de partir de que pertença a seus filhos huma parte

Hum papel sobre as merçes de que pedia o sr. Comde de Pavolide ao Sr. Conde de Valadares.

Minuta das fazendas que tem as merçieyras de Alemquer de S. Estêvão.

Asçendença de Ayres de sou-za

fl. 55

Certidão de como o Sr. Francisco Cabral foi enterrado em S. Vicente de Fora.

Certidão com que ouverão por escuzo ao Sr. Pedro de Figueyredo de hir a porsição de Corpos Christe.

Libello que o Sr. Pedro de Figueiredo deo Contra a Regente do Castello.

Noticias do Morgado da banda de alem que pessue a Sra. D. Leonor de Menezes e pertence a Sr^a. D. Magdalena Luiza de Len-castre.

Certidão do Alvidramento que se fez a menor a Sra. D. Marianna de Lima para seu sustento no anno de 1638.

Rol das despesas que se fez com a Sra. D. Margarida digo Leonor Margarida de Menezes. Escritura de Dotte do Sr. Ruy de Figueyredo e de sua segunda molher a Sra. D. Margarida de Menezes.

Obrigaçõ feita pello Sr. Ruy de Figueyredo a D. João de Noronha.

Hum Recibo de Cento e vinte mil reis que recebeo o Procurador Geral dos Cra mellitas desCalços do Sr. Pedro de Figueryredo no anno de 1709.

Escritura de Como o Sr. Pedro de Figueyredo tomou a Mizericordia de Lixboa

fl. 55vº

De Lixboa quatro mil cruzados a juro que distractou oir outroa em o primeiro de Julho de 1712 na nota de Thome Freyre de Araújo.

Escrito de 349\$000 de Manoel da Silva Pedrozo que emprestou ao Sr. Pedro de Figueyredo Sendo a primeira divida no an-no de 1682 e deClara o mesmo Sr. que lhe pagou por mão de João Ramalho o priomeiro an-no em que lhe deo Mezadas.

Contas varias Jornadas que fez o Sr. Pedro de Figueyredo a Saboya como do gasto quando touriou no terreio do Passo.

Reclamação que fez o sr. Ruy de Figueyredo de hum contracto que tinha fei-to com a SRa. D. Heronima Lobo sobre seus bens

Recibo de Manuel Guedes Pereira em que deClara Reçbeo do sr. Ruy de Figueyredo hum Moyo de trigo de Retro que lhe pagava a Sra. D. Heronima Lobo Vencido no anno de 1678 Mais recibos od mesmo com huma conta.

Recalmação de uma Procuração que tinha dado o Sr. Ruy de Figueyredo Correa a seu feitor Antão de Figueyredo no anno de 1560

Folha Corida do Sr. Pedro de Figueyredo no anno de 1710

Memoria de huns embargos pos-tos na Sanchelaria a huma sentença dada a fa-vor do Hospital Real contra o Senhor Pedro

fl.56

Pedro de Figueyredo no anno de 1695

HUmas rezõens que o Sr. Pedro de Figueyredo fez sobre a conta que se lhe pedia de hua Cappella de Valentina de Calvo na Trindade.

Huma carta de Partilhas da Sra. D. Maria Thereza de Noronha primeira mulher do Sr. Ruy de Figueyredo.

Huma escritura de quitação que deo André de Figueyredo, e sua molher a Sra. D. Marianna de Lima a D. António de Noronha, e molher a Sra. D. Maria de Lima sua May de todo o tempo da tutoria no anno de 1645.

Sentença de presseitoque a Sra. D. Leonor Margarida de Menezes alcançou contra o Sr. Pedro de Figueyredo em que se lhe Julgou hum escrito que o dito Senhor lhe fez para poder cobrar os Rendimentos de Varias fazendas para pagamento de Sua Li-gitima na forma da Compozição que entre Si fizerão extrahyda no anno de 1690.

Sentença de Manoel Guedes Pereira Contra o Sr. Pedro de Figueryredo por 400\$000reis e seus juros extrahyda no anno de 1688

Petiçam para a meza da consciencia sobre a dependência da Caza da Torre Junto ás cazas do Castello e Hospital dos Soldados.

Memoria da ascendência dos Alar-coes

Arvore da Família dos Cabrais

fl.56 vº

Difinições e estatutos da Ordem de Crixpto:

Vários apontamentos dos estatutos da ordem de Crixpto

Rezoens em que se mostra que os- Prazos Ecclziasticos não podem passar aos Estra-nhos; nem a bastardos do mesmo Sangue.

Masso 22º Gaveta 7ª

Alvará de Filhamentos de Mossos Fidalgos dos Sres.Rodrigo Antonio de Figueyredo, e Miguel de Menezes Joachim de Figueiredo passado no anno de 1708

Alvará de Filhamento de Mosso Fi-dalgo do Sr. D. João de Menezes passado no annode 1693

Alvará de Filhamento de Mosso Fidalgo do Sr. Pedro de Figueyredo que Deos tem passado no anno de 1693

Alvará Conçedido ao Sr. Ruy de Figueyredo para poder testar em filho pa-ssado no anno de 1644

Dous Alvarás para o Sr. Ruy de Figueyredo poder Renunçiar a fortaleza de Damão, e huma Carta de Merçe da mês-
fl. 57

Da mesma fortaleza, e huma Provizão com a mercê da Capitania Mor das Nãos da Índia feita ao dito Sr. no anno de 1668 eos sobreditos no annode 1667

Alvará porque Sua Magestade fez- Merçe o Sr. Ruy de Figueyredo para poder tes-tar em filho da Comenda de S. Salvador de Castelões no anno de 1657

Alvará por que Sua Magestade fez Merçe ao Sr. Ruy de Figueyredo porder testar em filho da Comenda de S. Thiago de Besteiros no an-no de 1557

Alvará para o Thezoureiro Mor do Rey-no fazer huns pagamentos ao Sr. Ruy de Figueyredo, no anno de 1676

Alvará porque Sua Magestade foi ser-vido Mandar ao Sr. Ruy de Figueyredo fosse a Vila de Santarém a tratar da fortificação dellano anno de 1652

Alvará por que Sua Magestade fez merçe ao Sr. Ruy de Figueyredo de três Comendas para seu netto no anno de 1665

Alvará de Merçe ao Sr. Jorge de Fi-gueyredo para que podeçe testar a Capitania da fortaleza de Damão e também do Cargo de Capitão Mor das Naos da Índia no anno de 1639

Alvará por que sua Magestade fez merçe ao Sr. Jorge de Figueyredo de hum (sic) Viagem de Cappitão Mor das Naos da Índia no anno de 1639
fl. 57 vº

Alvará de Sua Mgestade pello qual fez Merçe ao Sr. Jorge de Figueyredo Pay do Sr. Antoniode Figueiredo de Vasconcellos, e Manoel de Souza de Alarcão para poder testar da Capitania da Fortalleza de Damão e do Cargo de Cappitão Mor das Naos da Índia pellos Serviços dos dittos seus filhos falecidos no Serviço Real foi passado no anno de 1638

Copia de Alvará por que Sua Magestade fez merce ao Sr. Ruy de Figueyredo da Comenda de S. Salvador de Castelões.

Copia das merces que se achão Rezista-das e feitas aos Sres. Ruy de Figueyredo e Pedro de Figueyredo

Copia de hum de hum (sic) alvarâ pello qual El Rey fez pormeça ao Sr. Henrique de Figueyredo de Souza de hua comenda de 300\$ pello Serviços de Seu Irmão Luis Gomes de Figueyredo no anno de 1651

Portaria para se passar Alvara dos Maninhos da Covilhaâ ao Sr. Ruy de Figueyredo no anno de 1663

Portaria do Sr. Ruy de Figueyredo Ser Camarista do Sr. Infante D. Pedro no anno de 1662
Treslado de hum asçento do Rezisto das Merçes que fez El Rey D. Fellippe o 3º no títullo de D. Rodrigo Lobo no anno de 1634

Reprezentação que o Sr. Pedro de Figueyredo fez a Sua Magestade sobre a promeça affectiva da Comenda de trezentos mil Reis e Varios alva-rãs Sobre o mesmo.

fl. 58

DeCreto por que Sua Magestade nomeou Cappitam dos aventureiros ao Sr. ruy de Figueyredo.

Foro do Sr. Antonio de Figueyredo filho do Sr. Jorge de Figueyredo

Memorias sobre o requerimento da pró-meça da Comenda de trezentos mil Reis.

Huma Provizão do anno de 1556 Com a Merçe de douze mil reis por seis annos aSentado nos portos Secos por merce feita ao Sr. Ruy de Figueyredo Escrivão da fazen-da

Hum Treslado das Provizões com- que tomou o habito na Ilha de S. Miguel digo S. Thome o sr. Ruy de Souza de Alarcão Capitão e governador da dita Ilha o anno de 1603.

[escrito posteiormente] Alvará por que se mandava pa- gar ao Sr. Pedrode Figueyredo o soldo de Capitam Thenente da Capitania da Armada que foi a Saboya.

fl. 58 vº

Maço 23º Gaveta 7ª

Notissias dos embarques que fez o Sr. Pedro de Figueyredo que Deos tem .

Reprezentações que fez o Sr, Pedro de Figueyredo a Sua Magestade sobre os seus Serviços

Reprezentação que fez o Sr, Pedro de Figueiredo a Sua Magestade dos seus serviços pedindo lhe a Comenda da povoa.

Reprezentação de serviços do Sr. Pedro de Figueyredo a S. Magestade

Reprezentação a Sua Magestade sobre a promeçada huma Comenda.

Reprezentação que o Sr. Pedro de Figueyredo fez a Sua Magestade pedindo lhe o posto de Mestre de Campo

Satisfação que o Sr, Pedro de Figueyredo Representou aos peês de Sua Magestade

Petiçam em nome do Sr. Pedro de Figueyredo e Henrique de figueiredo e D. Leonor Margarida de Menezes sobre a cauza que houve Com o Dezembargador Luis Magalhães
Petiçam do Sr. Jorge de Figueyredo sobre hum padrão de Juro

fl. 59

Pitição do Sr. ruy de Figueyredo no tempo dos Fellipes de Castella pedindo Remuneração de Serviços.

Memoria dos Serviços do Sr. Capitão Henrique de Figueyredo

Hum papel do Sr. Ruy de Figueyredo estando em Madrid para seu Pay, e da conta ter se lhe dado huma Comenda.

Requerimento e Conhecimento do Sr. Ruy de Figueyredo para a tença da Caza das Carnes.

Treslado dos papeis Justificados dos Serviços do Sr. Ruy de Figueyredo.

Certidão em abono do Sr. Henri-que de Figueyredo de Souza

Certidão de huns auttos da cau-za que o sr. Pedro de Figueiredo correo com o Dezembargador Agostinho de Oliveira Rabello.

Certidão de revista do Sr. Pe-dro de Figueyredo e seu Irmão na cauza de Luis de Magalhães e Brito

Certidão do embarque do sr. Ruy de Figueiredo que fez na Armada que foi a Bahia no anno de 1624.

Representação de serviços do Sr. Pedro de Figueiredo em que pedia huma Comenda da Povia

Representação do Sr. Pedro de Figueyredo a Sua Magestade para que sastifizesse como merecia do que se lhe havia Imputado Com a tomada de Por-talegre

fl. 59vº

Maço 24º Gaveta 7ª

Portaria do Sr. Henrique de Figueyredo

Certidão de Folha corrida e Alvares para se Armar Cavalleyro, e Certidão de Tomar em como Lâ estão os papeis de que tomou o habitpo de fez Porfição tudo no anno de 1697

Dizistência da posse que fez o Conde de Eryçeira das Cazas da portagem e da tença do juro do Almojarifado de Elvas Vincula-do ao Morgado que Instituyo Antonio Fernandes d elvas; e aitos de posse que Domingos de Pay-va tomou e outra couza em nome do Sr. Henrique de Figueyredo no anno de 1699

Carta de partilhas de Jorge Fernandes d elvas por donde consta que o juro

fl. 60

O Juro aTraz o Erdou Livre

Huma pitição deManoel Igna-çio da Cunha Com Artigos sobre as Cazas da Portagem

Huma Certidão a Requerimento do Sr. D. Miguel porque Consta que o Deão de Leyria seu antecor (sic) ser falecido. #e outros papeis e noticias

Humas Portarias do Secertatario sobre o dito Benefiçio digo Padroado.

Huma representação em no-me do Sr. Henrique de Figueyredo em que pedia Liçença para vir para o Reyno, e pedia as Ilhas de Penellem e Curjuvem

Huma carta de Ordens do Sr. Henrique de Figueyredo

Huma Representação que o sr. Hneirque de Figuieredo fez a Sua Magestade da Jornada que fez a Bonbaça no anno de 1698

Huma representação que o sr. Henrique fez a sua magestade estando governan-do Angolla sobre o Marfim.

Huma carta do Sr. Henrique de Figueiredo Vindo da Índia no anno de 1704

Hum Petiçam do Sr. Henrique de Figueiredo para a Comfirmção do posto de Mestre de Campo da Índia.

Varias Pitições em nome do mesmo Sr. Sobre diverssas Couzas

[#Memoria do tombo de odive-

fl. 60 vº

Odivellas Sobre as cazas da Portagem]

Certidão da Patente de Mestre digo Copia de hum deCreto em que El Rey nomeou por general dos Galeões na Índia ao Sr. Hen-rique de Figueyredo.

Copia da ordem que se passou para- que os Procuradores do dito Sr. restituym os soldos que tinham cobrado o que Com efeyto se fez no anno de 1717 porCertidão aqui junta

Varias Cartas do Sr. Bispo de Leyria sobre o deado da mesma Seê para o Sr. D. Miguel ; e outras Copias sobre o mesmo negoçio .

Huma Memoria do Sr. Pedro de Figueyredo sobre as Cazas da Portagem do Sr. Henrique de Figueyredo que lhe pede Manoel Ignaçio da Cunha .

Tres escripturas de 16\$ cruzados que se tomarão a juro para o dito senhor quando foi para An gola [# Estão distratados já.]

Huma Certidão do Regimento da Armada que se passou na Índia ao Senhor Henrique de Figueyredo para a sua Revista

Testamento do Sr. Henrique de Figueiredo se acha no cartortio do TabaLião Thome Freyre de Araújo Lançado no livro 63 af. 11 em 20 de Abril de 1723 [# vide f. 113]

fl. 61

Maço 25º Gaveta 7ª

Duas cartas huma do Padre Dura de São Lourenço outra do Sr. Pedro de Figueiredo para elle que comtem Varias Couzas Inpo-tantes . Respeito da Erdade do Outeiro de Lavra. Huma Certidão para exemplo Respeito de se não pagar bollo ao Cura de S. Lou-renço na qual e nas ditas cartas aSima se podem Ver as Cottas que o Sr. Pedro de Figueiredo lhe mandou por.

Hum aRendimento do Moinho da dita Erdade do anno de 1654

Hum aRendimento da Erdade fei-to por seis annos no de 1720

Contas de Vários annos da mesma Erdade

Hum Requerimento do Sr. Pedro de Figueyredo para Coutar a Erdade de Lavra.

A Instituyção do Morgado de Lavra que fez Catherina Vicente [#: vide f. 112vº]

fl. 61vº

Maço 26º Gaveta 7ª

Informação sobre o Mouchão do Juis do Tombo ; e huma certidão de se ter sempre pago o foro a El Rey e cartas do mês-mo juis

Pitição do Sr. Pedro de Figueyredo que se mandou informar pelo. conselho da fazen-da ao juis do Tombo de Santarém sobre hum Mouchão da Praya de Esfolla Vacas.

Petiçam eembargos a notificação que fez

fl. 62

que se fez ao Sr. Pedro de Figueiredo para a pré-zentar os titullos do Mouchão de Esfolla Va-cas.

Ordem para ser Citado o Rendeiro do Mouchão

ARendimento do Mouchão de Esfolla Vacas feito a Julião Pires da Villa de Alhandra por tres annos .

Petiçam do Sr. Pedro de Figueiredo em que pedia se lhe fizesse novo emprazamento do Mou-chão de Esfolla Vacas.

Certidão do Escrivão do Almo-xaridado de Azambuja por que consta ser pa-go o foro do dito Mouchão em Vários annos E mesta se achão emCertos huns Em-bargos Com que veyo ao Suquestro que se fes no dito Mouchão. O Sr. Pedro de Figueiredo.

Hum requerimento em nome do Sr. Pedro de Figueyredo Sobre o Mouchão de Esfolla Vacas.

Mais humas Menutas de Pitições sobre particulares do mesmo.

fl. 62 vº

Maço 27º Gaveta 8ª

Huma quitação de Corenta mil Reis que deo ao Sr. Jorge de Figueyredo Felli-pe de Vergara

Escrito de Cem mil Reis que Reçeebo Domingos Francisco de Souza do Sr. Pedro de Figueyredo por consignação qu lhe havia feito.

Ajuste de Contas do que devia aos Bravos feito com os seus Procuradores em que me pagarão por esta Conta po que tinham cobra-do de mais, E ajustou a Conta António da Fonçeca.

Humas rezoes sobre a cauza que moveo o bravo ao Sr. Pedro de Figueyredo

Rol da despeza que o Sr. Pedro de Figueyredo fez de humas cortinas e almofadas.

Huma conta ajustada e pa-ga de Manoel de Mello.

Hum Recibo por que consta que Pedro de Moura Reçeebeo do Sr. Pedro de Figueyredo Sincoenta mil Reis no anno de 1695

Hum Conhecimento de quatro Mil e seuscentos e Sincoenta reis que o Sr. Pedro de Figueyredo pagou de subsidio no fl. 63

No anno de 1682

Hum Requerimento que o Sr. Pedro de Figueyredo fez sobre a Conta que se lhe pedia pella Contadoria Geral de Guerra dos Cavallos e Sellas que seus tios os Senhores Henrique de Figueiredo, e Souza, e Luis Go-mês de Figueyredo ficarão devendo a Sua Magestade das suas Tropas.

Requerimento em nome dos Lavradores de Vinhos deste Reyno de Portugal.

Passaporte que trouxe o Sr. Pedro de Figueyredo de InGalterra.

Proposta que se fez a Sua Magestade sobre a falta de dinheiro que havia para a Campanha, e Como se poderia Suprir.

Requerimento do Porcurador da Croa Contra Varios Culpados na aCalmação de El Rey Dom João o 4º

Varias Copias de Pitições com no-me do Sr. Pedro de Figueyredo, e huma em nome da Sra. D. Leonor.

Hum Mandado a Requerimento do Sr. Pedro de Figueiredo para serem penhoradas todas as pessoas que lhe fossemdeVedoras de aLugueis de Cazas

OUTRO para ser sitado Álvaro de Carvalho no Lugar de Cassilhas

fl. 63vº

Memoria do que se Castuma pagar em - Sam Julião desta Cidade da Capella de João Brandão Soares e Catherina Vicente.

Huns papeis para se abater as deçimas dos Encargos da mesma Cappella de S. Julião do anno de 1667.

Recibo de Vinte e quatro mil reis que o Sr. Pedro de Figueyredo pagou a Recolhida Angella da Silva de dois moyos de trigo que lhe era deVedor no anno de 1679

Recibo do Mercador Álvaro Fer-reira de Macedo de 45\$300 que lhe pagou o Sr. Pedro de Figueyredo.

Humas Portarias de Bernardo de Pita e Souza da Índia que lhe forão no anno de 1707

Huma Memoria que dê Conta de huma deManda que trazia Com as freiras da Castanheira o Sr. Ruy de Figueiredo

Huma Escriptura de Distracto de hum Prazo que digo de hum foro que o dito Senhor lhe pagava feita no anno de 1664 [# Vide Maço 13]

Quitação do dinheyro que se pagou pelo Sr. Henrique de Figueiredo e Souza no an-no de 1653

Quitação das Freyras de Villa Viçozza dos trezentos mil reis que o sr. Ruy de Figueyredo lhe pagou no anno de 1665

fl. 64

Maço 28º Gaveta 8ª

Carta de Merce feita ao Sr. Ruy de Figueyredo Alarcão do direito dos Maninhos da Covilhaã donactario em sua vida assim como o forão seu Pay e Avo foi feita e assignada em 18 de Janeiro de 1648 pella mão Real de D. João o 4º de feliçe memorio.

Huma pitição do Sr. Ruy de Figueyredo com huma Copia da Sobredita Carta

Huma memoria tirada do tombo da Torre do foral de El Rey D. Manuel sobre os Maninhos de Covilhaã.

fl.64vº

Huma Carta por onde se aRendarão os Maninhos no anno de 1648 por cem mil reis.

Huma Provizão para informar o Provedor da Comarca sobre a Petição do Sr. Jorge de Figueyredo para que os que trouxeram terras da Croa de Maninhos de Covilhã lhe apresentem os títulos que têm e os reduzem ao foral aforando os que estiverem de Valutos passada no anno de 1626

Hum traslado do foral dos Maninhos da Covilhã tirado da Câmara por Certidão no anno de 1656

Huma Petição dos Moradores do Lugar da Capinha e todos nella assignados

Huma Petição em nome da Câmara de Covilhã em que pedião huma Provizão a Sua Magestade Respeito de varias Couzas do anno de 1630

Huma Pitição em nome do Sr. Jorge de Figueiredo do anno de 1621 sobre particulares dos Maninhos

Huma Cópia de ultima

fl. 65

Ultima Provizão que se consedeo ao Sr. Pedro de Figueyredo para o tombo

Huma Provizão consedida no anno de 1664 para se tirarem da Torre do tombo Vários de Cumentos

Justificação que fez o Sr. Pedro de Figueyredo sobre lhe pertencerem os maninhos da Covilhã feita no anno de 1680

Requerimento que o Sr. Pedro de Figueyredo fez pedindo se lhe passasse carta dos Maninhos, e com efeito se lhe mandou passar no anno de 1681

Inventario dos papeis que entregou Jassinto Correa no anno de 1668 pertencentes aos Maninhos.

Rescunho de huma petição que o sr. Ruy de Figueiredo fez ao Conselho da fazenda para o juiz de fora da Covilhã conhecer dos direitos pertencentes aos Maninhos.

Notificação que Mando fazer o Corregedor da guarda a Jassinto Correa de Medella procurador do Sr. Ruy de Figueyredo, e aos pessuydores dos bens maninhos da Covilhã no anno de 1680

Huma carta do mesmo

fl. 65vº

Do mesmo procurador que falla sobre os pastos dos Maninhos

Huma carta do Doutor Domingos da Cunha Sobre os Maninhos que sua magestade que Deos guarde, mandou fazer tombo no anno de 1660

Cópia da Consulta do Dezembargo do Passo Sobre os Maninhos do anno de 1715

Hum rol dos papeis tocantes aos Maninhos que tinha em seu poder Manoel Francisco Mendes.

Hum masso de varias cartas e Pitições e requerimentos e queyxas que fizeram os moradores de Covilhã ao Sr. Pedro de Figueyredo e informações que perçederão

Cópia da Provisão que se passou para o Corregedor de Vizeu hir fazer o tombo de covilhã no anno de 1718

Rol de Varias despesas que se fizeram com o tombo que principiou a fazer o Juiz de fora da Vila de Covilhã António Rabello Castel Branco das terras Maninhas da dita Vila Certidão da Petição; e Alvará que se consedeo ao sr. Ruy de Figueiredo no anno de 1646 para se tombarem os Maninhos de Covilhã de que era Donatário.

Preposta do juiz de Fora de Covilhã sobre os Maninhos da dita Vila Requerendo Juntamente o seu despacho com a Crescentamentos.

Huma Carta do Corregedor

fl. 66

Corregedor do Crime do Porto Gaspar car-doço quando foi de Vaçar sobre as queyxas dos moradores de Covilhã.

Maço 29º Gaveta 8ª

Carta de privilegio que o S. Rey D. Affonço mandou passar ao Sr. João de Figueiredo pella que havia por privilegiados toso os seus cazeiros de quasquer fazendas passada no anno de 1469, emo qual tempo era Alcayde mor de Covilhaã

Carta de Comfirmção real que El Rey D. Manoel mandou passar de hum afo-ramento perpetuu a Luis Vãs e sua molher das terras do Valle da borteja do Lugar do Do-minguizo passada no anno de 1518.

Hum Livro com huma Cópia de huma provizão passada ao Sr. Jorge de Fi-gueyredo, no anno de 1604 e Vários te-mos e rois dos moradores dos Lugares Ma-ninhos de Covilhaã feita no mesmo anno.

Hum masso de Varias car-tas aRendamentos e petições tudo pertencen-te aos dittos Maninhos de Covilhaã.

fl.66 vº

Maço 30 Gaveta 9ª

Sentença contra o Sr. Pedro de Fi-geuryedo por querer inpugnar ps CAppitulos de Vezita que lhe puzerão na Igreja da Comenda de Sinfães eztrayda no anno de 1719

Certidão de como se apresentou huma Ordem do Conçervador das três ordens na Igreja de Sinfães para que o Reitor della não cobrasse premissias; Pitição de Vizita que o mesmo fez embargos Com que Veyo; rezões com que se lhe inpugnarão; E huma Carta do Rendeiro que en-tão era que dê Conta do que Suçedeo ; outra de 1683 sobre os mesmos negócios, e varias Com-tendas.

Huma Justificação de Miguel da Costa de Sualhães para se Iblitar Er-deiro de Antonio de Mattos Rendeiro que foi de Sin-fães

Hum Reconhecimento das terras que traz da Comenda de Sinfães Manoel de Vasconcelos

fl. 67

De Vasconcelos de Mello, e que foi feito em 12 de Abril de 1661

Carta de Compra que fez o Sr. Ruy de Figueyredo da Caza para as Cubas do Lou-redo da Ponte em o Conselho de Sinfães do anno de 1667.

Huma escritura de Obrigação de humas obras que fez Pedro Pereira Como Procurador do Sr. Pedro de Figueyredo que nas cazas da Rezidençia se havião de fazer.

Cópia do Alvará passado ao Sr. Ruy de Figueiredo para poder testar em filho das comedas de Castellôis e Sinfães.

Ajustamento da conta de Sinfães do annod e 1710 da Comenda digo;

Certidão do Livro da fabrica da Igreja de Sinfães pela qual consta se Satisfazem pello Sr. Comendador as ditas despezas no anno de 1713.

Humas Contas da Comenda de Sinfães do anno de 1720. 1717.e 1718

Huma despeza que se fez nas cauzas da Comenda de Sinfães por Pedro Pereira do anno de 1711

Hum Rol de obrazfeitas nos seLei-rós de Sinfaes e adegas feitas no anno de 1715 [# Vide Maço 31]

Huma conta do semblano (?) com hua carta de Simão Figueira

fl. 67 vº

Maço 31º Gaveta 9ª

Hum Maço de aRendamentos digo de escripturas de aRendimento de vari-os annos da Comenda de Sinfães.

Huma Certidão da Cauza que correo entre o S. Pedro de Figueyredo e Gaspar Cardozo de Sinfães sobre os dizi-mos que duvidada pagar passada no anno de 1710

Huma Petiçam contra o Vigário de Sinfães.

Huma Certidão do como se empedioa diLigência se não fizesse ao Rei- tor de Sinfães e duas cartas sobre o mês-mo do anno de 1682

Huma Certidão do anno de 1683 sobre huma execução que se fez ao Rendeiro do dito tempo

Huma Quitação do anno de 1679 da despeza que se fez na posse que se tomou da Comenda de Sinfães que inportou muito menos que as outras.

Varias cartsd fr slgund Rendeyrós e procuradores da mesma Comenda de Sinfães
fl. 68

DeClaratoria Contra Varias pes-soas da Comenda de Sinfães.

Huma aRendimento da Comenda de Sinfães do anno de 1715

Despeza que João Ferreira fez na aRecadação dos frutos da Comenda de Sinfães no anno de 1710

Infomação das obrax que he nesseçario se fação na caza da Rizidença do Reitor de sinfães no anno de 1713

Maço 32º Gaveta 9ª

Folhas dos fructos das Comendas de Besteiros do anno de 1721

Contas de Besteiros e Castellões de Pedro João Marques dos annos de 1719 e 1720

Hum maço de Contas das Comendas de Besteiros Castellões e Sin-fães aJustadas em 11 de Novembro de 1721 aJustadas pello Sr. Pedro de Figueiredo que Deos Tem.

Hum maço de quitações do tempo de Manoel Dias da Silva com

fl. 68 vº

Com huma cotta por fora de Manuel de Faria . [escrito posteiramente, como que encaixado entre as linhas] Hum Rol dos papeis que forão a Pedro giraldes

Hum massinho com varias quitações do dinheiro que mandou Manuel Dias da Sil-Va ao Sr. Pedro de Figueyredo por ocnta da Renda das ditas Comendas.

OUTRO Macinho de contas Com os Dizimeiros do tempo de Rendeiro Manuel Dias da Silva

OUTRO Maço de quitações de dinheiro que mandou Pedro João Marques do tempo de Manoel Dias da Silva e despezas que o dito Pedro João Marques Como Procurador do Sr. Pedro de Figueyredo fez

Hum Maço de contas de Manoel de Faria do anno de 1680

Hum Macinho Com varias procurações e escritos de dinheiro que deo Manuel de Faria a Luís de Magalhães; como Procurador de sua May e no mesmo se acha huma certi-dão da Cauza de execução da mesma.

Certidão dos auttos de execuçam que o sr. Pedro de Figueiredo mandou fazer a Manuel Dias da Silva pello que devia a Renda das Comendas de Besteiros e que se acha a nomeação de bens que o dito fez.

Treslado do Prazo de Maria de gouveya e suas Irmaãs [#“Vide Maço 33”]

fl. 69

Maço 33º Gaveta 10ª

Duas Escripturas de aRenda- mento que Manoel Dias da Silva fez ao Sr. Pedro de Figueyredo no anno de 1720

Escriptura de fiança que Manuel Di-as da Silva deo â Renda da Comenda de Bestei-ros no anno de 1714

Hum aJuste de Contas que o sr. Pedro de Figueyredo que Deos tem fez e com-pozição Com Manoel Dias da Silva no anno de 1720

Dous Recibos de dinheiro que o dito Sr. Reçe-beo do dito Manuel Dias da Silva.

Hum macinho de Varias Contas de quando Manoel Dias foi Rendeiro, e Pº João Como Procurador do S.r Pedro de Figueyredo cobrou e administrou as ditas comendas.

OUTRO Maçinho Com vari-os Rois, e Certidões,e Contas do mesmo tempo.

Duas Cartas de Menoel Dias da Silva e Pedro João Marques que com-them em si o que o dito Sr. Reçbeo.

Treslado da Contrariedade de huma Cauza que o Sr. Pedro de Figueyredo teve com

fl. 69vº

Com Manoel Dias da Silva .

Rol dos possuidores dos bens da Co-menda de Castellãos

Hum Macinho de despezas que o Sr. Pedro de Figueiredo fez quando esteve em Besteiros.

Duas minutas de Pitições sobre particulares do mesmo rendeiro

Huns Auttos entre partes o Sr. Pedro de Figueiredo Contra Jozé da Costa Manuel Fernandes, e outros dizimeiros de Besteiros.

OUTROS Auttos entre partes o Sr. Pedro de Figueiredo contra Manoel Tavares dizimeiro de Besteiros do anno de 1719

Huma sentença do Sr. Pedro de Figueiredo Contra Manoel Fernandes do Olival dizimeiros de Besteiros exctrayda no anno de 1718

OUTRA Sentença do dito sr, com-tra Joze da Costa dizimeiro de Besteiros ex-ctrayda no anno de 1718.

Hum Maço de contas de Pedo João Marques dos annos de 1676 e 1677

Certidão a requerimento de Manuel Dias da Silva dos Embargos com que se lhe puzerão os dizimeiros quando elle os quis o-brigar a darem lhe contas.

fl. 70

Maço 34º Gaveta 10ª

Certidão dos Breves apostólicos os-ber oq eu devem pagar de encargos as Comendas às Igrejas do anno de 1674.

Primeira e Segunda Provizão para se tombarem as Comendas de Besteiros do anno de 1703

Sentença em que se Julgou o tombo da Comenda de S. Salvador de Castellões no anno de 1669

Huma Certidão do tombo do an-no de 1707 das Comendas de Besteiros.

Contas das Comendas de Bestei-ros do anno de 1667

Petiçam do Sr. Ruy de Figueyredo po que consta pedir a Comenda de S. Miguel de Outeiro em Remuneração dos duzentos mil Reis que estavam prometidos ao Sr. Pedro de Figueiredo pelo Serviços de seu Tio o Sr. Luis Gomes de Figueiredo.

fl. 70 vº

Treslado de huma Sentença sobre o azeite da aLampada do Santíssimo de Igreja de S. Tiago de Besteiros do anno de 1667

Copia da Folha do pão da Comenda de Besteiros do anno de 1703

Treslado de hum Prazo de Paullo Cardozo de Besteiros que nelle nomeou Brites de Carsseres no anno de 1689

Venda de hum prazo antigo da Comenda de Besteiros do anno de 1628

Minuta de hum requerimento em que o Sr. Pedro de Figueyredo pertendia provizão para aneixar todo o que se tiveçe Uzurpado as Comendas

Uma carta de Joze Pinto Tavares Rendeiro das Comendas de Besteiros Com a qual mando entregar ao Sr. Pedro de Figueyredo 699\$600 no anno de 1718

Hum Akvara pello qual se fez mercê ao Sr. Ruy de Figueyredo da comenda de S. Salvador no anno de 1609.

Huma Copia de huma Petição para preveligiar huns almocreves
Munitorio do Juízo Geral para serem munidos os foreiros de Castelloes do annod e 1675
fl. 71
Huma carta de Manoel de Faria do anno de 1712 Sobre Varios particulares.
Huma Pitição para fazerem os foreiros da Comenda de Castelloes reconhecidos
Hum maço de contas e cartas dos annos de 1670 1676 1678
Huma Carta de Manoel de Fa-ria do anno de 1708 Com Varias quitações de Miças. Huma
Carta de Manoel Dias que Veyo com hum pouco de dinheiro.
Huma Pitição de Maria Domin-guês da Freguezia de S. Tiago em que pede hum Prazo da
Comenda de S. Tiago no anno de 1670
Hum Rol do pame miunças das Comendas de Besteiros e Sinfães dos anno de 1660 e
1661.
OUTRO rol do fructos das Comendas de Besteiros dos annos de 1664 1665 e 1666
Memoria das fazendas que pessuem os fiadores de Manuel Dias da Silva que deu a Renda
das comendas de Besteiros

fl. 71 vº

Hum macinho de cartas de Manuel de Faria, e de Manuel dias da Silva, e huma escriptura
de fiança do mes-mo ao que devia das Comendas de Besteiros.
OUTRO macinho de Varios Reque-rimentos e rois tudo pertencente as mesmas
comendas.
HUM macinho de papeis que contem varias memorias sobre particulares das ditas
Comendas.

Maço 35º Gaveta 10ª

Provizão paraseTombarem as comen-das de S. Pedro de Merlim e Sinfães passada no
anno de 1700
Provizão de Sua Manestade para se poderem emprazar os bens da Comenda de S. Pedro
de Merlim, e as mais no anno de 1715
Certidão das ordens que se passarão na meza sobre os foreiros da Comenda de S. Pedro
de Merlim, e duas Certidões do Prazo de geremil que se soquestrou no anno de 1715
Petição e informação sobre terras Uzurpadas a Comenda de Merllim
Vários papeis de repostas e In-formações que ouve Contra o Requerimento

fl.72

Requerimento do Vigário de S. Pedro de Merllim sobre querer Passais (?) do anno de
1718
Petição que o Sr.Pedro de Figueyredo fez sobre huns Cappitulos de Vezita que lhe pu-
zerão em S. Pedro de Merllim no anno de 1688
Capítulos de Vezita da Comenda de Merlim no anno de 1688
Petição do Sr. Pedro de Figueyredo para obigar Vários foreiros a virem apresentar seus
títulos e emprazamentos no anno de 1712
Hum Maço de Varias escripturas de aRendamento da Comenda dê. Pedro de Merllim.
Huma Carta de João Ferreira com dous escritos de divida de Bento Affonso.
Huma Certidão que o Sr. Pedrode Figueyredo mandou tirar de huns auttos que se
Remeterão de Braga ao Juízo geral das Ordens passada no anno de 1716.
Huma Petição do Sr. Pedro de Figueiredo para que os Infiteutas de todas as suas Comen-
das apresentem seus títulos.
Rol das penções, e foros que são o-brigados a pagar os Cazeiros da Comenda

fl. 72 vº

Comenda de Merllim.

Petiçam que se fez pellos aSentistas digo sobre o embargo feito pelos aSentistasno pão da Comenda de S. Pedro de Merllim.

Contas dos rendimentos da Comenda de S. Pedro de Merllim dos annos de 1673 e 1675

Copia da Acção do Soquestro que se fez na fazenda de Germil da Comenda de S. Pedro de Merllim no anno de 1714

Treslado da Procuração, e Contas que aJustou AntonioDias Com françisco Fernan-des do Basto do Rendimento da Comenda de Mer-Lim no anno de 1652

Hum aRendamento da Comenda de S. Pedro de Merllim de 4 annos feito no an-no de 1696 . a qual se chão juntas humas Cartas por onde consta o que o Dezembargador Luis de Magalhães Cobrou da sua divida e excução.

Hum Maço de Contas de João Ferreira de varios annos

Humas cartas de João Ferreira do anno de 1719 pellas quais se ve o que deve e se há de cobrar do Entruzo Rendeiro de Guimaraes João de Abreu.

Hum maço de contas de Rodrigo Machado Rendeiro que foi de Merllim.

fl. 73

Maço 36º Gaveta 11ª

Lembraça dos forosque se pagão a Comenda de Merllim.

Emprazamento deHeronimo Macha-do da Vila do Prado em que pede Renovação no anno de 1715.

Certidão de como se achava embar-gado o pão da Comenda de Merlim no anno de 1707
Certidão dos encargos, e meya anata da Comenda de S. Pedro de Merllim passada no anno de 1653.

Hum Macinho de Varias Car-tas sobre particulares da Comenda De S. Pedro de Merllim.

Huma Petiçam de Maria de Sª. Em que pede renovação do Cazal do aSento.

Hum Maço de varias contas que se derão ao Sr. Pedro de Figueyredo quan-do tomou posse das suas Comendas, e des-pezas que se fizerão em todas, e nas cazas da Rezidencia do Parrocho de S. Pedro de Merllim.

Contas da Comenda de S. Pedro de Merllim dos annos de 1710 e 1715.

Minuta de Embargos que pos o Sr. Pedro

fl. 73vº

de Figueiredo A provizão que o Vigário de Merllim tinha tirado para se lhe darem passais; (?) E Resposta do Sr. Pedro de Figueyredo quando a meza o mandou ouvir.

Conta dos Laudemios que tem Reçibido João Ferreira athe todo este mez de Agosto dasterras foreiras a Comenda de S. Pedro de Merllim.

Instrumento de justificação que fizerão os cazeiros da Co-menda de S. Pedro de Merllim do Couto de Tibens do anno de 1720.

Maço 37º Gaveta 11ª

Instromento de Posse que tomou da Comenda de S. Pedro de Merllim Christovão Soares, E inventario declarações e mais diLigençias que se fizerão no anno de 1612.

E no mesmo Maço se achão Vinte e hum Prazos que se fizerão na mesma Comenda no anno de 1636.

Petiçam e justificação de Gonzalo Jacome, e outros para emprazamento do cazal de Fontella da Comenda de S. Pedro de Merlim.[# “Vide Maço 36”]

Certidão da notificação que se fez ao geral dos Ben-tos no Convento de Tibens no anno de 1716 para a cauza que com elle corre.

Hum Maço de Varias emformaçois, e certidões, e contas tudo sobre particulares e pertencentes a mesma Comenda. Mais informações e opotros papeis da mesma comenda. [# “Vide Maço 36”]

Hum tombo da Comenda de S. Pedro de Merlim feito no anno de 1614.
fl.74

Maço 38º Gaveta 12ª

Sentença do Sr. Jorge de Figueyredo Contra Francisco Lopes, e sua molher morado-res no Cazalda Cruz dalobagueyra por lhe haverem Vzurpado algumas terras do dito cazal. Duas sentenças Muy antigas com-tra pessoas que tinham Vzurpado algumasterras na Lobagueyra.

Sentença de deszagravo do Sr. Pedro de Figueyredo de huma Cauza que correo com- o feitor do Conde de Castello Melhor Como seu Procurador e sobre o tombo do mesmo.

Sentença do Sr. Pedro de Figueiredo Contra o Procurador Geral das Ordens para que não tivesse efeito a execução que se lhe manda- va fazer nas Comendas e Rateyo para Armadas na forma do breve de Sua Santidade.

fl. 74 vº

Maço 39º Gaveta 11

Certidões a Respeito do que se ha de pagar no passo da Madeira e Consola-do Conforme o Regimento do mesmo.

Clareza para o Conde de Castello Me-lhor sobre as Vallas que se andem abrir ares-peito das terras dos Louros.

Clareza do que paga o vinho azeite e farinha e mais couzas quando Vão para as Conquistas pello Consollado, e portagem.

Sentença de despença Matremonial do treçeiro e quarto grão para haverem de Cazar o Sr. Ruy de Figueiredo Com a Sra. D. Maria Thereza de Noronha.

Certidões da AClamação de El Rey D. João o quarto.

Apontamentos do Testamento da Sra. D. Maria. (sic)

Hum papel que pertence a caza das Carnes.

Hum Instrmento de dotte de Ar-rãs que fez Valentina de Calvo a Sua filha em que lhe dotou as cazas que tinha em Castello [# “Cazas de Castello Picão Vide Maço 13”]

fl.75

Castello Picão.

Huma Liçença da Camara para no anno de 1713 Se fazerem humas obrax nas Cazas de Castello picão

Hum Maçinho de papeis da Sra. D. Maria Manoel de Velhena.

Hum Macinho de papeis pertencentes ao Sr. Ruy de Figueiredo.

Hum macinho de quitações de Varias quantias que o Sr. Ruy de Figuey-redo pagou a diverssas pessoas.

Huma Minuta de embargos e Informação de huma Cauza que Correo com o Porteiro Mor. O Sr. Pedro de Figueiredo.

Informação sobre o Morgado que Instituyo Antonio Cotta Falcão e sua Molher D. Izabel Correa em Coruche e Benavente.

Huma memoria, e varios ducu-mentos por onde consta que as propriedades que se vendem por El Rey se não paga a Siza

E Assim tambema não pagão como se ve dos documentos juntos os Caualleiros.

fl. 75 vº

Certidão do embargo que se fez nas -obraz por parte das Recolhidas no anno de 1715.

Preposta do Sr. Pedro de Figueiredo a Sua Magestade sobre a Contenda que tem Com as Recolhidas os-bre as obraz.

Preposta do Sr. Pedro de Figueiredo sobre as obraz do Minino Deos.

Memoria para se saber donde forão Baptizados os Avos do António de Figueiredo [escrito em letra posterior] Em 22 de Agosto de 1722 fes o Antonio de Figueiredo hua escriptura de Com-pozição com as recolhidas do Castello sobre a CLaraboya da Salla, e não fazer trapeira nem Serventia algua para o telhado, nas nottas do tabalião Thome Freyre de Araujo.

fl. 76

Maço 40º Gaveta 12ª

Este maço Conthem somente. quitações de foros Capellas Mercieyras se-çus de todas as fazendas obrigações e prazos desta caza.

Maço 41 Gaveta 12ª

Hum maço Com a certidão do Parrocho da Lobagueyra do offiço e Sepul-tura que se fez ao Sr. Ruy de Figueyredo no Anno de 1679 e no mesmo se achão Inçertos Varias quitações e Rois de despesas do mesmo funeral.

OUTRO Macinho de varias certidões de Miças pertencentes a conta do testamento do ditto Sr.

Hum Maço de Certidões do funeral de de despesas que se fizerão no falle-çimento da Sra. D. Margarida de Menezes Segunda Molher do Sr. Ruy de Figueyredo

Maço 42º Gaveta 13ª

Sentença da Sra. D. Heronima Lobo de qui-tacão dos Rezidoos do Testamento de seu Marido o Sr. Diogo de Brito extrayda no anno de 1660

Sentença da mesma Sra. D. Heronima Lobo Contra D. Francisco de Azevedo sobre do-us Morgados em que querião suceder por morte do Marido da dita Senhora extrayda no anno de 1664

Sentença da mesma Sra. Contra o

fl. 77

Contra o mesmo D. Francisco de Azevedo por este lhe pedir Satisfizeçe ao Morgado de Luis de Novais da Silva hum conto de Reis Extrayda no anno de 1667

Sentença da mesma Senhora no juízo deSizo-rio Contra D. Francisco Lobo Extrayda no anno de 1660

Sentençade Diogo de Brito Contra D. Françisco de Azevedo sobre humas cazas da Caldeiraria se vinculemou não ao Morgado que tinha Ins-tituydo D. Maria da Sª. extraydas no anno de 1648.

Sentença e Sobre Sentença da Sra. D. Heronima Lobo Contra Simão de Barros por este lhe querer Suceder nos bens de seu Irmão.

Hum Treslado dos Embargos com que Veyo D. Manoel de Azevedo as partilhas de Viçente de Novais e de D. Branca da Silva.

fl. 77vº

Maço 43º Gaveta 13ª

Testamento de despozição e Morgado que Ins-tituyo Christovão de Brito Cazado com D. Brites de Atayde em que chamou primeiro adMinistrador a seu Sobrinho João de Brito em o qual fez Varias funções em defeito dos descendentes, e transverçais lhe deo

faculdade para Livre nomeação ao Ultimo pessuydor Seu fidalgo de Conhecida Nobre-za foi feito o primeiro testamento em 9 de Janei-ro de 1559, e depois fez Varios Cudis-silios sendo o Ultimo em 1560; Tem este Morgado duas Missas Cotidiannas na Igreja da Madre de Deus das Religiosas capu-chas este he o Treslado então autentico, e man-dou o Instituydor se fizem (sic) três livros hum del-les para o Archivo de S. Eloi y outro para o Hospital de todos os Santos; e o tersseiro o ti-vesse o administrador.

Serviços de Diogo de Brito e Seu Tio0 Antonio de Brito feitos na Índia.

Copia autentica de Seruiços feitos na Índia [rasurado] digo de Antonio Lobo da Gama Irmão da Sra. D. Heronima Lobo, e serviços de Pay e Tio.

fl. 78

Maço 44º Gaveta 13ª

Sentença de Quitação da Conta do Testamento de Jorge Farnandes d elvas que deo a Sra. D. Maria de Lima

Sentença da Sra. D. Maria Manoel de Velhena Sobre a conta da Capella de Velentina de Calvo.

Sentença da Sra. D. maria de Lima em que lhe foi parte o premetor dos Rezidoos.

fl. 78vº

Sentença de Antonio Fernandes d elvas da Conta do Testamento de Seu Pay.

Sentença da Sra. D. Maria de Lima como Testamenteira de D. Antonio de Noronha.

Quitação do Dotte que deo a André de Figueiredo sua molher a Sra. D. Marianna de Lima . Sua May D. Maria de Lima.

Instromento de Agravo da Sra. D. Maria Manoel de Velhena da Conta que se lhe pedia de huma Capella a Requerimento dos Padres Domi-nicos da Villa de Santarém.

Tombo da Capella de Christovão soares que instituyo Ruy Gonçalves Franco e testamento.

Noticias dos Serviços de Duarte Nunes da Costa por cartas que El Rey lhe es-creveo.

fl. 79

Maço 45º Gaveta 13ª

Sentença de Diogo de Brito contra o Prior e Beneficiados da Igreja de S. Lourenço desta Cidade Sobre o foro de humas cazas.

Sentença de Manoel Roiz Dias contra Diogo de Brito sobre os alugueis de humas cazas

Sentença de Diogo de Brito Contra Mano-el de Souza Como Tuytor dos menores filhos de D. Maria de Menezes.

Sentença contra os bens de D. maria Brandoa

Sentença de Diogo de Brito Contrahuns Rendeiros .

Escriptura por onde a Sra. D. Maria da Silva ouve as Cazas da Caldeiraria.

Inquirição de Beatris Godinha Vi-uva de Affonso de Lemos Com que Justificou deichar

fl. 79vº

Deyxar lhe seu marido todos os bens.

Treslado do Autto das Capellas de Maria Gil e Fernan Cabral em BelMonte.¹²⁰⁹

Maço 46º Gaveta 13ª

Sentença do Sr. Pedro de Figueiredo contra Francisco de Figueiredo de Alarcão.

Perposta que osr. Pedro de Figueyredo fez sobre acção de alimentos que francisco de Figueyredo e Suas Irmaãs pedião e a Erança das merçes de Seu pay o Sr. Luis Gomes de Figueiredo

fl. 80

¹²⁰⁹ Importante: este documento seria anterior á herança dos morgados de Belmonte?

Certidão dos auttos de Esponçais Reo o Sr. Luis Gomes de Figueiredo e AA Antónia de Araujo e Sam Payos e Seu Pay Vasco de Araújo juís dos órfãos de Alemquer.
 Agravo entre partes Francisco de Figueiredo de Vasconcelos e o Sr. Ruy de Figueiredo.
 Papeis pertencentes a mesma Cauza.
 Memoria para se tirar huma Certidão para a Cauza que corria entre Francisco de Figueiredo e o Sr. Pedro de Figueyredo
 Petição do Sr. Pedro de Figueyredo sobre a comtenda que trazia Com Francisco de Figueiredo de Alarcão.
 Minuta de embargos Recebidos que pare-çe pertencerem a Cauza que ouve com Francisco de Figueyredo.
 Depoimento que o Sr. Pedro de Figueyredo requereo se tirasse a Francisco de Figueiredo para a juntar a hua Cauza em que este o obrigava por huns alementos.
 Certidão sobre a mesma cauza.
 OUTRA certidão sobre a mesma cauza.
 OUTRA certidão dos auttos da mesma cauza.
 Hum papel pertencente a cau=
 fl. 80vº
 A Cauza de Francisco de Figueiredo.

Maço 47º Gaveta 13ª

Huma Escriptura de dotte de Francisco Lobo da Gama e D. maria Brandoa do an-no de 1579
 Huns Auttos siveis de D. Maria da Silva Contra Braz Telles de Menezes.

fl. 81

Petição de Diogo de Brito para se lhe entregar as chaves da quinta do Barro para huma avaliação
 Escriptura do Conserto que fez a Sra. D. Heronima Lobo Com D. Manoel de Azevedo Sobre as Cazas do Campo de Santa Anna.
 Escriptura de hum moyo de trigo a retroque pagava a Sra. D. Heronima Lobo em posto na sua quinta da Bordalia.
 Hum Emprazamento do Serrado de Loures que trazia Fernão Roiz do anno de 1548.
 Hum Maço de papeis de Diogo de Brito de quitações e outras varias couzas de pouca inportancia
 OUTRO Maço do mesmo de quitações da Mizericordia de santaren.
 fl. 81 vº

Maço 48 Gaveta 13ª

Este maço não conthem mais que Rois de Pedrei-ros Carpinteyros despeza que fez o Sr. Pedro de Figueiredo
 fl. 82

Maço 49 Gaveta 13ª

Este Maço dops Papeis que se acharão em Caza de Diogo Varella que Deos tem o que entendo São de pouca em-portança.

Maço 50 Gaveta 14ª

Hum Maço de papeis pertencentes a Diogo de Brito e da Sra. D. Heronima Lobo, o que entendo he que não prestão para nada, e a Serven-tia he pouca.
 fl. 82 vº

Maço 51 Gaveta 14

OUTRO Ma-ço de Papeis pertencentes ao mês-mo que atraz pertence.

Maço 52 Gaveta 14^a

Hum Maço por-tencente ao mesmo aSima.

Maço 53^o Gaveta 14^a

Hum Maço de Rois de Pedreiros e Carpinteiros dêspeza que fez o Sr. Pedro de Figueiredo que Deos tem.

fl. 83

Maço 54^o Gaveta 14^a

Hum Maço de Papeis dos que se acharão em Caza de Diogo Varella osquais são inúteis e de pouca inportância.

Maço 55 Gaveta 14^a

Hum Maço de Cartas de El Rey D. João o 4^o escritas ao Sr. Ruy de Figueyredo estando governando em traz os Montes.

Maço 56^o Gaveta 15^a

Hum Maço de Cartas de El Rey D. João o 4^o escritas ao Sr. ruy de Figueyredo Estando governan-do em Traz dos Montes.

Hum Copiador de Cartas que o Sr. Ruy de Figueiredo escreveu a El Rey.

fl. 83v^o

Maço 57^o Gaveta 15^a

Hum Maço de Cartas de El Rey D. João o 4^o escritas ao sr. Ruy de Figueyredo Estando Go-vernando em Traz dos Montes

Maço 58 Gaveta 15^a

Hum Maço de qui-tações pertencentes a Diogo de Bri-to Com Varios papeis de pouca Inportância.

fl. 84

Maço 59^o Gaveta 15^a

Hum Maço de car-tas de El Rey D. João o 4^o escri-tas para Sr. Ruy de Figueyredo Estando governador em Traz dos Montes.

Hum Maço de papeis de Serviços, e huma Sentença Crime e algu-mas Certidões todo do Sr. Luis go-mes de Figueyredo.

Huma Sentença de Clara Galvão Viúva, contra o Sr. Ruy de Figueiredo por 72\$500 do anno de 1632.

Huma Sentença do Dezembar-gador do Passo Antonio Coelho de Carvalho Como administrador de Sua filha Contra o Dezembargador João Velho Barreto.

fl.84 v^o

Maço 60^o Gaveta 15^a

Verbas do Testamento de Luis de Novais sobre a instituyção da Sua Capella

Testamento e primeiro e segundo Condicillio da Sra. Condeça de Atalaya do anno de 1640

Escriptura de quitação e distra-to da Mizericordia de Santarém de 200\$ que lhe pagou Diogo de Brito.

Sentença de Diogo de Brito Com-tra Françisco de Faria Coelho e sua Mulher por se entremeter em tomar posse da quinta dos oLivais .

Sentença da Conta da Cappella de Christovão de Brito do anno de 1649.
 Posse das terras da Golegan que tomou Diogo de Brito no anno de 1640.
 Carta de Compra dos moinhos e Serrado que que compro Loupo de Brito em Loures no anno de 1536.
 Distrato do Cerrado e asenhas de Loures que fez Fernão Reis a Sra. D. Maria da S^a
 fl. 85
 Petição sobre a posse da Agoa que Rega o Cerrado de Loures de Diogo de Brito do anno de 1632
 Requerimento de Diogo de Brito Sobre o Prazo da Camara e pombais.
 Hum macinho de papeis de D. Catherina de Bayrros.
 Procuraçam Judicial de Antonio da S^a Caldeira para se tomar posse de Duas quintas huma em Leyras [emendado: Oeiras] , outra nos oLivais.
 Hum Maço de Certidões de Heronimo Nunes EmViado em Abstar-dan
 Quitação dos Rezidoos do Testamento de Izabel Fernandes Criada que foi do Sr. Ruy de Figueiredo.
 fl. 85v^o

Maço 61º Gaveta 15^a

Hum Maçinho de Recibos de dinehiro que o sr. Pedro [acrescentado. “de Figueiredo”]
 Recebeo do Thezou-reiro mor da Junta dos tres estados Com hum ajuste que dizem (?)
 emportoce a quantia de 2:874\$991 de principal
 OUTRO Maçinho de Reçibos do Sr. Pedro de Figueyredo os-bre o dinheiro que se
 distratou da Junta do Comércio.
 Hum Macinho de Carregações de Cayxas de aSucar vin-das de Parnambuco e Bahia por
 com-ta do Sr. Ruy de Figueiredo e Henrique Henriques de Miranda e Françisco Ba-rreto.
 fl. 86
 Hum Maço de papeis de cartas, e Conhecimentos de cayxas de aSucar que Vierão ao Sr.
 Ruy de Figueyredo e Alarcão Com a Suçiedade que tinha com o Mestre de Campo Fran-
 çisco Barreto no Recife de Pernambuco.
 Hum macinho Com vin-te e três escritos da Alfandega Com que o Thezoyreiro della
 pagou a Varias pés-soas deZobrigando a Jacome Maria Bu=llello.
 Huma Certidão que Veyo das Ilhas sobre os tabacos no anno de 1701.

fl. 86v^o

Maço 62 Gaveta 16

Hum Maço de Contas e Varias quitações de João Cardozo fei-tor do Sr. Ruy de
 Figueyredo da Comenda de S. Salvador de Castellões.
 OUTRO Maço de quitações do mesmo de Vários annos
 Hum Caderno de com-tas de ThomeCaetano do tempo que es’teve por feitor em OTTA.
 fl. 87

Maço 63º Gaveta 16^a

Hum Maçinho de papeis que se acharão em caza de Diogo Varella quando mor-reo que
 Conthem Varias quitações Reçibos Lembranças e Contas.
 Hum Recibo de maria Correa de seis mil Reis que lhe devia o Sr. Hen-rique de Figueiredo
 e Souza e que lhe pagou o sr. Ruy de Figueiredo no anno de 1659
 Huma Certidão de dous an-nos de Miças que se disserão no Covento de Nossa Senhora
 da Esperança pellas almas da Sra. D. Leonor e da Sra. D. Maria de Men-donça; a esta Se
 achão Varios papeis Juntos de pouca inportança.
 Hum escrito reconheci-do de 125\$000 que devia o sr. Fer-nam Cabral ao Sr. Ruy de
 Figueiredo

Hum Rol de despeza que o Sr. Pedro de Figueyredo fês coma Sra. D. maria [acrescentado: “sua filha”]

Huma Conta da Comenda de Sinfaes do anno de 1660

fl. 87 vº

Recibo de outo mil Reis que deo a Sra. D. Izabel a seu Irmão o Sr. Jorge de Figueyredo
Recibo de 112\$000 que deo o sr. Antonio de Figueyredo ao Sr. Ruy de Figueyredo, e
outros do mesmo ao Sr. Pedro de Figueyredo ; e de Resalva.

Ajuste de contas que o Sr. Ruy de Figueyredo fez com o seu Criado Manoel Varella
Hum maço de quitações de Varias pessoas de dinheiro que o Sr. Ruyde Fi-geuryedo
pagou.

Hum Reçibode 170\$000 que o Sr. Pedro de Figueyredo deo a ovelhas e por quatro potros.
fl. 88

Maço 64º Gaveta 16ª

Neste Maço Vay hum Ma-çinho de Menutas de Varios Requerimentos sobre particulares
de Nossa Senhora da Encarnação da Lobagueyra, e dos seus Mordomos, E a-Sim também
a Copia de huma Pastoral e do Alvara para as feiras.

Huma Carta de Roma para que os Sirios podeçem na mesma Ermida

fl. 88vº

Ermida fazer suas festas somente com com-sentimento do Capellão indepedentes do
Parrochoo da mesma freguezia.

Humas menutas de Artigos de atentado, e embargos Contra o Cura da Loba-gueyra e Prior
e Benefiçados de Torres Vedras.

Huma certidão dehuns autos entre partes o Sr. Pedro de Figueyredo, e o Prior e
Benneficiados da Igreja de S. Tiago de Torres Vedras.

Huma Petiçamde Prior e Bene-fiçados de Torres Vedras e Vários Artigos de atentado po
parte do Sr. Pedro de Figueyredo.

Huma Copia de huns termos do Livro de Nossa Senhora da Emcarnação da Lobagueyra
Pitições sobre particulares da Lobagueyra, e Licença do Sr. Patriarcha.

Revogação de procuração que fizerão Varios Moradores da Lobagueyra

Ileyção dos Mordomos de Nossa Senhora da Emcarnação da Lobagueyra do anno de
1709.

fl. 89

A Instituyção do Morgado da Lobagueyra que fez o sr. Ruy de Figueyredo e Sua Molher
a Sra. D.ª Maria Correa.[#: “Vide fl.112 vº”]

[escrito numa letra diferente:] Hua carta de ARemataçam e hum es-crito de Venda de
huas cazas na Lobagueira que Comprou, e aRematou o senhor Jorge de Figueyredo.

Hua Sentença que o senhor Jorge de Figueyredo alcançou Sobre os mattos do cazal da
cruz Contra Damião gorjam

Hum Reconhesimento dque fizerão os moradores do Lugar da Lobagueira ao senhor
Jorge de Figueyredo por Administrados da Er-mida de S. Catherina que hoje he de Nossa
Senhora da Encarnação.

Varios autos de posse dos cazais da Lobagueyra tomada nos annos de 1580 e 1582

fl. 89 vº

Maço 65º Gaveta 16ª

Memoria do Preço comum da Forragemde huma Jenella.

Memoria dos Preços da obra de Carpinteiro.

Memoria e conta de pedraria Lavrada de empreitada e pressos della.

Dous Rois de despeza que se fez Com o barco.

Huma certidão dos Frutos

fl. 90

Frutos da Comenda do Salvador dos annos de 1693 1694 e 1695.

Certidão de hum embargo de corente mil Reis que se pagão a Jorge Fernandez d elvas das Cazas da Caldeiraria do Natal de 1637 em diante.

Huma obrigação que fizerão as freyras de S. Calra da Cidade da guarda de fazer-em hum officio com miça perpetua pella alma da Sra. D. Guiomar de Castro.

Huma Informação sobre hum Revista de hum feito sobre Tabaco.

Huma Liçença que se consedeo a Sr^a. D. Madalena minha Senhora e suas Irmãs para entrarem no Convento de odovillas no anno de 1714.

Huns embargos da Sr^a. D.^a Leonor de Menezes contra o Prior e Religiozos de Nossa Senhora da Graça da Vila de Torres Vedras.

Hum Mandado Para o Almo- xarife de Torres Vedras oagar ao Sr. Pedro de Figueyredo no anno de 1680- 96\$500 que tem de Juro no dito Almoxarifado.

Hum Maço de Pitições do Sr. Pedro de Figueiredo Sobre vários particulares.

fl. 90 v^o [em branco]

fl. 91

Maço 66^o Gaveta 16^a
--

Hum Maço de vários papeis pertencentes e sobre particulares da quinta de otta

Maço 67^o Gaveta 16^a
--

Hum Maço de vários papeis e informações e varias notícias sobre particulares da Comenda de S. Pedro de Merlim.

fl. 91v^o

Maço 68^o Gaveta 16^a
--

Hum Mandado pello qual en=tregou o Sr. Ruy de Figueiredo 57\$068 Reis dealimentos ao Sr. Antonio de Figueyredo

Hum Reçibo 757\$000 que devia o Sr. Pedro de Figueiredo em Londres.

Hum Recibo do Padre Manoel Gomes de dêz mil Reis.

Hum escrito de 15\$000 que pagou o Sr. Pedro de Figueiredo

Hum papel do Sr. Antonio de Figueiredo e conta das partilhas que fez como sr. Ruy de Figueyredo.

Hum Maçinho de Reçibos de huns Pedreiros que fizerão huma obra ao Sr. Pedrade Figueyredo na ortta de D. Fradique.

Hum maço de Cartas do Passo e dos Secretarios de Estado, e das merçes para o Sr. Pedro de Figueyredo

fl. 92

OUTRO Maço de Cartas tam-bem do Passo para o e o Sr. Dom- Miguel

Hum Maço de Varias Cartas e algumas de Roma; Rois Reçibos, e Contas do Sr. Pedro de Figueyredo que tudo he de Muy pouca Inportança

Huma Patente para a Sra. D. Leonor do Sacramento Ser freira em Sacavem.

Maço 69^o Gaveta 16^a
--

Hum Maço de Varias car-tas e Rois e contas que dis o sr. Pedro de Figueiredo por letra sua serem de Inportança e se ve delles pertencerem a quinta de Otta, e Morgado da Lobagueyra de que eram feitores o Padre Cura Antonio Jorge - e Manoel Carvalho Leitão.

Maço 70^o Gaveta 16^a
--

Hum maço de Minu-tas de Cartas do Sr. Pedro de Figueyredo para o Sr. Henrique de Figueyredo Governador de Angola e para os Seus Procuradores e ComRes-pondentes, e outras pessoas, que Contem Vários Negócios .e [sic]

Maço 71º Segundo Contador Gaveta 1ª

Hum Maço de Me- nutas de Cartas do Sr. Pedro de Figueyredo para a Índia, e outras muitas partes.

E outro masso de minutas de petições do senhor Pedro de Figueiredo sobre vairo particulares.

fl.93

Maço 72º 2º Contador Gaveta 13

Hum Maço com vari-as Cartas de El Rey D. João o 4º para o sr. ruy de Figueiredo Governador de Traz dos Montes, e no mesmo Vão InçertosVarios papeis de Contas das Comendas, e outraz fazendas, cartas Reçibos quitações tudo do tempo do mesmo Sr. Ruy de Figueyredo.

Maço73º 2º Contador Gaveta 1ª

Hum Maço de Vários papeis antigos de Contas Rois e quitações do tem-po do Sobredito Sr. Pedro de Figueiredo digo Ruy de Figueiredo.

fl.93vº

Maço 74º 2º contador Gaveta 1ª

Hum Maço de Papeis Quitações Rois e Reçibos de Varias importan-çias

Maço 75º 2º contador Gaveta 2ª

Hum Maço de Varios papeis de pouca importância em que se achão Va-rias quitações, e outras memorias e Certidões, tudo do tempo e pertencenteao Senhor ruy de Figueyredo.

fl. 94

Maço 76º 2º contador Gaveta 2ª

Hum maço de Varias Cartas de Francisco Barreto Governado[r] e Cappitão General do brazil para o Sr. Ruy de Figueiredo e asim mais

E assim mais hum maçi-nho de Papeis com hum titulo por fora que diz ; no tiçias Sobre o Morgado da Ilha .

Maço 77º 2º contador Gaveta 2ª

Hum Macinho com cer-tidões dos Serviços do Sr. Luis Gomes de Figueyredo.

OUTRO Macinho com a paten-te de Governador do Sr. Ruy de Figueiredo E outros papeis sobre os seus Soldos.

Mais Varias Cartas de Francisco Barreto e Cartas de El Rey para o dito Sr. Ruy de Figueiredo.

fl. 94 vº

Maço 78º 2º contador Gaveta 3ª

Hum Maço de Varios papeis da Sra. D. Maria Manoel de Velhena de quem foi trstamenteyro o Sr. Ruy de Figuey-redo.

Maço 79 2º contador Gaveta 3ª

Hum Maço de papeis da Sobredita Senhora e de pouca emportância.

Maço 80º2º contador Gaveta 3ª

Quatro Macinhos de Certidões de Missas que o sr. Pedro de Figueiredo mandou dizer por varias tenções.

fl. 95

Hum maço de Papeis do dito Sr de pouca importancia

Humas Contas e Rois de hum Latoeyro.

Hum Maço de Papeis de Dinheiro de Brito de pouca importancia.

Hum Macinho de escritos que Antonio de Figueiredo fes ao dito [ao dinheiro?] Sr. Pedro de Figueiredo de ReSalva

Mais outro Macinho de Róis an-tigos em que deClarava o dito Sr. Pedro de Figueiredo o dever certas quantias a Varias pessoas.

Vários Róis do Mestre Corri- eyro Geral Pagos e justos no anno de 1713.

Maço 81 2º Contador Gaveta 4ª

Hum Maço de Cartas do Corregedor de Vizeu João Coelho Sobre Vários particulares a Respeito do tombo de Covilha e deVaça que tirou dos Culpados

OUTRO Maço de Cartas do Cappitam de Cavallos Diogo de Barros CastelBranco por curador que foi do tombo dos ditos Maninhos, e Sobre mais particulares do mesmo tombo.

fl. 96 vº

Outro Maço de cartas do Juis de Fora que foi de Covilhã Paullo de Torres Rijo Vieyra sobre particulares do tombo dos maninhos da dita Vila.

OUTRO Macinho com varias Contas de despezas que se fizerão No tombo dos dittos Maninhos.

Consultas e Varios Requerimentos tudo sobre o tombo dos Maninhos da dita Vila de Covilha.

Maço 82 2º contador Gaveta 4ª

Hum Maço de Cartas de Antonio Rabello Castel Branco juis de Fora que foi de Covilha, e primeiro nomeado para o tombo dos Maninhos da dita Vila que Conthem Varios particulares sobre o mesmo tombo.

OUTRO Maço de Cartas de Joze Nunes Rios da dita Vilade covilha e procurador que foi do tombo dos Maninhos que Conthem Varios Particulares sobre o mesmo.

Hum Maço de Cartas de Manuel Dias da Silva digo Manule da Silva Fragozo

fl. 96

Fragozo de Covilha sobre Vários particulares dos Maninhos da dita Vila.

OUTRO Macinho de Cartas de Varias pessoas, e algumas de Covilha sobre particulares dos Maninhos da dita Vila.

Maço 83º 2º contador Gaveta 5ª

Hum Maço de Cartas do Sr. Henrique de Figueyredo Vindas deAngo-la e assim também Varias Cartas de Joze carreyra Tavira Joze Alves Vianna o Padre João Bernar-dês procuradores do dito Sr. Henrique de Figueiredo e de outras muitas pessoas, e outras Memorias Ca-regações, e Conhecimentos e mais Couzas.

Na mesma gaveta quinta se acharão varias cartas, e Conhecimentos fora do Maço aVulços aSim da Índia Angolla e mais partes Vltramarinas.

fl. 96 vº

Maço 84º 2º Contador Gaveta 6ª

Hum Maço de Cartas de Pedro João Marques procurador do Sr. Pedro de Figueyredo das Comendas de Besteiros que Conthem em Si Vários negocios sobre a Cobrança das mesmas Comendas e aReca-dação dellas.

Maço 85 2º Contador Gaveta 6ª

Hum Maço de Cartas de Manuel de Faria Pimentel que Deos tem Procurador que foi muitos annos do Sr. Pedro de Figueyredo em Bes-teyros das Comendas ; Sobre Varios negócios Cobranças e execuções.

Maço 86 2º Contador Gaveta 7ª

Hum Maço de Cartas de Manuel Dias da Silva Rendeyro que foi das Comendas de Besteiros Vários annos de que ainda hoje esta devendo hum grande Quantia sobre fl. 97

Sobre o mesmo particular Contem varias Couzas outro maço de Contas [cartas?] .

OUTRO Maço de Cartas do Vigário de Castelloes das Comendas de Besteiros, e de outras pessoas das mesma Comenda.[sic]

OUTRO Maço de Cartas de Pedro Geraldês Ribeyro Pedro João Marques, e Manuel Gomes Procuradores que forão do Sr. Pedro de Figueyredo nas mesmas Comendas.

Maço 87º 2º Contador Gaveta 7ª

Hum maço de Cartas de João de João [sic] Ferreira Procurador que foi do sr. Pedro de Figueyredo na comenda de S. Pedro de Merlim termo da Cidade de Braga que Conthem Varios particulares e negócios Sobre a mesma Comenda, escritas nos annos de 1710 1711 e 1712 1713 e 1714 1715.

fl. 97vº

Maço 88º 2º Contador Gaveta 13ª

Hum Maço de Cartas de João Ferreira de Braga Sobre partícula-res da mesm Comendade Merlim, e como Procurador do Sr. Pedro de Figueiredo ; escritas em varios annos athe o de 1709

Em mais dous Maços de Cartas do mesmo João Ferreira Sobre particulares da Mesma Comenda, e como Procurador e administrador della escritas nos annos de 1716 athe o de 1722.

Maço 89º 2º Contador Gaveta 8ª

Hum Maço de Copias de Letras que Vierão de Braga prossedidos dos Fructos da Comenda de Merlim, e assim também outros do Porto, e Vizeu pro-sedidas dos Fructos das Comendas de Sinfaes e Besteiros

fl. 98

OUTRO Macinho de cartas de Bento Affonso Colhedor dos fructos e Rendeyro que também foi da Comenda de S. Pedro de Mer-lim.

OUTRO Maçinho de Cartas de João Ferreira Procurador da dita Comenda.

OUTRO Maçinho de Cartas de João de Abreu Rendeyro que queria ser da Comenda de Merlim e de Frey Heronimo Carmelita Calsa-do e de João Ferreira Sobre o mesmo aRendimento que se lhe Revogou.

OUTRO Maçinho de Cartas de Varias pessoassobe particulares da mesma Co-menda de MerLim.

Maço 90 2º Contador Gaveta 8ª

Hum Maço de Cartas do Doutor Simão Figueyra de Figueyredo Juis de Fora que foi que foi de Azurara e Lamego sobre Cari-os e deLigências, e aRendamentos das Comendas de besteiros e Sinfães.

fl. 98vº

Maço 91 2º Contador Gaveta 9ª

Hum Maço de Cartas do De-zembargador Miguel de Figueiredo de Abreu que Deos tem sobre Varios particulares, e Sobre alguns da Comenda de Sinfães.

OUTTRO Maço de Cartas de Bernardo de Souza e Miranda fi-ador e principal pagador de hum Rendeiro da Comenda de Sinfães de Vários annos.

Maço 92° 2° Contador Gaveta 9ª

Hum Maçinho de Cartas de Joze Pinto Tavares Rendeiro que foi das Comendas de Sinfães e Besteiros.

OUTRO Maçinho de Cartas de

fl. 99

De Pedro Pereira Procurador que ofi da Co-menda de Sinfais sobre Varios particulares da mesma Comenda.

OUTRO Maçinho de car-tas dos Irmão e Sobrinho de João Ferreira de Braga Cobradores que forão dos fructos das Comendas de Sinfaes.

OUTRO Macinho de Car-tas do Prior de Lamego, e de outras pessoas, e Antonio de Amaral SenbLanno sobre particulares da mesma Comenda de Sinfaes.

OUTRO Maçinho de Cartas do Dezembargador do Porto João de Proença e Silva sobre alguns particulares da Comenda de Sin-fães

OUTRO maçinho de Cartas do Porto sobre aluns particulares da mesma Comenda de Sinfães.

Maço 93° 2° Contador Gaveta 10ª

Hum Maço de Cartas de Ale-xandre Soares Leitão feitorda Quinta de otta Com alguns Rois de pam de azeite e vinho que

fl. 99vº

Que houve na dita Quinta em Varios annos

OUTRO Maçinho de Cartas de Manoel Pereira de Faria ede Manoel Carvalho Leitão Com alguns Rois tambem de Pam Vinho e azeite que houve em alguns annos na quinta de OTTA.

Maço 94° 2° Contador Gaveta 10ª

Hum Maçinho de Cartas de Vicente da Motta Henriques de Alenquer sobre alguns particulares a Respeito da Quinta de otta

OUTRO Maço de Cartas do Padre António Bernardes da Lobagueyra sobre Varios particulares da Ermida de Nossa Senhora da Emcarnação e das fa-zendas no mesmo districto.

OUTRO Maçinho de cartas de Heronimo Vieyra de Araujo Rendeiro das Lizirias da Praya em varios annos.

OUTRO Maçinho de Cartas do Padre mathias Varregozo eoutras muitas

fl. 100

Muitas pessoas de Lavra, e monte Mor Sobre particulares da Erdade de S. Lourenço e Suas Cobranças e Remeças.

OUTRO Maço de Car-tas de António Luis Abelha que conthem al-guns particulares sobre a Erdade da Aniza.

Maço 95° 2° Contador Gaveta 11ª

Hum Maço de Cartas de Manuel Carvalho Leitão de Azanbuja sobre Varios particulares e despesas que fez com o Barco de Villa nova do Senhor Pedro de Figueiredo.

OUTRO Maçinho de Certas de Andre Correa Bravo que Conthem Vários particulares e Contas.

OUTRO Maçinho de Cartas do Doutor Andre Pires Calado de Santarém sobre alguns da Liziria da Praya, e Mouchão

OUTRO Maçinho de Cartas de jacinto Correa de Medellaa de Belmonte sobre particulares dos maninhos, e outras couzas

fl. 100 vº

OUTRO Maçinho de cartas de Manoel Gurjão e Lionardo Monteiro de Vasconsellos sobre particulares da Liziria e Mouchão.

OUTRO Macinho de Cartas de Luis Pereira Patto sobre o sapal que o Sr. Pedro de Figueiredo que Deos tem aforou para a Marinha em alcouchete, e assim tambem huma informação do Corregedor de Setu-bal Com hum Requerimento do sobredito Sr. sobre o mesmo particular.

OUTRO Maço de cartas de Varias pessoas de Varias partes sobre diverssos particulares Como dellas melhor, se pode Ver

Maço 96º Na estante da liuraria
--

Hum Maço grande de vários tombos e emprazamentos dos Maninhos de Covilhaã.

fl. 102

Maço 97º 2º Contador Gaveta 11ª
--

Huma certidão da Patente de Mestre de Campo que se passou os Sr. Pedro de Figueyredo para hir Governar Portalegre no anno de 1704.

Tres Maços de Cartas dos Secer-tarios de Estado, e de vários particulares, e outros papeis sobre couzas da mesma funssão de Portalegre.

Huma Memoria Com no-tiças e disurços sobre se não poder defender a Praça de Portalegre.

Hum Maço de Pitições os-bre a defeza da deVaça que se tirou na tomada de Portalegre.

Hum Maço com o passa porte com que Veyo de Castella de Prizioneyroo Sr. Pedro de Figueiredo. E Certidão do trouco cartas de Diogo de Mendonça e do Bispo de Elvas secretario de estado para que foçe para Castella, e asim o queira El Rey

fl. 101 vº

Hum Maço de Varios Requerimentos e perposta que o Sr. Pedro de Figueyredo fez em Sua defeza Sobre a toma-da de Portalegre e devaça que sobre isso seti-rou ; e copia da Sentença que o dito Sr. teve sobre o tal cazo.

[escrito em letra diferente] Huma carta do Sr. Pedro de Figueiredo para o Conde General da Armada sobre a tomada de Portalegre.

Maço 98º 2º Contador Gaveta 12ª
--

Neste Maço se acha também a copia da sentença que o Sr. Pedro de Figueyredo teve na Relação Sobre a tomada de Portalegre de que Se tirou devaça e aqui se achão inCertas Copias da mesma deVaça, e outras muitas Couzas Sobre o mesmo particular.

fl. 102

Maço 99º 2º Contador Gaveta 11ª
--

Hum Maço de Certidões de missas que Manoel de Faria mandou dizer em besteiros por ordem o do Sr. Pedro de Figueyredo em o qual se acham muitas quitações de dinheiro que o mesmo remeteo das cobranças que fez deCla-ro que as quitações Vam no maço seguinte e nestes tudo sam certidões de missas.

Maço 100º 2º Contador Gaveta 12ª

Hum Maço de quitasoes de dinheiro que Manoel de Faria de cobranças que fez das comendas de Besteiros, com as quais se achão dous macinhos de Certidões de Missas tambem.

fl.102 v^o1210

Hum Tombo da Erdade da Aniza feito pello Doutor Simão Figueira de Figueira de Figueiredo [sic] no anno de 1712

Hum maço Com varias memori-as de algumas couzas importantes que estão no feito grande da Caza de Villa Real

Hum maço de papeis de quando o Sr. Pedro de Figueiredo foi fazer cavallos no destrito de Alemquer

fl. 103

#Maço 101

Hum maço com vários papeis memorias e Lembranças e folhas dos frutos e outras couzas que trouxe Joseph da Fonseca de Besteiros quando La foi.

Outro mais com varias contas e ajustes com os Dizimeiros e procuradores que forão das Comendas de Besteiros

#Maço 102

Quatro macinhos de Reçibos de dinheiro das Comendas que cobrou o senhor Rodrigo Antonio de Figueiredo e seu Pai e Seus procuradores

Outro maçinho de escriptos de ARendamentos que fizerão os cazeiros da Lobagueira no anno de 1725 e hua conta ajustada com Luis Francisco

Outro maçinho com quatorze escritos de varias dividas que fizerão alguns cazeiros da Lobagueira por conta com elles ajustada e hua Receita e despeza de Nossa Senhora da Encarnação.

fl.103v^o

#Maço 103

Testamento da Sra. D. Izabel Coutinho mulher que foi de Pedro Jacome Irmam de Duarte de Figueiredo em que deixa por sua Erdeira a Sra. D. Phelipa coutinho filha do dito seu irmão.[# testamento vide fl. 112 v^o]

Testamento da Sra. D.Marianna Coutinho viúva de Antonio Mouro da Silva [#“Testamento vide fl. 112 v^o Maço 9^o]

fl. 104

Testamento da Sra. D.Isabel Coutinho mulher que foi do Doutor Bernardim Esteves [#“Testamento vide fl. 112 v^o Maço 9^o]

Verba do Testamento do Sr. Ruy de Figueiredo em que retifica a nomeração que tinha fei-to de todos os seos prazos no sr. Pedro de Figueiredo Seu filho.

Inventario de tudo queSe achou na quinta de Ota por falleçimento de Alexandre Soares Leytão e se entregou ao novo feitor gaspar Henriques da Silva

Obrigaçoins que fez o António de Figueiredo ao Porteiro mor e sobre huas janellas que fez e cahem Sobre os seos quintais.

Certidão da Idade do Antonio de Figueiredo

Justificação de como a quinta de otta não dava mais que athe 20 ou 25 pipas de vinho no anno de 1659.7

Copia de huma certidão em que se acha o tresllado do Testamento de Antonio Fernandes de Elvas

fl. 104v^o

Certidão da medição das cazas da Comenda de Sinfains

ARendamento de hum pedaço de terra para fazer hua caza que fez por seu procurador o sr. Pedro de Figueiredo ao Padre Mathias varregoso(?) cura de S. Lourenço de Lavra Com

¹²¹⁰ Os fólhos seguintes foram escritos numa outra mão; foi colocado o sinal # apenas no n^o de Maço e nas indicações/anotações marginais.

obrigação de lhe pagar em cada hum anno 12\$ (?) e ficar a dita caza para a herdade fallecendo o dito Padre ou deixando de ser cura.

ARendamento que fez da horta de D. Fradique a Saber taverna e Jogos J[o]ão Marques (?) por seis annos por preço em cada hum de 48\$000 e principiou em 1723

Titullos antigos das cazas da Por-tagem tirados do cartório de odivellas a quem São foreiras as ditas cazas.

fl.105

#Maço 104

Testamento da Sra. D. Maria Loba Avô do Sr. Duarte de Figueiredo feito na sua quinta de Monte Redondo em 18 de Novembro de 1612 deixou por testamenteira sua filha a sra. D. Felipa Coutinho a quem deixou Tambem sua 3ª e tudo o mais com comdição que a dita terça passaria ao sr. Duarte de Figueiredo e deste a sua Irmã

Testamento do sr. Antonio de Brito de Menezes que morreu no Rio de Janeiro.

Sentença de Justificação do Antonio de Figueiredo em como he filho legitimo e mais velho e herdeiro dos bens de morgado coroa e ordens e prazos e Acçam da promessa de comenda de Lotte de 300\$000 feita a seu Avo

Outra sentença Sobre o mesmo com 3 certidoins da mesma juntas.

Sentença de Emancipação do António de Figueiredo

fl. 105vº

Certidão do cura de otta pella qual consta das duas capelas de 3 missas

Precatória a Requerimento do procurador geral das ordens para o Doutor Simão Figueira fazer a vedoria dos prazos em três trºs (?)

Preposta dos Documentos que tem a viúva de Francisco gomes Pedreiro da quinta das 4 portas

Carta testemunhável que Se passou na Índia ao senhor Henrique de Figueiredo

Novo empraçamento da quinta de Monte de Loyos feito em 1725 por Rodrigo Antonio de Figueiredo.

Rezumo da carta de Partilha de Soror Micaella

Huma carta de Soror Micaela que se fez no Juízo dos orphãos

fl. 106

Na gaveta 16 do 2º contador ficão vários papeis Avulços dos quais alguns importão

Sentença que alcançou Rodrigo Antonio de Figueiredo contra Manuel Ignacio da Cunha sobre as cazas da Portagem

fl. 106 vº

#Maço 105

Sentença que alcançou o hospital Real de todos os santos contra o sr. Pedro de Figueiredo por Legados não compridos que se devião da Cappella de S. Julião que Instituhio a Sra. D. Maria Manoel de Vilhena

Sentença de quitação do Antonio de Figueiredo da conta que se lhe tomou de nove annos the o de 1723 da capella de São Julião que Instituhio a Sra.D. maria Manoel de Vilhena pella qual pagou de principal 164\$700

Sentença que aLcançou o senhor Rodrigo Antoniode Figueiredo contra Manuel da Silva Valedares Sobe a apozentadoria das cazas da Rua das Parreiras em que Se queria Conservar individamente.

[falta fl. 108]

fl. 109 em branco

fl. 109 vº

#Maço 106

Alvará com que tomou o habito de Crixpto o António de Figueiredo na Santa Igreja Patriarchal

Requerimento em nome do Senhor D. Miguel para Se lhe paSar Provisão de suplemento de Idade com hua certidão de Idade do mesmo senhor e hua Justificação para poder reger, e governar seos bens

Conhecimentos das meyas anattas, e três quartos que se pagarão nos encartes das Comendas de Besteiros, Sinfains, e Merlim em 1729

Requerimento que o senhor Rodrigo Antonio de Figueyredo fez para Se lhe pagar o que o Senhor Pedro de Figueiredo tinha vemçido dos juros do Almoхарifado de Alemquer do anno de 1722 the o dia de seu falleçimento de que se lhe passou mandado.

fl. 110. em branco

fl. 110vº

[# D. Marianna de Lima]

Testamento de D. Marianna de Lima, feito em 18 de Junho de 1692 e aprovado em 12 de Agosto de 1694, pelo tabeliam Joseph Caetano do Valle Se acha no cartório da Correçam do Cível da cidade de que foi escrivão Francisco de Figueiredo escrito aonde se fez inventário dos bens da dita defunta e no cartorio eclesiastico de que foi escrivão Antonio de queiros carreira adonde se deu conta do dito testamento

[# António Fernandez d'Elvas]

Testamento de António Fernandez de Elvas feito em 5 de Janeiro de 1626 e aprovado pelo escrivam Bartolomeu Bernardes nesta cidade e aberto em o primeiro de Junho de 1657 se acha no cartório dos orphãos da Repartição do meyo nesta cidade de Lixboa donde se fez o Inventario dos bens do dito defunto de que foi Escrivão Vicente Fernandez de Avreu, tambem se ha de achar no cartório dos órfãos da Repartição de Santa Justa de que foi escrivão Bento Figueira

[# D. Martinho da Ribeira]

Testamento de D: Martinho da Ribeira que foi cazado com D. Marianna de Lima se acha no cartóriodo Juizo do cível de que foi Escrivão Sebastiam Viçente de Padilha no autos do Inventario que se fez dos bens do dito defunto.

[# Otta D. Marianna Coutinho casal do Monte Redondo]

testamento de D. Marianna Coutinho viúva de Francisco Vas de São Payo e May de André de Figueiredo Coutinho a qual deixou ao Senhor Ruy de Figueiredo o casal de Monte Redondo foi feito em 4 de Junho de 1670, aprovado no mesmo dia mes e anno pelo escrivam nesta cidade de Lisboa Luis do Couto morreu a dita defunta em o primeiro de Julho de 1670 e sem duvida se ha de achar este testamento no cartório de S. Bento de Xabregas por ficar por testamenteiro o reytor do dito convento e serem hoje administradores de hum morgado que foi ao dito convento por falta de sucessão

fl. 111

[# Maço 9º D. Maria de Lima]

Testamento de D. Maria de Lima feito em 4 de Agosto de 1662 e aprovado no mesmo dia se ahca no juízo dos orphãos na Repartição do meyo da cidade de Lixboa no cartório do proprietário José Vieira Pontes em uns Autos que se intitulão pela maneira seguinte Auto de Arrecadação dos bens que ficarão por phallecimento de D. Mª de Lima viúva de D. António de Noronha, e que primeira ves foi cazada com António Fernandez de Elvas o

qual se continuou com Ruy de Figueiredo de Alarcão, e depois com D. Catherina de Souza e D. M^a de Noronha

[# Maço 9º Senhor Ruy de Figueiredo]

Testamento do Senhor Ruy de Figueiredo feito em 17 de Dezembro de de [sic] 1678 e aprovado no mesmo dia e aberto em 17 de Janeiro de 1679 Se ahca as notas do Tabalião Domingos da Silva, cujo officio despoes sérvio Joseph Caetano do Valle

[# Senhor Ruy de Figueiredo]

Escriptura de contracto irrevogável e nomeação que fez o Sr. Ruy de Figueiredo em seu filho o Sr. Pedro de Figueiredo em 28 de Novembro de 1678 de todos os seus prazos e vínculos, se ahca nas nottas de Domingos de Barros cujo officio despois sérvio Domingos de Carvalho

[# Maço 9º D. Hyeronima Lobo]

Testamento da D. Hieronima Lobo Viuva de Diogo de Brito da Silva feito em 15 de Outubro de 1675 aprovado em 29 de Novembro do mesmo anno, aberto em o primeiro de junho de 1678 e hum codocilio feito em 8 de Fevereiro do mesmo anno e aprovado no mesmo dia se achão no cartório dos Reziduos e Cappellas de que foi escrivão Manuel Ferreira Barreto

fl. 111 vº

[# Maço 9º Senhor Pedro de Figueiredo]

Testamento do Senhor Pedro de Figueiredo feito e aprovado em 26 de Março de 1722 e aberto em 29 do dito mes e anno se acha no Registo dos Testamentos a folha 40 verso do Livro do Registo quando servia de escrivão Carlos António e afolha 98 do Livro do Registo quando servia em 20 de Abril de 1724 se acha lançado hum Rol p.ar (?) dos Legado que o mesmo senhor deixou a varias pessoas Escrivão o mesmo sobredito.

[# Senhor Jorge de Figueiredo]

Testamento do Senhor Jorge de Figueiredo Avo do Senhor Pedro de Figueiredo feito em 30 de Setembro de 1638 aprovado em 3 de Dezembro do mesmo anno, e hum codecilio feito em 3 de Novembro de 1644 aprovado no mesmo dia e tudo com termod e abertura feito em 26 de Outubro de 1645. Se achão no Cartorio dos orphãos da Repartição do Bairro de Alfama de que he Escrivão Julião Ribeira digo Juliam Coelho Ribeiro

[# Maço 9º D. Maria Manoel de Vilhena]

Testamento de D. Maria Manoel de Vilhena feito em 27 de Outubro de 1656 aprovado em 15 de Novembro do dito anno, e aberto em 22 de Julho de 1663 Se acha lançado nas nottas o tabalião João de Azevedo Reis nesta cidade de Lixboa por Manuel Machado tabalião quando servio o mesmo officio em 30 de Julho de 1663

[# D. Isabel Coutinho viúva de Bernardim Esteves]

Testamento de D. Izabel Coutinho Viuva do Doutor Bernardino Esteves feito em 3 de Janeiro dde 1629 aprovado em o mesmo dia, mes e anno e hum codecílio feito em 18 de Agosto de 1638 aprovado em 8 de Setembro do mesmo anno aberto tudo em 14 de Outubro de 1638 Se achão no cartório do Juizo dos Orphãos desta cidade de Lisboa o c.al

da Repartição do meyo della e bairo de Santa Justa, em hum Inventario que se fez dos bens que ficarão da mesma no cartório do Escrivão Joseph da Silva Vellozo

[# D. Mariana Coutinho]

Testamento de D. Marianna Coutinho viúva de António Mouro da Silva feito em 19 de Fevereiro de 1700 aprovado no mesmo dia mes e anno, e aberto em 26 de Dezembro do mesmo anno se acha nos autos da conta do mesmo testamento no Juizo da Provedoria dos Rezíduos no cartório de Pedro de Castro Correia.

[# Vasco Lourenço Morgado em 1433]

Testamento de Vasco Lourenço e Instituição de hua capela sita em S. Nicolao desta cidade de Lixboa occidental da qual he administrador o Senhor rodrigo António de figueiredo feito em o primeiro de setembro de 1433 aprovado no mesmo anno e aberto se caha no cartorio do juizo das cappellas de que foi Escrivão Manoel Correa dos Santos aonde se da conta das obrigaçoins da mesma cappella

[# Maço 64 Senhor Ruy de Figueiredo e D. Maria Correa Morgado da Lobagueira]

Testamento e Instituição do morgado que fizerão no Lugar da Lobagueira de vários cazaiz terras e propriedades os Sres Ruy de Figueiredo e sua mulher a Sra. D. Maria Correa em 1521 se acha no cartório de que foi Escrivão João Domingues Pontes ainda se da conta das obrigações e encargos que tem o mesmo morgado

[# Maço 3º Braz Affonso Correa]

Testamento de Braz Affonso Correa e Instituição do morgado a que pertencem estascazas da morada do António de Figueiredo e outros mais bens Se acha no cartório do Escrivão das Cappellas Luis Botelho de Tavora que Servio também Manoel Correa dos Santos aonde se da conta das obrigaçoins e encargos que tem o mesmo morgado.

[# Maço 25 Catherina Vicente]

Testamento de Catherina Vicente instituidora de huma cappella em S. Julião a que pertence a herdade de S. Lourenço Junto a Lavra Se acha no cartório do Escrivão das cappellas João Domingues Fontes aonde se da conta das obrigaçoins que tem a mesma cappella.

[# Maço 9º D. Izabel Coutinho solteira Instituição]

fl. 113 [# verba do testamento vide fl.117 Foi aberto em 13 de Setembro de 1591, e lançado nas notas do tabeliam Daminão da Costa desta cidade de Lixboa]

O testamento feito em 11 de Abril de 1587 assignado por ella e feito por Francisco da Purificação Religiozo de S. João Evangelista e aprovado por gastão da Brinhosa Tabeliam nesta cidade de Lixboa em 2 de Julho de 1588 na rua do Ferragial em Cazas da mesma senhora e o codicilio feito em 11 de Setembro de 1591 assignado por ella e feito por Frei Fulgêncio da Fonseca(?) Religiozo da Santissima Trindade na sua quinta do Seixal e aprovado e o mesmo dia por Sebastiam de Medeiros Caldeirão, Tabelião na vila de Almada cujo codicilo se acha também lançado nas nottas de Luis Alvares Vieira tabeliam na villa de Almada cujo officio sérvio depois Diogo Braz da Silva, no livro que servio em 1571^a fl. 98 vº e no convento de S. Bento de Xabregas se acham os ditos testamento e codicilio no livro 5º a fl. 182 e fl.197 e o testamento se hade achar o no cartório do mesmo Luiz Alvarez Vieyra em Almada Tabelião que foi.

[# Maço 24 Senhor Henrique de Figueiredo]

Testamento do Senhor Henrique de Figueiredo e o codécilio se achão os proprios no feito da conta dos mesmos no juízo das cappelas e Reziduos Escrivão Hyeronimo de Almeida de Carvalho, e lançados a fl.34 e fl. 37 do livro do Registo dos testamentos em 27 de Março de 1724 escrivão Carlos Antonio (? Anco?) o testamento foi feito em Angolla em o 7 de Junho de 1722 escrito por João Vieyra (...?) e assignado por ele e pelo testador aprovado em o mesmo dia mes e ano pello Tabalião André Lourenço Vieyra aberto⁷ em 6 de Abril de 1723 pelo prior de S. Tiago Luis gomes Ribeuro e o codécilio feito nesta cidade de Lisboa oriental em 3 de Abril de 1723 escrito pelo Padre Guilherme Carvalho de Barbedo e assignado por elle e pelo testador aprovado no mesmo dia mes e anno pelo Tabeliam Domingos de Carvalho e aberto no sobredito dia assima pelo mesmo Prior

fl. 113 vº

[# Maço 13 Sentença contra os Padres da Santissima Trindade]

Sentença que alcançou o senhor Rodrigo Antonio de Figueiredo contra os Padres do convento da Santissima Trindade de Lixboa occidental sobre as casas de Castel picão que queriam lhes fossem obrigadas a humas missas sendo livres foi extrahida do processo no cartório do Escrivam das cappellas Manuel de Pontes em 16 de Junho de 1725 que o foi dos outros autos da contenda a qualteve principio com o senhor Pedro de Figueiredo que Deos tem.

[# Maço 11 Emprazamento em 3 vidas das cazas da Rua do Fonil]

Esriptura de emprazamento em três vidas de duas moradas de cazas sitas por detraz de S. Tiago foreiras aos Padres da dita freguesia que fizeram os mesmos ao Senhor Rodrigo Antonio de Figueiredo emphiteuta em 15 de julho de 1728 com o foro de 800 reis foi feita e lançada nas nottas do tabeliam Domingos de Carvalho morador na mesma freguesia.

[# Maço 4º Ottacompra de hua vinha]

Esriptura da compra de hua vinha entre as vinhas da quinta de Otta que o senhor Pedro de Figueiredo comprou a Joseph Marques da Silva e Maria da Silva sua mulher, moradores na Abrigada foi feita em Alemquerem 23 de Fevereiro de 1720 na nota do tabeliam Francisco da Silva de Carvalho.

[# Maço 4º Ottasobrogação]

Esriptura de troca e Sobrogação que o Senhor Pedro de Figueiredo fez com Manuel Pereira de Otta de 4 courellas que o dito tinha entre as vinhas po rhua courella de terra mattos e sobreiros foi feita em Alemquer em 9 de Março de 1718 nas nottas do tabeliam Francisco da Silva de Carvalho.

[# Maço 4º Otta hu foro]

Esriptura de aforamento em três vidas de hum serrado em Otta com o foro de duas galinhas cada anno

fl. 114

anno que deu o Senhor Pedro de Figueiredo a Manuel Pereira malheiro em otta e sua mulher e herdeiros doi feita em Alemquer em 9 de Março de 1718 nas nottas do tabeliam Francisco da Silva de Carvalho

[# Maço 4º Bordalia]

Da quinta da Bordalia se paga de censo em cada hum anno aos padres de S. Francisco de Alemquer 3640 reis por hua verba do testamento de D. Ayro que se acha no cartório da dita Igreja e em outra parte dis que o testamento de Gonçallo velho, por sentença do

provedor de Alemquer dada em 17 de Agosto de 1662 Escrivão António de Mattos Franco esta julgada a dita quinta por livre e o ditto foro por censo.

[# Otta]

Em 8 de Março de 1709 comprou o senhor Pedro de Figueiredo duas propriedades em otta a Antonio Antunes de que se fez escriptura nas nottas do tabeliam Francisco da Silva de Carvalho em alemquer

[# Maço 5º Otta Casal do Surgalego]

Em 30 de Abril de 1704 comprou o senhor Pedro de Figueiredo o casal de surgallego em otta ao Capitam Bartolomeu Lobo da Gama morador na sua quinta da prata de que se fez escriptura nas nottas do tabeliam Thome Freire de Araújo tabeliam nesta corte

[# Otta]

Da quinta de Otta por certidão do Parrocho da mesma freguesia consta pagarem se cada anno seis missas sem se saber de que terras a saber três por hua defumta e defuntos de que foi administrador Manuel Nunes e outas três por defuntos de que foi administrador Antonio Gomes da de Olhalvo

[# Maço 6º Otta]

Escriptura de emprazamento em três vidas de hum pedaço de charneca que aforou Manuel Henriques Olandes ao senhor Rodrigo Antonio de Figueiredo por seis alqueires de trigo macho em cada hum anno e seis frangas tudo entreguena quinta de otta foi feita em dous de Novembro de 1722 em Alemquer nas nottas do tabalião Francisco da Silva de Carvalho fl. 114 vº

[# Doação de um morgado vide fl. 116 Campo Grande]

No anno de 1665 em 19 de Novembro fez Doação a Sra D. Marianna de Lima e seu marido André de Figueiredo de hummorgado por hua escriptura nas nottas de António Nunes Canaves (?) a qual se acha também no cartório dos resíduos de que foi escrivão Custodio Monteiro de Andrade nos autos de p.am de Francisco Pereira como testamenteiro do defuncto garcia Roiz de Tavora comtra a dita senhora D. Marianna de Lima viúva de D. Martinho da Ribeira a qual Doação fizerão os ditos a seu primo Henrique de Figueiredo de Souza filho segundo de seu Tio Ruy de Figueiredo o qual morgado tinha instituhido António Fernandes de Elvas Pay da dita sernhora das duas partes da sua terça e legitima da dita sua filha primeira chamada e que não tendo filho o poderia nomear em quem quisesse e fizerão a dita Doação com reserva dos uzos e frutos em vida de ambos a que deu fiança o dito senhor Ruy de Figueiredo na forma de um alvará que se lhe conçedeo em 4 do dito mes eanno. Deste mesmo morgado fez nomeação em seu testamento o senhor Henrique de Figueiredo em seu sobrinho o senhor Rodri go António de Figueiredo

[# Inventário]

Inventário que d. Maria de Lima, mulher de D. António de Noronha fez dos bens do morgado de D. Marianna de Lima su afilha e de seu primeiro marido António Fernandes de Elvas, e contas que deu da tutoria da dita sua filha se acha tudo no cartório dos orphãos da repartição de S. Justa de que foiproprietário Manoel Jorge de oliveira e sérvio Bento figueira o dito officio em 1703

[# Maço 15 Provisão e Alvara para as feiras da Lobagueira]

Provizão do Dezembargador do Paço para haverem duas feiras no Lugar a Lobagueira foi passada em 14 de Julho de 1714 registada no slivros das mesma chancelaria do Rey a f. 290 em 23 de Agosto de 1714 em a Camara de Torres Vedras em Agosto de 1715 a folha 255

O alvará de sua Magestade para que as ditas feiras sejaõ Francas e so paguem o (...) para Nossa Senhora foi passado em nome de sua Magestade e assignado por elle no conselho da fazenda em 3 de Agosto de 1715, registado no livro das notas e na chancellaria a 20 de Agosto de 1715 a f. 270 verso no livro da fazenda de Sua majestade a f. 43 em 21 de Agosto de 1715 a f. 263 vº.

[Seguem-se 3 items ilegíveis; fôlio muito danificado.]

fl. 115

[# Ratificação e declaração da Doação feita por D. Marianna de Lima. Nome ilegível nota diferente: morador ... Campo Grande]

Escriptura de declaração que fez D. Marianna de Lima Viuva de D. Martinho da Ribeira sobre a Doação que havia feito de hum morgado ao senhor Henrique de Figueiredo seu primo que aprova e retifica foi feita em 15 de Setembro de 1699 nas nottas de Domingos da Silva Tabeliam nesta corte e nellas declara estava possuindo como uzu frutuáriasomente o razo do Campo Grande foreir a câmara desta cidade.

[# quitação de D. Marianna de Lima]

Escriptura de quitação que derão D. Marianna de Lima e sua May e sogra e o D. António de Noronha da tutoria e administração dos bens pertencentes a D. Mariana de Lima a qual foi feita em 9 de Junho de 1645 nas nottas de António Figueira da Silveira tabalião nesta corte

fl. 115 vº

[parte superior da folha danificada. Um item ilegível]

[# Maço 19. Licença para Miça no oratório do Campo grande]

Sentença Apostolica que alcançou o senhor Pedro de Figueiredo para ter missa no oratório de sua quinta do campo grande foi extrahida do processo pelo Notario Apostollico Manuel Duarte de Franco e assignada pelo Arcebispo de Laçedemonia em 11 de Junho de 1720 annos

[#Maço 20]

Sentença de noteficação a favor do senhor Pedro de Figueiredo como Tutor de D. João de Noronha contra o conde da Ericeira D. Francisco Xavier de Menezes para haver de lhe pagar o legado que a May do dito lhe havia deixado de 1200 cada mes em quanto fosse vivo foi extrahida do Processo no juízo eclesiastico de que foi Escrivão Antonio de queiros em 6de Abril de 1708.

[#Dotte a D. Brites de Lima]

Escriptura de contrato Dotte Arras que fez D. Joanna de Tavora viúva de D. Pedro de Lima para haver de cazar sua filha D. Brites de Lima com Estevão Brandão de Souza filho de ruy Brandão e de D. Antónia de Souza, foi feita nesta cidade de Lisboa em 8 de Outubro de 1590 nas nottas de Belchior de Montalvo tabeliam nesta corte em a qual a dita dotou sua filha com a quinta de Aniza com suas Erdades e montado e o moinho chamado Vasquinho, chão rente com suas cazas e horta com a condição de bens Dottais

fl. 116

[Fragmento em mau estado. Frases ilegíveis]

(...) e as despesas verdadeiras que se fizessem por ordem do Padroeiro e oficiais nas obras da dita Ermida foi passada pelo Tribunal do Dezembargo do Paço em 20 de Agosto de 1652

[# Maço 15 (...) Lobagueira]

Escriptura de compra que o senhor Pedro de Figueiredo fez de huas cazas no Lugar da Lobagueira a João gomes Lavrador morador no Casal da Torre e da Raynha em 19 de Abril de 1718 por João Pinto Valladares tabeliam em Torres Vedras.

[# Maço 16 Lobagueira]

Sentença que alcançou o Padre Antonio Bernardes como cappellão de Nossa Senhora da Encarnação da Lobagueira contra o Padre cura da mesma freguesia sobre a chave da vidraça da dita ermida em que ficou absolvido da força que o dito cura deu contra elle foi extrahida do processo em 31 de Mayo de 1715 passada em nome de Sua Magestade assignada pelos doutoures D. Affonso Manoel de Menezes e Alexandre Ferreira e sobescrita por João Nunes da Cota gentil escrivão dos Aggravos e Appellaçoins da Vila de Torres Vedras e das Ilhas e das Causas da Inconfidência nesta corte

[# Maço 16 Lobagueira]

Sentença e Sobresentença do Escrivão da confraria de Nossa Senhora da Encarnação do Lugar da Lobagueira contra o Prior e Beneficiados de S. Tiago de Torres Vedras em que o querião obrigar a por em juízo os Livros das eleyçoins receita e Despesa da dita Irmandade a a (...) Sentença extrahida do processo no juízo da correçam do cível assignada pelo Dezembargador Francisco Dias de Amaral e sobescrita pello escrivam Simão da Silva Lamberto e a sobressentença extrahia no mesmo juízo e sobescrita pello mesmo escrivão e assignada pelo Dezembargador Manoel Alvarez Pereira

[# Maço 16]

Sentença do Escrivão de Nossa Senhora da Encarnação do Lugar da Lobagueira Salvador Francisco contra o Padre cura João roiz da mesma freguesia em que ficou absolvido da força que o dito Padre contra elle deu por lhe não dar guviamentos (?) na dita Ermida de Nossa Senhora da Encarnação

fl. 116 vº

[# Horta de D. Fradique]

Escriptura de promessa de venda (...) conde de Atalaya ao senhor Pedro de Figueiredo da horta de D. Fradique e todas suas pertenças foi feita em 23 de Fevereiro de 1684 nas nottas do tabalião Domingos da Silva que hoje serve Thome de Araujo

[# maço 14 Quinta do Carregado]

Escriptura de Emprazamento em três vidas que fizerão as Mercieiras de Alemquer ao senhor Rodrigo Antonio de Figueiredo da quinta do carregado foi feita na Villa de Alemquer em 7 de Junho de 1723 nas nottas do tabalião [sic]

[# Maço 21 Dote da Sra. D. Margarida de Menezes]

Escreitura de Dotte da senhora D. Margarida de Menezes segunda mulher do senhor Ruy de Figueiredo foi feita em 20 de Mayo de 1655 nas nottas de Luis do couto tabeliam nesta corte

[#maço 21]

Sentença de quesito que a senhora Dona Leonor Margarida de Menezes alcançou contra o senhor Pedro de Figueiredo em que se lhe julgou hum escripto que o dito senho rlhe fez para poder cobrar os rendimentos de varias fazendas para pagamento da sua legitima na forma da composição que entre si fixarão foi extrahida em 14 de Agosto de 1690 na correçam do cível no escriptorio de João Baptista Pereira que a inscreveu

[#Maço 19. Doação das quintas da Bordalia Carregado Monte de Loios terras do vale em 1675]

Doação que fez a senhora D. Hyeronima Lobo ao senhor Ruy de Figueiredo dos prazos das cazas da rua das parreiras da quinta da Bordalia, Carregado e Monte de Loyos e terras do Valle foi feita em quatorze de Mayo de 1675 nas nottas de Aurelio de Miranda tabeliam nesta corte e junto a mesma escriptura se acham juntos autos de posse das mesmas propriedades

fl. 117

[#Doação] ; [#: Doação de D. Mariana de Lima em 1699]

Escreitura de Doação que fez de seos bens D. Marianna de Lima aos condes da Ericeira foi feita em 3 de Setembro de 1699 nas nottas do tabalião Joseph Caetano do vâlle da cidade de Lixboa

A cauza que o Senhor Henrique de Figueiredo troxe com os Condes da Eriçeira sobre o morgado que lhe Doou D. Marianna de Lima teve principio na Correição do Sivel no cartório de Francisco da oliveira Zuzarte de donde passou o feito paraos agravos e cartório de Joseph de Mattos girão a quem sucedeu Henrique Soares Ribeiro

[# Seixal]

Verba do Testamento de D. Izabel Coutinho instituidora do morgado da banda d além
E quanto a quinta do Seixal declaro que a deixo a dita minha sobrinha e herdeira como morgado que em nenhum tempo possa ser partido nem vendido nem trocado nem escambado nem de outra qualquer maneira alheado mas sempre enquanto o mundo durar andara na linha e descendentes de meu Pay mais chegado precedendo semre as femeas havendo as aos machos e inda que as ditas fêmeas sejam menores em idade de maneira que por falecimento da dita minha sobrinha D. Felip ade Figueiredo venha a quinta a sua filha mais velha e não havendo ella filha nenhuma venha então a seu filho e falecendo sem filhos em tal cazo venha a herdeira ou herdeiro de meu Pay naus chegado e a mayor â menor, e esta ordem Se guardara para sempre com os mesmos encargos que dito tenho e não se guardando esta Instituição a ssim em se não partir nem alhear, como em andar na subçessão pelo modo dito; quero e mando que ipso facto

fl. 117 vº

Facto se [?] a dita propriedade e aja o dito Mosteiro de São Bento com o dito encargo de nunca ser partida hypotecada nem alheada, e além do encargo das misas que dito tenho me dirão mais os ditos Padres hua cappella quotidiana,, e quero que aquella ou aquella

que possuir esta quinta seja Administradora ou administrador da dita minha cappella de Nossa Senhora da Assumpção

[#: Senhora D. Margarida]

Em dois de Julho de 1726 se passou o Alvara de Dama a Senhora D. Margarida Leonor De Menezes em nome da Raynha sobescripto por Antonio de Basto Pereira registado no livro das cartas e Alvaras da Secretaria a f. 114 vº em 7 de Setembro de 1726

[#: Cazas da Portagem]

Em 5 de Março de 1724 se deu Sentença a favor do Senhor Rodrigo Antonio de Figueiredo na Cauza que Manoel Ignacio da cunha moveu a seu Tio o senhor Henrique de Figueiredo sobre as cazas da Portagem no juízo da correição do çível das cidades Escrivão Manoel de Mendanha (?) e no seu cartorio se achão os autos e Sentença

[#: Cazas do Porteiro mor; Maço 3º]

No cartório do escrivão da Porvedoria das cappellas que Servio Jorge da Costa Lemos se acha hua sentença que o senhor Ruy de Figueiredo contra Sebastiam Bottelho sobre as cazas e quintas que hoje possui o Porteiro mor pertencentes ao morgado de Braz Affonso Correia em os 30 de Março de 1567

Notas de Transcrição:

(...) refere-se a palavras de difícil leitura ou não transcrita.

para indicar acrescentos anotações de mãos diferentes no texto.

◇ para indicações específicas sobre o texto transcrito

[...] anotações marginais inseridas antes de cada descrição entre parêntesis rectos no caso de estarem à margem esquerda e depois da descrição do documento no caso de se encontrarem à margem direita.

Hu = hum; hus =huns

Mantiveram-se as maiúsculas dentro da palavra.: ex: aRendimento

Separação das palavras ou junção das mesmas : ex: d elvas

Desenvolvimento das abreviaturas com as letras existentes nas mesmas: ex. Lixboa ou Crixpto

Desenvolvimento de abreviaturas utilizado excepto nos casos em que ainda são actuais: ex: Sr.; Sra.

Não foram utilizados os sinais de linha (/), página (//) fólho(///) para uma melhor leitura

ANEXO N° 12

Tombo de 1807 – “Tombo do Cartório da Caza”

(ACBL, Livro nº 50)

Tombo

De todas as propriedades, terras, foros, e rendas da caza do

Ilustrissimo e Excelentissimo Snr. D. vasco Manoel de Figueiredo Cabral da Camera, 1º Conde de Belmonte, do concelho de S.A.R. o Principe Regente D. João Nosso Senhor, seu Porteiro Mor, Gentil Homem da sua Real Camera, Prezidente do Tribunal da Junta da Admenistração do Tabaco, Deputado da Junta dos Trêz Estados do Reino, Alcaide Mor das Villas da Sertão e Pedrogão, Comendador das Comendas de S. Pedro de Babe e S. João Baptista de Sinfães, todas na Ordem de Christo, e Senhor Donatario dos maninhos da Covilhã.

Ordenado Pelo dito Senhor

No anno de 1807

Index

De todos os titulos que se comprehendem n'este Tombo

	Taboa Genealogica da Familia de Figueiredo	
N° 1	Morgado do Castello de Lisboa	1
	Propriedades de Morgado	
	Encargos deste Morgado	5
N° 2	Morgado da Lobagueira	11
	Propriedades de Morgado	12
	Encargos deste Morgado	17
N° 3	Morgado de Lavra	27
	Propriedades de Morgado	28
	Encargos deste Morgado	
N°4	Morgado de S. Julião	39
	Propriedades de Morgado	
	Encargos deste Morgado	40
N° 5	Morgado do Seixal	49
	Propriedades de Morgado	50
	Encargos deste Morgado	51
N° 6	Morgado de Belmonte	63
	Propriedades de Morgado	66
	Encargos deste Morgado	88
N°7	Morgado das Terças	97
	Propriedades de Morgado	
	Encargos deste Morgado	98
N° 8	Morgado da Srª. D. Magdalena Luisa de Lencastre	105
	Encargos deste Morgado	106
N°9	Morgado da Sra. D. Luiza Joanna Coutinho	113
	Propriedades de Morgado	
N° 10	Capela de S. Nicolao	121
	Propriedades de Morgado	
	Encargos deste Morgado	122

Nº11	Capella na Lobagueira	131
Nº 12	Capela na Barreteira	139
	Propriedades desta Capella	
	Encargos desta Capella	141
Nº13	Fazendas que deixou a Snr ^a . D. Mariana Coutinho	149
Nº14	Todas as propriedades que pertencem a Otta e suas anexas	157
Nº 15	Campo Grande	169
Nº 16	Cazal de Monte Redondo	177
Nº17	Alcaldaria Mor das Villas de Sertã e Pedrogão	181
Nº 18	Comenda de S. Pedro de merlim	187
N ^a 19	Comenda de S. Salvador de Castellões	193
Nº 20	Comenda de S. João Baptista de Sinfães	199
Nº 21	Comenda de S. Tiago de Besteiros	205
Nº 22	Comenda de S. Pedro de Babe	211
Nº 23	Maninhos da Covilhã	217
Nº 24	Leziria da Praya	227
Nº 25	Propriedades na Villa de Salvaterra de Magos	235
Nº 26	Tenças que possui a Caza	241
Nº 27	Palácio da Boahora	249
Nº 28	Propriedades que deixou a Snr ^a . D. Jerónima Lobo	255
Nº 29	Foro em Cintra	261

Morgado do Castello de Lisboa

Origem d'este Morgado

(pág. 1)

O Snr. Bráz Afonso Corrêa, Filho dos Sres. João Vaz Correa e Marqueza Gonçalves, viveo no reynado do senhor Rey D. Manoel, e foi corregedor em Lisboa, pessoa de tão grande authoridade, respeito e talentos, que o fizerão benemerito daquelle lugar, que se costumava conferir a pessoas da sua qualidade. Foi do concelho do dito Rey.

Fez testamento approved em Lisboa em 3 de setembro de 1520, e por elle instituhio hum Morgado de todos os seus beins, moveis, de raiz, e propriedades, a que podemos dar o nome de Solar desta caza, e huma capella na Igreja de S. Thomé da referida Cidade, da invocação de S. Sebastião, aonde se mandou sepultar junto a seus Pais, a qual havia reparado, e ornamentado; e chamou para sucessor d'este Morgado seu neto o senr. Jorge de figueiredo meu 6º Avô; impondo-lhe as obrigações de que todos os que succederam n'este Morgado tomem o appellido de corrêa, e que aquelle que não uzar d'elle possa o parente mais chegado tirar-lhe o Morgado, e possui llo; como tambem mandarem dizer sessenta e sinco missas annoalmente na dita Capella pelas almas das pessoas nomeadas na copia d'este testamento (...)(arquivo da casa massos Nº5 e 36 Nº40

Propriedades d'este Morgado

O Snr. Bráz Affonso Corrêa havia comprado a Ayres da Silva, e sua mulher D. Guiomar de Castro por escriptura feita em 8 de Abril de 1449, humas cazas, quintal e estrebarias, junto das portas do Castello, que n'aquelle tempo se chamava Santa Maria d'Alcaceva no canto da parte do Levante, entre ambos os muros, as quaes tinham de foro em fatesta real, e meio de prata aos Armazens d'el Rey. e assim comprou mais junto ás mesmas cazas hum pedaço de chão, e quintal, foreiro á cidade em 1000 reis brancos, cujo foro o dito

senhor comprou por 1500 reis em 8 de Agosto de 1503, que lho vendeo o Senado pelo seu vereador Pedro de Castello branco porque El Rey D. Manoel por seu Alvará de 4 do mes e anno tinha dado faculdade ao Senado para vender algumas propriedades para ajuda das obras da Caza de s. Sebastião, a qual Escriitura se acha no arquivo desta caza no masso 2º N°4

Todo o referido vinculou o Morgado.

(Pág. 2)

Junto a este Morgado, e no Pateo de baixo a que chamão de D. Fradique Manoel ahonde há cavaliças, cocheiras, moradas de cazas, Palheiros, poço e huma grande Horta, com prado tudo (comprado) Pelo Senhor Pedro de Figueiredo por 1.500\$000 reis ao Conde de Atalaya D. Luiz Manoel, por escriptura feita em Lisboa em 23 de Fevereiro de 1684, que se conserva no Archivo da caza no Masso 2º N° 8

Todo o referido Pateo se acha hoje vinculado pelo Snr. Rodrigo Antonio de Figueiredo nas partilhas que se fizeram no anno de 1727 pelo juizo da Correição do Civel da Corte, escrivão Simão da Silva Lamberto, do Inventario que o dito Snr. Fez dos bens de seu Pai o Snr. Pedro de Figueiredo, e de seu Avô Snr. Ruy de Figueiredo, dando-se lhe nas partilhas quinhentos mil reis tirados da Terça da Terça para o vinculo que instituhio o referido seu Avô, e a Terça da Terça dos bens do dito seu Pai, cujos bens vem a ser =As novas cocheiras, cazas e varanda por sima dellas e a parte da serventia, e quarto que estava principiado para a Igreja do Minino Deos, Cavalharias e Palheiro por sima, portal de pedraria almofadado que vai para a rua dos cegos, e toda a Terra mais que lhe pertence. Pertence também ao dito morgado hum foro que paga a caza dos Porteiros Mores de 3\$400 sito entre a varanda, e as cazas da Porteira Mor D. Victoria, e querendo se izentar d'este pagamento, alcançou Sentença contra ela o Snr. Rodrigo Antonio de Figueiredo no anno de 1761, e por ella consta estar-lhe devendo de foros vencidos athé ao dito anno 102\$000 reis, e de custas 10\$217 reis.

Snr. Rodrigo Antonio de Figueiredo julgou que o Pateo de D. Fradique era foreiro à Collegiada de Santa Cruz do Castello, em 400 reis por anno, e examinando-se depois a existencia do Prazo na mesma Collegiada, declarou o Padre José Antonio de Oliveira Beneficiado d'ella o seguinte= Do livro do Tombo da Rda. Da Collegiada de Santa Cruz do Castello feito no anno de 1543, consta ser ella Senhoria directa de humas propriedades que naquele tempo estavam reduzidas a pardieiros, e mostravão serem duas moradas com seus sobrados, sitas dentro do Castello, que entestavão pela frontaria com a rua dos Penozinhos, e pelas costas com muro e cazas de D. Fradique, e que esta era enfiteuta, e pagava cada anno à Igreja de foro 200 reis, e quatro galinhas, e que este prazo era fateozim=

No livro do assento dos Prazos da dita Collegiada na folha 41 se diz possuir este Prazo do Castello D. Pedro Manoel, e que o Conde de Atalaya otinha no anno de 1675, eque por elle pagava o foro à Igreja Diogo Fernandes de S. Payo.

Como este prazo se subtrahio da dita caza de Atalaya não consta dos livros da igreja (pág. 3)Vem da lauda atrás.....3\$400

e o que unicamente se sabe pelo cartorio della he que no anno de 1682 se fez pela collegiada emprazamento d'elle ao Recolhimentodas orfãos, então existente no mesmo Castello, cuja Escriitura se celebrou nas Nottas do Tabelião Domingos de Carvalho em 4 de janeiro do dito anno.

Recolhimento se servio d'elle athe ao anno de 1755 pagando o foro, porem desde então athé agora não tem pago couza alguma, e prezentemente o traz arrendado e está servindo de horta.

No referido Pateo assima mencionado se achão três lojas e sobrados, bemfeitorias feitas por meu Avô o Snr. D. Vasco da Camera.

O Senhor Pedro de Figueiredo comprou também á Irmandade do Santissimo sacramento da Freguesia de S. Thiago duas moradas de cazas misticas, na rua chamada de Luis da Gama, humas foreiras por serem prazos em vidas á Igreja de S. Bartolomeu em 240 reis, e outras enfateota ao Hospital Real de Todos os santos em 66 reis e hum capão, cujas cazas partem com Quintaes d'esta caza, e as havia deichado á dita Irmandade Francisco Correa, e as vendeo ao referido Snr. por 550\$000 reis, a qual escriptura se acha no Archivo da Caza no Masso 18 N° 17

Comprou também o sobredito Senhor Pedro de Foigueiredo a Luiz Machado, e a sua mulher Feliciano Maria humas cazas na rua que vem do Hospital dos Castelhanos para a Hermida de S. Bráz, cuja Escripura está no Archivo d'esta caza no Masso 18 N° 18

No grande, e memorável terramoto que teve Lisboa no 1° de Novembro de 1775, soffeo o Palacio do Pateo de D. Fradique huma ruina tal, que o deichou inhabitavel dos Snres. d'esta caza; porém reparando-se alguma parte d'elle, e arrendando-se com o que ficou ilezo hé o seguinte

De varios quartos que occupa D. Sebastião Vicente Sollys, paga de renda cada anno	26\$000
De huma cocheira que occupa Maria Joanna, paga de renda cada anno	20\$000
De humas cazas que occupa Francisco Xavier, paga de renda cada anno	16\$000
De humas cazas que occupa Vicencia Maria, paga de renda cada anno	9\$000
De huma loja em que assiste Theodora Maria, paga de renda cada anno	6\$600
De humas cazas que occupa Marçal Luiz, paga de renda cada anno	8\$800
De humas cazas que occupa Domingos Antonio, paga de renda cada anno	11\$000
De hum quarto de cazas em que mora Maria Clara Xavier, paga de renda cada anno	16\$000
De humas cazas em que mora Antonio Simões de Bairros, paga de renda cada anno	15\$000
O mesmo de huma caza piquena, paga de renda cada anno	3\$000
De huma cocheira em que mora José Antonio Gonçalvez Braga, paga de renda cada anno	18\$000
De huma cocheira em que mora Jozé João, paga de renda cada anno	15\$000
De huma cocheira em que mora Jozé Caetano, paga de renda cada anno	21\$000
Total	429\$920
Vem da lauda antecedente	429\$920
De huma cocheirapaga Manoel dos Cantos de renda cada anno	11\$000
De hum Palheiro grande paga João Ferreira de renda cada anno	76\$800
De hum Palheiro paga manoel Antonio Lopes de renda cada anno	67\$200
De hum quintal grande paga Jozé Canuto de Pina e Melo de renda cada anno	72\$000
De humas cazas Paga Antonio Damazio Matozo de renda cada anno	25\$000
De huma loja paga Manoel Pereira de renda cada anno	5\$400
De huma loja paga Francisco Carreira de renda cada anno	7\$000
De hum quarto no corredor, paga João José de renda cada anno	5\$400

De huma loja paga antonio Joze de renda cada anno	7\$000
De humas lojas paga Gabriela Roza de renda cada anno	9\$500
De humas cazas paga Francisco Gomes de renda cada anno	9\$000
De humas cazas paga Manoel dos Santos de renda cada anno	12\$000
De hum quarto de cazas paga Luiza Maria Ignacia de renda cada anno	100\$000
De huma Barraca paga Pedro Maria Viegas de renda cada anno	12\$800
De duas cazas paga Manoel Jozé de Montoya de renda cada anno	19\$000
De huma caza paga Valerio Jozé de Santo Antonio de renda cada anno	10\$600
De huma loja paga Manoel Jozé Rozario de renda cada anno	10\$000
De huma loja Maria Joana de renda cadas anno	10\$000
De humas lojas paga Antonio Vicente da Matta de renda cada anno	16\$000
De humas cazas Jozé João de renda cada anno	16\$800
De huma loja paga Cypriano Marcelino de renda cada anno	16\$000
De humas cazas paga o Bernardo Ambrozio de Carvalho de renda cada anno	38\$800
De huma cocheira paga D. Anna Ignêz Garcês Lobo Palha de renda cada anno	8\$000
De humas casas paga Catherina Roza de renda cada anno	16\$000
TOTAL	922\$620
Cazas na Rua do fonil	
De humas cazas no Largo do Contador môr, paga Francisco de Paula de Abreu	11\$000
De hum quarto de cazas e Loja paga Manoel Pereira de Macedo cada anno	27\$500
De humas cazas paga António Luiz cada anno	9\$000
De huma loja no largo do Contador môr paga Antonio Jozé Simões cada anno	20\$000
De hum quarto de cazas paga João de Haro cada anno	18\$000
Vem da lauda antecedente	1:020\$620
De humas cazas paga Antonio Jozé Simoes cada anno	20\$000
De hum quarto de cazas paga januário e Jozé Barboza cada anno	20\$000
De humas cazas paga Jozé Coelho Bessa cada anno	20\$000
De hum quarto cazas paga Jozé Simões cada anno	20\$000
De huma loja paga Joaquim Antunes cada anno	13\$000
De huma liojas paga Anastacio Jozé cada anno	11\$200
De umas c azas paga Manoel da silva cada anno	14\$000
De humas cazas paga Josefa Theresa de jezus cada anno	12\$800
De humas cazas paga Antonio Alves de Oliveira cada anno	22\$000
De hum qurto de cazas paga Manole Joaquim de Almeida cada anno	13\$500
De hum quarto de cazas paga João Antunes cada anno	13\$000
Snr. Brás Affonço Corrêa vinculou tambem ao seu Morgado a Quinta do Pote d'agoa, ou do Lagar das quatro portas, junto ao Campo grande, da qual paga de foro prezentemente D. Maria Gertrudes Roza pereira Caldas, veuva de Luiz Roiz Caldas, por compra que d'ella fez ao Capitão João Bruno da Costa, como cabeça de Casal dos beins que ficarão de sua Mai D. Anastacia Margarida de Andrade	11\$000

TOTAL	1:211\$120

Encargos deste Morgado

Sessenta e cinco Missas em cada hum anno, ditas na Igreja da Freguezia de S. Thomé de Lisboa deichamdo para pagamento d'estas 3250 reis cada ano de que se dá conta no Juizo das Capellas, e está dada athé ao anno de 1086

Pagasse hoje pelas ditas Missas 7800 reis

À Freguesia de S. Tiago pelas cazas da Rua do Funil 800 reis

Freguesia de s. Bartholomeu das cazas da dita rua 240 reis

Ao Hospital real de outras cazas na dita rua 660 reis

Nº2

Morgado da Lobagueira~

(pág. 11)

Origem d'este Morgado

O Snr. Ruy de Figueiredo meu 7º avô, foi Filho do Snr. Henrique de Figueiredo, Escrivão da fazenda do Senhor Rey D. João 2º Fidalgo da sua casa, e da Snrª. D. Maria Alves, oriunda de huma das familias mais distinctas da Villa de Santarem . Foi tambem Fidalgo da casa do mesmo Rey, e seu Escrivão da Fazenda, e da Puridade, o qual Rey vendo o muito trabalho que o dito Snr. tinha em qualquer dos dois officios, quanto mais em ambos, lhe deo por companheiro Pedro d'Alcaçeva seu valido, para o ajudar, ficando o referido Snr. porem despachando só com El Rey os negocios da Fazenda, e o mesmo lhe succedeo com o Senhor Rey Dom Manoel, de quem tambem foi escrivão da Fazenda(...) Casou segunda vez com a Snrª. D. Maria Corrêa, Filha do Senhor Bráz Affonso Corrêa, instituidor do Morgado do Castello; e ambos vincularão em Morgado as suas terças moveis, e bens de raiz, os seus Cazaes de Torres Vedras no Lugar da Lobagueira e Ribeira de Palhaes, toda a outra herança que ali tinham, e a Quinta de Alcantara com seu Pomar, Olivaes e Terras de pão rompidas e não rompidas, com a condição, que depois de ambos fallecidos, o que lhe succedesse seria obrigado todos os Domingos do anno mandar dizer huma missa na capella de Nosso Senhor, em S. Bento de Xabregas, ahonde havião de ser enterrados, e a referida Missa havia de ser da conceição de Nossa Senhora, e que alem d'esta lhe dirião huma cantada no dia da conceição no dito Convento, na Capella em que jazião. Ordenarão que este Morgado, e Capella ande sempre em Filhos de legitimo matrimonio, e que se apelide Figueiredo, excluindo da sucessão e posse do Morgado Frades, Freiras e as pessoas que hão de dar contas a El Rey, de terra, ou a senhores com quem viverem, de dinheiro que receberem, a que esteja obrigada a sua fazenda. Mandão, que antes de possuir o referido Morgado seja perguntado por authoridade de Justiça se o quer aceitar com todas as condições que lhes impoem, e que dé fiança a isto. Mandão que pelas referidas Missas se dé aos Padres três mil reis cada anno, e que o herdeiro d'este Morgado dará três hábitos de pano para vestir os Frades da Observancia de S. Francisco de qualquer Convento que vir que tem mais necessidade e isto em cada hum anno. Que o possuhidor d'este Morgado possa accrescentar-lhe athé quinhentos mil reis da sua terça, podendo, e (pág.12) dahi para baixo o que ella abastar.

A instituição deste Morgado foi por testamento dos ditos Snres. Ruy de Figueiredo, e D. Maria Corrêa feito em Otta em 23 de Abril de 1517, do qual se acha a cópia no Masso 3º

do Archivo d'esta caza, N°1, como também no mesmo masso no n°59 em huma sentença que deo o Dr. Antonio Manço de Figueiredo em 27 de Agosto de 1660 a favor do Snr. Ruy de figueiredo contra Diogo Francisco, pela qual se mandou annexar a este Morgado huma terra em Mouguellas, que se havia vendido.

Este Morgado podese reputar por solar desta caza pois disputa antiguidade com o do Castello. Ele tem a prerrogativa de ser Padroeiro da Igreja de Nossa Senhora da Encarnação do Lugar da Lobagueira, na qual nomeão capellão, Hermitão, e confrades.”

Rende este Morgado

Nome do casal/ propriedade	Rendeiro(s)	Géneros	Quantidades	Total em Reis
Carregueira	João Roiz de Carvalho	Alqueires de Trigo	22	13\$200
		Alqueires de Cevada	22	8\$800
		Galinhas	4	1\$200
			TOTAL	22\$200*
Carregueira	António Gomes	Alqueires de Trigo	20	12\$200
		Alqueires de Cevada	20	8\$00
			TOTAL	20\$000*
Carregueira	Lucas Alves	Alqueires de Trigo	20	12\$000
		Alqueires de Cevada	20	8\$000
		Galinhas	3	\$900
			TOTAL	20\$900
Carregueira	João Gomes	Alqueires de Trigo	23	13\$800
		Alqueires de Cevada	20	8\$000
		Galinhas	4	1\$200
			TOTAL	23\$000
Palhaes	Francisco Roque	Alqueires de Trigo	70	42\$000
		Alqueires de Cevada	60	24\$000
		Galinhas	12	3\$600
		Carneiro	1	1\$600
			TOTAL	71\$000
Palhaes	Pedro Francisco	Alqueires de Trigo	65	39\$000
		Alqueires de Cevada	40	16\$000
		Galinhas	8	2\$400
		Carneiro	1	1\$600
			TOTAL:	59\$000
Palhaes	Antonio Francisco	Alqueires de Trigo	65	39\$000
		Alqueires de Cevada	40	16\$000
		Galinhas	15	4\$500
		Carneiro	1	1\$600
			TOTAL	76\$100
Cazalinho	Manoel Francisco	Alqueires de Trigo	70	42\$000
		Alqueires de Cevada	60	24\$000
		Galinhas	12	3\$600
		Carneiro	1	1\$600

			TOTAL	71\$200
Serra	Manoel Francisco	Alqueires de Trigo	63	37\$800
		Alqueires de Cevada	60	24\$000
		Galinhas	9	2\$700
		Carneiro	1	1\$600
Cartaxeira	Manoel Francisco	Alqueires de Trigo	6	3\$600
		Alqueires de Cevada	6	2\$400
		Galinhas	6	1\$800
			TOTAL	73\$000
			SUBTOT AL	438\$500
Outeiro	Manoel Francisco	Alqueires de Trigo	90	54\$000
		Alqueires de Cevada	63	25\$200
		Galinhas	9	2\$700
		Carneiro	1	1\$600
Rabigueira	João alves	Alqueires de Trigo	116	69\$600
		Alqueires de Cevada	46	18\$400
		Galinhas	12	3\$600
		Carneiro	1	1\$600
	O dito paga de foro de um mato	Alqueires de Cevada	4	1\$600
			TOTAL	94\$800
São Pedro	Balthazar Ribeiro	Alqueires de Trigo	100	60\$000
		Alqueires de Cevada	60	24\$000
		Galinhas	14	4\$200
		Carneiro	1	1\$600
			TOTAL	89\$800
Lobagueira	A Viuva de José Francisco	Alqueires de Trigo	14.5	8\$700
		Alqueires de Cevada	14.5	5\$800
			TOTAL	14\$500

Foros

Nome do casal/ propriedade	Rendeiro(s)	Tipo de propriedade	Gêneros	Quantidade s	Total em reis
Cabbaya	Mateus Rodrigues	Vinha Mato e terra			4\$800
		Moinho	Galinhas	3	\$900
Castellos	António Francisco	Terra	Alq. de Trigo	6	3\$600
			Alq. de Cevada	6	2\$400
Castellos	André da Silva	Terra	Alq. de Cevada	4	1\$600
Subtotal.	734\$400
Lobagueira	Maria Theodozia	Mato/vinha			3\$200
			Galinhas	2	\$600

Lobagueira	João dos Santos	Terra/mato			1\$400
			Galinhas	1	\$300
Lobagueira	João Alvarez Camacho	Terra/Vinha	Alq. de Cevada	4	1\$600
Lobagueira	José Francisco	Terra			1\$000
Lobagueira	João Silva	Terra/Mato			1\$800
			Galinhas	2	\$600
Lobagueira	João da silva	Uma casa**	Galinhas	1	\$300
Lobagueira	Francisco José Regatão	Terra	Alq. de Trigo	3	1\$800
			Alq. de Cevada	3	1\$200
Total.....	3\$000
Lobagueira	Cypriana dos Santos	Casa	Galinhas	1	\$300
Lobagueira	Bernarda Antonia		Galinhas	2	\$600
Lobagueira	Bernardo da silva	Terra/Mato	Alq. de Cevada	4	1\$600
Lobagueira	Herdeiros de Delfina Theresa	Casa térrea com chão mistico	Franga	1	ou_ \$150
Lobagueira	Domingos Alves	Mato	Galinhas	2	\$600
Lobagueira	José Francisco Esturudio	Pardieiro e mato	Galinhas	2	\$600
Lobagueira	Pedro da silva	Vinha e mato			1\$600
			Galinhas	2	\$600
Total.....	2\$200
Lobagueira	Antonio de Miranda	Terra/mato			5\$000
Subtotal	759\$250
Lobagueira	Antonio de Miranda	Vinha	Alq. de Trigo	2	1\$200
			Alq. de cevada	2	\$800
Total.....	2\$000
Lobagueira	Paulo Roiz de Carvalho	Casas terreas e duas courelas			2\$000
			Galinhas	1	ou \$300
Seridieira	Filipe da Silva	Vinha	Alq. de Trigo	2	1\$200
			Alq. de cevada	2	\$800
Total.....				TOT AL	2\$000
Mouguellas	Padre José Baptista	Umas casas	Galinhas	3	\$900
Mouguellas	Francisco Antunes	Umas casas	Galinhas	1	\$300
Cheleiros	Prior João Gualberto	Uma casa***	Galinhas	2	\$600
Mattas	Joaquim da Silva	Terra mato e vinha	Alqueires de Trigo (ou \$550 por alqueire)	6	3\$300

			Alqueires de Cevada (ou \$300 por alqueire)	6	1\$800
			Galinhas	3	\$900
Ponte de Pao	João da Silva	Uma vinha ****	Almudes de vinho	2	2\$000
			Alqueires de trigo	12	7\$200
				TOT AL	782\$550

no original 23\$200; ** “Casa alta e baicha” ; *** no original: “Huma casa que cahio, e hoje hé de uma viuva chamada a Serigueira” ; **** no original: “hum vinha arruinada com seu pedaço de pousio que foi vinha”

As contas baseiam-se nos seguintes preços: Um alqueire de trigo:\$600; um alqueire de cevada: \$400 reis Uma galinha: \$300reis ; um carneiro 1\$600 reis; excepção feita para Joaquim da Silva, foreiro do lugar das Mattas cuja rende se baseia nos seguintes preços:\$ 550reis o trigo; e \$300 reis a cevada

Advertência

Snr. Ruy de Figueiredo instituidor d’esto Morgado, declara no seu testamento, vinculava também a elle a sua Quinta de Alcântara, com seu Pomar, Olival, e terras de pão rompidas e não rompidas, e nomeou a sua fazenda da Ameixoeira, e o seu casal d’Almarinho, em seu Filho Duarte. Hé certo que o Snr. Jorge de Figueiredo seu Filho primogenito herdou o morgado da Lobagueira, e todos os bens de seu Pai, Porem o como a Quinta d’Alcantara se desmembrou do Morgado, e quem a possui, nunca houve noticia, e so consta, que no anno de 1625 trazia demanda o snr. Ruy de Figueiredo de Alarcão com um Antonio da Fonceca a respeito da referida Quinta, da qual causa era Escrivão Antonio de Carvalho, e depois se soube paravão estes autos no Escritorio de João Roiz Esteves, proprietario do dito officio.

Encargos deste Morgado

50 Missas ditas na Igreja de S. Bento de Xabregas, pelas quais se dá 3\$500 reis.

Estão satisfeitas e pagas até fim do anno de 1806.

3 Hábitos de panno cada anno, de esmola aos Padres da Observância de São Francisco, os quaes se costumão dar em Alenquer, ou 3\$000 reis por cada hum aos Frades do Oratório de Santa Catherina, e ao Convento das Virtudes. Estão satisfeitos até ao fim do dito anno de 1806.

(p.27)

Nº 3

Morgado de Lavre

Origem deste Morgado

Catherina Vicente, veuva do Doutor Duarte Mouzinho, instituiu por cedula de testamento feita em Lisboa a 4 de Dezembro de 1526, hum Morgado e Capella de Nossa Senhora na Parochial Igreja de S. Julião d’esta Cidade, à mão esquerda do altar-mor. À qual havia dado frontaes, Pontifical, hum calix, hum alampeda, e hum Coroa para a dita Senhora, tudo de prata, querendo e mandando, que na referida Capella para todo o

sempre se digão duas missas cantadas cada anno, huma d'ellas por dia de Candêas, offertada, e cantada com vesporas solennes, e com o officio dos mortos, nas quaes Vesporas se dará aos Clerigos vinho, e fruta, e no dia da Missa se offerecerá hum taboleiro de pão cozido, que ao menos leve dois alquieres de pão, e se dará mais aos Padres duzentos reis por seu trabalho, e a outra missa officiada, e cantada por dia de Todos os Santos, com o officio dos mortos, pela qual se dará aos Clerigos cento e cincoenta reis por seu trabalho, e as refferidas duas missas se dirão pela sua alma, do dito seu marido, e dos seus finados, obrigando os Admenistradores d'este morgado, que tenham em sua caza a prata da Capella, e o chamando para a sucessão d'ella ao Doutor Antonio Sanches Brandão, do Dezembargo d'El Rey e Ouvidor da corte, ae a sua mulher Beatriz Dias da Motta sua sobrinha, para o possuhirem em suas vidas, e por morte de ambos, venha aos parentes d'ella instituidora, que na falta de varão venha a fêmea que não for cazada, veuva ou Freira, poruqe se o fôr passe o morgado a outra filha que não tenha os referidos estados posto que seja menor, porque só na falta d'esta podem succeder as mencionadas, e não havendo descendências legitima chama os Bastardos e Bastardas.

Que para fundar a dita Capella apartava da sua fazenda, e tomava a sua Herdade chamada de S. Lourenço, (que tinha este nome por haver nella huma Hermida d'este Santo) e os seus moynhos, situado tudo no Termo de lavra, que era forro, e Dizimo a Deos, na qual Herdade tinha parte João Callado de Monte môr o novo, na novena parte (pág.28) e mais não, e queria que a herdade e Moynhos andassem sempre unidos, sem nunca se poderem partir nem alhear dar, trocar, doar, vender, nem escambar, e que tudo ande sempre na pessoa que for ademenistrador d'esta Capella. Todo o referido consta da Sentença que alcançou a seu favor Rodirgo Antonio de Figueiredo, em que erão partes o Prior e Beneficiados da Igreja de S. Julião de Lisboa, pelo quererem obrigar a pagar as missas da Capella na forma da Provizão do Ecclesiastico, e não como deichou dito a instituidora, a qual Sentença se acha no Archivo d'esta caza no Masso 4º Nº 1, e no mesmo Masso e nº existe a Certidão da instituição d'este Morgado passada pelo escrivão das Capellas Manoel Pontes

Propriedades d'este Morgado

Huma herdade chamada de S. Lourenço do Outeiro, no Thermo da Villa de Lavre, que consta de cazas, terras, montados, e hum moynho, a qual meu Pay arrendou em 18 de Setembro de 1789, por tempo de três annos a Manoel Roiz Borralho, Lavrador da herdade do Barrocal dos ricos, no dito Termo pela renda annual de 100\$000 livres de tributos, e Decima, pagos em dois pagamentos de Natal e S. João.

Encargos deste Morgado

Huma Missa cantada no altar de Nossa Senhora das Candeyas na Igreja de S. Julião de Lisboa vesporas de Defunctos, e um Nocturno.

Huma Missa cantada em dia de Todos os Santos com o Officio dos mortos, e pelas refferidas duas missas se dá cada anno 1650 reis
(pág. 39)

Nº 4

Morgado de S. Julião

Origem deste Morgado

A Snr^aa. D. Maria Manoel de Vilhena, Filha de João Brandão Soares, e da Snr^a. D. Maria de Souza,, inviuvando de Antonio Coelho de Carvalho, instituhio por Codecilho de

Testamento feito em Lisboa a 27 de Outubro de 1656, a Capella, e Morgado na Igreja Parochial de S. Julião da mesma cidade, e chamou para herdeiro, testamenteiro e Admenistrador da referida Capella de Nossa Senhora das Candeyas a seu Primo o Snr. Ruy de Figueiredo de Alarcão, a todo a sua descendencia e em falta della a poderá nomear o ultimo possuidor em quem quizer.

Declarou o Duque d'Aveiro D. Raymundo de Lencastre, lhe era devedor de cinco mil cruzados, que em dinheiro havia recebido sua Mai a Duqueza de Torres novas no tempo em que foi Tutora do dito Duque : que com estes cinco mil cruzados queria se comprassem cem mil reis de juro annoal, de vinte ao milhar para hum missa cotediana, que mandava se dicesse na sua capella das Candeyas, pela sua alma, e de seu marido, com Responço, sobre a sua Sepultura, pela qual missa cotediana darião 30\$000 reis cada anno, como tambem entregarião na referida Igreja quatro cantaros de azeite todos os annos para estar a lampeda sempre aceza de dia, e noite defronte da Imagem de Nossa Senhora das Candeyas. Que o dito juro ou fazenda que se comprasse se não pudesse vender, nem alçar por qualquer via, ou maneira que fosse andando sempre no Admenistrador d'esta capella. Declarou tambem que tinha humas cazas em Alfama, que por serem grandes, e não se alugarem, fez dellas cinco, ou seis moradas, que eram forras e izentas, as quaes deichava tambem ao Snr. Ruy de Figueiredo de Alarcão.”

Propriedades deste Morgado

Hum juro assentado no Almoxarifado da Caza das Carnes103\$509

Juro de 16\$400 reis no almoxarifado da portagem, pertencente a esta Capella, o qual o qual o snr, Rodrigo Antonio de Figueiredo subrogou pelo Casal da Carregueira, no Termo de Torres Vedras, que era de Manoel de Souza, Calharizm, e pertencia ao morgado de D. Diogo
(pág. 40)

Vem da Lauda antecedente: 103\$509
Estas duas tenças são obrigadas em 20\$000 reis para Missa cotediana que o snr. Ruy de Figueiredo deixou dito no testamento que se dicesse por trinta e quatro mil reis s cada ano na Lobagueira

O dito casal da Carregueira, que agora pertence a este Morgado, se acha hoje arrendado a Lucas Alves, Lavrador, por tempo de quatro annos, pela renda annoal de vinte alqueires de trigo, vinte alqueires de cevada e três galinhas, pago tudo n'esta caza por Escripura de 30 de Agosto de 1806.

O trigo reputado a 600 Reis o alqueire, importão os vinte alqueires.....	12\$000
A cevada reputada a 400 reis, importão os vinte alqueires.....	8\$000
As galinhas a 300 reis cada huma.....	\$900
TOTAL.....	124\$409

“Encargos deste Morgado

Impetrando o Snr. Pedro de Figueiredo meu Visavô, a redução da missa cotediana que deichou A Senhora D. Maria Manoel de Vilhena, por obrigação n'esta Capella, por não haver capellão que a dicesse por 30\$000 reis cada ano, mandou a Sagrada Congregação dos Cardeaes, que o Vigário geral de Lisboa D. Manoel da Silva Francêz, se informasse

sobre o requerimento, o qual deo sentença, que se dicessem tantas missas a cento e vinte cada huma, quantas podessem completar os 30\$000 reis,o que se pode ver no Masso 4^a N^o2 do Archivo d'esta caza.

Quatro cantaros de azeite á Igreja de S. Julião, para a alampeda da Capella de Nossa Senhora das Candeyas .Esta tudo pago athé fim do anno de 1806

N.5

Morgado do Seixal

Origem deste Morgado

A snr^a. D. Izabel Coutinho, Filha dos snres. Ruy de Figueiredo, e D. Maria Corrêa, instituhio por seu testamento feito em Lisboa em 21 de Abril de 1587 hum Morgado, tanto dos seus bñs, moveis e de raiz, como da sua Quinta que tinha no Lugar do Seixal, Thermo da Villa d'Almada, deichando por herdeira de tudo sua sobrinha, a Sra. D. Felipa de Figueiredo, Filha de seu Irmão, Duarte de Figueiredo, instituhindo pelo mesmo testamento a Capella de Nossa Senhora da Assumpção na Igreja do convento de S. Bento de Xabregas, deichando aos Padres d'aquelle Convento 14\$000 reis de juro n'Alfandega, que lhe deichara sua Tia D. Filipa de Figueiredo, e mais dez tostões de foro que impoz na sua Quinta do Seixal, para os ditos Padres lhe dizerem pelos quinze mil reis dois annas de Missas por sua alma, e dos seus defuntos, e hum officio rezado de nove Lições, com sua Missa Cantada, e ladainha, no mez de Novembro, juntamente com as duas missas da referida sua Tia, impondo mais na Quinta do Seixal a obrigação de cinco alqueires de azeite de foro cada anno, para se alumear a dita Capella, entregues naquelle Convento, os quaes se entregarão athê ao dia da Ressurreição do Senhor, e não se pagando athê ao dia de Pentecostes, além do referido for, pagará de mais o Admenistrador, dez cruzados ao Convento, pelos quaes manda se lhe digão quatro Missas cantadas, e Ladainha, por sua alma e de seus defuntos. Que esta Quinta ande em Morgado sempre nos descendentes mais chegados à Linha de seu Pai, sem nunca ser vendida, trocada, partida, escambada, ou alheada, precedendo e preferindo sempre as femêas, havendo as aos machos, ainda que as fêmeas sejam menores em idade, de maneira que, por fallecimento da dita sua Sobrinha D. Felipa, vá a Quinta a sua filha amsi velha, e não tendo ella filha, vá então a seu filho, e fallecendo sem filhos, em tal cazo vá aherdeira ou herdeiro de seu Pai, o que for mais chegado, preferindo sempre a femea ao macho e a maior à menor. Que além do dito encargo de Missas, quer que o possuidor deste Morgado seja Admenistrador desta Capella, e quye os Padres lhe digão huma Capella cotediana . Exclue da Admenistração, e sucessão d'este Morgado Filhos bastardos,e naturaes, posto que sejam legitimados, Frades, Freiras, e Clerigos, salvo se estes forem filhos da referida sua Sobrinha, não sendo Leigos, e querendo ella. Que desmembra da dita Quintahuma vinha que chamão do porto, com suas cazas e Pomar, com a terra que jaz entre ella e o mar com seus logradouros, e Logrador d'agoa do seu poço, e a deixa a Justino de Santa Maria, Moço da Camera da Infanta D. Izabel, e hum censo de foro de quinze alqueires de trigo, quinze de cevada,, e duas galinhas, que tinha no cazal de Miguel Ferreira, em Villa nova de Cazivel, Termo de Santarem(pág. 50) com declaraçãoq eu querendo elle vender estas propriedades tanto pelo tanto as venderá aos sucessores do seu Morgado do Seixal, aos quaes fará requerer, e que elle e os seus sucessores farão o vinho no Lagar da referida Quinta, das uvas da vinha e os sucessores do seu Morgado lhe darão o necessario para isso, sem lhe levarem

couza alguma, e o fará quatro dias depois que a Quinta principiari a vindimar. Todo o referido se pode ver no Masso 6º do Archivo d'esta Caza nº 1

Propriedades deste Morgado:

Nome da propriedade	Rendeiro	Tipo de terra	Foro
Lirio	Herdeiros do Padre Miguel Brabo Reymão	vinha	5\$000
Val de Romeira	Era de Manoel Antonio de Brito e agora é de Izidoro Alves, Pescador	Vinha e Bacello	10\$000
Lugar do Seixal	Foi de Jozé Gonçalves Elias e agora é de Jozé Gomes Salgeiro, Fazendeiro	Vinha	3\$200
Lugar do Seixal	foi de Francisco Freire e agora é de Jozé Gomes Salgeiro	Vinha	3\$600
Romeira	Josefa Teresa viuva de Luis Pinto Barroca	Vinha	10\$000
Quinta da Formiga	foi de Josefa Teresa e agora é de Antonio Borges	Quinta	18\$000
Vinha do Clérigo	Mateus Elias Pescador	vinha	4\$000
Vinha do Lirio	José Pedro Mendes Tavares, carpinteiro filho de Pedro Mendes, Fazendeiro	vinha	10\$000
Val de Romeira - Arrentela	Foi de José Pedro Mendes e hoje é de seu filho José Pedro Mendes	vinha	4\$800
Lugar do Seixal	era de Luis da Silva e é agora de seus filhos Thomás da Silva e Manoel da Silva, pescadores	vinha	4\$000
Quintinha do Cercado - Seixal	Maria Joaquina mulher de João ignácio de macedo	Quinta e cazas terreas	3\$000
Mina - Seixal	foi de Francisco Xavier de Montes que subntenticou(?) a Rita Diana de Seixas Bella	terra	8\$000
Val de Romeira	Patricio..., boticário	vinha	10\$000
-	Bernarda Luiza, viuva de João Elias	vinha	8\$000
		total	105\$400

Encargos deste Morgado

Dez tostões cadda anno aos Padres de S. Bento de Xabregas, para os ajuntarem a 14\$000 reis que a dita senhora D. Maria Manoel lhe deixou de juro na Alfandega de Lisboa, para dos 15\$000 reis lhe dizerem sufragios declarados na Origem d'este Morgado (pág. 49)
Cinco alqueires de azeite cada anno postos no referido Convento para se alumiar a Imagem de Nossa Senhora da Assumpção, os quaes se hão de entregar até ao dia da Ressurreição, e não se pagando até dia de Pentecostes alem dos ditos dez tostões se pagarão mais ao Convento dez Cruzados

Nº6

Morgado de Belmonte

Origem deste Morgado

Os senhores que possuirão a Caza, Castello e Alcaidaria môr de Belmonte, desde tempos muito remotos, forão, e suas molheres annexando ao Morgado Solar d'esta familia, varias propriedades, de forma, que veio esta caza a Ter sette Morgados, alem dos Direitos e rendas que lhe competião da sua Alcaidaria Môr, apprezentando Igrejas, e gozando de outros infinitos privilegios que acabarão por morte do Snr. Caetano Francisco Cabral, último Snr. Que foi da quella caza, por cujo motivo recahio em minha Avó a Snr^a. D. Magdalena Luiza de Lencastre, como Neta da Sra. D. Margarida de Menezes, segunda mulher do Snr. Ruy de Figueiredo, e filha do Snr. Pedro Alvarez Cabral, Senhor da Caza de belmonte, o que se pode ver na Taboa antecedente Pag. 61

O referido Snr. Caetano Francisco cabral pelo seu testamento que fez em Lisboa em 26 de Agosto de 1762, que se conserva no Arquivo da Caza no Masso nº 16, declara Ter huma filha natural chamada D. Catherina Avertana de Meneses a quem constituhio sua herdeira, e testamenteira, por cujo motivo houve letigio entre esta e a dita minha Avó, como se pode ver no masso 33 do referido Archivo N. 39, athé que ultimamente houve repartição de bens ficando a minha Avó os Morgados instituhidos pelo Bispo da Guarda D. Gil, Maria Gil e sua Filha, Fernão Cabral e sua mulher D. Izabel de Gouvêa, D. maria de Mendonça, Francisco Cabral, D. Felipa de Menezes, Diogo Francisco o Serôdio, e sua mulher Izabel Nunes. Como a dita senhora D. Catherina se achava em caza do Senhor Caetano Francisco Cabral ao tempo que falleceo sonegou os papeis de maior consequência, e entregou só os que erão de menor importância, por cujo motivo nunca se poderão liquidar, nem saber com certeza, o que pertence ao Morgado da Caza de Belmonte, porque se olharmos para os Tombos que se achão no Archivo da Caza vemos haver uma grande falta de propriedades que lhe pertencem, e só consta que o Bispo da Guarda D. Gil deichou huma herdade, Cazas, Vinhas Soutos, e outras fazendas na Vila da Covilhã, que lhe derão os Reys D. Pedro 1º, e D. Ignêz de Castro, e outra muita (pág.64) prata, e que elle deo tudo a sua filha Maria Gil Cabral, moradora na Villa de Belmonte para o possuir em sua vida, e por sua morte fazer de tudo huma Capella para sempre na Igreja de S. Thiago da mesma villa, pelas almas de ambos, o que ella fez annexando-lhe demais huma Herdade que tinha em Belmonte, e o dito Bispo lhe deo poder para que por sua morte deichasse tudo a hum da linhagem de ambos elles ou a outro qualquer que visse era tal que o merecesse, e a dita Maria Gil nomeou tudo depois em seu sobrinho Luiz Alves Cabral, por testamento que fez em 20 de Setembro de 1439, e que por morte de Luiz Alves Cabral, ficasse a seu filho maior, por morte d'este a seu filho maior, ou menor, e não havendo filhos, a seu Irmão, e assim de grao em grao, e não havendo nenhum poder o mesmo luiz Alvez por sua morte deixar este bens ao parente mais chegado da Linhagem d'elles instituhidores, com a condição de que aquelle que o possuir fazer cantar a dita Capella e de que os taes bens se não podessem vender ou escambar, doar, nem alhear.

Fernão Cabral ordenou outra Capella de Missa quotediana, e merciaría, e isto da sua Terça, ajuntando a de sua mulher D. Izabel de Gouvêa, por suas almas, de seus Pais, nomeando para regedor e Admenistrador d'ella a seu filho mais velho, e depois o filho lidimo herdeiro d'este, e de filho a filha e não havendo filhos lidimos herdeiros, fosse ao que succedesse herdar a sua caza, contanto que fosse da sua geração, e isto por testamento que fizerão em 15 de Novembro de 1492

D. Maria de Mendonça por seu testamento feito em Penamacor em 11 de Abril de 1624, instituhuo dos seus bens hum moragdo, deichando por herdeira d'elle sua sobrinha filha de seu irmão D. João de Menezes, que se não tivesse filhos ficasse a seu sobrinho D. Diogo, que andava em Flandres, e que morrendo este sem herdeiros, ficasse a sua Fazenda ao parente mais chegado, e quando fossem dois em igual grão, seria preferido o mais necessitado, com o encargo de três missas, e com prohibição de vender, ou alhear. N'este

morgado succedeo a dita d. leonor de Menezes, filha do referido D. João, a qual cazou com Pedro Alves Cabral. Ver Taboa dos Cabraes Pág. 61

Francisco Cabral instituhio do remanecente de seus bens hum morgado, chamando para administrador deste o seu sobrinho Pedro Alves Cabral, e todos seus descendentes, com as mesmas clauzulas que tem a caza de Belmonte. Este morgado teve vários juro nos Almojarifados d'Elvas, Portalegre, e Estremoz, os quaes vierão pello casamento com sua mulher, D. Marianna Josefa da Silva, por ser admenistradora do vinculo instituhido por D. Francisca Coronel, e seu filho Luiz Nunes Coronel, annexando ao que havia instituhido o irmão e Tio de ambos Carlos Nunes Coronel, os quaes juro se destratarão, e tomando os a si pelo Juizo das Capellas o Senhor Caetano Francisco Cabral obrigou a elles as propriedades que possuhia nas Villas da Castanheira, Povos e Villa Franca, o que depois meu Pai Penhorou a Senhora D. Catherina Avertana, como se pode ver no Masso 33 do Archivo da caza nº 40. Este Morgado tem obrigação de duas missas quotedianas.

D. Felipa de Menezes, veuva de Francisco de S. Payo, instituhio huma Capella de Missa quotediana na Igreja da Trindade em Lisboa, pela qual manda dar aos Padres trinta e três mil reis cada anno, por testamento feito em Lisboa a 28 de Junho de 1622, deichando para esta Capella as suas casas em que vivia ao pé de S. Vicente de fora, cem mil reis de juro no almojarifado de Evora, e Sessenta mil reis tambem de juro na Caza de Monsanto, e pôz tudo em sua sobrinha D. Luiza, filha de D. Margarida de Menezes, e por falta de descendencia hiria o juro aos descendentes da caza de Belmonte, e as cazas aos da caza de Villafior.

De Marianna de haro veuva D. João Mendes de Vasconcellos por testamento approvedo em Lisboa a 13 de Setembro de 1654, instituhio hum Morgado, e Capella de Missa quotediana para sempre, e de esmola costumada na Igreja no Convento de Santa Monica da dita cidade, e três mil reis cada anno à Sachristia do mesmo Convento para guizamentos, deichando vinculada a este Morgado a Herdade chamada de João Pereira, hoje Cabeça do Azinho, no Termo de Serpa, as vinhas e fazendas que tinha ao Algarve, e mattos que estão no Termo de Alenquer, e assim todos os amsi bens que lhe pertencião, e de tudo deixou por Admenistrador Pedro Alves Cabral, deixando-lhe tambem a Quinta onde chamão os Marcos de Sacavem, foreira ao visconde de Ponte de Lima, e ordenou que dessem dez mil reis de tença a sua Sobrinha D. Joana de Menezes, Freira no dito Convento do foro de dez mil reis, e dez galinhas, que tinha, e lhe pagavão de huma fazenda que está aonde chamão Val de Judeos, e por morte da dita sobrinha, venhão ao seu morgado.

Diogo Francisco o Serôdio, e sua mulher Izabel Nunes, Moradores na Villa de Belmonte, por testamento que fizerão approvedo na dita Villa, em 27 de Outubro de 1655, que está no Archivo da Caza no masso 1º Nº 18, instituhirão de todos os seus bens hum Morgado, e a Capella de S. Domingos na Hermida do Espirito Santo, e Misericordia de Belmonte, com obrigação de duas Missas rezadas cada dia Domingos e Santos, e huma Cantada em dia de S. Domingos, nomeando para Admenistrador do seu Morgado e Capella ao senhor da caza e Castello de Belmonte que existisse ao tempo de seu falecimneto, e aos ses Successores. Por escriptura de 22 de Junho de 1651 se obrigarão estes instituihores (pág. 66) a darem annoalemnte aos Religiozos da Terceira Ordem da Penitência do convento de Nossa Senhora da Esperança da dita Villa, seiscentos alqueires de Senteyo de penção para lhes dizerem as referidas Missas, o que tambem continuarão os mais senhores herdeiros da caza.

Propriedades destes Morgados

Em Lisboa

Humas cazas por detraz da Igreja de S. Thiago, que servirão de Hospital dos Castelhanos, e hoje Hermida do Palacio do Castello, dos quaes se paga hum frango de foro cada anno à dita Igreja.

Povos

Nome da Propriedade	Rendeiro	Tipo de propriedade	Géneros	Quant .	Total em reis
Fonte Nova	Francisco de Salles Gameiro	Courella	-		5\$000
	Herdeiros de Francisco Silva Godinha	vinha			\$150
	Luiza, sobrinha de José carvalho	duas courellas de Vinha	galinhas	1	\$300
	idem	idem			\$200
	idem	uma courella de vinha	frango	1	\$100
	idem	idem	-	-	\$020
MONte Gordo	Jozé Couto	Vinha	frango	1	\$100
idem	idem	idem	-	-	\$200
Monbte Gordo	Joaquim Jozé Carreira e sua mulher, Catherina Maria	vinha			\$300
	Jozé Pedro Trabalhador	vinha e matos			\$350
(pág. 67)	Vem da Lauda antecedente			TOT Al	6\$720
	Maria Tavares, viuva de Vicente da Fonseca	Vinha			\$100
	Jozé Pinhão Gameiro	Vinha			\$100

Castanheira

Quinta da Boavista	Jozé Roiz de Almeida	cazas, lagar vinha, terra de pão;outra vinha e seu lagar	-	-	50\$000
Boy Alvo	Theodoro de Carvalho	vinha	-	-	12\$000
	Jozé da Silva	courella de terra	-	-	\$500

CazaL do Pinheiro	?	?	?	?	?
Chão sito na calçada que vai para o Convento de Freiras	João Antonio Raymundo				\$800

Vila Franca

-	Capitão Luiz Antonio Barboza Ribeiro	Vinha	-	-	\$900
Barrão	Joaquim Jozé de Souza	vinha	-	-	1\$380

Serpa

Cabeça do Azinho ou Herdade de João Pereira	Manoel Joaquim Brabo de Vargas*	Cazas, terras e arvores			168\$0000
Quinta das Laranjeiras ao Cartaxo e o Arneiro ao Foradoiro	Capitão Jozé Antonio Alvarez crisdo de S. Magestade**	-	-	-	125\$000
Juro no almoxarifado de Lamego	-	-	-	-	125\$600
				TOTAL	491\$100

*aforado por três vidas, livre de décima, e tributos “pagos nesta caza em dois pagamentos iguais de Natal e S.- João”

** “pago nesta caza no 1º de Janeiro e 2 sextos de marmelos no seu tempo devido

Rendimento da folha d’Entre as agoas

Belmonte

(pág.68)

Nome do Rendeiro	Centeio	Trigo	Milho	Galinhas
Bartholomeu Jozé de Carvalho	28			
A tapada da Senhora				
João Soares Leal	25			
Jozé Dias Villa Cova	50			
Sebastião Roiz Caicheiro	25			

Jozé Antonio Lopes Seixo	25			
João Luiz Villa Cova	40			
Francisco Lopes Villa Cova	56			
Sebastião nunes Clara	62			
Manoel Alvarez, o moço do Carvalho	48			
Jozé Pereira ao chão do Cego	35			
Filho de Anna Jozé Serveira	40			
Jozé Pereira ao Ribeiro do Silvado	30			
Manoel Rebelo Martins ao Ribeiro do Silvado	28			
Francisco Gonçalves Gidro do Carvalho	45			
Bartholomeu João à Fonte do Gadanho	31. 1/2			
Jozé Pereira	21			
João Gomes	21			
Manoel Lopes do Carvalho	80			
João Gomes pela de Ranheu	58			
Luiz Nunes, huma terra ao chão de Soldado	43			
Manoel Alvez o moço de Carvalho	26			
O mesmo Manoel Alves	26			
Manoel Lpourenço do Crvalho	28			
Bartholomeu João de Carvalho	53			
O capitão mor Manoel Caetano	57			
Josefa de Proença	57			
João Gomes à Ribeira	41			
João Nunes d'Almeida	67			
Francisco Gonçalves Gidro de Carvalho à Lagem de João Garcia	42			
TOTAL	1220			

(pág. 69)

Vem da Lauda atrás	1120			
Sebastião Nunes Clara	57			
Jozé Pereira	66			
João Gomes	74			
Capitão mor Manoel Caetano	61			
João Soares da Cruz e o Almocreve	71			
Capitão mor Manoel Caetano	18			
O mesmo Capitão mor	33			
o mesmo	31			
o mesmo	16			
Jozé Dias Villa Cova	14			
Jozé Pereira	18			
Huma terra que a fez alguns annos o Gidro do Carvalho	38			
Domingos Fernandez Carriço	62			
João de Proença	38			
O mesmo João de Proença	26			
Jozé Pereira	50			

João Teixeira	81			
Capitão mor Manoel Caetano	41			
Manoel Alvarez o moço do Carvalhal	31			
António Cardozo	37			
João Soares da Cruz, e o Almocreve	41			
Manoel Gonçalves Gidro do Carvalhal	42			
Bartholomeu João de Carvalho ao Souto de Fr. Francisco	8			
Jozé Dias Villa Cova	8			
O Filho de Francisco Duarte Ferrenho	8			
Jozé Dias de Villa Cova	31			
Manoel Francisco, filho de Sebastião Galisteu	21			
Jozé Faleiro	7			
Do Pecegueiro	48			
Jozé Saraiva Arenga	24			
Manoel Gomes de Carvalhal	50			
Afonço Trovão	7			
João Nunes de Almeida ao Pombal	1			
Bartholomeu João de Carvalho, ao João Ribeiro do Capellão	30			
TOTAL	2509			

Rendas de todos os anos

Entre as agoas

(pág. 70)

	Centeio	trigo	milho	galinhas
João Soares da Cruz, pela Tapada no caminho de Caza	8.1/2			
Joze Gonçalves Borrego	5			
João Roiz de Valhelhas, pelo morgado do Ryo	1.1/2			
Jozefa Nunes, viuva de Manoel Nunes de Almeida	9	4		
A mesma Jozefa Nunes	31			
A viuva de Manoel de Campos, pela terra do Lagar	5			
O Capitão mor Manoel Caetano	34	34		
Domingos Fernandes Carriço	11	11		
O mesmo Domingo Fernandez	11	11		
João de Proença	9			
O mesmo João de Proença	9			
O mesmo	9			
Jozé Pereira		4		
João Teixeira		12		
Roza Maria. Veuva de Manoel Roiz Duarte		4		
A mesma viuva	5			
Sebastião Nunes Clara		6		
João Gomes		3		

Jozé Rebelo Martins		4		
D. Estefana	3			
O chão de Antonio Moleiro, que he dos orfãos	25			
Jozé Francisco da Sé	5			
João Gomes		4		
TOTAL	125	97		

- capitão mor assim paga só 34 alqueires de trigo e nenhum senteyo
- Domingos Fernandez Carriço não paga senteyo e só 11 alqueires de trigo
- O mesmo outros 11 alqueires de trigo e nada de senteyo

Fazendas do Serodio

Entre as agoas

(pág.71)

	Centeio	trigo	milho	galinhas
Francisco Lopes Villa Cova	9			
João Soares da cruz	10			
O Filho da Namorada do Carvalhal	6			
O Padre Jozé d'Elvas	6.1/2			
Sebastião Roiz Caicheiro	20			
A viuva de Bonifacio Roiz de Massainhos	24			
Jozé Dias Villa Cova	32			
O Padre Valerio de Porença	40			
Jozé Francisco da Sé	31			
O mesmo Jozé Francisco	10			
O Filho de D. Anna	10			
João de Proença de Lameças	38			
João soares Leal	20			
Sebastião Francisco	28			
João da Cruz, filho do Sylvestro	10			
A viuva do Nobra	8			
João Soares da Cruz, e António da Costa	3			
Jozé Esteves Florido	8			
D. Thereza, veuva do Doutor Manoel Vaz	31	2.1/2		
TOTAL	344.1/2	2.1/2		

Belmonte Total

Senteyo	2853.1/2
Trigo	99.1/2

Colmeal

Entre as agoas

(pág.72)

	Centeio	trigo	milho	galinhas
Manoel Martins Balita	32	5		

Manoel Gonçalves Sengo	32	4		
Luiza Roiz, veuva de Manoel João Canhoto	32	4		
Manoel Francisco Pedro	32	4	\	
Manoel Martins	34	8		
João Gaspar e Maria João	38	12		
Antonio Gomes, o cocho, pelo casal do Carvalho que comprou	52	8		
Jozefa Corrêa, veuva de Francisco Miz Henriques	27	4		
João Roiz Moura	27	4		
Jozé Nunes	42	8		
Thereza Morgada, e João Gaspar	47	11		
Francisco João	28	8		
Jozé Gaspar, Soldado	54	8		
o mesmo	4			
João Roiz Moura, assim	42	8		
Anna Morgada	39	4		
Jozé Lopes	39	4		
Domingos Lopes	47	9		
João Gonçalves, e a viuva do Villão	77	17		
Jozé Gaspar, Soldado, assim, e a viuva do Piqueno	80	8		
A viuva de Manoel de Mattos	37	3		
Jozé Gaspar, do Domingos	40	4		
Francisco Lourenço e João Gaspar	35	4		
Jozé Gonçalves Pinheiro, e João de Proença	56	8		
Manoel Miz Henriquea	52	8		
O mesmo Manoel Martins	43			
Jozé Francisco	28	8		
TOTAL	1096	124		

Gaya

Entre as Agoas

(pág.73)

	Centeio	trigo	milho	galinhas
Luiz d'Almeida	105			
Izabel Luiz, e Manoel Gonçalves	101			
Manoel Gonçalves, Soldado	51			
Alexandre Jozé de Moraes	45.1/2			
Manoel Gonçalves Soldadinho	51			
João Leal	46			
Miguel João	48			
Martinho Gonçalves	92			
Cezilia Gonçalves	46			
Manoel Gonçalves, filho do Soldado Jozé João	85			
Jozé Lopes	49			

Domingos Dias, pela horta que meteo na Tapada	48.1/8			
TOTAL	767.5/8			

Quinta Simeira
Entre As Agoas
(pág.73)

	Centeio	trigo	milho	galinhas
Jozé Felipe, e Manoel João Ferias	37			
Manoel Jozé	37			
Damazo Fernandes	64			
Manoel Francisco	32			
Isabel Francisca	31			2
Clara Teixeira	31			
Alexandre Rodrigues	35			
TOTAL	267			2

Quinta do Meyo
Entre as Agoas
(p. 74)

	Centeio	trigo	milho	galinhas
Jozé Rodrigues	98	2.1/2		
Jozé Miguel, Antonio Jorge, e Manoel Martins	102	3.1/4		
Francisco Roiz, e Jozé Gonçalves	102	3.1/4		
TOTAL	302	9		

Quinta das Ollas
Entre as agoas

	Centeio	trigo	milho	galinhas
Manoel Esteves Soares	89.1/2	1.1/8		
Manoel Fernandes Chapeiro	89.1/2	1.1/8		
Jozé Gonçalves	94	1.1/4		
Jozé António das Enguias	51	3/8		
Francisco Antunes Bex ^a	51	5/8		
Manoel Costa Caravella	51	1		
TOTAL	426	5		

Quinta dos Trigos
Entre as agoas

	Centeio	trigo	milho	galinhas
Francisco Antunes Beja, assima e Jozé Saraiva	92	8		
Maria Luiza Viuva	102	8		
O Filho de Anna Estacia	46	4		
Agostinho da Fonceca	23.1/2	2		
Jozefa Martha	23.1/2	2		

	287	24		
--	-----	----	--	--

Quinta do Espirito Santo

(pág.75)

	Centeio	trigo	milho	galinhas
Paulo Nunes	60			

Quinta do Monte

	Centeio	trigo	milho	galinhas
Miguel Gonçalves	34	2		
Luiz Miguel	40	2		
Manoel Esteves de Oliveira, e Jozé Farias Leitão	84	2		
Francisca Maria	47	2		
Manoel Esteves, pela que era de Francisca maria	42	2		
TOTAL	247	10		

Totalidade das seis Quintas Antecedentes

Senteyo	1589			
Trigo	48			

Enguias

Entre as agoas

(pág.76)

	Centeio	trigo	milho	galinhas
Manoel Rodrigues Lourenço	93	5		
Jozé Roiz Barros	49.1/2		3.3/4	
Jozé da Silva	16.1/2		1.1/4	
O mesmo Jozé da Silva por hum quarto do cazal que era do Ferro	15.1/4		2	
Manoel Roiz Soares, e Francisco Gonçalves Miranda	60	4	8	
Maria Corrêa	73		6	
O Filho de Francisco Mendes pelo forno	52			
O mesmo pelo cazal	61		6	
Manoel Fernandes Cavalleiro	29		6	
O Reverendo Themoteo Antunes	22		2	
O mesmo	62		4	
Francisco Gonçalves Sanches	43			
Os herdeiros de Luiz Gonçalves Sanches	42		4	
Jozé esteves de Carvalhop, a veuva do Antão e Agostinho Nunes	59	2	6	
Roza maria	53		5	
Manoel Fernandes Guita	56.1/2		5	

Izabel Fernandes, viuva do Monteiro	42		4	
Jozé da Silva	56.1/2		5	
Maria Esteves viuva do Ventura	82	4	6	
Manoel Pires Soares	74		8	
Manoel Lopes	32.1/2		4	
Maria Esteves, viuva de Francisco João	53		4	
Caetano Esteves	30.1/2		4	
Manoel Antunes, genro do Peixoto	48		4	
Maria Luiz dos Trigaes	48		4	
Manoel Lourenço	34		4	
Manoel Alvez de Almeida	34		4	
Maria Esteves de Rebellos	61		6	
Manoel Francisco Ferro	45.3/4		6	
Vem da lauda antecedente	1428.1/4	15	122	(pág.77)
Jozé dos Santos	38			
Jozé Antunes	18			
Izabel Fernandes ou Jozé dos Santos	34		4	
	1518.1/4	15	126	

Carvalhal
Entre as agoas

	Centeio	trigo	milho	galinhas
Manoel Alvares	40			
O mesmo	105			
O mesmo	61			
O mesmo	27			
Francisco Gonçalves Gidro	38			
Manoel Lopes	70			
Manoel Gonçalves, Filho de Luiz Gonçalves	69			
Manoel Gomes	40			
Manoel Alvez o moço	36			
O mesmo	93			
O mesmo	111.1/2			
Jozé Domingues da Namorada	65			
Francisco Gonçalves Gidro, que vai com outro casal assim	37			
Domingues gonçalves, ruivo	49			
Manoel Fernandes	35			
O mesmo	72			
A viuva de Jozé Lopes	65			
Jozé Alvares	105			
Manoel da Costa	80			
Manoel Pinto	46			
O mesmo	70			
O capitão mor Jozé Antonio de Gusmão e Caria	24			
TOTAL	1314.1/2			

Malpica
Entre as agoas
(pág.78)

	Centeio	trigo	milho	galinhas
Francisco Monteiro	126.3/4	10		
O Sargento Mor de Manteigas Jozé Antonio	122	8		
A viuva de Caetano Pais	122.1/2			
Manuel de Souza	82	8		
O Filho de Jozé Roiz Crastos	82	4		
Alexandre Teixeira	59	8		
A viuva do Siqueira	63	8		
João Duarte de Aguilar	47	9.1/2		
A viuva Joana de Oliveira	93	9		
A viuva de Jozé Mucho	48.1/2	4		
A viuva de Domingos Martins	110	10		
Antonio Martins de huma Tapada		7		
TOTAL	954.1/4	85.1/2		

Massainhos
Entre as agoas

	Centeio	trigo	milho	galinhas
Julião Jozé Lopes	47			
A viuva de Jozé Lourenço	20			
Francisco de Figueiredo, pelo moynho	5			
A viuva de Bernardo pelo moynho	5			
Antonio Martins de Casco Neto	15			
Domingos Lourenço pela terra ao Val de pereiro	7			
Jozé Esteves	18			
TOTAL	117			

Orjaes
Entre as agoas
(pág. 79)

	Centeio	trigo	milho	galinhas
Miguel Roiz Sarzedo	62			
Manoel Esteves Prata	59	12		
Jozé Lopes	45	12		
Maria Gomes, viuva	40			1
Antonio Duarte Talameira	93			
Manoel Roiz Mourão	93			
Paula Esteves viuva de João d'Almeida	44	8		1
A viuva de Francisco de Proença	55			
A mesma viuva		5		1
A Filha de Antonia Francisca, chamada Anna Duarte		6		

Manuel de Paiva		3		
Isabel Luiz		2.1/2		
A mesma		1		
Manoel Paes		4		
TOTAL	491	53.1/2		3

Aldêa do mato
Entre as Agoas

	Centeio	trigo	milho	galinhas
Manoel Lourenço da nave	57	15		
Manoel Duarte Morrido	35.3/4			10
Nicolao dos Santos	41.3/4			
Maria Gomes	33	14		
Gaspar Teixeira	28			
Totais	195.1/2	29		10

Gonçalo
Entre as Agoas
(pág. 80)

	Centeio	trigo	milho	galinhas
Manoel Nunes da Quinta da Granja	14			

Peraboa e Ferro

	Centeio	trigo	milho	galinhas
Jozé Alvares pela Quinta do Freixo que depois passou para Cypriano da Luz Silva, e seu irmão no lugar de Caria	300			
Jozé Miguel pala das Razas	45			

Dominguizo e Alcaria

Jozé Daurte	5			
Jorge Francisco	5			
Totais	369			

Totalidade da Folha d'Entre as Agoas

Centeio	11\$313*			
trigo	\$488			
milho	\$124			
galinhas	\$15			

*Não vem especificado qual o valor do alqueire, mas de qualquer forma não condiz com as contas que são estabelecidas para ao morgadio da Lobagueira; dever-se-à ao facto de o preço na Beira ser diferente do da Estremadura??

(...)

Folha de Rey Fernando e Pereiras

Belmonte - total

(Em alqueires)

(pág. 85)

Centeio	2418.1/2			
Trigo	100			

(...)

Como no Archivo d'esta caza se acha hum Livro de todo o rendimento de Belmonte, n'elle se pode ver de p. 58 por diante os foreiros, e rendeiros que tem e quanto costumão pagar.

Totalidade

Rendem as ervagens, e foros pouco mais ou menos	738\$670	
Prezuntos	57	
Linho	85	arrátei
Entre Agoas de Senteyo	11.313	alqueires
de Trigo	488	alqueires
de Milho	124	alqueires
Rey Fernando de Senteyo	10.608	alqueires
de Trigo	502	alqueires
de Milho	124	alqueires
Fornea Senteyo	11.077	alqueires
Trigo	519	alqueires
Milho	124	alqueires
Penamacor livre de despesas andou huns annos por outros em	500\$000	
Pinhel arrendavasse em	200\$000	
Tem de foros em Senteyo	558	alqueires
Trigo	396	alqueires
Galinhas	28	
Em 1805 rendeo o que pertence à Caza de Belmonte liquido	6.011\$596	
Ficou em Divida	1.088\$700	
TOTAL	7.100\$296	

Encargos e despesas d'estes Morgados (pág.88)

Tem obrigação de terem dois capellães para dizerem missa todos os dias na Capella de Nossa Senhora da Piedade, que esta caza tem junto à Igreja de S. Thiago em Belmonte, pelas almas dos Instituhidores D. Gil, Bispo da Guarda e Maria Gil, o senhor Fernão Cabral, e sua mulher, que lhe adjudicarão toda a sua Terça, e lhe acrescentarão quatro merceeiras, para ouvirem as missas.

Declarão na Instituição, que as merceeiras serão viúvas, ou Solteiras honradas, asquaes serão obrigadas a ouvir todos os dias as Missas na Capella, e enquanto estiverem a ellas rezarem cem P.N. e cem A. M., e vinte Credos, e não podendo completar a dita reza ás missas a poderão acabar em caza, como tambem se por doença, ou algum impedimento ou não poderem assistir ás Missas= Que receberão cada dia dois pães alvos dos fornos, e não os podendo haver, meio alqueire de trigo cada semana. Cada dia quartilho e meio de vinho a cada huma, que vem a ser duas canadas e meia e meio quartilho cada semana, e por anno doze almudes. Cada mez meia canada de azeite, que vem a ser hum alqueire cada ano . Cada dois annos doze covados para se vestirem de mantilha, fradelim, e dois

pasoenhos, o covado a trinta e cinco reis, que são quatrocentos, e vinte reis. Para conduto, cada anno, quatro centos reis.

(pág. 89)

De trigo para os dois capelães oito alqueires

De senteyo para hum moço, três alqueires

De vinho para os dois Capellães sessenta almudes

De azeite para os ditos, três alqueires

Em dinheiro para os ditos cinco mil e seis centos

Quinze arrateis de cera para a Capella do Senhor Fernão Cabral

Três alqueires de azeite para a alampada

Tem obrigação de ornamentos para a Capella, cazas, e cama para os capellães.

A Capella, que instituhio o Senhor Francisco Cabral tem de penção hum cirio para alumiar cotedianamente a Imagem de Nossa Senhora da Esperança, que há no Convento dos Padres Terceiros junto a Belmonte.

Morgado de Penamacor, que instituhio a Senhora D. MAria de Mendonça, tem missa cotediana.

A Capella da Trindade, que instituhio a Senhora Filipa de Menezes, tem de penção taxada trinta e três mil reis cada anno para huma missa cotediana.

Outra no Convento do Carmo, que instituhio Carlos Nunes o moço, e Antonio Gomes Nunes, tem de penção duas missas cotedianas, huma taixada em vinte e cinco mil reis e o mesmo se deve entender a outra.

Huma Capella ambolatoria de Missa cotediana instituhida por Francisco Coronel, de huma missa cotediana taixada em trinta mil reis.

Outra Capella ambolatoria de missa cotediana instituhida por Francisco de Sá e Menezes, arbitrada em dez e oito mil reis

A Capella do Serôdio, de duas Missas rezadas cada dia Domingos e Santos

Pelo Prazo do Teixozo ao Cabido da Sé da Guarda, mil e trezentos

Pelo Prazo da Mizericordia de belmonte, oito centos reis.

Nº7

Morgado das Terças

Origem deste Morgado

Antonio Fernandes d'Elvas, cazou com a Senhora D. Maria de Lima, por testamento que fez em Lisboa em 17 de Janeiro de 1626, do qual se acha o traslado no Archivo d'esta caza, no Masso 10 nº 5, instituhio das duas partes da sua Terça hum morgado, com a obrigação de nunca se alhear, vender, trocar, nem aforar, e com o encargo de huma missa cotediana por sua alma, de sua mulher, Filha e de todos os seus defuntos, chamando para a successão d'elle sua Filha a Senhora D. Mariana Coutinho, digo, de Lima, mandando, que se não tiver filhos o possa nomear em quem quiser.

Esta Senhora ficando herdeira cazou a 1ª. Vez com o Senhor André de Figueiredo Coutinho, filho de Francisco Vaz de São Payo e da Snrª. D. Marianna Coutinho, e vendo-se sem successão fez doação do referido Morgado ao Snr. Henrique de Figueiredo em 28 de Setembro de 17[04] que também se acha no Archivo d'esta caza no Masso 4º N.1 e de todos os mais bens livres que possuia assim moveis como de raiz aos Condes da Ericeira, com os quaes depois trouxe demanda o dito Senhor Henrique de Figueiredo, cujo feito se acha também no Archivo da Caza, à parte dos Massos, e só pode conseguir os dois juros, e as cazas abaixo mencionadas. As duas partes da Terça comprehendem o seguinte:

Propriedades deste morgado

Hum juro no Almojarifado d'Elvas de	136\$360
Hum juro na Caza do Pescado de Lisboa de	1000\$000
total.....	236\$360

Humas cazas na rua da Portagem em Lisboa as quaes não possuo, e não sei o como se desanexarão.

Pelo seu testamento mandou Antonio Fernandes d'Elvas vender hum Olival e humas cazas que tinha na cidade d'Elvas, que lhe erão foreiras, huns alqueires de azeite tâbem de foro em Moução, Termo de Santarem, cinco estins de terra em Alcanede huma (pág.98) pouca de fazenda, e em Almada huma pipa de vinho, ou oito mil reis, e vendendo tudo se empregue a sua emportância em bens livres, ou juro pra o Morgado, que havia instituido. Declarou que no Padrão de 343\$000 reis de juro no almojarifado d'Elvas havia constado estarem incluidos 136\$366 reis, os quaes não erão do morgado de seu Avô, por quanto havião sido dados em legitima a seu Irmão Jorge Fernandes d'Elvas, como tambem as cazas da Portagem, e manda se meta tudo em morgado, e se as cazas porterem de senço 320 reis ás Freiras de Odivelas se não poderem vincular, se vendão, e se compre juro ou bens livres para o morgado, e se comprem tambem quatro mil reis de juro, para se annexar à Capella do Rey Salvador, para effeito de se dizer huma missa todas as segundas feiras pelas almas do Purgatório.

Em 23 de Setembro de 1699** tomou posse o Senhor Pedro de Figueiredo dos ditos juros, e das cazas da Portagem, e em 11 de Outubro do mesmo anno fez dezistencia o Conde da Ericeira da posse dos dois juros assimia referidos, que havia tomado antes

** certamente por seu irmão se encontrar na India

Encargos deste Morgado

Huma missa cotediana pelas almas de Antonio Fernandes d'Elvas, de sua mulher a Senhora D. mariana de Lima, de sua Filha a Senhora D. Marianna de Lima e de todos os seus defunctos.(pág.98)

Nº8

(pág. 105)

A senhora D. Magdalena Luiza de Lencastre, Filha do senhor Pedro de Figueiredo e de D. Francisca Ignêz de Lencastre, cazou com D. Vasco da Camera. Por Escriptura feita em Lisboa em 6 de Dezembro de 1725, que se acha no Archivo d'esta caza no Masso 1º Nº15, instituhio hum Morgado perpetuo de todos os seus bens livres que possuuhia, direitos e acções, mandando que todos elles, e o que lhe pertencesse das Legitimas de seus Pais, andasse sempre em Morgado, com a natureza de Dotaes, sem nunca se poderem vender, nem alienarpo rmodo algum. Que seu Tio o Senhor Henrique de Figueiredo lhe deixara trinta e quatro mil cruzados em dinheiro, e estes lhe estava devendo seu Irmão o Senhor Rodrigo Antonio de Figueiredo, dos quaes lhe há de pagar juro de seis e quarto por cento, o qual importa annoalmente em oitocentos e cincoenta mil reis, cuja quantia quer que esteja na mão do mesmo seu Irmão, ou em outra, ou se empreguem em bens de raiz, será sempre a primeira parte d'este Morgado. Que tem mais quatorze mil cruzados que o referido seu Tio lhe deixou, dez mil cruzados para huma joya, com seus ganhos, que vierão a produzir estes quatorze, e d'elles lhe deve o referido Senhor Rodrigo Antonio de Figueiredo huma parte que importa a quantia de quatro centos e oitenta mil reis, e hum,

e outro manda que se ponha a juro de seis e quarto por cento, que importa em trezentos, e cincoenta mil reis, e tudo se meterá no dito Morgado, como tãbem vincula neste Morgado os vinte mil cruzados do Legado que seu Pai lhe deixou, o qual Legado se compoem de dêz mil cruzados que lhe deve seu Tio o Senhor D. Carlos de Noronha, Conde de Valadares, a juros, e dos juros atrasados d'este dinheiro, que erão oito mil cruzados, de que pagou trêz e se ajustou com o dito senhor pro escriptos que se passarão hum ao outro em 2 de Maio de 1723, em que aceitou do referido Conde huma consignação que principiou em o 1º de Janeiro do mesmo anno da quantia de 3333\$800 reis cada anno, com a qual se haviam pagar juros de 200\$000 reis do principal, e os 133\$800 reis ficavão para pagar os juros atrasados, que não vencem juros, pagos elles se abaterião no principal de dez mil cruzados.

Vinculou tambem ao seu Morgado, todas as joyas, prtaa e ouro que possuhia ao tempo que o instituhia, e por sua morte quem o herdar as venderá para empregar (pág. 106) o producto por ordem do Juizo para renda do dito Morgado, e só se não poderá vender hum diamante de preço que lhe deo a Senhora Infanta D. Francisca, para que fique em memoria que teve a honra de a servir. Que vincula tambem em morgado dois mil cruzados, que as Senhoras Raynhas costumão dar ás Damas para huma Joya. Manda que o dito Morgado seja regular, na forma das Leys do Reyno, que nunca se possa repartir, vender nem alhear em cazo algum, que o emprego deste dinheiro será em juros Reaes, ou em mãos particulares com Provizão Real, ou em bens livres por authoridade do Porvedor das Capellas que então for. Que n'este Morgado succederá o Filho Varão mais velho, e em sua falta, a Filha mais velha, tudo na forma das ordenações, e sendo Legitimos, e nafalta de todos, aquella pessoa no Morgado mais antigo da melhor Linha dos Figueiredos, dos mesmo tronco que a dita Senhora vem. Que tod os possuhidor d'este Morgado será obrigado a vincular- lhe a ametade da sua Terça na melhor forma de Direito.

Propriedades deste Morgado

Da lilegitima do Senhor Pedro de Figueiredo, que coube à Senhora D. Magdalena Luiza de Lencastre, e que manda vincular:	3:862\$078
Do Legado de seu Tio Henrique de Figueiredo.	19:200\$000
Dos serviços de Dama.....	500\$000
A divida do Conde de Valadares, que hé de 10\$cruzados fora os juros	4:000\$00
(Total).....	27:562\$078

Encargos d'este Morgado

Não tem encargos

Nº9

“A Snr^a. D. Luisa Joana Coutinho Filha de D. Felipe de Sousa, Capitão da Guarda Alemã., cazou com Rodrigo Antônio de Figueiredo, do qual não teve filhos. Instituhio Morgado de toda a importancia do seu dote(exceptuando as suas joyas, e mobilia, e seiscentos mil reis para poder delles testar) e tudo o mais que lhe poder pertencer, e tocar do Casal de seu marido para que tudo haja de andar nos sucessores d'esta caza com as mesmas vocações do morgado principal della. A dita instituhção se acha no Masso 1º do Archivo da Caza Nº 16

Deixou tambem em Morgado a sancta Imagem do Senhor Jezus Reformador, que se conserva na Capella da mesma Caza, com obrigação de o alumiaarem.

Propriedades deste Morgado

O dote da dita Senhora de

Na Alfandega do Porto huma tença de..... 500\$000
(..)

Não tem encargo algum

(pág.121)

Capela na Igreja de S. Nicolau em Lisboa

Vasco Lourenço, Filho de Lourenço Estaves, e de sua mulher, Izabel Affonso, Filha de Affonço Eannes, e de Clara Martins, fizeram ambos seu testamento e, Lisboa aprovado em 21 de Outubro de 1432, o qual se acha por certidão no Archivo d'esta caza no Masso 1º Nº.2 . Instituhirão dos seus bens moveis, raiz, e propriedades, huma Capella, e Albergaria, ou merciaría para quatro ou cinco pobres, mandando que a merciaría se fizesse em humas cazas forras que haviam comprado a João Esteves, que erão junto com a rua dos Albardeiros, e se gastasse annoalmente em sustento dos ditos pobres, missas, e reparo da Albergaria, tanta moeda corrente n'este Reino, quantos valerem 16 coroas de ouro do cunho de França, por este modo, que huma coroa se diga cada anno em missas caladas, com usas candeyas, por suas almas, Pelo Natal, Paschoa, e dia de Omnium Sancto, oito dias antes ou depois, por feito das fa«estas, e isto para sempre, e que treze coroas, e meia, se despedão na dita Albergaria, reformando-a primeiro, e seus leitos, e que tudo o mais das treze coroas, e meia, sirva para despezas dos referidos pobres, repartindo-as por elles o seu Provedor, e Vedor, segundo elles entenderem, de tal maneira que isto se faça todos os annos para sempre, e que o seu Vedor haja a coroa e meia que falta para completar as 16 cada anno. Mandão tambem, que o seu Provedor não possa vender, doar, empenhar, nem alhear as fazendas de raiz, que deichavão, por divida d'El Rey, nem por outra qualquer razão, e só lograla toda. Mandão que o seu lugar que tinham nos Olivaes, que trazião emprazado de Santo Estevão, que o haja aquelle que ficar depois da morte de cada hum d'elles, com o mesmo encargo, e que o possa nomear na pessoa que a forma do contracto da igreja manda.

Esta Capella veyo à caza pela Senhora D. Jerónima Lobo, veuva de Diogo de Brito da Silva, que a deichou ao Senhor Ruy de Figueiredo de Alarcão.

Propriedades desta capella

Seis moradas de cazas piquenas, que trazia de foro Bento Cordeiro, Capateiro (pág.122) que lhe aforou o Senhor Rodrigo António de Figueiredo, com a obrigação annoal de duas galinhas um frango, em.....7\$000
As galinhas arbitradas a 300 reis importão.....\$600
frango\$120
.....7\$720

Estas casas queimarão pelo grande terramoto do 1º de Novembro de 1755

Hum casal em Jannes Termo de Sintra, o Qual o Senhor Rodrigo Antonio de Figueiredo subrogou em 4 de Agosto de 1761, por humas fazendas no Lagar de Otta, pertencentes ao Juizo das Capellas.

Hum casal em Tirras Termo de Cascaes
Huma quinta fora dos Olivaes
Hum Lugar nos Olivaes emprazado a Santo estevão, do qual não menciona o foro.

Advertência

Do Casal de Tirras, Quinta fora dos Olivaes, e Lugar, não alguma como se dezanexarão d'esta Capella, e quem as pessue.

Encargos

Duas mercieiras a 1200 reis cada huma cada ano
Oito missas pelas quaes se dão 500 reis

(pág.131)

N.º11

Capela na Lobagueira

O Senhor Ruy de Figueiredo de Alarcão, meu 4º Avô, Filho do Senhor Jorge de Figueiredo, e de sua Mulher, a Senhora D. Maria de Souza. Por testamento feito, e aprovado em Lisboa pelo Tabellião Aurelio de Miranda em 11 de Dezembro de 1678, que se acha no Arquivo d'esta caza no masso 1º N.º 14, instituhio huma missa cotediana na Igreja do Lugar da Lobagueira, por sua alma, e de suas mulheres as Senhoras Dona Maria de Noronha, e D. Margarida de Menezes, como havia concertado com a dita Senhora D. maria, e com sua sogra a Senhora D. Catherina de Noronha. Declara no referido tesatmento, que a Senhora D. Maria Manoel de Vilhena, de quem tinha sido herdeiro, lhe deixara 120\$000 reis de juro na Caza da portagem, e nas cazas dos Cincos, para que d'elles 100\$000 reis ficassem obrigados à Capella de S. Julião, pleas quaes Missas se dariã 30\$000 reis cada anno, e o que sobejasse dos 120\$000 reis ficasse para elle. Declarou qumais, que os 20\$000reis com que se prefazem os 120 lhe ficassem de todos livres, que d'estes 20\$000 reis se dava mais d'esmola para ella 14~\$000 reis que se prefazião dos rendimentos do cazal do Monte Redondo

Nº12

Capella intitulada da Barreteira

Na Villa de Maçans de D. Maria, Comarca de Thomar, foi Vigario da Igreja daquella Villa o Padre Balthezar Alves, o qual por seu testamento que fez em 30 de Agosto de 1608, instituhio huma Capella na dita Igreja, com a obrigação de quem a admenistrasse, mandar dizer doze missas, pela alma do instituhidor; e o Padre que as dicerpedir aos ouvintes um P.N. e A.M. por sua tenção. Que esta Capella seja para sempre, e as fazendas, e propriedades que deichou para ella, andem sempre juntas e unidas. Estando esta Capella vaga por morte de Antonio da Costa Soares, que a havia denunciado á Coroa, o Principe Regente Nosso Senhor fez mercê della ao Senhor Conde Porteiro Mor D. Vasco Manoel de Figueiredo Cabral da Camera, por carta passada em Lisboa em 6 de Agosto de 1807, que se conserva no Archivo d'esta caza na Gaveta de pergaminhos, N.º 78, e isto de juro e herdade, e em compencação das terras que lhe deo nas Lezirias de Santarém, cuja data não teve efeito.

Propriedades desta Capella

Huma propriedade que consta de duas cazas terreas de telha vãa, com dois quintaes mysticos a ellas, tudo situado na Villa de Maçans de D. Maria

Huma terra à Fonte Galega, com Videiros e castanheiros

Trêz talhos de terra à cham da Ribeira do Velho, com oliveiras, e matto

Huma terra de matto à Fonte carvalha, com trêz castanheiros e oliveiras

Hum olival à cham das Redouças

Hum olival ao Val do Covo

Hum olival à Ladeira do penedo

(pág.140)

Huma courella de terra com trêz oliveiras, e outra terra alhêa

Hum olival ao fundo das Redouças com duas testadas de mattos

Huma terra no mesmo sitio, com oliveiras

Huma terra à Cabreira com cinco Carvalhos

Huma terra que foi vinha, com dois carvalhos à Ribeira do vaelho

Huma horta no mesmo sitio

Huma horta chamada a do Boi, com courela de matto tapada sobre si dois castanheiros e uma videira

Huma olival a onde chamão os Quintões da Rebouças

Hum olival a que chamão o canteiro

Huma terra à cruz da Pedra, que hoje hé vinha, com oliveiras, e matto

Huma terra com quatro oliveiras, e cercada de matto à Loinha

Hum terra com carvalhos, videiras, e testada de mattos no sito dos cantos

Huma olival, e Tugeira a onde chamão o Porto dos Carros ao fundo do ribeiro dos Cabaços

Hum olival à Ladeira das Redouças

Hum olival, com hum testada de matto ás Lameiras das Redouças

Hum olival nas lameiras das Redouças

Hum olival no mesmo sitio

Dois talhos de terra, e hum carvalho no sitio da vinha

A Terça parte de seis Carvalhos, e outro próximos à Ribeira

Hum Quintal na Villa à Porta da Carriça

(pág.141)

Hum talho de terra com carvalhos à Ribeira do Velho

Dois talhos de terra de matto, com dez e oito Oliveiras ás chans das Redouças

Huma horta tapada sobre si, chamada Quintal do Barreteiro, dentro das Quintas dos herdeiros de Manoel Alves dos Cazaes

Estas são as propriedades de que mandei tomar posse em 23 de Setembro de 1807, cujos papeis todos se achão no Masso 33. N. 44

Arrendei o fructo da azeitona pendente nas arvores a Manoel Bernardes das Relvas por.....124\$000

Em moeda metalica.

Arrendei todas as mais propriedades de que se compoem esta Capella, que são as especificadas assim, por tempo de seis annos a Manoel Bernardes de Faria, do Lugar das Relvas, por preço em cada hum anno de161\$000

pagos em dia da Paschoa da Ressurreição.....185\$000

Encargos desta Capella

Doze Missas pela alma do Padre Balthazar Alves, dando-se por cada huma sessenta reis e não menos, e ao diante hindo se lhe dará sempre a esmola competente

Nº. 13

A Senhora D. Marianna Coutinho, Filha do Senhor Duarte de Figueiredo, e de sua mulher a Senhora D. Violante de Abreu. Cazou com antonio Mouro da Silva, e por testamento que fez em Lisboa em 19 de Fevereiro de 1700, deichou a sua sobrinha a Senhora D. Leonor Margarida de Menezes, recolhida no Mosteiro de Santos, filha do Senhor ruy de Figueiredo, as propriedades abaixo declaradas. O dito Testamento se acha no Archivo d'esta caza no Masso 10 Nº 9.

Propriedades

Hum Morgado no Lugar do Seixal, pelo qual a dita Senhora D. Marianna Coutinho trouce demanda com o senhor André de Figueiredo Coutinho, Filho de Francisco Vaz de S. Payo, e da Senhora D. Marianna Coutinho, e Neto da Senhora D. Izabel Coutinho, instituidora do referido Morgado, porem como esta instituidora chamasse para a sucessão d'elle as femêas, e desde logo a Senhora D. Felipa de Figueiredo sua Sobrinha, Avô da dita senhora D. Marianna Coutinho filha do Senhor Duarte de Figueiredo, venceo esta senhora a cauza. Deste Morgado, e seu rendimento tratei já a página 49, Nº 5 deste Tombo

Huma Quinta no paço do Lumiar que constava de Cazas, Lagar, e terras, e tinha de obrigação quinze missas rezadas, e huma Cantada no Convento da Luz pela alma de D. Camilla Telles, e cem reis de foro à Igreja da magdalena, a qual Quinta vendi por 3:000\$ de reis a Antonio Colaço da Silva.

Em Otta 5 Oliveiras, 15 pez de Oliveiras, no olival das Fontes, mais 11 pez das ditas, 9 do Carvalhalathé à Fonte d'Aldêa, no Olival do Inferno 8 pêz de oliveiras. Hum olival pegado ao que tem esta caza com 65 pêz de Oliveiras. Duas terras no Valle de Otta que levãode sementeira dêz alqueires. Huma terra às Fontes, que leva quatro alqueires de sementeira. Huma terra na Varzea do dito Lugar, que leva cinco alqueires e meio e todas estas terras recebeo o Senhor Pedro de Figueiredo à conta de 300\$000 reis que lhe pertencião da Terça da senhora D. izabel Coutinho, Avô da dita Senhora, para se vincularem em Morgado.

Hum cazal em Torres Vedras, que tem as propriedades seguintes=Huma terra à Ponte de Rey=outra no sitio do Carrascal=Outra, e vinha no sitio da Conquinha=Outra ao Barro= Outra no taboleiro de S. João= Outra com Bacello à Corredoura= Outra chamada a Xixeira à Calçada da Serra da Villa, defronte da Quinta das Regueiras= outra no sitio d'Alconde, ou ribalte= outra abaicho de S. Miguel =Hum bocado de pouzio no sitio de Nossa Senhora do Ameal, ou Espectação, que em outro tempo foi cazal, que aforei em três vidas ao capitam D. Antonio Xavier Buytrago, pelo foro de dez alqueires de cavada, entregues n'esta caza por dia 15 de Agosto, a qual reputada a 400 reis o alqueire importa toda em4\$000

Aforei o dito cazal em três vidas a Manoel da Silva o mosca, e sua mulher Maria Antonia da Encarnação, pelo for annoal de sessenta alqueires de trigo, e trinta de cevada, postos nesta caza por 15 de Agosto, com a obrigaçam da Caza pagar só a Decima.

O trigo reputado a 600 reis o alqueire importa ao todo.....	36\$000
A cevada a 400 reis importa ao todo.....	12\$000
Hum foro de dez galinhas, que reputadas a 300 reis, importão.....	3\$000
Hum Juro na chancelaria da Corte de.....	15\$523
Hum foro em huns Ameaes, de	2\$400
.....	72\$925

Encargos d'estas fazendas

Não tem.

Nº 14

Otta

“A Quinta de Otta, que se pode conciderar ser tambem Solar desta caza por contar quaze uma igual antiguidade que o morgado do Castello de Lisboa; foi comprada pelo Snr. Ruy de Figueiredo, Filho do Snr. Jorge de Figueiredo (...) a Bartholomeo Pires e a sua mulher Ignês Leitoa, a quoaal naquelle tempo constava de cazas, Lagar de azeite, vinhas, e mais pertenças, comprando tudo por 50\$000 reis para o que precedeo Licença das religiosas de Odivellas, a quem o dito Snr. pagou o Laudemio de quarentena, do preço porque comprou o referido Prazo, que tinha sido de Pedro Affonço, Pai do vendedor, que era a primeira vida vereficando se a segunda no dito senhor, o que se pode ver no Masso 7º do Archivo da caza Nº1. Esta Quinta hê Prazo foreiro ao convento de Odivellas em 12\$800 reis, O referido Snr. no anno de 1449 [sic, trata-se do ano de 1499] justificou na Villa de Alenquer o deploravel estado de perdição em que a quinta se achava de sorte a que as ditas Religiozas tinham rogado ao sobredito Pedro Affonço cazeiro d'esta Quinta a aceitasse em 5\$000 reis de renda e que para o referido Snr. a reduzir a cultura lhe havia custar grande soma de dinheiro, o que se pode ver no Masso 38 do Archivo d'esta caza Nº1.

Esta Quinta e o que pertence á caza em Otta, se acha ao prezente demarcado e consta de Cazas nobres, Lagares de azeite e vinho, Adega, Celeiro, Palheiros, Aboguaría, Moinho d'agoa, Pomar de espinho, e carvão, vinhas, rebanhos, e mais de 831 pez de Oliveiras.

Propriedades em Otta, e suas annexas

Huma terra a onde chamão Entre as agoas, no Lemite do dito Lugar, e outra mistica, com 59 pés de Oliveiras, as quaes pertencem à Capella de Catherina Fernandez, que tem de obrigação trez missas na Igreja do referido Lugar, pelas quaes se dá 200 reis d, cujas fazendas forão confrontadas no anno de 1618 pelo juizo das Capellas de Alenquer. O Senhor Rodrigo Antonio de Figueiredo trazendo uma cauza com o promotor das Capellas, por que (pág. 158) pedia seis missas, o dito Senhor alcansou Sentença a seu favor em 12 de Março de 1737 por mostrar que erão só três, segundo a instituição; o que se pode ver no Masso 25 do Archivo d'esta caza N. 35

Humas terras no Lugar de Otta, que hoje pertencem à Capella de Vasco Lourenço., pelas quaes subrogou o Senhor Rodrigo Antonio, o cazal de janés em Sintra.

Huma terra na Varge de Otta, a onde chamão os Paços, que levará de sementeira doze alqueires; que a maior parte está posta de vinha, e fica junto ás da Quinta. Pertence á dita Capella de Vasco Lourenço

Huma courella de terra na Varge que levaria de semente 2 alqueires; e parte com fazendas da mesma Quinta. Pertence à dita Capella

Huma courella de terra na Varge, que levará de semente 2 alqueires. Pertence à Capella
Huma terra no Valle de Otta, que levará de semente 5 alqueires. Pertence à dita Capella.
Vinte e oito pez de oliveiras grandes que estão no Limite do Lugar de Otta em terras alheas. Pertencem à dita Capella.

Huma terra a onde chamão o Pomar novo

Huma caza com seu chão junto a ella sita na Boca da Matta.

Hum Arneiro com seus pêz de Oliveiras a onde chamão Val de Carro

Humas terras, e olivares, sitios no Lugar de Otta

Três pedaços de terra em Otta, hum na Varge, o qual foi de Antonio Pires, outro que vai para Monte de donde (redondo?), e o outro no caminho da Atouguia.

Hum olival em Ferragudo, Prazo em vidas à Igreja de Santo Estevão de Alenquer em 400 reis. Há huma certidão do Prioste d'esta Igreja, de Ter recebido vinte mil reis de Laudemio d'este Olival, e outra pela qual consta de dois Prazos sitios em Otta, foreiros, hum em 400 reis, o qual comprou o Senhor Pedro de Figueiredo, e o (pág. 159) outro sito em Ferragudo em 200 reis, e duas galinhas.

Huma terra chamada do Pelo. Sita na Varge de Otta, que levará 5 alqueires de semente, e tem três pêz de Oliveiras.

Duas terras baldias, e mattos huma por cima do cazal de Suro Galego, que consta de terras com seus mattos baldios, e seu pedaço de Bacello, e a outra chamada da Burralha que está antes de chegar a Monte redondo, que tambem consta de terras, mattos, e baldios.

Oito Oliveiras no sitio do Carvalhal junto à estada que vai dos Paços para Ott, digo para o lugar d'Aldea.

14 oliveiras com seu chão no sitio do Carval, Limite de Otta

2 ditos ás Fontes de Otta, na boca da matta, sitas na terra de Gonçalo Manoel.

Huma courella de terra, que consta de terras e oliveiras junto ao Lugar de Otta.

Huma terra na Varge dos paços que levará 12 alqueires de semente=17 pêz de oliveiras no mesmo sitio aos Carvalhaes hindo para Otta=Huma Oliveira no Olival chamado o Calhão, cuja terra hé de Jorge Fernandez= 3 oliveiras em terra da Quinta da Torre, duas juntyo ao Serrado de Jozé Henriques, e outra mais abaixo=hum serrado de terra com 5 oliveiras no sitio dos Paços= 2 oliveiras junto ao Olival dos Paços, em terra d'esta caza= Huma Courelinha de terra dentro no Serrado d'esta Caza, junto do Moynho=Huma courella de terra na Varge de Otta, que levará 2 alqueires de semente= 2 oliveiras na Boca da matta, huma d'ellas dentro da vinha do Pedro Manoel de Araujo, e outra de fora da mesma vinha= Huma terra no Valle de Otta, que levará cinco alqueires de semente. Estas fazendas tem a obrigação, e encargo de quatro Missas cada anno na Igreja de Otta

Dez alqueires de trigo no cazal chamado da Cotobia, no limite de Penafirme.

Huma terra no sitio de Val de Sequeiro, junto a Monte redondo

Huma terra a que chamão Val de Chiqueiro, sita no limite de Monte redondo

Três pedaços de vinha, que todos estão misticos, no sitio dos Arneiros do Lugar de Otta, dos quaes são dois foreiros, ou sençoes, cuja natureza se ignora, em dois alqueires(pág. 160) de trigo, e duas galinhas aos Monges de S. Jeronimo do Mosteiro do Mato.

Huma courella de terra no sitio de Monte redondo

Huma vinha, Pinhal, e matto, sito tudo junto ao lugar de Otta, a onde chamão Suro Galego, foreiras em 30 alqueires de trigo, e 2 frangas cada anno ao convento de S. Julião de Alenquer, da Ordem de S. paulo

Três pedaços de mato, no sitio de Val de Carro

Huma vinha dentro da Quinta d'esta Caza

Hum Serrado, e vinha chamada da Charneca, paga de foro ao dito Gonçalo Peixoto 3 almudes de mosto e 2 galinhas cada anno. Estas fazendas subrogou o Bernardo Manoel de Figueiredo Neves, pela Quinta chamada a Provença

Hum Senço de 1100 reis, Prazo Fateozim, em humas Cazas d'alto, e baixo, Pardieiro, e hum pedaço de terra ao redor

Duas cazas terreas a onde chamão os Paços, em Otta, arrendadas em (....)

A Quinta da Vedigueira, que se semêa de pão por conta da caza.

Hum cazal chamado de Suro Galego, que consta de terras de pão, vinha, arvoredos, matta burralha, oliveiras e outras pertenças. Declarou o vendedor d'este cazal na Escripura, que a venda hêe totlamente de todas as propriedades de que consta oo cazal, e charneca d'elle. N'este cazal se achão vinculados 300\$000 reis, que a Senhora D. Mariana Coutinho deichou no seu testamento ao Senhor Pedro de Figueiredo para este efeito, e se achão julgados por sentença do Juizo das Capellas de Lisboa em 16 de Junho de 1714, e o mais que o dito Senhor deo quando fez a referida compra.

(pág. 161)

A Quinta d'Aldea de Otta, que foi dos Padres paulistas

A Quinta de Val Longo, que meu Pai o Senhor Pedro da Camera comprou (...)

O Senhor Ruy de Figueiredo subrogou em 1592 huma terra que possuhia a onde se chama o Rabo de Camelo, que levava de sementeira dois alqueires e meio, por huma terra de pão chamada Adema, na Ribeira de Otta, que levará de sementeira cinco alqueires e meio, a qual era de Antonio Gomes de Carvalho.

Hum moynho, e suas pertenças sito no lemite do Lugar de Otta, que he foreiro à Mizericordia de Alenquer em 27 alqueires de trigo, e aos Frades de S. Paulo em 23 alqueires de trigo, 10 alqueires de mistura, e 6 frangos.

Hum bacello no lemite de Otta

Foros

HUmas cazas terreas, que conthém 2 cazas e 2 Pardieiros misticos ás mesmas, aforamento enfateozim1\$100

Humas cazas de Diogo Carneiro d'Almeida, foro annoal.....1\$100

Hum serrado de terra no Lugar de Otta, foreiro em duas galinhas boas.

Hum pedaço de Charneca, no destricto do Lugar de Otta, aforado a Manoel Henriques em 5 alqueires de trigo macho, e cinco frangas.

Vaárias propriedades, que se achão emprazadas a Anna [...] Filha de Joaquim Jozé Pereira.....7\$000

..... 9\$200

Encargos das fazendas de Ota

A Quinta de Otta paga de foro ao Convento de Odivellas 12\$800 reis cada anno. Hé Prazo em vidas*

Moynho dos Paços, e suas pertenças, paga de foro à Mizericórdia da Villa de Alenquer 27 alqueires de trigo cada anno** e aos Frades de São Paulo 23 alqueires de trigo, 10 alqueires de mistura, e 6 frangas.

Pelo Olival, que foi de Antonio Antunes a Ferragudo, junto ao Cazal de Suro Galego(pág. 162), e Aldêa do Telo, paga sse 400 reis cada anno pelo Natal à Igreja de Santo Estevão de Alenquer. Hé Prazo em Vidas

De humas terras que estão de vinha em Val de Carro, paga sse de foro a Gonçalo Peixoto, de Alenquer, 12 alqueires de trigo, 3 cântaros de azeite 6 galinhas, pelo Natal. Hé Prazo em vidas

Da vinha chamada da Charneca, paga sse mais de foro ao dito Gonçalo Peixoto, 3 almudes de vinho em mosto. Hé Prazo em vidas

De dois bocados de vinha no sitio d'Aldêa, vezinha a Otta, pagasse de foro, ou senço(que não se sabe o que hé) 2 alqueires de trigo e 2 galinhas ao Mosteiro de S. Jerónimo do Matto

Três missas na Igreja de Otta pela alma de Catherina Fernnandes, de huma terra no lemite do lugar de Otta, no sitio de Entre as águas

A vinha, o Pinhal, e matto, junto ao lugar d'Aldêa de Otta, a onde chamão Suro Galego que leva de cava 35 homens, paga de foro 3 alqueires de trigo, e franga ao Convento de S. Paulo

A Quinta de Val Longo hé Prazo em vidas, foreiro em 4 alqueires de trigo cada anno à Raynha Nossa Senhora

Da terra que foi Juncal paga sse de foro à Camera 400 reis cada anno

De hum curral para gado, com suas cazas terreas, e charneca de mattos, paga sse à dita Camera 400 reis cada anno

Pagasse de foro a D. Marianna Saavedra quatro alqueires, e meio de trigo, e 2 frangas, de huma terra junto à Quinta de Val Longo, que leva 20 alqueires de sementeira

Trêz cantaros de azeite de penção para o Santissimo da Freguezia de Otta

(Pág.169)

Morgado do Campo grande

Nº 15

Campo Grande

A Snr^a. D. Maria de Lima, filha de D. Pedro de Lima e da Senhora D. Margarida de Castro, cazou a primeira vez com António Fernandes d'Elvas, e segunda vez com D. António de Noronha. Por Testamento que fez em Lisboa em 4 de Agosto de 1662, que se acha no Archivo desta caza, no Masso Nº5 . nomeou em seu sobrinho o Snr. Jorge de Figueiredo, Filho do Senhor Ruy de Figueiredo de Alarcão, quatro Prazos no Campo Grande, Termo de Lisboa, que lhe havia deichado o seu primeiro marido.”

Propriedades deste morgado

Humas Casas nobres com huma Horta, foreiro em vidas á Sé de Lisboa em 1333 reis, 6 galinhas e dois frangos. Estas cazas, e Horta com suas parreiras, e arvores de caroço aforei em vidas a Francisco de Borja Antunes da Silva, em 36#000 reis cada anno, em 25 de Abril de 1796, o qual hé livre de tudo que hé tributo e do foro á Sé, com a obrigação de reedificar as casas dentro em seis meses.....36\$000

Huma Horta Prazo foreiro em vidas ao Convento de S. Vicente de Fora em 1200 reis, e 4 galinhas. Consta de cazas, vinhas, e um pedaço de olival.

Hma Horta que consta de cazas, vinha, e olival foreira em vidas ao Convento da Trindade de Lisboa em 20\$000 reis cada anno. Andão ambas arrendadas em80\$000

Treze moradas de cazas junto ás Casas nobres, cujo assento hé prazo emfateozim foreiro á Câmara de Lisboa em 40 reis cada anno. N'estas cazas assistem os inclinos seguintes.

Candido Jozé paga de hum quarto de cazas..... 8\$000
 Jozé Joaquim, official de carpinteiro, paga de hum quarto de cazas.....9\$600
 133\$600

(Pág. 177)

Vem da lauda antecedente..... 133\$600

António Francisco da Costa Pimenta, paga de humas lojas.....9\$600
 Marteniano Bonifácio, paga de humas lojas.....9\$600
 Jozé Ribeiro, paga de hum quarto de cazas.....7\$000
 Joaquim Jozé Marques, paga de huma caza.....7\$500
 Caetano Jozé Garcia, paga de seis cazas, sobrados e lojas.....28\$800
 Manoel Joaquim, paga de hum quarto de cazas.....9\$600

205\$700

Os encargos destas propriedades ficão mencionados assim.

Acho no Testamento de Antonio Fernandes d'Elvas, e no da Senhora D. Maria de Lima, fazerem menção do Prazo de S. Roque da Cataquefarás, foreiro ao Convento de Santa Clara, porém meus antepassados não o possuirão, e não posso descobrir aonde pára.

(pág. 177)

Casal de Monte Redondo
 Nº 16

A Senhora D. mariana Coutinho, Filha de Pedro Jacome de figueiredo e da Senhora D. Izabel coutinho, instituidora do morgado do Seixal. Cazou com Francisco Vaz de S. payo. Por testamento que fez em Lisboa aprovado em 4 de Junho de 1670, deichou ao Senhor Ruy de Figueiredo seu Primo, o Casal de Monte Redondo, pro haver sido dos Avós de ambos, e estar junto das suas fazendas, com obrigação e encargo de dar cada anno, seis mil reis de esmola ás Freiras Capuchas do Convento do Calvario de Evora, e que querendo o dito Senhor dezobrigarse d'este encargo, o poderia fazer dando 100\$000 por huma vez somente ao referido Convento as quais Freiras são obrigadas a aceitallas. N'este casal impôz o Senhor Ruy de Figueiredo 14\$000 reis para a Missa cotediana, que por seu testamento instituhio na Igreja da Lobagueira, e o resto para completar os 34\$000 reis que manda dar pela Missa, impôz 20\$000 reis nas tenças da Senhora D. Maria Manoel de Vilhena.

Propriedade

O Casal de Monte Redondo que Consta de terras de pão o qual parte com a Quinta d'Otta. Costumasse fabricar por conta da caza, e por este motivo não vai lançado aqui o seu rendimento.

Seis mil reis cada anno de esmola ás Freiras do Calvário de Évora, cuja esmola está remida. 14\$000 reis para a Missa cotediana do Senhor Ruy de Figueiredo na Lobagueira. (pág. 181)

Nº 17

Alcaidaria Mor da Sertã, e Pedrogão

O Serenissimo infante Dom Francisco por sua carta datada de 23 de Dezembro de 1734, da qual se acha a certidão no Archivo d'esta Caza, no Masso 29 Nº. 57; fez mercê a meu Avô o Senhor D. Vasco da Camera, da Alcaidaria mor do Castello, e Fortaleza da Villa da Sertã, e suas annexas, que havia vagado por fallecimento de D. Francisco de Souza, e isto em attenção aos serviços de seu Pai o Senhor Conde da Ribeira grande D. Jozé Rodrigo Telles da Camera, que havia sido Gentil Homem da sua Camera alguns annos, e lhe Ter deichado os seus serviços.

No Archivo d'esta Caza se acha o Tombo de todas as propriedades que pertencem a esta Alcaidaria môr, o qual o mandou fazer meu Avô o Senhor D. vasco da Camera, e no Masso 14 do mesmo Archivo existem algumas noticias de fazendas da Alcaidaria Môr. Ella andou sempre arrendada, e prezenemente a tráz Domingos Nunes por 160\$000 cada anno, livre de Decima e de todas as mais penções, e tributos, pagos em dois pagamentos iguaes de Natal e S. João

(pág. 187)

N.18

Comenda de Merlim

A Comenda de S. pedro de Merlim no Arcebispado de Braga, veyo a esta caza pelo cazamento da Senhora D. Maria Thereza de Noronha, primeira mulher do Senhor Ruy de figueiredo, Filha do Senhor Christovão Soares, do concelho do Senhor Rey D. João 4º, e de El Rey D. Felipe 4º, e seu Secretario de Estado, que fez mercê d'ella á dita senhora em duas vidas, em remuneração dos Serviços de seu Pai em 12 de Agosto de 1611, o que consta da carta de mercê que se acha no Archivo d'esta caza no Masso 29 Nº9, e pela escriptura de dotte da mesma Senhora, que está no Masso 13 Nº 2.

No referido Archivo existe o Tombo que se fez d'esta Comenda em 13 de Janeiro de 1614, no qual se pode ver o que lhe pertence, e no Masso 15 as escripturas de variso aforamentos, e arrendamentos de propriedades que eprtencem a exata comenda.

Por Escriptura celebrada no anno de 1806, arrendei esta Comenda por tempo de três annos a D. Francisca Thomazia de Souza Cardoso, Manoel Gomes da Silva e Pedro gomes da Silva, todos Socios e Companheiros, assistentes na cidade de Braga, pela renda annoal de830\$000

Livres de tributos, e pagos em dois pagamentos iguais de Natal e S. João, e pitanças seis arrobas de prezuntos pela Paschoa da Ressurreição, e quarenta varas de guardanapos dos largos, de preço de 280m reis a vara em priemira mão, cujo arrendamento teve principio em 24 de Junho do dito anno de 1806, e há de findar em outro igual dia.

Pág. 193

Nº 19

Comenda S. Salvador de Castellães da ordem de Cristo no Bispado de Vizeu

A Comenda S. Salvador de Castellões, da ordem de Christo, no Bispado de Vizeu, de que a Senhora Raynha D. Luisa governando o Reyno na menoridade de seu Filho o Senhor Rey Affonço 6º, fez mercê ao Senhor Ruy de Figueiredo de Alarcão em 14 de Agosto de 1657, foi dada em remuneração de trinta e seis annos de serviço feitos pelo dito senhor. O achar-se na recuperação da Cidade de S. Salvador, na Aclamação do Senhor D. João 4º sendo das pessoas mais confidentes, que nella entrarão, na defenção d'Elvas, e por duas vezes ser governador das Armas da Provincia de Traz os Montes, cujo Alvará está no Archivo d'esta caza, no masso 29. N.º 26

Como no Archivo da Caza se acha o Tombo das fazendas que pertencem a esta comenda, o qual se fez em 1658, e no Masso 16 algumas Escripturas de aforamentos, julguei desnecessario repetillas aqui pois a arrecadação e cobranças pertencem ao actual Rendeiro.

Por escriptura feita em 25 de Janeiro de 1804 arrendei esta Comenda, com as seguintes de Besteiros e de Sinfães, e o Morgado de S. Cosmadinho, por tempo de quatro annos a Daniel Nunes Vizeu, em nome da sua Companhia, que corre debaixo do nome, e firma de viuva Mendes, e Companhia, pelo preço, e renda annoal de5.150\$000

E de pitaņas quarenta e cinco arrobas de prezuntos e oito cargas de verdiaes, a saber, a Comenda de Sinfães 2:400\$000 reis, e de pitaņas vinte arrobas de prezuntos, as de Castellões, e Besteiros 2:500\$000 reis, e de pitaņas vinte, e cinco arrobas de prezuntos e oito cargas de verdiaes, em duas partidas, e o Morgado de S. Cosmadinho em mangualde 250\$000 reis. O dinheiro pago em quantias iguaes de Paschoa, S. João, S. Miguel, e Natal, a pitaņa de prezuntos pela Paschoa da Ressureição, e os verdiaes em seu tempo devido. Este arrendamento teve principio em 24 de Junho do dito anno de 1804, e há de findar vespóra de outro tal dia.

(pág. 199)

Nº20

Comenda de Sinfães

A Comenda de S. João Baptista de Sinfães, da Ordem de Christo, no Bispado de Lamego, foi dada pela Senhora Raynha D. luiza, governando o Reyno, na menoridade do Senhor Rey D. Affonço 6º, ao Senhor Ruy de Figueiredo de Alarcão, em 14 de Agosto de 1657, em remuneração dos seus grandes serviços, cujo Alvará está no Archivo da Caza, no Masso 29, N26

No dito Archivo existe tmabem os Tombos que se fizeram d'esta Comenda, hum em 1632, outro em 1633, e o ultimo em 23 de Setembro de 1644, nos quaes se pode ver as propriedades que lhe competem ao todo, e no Masso 17 as Escripturas de alguns aforamentos.

O Senhor Ruy de Figueiredo de Alarcão em 20 de Setembro de 1667 comprou a Luiz Alves Cieira, huma caza terrêa, e telhada, sita no Terreiro no lugar de Louredo da Ponte, junto á Capella de S. Bento, por 22\$000 reis, e comprou tambem huma caza arruinada sita no dito Lugar, como tambem outra arruinada,, e têrrea, no lugar de Travassos por 7000reis.

Esta Comenda com a de Castellões arrendei a Daniel Nunes Vizeu, e Companhia, como se pode ver a Pag. 193N.19 d'este Tombo.

(pág.205)

Nº 21

Comenda de Besteiros

A Comenda de S. Thiago de Besteiros da Ordem de Christo, no Bispado de Vizeu, foi mercê que fez a Senhora Raynha D. Luiza, em 12 de Novembro de 1657, governando o Reyno, na menoridade do Senhor Rey D. Affonço 6º, ao Senhor Ruy de Figueiredo de Alarcão, em attenção aos muitos e grandes serviços, que fez a esta Corôa, com a faculdade de poder succeder n'ella, seu Filho mais velho, cujo Alvará se acha no Archivo d'esta caza no Masso 29N.23.

Como se acha também no dito Archivo o Tombo que se fez d'esta Comenda, em 5 de Novembro de 1638, n'elle se podem ver as propriedades que lhe pertencem, e no Masso 17 as Escripturas que o Archivo conserva de alguns aforamentos que se tem feito.

Arrendei esta Comenda com as de Castellões, e Sinfães a Daniel Nunes Vizeu, e Companhia, como fica demosntrado a Pag. 193 N°19 deste Tombo

(Pág.211)

N°22

Comenda de Babe

A Comenda de S. pedro de Babe, da Ordem de Christo, no Bispado de Miranda, veyo a esta caza. Pela mercê que d'ella fez o Senhor Rey D. João 5º a meu Avô o Senhor D..vasco da Camera, em Remuneração dos serviços de seu Pai, o Senhor Conde da Ribeira grande D. Jozé Rodrigo Telles da Camera.

As noticias que tenho das propriedades que pertencem a esta comenda, se reduzem meramente aos Documentos que se conservão no Archivo da Caza no Masso 17Nº 1-2e 3, que são os arrendamentos que se tem feito da referida Comenda. Na Gaveta dos Pergaminhos, no N°39 se conserva a carta da dita Mercê.

Em o 1º de Agosto de 1807 arrendei esta Comenda por tempo de quatro annos a Cosntantino Joaquim de Mattos, Negociante da praça de Lisboa, pela renda de 440\$000 annoalmente, livres de Decima, e de todas as mais penções, tributos e encargos prezentes e futuros, pagos em dois pagamentos de Natal, e S. João, e de pitança seis arrobas de prezunto cada anno, pago tudo n'esta caza por conta, risco e despeza do Rendeiro, cujo arrendamento teve principio em 24 de Junho e há de findar, vespóra de outro tal dia do anno de 1811

(pág. 217)

N°23

Maninhos da Covilhã

Os Maninhos da Villa e Comarca da Covilhã, de que os Senhores desta Casa tem sido e são Donatarios desde tempos muito remotos, acho só a sua antiguidade pelo Tombo que se dez d'elles em 4 de Julho de 1605, em cujo tempo os possuihia o Sr. Ruy de Figueiredo, epor uma Ordem do Concelheiro d'Estado Luiz da Silva de 23 de Fevereiro de 1628 derigida ao Provedor da Cidade da Guarda para ouvir o povo daquela Villa, e seu Termo sobre a pertenção do Senhor Jorge de Figueiredo, filho do referido Senhor, de se lhe passar huma Provizão na qual se declarasse o que havião pagar os foreiros pois não querião pagar dez de hum segundo o foral da dita Villa manda, mas sim querião pagar de doze hum por estarem nessa posse, e isto tendente a continuarse o Tombo que se havia principiado de todos os bens pertencentes aos Maninhos de que era Donatario, cujos papeis se conservam no Archivo d'esta Caza no Masso 38, nº 18.

Continuarão os Soberanos da Coroa Portugueza desde D. Felipe 2º athé ao prezente a Confirmarem a Donataria dos Maninhos a esta Caza.

Ainda que no referido Archivo existe o dito Tombo e faça menção de immanças propriedades que lhe competem, vendo o Senhor Rodrigo António de Figueiredo, meu avô e Pai a grande deterioração em que se achavam as rendas dos Maninhos, acodirão a isto e mandarão fazer novo Tombo; porem os moradores da Covilhã, e Termo, se houveram de tal modo com o Ministro, nas quaes forão repellidos, e obterse hum Alvará para se continuar com o Tombo, se amotinarão de forma que foi precisa huma rezoluçãi superior para que o Corregedor da Comarca de Vizeu devassasse do cazo e dos sublevadores, a qual se acha no Archivo d'esta Caza no Maço 36, Nº 45. O dito Alvará he muito circunstanciado pois manda reduzir a taixa certa e estima as penções, e para se cobrarem executivamente, do qual existe huma Certidão no Archivo da Caza no Masso 39 Nº 42. (pág. 218) Nos Tombos que se conservão no Archvo da Caza se podem ver as propriedades que pertencem aos Maninhos, das quaes sé existem no dito os títulos seguintes.

Hum Prazo no sitio do Mayorial Limite do Lugar de Turtuzendo, Termo da Covilhã, que consta de hum Casal duas moradas de cazas, terras, chãos de regadio, souts e olival tudo junto paga de foro annoal 18 alqueires de pão meado, de trigo e senteyo, pela medida nova e 3 galinhas.

Pelo Auto da posse que tomou o Senhor rodrigo António de Figueiredo em 20 de Maio de 1722 das fazendas pertencentes aos Maninhos, consta tomalla principiando da Porta da traição athé a Fonte do Lagarto e da Quinta de Cantar galo athé à estrada de Manteigas. No sitio das Ferrarias pelo cume da serra athé humas terras que partem com as da igreja de S. João Martir, dalli athé onde chamão o Balhadeiro, athé dar em terras que erão do Lameira, que naquele tempo possuhia o Tenente Coronel Manoel Roiz Leitão, e seguirão a medição que consta do Tombo Veja-se Masso 31, Nº5 no Archivo da Caza.

Hoje não se cobra nada das respectivas propriedades dos Maninhos e a Caza tem só o título de Donataria d'elles.

(pág. 227)

Nº 24

Lezíria da Praya

A Lezíria da Praya, sita na Cabea de Alcoelha, Amieira e Estins nos Arneiros de Salvaterra de Mafos hê hum Prazo pertencente à Raynha e ao Principe a quem á muitos anos os Senhores d'esta Caza tem aforado em vidas por diversos foros, desde 46 alqueires de trigo annoeal athé 105 alqueires que hoje se pagão por 15 de Agosoto no Almojarifado de Alcoelha de Villa Franca.

Há no Archivo d'esta Caza no Masso 19 Nº15huma certidão do Escrivão da Contadoria das Lezirias de huns papeis de mercê de huns corredouros que no Livro do Registo se achão registados de 1664 e de hum Decreto do Senhor Rey D. João 4º, em que declara haver feito mercê ao Senhor ruy de Figueiredo de outo moyos de terra de sementeira, junto à Lezíria da Praya, cujo foi passado em 1648; como também no referido Masso nº 33 o traslado em publica forma de huma Sentença se reconhecimento de foro á Coroa que o dito Senhor fez em 18 de Novembro de 1645, perante o Provedor das Lezírias a quem apprezentou a sua Carta de aforamento, na qual se compreendem as mercês de aformaenteo da Lezíria da Praya que corre desde o anno de 1480, e diversas medições o que tudo visto pelo Provedor procedeo a nova medição em que se acharão quinze moyos, dez alqueires e três quartos de sementeira. Há na dita sentença incorporado o Auto da posse que tomou o Senhor Pedro de Figueiredo de hum pedaço de terra na referida Lezíria, que pela medição que se fez se achou serem vinte e dois alqueires de terra.

No mesmo Archivo se acha a carta de confirmação, renovação de emprazamento e aforamento em vida de três pessoas que fêz o Senhor Rey D. Jozé 1º a meu Avô o Senhor

D. Vasco da Câmera, da referida Leziria pela Sessão que lhe fez seu cunhado o Senhor Rodrigo António de Figueiredo que n'este Prazo foi ultima vida pelo foro anual de 46 alqueires de trigo.

Arrendei esta Leziria em 1805 por tempod e três anos com as mais terras pertencentes como também oito moios de terra no sito de Mont'Alvão, no dito Lemite a D. Maria Francisca Benedita da Silveira Palmeiro, Admenistradora da Caza de seu marido João António de Moraes Palmeiro, pela renda annoal de1:344\$000
(pág.228)

Vem da Lauda antecedente1:344\$000

Pagos a quartéis adiantados, e assim mais oitenta moyos de cevada e oitocentos panos de palha, metade triga, e a outra de cevada, livre tudo de encargos

A cevada reputada a 400 réis o alqueire importa.....1:320\$000

.....2:664\$000

(pág. 235)

Nº 25

Propriedades da Villa de Salvaterra

Huma scazas nobres situadas na rua direita da Villa de Salvaterra de Magos que constão de altos e baichos, quintal, e meio poço as quais comprou meu Avô o Senhor D. Vasco da Câmera por 480\$000 reis a António Francisco da Cruz, Testamenteiro de António dos Santos Canaval de quem as ditas casas forão pelas haver penhorado a Martinho Velho Holdemberg, cuja Escritura e Sentença se acha no Archivo d'esta Caza no Masso 18, nº 22.

Hum celeiro na rua direita da referida Villa que o Senhor D. Pedro da Camera meu Pai comprou em 21 de Janeiro de 1792 por preço de 55\$000 reis a D. Antão d'Almada, cuja escriptura se acha no dito Archivo no masso 18 Nº 23.

(pág. 241)

Nº 26

Tenças e Juros que possui a Caza

Tenças

O Senhor Rey D. João 4º por Alvará passado em Lisboa em 3 de Abril de 1665 fez mercê ao Senhor Henrique de Figueiredo de huma tença na Caza das Carnes com antiguidade de 21 de Fevereiro de 1665 de.....100\$000

A Rainha D. maria 1ª Nossa Senhora em 18 de Dezembro de 1777 fez mercê á Senhora D. Margarida de Menezes, sua Dama Camarista da Senhora Infanta D. Francisca em satisfação dos seus serviços se huma tença no Almoxarifado dos vinhos com antiguidade de 7 de Agosto de 1788 de.....500\$000

De cuja tença foi feita mercê a meu Pai o Senhor D. Pedro da Camera e seu Filho de mais huma vida em todos os bens da Coroa e Ordens.

A referida Senhora em 1777 fez mercê à mesma Senhora para o dito mei Pai de outra tença com antiguidade de 28 de Agosto de 1778 também no Almoxarifado dos vinhos de300\$000

O Senhor D. João 5º em 13 de Maio de 1727 fez mercê a minha Avó a Senhora Dona Magdalena Luisa de Lencastre pelos serviços de Dama da Senhora Raynha D. Maria Anna de Austria, e de Camarista da Senhora Infanta D. Francisca de huma tença na

Alfândega do Porto, com antiguidade de 28 de Maio de 1727 de500\$000

O mesmo Senhor em 26 de Abril de 1731 fez mercê á Senhora D. Luiza Joanna ... 1:400\$000

(p. 242)

Vem da Lauda antecedente1:400\$000

Joana Coutinho pelos sérios de Dama da Senhora Infanta D. Francisca de huma teça no Almoxarifado do Porto, com antiguidade de 6 de Março de 1731 de.....500\$000

Esta senhora vinculou ao morgado a referida tença.

A Raynha Nossa Senhora D. Maria 1ª em 15 de janeiro de 1765 fez mercê a minha Mai D. Marianna de Menezes pelos serviços de sua Dama e Dama Camarista do Senhor Infante D. João, de huma tença na Alfândega do Porto com antiguidade e 26 de Setembro de 1787 de.....500\$000

Juros

Dois juros no Almoxarifado de Torres Vedras e Alenquer com antiguidade de Janeiro de 1583.....96\$500

Hum Juro no Almoxarifado da Caza dos Cincos, com antiguidade do 1º de Janeiro de 1592.....103\$509

Hum Juro na Chancelaria da Corte com antiguidade do 1º de Janeiro de 1598.....12\$500

Hum Juro na Alfandega de Lamego com antiguidade de 25 de Fevereiro de 1627100\$480

.....3:612\$989

(pág. 249)

Nº 27

Palacio da Boahora

Os Senhores Rodrigo António de Figueiredo e D. Vasco da Camera, meu Avô, achando se sem caza domiciliaria e própria para sua assistência por se lhes haver arruinado no grande e memorável terramote do 1º de Novembro de 1755 as em que vivião no Pateo de F. Fradique ao Castello de S. Jorge em Lisboa, mandarão edificar no sitio da Boahora, Freguezia de Nossa Senhora d'Ajuda de Bellem, que desde o referido tempo athê ao prezente tem servido de acomodação aos Senhores que lhes succederão.

Com o refeido palácio se tem gasto somas consideráveis, como se pode ver pelas relações e recibos que parão juntos no Archivo d'esta Caza á parte dos Massos.

(pág. 255)

Nª 28

“ A Snrª D. Jerónima Lobo veuva de Diogo Brito da Silva, por doação que fez em Lisboa a 14 de Maio de 1645,(...) deixou ao Senhor Ruy de Figueiredo, o seguinte

Hum Prazo no Lugar do Carregado, que consta de cazas, vinha terras de pão, olival e Pomar, o qual he foreiro em vidas á mercieiras da Raynha Santa Izabel, existentes na villa

de Alenquer, em 100 alqueires de trigo, e hum tonel de vinho, ou cinco mil reis por elle.
(...)

A Quinta de Monte de Loyos perto do lugar do Carregado, que consta de cazas, vinha terras de pão, olival e arvores de fructo, que hé foreira aos Padres de S. Domingos em 10\$000 reis cada anno, a qual hé Prazo em vidas(...).

A Quinta da Especendeira da Bordalia ou Brandôa junto ao lugar do Carregado, a qual hé foreira ás mercieiras da Rainha Santa Isabel em vinte alqueires de trigo, e vinte de cevada cada anno, a qual consta de duas cazas, que servem de Palheiro, terra com algumas Oliveiras, vinha, matta e mattos(...).

(pág.256)

Hum Prazo chamado do Valle Termo de Santarem, o qual consta de sette Courellas, d'ellas são seis livres, foreiro em 1090 reis á Comenda d'Alpedriz,(...)

Huma morada de cazas na rua das Parreiras, fora das Portas de Santa Catherina em Lisboa, Prazo fateozim perpetuo, foreiro ao Cabido da Sé da mesma Cidade em 400 reis cada anno, e duas galinhas Hoje se achão vendidas.

Trêz moradas de cazas a Castello Picão e não se sabe que tenham foro algum, e estão alugadas hoje em ...(..)”

Rendimentos da casa do 1º Conde de Belmonte

Morgado do castello	1:211\$120
Morgado da Lobagueira	782\$550
de lavra	100\$000
Morgado de S. Julião	124\$409
Morgado de do Seixal	105\$400
Morgado de Belmonte	7:100\$000
Morgado das Terças	236\$360
Capela de S. Nicolau	7\$720
Capella da Barreteira	185\$000
Fazendas da Snrª D. Mariana Coutinho	72\$925
Foros em Ota	9\$200
Casas e hortas do Campo Grande	205\$700
Comenda de Merlim	830\$000
Alcaldaria Mor da Sertã	160\$000
Comenda de Sinfães, Castelões, Besteiros e Morgado de S. Cosmadinho	5.150\$000
Comenda de Babe	440\$000
Leziria da Praya	2:664\$000
Tenças	2:400\$000
Fazendas de D. Jerónima Lobo no Carregado	561\$400
Foro em Sintra	24\$000
TOTAL	22:370\$080

ANEXO N° 13

Tombo de 1807- Index de Todos os Papeis do Archivo da casa ACBL, Livro nº 51

Index de Todos os Papeis do Archivo da casa				
Data doc.	Descrição	Nº Maço	Nº Documento	Designação
INSTITUIÇÕES DE MORGADOS E CAPELAS				
1632-05-22	Tombo da Capella que administrou o Sr. Cristóvão Soares, sita no Convento de Santa Clara em Lisboa, a qual foi instituída por Rui Gonçalves Franco, Cavaleiro vassalo do Conde D. Pedro e marido de Sancha Domingues, por testamento feito em 10 de Janeiro de 1384, no qual deixou a obrigação de se manterem dois capelães cada ano perpetuos, que digam cada dia missa rezada por sua alma e de seu amulher, a cada um dos quais daraõ 50 libras dois quarteiros de trigo e ornamentará a Capela. Feito em Lisboa pelo Doutor Pedro Guterres da Fonseca, Provedor das Capelas a 22 de Maio de 1632.	1	1	Instituições
1722-04-18	Certidão de Manuel Correia dos Santos, escrivão das capelas, da conta da capela de Vasco Lourenço, sita na Igreja de S. Nicolau em Lisboa, que se pediu ao senhor Pedro de Figueiredo, da qual é administrador o António de Figueiredo. Dada em Lisboa a 18 de Abril de 1722	1	2	Instituições
1517-04-23	Cópia do testamento dos senhores Rui de Figueiredo e D. Maria Correia sua mulher, pelo qual instituíram o morgado da Lobagueira e a capela de Nossa Senhora da Assunção na Igreja do Convento de S. Bento dos Loios. Feito na Quinta de Ota em 23 de Abril de 1517.	3	1	Instituições
1517-04-23 17??-10-13	Certidão de Manuel Pontes, escrivão das Capelas, do auto da conta da capela que instituiu o senhor Rui de Figueiredo na Igreja de S. Bento de Xabregas. Passada em 13 de Outubro de 17.... [sic] . IBY Instituição da dita capela por testamento feito por frei João do Outeiro, Frade de S. Francisco, em Ota a 23 de Abril de 1517.	1	3	Instituições
1774-10-04	Certidão do escrivão das capelas, João Manuel de Pontes, da conta que deu o António de Figueiredo, da capela que instituiu o senhor Rui de Figueiredo no convento de S. Bento de Xabregas a qual conta se tomou até ao ano de 1738. Passada em Lisboa a 4 de Outubro de 1774.	1	4	Instituições
s.d.	Certidão da instituição da capela de Brás Afonso Correia sita na Igreja de S. Tomé em Lisboa e do morgado do Castelo.	2	1	Morgado do Castelo
1520-09-03	Certidão de Jorge da Costa de Lemos, escrivão da Provedoria das capelas, do testamento com que faleceu Brás Afonso Correia o qual foi aprovado em Lisboa em 3 de Setembro de 1520.	1	5	Instituições
1742-11-20	Sentença Cível em que são partes o Prior e Beneficiados da Igreja de S. Julião em Lisboa, contra o Senhor Rodrigo António de Figueiredo obrigando a pagar as missas da Capela que naquela Igreja instituiu Catarina Vicente na forma da Provisão do Eclesiástico, e não como a dita deixou no seu Testamento. Dada na Relação de Lisboa a favor do referido Sr. em 20 de Novembro de 1742.ITEM. Certidão de Manuel de Pontes, Escrivão das Capelas, da instituição da capela acima mencionada	4	1	Morgado de Lavra
1559-01-09 1560-08-06	Copia do Testamento de Christovão de Brito, casado com D. Brites de Ataíde, pelo qual instituiu o morgado de S. Lourenço e a Capela da Assunção na Igreja do Convento da Madre de Deus de Lisboa, Chamando para primeiro Administador dele a seu Sobrinho João de Brito, no qual fez varias vocações e em defeito de descendentes e transversais lhe da faculdade para livre nomeação ao ultimo possuidor sendo Fidalgo de conhecida nobreza. Feito em Lisboa a 9 de Janeiro de 1559. Fez depois vários codecilos e o último em 6 de Agosto de 1560. Não é autêntico.	1	6	Instituições

1725-07-10	Certidão do Padre Jerónimo de Santo Thomás, Cartorário de Convento de S. Bento de Xabregas do Testamento da Sra. D. Isabel Coutinho, instituidora da Capela de Nossa Senhora da Assunção na Igreja do dito Convento. Passada em Lisboa a 10 de Julho de 1725.	6	1	Morgado do Seixal
1761-12-30	Certidão do escrivão das Capelas António de Pontes, de um título de Autos da conta da Capela que instituiu a Sra. D. Isabel Coutinho em S. Bento de Xabregas, que se pede ao Reitor, e mais Padres do dito Convento como Administradores d'ela, com a Cópia do Testamento da dita Sra. Passada em Lisboa a 30 de Dezembro de 1761.	1	7	Instituições
1758-04-06	Certidão de José da Cunha Machado, Escrivão das Capelas, da conta da Capela que instituiu a Sr ^a D. Camila Teles na Igreja do Convento de Nossa Senhora da Luz, da qual é Administradora a Sr ^a D. Paula de Menezes, Religiosa no Convento de Santos. Passada em Lisboa a 6 de Abril de 1758. Com o Testamento da dita Sr ^a D. Camila Teles. ITEM. um requerimento de Ignacio Vieira da Maya, Irmão da referida, para lhe mandarem dar posse dos bens pertencentes a dita Capela	1	8	Instituições
1593-01-17	Testamento de Branca Roiz, Filha de Simão Roiz e de sua mulher Catarina Fernandes, pelo qual instituiu um morgado e Capela de umas courelas de terra que tinha nos Campos de Salvaterra, chamando para sucessor dele a Jorge Fernandez Aires, seu sobrinho na falta de Simão Roiz, também seu sobrinho com a obrigação de certas missas anuais na Igreja da Magdalena deixando para doze missas rezadas cada ano umas casas que tinha na rua direita de S. Cristóvão, que rendiam 6\$000 reis. Feito em Lisboa a 17 de Janeiro de 1593	1	9	Instituições
1628-03-15	Cópia da Cédula do Testamento com que faleceu D. Maria da Silva, mulher de Cristovão de Brito e Mãe de Diogo de Brito, pelo qual instituiu um morgado e Capela na Igreja do Convento da Madre de Deus de Lisboa, vinculando-lhe as suas casas grandes do Rossio na entrada da Caldeiraria e umas casas grandes no Lugar do Barro, e o Olival do Canto no dito Lugar, com as obrigações de uma Missa em cada semana, e os sucessores juntarem a este Morgado e Capela toda a sua legítima, e a terça da sua terça. Feito em 15 de Março de 1628. Falta-lhe o fim.	1	10	Instituições
1629-01-03 1724-03-28	Certidão de José da Silva Veloso, Escrivão dos Orfãos do Testamento com que faleceu a Sr ^a D. Isabel Coutinho, viúva de Bernardim Esteves, pelo qual instituiu um Morgado da sua terça, com a obrigação de oito Missas pela sua alma, e vinte pela Sr ^a D. Leonor Coutinho; e para todas applicou um foro de 1440 rs que lhe pagavam de umas casas de que parece era directa Senhoria. Aprovado em Lisboa a 3 de Janeiro de 1629. E codecilo da mesma Sr ^a . Aprovado em 8 de Setembro de 1638, pelo Tabelião Francisco Telles. Dada e passada em Lisboa a 28 de Março de 1724.	1	11	Instituições
1624-04-07	Dous Testamentos da Sr ^a D. Maria Henriques, mulher de Gaspar de Souza Lobo e irmã do Senhor Jorge de Figueiredo, em que manda se lhe faça uma Capela, esmola de 18\$000 reis por cada ano, e vários outros Legados. Um feito em Lisboa a 7 de Janeiro de 1636, e Codecilo feito a 12 do mesmo mês e ano. E o outro feito a 7 de Abril de 1624.	1	12	Instituições
1645-06-16	Testamento de D. Mecia de Benavides mulher de Pedro Sanches e Avó de D. Martinho da Ribeira, pelo qual deixa se lhe diga uma Missa todas as segundas feiras no Altar de Nossa Senhora da Luz. Aprovado em Lisboa a 16 de Junho de 1644. Codecilo da dita Senhora Aprovado em Lisboa a 26 de Julho de 1645	1	13	Instituições
1763-07-30	Verba do Testamento da Sra. D. Maria Manoel de Vilhena, viúva de António Coelho de Carvalho, e várias petições do Senhor Rui de Figueiredo sobre a Decimma que pagava do Juro que a dita Sra. Deixou para a sua Capela de Nossa Senhora das Candeias que instituiu na Igreja de S. Julião incluindo-se nestes requerimentos Certidões e recibos de ter pago a Decima por inteiro. Item. Cópia do Testamento da dita Senhora. Passada em Lisboa das Notas do Tabelião João de Azevedo dos Reis a 30 de Julho de 1763.	4	1	Morgado de S. Julião
1725-11-28	Certidão de Manuel de Pontes, Escrivão das Capelas, da Sentença de redução de Missas da Capela de Nossa Senhora das Candeias, instituída pela Sr ^a D. Maria Manoel de Vilhena, na Igreja e Freguesia de S. Julião de Lisboa da qual era Administrador o Sr. Pedro de Figueiredo de Alarcão. Passada em Lisboa a 28 de Novembro de 1725	4	2	Morgado de S. Julião
1768-12-14	Cópia do Testamento do Senhor Rui de Figueiredo, pelo qual instituiu uma Missa quotidiana em Nossa Senhora da Encarnação da Lobagueira por sua alma e de suas mulheres as Senhoras D. Maria de Noronha e D. Margarida de Menezes. Feito em Lisboa a 14 de Dezembro de 1678	1	14	Instituições
1725-12-06	Instrumento de instituição de morgado perpétuo e ultima vontade que fez minha Avó a Senhora Madalena Luisa de Lencastre de todos os bens livres que possuía. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Tomé Freire de Araújo em 6 de Dezembro de 1725	1	15	Instituições

1755-06-26	Instrumento de instituição e anexação de vínculo e obrigação que faz a Sr ^a . D. Luisa Joana Coutinho mulher do Senhor Rodrigo António de Figueiredo, de vincular na casa do dito Senhor toda a importância do seu dote e tudo o mais que lhe puder pertencer e tocar do casal de seu marido, para//que tudo haja de andar nos sucessores da Casa com as mesmas vocações de morgado principal d'ela para o que demite e tem de si qualquer direito e acção que lhe possa competir. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Joaquim Jozé de Brito a 26 de Junho de 1755.	1	16	Instituições
1774-08-14	Certidão de Antonio Cardoso Tabelião na Vila de Belmonte, de uma Verba do Testamento com que faleceu a Sr ^a . D. Maria de Mendonça, moradora que foi na Vila de Penamacor, pela qual instituiu dos dois mil cruzados das partilhas que lhe haviam de caber, uma Capela, com a obrigação de Missa quotidiana. Passada em 14 de Agosto de 1774	1	17	Instituições
1651-06-22 1655-10-27	Cópia do Testamento de Diogo Francisco, e de sua mulher Isabel Nunes moradores na Vila de Belmonte, pelo qual instituíram de todos os seus bens um morgado e a Capela de S. Domingos, na Ermida do Espirito Santo e Misericórdia da mesma Vila, com a obrigação de duas missas rezadas cada dia, Domingos e Santos, e uma cantada em dia de S. Domingos, nomeando para Administrador so Senhor da Casa e castelo de Belmonte que existir ao tempo de seu falecimento, e aos seus sucessores. Feito em 27 de Outubro de 1655 e aprovado na Vila de Belmonte pelo Tabelião André Pedroso da Costa no dito dia, mês e ano. ITEM. Cópia da escritura de obrigação que fizeram Diogo Francisco e sua mulher Isabel Nunes, de darem anualmente aos Religiosos da 3 ^a Ordem da Penitência do Convento de Nossa Senhora da Esperança da Vila de Belmonte 600 alqueires de centeio de pensão para lhes dizere(m) as missas acima declaradas. Feita na dita Vila nas Notas do Tabelião Manuel de Aguilar em 22 de Junho de 1651. ITEM. Cópia da Quitação que deram os referidos Padres ao Senhor Fernão Cabral de terem recebido a dita renda e ficarem continuando a cobrá-la das pessoas que declara a escritura.	1	8	Instituições
DOAÇÕES				
1552-09-06	Instrumento de Doação e posse que faz o Senhor Brás Afonso Correia do Conselho d'El Rei D. Manuel e seu corregedor em Lisboa, pela qual manda que seu Neto Jorge Correia de Figueiredo tome logo posse de uma Quinta e suas pertenças que tem junto do Lagar das Quatro Portas, de que já fez instituição de Morgado e Capela, com as cláusulas na dita incertas, e que por se achar ele instituidor doente de doença prolongada, tome a referida posse como se ele morto fosse, a qual tomou em 6 de Setembro de 1522, em cujo dia se havia celebrado esta escritura pelo Tabelião João Afonso Bocarro.	9	1	[Gaveta de Pergaminhos nº 1] ; Doações
1635-05-16	Instrumento de Doação que fâz Grimaneza de Brito viúva de Antonio Lopes Calvo, a Diogo de Brito, de uma morada de casas de dois sobrados com suas Lojas, Patio, e mais pertenças, sitas em Lisboa na rua da Ametade por baixo da Igreja das Chagas, foreiras emfiteutas á Sé da dita Cidade em 400 réis, e duas galinhas. E assim mais moio e meio de trigo a retro aberto quer lhe pagava Simão Correia em cada um ano, o qual era em Caselas Termo da referida Cidade. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Teodoro da Costa de Sousa a 16 de Maio de 1635.	9	2	Doações
1675-05-14 1675-05-17 1675-05-20	Instrumento de irrevogavel doação, remuneratória entre vivos valedoura, que faz a Sr ^a . D. Jerónima Lobo, viúva de Diogo de Brito ao Senhor Rui de Figueiredo, de todos os seus bens moveis e de raiz, dividas direitos acções e serviços, na qual doação entre um Prazo no Carregado, uma Quinta no Bodrido [?] , e a de Monte de Liz [, umas terras em Santarém e umas casas em Lisboa. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Aurelio de Miranda a 14 de Maio de 1675. Está duplicado. IBY. Auto de Posse que o dito Senhor tomou das casas da sua das Parreiras fora das Portas de Santa Catherina, e das de castelo picão, Freguesia de S. Miguel d'Alfama, dada pelo Tabelião Jorge Saraiva de Carvalho em 17 de Maio de 1675. IBY. Auto de posse que tomou o referido Senhor das Quintas do Carregado, e Monte de Loyos, dada pelo Tabelião Manuel Martins de Figueiredo em 20 de Maio de 1675. ITEM. um requerimento do dito Senhor no qual pede uma Provisão de insinuação e confirmação da mencionada doação assima dita no qual se manda por despacho, que informe o Corregedor do Cível da Corte.	9	3	Doações
1723-04-12	Instrumento de Doação dote desistência transação amigavel composição e obrigação, que fez a Senhora D. Leonor Margarida de Menezes a seu sobrinho o Senhor Rodrigo Antonio de Figueiredo, de tudo o que lhe pertencia de Legítimas ficando tudo ao dito Senhor o que lhe toca de seus Pais os Senhores Rui de Figueiredo, e D. Margarida de Menezes, e de seu Irmão D. João de Menezes. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Tomé Freire de Araújo a 12 de Abril de 1723	9	4	Doações

1738-03-18 1739-11-15	Instrumento de Doação que fez o António de Figueiredo á Ordem terceira de S. Francisco de Xabregas, de um chão junto ás suas casas chamado Horta de D. Fradique, e mistico com o Hospital do Menino Deus, para fazerem nele as suas oficinas, com várias condições especificadas na dita escritura. Feita em Lisboa na Notas do Tabelião José Ferreira de Oliveira a 18 de Março de 1738. Item. Declaração que faz a Mesa da dita Ordem de mandar tapar um óculo que se abriu numa escada do referido Hospital, querendo o Senhor Rodrigo Antonio de Figueiredo ou os seus sucessores fazerem obra encostada á parede em que se acha o dito óculo. Passada em Mesa de 15 de Novembro de 1739.	9	5	Doações
1747-11-03 1748-10-18	Instrumento de Doação que fazem para sempre os Senhores Rodrigo António de Figueiredo Correia, e Miguel Joaquim de Figueiredo aos Padres João Bernardes e Domingos Bernardes, para eles, e seus sucessores do uso de uma Capela na Igreja de Nossa Senhora da Encarnação do Lugar da Lobagueira de que os ditos Senhores são Padroeiros, para nela se celebrarem os officios Divinos, e terem sepultura os referidos Padres e seus sucessores, com as obrigações especificadas na mencionada Escritura. Feito no Lugar da Lobaguera, nas Notas do Tabelião Jozé Pinto Valadares em 3 de Novembro de 1747. ITEM. Instrumento de ratificação e declaração da referida Escritura acima mencionada. Feito nas Notas do Tabelião Jozé Pinto Valadares em 18 de Outubro de 1748.	9	6	Doações
1750-10-08	Traslado em publica forma da nomeação que fez o António de Figueiredo de todos os seus Prazos, naquela vida que podia em o meu Avô o Sr. D. Vasco da Câmara. Feito em Lisboa a 8 de Outubro de 1750	9	7	Doações
1772-01-15	Entrega renuncia e sessão que fez meu Avô o Sr. D. Vasco da Câmara, de todos os bens e rendas da Casa, em meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara, com as condições declaradas no Alvará, as quais meu Pai aceitou. Feito em Lisboa a 15 de Janeiro de 1772.	9	8	Doações
1662-11-06 1663-12-05	Traslado da escritura de Doação que fez D. Joana Leitoa, viúva de João da Fonseca, à Sr ^a . D. Mariana Coutinho, Filha da Sr ^a . D. Violante de Abreu, sua sobrinha, de uma Quinta com todas as suas pertenças, sita no Paço do Lumiar, Termo de Lisboa, que consta de casas, vinha, Pomar, olival, terras de pão, e outras pertenças, a qual tem certas Missas de obrigação, que em cada um ano se dizem a N. Senhora da Luz, por seu primerio marido lha deixar com esta obrigação. Passado pelo Escrivão dos Julgados do Lumiar Jerónimo Alvares de Souza em 6 de Novembro de 1662. ITEM. Instrumento de Doação remuneratoria, que fez a dita Joana Leitoa, em sua // Sobrinha a Sr ^a . D. Marianna Coutinho, da Quinta do Lumiar. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Manuel Machado em 6 de Novembro de 1662. IBY. Instrumento de posse que a dita Senhora tomou da referida Quinta doada, em 5 de Dezembro de 1663	9	9	Doações
1694-08-12 1716-03-03 1740-09-28	Carta de Doação que fez a Sr ^a . D. Mariana de Lima ao Senhor Henrique de Figueiredo e Sousa, Filho segundo de seu Tio o Senhor Rui de Figueiredo, de um morgado que tinha instituido António Fernandes d'Elvas, Pai da dita Senhora das duas partes da sua terça e da Legítima da mesma Senhora primeira chamada para a sucessão dele, e que não tendo Filhos o poderia nomear em quem quizesse, com condição porém dos Administradores mandarem dizer uma Missa quotidiana, por sua alma, de sua mulher D. Maria de Lima, da referida sua Filha, e Parentes. Feita em Lisboa a 28 de Setembro de 1740. Iby. Relação das propriedades que pertencem ao dito morgado. Item. Certidão de António de Queirós Carreira, Notário Apostolico do Testamento com que faleceu a Sra. D. Mariana de Lima, viúva de D. Martinho da Ribeira, feito em Lisboa pelo Tabelião José Caetano do Vale a 12 de Agosto de 1694. Passada na dita cidade em 3 de Março de 1716. Item. Varios papeis pertencentes ao referido morgado acima declarado.	4	1	Morgado das Terças
1665-11-19 1680-09-12	Certidão de Custódio Monteiro de Andrade, Escrivão da Provedoria dos Reziduos, pela qual consta a escritura de nomeação, doação irrevogavel por contracto entre vivos, e obrigação, que fez a Sr ^a . D. Marianna de Lima, mulher do Senhor André de Figueiredo Coutinho, Filha de António Fernandes d'Elvas, ao Senhor Henrique de Figueiredo de Souza, seu Primo, do morgado que o dito seu Pai instituiu das // duas partes da sua terça, a qual escritura foi feita em Lisboa nas Notas do Tabelião Antonio Nunes Carneiro a 19 de Novembro de 1665. Passada em Lisboa a 12 de Setembro de 1680.	9	10	Doações

1675-09-28	Instrumento de ratificação de nomeação e declaração, que faz a Sra. D. Jerónima Lobo, viúva de Diogo de Brito, ao Sr., Rui de Figueiredo, dos Prazos seguintes= um sítio no Limite do Carregado, o qual consta de casas, terras de pão, e outras anexas, foreiro ás merceiras de Santo Estevão de Alenquer =A Quinta de Monte de Lóios, foreira ao Convento de S. Domingos de Lisboa, que está no mesmo Termo }Outro Prazo que consta de terras, sítios no Campo de Santarém, foreiras à Comenda de Alpedriz= umas casas na rua das Parreiras, foreiras á Sé de Lisboa, e a Quinta da Bordalia, foreira á Igreja de S. Pedro de Alenquer. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Jorge Saraiva de Carvalho a 28 de Setembro de 1675. Iby. Instrumentos da posse que o dito Senhor Rui de Figueiredo tomou de tudo assim mencionado.	9	11	Doações
1772-04-03 1769-05-13	Instrumento de cessão, desistência e obrigação que faz Teresa Maria Cordeiro em seu sobrinho o Padre José Calisto de Figueiredo das rendas de todos os prazos que ela possui. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Manuel António de Brito, a 3 de Abril de 1772. IBY. Codicilo da dita Tereza Maria Cordeiro. Aprovado em Lisboa pelo referido Tabelião a 13 de Maio de 1769.	9	12	Doações
1564-07-11	Instrumento de encabeçamento e doação que fizeram D. Maria Ataíde viúva de D. Fradique Manoel e seus Filhos D. Diogo Manoel e D. Ana de Aragão, a D. Nuno Manuel seu Filho primogénito de seis mil cruzados das casas do castelo (ainda que mais valessem) para com eles pagarem quatro que eram devedores ao Resíduo. Com outros documentos mais a este respeito. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Henrique Nunes a 11 de Julho de 1564	2	12	Morgado do castelo
1590-07-16	Instrumento de renúnciação, e nomeação que faz Maria Fernandes, viúva de Fernão Simão, a Bartholomeu Simões, seu Filho do Prazo de um moinho, e terras, foreiro a comenda de Castellões em sette alqueires de pão meado e duas galinhas cada anno. Feito no Lugar do Coelhozo em 16 de Julho de 1590	9	13	Doações
1678-11-28	Instrumento de contracto irrevogavel nomeação que fez o Senhor Rui de Figueiredo de Alarcão ao Senhor Pedro de Figueiredo, de todos os Prazos que tem ou lhe possam pertencer, reservando para si os usos e frutos em sua vida, somente com obrigação de dar a cada um de seus Irmãos os Senhores Henrique de Figueiredo e João de Figueiredo 300\$000 reis cada ano. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Francisco de Carvalho a 28 de Novembro de 1678	9	14	Doações
TESTAMENTOS				
1521-10-24	Instrumento de Testamento que fez Dionísio Gonçalves Reimonde, Vedor da casa do Senhor Rui de Figueiredo Correia, pelo qual instituiu herdeira a sua Filha Isabel de Sá, viúva, moradora na Vila de Viana de Caminha, e a sua terça ao dito Senhor, ao qual deu quitação plena do serviço que lhe tinha feito. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Pero de Góis a 24 de Outubro de 1571	10	1	Testamentos
1638-12-03	Testamento do Senhor Jorge de Figueiredo. Feito em 3 de Dezembro de 1638	10	2	Testamentos
1640-01-20	Traslado do Testamento da Senhora Condessa de Atalaia D. Iria de Brito. Feito na sua Quinta de Belém em 20 de Janeiro de 1640. Iby. Dois Codicilos da dita Senhora	10	3	Testamentos
1655-06-02	Certidão que Diogo de Brito mandou tirar de huns autos na qual se acha o Testamento de Antonio Lobo da Gama. Passada em Lisboa a 2 de Junho de 1655	10	4	Testamentos
1662-08-04 1657-01-17	Testamento da Sra. D. Maria de Lima, viúva de Antonio Fernandes d'Elvas, e de D. António de Noronha, pelo qual deixa quatro Prazos ao Senhor Jorge de Figueiredo seu Sobrinho. Feito em Lisboa Manuel Machado a 4 de Agosto de 1662. Item. Certidão da Verba do Testamento de Antonio Fernandes d'Elvas, pelo qual deixa a sua mulher a Sr ^a . D. Maria de Lima todos os Prazos que tinha no Campo de Alvalade grande ITEM. Verba do Testamento do Senhor Rui de Figueiredo, pela qual consta que faleceu antes d'elle o Senhor Jorge de Figueiredo seu Filho, a quem a Sr ^a . D. Maria de Lima havia deixado os quatro Prazos de que se compõe a Quinta do Campo Grande. ITEM. Verba do Testamento de Senhor Rui de Figueiredo pelo qual deixou todos os seus Prazos ao Sr. Pedro de Figueiredo seu Filho primogénito/Item. Traslado do proprio testamento de António Fernandes d'Elvas pelo qual deixa uma missa quotidiana, e um Morgado. Aprovado pelo Tabelião Bartolomeu Bernardes em 17 de Janeiro de 1626. Está no Cartório dos Orfãos da Repartição do meio de que era Escrivão Vicente Fernandes de Abreu anno de 1657	10	5	Testamentos
1668-03-06	Testamento e Codicillo D. Fernando Telles de Faro da Silva, Conde de Arada Filho de D. Bráz Telles de Menezes e de D. Catherina de Faro Henriques. Feito em Madrid a 6 de Março de 1668.	10	6	Testamentos

1670-06-04	Testamento da Sr ^a . D. Mariana Coutinho, Sobrinha da Sr ^a . D. Isabel Coutinho, pelo qual consta deixar ao Senhor Rui de Figueiredo o casal de Monte Redondo, com uma pensão que se supõe estar remida, e por Administrador do seu morgado ao Senhor André de Figueiredo seu Filho e por falta da successão do dito Senhor a seu criado Tomé Roiz em sua vida somente, e depois passaria aos Padres de S. Bento de Xabregas, com as pensões declaradas no mesmo Testamento. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Luís do Couto a 4 de Junho de 1670. Não tem principio nem fim.	10	7	Testamentos
1673-12-28	Testamento de Miguel Coelho de Almeida. Feito na Quinta de Frades em 27 de Dezembro de 1673. Codecillo do mesmo feito em 28 de Dezembro de 1673	10	8	Testamentos
17??-??-?? 1714-07-16	Testamento da Sr ^a . D. Mariana Coutinho, viúva de Antonio Mouro da Silva, pelo qual consta vir a esta casa uma Quinta no Paço do Lumiar, que trazia arrendada Antonio Gomes em 50\$000 réis, a qual tem de obrigação 15 missas ditas no Convento da Lúz pela alma de D. Camila, e um tostão de foro á Igreja da Magdalena = um casal em Torres Vedras, que trazia arrendado Manuel Alvez em um moyo de trigo e mais dêz e sei do mesmo de foro e nove de cevada = um Juro na Chancelaria da Corte que rende 15\$525 reis = um foro de 2400reis que pagava Maria Gomes de huns Ameais, e tudo é pertencente ao dito casal o qual tem a obrigação de sete mil e tantos reis ao Convento de S. Francisco da Cidade para missas que nelle se dizem = uns Olivais no Lu//gar de Ota, que rendiam quatro cântaros de azeite, e 20 alqueires de trigo, que trazia arrendados Antonio de Carvalho, e manda que se vendam por maior quantia para satisfação de 300\$000 réis que se hão-de dar a seu Sobrinho o Sr. Pedro de Figueiredo, da terça da sua Avó a Sr ^a . D. Isabel Coutinho = um morgado no Lugar do Seixal instituido pela Sr ^a . D. Isabel Coutinho para andar sempre em fêmea que consta de vinhas e casas = umas casas na rua do Barão d'altos e baixos as altas tem obrigação de hu frango de censo á Sé, e as terreas pagam 500 réis também á Sé. Deixou todo o referido a sua sobrinha a Sra. D. Leonor de Menezes, Irmã do Senhor Pedro Jorge [sic] de Figueiredo. Feito em Lisboa a 19 de Fevereiro de 1700, e aprovado no mesmo dia pelo Tabelião Miguel Tavares de Moraes. ITEM. Conta que deram os Testamenteiros da dita Senhora no Juizo dos Resíduos. ITEM. Petições do Sr. Pedro de Figueiredo para a cobrança dos 300\$000 réis mencionados no Testamento da Sra. D. Mariana Coutinho para com eles comprar o casal de Suro galego, e anexá-lo ao Mogado como era obrigado. ITEM. Sentença de Doutor Antonio Alves da Silva Provedor dos Resíduos, para se fazer sequestro no casal de Suro Galego, por causa de se vincular ao morgado. Dada em Lisboa a 16 de Junho de 1714.	10	9	Testamentos
1716-12-17	Certidão do Escrivão dos Rezíduos Manoel Ferreira Barreto do Testamento e codecillo com que falleceo a Sr ^a . D. Jerónima Lobo, viúva de Diogo de Brito da Silva. Passada em Lisboa a 17 de Setembro de 1716	10	11	Testamentos
1719-04-30	Verba do Testamento de Alexandre Soares Leitão, pela qual deicha uma vinha que possuhia na Vila da Azambuja ao Convento das Virtudes da dita Vila. Feita em Alenquer a 30 de Abril de 1719. Item. Verba do dito Testamento, pela qual deixa a Antonia Jozefa uma vinha em Val de Azambujo, destricto da Vila da Azambuja//. Item Verba do Testamento do referido Alexandre Soares, pela qual deicha a Antonia Jozefa uma vinha em Val de Azambujo, destricto da Vila da Azambuja// Verba do Testamento do referido Alexandre Soares pela qual deixa á Confraria do Senhor da Vila da Azambuja uma vinha em Val de Azambujo, com obrigação de seis missas cada anno, ditas no Convento das Virtudes. Item. Copia do Testamento de Alexandre Soares Leitão, e sua mulher Catherina Maria. Feito na Vila de Alenquer em 30 de Abril de 1719	10	12	Testamentos
1724-04-03	Certidão do Escrivão da Provedoria dos Rezíduos Pedro de Castro Corrêa, do Feito da conta do Testamento da Sr ^a . D. Maria Anna Coutinho, a qual dão seus Testamenteiros o Padre Jozé Vaz Cordeiro e Francisco Rombo Cotta, em que hê parte o Doutor Promotor e o Procurador das Capelas contra o Sr. Pedro de Figueiredo. Passada em Lisboa a 3 de Abril de 1724. Com a copia do Testamento da dita Senhora.	10	13	Testamentos
1733-??-??	Feito da conta do Testamento do Senhor Pedro de Figueiredo, a qual deu o seu Filho o Senhor Rodrigo Antonio de Figueiredo no anno de 1733.	10	14	Testamentos
1753-01-24	Certidão de João Cordeiro de Sousa, Escrivão do Registo geral dos Testamentos de Lisboa, do Testamento com que faleceu a Sr ^a . D. Leonor de Menezes. Passada em Lisboa a 24 de Novembro de 1753. Esta duplicada.	10	15	Testamentos
1762-08-26	Testamento do Senhor Caetano Francisco Cabral. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Antonio José Alves a 26 de Agosto de 1762. É cópia passada em pública forma	10	16	Testamentos

1767-12-10	Testamento de minha Avó a Ilustríssima e Exima. Sra. D. Madalena Luísa de Lencastre, no qual menciona a instituição do morgado que fez de todos os bens livres que possuía. Feito no sítio de Nossa Senhora da Ajuda pelo Desembargador Francisco Xavier Morato Broa, e aprovado pelo Tabelião Manuel António de Brito em 10 de Dezembro de 1767. [M ^a João da Câmara A. Sousa: anotado a lápis pelo meu Pai: «bastante falta faz»]	10	17	Testamentos
1784-04-19	Testamento da Sr ^a . D. Paula Margarida de Menezes, Comendadeira do Real Convento de Santos, da Ordem Militar de S. Tiago, pelo qual consta deixar a meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara, umas fazendas no Termo de Torres Vedras, as quais são, um casal que tinha arrendado a Ana Maria por cem Alqueires de trigo, e quarenta de cevada cada ano. Um Prazo na dita Vila de que era foreiro João Pedro, o qual era de 2400 reis cada ano, e destas fazendas se lhe estava a dever, o que consta do dito Testamento, dizendo nele que tinha notícia que no Prazo chamado dos Salgueiros fizera Penhora à Misericórdia de Torres Vedras. Feito no dito Convento pelo Tabelião José Pedro da Costa Sermenho em 19 de Abril de 1784	10	18	Testamentos
1804-03-22	Testamento de meu Irmão o Sr. D. José Maria da Câmara. Feito no sítio de Nossa. Senhora da Ajuda em 22 de Março de 1804, e aprovado pelo Tabelião José Manuel d'Antas Barbosa no dito dia, mês, e ano.	10	19	Testamentos
1612-11-18	Verba do testamento da Sr ^a . D. Maria Loba, avó que foi do Senhor Duarte de Figueiredo, feito na sua quinta de Monte Redondo, em 18 de Novembro de 1612 no qual deixou por testamenteira sua filha a Sr ^a . D. Filipa Coutinho, a quem deixou a sua terra e tudo o mais, com condição de que a dita terça passaria ao Senhor Duarte de Figueiredo seu Neto.	10	20	Testamentos
1797-08-07	Testamento de minha Mãe a Ilustríssima e Excelentíssima Sra. D. Mariana de Meneses. Feito em Lisboa a 7 de Agosto de 1797	10	21	Testamentos
INVENTÁRIOS E PARTILHAS				
16??-??-??	Certidão de Diogo Soares, Juiz dos Órfãos em Lisboa do Inventário e partilhas que se fizeram por morte de Diogo Fernandes d'Elvas, nos qual se mostra entre outras coisas ser nele ordenado pagamento às duas partes da sua terça de que instituiu morgado, chamando para o possuir a seu filho Jorge Fernandes d'Elvas, as quais importam 2:932\$302 réis. Passada em Lisboa a 10 de Fevereiro de 1600.	11	1	Inventários e Partilhas
1619-12-03	Certidão de José Coelho Ferreira, escrivão dos órfãos do Inventário que se fez dos bens que ficaram por falecimento de António de Brito de Meneses, governador do Rio de Janeiro onde faleceu, o qual se fez e continuou com suas irmãs D. Catarina Leonor de Meneses e D. Josefa Gabriela de Brito e Meneses. Passada em Lisboa a 3 de Dezembro de 1619	11	2	Inventários e Partilhas
1622-04-15 1635-05-08 1636-01-09	Sentença de carta de partilhas de Diogo de Brito e sua mulher D. Jerónima Lobo dos bens que ficaram por falecimento de seus pais Francisco Lobo da Gama e D. Maria Brandoa. Dada e passada em Lisboa pelo licenciado António de Pina, Juiz dos órfãos, a 9 de Janeiro de 1636; ITEM Carta de partilhas da dita Senhora que tirou por morte de sua Mãe, D. Maria Brandoa, que faleceu a 3 de Outubro de 1608, e lhe coube de sorte a terça da mesma sua mãe a quantia de 896\$389 réis, tendo de adjudicação umas casas nobres na rua direita do Loreto em preço de 1:400\$000 réis de que faria tornas a seu Pai e irmãos. Feita por autoridade de Justiça e 15 de Abril de 1622; ITEM Certidões de como D. Jerónima Lobo não foi herdeira de seu Pai, Francisco Lobo da Cama, marido de Maria Brandoa, na qual também se declara que o não quis ser. Passadas em 8 de Maio de 1635	11	3	Inventários e Partilhas
16??-??-??	Sentença de Carta de partilhas da Sra. D. Maria Teresa de Noronha, primeira mulher do Sr. Rui de Figueiredo. Dada em Lisboa pelo Licenciado Gaspar de Magalhães, Juiz do Cível. Falta-lhe o fim.	11	4	Inventários e Partilhas
1564-12-19	Inventário que se fez dos bens que ficaram por falecimento do Sr. Rui de Figueiredo, e partilhas que se fizeram a seus filhos, no qual se vêem algumas clarezas da fazenda de Ota, e o Testamento do Sr. Brás Afonso Correia, feito em Lisboa a 19 de Dezembro de 1564	11	5	Inventários e Partilhas
1650-08-09	Certidão do escrivão dos órfãos João Baptista Ramos, pela qual consta caber à Sra. D. Mariana Coutinho nas partilhas que se fizeram por morte de seu marido Francisco Vaz de Sampaio uma adição de 244\$130 réis por umas casas que servem de estalagem que foram de Francisco Nunes de Lara, sitas na rua Direita do lugar de Loures, com o seu quintal, poço, e armazém de azeite. Passada em Lisboa a 9 de Agosto de 1650.	11	6	Inventários e Partilhas

1677-09-14	Carta de partilha da Sra. Jerónima Lobo, que tirou do processo em 14 de Setembro de 1677, precedendo inventário que fez no Juízo dos órfãos por morte de seu marido Diogo de Brito, escrivão Agostinho Roiz de Sequeira e a carta é assinada por Gaspar Penalvo da Silva na qual se declaram as fazendas que lhe foram adjudicadas para pagamento de dez mil cruzados de arras e trinta de dote as quais são: As casas do Campo de Santa Ana, foreiras enfiteuta em 700 réis ao Senado da Câmara, e com encargo de de 1200 réis ao morgado= Uma morada de casas na Caldeiraria, forras, avaliadas em 800\$000 réis= Uma morada de casas na rua das Parreiras, foreiras à Sé de Lisboa em 400 réis e duas galinhas= Oito courelas de terra no sítio do Vale, Termo da Vila de Santarém, foreiras em 1090 réis enfiteutas à comenda de Alpedriz. Com encargo estas terras de dois moios de trigo a retro.	11	7	Inventários e Partilhas
1657-03-03	Certidão da verba do inventário que se fez por morte do Senhor Jorge de Figueiredo, do quanto coube de legítima a seu filho o Senhor António de Figueiredo. Passada em Lisboa pelo escrivão dos Agravos Diogo Mendes Leal a 3 de Março de 1657.	11	8	Inventários e Partilhas
1657-06-01	Certidão de Vicente Fernandes de Abreu, escrivão dos órfãos da repartição do meio em Lisboa, do inventário dos bens e fazenda, que ficou por falecimento de antónio Fernandes d'Elvas, o qual se fez e continuou com a Srª. D. Maria de Lima, sua mulher e na dita certidão vem o traslado do testamento do referido defunto. Passada em Lisboa em o 1º de Junho de 1657.	11	9	Inventários e Partilhas
1657-07-08	Sentença de carta de partilhas da Srª D. Jerónima Lobo, como credora pelo resto do seu dote aos bens que ficaram por falecimento de seu marido Diogo de Brito//Dada e passada em Lisboa pelo Desembargador Luís Mendes de Castro em 8 de Julho de 1657.	11	10	Inventários e Partilhas
1667-06-02	Sentença de Carta de partilha dos bens que ficaram a António de Miranda por falecimento de seus Pais Jerónimo de Miranda e Maria Diniz, nos quais se incluem umas casas terreas ao paço do Lumiar que contém em si duas lojas e um balcão, sitas na rua Esquerda. Dada e passada em Lisboa pelo licenciado Martim Leitão de Vasconcelos, Juiz dos órfãos a 2 de Junho de 1667	11	11	Inventários e Partilhas
1702-08-28	Certidão da Carta de partilha pela qual se mostra o pagamento feito a Jorge Fernandes d'Elvas, filho órfão de Diogo Fernandes d'Elvas. Passada em Lisboa pelo Tabelião Nicolau Leitão Pereira a 28 de Agosto de 1702	11	12	Inventários e Partilhas
1703-03-09	Certidão de Bento Figueira, escrivão dos órfãos da repatição de Santa Justa, do Inventário que se fez dos bens e fazenda que ficou por falecimento de António Fernandes d'Elvas, o qual se continuou com sua mulher, D. Maria de Lima. Feita em Lisboa a 9 de Março de 1703.	11	13	Inventários e Partilhas
3/2/1712	Carta de Partilhas do Senhor Pedro Álvares Cabral, Senhor de Belmonte, filho do Senhor Fernão Cabral. Feitas em Lisboa pelo doutor António da Cunha e Abreu, Juiz dos órfãos.	11	14	Inventários e Partilhas
1679-??-??	Vários papéis pertencentes ao Inventário do Sr. Rui de Figueiredo que faleceu a 17 de Janeiro de 1679, e do pagamento feito a seus filhos.	11	15	Inventários e Partilhas
1727-??-??	Cópias das partilhas que fez o António de Figueiredo por morte de seu pai o Sr. Pedro de Figueiredo incluindo nelas as de seu avô o Senhor Rui de Figueiredo, no ano de 1727. Notícia das Sentenças da sua determinação por onde se julgou de vínculo todo o Pátio de D. Fradique. As ditas partilhas foram feitas no Juízo da Correição do Cível da Corte, de que foi escrivão Simão da Silva Lamberto. (também está o mesmo no cartório à parte do referido maço)	11	16	Inventários e Partilhas
1736-11-08	Certidão de Fernando de Moura e Sousa, escrivão dos órfãos em Lisboa, do inventário que se fez da fazenda que ficou por morte de D. Isabel Coutinho mulher que foi do doutor Bernardim Esteves, o qual se continuou com o seu neto Bernardim Esteves de Figueiredo e do pagamento que se fez à sua filha D. Mariana Coutinho, casada com Francisco Gonçalves Preto a quem //deixou a sua terra. Passada em Lisboa a 8 de Novembro de 1736.	11	17	Inventários e Partilhas
1738-04-26	Certidão de escritura de partilhas que fizeram amigavelmente D. Filipa Coutinho e sua irmã D. Isabel Coutinho. Passada em Alenquer por José Gomes da Fonseca a 26 de Abril de 1738	11	18	Inventários e Partilhas
1743-09-27	Sentença cível de folha de partilha de Feliciano Henriques, filho de Manuel Henriques. Dada em Alenquer por João Pereira da Silva, Juiz dos órfãos	11	19	Inventários e Partilhas
22/2/1764	Certidão dos inventários que se fizeram pelas mortes do Padre António Pereira Mourão e de Maria da Silva, viúva de Manuel Gomes, ambos do lugar do Bairro, termo da Vila de Alenquer. Passada pelo escrivão dos órfãos da dita Vila, José Dantas da Cunha e Brito.	11	20	Inventários e Partilhas

17??-??-??	Inventários dos bens que ficaram por falecimento de minha avó a Sr ^a . D. Madalena Luísa de Lencastre.	12	21	Inventários e Partilhas
1776-10-17	Inventário que se fez dos bens que ficaram por falecimento da Sr ^a . D. Luísa Joana Coutinho, viúva do António de Figueiredo com o seu testamento. É por certidão do escrivão da provedoria dos resíduos, José Ferreira do Vale. Passada em Lisboa a 17 de outubro de 1776.	12	22	Inventários e Partilhas
17??-??-??	Inventários dos bens livres de Belmonte, Salvaterra, Quinta de Ota, Valongo e Alentejo.	12	23	Inventários e Partilhas
1780-07-14	Instrumento de partilha amigavelmente feita entre meus tios os Senhores D. Francisco de Meneses da Silveira e Castro, conde de Oeiras, Marquesa de Alvito e minha mãe, a Sr ^a . D. Mariana de Meneses, a respeito da legítima de seu pai o meu avô o Sr. D. José de Meneses da Silveira e Castro, pelo qual se mostra pertencer a cada um dos ditos Senhores 4.146\$871 e 1/4. Feito nas Notas do Tabelião António da Silva Freire em 14 de Julho de 1780.	12	24	Inventários e Partilhas
1801-02-23	Carta cível de partilhas a favor do Sr. D. José Maria da Câmara dos bens que lhe pertence herdar por falecimento de sua mãe a Sr ^a . D. Mariana de Meneses. Dada em Lisboa a 23 de Fevereiro de 1801//	12	25	Inventários e Partilhas
1801-02-23	Carta cível de partilhas a favor do Sr. D. Vasco Manoel de Figueiredo Cabral da Câmara do que lhe pertence herdar por falecimento de sua mãe a Sr ^a . D. Mariana de Meneses. Dada em Lisboa a 23 de Fevereiro de 1801//	12	26	Inventários e Partilhas
18??-??-??	Recibos dos Senhores D. José Maria da Câmara, Viscondes de Fonte Arcada, Condes de S. Miguel, D. Maria das Necessidades da Câmara e Meneses, D. Francisca de Paula da Câmara e Menezes e D. Tomás de Moronha como tutor de seu filho D. José Maria de Noronha, de ter recebido cada um a quantia de 966\$155 réis das partilha que se fizeram por falecimento de minha mãe a Sr ^a . D. Mariana de Meneses.	12	27	Inventários e Partilhas
1801-07-06	Certidão de Luís António Raimundo, escrivão do cível da cidade sobre o inventário de minha mãe a Sr ^a . D. Mariana de Meneses. Feita em Lisboa a 6 de Julho de 1801	12	28	Inventários e Partilhas
1804-07-13	Sentença cível de adjudicação e pagamento de bens para arrecadação do morgado que administra o Sr. D. Vasco Manoel de Figueiredo Cabral da Câmara. Dada em Lisboa a 13 de Julho de 1804	12	29	Inventários e Partilhas
1804-08-03	Sentença cível de partilhas e pagamento de legítima paterna a favor do Senhor Sr. D. Vasco Manoel de Figueiredo Cabral da Câmara, que lhe coube haver no inventário e partilhas dos bens que ficaram por falecimento de seu pai o Sr. D. Pedro da Câmara. Dada em Lisboa a 3 de Agosto de 1804	12	30	Inventários e Partilhas
1804-08-03	Sentença cível da folha de partilhas e pagamento da legítima paterna do que pertence ao Sr. D. José da Maria da Câmara. Dada em Lisboa a 3 de Agosto de 1804	12	31	Inventários e Partilhas
1788-02-09	Instrumento de compra e firme venda que faz o capitão D. António Xavier de Boytrago, morador na Vila de Torres Vedras a Francisco Antunes, trabalhador e morador no lugar de Mougelas, termo da dita Vila, de umas casas terreas, que constam de cinco casas com seu quintal e pátio, sitas no dito lugar, foreiras em uma galinha a meu pai o Sr. D. Pedro da Câmara, cujas casas ele dito capitão vende ao referido Francisco Antunes pelo preço e quantia de 300\$000 réis que logo recebeu. Feito na Vila de Torres Vedras na Notas do Tabelião José Teles Botelho em 9 de Fevereiro de 1788. Morgado da Lobagueira n ^o . Este capitulo escreveu-se por engano neste lugar.//			
	Casamentos, Dote e Arras.			
1590-02-15	Escrito de Gaspar de Sousa Lobo pelo qual se obriga a casar com a Sr ^a . D. Mariana Henriques, filha do Sr. Rui de Figueiredo Correia, já defunto, e da Sr ^a . D. Catarina de Castro. Feito em Lisboa a 15 de Fevereiro de 1590	13	1	Casamento, dote e arras.
26-??- 1650	Instrumento de dote e arras entre o Sr. Rui de Figueiredo e D. Maria Teresa de Noronha filha do secretário de Estado Cristóvão Soares. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Vicente Jacques de Oliveira.	13	2	Casamento, dote e arras.
1654-01-04	Instrumento de dote e obrigação entre os Senhores D. Miguel de Meneses filho de D. Carlos de Noronha e da Sr ^a . D. Antónia de Meneses, filha do duque de Caminha e a Senhora D. Madalena Maria, filha de D. Álvaro de Abranches da Câmara e da Sr ^a . D. Maria de Lencastre. Feito em Lisboa pelo Tabelião Sebastião Caldeira de Mendanha em 4 de Janeiro de 1654	13	3	Casamento, dote e arras.

1726-03-02	Instrumento de casamento dote e arras entre meus avós os Senhores D. Vasco da Câmara e D. Madalena Luísa de Lencastre. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Tomé Freire de Araújo a 2 de Março de 1726.	13	4	Casamento, dote e arras.
1758-08-11	Instrumento de contrato de dote para casamento e obrigação entre os Senhores Caetano Francisco Cabral, Alcaide mor de Belmonte e de D. Ana Cavier de Melo, filha de Martim Afonso de Melo e de D. Jerónima de Sousa Souto Maior. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Manuel antónio de Brito a 11 de Agosto de 1758.	13	5	Casamento, dote e arras.
1791-10-02	Instrumento de contrato de dote para casamento e obrigação entre os Senhores D. Tomás de Noronha e D. Maria Madalena da Câmara. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião José Manuel Dantas Barbosa. (está escrito d'Antas) 2 de Outubro de 1791	13	6	Casamento, dote e arras.
1792-08-15	Instrumento de contrato de dote para casamento e obrigação entre os Senhores João António // Jacques de Magalhães e D. Maria Bárbara Francisca Paula da Câmara e Meneses. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião José Manuel Dantas Barbosa a 15 de Agosto de 1792.	13	7	Casamento, dote e arras.
1792-10-23	Instrumento de contrato matrimonial entre os Senhores Ascenso de Siqueira Freire de Sousa Chichorro e D. Maria das Necessidades Francisca de Paula da Câmara e Meneses. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Joaquim José de Brito a 23 de Outubro de 1792	13	8	Casamento, dote e arras.
1795-01-12	Instrumento de contrato de dote para casamento e obrigação entre os ilustríssimos e excelentíssimos Senhores D. Vasco Manoel de Figueiredo Cabral da Câmara e D. Jerónima Margarida de Noronha. Feito em Lisboa nas notas do Tabelião Eusébio José Pereira de Carvalho e Aguiar a 16 de Janeiro de 1795. Item Alvará de Licença e aprovação da Rainha D. Maria I Nossa Senhora, para que se possa efectuar o casamento acima mencionado. Dado no Palácio de Queluz a 12 de Janeiro de 1795.	13	9	Casamento, dote e arras.
1765-02-06	Instrumento de contrato de casamento e obrigação de meus pais os ilustríssimos e excelentíssimos Senhores D. Pedro da Câmara e D. Mariana de Meneses. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Joaquim José de Brito a 6 de Fevereiro de 1765	13	10	Casamento, dote e arras.
	Escrituras de compra e venda			
	1400			
1426-??-??	Instrumento de carta de venda que faz Bartolomeu Pires de uma courela de terra que está ao Pombal. Feito em 1426	18	1	Escrituras de compra e venda
1499-04-08	Instrumento de venda que faz Bartolomeu Pires com procuração de sua mulher Inês Leitoa de uma quinta, casas, lagar de azeite, vinhas e mair pertenças na Ribeira de Ota termo da Vila de Alenquer, ao Sr. Rui de Figueiredo, filho do Senhor Henrique de Figueiredo por preço certo de 50\$000 réis para o que precedeu licença do convento das religiosas de Odivelas, a quem pagou o comprador auarenta de laudémio do preço por que comprou o tal prazo que tinha sido de Pedro Afonso, pai do vendedor, e primeira vida ficando verificada a segunda vida no comprador. Feito em Lisboa a 8 de Abril de 1449 [sic] sendo o Tabelião João de Proença.	7	1	Ota
1499-03-09	Instrumento de venda que fizeram Aires da Silva e sua mulher D. Guiomar de Castro ao Sr. Brás Afonso Correia do conselho d'el rei e seu corregedor, de umas casas quintal e estrebarias, junto das Portas do Castelo, que se chamam Santa Maria da Alcáçova, no canto da banda do levante entre ambos os muros e partem com casas e quintal foreiro a S. Brás as quais tinham só o foro enfiteuta aos Armazéns d'el rei em real e meio de prata. E assim mais comprou o dito Senhor junto às mesmas casas um quintal e pedaço de chão foreiro à cidade em cem reis brancos, tudo por preço certo de cem cruzados de ouro. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Fernando Vaz em 9 de Março de 1499 e tomou posse de tudo em 11 de Junho do mesmo ano	2	2	Morgado do Castelo
1499-06-26	Instrumento de compra que fez o Sr. Brás Afonso Correia corregedor de Lisboa a Aires da Silva, camareiro mor d'el rei D. Manuel de umas casas de estrebaria e quintal junto às Portas do Castelo, foreiro tudo ao Armazém d'el rei em cem reis por ano enfiteuta perpétuo, pelo preço de 40\$000 réis de que pagou dez tostões de laudemio de quarentena para cuja compra deu licença Diogo Delgado, Almoxarife dos Armazéns d'el rei. Feito em Lisboa a 26 de Junho de 1499	2	3	Morgado do Castelo
	1500			

1500-08-08	Instrumento de compra que fez o Sr. Brás Afonso Correia de um chão e quinta, foreiro à cidade de Lisboa em cem réis brancos. A mesma Cidade por seu vereador Pedro de Castelo Branco tinha faculdade d'el rei por seu alvará de 4 de Março de 1503 para vender algumas propriedades do senado da Câmara para ajuda das obras da casa de S. Sebastião; vendeu também este foro ao dito Senhor por 1500 réis ficando o chão livre. Feito em Lisboa a 8 de Agosto de 1503.	2	4	Morgado do Castelo
1522-01-22	Instrumento de compra que fez o Senhor Jorge de Figueiredo a Fernão de Alves de uma terra em Ota. Feito na Vila de Alenquer em 22 de Janeiro de 1522	7	2	Ota
1522-12-28	Instrumento de compra que fez o Senhor Jorge de Figueiredo a Luís Alves de uma terra sita na Aldeia do Telo a qual comprou por 500 réis. Feito na Vila de Alenquer em 28 de Dezembro de 1522. A dita propriedade se deu aos frades paulistas que é parte do arneiro defronte da fonte da Aldeia.	7	3	Ota
1535-05-21	Carta de venda que faz D. Afonso Manoel a seu irmão D. Fradique Manoel do seu quinhão que tinha nas casas do Castelo de Lisboa as quais tinham três servidões ou portas, uma que vai para o Bairro dos escolares, freguesia de S. Tomé, a segunda qdo Terreiro, freguesia de S. Tiago; a terceira é uma porta que ia para a Alcáçova ou Castelo, freguesia de Santa Cruz, cujo quinhão lhe vendeu pelo preço de 200\$000 réis brancos. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião João Afonso Bocairo (Bocarro?) a 21 de Maio de 1535. Com o alvará d'el rei para a dita venda.	2	5	Morgado do Castelo
1536-05-31	Instrumento de compra que fez Lopo de Brito, Fidalgo da Casa Real, a Baltasar Machado., moço da Câmara da dita, e sua mulher Isabel Correia de um moinho no limite do Barro, freguesia de Loures, com seu assento de casas e uma terra com oliveiras junto ao mesmo moinho a qual é serrada e no fim estava um pequeno [sic] de chão do Hospital. Também comprou uma vinha no referido limite, um olival com treze pés de oliveiras e outra vinha, um pedaço de terra com uma oliveira e certas estacas e tudo era forro e isento e só o dízimo a Deus. Entrou mais na dita compra uma vinha que os vendedores tinham na referida freguesia de Loures por título de emprazamento do Hospital de Todos os Santos, a saber, os bens livres e isentos por 154\$000 réis // e a vinha de Prazo por 10\$000 réis e o título da compra da dita vinha faria o escrivão do sobreditos Hospital alcançando-se licença do Bispo Provedor do mesmo. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Lopo Fernandes em 31 de Maio de 1536. Com o Auto de Posse dada ao dito Lopo de Brito.	18	2	Escrituras de compra e venda
1536-09-09	Instrumento de carta de venda que faz D. Jorge Manoel a seu irmão D. Fradique Manoel do seu quinhão que tinha nas casas do Castelo para cuja venda houve provisão real sem embargo de ser menor, o qual quinhão lhe coube pela legítima de seus pais, D. Nuno Manoel e D. Leonor de Milão, e lho vendeu por 200\$000 réis. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Henrique Nunes a 9 de Setembro de 1536.	2	6	Morgado do Castelo
1541-07-23	Carta de venda que faz D. Joana de Aragão a seu irmão D. Fradique Manoel de um quinhão que tinha nas casas do Castelo de Lisboa pelo preço e quantia de 266\$666 réis à razão de sete mil cruzados por todo assentamento. Feita em Lisboa pelo Tabelião Jorge Diniz, a 23 de Julho de 1541.	2	7	Morgado do Castelo
1557-05-04	Instrumento de venda a retro que faz Sebastião Roiz do Folhandal a João Luís, lavrador, morador no Folhandal, termo da Vila de Alenquer, do foro de um alqueire de trigo, pela quantia de 6\$000 réis. Feito no dito termo em 4 de Maio de 1557.	18	3	Escrituras de compra e venda
1558-03-11	Instrumento da carta de venda que faz Gomes Ribeiro e sua mulher a João Luís e sua mulher Maria Fernandes, caseiros do dito, de uma terra com oliveiras que chamam a Feiteira, sita no termo da Vila de Alenquer, por preço e quantia de 1400 réis. Feito na dita Vila em 11 de Março de 1558.	18	4	Escrituras de compra e venda
1561-03-29	Escrito de venda que faz Amaro Esteves ao Senhor Jorge de Figueiredo de um pedaço de terra sito aonde chamam o Pomar novo, no lugar de Ota, por preço e quantia de quinhentos réis os quais logo recebeu. Feito em 29 de Março de 1561.	7	4	Ota

1560-09-23	Instrumento de compra que fez Diogo Pires, picheleiro a João Luís, lavrador e a sua mulher, Maria Fernandes, moradores no Folhandal, termo da Vila de Alenquer, de doze alqueires de trigo de senso e cada ano, a retro aberto, pagos por dia de Nossa Senhora de Agosto, por preço de 12\$000 réis, e os ditos vendedores para segurança do pagamento hipotecaram umas terras no Folhandal, uma ao outeiro do Ouchaia [sic] e outra ao outeiro do Cormilho. A dita compra foi feita por tempo de dez anos com a referida condição de retro aberto, e findos //elles, não tendo os vendedores ou seus herdeiros entregue ao comprador ou a seus herdeiros os referidos 12\$000 réis, preço da compra siza, efeito da escritura, ficaria a compra firme para sempre. Feito na Vila de Alenquer em 23 de Setembro de 1560.	18	5	Escrituras de compra e venda
1568-11-30	Instrumento de carta de venda que fazem António Dias, almocreve e Isabel Luís, sua mulher a João Luís e sua mulher Maria Fernandes, moradores no lugar do Folhandal, termo da Vila de Alenquer, de umas casas, serrado, e arvoredos de fruto sitas no dito lugar por preço e quantia de dez mil réis, salvos de siza para os vendedores. Feito na dita Vila nas Notas do Tabelião Francisco Felix Pereira em 30 de Novembro de 1568	18	6	Escrituras de compra e venda
1570-02-14	Instrumento de venda que fazem Bartolomeu Roiz e sua mulher Margarida Francisca moradores no lugar dos Canados, termo da Vila de Alenquer a Francisco Carvalho, e a sua mulher Isabel Jorge, de uma terra no dito lugar por preço e quantia de 1500 réis. Feito no dito lugar nas Notas do Tabelião Francisco Felix em 14 de Fevereiro de 1570.	18	7	Escrituras de compra e venda
1570-??-??	Instrumento de carta de venda que fazem Francisco Fernandes e sua mulher Catarina Vicente, moradores no lugar dos Canados, termo da Vila de Alenquer, a Francisco Carvalho e a sua mulher, Isabel Jorge de sete oliveiras no dito lugar por preço e quantia de 1500 réis os quais logo receberam. Feito em 1570 no lugar dos Canados nas Notas do Tabelião Francisco Felix.	18	8	Escrituras de compra e venda
1576-02-06	Carta de venda de Pero Gonçalves, hortelão, e sua mulher Francisca Dias, moradores em Alvalade o grande, termo de Lisboa a Simão Gonçalves, de uma courela de vinha foreira enfiteuta a Joana Pimenta, viúva de Gonçalo Vieira, em 600 réis cada ano a qual é sita em Alcútem, limite do lugar do Lumiar, termo da cidade pela quantia de 2500 réis. Feito em Lisboa a 6 de Fevereiro de 1576.	18	9	Escrituras de compra e venda
1582-11-03	Instrumento de carta de venda que fazem João Luís e sua mulher Maria Fernandes moradores no Folhandal a Baltasar Pires e sua mulher Violante Lopes de oito alqueires de trigo de renda, foro e pensão em cada um ano, por preço e quantia de oito mil réis. Feito na Vila///de Alenquer nas Notas do Tabelião Manuel Barbosa em 3 de Novembro de 1582.	18	10	Escrituras de compra e venda
1592-06-12	Instrumento de compra a retro aberto que fez Jorge Gaspar Palha, comendador da Ordem de S. João de Malta morador no lugar da Especendeira, termo da Vila de Alenquer, a Catarina Fernandes Triga, moradora na dita Vila de doze alqueires de trigo de renda cada ano que lhe era obrigado pagar João Luís, morador no Folhandal cuja compra fora por 12\$000 réis imposta a dia renda nas terras que vão declaradas na Escritura (que são as mesmas especificadas no sumário do documento de outra compra a retro aberto com limitação de tempo, datado a 23 de Setembro de 1560), cuja renda de trigo herdou por falecimento de sua filha Antónia Triga, e esta compra se efectuou debaixo das cláusulas e condições declaradas na escritura velha feita nas notas de Afonso Ferrão Tabelião que fora na dita Vila. Feita na Vila de Alenquer em 12 de Junho de 1592.	18	11	Escrituras de compra e venda
1594-12-31	Instrumento de concerto transação amigável composição e venda que fazem os religiosos do convento de S. Domingos de Lisboa a Paulo Novais da Cunha procurador de Cristóvão de Brito e de D. Maria da Silva, sua mulher, a respeito de umas casas à Caldeiraria por motivo das quais trouxeram demanda e por este motivo se ajustaram a dar eles, padres, as ditas casas aos referidos e estes aos padres 90\$000 réis de juro na Casa dos Cinco e Casa da Índia. Feito em Lisboa pelo Tabelião Gaspar Dias de Almeida a 24 de Dezembro de 1594. É cópia em pública forma. Item. Testamento de João Brandão e Antónia de Almada sua mulher. Feito em Lisboa a 13 de Fevereiro de 1574. Iby. Alvará em virtude do qual fizeram os referidos padres a dita venda das casas. Iby. Instrumento de posse que tomou D. Maria da Silva mulher de Cristóvão de Brito das casas da rua da Caldeiraria. Feito em Lisboa a 31 de Dezembro de 1594	18	12	Escrituras de compra e venda
1599-01-04	Instrumento de carta de venda que fazem Manuel Fernandes e sua mulher Paula Dias moradores no lugar do Folhandal, termo da Vila de Alenquer a António de Oliveira morador no lugar de Meca, do dito termo, e a sua mulher Luísa das Neves, de uma vinha junto ao referido lu//gar, por preço e quantia de 12\$000 réis. Feito no lugar do Folhandal nas Notas do Tabelião Manuel Barbosa em 4 de Janeiro de 1599.	18	13	Escrituras de compra e venda
	1600			

1604-06-26	Escrito de compra que faz António Vaz morador no lugar de Ota a António Lopes de duas courelas de terra com duas oliveiras e mais árvores de fruta no sítio do dito lugar, por preço de e quantia de 5\$000 réis. Feito no lugar de Ota em 26 de Junho de 1604	7	5	Ota
1608-12-22	Carta de venda que faz Mécia Francisca, viúva de António Fernandes, moradores na Vila de belmonte a Diogo Francisco, morador na dita Vila de umas casas em que ela mora na rua da Deveza as quais casas altos e baixos lhe vendea por oito mil réis. Feito na Vila de Belmonte nas Notas do Tabelião António de Proença em 22 de Dezembro de 1608.	5	1	Morgado de Belmonte
1613-07-31	Instrumento de Carta de venda que faz a Senhora Filipa Coutinho, viúva de Justino de Santa Maria, a Jerónimo de Macedo de Carvalho das terras que no limite de Ota lhe tocavam nas partilhas que se fizeram por morte do Sr. Rui de Figueiredo as quais foram oito courelas vendidas por 70\$000 réis. Feito na Quinta de Monte Redondo pelo Tabelião Manuel Barbosa em 31 de Julho de 1613	7	6	Ota
1614-11-27	Escrito de venda que fazem Manoel Esteves e sua mulher Leonor João a Diogo Francisco e sua mulher Isabel Nunes de uma courela de terra sita onde chamam o Monte de Gomes Eanes por preço de dez cruzados os quais receberam. Feito em 27 de Novembro de 1614	5	2	Morgado de Belmonte
1621-09-16	Escritura de venda quitação e obrigação que fez Estácio de Miranda e sua mulher Maria Antunes, moradores no lugar do Lumiar a seu irmão Jerónimo de Miranda homem que vive de sua fazenda, da metade de uma morada de casas sitas na rua esquerda do dito lugar as quais lhe deixou D. Camila Teles, cuja venda fazem por 10\$000 réis//livres para aos vendedores. Feito no lugar do Paço do Lumiar nas Notas do Tabelião Manuel Velho de Aguiar em 16 de Setembro de 1621.	18	14	Escrituras de compra e venda
1623-12-28	Escrito de venda de uma casa com seu chão junto a ela, sito na Boca da Mata que fizeram Domingos Pires e sua mulher Mecia Nunes ao Senhor Jorge de Figueiredo, pela quantia de 13\$000 réis. Feito no lugar de Ota em 28 de Dezembro de 1623.	7	7	Ota
1623-09-02 1623-10-14	Sentença do doutor António Pereira de Sousa, Juiz de Fora da Vila de Torres Vedras pela qual há por boa a compra que fez o Senhor Jorge de Figueiredo da metade de umas casas que arrematou em praça pública a Luís Fernandes, sitas no lugar da Lobagueira dos Lobatos, por preço de 4100 réis. Dada na Vila de Torres Vedras em 2 de Setembro de 1623. Item. Auto de posse que o dito Senhor tomou da referida propriedade. Iby. Escrito de venda que faz Madalena Lopes, viúva, moradora no lugar da Lobagueira, Termo da Vila de Torres Vedras, ao Senhor Jorge de Figueiredo, da metade da casa que parte com outra metade, que o dito Senhor houve por carta de arrematação com a casa de dentro de seu genro Luís Fernandes, a qual metade lhe vende por dois mil réis. Feito em 14 de Outubro de 1623. Item. Certidão do doutor António Pereira de Sousa, Juiz de Fora e das sisas da Vila de Torres Vedras, da sisa que pagou o dito Senhor da compra da referida propriedade.	3	52	Morgado da Lobagueira
1626-02-07	Instrumento de venda e obrigação que fazem João Nogueira, mestre de carpintaria e sua mulher, Maria Antunes, a António Lopes Calvo, de uma morada de casas sobradadas com suas lojas, pátio e uma cisterna, sitas na rua das Parreiras em Lisboa, for das Portas de Santa Catarina, foreiras enfiteuta ao cabido da Sé da dita cidade em um cruzado em dinheiro e duas galinhas cada ano e as vendem pela quantia de 315\$000 réis forros de sisa e laudémio para os vendedores. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Lourenço de Freitas, a 7 de Fevereiro de 1626.	18	15	Escrituras de compra e venda
1631-06-15	Carta de venda que fazem António Gonçalves Peixoto e sua mulher Antónia Francisca, moradores na Vila de Belmonte a Diogo Francisco, o moço, e a sua mulher, Isabel Nunes, moradores na mesma Vila, de uma terra sita onde chamam o Ribeiro do Colmeal, limite da dita //Vila, e assim mais outra terra onde chamam os Cabeços das Vinhas, por preço e quantia, a primeira de 5\$000 réis e a outra por vinte cruzados, que faz tudo a soma de 13\$000 réis forros de sisa. Feito na Vila de Belmonte nas Notas do Tabelião Pedro da Fonseca em 15 de Junho de 1631.	5	3	Morgado de Belmonte
1633-04-05	Escrito de venda que fazem Manuel Nunes e Maria Antunes ao Senhor Jorge de Figueiredo de um arneiro onde chamam Val de Carro com seus pés de oliveiras por preço de 14\$000 réis. Feito no lugar de Ota em 5 de Abril de 1633.	7	8	Ota
1645-02-10	Instrumento de carta de venda que fazem António Fernandes Choco e sua mulher Maria Mendes Rezia, a Diogo Francisco da Praça, de uma casa sobradada, sita na rua da encruzilhada, na Vila de Belmonte, pelo preço e quantia de oito mil réis forros de sisa. Feito na Vila de Belmonte nas Notas do Tabelião Manuel Mendes de Aguiar em 10 de Fevereiro de 1645.	5	4	Morgado de Belmonte

1645-12-16	Carta de venda que fazem António Antunes e sua mulher Antónia Mendes a Diogo Francisco da Praça de um chão com suas oliveiras e árvores de fruta, sito onde chamam Santo António Velho, na Vila de Belmonte, o qual chão herdaram de Francisco Fernandes e lho venderam por 7\$500 réis forros para os vendedores. Feita na Vila de Belmonte em 16 de Dezembro de 1645.	5	5	Morgado de Belmonte
1649-04-25	Escrito de venda que fazem Gaspar João Sanches e sua mulher Isabel das Neves, moradores no lugar da Aldeia do Mato, termo da Vila da Covilhã a Diogo Francisco e a sua mulher Isabel Nunes, moradores na Vila de Belmonte, de uma terra onde chamam as Pereiras e Ribeiro dos Frades, por preço e quantia de 7\$000 réis forros de sisa os quais haviam recebido. Feito na Vila de Belmonte em 25 de Abril de 1649.	5	6	Morgado de Belmonte
1649-05-27	Instrumento de carta e pura e irrevogável venda que fazem António Alves o Pato, e sua mulher Maria Esteves, moradores no lugar do Camarnal, termo da Vila de Alenquer, ao padre Francisco de Freitas, de dez alqueires de trigo de foro cada um ano a retro aberto, por preço e quantia de 20\$000 réis. Feito na Vila de Alenquer nas Notas do Tabelião Francisco Teles em 27 de Maio de 1649.	7	9	Ota
1651-01-30	Instrumento de carta de venda a retro aberto e senso remível qe faz Diogo Francisco da Praça e sua mulher Isabel Nunes a Francisco Roiz, e a sua mulher Maria Soares mora//dores na Vila de Belmonte, de uma Tapada onde chamam a Formiga, limite da mesma Vila, e assim mais dois cortes de terra e lhe empraiza tudo para sempre enquanto o mundo durar pelo preço e quantia de quarenta e oito alqueires de centeio a primeira tapada e os dois cortes quatro fangas de conteio. Feito na Vila de Belmonte nas Notas do Tabelião Manuel Mendes de Aguilar em 30 de Janeiro de 1651.	5	7	Morgado de Belmonte
1658-11-20	Instrumento de carta de venda que fazem Domingos Gonçalves e sua mulher Isabel Proença a Diogo Francisco da Praça de uma courela de terra sita onde chamams Pereiras, limite da Vila de Belmonte pelo preço e quantia de 13\$000 réis forros de sisa. Feito na Vila de Belmonte nas Notas do Tabelião Francisco de Sousa em 20 de Novembro de 1658.	5	8	Morgado de Belmonte
1659-05-20	Escrito de venda que faz Miguel Martins e sua mulher Maria Gaspar moradores na Aldeia do Mato, termo da Vila da Covilhã, a Diogo Francisco e sua mulher Isabel Nunes, de uma courela de terra sita onde chamam as Pereiras pelo preço e quanti ade 2\$200 réis, os quais receberam. Feito em 20 de Maio de 1659. Item. Escrito de venda que fazem os mesmos acima nomeados ao dito Diogo Francisco de um pequeno de terra [sic] sito onde chamam as Pereiras, limite da Vila de Belmonte pelo preço e quantia de 2\$500 réis forros para os vendedores. Feito em 6 de Janeiro de 1659. Item. Escrito de venda que fazem os referidos acima Diogo Francisco de um pequeno de terra no dito sitio e limite, pelo preço e quantia de 225 réis, os quais receberam. Feito em 20 de Janeiro de 1659	5	9	Morgado de Belmonte
1660-02-28	Escrito de venda que faz Lourenço Linho e sua mulher Maria Gil, moradores no lugar da Bendada, termo da Vila da Sortelha a Diogo Francisco, morador em Belmonte, de quatro alqueires de centeio de senso aberto e remissível (eremicível) em cada ano os quais lhe nomeiam e lhe hipotecam uma casa térrea dizimeira no dito lugar o qual centeio lhe pagarão por dia de Nossa Senhora de Agosto de cada ano e lho venderão pelo preço e quantia de 400 réis que receberão. Feito no último dia de Fevereiro de 1660. [verificar data no documento]	5	10	Morgado de Belmonte
1660-09-21	Instrumento de carta de pura e firme venda que fazem António Jorge e sua mulher Mariana Pereira ao Sr. Rui de Figueiredo e Alarcão de dez alqueires de trigo a retro aberto de foro cada ano por preço e quantia de 20\$000 réis. Feito no lugar do Bairro, termo da //Vila de Alenquer nas Notas do Tabelião João Cordeiro em 21 de Setembro de 1660. O dito foro foi aplicado à capela de Nossa Senhora da Encarnação da Lobagueira.	3	53	Morgado da Lobagueira
1661-01-16	Instrumento de carta de venda de pão de foro a retro aberto que faz Antão Roiz, viúvo e morador no lugar da Dolhalvo, ao Sr. Rui de Figueiredo de dez alqueires de trigo de foro em cada ano por preço de dois mil réis cada alqueire no casal chamado da Cotovia, sito no limite de Penafirme da Mata. Feito na Vila de Alenquer nas Notas do Tabelião João Cardoso Pereira em 16 de Janeiro de 1661. O dito foro está aplicado à capela de Nossa Senhora da Encarnação da Lobagueira.	3	54	Morgado da Lobagueira

1661-12-25	Instrumento de carta e firme venda que faz Nicolau Soares, trabalhador, e sua mulher Maria Antunes, ao Sr. Rui de Figueiredo de Alarcão de três terras com suas oliveiras que estão no limite de Ota, uma onde chamam Val de Carro, outra às Figueiras Brancas e outra ao Runho, por preço de 52\$000 réis. Feito na Vila de Alenquer nas Notas do Tabelião António de Matos Franco em 25 de Dezembro de 1661. Declara o Sr. Rui de Figueiredo de Alarcão na Procuração que passou para a dita compra que esta fazenda é aplicada à Capela de Nossa Senhora da Encarnação para a missa quotidiana que tinha obrigação de mandar dizer segundo o havia ajustado com a Sr ^a . D. Maria de Noronha sua primeira mulher.	3	55	Morgado da Lobagueira
1662-01-11	Instrumento da carta de venda que faz Catarina Mendes viúva moradora no lugar de Aldeia do Mato, termo da Vila da Covilhã a Diogo Francisco da Praça de umas terras com oliveiras, sita onde chamam a de Mendinho, limite do lugar de Crais (Orjais?), as quais estavam em poder de Manuel Pires com uns pardieiros, morador no lugar do Teixoso do dito termo, por uma sentença que alcançou contra a vendedora enquanto lhe não desse 49\$702 réis as quais terras vendeu a referida por preço e quantia de 65\$000 réis forros para ela com os quais pagou a dita dívida. Feito na Vila de Belmonte nas Notas do Tabelião Domingos de Siqueira em 11 de Janeiro de 1662. Iby. Termo do juramento que se deu aos lavradores da vistoria que se fe no prazo do Mendinho, sito no limite do lugar de Orjais	5	11	Morgado de Belmonte
1662-01-19	Instrumento de carta de venda que faz Manuel de Pina de Almeida, morador no lugar de Aldeia do Mato, termo da Vila da Covilhã, a Diogo Francisco da Praça de duas courelas de terra sitas onde chamam as Pereiras no limite da Vila de Belmonte uma delas ao Penedode Alvaro Pires e a outra junto da cerca dos Frades de Nossa Senhora da Esperança pelo preço e quantia de 87\$000 réis, os quais recebeu. Feito na Vila de Belmonte nas Notas do Tabelião Domingos de Siqueira em 19 de Janeiro de 1662	5	12	Morgado de Belmonte
1662-03-24	Escrito de venda que faz António Leitão morador na Vila de Belmonte a Diogo Francisco morador na dita Vila de dois bocados de vinha sitas por baixo do Portal de Felix Pinto, por preço e quantia de 4\$000 réis, os quais recebeu. Feito em 24 de Março de 1662.	5	13	Morgado de Belmonte
1662-04-21	Carta de venda que faz Bartolomeu Esteves morador na Vila da Covilhã a Domingos Nunes morador na Vila de Belmonte de um chão com suas árvores de fruta e sem ele, no destrito da dita Vila pelo preço e quantia de conço mil réis forros para o vendedor. Feito na Vila de Belmonte na Notas do Tabelião António de Proença, em 21 de Abril de 1662.	5	14	Morgado de Belmonte
1662-12-02	Instrumento de carta de venda que faz Manuel de Mendonça de Lucena da Fonseca, sobr ^o , morador no lugar da Vela, termo da cidade da Guarda a Diogo Francisco da Praça de umas terras sitas onde chamam as Pereiras a que chamam a Quigueira limite da Vila de Belmonte e do lugar da Aldeia do Souto, termo da Vila da Covilhã pelo preço e quantia de 30\$000 réis, forros de custas e sisa os quais logo recebeu. Feito na Vila de Belmonte nas Notas do Tabelião Francisco de Sousa em 2 de Dezembro de 1662.	5	15	Morgado de Belmonte
1663-11-26	Instrumento de carta de venda que faz o padre Manuel Gomes, morador no lugar de Doilhalvo [Olhavo] , termo da Vila de Alenquer ao Sr. Rui de Figueiredo de Alarcão de quatro courelas de terra e umas courelas de olival no limite do lugar de Ota, as quais só têm a pensão de três missas pela alma de Catarina Fernandes, ditas no oitavário dos Santos na igreja do Espírito Santo do referido lugar e isto por preço de 40\$000 réis forros para o vendedor, os quais havia recebido. Feito na Vila da Azambuja nas Notas do Tabelião Manuel Bernardes em 26 de Novembro de 1663.	7	10	Ota
1664-03-14	Instrumento de carta de venda que fazem Sebastião Botelho de Almeida e sua mulher Maria do Rego moradores no lugar da Vela, termo da cidade da Guarda, a Diogo Francisco da Praça de uma terra onde chamam Lamaçais no limite do lugar de Orjais, termo da Vila da Covilhã por preço e quantia de 42\$000 réis, livres de sisa, os quais lhe havia pago. Feito na Vila // de Belmonte nas Notas do Tabelião Manuel de Siqueira em 14 de Março de 1664.	5	16	Morgado de Belmonte
1665-12-08	Instrumento de carta de venda que faz Maria Lopes, viúva e moradora no lugar de Erzais, termo da Vila da Covilhã a Diogo Francisco da Praça morador na Vila de Belmonte de umas moradas de casas sitas na rua da Sé da mesma Vila, que constam de altos e baixos por preço e quantia de 13\$800 réis forros de todas as custas os quais logo recebeu. Feito na Vila de Belmonte nas Notas do Tabelião Manuel de Siqueira em 8 de Dezembro de 1665.	5	17	Morgado de Belmonte

1667-08-25	Instrumento de venda, quitação e obrigação que fazem Manuel de Andrade, Sargento Mor da Nobreza de Lisboa, e sua mulher D. Ana Barbosa ao Sr. Rui de Figueiredo de Alarcão de umas terras e olivais sitos no lugar de Ota, pelo preço de 11\$000 réis. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião António Nunes Caneves a 12 de Janeiro de 1666.Item. Embargos que pôs à posse que se tomou nas notas fazendas, António Lopes morador no lugar de Ota.Iby. Sentença contra o embargante pelo doutor Gaspar de Abreu Freitas, em 25 de Agosto de 1667.	7	11	Ota
1666-03-22	Instrumento de carta de venda que fazem Francisco Antunes Caxola e sua mulher Isabel Martins, moradores no lugar de Caria, termo da Vila da Covilhã a Dogo Francisco da Praça, viúvo e morador em Belmonte de uma courela de terra onde chamam as Pereiras, no dito termo por preço e quantia de 7500 réis. Feito na Vila de Belmonte nas Notas do Tabelião Manuel de Siqueira em 22 de Março de 1666.	5	18	Morgado de Belmonte
1666-04-12	Instrumento de carta de venda que fazem Francisco Vicente e sua mulher Catarina da Fonseca, moradores no lugar da Aldeia do Souto, termos da Vila da Covilhã a Diogo Francisco da Praça, morador em Belmonte, de uma courela de terra sita onde chamam as Pereiras, termo e limite da dita Vila, por preço e quantia de 7000 réis forros para os vendedores, os quais haviam recebido. Feito na Vila de Belmonte nas Notas do Tabelião Manuel de Siqueira em 12 de Abril de 1666.//	5	19	Morgado de Belmonte
1666-05-01	Instrumento de carta de venda que faz António de Proença, viúvo e morador no lugar de Aldeia do Mato, termo da Vila da Covilhã a Diogo Francisco da Praça de uma tapada de parede toda de roda no limite da Vila de Belmonte, por preço e quantia de 12\$000 réis, os quais logo recebeu. Feito na Vila de Belmonte nas Notas do Tabelião Francisco de Sousa em o 1º de Maio de 1666.	5	20	Morgado de Belmonte
1666-12-17	Instrumento de venda, quitação e obrigação que fazem João Baptista Maciel e sua mulher Maria e Fontes Malhoa ao Sr. Rui de Figueiredo de três pedaços de terra sitos no lugar de Ota, um na Várzea que foi de António Pires, outro que está no caminho que vai para Atouguia e outro da banda de cima que vai para Monte Redondo[está escrito Monte de donde] , que foram de Francisco Nunes, as quais venderam ao dito Senhor por 25\$000 réis forros de sisa e mais custas. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião António Nunes Caneves (?) a 17 de Dezembro de 1666.	7	12	Ota
1667-09-20	Instrumento de pura e verdadeira venda que fazem Luís Alvares Vieira e sua mulher Helena de Andrade, moradores no lugar de Liuredo da Ponte ao Sr. Rui de Figueiredo, comendador de Sinfães de uma casa térrea e telhada sita no dito lugar, no terreiro, junto à capela de S. Bento por preço e quantia de 22\$000 réis, forros para os vendedores os quais logo receberam.Feito no lugar do Louredo da Ponte pelo escrivão do Judicial e notas Manuel Pinto Pereda em 20 de Setembro de 1667.	17 °	1	Comenda de Sinfães
1667-11-03	Instrumento de pura e firme venda que fazem Manuel Leitão e sua mulher Catarina Cardoza, moradores no lugar de Pias da Vila e concelho de Sinfães ao Sr. Rui de Figueiredo, comendador de Sinfães, de uma casa arruinada no lugar de Travassos pelo preço e quantia de sete mil reis os quais logo receberam. Feito na Quinta do Pedregal pelo escrivão do público Judicial e notas, Manuel Pinto Pereda em 3 de Novembro de 1667	17 °	2	Comenda de Sinfães
1671-10-14	Instrumento de venda novo emprazamento, quitação e obrigação que fez Leonor Moreira, moradora na Calçada de Agostinho Carvalho em Lisboa, a Mateus Moreira, morador no Paço do Lumiar, de duas vinhas sitas onde chamam Areias, limite do dito lugar, foreiras em vidas a D. Mariana de Vasconcelos, em 800 réis cada ano por preço de 25\$000 réis. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Diogo de Seixas a 14 de Outubro de 1671. Iby. Auto de posse por autoridade de justiça que o dito Mateus Moreira tomou das vinhas acima mencionadas em 26 de Outubro de 1671. //	18	16	Escrituras de compra e venda
1684-02-23	Instrumento de promessa de venda quitação e obrigação que fazem os condes de Atalaia S. Luís Manoel e sua mulher, D. Francisca de Mendonça ao Sr. Pedro de Figueiredo de Alarcão das hortas chamadas de D. Fradique, sitas em Lisboa, junto à muralha do Castelo e tem em si casas térreas sobradadas, terras com laranjeiras, árvores de fruta, quintais, pardieiros, terras que se semeiam e outras pertenças o que tudo lhe pertence, por ter sido de D. Fradique Manoel 4º avô do dito conde e vendiam tudo ao referido Senhor pelo preço e quantia de 1.500\$000 réis forros de sisa e todas as mais custas. Feito em Lisboa pelo Tabelião Tomé Freire de Araújo a 23 de Fevereiro de 1684.	2	8	Morgado do Castelo
1685-02-23	Instrumento de carta de pura e firme venda que faz Domingos Carvalho e sua mulher Natália Francisca a Domingos Pereira de umas casas sitas na Ventena no lugar de Ota, no sítio chamado os Paços pela quantia de 22\$500 réis. Feito na Vila de Alenquer pelo Tabelião Manuel Henriques da Silva em 23 de Fevereiro de 1685.	7	13	Ota

s.d.	Escrito de venda que fazem Manuel Lourenço e sua mulher Maria Fernandes a Diogo Francisco e sua mulher Isabel Nunes, todos moradores na Vila de Belmonte de um pequeno de casa dentro das suas casas, sitas na rua da Fonte grande por preço e quantia de 2200 réis forros de sisa.	5	21	Morgado de Belmonte
	1700			
16??-??-?? 17??-??-??	Instrumento de pura e firme venda que faz António Antunes, lavrador e morador na quinta da Torre, termo da Vila de Alenquer ao Sr. Pedro de Figueiredo de um olival e terra em Ferragudo, distrito do lugar de Ota, Prazo em vida à Igreja de Santo Estêvão da dita Vila em 400 réis por preço e quantia de 250\$000 réis os quais logo recebeu. Feito em Alenquer a 8 de Março de 1709. ITEM. Instrumento da posse que tomou o dito Senhor das fazendas acima mencionadas. ITEM. Instrumento de carta de pura e firme venda que faz Barnabé da Gama a António Antunes, lavrador, morador na Quinta da Torre de um olival e suas anexas no distrito do/lugar de Ota foreiro à Igreja de Santo Estêvão em 400 réis pelo preço e quantia de 130\$000 réis. Feito na Quinta da Torre, termo da Vila de Alenquer em 11 de Dezembro de 1702. ITEM. Medição da propriedade pertencente à quinta de Ota, prazo à Igreja de Santo Estêvão da Vila de Alenquer. ITEM. Instrumento de carta de pura e firme venda que fez Filipa de Seabra viúva de Pedro dos Reis ao padre João Roiz Louzão de um olival sito onde chamam Ferragudo, foreiro à igreja de Santo Estêvão de Alenquer em 200 réis e duas galinhas por preço de 35\$000 réis. Feito em Alenquer a 22 de Setembro de 1687. ITEM. Nomeação que fez António Fernandes Seabra do dito olival em sua sobrinha Filipa Seabra. ITEM. Recibo de João Rebelo de Abreu, prioste da Real Igreja de Santo Estêvão da Vila de Alenquer de ter recebido 20\$000 réis de laudémio da décima do olival que comprou o Sr. Pedro de Figueiredo a António Antunes, sito no Ferragudo, foreiro à dita igreja em 400 réis cada ano. Passada na referida Vila em 8 de Março de 1709. ITEM. Certidão de João Rebelo de Abreu, prioste da Real Igreja de Santo Estêvão da Vila de Alenquer pela qual consta de dois prazos sitos em Ota, serem do Senhor Rodrigo António de Figueiredo, foreiros à dita igreja um em 400 réis, o qual prazo comprou o Sr. Pedro de Figueiredo a António Antunes e o outro em 200 réis e duas galinhas, sito em Ferragudo. Passada em Alenquer a 24 de Outubro de 1722. ITEM. Instrumento de carta de pura venda que faz Manuel Luís o bicho d'algunha, e sua mulher Quitéria Freire, a António Fernandes Seabra de um olival e uma terra sito no lugar de Ota, foreiro em vidas à igreja de Santo Estêvão da Vila de Alenquer em 200 réis e duas galinhas por preço e quantia de 35\$000. Feito na Vila da Azambuja pelo Tabelião Manuel Bernardes em 25 de Janeiro de 1677. ITEM. Instrumento de carta de pura e firme venda que faz António Antunes, lavrador, de uma courela de vinha com suas oliveiras sita no lugar de Ota, por preço e quantia de 60\$000 réis. Feito na Vila de Alenquer nas Notas do Tabelião António de Figueiredo Machado em 11 de Setembro de 1703.//	7	14	Ota
1709-03-23	Instrumento de venda quitação e obrigação que faz D. Violante Michaela, viúva de D. Sebastião Maldonado ao Sr. Pedro de Figueiredo de uma quinta chamada da Vidigueira sita no termo da Vila de Alenquer a qual consta de casas térreas, vinhas e outras pertenças pela quantia de 3:510\$000. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Domingos da Silva a 15 de Março de 1709. ITEM. Auto de posse que tomou o Sr. Pedro de Figueiredo do olival de Ferragudo e vinha em Aldeia que junto à sua quinta comprou a António Antunes, como também a quinta da Vidigueira acima mencionada. Passado pelo Tabelião Francisco da Silva de Carvalho em 23 de Março de 1709. ITEM. Uma petição e cartas a respeito da compra da Quinta da Vidigueira.	7	15	Ota
1714-12-09	Instrumento de promessa de venda quitação e obrigação que faz a Irmandade do Santíssimo Sacramento da freguesia de S. Tiago de Lisboa ao Sr. Pedro de Figueiredo de umas casas que constam de duas moradas místicas sitas na rua chamada de Luz da Gama, umas foreiras por serem prazo em vidas à igreja de S. Bartolomeu em 240 réis e outras enfileitadas ao Hospital Real de Todos os Santos em 66 réis e um capão as quais casas partem com quintais do dito Senhor e as deixou à referida irmandade Francisco Correia o qual as vendeu ao sobredito Senhor pelo preço e quantia de 550\$000 réis que logo entregou. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Tomé Freire de Araújo em 9 de Dezembro de 1714.	18	17	Instrumentos de compra e venda

1715-06-12	Escrito de venda que fazem Luís Machado e sua mulher Feliciano Maria ao Sr. Pedro de Figueiredo de umas casas que possuíam na rua que vem do hospital dos Castelhanos para a Ermida de S. Brás, e porque lhe havia dado o dito Senhor dez moedas de ouro de Luvas se obrigaram a que tendo a dita venda alguma dúvida, lhe tornarem a dar este dinheiro. Feito em Lisboa pelo Tabelião Tomé Freire de Araújo a 12 de Junho de 1715.ITEM. Recibo que passou Luís Machado a António Peixoto da quantia de nove moedas //de ouro à conta da referida venda das casas que vendia ao Senhor Pedro de Figueiredo.	18	18	Instrumentos de compra e venda
1706-09-27 1716-12-22	Instrumento de venda, quitação e obrigação que faz D. Margarida de Andrade de Castelo Branco viúva de Gonçalo Chamorro de Queirós, moradora na cidade do Porto a Manuel Ferreira, Mestre odreiro, morador defronte da igreja de S. Nicolau em Lisboa, de três moradinhas de casas, sitas na Cutelaria, as quais são um prazo foreiro em vidas em sete mil réis cada ano, duas galinhas e um frango, à capela de S. Lourenço da dita igreja, de que é administrador o Sr. Pedro de Figueiredo que lhe deu licença para esta venda a qual foi feita pela quantia de 1:350\$000 réis, e as ditas casas pertenciam à vendedora por ser filha do capitão Domingos Monteiro, morador que foi em Lisboa. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião José Roiz dos Santos a 22 de Dezembro de 1716. ITEM. Instrumento de encabeçamento, reconhecimento e obrigação que fez o Sr. Pedro de Figueiredo a D. Margarida de Andrade Castelo Branco de seis moradas de casas à entrada da rua da Cutelaria, pertencentes à capela acima mencionada à qual paga de foro anual 7\$000 réis, duas galinhas e um frango, do qual prazo se fez renovação em seu Pai, o capitão Domingos Monteiro para ele ser a primeira vida e porque por morte do dito se adjudicou a referida filha este prazo, pediu a renovação dele ao dito Senhor que lha concedeu. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Manuel Correia dos Santos a 27 de Setembro de 1706.	18	19	Instrumentos de compra e venda
1718-04-19	Instrumento de compra que faz o Sr. Pedro de Figueiredo a João Gomes, lavrador e morador no casal da Torre da Rainha de umas casas térreas e pardieiras com seu quintal, sitas no lugar da Lobagueira, por preço de 30\$000 réis. Feito no dito lugar nas Notas do Tabelião João Pinto Valadares a 19 de Abril de 1718.	3	8	Morgado da Lobagueira
1721-08-15 1704-04-30	Instrumento de venda quitação e obrigação que faz o Capitão Mor Bartolomeu Lobo da Gama em seu próprio nome e como produtor de sua mulher D. Joana Abreu e Freitas ao Senhor Pedro de Figueiredo, governador e mestre de campo da cidade de Portalegre, de um casal chamado do Suro Galego, sito no limite do lugar de Ota, que consta de terras de pão, vinha, arvoredro, mata borralha oliveiras e outras pertenças pelo preço e quantia de 450\$000 réis, os quais logo recebeu. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Tomé Freire de Araújo a 15 de Agosto de 1721.ITEM Recbo de 100\$000 réis que recebeu Pedro Ferreira que lhos mandou dar o referido capi//tão mor Bartolomeu Lobo da Gama.IBY. Recibo de 50\$000 réis que recebeu o dito à conta da referida venda. ITEM. Instrumento de venda quitação e obrigação que faz o dito capitão mor ao Sr. Pedro de Figueiredo do referido casal, declarando na escritura que a venda que faz é totalmente de todas as propriedades de que consta o casal e charnecas dele, assim das que anteriormente possuía como das mais que a ele tem junto e anexado, sem ficar coisa alguma de fora que se não compreenda nesta venda, a qual foi feita por 450\$000 réis que recebeu. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Nicolau Leitão Pereira a 30 de Abril de 1704. IBY. Auto de posse que tomou o Sr. Pedro de Figueiredo por seu procurador de tudo o que pertencia ao dito casal.	7	16	Ota
1732-04-14	Instrumento de escritura de carta de venda que fazem Teodózio Soares de Oliveira e sua mulher Maria Teresa Baptista a Manuel Correia de Faria e a sua mulher Margarida da Silva, de umas casas térreas na Vila da Castanheira na rua da Fonte, pela quntia e preço de 38\$000 réis forros para os vendedores e com a obrigação de pagar anualmente o foro de cem réis ao Capitão mor Gomes Henriques de Siqueira. Feito na Vila da Castanheira por João da Costa Cruz, escrivão do Judicial e notas em 14 de Abril de 1732.	18	20	Escrituras de compra e venda
1732-07-13	Instrumento de carta de venda quitação e obrigação que faz Bernardo de Araújo, morador no lugar de Atougua, termo da Vila de Alenquer ao Senhor Rodrigo António de Figueiredo, de uma terra chamada do Pelo, sita na Vargea (Várzea) do lugar de Ota, que levará cinco alqueires de sementeira e tem em si três pés de oliveiras, por preço e quantia de 40\$000 réis para o vendedor, os quais logo recebeu. Feito na quinta de Ota nas Notas do Tabelião João Crisóstomo Soares de Torre em 13 de Julho de 1732.ITEM. Instrumento de outorga de Luísa Maria, mulher de Bernardo de Araújo, para a venda da terra acima mencionada. ITEM. Escrito de Gregório Carvalho e sua mulher, Ana da Conceição, pelo qual vendem a dita terra acima a José Araújo por 40\$000 réis.//	7	17	Ota

1734-03-03	Certidão de uma escritura de venda que fazem Bento Francisco e sua mulher Francisca Antónia moradores no lugar de Crujus (?), freguesia de S. Mamede no termo de Barcelos a Bento Gomes, lavrador e morador no lugar de Sambra, de uma leira de terra lavradia, sita no Campo de Sougueiros, outra no Cortelho de Samora, outra na Barqueira e outra chamada a Leira dos Salgueiros, todas na Veiga de Ruais, por preço e quantia de 56\$000 réis livres para os vendedores. Feito no concelho de S. Martinho de Tibães nas Notas do Tabelião Luís Francisco Ferreira em 3 de Março de 1734.	15	1	Comenda de Merlim
1727-04-01 1727-04-18	Instrumento de venda, quitação e obrigação que faz o padre Luís Henriques de Sousa, morador no lugar de Olhalvo ao Senhor Rodrigo António de Figueiredo, de duas terras baldias e matos, sitas uma por cima do casal de Suro Galego que consta de terra com seus matos, baldias e seu pedaço de bacelo e a outra chamada a Burralha que está antes de chegar a Monte Redondo que também consta de terras, matos e baldios, pelo preço e quantia de 120\$000 réis, livres de sisa e mais gastos para o vendedor. Feito na Vila de Alenquer nas Notas do Tabelião João Crisóstomo Soares de Torre, em 18 de Abril de 1735. ITEM. Instrumento de carta de venda que faz António Carvalho Seabra ao padre Luís Henriques de Sousa de umas casas em que vive o dito padre no lugar de Ota, de um bocado de vinha no Sítio das Fontes, de uma terra que está junto do casal de Suro Galego de outra terra chamada a Burralha, pelo preço de quantia de 70\$000 réis. Feito na Vila de Alenquer nas Notas do Tabelião Manuel Franco Bravo em 4 de Janeiro de 1727.	7	18	Ota
1737-04-26	Instrumento de carta de pura e firme venda quitação e obrigação que fazem Clemente Pereira e sua mulher Lourença Pereira, moradores no lugar de Ota ao António de Figueiredo de oito oliveiras, no sítio chamado do Carvalhal, junto a estrada que vai dos Paços para o lugar da Aldeia, por preço e quantia de 11\$400 réis, os quais logo receberam. Feito na Quinta de Ota nas notas do Tabelião João Crisóstomo Soares de Torre em 26 de Abril de 1737.	7	19	Ota
1739-06-03	Instrumento de venda, quitação e obrigação que fazem Bernardo de Araújo e sua mulher Josefa Delgada do Espírito Santo, moradores no lugar de Atouguia das cabras, termo da Vila de Alenquer ao António de Figueiredo de catorze oliveiras, com seu chão no sítio do Carval, limite do lugar de Ota e assim assim duas oliveiras às fontes de Ota, na boca da Matta, sitas na terra de Gonçalo Maniel, as quais dez e seis oliveiras vendem ao dito Senhor pelo preço e quantia de 24\$000 réis livres para os vendedores. Feito na/Vila de Alenquer nas Notas do Tabelião João Crisóstomo Soares da Torre em 3 de Junho de 1739.	7	20	Ota
1739-06-03	Instrumento de carta de pura e firme venda, quitação e obrigação que faz Clemente Pereira como procurador de José Marques e sua mulher, moradores na Quinta da Fonte Real, termo da Vila de Óbidos ao Senhor Rodrigo António de Figueiredo, de uma courela de terra junto ao lugar de Ota, que consta de terras e oliveiras pelo preço e quantia de 24\$000 réis. Feito na Vila de Alenquer nas Notas do Tabelião João Crisóstomo Soares de Torre em 3 de Junho de 1739.	7	21	Ota
1739-01-01	Instrumento de venda quitação e obrigação que faz Clemente Pereira, morador no lugar de Ota a Jerónimo Ferreira de uma morada de casas de um alto e baixo, sitas no dito lugar e pardieiro, tudo místico com um pedaço de terra ao redor das mesmas casas que levará dois alqueires de seadadura as quais pagam onze tostões de senho ao António de Figueiredo Correia, por ser prazo enfiteutic e isto pelo preço e quantia de 38\$000 réis. Feito na Vila de Alenquer nas Notas do Tabelião João Crisóstomo Soares de Torre em o 1º de Outubro de 1739.	7	22	Ota
1740-06-20	Instrumento de compra, quitação e obrigação que fez o António de Figueiredo a Manuel Velho Coutinho e a sua mulher Engrácia Luísa de uma terra sita no limite do lugar de Ota na Vargea dos Paços, dez a sete pés de oliveiras nos mesmo sítio aos Carvalhais indo para o dito lugar, uma oliveira no olival chamado o Calhau, cuja terra é de Jorge Fernandes, três oliveiras em terra da quinta da Torre, duas juntas ao serrado de José Henriques e uma mais abaixo ; um serrado de terra com cinco oliveiras no sítio dos Paços, duas oliveiras em terra do dito Senhor, junto ao olival dos Paços, mais uma courelinha de terra dentro do serrado de referido Senhor junto do moinho, uma courela de terra na Vargea de Ota, duas oliveiras à boca da mata, uma dentro da vinha do Padre Manuel de Araujo, e outra fora da mesma, mais uma terra no vale de Ota, e tudo tem só obrigação e encargo de quatro missas cada ano, ditas na igreja de Ota. Venderam tudo isto ao dito Senhor pela quantia de 160\$000 réis. Feito na Vila de Alenquer nas Notas do Tabelião João Crisóstomo Soares da Torre em 20 de Junho de 1740.	7	23	Ota

1752-10-01	Sentença cível de carta de arrematação que alcançou José Ribeiro de umas oliveiras com seu fruto pendente em vários sítios em Ota, pela execução que fez a João Araújo de Seabra e sua mulher pela dívida de 48\$000 réis a juro de seis e quatro por cento. Dada na Vila de //Alenquer pelo doutor Diogo da Mota Ribeiro em o 1º de Outubro de 1752.	7	24	Ota
1753-06-09	Instrumento de carta de venda, quitação e obrigação que fez Manuel Ferreira, morador no lugar de Ota ao Doutor Manuel Madeira de Sousa, morador em Lisboa, de um moinho de água com duas terras místicas a ele, que levarão nove ou dez alqueires de sementeira, tudo sito na ribeira do dito lugar, por baixo dos Paços, o qual consta de uma casa arruinada e outra das mós, alveira e vergueira, prazo foreiro á misericórdia da Vila de Alenquer, e as terras têm em si várias oliveiras e outras árvores de fruto cuja propriedade subenfititeuticou o pai do vendedor aos Padres de S. Gião do termo da dita Vila, pelo foro e pensão de cinquenta alqueires de trigo, dez alqueires de mistura e seis frangas, e vende tudo ao sobredito doutor, pelo preço e quantia de 9\$600 réis. Feito na Vila de Alenquer nas Notas do Tabelião João Crisóstomo Soares da Torre em 9 de Junho de 1753. É traslado por certidão.	7	25	Ota
1753-07-13	Escrito de venda que faz António Luís ao António de Figueiredo de uma terra no sítio do Vale de Sequeiro junto do Monte Redondo, termo de Alenquer, pelo preço e quantia de 30\$000 réis. Feito em Lisboa a 13 de Julho de 1753.	7	26	Ota
1753-09-14	Instrumento de escritura de carta de venda que fazem Francisco Gonçalves e sua mulher Teresa José dos Santos e sua irmã, Maria Roque, moradores no lugar dos Curveiros, termo da Vila de Alenquer, a André Pereira, assistente em Lisboa, de uma terra sita em Valongo (Val Longo), por preço de 50\$ réis livres para os vendedores os quais logo receberam. Feito na Vila da Castanheira nas Notas do Tabelião José da Cunha Feijó em 14 de Setembro de 1753.	18	21	Escrituras de compra e venda
1753-10-13	Instrumento de carta de venda e quitação e obrigação que faz António Luís, viúvo, carpinteiro e morador no lugar da Abridada ao António de Figueiredo de uma terra a que chamam Val de Chiqueiro, sita no limite de Monte Redondo, a qual herdou de sua mulher, Maria Nunes, por preço e quantia de 30\$000 réis livres de sisa os quais logo recebeu. Feito no lugar do Carvalhal nas Notas do Tabelião José Gomes da Fonseca em 13 de Outubro de 1753.	7	27	Ota
1756-06-10	Instrumento de venda, quitação e obrigação que fazem António de Fonseca (Affonceca) e sua mulher Brígida Maria, moradores na Vila de Alenquer ao António de Figueiredo m de três pedaços de vinha que todos estão místicos no sítio dos Arneiros do lugar de Ota, dos quais são foreiros dois ou senos (sensoais?), cuja antureza se ignora, em dois alqueires de trigo e duas galinhas aos Religiosos de S. Jerónimo do Mato e isto pelo preço e quantia de 90\$000 réis. Feito na Vila de Aleqnuer nas Notas do Tabelião Bento António Fajardo de Azevedo em 10 de Junho de 1756.//	7	28	Ota
1757-07-08	Escrito de venda que fazem Feliciano da Costa e sua mulher Maria Joaquina a meu avô, o Sr. D. Vasco da Câmara, de duas casas térreas no lugar de Ota onde chamam os Paços, pelo preço de 16\$800 réis. Feito em 8 de Julho de 1757.	7	29	Ota
1757-10-17	Cópia de um escrito de venda que fazem João Luís e sua mulher Maria Antunes a Isabel Dias Dona, viúva de umas paredes de umas casas que estavam começadas a fazer, com uma terra pegada a elas, sitas no limite do lugar da Lobagueira, por preço e quantia de 40\$000 réis os quais logo receberam. Passada em pública forma na Vila de Torres Vedras pelo Tabelião José Coutinho de Faria, em 17 de Outubro de 1757.	3	50	Morgado da Lobagueira

1758-06-06	Instrumento de venda, quitação e obrigação que fez o beneficiado Manuel de Figueiredo Neves ao António de Figueiredo das fazendas de Val de Carro, charmeça, duas casas e oliveiras, tudo no dítio de Ota, pela quantia de 1:300\$000 réis. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Manuel António de Brito em 6 de Junho de 1758. ITEM. Provisão do Exmo. Sr. Cardeal Manoel para a dita venda, por serem as fazendas de património do referido beneficiado. ITEM. Instrumento de aforamento e emprazamento em vida de três pessoas que fez João Peixoto da Silva Almeida Macedo e Carvalho a Simão Ribeiro e sua mulher, Maria da Conceição de um serrado valado sito no lugar de Ota e uma vinha mística ao mesmo serrado por trinta almudes de vinho e duas galinhas cada ano, por dia de S. Miguel. Feito na Vila de Alenquer nas Notas do Tabelião Francisco da Silva de Carvalho em 11 de Setembro de 1711. ITEM. Instrumento de dote e nomeação de Prazo para património que faz Maria da Conceição, viúva de Simão Ribeiro a seu filho, Manuel de Figueiredo Neves de uma vinha serrada de roda em Val de Carro, junto ao lugar de Ota, prazo em vidas foreiro ao morgado de João Peixoto da Silva, de que paga doze alqueires de trigo, três cântaros de azeite e duas galinhas tudo por ano. Feito na Vila de Alenquer pelo Tabelião Manuel Gomes de Sousa em o 1º de Junho de 1745. ITEM. Instrumento de transacção e amigável composição, sociedade, desistência e contracto en//tre Simão Ribeiro e João Pereira sobre as partilhas que se fizeram por morte de Domingos Pereira e sua mulher Mariana da Conceição a respeito da referida vinha. Feito na Vila de Alenquer pelo Tabelião Manuel Gomes de Sousa em 3 de Maio de 1710. ITEM. Sentença da folha de partilha de Maria da Conceição, viúva de Simão Ribeiro, do que lhe coube por morte do dito seu marido. Dada na Vila de Alenquer pelo doutor Joaquim Pereira de Mendonça em 30 de Agosto de 1742. ITEM. Provisão do Senhor Rei D. José pela qual confirma a segunda vida do prazo da vinha de Val de Carro no padre Manuel de Figueiredo Neves, confirmando também o aforamento passada no 1º de Março de 1758. ITEM. Provisão do mesmo Senhor pela qual confirma o referido prazo a Maria da Conceição, viúva de Simão Ribeiro, passada no 1º de Março de 1758.	7	30	Ota
1761-05-25	Instrumento de carta de pura e firme venda que faz Mariana Barreta, viúva de Luís Álvares, moradora no lugar da Abridada, termo de Alenquer a meu avô, o Senhor Vasco da Câmara de uma courela de terra no sítio de Monte Redondo pela quantia de 12\$000 réis. Feito na Vila de Alenquer por Garcia João de Macedo em 25 de Maio de 1761. ITEM. Certidão do escrivão dos órfãos pertencente ao inventário do defunto Luís Álvares e partilha de sua mulher Mariana Barreta. ITEM. Escrito da venda da terra acima mencionada.	7	31	Ota
1769-05-22	Carta de arrematação para título da Quinta da Aldeia de Ota, com suas pertenças que foi dos padres Paulistas do convento de S. Julião do termo de Alenquer, feita a meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara, o qual a arrematou em praça pública pela quantia de 2:000\$000 de réis. dada e passada na Vila de Alenquer pelo provedor e ouvidor Filipe José Nogueira Coelho em 23 de Fevereiro de 1769. IBY. Testamento de Bartolomeu Lobo da Gama, capitão mor da dita Vila, o qual deixou a referida quinta ao convento acima dito. IBY. Auto de posse que o dito Senhor tomou da referida quinta em 22 de Maio de 1769.	7	32	Ota
1775-05-13 1775-05-15	Carta cível de arrematação de uma vinha, pinhal e mato sito tudo junto ao lugar de Ota, onde chamam o Suro Galego, termo de Alenquer, que fez meu pai o Sr. D. Pedro da Câmara//ra na execução que fazia Páscoa Maria ao doutor curador geral dos órfãos, filhos de seu primeiro marido, Joaquim da Silva, pela quantia de 80\$000 réis. Passada na Vila de Alenquer pelo doutor José António dos Santos Franco em 13 de Maio de 1775. IBY. Auto de posse das fazendas acima declaradas, que tomou o dito Senhor em 15 de Maio de 1775. ITEM. Licença que deram os religiosos do convento de S. Julião da Ordem de S. Paulo para meu pai fazer a dita compra por lhe serem foreiras as referidas fazendas em três alqueires de trigo e duas frangas casa ano. ITEM. Recibo dos ditos padres de 8000 réis de laudémio.	7	33	Ota
1776-10-21	Instrumento de venda que faz José António do Vale em nome e procurador de seu pai, António Francisco da Cruz, a meu avô, o Sr. D. Vasco da Câmara de umas casas sitas na Vila de Salvaterra de Magos, pelo preço de 480\$000 réis. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Joaquim José de Brito em 21 de Outubro de 1776. ITEM Carta de arrematação a favor dos testamenteiros de António dos Cantos Canaval(?) em que arremataram para seu pagamento as casas acima declaradas.	18	22	Escrituras de compra e venda

1777-06-06	Traslado em pública forma do instrumento de venda, quitação e obrigação que fizeram José Chaves e Abreu, D. Francisca Antónia Corte Real e sua mãe, D. Isabel Henriques ao Senhor Pedro Álvares Cabral, Senhor de Belmonte, das duas partes de uma quinta chamada de D. Joana, sita no limite da Covilhã, por baixo da Corredoura, as quais duas partes lhes couberam em partilhas por morte de Cristóvão Borges Corte Real, marido que foi da dita Isabel Henriques, pelo preço e quantia de 400\$000 réis os quais logo receberam. Feito em Lisboa pelo Tabelião Joaquim José de Brito em 6 de Junho de 1777. IBY. Testamento da Sr ^a . D. Leonor de Menezes, mulher do Senhor Pedro Álvares Cabral.	5	22	Morgado de Belmonte
1779-05-22 1792-09-18	Instrumento de venda que faz D. Antão Almada a meu pai, o Sr. D. Pedro da Câmara // do chão de um celeiro demolido, sito na rua direita da Vila de Salvaterra de Magos, pelo preço de 25\$000 réis, com o encargo só de pagar anualmente o foro de 900 réis. Feito na dita Vila pelo escrivão do geral, Manuel João, em 22 de Maio de 1779. IBY. Instrumento de escritura de compra que faz meu pai, o Sr. D. Pedro da Câmara a D. Antão de Almada, de um celeiro sito na rua direita da Vila de Salvaterra de Magos, o qual é livre de foro e sem pensão alguma pela quantia de 30\$000 réis livres para o vendedor. Feito em Salvaterra de Magos nas Notas do Tabelião José Lucas de Aguiar em 21 de Janeiro de 1792. ITEM. Auto de posse que o dito Senhor tomou do celeiro acima declarado. Feito na dita Vila pelo mesmo Tabelião em 18 de Setembro de 1792.	18	23	Escrituras de compra e venda
1781-06-10	Escrito de venda que faz Teresa Maria, viúva de Antonio Maurício a meu pai, o Sr. D. Pedro da Câmara de um pedaço de mato no sítio de Val de Carro, pela quantia de 6400 réis. Feito em 10 de Junho de 1781	7	35	Ota
1781-06-10	Escrito de venda que faz Feliciano da Costa e sua mulher Maria Joana a meu pai, o Sr. D. Pedro da Câmara de um pedaço de mato no sítio de Val de Carro, pela quantia de 6400 réis. Feito em 10 de Junho de 1781	7	36	Ota
1787-04-04	Instrumento de Escritura de pura e irrevogável venda que fez o Padre Luís José Esteves de Brito, prior da igreja de S. Tiago da Vila de Belmonte a meu pai o Sr. D. Pedro da Câmara de uma morada de casas na dita Vila e outras contíguas com lagar, quintal e mais pertenças, por preço e quantia de 600\$000 réis forros para ele vendedor e com a condição de poder assistir nas referidas casas enquanto vivo fôr, não pagando renda alguma delas e o mesmo sua filha D. Leocádia Cornélia de Brito. Feito na Vila de Belmonte, nas Notas do Tabelião Caetano Cardoso de S. Paio em 4 de Abril de 1787.	5	23	Morgado de Belmonte
1787-08-22	Instrumento de escritura de venda que fez Martinho da Costa, morador no lugar de Oliveira, concelho de Azurara, a Bento José de Amaral, desembargador da Relação do Porto e morador na Vila de Mangualde, de um prazo sito no Carregal, limite do dito lugar, do qual é directa Senhoria a Casa de Belmonte, pela quantia de 450\$000 réis, para cuja venda dei licença o meu pai o Sr. D. Pedro da Câmara. Feito na quinta do Carregal por António do Couto// Cardoso de Almeida Metelo e lançado no livro de Notas do Tabelião Manuel do Couto de Amaral Almeida e Costa em 22 de Agosto de 1787.	5	24	Morgado de Belmonte
1788-02-09	Instrumento de compra e firme venda que faz o capitão D. António Xavier de Boytrago, morador na Vila de Torres Vedras a Francisco Antunes, trabalhador e morador no lugar de Mouguelas, termo da dita Vila, de umas casas térreas que constam de cinco casas com seu quintal e pátio sitas no referido lugar, foreiras em uma galinha a meu pai, o Sr. D. Pedro da Câmara, cujas casas vende por 30\$000 réis, os quais recebeu. Feito na Vila de Torres Vedras nas Notas do Tabelião José Teles Botelho em 9 de Fevereiro de 1788.	3	51	Morgado da Lobagueira
1788-04-17	Instrumento de escritura de venda que faz José Pais e sua mulher Leonarda da Costa, moradores no lugar de Santo André, Concelho de Azurara da Beira, a Bento José de Amaral, Desembargador da Relação do Porto, morador na Vila de Mangualde, de um prazo que se compõe de terras sitas no Carregal, Pai Mole, o Lameiro tapado, o casal, três belgas de pinhal e tudo o mais pertencente ao dito prazo, do qual é directo Senhorio meu pai, o Sr. D. Pedro da Câmara, que lhe deu licença para a referida venda que foi por 128\$000 réis. Feito na casa da residência de S. Pedro de Povolide, nas Notas do Tabelião Francisco Correia de Bulhões e Silveira, em 17 de Abril de 1788.	5	25	Morgado de Belmonte
1788-11-29	Escritura de venda que fazem Alberto José Magro e sua mulher Maria Anastácia, ao capitão José Ferreira Manso, todos moradores na Vila da Sertã, de um prazo que consta de umas casas de sobrado com suas lojas e quintal, sitas ao Castelo da mesma Vila, junto à cadeia, das quais é directo Senhorio o Alcaide mor da Vila, a quem se paga de foro 1200 réis e um frango ou trinta réis cada ano, por dia de S. João Baptista e vendem tudo por 72\$000 réis livres de sisa. Feito na Vila da Sertã, nas Notas do Tabelião João Gomes Pereira em 29 de Novembro de 1788.	14	1	Sertã

1791-??-??	Sentença de louvação e venda de umas casas com seu quintal, místicas às do prior de S. Tiago da Vila de Belmonte, que comprou meu pai, o Sr. D. Pedro da Câmara // a Manuel Roiz Vicente e sua mulher Ana Craveira, pela quantia de 40\$000 réis livres para os vendedores, os quais receberam. Dada na Vila de Belmonte pelo Juiz de Fora o doutor Bernardo António Ferreira de Macedo Pinto em 1791.	5	26	Morgado de Belmonte
1793-07-16	Instrumento de escritura de pura venda do domínio enfiteutico que faz Rosa Maria, viúva de Filipe de Figueiredo, moradora no lugar do Canedo do Chão, a Bento Moreira Leite Pereira, homem de negócio da Vila de Mangualde, ambos do concelho de Azurara da Beira de um prazo que se compõe de várias propriedades, sitas no limite, ou limites, do dito lugar, do qual é directo Senhorio a Casa de Belmonte e para esta venda deu licença meu Pai, o Sr. D. Pedro da Câmara, a qual foi por preço e quantia de 182\$400 réis. Feito no lugar de Vila Garcia, pela Tabelião José Coelho Tavaio Pinto Homem Rosado, em 16 de Julho de 1793.	5	27	Morgado de Belmonte
1782 -07-05 1795-03-16	Instrumento de firme venda e obrigação que faz Andreza do Espírito Santo, viúva de Manuel Leitão e moradora no casal do Folgar, termo da Vila de Alenquer, ao Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, de uma vinha sita dentro da Quinta que o mesmo Senhor tem no lugar de Ota, cuja vinha lhe pertenceu nas partilhas que se fizeram por morte do dito seu marido e isto pelo preço e quantia de 100\$000 réis, os quais logo recebeu. Feito em Alenquer nas Notas do Tabelião Joaquim Elpidio Soares de Torre em 16 de Março de 1795. ITEM. Carta de partilha de Andreza do Espírito Santo, casada com Manuel Leitão do Casala do Folgar, do que lhe coube haver herdar em sua legítima por morte de sua mãe Bernarda Pereira que foi no lugar de Ota. ITEM. Instrumento de dinheiro dado à razão de juro que deu a Santa Casa da Misericórdia da Vila de Alenquer a Manuel Leitão, lavrador e morador no Casal do Folgar, termo da dita Vila, da quantia de 36\$000 réis a juro de cinco por cento, para o que lhe hipotecou todas as propriedades de terras, vinha, olival e casas que possui no lugar de Ota, que lhe couberam por morte da sua sogre Bernarda Pereira. Feito na Vila de Alenquer pelo Tabelião Francisco Henriques de Carvalho a 5 de Maio de 1782. Este dinheiro e juros pagou o dito Sr. D. Vasco Manoel a quem ficou pertencendo capital e juro. Item Vários recibos da Santa Casa da Misericórdia dos juros acima mencionados. //	8	37	Ota
1796-04-23	Instrumento de promessa e obrigação para venda que faz Josefa Teresa, viúva de Luís Pinto Barroza, moradora no lugar do Seixal, de uma vinah denominada Val de Romeira, sita em Val de Romeira, freguesia da Arrentela, termo da Vila de Almada, prazo enfiteuta, foreiro ao Sr. D. Vasco Manoel de Figueiredo Cabral da Câmara em 100\$000 réis cada ano, com laudémio de décima, a Patricio José da Silva, pela uqantia de 175\$000 réis, o qual fica reconhecendo o dito Senhor por Senhorio directo do mencionado prazo e obrigado a pagar o referido foro. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Francisco de Assis Xavier Vieira Henriques a 23 de Abril de 1796.	6	2	Morgado do Seixal.
1799-03-15	Instrumento de venda, quitação, redução de foro, reconhecimento de foreiro e obrigação que fez Joaquim José Pinto Barrocas, morador no lugar do Seixal, termo da Vila de Almada, por si, como herdeiro, testamenteiro e cabeça de casal, por falecimento de sua mãe e como produtor de todos os mais herdeiros desta, a António Borges de Lima, cirurgião e morador no dito lugar, de uma quinta chamada da Formiga e de uma courelinha de bacelo, tudo sito no limite do referido lugar, o que compõe um prazo perpétuo, foreiro ao Sr. D. Vasco Manoel de Figueiredo Cabral da Câmara em 20\$000 réis e laudémio de décima e isto pelo preço e quantia de 450\$000 réis livres para os vendedores. Feita em Lisboa nas Notas do Tabelião Francisco de Borja Fialho a 15 de Março de 1799. O referido comprador fica pagando de foro anual 18\$000 réis.	6	3	Morgado do Seixal.
1800				
18??-??-??	Instrumento de venda pura e geral quitação que faz Domingos Alves, viúvo de Ana Maria Ferreira, do lugar da Lobagueira da Encarnação a José da Silva do Casal da Rabigueira de um prazo no Casal da Cruz que consta de bacelo, terra e mato, tudo místico em um prazo em vidas, foreiro ao Sr. D. Vasco Manoel de Figueiredo Cabral da Câmara em quatro galinhas cada ano, pagas por Santa Maria de Agosto, com laudémio de dezena, o qual prazo vende por preço e quantia de 84\$000 réis, livres de sisa e laudémio os quais recebeu. Feito no Reguengo da Fanga da Fé, nas Notas do Tabelião Eugénio Roiz em 2 de Abril de 1800.//	3	45	Morgado da Lobagueira

1801-01-13	Escritura de ratificação de venda que faz Salvador José Correia e sua mulher, Maria Rosa, moradores no casal da Marinha, termo da Vila da Sertã a Manuel Joaquim da Silva morador na dita Vila de uma terra sita à Fonte Branca, couto da mesma Vila, a qual é prazo foreiro em 4500 réis e uma galinha ao Sr. D. Vasco Manoel de Figueiredo Cabral da Câmara cuja terra vendeu por 390\$000 réis. Feito na Vila da Sertã nas Notas do Tabelião Joaquim José Farinha em 13 de Janeiro de 1801. ITEM. Requerimento do comprador ao dito Senhor para fazer a referida compra. ITEM. Recibo que passou o produtor do referido Senhor de ter recebido 39\$000 réis de laudémio da dita venda.	14	2	Sertã
1801-03-28	Cópia de uma escritura de compra de domínio útil que fez José Pinhão Gameiro a Henrique Roiz e sua mulher Sebastiana Maria de uma fazenda da qual é Senhorio directo o Sr. D. Vasco Manoel de Figueiredo Cabral da Câmara porque é prazo em três vidas e foreiro ao dito Senhor em 12\$000 réis cada ano. Feito na Vila de Povos pelo Tabelião Manuel de Almeida de Oliveira em 28 de Março de 1801	18	24	Escrituras de compra e venda
1803-06-20	Instrumento de escritura de venda e trepasse que fazem Joaquim da Costa Carinhas sua mulher Barbara Joaquina moradores em Vila Franca de Xira seu irmão Ricardo José Teotónio, sua mulher Felizarda Maria de Santa Ana moradores na Vila de Alhandra e seu irmão José Teotónio da Costa, morador na Vila da Ericeira, a Joaquim José Carreira e a sua mulher Catarina Maria, moradores na Vila de Povos, de uma vinha no sítio de Monte Gordo, que contem em si mato e de fora da vinha, tem um bocado de terra com cinco pés de oliveiras pertencentes à mesma e da qual é directo Senhorio o Sr. D. Vasco Manoel de Figueiredo Cabral da Câmara a quem anualmente se paga o foro de 300 réis e a referida vinha vendem pela quantia de 90\$000 réis. Feito na Vila de Povos nas Notas do Tabelião Francisco da Fonseca e Figueiredo em 20 de Junho de 1803.	18	25	Escrituras de compra e venda
1803-07-18	Instrumento de escritura de compra e venda que fez António Xavier Lopes a Manuel Tavares e sua mulher Rosa Maria, moradores na Vila de Mangualde da posse de um prazo que se compõe de várias terras de miho e vinha com suas árvores sitas no limite de Santo André, do qual é directo Senhorio o Sr. D. Vasco Manoel de Figueiredo Cabral da Câmara a quem se paga o foro anual de oito alqueires de centeio menos uma quarta de milho, dois alqueires //e quarta, de trigo alqueire e meio e meia galinha, cinco arráteis e quarta de marrã, e isto por preço e quantia de 288\$000 réis em dinheiro metálico, livres de sisa. Feito na Vila de Mangualde, nas Notas do Tabelião Manuel Joaquim da Costa Mendes e Bulhões em 18 de Julho de 1803.	5	28	Morgado de Belmonte
1803-06-03	Instrumento de pura venda que fez Francisco de Paula Gens de Azevedo morador em Lisboa a José da Silva de uma terra e suas pertenças no sítio do Terens??? Da Vila da Castanheira, foreira ao Sr. D. Vasco Manoel de Figueiredo Cabral da Câmara em 500 réis cada ano e isto por preço e quantia de 92\$000. Feito na Vila da Castanheira nas Notas do Tabelião Domingos José de Araújo e Novais em 3 de Agosto de 1803. Com o auto da posse.	18	26	Escrituras de compra e venda
1804-02-15	Instrumento de venda quitação e obrigação que faz Pedro da Silva, moleiro do lugar da Lobagueira a José Maurício do mesmo lugar, de um prazo no sítio da Malata do referido lugar, que cosnta de mato, terra de sementeira e vinha, foreiro ao Sr. D. Vasco Manoel de Figueiredo Cabral da Câmara em 1600 réis em dinheiro, duas galinhas e laudémio de dezena e isto por preço e quantia de 120\$000 réis os quais logo recebeu. Feito no Reguengo da Fanga da Fé, nas Notas do Tabelião Eugénio Rodrigues em 15 de Fevereiro de 1804.	3	46	Morgado da Lobagueira
1804-09-01	Instrumento de venda quitação e obrigação que fez o Senhor Porteiro Mor D. Vasco Manoel de Figueiredo Cabral da Câmara e sua mulher a Senhora Porteira Mor D. Jerónima de Noronha a António Colaço da Silva, morador no largo do Pelourinho em Lisboa de uma quinta e casas arruinadas sita no Paço do Lumiar, freguesia de S. João Baptista, termo da dita cidade, por preço e quantia de 3:000\$000 de réis, livres de sisa para os ditos Senhores. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião João Crisóstomo da Silva Freire em o 1º de Setembro de 1804.	18	27	Escrituras de compra e venda
1801-11-19 1801-12-23	Carta de venda de um foro de 24\$000 réis impostos em umas casas e quintal sitas aos Pizões na Vila de Sintra que paga à Real Fazenda, que fez Manuel Caetano de Sousa Prego e que na conformidade do Real decreto de 28 de Setembro de 1801 arrematou o Sr. D. Vasco Manoel de Figueiredo Cabral da Câmara, pela quantia de 780\$000 réis. Dada em Lisboa a 19 de Novembro de 1801. Auto de posse que tomou o dito Senhor do referido foro em 23 de Dezembro de 1801.	18	28	Escrituras de compra e venda
ESCRITURAS DE SUBROGAÇÃO ESCAMBO E TROCA				

1592-05-23	Instrumento de troca e escambo que faz António Gomes de Carvalho e sua mulher D. Briolanja, com o Sr. Rui de Figueiredo, de uma terra de pão na Ribeira de Ota, chamada Adema que levará de sementeira cinco alqueires de trigo, por outra que o dito Senhor deu onde se chama Rabo de Camelo a qual levará de sementeira cinco alqueires e meio. Feito em Alenquer nas Notas do Tabelião Manuel Barbosa em 23 de Maio de 1592.	8	38	Ota
1718-03-09	Instrumento de troca e permutação que fez o Sr. Pedro de Figueiredo com Manuel Pereira e sua mulher Antónia Ferreira, moradores no lugar de Ota de uma courela de terra, mato e sobreiros que eles possuem d'entre as vinhas que o dito Senhor em em Ota, a qual propriedade compraram a seu sogro João Ferreira e trocam tudo por quatro oliveiras grandes que o mesmo Senhor tem em terra do referido Manuel Pereira. Feito na Vila de Alenquer nas Notas do Tabelião Francisco da Silva de Carvalho em 9 de Março de 1718.	8	39	Ota
1718-07-14	Provisão do Senhor Rei D. João 5º pela qual concede ao Senhor Pedro Álvares Cabral, Senhor da Casa de Belmonte, poder subrogar a terça parte da quinta chamada de D. Joana sita no termo da Vila da Covilhã pela razão de não poder admitir divisão e lhe ficar livre toda ela. Feita em Lisboa a 14 de Julho de 1718. É cópia passada em pública forma.	5	29	Morgado de Belmonte
1737-07-23 1737-08-12	Sentença de subrogação do António de Figueiredo de um juro de 16\$400 réis assentados no Almojarifado da portagem que era do morgado do Sr. Rui de Figueiredo pelo casal da Carregueira sito no termo de Torres Vedras que era do morgado de D. Diogo de Sousa ao qual referido juro fica vinculado, cuja subrogação fez D. Manuel de Sousa. Dada em Lisboa pelo desembargador e provedor das capelas Sebastião de Almeida do Amaral em 23 de Julho de 1737. Iby. Auto de posse que tomou o António de Figueiredo do dito casal da Carregueira em 12 de Agosto de 1737.	3	56	Morgado da Lobagueira
1740-12-19	Instrumento de troca, subrogação e permutação de bens que fizeram os religiosos de S. Paulo do convento de S. Gião da Vila de Alenquer com o António de Figueiredo de uma courela de olival qe várias oliveiras que o dito convento tem em fazendas do referido Senhor, por outras //e um serrado que o mesmo senhro tem ao pé de fazendas dos padres. Feito na Vila de Alenquer nas Notas do Tabelião Manuel Franco Barreto em 19 de Dezembro de 1740.	8	40	Ota
1750-05-07	Escrito de João António Pereira, alferes de uma das companhias do regimento de Peniche, pelo qual faz troca com o António de Figueiredo de três pés de oliveiras, as quais estão na fazenda do dito Senhor, por duas que o mesmo Senhor lhe dá, uma no limite das Fontes e a outra e um serrado que está pegado com outra do referido João António. Feito em Peniche a 7 de Maio de 1750.	8	41	Ota
1432-10-21	Sentença cível de subrogação que fez o António de Figueiredo de um casal no lugar de Janes, termo da Vila de Sintra por umas terras no lugar de Ota, termo da Vila de Alenquer, as quais ficam vinculadas à capela de Vasco Lourenço, instituída na igreja de S. Nicolau e livre da mesma o dito casal. Dada em Lisboa pelo desembargador José Roberto Vidal da Gama a 4 de Agosto de 1761. Iby. Instituição da capela na igreja de S. Nicolau, feita por Vasco Lourenço e sua mulher Isabel Afonso, por testamento feito em Lisboa pelo Tabelião Pero Afonso a 21 de Outubro de 1432.	8	42	Ota
1789-09-03	Instrumento de escritura de troca que fez meu pai o Sr. D. Pedro da Câmara com José Henriques de Castro, morador na Vila da Covilhã, de umas quintas e o foro de umas casas sitas na mesma Vila, cujo parte com rua pública, e herdeiros de João Correia de Aragão, e os quintais com o Pelourinho o que tudo é do referido Senhor por uma tapada no sítio dos Pereiros, um soute de castanheiros e uma morada de casas situado tudo na Vila de Belmonte. Feito na Vila da Covilhã nas Notas do Tabelião João Manuel da Silva de Figueiredo Fragoso em 3 de Setembro de 1789.	5	30	Morgado de Belmonte
1766-07-18	Certidão de João Manuel de Pontes, escrivão das capelas do título de una autos de acção cível, autor o tesoureiro da Fazenda do Hospital Real contra o Senhor Rodrigo António de Figueiredo, réu, na qual vem incluída a escritura de subrogação que fez o dito Senhor de um juro de 16\$400 réis assentados no Almojarifado da portagem, que era do morgado do Sr. Rui de Figueiredo com D. Manuel de Sousa, pelo casal da Carregueira, sito no termo de Tores Vedras, que era do morgado de D. Diogo se Sousa, a qual escritura foi feita em Lisboa pelo Tabelião e escrivão das Capelas.// Manuel de Pontes a 18 de Julho de 1766.	3	60	Morgado da Lobagueira
	ESCRITURAS DE AFORAMENTO OU EMPRAZAMENTO			
	1400			

1463-10-16	Clausulas do Prazo da Paiã, feito pelo cabido da Sé da guarda a João de Gouveia e sua mulher, Leonor Gonçalves em 16 de Outubro de 1463.	5	31	Morgado de Belmonte
1499-03-06 1503-08-18	Instrumento de empraçamento enfiteuta para sempre que fez o senado da Câmara desta cidade a Aires da Silva, camareiro mor d'el-rei, de um quintal e chão, junto das suas casas do castelo que lhe havia dado el-rei pelo foro de cem réis pagos por dia de S. João Baptista, o qual chão pela parte da rua tinha dez braças de craveira e de largo oito braças e ao longo da rua quatro e meia, com obrigação de Laudémio de quarentena. Feito em Lisboa a 6 de Março de 1499. Este foro comprou depois o Sr. Brás Afonso Correia à dita Câmara, com Provisão Real, por escritura de 18 de Agosto de 1503.	2	9	Morgado do Castelo
	1500			
1532-01-02	Carta de sesmaria que fez o Almojarife das Jugadas e Direitos Reais da Vila de Alenquer a Afonso Esteves, Lavrador, morador na Aldeia de Ota, Termo da dita Vila, de uns matos em bravio a que não se sabia dono, que em outro tempo foram heranças, sitos alem da Maouta, onde se chamam a Costaça, também Freguesia da referida Vila, que partiam de Levante com Valle chamado da Lagem, do Poente indo pelo vizo acima da Costaça, do Norte com Vale da Lobagueira, e do Sul com a Cabeça de Azambujeira, com a obrigação do dito Afonso Esteves aproveitar os referidos matos e de os fazer em terra cultiva que produzisse pão ou vinho, cujos matos foram demarcados por marcos, pagando o mesmo Afonso Esteves a Jugada do pão e o oitavo do vinho e Laudémio de quarentena. Pediu o dito Almojarife se confirmasse a sesmaria. Feita em 2 de Janeiro de 1532. Nas costas do documento se lê um pequeno sumário que o referido Afonso Esteves vendera a dita Sesmaria ao Senhor Jorge de Figueiredo.	8	43	Ota
1558-09-10	Instrumento de aforamento que fez Antão de Figueiredo, Cavaleiro da Casa Real como Procurador do Sr. Rui de Figueiredo, Fidalgo da mesma Casa e escrivão da Fazenda a Francisco Esteves, morador na Ribeira de Palhais de um casal do dito Senhor, situado ao pé da Carregueira, em que ele estava por caseiro, cujo aforamento lhe fez na sua vida e de um Filho que ele no/measse, pelo foro anual de oitenta e três alqueires de trigo, quarenta alqueires de cevada, um carneiro de um ano, sete galinhas, um porco e o terço do vinho e Linho, pago tudo dentro do Lugar da Lobagueira, nas Casas do dito Senhor por dia de Nossa Senhora de Agosto e o vinho quando se vindimar. Feito no Casal da Serra, Comarca da Lobagueira dos Lobatos. Termo da Vila de Torres Vedras em 10 de Setembro de 1558.	3	57	Morgado da Lobagueira
1565-02-14	Instrumento de empraçamento em três vidas que fizeram as merceeiras da Rainha Santa Isabel, na Vila de Alenquer a Catarina de Paiva, viúva de António Lobo, de uma terra que está na Banzoeira, Termo da dita Vila, a qual se chama Brandoa, e ficou sendo a primeira vida e isto com o foro anual de vinte alqueires de trigo, vinte de cevada, uma galinha ou oitenta réis por ela, pago por dia a Assunção de Nossa Senhora, e na venda Laudémio de Décima. Feito na Vila de Alenquer, nas Notas do Tabelião Afonso Ferrão em 14 de Fevereiro de 1565.	19	1	Escrituras de aforamento ou empraçamento
1568-10-14	Instrumento de contrato de aforamento enfiteuta para sempre que fez Gonçalo Afonso Abrantes a Pero Gonçalves, homem trabalhador morador no Campo de Alvalade grande, de um pedaço de terra que é parte de um Prazo foreiro a Gonçalo Vieira da Maia, pelo foro anual de 600 réis. Feito no Lugar do Paço do Lumiar em 14 de Outubro de 1568.	19	2	Escrituras de aforamento ou empraçamento
1570-07-26	Instrumento de empraçamento que fez Pedro Pessoa, Cavaleiro Fidalgo da Casa Real e Comendador de S. Salvador de Castelões, Concelho de Besteiros, a Fernão Simão e sua mulher Maria Fernandes, moradores no Lugar de Coechozo, Termo do dito concelho de um moinho abaixo do dito Lugarm uma leria de terra onde chamam....[sic] do Mato, outra leira às Rodelas, que partia com terra deles foreiros e outra Leira às Figueirinhas, tudo pelo foro anual de sete alqueires e meio de pão meado de centeio e milho, pagos peo tempo das malhas e duas galinhas também por ano pagas pelo Natal. O empraçamento é feito durante a vida do Comendador tão somente. Feito em 26 de Julho de 1570.	17 °	1	Comenda de Castelões
	1600			
1636-07-12	Instrumento de empraçamento em três vidas que faz Jerónimo Machado e sua mulher Helena de Magalhães a Cristóvão Soares, Comendador de Merlim, do casal de Serra, sito na Bemposta, Freguesia de S. Paio de Parada, pelo foro anual de 160 réis e de acrescentamento, um frango ou um vintém e de lutuosa uma galinha. Feito no Lugar de Assento de S. Pedro nas Notas do Tabelião Adrião da Costa Soares em 12 de Julho de 1636.	15	2	Comenda de Merlim

1636-07-14	Instrumento de empraçamento em vida de três pessoas que fazem António Francisco e sua mulher Ana Antónia, Domingos Gonçalves e sua mulher Maria Correia e António Correia da Estrada, moradores no Couto de Tibães, a Cristóvão Soares, Comendador de Merlim, do Prazo do Casal de Roaz do qual pagam vinte e cinco alqueires de pão meado cada ano e três galinhas por dia de S. Miguel e de acrescentamento nove ovos. Um deles é possessório e pagarão por falecimento de cada vida um frango. Feito no Assento de S. Pedro de Merlim, nas Notas do Tabelião André da Costa em 14 de Julho de 1636.	15	3	Comenda de Merlim
1636-07-17	Instrumento de empraçamento em vida de três pessoas que faz Domingos Álvares a Cristóvão Soares, Comendador de Merlim, do Prazo do Casal de FundeVila pelo foro anual de 1240 réis, pagos em dia de S. Miguel e de acrescentamento trinta réis que vem fazer ao todo 1270 réis. Feito junto ao Assento de S. Pedro de Merlim, nas Notas do Tabelião André da Costa em 17 de Julho de 1636.	15	4	Comenda de Merlim
1636-07-19	Instrumento de empraçamento em três vidas que faz João Alves Coelho e sua mulher Faustina Nogazes de Távora, do casal chamado de Gainde, sito na freguesia de S. Paio da Ponte, o qual afora por ser de Cristóvão Soares, Comendador de Merlim, pelo foro anual de oito medidas de pão meado, duas galinhas e de acréscimo seis ovos ou doze réis por eles, pago tudo pelo S. Miguel. Feito na Cidade de Braga, nas Notas do Tabelião António de Carvalho em 19 de Julho de 1636.	15	5	Comenda de Merlim
1636-07-21	Instrumento de empraçamento em três vidas que faz Gerardo Gonçalves e sua mulher a Cristóvão Soares, Comendador de Merlim. Das casas, e Leiras de Melhorado, do que pafariam anualmente quatro alqueires de pão meado, e duas galinhas, de acrescentamento dois ovos, e de Lutuosa um frango. Feito junto ao Assento de S. Pedro de Merlim, nas Notas do Tabelião André da Costa em 21 de Julho de 1636.//	15	6	Comenda de Merlim
1636-07-21	Instrumento de empraçamento em vida de três pessoas que faz Ângela da Costa a Cristóvão Soares, Comendador de Merlim, do Prazo do Casal de Geremil de fundo, do qual pagará 42 alqueires de pão meado, 650 réis em dinheiro, quatro galinhas e de acrescentamento três fragãos(?) e de Lutuosa um capão. Feito no Lugar de Geremil, nas Notas do Tabelião André da Costa em 21 de Julho de 1636.	15	7	Comenda de Merlim
1636-07-26	Instrumento de empraçamento de terras em três vidas que faz António Gonçalves a Cristóvão Soares, Comendador de Merlim, da metade do casal de Gandorelha para de novo ficar em Prazo, pelo foro anual de 22 alqueires de pão meado, duas galinhas e de novo acrescentamento 15 ovos ou trinta réis por eles e de Lutuosa uma galinha. Feito junto ao Assento de S. Pedro, nas Notas do Tabelião Adrião da Costa Soares em 26 de Julho de 1636.	15	8	Comenda de Merlim
1636-07-28	Instrumento de empraçamento de terras em três vidas que fazem Domingos Francisco de Felgueiras, Sebastião Pires do Ribeiro e João Afonso Caldeira, a Cristóvão Soares, Comendador de Merlim do Prazo feito de novo das Bouças de Fontedelo, de que pagavam de renda velha 20 alqueires de pão meado e das galinhas e de acrescentamento 12 ovos ou 24 réis por eles. É pessueiro (?) Domingos Francisco. Feito junto ao Assento de S. Pedro nas Notas do Tabelião Adrião da Costa Soares em 28 de Julho de 1636.	15	9	Comenda de Merlim
1636-07-28	Instrumento de empraçamento por três vidas que faz Madalena Jorge, solteira, a Cristóvão Soares, Comendador de Merlim, de uma parte do Casal da Lama, sito na Freguesia de S. Martinho de Dume, Termo da Cidade de Braga, da qual faz novo Prazo com a obrigação de pagar de foro anual, quatro alqueires de pão meado, com acrescentamento de três ovos, ou seus réis por eles por dia de S. Miguel. Feito junto ao Assento de S. Pedro, nas Notas do Tabelião Adrião da Costa Soares em 28 de Julho de 1636.	15	10	Comenda de Merlim
1636-08-01	Instrumento de empraçamento em três vidas que faz o Padre António Gonçalves, Cura de S. Pedro de Marxeominhos (Marxiominhos?) a Cristóvão Soares, Comendador de Merlim, da Quebrada da Pedra da Boaça do Couto, de que o dito cura daz Prazo de uma parte dela, pelo foro anual de cinco alqueires e meio de pão meado, um de milho cogulado, uma galinha, e cinco ovos de // de acrescentamento, ou dez réis por eles e de Lutuosa uma galinha por dia de S. Miguel. Feito junto do Assento de S. Pedro nas do Tabelião Adrião da Costa Soares em o 1º de Agosto de 1636.	15	11	Comenda de Merlim
1636-08-01	Instrumento de empraçamento em três vidas que faz de novo António Lourenço Pessoaeiro, e á face d'este do Prazo, Francisco Fernandes e Gonçalo Martins a Cristóvão Soares, Comendador de Merlim, do prazo do casal da Mainha, sito na Freguesia de S. João de Semilher, Termo da Cidade de Braga pelo foro anual de 25 alqueires de milho, 600 réis em dinheiro, 2 galinhas e um frango, ou um vintém por ele e 2 galinhas de lutuosa. Feito junto ao Assento de S. Pedro de Merlim, nas Notas do Tabelião Adrião da Costa Soares em o 1º de Agosto de 1636.	15	12	Comenda de Merlim

1636-08-05	Instrumento de empraçamento que faz de novo Isabel da Rocha, viúva de Gaspar de Faria a Cristóvão Soares, comendador de Merlim, do Prazo de umas casas sitas na rua de S. Miguel o anjo, Arrabalde da Cidade de Braga, pelas quais pagará anualmente 250 réis e 2 galinhas, e as duas vidas depois dela um vintém de acrescentamento e uma galinha de Lutuosa. Feito junto ao Assento de S. Pedro nas Notas do Tabelião Adrião da Costa Soares, em 5 de Agosto de 1636.	15	13	Comenda de Merlim
1636-08-11	Instrumento de empraçamento e vida de três pessoas que faz Pedro Mendes a Cristóvão Soares, Comendador de Merlim, de um Prazo feito de novo do Casal do Coicieiro, sito na Freguesia de S. Pedro de Merlim, Termo da cidade Braga, do qual pagará de foro anualmente 52 medidas meadas, 400 réis em dinehrio, quatro galinhas, um frango ou um vintém por ele, e de lutuosa um capão. Feito junto ao Assento de S. Pedro nas Notas do Tabelião Adrião da Costa Soares em 11 de Agosto de 1636.	15	14	Comenda de Merlim
1636-08-11	Instrumento de empraçamento por tempo de três vidas que faz Luzia Barrosa a Cristóvão Soares, Comendador de Merlim, do Prazo do Casal de Ferreira, sito na Freguesia de Santa Cristina de Longos, Termo de Guimarães de que paga 600 réis por ano. Feito junto ao Assento de S. Pedro de Merlim nas Notas do Tabelião Adrião da Costa Soares em 11 de Agosto de 1636.	15	15	Comenda de Merlim
1636-08-11	Instrumento de empraçamento por tempo de três vidas que faz Bernardo Pinto de Gusmão a Cristóvão Soares, Comendador de Merlim, do Prazo do Casal chamado de FundeVila, sito na Aldeia de Cones, pelo foro anual de 400 réis e de acrescentamento 100 réis que fazem ao todo 500 réis e de lutuosa um capão. Feito no Assento de S. Pedro de Merlim, nas Notas do Tabelião//Adrião da Costa Soares em 11 de Agosto de 1636.	15	16	Comenda de Merlim
1636-08-12	Instrumento de empraçamento em três vidas que faz Francisco Correia tratante, a Cristóvão Soares, Comendador de Merlim, de umas casas sitas na rua do Sousa, da Cidade de Braga, para lhe ficarem em Prazo, pelo foro anual de 50 réis e de acréscimo 5 réis, por dia de S. Miguel. Feito junto ao Assento de S. Pedro de Merlim, nas Notas do nas Notas do Tabelião Adrião da Costa Soares em 12 de Agosto de 1636.	15	17	Comenda de Merlim
1636-08-13	Instrumento de empraçamento em três vidas que faz Maria Francisca, viúva de Miguel Gonçalves a Cristóvão Soares, Comendador de Merlim, de uma Prazo de uma parte do Casal de Mouquim, sito na Freguesia de S. Martinho de Dume, Termo da Cidade de Braga, pelo foro de quatro alqueires de pão meado, e quarenta réis em dinheiro, e de acréscimo cinco ovos ou dez réis por eles e de lutuosa um frango, o qual foro pagará anualmente por S. Miguel. Feito junto ao Assento de S. Pedro de Merlim nas Notas do Tabelião Adrião da Costa Soares em 13 de Agosto de 1636.	15	18	Comenda de Merlim
1636-08-14	Instrumento de empraçamento por tempo de três vidas que faz Miguel Pinto Pimenta, cidadão e morador na cidade de braga a Cristóvão Soares, Comendador de Merlim, do Prazo do Casal de Geremil, sito na Freguesia de S. Pedro de Merlim de que paga 62 alqueires de pão meado, dois mil réis em dinheiro e 4 galinhas, e de acrescentamento um tostão e de lutuosa um carneiro. Feito junto ao Assento de S. Pedro de Merlim nas Notas do Tabelião Adrião da Costa Soares em 14 de Agosto de 1636.	15	19	Comenda de Merlim
1636-08-14	Instrumento de empraçamento em vida de três pessoas que faz Gonçalo Roiz Bouro, a Cristóvão Soares, Comendador de Merlim, do Prazo novo de duas partes do Casal de Mouquim, sito a Freguesia de S. Martinho de Dume, Termos a Cidade de Braga, do qual pagará anualmente de foro oito medidas meadas, oitenta réis em dinheiro, um frango ou um vintém por ele, e de lutuosa um frango. Feito junto ao Assento de S. Pedro de Merlim nas Notas do Tabelião Adrião da Costa Soares em 14 de Agosto de 1636.	15	20	Comenda de Merlim
1636-08-21	Instrumento de Prazo em três vidas que faz Teodoro Leite, a Cristóvão Soares, Comendador// de Merlim, do Prazo da metade do Casal da Roupiera, sito na Freguesia de S. Julião da Lage, pelo foro anual de dez alqueires e um quarto de pão meado e duas galinhas, pago tudo por dia de S. Miguel e de acréscimo quatro ovos ou seis réis por eles. Feito na Cidade de Braga, na Rua do Anjo nas Notas do Tabelião Francisco Vaz em 21 de Agosto de 1636.	15	21	Comenda de Merlim
1639-06-02	Instrumento de novo aforamento enfietuque faz o Senhor Jorge de Figueiredo a João da Silva, sapateiro, morador no lugar de Ota, de umas casas térreas, que contêm em si duas casas, telha vã e dois pardieiros místicos às mesmas casas, que é um por três e outro perto defronte das ditas casas que outrosim tinha alpendrada e tudo era do referido Senhor e sito no dito Lugar, pelo foro de 1100réis cada ano. Feito na Vila de Alenquer nas Notas do Tabelião Francisco da Silva de Carvalho em 2 de Junho de 1639.	8	44	Ota

1647-10-18 1662-02-13	Instrumento de renovação de Prazo e obrigação que fazem os Cônegos Regulares de Santo Agostinho do Mosteiro de S. Vicente de Fora, à Sr ^a . D. Maria de Lima, por seu Procurador, de duas Hortas que tem dois poços de água, seis casas térreas, duas vinhas e um pedaço de olival, sito tudo no Campo de Alvalade grande e fôra de seu defunto marido António Fernandes d'elvas, última vida neste Prazo, e o deixará a dita senhora em seu Testamento, o qual pagava de foro mil réis e três galinhas por ano e por esta renovação do referido Prazo que fazem à dita Senhora em três vidas ficou pagando de foro anual 1200 réis e quatro galinhas. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião António Cabral Coelho a 18 de Outubro de 1647. ITEM. Reconhecimento que fizeram os ditos Padres ao Sr. Rui de Figueiredo de Alarcão, Administrador dos bens de seu Filho menor o Senhor Jorge de Figueiredo, de ser foreiro ao referido Convento pelo Prazo de Alvalade grande, no qual nomeou segunda vida a Sr ^a . D. Maria de Lima. S. Vicente, 13 de Fevereiro de 1662. Com um recibo do Câmaraio (camarário?) do Convento de ter recebido do dito Senhor 1600 réis e quatro galinhas. ITEM. Um requerimento que fez o Sr. Pedro de Figueiredo aos ditos Padres para obrigar o dito Prazo ao empenho de dez mil cruzados.	19	3	Escrituras de aforamento ou empraçamento
1649-01-28	Instrumento de renovação de Prazo em vida de três pessoas, que faz Diogo de Brito em nome e por comissão de sua mulher D. Jerónima Lobo aos Religiosos de S. Domingos de Lisboa, de uma Quinta sita nas Ribas de Alenquer ao pé de Monte muro, chamada Monte dos Loios, foreira ao dito Convento em 10\$000 réis por ano, pagos pelo Natal e S. João. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Domingos de Barros a 28 de Janeiro de 1649.//	19	4	Escrituras de aforamento ou empraçamento
1651-01-22	Instrumento de empraçamento que faz Diogo Francisco da Praça e sua mulher Isabel Nunes a Inácio Roiz e sua mulher Jerónima Fernandes, moradores na Vila de Belmonte, de uma casa sobradada na rua de S. Pedro da dita Vila em que vive Maria Fernandes, taramela, pelo foro anual de 600 réis para sempre enquanto o mundo durar, isentos de todas as custas e sem diminuição alguma, pagos por dia de Todos os Santos. Feito na Vila de Belmonte nas Notas do Tabelião Manuel Mendes de Aguiar em 22 de Janeiro de 1651.	5	32	Morgado de Belmonte
1651-01-31	Instrumento de empraçamento que faz Diogo Francisco da Praça e sua mulher Isabel Nunes a Gaspar Fernandes e sua mulher Joana Nunes, de uma vinha sita onde chamam a Pena rouba, limite da dita Vila e lha aforam para sempre, pelo foro anual de 400 réis. Feito na Vila de Belmonte nas Notas do Tabelião Manuel Mendes de Aguiar em 31 de Janeiro de 1651.	5	33	Morgado de Belmonte
1651-02-12	Instrumento de empraçamento que faz Diogo Francisco da Praça e sua mulher, Isabel Nunes, a Manuel Mendes de Aguiar, viúvo e morador na Vila de Belmonte, de uma casa que os dito têm na mesma Vila, na rua que desce de S. Tiago para a Devesa, e lha aforam e empraçam para sempre, enfiteuzim, pelo foro anual de mil réis pago por dia de Todos os Santos. Feito na Vila de Belmonte, nas Notas do Tabelião Francisco Machado de Almeida em 12 de Fevereiro de 1651.	5	34	Morgado de Belmonte
1651-02-22	Instrumento de empraçamento que faz Diogo Francisco da Praça e sua mulher, Isabel Nunes, a Domingos Francisco, Pastor, e a sua mulher Maria Francisca da metade de uma terra junto à Ribeira da Teixeira, Limite da Vila de Belmonte e outra terra ao Vale de Santa Maria, no caminho que vai da dita Vila para o Colmeal. Feito na Vila de Belmonte nas Notas do Tabelião Manuel Mendes de Aguiar em 22 de Fevereiro de 1651. Não se declara o foro porque falata no Documento um bocado que o declarava.	5	35	Morgado de Belmonte
1651-03-06 1716-09-17	Instrumento de novo aforamento em vida de três pessoas que fizeram as mercieiras da Rainha Santa Isabel na Igreja de Santo Estêvão da Vila de Alenquer à Sr ^a . D. // Jerónima Lobo, da Quinta do Carregado, obrigando a pagar de foro cada ano cem alqueires de trigo e um tonel de vinho em mosto ou 5\$000 réis em dia de Nossa Senhora de Agosto. Feito na Vila de Alenquer nas Notas do Tabelião João da Cunha em 6 de Março de 1651. ITEM. Certidão do Escrivão das Capelas Manuel Ferreira Barreto, na qual declara a Verba do Testamento com que faleceu a Sr ^a . D. Jerónima Lobo, deixando a sua Quinta de Monte de Lóios junto do Carregado e a da Especendeira da Bordalia no Termo de Alenquer, qe tem o senço de 3\$000 réis de missa por obrigação cada ano a seu Filho. Passada em Lisboa a 17 de Setembro de 1716.	19	5	Escrituras de aforamento ou empraçamento

1651-05-03	Instrumento de [r] enovação e empraçamento em vida de três pessoas que fizeram as mercieiras da Rainha Santa Isabel da Vila de Alenquer à Sr ^a . D. Jerónima Lobo, do Prazo e terra da Banzoeira (Benzoeira?), junto à Quinta do Carregado, cuja terra se chama a Brandoa, com obrigação de pagar de foro vinte alqueires de trigo e vinte de cevada por Agosto de cada ano. Feito na Vila de Alenquer nas Notas do Tabelião João da Cunha em 3 de Maio de 1651. Tem Laudémio de Décima. Na referida Escritura fizeram desistência as ditas mercieiras de uma demanda que traziam com a Sr ^a . D. Jerónima Lobo, que também era enfiteuta de outro Prazo (agora Quinta do Carregado) foreiro às mesmas em cem alqueires de trigo onde dizia a enfiteuta que a terra da Brandoa fora incluída no tal Prazo, sem embargo disso ficou de fora.	19	6	Escrituras de aforamento ou empraçamento
1653-08-05	Instrumento de aforamento e empraçamento enfiteuta que faz Diogo Francisco da Praça a Mateus Roiz e a sua mulher Francisca Correia, moradores na Vila de Belmonte, das terras e chãos que o dito Diogo Francisco tem nas três folhas, a saber, na do Ribeiro do Colmeal, Limite da dita Vila pagará de foro anual 18 alqueires de centeio; pelo chão a Penaraba, 5 alqueires de centeio, na folha de Paçainhos 9 fanegas e na folha da Ribeira de Maçainhos onde chamam a Pentinha velha,, 5 fanegas de centeio. Feito na Vila de Belmonte, nas Notas do Tabelião Simão Ramos em 5 de Agosto de 1653.	5	36	Morgado de Belmonte
1660-08-31	Instrumento de aforamento que fazem as Recolhidas do Recolhimento do Castelo de Lisboa ao Conde de Atalaia, D. Álvaro Manoel de Noronha, de um pedaço de chão do dito Conde, sito na Horta de D. Fradique, pelo foro anual de uma galinha boa ou dois tostões por ela, qual mais quiserem, por dia de Natal. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Alexandre Barroso Pereira em 31 de Agosto de 1660.//	2	10	Morgado do Castelo
1664-01-09	Carta de empraçamento e aprazimento que fez o Cabido da Sé de Lisboa ao Sr. Rui de Figueiredo de Alarcão, administrador da pessoa e bens de seu Filho menor o Senhor Jorge de Figueiredo, de uma horta e uma propriedade de casas nobres, sita no Campo de Alvalade grande, Freguesia dos Santos Reis, Termo da dita Cidade, as quais foram da Sr ^a . D. Maria de Lima, viúva de D. António de Noronha e as deixou ao referido Senhor e o direito de pedir renovação deste Prazo ao dito Cabido por lhe ser foreiro em mil réis e quatro galinhas por ano e este fez novo empraçamento das referidas propriedades em três vidas no dito Senhor Jorge de Figueiredo, com o acrescentamento da terceira parte do foro. Dada em Lisboa a 9 de Janeiro de 1664.	19	7	Escrituras de aforamento ou empraçamento
1664-11-15	Instrumento de aforamento enfiteuta que faz Diogo Francisco da Praça a António Gaspar e a sua mulher Isabel Fernandes, moradores no Lugar de Criais, Termo da Vila da Covilhã, de uma terra onde chamam Lamaçais no Limite do dito Lugar, e outras terras onde chamam Ademendinho, todas com seus chãos, oliveiras e currais, tudo que foi de João de Matos, Prior que havia sido do dito Lugar, da squais terras lhe pagarão o foro anual de 190 alqueires de centeio em vindo a folha, forros de todas as custas, tributos, Décima, e Sisa. Feito na Vila de Belmonte nas Notas do Tabelião Manuel de Sequeira em 15 de Novembro de 1664.	5	37	Morgado de Belmonte
1665-12-04	Instrumento de carta de aforamento que faz Diogo Francisco da Praça a Manuel Antunes e sua mulher, Isabel Roiz, moradores na Vila de Belmonte de umas terras calvas, sitas onde chama as Pereiras, Limite da mesma Vila, pelo foro de quarenta alqueires de centeio. Fetio na Vila de Belmonte, nas Notas do Tabelião Francisco de Sousa em 4 de Dezembro de 1665.	5	38	Morgado de Belmonte
1670-05-16	Escrito de Manuel Fernandes Cem, Lavrador e morador na Vila de Belmonte, pelo qual toma de aforamento ao Senhor Fernão Cabral, Senhor e Alcaide mor da dita Vila, um Souto, sito à Nossa Senhora dos Carneiros, limite da Aldeia do Souto, o qual é da fazenda que foi de Diogo Francisco e a trouxe ultimamente Manuel Gaspar vasco e o afora ao dito Senhor com a pensão de pagar anualmente um cruzado por dia de Natal. Feito na Vila de Belmonte em 16 de Maio de 1670. //	5	39	Morgado de Belmonte
1651-02-26	Instrumento de empraçamento que faz Diogo Francisco da Praça e dua mulher Isabel Nunes a Francisco Gonçalves e sua mulher Maria Fernandes, moradores na Vila de Belmonte, de uma terra no sítio da Ribeira de Lava Coelho no Termo e Limite da dita Vila e juntamente lhe empraçam um chão sito onde chamam o Quinchoso e o assento de uma corte abaixo do Lugar da Fé, pela pensão anual de 28 alqueires de centeio pagos por dia de Nossa Senhora de Agosto empraçando-lhe tudo o referido por toda a vida enquanto o mundo durar. Feito na Vila de Belmonte nas Notas do Tabelião Manuel Mendes de Aguiar em 26 de Fevereiro de 1651.	5	40	Morgado de Belmonte

1674-10-05	Carta de aforamento em três vidas cumpridas e acabadas que faz Domingos de Almeida, morador no Lugar de Rebelo, Concelho da Guarda e seu Sobrinho José Bandeira ao Sr. Rui de Figueiredo de um casal, sito na Vila de Rei e em outras partes, com a obrigação de pagarem de foto ao dito Senhor em cada um ano, de terras regadias de quatro um, e das secas de cinco um, e havendo vinhas de seis um, com as mais declarações e obrigações que constam da carta. Dada em Lisboa a 5 de Outubro de 1674.	6	1	Comenda de Besteiros
1691-01-18	Instrumento de renovação de prazo, desistência e obrigação que fez o Sr. Pedro de Figueiredo a André Roiz Bainheiro, morador na rua da Cutelaria, Freguesia de S. Nicolau, em seu próprio nome e de sua mulher Joana Correia, Como Pai e administrador de sua Filha Micaela do Espírito Santo, de uma morada de casas na dita rua que constam de Lojas, com dois andares de sobrados por cima à entrada da mesma rua, pertencentes à Capela e morgado que administra o dito Senhor em S. Nicolau, as quais casas lhe dá de novo empraçamento para ser nele a primeira vida a referida Micaela do Espírito Santo com o foro anual de 3778 réis, é Laudémio de quinze um, pagando-se o foro pelo Natal. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Domingos da Silva a 18 de janeiro de 1691.	19	8	Escrituras de aforamento ou empraçamento
1699-08-27 1675-09-10	Instrumento de encabeçamento, reconhecimento efiteuta e obrigação que fez a Mesa da Misericórdia de Lisboa como Administradora da Fazenda do Real Hospital de todos os Santos a D. Francisco de Sousa de o encabeçar na posse que tomou de dois Prazos, um deles sito em Caspolima, Termo de Lisboa e o outro em Torres Vedras onde chamam a Carregueira, foreiros ambos enfiutadas ao dito Hospital em 1200 réis por ano, os quais lhe havia deixado D. Diogo de Sousa, por morte de sua Tia D. Antónia de Meneses. Feito nas Notas do Tabelião João Domingues Pontes a 27 de Agosto de 1699.// A pessoa que suceder neste Prazo deve pedir ao Hospital encabeçamento dentro de trinta dias depois da posse tomada, sob pena de ser condenado no rendimento de um ano em virtude da Provisão do dito Hospital. ITEM: Instrumento de encabeçamento feito a Diogo de Sousa em 1640 do casal da Carregueira, de casas aos Anjos, e de um casal em Caspolima, pelo haver herdado de seu irmão Fernando de Sousa, que em 1591 com Provisão Real, trocou estas fazendas que eram até então livres, por uma Horta que tinha aos Anjos, foreira em 8000 réis ao Hospital que vendeu, ficando o foro dela e 200 réis mais que lhe puseram, repartidos pelas três fazendas ditas e tanto a Horta como as fazendas subrogadas, teve e ficaram com a natureza de foro perpétuo. ITEM. Instrumento de encabeçamento dos ditos casais feito a D. António de Sousa Meneses feito em 10 de Setembro de 1675.	3	58	Morgado da Lobagueira
1700				
1706-08-12	Instrumento de declaração de aforamento e obrigação ue faz a Sr ^a . D. Leonor Margarida de Meneses, irmã do Sr. Pedro de Figueiredo a António da Silva Marante, de uma terra de vinha, sita no Seixal, termo da Vila de Almada, a qual lhe havia aforado pelo foro anual de 3000 réis, porem como para isto não houve faculdade Régia, por serem as ditas terras de morgado, lhe afora de novo a referida vinha, com obrigação de lhe dar e a seus sucessores o quinto dos seus frutos e novidades que ela der ficando por este modo nulo o primeiro aforamento que lhe fez de 3000 réis por ano. Fetio em Lisboa pelo Tabelião Nicolau Leitão Pereira a 12 de Agosto de 1706. Está duplicado.	6	4	Morgado do Seixal.
1716-07-11	Certidão de Frei Dâmaso de S. José, Escrivão do Convento da Trindade em Lisboa, pela qual consta ter o dito convento no Campo Grande uma Horta uma vinha, casas e oliveiras, aforado tudo em vidas das quais foi a primeira a Sr ^a . D. Maria de Lima que lhe paga de foro anual pipa e meia de vinho, cinco cântaros e quatro canadas de azeite e quatro galinhas, posto tudo naquele convento o que paga o Sr. Pedro de Figueiredo Passada em Lisboa a 11 de Julho de 1716.	4	1	Morgado do Campo Grande
1717-12-20	Instrumento de aforamento de quinto e obrigação que faz a Sr ^a . D. Leonor Margarida de Meneses a Manuel da Veiga, pescador e morador no Lugar do Seixal, Termo de Almada, de uma vinha chamada Vale de Romeira sita no dito llugar, a qual é da referida //Senhora e lhe veio por aforamento de sua Tia a Sr ^a . D. Mariana Coutinho, e lha afora pelo quinto da novidade que Deus der. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Bernardo de Barbuda Lobo a 20 de Dezembro de 1717.	6	5	Morgado do Seixal.

1722-10-04 1747-09-18	Escritura de empraçamento da Quinta de Ota, com o foro de 12\$000 réis cada ano pagos às Religiosas do Mosteiro de Odiveiras, o qual empraçamento é em três vidas, que fez o António de Figueiredo em 4 de Outubro de 1722 por ser a última vida. ITEM. Instrumento de empraçamento e obrigação que fazem as Religiosas do Mosteiro de Odiveiras ao Sr. Rui de Figueiredo da Quinta de Ota, com o foro de 12\$000 réis cada ano. Feito no Lugar de Odiveiras nas Notas do Tabelião Miguel António, morador em Lisboa a 18 de Setembro de 1747[data errada] . IBY. Auto de posse que todou o dito Senhor do referido Prazo. ITEM. Traslado em pública forma do referido instrumento de empraçamento. ITEM. Medição da Quinta de Ota.	8	45	Ota
s.d.	Requerimento de Manuel Simões, morador no Lugar do Ribeiro, Concelho de Besteiros, pelo qual pretende se lhe dê de novo empraçamento umas propriedades que ele possuía, pertencentes à Comenda de Castelões, das quais era a última vida.	17	2	Comenda de Castelões
s.d.	Requerimento de Francisco Pereira, morador no Lugar de Lourosa, Concelho de Besteiros, pelo qual pretende se lhe faça empraçamento em três vidas, de várias propriedadesque possuía, foreiras à Comenda de S. Tiago.	16	2	Comenda de Besteiros
1566-12-17	Instrumento e aforamento que faz António Fernandes ao Sr. Rui de Figueiredo Correia dos matos e juncal, sitos na terra de Palhais, Termo de Torres Vedras, os quais são do dito Senhor, e lhos afora em três vidas como foro de pagar nos primeiros cinco anos, oito galinhas por dia de Nossa Senhora de Agosto na Quinta da Lobagueira, pagando a Décima. Feito em 17 de Dezembro de 1566.	3	1	Morgado da Lobagueira
1660-10-20	Instrumento de aforamento que faz Catarina João, viúva de Domingos Pires ao Sr. Rui de Figueiredo, de um pedaço de chão sito no Lugar de Mouguelas, Termo da Vila de Torres Vedras, o qual lhe coube em partilha, e é do morgado do dito Senhor e lho afora enfietuta pelo foro de uma galinha cada ano, de crista tombada, que não diga pi nem cró, e não a dando // pagará dois tostões por ela e isto por dia de Nossa Senhora de Agosto. Feita no lugar da Lobagueira em 20 de Outubro de 1660.	3	2	Morgado da Lobagueira
1660-10-20	Escrito de aforamento que faz Francisco Alves, trabalhador, ao Sr. Rui de Figueiredo, de um pedaço de chão que é do dito senhor o qual coube em partilha ao referido Francisco Alves, e o afora enfiteuta pelo foro anual de uma galinha de crista tombada que não diga pis nem cró, ou dois tostões por ela. Feito no Lugar da Lobagueira em 20 de Outubro de 1660	3	3	Morgado da Lobagueira
1660-10-20	Escrito de aforamento enfiteuta que faz João Alves, carpinteiro, ao Sr. Rui de Figueiredo, de um pedaço de chão que lhe coube em partilha sito no Lugar de Mouguelas, Termo da Vila de Torres Vedras, o qual é do morgado do dito senhor e lho afora pelo foro anual de uma galinha de crista tombada, que não diga pi nem cró, paga por dia de Nossa Senhora de Agosto. Feito no Lugar da Lobagueira em 20 de Outubro de 1660.	3	4	Morgado da Lobagueira
1660-10-20	Escrito de aforamento enfietua que faz Maria João, viúva de Quintino João, ao Sr. Rui de Figueiredo, de um pedaço de chão sito no Lugar de Mouguelas, termo da Vila de Torres Vedras que lhe coube na sua meação por morte do dito seu marido, o qual chão é do morgado do referido Senhor, e lho afora pelo foro anual de duas galinhas velhas, de crista tombada, que não digam pi nem cró, ou dois tostões por cada uma, pagas por dia de Nossa Senhora de Agosto. Feito no lugar da Lobagueira em 20 de Outubro de 1660	3	7	Morgado da Lobagueira
17??-??-??	Instrumento e escritura de renovação de Prazo que fizeram Manuel Pires e sua mulher Catarina Esteves, do Casal dos Maiorais, Limite do Lugar de Turtuzendo, Termo da Covilhã, a Sebastião Leitão da Cunha e sua mulher Maria da Serra de um Prazo no dito termo no sítio do Maioral o qual consta de um casal, duas moradas de casas, terras, chãos de regadio, soutos e olival, tudo místico, por tempo de três vidas, com obrigação de cada uma lhes pagar em cada ano de foro, dez e oito alqueires de pão meado, de trigo e centeio, pela medida nova e três galinhas. Feito na Vila da Covilhã pelo Tabelião Manuel Nunes da Costa em 10 de Agosto de 1700.//	4	1	Maninhos da Covilhã.
17??-??-??	Instrumento de aforamento, empraçamento e obrigação que faz D. Mariana Coutinho a José Soares e sua mulher, Francisca Coelho, de um pedaço de terra baldia que a dita senhora tem sita junto da Quinta do conde da Ericeira que fica por trás da Aldeia de Paio Pires, temro da Vila de Almada, pelo 5º do vinho que Deus der na dita terra, do bacelo que forem nela metendo, e acrescentando em cada uma novidade de cinco almudes de vinho um, livre de todas as custas e despesas. Feito na Quinta dos Padres Paulistas, Termo da dita Vila, nas Notas do Tabelião António Dessa em 8 de Novembro de 1700	6	6	Morgado do Seixal.

17??-??-??	Instrumento de aforamento e obirgação de quinto que faz a Sr ^a . D. Mariana Coutinho a José Gonçalves e sua mulher Maria... De um pedaço de terra baldia que é da dita Senhora sita onde chamam Val de Romeira, no Seixal, Termo da Vila de Almada, pelo quinto da novidade do vinho que Deus der na dita terra, do bacelo que meter nela, pagando de cinco almudes um cada ano, livre de todas as custas e despesas. Feito na Quinta dos Padres Paulistas, Termo da dita Vila, nas Notas do Tabelião Antônio Dessa, em 18 de Novembro de 1700	6	7	Morgado do Seixal.
1706-01-19	Instrumento de aforamento enfietuta que faz Diogo Carneiro de Almeida e sua mulher, D. Eufrázia Maria Machada, a Manuel Dias, caseiro da Quinta do Archino de umas fazendas que estão no Limite do Lugar de Ota que são do dito Senhor que houve por arrematação que delas fez em praça pública, as quais foram de Manuel Teixeira, do dito lugar, a saber= Uma morada de casas em que mora o referido Manuel Teixeira com seu serrado e oliveiras= Um serrado que está junto ao dito lugar que leva de sementeira sete alqueires =Uma terra onde chamam o Forno, que leva de sementeira sete alqueires = Uma courela de terra que está onde onde chamam o Vale, que leva seis alqueires de sementeira = Uma terra que está no mesmo Limite, que leva cinco alqueires de sementeira= Umas casas no dito Lugar, que constam de um alto e um baixo e tudo isto pelo foro anual de 18 alqueires de trigo, meio alqueires de amendoas e onze tostões em dinheiro na morada de casas que nesta quantia são foreiras ao Sr. Pedro de Figueiredo. Feito na Quinta do Archino, Termo da Vila de Alenquer, nas Notas do Tabelião Manuel Franco Barreto em 19 de Janeiro de 1706.	8	46	Ota
1707-12-14	Instrumento de escritura de nomeação de Prazo que fez Maria da Costa, viúva de Sebastião Rebelo, moradora no Lugar do Ribeiro de Castelões, concelho de Besteiros, a seus sobrinhos Domingas de Bastos e seu marido Manuel de Oliveira, moradores no dito Lugar, de um prazo ali sito, que consta de casas, terras, vinhas, e árvores de que é directo Senhorio o Comendador de Castelões e S. Tiago de Besteiros. Feito no sitio da Eira da Cruz, Limite do Lugar de Janardo, nas Notas do Tabelião Manuel Antunes em 14 de Dezembro de // 1707 Um papel que está na referida Escritura diz que o dito Manuel de Oliveira paga de foro 16 alqueires de pão e mais meio alqueire, vinte arráteis de marrã, meio alqueires de trigo, cinco ovos, meio cabrito e uma galinha, isto consta do rol por onde se cobra.	17 °	3	Comenda de Castelões
1711-12-07	Instrumento de empraçamento e aforamento em três vidas que faz Mestre de Campo Francisco Garcês de Brito a Bernardo Roiz, de um Arneiro com um bocado de mato onde chamam a Boavista, no sítio da Azambuja, por preço e foro de vinte frangas pagas em cada um ano ao dito Mestre de Campo. Feticio na Vila da Azambuja nas Notas do Tabelião Pedro Galvão da Rocha em 7 de Dezembro de 1711.	19	9	Escrituras de aforamento ou empraçamento
1709-04-12	Instrumento de novo empraçamento por tempo de três vidas que fez o Senhor Pedro Álvares Cabral, por seu Procurador, a Manuel Francisco e a sua mulher, de um quarto de um Prazo sito no lugar do Canedo do Mato, no qual sua Mãe e Sogra, Mariana João tinha vida, pelo foro e pensão anual de sete alqueires de centeio, de milho quatro e um de trigo, pago tudo pro dia de Nossa Senhora de Setembro, e de mais seis arráteis e meio de marrã e duas galinhas pagos pelo Natal. Feito no lugar de S. Cosmadim, nas Notas do Tabelião João Cardoso Velho, em 12 de Abril de 1709.	5	41	Morgado de Belmonte
1718-01-29	Certidão de Manuel Correia dos Santos, Escrivão das Capelas do Instrumento de renovação de um Prazo em três vidas que fez o Sr. Rui de Figueiredo de Alarcão em 23 de Novembro de 1676 ao Capitão Domingos Monteiro, de seis moradas de casas, uma delas à entrada da rua da Cutelaria, freguesia de S. Nicolau, com seis sobrados e lojas, as quais são as da Imagem de Nossa Senhora da Graça em que vivem as mercearias, foreiras em vidas à Capela que instituiu Vasco Lourenço na dita Igreja e da qual é administrador e referido Senhor e as afora ao dito domingos Monteiro em três vidas pelo foro e pensão anual de sete mil réis, duas galinhas e um frango, por dia de Natal e S. João Baptista, com Laudémio de Quarentena e a dita Escritura foi celebrada nas Notas do dito escrivão das Capelas e esta certidão passada em Lisboa a 29 de Janeiro de 1718.//	19	10	Escrituras de aforamento ou empraçamento
1718-03-09	Instrumento de aforamento e empraçamento em vida de três pessoas que faz Manuel Pereira e sua mulher Antónia Ferreira, moradores no Lugar de Ota ao Sr. Pedro de Figueiredo de um serrado de terra que o mesmo senhor tem no dito lugar pelo foro de duas galinhas boas cada ano. Feito na Vila de Alenquer pelo Tabelião Francisco da Silva de Carvalho em 9 de Março de 1718.	8	47	Ota

1718-03-09	Instrumento de aforamento e emprazamento em vida de três pessoas que faz o Senhor Pedro de Figueriedo a Manuel Pereira e sua mulher Antónia Ferreira, moradores no Lugar de Ota, de um serrado de terra no dito lugar e lho afora em vida de três pessoas pelo foro anuaç de duas galinhas, que não digam pi nem cró,, pagas por dia de Nossa Senhora de Agosto. Feito na Vila de Alenquer nas Notas do Tabelião Francisco da Silva Carvalho, em 9 de Março de 1718	8	48	Ota
1792-07-13	Instrumento de aforamento perpétuo e obrigação que fez meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara a Josefa Teresa, viúva de Luís Pinto Barroca, moradora no Lugar do Seixal, Termo da Vila de Almada, de um prazo que consta de uma vinha chamada a Romeira, distrito do dito Lugar, da qual se achava de posse do domínio útil por suceder no Prazo por morte de seu marido e por dever muitos anos deforo e lhos perdoar o referido senhor, lhe deu o aforamento perpétuo a dita vinha pela pensão e foro anual de 11\$000 réis pagos pelo Natal e livres da décima, encargos e tributos. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Vitorino Manuel Cordeiro a 13 de Julho de 1792.	6	8	Morgado do Seixal.
1722-11-02	Instrumento de aforamento e emprazamento em vida de três pessoas que faz o António de Figueiredo a Manuel Henriques, morador no Lugar de Ota, de um pedaço de Charneca no distrito do dito Lugar, que é do referido senhor com obrigação de pagar em cada um ano seis alqueires de trigo macho e seis frangas, pago tudo por dua de Nossa Senhora de Agosto. Feito na Vila de Alenquer mas Notas do Tabelião Francisco José de Carvalho em 2 de Novembro de 1722. Declara a escritura no fim que suposto dizer que o foro é de seis alqueires de trigo e seis frangas, devem ser cinco alqueires de trigo e conço frangas, pois nisto convieram os contratantes. ITEM.Certidão da referida escritura, pedida em requerimento por José António, do lugar de Ota e passada pelo Tabelião Manuel José de Castro.	8	49	Ota
1723-08-11	Provisão da Mesa da Consciência e Ordens de conformação de mais três vidas que alcançou Ana Fernandes, viúva de João Fernandes, moradora no lugar da Portelada, no Concelho de Besteiros, na terça parte de um casal que algum tempo foi de Perpétua Fernandes o qual consta // várias propriedades de casa, terras, vinhas, arvores, e suas pertenças e outros mais que se uniram e haviam sido compradas, tudo situado nos limites da comenda de Besteiros e do dito lugar com o foro e pensão anual de 19 alqueires de pão e milho meado, menos um salomim(solomim?), três almudes e meio de vinho, 14 arráteis de marrã, e três galinhas e meia, o pão e vinho pago pelo S. Miguel e o mais pelo Natal e das ditas propriedades é directa senhoria a Comenda de Besteiros. Feita em Lisboa a 11 de Agosto de 1723.	16	3	Comenda de Besteiros
1723-11-15	Carta de confirmação e novo Prazo em vid de três pessoas somente, que faz Manuel Luís Coelho, morador em Vila de Rei, concelho de Besteiros, ao contador do Mestrado da Ordem de Cristo António de Oliveira, de um Prazo que consta de uma terra e vinha com sua latada, onde chamam o Vale de Lobo, Limite da dita Vila e uma terra que está aos Torrais, Limite de Santa Eulália, e uma sorte de terra que está à Fonte de Pedra, Limite da referia Vila, cujas propriedades pertencem à Comenda de S. Salvador de Castelões de que foi Comendador o Senhor Pedro de Figueriedo e agora se achava vaga pelo foro anual de 35 réis. Feita em Lisboa a 15 de Novembro de 1723.	17 °	4	Comenda de Castelões
1724-01-01	Instrumento de renovação de Prazo de uma terra e vinha em vida de três pessoas, e obrigação que fazem as Religiosas do Mosteiro de Odivelas a Domingos da Silva, Lavrador, e morador no Lugar da Solteira, Termo da Vila de Torres Vedras, de uma vinha e terra de semear pão, mística uma com outra, sitas onde chamam a Ribeira da Senha, dos Tanoeiros do dito Lugar, e Termo de que se pagava ao referido Convento 2\$000 réis em dinheiro sia dúzias de molhos de junco e uma galinha, o qual Prazo se acha tapado sobre si, e lho aforam agora por tempo de três vidas em 2400 réis, 2 galinhas e seis dúzias de molhos de junco,tudo em cada um ano. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Manuel Gomes de Carvalho, em o 1º de Janeiro de 1724.	19	11	Escrituras de aforamento ou emprazamento
1727-08-20	Carta de confirmação de um Instrumento de aforamento que fez D. Francisca Catarina Jácome de Sousa para a renovação do Prazo em três vidas chamado de Mouguim (Mouquim?), sito na Freguesia de S. Martinho de Dume, pertencente à Comenda de Merlim, à qual é foreiro em doze alqueires de pão meado, uma galinha, um frango, cinco ovos e quarenta réis em dinheiro. Feito em Lisboa a 27 de Agosto de 1727. ITEM. Requerimento e Documentos de D. Maria Máxima Jácome, sobrinha da dita D. Catarina, para que o António de Figueiredo lhe dê consentimento para as nomeações no referido Prazo. ITEM. Justificação de D. Maria Máxima de como sua Tia, D. Francisca Catarina Jácome de Sousa lhe nomeou o dito Prazo.	15	22	Comenda de Merlim

1729-03-11	Instrumento de Renovação de Prazo e obrigação que fez o António de Figueiredo como Comendador de Besteiros ao Padre João Gomes, morador no Casal de Maças, do prazo de uma pedaço de báculo onde chamam o Peso do Lameiro e duas vinhas à Ponte do Casal, Limite da Portelada e a outra a S. Miguel e o dito senhor lhe aforou tudo novamente em três vidas pelo foro e pensão anual de dois alqueires de pão por dia de S. Miguel. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Tomé Freire de Araújo, a 11 de Março de 1729.	16	4	Comenda de Besteiros
1731-01-16	Certidão de Pedro Giraldes Ribeiro, Tabelião e Escrivão do Tombo que se fez da Comenda de S. Tiago de Besteiros, pela qual consta que o Comendador da dita Comenda, Nuno Pessoa de Aragão, aforou a Manuel Duarte e sua mulher, moradores na Póvoa das Fontainhas do dito concelho, duas sortes de terra, no sítio de Vale de Lobo, Limite do Quintal, pelo foro anual de 75 réis. Passada em 16 de Janeiro de 1731.	16	5	Comenda de Besteiros
1731-06-28	Certidão de Pedro Giraldes Ribeiro, Tabelião e Escrivão do Tombo que se fez da Comenda de S. Tiago de Besteiros, pela qual consta ter aforado Manuel Marques Correia e sua mulher, moradores no Lugar de Muna, da mesma Freguesia de S. Tiago, à dita Comenda as propriedades seguintes= De uma terra que foi de Manuel Fernandes, paga de foro meio alqueire de pão= De outra quatro alqueires= Das belagas, alqueire e quarta= Da belaga que comprou a Mateus de Loureiro uma quarta de pão e dez réis=De outra 50 réis, som ao todo seis alqueires e um solomim e sessenta réis ; o pão é pago pelo S. Miguel. Passada em 28 de Junho de 1731.	16	6	Comenda de Besteiros
1731-10-13	Carta de confirmação e novo Prazo em vida de três pessoas somente, de Francisco Pereira e sua mulher Maria João, Moradores no Lugar de [L] ourosa, Freguesia de S. Tiago do Concelho de Besteiros, de duas casas térreas no Lugar de Coura, místicas junto à Fonte, um curral junto às ditas casas colmado, um pomar também junto às mesmas, outro curral que está no fim do Lugar, uma vinha, uma terra que está ao Sotalho, um bocado de terra no fim do dito Lugar de Lourosa, uma corte no Lameiro de Pedregal, e outras fazendas //mais e tudo pertence à Comenda de S. Tiago de Besteiros de que é Comendador o António de Figueiredo a que pagarão anualmente de foro, doze alqueires de pão meado, de centeio e milho, 19 arrobas de presunto curado e galinha e meia, um quarto de vinho e azeite que lavrar nas terras do Casal. Feita em Lisboa a 13 de Outubro de 1731.	16	7	Comenda de Besteiros
1731-11-04	Instrumento de empraçamento em três vidas que fez o António de Figueiredo ao beneficiado Bernardino Coelho da Silva, morador no Lugar da Portela da Comenda de Besteiros de um Prazo que consta de uma vinha tapada, sita na Várzea da Alagada, outra vinha que está ao Seixal, uma sorte de terra que está à Ponte da Taboça, outra terra no mesmo sítio, e outras propriedades mais, o que tudo lhe afora o dito Senhor como Comendador de Besteiros, em três vidas pelo foro anual de onze alqueires de pão meado, de centeio e milho, duas galinhas, 50 réis em dinheiro arrátel e meio de presunto curado e de acrescentamento, um salamim (salame?), e um botelho de pão, pago tudo pelo S. Miguel. Feito no Lugar do Casal de Maças, nas Notas do Tabelião Leandro Ribeiro Soares, em 4 de Novembro de 1731.	16	8	Comenda de Besteiros
1731-11-05	Instrumento de empraçamento e renovação de Prazo em vida de três pessoas que fez o Senhor Rodrigo António de Figueiredo, como Comendador de Besteiros a António Fernandes solteiro, morador no Lugar da portela do dito Concelho, de um Prazo em três vidas que consta de uma vinha, com um pedaço de terra no fim onde chamam a Seara, Limite do Casal de Maças, uma terra de Lameira, que está a Mesturalhes e outras propriedades mais e lhe afora tudo pelo foro e pensão anual de quatro alqueires de pão meado e duas galinhas, nos quais vai incluído meio alqueire de acrescentamento. Feito no Casal do Casal de Maças, nas Notas do Tabelião Paulino Dias em 5 de Novembro de 1731	16	9	Comenda de Besteiros
1731-11-24	Certidão de Pedro Giraldes Ribeiro, Tabelião e Escrivão do Tombo da Comenda de S. Tiago, do reconhecimento que fizeram Francisco Henriques e sua mulher, moradores no Lugar de Lourosa, dos bens que possuem da dita Comenda, da medição e marcação deles. Feita em 24 de Novembro de 1731.	16	10	Comenda de Besteiros

1731 -11-30	Instrumento de empraçamento em três vidas que fez o Senhor Rodrigo António de Figueiredo, como Comendador de Besteiros a Tomás Marques Pimenta e a sua //mulher Maria Ribeira, morador no Lugar de Lourosa, do dito Concelho, de uma sorte de Lameira onde chamam o Lameiro Tijeiro(?) junto ao Lagedo, uma sorte de terra onde chamam a Lagoa, Limite da Portelada, e outras propriedades mais e o dito senhor lhe afora tudo em três vidas pelo foro anual de seis alqueires e meio e um selamim de pão meado, uma galinha e meia e um arrátel de marrão. Feito no Casal do Lugar de Maças nas Notas do Tabelião Leandro Ribeiro Soares em 30 de Novembro de 1731. ITEM. Certidão de Pedro Giraldes, Tabelião e escrivão do Tombo que se fez da Comenda de S. Tiago de Besteiros de todas as propriedades de prazo acima mencionado.	16	11	Comenda de Besteiros
s.d.	Certidão de Pedro Giraldes Ribeiro, Tabelião e Escrivão do Tombo da Comenda de S. Tiago de Besteiros de todas as propriedades do Prazo acima mencionado.	16	12	Comenda de Besteiros
1734-06-08	Instrumento de empraçamento em vida de três pessoas que fez o António de Figueiredo como Comendador de Besteiros a António Simões Morador no Lugar de Soutobom do dito Concelho de um Prazo sito no dito Lugar do qual tem a ametade por sentença da Mesa da Consciência e consta de duas casas, um curral, mais outro curral, uma terra e cortinha, uma terra que está à Bouça, por cima do referido Lugar e outras propriedades mais, e lhe afora tudo pelo foro anual de sete alqueires de pão meado, uma galinha e um quarto de carneiro. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião José Joaquim de Vale em 8 de Junho de 1734.	16	13	Comenda de Besteiros
1736-07-13	Instrumento de empraçamento em vida de três pessoas que faz Catarina Francisca Pereira a Cristóvão Soares, comendador de Merlim, do Prazo da metadado Casal de Gandarela, pelo foro anual de 20 alqueires de pão meado e de acrescentamento quatro ovos a galinha que pagava e outra de luctuosa por falecimento de cada vida. Feito no Assento de S. Pedro de Merlim em 13 de Julho de 1736.	15	23	Comenda de Merlim
1742-01-15	Instrumento de novo aforamento e empraçamento enfiteuta que fizeram os Padres do Convento de S. Gião da Ordem de S. Paulo, do termo da Vila de Alenquer a José Henriques e sua mulher Bernarda Teresa, moradores no Lugar de Ota do dito termo, de um moinho e suas pertenças//sito no limite do mesmo Lugar por baixo dos Paços o que tudo é Prazo foreiro à Misericórdia da dita Vila, anualmente, em 27 alqueires de trigo e aforam tudo ao dito José Henriques pelo foro e renda anual de 27 alqueires de trigo à referida Misericórdia como directa senhoria, em dia de Nossa Senhora de Agosto e a eles Padres, 23 alqueires de trigo, 10 alqueires de mistura e seis frangas em carne, também cada ano. Feito na Vila de Alenquer nas Notas do Tabelião José Gomes da Fonseca em 15 de Janeiro de 1742. É cópia por certidão.	8	50	Ota
1743-06-30	Instrumento de aforamento, empraçamento e renovação de Prazo em vida de tres pessoas que faz o António de Figueiredo Correia a Domingos Pereira, morador no Lugar de Ota, e viúvo de Inês Teresa, enfiteuta de um Prazo que consta de várias propriedades, foreiro em vidas ao dito senhor do qual lhe pagava cada ano 7\$000 réis e porque as três vidas eram findas lhe renovou outras três em sua Filha, chamada Faustina, na qual se contaria a primeira vida com obrigação do referido foro. Feito na Quinta de Ota, Termo de Alenquer, nas Notas do Tabelião João Crisóstomo Soares, em 30 de Junho de 1743.	8	51	Ota
1744-11-21	Instrumento de aforamento em vida de três pessoas, reconhecimento, e obrigação que fez o António de Figueiredo a Bento Cordeiro, mestre sapateiro e a sua mulher Josefa Maurícia, de três propriedades de casas pequenas, sitas na Rua da Cutelaria, Freguesia de S. Nicolau, foeriras em vidas ao dito Senhor como administrador da Capela de Vasco Lourenço a quem se paga de foro anualmente 7\$000 réis, duas galinhas e um frango, do qual Prazo foi última vida Sebastiana Maria, viúva, de Manuel Ferreira Pais, do referido Bento Cordeiro, a qual o nomeou nele em seu testamento, e assim o requereu ao dito Senhor, lhe desse a renovação em vidas que lajs concedeu, sendo a primeira a dita Josefa Mauricia, com a pensão de pagar anualmente o for o acima mencionado em doi spagamentos de Natal e S. João, as galinhas e frango pelo S. João. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Álvaro José do Vale, a 21 de Novembro de 1744.	19	12	Escrituras de aforamento ou empraçamento
1745-01-29	Instrumento de escritura de empraçamento de livre nomeação em três vidas que fez meu Avô o Sr. D. Vasco da Câmara a Clemente da Mata Nunes e a sua mulher Isabel da Maia, moradores na Vila da Sertã, da metade de uma courela de terra calvo,, ao que chamam a Cadeira do Castelo que está junta à dita Vila e é pertencente ao Senhorio e Alcaidaria mor //da mesma, pelo foro anual de 480 réis pagos pelo S. João. Feito na Vila da Sertã, nas Notas do Tabelião João Gomes Pereira em 29 de Janeiro de 1745.	14	3	Sertã

1746-01-15	Sentença de empraçamento e aforamento que fez a Câmara da Vila de Alenquer a José Ribeiro de um pedaço de chão no limite e Quinta dos Paços de Ota pelo foro anual e enfiteuta de 30 réis. Dada em 15 de Janeiro de 1746.	8	52	Ota
1749-01-04 1746-05-04	Instrumento de reconhecimento de Prazo e obrigação de um Prazo sito no Lugar de Ota, feito a Antónia Joaquina enfiteuta que é em terceira vida por nomeação que nela fez seu Tio Pedro Varela do qual paga 350 réis de foro cada ano à Misericórdia da Vila de Alenquer. Feito na dita Vila nas Notas do Tabelião em 4 de Janeiro de 1749. ITEM. Instrumento de nomeação e nomeação entre vivos que fez Pedro Varela a sua sobrinha Antónia Joaquina de um Prazo sito no distrito do Lugar de Ota foreiro à Misericórdia da Vila de Alenquer em 350 réis cada ano, o qual Prazo consta de um Olival, terra de pão de uma vinha, um chão com suas amendoeiras e oliveiras e de tudo é ele segunda vida. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião José Ferreira de Oliveira a 4 de Maio de 1746. ITEM. Auto de posse dada a Caetano Martins em nome e como procurador de Antónia Joaquina, Sobrinha do dito Pedro Varela de todas as fazendas acima mencionadas.	8	53	Ota
1750-01-25	Instrumento de empraçamento em três vidas e de nomeação que fez meu Avô o Sr. D. Vasco da Câmara a João Nunes Serra e a sua mulher Gertrudes Maria Oliveira, moradores na Vila da Sertã, de uma courela de terra e mato, sita em Vale de Procorvo, Couto da dita Vila, a qual pertence ao Senhorio da Alcaidaria mor da mesma, pelo foro anual de 1920 réis, pagos pelo Natal com Laudémio de Décima em caso de venda. Feito na Vila da Sertã nas Notas do Tabelião Matias José Ribeiro em 25 de Janeiro de 1750.	14	4	Sertã
1760-08-22	Traslado em pública forma de um instrumento de renovação de Prazo em vida de três pessoas e obrigação que fizeram os Religiosos do Convento de S. Domingos de Lisboa à Sr ^a . D. Jerónima Lobo, do Prazo de uma Quinta que está nas ribas de Alenquer ao pé de Montemuro pelo foro anual de 10\$000 réis, no qual traslado se inclui o requerimento do António de Figueiredo para se lhe renovarem outras três vidas (o que lhe concederam os Padres) em virtude de seu Pai, o Sr. Pedro de Figueiredo ser a terceira vida no Prazo e o nomear nele. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião António dos Santos da Costa a 22 de Agosto de 1760. //	19	13	Escrituras de aforamento ou empraçamento
1761-02-11	Instrumento de novo aforamento que faz o padre José Lopes Lobato ao António de Figueiredo de umas terras sitas ao Campo do Vale Termo da Vila de Santarém que o dito Senhor possui, com obrigação do referido Padre lhe pagar de foro anual cinco moios de cevada por Agosto, posta na Ribeira de Lisboa por conta e risco dele Senhorio e o referido aforamento é em três vidas, sendo o dito Padre a primeira. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião João Ferreira da Silva, 11 de Fevereiro de 1761. ITEM. Cópia da escritura acima, vários papéis e cartas pertencentes à renda do dito foro.	19	14	Escrituras de aforamento ou empraçamento
1762-03-18	Carta de confirmação, renovação de empraçamento e aforamento em vida de três pessoas que fez meu Avô o Sr. D. Vasco da Câmara do prazo da Lezíria da Praia, sita na Cabeça de Alcoelha, pela cessão que lhe fez seu cunhado o António de Figueiredo que no dito Prazo foi última vida pelo foro de 45 alqueires de trigo cada ano pagos no Almoarifado de Vila Franca. Dada na Vila de Santarém em 18 de Março de 1762. ITEM Certidão do Escrivão da Contadoria das Lezírias, de uns papéis de mercê de uns corredores que no Livro do registo se acham registados de 1664 e de um Decreto do Senhor Rei D. João IV em que declara haver feito mercê de oito moios de terra de sementeira ao Sr. Rui de Figueiredo junto à Lezíria Praia, cujo foi passado em 1648.	19	15	Escrituras de aforamento ou empraçamento
1762-04-07	Instrumento de reconhecimento de foro e obrigação da Quinta, casas e terras no sitio do Carregado que faz meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara aos Padres Domínios de Lisboa, cujo foro é de 10\$400 réis cad ano, em dois pagamentos de Natal e S. João, com o com o Laudémio de Décima em caso de venda. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião João Ferreira da Silva a 7 de Abril de 1762.	19	16	Escrituras de aforamento ou empraçamento
1762-07-13	Certidão dos aforamentos e novos empraçamentos dos Prazos da Banzoeira, Limite do Lugar do Carregado, foreiro às merceiras da Rainha Santa Isabel da Igreja de Santo Estêvão da Vila //de Alenquer em cem alqueires e um tonel de vinho, ou cinco mil réis, e da Brandoa, no mesmo sítio e foreiro às ditas merceiras em vinte alqueires de trigo e vinte de cevada, cujos aforamentos em três vidas fez o António de Figueiredo. As referidas certidões foram passadas em Alenquer pelo Tabelião Manuel José de Castro em 13 de Julho de 1762.	19	17	Escrituras de aforamento ou empraçamento

1762-07-16	Instrumento de reconhecimento do Prazo chamado a Brandoa no sítio do Lugar do Carregado que fez meu Avô o Sr. D. Vasco da Câmara às merceiras da Rainha Santa Isabel da Igreja de Santo Estêvão da Vila de Alenquer, do qual Prazo foi o dito Senhor segunda vida e paga de foro vinte alqueires de trigo e vinte de cevada cada ano. Feito na Vila de Alenquer na Notas do Tabelião Manuel José de Castro em 16 de Julho de 1762.	19	18	Escrituras de aforamento ou emprazamento
1762-07-16	Instrumento de reconhecimento de Prazo que consta de casas, terras e Olival no sítio do Carregado, que fez meu Avô o Sr. D. Vasco da Câmara às merceiras de da Rainha Santa Isabel da Igreja de Santo Estêvão da Vila de Alenquer, do qual Prazofoi o dito Senhor segunda vida e paga de foro cem alqueires de trigo e um tonel de vinho, ou cinco mil réis por ele. Feito na Vila de Alenquer na Notas do Tabelião Manuel José de Castro em 16 de Julho de 1762.	19	19	Escrituras de aforamento ou emprazamento
1763-08-20	Carta de confirmação e renovação de novo emprazamento e aforamento em vida de três pessoas, e mais não, de que o Senhor Rei D. José 1º fez mercê a meu Avô o Sr. D. Vasco da Câmara do Prazo da Lezíria chamado da Praia da Cabeça de Alcoelha, do qual será primeira vida e pagará de foro (como as duas vidas que lhes sucederem) quarenta e seis alqueires de trigo em cada um ano, no Almocharifado de Alcoelha por dia de Nossa Senhora de Agosto. Feita em Lisboa a 20 de Março de 1763.	19	20	Escrituras de aforamento ou emprazamento
1763-05-06	Instrumento de renovação de Prazo em vida de três pessoas que faz José Cardoso da Vila de Sinfães ao Mestrado da Ordem de Cristo de umas terras chamadas os Alqueves do Passal da Fonte, sitas no Limite de Sinfães, Prazo foreiro em vidas à Comenda de S. João Baptista da dita Ordem em quarenta alqueires de milho (sic) e 16 alqueires de pão, além do dízimo de todas as novidades. Feito em Lisboa por Tomás João a 6 de Maio de 1763.	17º	3	Comenda de Sinfães
1765-08-08	Instrumento de emprazamento em três vidas e obrigação que fez meu Avô o Sr. D. Vasco da Câmara ao Doutor Manuel Baptista Carneiro, morador na Vila da Sertã, de uma Courela de terra tapada em redondo, pelo meio da qual vai uma quilha, e serventia, para a Fonte da prata, sita nos Limites da referida Vila e a dita courela é do Senhorio da Alcaidaria mor dela, e isto pelo foro e pensão anual de 9000 réis pagos pelo Natal, com o Laudémio de Décima, em caso de venda.// Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Joaquim José de Brito a 8 de Agosto de 1765.	14	5	Sertã
1766-08-12	Instrumento de renovação de Prazo em vida de três pessoas que fa zmeu Avô o Sr. D. Vasco da Câmara às Religiosas do Mosteiro de Odivelas, de uma Quinta no sítio de Ota, Termo da Vila de Alenquer, pelo foro anual de 12\$000 réis. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião António José de Brito em 12 de Agosto de 1766.	8	54	Ota
1766-11-15	Instrumento de Escritura de subenfiteuse obrigação e aceitação que fazem Manuel Fernandes e sua mulher Ana Francisca Coelho, lavradores e moradores no Lugar do Assento da Freguesia de S. Pedro de Merlim, a Manuel Ferreira, e sua mulher, Maria da Cunha, moradores no Lugar de Couceiro da mesma Freguesia do seu Prazo da Pateira, sito na dita Freguesia do qual afora um pedaço aos referidos para nele fazerem casas e isto em três vidas e consentimento de meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara, como Comendador de Merlim, pelo foro anual de 1300 réis pagos por dia de S. Miguel. Feito no Lugar do Penedo, Freguesia de S. Pedro de Merlim nas Notas do Tabelião Manuel José de Campos em 15 de Novembro de 1766.	15	24	Comenda de Merlim
1766-11-15	Instrumento de escritura à face de Prazo, obrigação e aceitação que fazem Manuel Fernandes e sua mulher Ana Francisca Coelho, Lavradores e moradores no Lugar do Assento da Freguesia de S. Sebastião da dita Freguesia, de um pedaço de terra sito no Lugar da Pateira da mesma Freguesia, e outro pedaço de terra no fundo do quintal de João Afonso, os quais com consentimento de meu Pai, o Sr. D. Pedro da Câmara como Comendador de Merlim, aforou ao dito Manuel Coelho por 1600 réis cada ano, pagos por dia de S. Miguel. Feito no Lugar do Penedo, Freguesia de S. Pedro de Merlim nas Notas do Tabelião Manuel José de Campos em 15 de Novembro de 1766.	15	25	Comenda de Merlim

1768-06-18 1802-05-11	Instrumento de aforamento enfiteuta que fez o Desembargador Manuel José da Gama de Oliveira, Procurador Fiscal da Inconfidência a Manuel Caetano de Sousa Prego, de uma Quinta chamada dos Pisões e casas a ela pertencentes, sita na Vila de Sintra, que foi do Ducado e casa de Aveiro, a qual ficou incorporada no Fisco e Câmara Real, pelo foro de 24\$000 réis por ano, pagos em dois pagamentos de Natal e S. João. Feito em Lisboa nas Notas// do Tabelião José Pedro da Costa Sermenho a 18 de Junho de 1768. ITEM. Instrumento de reconhecimento de foreiro e obrigação que fez antónio Valeriano de Sousa Prego ao Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, de um foro de 24\$000 réis imposto na Quinta e Casas dos Pisões da Vila de Sintra, o qual foro comprou o dito Senhor à Fazenda Real. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Tomás Isidoro da Silva Freire a 11 de Maio de 1802.	19	21	Escrituras de aforamento ou emprazamento
1768-08-13	Setença proferida no Senado da Câmara de Lisboa pela qual se julgou pertencer a meu Avô, o Sr. D. Vasco da Câmara, o Prazo do Campo de Alvalade grande, de que é directo senhorio o dito Senado. Dada em Lisboa a 13 de Agosto de 1768.	4	2	Campo Grande
1773-01-02	Instrumento de renovação de Prazo que fez meu Avô o Sr. D. Vasco da Câmara a José Ferreira Manso a sua mulher Maria Josefa a Manuel Luís de Oliveira e a sua mulher Maria de Almeida, moradores na Vila da Sertã, de uma courela de terra tapada em redondo, sita onde chamam o Alfanado, pertencente à Alcaidaria mor da mesma Vila a qual courela dá o referido senhor de emprazamento novo em três vidas aos mecionados José Ferreira e Manuel Luís, ficando o dito Prazo dividido entre ambos e contando-se a vida em cada um dos dois de per si, e cada um pagará de foro anual pela sua metade, quatrocentos réis e uma galinha ou 120 réis por esta por dia de S. João Batista e Laudémio de Décima. Feito na Vila da Sertã, nas Notas do Tabelião António Garcia de Vilar, em 2 de janeiro de 1773.	14	6	Sertã
1773-11-21	Instrumento de escritura de emprazamento em três vidas e de nomeação que fez meu Avô o Sr. D. Vasco da Câmara a João Nunes Serra e a sua mulher Gertrudes Maria de Oliveira e a Maria Ferreira, viúva de António da Silva moradores na Vila da Sertã, de uma propriedade de terra e chão de que é senhoria a Alcaidaria mor da mesma Vila, sita ao Ribeiro do Valporcovo, onde chamam a Fontebranca, Limite da dita Vila, ficando a referida terra aforada a cada um em a metade de cada outorgante dos ditos, aos quais o dito Senhor a emprazou pelo foro anual de 4500 réis e uma galinha cada um, que entre ambos fazem 9\$000 réis e duas galinhas, pago tudo por dia de S. João Baptista. Feito na Vila da Sertã nas Notas do Tabelião Matias José Ribeiro em 21 de Novembro de 1773.	14	7	Sertã
1777-03-24	Instrumento de renovação de Prazo em três vidas perfeitas que fez meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara por seu Procurador o Doutor Inácio José Peixoto, Desembargador da Relação de Braga, a António// Fernandes e sua Mulher Ângela Gomes, lavradores e moradores no Lugar da Estrada, Freguesia de S. Pedro de Merlim, Termo da dita Cidade, do Casal chamado de Sobestrada, sito na referida Freguesia, o qual eles estavam possuindo, como caseiros da Comenda de S. pedro de Merlim, e por se acharem as vidas findas e acabadas as do Prazo velho lhas renovou com a pensão anual de 22 alqueires de pão de segunda milho alvo e centeio e uma galinha boa, gorda, e de receber pago por dia de S. Miguel, com Laudémio de quarentena. Feito na Cidade de Braga pelo Tabelião Luís de Araújo e Azevedo em 24 de Março de 1777.	15	26	Comenda de Merlim
1775-02-18	Instrumento de aforamento que fez meu Pai, o Sr. D. Pedro da Câmara aos Religiosos do Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa, de dois estins de terra, no distrito da Vila de Salvaterra de Magos, pelo foro de 30 alqueires de trigo pelos dias de Nossa Senhora a 15 de Agosto, entregue no dito convento à custa dos enfiteutas. Feito em Lisboa pelo Tabelião Joaquim José de Brito a 18 de Fevereiro de 1775.	19	22	Escrituras de aforamento ou emprazamento
1777-01-04	Instrumento de renovação de Prazo em vida de três pessoas e obrigação que fez meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara como Comendador de Merlim a Mariana Teresa e seu marido António José Guimarães do Prazo chamado de Ardiga e Devesa alta sito na Freguesia de Santa Maria de Lameças, Termo da Cidade de Braga, por se acharem findas as do Prazo velho e estarem eles de posse do referido Prazo por título de dote que lhes fizeram seus Pais, lhe concedeu o dito Senhor renovação de mais três vidas pelo foro e pensão anual de sete medidas de pão meado alvo e centeio e quarenta réis em dinheiro pago tudo por dia de S. Miguel, e Laudémio de quarentena em caso de venda. Feito em Braga nas Notas do Tabelião Pantaleão José Ferreira em 4 de Janeiro de 1777.	15	27	Comenda de Merlim

1778-05-23	Instrumento de renovação de Prazo em três vidas perfeitas que fez meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara por seu Procurador a Francisco Teixeira Rebelo Brabo e Aguiar, morador na sua casa e Quinta de Sevadim, do Casal chamado das duas partes do casal de Corres, sito no Lugar de Corres, Freguesia de S. Pedro de Maximinos, subúrbios da cidade de Braga, do qual é directa senhoria a Comenda de S. Pedro de Merlim, e por se acharem findas as vidas do Prazo velho, o dito senhor lhe concedeu outras, coma pensão anual de 210 réis pagos por dia de S. Miguel e Laudémio de //quarentena em caso de venda. Feito na cidade de braga nas Notas do Tabelião António José Ribeiro em 23 de Maio de 1778. ITEM. Instrumento de renovação de Prazo em três vidas que fez o dito senhor ao referido Francisco Teixeira do Casal chamdado da Geva, sito no lugar de Corres, Freguesia de S. pedro de Maximinos, do qual é directa Senhoria a dita comenda, pelo foro, renda e pensão anual de 300 réis pagos pelo S. Miguel e Laudémio de quarentena em caso de venda. Feito em braga nas Notas do Tabelião António José Ribeiro em 23 de Maio de 1778.	15	28	Comenda de Merlim
1782-04-09	Instrumento de empraçamento e novo aforamento em vida de três pessoas que fez meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara a Clara Maria, moradora no Lugar da Lobagueira da Encarnação, de um bocado de mato que é do dito Senhor no districto do referido Lugar, onde chamam a Rabigueira e lho afora em três vidas pelo foro e pensão anual de uma galinha boa ou 240 réis por ela, paga por dia de Nossa Senhora de Agosto. Feito no Lugar da Lobagueira da Encarnação nas Notas do Tabelião José Teles Botelho em 9 de Abril de 1782.	3	17	Morgado da Lobagueira
1782-04-10	Instrumento de empraçamento e novo aforamento em vida de três pessoas que fez meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara ao Padre José Baptista, Cura da Freguesia de S. Mamede da Ventosa e ali morador de umas casas no sítio de Mouguelas, que são do dito Senhor e constam de um sobrado e loja e nove casas terreas juntas com o seu quintal e poço o que tudo lhe empraça e afora em tr-es vidas, pelo foro anual de três galinhas boas, de crista tombada, pagas por dia de Nossa Senhora de Agosto em casa do referido Senhor, livre este foro de qualquer tributo encargo ou décima. Feito no Lugar da Lobagueira da Encarnação nas Notas do Tabelião José Teles Botelho em 10 de Abril de 1782.	3	18	Morgado da Lobagueira
1782-04-10	Instrumento de empraçamento e novo aforamento em vida de três pessoas que faz meu Pai, o Sr. D. Pedro da Câmara a Delfina Teresa, viúva e moradora no Lugar da Lobagueira da Encarnação, de uma casa térrea que é do dito Senhor situada no referido Lugar defronte da //Igreja de Nossa Senhora da Encarnação a qual tem seu bocado de chão místico o que tudo lhe afora em três vidas, pelo foro e pensão anual de uma franga boa de receber ou 150 réis por ela. paga por dia de Nossa Senhora de Agosto, livre de qualquer tributo ou décima. Feito no Lugar da Lobagueira da Encarnação nas Notas do Tabelião José Teles Botelho em 10 de Abril de 1782.	3	19	Morgado da Lobagueira
1782-04-17	Instrumento de aforamento e novo empraçamento em vida de três pessoas que faz meu Pai, o Sr. D. Pedro da Câmara ao Capitão D. António Xavier de Buytrago, morador na Vila de Torres Vedras, de uma morada de casas que consta de cinco casinhas, com seu pardieiro, e um bocadinho de quintal, que estão no lugar de Mouguelas, Termo da dita Vila, as quais são foreiras em uma galinha cada ano ao dito senhor, das quais tomou posse na ocasião em que foram tombadas por lhe ficarem devolutas por morte do último enfiteuta que delas foi, e agora as dá de aforamentoem três vidas ao referido capitão pelo mesmo foro em que andavam de uma galinha cada ano, que seja boa, paga por dia de Nossa Senhora de Agosto, com Laudémio de vintena. Feito na Vila de Torres Vedras nas Notas do Tabelião José Teles Botelho em 17 de Abril de 1782.	3	25	Morgado da Lobagueira
1782-04-18	Instrumento de empraçamento e novo aforamento em vida de três pessoas que fez meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara a José Francisco, trabalhador e morador no lugar da Lobagueira da Encarnação de um bocado de mato que é do dito Senhor, no sítio do Casal da Cruz, distrito do referido lugar, pelo foro e pensão anual de uma franga ou 120 réis por ela, pago por dia de Nossa Senhora de Agosto no dito Lugar, com Laudémio de quarentena, livre de qualquer tributo, encargo ou Décima. Feito na Vila de Torres Vedras nas Notas do Tabelião José Teles Botelho em 18 de Abril de 1782.	3	22	Morgado da Lobagueira
1782-05-02	Instrumento de empraçamento e novo aforamento em vida de três pessoas que faz meu Pai, o Sr. D. Pedro da Câmara a João Alves Camacho, morador no Lugar da Lobagueira da Encarnação, de uma terra e mato que é do dito Senhor no sitio do Casal da Cruz, ditr situada no referido Lugar do Casal da Cruz, distrito do referido lugar, pelo foro e pensão anual de quatro alqueires de Cevada, pagos no dito Lugar por dia de Nossa Senhora de Agosto livre de qualquer tributo, encargo ou Décima. Feito na Vila de Torres Vedras em 2 de Maio de 1782. É cópia autêntica//	3	23	Morgado da Lobagueira

1782-07-07	Instrumento de empraçamento e novo aforamento em vida de três pessoas que fez meu Pai, o Sr. D. Pedro da Câmara a Mateus Rodrigues, moleiro, morador no Casal do Pinheiro, junto aos moinhos da Cambaia, distrito do Lugar da Lobagueira da Encarnação, de uma terra e mato que é do dito senhor, no sítio de Val de Ulmeiro (urmeiro?) pelo foro anual de 4800 réis, quanto que chagdo for o dia de Natal, livre de qualquer tributo, encargo ou Décima. Feito no Lugar da Lobagueira, nas Notas do Tabelião José Teles Botelho em 7 de Julho de 1782.	3	24	Morgado da Lobagueira
1782-11-02	Instrumento de empraçamento e novo aforamento em vida de três pessoas que fez meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara a Filipe Francisco, trabalhador e morador no Lugar dea Sendieira, termos e Torres Vedras, de uma vinha no sítio de Vale de Ulmeiro, distrito do Lugar da Lobagueira da Encarnação a qual é do dito Senhor e lha afora pelo foro de pensão anual de dois alqueires de trigo macho e bom, e dois de cevada também boa, pago tudo por dia de Nossa Senhora de Agosto, livre de qualquer tributo, encargo ou décima. Feito na Vila de Torres Vedras nas Notas do Tabelião José Teles Botelho em 2 de Novembro de 1782.	3	26	Morgado da Lobagueira
1782-12-20	Instrumento de empraçamento e novo aforamento que fez meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara a Cipriana dos Santos, moradora no lugar da Lobagueira de um bocado de chão em que se acha feita uma casa com sua serventia, no sítio do mesmo Lugar, o qual chão é do dito Senhor e lha afora em três vidas pelo foro e pensão anual de um frango bom ou sessenta réis por ele à escolha do senhorio, pago por dia de Nossa Senhora de Agosto, no referido lugar, livre de qualquer tributo, pensão, encargo ou décima. Feito no Lugar da Lobagueira da Encarnação nas Notas do Tabelião José Teles Botelho em 20 de Dezembro de 1782.	3	27	Morgado da Lobagueira
1782-12-20	Instrumento de empraçamento e novo aforamento em vida de três pessoas que fez meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara a António Francisco, Mestre Oleiro, e morador no lugar da Lobagueira da Encarnação de uma Terra com seu pedaço de mato no sítio da Cruz na entrada do dito Lugar, pelo foro anual de doze alqueires de pão meado, seis de trigo e seis de cevada, pagos no dito Lugar por dia de Nossa Senhora de Agosto, livre de qualquer tributo, encargo ou décima. Feito no Lugar da Lobagueira nas Notas do Tabelião José Teles Botelho em 20 de Dezembro de 1782.	3	28	Morgado da Lobagueira
1782-12-20	Instrumento de empraçamento e novo aforamento em vida de três pessoas que fez meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara a António de Miranda, Cirurgião e morador no lugar da Lobagueira de uma vinha no sítio de Vale de Ulmeiro e duas terras no sítio da Cruz, que são do Casal da Cruz, pelo foro e renda anual de 5000 réis em dinheiro por dia de Nossa Senhora de Agosto, livres de qualquer //tributo ou encargos de Décima. Feito no Lugar da Lobagueira nas Notas do Tabelião José Teles Botelho em 20 de Dezembro de 1782.	3	29	Morgado da Lobagueira
1782-12-21	Instrumento de empraçamento e novo aforamento em vida de três pessoas que fez meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara a Domingos da Silva, Moleiro, morador no sítio da Cruz, Distrito do lugar da Lobagueira da Encarnação de uma propriedade de vinha terra e mato que é do dito Senhor no sítio da Cruz, para a banda dos moinhos do Cambaia, pelo foro e pensão anual de duas galinhas boas de crista tombada e 1600 réis em dinheiro, pago tudo por dia Nossa Senhora de Agosto, livres de qualquer //tributo ou encargos de Décima. Feito no Lugar da Lobagueira nas Notas do Tabelião José Teles Botelho em 21 de Dezembro de 1782.	3	30	Morgado da Lobagueira
1782-12-21	Instrumento de empraçamento e novo aforamento em vida de três pessoas que fez meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara a Henrique da Silva morador no lugar da Lobagueira de uma terra e mato no sítio d o Casal da Cruz, a qual é do dito Senhor pelo foro e pensão de 1200 réis cada ano e duas galinhas boas de crista tombada, pago tudo no referido lugar por dia Nossa Senhora de Agosto, livres de qualquer tributos, encargos ou Décima. Feito no Lugar da Lobagueira nas Notas do Tabelião José Teles Botelho em 21 de Dezembro de 1782.	3	31	Morgado da Lobagueira
1782-12-21	Instrumento de empraçamento e novo aforamento em vida de três pessoas que fez meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara a João Alves, lavrador morador no casal da Rabigueira, termo da Lobagueira de um mato maninho, pertença do Casal da Cruz, distrito do referido Lugar, o qual é do dito senhor pelo foro e pensão anual de quatro alqueires de cevada, pagos por dia de Nossa Senhora de Agosto, livres de todo o tributo ou encargos. Feito no Lugar da Lobagueira nas Notas do Tabelião José Teles Botelho em 21 de Dezembro de 1782.	3	33	Morgado da Lobagueira

1782-12-21	Instrumento de empraçamento e novo aforamento em vida de três pessoas que fez meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara a André da Silva, Trabalhador e morador no lugar da Lobagueira de uma terra pertença do Casal da Cruz, distrito da mesma, a qual é o dito Senhor, pelo foro certo e anual de quatro alqueires de cevada por dia de Nossa Senhora de Agosto, livres de qualquer //tributo ou Décima. Feito no Lugar da Lobagueira nas Notas do Tabelião José Teles Botelho em 21 de Dezembro de 1782.	3	34	Morgado da Lobagueira
1782-12-21	Instrumento de empraçamento e novo aforamento em vida de três pessoas que fez meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara a José Francisco, Taranta de alcunha morador no lugar da Lobagueira de um bocado de vinha, terra e mato que é do dito Senhor e que pertence ao Casal da Cruz, que trazia de renda o referido foreiro pelo foro anual de 1000 réis pagos por dia de Nossa Senhora de Agosto, livres de todo o encargo, tributo ou Décima. Feito no Lugar da Lobagueira nas Notas do Tabelião José Teles Botelho em 21 de Dezembro de 1782.	3	35	Morgado da Lobagueira
1782-12-21	Instrumento de empraçamento e novo aforamento em vida de três pessoas que fez meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara a João da Silva, morador no lugar da Lobagueira da Encarnação de uma terra que é do dito Senhor e que pertença do Casal da Cruz, e do Chão de uma casa no referido Lugar em que se acha feita uma Casa de sobrado que é a da frontaria delas do mesmo João da Silva, que algum dia foi tenda de loiça e lhe afora tudo pelo foro e pensão anual de 1800 réis e duas galinhas boas de receber, pago tudo em dia de Nossa Senhora de Agosto, livres de qualquer, tributo ou Décima. Feito no Lugar da Lobagueira nas Notas do Tabelião José Teles Botelho em 21 de Dezembro de 1782.	3	36	Morgado da Lobagueira
1782-12-22	Instrumento de empraçamento e aforamento em vida de três pessoas que fez meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara a Bernardo da Silva, solteiro, Filho de Henrique da Silva, ambos do Lugar da Lobagueira de uma terra e matos sita no Casal da Cruz, a qual é do dito Senhor pelo foro e pensão de quatro alqueires de cevada e uma franga ou 140 réis por ela, tudo cada ano e pago por dia de Nossa Senhora de Agosto, livre de todo o encargo, tributo ou Décima. Feito no Lugar da Lobagueira nas Notas do Tabelião José Teles Botelho em 22 de Dezembro de 1782.	3	37	Morgado da Lobagueira
1783-02-22	Instrumento de Escritura de renovação de Prazo por três vidas inteiras que fez o Reverendo Cabido da Sé da Cidade da Guarda a meu Pia o Sr. D. Pedro da Câmara de um Prazo chamado da Paiã, sito nos Limites do Teixoso e Gibaltar, pelo foro anual de 1300 réis, pago spelo Natal. Feito na Cidade da Guarda nas Notas do Tabelião Domingos Gonçalves Ribeiro de Novais em 22 de Fevereiro de 1783.	19	24	Escrituras de aforamento ou empraçamento
1784-12-02	Instrumento de renovação de Prazo em três vidas perfeitas que fez meu Pai, o Sr. D. // Pedro da Câmara por seu Procurador a Maria Teresa da Cruz, viúva de António Fernandes Rodrigues, ourives da prata, morador na rua do Souto da Cidade de Braga, como Procuradora de seu irmão o Padre António Joaquim de Sousa Correia e Melo, residente na Igreja de Santo António de Paracatá, Estados do Brasil, do Prazo chamado da Quebrada da Bouça da pedra do Couto, sito na freguesia de S. Pedro de Merlim, a cuja comenda é foreiro em vidas e porque estas se achavam extintas, se lhe renovaram outras três com o foro, pensão e renda anual de 21 alqueires de pão meado, milho alvo do miúdo e centeio, uma galinha, dois frangos ou vinte réis e m dinheiro por cada um, 13 ovos e sessenta réis em dinheiro, no que vai já incluído o acréscimo que se lhe fez, pago tudo pelo S. Miguel e com Laudémio de quarentena em caso de venda. Feito na cidade de Braga, nas Notas do Tabelião Luís de Araújo de Azevedo em 2 de Dezembro de 1784. Este empraçamento não teve vigor porque foi requerido com dolo, porque pertencia o Prazo ao Doutor Rafael José da Silva Correia e Melo, irmão do referido Padre acima mencionado e a quem se concedeu a dita licença.	15	29	Comenda de Merlim
1785-01-12	Instrumento de contrato de subempraçamento e escritura à face de Prazo com consentimento de meu Pai, o Sr. D. Pedro da Câmara, faz Manuel Lopes e sua mulher, Mariana Duarte, moradores no Lugar da Mainha, Freguesia de Santa Maria de Panóias, Couto de S. Martinho de Tibães, a João Pereira e sua mulher, Brígida Francisca, moradores no Lugar de S. Brás, Freguesia de S. pedro de Merlim, Termo de Braga, da Bouça chamada de Fontedelo, que é pertença do Prazo foreiro à Comenda de S. Pedro de Merlim de cujo Prazo é cabeça Boaventura Gomes e pelo qual pagarão à dita comenda de foro, renda e pensão anual quatro razas de meado, meia galinha e seus ovos e a ele, Manuel Lopes, sete razas de milho alvo também cada ano. Feito no couto de S. Martinho de Tibães nas Notas do Tabelião Francisco Xavier da Costa e Araújo, em 12 de Janeiro de 1785.	15	30	Comenda de Merlim

1785-12-29	Instrumento de subenfititeuição à face de Prazo que fazemo Doutor Inácio José Peixoto e sua mulher D. Ana Clara da Apresentação, moradores na Cidade de Braga, a Francisco Ferreira e sua mulher Jerónima Francisca, moradores no Lugar de Cortinhas, Freguesia de S. Pedro de Merlim, Freguesia da Cidade do Campo do Barreiro, pertenças do Casal de Geremil, pelo foro e renda anual de 20 alqueires de pão meado, a saber, milho alvo do miudo, e centeio, pagos pelo S. Miguel.// Feito na Cidade de Braga nas Notas do Tabelião Manuel Miz' da Silva em 29 de Dezembro de 1785.	15	31	Comenda de Merlim
1786-02-03	Instrumento de empraçamento que fez meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara a Alberto José Magro e a sua mulher Maria Anastácia, moradores na Vila da Sertã, do assento de umas casas e quintal por tempo de três vidas, sitas no Castelo da dita Vila, junto à cadeia o qual chão pertence à Alcaldaria mor da mesma, fazendo delas Prazo de livre nomeação, pelo foro anual de 1200 réis e um frango, ou trinta réis pago tudo por dia de S. João Baptista com Laudêmio de Décima em caso de venda. Feito na Vila da Sertã nas Notas do Tabelião João Gomes Pereira em 3 de Fevereiro de 1786.	14	8	Sertã
1876-08-27	Istrumento de empraçamento em três vidas perfeitas que fez meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara a Manuel Henriques e a sua mulher, Maria Gomes moradores no Lugar das Corjas da Cortiçada, Freguesia de S. Salvador de Castelões, Termo da Vila de Tondela, de um Prazo sito no dito distrito do referido Lugar, foreiro à Comenda de Castelões, o qual compraram a Vitorino roiz e a sua mulher, Maria Roiz e assim pediram ao dito Senhor a renovação de mais três vidas no mesmo Prazo, o que lhes concedeu com a obrigação de pagarem anualmente de foro, 16 alqueires de pão meado, uma quarta de trigo, duas galinhas e dez arráteis de marrã. Feito na Vila de Janardo, Concº do Guardão (?) nas Notas do Tabelião João Antunes Pessoa em 27 de Agosto de 1786.	17	5	Comenda de Castelões
1787-05-05	Instrumento de escritura de subenfititeuse à face de Prazo, obrigação e aceitação dela que por consentimento de meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara, faz a Pedro Antunes Tinoco e sua mulher, D. Mariana Joaquina, moradores na Cidade de Braga, a José Correia, Ferreiro, e a sua mulher Maria Teresa, morador (sic) no Lugar das Cortinhas, Freguesia de S. Pedro de Merlim, de um pedaço de terra no fundo do Quintal e casas em que vive o dito José Correia, pelo foro e pensão anual de 76.5 réis, pagos pelo S. Miguel. Feito no Couto de S. Martinho de Tibães nas Notas do Tabelião Manuel José de Campos, em 5 de Maio de 1787.	15	32	Comenda de Merlim
1787-05-04 1787-05-05	Instrumento de escritura de subenfititeuse à face de Prazo e aceitação dela que por consentimento de meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara, fizeram Pedro Antunes Tinoco e sua mulher, D. Mariana Joaquina, moradores na Cidade de Braga, a António Peixoto, Ferreiro, e a sua mulher Maria Teresa, moradores no lugar de Cortinhas Freguesia de S. Pedro de Merlim, de uma Leira de terra lavradiça, pertencente ao prazo chamado de Coucieiro que é do dito Pedro Antunes e foreiro à Comenda de S. Pedro de Merlim, pela qual terra hão-de pagar anualmente//de pensão 1530 réis. Feito no Couto de S. Martinho de Tibães nas Notas do Tabelião Manuel José de Campos em 5 de Maio de 1787. ITEM. Instrumento de escritura de subenfititeuse à face de Prazo que por consentimento do dito Senhor, fizeram os referidos Pedro Antunes e sua mulherao sobredito António Peixoto, de outro pedaço de terra pela pensão anual de 765 réis pagos pelo S. Miguel. Feito no Couto de S. Martinho de Tibães nas Notas do Tabelião Manuel José de Campos, em 4 de Maio de 1787.	15	33	Comenda de Merlim
1787-05-05	Instrumento de escritura de subenfititeuse à face de Prazo e aceitação dela que por consentimento de meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara fazem Pedro Antunes Tinoco e sua mulher D. Mariana Joaquina moradores na Cidade de Braga, a Francisco Ferreira, Ferreiro, e a sua mulher, Feliciano Maria, moradores no lugar de Cortinhas, Freguesia de S. Pedro de Merlim de uma Leira de terra lavradia no campo de Cortinhas, pertenças do Prazo de Coucieiro, foreiro à Comenda de S. pedro de Merlim, pela pensão anual de 1530 réis pagos pelo S. Miguel. Feito no Couto de S. Martinho de Tibães nas Notas do Tabelião Manuel José de Campos, em 5 de Maio de 1787.	15	34	Comenda de Merlim

1787-05-08	Instrumento de escritura de subenfiteuse à face de Prazo e aceitação dela que por consentimento de meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara fizeram Pedro Antunes Tinoco e sua mulher D. Mariana Joaquina moradores na Cidade de Braga, a João Manuel Ferreiro e a sua mulher Ana Maria moradores no Lugar de Cortinhas, Freguesia de S. Pedro de Merlim de uma leira de terra lavradiça, no campo de Cortinhas, Freguesia de S. Pedro, parte de um Prazo chamado de Coucieiro, foreiro à dita comenda, pela pensão e renda de 1530 réis. Feito no Couto de S. Martinho de Tibães nas Notas do Tabelião Manuel José de Campos, em 8 de Maio de 1787. ITEM. Instrumento de subenfiteuse que por consentimento de meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara fizeram os referidos Pedro Antunes Tinoco e sua mulher ao dito João Manuel de outra leira de terra lavradia, pelo foro e pensão anual de 1530 réis, pagos pelo S. Miguel. Feito no Couto de S. Martinho de Tibães nas Notas do Tabelião Manuel José de Campos, em 8 de Maio de 1787. //	15	35	Comenda de Merlim
1787-05-09	Instrumento de escritura de subenfiteuse à face de Prazo e obrigação que por consentimento de meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara fizeram Pedro Antunes Tinoco e sua mulher D. Mariana Joaquina moradores na Cidade de Braga, a Francisco Ferreira, ferreiro, e a sua mulher Jerónima Francisca, moradores no lugar de Cortinhas, Freguesia de S. Pedro de Merlim, de uma Leira de terra lavradia, no Campo de Cortinhas, pertencas do Prazo do Coucieiro, foreiro à Comenda de Merlim, pela pensão anual de 1530 réis. Feito no Couto de S. Martinho de Tibães nas Notas do Tabelião Manuel José de Campos em 9 de Maio de 1787.	15	36	Comenda de Merlim
1787-05-10	Instrumento de escritura de subenfiteuse à face de Prazo e aceitação dela que por consentimento de meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara fizeram Pedro Antunes Tinoco e sua mulher D. Mariana Joaquina moradores na Cidade de Braga, a Jerónimo Correia e sua mulher Tomásia Maria, moradores no Lugar de Cortinhas, Freguesia de S. Pedro de Merlim, de uma leira de terra lavradiça pertença do Prazo de Coucieiro, foreiro à Comenda de Merlim, pela pensão anual de 1530 réis. Feito no Couto de S. Martinho de Tibães nas Notas do Tabelião Manuel José de Campos em 10 de Maio de 1787. foreiro	15	37	Comenda de Merlim
1787-08-24	Instrumento de renovação de Prazo e novo empraçamento em vida de três pessoas que fez meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara por seu Procurador a Josefa Maria Ribeiro e seu marido António Henriques, moradores no Lugar do Casal de Castelões de uma propriedade no sítio da vinda da Igreja que é Prazo foreiro à comenda de Castelões em 13 alqueires de milho e centeio, pelo S. Miguel de cada um ano. Feito no Lugar do Casal de Castelões pelo Tabelião António Gomes de Figueiredo em 24 de Agosto de 1787.	17	6	Comenda de Castelões
1788-05-17	Instrumento de Escritura de Prazo que fez meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara a Manuel da Costa e a sua mulher Eugénia Maria moradores no Lugar da Lourosa, Freguesia de S. Tiago, Termo de Tondela, de um Prazo que é foreiro à dita Comenda e que eles arremataram em praça pública ao Padre Bernardino Coelho por execução que se lhe fez pelos foros que devia e por extarem extintas as vidas, requereram renovação de outras três e o que lhe concedeu o dito Senhor com a pensão e foro de 11 alqueires de pão meado de senteio e milho, duas galinhas, 50 réis em dinheiro e arrátel e meio de presunto corado, tudo por ano e que o pão pagariam pelo S. Miguel. Feito na Vila de tondela nas Notas do Tabelião António Gomes de Figueiredo em 17 de Maio de 1788.	16	14	Comenda de Besteiros
1761-02-11 1788-02-12	Treslado em pública forma da Escritura de aforamento que fez o Padre José Lopes Lobato//morador no Lugar do Cartaxo e Enfiteuta do Prazo do Vale, foreiro ao António de Figueiredo a António da Costa Coelho, de uma terra no dito Campo do Vale para vinha pelo qual se obrigou a pagar ao referido Padre de pensão anual 82 alqueires de cevada, e mais meio, a respeito de cinco alqueires por estil por dia de Nossa Senhora de Agosto e em três vidas. A sobredita escritura foi feita em Lisboa nas Notas do Tabelião Joaquim José de Brito a 11 de Fevereiro de 1761. Passado em Santarém a 12 de Junho de 1788. IBY. Termo de juramento que deu o dito António da Costa Coelho de ter recebido a Escritura acima declarada, porém que não sabia dela nem onde parava, e por este motivo requereu o seu treslado.	19	25	Escrituras de aforamento ou empraçamento
1788-07-03	Instrumento de renovação de Prazo em três vidas perfeitas que fez meu Pai, o Sr. D. Pedro da Câmara por seu Procurador a José António da Costa Ferreira, contratador de Sola e morador na Cidade de Braga, de uma morada de casas sitas na rua do Campo da mesma Cidade as quais ele possuiu por título de compra que fez a Diogo de Sousa e porque são de natureza de Prazo e as vidas se acham extintas, lhe concedeu o dito Senhor a renovação delas pelo foro renda e pensão anual de 230 réis e Laudémio de quarentena em caso de venda. Feito na cidade de Braga nas Notas do Tabelião Luís de Araújo e Azevedo em 3 de Julho de 1788.	15	38	Comenda de Merlim

1788-07-18	Instrumento de reconhecimento de Prazo e novo aforamento em vidas que fazem João Rodrigues da Costa e sua mulher Violante Rosa, moradores na Vila de Torres Vedras, a meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara de um Prazo em vidas que se compõe de uma terra varja com seu arneiro, no sítio dos Ameais, distrito da mesma Vila, o qual Prazo o dito senhor herdou de sua tia a Sr ^a . D. Paula Margarida de Meneses, Vigária Comendadeira do Real Mosteiro de Santos, e novamente aforava aos mencionados acima pelo foro e pensão anual de 1200 réis pagos pelo dia de S. Martinho, livres de décima ou de outro qualquer tributo. Feito na Vila de Torres Vedras nas Notas do Tabelião Caetano Alberto de Magalhães em 18 de Julho de 1788.	6	9	Morgado do Seixal
1788-12-27	Instrumento de escritura de subenfiteuse à face de Prazo, que faz António Gomes e sua mulher Rosa da Costa, lavradores e moradores no lugar de Pateira, freguesia de S. Pedro de Merlim, termo da Cidade de Braga a Manuel Gomes da Cruz e a sua mulher Francisca Teresa, lavradores, e moradores no Lugar da Cruzinha da dita Freguesia de umas terras que possuíam a título de Prazo em vidas de que é directa senhoria a Comenda de S. Pedro de Merlim de uma leira de terra no casal do Assento do referido Prazo, às quais terras pertence a dita leira, chamada dos Leirões, para a qual subenfiteuse obtiveram licença de meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara, pagando eles o Laudémio da entrada. Feito no Lugar da Cruzinha nas Notas do Tabelião Manuel José de Campos em 27 de Dezembro de 1788.	15	39	Comenda de Merlim
1789-07-03	Certidão de João Gomes Pereira, Tabelião na Vila da Sertã, extraída dos Livros das suas Notas, de uma Escritura de empraçamento que em 23 de Outubro de 1771 fez meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara a Manuel Luís de Oliveira e a sua mulher Maria Josefa de Almeida a Manuel Nunes Lobato e sua mulher, Catarina Maria Frazoa, todos moradores na dita Vila, de uma courela de terra sita no Vale de Pero Corvo onde chama os Prados Cimeiros, couto da mesma Vila a qual a cada um dos ditos empraçava a metade por três vidas e de nomeação pagando cada um dos mencionados cinco mil réis e uma galinha, que faz ao todo 10\$000 réis e duas galinhas, e isto por dia de S. João Baptista de cada um ano, ao Alcaide mor da referida Vila como directo senhorio e Laudémio de Décima. Passada na Vila da Sertã em 3 de Julho de 1789.	14	9	Sertã
1789-10-07	Instrumento de empraçamento em vida de três pessoas e obrigação que fez meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara a Manuel Ferreira Sarrano, morador no Lugar do Mourisco, Termo da Vila da Sertã da metade da Courela dos Prados Cimeiros, no Termo e Coutos da dita Vila, pertencente à Alcaldadria Mor da mesma, pelo foro anual de 4\$000 réis, pagos pelo Natal, livres de Décima ou outro qualquer tributo. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Vitorino Manuel Cordeiro a 7 de Outubro de 1789.	14	10	Sertã
1789-12-09	Certidão da escritura de empraçamento em três vidas de livre nomeação que em 30 de Julho de 1742 fez meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara a Francisco Lopes de Bairos e a sua mulher, Feliciania Maria, moradores no Arrabalde de S. Sebastião da Vila da Sertã, de uma courela de terra de Horta, sita no Val de Percorvo, couto da mesma Vila, a qual pertence à Alcaldaria mor dela, pelo foro de 150 réis cada ano pagos pelo S. João. Passada na Vila da Sertã pelo Tabelião Francisco José Serrano em 9 de Dezembro de 1789. //	14	11	Sertã
1789-12-30	Instrumento de empraçamento em vida de três pessoas que fez meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara a Paulo Rodrigues de Carvalho, comerciante, morador em Lisboa, de umas casas térreas, sitas no Arraial de Nossa Senhora da Encarnação do Lugar da Lobagueira, e igualmente duas courelas de terra, uma sita no sítio do Caldeirão e outra onde se fazem as feiras, tudo do dito Senhor e lhe afora tudo pelo foro anual de 2\$000 réis e uma galinha ou trezentos réis por ela, pagos em casa do Senhorio, e livres de qualquer tributo ou décima com Laudémio de vintena em caso de venda. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Vitorino Manuel Cordeiro em 30 de Dezembro de 1789.	3	38	Morgado da Lobagueira
1789-12-30	Instrumento de empraçamento em vida de três pessoas que fez meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara a Paulo Rodrigues (Roiz?) de Carvalho, Negociante, morador em Lisboa, de umas casas térreas, sitas no Arraial de Nossa Senhora da Encarnação do Lugar da Lobagueira, e duas courelas de terra, uma no Caldeirão e outra onde se fazem as feiras e um curral no dito lugar pelo foro anual de 2\$000 réis e uma galinha ou 300 réis por ela. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Vitorino Manuel Cordeiro em 30 de Dezembro de 1789.	3	38	Morgado da Lobagueira

1790-11-09	Instrumento de aforamento que fez meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara a José Rodrigues de Almeida, morador na Vila da Castanheira, da Quinta da Boavista, e terra chamada do Padre Silva, com todas as suas pertenças, que tudo é do dito Senhor por preço e quantia anual de 50\$000 réis, livres de Décima ou outro qualquer tributo. Feito na Vila da Castanheira nas Notas do Tabelião José da Cunha Feijó em 9 de Novembro de 1790.	19	26	Escrituras de aforamento ou emprazamento
1790-11-15	Instrumento de aforamento enfiteuta que fez meu Pai, o Sr. D. Pedro da Câmara a João António Raimundo, morador na Vila da Castanheira de um chão do dito Senhor sito na Calçada que vai para o Convento das Freiras da referida Vila, o qual chão teve já casas e quintal que haviam ficado de Manuel de Azevedo da Cruz, pelo preço e foro em cada um ano de oitocentos réis. Feito na Vila da Castanheira nas Notas do Tabelião José da Cunha Feijó em 15 de Novembro de 1790.//	19	27	Escrituras de aforamento ou emprazamento
1791-02-16	Certidão de João Maurício Botelho, Escrivão das Capelas, pela qual consta o novo emprazamento e aforamento que fez o Senhor Jorge de Figueiredo Correia, Administrador da Capela e Morgado do Sr. Brás Afonso Correia, sita na Igreja de S. Tomé de Lisboa a Gaspar de Faria de umas casas com uma vinha e outra courela de vinha apartada e uns pedaços de terra pelo foro anual de 12\$000 réis pagos em dois pagamentos iguais de Natal e S. João e Laudémio de vintena e as ditas propriedades são situadas ao Lagar das quatro portas, caminho do Lugar da Charneca, Termo de Lisboa. Dada e passada em Lisboa a 16 de Fevereiro de 1791.	2	11	Morgado do Castelo
1791-04-18	Instrumento de reconhecimento de foreiro e obrigação que fez meu Pai, o Sr. D. Pedro da Câmara a D. Maria Gertrudes Rosa Pereira Caldas, viúva de Luís Rodrigues (Roiz?) Caldas, de um prazo que se compõe de uma Quinta, casas de sobrado com suas lojas, Adega, vinha, olival, duas terras de sementeira, tudo sito ao Pote de água na estrada que vai para o Lugar da Charneca por detrás do Campo Grande, defronte da Quinta dos Colcheos (colcheios?) e o dito Senhor lhe afora de novo o referido pelo foro anual de 11\$500 réis, e Laudémio de quarentena. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Domingos Carvalho Soutomaior a 18 de Abril de 1791.	4	3	Campo Grande
1791-08-08	Escritura de emprazamento que fez meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara ao Doutor Manuel Luís Fragoso, dos fornos da Vila da Sertã, os quais lhe dá de aforamento em três vidas, pelo foro anual de 10\$000 réis, com Laudémio de décima e obrigação de os reedificar à sua custa, concedendo todos os poderes para obrigar os moradores da dita Vila e reivindicar deles os direitos e regalias que são dados pelo Foral aos Alcaldes mores da mesma a quem os referidos Fornos competem. Feito na Vila da Sertã, nas Notas do Tabelião João Gomes Pereira em 8 de Agosto de 1791.	14	12	Sertã
1792-02-17	Instrumento de aforamento perpétuo e obrigação que fez meu Pai, o Sr. D. Pedro da Câmara a Tomás da Silva e seu irmão Manuel da Silva, pescadores e moradores no Lugar do Seixal, termo da Vila de Almada, de uma vinha sita no distrito do dito Lugar, a qual andando arrendada a Luís da Silva Nogueira e não podendo cumprir com as obrigações do arrendamento a sublocou em seus filhos os referidos Tomás da Silva e Manuel da Silva, aos quais o dito Senhor aforou a vinha pelo foro e pensão anual de 4\$000 réis por dias de Natal, livres de Décima e de quaisquer pensões e tributos, e outrossim ficam obrigados à consignação de 9600 réis cada ano até completarem a dívida dos foros que seu Pai deve. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Vitorino Manuel Cordeiro a 17 de Fevereiro de 1792.//	6	10	Morgado do Seixal
1776-12-07	Instrumento de emcapação e desistência que faz José Joaquim Lopes, pescador e sua mulher Mónica Teresa, moradores no Lugar do Seixal a meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara de uma vinha com seu mato, chamada do Lúrio, no dito Lugar, a qual lhe havia dado de aforamento perpétuo o referido senhor pelo foro anual de 14\$000 réis e que não podendo cumprir com as obrigações do aforamento e se achar devendo catorze anos de foros, se ofereceu a fazer emcapação e desistência do Prazo a qual foi aceite pelo dito Senhor. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Vitorino Manuel Cordeiro a 5 de Março de 1792. ITEM. Instrumento de novo aforamento enfiteuta para sempre e obrigação que fez meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara a José Joaquim, pescador e morador no Lugar do Seixal, de uma vinha chamada do Lúrio, no dito Lugar, pelo foro anual de 14\$000 réis em dinheiro por dias de Natal, livres de Décima ou de outros quaisquer tributos. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Joaquim José de Brito a 7 de Dezembro de 1776.	6	11	Morgado do Seixal

1792-04-26	Instrumento de empraçamento em tres vidas e obrigação que fez meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara a José Gomes Salgueiro, fazendeiro e morador no Lugar do Seixal, termo da Vila de Almada, de uma vinha no distrito do dito Lugar, a qual foi de Luís Gonçalves, e depois de seu filho José Gonçalves Elias, pelo foro e pensão anual de 3200 réis, em dois pagamentos iguais de S. João e Natal, livres de Décima, e de outros quaisquer tributos. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Vitorino Manuel Cordeiro a 26 de Abril de 1792. ITEM. Instrumento de empazamento em tr~es vidas e obrigação que fez o dito Senhor ao referio José Gonçalves Salgueiro de uma vinha no distrito do dito Lugar do Seixal, que foi de Francisco Freire, pelo foro e pensão de 3600 réis cada ano em um pagamento, pagos pelo Natal, livres de Décima ou outro qualquer tributo, com Laudémio de Décima. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Vitorino Manuel Cordeiro 26 de Abril de 1792.	6	12	Morgado do Seixal
1792-04-26	Instrumento de renovação de empraçamento em três vidas e obrigação que fez meu Pai, o Senhor //D. Pedro da Câmara ao Padre Miguel Brabo Reymão, morador no Lugar do Seixal, termo da Vila de Almada de uma vinha onde chamam o Lírío, Freguesia da Arrentela, da qual é enfiteuta o dito Padre, como herdeiro de seu Tio Luís reymão, pelo foro anual de 5000 réis, livres de Décima ou outra qualquer pensão pafos em um só pagamento pelo Natal. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Vitorino Manuel Cordeiro a 26 de Abril de 1792.	6	13	Morgado do Seixal
1792-05-08	Instrumento de empraçamento em tres vidas e obrigação que fez meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara a Isidoro Álvares, pescador e e morador no Lugar do Seixal, termo da Vila de Almada, de uma vinha em Vale de Romeira, freguesia da Arrentela do dito Termo e de um pequeno bacelo, das quais propriedades se lhe consolidou o domínio útil, com o direito e é rendeiro e lhas dá de novo empraçamento em três vidas, pelo foro e pensão anual de 10\$600 réis em dinheiro pelos dias de Natal, livres de Décima e de outro qualquer tributo. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Vitorino Manuel Cordeiro a 8 de Maio de 1792.	6	14	Morgado do Seixal
1792-05-15	Instrumento de Escritura de renovação de Prazo que fez meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara a Melchior de Azevedo e a sua mulher Dionízia moradores no Lugar de Passos do concelhlor de Mangualde comarca de Viseu, que por sua Mãe, Maria Josefa lhe nomear em sua vida o Prazo que possuía e do qual o dito se acha de posse requereu a renovação em três vidas, o que o referido meu Pai lhe concedeu, como Senhor da Casa de Belmonte à qual é foreiro o dito Prazo, com a obrigação da pensão e foro anual de cinco alqueires de trigo, concho de milho, seis de centeio e três galinhas, com uma que se lhe acrescentou e Laudémio de dezena em caso de venda. Feito no Lugar da Roda pelo Tabelião António do Couto Cardoso de Almeida Metelo em 15 de Maio de 1792.	5	42	Morgado de Belmonte
1792-07-03	Instrumento de empraçamento em tres vidas e obrigação que fez meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara ao Doutor João Inácio de Macedo, morador na rua formosa em Lisboa, em nome e como Procurador de sua mulher D. Maria Joaquina de umas casas térreas e uma quintinha no distrito do Lugar do Seixal, Termo da Vila de Almada, pelo foro e pensão anual de três mil réis, pagos pelo Natal, livres de Décima e de outros quaisquer tributos, com Laudémio de quarentena. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Vitorino Manuel Cordeiro a 3 de Julho de 1792.	6	15	Morgado do Seixal
1792-07-13	Instrumento de empraçamento em tres vidas e obrigação que fez meu Pai o Sr. D. Pedro// da Câmara a Mateus Elias, pescador e morador no Lugar do Seixal, Termo da Vila de Almada, de uma vinha chamada do Clérigo, sita no Limite do dito Lugar com o foro e pensão anual de quatro mil réis pagos pelo Natal, livres de Décima, e com Laudémio de dezena. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Vitorino Manuel Cordeiro a 13 de Julho de 1792.	6	16	Morgado do Seixal
1792-07-13	Instrumento de aforamento perpétuo e obrigação que fez meu Pai, o Sr. D. Pedro da Câmara a Josefa Teresa, viúva de Luís Pinto Barroca, e moradora no Lugar do Seixal, termo da Vila de Almada, de uma vinha com suas casas, chamada da Formiga no Limite do dito Lugar, da qual se achava de posse do domínio útil por suceder no Prazo por falecimento do dito seu marido; e por dever muitos anos de foro e lhos perdoar o referido Senhor lhe deu de aforamento perpétuo a sobredita vinha e casas pela pensão e foro de 20\$00 réis cada ano, pagos por dia de Natl, livres de Décima e com Laudémio de Dezena. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Vitorino Manuel Cordeiro a 13 de Julho de 1792.	6	17	Morgado do Seixal

1793-01-09	Instrumento de empraçamento em tres vidas e obrigação que fez meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara a Francisco Xavier de Montes, morador na rua Formosa em Lisboa, de uma terra denominada a Quintinha sita no Lugar do Seixal, Termo da Vila de Almada, pela pensão e foro anual de 8.000 réis, em dois pagamentos iguais de S. João e Natal, livres de Décima e Laudêmio de vintena. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Eusébio José Pereira de Carvalho e Aguiar a 9 de Janeiro de 1793.	6	18	Morgado do Seixal
1793-03-22	Instrumento de empraçamento em tres vidas e obrigação que fez meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara ao Capitão José António Alves, morador na rua direita do Lugar de Belmonte e Criado de sua majestade, da Quinta chamada das laranjeiras e Arneiro, ao Foradouro, sita nos Limites do Lugar do Cartaxo com todas as suas pertenças, pelo foro e pensão anual de 125\$000 réis, pagos em casa do dito Senhor no primeiro de Janeiro e dois cestos de marmelos nos seus tempos devidos. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Eusébio José Pereira de Aguiar a 22 de Março de 1793.	5	43	Morgado de Belmonte
1794-03-15	Instrumento de Escritura de Prazo que fez meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara como Comendador// de S. Tiago de Besteiros a Maria Henriques e seu marido João Marques, moradores no Lugar da Portela, freguesia de S. Tiago de Besteiros da renovação de um Prazo que consta da terceira parte de um casal que algum dia foi de João Fernandes e se compõe de várias propriedades sito em Limites e distritos da dita comenda, cujo Prazo lhe veio por nomeação e cessão do Padre Manuel Henriques de Abreu, e porque requereram renovação de três vidas mais, o referido Senhor lhas concedeu com a pensão e foro anual de 21 alqueires de pão meado de centeio e milho, conço almudes de vinho, 16 arráteis de marrã e cinco galinhas ; o pão pago pelo S. Miguel as galinhas e marrã pelo Natal. Feito no Lugar da Portela nas Notas do Tabelião António Viegas de Matos em 15 de Março de 1794.	16	15	Comenda de Besteiros
1794-11-29	Certidão de António Viegas de Matos, escrivão do Público, Judicial e Notas na Vila de Tondela passada a requerimento de Maria Henriques e seu marido João Marques, moradores no Lugar da Portelada da Freguesia de Besteiros da pegação e medição de um Prazo em vidas foreiro à Igreja de S. Tiago de Besteiros. Passada na dita Vila em 29 de Novembro de 1794. ITEM. Requerimento que fizeram os mencionados Maria Henriques e seu marido, para a renovação das vidas do dito Prazo por lho haver cedido seu irmão e cunhado, o Padre Manuel Henriques de Abreu e do qual Prazo foi última vida sua mãe Maria Fernandes. ITEM. Escritura de cessão do referido Prazo que fez Manuel Henriques de Abreu a sua irmã e cunhado, acima mencionados. Está duplicada.	16	16	Comenda de Besteiros
1795 -10-26 1802-10-13	Instrumento de aforamento em vida de três pessoas e de livre nomeação que fez o Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara ao capitão D. António Xavier de Buitrago, de umas terras nos suburbios de Torres Vedras, livres de Capela ou Morgado a título de Casal de Torres Vedras as quais trazia de renda Manuel Velozo e sua mulher, com a obrigação de pagar o foro anual de sessenta alqueires de trigo e quarenta de cevada, tudo limpo e capaz de receber, posto em sua casa à custa do foreiro em espécie ou agar um e outro género pelo preço do meio do Terreiro de Lisboa, qual o foreiro quizer e isto por dia de Nossa Senhora de 15 de Agosto. Feito na Vila de Torres Vedras nas Notas do Tabelião José António do Rego em 26 de Outubro de 1795. ITEM. Instrumento de cessão e desistencia de Prazo que faz o Capitão D. António Xavier Buitrago por si e em nome de sua mulher D. Antónia Angélica Ludovina de Figueiroa Rego ao Sr. D. Vasco Manoel de Figueiredo Cabral da Câmara de todo o direito e acção que tinham no Prazo chamado de Torres Vedras acima mencionado para que a escritura de aforamento que tinha celebrado //fique sem efeito nem vigor algum. Feito na Vila de Torres Vedras nas Notas do Tabelião João Ribeiro dos Santos em 13 de Outubro de 1802.	19	28	Escrituras de aforamento ou empraçamento
1796-04-25	Instrumento de subenfiteuticação de Prazo de vidas à face do principal e obrigação que fez o Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara a Francisco de Borja Antunes da Silva, morador no Campo grande de uma horta com suas parreiras, árvores de Carço, cavaliça, três casas para o hortelão um grande pardieiro e mais pertenças, sito tudo no dito Campo o que tem a natureza de Prazo em vidas, foreiro à Sé em 1133 réis, seis galinhas e dois frangos e dá o referido senhor tudo o mencionado de subenfiteuse ao mesmo Francisco de Borja em vidas e à face do seu Prazo com as obrições de lhe pagar de foro anual 36\$000 réis livres de tudo o que é tributo e do foro à Sé, de dentro em seis meses fazer reedificar as casas e o mais que se pode ver na escritura. Feita em Lisboa nas Notas do Tabelião José Manuel Dantas Barbosa (escrito d'Antas) a 25 de Abril de 1796.	4	4	Campo Grande

1796-06-16	Instrumento de empraçamento em tres vidas e obrigação que fez o Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara a Manuel Joaquim Brabo de Vargas, morador na Vila de Serpa de uma Herdade denominada Cabeço de Azinho, sita na Freguesia de Santo Estêvão da dita Vila, que consta de casas, terras, árvores e mais pertenças, pelo foro anual de 168\$000 réis livres de Décima e de outro qualquer tributo e pagos em dois pagamentos iguais de Natal e S. João em casa do dito Senhor. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião José Manuel Dantas Barbosa a 16 de Junho de 1796.	19	29	Escrituras de aforamento ou empraçamento
1796-08-15	Instrumento de aforamento empraçamento e obrigação em vida de três pessoas que fez o Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara a Francisco José, regatão, morador na cidade de Lisboa, de uma propriedade de terra e mato no sítio do Casal da Cruz, ao pé da estrada que vai para o Val de Ulmeiro, destrito do Lugar da Lobagueira da Encarnação pelo foro e pensão anual de três alqueires de trigo ou 550 réis por cada alqueire pago tudo por dia de Nossa Senhora de Agosto, livre de qualquer tributo e encargo de Décima. Feito no Reguengo da Fanga da Fé nas Notas do Tabelião Eugénio Rodrigues// em 15 de Agosto de 1796.	3	43	Morgado da Lobagueira
1796-08-15	Instrumento de aforamento e empraçamento em vida de três pessoas e de livre nomeação que fez o Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara a Joaquim da Silva e a sua mulher Joaquina Rosa, moradores no lugar da Lobagueira, de uma propriedade de terra, mato e vinha onde chamam o Casal das Matas, no termo de Torres Vedras, pelo foro anual de seis alqueires de trigo ou 550 por cada alqueire, seis alqueires de cevada ou 300 réis por cada alqueire e três galinhas, pago tudo por dia de Nossa Senhora de Agosto, livre de qualquer tributo, encargo de Décima ou outro qualquer que aconteça. Feito na Quinta do Reguengo da Fanga da Fé, nas Notas do Tabelião Eugénio Rodrigues em 15 de Agosto de 1796.	3	44	Morgado da Lobagueira
1792-04-26 1797-05-02	Instrumento de reconhecimento de foreiro e em segunda vidaque fez o Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara a José Pedro Mendes Tavares, carpinteiro e morador no Lugar do Seixal, termo da Vila de Almada, de uma vinha chamada do Lírio no sítio do dito Lugar, da qual pagava de foro 10\$000 réis e Laudémio de décima em caso de venda e lhe pertencia por falecimento de seu Pai, Pedro Mendes. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião José Manuel Dantas Barbosa a 4 de Maio de 1797. ITEM. Instrumento de empraçamento em três vidas que fez meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara a Pedro Mendes, fazendeiro e morador no lugar do Seixal, de uma vinha denominada do Lírio, no distrito do dito lugar pela qual pagará de foro e pensão anual 10\$000 réis, livres de décima ou outra alguma pensão, pagos em um só pagamento pelo Natal. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Vitorino Manuel Cordeiro a 26 de Abril de 1792. Está duplicado. IBY Auto de Posse que tomou o referido Pedro Mendes da vinha cima mencionada. Dada em 2 de Maio de 1792.	6	19	Morgado do Seixal
1778 -05-01 1797 -05-04	Instrumento de reconhecimento de foreiro e em segunda vida e obrigação que fez o Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara a José Pedro Mendes Tavares, carpinteiro e morador no Lugar do Seixal, termo da Vila de Almada, de uma vinha no sítio de Val de Romeira, Freguesia da Arrentela do dito Termo, a qual vagara por morte de seu u Pai, Pedro Mendes, que pagava de foro cada ano 4800 réis e Laudémio de Décima em caso de venda. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião José Manuel Dantas Barbosa a 4 de Maio de 1797. ITEM. Instrumento de empraçamento em três vidas e obrigação que fez meu Pai o Sr. D. Pedro //da Câmara a Pedro Mendes, fazendeiro, e morador no ligar do Seixal de uma vinha no sítio de Val de Romeira pelo foro anual de 4800 réis em um só pagamento deito pelo Natal, a qual vinha havia comprado ao Padre Reitor Miguel Brabo Reymão pela quantia de 100\$000 réis. Feito no Lugar do Seixal nas Notas do Tabelião António Pires Sardinha em o 1º de Maio de 1778. Está duplicada.	6	20	Morgado do Seixal
1797-05-20	Instrumento de empraçamento em tres vidas e obrigação que fez o Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara ao Padre Luís José Esteves de Brito, Prior da Igreja de S. Tiago da Vila de Belmonte, de uma horta murada na dita Vila no sítio onde chamam do Tinte, a qual tem seus pés de oliveiras e videiras pelo foro anual de 100 réis pago por dia de Nossa Senhora de Agosto com Laudémio de vintena em caso de venda. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião José Manuel Dantas Barbosa a 20 de Março de 1797.	5	44	Morgado de Belmonte

1799-02-18	Instrumento de reconhecimento de foreiro e obrigação que fez o Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara a Martinho José Brandão, morador no Lugar do Seixal, termo da Vila de Almada, de um Prazo em vidas de livre nomeação que consta de uma vinha no sítio do Lírio do Lugar da Arrentela a qual paga de foro anualmente ao dito senhor 5\$000 réis e tem Laudémio de décima, tendo sido primeiro enfiteuta dela o Padre Miguel Brabo Reymão, que não meou no referido Maritonho José em segunda vida, por seu testamento. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Francisco de Borja Fialho a 18 de Fevereiro de 1799.	6	21	Morgado do Seixal
	1800			
18??-??-??	Instrumento de Escritura de renovação de Prazo de três vidas que fez o Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, como comendador de Castelões a Manuel de Almeida e sua mulher Maria Josefa, moradores no Lugar de Muceres, Freguesia de Castelões, Termo da Vila de Tondela, de duas terras no sítio de S. Tomé o velho, limite do dito lugar, como se denominavam no empraçamento antigo e hoje se chamam uma o Chão de Baixo e a outra o Chão dos Mouros, das quais é directo Senhorio a Comenda de Castelões e porque estavam findas as três vidas, requereu ao dito senhor lhas renovasse, o que fez com a obrigação de pagarem de foro e pensão anual um alqueire de pão, e// milho meado, quatro almudes de vinho mole, uma galinha e um frango e de acrescentamento uma galinha; o pão pago pelo S. Miguel as galinhas e frango pelo Natal, com o Laudémio de quarentena em caso de venda. Feito na Vila de Tondela nas Notas do Tabelião António Pires Coentro em 24 de Maio de 1800.	17	7	Comenda de Castelões
18??-??-??	Instrumento de renovação de empraçamento em três vidas e obrigação que fez o Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, como comendador de S. Tiago de Besteiros a Manuel da Costa Freire, procurador de José Pereira de Figueiredo e de sua mulher Teresa Angélica de Vasconcelos, de um Prazo em vidas foreiro à dita comenda em quatro alqueires de pão meado com Laudémio de quarentena e consta de vários prédios, situados no distrito do Concelho de Besteiros o qual Prazo lhe renova o dito senhor em três vidas. E porque se anexou mais ao referido prazo uma vinha com um bocado de Ameixial onde chamam a Sitala (cítala?), limite de S. Tiago, ficarão pagando, demais além do mencionado foro, uma galinha, três almudes de vinho em mole meio alqueire de milho e dois arráteis de marrã, tudo anualmente pago pelo Natal. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Tomás Isidoro da Silva Freire a 22 de Setembro de 1800.	16	17	Comenda de Besteiros
18??-??-??	Instrumento de renovação de Prazo e obrigação que fez o Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, como comendador de S. Pedro de Merlim, ao Doutor Rafael José da Silva Correia e Melo, morador em Lisboa, de lhe renovar por mais três vidas o Prazo chamado da Quebradada Bouça da Pedra do Couto, sito na Freguesia de S. Pedro de Merlim, do qual é directo senhorio a dita comenda e isto epla pensão e foro anual de 21 alqueires de pão meado milho alvo miúdo e centeio, uma galinha, dois frangos ou vinte réis em dinheiro por cada um, treze ovos e sessenta réis em dinheiro, no que vai já incluído o acréscimo que se lhe fez, pago tudo por dia de S. Miguel com Laudémio de quarentena em caso de venda. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Tomás Isidoro da Silva Freire a 6 de Dezembro de 1800.	15	40	Comenda de Merlim
1802-10-14	Instrumento de novo aforamento e empraçamento em vida de três pessoas que fez o Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara a Manuel da Silva, o mosca, e sua mulher, maria Antónia da Encarnação, moradores na Vila de Torres Vedras, de um casal denominado Casal de Torres Vedras, que compreende as terras que diz a escritura, pelo foro anual de sessenta alqueires de trigo e trinta de cevada paos por dia de Nossa Senhora de 15 de Agosto posto em casa do dito senhor à custa dos foreiros, livres de tributos excepto a Décima que será paga pelo Senhorio. Feito na Vila de Torres Vedras nas Notas do Tabelião João Ribeiro dos Santos em 14 de Outubro de 1802.	19	30	Escrituras de aforamento ou empraçamento
1802-10-15	Instrumento de aforamento e novo empraçamento em três vidas que faz o Sr. D. Vasco Manuel// de Figueiredo Cabral da Câmara ao capitão D. António Xavier de Buytrago de um chão pousio no sítio de Nossa Senhora do Amial, limite da Vila de Torres Vedras, que em outro tempo foi casal, pelo foro anual de dez alqueires de cevada, paga e entregue em casa do dito Senhor por dia de Nossa Senhora de Agosto, com Laudémio de Dezena. Feito na Vila de Torres Vedras nas Noatas do Tabelião João ribeiro dos Santos em 15 de Outubro de 1802.	19	31	Escrituras de aforamento ou empraçamento

1803-08-19	Instrumento de reconhecimento de foreiro e obrigação que fez o Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara a D. Francisca Violante de Faria, mulher de Joaquim António Farinha, moradores na Vila de Pedrógão grande, comarca de Tomar, de um Prazo em vidas que se compõe de uma terra de sementeira, sita ao pé da Ermida de Santo Amaro da Vila da Sertã, a qual lhe nomeou seu tio o Padre Francisco José manso Leitão e França, que nele era segunda vda e paga de foro ao dito senhor 40\$000 réis em dinheiro e laudémio de décima. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Tomás Isidoro da Silva Freire a 19 de Agosto de 1803.	14	13	Sertã
1805-05-20	Instrumento de escritura de empraçamento em vida de três pessoas que fez o Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara a António Luís Coelho e a sua mulher, Ana Mendes, moradores no Lugar da Sepeira, Termo da Vila da Sertã, de um Prazo que consta de umas casas com seu quintal no dito lugar, uma Courela à Fonte do mesmo, com árvores, castanheiros, oliveiras, e alguns sobreiros; outra courela de terra com alguns castanheiros e sobreiros, mais outra courela com três castanheiros no dito sítio; e o referido senhor lhe empraça tudo em três vidas como Alcaide mor da dita Vila a quem as fazendas e casas pertencem, pelo foro e pensão anual de dez alqueires de pão meado e duas galinhas ou 480 réis por cada uma com Laudémio de vintena em caso de venda. Feito na Vila da Sertã nas Notas do Tabelião João de Deus da Silva em 20 de Maio de 1805.	14	14	Sertã
1805-10-09	Instrumento de empraçamento e obrigação que fez o Senhor conde Porteiro Mor D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara a António Gonçalves Correia, morador no Lugar do Ameal, concelho de Cabril, de três campos pertencentes à comenda de Sinfães, um do Sequeiro Longo, denominado o Chouzal de baixo, outro o campo do Passal do meio denominado o Couzal de cima, e o outro o Campo da Corredoura, os quais lhe dá de aforamentoem três vidas como foro anual de 25 alqueires de milho ou 600 réis por cada alqueire com Laudémio de Décima. Feito // em Lisboa nas Notas do Tabelião João Crisóstomo da Silva Freire a 9 de Outubro de 1805. ITEM: Auto da vedoria e medição e apegção feita nas propriedades acima mencionadas sitas junto ao Lugar do Sequeiro Longo, Freguesia e concelho de Sinfães, pertencentes à Comenda da mesma freguesia.	17	4	Comenda de Sinfães
1806-06-30	Instrumento de renovação de Prazo em três vidas e obrigação que fez o Senhor conde Porteiro Mor D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara a Joaquim António Farinha, morador na Vila de Pedrógão Grande, como Administrador da pessoa e bens de seu Filho menor, Francisco José de França, de um Prazo em vidas de livre nomeação denominado da Serrada, o qual consta de uma terra de sementeira sita no suburbio da Vila da Sertã, junto à Ponte de Santo Amaro, de que é directo senhorio o dito senhor, por ser Alcaide mor da dita Vila a quem pagava foro o Padre Francisco José da Fonseca, última vida no mencionado Prazo que o nomeou no menor acima declarado, a quem o sobredito Senhor o dá de novo empraçamento em três vidas pelo foro anual de 40\$000 réis, livres, pagos pelo Natal em um só pagamento, com Laudémio de Décima. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Tomás Isidoro da Silva Freire a 30 de Junho de 1806. o referido Padre acima mencionado chamava-se Francisco José da França.	14	15	Sertã
1802-03-18	Apostila de aforamento em segunda vida do Prazo denominado da Praia, sito no distrito do Almoxarifado de Alcoelha feito ao Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, pelo foro de 105 alqueires de trigo. Feita em Lisboa a 13 de Março de 1798.IBY. Auto de posse que o dito senhor mandou tomar por seu Procurador do Paul da Amieira e Praia, sitas no distrito de Salvaterra. Dadas em 18 de Março de 1802.	19	32	Escrituras de aforamento ou empraçamento
1753-01-24	Instrumento de contracto e obrigação que faz o Reverendo Desembargador Silvério da Silva Rego ao Senhor Caetano Francisco Cabral de uma propriedade de casas nobres, sitas nesta cidade na rua do Funil, Freguesia de S. Tiago, as quais constam de cocheira estrebarias e varias acomodações particulares, e isto de aforamento, no qual conveio o senhor Rodrigo António de Figueiredo, imediato sucessor da Casa de Belmonte, impondo-lhe a obrigação de não lhe embaraçar a continuação da obra do seu Palácio, na forma risco e Planta que se acha feita. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Manuel António de Brito em 24 de Janeiro de 1753.	5	46	Morgado de Belmonte

1710-08-04	Treslado em pública forma de uma sentença de reconhecimento de foro à Coroa, que o Sr. Rui de Figueiredo fez em 18 de Novembro de 1645 perante o Provedor das Lezírias, a quem apresentou sua carta de aforamento na qual se compreendem as mercês de aforamento da Lezíria da Praia, que corre desde o ano de 1480, e diversas medições, o que tudo visto pelo Provedor, procedeu a nova medição em que se acharam 15 moios, 10 alqueires e tres quartas de sementeira. Com o Auto de posse que tomou o Senhor pedro de Figueiredo, de um pedaço de terra na Lezíria de Alcoelha e pela medição que se fez se achou serem 22 alqueires de terra. ITEM: Requerimento que fez o Sr. Rui de Figueiredo para ser inteirado de 40 alqueires de sementeira na dita lezíria em virtude da medição e da mercê que Sua Alteza lhe fez da terra qe acresceu junto à Lezíria da Praia. ITEM: Auto de Posse que tomou o Sr. Rui de Figueiredo de Alarcão dos ditos quarenta alqueires de terra. Dada em 12 de Abril de 1673 e a certidão do auto da medição da referida Lezíria da Praia. ITEM. Acção que pôs em Juízo o Sr. Pedro de Figueiredo contra Vicente Dias Corvo, morador em Vila Franca por este se apossar de um bocado de terra que levava 20 alqueires de sementeira pertencentes à Lezíria da Praia, pela qual acção ficou o réu condenado e o dito Senhor logrando a posse da referida terra. ITEM. Auto de poss que tomou o Sr. Pedro de Figueiredo da terra e tudo o mais que se tinha usurpado da Lezíria da Praia e dos corredouros a ela juntos e isto em virtude da Sentença que alcançou contra Vicente Dias Corvo, a qual posse lhe foi dada a 4 de Agosto de 1710.	19	33	Escrituras de aforamento ou emprazamento
1797-08-28	Instrumento de reconhecimento de foro pelo qual José Pinhão Gameiro reconhece o Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara por senhor directo de uma vinha no Termo da Vila de Povos que comprou a Manuel Gil por 38\$400 réis a qual é foreira ao dito Senhor em cem réis por ano, e laudêmio de vintena. Feito na Vila da Castanheira nas Notas do Tabelião Domingos José Araújo Novais em 28 de Agosto de 1797.	19	34	Escrituras de aforamento ou emprazamento
1782-12-21	Instrumento de emprazamento e novo aforamento em vida de três pessoas que fez meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara a João dos Santos, Oficial de Tanoeiro, e morador no lugar da Lobagueira de uma propriedade de terra e mato no sítio do Casal da //Cruz, distrito do mesmo lugar, a qual é do dito senhor pelo foro certo de mil e quatro centos réis e uma galinha boa, tudo cada ano, por dia de Nossa Senhora de Agosto, livre de todo o tributo encargo e décima. Feito no Lugar da Lobagueira nas Notas do Tabelião José Teles Barreto, digo Botelho, em 21 de Dezembro de 1782.	3	32	Morgado da Lobagueira
1807-07-08	Instrumento de reconhecimento de foreiro e obrigação que fez Jana Gertrudes da Mota, Donzela, assistente na Vila da Sertã ao Senhor Conde Porteiro mor, D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara de dois prazos de livre nomeação, situados no limite da Fonte Branca, priorado do Crato, dos quais o dito Senhor é directo Senhorio, a saber de um paga 2800 réis e do outro 3200 réis e uma galinha cada ano, compondo-se os mencionados Prazos de terra, vinha e olival, os quais lhe nomeou sua Mae, Luísa Rosa do Carmo, que se achava segunda vida neles. FEITO em Lisboa nas Notas do Tabelião Manuel Eugénio Coelho em 8 de Julho de 1807.	14	20	Sertã
1807-08-07	Instrumento de aforamento enfiteuta que fez o Senhor conde Porteiro Mor D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara a João da Silva, do Casal dos Quintos, Limite do Lugar da Lobagueira, de uma propriedade de vinha arruinada, com seus pedaços de pousio que foi vinha no sítio da Ponte de Pau, pelo foro anual de doze alqueires de trigo pagos por 15 de Agosto, o qual há-de ser da terra, bom, limpo e capaz de receber, ou o preço porque se convencionar com o senhor, que houver de o receber, e dois almudes de vinho bom para as missas também cada ano, que se entregarão ao Capelão do referido Senhor. Feito na Vila de Torres Vedras, nas Notas do Tabelião José António Barbosa em 7 de Agosto de 1807.//	3	62	Morgado da Lobagueira
	ESCRITURAS DE ARRENDAMENTO			
	1600			
1644-07-05	Instrumento de arrendamento e obrigação que faz Bernardo de Faria, lavrador, ao Sr. Rui de Figueiredo, da Lezíria da Praia de Alcoelha, Termo de Vila Franca de Xira, por tempo de quatro anos., e pela renda anual de lhe dar o meio de tudo o que semear. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Francisco de Freitas a 5 de Julho de 1644.	20	1	Escrituras de arrendamento
1649-11-20	Instrumento de arrendamento que fez António Carvalho, morador no Carregado, termo da Vila de Alenquer, a Diogo de Brito e sua mulher a Srª. D. Jerónima Lobo, de lhe arrendar a quinta de Monte de Lóios por seis anos, pela renda anual de 60\$000 réis pagos em dois pagamentos, um pelo Natal e outro por Nossa Senhora de Agosto. Feito em Lisboa a 20 de Novembro de 1649.	20	2	Escrituras de arrendamento

1652-10-23	Escrito de Manuel da Costa, morador na Bordalia, junto a Nossa Senhora dos Remédios, Freguesia de Alenquer, pelo qual arrenda a Diogo de Brito a Quinta da Bordalia por tempo de seis anos, pela renda anual de dois moios de trigo, dois de cevada, quatro galinhas, um carneiro, uma canasta de cerejas e um alqueire de nozes. Feito em Lisboa a 23 de Outubro de 1652.	20	3	Escrituras de arrendamento
1656-09-04	Instrumento de arrendamento de casais por tempo de três anos, e obrigação que faz a Sr ^a . D. Jerónima Lobo, viúva de Diogo de Brito, a Jorge Martins Taborda e a Manuel Barbosa, seu genro, lavradores e moradores no Lugar do Vale, termo da Vila de Santarém, de dois casais que a dita senhora tem no Campo do referido lugar, os quais contém em si terras de pão e casa, e isto por tempo de três anos, por preço e renda em cada um ano de oito moios de trigo, ou dez e seis moios de cevada, pagos por dia de Nossa Senhora de Agosto e de pitança dois porcos ou quatro mil réis por eles, pagos por dia de Natal. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião João Lobato de Almeida a 4 de Setembro de 1656. ITEM. Um requerimento do António de Figueiredo pedindo nele um título de emprazamento do Prazo de duas terras no Campo de Santarém foreiras à Comenda de Alpedriz, com uma certidão de uma Courela que está no Campo da Malpica que possuía enfiteuta o Senhor Pedro de Figueiredo. //ITEM Certidão pela qual consta e quanto foi lançado António Lopes, rendeiro de umas terras do Sr. Pedro de Figueiredo no Lugar do Vale em Santarém, pela razão do tapume que se fez na bocas que o Tejo abriu no mesmo campo.	20	4	Escrituras de arrendamento
1660-03-16	Instrumento de arrendamento que faz o senhor António Francisco, lavrador e morador no Lugar de Maçains, termo da Vila de Belmonte, a Diogo Francisco da Praça, das terras que tem no dito lugar, que foram dos herdeiros de Antão Soares e Matias Francisco; a saber cinco courelas, nas quais entra uma que trazia a velha de Simão Pires, que está aos Carvalhinhos, pela qual há-de pagar três anos a folha em cada um 24 alqueires de centeio; e pelas terras que estão na Folha do Pessegueiro, que são duas courelas também por três anos,, a folha em cada um ano 14 alqueires de centeio; e pelas terras que estão na Folha de Pena d'Águia, que são duas courelas, 17 alqueires. Feito na Vila e Belmonte, a 16 de Março de 1660.	5	45	Morgado de Belmonte
1672-11-17	Escrito de arrendamento por tempo de uma no que faz Miguel Jorge, lavrador, e morador no Lugar de Carregueira, freguesia de S. Mamede, termo da Vila de Torres Vedras, ao Sr. Rui de Figueiredo, do casal do Outeiro que é do dito senhor, pela renda de dois moios de trigo e um de cevada, e lhe pagará mais doze alqueires de trigo e doze de cevada de uma vinha e uma terra que está onde chamam a Gesteira. Feito em 17 de Novembro de 1672.	3	5	Morgado da Lobagueira
1693-04-23	Escrito de arrendamento que faz Feliciano Coelho, morador no Lugar da Lobagueira ao Sr. Pedro de Figueiredo de uma casa que está por detrás das casas do Irmão Vicente, da qual lhe pagará em cada um ano duas galinhas que não digam pi nem cró. Feito em 23 de Abril de 1693.	3	6	Morgado da Lobagueira
1697-04-22	Instrumento de arrendamento e obrigação que fez o Sr. Pedro de Figueiredo a Gonçalo da Cunha Lemos, morador na Vila de Amarante, de lhe arrendar por quatro anos a comenda de Sinfães, com todos os seus frutos, dizimos, foros e rendas pela renda anual de 700\$000 réis livres de tudo para o dito senhor. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Domingos da Silva a 22 de Abril de 1697.	17	5	Comenda de Sinfães
1698-02-18	Escrito de arrendamento que faz André Gonçalves, morador no Lugar de Aldeia, termo da Vila de// Alenquer ao senhor Pedro de Figueiredo, de um serrado e Arneirinho que está próximo da Fonte da Aldeia, e isto por nove anos e pelo preço de onze galinhas cada ano. Feito em Lisboa por Domingos de Paiva a 18 de Fevereiro de 1698	8	55	Ota
s.d.	Três arrendamentos pertencentes aos Maninhos da Covilhã, dos quais são dois de Manuel Francisco da Covilhã e um antigo.	4	2	Maninhos
	1700			
1701-06-16	Escrito de João Gonçalves, morador no Campo Grande, pelo qual arrenda ao Sr. Pedro de Figueiredo uma horta no dito campo por três anos, pela renda anual de 45\$000 réis pagos pelo Natal e S. João, e um molho de hortaliça todos os sábados. Feito em Lisboa a 16 de Junho de 1701.	4	5	Campo Grande
1705-04-07	Instrumento de arrendamento e obrigação que faz Manuel Pereira de Faria a D. Jorge Henriques, Senhor das Alcáçovas, de um casal sito no Lugar de Ota, que consta de uns pardieiros de casas velhas e terras de semear pão, matos, algumas oliveiras, e outras árvores, por tempo de seis anos e pela renda anual de moio e meio de trogo, um moio de cevada e quatro cântaros de azeite. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião António da Costa Sarinho a 7 de Abril de 1705.	8	56	Ota

1713-07-17	Instrumento de arrendamento e obrigação que faz o sargento mor Jerónimo Vieira de Araújo ao Senhor Pedro de Figueiredo, das Lezírias chamadas as Terras da Praia com seus corredores e mais pertenças, sito tudo no termo de Vil aFranca de Xira, as quais terras são do dito Senhor e lhas arrenda por tempo de três anos por preço e renda de 29 moios de cevada, seis barcos de palha dos maiores que tiver o Tejo, a saber tres de palha de cevada, e três de trigo, dez dúzias de melancias, 3 sacos de legumes, sem que neles entrem chichorros, tudo em cada um ano desde o dia de S. João Baptista até ao de Nossa Senhora 15 de Agosto. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Tomé Freire de Araújo a 17 de Julho de 1713.	20	5	Escrituras de arrendamento
1713-08-08	Instrumento de arrendamento que faz o Sr. Pedro de Figueiredo ao Padre Matias Varregoso, Cura da Freguesia de S. Lourenço, termo da Vila de Lavre, de um bocado de terra que é do dito Senhor na sua Herdade do Outeiro, a qual terra está calçada (calcada?) e infrutifera e fica entre as casas do referido Padre e as que vive o Ermitão da Freguesia, para neles edificar uma casa para os despejos e lha arrendou por 120 réis cada ano, pagos por dia de Nossa Senhora de Agosto, com as obrigações de a fazer o dito Padre à sua custa de a deixar feita para a herdade quando falecer, ou sair o curato// sem que possa pedir benfeitorias algumas ao senhorio. Feito na Vila de Montemor o Novo nas Notas do Tabelião Mateus Soares em 8 de Agosto de 1713.	4	2	Morgado de lavre
1714-01-18	Escrito de arrendamento de Domingos Duarte, morador junto ao Lugar do Seixal na Freguesia da Arrentela, Termo da Vila de Almada, pelo qual toma de arrendamento ao Senhor Pedro de Figueiredo, como administrador dos bens de sua filha a Sr ^a . D. Madalena Luísa Maria Antónia de Lencastre, a Propriedade a que chamam a Quintinha do Álamo (Alemo?) no sítio do Seixal, que consta de casas, horta, pomar com seu poçoe a vinha junto a ela que tudo é de calados adentro, a qual propriedade veio á dita senhora por sucessão e sua tia a Sr ^a . D. Leonor de Meneses, e lha arrenda a sobredita quintinha por termo de três anos e pela renda anual de 24\$000 réis pagos pelo S. Martinho, livres de toda a despesa e tributos. Feito em Lisboa a 18 de Janeiro de 1714.	6	22	Morgado do Seixal
1714-07-04	Instrumento de arrendamento por tempo de seus anos e obrigação que fez o Sr. Pedro de Figueiredo a António Gomes e sua mulher Joana da Silva, moradores no lugar da Corsoaria (?) do Casal da Bordalia que consta de casas, Currais, Palheiros, Pomares, terras, oliveiras, matos e baldios, pela renda e pensão anual de dois moios e meio de pão meado, metade de trigo e metade de cevada, pagos por dia de Nossa Senhora de Agosto e uma dúzia de frangos. Feito na Vila de Alenquer nas Notas do Tabelião Francisco da Silva de Carvalho em 4 de Julho de 1714.	20	6	Escrituras de arrendamento
1715-08-31	Instrumento de arrendamento e obrigação que fez o Sr. Pedro de Figueiredo a Julião Pires, Ciareiro (seareiro?), morador na Vila de Alhandra do Mouchão de Esfolas Vacas, sito entre o Tejo, defronte da Lezíria da Praia e da Boca do Rio da Vila da Azambuja em cujo Termo está e lha arrenda por tempo de três anos e pelo preço e renda de quatro moios de milho grosso ou quatro moios de cevada e mais um moio de cevada que há-de dar para pagamento do foro que se paga a Sua Majestade e mais um barco de palha de cevada e dez dúzias de melancias. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Tomé Freire de Araújo a 31 de Agosto de 1715. ITEM. Várias certidões, requerimentos e informações em que se faz menção da antiguidade e posse porque os Senhores desta casa conservavam o dito Mouchão de Esfolas Vacas, o qual lha foi tirado por não aparecer título por onde se soubesse como tinha vindo a ela.	20	7	Escrituras de arrendamento
1717-12-09	Instrumento de arrendamento e obrigação que faz a Sr ^a . D. Leonor Margarida de Meneses//a Francisco António, trabalhador e morador no Lugar do Seixal, termod a Vila de Almada de uma vinha a que chamam a Quintinha, que consta de casas com seu poço, mais árvores de fruto sita no dito lugar que veio a referida Senhora por falecimento de sua tia, a Sr ^a . D. Mariana Coutinho e lha arrenda por quatro anos por preço e renda em cada um deles de 24\$000 réis em um só pagamento feito pelo Natal e um cesto de uvas. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Bernardo de Barbuda Lobo, a 9 de Dezembro de 1717.	6	23	Morgado do Seixal
1717-12-09	Instrumento de arrendamento e obrigação que faz a Sr ^a . D. Leonor Margarida de Meneses a António Rodrigues alfaiate, morador no Lugar do Seixal, termo da Vila de Almada de uma courela de vinha a que chamam Vale de Mourelas ao pé do cercado sita no dito lugar e lha arrenda por tempo de quatro anos por preço em cada um de 13 \$500 réis pelo Natal em um só pagamento. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Bernardo de Barbuda Lobo a 9 de Dezembro de 1717.	6	24	Morgado do Seixal

1720-06-12	Instrumento de arrendamento e obrigação que fez o Sr. Pedro de Figueiredo a Manuel Gião, lavrador e morador na herdade de S. Tiago de cima, freguesia de S. Lourenço, termo da Vila de Lavre, da herdade de S. Lourenço do Outeiro, do dito termo, a qual consta de terras de pão, casas, montados, o que tudo lhe arrenda o referido senhor por seis anos, pagando a renda anual pelas terras e pastos somente 35\$000 réis livres. Feita na Vila de Coruche, nas Notas do Tabelião António de S. Paio Torres, em 6 de Dezembro de 1720.	4	3	Morgado de lavre
1725-19-07	Escrito de arrendamento que fez João Francisco ao António de Figueiredo pelo qual lhe arrenda o casal de S. Pedro que é do dito senhor, sito na freguesia de S. Pedro da Cadeira, e isto por tempo de nove anos, por preço e quantia em cada um de cem alqueires de trigo, sessenta de cevada, 14 galinhas e um carneiro. Feito no lugar da Lobagueira a 19 de Julho de 1725.	3	9	Morgado da Lobagueira
1725-07-19	Escrito de arrendamento que fez António Jorge ao António de Figueiredo pelo qual lhe arrenda o casal do Outeiro, sito na freguesia de S. Domingos da Fanga da Fé e isto por tempo de nove anos por preço e quantia em cada um de 126 alqueires de trigo, 66 de cevada, 15 galinhas e um carneiro de dois anos. Feito no lugar da Lobagueira a 19 de Julho de 1725.	3	10	Morgado da Lobagueira
1725-07-20	Escrito de arrendamento que fez João Alves, morador no Casal da Rabigueira pelo qual arrenda ao António de Figueiredo a metade do dito casal o qual é do mesmo senhor, sito na freguesia de S. Domingos da Fanga da Fé, cuja metade é das casas, terras, vinhas, matos, e tudo o mais a ele pertencente, por preço e quantia de 58 alqueires de trigo, 23 de cevada, 6 galinhas e meio carneiro e assim mais arrenda a metade do Casal da Cruz com tudo a ele pertencente por preço e quantia // de 18 alqueires de trigo, 10 de cevada, 3 galinhas e meio carneiro. Feito na Lobagueira a 20 de Julho de 1725.	3	11	Morgado da Lobagueira
1725-07-22	Escrito de arrendamento que fez João Francisco ao António de Figueiredo do casal de Palhais que é do mesmo senhor, com todas suas pertenças, casas, terras, vinhas e matos, e isto por tempo de nove anos, e pela renda anual de 60 alqueires de trigo, 40 de cevada, 8 galinhas e um carneiro e se obrigou ao dito senhor 9600 réis cada ano até extinguir a dívida de 58\$890 réis que devia das rendas atrasadas. Feito no lugar da Lobagueira em 22 de Julho de 1725.	3	12	Morgado da Lobagueira
1733-08-05	Instrumento de arrendamento por tempo de três nove (sic) anos que faz o António de Figueiredo a Francisco Rodrigues, oficial de oleiro, de uma vinha que é do mesmo senhor, sita no limite de S. Domingos da Fanga da Fé e isto por tempo de três nove anos e três nove novidades, pagando em cada um dos anos 9600 réis em dinheiro e dois almudes de vinho cozido, pago tudo pelo S. Martinho. Feito na Vila de Torres Vedras, nas Notas do Tabelião José Pinto de Valadares em 5 de Agosto de 1733.	3	13	Morgado da Lobagueira
1737-10-16	Escrito de arrendamento que fazem Domingos do Paço e Francisco Martins ao António de Figueiredo pelo qual arrendam o seu casal que o dito senhor tem no Limite da Carregueira, Termo de Torres Vedras, o qual consta de vinhas, terras, matos, currais e palheiros e o tomam por tempo de nove anos pelo preço e quantia de vinte alqueires de trigo, vinte de cevada e duas galinhas cada ano e isto deve pagar cada um dos ditos rendeiros. Feito no lugar da Lobagueira em 16 de Outubro de 1737.	3	14	Morgado da Lobagueira
1741-09-23	Escrito de Manuel da Cunha, pelo qual arrenda por tempo de um ano a quinta do Lumiar da Sr ^a . D. Leonor Margarida de Meneses por 90\$000 réis livres para a dita senhora, não entrando neste arrendamento as casas grandes, coxeira, estrebaria, duas figueiras e a pereira do pátio, ficando obrigado a dar-lhe alguma fruta pelo S. João e um cesto de uvas para pendurar. Feito em Lisboa a 23 de Setembro de 1741.	20	8	Escrituras de arrendamento
1734-08-19 1746-02-22	Instrumento de contrato de arrendamento por quatro anos completos que fez meu avô, o Sr. D. Vasco da Câmara ao capitão Francisco Baptista Carneiro, das Alcaidarias mores das Vilas da Sertã e Pedrógão, do Priorado do Crato, pelo preço de 134\$000 réis cada ano em //três pagamentos. Feito na Vila da Sertã, no Tabelião Inácio Ribeiro Diniz em 22 de Fevereiro de 1746. ITEM. Instrumento de arrendamento que fez o dito senhor o mencionado capitão da referida alcaidaria mor por tempo de quatro anos e pela renda anual de 130\$000 réis em três pagamentos. Feito no lugar do Cabeçudo, termo da Vila da Sertã, nas Notas do Tabelião Inácio Manuel Curado Nunes em 19 de Agosto de 1734. ITEM. Instrumento de arrendamento que fez o dito senhor o mencionado capitão das mencionadas alcaidarias mores pela renda anual de 130\$000 réis em três pagamentos. Feito na Vila da Sertã, nas Notas do Tabelião Inácio Manuel Curado Nunes em o 1º de Dezembro de 1737.	14	16	Sertã

1749-12-16	Instrumento de arrendamento e obrigação que fez o António de Figueiredo a André de Sousa, José da Costa e João de Sousa, lavradores e moradores em Vila Franca de Xira de lhes arrendar por tempo de seis anos a Lezíria da Praia que é do dito senhor sita no distrito de Salvaterra de Magos pelo terço de tudo que ela produzir assim de pão como de palha. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Manuel António de Brito em 16 de Dezembro de 1749.	20	9	Escrituras de arrendamento
1751-11-26	Instrumento de arrendamento e obrigação que fez o António de Figueiredo Correia a Manuel dos Reis Lobo, lavrador e morador no Lugar do Vale, termo da Vila de Santarém, de umas terras de pão que o dito senhor tem no referido lugar e isto por tempo de três anos em preço e renda de cinco moios de cevada cada ano por dia de Nossa Senhora de Agosto com as obrigações de pagar à sua custa a décima, fabrica e 1096 réis à comenda de Alpedriz, cujo foro é da terra grande a que chamam o Assento e o meio dízimo da mesma terra à referida comenda. Feito na cidade de Lisboa pelo Tabelião Manuel António de Brito a 26 de Novembro de 1751.	20	10	Escrituras de arrendamento
1754-12-11	Escrito de José António, morador na quinta de Ota, pelo qual arrenda o moinho da dita quinta a meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara, com as mesmas condições e com a paga de pão e pitaças com que o trazia Manuel Correia e isto por tempo de três anos. Feito em 11 de Dezembro de 1754	8	57	Ota
1757-04-12	Certidão de José Pinheiro da Silva, escrivão do judicial e notas em Vila Franca de Xira, do instrumento de escritura de arrendamento por tempo de três anos que fez André de Moura Coutinho, morador na sua Ermida de Santo Amaro, Termo da dita Vila, a Alexandre de Andrade, morador na Quinta de Ota, do casal chamado de S. Bartolomeu, sito no Paul do dito lugar, pela renda anual de cinco moios de pão, a saber três de trigo, um moio e vinte alqueires de cevada, e quarenta alqueires de milho, três redes de palha de trogo e cevada ou 4000 réis e um porco pelo Natal ou 4000 réis por ele. Feito em Vila Franca // de Xira nas Notas do Tabelião (sic) em 31 de Janeiro de 1748. Passada na referida Vila em 12 de Abril de 1757. ITEM. três recibos de meu avô ter pago a renda do casal da Mal paga (Malpica?).	20	11	Escrituras de arrendamento
1758 -06-15 1782-04-10	Instrumento de arrendamento por tempo de um ano e obrigação que faz Manuel Jorge, lavrador e morador no Casal da Serra junto ao lugar da Lobagueira, ao Senhor Rodrigo antónio de Figueiredo, pelo qual arrenda o referido casal que é do dito senhor, sito na freguesia de S. Domingos da Fanga da Fé, o qual consta de casas, terras, vinhas, e matos pela renda de um moio de trigo outro de cevada, nove galinhas e um carneiro, tudo pago por dia de Nossa Senhora de Agosto. Feito na Vila de Torres Vedras nas Notas do Tabelião José Coutinho de Faria em 15 de Junho de 1758. ITEM Instrumento de arrendamento por tempo de nove anos que faz o referido Manuel Jorge e a meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara do dito casal da Serra, pelo preço e renda anual de 69 alqueires de trigo, 66 de cevada, um carneiro e quinze galinhas de crista tombada. Feito no lugar da Lobagueira nas notas do tableião José Teles Botelho em 10 de Abril de 1782.	3	21	Morgado da Lobagueira
1760-01-12	Escrito de arrendamento que fez Luís Carvalho, morador no lugar de Ota, a meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara, do moinho dos Paços por tempo de três anos por preço e quantia de moio e caso de pão meado (sic) e doze frangas de preçod e sete vinténs cada uma em cada ano. Feito o escrito pelo Padre Luís Henriques de Sousa em 12 de Janeiro de 1760.	8	58	Ota
1761-06-20	Instrumento de arrendamento e obrigação que faz meu avô o Senhor D. Vasco da Câmara a José Carlos de Sousa, de umas terras, casas, vinha e olival, chamada a Quinta Velha, sitas no Lugar do Carregado, termos da Vila de Alenquer, pela renda anual de seis moios de trigo, cinco e quarenta alqueires de cevada, postos á borda de água e de pagar os foros de dois moios de trigo vinte alqueires de cevada e cinco mil réis em dinheiro, tudo em cada um ano às merceeiras da Fregeusia de Santo Estevão de Alenquer, cujo arrendamento é por tempo de três anos, principiaados em 15 de Agosto. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Manuel António de Brito em 20 de Junho de 1761.	20	12	Escrituras de arrendamento
1765-08-13	Instrumento de arrendamento que faz meu avô o Senhro D. Vasco da Câmara a Álvaro Car//neiro Henriques, homem de negócio, morador na cidade de Bragança de todos os frutos e rendimentos da Comenda de S. Pedro de Babe do Bispado de Miranda, por tempo de quatro anos, por preço e renda anual de 340\$000 réis em cada um dos primeiros dois anos e os outros dius a razão de 360\$000 réis pagos em três iguais pagamentos, de Natal, Páscoa e S. João, e de pitaça cada ano cinco arrobas de presunto, pagos pagos pela Páscoa, postos na Ribeira de Lisboa à custa dele rendeiro. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Manuel António de Brito a 13 de Agosto de 1765. ITEM. Vários rois de despesa que o dito senhor fez com a obra da capela mor de S. Pedro de Babe.	17	1	Comenda de Babe

1782-04-10	Instrumento de arrendamento por tempo de nove anos, quitação e obrigação que faz Manuel Francisco Jorge, solteiro, filho de Manuel Jorge, morador no Casal do Couteiro junto ao Lugar da Lobagueira a meu pai o Sr. D. Pedro da Câmara, do casal chamado do Outeiro, junto ao dito lugar, o qual consta de terras, vinhas, matos e tudo o mais a ele pertencente, o qual é do referido senhor pelo preço e renda anual de 93 alqueires de trigo, 63 de cevada, um carneiro de ano e nove galinhas de crista à banda, ou tombada, e os ditos nove anos terão principio de 1785 por diante, de sorte que sejam doze pela razão de lhe faltarem ainda três do arrendamento passado. Feito no Lugar da Lobagueira nas Notas do Tabelião José Teles Botelho a 10 de Abril de 1782.	3	20	Morgado da Lobagueira
1788-09-17	Instrumento de arrendamento e obrigação que faz meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara a José Gomes, morador no Casal dos Frades, da quinta chamada da Bordalia, sita ao pé da ermida da Senhora dos Remédios, a qual consta de duas casas, terra, mata, matos (?) vinha, e oliveiras pela renda de um moio de trigo, dois de cavada, dúzia e meia de galinhas ou trezentos réis por cada uma, tudo cada ano pago em 15 de Agosto e por tempo de nove anos. Feito no lugar de Aldeia Gavinha, termo da Vila de Aldeia Galega da Mercearia, pelo Tabelião José António do Rego em 17 de Setembro de 1788.	20	13	Escrituras de arrendamento
1789-07-29	Instrumento de desistência de arrendamento e obrigação que faz Francisco Xavier Mendes, rendeiro da Herdade de S. Lourenço do Outeiro, Termo da Vila de Lavre a meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara, para este senhor a arrendar a quem quiser. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Francisco de Carvalho Soutomaior a 29 de Julho de 1789	4	4	Morgado de Lavre
1789-09-18	Instrumento de arrendamento e obrigação que faz meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara a Manuel Rodrigues Borralho, Lavrador da Herdade do Barrocal dos ricos, termód a Vila de La/vre da herdade denominada de S. Lourenço do Outeiro no dito termo, por tempo de três anos, peço preço e renda anual de 100\$000 réis, livres de décima e outro qualquer tributo, em dois pagamentos iguais, de Natal e S. João. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Vitorino Manuel Cordeiro a 18 de Setembro de 1789.	4	5	Morgado de Lavre
1789-10-20 1790-10-18	Instrumento de arrendamento e obrigação que faz meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara a Manuel Dias Vidigal, fazendeiro, e morador no Campo Grande, da Freguesia dos Santos Reis, de uma propriedade no mesmo campo que consta de casas, cavalariça, um telheiro para bois e carro, parreiras, terras de horta e pão, cento e trinta e uma oliveiras, e tudo o dito senhor lhe dá de arrendamento por tempo de três anos, pela renda anual de 100\$000 réis, livres de Décima, e de outro qualquer tributo, pagos em dois pagamentos iguais de Natal e S. João. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Vitorino Manuel Cordeiro a 20 de Outubro de 1789. ITEM. Instrumento de arrendamento e obrigação que faz o dito Senhor a Manuel Dias Vidigal, de uma horta denominada do Beco, no sitio do Campo Grande, a qual tem seu olival, Parreiras, e árvores e lha arrenda por três anos pela renda anual de 60\$000, livres para o dito Senhor e pagos em dois pagamentos iguais de Natal e S. João. Feito em Lisboa nas referidas notas assim mencionadas a 18 de Outubro de 1790.	4	6	Campo Grande
1795-01-01	Instrumento de arrendamento por seis anos que faz o Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara a Pedro Francisco, lavrador e morador no Casal de Palhais, termo da Vila de Torres Vedras de lhe arrendar o referido casal que é do dito senhor, o qual consta de casas, arribanas, palheiros, terras de pão, matos e mais pertenças, pelo preço e renda anual de 65 alqueires de trigo, 40 de cevada, 8 galinhas e um carneiro, pago tudo por dia de Nossa Senhora de Agosto. Feito na Quinta do Reguengo da Fanga da Fé nas Notas do Tabelião Eugénio Rodrigues, em o 1º de Janeiro de 1795.	3	40	Morgado da Lobagueira
1795-02-15	Instrumento de arrendamento por seis anos e obrigação que fez o Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara a Manuel Francisco, lavrador e morador no Casal da Serra, de lhe arrendar o referido casal, a terra chamada da Cartaxeira e o casal do Outeiro, que tudo é do dito Senhor por preço e renda em cada um ano a saber, o casal da Serra 63 alqueires de trigo, 60 de cevada, um carneiro e nove galinhas; a terra chamada a Cartaxeira seis galinhas, seis alqueires de trigo e seis de cevada; o casal do Outeiro um carneiro, nove galinhas, 93 alqueires de trigo e 63 de cevada, o que tudo faz a conta anual de 2 carneiros, 24 galinhas, 162 alqueires de trigo e 129 alqueires de cevada, pagao tudo por ida de Nossa Senhora de Agosto. Feito na Quinta do Reguengo a Fanga da Fé, nas Notas do Tabelião Eugénio Rodrigues em 15 de Fevereiro de 1795.	3	41	Morgado da Lobagueira

1795-03-18	Instrumento de arrendamento por seis anos e obrigação que faz o Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara a António Francisco, lavrador no Casal de Palhais, termo da Vila de Torres Vedras do referido casal que é do dito senhor, o qual consta de casas, Arribanas, palheiros, terras de pão, matos e mais pertenças, por preço e renda em cada um ano de um carneiro, 15 galinhas, 90 alqueires de trigo e 40 de cevada, tudo posto em casa do referido senhor por dia de Nossa Senhora de Agosto. Feito na Quinta do Reguengo da Fanga da Fé nas Notas do Tabelião eugénio Rodrigues em 18 de Março de 1795.	3	42	Morgado da Lobagueira
1795-06-27	Instrumento de arrendamento e obrigação que fez o Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara a Manuel Ferreira Sarrano, morador na Vila da Sertã de lhe arrendar a Alcaidaria mor da dita Vila e a do Pedrógão com todos os seus rendimentos, foros, terras, varas de alcaides, e tudo o mais que lhe pertence por tempo de quatro anos pelo preço e renda anual de 160\$000 réis, livres de Décima e de todas as mais pensões e tributos, pagos em dois pagamentos de Natal de S. João. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Eusébio José Pereira de Aguiar a 27 de Junho de 1795	14	17	Sertã
1796-04-03	Instrumento de arrendamento e obrigação que fez o Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara a Joana da Silva, solteira, moradora no Casal dos Frades, distrito do lugar da Cuxuaria (?) termo da Vila de Alenquer, herdeira e testamenteira de seu tio José Gomes, de uma Quinta chamada da Bordalia sita no referiod distrito que consta de casas arruinadas, que servem de Palheiros, terras com algumas oliveiras, mata e mais pertenças, e lhe arrenda tudo por tempo de três anos, pela renda anual de um moio de trigo, dois de cevada, duzia e meia de galinhas ou trezentos réis por cada uma e assim mais vinte alqueires de trigo e trinta de cevada, à conta de quatro moios e quarenta e dois alqueires de trigo e onze moios de cevada e mais sete alqueires da mesma, e sessenta e três galinhas que o sobredito José Gomes ficou devendo da sua renda. Feito na Vila de Alenquer nas Notas do Tabelião Luís de Lemos e Figueiredo em 3 de Abril de 1796.	20	14	Escrituras de arrendamento
1796-06-06 1802-12-06	Instrumento de arrendamento e obrigação que fez o Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, Comendador da Comenda de S. Pedro de Merlim a Manuel Gomes da Silva e a D. Francisca Tomásia de Sousa Cardoso, moradores na cidade de Braga, a qual comenda lhe arrendacom todos os dízimos, frutos, e rendimentos por tempo de três anos por preço e renda anual de 600\$000 réis pagos em // doi spagamentos iguais de Natal de S. João e de pitaça seis arrobas de presunto, pela Pásco ada Ressurreição e quarenta varas de guardanapos dos largos de preçod e 280 réis a vara, em primeira mão e livre de todas as pensões, tributos e encargos. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião José Manuel Dantas Barbosa a 6 de junho de 1796. ITEM. Instrumento de arrendamento que fez o dito Senhor aos mencionados rendeiros acima declarados, de lhes arrendar a referida comenda por tempo de tr-es anos pela renda anual de 810\$000 réis, pagos em dois pagamentos iguais de Natal e S. João e as mesmas pitaças acima ditas. Feito em Lisboa nas referidas Notas em o 1º de Junho de 1799. ITEM. Instrumento de prorrogação de arrendamento e obrigação que fez o dito senhor aos mencionados acima e a Pedro Gomes da Silva, sócios da referida Comenda por tempo de três anos, e pela renda anual de 810\$000 réis e as referidas pitaças e obrigações acima declaradas. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Tomás Isidoro da Silva Freire a 6 de Dezembro de 1802.	15	41	Comenda de Merlim
1799-08-19 1802-06-06	Instrumento de prorrogação de arrendamento e obrigação que fez o Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, como Comendador da Comenda de S. Pedro de Babe no Bispado de Bragança a João da Costa Gabriel Pissarro e a seu irmão António Alves Gabriel Pissarro, moradores na dita cidade actuais rendeiros da referida comenda aos quais a dá de novo arrendamento com todos os frutos, dizimos, e rendimentos por tempod e mais quatro anos, por preço e rena anual de 440\$000 réis livres para o dito senhor e pagos em dois pagamentos iguais de Natal e S. João e de pitaças seis arrobas de presuntos pafos pela Páscoa da Ressurreição. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião José Manuel Dantas Barbosa a 19 de Agosto de 1799. ITEM. Instrumento de arrendamento e obrigação que faz o dito Senhor de arrendar a referida Comenda por tempo de quatro anos ao sobredito João da Costa, pela mesma renda, pitaça e obrigações acima declaradas. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião João Caetano Correia a 6 de Junho de 1803.	17	2	Comenda de Babe
	1800			

1804-01-25 1798-12-29	Instrumento de prorrogação de arrendamento e obrigação que fez o Senhor Porteiro mor D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, como Comendador das Comendas de S. Salvador de Castelões, S. Tiago de Besteiros e de S. João Baptista de Sinfães a Daniel Nunes Vizeu, em nome da // sua Companhia que corre debaixo do nome e firma de viúva Mendes e Companhia à qual o dito senhor dá de arrendamento por tempo de quatro anos todos os dízimos, frutos, rendas, e foros das referidas comendas como também todas as rendas e foros e mais pertenças do seu morgado denominado de S. Cosmadinho, sito em Mangualde, pelo preço e renda ao todo de 5:150\$000 réis em cada um ano e de pitaças 45 arrobas de presuntos, e oito cargas de verdiais, a saber à comenda de Sinfães 2:400\$000 réis e de pitaças 20 arrobas de presuntos as de Castelões e Besteiros 2:500\$000 réis e de pitaças 25 arrobas de presuntos e oito cargas de verdiais em duas partidas e o morgado de S. Cosmadinho 250\$000 réis. O dinheiro pago em quantias iguais de Páscoa, S. João S. Miguel e Natal, a pitaça de presuntos pela Páscoa da Ressurreição e os verdiais em seu tempo devido. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Tomás Isidoro da Silva Freire a 25 de Janeiro de 1804. ITEM. Instrumento de arrendamento que fez o dito Senhor a João da Silva Mendes das Comendas e morgado acima mencionado por tempo de quatro anos por preço e renda anual de 4:500\$000 réis e de pitaças, 45 arrobas de presunto e oito cargas de verdiais. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Francisco de Borja Fialho a 29 de Dezembro de 1798.	17	6	Comenda de Sinfães (riscado e escrito por cima: Castelões)
1805-10-18 1805-09-25	Instrumento de arrendamento, quitação e obrigação que fez o Senhor Conde Porteiro mor D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara a D. Maria Francisca Benedita da Silveira Palmeiro, como Administradora da casa e bens de seu marido João António Morais Palmeiro das suas terras do Prazo da Praia Amieira e Instins dos Arneiros de Salvaterra, com as mais terras pertencentes à Rainha e ao Principe Regente Nosso Senhor e bem assim oito moios de terra no sítio de Montalvão, no dito limite de Salvaterra tudo da mesma forma que o referido seu marido tem trazido de renda e isto por tempo de três anos, por preço e renda anual de 1:344\$000 réis, pagos a quarteis adiantados e assim mais oitenta moios de cevada e 800 panos de palha a metade troga e a outra de cevada, livre tudo para o dito senhor. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião João Crisóstomo da Silva Freire a 18 de Outubro de 1805. ITEM. Certidão de Robertos Gonçalves Coelho, escrivão privativo da casa digo da comissão da Casa do dito João António de Morais Palmeiro da Provisão que S.A. R. foi servido conceder a referida D. Maria Francisca para administrar todos os bens da casa de seu marido o referido João António. Passada em Lisboa a 25 de Setembro de 1805.	20	15	Escrituras de arrendamento
1806-03-29	Instrumento de prorrogação de arrendamento e obrigação que fez o Senhor Conde Porteiro mor D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, a D. Francisca Tomásia de Sousa Cardoso, Manuel Gomes da Silva e Pedro Gomes da Silva, todos sócios e companheiros assistentes na cidade de Braga, de todos os frutos e rendimentos da Comenda de S. Pedro de Merlim, por tempo de três // anos, por preço e renda em cada um ano de 830\$000 réis em dinheiro, livres para o dito senhor e pagos em dois pagamentos de Natal e S. João e de pitaças seis arrobas de presuntos pela Páscoa da Ressurreição e quarenta varas de guardanapos dos largos e de preço de 280 réis a vara, em primeira mão. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Tomás Isidoro da Silva Freire a 29 de Março de 1806.	15	42	Comenda de Merlim
1806-08-30	Instrumento de arrendamento pelo tempo de quatro anos que fez o Senhor Conde Porteiro mor D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, a João Rodrigues de Carvalho, morador na Carregueira, Termo da Vila de Torres Vedras, de lhe arrendar o casal da Carregueira, e outro que foi de António Gomes, no mesmo distrito, pela renda anual de 22 alqueires de trigo, 20 de cevada, posto tudo em casa do referido Senhor à custa do rendeiro. Feito no Reguengo da Fanga da Fé, nas Notas do Tabelião Eugénio Roiz em 30 de Agosto de 1806.	3	47	Morgado da Lobagueira
1806-08-30	Instrumento de arrendamento pelo tempo de quatro anos que fez o Senhor Conde Porteiro mor D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, a Lucas Alves, lavrador, e morador no casal da Carregueira, do Termo da Vila de Torres Vedras, de lhe arrendar o dito casal por quatro anos, pela renda anual de 20 alqueires de trigo, 20 de cevada e três galinhas em carne, pago tudo em casa do referido Senhor. Feito no Reguengo da Fanga da Fé, nas Notas do Tabelião Eugénio Rodrigues em 30 de Agosto de 1806.	3	48	Morgado da Lobagueira

1806-08-31	Instrumento de arrendamento pelo tempo de quatro anos que fez o Senhor Conde Porteiro mor D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, a Manuel Francisco, lavrador, do casal do Outeiro Termo da Vila de Torres Vedras, de lhe arrendar o dito casal, o da Serra e a terra da Cartaxeira tudo sito no distrito do Lugar da Lobagueira por tempo de quatro anos pela renda anual de 90 alqueires de trigo, 63 de cevada um carneiro e nove galinhas gordas tudo posto em casa do mesmo Senhor à custa dele rendeiro. Feito no Reguengo da Fanga da Fé, nas Notas do Tabelião Eugénio Rodrigues em 31 de Agosto de 1806.	3	49	Morgado da Lobagueira
1807-08-01	Instrumento de arrendamento e obrigação que faz o Senhor Conde Porteiro mor D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, a Constantino Joaquim de Matos, Negociante da Praça de Lisboa de lhe arrendar por tempo de quatro anos a sua Comenda de S. Pedro de Babe, no Bispado de Bragança, com todos os dízimos, frutos e rendimentos, pela renda anual de 440\$000 réis, em dosi pagamentos iguais de Natal e S. João e de pitaças seus arrobas de presuntos cada ano, pago tudo em casa di duti Senhor por conta, risco e despesa do referido rendeiro e livres de Décima e de todas as mais pensões tributos e encargos presentes e futuros. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião João Crisóstomo da Silva Freire em o 1º de Agosto de 1807.	17	3	Comenda de Babe
1807-10-11	Arrendamento que fez Manuel Bernardes de Faria do Lugar das Relvas ao Senhor Conde Porteiro Mor, D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, de todas as propriedades de que se compoem as fazendas da Capela chamada da Barreteira, instituida pelo padre Baltasar Álvares, na Vila de Mações de D. Maria, comarca de Tomar, cujo arrendamento é por tempo de seis anos pela renda em cada um destes de 161\$000 réis, pagos os primeiros cinco anos por dia de Páscoa da Ressurreição Feito na Vila de Mações de D. Maria, em 11 de Outubro de 1807.	20	16	Escripturas de arrendamento
QUITAÇÕES E DESTRACOS				
1620-05-22	Sentença de quitação da conta do testamento de Jorge Fernandes d'Elvas, que deu a Srª. D. Maria de Lima. Dada em Lisboa pelo Doutor Paulo da Silva Cardoso, provedor dos resíduos a 22 de Maio de 1620.	Tomo 21	1	Quitações
1620-05-22	Sentença de quitação da conta do testamento de Jorge Fernandes d'Elvas, a qual deu seu irmão António Fernandes d'Elvas. Dada em Lisboa pelo Doutor Paulo da Silva Cardoso, provedor dos resíduos a 22 de Maio de 1620.	21	2	Quitações
1643-10-08	Sentença de rezíduo e quitação que teve Diogo de Brito, Testamenteiro de Grimaneza de Brito, viúva de António Lopes Calvo, em que se faz menção do testamento com que faleceu e nele se vê ser feito em Lisboa a 16 de Maio de 1635, no qual fez doação a Diogo de Brito de uma morada de casas de dois sobrados, lojas e pátio na rua da metade, por baixo da igreja das Chagas da dita cidade, foreiras enfiéticas à Sé em 400 réis e duas galinhas, como também lhe deixou meio moio de trigo a retro aberto, que lhe pagava Simão Correia de Câmara. Foi havido por cumprido em 8 de Outubro de 1643, no Juízo dos órfãos da cidade, escrivão Vicente Vaz Coutinho.	21	3	Quitações
1644-05-02 1637-12-17	Instrumento de quitação e destrato da Misericórdia da Vila de Santarém da quantia de 200\$000 réis e réditos deles que dá a Diogo de Brito. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Teodoro da Costa Sousa em 7 de Julho de 1644. ITEM. Sentença contra Diogo de Brito da Silva e sua mulher D. Jerónima Lobo pelos réditos da dita quantia acima, de que eram devedores à Misericórdia da Vila de Santarém. Dada na referida Vila pelo licenciado João de Freitas Coutinho em 2 de Maio de 1644. ITEM. Certidão e Pedro Barreto, escrivão das sisas do lugar do Cartaxo, pela qual consta a compra que fez a Misericórdia da Vila de Santarém de dois moios de trigo que lhe vendeu a retro Diogo de Brito da Silva. Passada em 17 de Dezembro de 1637.	21	4	Quitações
1645-06-09	Instrumento de quitação que deram os senhores André de Figueiredo Coutinho e D. Mariana de Lima sua mulher a D. António de Noronha e sua mulher, Maria de Lima da administração da tutoria da dita Srª. D. Mariana para nunca lhe pedirem contas. Feito no lugar da Luz, termo de Lisboa, nas Notas do Tabelião António Figueira da Silveira em 9 de Junho de 1645. Está duplicado.	21	5	Quitações
1651-10-20	Sentença de quitação da conta que deu D. Maria de Lima do testamento com que faleceu D. António de Noronha seu marido de quem ficou Testamenteira. Dada em Lisboa pelo doutor Luís Fernandes //Teixeira, provedor dos Resíduos em 20 de Outubro de 1651.	21	6	Quitações
1653-07-03	Sentença de quitação da Srª. D. Maria Manoel de Vilhena a respeito da causa que lhe moveu o Hospital Real de Todos os Santos, para dar contas da Capela que instituiu Valentina de Calvo. Dada em Lisboa a 3 de Julho de 1653.	21	7	Quitações

1660-05-14	Sentença de quitação do juízo dos Resíduos que se deu à Sr ^a . D. Jerónima Lobo a respeito do Testamento de seu marido Diogo de Brito, de quem ficou oir herdeira e testamenteira, cuja herança aceitou a benefício de inventário, e do sobrigada dos Legados do testamento por não bastarem os bens livres para satisfação do dote e arras. Dada no juízo eclesiástico pelo cônego Gonçalo Peixoto da Silva em 14 de Maio de 1660. IBY. Testamento do dito Diogo de Brito no qual chama bens livres que deixa a sua mulher a Sr ^a . D. Jerónima Lobo as fazendas seguintes= os casais no Vale, termo de Santarém= Umas casas no Rossio, na Caldeiraria= Foro de trigo em Belém e Câmara= As casas da rua das Parreiras= As casas de Santa Ana em benfeitorias de 1:000\$000 de réis, as quais pertencem ao morgado o Luís Novais da Silva e paga esta dívida ficam as casas livres à dita sua mulher para as comer (sic) em sua vida, e vários legados à Misericórdia para ela os distribuir. Feito e aprovado em Lisboa pelo Tabelião João Lobato de Almeida a 22 de Julho de 1656. ITEM. Certidão do levantamento de um embargo que se havia feito nos casais do campo do Vale de Santarém que foram de Diogo de Brito, em razão de não haver no ano de 1640 lançamento por cujo motivo se havia feito o dito embargo. Passada em 29 de Novembro do referido ano.	21	8	Quitações
1665-03-03	Instrumento de quitação do Sr. Rui de Figueiredo de alarcão às religiosas do Convento de Santa Cruz de Vila Viçosa, por lhe haverem emprestado 300\$000 réis a juro de seis e quatro por cento, os quais o dito senhor pagou. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião João da Costa de Azevedo a 3 de Março de 1665.	21	9	Quitações
1672-10-20	Sentença de quitação do Senhor André de Figueiredo Coutinho, administrador da Capela de Diogo Fernandes d'Elvas, sita na Igreja do Salvador de Lisboa. Dada em Lisboa a 20 de Outubro de 1672.//	21	10	Quitações
1675-06-28 1677-07-22	Instrumento de quitação, destrato, consignação, e procuração que deu D. Luísa de Almeida, viúva de João Henriques de Colónia, ao Sr. Rui de Figueiredo de Alarcão, por lhe pagar 262\$400 réis, que lhe era devedora a Sr ^a . D. Jerónima Lobo. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Miguel Tavares de Moraes a 28 de Junho de 1675. ITEM. Instrumento de obrigação que faz D. Jerónima Lobo, viúva de Diogo de Brito, ao Sr. Rui de Figueiredo da quantia de 598\$980 réis de que era devedora ao dito senhor. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Jorge Saraiva de Carvalho a 22 de Julho de 1677. ITEM. Escrito de obrigação do Sr. Rui de Figueiredo a Sr ^a . D. Jerónima Lobo para lhe dar três mil cruzados para testar deles em razão do o haver nomeado em todos os prazos. Passado em 29 de Setembro de 1675.	21	11	Quitações
1700				
1723-04-17	Instrumentos de quitação que faz o senhor Rodrigo António de Figueiredo, testamenteiro de seu tio o senhor Henrique de Figueiredo, pelo qual paga 2:415\$971 réis de capital e juros de seis e quatro por cento a Bartolomeu Miguel Vieni, Procurador dos herdeiros de Jacobo Van Zeller, a quem o referido Senhor Henrique de Figueiredo era devedor da dita quantia. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Tomé Freire de Araújo a 17 de Abril de 1723.	21	12	Quitações
1724-01-18	Sentença de quitação da quantia de 164\$700 réis de legados não cumpridos, que pagou o dito António de Figueiredo ao Hospital Real de Lisboa, da Capela da Sr ^a . D. Maria Manoel de Vilhena, sita na Igreja de S. Julião da dita Cidade. Dada em Lisboa pelo Doutor Nicolau de Almeida Mascarenhas a 18 de Janeiro de 1724.	21	13	Quitações
1727-11-27	Quatro provisões de quitações da Mesa da Consciência de ter António de Figueiredo pago os três quartos das Comendas de S. Tiago de Besteiros, S. João Baptista de Sinfaes, S. Pedro de Merlim e S. Salvador de Castelões com a sua anexa do Barreiro, todas da Ordem de Cristo. Passadas em Lisboa a 27 de Novembro de 1727.	21	14	Quitações
1734-06-14	Quitação do Arcediago Martinho Afonso Mexia, como procurador de sua Mãe, Clara Galvão, de ter recebido a quantia de 75\$990 réis da mão do senhor Jorge de Figueiredo e de seu filho Rui de Figueiredo, pelas sentenças que contra ele alcançou na Relação. Foi dado este recibo em 14 de Junho de 1734. Ficou a execução extinta pela quantia de 82\$770 réis que tanto importava esta, e se descontaram as custas que o réu venceu.//	21	15	Quitações
1737-07-05	Sentença de quitação da provedoria dos resíduos e capelas da conta que deram o António de Figueiredo e o desembargador António de Andrade Rego, do testamento com que faleceu D. Ana Joaquina de Lencastre, de quem foram testamenteiros. Dada em Lisboa a 5 de Julho de 1737.	21	16	Quitações
1740-07-13	Sentença de quitação a favor do António de Figueiredo da conta que deu na Provedoria dos Resíduos, do testamento de seu tio o Senhor Henrique de Figueiredo. Dada em Lisboa pelo desembargador dos Resíduos, Fernando José Marques Bacalhau a 13 de Julho de 1740.	21	17	Quitações

1767-03-19	Quitação que deu Caetano da Costa Matoso por seu Procurador a meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara de ter recebido a quantia de 967\$370 réis, da acção que lhe pôs no juízo dos Feitos da Coroa, pelo resto das benfeitorias de Val das Pedras. Passada em Lisboa pelo Escrivão Francisco de Magalhães e Brito, a 19 de Março de 1767.	21	18	Quitações
1767-03-21	Sentença cível de cessão e quitação de meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara a D. Madalena Rosa Fria e D. Inês Margarida, como herdeira do Doutor José Rodrigues Esteves da quantia de 1:000\$000 (confirmar no documento), réis dque tinha emprestado ao António de Figueiredo a juro de seis e quarto por cento, a qual o dito senhor pagou. Dada em Lisboa a 21 de Março de 1767.	21	19	Quitações
1768-03-10	Quitação de meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara a José António da Silva de ter dele recebido a quantia de 7050 réis de laudémio e foros de uma propriedade de casas sitas no lugar da Lobagueira, termo de Torres Vedras, foreira em vidas ao dito senhor em 250 réis cada ano as quais comprou por venda Judicial em execução que se fez a José Domingues do mesmo lugar, pelo preço de 60\$000 réis. Passada em 10 de Março de 1768.	3	16	Morgado da Lobagueira
1807-08-13	Instrumento de destrato e extinção de dívida que fez o senhor Conde Porteiro mor, D. Vasco Manoel de Figueiredo Cabral da Câmara de 4:000\$000 de réis que meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara se tinha obrigado a pagar ao doutor Rodrigo Soares da Silva e Bivar, e o juro de seis e quarto por cento, cuja dívida foi contraída pelo senhor Rodrigo António de Figueiredo, ficando agora extinta por ela escritura e quitação. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião João Crisóstomo da Silva Freire em 13 de Agosto de 1807.//	21	20	Quitações
1782-09-12	Instrumento de obrigação que fez meu Pai, o Sr. D. Pedro da Câmara ao doutor Rodrigo Soares da Silva e Bivar de lhe pagar 4:000\$000 réis e o juro de seis e quarto por cento de que era devedor às freiras do convento de Santa Mónica de Lisboa. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Inácio Correia de Sousa e Andrade em 12 de Setembro de 1782. //	21	20	Quitações
ESCRITURAS AVULSAS				
1575-01-26	Instrumento de testemunhas por autoridade de justiça que por seu requerimento mandou tirar o Sr. Rui de Figueiredo, pelo qual consta que a Quinta de Ota não valia mais que 50\$000 réis e que tudo o mais eram benfeitorias. Feito na Vila de Alenquer em 26 de Janeiro de 1575.	22	1	Escraturas avulsas
1688-04-24 1688-04-30	Instrumento de obrigação pelo qual o Sr. Pedro de Figueiredo se constituiu devedor a Vicente Fernandes, fanqueiro, da quantia de 393\$220 réis para pagamento dos quais lhe consignou a renda das casas e horta de D. Fradique e das suas casas a Castelo Picão, em que vivem vários inquilinos. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Domingos da Silva a 24 de Abril de 1688. ITEM. Instrumento de posse que tomou Vicente Fernandes das hortas e estalagens de D. Fradique. Feito em Lisboa pelo Tabelião José Rodrigues dos Santos a 30 de Abril de 1688.	22	2	Escraturas avulsas
1693-06-18	Instrumento de obrigação que fazem João Franco e Gonçalo da costa, mestres pedreiros, ao Senhor Pedro de Figueiredo, para lhe acabarem a obra do seu palácio do Castelo, pela quantia de nove mil cruzados. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Domingos da Silva a 18 de Junho de 1693.	22	3	Escraturas avulsas
1695-12-24	Instrumento de consignação e obrigação de pagamento e procuração em causa própria entre a Sr ^a . D. Mariana de Lima, viúva de D. Martinho da Ribeira, e João Cardoso Teles, para este dar à dita senhora 50\$000 réis cada mês, e ele receber no fim do ano 650\$000 réis dos rendimentos de várias propriedades especificadas na escritura. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião José Correia da Fonseca a 24 de Dezembro de 1695. Com a declaração do dito de não ter vigor este contracto.	22	4	Escraturas avulsas
1698-08-14	Instrumento de fenecimento de contas, consignação e quitação entre a Sr ^a . D. Mariana de Lima, viúva de D. Martinho da Ribeira, e o alferes Manuel de Oliveira, pelo qual ajustou as suas contas a respeito das mesadas que este lhe dava de 50\$000 réis por mês, e porque ainda lhe estava a dever a dita senhora 116\$500 réis, lhe consignou parte dos alugueres das suas casas que tinha ao Pocinho de Entre as Hortas das Pedras Negras e da Portagem. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Pedro de Andrade Maciel a 14 de Agosto de 1698.	22	5	Escraturas avulsas
1711-01-23	Instrumento de escritura e dinheiro à razão de juro de seis e quarto por cento da quantia de 150\$000 réis que Alexandre Soares leitão pediu emprestados ao cofre dos Órfãos da Vila de Azambuja, e se lhe emprestaram do dinheiro da órfã Filha de Domingos de Oliveira. Feito na Vila da Azambuja // nas Notas do Tabelião Luís da Costa Corte Real e 23 de Janeiro de 1711. Com o recibo de João Henriques de Foios de estar entregue da dita dívida.	22	6	Escraturas avulsas

1713-??-??	Instrumento de agravo que veio da vila de Alenquer sobre a quinta da Vidigueira, no qual é parte o prior da dita Vila. Ano de 1713.	22	7	Escrituras avulsas
1661-04-12 1713-07-30	Instrumento de escritura de fiança que fez Francisco de Sousa ao Senhor Pedro de Figueiredo, para reedificar as casas da residência do reitor de Sinfaes, por preço e quantia de 250\$000 réis. Feito pelo Tabelião Paulo da Cunha Coutinho em 20 de Março de 1714. ITEM. Instrumento de escritura de contracto irrevogável que faz Pedro Pereira a Pedro Ferreira ao Sr. Pedro de Figueiredo para fazerem uma obra nas casas da residência do reitor de Sinfaes, pela quantia de 100\$000 réis. Feito no lugar de Sinfaes nas Notas do Tabelião Paulo da Cunha Coutinho em 30 de Julho de 1713. ITEM. REconhecimento das terras que traz Manuel de Vasconcelos de Melo, pertencentes à comenda de Sinfaes, de que paga 1020 réis de foro por S. Miguel. Foi feito em 12 de Abril de 1661.	22	8	Escrituras avulsas
1716-05-07	Instrumento de justificação cível, e ditos de testemunhas que faz Miguel da Costa da Vila de Soalhães, para se habilitar herdeiro de António de Matos, rendeiro que foi de Sinfaes e como tal fazer-lhe o Sr. Pedro de Figueiredo uma restituição. Feito no temro da Vila de Sinfaes pelo escrivão judicial e notas Paulo da Cunha Coutinho em 7 de Maio de 1716.	22	9	Escrituras avulsas
1723-04-19	Instrumento de obrigação que fez o senhor Henrique de Figueiredo a Jacob Van Zeller, homem de negócio de Nação Holandesa para emprestar, para emprestar ao dito senhor cinco mil cruzados a juro de seis e quatro por cento para lhos pagar no tempo de dois anos. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Tomé Freire de Araújo a 19 de Dezembro de 1716. IBY. Instrumento de quitação que dá Bartolomeu Miguel de Vieni, Procurador dos herdeiros do dito Jacob Van Zeller ao António de Figueiredo de receber deste Senhor a referida dívida e juros. Feito em Lisboa nas Notas do sobredito Tabelião em 19 de Abril de 1723. //	22	10	Escrituras avulsas
1723-04-12	Instrumento de obrigação que fez o António de Figueiredo a sua tia, a Sr ^a . D. Leonor Margarida de Meneses, por lhe emprestar esta senhora cinco mil cruzados a conço por cento. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Tomé Freire de Araújo a 12 de Abril de 1723.	22	11	Escrituras avulsas
1725-01-15	Instrumento de obrigação que fez o António de Figueiredo a José de Melo, Porteiro mor, a respeito da licença que este lhe deu para abrir uma janela em uma casa que deitava para os seus quintais. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Tomé Freire de Araújo a 18 de Outubro de 1724. ITEM. Instrumento de obrigação que fez o António de Figueiredo a José de Melo, Porteiro mor, a respeito da licença que este lhe deu para abrir três janelas para os seus quintais. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Tomé Freire de Araújo a 15 de janeiro de 1725.	22	12	Escrituras avulsas
1621-03-30 1729-09-13	Instrumento em pública forma com teor de uma setença de petição de força entre partes o senhor Jorge de Figueiredo contra Simão Fernandes e Jerónimo Francisco, lançadores oficiais na igreja do Espírito Santo de Ota, e Rodrigo Carvalho, procurador da mesma igreja porque estando o dito senhor na posse, por si e seus antepassados de não pagarem seus criados solteiros nem casados para a finta que se faz entre os fregueses daquela igreja para o salário do cura, os ditos lavradores lançaram os criados do referido senhor, oobrigando-os a pagar. E por sentença do dito Juiz ordinário da Vila de Alenquer António Teixeira de Moraes de 30 de Março de 1621, julgou não sejam lançados nem obrigados os ditos criados a pagarem fintas para o cura. Feito nas Notas do Tabelião Francisco da Silva de Carvalho na Vila de Alenquer em 13 de Setembro de 1729.	22	13	Escrituras avulsas
1733-09-10	Instrumento de traslado de uns autos de justificação que fez o António de Figueiredo de terem ido desta cidade de Lisboa, pelos portos de Luango vários navios carregados por conta do senhor Henrique de Figueiredo os quais foram tomados por piratas estrangeiros. Feito na cidade de S. Paulo da Assunção, Reino de Angola, por António Pereira de Matos em 10 de Setembro de 1733.	22	14	Escrituras avulsas
1733-12-09	Instrumento de transacção amigável composição e obrigação entre Clemente Pereira como procurador de Manuel Dias e de sua mulher Joana Maria de Sousa, moradores em Lisboa e Lourença Pereira, mulher do dito Clemente Pereira, Luísa Pereira, José Marques e sua mulher Mariana da Silva, moradores no lugar da Abrigada, termo da Vila de Alenquer, todos filhos e genros do defunto Manuel Dias, e convieram que cada um deles fique em si com os bens dos seus casamentos e que o prazo foreiro ao Doutor Diogo Carneiro de Almeida fique pertencendo aos herdeiros de Manuel Dias, com declaração que vendendo-se o acréscimo que houver das legítimas maternas, ficava pertencendo ao dito Clemente Pereira, o qual tem por encabeçado de todos os mais bens assim de raíz como móveis que ficaram do defunto seu Pai e sogro. Feito em Alenquer nas Notas do Tabelião// Manuel Franco Bravo a 9 de Dezembro de 1733.	22	15	Escrituras avulsas

1734-09-02	Instrumento de contracto de obras, consignação, procuração e obrigação que fez o António de Figueiredo com Domingos de Almeida, mestre pedreiro, e Lourenço Álvares, mestre carpinteiro, para estes fazerem toda a obra de seus ofícios que for necessária, em umas casas que o mesmo senhor tem na rua do funil defronte do palácio de D. João de Castro, para o que lhe deu logo 200\$000 réis a cada um e o resto lhes pagará no rendimento das mesmas casas com o juro de cinco por cento. Feito em Lisboa pelo Tabelião Guilherme dos Santos Silva em 2 de Setembro de 1734.	22	16	Escrituras avulsas
1736-07-04	Instrumento passado em pública forma de uma certidão com o traslado da demarcação que se fez no Casal do Moura, sito no termo de Alenquer e junto à mata de Ota, o qual é de D. Henrique Henriques e foreiro às Rainhas em 71 réis. Feito na Vila de Alenquer por João Crisóstomo Soares em 4 de Julho de 1736.	22	17	Escrituras avulsas
1737-10-05	Instrumento de ajuste desistência e amigável composição que faz o António de Figueiredo com a Ordem Terceira de S. Francisco de Xabregas, sobre ter o dito senhor mandado embargar a obra de um muro que a referida Ordem mandou fazer no Hospital do Menino Deus, com o fundamento de que com ele de lhe tomava parte do seu terreno, e continuando-se a dita obra sem embargo de embargo, pôs em juízo uns artigos de atentado dos quais desiste por este instrumento e há por bem feito o referido muro e fique a causa em perpétuo silêncio. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião José Ferreira de Oliveira a 5 de Outubro de 1737.	22	18	Escrituras avulsas
1745-04-10	Instrumento de obrigação que faz o António de Figueiredo ao reverendo prior e mais religiosos do convento do Carmo de S. Romão da Vila de Alverca, de oito mil cruzados, que os ditos lhe eprestaram a juro de cinco por cento. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Bartolomeu Ângelo Escopezi em 10 de Abril de 1745	22	19	Escrituras avulsas
1752-12-19	Instrumento de contracto de licença e obrigação que fez o senhor Rodrigo António de Figueiredo, pelo qual dá licença para que a Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos homens, possa mandar fazer um altar na sua ermida que tem no palácio em que vive, para nele colocarem o painel do terço da mesma Senhora, com várias condições especificadas na escritura, Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Manuel António de Brito a 19 de Dezembro de 1752.//	22	20	Escrituras avulsas
1754-07-12 1754-07-26	Instrumento de cessão, desistência e obrigação que fez o Doutor Manuel Madeira de Sousa, advogado em Lisboa ao Senhor Rodrigo António de Figueiredo, de um moinho de água, com duas terras místicas, no sítio da Ribeira de Ota, por baixo dos Paços de que se paga a pensão de 50 alqueires de trigo, 10 de mistura e 6 frangos aos padres do Convento de S. Gião da Vila de Alenquer, de que era directa senhoria a Misericórdia da mesma Vila, e outras propriedades mais que faroram de Manuel Ferreira Henriques, o que tudo cede no dito senhor oela uqantia de 27\$740 réis. Feita a referida venda por 358\$746. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Manuel Joaquim Simpliciano Xavier de Brito em 26 de Junho de 1754. ITEM. Auto de posse que tomou o dito senhor das referidas propriedades acima mencionadas em 12 de Julho de 1754. Está duplicada a escritura.	8	59	Ota
1764-07-16	Instrumento de ditos de testemunhas perguntadas judicialmente, a respeito da casa dos Senhores de Belmonte estar na posse há mais de duzentos anos de somente ela ter fornos de cozer pão na dita Vila. Passado na mesma Vila pelo Tabelião João Luís d'Elvas em 16 de Julho de 1764.	5	47	Morgado de Belmonte
1795-02-07	Instrumento de obrigação e contracto de consignação que fazem Baltasar Ribeiro e sua mulher Gertrudes Rosa, moradores em S. Pedro da Cadeira, termo da Vila de Torres Vedras, pelo qual consignam ao Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara a quantia de 50\$000 réis cada ano, para pagamento de 167\$839 réis, e oitenta e duas galinhas que tanto devem ao dito Senhor da renda de vários anos do seu casal que trazem de renda. Feito na Quinta do Reguengo da Fanga da Fé nas Notas do Tabelião Eugénio Rodrigues a 7 de Fevereiro de 1795.	22	21	Escrituras avulsas
1797-10-07	Instrumento de escritura de obrigação e pagamento de custas que faz o capitão da ordenança João Vicente do Rego, morador na cidade de braga, possuidor do prazo da Chouriça, de que era directo senhorio meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara, o qual prazo é sito na freguesia de S. Jerónimo da mesma cidade e isto por querer demandar ao Juiz e mais homens daquela freguesia e nome do dito senhor se sujeita a pagar as custas na falta de vencimento da causa em que fique condenado o referido senhor, com o pacto e condição que sendo as partes adversas vencidas poderá ele cobrar as custas para si. Feito na cidade de Braga nas Notas do Tabelião Manuel José Fernandes Rego em 7 de Outubro de 1797.	22	22	Escrituras avulsas

1578-10-07	Traslado da escritura que fez Paulo Dias de Novais, capitão e governador da cidade de S. Paulo, de dever a Gaspar de Araújo de Sousa 959\$060 réis, procedidos de 1905 arrobas de açúcar. Feito na cidade de S. Paulo a 7 de Outubro de 1578.	22	23	Escrituras avulsas
1660-06-17	Instrumento em pública forma no qual justifica por testemunhas o Sr. Rui de Figueiredo em como a Quinta de Ota não dava mais do que 20 até 25 pipas de vinho. Feito a 17 de Junho de 1660. //	22	24	Escrituras avulsas
1736-07-02	Certidão do tombo do Paul do Archino, ou Bunhal, feito pelo desembargador Domingos Marques Giraldes, Juiz do tombo dos bens da Coroa em 11 de Novembro de 1707. Passada em Alenquer pelo Tabelião João Crisóstomo Soares da Torre a 2 de Julho de 1736.	22	25	Escrituras avulsas
1736-04-20	Instrumento passado em pública forma da medição da Quinta de Ota, foreira em 12 \$000 réis às religiosas do mosteiro de Odivelas, extraída do Tombo da dita Quinta. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião José Ferreira de Oliveira em 20 de Abril de 1736. //	8	64	Ota
SENTENÇAS				
1500				
1500-??-??	Sentença do desembargador Gonçalo Mendes de Vasconcelos sobre as casas da Cutelaria serem cabeça de morgado que instituiu Vasco Lourenço em 1595. Sobresentença a respeito do mesmo.	24	1	Sentenças
1600				
1614-05-19	Sentença e sobresentença que alcançou o senhor Jorge de Figueiredo, autor em seu nome, e no de seus filhos menores, contra Fernão Lopes e sua mulher, réus, moradores no casal da Cruz, o qual libelo os réus não contrariaram, mostrando-se por parte do autor que seu Pai e avô arrendou o dito casal a Pedro Afonso, com a condição de arrotear todos os anos duas eiras de terra nos matos do referido casal e lhe pagaria o terço dos frutos delas e não o fazendo pagaria o que se alvidrasse (sic) o que poderiam dar as ditas geiras e como os réus fossem herdeiros do sobredito Pedro Afonso, seu avô e caseiros do referido casal, foram condenados a largarem as ditas courelas e arroteias perdidas no libelo, com os frutos e rendimentos da indevida ocupação até à Real entrega. Dada na Vila de Alenquer pelo doutor Luís de Queiroga, Juiz dos órfãos em 19 de Maio de 1614.	24	2	Sentenças
1628-07-08	Sentença cível entre partes Autor Inácio Vieira contra Natália Diniz, para esta mandar levantar uma parede que entestava com a Quinta do autor, sita no Lumiar. Dada em Lisboa a favor do autor pelo licenciado Jerónimo Ribeiro, Juiz do Cível a 8 de Julho de 1628.	24	3	Sentenças
1629-10-01	Sentença de justificação que fez a Sr ^a . D. Jerónima Lobo, na qual perante o Juiz dos órfãos, deduziu ser herdeira abintestada de seu irmão Francisco Lobo da Gama, que faleceu na Índia e D. Joana da Gama, e assim se julgou sem embargo de que se opôs D. Bárbara da Gama, que ficou repelida da pretensão. Dada em Lisboa em o 1º de Outubro de 1629. Declara na petição que depois da morte de sua mãe, D. Maria Brandoa, morrerá na Índia o dito Francisco Lobo da Gama, em poder de seu pai, Francisco Lobo. (?)	24	4	Sentenças
1636-07-12	Sentença de Diogo de Brito contra uns rendeiros. Dada em Lisboa a 12 de Julho de 1636.	24	5	Sentenças
1636-08-14	Sentença que alcançou Diogo de Brito contra Francisco de Faria Coelho por este se entrometer a tomar posse da Quinta dos Olivais que só a ele pertencia. Dada em Lisboa a 14 de Agosto de 1636.	24	6	Sentenças
1644-??-??	Justificação que fez o Senhor Jorge de Figueiredo para que se houvesse respeito a que os reis de Castela, que mandaram fazer nas casas do sítio da Freguesia de S. Tiago, que são cabeça de morgado, um hospital para soldados castelhanos, porém a obra dele se fez por conta dos mesmos soldados doentes, como também pagaram a obra de um muro que se derribou e casa para se fazer ermida da qual pagaram os criamentos. El rei dava de aluguer pelas casas, 60\$000 réis enquanto se esteve fazendo o Hospital. Feita a justificação em 1644.	24	7	Sentenças
1645-11-18	Sentença do doutor António Furtado Mata Mouros, Juiz do Tombo das Fazendas da Coroa, da medição da Lezíria da Praia. Dada em Vila Franca de Xira em 18 de Novembro de 1645.	24	8	Sentenças
1657-10-08	Sentença a favor da Sr ^a . D. Jerónima Lobo contra António Martins, seu rendeiro, da renda que devia a esta senhora das suas terras do Vale, sitas no termo de Santarém. Dada em Lisboa pelo corregedor do cível da cidade em 8 de Outubro de 1657.	24	9	Sentenças

1659-11-28	Sentença a favor do Sr. Rui de Figueiredo, autor, contra Francisco Alves, réu, morador no lugar de Mouguelas, termo de Torres Vedras, pela qual o dito réu foi executado e condenado na restituição de um bocado de chão que havia usurpado em Mouguelas, nos frutos da indevida ocupação por mostrar o dito senhor que o pedaço de terra era pertencente ao morgado instituído pelo Sr. Rui de Figueiredo. Dada na Vila de Torres Vedras por António Mendes de Figueiredo Borges, Juiz de Fora da mesma em 28 de Novembro de 1659. Com a cópia da certidão do escrivão das capelas do testamento com que faleceu o Sr. Rui de Figueiredo e sua mulher a Sr ^a . D. Maria Correia, instituidores da capela em S. Bento de Xabregas.	24	10	Sentenças
1660-08-27	Sentença que obteve o Sr. Rui de Figueiredo contra Diogo Francisco, pela qual se lhe mandou anexar ao morgado da Lobagueira uma terra em Mouguelas, a qual se havia vendido e nesta sentença vem incluída a instituição do morgado. Dada na Vila de Torres Vedras pelo Doutor António Manso de Figueiredo, Juiz de Fora na mesma em 27 de Agosto de 1660.	3	59	Morgado da Lobagueira
1663-03-08	Sentença de desagravo a favor do Sr. Rui de Figueiredo de Alarcão por ser obrigado a pagar o dobro da sisa de cabeção da qual foi escusado por ser comendador da Ordem de Cristo. Dada em Lisboa no Concelho da Fazenda a 8 de Março de 1663.//	24	11	Sentenças
1663-07-07	Requerimento de fez o senhor André de Figueiredo Coutinho para cobrar os réditos das duas tenças que a Sr ^a . D. Mariana de Lima, sua sogra, levava no Almoxarifado de Elvas, e na casa da Sisa do Pescado de Lisboa. Sentença das justificações e mandado para a cobrança. Dada em Lisboa a 7 de Julho de 1663.	24	12	Sentenças
1663-06-20	Sentença do provedor do Termo de Alenquer, o doutor Manuel Freire de Andrade, de como a Quinta da Bordalia é livre e não de capela e só tem de censo à igreja de S. Pedro da dita Vila de 3640 réis de missas que nesta se dizem pelas almas de Gonçalo Velho e sua mulher. Dada a 20 de Julho de 1663. ITEM Varias notícias e papeis pertencentes à Quinta da Bordalia e uma certidão do Prioste da igreja de S. Pedro de Alenquer em que delcara que a quinta paga 3640 réis à referida igreja por verba do testamento de D. Ayro (sic), senhor que foi da dita fazenda..	24	13	Sentenças
1675-03-28 1677-05-06	Sentença da favor da Sr ^a . D. Mariana de Lima, viúva do senhor André de Figueiredo Coutinho, contra Francisco Gomes Lobo, filho bastardo de Francisco Vaz de S. Paio, sobre tomar posse de quatro moradas de casas sitas ao Pocinho d'Entre as Hortas em Lisboa, alegando serem de morgado e das quais se achava de posse a dita senhora. Dada em Lisboa a 6 de Maio de 1677. ITEM. Sobresentença a favor e contra o referido Francisco Gomes a respeito das mesmas casas. Dada na Relação de Lisboa a 28 de Março de 1675. ITEM Mandado de levantamento do embargo que o Hospital Real de Lisboa mandou fazer nos alugueres das ditas casas acima, para se pagar a pena da Provisão por não se haver encabeçado, sendo foreiras ao dito hospital. Lisboa 10 de Setembro de 1675. ITEM. Sentença a favor da referida senhora e contra o dito Francisco Gomes a respeito das casas acima mencionadas. Dada na Relação de Lisboa a 15 de Dezembro de 1674.	24	14	Sentenças
1680-08-19	Sentença a favor da Sr ^a . D. Mariana de Lima, tutora de seu irmão D. João de Noronha, sobre o fiador que deu para a dita tutoria ser o Conde da Ericeira. Dada em Lisboa a 19 de Agosto de 1680.	24	15	Sentenças
1689-09-26	Carta citatória do Sr. Pedro de Figueiredo contra José Marques de Carvalho, rendeiro de uma lezíria sita onde chamam a Praia, termo de Vila Franca, para este lhe pagar a renda que lhe devia. Feito em Lisboa a 26 de Setembro de 1689.	24	16	Sentenças
1690-08-04	Sentença de preceito que alcançou a Sr ^a . D. Leonor Margarida de Meneses contra seu irmão o Sr. Pedro de Figueiredo em que se lhe julgou um escrito que o dito senhor lhe fez para por este poder cobrar o rendimento// de várias fazendas que lhe nomeou para pagamento da sua legítima na forma da composição que entre si fizeram. Dada em Lisboa a 4 de Agosto de 1690.	24	17	Sentenças
1694-07-05	Carta citatória a requerimento do Sr. Pedro de Figueiredo para ser citado António de Moraes da Silva, rendeiro da Lezíria da Praia, para não poder tirar o pão da Eira sem pagar a renda que devia ou pelo mesmo pão ou como melhor lhe parecesse. Passada em Lisboa pelo desembargador Luís Matoso Soares a 5 de Julho de 1694. ITEM. Dois requerimentos do Sr. Rui de Figueiredo fiado à Junta de Vila Franca sobre a Décima da sua Lezíria da Praia, por lha lançarem como terras boas, sendo elas ruins. Ambos indeferidos.	24	18	Sentenças

1697-05-10	Sentença que alcançou a Sr ^a . D. Mariana de Lima contra Manuel Arnao Henriques em virtude da qual se destratou o censo de uma pipa de vinho que pagava ao dito da sua quinta que tinha na aldeia de Paio Pires, termo da Vila de Almada o que fez pelo preço de 59\$425 réis. Dada em Lisboa pelo Doutor José da Cunha de Andrade a 10 de Maio de 1697.	6	25	Morgado do Seixal
1700				
17??-??-??	Sentença que alcançou o Sr. Pedro de Figueiredo contra o Procurador Geral das Ordens para que não tivesse execução nem efeito o que se lhe mandava fazer nas comendas e reateio para as Armadas na forma do Breve de Sua Santidade. Dada em Lisboa pelos deputados da Mesa da Consciência a 11 de Fevereiro de 1700.	24	19	Sentenças
1707-12-23	Carta citatóriado Sr. Pedro de Figueiredo como tutor de D. João de Noronha, contra D. Maria da Silva, viúva do doutor Noutel Martins a respeito dos despejos e rendimentos da herdade da Aniza, de que era senhor o dito D. João, e o marido da ré tinha sido o rendeiro, e não lhe ter pago há muitos anos. Dada em Lisboa a 23 de Dezembro de 1707.	24	20	Sentenças
1715-01-12	Sentença que alcançou o Hospital Real de todos os Santos contra o Senhor Pedro de Figueiredo, por legados não cumpridos que se deviam da Capela que instituiu a Sr ^a . D. Maria Manoel de Vilhena na Igreja de S. Julião. Dada em Lisboa pelo Doutor João da Silva Machado de Moraes a 12 de Janeiro de 1715.	25	21	Sentenças
1715-03-23	Sentença cível de desgravo que alcançou o senhor Pedro de Figueiredo, agravado pelo Juiz Vereador das Sisas de Alenquer, pela compra que o dito senhor fez da quinta da Vidigueira. Dada na Relação de Lisboa //a 23 de Março de 1715.	25	22	Sentenças
1715-05-14	Certidão de Mateus Soares, Tabelião em Montemor o novo de uma sentença que teve a seu favor Inês Mendes Lamega, viúva de Brás Barreiros da Gama contra os mordomos da casa da Igreja de Nossa Senhora das Neves das Vidigueiras, termo da Vila de Monsaraz, pelo motivo de lhe pedirem finta e bolo para o cura da herdade do Gorendo. Dada e passada a 14 de Maio de 1715. Serve para exemplo de se não pagar bolo ao padre cura da herdade de S. Lourenço quando não tem treinador.	25	23	Sentenças
1715-05-26	Sentença que alcançou o Padre António Bernardes contra o padre João Rodrigues, cura do lugar da Lobagueira sobre a chave da vidraça de Nossa Senhora da Encarnação com que ficou absoluto da força que o dito cura contra ele deu. Dada na Relação a 26 de Maio de 1715.	25	24	Sentenças
1717-01-07	Carta de sentença pela qual se mostra que João de Aguiar, natural de Santa Bárbara do Estado da Índia justificou ser legítimo Cristão velho, limpo de geração, sem raça alguma de infecta nação. Dada em Goa a 7 de Janeiro de 1717. ITEM Carta testemunhável pela qual consta fazer mercê o senhor Rei D. João 5 ^a a João de Aguiar do hábito de Aviz com 12\$000 réis de tença.	25	25	Sentenças
1717-08-04	Sentença cível de Carlos Gomes de Carvalho, escrivão da confraria de Nossa Senhora da Encarnação do Lugar da Lobagueira, que alcança contra o Prior e beneficiados da igreja matriz de S. Tiago de Torres Vedras, os quais o queriam obrigar a pôr em juízo o livro de receita despesa e eleições. Dada em Lisboa pelo desembargador Francisco Dias do Amaral a 4 de Agosto de 1717. ITEM. Sobressentença que alcançou o dito Carlos Gomes de Carvalho contra o referido Prior e Beneficiado a respeito do mesmo acima mencionado.	25	26	Sentenças
1780-11-21	Sentença que alcançaram a seu favor os eremitães da ermida de Nossa Senhora da Encarnação do lugar da Lobagueira, sobre querer o Padre João Rodrigues, cura da Igreja de S. Domingos da Fanga da Fé que eles por obrigação lhe apresentassem paramentos e guizamentos para as missas. Dada em Torres Vedras por Bartolomeu de Caminha Falcão, Juiz de Fora da mesma Vila em 7 de Janeiro de 1719. ITEM. Instrumento de licença de Padroado convenção, protesto, declarações observantes e obrigação que fez meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara, como padroeiro da ermida de Nossa Senhora da Encarnação do lugar da Lobagueira ao Cura Juiz e irmãos da confraria do Santíssimo Sacramento da freguesia de S. Domingos da Fanga da Fé, para colocarem o Santíssimo Sacramento na dita ermida com//as obrigações especificadas na Escritura. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Domingos de Carvalho Soutomaior em 21 de Novembro de 1780.	25	27	Sentenças
1719-10-02	Sentença de justificação do Senhor Henrique de Figueiredo, Governador e capitão general dos Reinos de Angola, pela qual faz certo serem vendidas todas as fazendas nomeadas no rol que apresentou. Dada em 2 de Outubro de 1719.	25	28	Sentenças

10/7/1722	Sentença do Juízo das Justificações do Reino pela qual houveram por justificado o Senhor Rodrigo António de Figueiredo, ser filho legítimo, mais velho e herdeiro de seu pai, o senhor Pedro de Figueiredo, e como tal pertencerem-lhe os seus serviços e a cobrança de todas as dívidas que se lhe ficaram devendo. Dada em Lisboa por António Basto Pereira, Juiz das Justificações a 10 de Julho de 1722. É por certidão e está duplicada.	25	29	Sentenças
1722-07-28	Sentença de justificação do António de Figueiredo pela qual se mostra ser filho primogénito do senhor Pedro de Figueiredo, e este ser filho segundo do Sr. Rui de Figueiredo de Alarcão ao qual se fez promessa de uma comenda de lote de 300\$000 réis. Dada em Lisboa a 28 de Julho de 1722.	25	30	Sentenças
1725-11-04	Sentença que alcançou o António de Figueiredo contra Manuel da Silva Valadares sobre a aposentadoria das casas da rua das Parreiras em que se queria conservar. Dada em Lisboa a 4 de Novembro de 1726.	25	31	Sentenças
1729-11-06	Sentença cível que alcançou o António de Figueiredo contra o capitão de mar e guerra António Dias por este lhe pedir 1:078\$490 réis procedidos de uma carregação de oitenta e oito cabeças e duas crias que seu Tio o senhor Henrique de Figueiredo lhe pediu levasse de Angola para a Baía a bordo da sua nau. Dada em Lisboa pelo desembargador António Freire de Andrade Encerrabodes a 6 de Novembro de 1729.	25	32	Sentenças
s.d.	Petição e justificação que fez minha avó a Sr ^a . D. Madalena Luísa de Lencastre a respeito de vinte mil cruzados que lhe doou o pai, o senhor Pedro de Figueiredo, dos quais se achavam dez a juízo nas mãos do conde de Valadares e em que são parte os senhores Rodrigo António de Figueiredo, Miguel Joaquim de Figueiredo, D. Margarida Leonor de Meneses e D. Ana Joaquina de Lencastre. ITEM. Escrito de desistência que fizeram meus avós os senhores D. Vasco da Câmara e D. Madalena Luísa //de Lencastre da referida causa.	25	33	Sentenças
1734-07-25	Sentença cível por bem da Fazenda Real contra o António de Figueiredo para pagar um conto e tantos mil reis do rateio que coube às comendas de que era comendador do tempo em que estiveram vagas. Dadas na Mesa da Consciência em Lisboa a 25 de Julho de 1734.	25	34	Sentenças
1734-11-05	Causa que correu entre partes, autor o senhor Henrique de Figueiredo e o réu o conde da Ericeira, a respeito do morgado que instituiu António Fernandes d'Elvas. É por certidão passada em Lisboa a 5 de Novembro de 1734. Está no Cartório porém à parte e muito maltratada.			
1737-03-12	Sentença a favor do António de Figueiredo e contra o promotor das capelas porque pedia seis missas na Igreja de Ota e só eram três, segundo a instituição de Catarina Fernandes e isto em uma terra com suas oliveiras aonde chamam Entre as Águas, no dito lugar. Dada e passada na Vila de Alenquer pelo Doutor André de Sousa Pinheiro da Câmara, Provedor das Capelas em 12 de Março de 1737.	25	35	Sentenças
1738-07-06	Carta de vistoria da Charneca de Ota para a causa que trouxe o António de Figueiredo com Gonçalo Tomás Peixoto da Silva e sua mulher. Passada em Lisboa a 6 de Julho de 1738.	25	36	Sentenças
1739-07-20	Sentença cível para título do António de Figueiredo pelo obrigar o provedor das capelas a dar conta da que administrava, instituída pelo Sr. Rui de Figueiredo na Igreja do Convento de S. Bento de Xabregas. Dada em Lisboa pelo Doutor Simão da Fonseca e Sequeira, provedor das Capelas em 20 de Julho de 1739	25	37	Sentenças
1740-09-02	Carta citatória do António de Figueiredo para ser citado Manuel de Azevedo da Cruz morador na Castanheira, por este lhe estar devendo 351\$860 réis de ajuste de contas. Dada em Lisboa a 2 de Setembro de 1740.	25	38	Sentenças
1741-02-21	Sentença cível do António de Figueiredo contra Leandro José de Aragão e João Baptista de Aragão, sobre os confins da quinta da Vidigueira e Fazenda do Trapeiro. Dada em Lisboa pelo Doutor Francisco de Santa Bárbara e Moura a 21 de Fevereiro de 1741.	25	39	Sentenças
1742-04-04	Ação cível de asinação de dez dias que requereu como autor o Conde de Aveiras, Luís da Silva Teles, contra Manuel Saraiva, Lavrador em Évora, por este lhe haver arrendado as Herdades do paço Real de Palma, Bateuilhas (?) e suas anexas que o dito conde possui na Freguesia de Nossa Senhora de Machede (?), termo da referida cidade. Lisboa 4 de Abril de 1742.//	25	40	Sentenças
1744-06-27	Sentença cível para título do António de Figueiredo contra José Henriques, por não querer dar serventia por uma terra sua em Ota da qual serventia o dito senhor estava de posse. Dada na Vila de Alenquer pelo Doutor Joaquim Pereira de Mendonça, Juiz de Fora na mesma Vila em 27 de Junho de 1744. Com o auto de posse que o dito senhor tomou por seu procurador da passagem e serventia da referida terra.	8	60	Ota

1749-06-07	Certidão do Tombo da Quinta de Ota e suas anexas, que principiou o doutor João Henriques da Silva no ano de 1736. Passada em Alenquer pelo escrivão do judicial e Notas, João Crisóstomo Soares de Torre em 7 de Junho de 1749.	8	61	Ota
1749-12-01	Sentença a favor do António de Figueiredo o qual arrendando por tempo de três anos umas hortas e casas junto ao seu palácio no sítio chamado Horta de D. Fradique, a Manuel Martins por 130\$000 réis cada ano, este fez trepasse a Jerónimo Valença e a Mamede Calado, o quais findo o tempo foram despedidos. Dada em Lisboa pelo desembargador Francisco Xavier Porrilhe em 1º de Dezembro de 1749.	25	41	Sentenças
1755-05-02	Carta precatória e executória do condador dos Contos da Mesa da Consciência, Francisco Xavier Mourato, contra o rendeiro da Comenda de Noudar, e Barrancos, a respeito de 24\$000 réis que devia. Dada em Lisboa a 17 de Agosto de 1753. ITEM. Certidão de Guilherme Duarte Franco, escrivão das Executórias das contas subordinadas à Mesa da Consciência de serem entregues os ditos 24\$000 réis. Passada em Lisboa a 2 de Maio de 1755. Com o conhecimento da entrega.	26	42	Sentenças
1753-12-14	Sentença cível que alcançou o António de Figueiredo contra João Caldeira, pela qual foi obrigado a despejar de umas casas no Campo Grande que eram do dito Senhor. Dada em Lisboa pelo desembargador João António de Oliveira a 14 de Dezembro de 1753.	26	43	Sentenças
1754-08-02	Sentença cível na qual é autor o António de Figueiredo e réu António de Oliveira guimaraes, embaraçando o autor ao Réu um eirado em umas casas de João Teles de Moura, nas quais assistia defronte das do dito senhor, ambos convieram no termo da composição amigavelmente de que ele réu acabará a dita varanda e a conservará enquanto viver nas casas e a todo o tempo que se mudar desmanchará a varanda e porá o telhado no seu antigo estado e não o fazendo se fará/sua custa. Dada em Lisboa pelo Desembargador João Gomes de Figueiredo Juiz das Propriedades a 2 de Agosto de 1754.	26	44	Sentenças
1756-12-06	Sentença cível de desgravo de meu Avô o Sr. D. Vasco da Câmara para não pagar sisa das herdades que cultivava no termo da Vila de Estremoz. Dada na dita Vila pelo Juiz de Fora Francisco de Sales Branco Pinel a 6 de Dezembro de 1756.	26	45	Sentenças
1757-02-04	Ação cível entre partes Autor o Tesoureiro da Fazenda do Hospital Real de Todos os Santos e Réu o António de Figueiredo pelo aquil obrigam a este senhor a que venda o Casal da Carregueira no termo de Torres de Vedras e se acha em vínculo de morgado sendo foreiro ao dito hospital. Dada a sentença na Relação a favor do Réu em 4 de Fevereiro de 1757. Duplicada.	26	46	Sentenças
1757-06-08	Certidão de Manuel Lourenço de Carvalho, escrivão da Correição do Cível da Corte, do título de uns autos cíveis de Libelo nos quais é autor José da Silva de Azevedo contra o António de Figueiredo a respeito deste senhor lhe dever 240\$000 réis e o juro de cinco anos e dez meses, o qual dinheiro lhe pagou e recebeu os penhores que se achavam em caução da referida dívida. Passada em Lisboa a 8 de Junho de 1757.	26	47	Sentenças
1758-11-06	Carta de penhora do Juízo da Correição do Cível da corte, passada a favor de meu avô, o Sr. D. Vasco da Câmara, contra o senhor Rodrigo António de Figueiredo, pela dívida de quarenta e oito mil cruzados e seus juros a seis e quarto por cento. Dada em Lisboa pelo desembargador José Pereira de Moura a 6 de Novembro de 1758.	26	48	Sentenças

1753-07-19 1761-07-03	Sentença para título do António de Figueiredo de um olival junto à igreja de Ota que comprou a Policarpo Pereira da Silva e a sua filha e genro, António Marques, pela quantia de 155\$000 réis e 12\$000 réis de luvas, e de uma courela que tem nove pés de oliveiras dentro das vinhas que estavam hipotecadas à Misericórdia da Vila de Alenquer na quantia de 148\$000 réis que se satisfizeram e seus juros e a dita courela foi na quantia de 60\$000 réis. Dada e passada na Vila de Alenquer em <u>3 de Junho de 1761</u> .ITEM. Sentença cível de folha de partilha de Policarpo Pereira, por cabeça de sua mulher Joana Francisca do que lhe coube herdar por morte de seu sogro e Pai Jerónimo de Abreu e sua mulher, Mariana da Silva. ITEM. Sentença cível de assinação de dez dias do Procurador e irmãos da Misericórdia de Alenquer, contra Policarpo Pereira, do lugar de Ota, pela quantia de 148\$000 réis. ITEM. Título da herdeira Joana que lhe deixou seu Pia, Jerónimo de Abreu.//ITEM instrumento de carta de venda que faz António Marques Leitão e sua mulher Maria Joana da concessão(?) ao Provedor e Irmãos da Misericórdia da Vila de Alenquer, aos uuais eles, António Marques e sua mulher, reconheceram credores à dívida que seu Pai e sogro, Policarpo Pereira lhe devia de 148\$000 réis à razão de juro de seis e quarto por cento, e que por esta escritura se obgravam a ela e a reconheciam como própria. ITEM. Instrumento de promessa de venda, quitação e obrigação que fazem Policarpo Pereira e sua filha, Maria Joana viúva de António Marques Leitão, moradores no lugar de Ota ao António de Figueiredo de um olival no limite do mesmo lugar, na Várzea ao pé da Igreja de uma courela que tem nove pés de oliveiras, que fica no meio da Quinta do dito senhor e tudo por preço de 215\$000 réis para com este produto satisfazerem à Misericórdia de Alenquer 148\$000 réis que lhe devem e ao referido senhor 52\$800 réis que deu a António Marques Leitão "a conta da referida venda, restando só 14\$200 réis que logo receberam do dito senhor. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião João Ferreira da Silva em <u>19 de Julho de 1753</u> . ITEM. Recibos dos anos de 1752 até 1756 inclusivé da quantia de 4625réis do juro de seis e quarto por centoque pagou Policarpo da Silva à Misericórdia de Alenquer.	8	62	Ota
1762-09-25	Sentença cível que alcançou meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara contra Agostinho da Silva morador no lugar de Ota como cabeça de casal dos bens qe ficaram por falecimento do Padre António Pereira Mourão, que foi cura no dito lugar, pela quantia de 46\$520 réis que o referido padre lhe ficou devendo dos anos em que trouxe arrendada uma fazenda sita no limite dos Paços. Dada na Vila de Alenquer pelo doutor Francisco Manuel de Sousa em 25 de Setembro de 1762.	26	49	Sentenças
1763-02-20	Carta precatória e citatória para bem da Real Fazenda do doutor João Ribeiro Ferreira do Desembargo de sua magestade, provedor e contador da Fazenda, para serem citados todos os ciseiros e foreiros da comenda de S. Pedro de Merlim do Arcebispado de Braga, a qual vagou por falecimento do António de Figueiredo Correia, para no termo de trinta dias apresentarem os seus títulos na contadoria geral das Ordens. Passada em Lisboa a 20 de Fevereiro de 1763.	26	50	Sentenças
1765-08-01	Carta precatória geral de penhora a favor de meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara contra a herança jacente do senhor Rodrigo António de Figueiredo Correia e seu curador o Doutor José Pinheiro //dada em Lisboa em o 1º de Agosto de 1765.IBY. Auto de penhora feito na Quinta da Vidigueira e suas pertenças. IBY. Autos de penhora feitos nos casais do Suro Galego e Bortalia e suas pertenças.	26	51	Sentenças
1766-08-08	Sentença cível em que é autor meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara e réus D. Joana Francisca Pereira Pinto de Meneses e Manuel Duarte, embargando a estes as janelas que abriram em umas casas que reedificaram no Castelo de S. Jorge para o Sequeiro e Quintais do seu Palácio da Horta de D. Fradique, e em virtude da sentença foram os réus obrigados a meter grades de ferro nas ditas janelas conservando-as assim para todo o sempre. Dada em Lisboa pelo Doutor José Gomes de Carvalho, Juiz das propriedades em 8 de Abril de 1766.	26	52	Sentenças
s.d.	Treslado de uma certidão autêntica, passada pelo escrivão José Ferreira Batalha, na qual se contém o que são os bens exceptuados dos morgados da Casa de Belmonte.	26	53	Sentenças
s.d.	Traslado da carta de penhora que se passou a requerimento de Francisco Barradas Lobo para, em virtude dela se proceder à penhora nos bens que acontecerem a D. Catarina Avertana de Meneses e constarem serem livres de vínculo ou morgado. A isto se opôs o meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara, mostrando pelas suas razões que a Casa de Belmonte não possuía bens alguns livres.	26	54	Sentenças
1669-07-31	Carta de inquirição do Sr. Rui de Figueiredo com as Religiosas de Santa Mónica de Lisboa, sobre ficar-se devendo à Srª. D. Joana de Meneses, irmã do Senhor Pedro Álvares Cabral, seiscentos mil réis. Dada em Lisboa a 31 de Julho de 1669.	26	55	Sentenças

1770-10-17	Vistos das sentenças do Juízo das Justificações do Reino pelos quais se julgou pertencerem a minha avó a Sr ^a . D. Madalena Luísa de Lencastre todos os morgados e tenças que possuía seu defunto irmão o senhor Rodrigo António de Figueiredo. Feitos em Lisboa a 17 de Outubro de 1770.	26	56	Sentenças
1776-09-04	Ação que o provedor dos resíduos põe a meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara para dar contas do testamento da Sra. D. Luísa Joana Coutinho, viúva do Senhor Rodrigo António de Figueiredo, de quem havia ficado testamenteiro. Lisboa 4 de Setembro de 1776	26	57	Sentenças
s.d.	Certidão do título de uns autos de sequestro feito nos rendimentos da Casa de Belmonte, dos quais é escrivão José Ferreira Batalha, e nos mesmos se acha o título dos autos do requerimento dos herdeiros de Leandro Nunes Colares e uma provisão do senhor Rei D. José o 1º pela qual faz mercê a meus avós o Sr. D. Vasco da Câmara de poder administrar todos os morgados da Casa de Belmonte.//	26	58	Sentenças
1803-05-19	Sentença cível de Autos de Tombo, passada a favor e requerimento de meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara, das fazendas pertencentes ao prazo chamado da Paiã, sito nos limites de Teixoso e Gibaltar, de que é directo senhorio o Cabido da Sé da Cidade da Guarda. Dada na Cidade da guarda pelo Doutor Francisco Lopes Sarafana Correia da Silva, Juiz de Fora na dita cidade em 19 de Maio de 1803.	26	59	Sentenças
s.d.	Cópia da petição de revista, que por parte de meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara se fez na causa com D. Catarina Avertana, sobre se não julgarem as apresentações dos padroados das Igrejas da Casa de Belmonte ao dito senhor.	26	60	Sentenças
1788-11-19	Sentença cível de adjudicação de rendimentos a favor de meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara, contra João Bruno da Costa Braga por dever ao dito senhor 60\$000 réis procedidos de foros da Quinta das Quatro Portas, sita ao Pote de Água, fregesia dos Santos Reis do Campo Grande. Dada em Lisboa pelo desembargador Joaquim Xavier Morato Boroa a 19 de Novembro de 1788.	27	61	Sentenças
1792-07-24	Sentença cível a favor do Provedor e irmãos da Misericórdia e Tesoureiro do Hospital Real de Lisboa e contra meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara, por legados não cumpridos da capela de Vasco Lourenço, sita na Igreja de S. Nicolau da dita cidade. Dada em Lisboa pelo desembargador Pedro Duarte da Silva a 24 de Julho de 1792.	27	62	Sentenças
1794-08-24	Certidão do escrivão das justificações do Reino, Francisco Eustáquio de Leiros, pela qual consta ficarem habilitados a Sr ^a . D. Mariana de Meneses por legítima mulher do Sr. D. Pedro da Câmara, falecido e o Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara por herdeiro dos seus morgados. Passada em Lisboa a 24 de Agosto de 1794.	27	63	Sentenças
1794-08-25 18??-??-??	Visto da sentença de justificação que fizeram os senhores D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara e sua mãe, pela qual ficaram habilitados esta senhora para poder requerer a cobrança do que deviam ao Sr. D. Pedro da Câmara seu marido e o dito senhor herdeiro de todos os morgados, tenças, bens da Coroa e Ordens. Dada em Lisboa a 25 de Agosto de 1794. ITEM. Visto da sentença de justificação que fizeram os senhores acima mencionados pela qual ficou extinta (?) a posse cível que a Sr ^a . D. Mariana de Meneses tinha nos bens da casa, visto ficar contente com a décima parte dos rendimentos da mesma, adjudicada em uma comenda, dando por..... e administração a seu filho o Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara para o exercício //de todos os actos, possessorias, administração e fruição dos bens da casa. Dada em Lisboa a 25 de Abril de 1795. ITEM. Visto da sentença de justificação que fez o Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara por morte de sua mãe a Sr ^a . D. Mariana de Meneses, para se verificar nele a vida que sua magestade fizera mercê da tença de 500\$000 réis assentada na Alfândega do Porto. Dada em Lisboa a 20 de Março de 1800.	27	64	Sentenças
1795-01-12	Sentença cível pela qual se acha separada a décima parte dos rendimentos da casa e adjudicada nos da Comenda de S. João Baptista de Sinfães para minha mãe a Sr ^a . D. Mariana de Meneses, passando por este motivo a ser credora e ter os privilégios dotais, ficando extinta toda a posse cível que tinha nos bens da Casa, declarando hábil desembaraçado e competente ao Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara para o exercício de todos os actos possessorios, administração e fruição de todas as rendas e bens da sua Casa. Dada em Lisboa pelo desembargador Joaquim José Jordão em 12 de Janeiro de 1795. Está duplicada. ITEM. três vistos da sentença acima mencionada.	27	65	Sentenças
1702-02-23	Sentença de justificação que fez a Sr ^a . D. Leonor Margarida de Meneses para cobrar os réditos do juro de 15\$625 réis do padrão que no seu testamento lhe deixou sua tia a Sr ^a . D. Mariana Coutinho. Dada em Lisboa pelo desembargador João Varvessem (?) a 23 de Fevereiro de 1702	27	66	Sentenças

1796-06-26	Traslado e certidão da sentença de execução que alcançou meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara contra Baltasar Ribeiro do lugar de S. Pedro da Cadeira, termo de Torres Vedras, por ser devedor ao dito senhor da quantia de 143\$741 réis de foros do casal de S. Pedro e setenta e duas galinhas ou oitocentos réis por cada uma. passada na Vila de Torres Vedras pelo Escrivão do Público Judicial e Notas Luís Pedro Medina Leal em 26 de Junho de 1796.	27	67	Sentenças
1796-11-19	Sentença cível de preceito que alcançou o Sr. D.Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara contra Joaquina Rosa viúva de Mateus Pereira e seus fiadores e principais pagadores António Pereira e Pedro José do Rego, a respeito da dita ter celebrado uma escritura de arrendamento da Quinta Velha, sita no distrito do Lugar do Carregado, e do Casal de Monte de Loios por tempo de dois anos. Dada em Lisboa pelo desembargador Francisco Álvares da Silva a 19 de Novembro de 1796.	27	68	Sentenças
s.d.	Licença que deu o Sr. D.Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara para o cura da freguesia de S. Domingos da Fanga da Fé poder paroquiar na sua ermida de Nossa Senhora da Encarnação do lugar da Lobagueira com limitação de tempo. ITEM. Licença que havia dado meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara para a colocação do Santíssimo Sacramento na dita ermida com várias obrigações especificadas na escritura.	27	69	Sentenças
1800				
18??-??-??	Sentença de justificação do Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, sobre pertencer-lhe a vida com que a Sr ^a . D. Mariana de Meneses, foi respondida pelos serviços de Dama Camarista, na tença de 500\$000 réis na Alfândega do Porto e pertencer-lhe a cobrança do tempo que se lhe ficou devendo. Dada em Lisboa a 18 de Março de 1800.	27	70	Sentenças
s.d.	Autos de petição do Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara sobre o pagamento da renda da Quinta de Ota, pertencente à capela de Bartolomeu Lobo da Gama.	27	71	Sentenças
1802-03-16	Sentença do desembargador Lucas da Silva de Azeredo Coutinho, Provedor das Capelas contra o Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara por legados não cumpridos da capela que instituiu o Sr. Brás Afonso na Igreja de S. Tomé desta corte. Dada em Lisboa a 16 de Março de 1802.	27	72	Sentenças
1779-01-19	Certidão de José Ferreira batalha, escrivão de Agravos e Comissões do termo de composição que fez meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara com a senhora marquesa do Lavradio a respeito da dívida da Sr ^a . D. Catarina de Bourbon. Passada em Lisboa a 19 de Janeiro de 1779.	27	73	Sentenças
CARTAS OU AUTOS DE ARREMATAÇÃO				
1617-02-09	Carta de arrematação da vinha de Mato de Peles que fez Gaspar de Sousa Lobo a Bartolomeu Dias por 25\$000 réis que este lhe devia de dois tonéis de vinho que lhe vendera. Dada em 9 de Fevereiro de 1617. ITEM. Escrito de arrendamento que faz Vicente Garcia pelo qual toma de arrendamento a referida vinha a Gaspar de Sousa Lobo por preço anual de 2\$000 réis. ITEM. Substabelecimento que fez Francisco Malafaia em Manuel Fernandes para tomar posse da dita vinha em nome do senhor Jorge de Figueiredo	23	1	Cartas ou Autos de Arrematação
1750-03-14	Carta de arrematação do tesoureiro do Hospital Real de Lisboa, contra o Senhor Rodrigo António de Figueiredo, por legados não cumpridos da capela que instituiu Catarina Vicente em 1526 na Igreja de S. Julião. Dada em Lisboa a 14 de Março de 1750.	23	2	Cartas ou Autos de Arrematação
1755-01-07	Carta de arrematação que fez o António de Figueiredo de umas casas nobres na Vila da Castanheira as quais eram de Maria Correia, viúva de Manuel de Azevedo da Cruz, pelo preço de 280\$ réis. Dada na dita Vila a 7 de Janeiro de 1755	23	3	Cartas ou Autos de Arrematação
1751-06-17 1751-06-20	Carta de arrematação para título da Sr ^a . D. Leonor Margarida de Meneses, da propriedade de uma vinha sita no lugar do Seixal, termo da Vila de Almada, a qual era de Luísa Rodrigues e seu filho José Simões, rendeiros da dita senhora. Dada e passada na Relação de Lisboa pelo desembargador Bento da Costa de Oliveira e Sampaio a 17 de Junho de 1751. ITEM. Auto de posse que tomou a dita senhora da referida vinha chamada do Lírio, a qual foi de José Roiz Simões, marido e Pai dos mencionados. Passado pelo Tabelião Eliziário de Lima Barbosa a 20 de Julho de 1751.	23	4	Cartas ou Autos de Arrematação
1738-10-10	Sentença e carta de arrematação a favor de Fernando Xavier de Miranda Henriques contra D. Guiomar Josefa de Mendonça pela qual lhe arrematou o seu casal das Acorgas, sito no lugar de Loures, para pagamento do que lhe devia de renda de casas. Dada em Lisboa a 10 de Outubro de 1738.	23	5	Cartas ou Autos de Arrematação

1734-05-08	Carta de arrematação que fez o António de Figueiredo da quinta da Vidigueira que foi do confiscado D. Gaspar Maldonado. Feita em 8 de Maio de 1734. Acha-se no arquivo desta casa mas não em maço.			
1735-01-10	Certidão de Nicolau Caetano da Mota Saldanha, Escrivão da Câmara da Vila da Sertã e seu/termo, do traslado de uma carta de arrematação da compra que fizeram os oficiais da dita câmara de noventa alqueires de pão sabido, no ano de 1624 para darem ao Alcaide mor que então era da referida Vila por contrato que com ele fizeram e na qual também se inclui o traslado do dito contrato. passada na Vila da Sertã em 10 de Janeiro de 1735.	14	18	Sertã
17??-??-??	Carta de arrematação de rendimentos das casas da rua do Funil em que foi executado meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara, como herdeiro do Senhor Rodrigo António de Figueiredo, a requerimento do Vigário e mais religiosos do Real Hospitla de São João Nepomuceno. É traslado em pública forma no qual se acha a escritura de obrigação que fez o António de Figueiredo a Antónia de Sá Morim, viúva de Amaro Gomes Morim, para esta lhe emprestar seis mil cruzados a razão de juro de seis e quarto por cento.	23	6	Cartas ou Autos de Arrematação
1690-08-18 1691-01-10	Sentença de arrematação em praça pública que fez o Senhor Pedro de Figueiredo, de umas casas, pardieiro, nabalinho e hortas que foram da Carvalha e da Prisca, situadas no limite de Vila Chã, as quais propriedades arrematou por 21\$500 réis a Manuel Pinto Cardoso pelo motivo de que arrendando ao dito senhor a comenda de S. João baptista de Sinfães por dois anos, pela renda de 600\$000 réis cada ano, não lhe deu satisfação da referida renda. Dada em 28 de Agosto de 1690. ITEM. Auto de posse que tomou o dito senhor por seu procurador, das referidas propriedades em 10 de Janeiro de 1691.	23	7	Cartas ou Autos de Arrematação
TÍTULOS DE POSSE				
1518-??-??	Sentença de posse e Carta tuitiva que alcançou o Sr. Brás Afonsos Correia, do Desembargo d'el-rei, na qual se declara que ele tinha uns bens, vinhas e olivais no termo desta cidade, entre Alvalade grande e o Lagar das Quatro Portas, que foram de Isabel Nunes e que o assento da Quinta tinha três courelas de vinha, dois olivais, lagar e poço, que estava à entrada no circuito dos Herois e Povo, para que possa agora tirar água dele e fazer seu vinho e azeite no lagar da fazenda, que lho proibiu António Lobo e sua mulher Mécia Lopes e Antidos (?sic), contra os quais alcançou Sentença no possessório(?) na Relação, no ano de 1518.	31	1	Títulos de posse
1582-05-27	Traslado do precatório que passou o doutor Brás Dias de Abreu, Juiz dos órfãos em Lisboa, pelo qual nomeia para tutor do senhor Jorge de Figueiredo e de seus irmãos, filhos do Sr. Rui de Figueiredo, a Jerónimo Correia, Fidalgo da Casa de Sua Magestade, concedendo-lhe licença para que, em nome do referido senhor tome posse das propriedades seguintes = Do Casal do Loural= Do Casal da Cruz= Do Casal da Lobagueira= Casas e celeiro= Do Casal Novo= Do Casal dos Matos= Do Casal da Serra= do Casal do Outeiro = da Vinha da Ribeira da Gesteira= do Casal da Ribeira de Palhais = do Casal da Ribeira de Palhais = do Casal da Carregueira= do Casal de S. Pedro da Cadeira = do Casal Novo da Lobagueira. O dito Precatório foi passado em 27 de Maio de 1582.	31	2	Títulos de posse
1583-12-30	Certidão de nomeação que fez o Sr. Rui de Figueiredo em sua mulher a Sr ^a . D. Catarina de Castro no Prazo da Quinta de Ota. ITEM. Auto de posse que tomou a dita senhora do Prazo de Ota e do Casal de S. Bartolomeu. Dada a 30 de Dezembro de 1583 e a relação dos bens testados.	31	3	Títulos de posse
1598-10-12	Instrumento de posse dado por autoridade de justiça que toma João Carvalho Moniz de umas casas sitas no beco de Mata Porcos e de um casal de Pé de Mú que está em Campolide e isto para se ir pagando de 239\$e tantos réis que lhe devia Pedro Anes Alemão. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião António da Guerra a 12 de Outubro de 1598	31	4	Títulos de posse
1600				
1612-01-02	Ordem de Nuno Coelho, contador do mestrado de Cristo para se dar posse da Comenda de S. Pedro de Merlim a Cristóvão Soares, do conselho d'El-rei e seu secretário, e para que p rendeiro Manuel Fernandes que traz arrendada a comenda por 215\$000 réis a pague ao dito secretário.//Passada em Tomar em 29 de Novembro de 1611. ITEM. Instrumento de posse que tomou Cristóvão Soares da comenda de S. pedro de Merlim. Feito no Assento da Igreja de S. Paio nas Notas do Tabelião André de Castro em 2 de Janeiro de 1612.	31	5	Títulos de posse

1613-04-19	Carta de posse que mandou dar o Doutor Manuel Roiz Cabral, Juiz dos órfãos em Lisboa, a D. Pedro Manoel, das casas, vinha, pomares, laranjal e todas as casas que na dita propriedade estão na Horta de D. Fradique, por se achar findo o arrendamento que se havia feito a Diogo Fernandes por nove anos e preço de 7.500 réis cada ano. Dada em Lisboa a 19 de Abril de 1613. Chama-se laranjal à dita Horta.	31	6	Títulos de posse
1620-02-26	Instrumento de posse que tomou a Sr ^a . D. Maria Manoel de Vilhena por seu procurador, da Herdade do Outeiro, sita na freguesia de S. Lourenço, termo da Vila de Lavre, da qual é rendeiro Domingos André, como também tomou posse do moinho que está junto à Ribeira da referida Vila, a qua posse tomou por morte de seu Irmão António Brandão Soares, filho de João Brandão Soares e de D. Maria de Seixas. Feito na Vila de Lavre nas Notas do Tabelião António Ferreira em 26 de Fevereiro de 1620. A Procução que esta senhora passou para se tomar a referida posse menciona também o tomar-se das três moradas de casas da Cutelaria em Lisboa.	31	7	Títulos de posse
1620-03-06	Instrumento de testemunhas dado por mandado de Justiça da posse que tomou a Sr ^a . D. Maria Manoel de Vilhena do morgado em Sintra, que herdou por morte de seu irmão António Brandão Soares. Feito na Vila de Sintra pelo Tabelião Brás Roiz de Lemos em 6 de Março de 1620.	31	8	Títulos de posse
1626-01-19 1626-01-27	Auto de posse que tomou por seu procurador a Sr ^a . D. Maria de Lima, das propriedades que lhe deixou seu marido António Fernandes d'Elvas e são as seguintes: da Quinta, horta, terras, olival e casas no Campo de Alvalade Grande= das Casas da rua da Bemposta= das casas da Rua da Atalaia = Das casas da Rua dos Mercadores por detrás de S. Julião= das Casas às Pedras Negras= de das casas da Rua Direita das Portas de Santa Catarina. Dada em 19 e 27 de Janeiro de 1626	31	9	Títulos de posse
1640-01-27	Instrumento de posse que tomou Diogo de Brito de todos os bens e morgado que ficou por falecimento da Senhora Condessa de Atalaia, D. Iria de Brito, sitos na Vila de Alcochete, da Quinta em //Valbom e umas marinhas. Feito na Vila de Alcochete nas Notas do Tabelião Rui Mendes em 27 de Janeiro de 1640.	31	10	Títulos de posse
1640-02-22	Instrumento em pública forma por mandado e autoridade de justiça, da posse que tomou Diogo de Brito como sucessor nos morgados que vagaram por morte da Sr ^a . D. Iria de Brito, condessa de Atalaia, principalmente de uma courela de terra no campo de Monção, termo da Vila de Santarém, a que chamam a Godinha e se apossou dela mansa e pacificamente e no mês de Fevereiro de 1640, de que se passou instrumento de testemunhas no Juizo geral da dita Vila em 20 de Março do mesmo ano, escrivão António Tavares, Tabelião na referida Vila. Feito em Santarém em 22 de março de 1640.	31	11	Títulos de posse
1656-08-05	Instrumento de posse que tomou a Sr ^a . D. Jerónima Lobo de uma morada de casas sita na entrada da rua da Caldeiraria, as quais pertenciam aos bens de seu marido Diogo de Brito. Feito em Lisboa a 5 de Agosto de 1656. ITEM. Escrito de D. Francisco de Azevedo e Ataíde pelo qual se declara que as casas acima mencionadas não pertencem ao morgado de que ele tomou posse por morte de Diogo de Brito. Feito em Lisboa a 4 de Agosto de 1656. ITEM. Petição que fez D. Francisca Violante de Brito para que um inquilino das referidas casas lhe pagasse 40\$000 réis do senno que elas pagavam e tinha comprado seu pai, Duarte Gomes.	31	12	Títulos de posse
1663-07-23	Instrumento de justificação por meio de testemunhas da posse que tomou a Sr ^a . D. Jerónima Lobo, do casal de Janes, termo da Vila de Sintra. Feito pelo Tabelião Manuel Camacho de Barbuda em 23 de Julho de 1663.	31	13	Títulos de posse
1664-05-26	Auto de posse que tomou António Moura da Silva, marido da Sr ^a . D. Mariana Coutinho da quinta do Lumiar e suas pertenças em 26 de Maio de 1664.	31	14	Títulos de posse
1678-06-02	Instrumento da posse que tomou o Sr. Rui de Figueiredo por seu procurador da Herdade do Monte do Outeiro e de um moinho que está a ele junto, tudo na Freguesia de S. Lourenço, termo da Vila de Lavre. Feito na dita Vila pelo Tabelião Manuel José Miguens em 2 de Junho de 1678.	31	15	Títulos de posse
1679-02-10	Instrumento da posse que tomou o Sr. Pedro de Figueiredo por seu procurador da Herdade do Monte do Outeiro e de um moinho que está junto, e pertence à dita herdade, sito tudo na Freguesia de S. Lourenço, termo da Vila de Lavre. Feito na mesma Vila pelo Tabelião Manuel José Miguens em 10 de Fevereiro de 1679	31	16	Títulos de posse

1699-09-23 1699-10-11	Auto de posse que tomou Domingos de Paiva como procurador do senhor Henrique de Figueiredo e Sousa, ausente na Índia, de umas casas sitas à Portagem em Lisboa, pertencentes ao morgado que instituiu António Fernandes d'Elvas, de que foi primeira administradora sua filha a Sr ^a . D. Mariana // de Lima, por cuja morte ficaram pertencendo ao dito senhor. Feito em Lisboa pelo Tabelião João da Costa a 23 de Setembro de 1699. ITEM. Desistência que fizeram os Condes da Ericeira no Senhor Pedro de Figueiredo, como procurador de seu irmão o Senhor Henrique de Figueiredo das referidas casas acima mencionadas. Lisboa 11 e Outubro de 1699.	31	17	Títulos de posse
1699-09-23 1699-10-11	Instrumento de posse que tomou Domingos de Paiva, como procurador do Senhor Henrique de Figueiredo e Sousa, ausente no Estado da Índia, no Concelho da Fazenda, de dois juros, um de 136\$360 réis assente no Almoarifado d'elvas e outro de 100\$000 réis no Almoarifado da Portagem de Lisboa. dos quais foi possuidora a Sr ^a . D. Mariana de Lima, por cujo falecimento ficaram pertencendo ao referido senhor Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião João da Costa a 23 de Setembro de 1699. ITEM Desistência que fizeram os Condes da Ericeira no Senhor Pedro de Figueiredo, como procurador de seu irmão o Senhor Henrique de Figueiredo dos referidos dois juros acima mencionados. Lisboa 11 e Outubro de 1699.	31	18	Títulos de posse
1700				
17??-??-??	Instrumento de posse com o teor de ditos de testemunhas que tomou a Sr ^a . D. Leonor Margarida de Meneses, por seu procurador, da quinta e mais fazendas do Lugar do Seixal, termo da Vila de Almada. Feito em Lisboa pelo Tabelião Miguel Tavares de Moraes a 29 de Dezembro de 1700.	31	19	Títulos de posse
1701-01-07	Instrumento de posse que tomou no concelho da Fazenda a Sr ^a . D. Leonor Margarida de Meneses por seu procurador, de um juro de 16\$ etantos réis situado na Chancelaria do Reino o qual Juro lhe deixou em testamento sua tia a Sr ^a . D. Mariana Coutinho. Feito em Lisboa pelo Tabelião Miguel Tavares de Moraes a 7 de Janeiro de 1701.	31	20	Títulos de posse
1722-03-31	Auto de posse que tomou o António de Figueiredo por morte de seu Pai, o Sr. Pedro de Figueiredo da herdade da Aniza e suas pertenças sita no termo de Grândola. Feito na dita herdade pelo Tabelião Manuel Pereira de Castro e 31 de Março de 1722.	31	21	Títulos de posse
1722-04-08	Auto de posse que tomou o António de Figueiredo por seu procurador de todos os bens assim de casas como fazendas que possuía seu Pai, o Sr. Pedro de Figueiredo em Lisboa e termo. Feito em Lisboa a 8 de Abril de 1722.//	31	22	Títulos de posse
1722-04-21	Instrumento de mandado de posse que tomou o António de Figueiredo por seu procurador de todas as propriedades pertencentes ao morgado da Lobagueira e o mesmo da Ermida de Nossa Senhora da Encarnação sita no dito lugar. Feito na Vila de Torres Vedras nas Notas do Tabelião João Nunes da Fonseca em 21 de Abril de 1722.	31	23	Títulos de posse
1722-04-22	Instrumento de posse da quinta do Carregado e Monte de Loios que tomou o António de Figueiredo. Feito na Vila de Alenquer nas Notas do Tabelião Francisco Soares Bezerra em 22 de Abril de 1722.	31	24	Títulos de posse
1722-05-20	Auto de posse que tomou o António de Figueiredo dos Maninhos da Vila da Covilhã por morte de seu Pai, o senhor Pedro de Figueiredo. Feito na Vila da Covilhã pelo Tabelião Francisco Teles Homem em 20 de Maio de 1722.	31	25	Títulos de posse
1722-09-04	Instrumento de justificação de testemunhas e posse que tomou o António de Figueiredo por seus procuradores das terras do Vale, no termo de Santarém, das Lezíria da Praia e Mouchão de Esfola Vacas no termo da Azambuja. Feito na Vila da Azambuja pelo Tabelião Manuel Ribeiro de Fontes em 4 de Setembro de 1722.	31	26	Títulos de posse
1722-10-21	Instrumento de justificação de posse dado e mandado passar por autoridade de justiça que tomou o António de Figueiredo da herdade de S. Lourenço do Outeiro, termo da Vila de Lavre. Feito na Vila da Azambuja, pelo Tabelião Manuel Ribeiro de Fontes em 21 de Outubro de 1722.	31	27	Títulos de posse
1743-08-26	Sentença cível de posse que teve a seu favor o António de Figueiredo contra José Henriques, por este lhe impedir a serventia que elas suas terras faziam os criados do dito senhor em Ota e da referida causa fez ele desistência por um termo que está incluído na sentença. Dada e passada na Vila de Alenquer pelo capitão João de Gusmão Pereira, Juiz vereador em 26 de Agosto de 1743.	31	28	Títulos de posse
1751-09-08	Auto de posse que tomou por seu procurador a Sr ^a . D. Paula de Meneses, da quinta do Paço do Lumiar e do prazo anexo a ela que lhe deixou sua tia a Sr ^a . D. Leonor Margarida de Meneses. Feito em 8 de Setembro de 1751.	31	29	Títulos de posse

1757-06-15 1757-06-16	Sentença de posse que alcançou o António de Figueiredo contra os religiosos carmelitas da Vila de Colares por lhe terem usurpado um pedaço de terra do casal que o dito senhor tem no distrito da mesma Vila a que chamam do Rio das Pombas e isto por terem mandado tomar as terras do seu convento. Dada em Lisboa a 15 de Junho de 1757 e com declaração que se fez no tombo novo e velho disto. IBY. Auto de posse que o dito senhor tomou por seu procurador da referida terra do Rio das Pombas a 16 de Junho de 1757.//	31	30	Títulos de posse
1759-06-06	Carta de posse que tomaram os senhores D. Vasco da Câmara e Rodrigo António de Figueiredo Correia das terras do sítio chamado a Matinha, no limite do lugar de Ota que parte com o Bunhal as quais se lhe julgaram por sentença que alcançaram contra o doutor Caetano da Costa Matoso. Dada em Lisboa em o 1º de Abril de 1759. IBY. Auto de posse que tomaram os referidos senhores das terras acima mencionadas. Feito em 6 de Junho de 1759.	31	31	Títulos de posse
1760-11-22 1760 -12-03	Carta de diligência de posse passada a requerimento do António de Figueiredo para em virtude dela se lhe dar a posse das fazendas que lhe foram julgadas na sentença da Relação que vem incerta na dita carta sobre que contendia com Caetano da Costa Matoso, como herdeiro de seu pai o senhor Doutor Manuel Madeira de Sousa, cometidas às justiças da Vila de Alenquer ou a quem pertencer, para que a façam cumprir metendo-o de posse da fazenda sita em Val de Pedras junto a Ota. Dada em Lisboa a 22 de Novembro de 1760. IBY. Auto de posse que tomou meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara do casal de Vale das Pedras em 3 de Dezembro de 1760	31	32	Títulos de posse
1760-12-20	Auto de posse que tomou o António de Figueiredo Correia da quinta do Serrado e terra chamada das Barradas sita no lugar do Carregado, Limite e termo de Alenquer. Dada no mês de Dezembro de 1760. IBY. Auto de posse que tomou o senhor da quinta de Monte de Loios. dada em 20 de Dezembro de 1760.	31	33	Títulos de posse
1762-04-15	Auto de posse que tomaram meus avós os senhores D. Vasco da Câmara e D. Madalena Luísa de Lencastre por seu procurador da Herdade da Cabeça do Azinho sita na freguesia de Santo Estêvão, termo da Vila de Serpa. Feito na dita Vila em 15 de Abril de 1762.	31	34	Títulos de posse
1770-02-23 1802-04-30	Carta de posse para título de meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara dos bens nela declarados que os teve em causa contra Caetano da Costa Matoso como herdeiro de seu pai o doutor Manuel Madeira de Sousa e o visconde de Mesquitela. Dada em Lisboa a 23 de Fevereiro de 1770. IBY. Decreto do senhor rei D. José 1º para que o corregedor da comarca de Santarém meta de posse das fazendas de que faz menção a sentença a meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara. Lisboa o 1º de Março de 1770. IBY. Auto de posse que tomou o dito senhor e demarcação da charneca que pega com o Paúl do Archino, por// outro nome Bunhal em 20 de Junho de 1770. ITEM. Sentença do corregedor da Comarca de Santarém Bernardo José da Cunha de Gusmão e Vasconcelos, Juiz do tombo da Coroa, pela qual há por levantado o sequestro que por aquele Juízo se fez no prazo denominado do Bunhal.sito no paul de Ota. Dada em Santarém a 30 de Abril de 1802. ITEM. Certidão dos Artigos de oposição que formou Caetano da Costa Matoso. ITEM. Planta das fazendas de Ota. ITEM.certidão da sentença da Relação na causa com o Doutor Madeira.	31	35	Títulos de posse
17??-??-??	Posse que tomou o António de Figueiredo dos bens nomeados para pagamento de 4:059\$réis à razão de juro que pediu o senhor Caetano Francisco Cabral, que por uns Padrões de Juro rela pertenciam ao morgado e obrigou à satisfação deste dinheiro por escritura, os bens e foros que constam da relação junta com a notificação que se fez aos rendeiros e foreiros para não entregarem as rendas e foros se não ao dito senhor para inteiro pagamento do rendimento dos juros do capital.	31	36	Títulos de posse
1775-06-14 1775-06-20	Posse que tomou meu pai o Sr. D. Pedro da Câmara por seu procurador das comendas de S. Pedro de Merlim, S. Tiago de Besteiros, S. João Baptista de Sinfães em 20 de Junho de 1775; e de S. Salvador de Castelões em 14 de Junho de 1775.	31	37	Títulos de posse

1741-03-09 1778-03-09	Auto de posse que tomou meu pai o Sr. D. Pedro da Câmara por seu procurador de todas as fazendas do sítio da Malhada do Touro, por cima da Lomba de S. Tiago, limite do lugar de Turtuzendo, termo da Vila da Covilhã. Feito no dito sítio nas Notas do Tabelião José de Figueiredo Frazão de Castelo Branco Cardoso em 30 de Outubro de 1778. IBY. Auto de posse que tomou o dito senhor por seu procurador do sítio de Val de Forno, junto ao Ameal, por cima do Ribeiro da Maceira, Limite do lugar de Turtuzendo, termo da clã da Covilhã. Feito no referido sítio nas Notas do Tabelião acima declarado em 30 de Outubro de 1778. IBY Auto de medição e demarcação que principia na Malhada do Touro por cima da Lomba de S. Tiago e finda na mesma Malhada. Feita em o 1º de Março de 1741. IBY. Segunda medição e demarcação que principiou no Fundo de Val de Forno, junto ao Ameal e finda no mesmo sítio. Feita em 9 de Março de 1741.	32	38	Títulos de posse
1781-03-15	Carta de posse e levantamento de sequestro da Quinta do Cartaxo e Herdade de Serpa a favor de meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara a respeito dos bens que lhe foram julgados de morgado, // na causa em que foi parte D. Catarina Avertana de Meneses Cabral. Lisboa 15 de Maio de 1781. ITEM. Testamento da Srª. D. Filipa de Meneses pelo qual deixa um juro de 100\$000 réis que possuía na Casa de Monsanto aos sucessores da de Belmonte. Feito em Lisboa a 28 de Junho de 1682. ITEM. Testamento da Srª. D. Mariana de Haro, viúva de João Mendes de Vasconcelos pelo qual vincula em morgado além de outros bens, uma herdade que está no termo de Serpa que chamam de João Pereira, as vinhas e fazendas que tinha onde chamam o Algarve, e matos que estão no termo de Alenquer. Feito em Lisboa a 13 de Setembro de 1654. ITEM. Testamento do Senhor Francisco Cabral pelo qual institui em morgado vários juros que possuía nos Almoxarifados deste Reino e a Quinta sita ao Cartaxo, com obrigação de ter aceso um círio grosso diante de Nossa Senhora da Esperança, no lugar dos Padres Terceiros junto a Belmonte, desde as seis horas da manhã até às Avé Marias. ITEM. Auto de posse da Quinta das laranjeiras ao Cartaxo que mandou tomar meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara por seu procurador em 13 de Julho de 1781. Com o levantamento do sequestro. ITEM. Auto de posse que tomou o dito senhor por seu procurador da herdade da Cabeça de Azinho em outro tempo chamada de João Pereira, sita na Freguesia de Santo Estêvão, termo da Vila de Serpa, em 30 de Julho de 1781. Com o levantamento de sequestro e várias notícias pertencentes à Casa dos Senhores de Belmonte.	33	39	Títulos de posse
1783-02-05	Sentença cível de adjudicação para a posse que tomou meu pai o Sr. D. Pedro da Câmara de todas as propriedades, foros e rendas que na mesma sentença se declaram em virtude da execução que fazia a D. Catarina Avertana de Meneses Cabral. Dada e passada em Lisboa pelo Dezembargador José Mascarenhas Salter de Melo e Mendonça a 5 de Fevereiro de 1783.	33	40	Títulos de posse
1788-04-04	Certidão de José dos Reis Teixeira Castelão, escrivão da provedoria da Comarca de Castelo Branco, das propriedades e foros de que tomou posse a coroa e que eram pertencentes à alcaidaria mor de Belmonte, vaga por morte do Senhor Caetano Francisco Cabral. Passada em Castelo Branco a 4 de Abril de 1788.	33	41	Títulos de posse
1790-04-23	Instrumento de auto de posse que tomou meu pai o Sr. D. Pedro da Câmara por seu procurador de uma terra no sítio de S. João, subúrbio de Torres Vedras de outra no sítio de Ponte de Rei ou Corredoura, de um chão de pousio com outro, salgueiros onde algum tempo houveram, casas e currais, de que já não há vestígios, tudo no sítio da Ermida de Nossa Senhora do Ameal, ou Expectação, de outra terra sita no sítio de Alconde ou Ribalta, outra no sítio da Conquinha, outra chamada outra chamada das Xixaras no cimo da Calçada, outra no distrito do lugar do Barro de outra no sítio do Carrascal, todas nas vizinhanças de Torres Vedras, as quais terras lhe nomeou sua tia a senhora Comendadeira D. Paula Margarida de Meneses. Feito na Vila de Torres Vedras nas Notas do Tabelião Caetano Alberto de Magalhães em 23 de Abril de 1790.	33	42	Títulos de posse
1794-10-13	Carta geral de posse a favor de minha mãe a Srª. D. Mariana de Meneses que a respeito de seu apanágio lhe foi adjudicado o rendimento da Comenda de S. João Baptista de Sinfães por falecimento de meu pai o Sr. D. Pedro da Câmara. Dada em Lisboa a 13 de Outubro de 1794.	33	43	Títulos de posse
1807-08-28	Carta de posse passada a requerimento do senhor Conde Porteiro Mor D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara para este senhor a tomar dos bens da capela instituída pelo padre Baltasar Alves, na Vila e termo de Maçãs de D. Maria, de que o Príncipe Regente Nosso Senhor lhe fez mercê de juro e herdade por falecimento do último administrador, António da Costa Soares. Dada e passada em Lisboa a 28 de Agosto de 1807. IBY. Testamento do Padre Baltasar Alves pelo qual instituiu a dita capela, e menciona as propriedades que deixa para ela.	33	44	Títulos de posse
MERCÊS DA COROA				

data da publica forma?	Cópia em pública forma do privilégio que el-rei D. Dinis concedeu às religiosas do Mosteiro de Odivelas para que os homens que pertencem ao dito Mosteiro, são sejam constrangidos nem penhorados a pagarnas peitas, em talhas entre eles, salvo se os referidos homens que lavram e moram nas almoinhas, nos olivais reguengos e herdamentos que ele havia dado aquele mosteiro, houverem algumas possessões ou alguns seus herdamentos próprios. Dado em Frielas a 21 de Setembro de 1344	29	1	Mercês da Coroa
data da publica forma?	Alvará do senhor rei D. Manuel pelo qual concede ao Sr. Brás Afonso Correia, predecessor da Casa do Senhor Pedro de Figueiredo, para que junto do muro da cidade aonde tinha umas estrebarias, quintal e pardieiros possa no referido muro acostar-se a ele e fazer janelas que dêem serventia às suas casas, enquanto disse à largura que tinham que eram vinte e quatro braças e cinco palmos. Passado em Lisboa a 15 de Junho de 1499.	29	2	Mercês da Coroa
	1500			
1509-02-01 1518-05-20	Carta de confirmação real em tempo do senhor rei D. Manuel que confirma em aforamento perpétuo que tinha feito o Juiz almoxarife dos Direitos Reais da Vila da Covilhã a Luiz Vaz, lavrador, a sua mulher Andreza Vaz e herdeiros, de umas terras onde chamam o Vale da Brôtea que levavam de sementeira vinte alqueires de trigo e três quartas, aos sobreditos moradores no lugar do Dominguiço, com o foro pelo Natal de dois alqueires de trigo um de centeio uma galinha e uma pássara, ou cinco réis por ela, com proibição de as venderem ou escambarem a pessoa defesa em Direito. Foi feito o primeiro foro pelo Juiz em o 1º de Fevereiro de 1509 e confirmado em 20 de Maio de 1518. Assinada pelo Barão do Alvito.	29	3	Mercês da Coroa
1555-12-26	Provisão da Senhora Rainha D. Catarina pela qual faz mercê de doze mil réis cada ano por tempo de seis anos, assentados nos Portos Secos, ao Sr. Rui de Figueiredo, Fidalgo da Casa d'el-rei, cujos seis anos principiaram em o 1º de Janeiro de 1556. Passada em Lisboa a 26 de Dezembro de 1555.	29	4	Mercês da Coroa
1469-04-22	Traslado do privilégio que o senhor rei D. Afonso 5º concedeu ao senhor João de Figueiredo, fidalgo e alcaide do Castelo da Covilhã para os seus criados, lavradores, caseiros, e mordomos não pagarem peitas, fintas e outras mais coisas expressadas no privilégio o qual é muito atendível. Dado em Lisboa a 22 de Abril de 1469.	29	5	Mercês da Coroa
1595-04-07	Provisão do Desembargo do Paço a favor de Francisco Lobo da Gama, para que toda a rês que se achar dentro da sua quinta, vinhas, e terras sementeiras do Carregado paguem seus donos, pelas grandes quinhentos réis por cada uma e pelas pequenas a trezentos réis. Feita em Lisboa a 7 de Abril de 1595.//	29	6	Mercês da Coroa
	1600			
1603-05-26	Alvará d'el-rei D. Filipe 2º de Portugal pelo qual faz mercê a Diogo de Brito, filho de Cristóvão de Brito e neto de Lopo de Brito, todos fidalgos de sua casa de o tomar por moço fidalgo com mil réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia. Feito em Lisboa a 26 de Maio de 1603.	29	7	Mercês da Coroa
1603-12-06	Provisão d'el-rei D. Filipe 2º de Portugal porque mandou lançar o hábito da Ordem de Cristo ao Sr. Rui de Sousa de Alarcão por qualquer pessoa eclesiástica da ilha de S. Tomé, onde ele estava por governador e o fez o Vigário geral e Arcediago e foi armado cavaleiro na igreja de Nossa Senhora da Conceição em 10 de Abril de 1604. Feitas em Lisboa a 6 de Dezembro de 1603.	29	8	Mercês da Coroa
1611-08-12	Carta d'el-rei D. Filipe 3º de Portugal pela qual faz mercê a Cristóvão soares do seu conselho, seu secretário de Estado, da Comenda de S. Pedro de Merlim, do Arcebispado de braga, na Ordem de Cristo, com declaração que com ela há-de ficar satisfeito da promessa que tinha de uma comenda de lote de 3000\$000 réis e para a poder ter com outra que já tem. Dada em Lisboa em 12 de Agosto de 1611.	29	9	Mercês da Coroa
1641-01-26	Alvará do foro de moço fidalgo de que fez mercê el-rei D. Filipe 4º ao Sr. Henrique de Figueiredo, filho do Sr. Jorge de Figueiredo, com moradia de mil réis por mês. Passado em Lisboa a 10 de Novembro de 1627. ITEM. Patente do cargo de capitão de uma das companhias de infantaria, das que se mandaram levantar na comarcas de Trás-os-Montes, de que fez mercê o Sr. rei D. João 4º ao Sr. Henrique de Figueiredo. Dada em Lisboa em 26 de Janeiro de 1641.	29	10	Mercês da Coroa
1632-03-02	Alvará d'el-rei D. Filipe 4º pelo qual faz mercê ao Sr. Luís Gomes de Figueiredo de o aceitar no foro de moço fidalgo, acrescentado a fidalgo escudeiro e cavaleiro de sua Casa com 2000 réis de moradia por mês. Passado em Lisboa a 2 de Março de 1632.	29	11	Mercês da Coroa
1638-10-20	Alvará d'el-rei D. Filipe 4º pelo qual faz mercê ao Sr. Jorge de Figueiredo de que possa testar da Capitania da Fortaleza de Damão e do cargo de capitão mor das Naus da Índia. Feito em Lisboa em 20 de Outubro de 1638. Está duplicado.	29	12	Mercês da Coroa

1639-10-18	Alvará d'el-rei D. Filipe 4º pelo qual faz mercê ao Sr. Jorge de Figueiredo, fidalgo da sua Casa de uma // viagem das naus da Índia que é a que tinha seu filho António de Figueiredo, concedendo-lhe no que toca o tempo e vagante da dita viagem, tudo o que conforme o Direito se pode fazer e que haja com ele o ordenado proes (?) e precalços que lhe pertencem. Feito em Lisboa a 18 de Outubro de 1639.	29	13	Mercês da Coroa
1641-08-23	Carta d'el-rei D. João 4º, pela qual faz mercê ao Sr. Jorge de Figueiredo, fidalgo da sua Casa, da comenda de S. Salvador da Vila de Santarém da Ordem de S. Tiago e que possa testar dela. Dada em Lisboa em 23 de Agosto de 1641.	29	14	Mercês da Coroa
1643-09-04	Carta do Sr. rei D. João 4º, pela qual faz mercê ao Sr. Cristóvão Soares, do seu conselho e seu secretário de Estado, de licança para que possa nomear por sua morte as duas comendas que tem em uma de suas filhas ou em duas, repartindo-as como lhe parecer. Feito em Lisboa em 4 de Setembro de 1643.	29	15	Mercês da Coroa
1644-12-03	Alvará do Sr. Rei D. João 4º pelo qual faz mercê à SRª. D. Maria de Noronha, filha segunda do Sr. Cristóvão Soares, secretário de Estado e de sua mulher a Srª. D. Catarina de Noronha, de uma vida mais na comenda de S. Pedro de Merlim, na Ordem de Cristo, alem da que já tem. Passado em Lisboa em 3 de Dezembro de 1644.	29	16	Mercês da Coroa
1641-01-27 1648-03-12	Alvará d'el-rei D. João 4º pelo qual faz mercê ao Sr. Luís Gomes de Figueiredo de um escudo de vantagem sobre qualquer soldo. Feito em Lisboa a 25 de Abril de 1645. ITEM. Patente do dito Sr. Pela qual faz capitão de Infantaria ao Sr. Luís Gomes de Figueiredo. Dada em Lisboa a 27 de Janeiro de 1641. ITEM. Patente do referido senhor pela qual faz capitão de cavalos do exército da província do Alentejo ao Sr. Luís Gomes de Figueiredo. Dada em Montemor o Novo em 20 de Novembro de 1645. ITEM. Patente do referido senhor pela qual faz comissário da Cavalaria do exército do Alentejo ao Sr. Luís Gomes de Figueiredo. Dada em Lisboa a 12 de Março de 1648. ITEM. Carta do dito Sr. para o Sr. Luís Gomes de Figueiredo, na qual noticia o havê-lo nomeado comissário geral da cavalaria. Feita em Lisboa a 11 de Março de 1648. ITEM. Várias atestações e papéis pertencentes ao Sr. Luís Gomes de Figueiredo.	29	17	Mercês da Coroa
1648-01-18	Carta pela qual o Sr. Rei D. João 4º faz mercê ao de Figueiredo de Alarcão, Fidalgo de sua Casa do direito dos Maninhos da Vila da Covilhã, para que os goze em sua vida na forma em que seu pai e avô o tiveram. Dada em Lisboa a 18 de Janeiro de 1648.	29	18	Mercês da Coroa
1653-05-02	Carta do Sr. rei D. João 4º, pela qual faz mercê ao Sr. Rui de Figueiredo da Comenda de S. Pedro // de Merlim na Ordem de Cristo. Dada em Lisboa em 2 de Maio de 1653.	29	19	Mercês da Coroa
1654-12-09	Alvará do Sr. Rei D. João 4º pelo qual há por boa a troca que fez a Srª. D. Mariana Coutinho com os padres de S. Bento dos Loios, para lhe ficar livre a quinta do Seixal, que estava obrigada aos ditos padres em cinco mil réis cada ano. Feito em Lisboa em 9 de Dezembro de 1654.	29	20	Mercês da Coroa
1657-03-22	Certidão de um assento que está nos livros da Secretaria das mercês que fez el-rei D. Filipe 3º no título de D. Rodrigo Lobo, Fidalgo de sua majestade. Passada em Lisboa em 22 de Março de 1657.	29	21	Mercês da Coroa
1651-08-14 1656-03-11	Cópia das mercês que se acham registadas feitas aos Srs. Rui de Figueiredo e Pedro de Figueiredo em diversos anos. ITEM. Cópia da mercê de quatrocentos mil réis de renda efectiva e da comenda de S. Salvador de Castelões, feita ao Sr. Rui de Figueiredo, com qualidade de poder testar dela em filho. Lisboa 11 de março de 1656. ITEM. Cópia da mercê de uma comenda de lote de trezentos mil reis feita ao Sr. Luís Gomes de Figueiredo, filho do Sr. Jorge de Figueiredo. Lisboa, 14 de Agosto de 1651.	29	22	Mercês da Coroa
1657-11-11	Alvará da Srª. Rainha D. Luísa pelo qual faz mercê ao Sr. Rui de Figueiredo, fidalgo da casa de S. Majestade, que por morte lhe possa seu filho suceder na Comenda de S. Tiago de Besteiros de que o dito Sr. É provido. Feito em Lisboa em 11 de Novembro de 1657.	29	23	Mercês da Coroa
1652-12-05	Alvará do príncipe D. Afonso pelo qual faz mercê ao de Figueiredo de Alarcão de o enviar à Vila de Santarém para tratar da fortificação dela, com toda a jurisdição em matérias da guerra. Feito em Lisboa em 5 de Dezembro de 1652.	29	24	Mercês da Coroa
1655-04-03	Padrão de cem mil réis de tença, assentados na Casa das Carnes de que fez mercê o Sr. rei, D. João 4º ao Sr. Rui de Figueiredo de Alarcão em sua vida, Feito em Lisboa a 3 de Abril de 1655.	29	25	Mercês da Coroa
1657-08-14	Alvará da Srª. Rainha D. Luísa pelo qual faz mercê entre outras ao Sr. Rui de Figueiredo, fidalgo da casa de S. Majestade, para que possa testar em filho a Comenda de S. Salvador de Castelões de que é provido. E que a comenda de S. João de Sinfães de que também é provido por morte dele ficará a seu filho legítimo se o tiver e em falta a irmão legítimo. Feito em Lisboa a 14 de Agosto de 1657.	29	26	Mercês da Coroa

1667-03-31	Carta da fortaleza de Damão, de que fez mercê o Sr. Rei D. Afonso 6º ao Sr. Rui de Figueiredo //de Alarcão pelo mesmo tempo e vagante em que estava dada a seu pai o Sr. Jorge de Figueiredo. Feita em Lisboa em 31 de Março de 1667.	29	27	Mercês da Coroa
1667-03-31	Provisão do o Sr. Rei D. Afonso 6º ao Sr. Rui de Figueiredo de Alarcão, que nele tenha efeito a capitania mor das Naus da Índia na mesma vagante em que estava dada a seu pai o Sr. Jorge de Figueiredo. Feita em Lisboa em 31 de Março de 1667.	29	28	Mercês da Coroa
1668-03-16	Alvará do Sr. Rei D. Afonso 6º pelo qual faz mercê ao Sr. Rui de Figueiredo de Alarcão, de licença para que neste Reino ou na Índia poder renunciar à fortaleza de Damão na vagante de 31 de Janeiro de 1624. Feito em Lisboa em 16 de Março de 1668. ITEM. O mesmo alvará acima que serve de 3ª via.	29	29	Mercês da Coroa
1670-10-24	Mandado do príncipe regente D. Pedro para o tesoureiro mor do Reino entregar ao Tesoureiro da Casa 182\$847 réis para com eles fazer pagamento ao Sr. Rui de Figueiredo de Alarcão que lhe eram devidos. Passado em Lisboa em 14 de Janeiro de 1670.	29	30	Mercês da Coroa
1670-06-10	Mandado do príncipe regente D. Pedro pelo qual manda ao tesoureiro mor do Reino entregue ao Tesoureiro da Casa 285\$000 réis para com eles fazer pagamento ao Sr. Rui de Figueiredo de Alarcão que lhe eram devidos. Passado em Lisboa em 10 de Junho de 1670	29	31	Mercês da Coroa
1651-03-20	Decreto pelo qual o senhor rei D. Pedro 2º nomeia o Sr. Rui de Figueiredo de Alarcão capitão de aventureiros. Lisboa 26 de Junho de 1659. O referido decreto é do Sr. Rei D. João 4º. ITEM. Aviso do Secretário de Estado Pedro Vieira da Silva para que o dito Senhor faça nomeamento de alferes e sargento para a companhia de aventureiros. Paço, 20 de Março de 1651.	29	32	Mercês da Coroa
1680-10-24	Certidão de Frei Gabriel de Amaral D. Prior do convento de Tomar pela qual consta ter lançado o hábito da Ordem de Cristo ao Senhor Pedro de Figueiredo. Passada em 24 de Outubro de 1680.	29	33	Mercês da Coroa
1682-05-27	Alvará do Príncipe regente D. Pedro pelo qual manda que pela Junta do Comércio geral e pelos cinquenta mil cruzados consignados para despesa da Nau Santo António da Armada que vai para a Saboia, se pague ao Sr. Pedro de Figueiredo o soldo que lhe toca de capitão tenente por ir embarcado na dita Nau, durante soment o tempo da referida Armada. Feito em Lisboa em 27 de Maio de 1682.	29	34	Mercês da Coroa
1699-09-09	Alvará do Sr. Rei D. Pedro 2º pelo qual faz mercê ao Sr. D. João de Meneses, filho do Sr. Rui de Figueiredo, moço fidalgo da sua Casa de o tomar no mesmo foro com mil réis de moradia por mês. Feito em Lisboa em 9 de Setembro de 1699.	29	35	Mercês da Coroa
1699-09-30	Certidão da Torre do Tombo da mercê que fez o Sr. Rei D. Manuel Manuel a Lopo de Sousa Coutinho da Administração da capela de Pero Escuro, sita em Santarém. Com a relação das propriedades que lhe pertence. Passada nos casais da Lapa, freguesia de S. Pedro, termo de Santarém em 30 de Setembro de 1699.	29	36	Mercês da Coroa
1696-03-13	Traslado em pública forma da Resolução de S. Majestade de 10 de Março de 1696 em consulta do conselho ultramarino de 3 do mesmo pela qual se fez mercê ao Sr. Henrique de Figueiredo, filho do Sr. Rui de Figueiredo sobre a boa vontade com que se ofereceu para ir servir nos Estados da Índia e o dito seu pai haver sido gentil homem da câmara e governador de Armas da província de Trás os Montes de promessa de comenda da Ordem de Cristo de lote de 200\$000 réis e enquanto nela não entrar, os mesmos de tença efectivos nos Almojarifados do Reino, dos quais logrará doze a título do hábito da dita Ordem, e que vença na Índia soldo e moradia. De mais 250\$000 réis de ajuda de custo. Lisboa 13 de Março de 1696	29	37	Mercês da Coroa
1700				
1702-02-15	Padrão de 188\$000 réis efectivos de tença cada ano de que o senhor rei D. Pedro 2º fez mercê ao Sr. Henrique de Figueiredo além de doze mil réis que mais há-de haver com o Hábito de Cristo enquanto nao entrar em comenda de lote de duzentos mil réis. Feito em Lisboa em 15 de Fevereiro de 1702.	29	38	Mercês da Coroa
1702-03-04	Padrão de doze mil réis de tença cada ano a título do Hábito de Cristo de que fez mercê o Sr. Rei D. Pedro 2º ao Sr. Henrique de Figueiredo com promessa dos duzentos mil réis de tença efectiva com que foi respondido enquanto não entrasse em comenda do mesmo lote. Feito em Lisboa em 4 de Março de 1702	29	39	Mercês da Coroa
1709-04-05	Cópia do decreto pelo qual o Sr. Rei D. Pedro 2º fez mercê ao Sr. Henrique de Figueiredo de Alarcão do posto de General dos Galeões do Estado da Índia. Lisboa 5 de Abril de 1709.	29	40	Mercês da Coroa

1720-02-29	Padrão de 12\$000 réis de tença efectiva cada ano de que fez mercê o Sr. Rei D. João 5º a Luís Gonçalves da Câmara Coutinho para os ter com o hábito da Ordem de Cristo por conta de 200\$000 réis de tença com que foi deferido enquanto não entrar em comenda de lote de 280\$000 réis de que tinha promessa. Feito em Lisboa em 29 de Fevereiro de 1720	29	41	Mercês da Coroa
1684-06-10	Carta do Sr. rei D. Pedro 2º, pela qual faz mercê ao Sr. Pedro de Figueiredo da Comenda de S. Pedro de Merlim que vagou por falecimento do Sr. Rui de Figueiredo seu Pai. Dada em Lisboa em 10 de Junho de 1684//	29	42	Mercês da Coroa
1720-03-03	Padrão de 188\$000 réis efectivos de tença efectiva de que fez mercê o senhor rei D. João 5º a Luís Gonçalves da Câmara Coutinho além de doze mais que há-de haver a título do hábito de Cristo de que se lhe passou padrão cumprimento dos 200\$000 réis de tença com que foi deferido enquanto não entrar em comenda de lote de 288\$000 réis. Feito em Lisboa em 3 de Março de 1720.	29	43	Mercês da Coroa
1725-10-26	Alvará da Senhora Rainha D. Maria Ana de Áustria pelo qual faz mercê a minha Avó a Srª. D. Madalena Luísa de Lencastre de a aceitar por sua Dama. Feito em Lisboa a 26 de Outubro de 1725.	29	44	Mercês da Coroa
1727-11-27	Carta do Sr. rei D. João 5º, pela qual faz mercê ao Sr. Rodrigo António de Figueiredo, comendador da comenda de Sinfães sem embargo de entrar em dúvidas se a vida nos 300\$000 réis que se mandaram prefazer para ele na dita comenda que era com pouca diferença o valor dela, se reputava por vida na mesma comenda porque no caso que proceda a dita dívida lhe faz nova mercê dela. Dada em Lisboa a 27 de Novembro de 1727	29	45	Mercês da Coroa
1727-11-27	Carta pela qual o Sr. rei D. João 5º, faz mercê ao Sr. Rodrigo António de Figueiredo, da comenda de S. Salvador de Castelões na ordem de Cristo, Bispo de Viseu, que é uma das que tinha seu avô o Sr. Rui de Figueiredo de Alarcão que ficasse para seu neto, ficando por esta mercê extinta a vida que na mesma comenda tinha. Dada em Lisboa a 27 de Novembro de 1727.	29	46	Mercês da Coroa
1727-11-27	Carta pela qual o Sr. rei D. João 5º, faz mercê ao Sr. Rodrigo António de Figueiredo, da comenda de S. Tiago de Besteiros na ordem de Cristo, do Bispo de Viseu. Dada em Lisboa em 27 de Novembro de 1727.	29	47	Mercês da Coroa
1727-11-27	Carta pela qual o Sr. rei D. João 5º, faz mercê ao Sr. Rodrigo António de Figueiredo, da comenda de S. Pedro de Merlim na ordem de Cristo, do arcebispo de Braga que vagou por falecimento de seu pai o senhor Pedro de Figueiredo, ficando-lhe por esta mercê extinta a acção que tinha a promessa de comenda de lote de 300\$000 réis. Dada em Lisboa em 27 de Novembro de 1727.	29	48	Mercês da Coroa
1728-03-15	Carta do Sr. rei D. João 5º, pela qual faz mercê ao Sr. Rodrigo António de Figueiredo, dos Maninhos da Vila da Covilhã para que os goze em sua vida extinta a que neles tinha seu avô o Sr. Rui de Figueiredo de Alarcão. Dada em Lisboa em 15 de Março de 1728.	29	49	Mercês da Coroa
1732-07-11	Certidão do Registo das Mercês da nova mercê que fez o Sr. Rei d. João 5º ao Sr. Sr. Rodrigo António de Figueiredo, dos Maninhos da Vila da Covilhã ficando por ela extinta a vida que neles tinha seu Avô. Passada em Lisboa a 11 de Julho de 1732	29	50	Mercês da Coroa
1732-09-30	Carta pela qual o Sr. Rei D. João 5º faz mercê a meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara confirmar e haver por instituído e confirmado na Comenda de S. Pedro de Babe da Ordem de Cristo da Apresentação//da Sereníssima Casa de Bragança e do bispado de Miranda em satisfação dos serviços de seu pai o Sr. Conde da Ribeira Grande, D. José Rodrigo da Câmara. Dada em Lisboa a 30 de Setembro de 1732. Com o auto de posse.	29	51	Mercês da Coroa
1725-06-26 1767-04-08	Fé e ofícios de meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara pela qual consta assentar praça de soldado em 26 de junho de 1725 no regimento de cavalaria da corte, de que era chefe o brigadeiro Conde de Arcos, na Companhia do Conde de Óbidos= Nomeação de ajudante de campo pelo Conde de Atalaia a 27 de Junho de 1735= Patente de Capitão de cavalos com exercício de ajudante de ordens do dito conde de 22 de Agosto de 1735= Patente de Capitão de cavalos com companhia no regimento de dragões de que foi chefe o brigadeiro António Luís de Madureira Prada Lobo de 5 de Setembro de 1741= Patente de coronel de cavalaria vivo de 25 de janeiro de 1759= Patente de Ajudante de ordens do marquês estribeiro-mor, com o soldo de coronel de cavalaria vivo de 8 de Outubro de 1755= Patente de sargento mor de batalha de 24 de Março de 1762= Aviso de Francisco Xavier Teles de Melo para ter exercício no exército de 6 de Abril de 1762= Aviso do secretário de estado D. Luís da Cunha para ir ter exercício no exército que se achava em Abrantes de 25 de Abril 1762= Aviso do secretário de estado Pedro da Mota para veador da casa da senhora princesa, datado de 19 de Fevereiro de 1750= Certidão da secretaria das mercês pela qual consta ter sido aceite no foro de moço fidalgo acrescentado a fidalgo escudeiro passada em 8 de Abril de 1767.	29	52	Mercês da Coroa

	Alvará do Sr. Rei D. João 5º pelo qual faz mercê a meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara de o tomar no foro de moço fidalgo da sua Real Casa, com moradia de mil réis por mês e alqueire e meio de cevada por dia. Passado em Lisboa em 26 de Setembro de 1738. ITEM. Certidão de Frei Veríssimo de Lencastre, esmoler mor em que declara que o dito senhor assistiu alguns anos ao lava pés em quinta feira santa. ITEM. Alvará do Sr. Rei D. João 5º para qualquer cavaleiro professo na Ordem de Cristo poder armar cavaleiro dentro na Igreja Patriarcal ou na de Nossa Senhora da Conceição e meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara. Passado em Lisboa em 10 de Junho de 1727. ITEM. Alvará do Sr. Rei D. José 1º pelo qual faz mercê a meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara de o acrescentar de Moço fidalgo a Fidalgo Escudeiro, com a moradia de 3500 réis por mês. Passado em Lisboa a 3 de Setembro de 1751.	29	53	Mercês da Coroa
1739-02-05	Certidão de registo das mercês que fez o Sr. Rei D. Afonso 6º ao Sr. Henrique de Figueiredo //de Sousa, pela qual consta ficarem pertencendo os serviços que obrou a seu irmão o Sr. Rui de Figueiredo de Alarcão, que requerendo foi respondido lhe ficasse para neto uma das comendas que tinha, qual ele escolhesse e os Maninhos da Covilhã e que a promessa de comenda de 300\$000 réis que lhe veio por via de seu irmão o Sr. Luís Gomes de Figueiredo, se lhe fizesse efectiva quando houvesse lugar. Passada em Lisboa em 5 de Fevereiro de 1739.	29	54	Mercês da Coroa
1746-01-16 1749-11-06	Provisão do desembargo do Paço para haverem duas feiras públicas no lugar de Ota, uma no dia do Espírito Santo e suas oitavas e outra em dia de Nossa Senhora das Neves e os dias seguintes. Feito em Lisboa em 16 de Janeiro de 1746. ITEM. Alvará do Sr. rei D. João 5º pelo qual faz mercê aos moradores do lugar de Ota das duas feiras acima mencionadas, livres de sisa. Lisboa, 6 de Novembro de 1749. ITEM. Três certidões dos párocos de Santa Quitéria, Nossa Senhora da Graça e Santa Marta de quem lhes paga as suas cõgruas. ITEM. Requerimento dos moradores do lugar de Ota, a respeito do que deviam pagar aos párocos das suas festas de igreja e certidões sobre o mesmo.	29	55	Mercês da Coroa
1746-09-15	Alvará pelo qual o Sr. Rei D. João 5º faz mercê a meu pai o Sr. D. Pedro da Câmara de o tomar no foro de seu moço fidalgo com mil réis de moradia por mês e alqueire e meio de cevada por dia. Passado em Lisboa em 15 de Setembro de 1746.	29	56	Mercês da Coroa
1746-10-11	Certidão pela qual consta fazer mercê o Sr. Infante D. Francisco a meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara m da Alcaidaria mor da Vila da Sertã, pelos serviços de seu pai, o Sr. Conde da Ribeira Grande D. José Rodrigo Teles da Câmara e por ser seu gentil homem da Câmara. Passada em Lisboa em 11 de Outubro de 1746.	29	57	Mercês da Coroa
1746-11-08	Várias certidões extraídas do arquivo da Torre do Tombo, das mercês com que os senhores reis deste Reino fizeram aos senhores da Casa de Belmonte da Alcaidaria mor da dita Vila. Passada em Lisboa a 8 de Novembro de 1746.	29	58	Mercês da Coroa
1749-05-20	Provisão e decreto do Sr. Rei D. João 5º pela qual manda forma assento a meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara na primeira Plana da Corte, do posto de ajudante do governador de armas da província do Alentejo, com o soldo de dez mil réis por mês. Feita em Lisboa em 20 de Maio de 1749.	29	59	Mercês da Coroa
1749-11-27	Padrão de 100\$480 réis de tença cad ano de juro e herdade para sempre a condição de retro // e preço de vinte e cinco mil réis ao milhar, ao Sr. Caetano Francisco Cabral os quais lhe pertenceram por falecimento de seu irmão o Sr. Pedro Alves Cabral, e como tal lhe foi julgado por sentença do juízo das justificações, e por administrador de todos os bens do seu morgado, ao qual andam anexos os ditos 100\$480 réis assentados no Almojarifado da cidade de Lamego. Passado em Lisboa em 27 de Novembro de 1749. Vários outros papéis da referida tença.	29	60	Mercês da Coroa
1755-07-10 1755-07-19	Traslado em pública forma da doação que fez o Sr. rei D. Afonso 6º ao conde de Castelo Melhor do paul de Ota. Passado em 10 de Julho de 1755. ITEM. Traslado em pública forma da parte do tombo do Conde de Castelo Melhor pertencente ao Paul de Ota e vários casais em que entra o da Malpaga. Feito em Lisboa em 19 de Julho de 1755. O tombo que se faz menção foi feito em 1706.	29	61	Mercês da Coroa
1755-08-07	Alvará do Sr. Rei D. José 1º pelo qual faz mercê a meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara de lhe doar qualquer acção e direito que por qualquer título pudesse pertencer à real Coroa das terras em que estava de posse no sítio de Ota, para que as fique possuindo da mesma forma que ao presente as tem sem que possa ser inquitado por causa do dito direito da coroa, suprimindo-lhe qualquer defeito e nulidade que houvesse na posse antecedente, sem que se conheça de denúnica alguma que se der por esta causa. Lisboa 7 de Agosto de 1755. ITEM. Alvará do Sr. Rei D. José 1º pelo qual faz mercê ao António de Figueiredo, de tudo o que faz menção o Alvará antecedente. Lisboa 7 de Agosto de 1755	29	62	Mercês da Coroa

1762 -05-09 1789-05-18	Patente pela qual o Sr. Rei D. José 1º fez mercê a meu pai o Sr. Pedro da Câmara de ajudante de Ordens do barão conde de Oriola. Dada em Lisboa em 9 de Maio de 1762. ITEM. Patente pela qual o referido Sr. Fez mercê ao dito meu pai da nomeação de tenente coronel do regimento de dragões da Praça de Évora de que era chefe do conde de Lumiares. Dada em Lisboa em 18 de Abril de 1762. ITEM. Patente pela qual a rainha Nossa Senhora D. Maria 1ª fez mercê ao dito senhor de o nomear por brigadeiro de cavalaria dos seus exércitos. Dada em Lisboa em 15 de Outubro de 1777. //Patente pela qual a referida senhora fez mercê a meu pai de o nomear marechal de campo dos seis exércitos. Dado em Lisboa a 18 de Maio de 1789. ITEM. certidão de baptismo do dito senhor.	29	63	Mercês da Coroa
1763-03-06 1763-03-14	Alvará do Sr. Rei D. José 1º pelo qual faz mercê a meu pai o Sr. Pedro da Câmara da comenda de S. Tiago de Besteiros na Ordem de Cristo, do bispado de Vizeu, que vagou por morte de seu tio o António de Figueiredo. Passado em Lisboa em 6 de Março de 1763. ITEM. Alvará do dito Sr. para que meu pai enquanto se achar impedido para impetrar as dispensas da falta de exercício militar contra os infiéis e na pluralidade de comendas possa administrar a referida acima, sem embargo de não estar encartado nela e das definições em contrário. Passada em Lisboa em 14 de Março de 1763. ITEM. Provisão e quitação da Mesa da Consciência e Ordens, pela qual consta ter meu pai o Sr. D. Pedro da Câmara pago 457\$500 réis dos três quartos da comenda acima declarada. Feita em Lisboa em 14 de Março de 1763.	30	64	Mercês da Coroa
1763-03-06 1763-03-14	Alvará do Sr. Rei D. José 1º pelo qual faz mercê a meu pai o Sr. Pedro da Câmara da comenda de S. João Baptista de Sinfães da Ordem de Cristo, do bispado de Lamego, que vagou por morte de seu tio o António de Figueiredo. Passado em Lisboa 6 de Março de 1763. ITEM. Alvará do dito Sr. para que meu pai enquanto se achar impedido para impetrar as dispensas da falta de exercício militar contra os infiéis e na pluralidade de comendas possa administrar a referida acima, sem embargo de não estar encartado nela e das definições em contrário. Passada em Lisboa em 14 de Março de 1763. Provisão e quitação da Mesa da Consciência e Ordens, pela qual consta ter meu pai o Sr. D. Pedro da Câmara pago 900\$000 réis da meia anata e quarto acima declarada. Feita em Lisboa em 14 de Março de 1763.	30	65	Mercês da Coroa
1763-03-06 1763-03-14	Alvará do Sr. Rei D. José 1º pelo qual faz mercê a meu pai o Sr. Pedro da Câmara da comenda de S. Pedro de Merlim da Ordem de Cristo, do bispado de Braga, que vagou por morte de seu tio o António de Figueiredo. Passado em Lisboa 6 de Março de 1763. ITEM. Alvará do dito Sr. para que meu pai enquanto se achar impedido para impetrar as dispensas da falta de exercício militar contra os infiéis e na pluralidade de comenda possa administrar a referida acima, sem embargo de não estar encartado nela e das definições em contrário. Passada em Lisboa em 14 de Março // de 1763. ITEM. Provisão e quitação da Mesa da Consciência e Ordens, pela qual consta ter meu pai o Sr. D. Pedro da Câmara pago 284\$000 réis da meia anata e 142\$400 réis de um quarto à Ordem. Feita em Lisboa em 14 de Março de 1763.	30	66	Mercês da Coroa
1763-03-06 1763-03-14	Alvará do Sr. Rei D. José 1º pelo qual faz mercê a meu pai o Sr. Pedro da Câmara da comenda de S. Salvador de Castelões da Ordem de Cristo, do bispado de Viseu, que vagou por morte de seu tio o António de Figueiredo. Passado em Lisboa 6 de Março de 1763. ITEM. Alvará do dito Sr. para que meu pai enquanto se achar impedido para impetrar as dispensas da falta de exercício militar contra os infiéis e na pluralidade de comenda possa administrar a referida acima, sem embargo de não estar encartado nela e das definições em contrário. Passada em Lisboa em 14 de Março de 1763. ITEM. Provisão e quitação da Mesa da Consciência e Ordens, pela qual consta ter meu pai o Sr. D. Pedro da Câmara pago 600\$000 réis dos três quartos da Comenda acima manecionada. Feita em Lisboa em 14 de Março de 1763.	30	67	Mercês da Coroa
1795-03-03	Alvará da Senhora rainha D. Mariana Vitória, pelo qual fez mercê a meu avô, o Sr. D. Vasco da Câmara, e a meu pai de os declarar por isentos do pagamento do oitavo do vinho e linho do rendimento das fazendas que possuem no lugar de Ota. Passado em Lisboa a 24 de Dezembro de 1763. ITEM. Alvará da rainha D. Maria Nossa Senhora pelo qual faz mercê do mesmo acima mencionado ao Sr. D. Vasco Manoel de Figueiredo Cabral da Câmara. Passado em Lisboa em 3 de Março de 1795.	30	68	Mercês da Coroa
1765-01-11	Alvará pelo qual o Sr. Rei D. José 1º dá licença a meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara para casar seu filho o Sr. D. Pedro da Câmara com a Srª. D. Mariana de Meneses, filha de D. José de Meneses. Dado no palácio de Nossa Senhora da Ajuda a 11 de Janeiro de 1765.	30	69	Mercês da Coroa

1774 -02-09 1778-08-24	Portaria do Sr. Rei D. José 1º por que fez mercê a minha mãe a Sra. D. Mariana de Meneses de 500\$000 réis de tença efectiva em satisfação dos serviços de Dama da Rainha e Dama camarista do Sr. Infante D. João, concedendo-lhe também a mercê de uma vida nela com todos os bens da//Coroa e Ordens para filho ou filha que tiver. Nossa Senhora da Ajuda, 15 de Janeiro de 1765. ITEM. Alvará do mesmo senhor das mercês acima mencionadas passado em Lisboa em 9 de Fevereiro de 1774. ITEM. Alvará da rainha D. Maria 1ª Nossa Senhora, pelo qual faz mercê a minha mãe a Sra. D. Mariana de Meneses, de uma vida mais em todos os bens da Ordem de Cristo para filho ou filha. Passado em Lisboa em 24 de Agosto de 1778. ITEM. Alvará da dita senhora para uma vida mais em todos os bens da Coroa. Passado em Lisboa a 24 de Setembro 1778.	30	70	Mercês da Coroa
1766-01-07	Alvará pelo qual a Sra. Rainha D. Mariana Vitória faz mercê a minha tia a sra. D. Leonor da Câmara de a aceitar para sua dama. Dado no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, a 7 de Janeiro de 1766.	30	71	Mercês da Coroa
1769-07-27	Carta do Sr. Rei D. José 1º pela qual foi servido mandar reformar a meu pai, o Sr. D. Pedro da Câmara, por uma certidão da Torre do Tombo, da doação dos Maninhos da Covilhã, que teve seu tio o António de Figueiredo, para na mesma carta reformada se lhe pôr apostila da dita doação em seu nome. Dada em Lisboa em 27 de Julho de 1769.	30	72	Mercês da Coroa
1773-04-07	Carta do Sr. Rei D. José 1º pela qual faz mercê a meu pai, o Sr. D. Pedro da Câmara, da Comenda de S. Pedro de Merlim, no arcebispado de Braga da Ordem de Cristo, que vagou por falecimento de seu tio o António de Figueiredo. Dada em Lisboa a 7 de Abril de 1773.	30	73	Mercês da Coroa
1773-04-07	Carta do Sr. Rei D. José 1º pela qual faz mercê a meu pai, o Sr. D. Pedro da Câmara, da Comenda de S. João Baptista de Sinfães no bispado de Lamego da Ordem de Cristo, que vagou por falecimento de seu tio o António de Figueiredo. Dada em Lisboa a 7 de Abril de 1773.	30	74	Mercês da Coroa
1773-04-07	Carta do Sr. Rei D. José 1º pela qual faz mercê a meu pai, o Sr. D. Pedro da Câmara, da Comenda de S. Tiago de Besteiros na Ordem de Cristo, do bispado de Viseu, que vagou por falecimento de seu tio o António de Figueiredo. Dada em Lisboa a 7 de Abril de 1773.	30	75	Mercês da Coroa
1773-04-07	Carta do Sr. Rei D. José 1º pela qual faz mercê a meu pai, o Sr. D. Pedro da Câmara, da Comenda de S. Salvador de Castelões na Ordem de Cristo, do bispado de Viseu, que vagou por falecimento de seu tio o António de Figueiredo. Dada em Lisboa a 7 de Abril de 1773.//	30	76	Mercês da Coroa
1777-02-19	Carta do sereníssimo senhor infante D. Pedro pela qual faz mercê a meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara da Alcaidaria mor da Vila da Sertã. Dada em Lisboa a 19 de Fevereiro de 1777.	30	77	Mercês da Coroa
1786-03-11	Alvará da Rainha D. Maria 1ª, Nossa Senhora, pelo qual faz mercê a meu irmão o Sr. D. José Maria Francisco de Paula da Câmara de o tomar no mesmo foro de seu Pai, de moço fidalgo com mil réis de moradia por mês e alqueire e meio de cevada por dia. Passado em Lisboa a 29 de Abril de 1777. ITEM. Alvará da mesma senhora pelo qual faz mercê ao dito denhor de o acrescentar do referido foro de fidalgo escudeiro com três mil e quinhentos réis em sua moradia cada mês e o mesmo alqueire e meio de cevada. Passado em Lisboa a 11 de Março de 1786.	30	78	Mercês da Coroa
1777-05-30 1805-05-13	Avisos que teve o Sr. D. Vasco Manoel de Figueiredo Cabral da Câmara... Para ser acometido ao seu foro de moço fidalgo. Paço 30 de Maio de 1777= Para ir à igreja de Nossa Senhora da Ajudadar ao gentil homem da câmara a tocha que o príncipe há-de levar na procissão da Exposição do Sacramento: Paço, 15 de Janeiro de 1779= Para ir à capela real dar ao mordomo mor do senhor rei D. Pedro a tocha que há-de levar na procissão da Exposição do Sacramento. Paço 15 de Janeiro de 1780= Para ir à capela real dar ao mordomo mor a tocha que o dito senhor há-de levar na procissão. Paço 15 de Junho de 1781= Para o notciar qu eo príncipe regente Nosso Senhor houve por bem fazer-lhe mercê do officio de Porteiro Mor em duas vidas. Paço, 26 de Novembro de 1802= Para o noticiar que o mesmo senhor houve por bem fazer-lhe mercê do otítulo de conde de Belmonte em sua vida. Paço 13 de Maio de 1805= Para exercitaro cargo de estribeiro mor no acto do enterramento do corpo do senhor D. António Principe da Beria. Paço 12 de Junho de 1801.= Para a forma que deve ter o acompanhamento do enterro do dito senhor. Paço 12 de Junho de 1801= Para ir ao Paço para assisitir em formalidade ao corpo do dito senhor até que o caixão entre no coche. Paço, 13 de Junho de 1801.	30	79	Mercês da Coroa

1777-12-02	Carta da rainha D. Maria 1ª, Nossa Senhora, pela qual faz mercê a meu pai, o Sr. D. Pedro da Câmara do senhorio dos Maninhos da Vila da Covilhã, que possuiu seu tio o senhor Rodrigo António de Figueiredo. Dada em Lisboa a 2 de Dezembro de 1777.	30	80	Mercês da Coroa
1777-12-18 1778-09-24	Portaria da rainha D. Maria 1ª, Nossa Senhora pela qual faz mercê à Sra. D. Margarida de Meneses de 500\$000 réis de tença efectiva para seu sobrinho o Sr. D. Pedro da Câmara com uma vida na mesma. De 300\$000 5éis de tença e nela uma vida mais nos almoxarifaddos proibidos//, e outrossim uma vida mais em todos os bens da coroa e ordens que actualmente possui o dito senhor. Palácio de Nossa Senhora da Ajuda em 18 de Dezembro de 1777. Item. Alvará da mesma senhora em que há por bem fazer mercê à dita senhora de uma vida mais em todos os bens da Ordem de Cristo que possui seu sobrinho em satisfação dos serviços de dama camarista. Feito em Lisboa a 24 de Agosto de 1778. ITEM. Alvará da mesma senhora pelo qual faz mercê à referida senhora de uma vida mais em todos os bens da Coroa que actualmente posse(sic) seu sobrinho em satisfação dos serviços de dama camarista. Feito em Lisboa em 24 de Setembro de 1778.	30	81	Mercês da Coroa
1778-01-12	Carta da rainha D. Maria 1ª, Nossa Senhora, pela qual faz mercê a meu pai, o Sr. D. Pedro da Câmara da comenda de S. Pedro de Babe, na ordem de Cristo do bispado de Miranda, que é uma das da apresentação da Casa de Bragança, vaga por falecimento de meu avô, o Sr. D. Vasco da Câmara. Passada em Lisboa em 12 de Janeiro de 1778.	30	82	Mercês da Coroa
1778-01-12	Carta por que a rainha D. Maria 1ª, Nossa Senhora dá por quite e livre a meu pai o Sr. D. Pedro da Câmara da paga dos três quartos da comenda de S. Pedro de Babe. Dada em Lisboa em 12 de Janeiro de 1778.	30	83	Mercês da Coroa
1765-06-18 1778-01-13	Alvará do senhor rei D. Pedro 3º pelo qual faz mercê a meu pai Sr. D. Pedro da Câmara de lhe isentar as suas fazendas que tem no termo de Alenquer que se compoem de vinhas, pomares, olivais e terras de pão dos oitavos a que o obrigavam os rendeiros e isto em virude dos privilégios que tinha para não pagar. Feito em Lisboa em 13 de Janeiro de 1778. ITEM. Alvará do Capitão Francisco Ribeiro Tavares, almoxarife das jugadas e Juiz dos direitos reais do termo de Alenquer, pelo qual declara isentas do pagamento das jugadas do vinho as quintas de Ota, Vidigueira, Val de Pedras e suas pertenças. Dado e passado na Vila de Alenquer a 18 de Junho de 1765.	30	84	Mercês da Coroa
1778-01-15 1787-04-07	Avisos que recebeu meu irmão o senhor D. José Maria Francisco de Paula da Câmara... Para ser admitido ao exercício do seu foro de moço fidalgo. Paço, 15 de Janeiro de 1778= Para ir à capela rela dar ao camarista a tocha com que sua majestade há-de acompanhar a procissão da exposição do Sacramento. Paço, 15 de Janeiro de 1780= Para ir assistir ao lava-pés e conduzir as iguarias para a mesa dos pobres. Paço 20 de Março 1780= para o mesmo. paço 7 de Abril de 1787.	30	85	Mercês da Coroa
1779-08-04	Apostila de 40\$000 réis de tença cada ano de juro e herdade para sempre a condição de retro e preço de vinte ao milhar de 5 de Maio de 1778 em diante de que a rainha D. Maria 1ª, Nossa Senhora//faz mercê a meu Pai o senhor D. Pedro da Câmara os quais lhe pertenceram dos oitenta milr éis que pelo padrão antecedente possuía sua tia a sra. D. Margarida Leonor de Meneses com os eu capital de oitocentos mil réis assentados na tesouraria da Casa da Moeda de Lisboa, com antiguidade de 14 de Agosto de 1754. Lisboa 4 de Agosto de 1779.	30	86	Mercês da Coroa
1779-10-29	Certidão da secretaria do registo das mercês pela qual consta ter sido aceite meu pai o Sr. D. Pedro da Câmara no foro de moço fidalgo e acrescentado a fidalgo escudeiro, e na mesma consta também da graça que obteve de enquanto se achar impedido para ompetrar as despensas na falta do exercício militar contra os infiéis, possa adinistrar a sua comenda de S. João Baptista de Sinfães de que sua majestade lhe havia feito mercê e o mesmo das de Besteiros, S. Pedro de Merlim e de S. Salvador de Castelões, todas na Ordem de Cristo. Passada em Lisboa em 29 de Outubro de 1779.	30	87	Mercês da Coroa

1716-05-18 1779-11-24	Traslado em pública forma de uma carta de doação por mercê nova que a rainha Nossa Senhora D. Maria 1ª fez a meu pai, o Sr. D. Pedro da Câmara, de todos os bens da Coroa e Ordens que possuiu seu tio o António de Figueiredo, e vagaram por sua morte como também da tença de 500\$000 réis que lograva sua tia a sra. D. Luísa Joana Coutinho, assentada na Alfândega do Porto e bem assim por mercê nova e graça especial dos Maninhos da Vila da Covilhã que possuiu o dito seu tio. Passada em Lisboa em 24 de Novembro de 1779. ITEM. Certidão da petição e alvará que se concedeu ao Sr. Rui de Figueiredo no ano de 1646 para se tombarem os maninhos da Covilhã de que era o donatário. ITEM. Certidão do alvará que se passou ao Dr. António Rebelo Castelobranco, para tomar as terras reguengueiras. ITEM. Certidão pela qual consta muitos embaraços e desobdiências praticadas na feitura do tombo. ITEM. Certidão pela qual vonsta que muitos moradores do lugar de Turtuzendo e Casal da Serra, reconheceram por maninhos as propriedades que ficaram dentro da demarcação do tombo que fez o Dr. António Rebelo Castelobranco, Juiz de Fora na Vila da Covilha. ITEM. Certidão da provisão passada em 18 de Maio de 1716 para o Dr. paulo de Torres Rio, Juiz de Fora na dita Vila para se proceder no tombo dos maninhos na forma do Alvará de 1713 em algumas declarações. ITEM. Certidão da provisão pela qual se manda e ordena ao Bacharel Sebastião Pinto Fragoso Juiz do //tombo dos Maninhos observe em tudo a provisão de 18 e Maio de 1716. ITEM. Outros papeis mais e antigos pertencentes aos Maninhos.	30	88	Mercês da Coroa
15/5/1781	Certidão de Fradique António de Araújo, escrivão das justificações, da justificação que fizeram o Sr. D. Pedro da Câmara, meu pai, e minha tia a Sra. D. Leonor da Câmara serem sobrinhos da Sra. D. Margarida Leonor de Meneses por esta ser irmã de minha avó a Sra. D. Madalena Luísa de Lencastre, que faleceu antes da dita sra. D. Margarida, e lhes pertencer o padrão de 80\$000 réis pagos nos efeitos da casa da moeda de Lisboa, como também o que estivesse vencido desde o tempo que a referida senhora não tivesse cobrado. Passada em Lisboa em 15 de Maio de 1781.	30	89	Mercês da Coroa
1782-04-05 1783-04-15	Aviso da rainha D. Maria 1ª, Nossa Senhora, para o almoxarife de Alcoelha em que lhe dá a saber ter aforado a meu pai o Sr. D. Pedro da Câmara, as terras contíguas às suas, as quais ele, almoxarife, tinha arrendado a Manuel Roquete em Dezembro de 1782. Passado em 5 de Abril de 1783. ITEM. Auto de posse que tomou o dito Sr. das terras que ficam contíguas às que tem na Lezíria da Praia. Dada em 15 de Abril de 1783.	30	90	Mercês da Coroa
1783-10-31 1801-03-26	Patente pela qual a rainha D. Maria 1ª, Nossa Senhora, faz mercê ao Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, de o nomear por alferes da 5ª companhia do Regimento de Cavalaria de Alcântara. Dada em Lisboa em 30 de Outubro de 1783. ITEM. Patente da mesma senhora pela qual há por bem nomear o dito Sr. por capitão da 6ª companhia do referido regimento. Dada em Lisboa em 18 de Janeiro de 1790. ITEM. Patente da dita senhora pela qual há por bem nomear o referido senhor por Tenente Coronel graduado do mesmo regimento com exercício de Sargento mor. Dada em Lisboa em 26 de Março de 1801.	30	91	Mercês da Coroa
1777-05-02 1786-03-24	Alvará pela qual a rainha D. Maria 1ª, Nossa Senhora, faz mercê ao Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, de o acrescentar de moço fidalgo a fidalgo escudeiro, com 3500 réis de moradia por mês e alqueire e meio de cevada por dia. Passado em Lisboa em 24 de Março de 1786. ITEM. Alvará da mesma senhora pela qual aceita ao dito senhor no foro de moço fidalgo. Passado em Lisboa em 2 de Maio de 1777. //	30	92	Mercês da Coroa
1794-06-22	Apostila de 113\$590 réis de tença por ano de juro e herdade para sempre a condição de retro e preço de vinte ao milhar de 22 de Junho de 1794 em diante ao Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara os quais lhe pertenceram por falecimento de seu Pai o senhor D. Pedro da Câmara, do qual juro são cem mil réis obrigados a uma missa quotidiana que a Sra. D. Maria Manoel de Vilhena deixou na Capela de Nossa Senhora das Candeias em S. Julião e são assentados na Casa dos Cinco, de Lisboa, com antiguidade do 1º de Janeiro de 1592.	30	93	Mercês da Coroa
1794-06-22	Apostila de 100\$480 réis de tença por ano de juro e herdade para sempre a condição de retro e preço de vinte e cinco ao milhar do 1º de Janeiro de 1795 em diante ao Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara como sucessor e administrador do morgado de seu pai, o senhor D. Pedro da Câmara, ao qual morgado está anexo este juro assentado no Almoxarifado de Lamego com antiguidade, 19\$200 reis de 25 de Fevereiro; 10\$480 réis do 1º de Março ; 2520 réis de 2; 13\$400 réis de 4; 1120 réis de 5; 15\$600 réis de 9; 8560 réis de 10; 34\$800 réis de 18; e 4800 réis de 27; tudo do ano de 1627 e com vencimento de 22 de Junho de 1794.	30	94	Mercês da Coroa

1794-06-22	Apostila de 36\$500 réis de tença cada ano de juro e herdade para sempre a condição de retro e preço de vinte ao milhar assentados no Almojarifado de Torres Vedras com origem de Janeiro de 1583 e vencimento de 22 de Junho de 1794 para o Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara como sucessor de seu Pai o senhor D. Pedro da Câmara.	30	95	Mercês da Coroa
1794-06-22	Apostila de 60\$000 réis de juro a preço de vinte ao milhar assentados no Almojarifado das Sisas de Torres Vedras com origem de Janeiro de 1583 e vencimento de 22 de Junho de 1794, o qual pertence ao Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara como sucessor de seu Pai o senhor D. Pedro da Câmara.	30	96	Mercês da Coroa
1794-10-09	Aviso do Secretário de Estado dos Negócios do Reino, José Seabra da Silva, pelo qual consta haver sua magestade por bem, em verificação na vida que compete nos bens da Coroa e Ordens e tenças, ao Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, fazer-lhe mercê do senhorio dos Maninhos da Vila da Covilhã, das comendas de Sinfães, Babe, Merlim, Castelões, e de Besteiros e de todas as tenças mencionadas no dito aviso. Paço, 9 de Outubro de 1794.//	30	97	Mercês da Coroa
1794-07-29	Carta do sereníssimo príncipe do Brasil, pela qual faz mercê ao Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara da alcaidaria mor da Vila da Sertã. Dada em Lisboa em 29 de Julho de 1794.	30	98	Mercês da Coroa
1795-04-02	Aviso do mordomo mor, Marquês de Ponte de Lima, pelo qual consta ter a rainha Nossa Senhora D. Maria 1ª feito mercê a minha mãe a Sra. D. Mariana de Meneses, de a nomear sua dama de honor. Paço 2 de Abril de 1795.	30	99	Mercês da Coroa
1795-03-26 1795-04-08	Padrão de tença de 100\$000 réis cada ano em vida de que fez mercê o príncipe regente Nosso Senhor, ao Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara assentados no Almojarifado da Casa das Carnes, verificando-se assim a vida que nesta tença lhe foi concedida. Passado em Lisboa a 8 de Abril de 1795. ITEM. Apostila de 500\$000 réis de tença efectiva cada ano em vida de que a rainha Nossa Senhora fez mercê ao dito Sr. na alfândega do Porto, em verificação da vida concedida na mesma tença. Passada em Lisboa a 26 de Março de 1795. ITEM. Padrão de 500\$000 réis de tença efectiva, cada no, na Alfândega do Porto, de que fez mercê a dita senhora ao dito senhor, verificando-se assim a vida que lhe foi concedida. Passado em Lisboa a 15 de Abril de 1795. ITEM. Apostila de 500\$000 réis de tença efectiva cada ano em vida de que fez mercê a dita senhora ao referido Sr. assentado no Almojarifado dos vinhos, verificando-se assim a vida nela concedida. Passada em Lisboa a 4 de Abril de 1795. ITEM. Apostila de 300\$000 réis de tença efectiva no Almojarifado dos vinhos de que fez mercê a mesma senhora, verificando-se assim a vida que nela lhe foi concedida. Passada em Lisboa em 01 de Abril de 1795.	30	100	Mercês da Coroa
1796-06-14	Certidão do secretário da Fazenda das Comendas das três Ordens militares pela qual consta que a de S. Salvador de Castelões fora avaliada na quantia de 935\$073 réis. ITEM: Duas certidões pelas quais consta que a Comenda de S. João de Sinfães fora avaliada em 777\$600 réis a de S. Tiago de Besteiros em 636\$073 réis, todas do Padroado Real no Bispado de Viseu. Passadas em Lisboa em 14 de Junho de 1796.	30	101	Mercês da Coroa
1797-04-15	Certidão de Frei Luís da Cunha D. Prior Mor da Ordem de Cristo, pela qual consta ter-se lançado o hábito da mesma Ordem ao Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara. Passada no Convento de Tomar em 15 de Abril de 1797.//	30	102	Mercês da Coroa
1797-07-05 1802-07-18	Carta por que a rainha D. Maria 1ª, Nossa Senhora, há por instituido e confirmado ao Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, na comenda de S. Pedro de Babe na Ordem de Cristo no bispado de Miranda. Dada em Lisboa em 5 de Julho de 1797. ITEM. Carta por que a mesma senhora faz mercê ao dito Sr. da Comenda de S. Pedro de Merlim da ordem de Cristo, em verificação da vida que lhe compete. Dada em Lisboa em 5 de Julho de 1797. ITEM. Carta por que o Príncipe regente Nosso Senhor faz mercê ao referido Sr. da comenda de S. João Baptista de Sinfães da Ordem de Cristo em verificação da vida que lhe compete. Dada em Lisboa em 17 de Julho de 1802. ITEM. Carta por que o mesmo senhor faz mercê ao dito senhor da comenda de S. Tiago de Besteiros da Ordem de Cristo, em verificação da vida que lhe compete. Dada em Lisboa a 18 de Julho de 1802. ITEM. Carta por que o mesmo senhor faz mercê ao dito senhor da comenda de S. Salvador de Castelões em verificação da vida que lhe compete. dada em Lisboa a 18 de Julho de 1802.	30	103	Mercês da Coroa
17??-??-??	Apostila de 12\$500 réis de tença cada ano, de juro e herdade para sempre a condição de retro e preço de vinte ao milhar assentados no rendimento da Chancelaria mor da Corte e Reino com antiguidade do 1º de Janeiro de 1598 ao Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara como sucessor de seu Pai o senhor D. Pedro da Câmara.	30	104	Mercês da Coroa

	1800			
1802-03-10	Apostila de 500\$000 réis de tença efectiva pela qual o principe regente Nosso Senhor há por bem fazer mercê ao Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara verificando-se assim a vida que nesta tença lhe foi concedida por falecimento de sua mãe a Sra. D. Mariana de Meneses, os quais se lhe assentaram na Alfândega do Porto, com antiguidade de 26 de Setembro de 1787 e vencimento a 10 de Agosto de 1797. Lisboa, 10 de Março de 1802.	30	105	Mercês da Coroa
1802-07-18	Três cartas do Príncipe Regente Nosso Senhor, pelas quais dá por quite e livre ao Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara da paga dos três quartos das comendas de Castelões, Besteiros e da meia anata e do quarto de Sinfães. Dadas todas em Lisboa a 18 de Julho // de 1802.	30	106	Mercês da Coroa
1802-12-06	Portaria na qual o secretário de Estado visconde de Balsemão declara que o príncipe regente Nosso Senhor fez mercê ao Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara do ofício de porteiro mor em duas vidas. Palácio de Queluz, 6 de Dezembro de 1802. ITEM. Carta do príncipe regente Nosso Senhor faz mercê ao dito Sr. da propriedade do ofício de Porteiro mor em duas vidas. Dada no Palácio de Queluz em 6 de Dezembro de 1802.	30	107	Mercês da Coroa
1803-08-29	Alvará do Príncipe regente Nosso Senhor, pelo qual faz mercê ao Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara que o alqueire e meio de cevada que tem por dia com a moradia do seu foro, o haja em espécie na sua real Cevadaria. Feito em Lisboa em 29 de Agosto de 1803.	30	108	Mercês da Coroa
1804-05-19	Carta do Príncipe regente Nosso Senhor, pelo qual faz mercê ao Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, de um lugar de deputado da Junta dos três Estados do Reino. Dada em Lisboa a 19 de Maio de 1804.	30	109	Mercês da Coroa
1804-05-30	Carta do Príncipe regente Nosso Senhor, pelo qual faz mercê ao Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, do título do seu Conselho. Dada no Palácio de Queluz em 30 de Maio de 1804.	30	110	Mercês da Coroa
1804-06-18	Carta de privilégios de desembargador de que fez mercê o principe regente Nosso Senhor ao Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, porteiro mor, os quais lhe competiam pelo lugar de deputado da Junta dos Três Estados. Dada em Lisboa em 18 de Junho de 1804.	30	111	Mercês da Coroa
1805-06-18	Carta do Príncipe regente Nosso Senhor, pelo qual faz mercê ao Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, porteiro mor, do título de Conde de Belmonte. Dada no Palácio de Queluz em 18 de Maio de 1805.	30	112	Mercês da Coroa
1805-06-11	Carta do Príncipe regente Nosso Senhor, pelo qual faz mercê ao Sr. Conde porteiro mor, D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara,, de que tenha e haja de seu assentamento em cada um ano 102\$858 réis assentados em um dos Almojarifados do Reino. Dada em Lisboa em 11 de Junho de 1805.//	30	113	Mercês da Coroa
1806-06-24	Aviso de secretário de estado conde de Vila Verde, ao Sr. D. José Maria de Figueiredo Cabral da Câmara, em que o noticia da mercê que o principe regente Nosso Senhor lhe fez de ser conde de Belmonte em sua vida. Palácio de Mafra, 24 de Junho de 1806	30	114	Mercês da Coroa
1806-07-11	Carta do Príncipe regente Nosso Senhor, pelo qual faz mercê ao Sr. D. José Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, conde de Belmonte, do título de seu conselho. Dada no Palácio de Mafra em 11 de Julho de 1806.	30	115	Mercês da Coroa
18??-??-??	Alvarás e vários papeis pertencentes à feira no lugar da Lobagueira, que se costuma fazer uma a 8 de Setembro e a outra no segundo Domingo de Outubro.	3	61	Morgado da Lobagueira
1803-05-17	Patente pela qual príncipe regente D. João Nosso Senhor, fez mercê a meu irmão o Sr. D. José da Câmara de o nomear por ajudante das ordens do governo das Armas da Corte e província da Estremadura, com a patente de sargento mor de cavalaria. Dada em Lisboa em 17 de Maio de 1803.	30	116	Mercês da Coroa
1807-02-25	Aviso do secretário de Estado António de Araújo de Azevedo, pelo qual participa ao Sr. Conde Porteiro mor, D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara ter-lhe o príncipe regente D. João Nosso Senhor, feito mercê do lugar de presidente da Junta da Administração do Tabaco. Palácio de Mafra, em 25 de Fevereiro de 1807.	30	117	Mercês da Coroa

1764- 10-22 1785-04-05	Avisos que recebeu meu pai o senhor D. Pedro da Câmara= Para ir falar ao conde de Oeiras a sua casa para negócio do real serviço. Paço 22 de Outubro de 1764= Em que foi nomeado gentil homem da Câmara do Sr. Infante D. Pedro. Paço, 22 de Outubro de 1764.= Para assistir à aclamação da rainha D. Maria 1ª, Nossa Senhora, Paço, 10 de Maio de 1777= Em que é nomeado estribeiro mor do senhor rei D. Pedro 3º. Paço, 12 de Maio de 1777.= Para assisitr ao dito senhor na Igreja Patriarcal na procissão do Oitavário. Paço 27 de Maio de 1777= Para acompanhar o referido senhor à oferta da missa em dia de Reis. Paço,4 de janeiro de 1779= Para tomar luto por oito dias pela morte do duque de Modena. Paço, 27 de Abril de 1780= Para assitir à função // do desagravo de Palmela. Paço 11 de Maio de 1782. =Para acompanhar e assistir ao senhor rei D. pedro 3º na Capela Real, à exposição e encerramento do Sacramento. Paço 10 de Janeiro de 1786. = Para assistir ao dito senhor na Capela Real à função do Desagravo de Palmela Paço... de Maio de 1786.= Em que é nomeado gentil homem da câmara do Sr. Infante D. João, assitindo também ao serviço da Sra. Infanta D. Carlota Joaquina, conservando-lhe sua magestade as entradas e honras que gosava quando estava ao serviço do senhor rei D. Pedro, tendo por muito agradáveis os que fez o mesmo senhor na assistência e cuidado com que se houve na sua moléstia, o que tudo se farás empre recomendável na sua real atenção. Paço 26 de Maio de 1786. Para acompanhar o príncipe na procissão do Corpo de Deus. Paço 12 de Junho de 1786= Para acompanhar o príncipe na procissão do Corpo de Deus da freguesia da Ajuda e do Oitavário da Patriarcal. Paço 16 de Junho de 1786. = Para continuar a servir o príncipe Nosso Senhor como seu gentil homem da Câmara. Paço 19 de Fevereiro de 1789.= Para ser admitido ao exercício do foro de moço fidalgo, sem embargo de se lhe não mandar passar alvará e poder ir ao Paço assistir ao Lava pés. Paço 5 de Abril de 1746.= Para assisitr como testemunha na escritura pertencente ao matrimónio da Sra. Infanta D. mariana Vitória com o senhor Infante D. Gabriel, filho d'el-rei católico Carlos 3º. Paço, 5 de Abril de 1785.= Para lhe participar ter sua magestade feito mercê a minha irmã a Sra. D. Maria Madalena da Câmara de a nomear sua dama. Paço, 17 de Dezembro de 1789.	30	118	Mercês da Coroa
1806-07-04	Carta do Príncipe regente D. João Nosso Senhor, pela qual faz mercê ao Sr. D. José Maria de Figueiredo Cabral da Câmara, do título de Conde de Belmonte. Dada no palácio de Mafra em 4 de Julho de 1806.	30	119	Mercês da Coroa
1806-12-23	Carta do Príncipe regente D. João Nosso Senhor, pela qual faz mercê ao Sr. D. José Maria de Figueiredo Cabral da Câmara, Conde de Belmonte, de que tenha e haja de seu assentamento em cada um ano 102\$858 réis assentados em um dos Almoxarifados do Reino. Dada em Lisboa, a 23 de Outubro digo de Dezembro de 1806.	30	120	Mercês da Coroa
1779-10-29	Certidão da secretaria das mercês pela qual consta ter sido aceite meu avô, o Sr. D. Vasco da Câmara no foro de moço fidalgo e acrescentado a fidalgo escudeiro. A dita certidão declara haver sua majestade por bem fazer mercê ao referido Sr. E ao António de Figueiredo, de lhes doar qualquer acção e decreto que por qualquer título pudesse pertencer à sua Coroa, nas terras em que está de posse, no sítio de Ota, para que as fiquem possuindo na mesma forma que as tinham sem que possam ser inquietados por causa//do dito direito à Coroa, suprimindo-lhes qualquer defeito de nulidade que houvesse na posse antecedente das ditas terras, sem que se conheça de demanda alguma, que se der por esta causa. Passada em Lisboa a 29 de Outubro de 1779.	30	121	Mercês da Coroa
1726-07-13	Carta de confirmação por sucessão, porque o Sr. Rei D. João 5º faz mercê a D. Ana Maria de Ataíde e Castro da Capitania dos Ilhéus, sita no Estado do Brasil, que lhe pertence por falecimento de D. Helena de Castro, condessa de Castro Daire, donatária que foi da dita capitania. Dada em Lisboa em 13 de Julho de 1726.	29	64	Mercês da Coroa
1807-03-11	Carta do Príncipe regente Nosso Senhor, pelo qual faz mercê ao Sr. Conde porteiro mor, D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, do lugar de presidente da Junta da Administração do Tabaco, por tempo de três anos. Dada no Palácio de Mafra em 11 de Março de 1807.	30	122	Mercês da Coroa
1807-08-06	Carta pela qual o Príncipe regente D. João Nosso Senhor, faz mercê ao Sr. Conde porteiro mor, D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, dos bens da Capela denominada da Barreteira, situados na Vila e termo de Maças de D. Maria, que vagou por falecimento de António da Costa Soares, para os ter de juro e herdade em compensação das terras que lhe deu nas Lezírias de Santarém, cuja data não teve efeito. Dada em Lisboa a 6 de Agosto de 1807.	30	123	Mercês da Coroa

1807-10-09	Aviso de António de Araújo de Azevedo Secretário de Estado, pelo qual participa ao Sr. Conde porteiro mor, D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, que o príncipe regente Nosso Senhor, atendendo à qualidade, merecimentos e mais circunstâncias que concorrem na pessoa do dito senhor, houve por bem nomeá-lo conselheiro junto à pessoa do sereníssimo príncipe da Beira, condestável do Brasil. Paço 9 de Outubro de 1807.	30	124	Mercês da Coroa
1807-10-09	Aviso do secretário de Estado António de Araújo de Azevedo, pelo qual participa ao Sr. Conde Porteiro mor, D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara ter-lhe o príncipe regente D. João Nosso Senhor, tendo consideração à qualidade e mais partes que concorrem na pessoa do dito senhor, houve por bem nomeá-lo aio do sereníssimo senhor Príncipe da Beira, Condestável do Brasil. Paço 9 de Outubro //de 1807.	30	125	Mercês da Coroa
GRAÇAS DE ROMA				
1576-02-21	Traslado das Bulas e mais papeis pertencentes ao prazo de Ota, nos quais se compreendem algumas escrituras antigas, passadas em diversos anos. Feito em Lisboa em 21 de Fevereiro de 1576.	28	1	Graças de Roma
1674-05-10	Certidão do Padre Manuel da Cruz Cardoso, notário apostólico da cidade de Viseu, do Breve do Pontífice Clemente VIII a respeito do que devem pagar de encargo às igrejas comendatárias os comendadores delas. Feita em Viseu, em 10 de Maio de 1674.	28	2	Graças de Roma
1785-08-28	Licença do Núncio Apostólico para se continuar a celebração da missa no oratório do Sr. D. Vasco Manoel de Figueiredo Cabral da Câmara por tempo de um mês. ITEM. Breve do Santíssimo Padre Pio VI, pelo qual concede a meu pai o Sr. D. Pedro da Câmara e D. Mariana de Meneses, a graça de poderem em ocasião de jornadas ter e erigir altar portátil, para si e para seus filhos, familiares e mais pessoas da sua comitiva, ouvirem missa. Dado em Roma a 28 de Agosto de 1785. ITEM. Um rescrito pelo qual se faz comum a seus filhos este mesmo indulto. ITEM. Outro rescrito com o indulto de se poder celebrar quotidianamente no oratório da sua residência, não só estando presentes os ditos senhores e seu filhos mas também (em sua ausência) assistindo qualquer dos seus familiares.	28	3	Graças de Roma
1802-11-17	Rescrito do Santíssimo Padre Pio VII pelo qual dispensa ao Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara poder comer carne nos duas proibidos. Roma, 17 de Novembro de 1802.	28	4	Graças de Roma
CAUSAS				
1500				
1549-11-19	Sentença que alcançou o Sr. Jorge de Figueiredo contra os seus irmãos, sobre a partilha de bens e ficar-lhe pertencendo a Quinta de Ota, julgando-se ser verdadeiro o testamento de seus pais. Dada em Lisboa pelo desembargador Gaspar Vaz a 19 de Novembro de 1549.	34	1	Causas
1554-12-15	Sentença que o Sr. Duarte de Figueiredo alcançou contra Afonso Monteiro, sobre as terras das Barradas, místicas com as de Monte Redondo. Dada em Lisboa pelos licenciados Jorge Cabral e Mem de Sá em 15 de Dezembro de 1554. Com o traslado em pública forma da mesma sentença.	34	2	Causas
1568-07-21	Certidão de António de Azevedo, escrivão dos Agravos da Casa da Suplicação, de uma causa entre o Sr. Jorge de Figueiredo, o Sr. Duarte de Figueiredo e seus irmãos, na qual o corregedor João da Fonseca, Juiz das partilhas que se fizeram por falecimento do Sr. Rui de Figueiredo, determinou que a Quinta de Ota e os bens deste Sr. lhe tomou na sua terça, e sua mulher, não entrem nas partilhas, pois os vinculavam em morgado e o deixavam ao senhor Henrique de Figueiredo, e por sua morte, (não tendo filhos) ao Sr. Jorge de Figueiredo. Passada em Lisboa em 21 de Julho de 1568.	34	3	Causas

1590-05-12	Sentença que alcançou Francisco Lobo da Gama(pai da Sra. D. Jerónima Lobo) contra as merceiras de Alenquer, pela qual as obrigou a diminuir-lhe o foro de três moios de trigo, seis pipas de vinho, duas galinhas, da Quinta do Carregado; e por final sentença se julgou que houvessem louvados e vistoria, pois as terras estavam lavradas pela inundaçāo dos dois rios da Arruda e Carnota,; jurando o dito não ter em seu poder o título e depois se confirmaram as sentenças do Juizo ordinário de Alenquer,, e ouvidor da comarca, reduzindo-se o foro a cem alqueires de trigo e duas pipas de vinho cada ano, e no caso de não haver novidade nas terras se pagaria o trigo a 120 réis o alqueire, e o vinho a 100 réis o almude. Dada na Relação a... de Dezembro de 1588. As ditas merceiras pediram revista ao Desembargo do Paço a qual se lhe negou, como consta de uma declaração do referido Francisco Lobo. ITEM. Certidão em que se inclui um despacho da Mesa da Consciência, dado a requerimento das ditas merceiras em que mandou a Mesa ouvir o Procurador da Fazenda, o qual disse que elas tinham reportado sentença contra si e a favor de Francisco Lobo e que só teria lugar revista e isto em razão do foro da Quinta do Carregado da dita redução contudo disse a Mesa que por esta via não podiam ser providas. Passada em Lisboa em 12 de maio de 1590// ITEM. Um requerimento que fez Diogo de Brito e sua mulher a Sra. D. Jerónima Lobo, pelo qual pediram se lhes fizesse escritura de novo emprazamento do prazo do Carregado.	34	4	Causas
	1500			
1611-12-28	Sentença que alcançou Rui de Figueiredo para serem colmeiras as vinhas e pomares da sua Quinta de Ota, que estão juntos, e valado, a qual sentença foi confirmada. Dada em 28 de Dezembro de 1611.	34	5	Causas
1612-03-26	Sentença que teve a seu favor Jorge de Figueiredo Correia como autor, contra Damião Gorjão, morador no Trucifal, termo de Torres Vedras, porque este se meteu de posse de uns matos e terras que pertenciam ao Casal da Cruz, no referido termo, junto da Lobagueira, o qual era do dito senhor e tudo se lhe mandou restituir. Dada em Lisboa pelo Dr. Manuel Roiz Cabral, Juiz dos órfãos em 26 de Março de 1612.	34	6	Causas
1618-01-07	Feito cível entre partes o Sr. Jorge de Figueiredo como administrador de seus filhos menores, contra Francisco Brás e sua mulher, moradores no Casal do Arneiro, limite da Lobagueira dos Lobatos, a respeito de uma sesmaria de matos que se chama do Arneiro no limite dos quais arrancaram os réus os marcos, romperam os matos e os semearam e ultimamente se concertaram o referido senhor com os réus aos quais ficou a metade de tudo. Feito aos 7 de Janeiro de 1618.	34	7	Causas
1623-10-06	Sentença a favor de António Paiva, marido de Maria Pereira, a respeito de 28\$000 réis do testamento da defunta D. Maria Brandoa e contra o seu testamenteiro João Coelho da Costa. Dada em Lisboa em 6 de Outubro de 1623.	34	8	Causas
1625-11-15	Sentença de desagravo que teve a seu favor o Sr. Jorge de Figueiredo por intentar fazer de novo uma obra de azenha das terras de Ota, um Jerónimo de Macedo, ausente na Índia, por seu procurador, e se julgou pelos desembargadores Tomé Pinheiro da Veiga e Manuel Coutinho de Castelo Branco que o Juiz tinha feito agravo em não mandar correr a causa à vista da sentença, sem assinar tempo nem éditos para a citação da obra. Dada em Lisboa em 15 de Novembro de 1625.	34	9	Causas
1627-12-20	Sentença cível entre partes Maria da Conceição, viúva, autora, e Manuel Andrade e sua mulher, D. Ana Correia, réus, sobre umas fazendas em Ota, que a defunta Catarina Barbosa doara à autora. Dada a favor dos réus em 20 de Dezembro de 1627.//	34	10	Causas
1632-01-29	Sentença que alcançou Clara Galvão, viúva, contra o senhor Rui de Figueiredo, que se confirmou na Relação, em 29 de Janeiro de 1632, tendo primeiro dado sentença o corregedor pela razão de que a autora tinha sido herdeira a benefício de inventário, de seu filho Jorge Mexia Fouto (SOUTO?), por este emprestar na Baía ao dito senhor 72\$500 réis, por um escrito de dívida que contraiu o réu, dizendo que não era empréstimo e mútuo, mas sim procendente do jogo, que como filho familias do Sr. Jorge de Figueiredo, na forma da Lei, não lhe devia satisfazer e como não provou o que deduziu, foi indemnizado na dita quantia.	34	11	Causas
1634-11-12 1635-07-19	Sentença que alcançou o Sr. Jorge de Figueiredo contra o padre Frei Manuel de Macedo, como procurador de seus irmãos, Jerónimo de Macedo, sobre a levada de água da Quinta de Ota. Dada em Lisboa em 22 de Novembro de 1634. ITEM. Sentença de espólio que alcançou o Sr. Jorge de Figueiredo contra o dito padre a respeito da referida levada de água. Dada em Lisboa em 19 de Julho de 1635.	34	12	Causas

1636-07-26	Libelo que correu entre partes autores, Francisco Vaz de S. Paio e sua mulher D. Mariana Coutinho e réus o Sr. Rui de Figueiredo e a Sra. D. Filipa Coutinho, mãe e sogra dos autores sobre a sucessão do morgado do Seixal que havia instituído a Sra. D. Isabel Coutinho, no qual litígio houve um termo de concerto, em que o sito Sr. cedeu ao autor o referido morgado, em Lisboa a 26 de Julho de 1636. ITEM. Árvore genealógica da Sra. D. Isabel Coutinho e a credição do seu testamento e codicilo.	34	13.	Causas
1639-11-16	Sentença que alcançou Manuel Roiz Dias, contra Diogo de Brito sobre os alugueres de umas casas a rua da Caldeiraria. Dada em Lisboa em 16 de Novembro de 1639.	34	14	Causas
1643-11-26	Sentença do desembargador do Paço, António Coelho de Carvalho, como administrador de sua filha D. Inês, contra o desembargador João Velho Barreto, em razão de haver os bens de seu tio, Luís do Rego Barros, que lhe deixou por seu testamento e doação enter vivos, tudo em 24 de Novembro de 1630. Dada em Lisboa a 26 de Novembro de 1643.	34	15	Causas
1638-11-20	Sentença da Relação pela qual se julgou que a que tinha dado o Juiz de Alenquer contra Diogo de Brito e sua mulher a Sra. D. Jerónima Lobo, e a favor das merceiras de Santo Estevão da Vila de Alenquer confirmada pelo Ouvidor, tinha sido dada por Juiz incompetente e como tal por ela se não obrasse coisa alguma, e a matéria do libelo era que os ditos senhores não tinham pago haveriam 16 anos, vinte alqueires de trigo e uma galinha de foro da terra e vinha chamada a Brandoa, com que havia sido afo/rada aos seus predecessores e só haviam pago os vinte alqueires de cevada. Dada em Lisboa em 10 de Março de 1646. Esta sentença está subscrita pelo escrivão dos Agravos, mas não assinada por Juizes, nem passada pela Chancelaria, e dentro está uma certidão de um despacho da Mesa da Consciência que diz poderem as merceiras requerer ao Juiz de Fora de Alenquer. ITEM. Certidão de Frei Manuel dos Santos Pereira, escrivão do Convento do Carmo de Vila de Alverca da escritura que fez o Antonio de Figueiredo de pagar às merceiras de Alenquer o foro de 20 alqueires de trigo e 20 de cevada, impostos em uma terra chamada a Brandoa. ITEM. Sentença que alcançou Diogo de Brito e sua mulher a Sra. D. Jerónima Lobo, contra as merceiras da Rainha Santa Isabel da Vila de Alenquer, sobre o foro que pagava às ditas da sua quinta do Carregado e vinha anexa, dizendo estas que lhe era obrigada a pagar cada ano cem alqueires de pão, um tonel de vinho, duas galinhas e quarenta alqueires de pão meado, e fazendo-se embargo na quinta e rendimento dela que se chamava a Bordalia, que rendia três moios e meio de pão, se julgou na Relação que o ouvidor tinha julgado mal em mandar fazer o dito embargo sem ser ouvido o réu, que juntou quitações dos anos de 1630 até 1638, em como havia pago cem alqueires de trigo, o tonel de vinho e vinte alqueires de cevada. Dada em Lisboa em 20 de Novembro de 1638. Advirta-se que o foro desta quinta se mostra ser só neste ano de 1638 cem alqueires de trigo, vinte de cevada, e um tonel de vinho. ITEM. Carta Citatória contra o Sr. Pedro de Figueiredo a requerimento do promotor das capelas da Vila de Alenquer para dar conta das obrigações que tem na igreja de Santo Estevão da dita Vila.	34	16	Causas
1648-12-24	Sentença de Juizo das Capelas da conta que deu Diogo de Brito da que administrava, instituída por Cristóvão de Brito na Igreja de S. Francisco de Xabregas. Dada em Lisboa em 24 de Dezembro de 1648.	34	17	Causas
s.d.	Sentença de desagravo de Diogo de Brito, a qual está por assinar.	34	18	Causas
1650-04-20	Certidão de Francisco Correia de Brito, escrivão dos agravos, de uma causa que correu entre partes, autores apelados, Estevão Brandão de Lima e sua mulher, D. Arcângela de S. Miguel, contra Rui Brandão de Lima, seu pai e sogro, réu, apelante, sobre o querer o dito autor que o réu lhe largasse o morgado com que este dotou D. Maria Cardosa, mãe do autor, quando casou, por ser falecida e //pela referida sentença se mostra serem morgado os bens da Aniza. Dada na Relação de Lisboa a favor do autor em 20 de Abril de 1650.	34	19	Causas
1653-01-30	Sentença cível da Sra. D. Maria de Lima, viúva de António Fernandes d'Elvas, contra o promotor dos resíduos, que a obrigou a dar cumprimento ao testamento de Jorge Frenandes d'Elvas. Dada na Relação de Lisboa em 30 de Janeiro de 1653.	34	20	Causas
1653-05-23	Sentença que alcançou Diogo de Brito, contra o prior e beneficiados da Igreja de S. Lourenço de Lisboa a respeito do foro de umas casas na dita freguesia. Dada em Lisboa em 23 de Maio de 1653. Está duplicada.	34	21	Causas
1655-02-25	Sentença de Diogo de Brito contra Manuel de Sousa como tutor dos menores, filhos de D. Maria de Meneses, a respeito de 17 panos de Arrás que os réus lhe pediam. Dada na Relação de Lisboa em 25 de Fevereiro de 1655.	34	22	Causas

1715-03-18	Instrumento de desagravo da Sra. D. Maria Manoel de Vilhena, viúva do desemnargador António Coelho de Carvalho, da conta que lhe pediam os religiosos de S. Domingos do convento da Vila de Santarém, da capela que administrava, instituída por João Soares e D. Filipa galvão sua mulher. ITEM. Certidão de falecimento da Sra. D. Maria Manoel de Vilhena o qual foi em 21 de Julho de 1663. Passada em Lisboa pelo cura da Freguesia de Nossa Senhora dos Mártires em 18 de Março de 1715.	34	23	Causas
1657-04-19	Sentença e sobre sentença que alcançou a Sra. D. Jerónima Lobo contra Simão de Barros e sua mulher Maria Antónia de Pádua, que pretendiam suceder nos bens de seu irmão António Lobo da Gama, dizendo ser sua filha natural e de uma Maria da Costa, criada do dito António Lobo e não foi julgada a filiação que queria provar como determinou o doutor Luís Gomes de Basto, corregedor do Cível em 29 de Março de 1656 e opondo-se com embargos à sentença saíu esta que passasse pela Chancelaria como se vê na sobre sentença em 19 de Abril de 1657.	35	24	Causas
1660-06-06	Carta de sentença de liquidação entre partes Margarida Moniz e seus filhos Brás Coelho Moniz e Francisco Coelho Moniz, viúva e filhos de Luís Coelho, Moedeiro da Casa da Moeda, Contra o senhor André de Figueiredo Coutinho, para este senhor lhe levar em conta as benfeitorias que o dito Luís Coelho fez em duas casas da Sra. D. Maria de Lima, sitas no Campo Grande. Dada em Lisboa a favor dos autores em 6 de Junho de 1660// IBY. recibo de Brás Coelho Moniz da quantia de 33\$691 réis do principal e custos da dita sentença.	35	25	Causas
1663-03-14	Sentença que alcançou o Sr Rodrigo [rui] de Figueiredo de Alarcão contra o Padre Manuel Teixeira Ferraz, beneficiado da Igreja de Nossa Senhora da Várzea da Vila de Alenquer, por um moio de trigo do foro de um ano que devia ao dito senhor. Dada em Lisboa no tribunal eclesiástico em 14 de Março de 1663.	35	26	Causas
1667-01-08	Sobre sentença que alcançou a Sra. D. Jerónima Lobo contra D. Manuel de Azevedo e Ataíde e seu pai, D. Francisco de Azevedo seu administrador em razão da sentença apensa a esta que foi dada na Relação em 8 de Janeiro de 1664, a qual se embargou na Chancelaria e se tirou esta sobre sentença em 10 de Julho do dito ano. ITEM. Sentença que alcançou Diogo de Brito contra D. Francisco de Azevedo e sua mulher D. Maria de Brito sobre umas casas na caldeiraria junto ao Rossio e outras por detrás delas pela qual se julgou que as ditas duas moradas se vinculassem ao morgado que da sua terça tinha instituído D. Maria da Silva para o que as havia nomeado assim se julgou por sentença do prvedor dos resíduos de 16 de Abril de 1640 e na Relação se receberam dois artigos dos embargos e se julgaram por porvados e se deram novos Juizes para sentenciarem em 20 de Março de 1651. ITEM. Sentença de partilhas da Sra. D. Jerónima Lobo dada no juízo divisório contra D. Francisco Lobo (?) em que apelando as partes se julgou na Relação que não tomavam conhecimento da apelação em 17 de Agosto de 1660. ITEM. Sentença que alcançou a Sra. D. Jerónima Lobo contra D. Francisco de Azevedo e Ataíde e sua mulher D. Maria de Brito os quais pretendiam da dita sra. satisfizesse ao morgado de Luís de Novais da Silva, um conto de réis e mais conquenta mil réis de subrogação que teve da venda das casas da cidade do Porto impostos nas casa do campo de Santa Ana nas quais vivia a referida sra. em que os autores sucederam por morte de Diogo de Brito marido da Ré. Passou pela Chancelaria em 8 de Fevereiro de 1667. ITEM. Sentença do Juízo cível na qual teve vencimento a dita sra. D. Jerónima sobre não ter anexado ao morgado a terça da terra conforme a instituição. Em 8 de Janeiro de 1664.//	35	27	Causas
1668-07-07	Certidão de Manuel Soares Ribeiro escrivão dos agravos de uns autos de execução que se fez ao Sr. Rui de Figueiredo como pai e administrador do Sr. Jorge de Figueiredo, pela quantia de 71\$500 réis que ficou devendo a sra. D. Maria de Lima a Manuel de Carvalho seu criado, o qual fez embargo no rendimento do prazo do Campo de Alvalade Grande e foreiro à Câmara de Lisboa. Dada contra o dito Sr. na Relação em 7 de Julho de 1668.	35	28	Causas
1669-08-06	Apelação de causa cível entre partes de uma como autor apelante o Sr. Rui de Figueiredo de Alarcão e da outra réus apelados António Lopes e sua mulher, moradores no lugar de Ota, a respeito do dito Sr. Ter comprado várias fazendas no referido lugar a Manuel de Andrade e sua mulher D. Ana Barbosa, das quais estava em posse e não os quis largar. Dada em Lisboa contra o autor em (1...2?)6 de Agosto de 1669.	35	29	Causas
1670-04-09	Sentença cível e declaração dela a favor do Sr. Pedro de Figueiredo, comendador de Sinfaes contra Manuel Mendes de Oliveira, vigário da Igreja da dita freguesia, sobre ter-se julgado a este sete alqueires de semadura de Logradouro, havendo-se determinado na Mesa da Consciência se lhe dessem só seis de semadura de logradouro. Dada em Lisboa em 9 de Abril de 1670.	35	30	Causas

1679-08-08	Sobre sentença da Sra. D. Mariana de Lima contra os testamenteiros da Sra. D. Mariana Coutinho sobre as casas sitas ao Pocinho d'Entre as Hortas. Dada na Relação de Lisboa em 8(?) de Agosto de 1679.	35	31	Causas
1690-08-16	Certidão de Manuel Soares Ribeiro escrivão dos agravos cíveis de uns autos do agravo ordinário em que são partes o Sr. Francisco de Figueiredo de Vasconcelos contra o Sr. Rui de Figueiredo e isto a respeito de alimentos. Passada em Lisboa em 16 de Agosto de 1690.	35	32	Causas
1694-06-30	Sentença cível entre partes, autora a Sra. D. Mariana de Lima e ré a Sra D. Mariana Coutinho, a respeito de querer a autora largar uma marinha de sal que trazia arrendada a dita senhora por 300 réis cada ano e pretendendo que a ré mandasse tapar uma via por onde corre a água para a referida marinha de um moinho da autora de modo que não prejudique o moinho. Dada a favor da ré em 30 de Junho de 1694.	35	33	Causas
1695-05-26	Sentença da Sra. D. Mariana de Lima contra Gonçalo Dias de Aguiar em virtude da qual o obrigou a que despejasse as suas casa que tinha às portas de Santa Catarina. Dada na Relação de Lisboa pelo desembargador João de Puga de Vasconcelos em 26 de Maio de 1695.//	35	34	Causas
1700				
17??-??-??	Certidão de Domingos Luís de Oliveira, escrivão dos Agravos, de uma causa em que foi agravante o Sr. Pedro de Figueiredo e agravado seu tio o Sr. António de Figueiredo de Vasconcelos, a respeito do dito Sr. não pagar a este dez mil réis por mês que lhe costumava dar antes de ter filhos. Dado na Relação a favor do Sr. Pedro de Figueiredo em 23 de Janeiro de 1700. Passada em Lisboa a 12 de Fevereiro do referido ano.	35	35	Causas
1707-11-18	Sentença de desagravo do Sr. Pedro de Figueiredo sobre uma causa que corria com o feitor do conde de Castelo Melhor a respeito do tombo do Paul. Dada em Lisboa pelo desembargador Belchior do Rego e Andrade em 18 de Novembro de 1707. (...) com a certidão da refeirda causa.	35	36	Causas
1717-04-20	Sentença de apelação cível entre partes, apelante o Sr. Pedro de Figueiredo contra João Baptista Monteiro, apelado, contratador das sisas, porque queria que o dito Sr. pagasse sisa de umas casas que arrematou em praça pública, que se lhe venderam pela Fazenda Real, Contos do Reino e Casa, por preço de 355\$000 réis, sitas a Freguesia de S. Tiago, que partem paredes meias com as em que o referido Sr. assiste, as quais foram do almoxarife João da Gama Salema. Acordaram em Relação em condenar o apelante a apagar a sisa como vendedor visto o comprador ser privilegiado. Lisboa, 20 de Abril de 1717.	35	37	Causas
1719-04-18	Sentença contra o Sr. Pedro de Figueiredo por querer impugnar os capítulos de visita que lhe puseram na igreja da Comenda de Sinfães. Dada na cidade de Lamego em 18 de Abril de 1719.	35	38	Causas
17??-??-??	Sentença cível em que é autor o Capitão de Mar e Guerra António Dias contra o António de Figueiredo, como herdeiro de seu tio o Sr. Henrique de Figueiredo, por este lhe ficar devendo a quantia de 200\$000 réis do aluguer de dois camarotes e a rabada da Nau Nossa Senhora do Paraíso, de quando o autor o levou de Angola para a Baía.	35	39	Causas
1684-02-23	Feito cível de libelo advogado do Juízo do Cível da Cidade em que é autor o Sr. Pedro de Figueiredo contra a regente do Real Recolhimento do Castelo de Lisboa a respeito de querer o dito senhor reivindicar-lhe a torre que ocupa conjunta às suas casas, por ser do seu morgado. IBY. Certidão do testamento do Sr. Brás Afonso Correia, do conselho d'el rei D. Manuel e corregedor de Lisboa, feito pelo Tabelião Diogo Leitão em 6 de Setembro de 1520.//Instrumento de promessa de venda, quitação e subrogação que fazem D. Luís Manoel e sua mulher D. Francisca de Noronha, Condes de Atalaia, pelo qual vendem ao Sr. Pedro de Figueiredo, as Hortas chamadas de D. Fradique, sitas em Lisboa junto às muralhas do Castelo, as quais tem em si casa térreas sobradadas, terras com suas larangeiras, árvores de fruto, quintais, pardieiros, terras que semeiam e outras pertenças, tudo pela quantia de 1:500\$000 réis, os quais logo receberam. Feito em Lisboa pelo Tabelião Tomé Freire de Araújo em 23 de Fevereiro de 1684. ITEM. Requerimento e razões do António de Figueiredo a respeito de um embargo que as recolhidas do Castelo lhe puseram em uma obra do seu palácio.	36	40	Causas
1733-10-30	Certidão de uns autos de apelação cível em que são partes apelantes em segundo lugar D. João de Lima, e D. Martinho da Ribeira, e ré apelante em segundo lugar, D. Mariana Josefa da Cunha, sobre o morgado chamado da Aniza no termo da Vila de Grândola. Passada em Lisboa pelo escrivão Inácio Francisco do Couto em 30 de Outubro de 1733.	36	41	Causas

1738-07-31	Certidão de um agravo cível em que são partes agravante o António de Figueiredo e agravados Manuel Ferreira de Amaral e sua mulher a respeito deste mandar apanhar a azeitona de uma oliveiras que estavam dentro de uma vinha do dito senhor em Ota. Passada pelo escrivão do juízo da ouvidoria geral das terras da rainha Manuel da Fonseca da Cruz, em Lisboa em 31 de Julho de 1738.	36	42	Causas
1740-05-23	Sentença cível entre partes autor o António de Figueiredo e réu Gonçalo Tomás Peixoto da Silva, sobre uma oliveira e seus rendimentos sita no lugar de Ota. Dada a favor do autor pelo Doutor Luís Antunes Álvares, Juiz de Fora em Alenquer, em 23 de Maio de 1740.	36	43	Causas
1740-11-29	Apelação cível que foi do juízo geral da Vila de Alenquer para o da ouvidoria geral das Terras da Rainha em que são partes apelante, autor o António de Figueiredo Correia e réus apelados José Luís e sua mulher a respeito de umas terras chamadas da Barroca no sítio da Bordalia. Alenquer, 29 de Novembro de 1740.	36	44	Causas
1741-04-10	Certidão de uns autos cíveis de agravo em que foram agravantes os moradores do lugar de Tortosendo e agravados os Sres. Rodrigo António de Figueiredo Correia, senhor donatário dos Maninhos da Vila da Covilhã e o Juiz do tombo dos ditos maninhos, o Dr. Sebastião Pinto Frago, sobre um mandado executivo passado a requerimento do referido senhor e por sentença do Juiz de Fora da comarca da Covilhã//julga os embargos não provados, e serem bem feitas as medições do tombo dos Maninhos. Passada na Vila da Covilhã em 10 de Abril de 1741. ITEM. Resolução sobre a devassa que o corregedor da comarca de Viseu levou dos amotinadores que se sublevaram contra o Juiz do tombo dos Maninhos da Covilhã. ITEM. Cópia da segunda provisão sobre o tombo.	36	45	Causas
1741-04-18	Sentença cível que alcançou o António de Figueiredo contra seus irmãos os Sres. Miguel Joaquim de Figueiredo e a Sra. D. Margarida Lenor de Meneses sobre as partilhas e serviços de seu avô e Pai os Sres. Rui e Pedro de Figueiredo. Dada na Relação em 18 de Abril de 1741.	36	46	Causas
1741-12-12	Sentença cível de desagravo em que foi provido o António de Figueiredo sobre o agravo que os moradores de Tortosendo interpuseram no ano de 1741 do Juiz do Tombo Sebastião Pinto lhe não querer conceder vista da provisão para tombar. Dada na Relação e casa do Porto, pelo desembargador Caetano Alberto de Oussuna (Osuna?) em 12 de Dezembro de 1741.	36	47	Causas
1741-12-19	Sentença cível que alcançou o António de Figueiredo contra seus irmãos os Sres. Miguel Joaquim de Figueiredo e a Sra. D. Margarida Lenor de Meneses sobre as partilhas de seu avô e Pai os Sres. Rui e Pedro de Figueiredo. Dada na Relação em 19 de Dezembro de 1741.	36	48	Causas
1742-03-04	Sentença que alcançou Maria Josefa da Cruz contra o António de Figueiredo, como herdeiro e testamenteiro de seu tio o Sr. Henrique de Figueiredo, por lhe ficar este senhor devendo 30\$000 réis de uma comissão de camisas que lhe levou quando foi para o governo de Angola. Dada em Lisboa em 4 de Março de 1742. Com o recibo de 31\$299 réis do principal e custas que passou ao dito senhor.	36	49	Causas
1742-03-21	Sobre sentença cível de desagravo que alcançou do António de Figueiredo donatário dos Maninhos da Covilhã, sobre uns Autos de causa cível de onstrumento de agravo dos moradores do lugar de Tortosendo, contra o Juiz do tombo dos ditos Maninhos, pela qual não foram recebidos os embargos daqueles moradores. Dada na Relação e Casa do Porto, pelo desembargador Caetano Alberto de Ossuna em 21 de Março de 1742.//	36	50	Causas
1744-09-26	Sentença sobre um termo julgado do António de Figueiredo contra Francisco Marques, para este largar um sequeiro que lhe havia arrendado dentro do seu pátio no qual o réu tinha gasto 180\$910 réis, cuja quantia pagou o dito Sr. Como consta da quitação que se acha junta à referida sentença. Dada em Lisboa em 26 de Setembro de 1744.	36	51	Causas
1746-05-04	Certidão de Francisco Apolinário Pereira de Melo, escrivão dos agravos cíveis da Corte e Reino, do título de uns autos de agravo ordinários de Luísa Roiz e seus filhos, agravantes, com a Sra. D. Leonor Margarida de Meneses agravada, sobre o pagamento do quinto de uma vinha no lugar do Seixal. Passada em Lisboa em 4 de Maio de 1746.	36	52	Causas
1748-06-05	Certidão de um título de uns autos de acção cível de libelo, autor o dr. Manuel Madeira de Sousa contra o António de Figueiredo, a respeito da chameca de Monte Redondo. Passada em Lisboa pelo Tabelião João Ferreira da Silva em 5 de Junho de 1748.	36	53	Causas

1751-02-18	Certidão de uns autos de execução de sentença entre partes, Cristóvão José de Melo contra o António de Figueiredo a respeito de 1:000\$000 réis que o dito senhor devia ao desembargador José Carvalho de Abreu, tio do autor, de que lhe havia passado escrito e obrigado o seu Prazo de Monte de Lóios sito no termo de Alenquer, e depois veio a pagar o referido senhor 1:581\$208 réis de principal e juros. Passada em Lisboa por José Francisco Raposo, escrivão do cível da Corte em 18 de Fevereiro de 1751. Nesta certidão se inclui a da quitação de estar paga a referida dívida.	36	54	Causas
1751-05-29 1754-10-18	Sentença cível para título do embargado António de Figueiredo contra Gonçalo Tomás Peixoto da Silva para lhe reivindicar parte de um arneiro pertencente à sua quinta de Ota. Dada em Lisboa pelo desembargador José Cardoso Castelo, a favor do dito senhor. em 29 de Maio de 1751. ITEM. Certidão do teor da posse que tomou o dito senhor do referido arneiro. Passada na Vila de Alenquer pelo escrivão do Juízo Geral em 18 de Outubro de 1754.	36	55	Causas
1754-08-29	Sobre sentença cível a favor do António de Figueiredo e contra o Dr. Manuel Madeira de Sousa, a respeito deste não continuar a fazer benfeitorias em umas terras que tratou quer [sic] aforar em Ota que são do dito senhor. Dada na Relação de Lisboa em 29 de Agosto de 1754. ITEM. Várias certidões e papeis pertencentes à dita causa.	37	56	Causas
1759-09-20	Certidão em pública forma da verba de uma sentença que passou pela Chancelaria em o 1º de Junho de 1750 subscrita por Paulo de Almeida Seabra e assinada pelo corregedor do cível da Corte, o Dr. // António José Fonseca Lemos, entre partes o António de Figueiredo e sua mulher, réus, contra o Dr. Manuel Madeira de Sousa, autor, condenado em reconvenção, a respeito do Casal de Monte Redondo e Charnecas. Passado em Lisboa a 20 de Setembro de 1759.	37	57	Causas
1763-04-14	Certidão passada por João Francisco da Fonseca, escrivão do cível da cidade do título de uns autos de execução de sentença que requer Caetana Josefa da Silveira, viúva de José Roiz Corey (??) e suas filhas, contra o António de Figueiredo pela dívida de oito mil cruzados e juro de cinco por cento de que o dito senhor lhe era devedor. Passada em Lisboa em 14 de Abril de 1763.	37	58	Causas
1760				
1763-04-16	Certidão de Manuel Lourenço de Carvalho, escrivão da Correição do Cível da Corte, do título de uns autos de execução de sentença, autor o Dr. José Roiz Esteves contra o António de Figueiredo por este senhor lhe dever a quantia de 1:000\$000 réis a juro de seus e quarto por cento. Passada em Lisboa em 16 de Abril de 1763.	37	59	Causas
1764-02-10	Certidão de uns autos de execução se sentença em em que requerem como autoras D. Teresa Josefa de lemos e sua irmã D. Josefa Peregrina, religiosas no convento de Santa Mónica de Lisboa, contra o António de Figueiredo por 476\$930 réis que pertencem às ditas, da legítima de seu pai, o Dr. Bento de Lemos, os quais se obrigaram a pagar os meus avós os Srs. D. Vasco da Câmara e D. Madalena Luísa de Lencastre. Passada em Lisboa, por Filipe José de Almeida e Sousa, escrivão do cível, em 10 de Fevereiro de 1764.	37	60	Causas
1764-08-22	Sentença cível de meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara, para título dos embargos de terceiros que lhe foram julgados na execução que João André Calvete fazia a Martinho Velho da Rocha Aldemberg, e isto sobre as terras do Carregado. Dada na Vila de Alenquer pelo Juiz de Fora José Luís de Magalhães e Meneses em 22 de Agosto de 1764.	37	61	Causas
17??-??-??	Ação cível de Libelo em que foi autor Francisco de Azevedo de Vasconcelos e Silva e réu o meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara, sobre as contas da renda das herdades de Maria Ribeira e a de Pereira de Baixo, sitas no termo de Elvas pertencentes ao vínculo que o autor administra.	37	62	Causas
1777-08-17	Certidão de uns autos cíveis de agravo ordinário que interpuseram os moradores do lugar // de Tortosendo ao Dr. Sebastião Pinto Fragoso, Juiz eleito para o tombo dos Maninhos da Vila da Covilhã e seu termo, para a Relação da cidade do Porto. Passada na dita Vila pelo Tabelião José Figueiredo Frazão de Castelo branco Cardoso em 17 de Agosto de 1777. É passada em pública forma a requerimento de meu pai, o Sr. D. Pedro da Câmara.	37	63	Causas
1791-04-28	Sentença que alcançou a seu favor meu pai, o Sr. Pedro da Câmara contra D. José de Alarcão na denuncia que este deu de estarem vagos à Coroa os direitos reais da Vila de Azurara e quinta de Santo André no mesmo concelho, que possuiu o Sr. Caetano Francisco Cabral, Sr. de Belmonte. Dada em Lisboa pelo desembargador João Ferreira Ribeiro de Lemos em 28 de Abril de 1791.	37	64	Causas

1799-10-24	Certidão do juízo das capelas pela qual consta a sentença que tiveram os frades Trinos desta cidade no ano de 1794 os quais pretendiam que a Casa estivesse obrigada à Capela da Sra. D. Filipa de Meneses, da Casa de Belmonte, da qual não aparecem bens alguns. Passada em Lisboa pelo escrivão das capelas João Manuel de Pontes em 24 de Outubro de 1799.	37	65	Causas
	1800			
1805-05-25	Certidão de Pedro Mártir da Silva, escrivão dos agravos e apelações cíveis sobre a causa que moveram os religiosos do convento de S. Romão da Vila de Alverca contra o Sr. D. Vasco Manuel de Figueirido Cabral da Câmara, porteiro-mor, a respeito de oito mil cruzados que emprestaram aos antecessores do dito senhor, como também menciona o pagamento de 9575 réis que este senhor fez de custas da execução e de ter depositado 765\$600 réis na mão de Dionísio José da Costa, tesoureiro da repartição da Corte até à final decisão da causa. Passada em Lisboa em 25 de Maio de 1805.	37	66	Causas
s.d.	Autos de revista a respeito do morgado dos Pinheiros, entre Clemente Pinheiro de Lacerda e Leonardo Lopes de Azevedo. Acha-se no cartório à parte dos maços.			
1794-10-02	Certidão do escrivão das capelas, João Manuel Pontes da execução de uma sentença do promotor fiscal das capelas em virtude da qual se havia feito sequestro nas casas do Passadiço da Amoreira, no Pátio de D. Fradique, nas de Castelo Picão e em outras a respeito de 3:200\$000 réis que o António de Figueiredo havia pedido a juro de seis e quarto por cento à Ordem Terceira da Graça da Capela que instituiu i Padre Henrique Fernandes Homem, à qual se obrigou a pagar meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara. Dada e passada em Lisboa em 2 de Outubro de 1794. Com a escritura de obrigação de meu avô.	37	67	Causas
	MISCELÂNEA			
	1400			
1499-06-01	Certidão de fé e protesto do estado em que estava a Quinta de Ota, foreira ao convento de Odivelas o qual fez o Sr. Rui de Figueiredo, fidalgo da Casa d'El-Rei, e seu escrivão da Fazenda, perante o Tabelião Pêro Vaz, e seis testemunhas, todas existentes na Vila de Alenquer em o 1º de Junho de 1499 e correndo todos à Quinta a acharam com grande danificação a saber, o azambujais toso em matos e as terras de pão lavadas do rio do Carvalho, oliveiras arrancadas, lagar de azeite perdido como o moinho e tudo o mais com conhecida ruína em tal forma que o mesmo convento rogara a Pedro Afonso, caseiro, aceitasse a quinta dando de renda 5.000 réis que ainda assim não a quis e que nestes termos o dito Rui de Figueiredo para reduzir a cultura as terras da quinta e pertenças, lhe havia de custar boa soma de dinheiro.	38	1	Miscelânea
	1500			
1500-??-??	Embargos que pôs a Sra. D. Catarina de Castro, viúva do Sr. Rui de Figueiredo à execução e penhora que se lhe faz na fazenda de Ota, por seu segundo marido Miguel Telles de Moura ficar por fiador de Simão Antunes, rendeiro que foi da Chancelaria da cidade e pelos 500\$000 réis de resgate do mesmo seu segundo marido.	38	2	Miscelânea
1584-01-16	Traslado da medição da quinta do Carregado foreira às merceiras da Rainha Santa Isabel na Igreja Paroquial de Santo Estêvão da Vila de Alenquer a qua foi de Grimaneza Dias, mulher de Rui Velho, e a dita requereu se alvidrasse o foro que devia pagar por Louvados e estes assentaram que pagasse de pão um moio de trigo de sessenta alqueires, outro de cevada e cinco toneis de vinho à bica. Este traslado se tirou a requerimento de Francisco Lobo da Gama, senhor útil desta prazo. A referida medição e vistoria se fez em 17 de Maio de 1505 e o instrumento presente foi passado em 16 de janeiro de 1584.	38	3	Miscelânea
16??-??-??	Mandado que alcançou o Sr. Jorge de Figueiredo como padroeiro da Igreja de Nossa Senhora da Encarnação do lugar da Lobagueira para não virem mulheres forasteiras e desconhecidas vender candeias à dita igreja nos Domingos e dia santos.	38	4	Miscelânea
1596-05-26	Inquirição de testemunhas de Beatriz Godinha viúva de Afonso de Lemos com as quais justificou deixar -lhe seu marido todos os prazos que possuía. Feita em 26 de Maio de 1596.//	38	5	Miscelânea
1605-07-04	Tombo das fazendas pertencentes aos Maninhos da Vila da Covilhã feito em 4 de Julho de 1605. É um livro de folio grande que se acha no arquivo da Casa.			
16??-??-??	Representação que fez o Sr. Jorge de Figueiredo como padroeiro da igreja de Nossa Senhora da Encarnação do lugar da Lobagueira, para não se admitirem como ermitães Domingos Gil e sua mulher, por serem de mau viver.	38	6	Miscelânea

1500-?-?-? 16?-?-?-?	Alvará de licença pelo qual Gaspar de Sousa Lobo pagou a seu sobrinho António Taveira de Sousa cento e dez mil e tantos réis que suas irmãs lhe ficaram devendo das partilhas do tempo que D. Cecília de Sousa, irmã do dito Gaspar de Sousa, foi tutora do morgado e isto por contas que se lhe tomou. ITEM. Papel de uma Dívida que se devia ao dito António Taveira. ITEM. Uma escritura de obrigação de Pedro Nunes para o referido Gaspar de Sousa Lobo pertencente a contas.	38	7	Miscelânea
1614-01-13	Tombo da Comenda de S. Pedro de Merlim feito em 13 de Janeiro de 1614. Acha-se no arquivo da Casa mas não em maço.			
1621-12-14	Justificação que fez o Senhor Jorge de Figueiredo em 14 de Dezembro de 1621 em como lhe pertenciam e eram seus os matos da Adema em Ota.	38	8	Miscelânea
1626-06-12	Acção que pôs Manuel Antão, rendeiro dos Maninhos do lugar do Orvalho contra Margarida Gonçalves, mulher viúva do lugar de Vilar e isto em 12 de Junho de 1626.	38	9	Miscelânea
1500-?-?-? 16?-?-?-?	Papeis originais dos serviços que fez a esta coroa nas partes da Índia António Lobo da Gama, irmão da Sra. D. Jerónima Lobo, mulher que foi de Diogo de Brito. ITEM. Várias certidões dos serviços de dez anos. Serviços de pai e tio e portarias deles.	38	10	Miscelânea
1638-11-05	Tombo da comenda de S. Tiago de Besteiros feito em 5 de Novembro de 1638. Acha-se no Arquivo desta Casa mas não em maço.			
1644-09-23	Tombo da comenda de S. João Baptista de Sinfães, feito em 23 de Setembro de 1644 // Acha-se no Arquivo desta Casa mas não em maço.			
1646-?-?-?	Tombo das fazendas pertencentes aos Maninhos da Vila da Covilhã feito 1646. Acha-se no Arquivo desta Casa mas não em maço.			
1647-11-05	Cópia da provisão do senhor rei D. João 4º para se fazer uma fortificação na cidade de Miranda para sua defesa, aplicando-se dois mil cruzados para ela, e pedindo os outros dois po empréstimo anualmente ao Cabido da Sé da mesma cidade, avisando disto ao Sr. Rui de Figueiredo de Alarcão, governador das Armas da província de Trás os Montes. Feita em Lisboa em 5 de Novembro de 1647.	38	11	Miscelânea
1653-05-14	Certidão de António de Sousa Pinto, escrivão do Mordomado e Execuções da Vila de Santarém, pela qual consta o ter-se executado um precatório da Mesa da Cosciência para ser executado o comendador do Salvador da dita Vila, por 1800 réis que devia e se fez embargo na azeitona na mão do depositário Tomé Filgeira. Passada em 14 de Maio de 1653.	38	12	Miscelânea
1754-04-06	Certidão pela qual consta de uma ordem do Juizo Geral das três Ordens militares, passada contra o António de Figueiredo, por virtude da qual se fez sequestro nos frutos da Comenda de Castelões do termo de Tondela, de que é rendeiro Manuel Homem da Paixão, o qual pagou 5680 réis de feito da Ordem ao Caminheiro e custas. Passada na dita Vila em 6 de Abril de 1754.	38	13	Miscelânea
1658-?-?-?	Tombo da Comenda de S. Salvador de Castelões feito em 1658. Acha-se no Arquivo desta Casa mas não em maço			
1661-02-26	Certidão da medição das casas da Comenda de Sinfães. Passada pelo Tabelião Pedro Geraldês Ribeiro em 26 de Fevereiro de 1661.	38	14	Miscelânea
1694-05-21	Certidão de baptismo da Sra. D. Margarida, filha do Sr. Pedro Álvares Cabral e da Sra. D. Leonor de Meneses. Passada na cidade da Guarda em 21 de Maio de 1694. DATA???	38	15	Miscelânea
1699-06-05	Certidão das folhas da partilha do pão que se fez nos anos de 1695 e 1698, entre o Sr. Pedro de Figueiredo e os rendeiros das terças das comendas de Castelões e Besteiros. Passada em 5 de Junho de 1699.	38	16	Miscelânea
1663-12-05	Traslado das provas que deu Diogo de Brito em uma causa que trouxe com Manuel Correia morador na Castanheira, sobre a liquidação da sentença que alcançou contra ele. Passado em Alenquer// em 5 de Dezembro de 1663.	38	17	Miscelânea

1630-08-23	Ordem do conselheiro de Estado, Luís da Silva, provedor da Comarca da Guarda para ouvir o povo da Vila da Covilhã e seu termo sobre a pretensão do Sr. Jorge de Figueiredo de se lhe passar uma provisão na qual se declare o que hão-de pagar os foreiros para que se passe adiante com o tombo que está começado dos bens propriedades pertencentes aos Maninhos da Vila da Covilhã de que o dito senhor é donatário ou se faça outro tombo de novo e do que se passar enviar tudo ao conselho da Fazenda. Lisboa 23 de Fevereiro de 1628. ITEM. Resposta de Simão Ferreira Varela à ordem precedente, comunicando-lha por um precatório o provedor da comarca da Guarda, na qual diz que fizera diligência com o povo da Vila da Covilhã e dos mais ligares do termo, ouvindo os foreiros do maninhos e que todos responderam não queriam inovar coisa alguma mas queriam estar na conformidade de pagarem de doze um, das propriedades do Maninhos. Dada na Vila da Covilhã em 23 de Agosto de 1630. ITEM. Certidão de António de Oliveira, escrivão dos Direitos Reais da Vila da Covilhã pela qual mostra ser apresentado o dito precatório a Pedro barbosa Homem, Juiz de Fora na referida Vila.	38	18	Miscelânea
1688-09-19	Mandado que alcançou o Sr. Jorge de Figueiredo, administrador da Ermida de Santa Catarina do lugar da Lobagueira, para que sejam notificados Domingos Ramos e os mais moradores da Lobagueira para não tirarem a imagem de Nossa Senhora do altar aonde está, com pena de cinquenta cruzados e cadeia, conservando ao dito Sr. na sua posse. Passado em 19 de Setembro de 1688.	38	19	Miscelânea
	Várias cópias de privilégios, mercês e bens que possuía a Casa dos Duques de Vila Real e Caminha, nas quais se inclui um inventário e razões de letrados. Acha-se no arquivo desta Casa mas não em Maço.			
	1700			
17??-??-??	Procuração do Sr. Henrique de Figueiredo, na qual nomeia por seus procuradores António de Bastos Pereira e Roque Monteiro Paim, para estes poderem fazer escritura de nomeação de morgado que nele nomeou a Sra. D. Mariana de Lima em seu irmão o Sr. Pedro de Figueiredo. Feita em Goa a 13 de Dezembro de 1700. //	38	20	Miscelânea
1702-01-31	Certidão de José Pessoa Baracho, escrivão das justificações do Reino da justificação que fez a Sra. D. Leonor Margarida de Menezes de como foi herdeira da Sra. D. Mariana Coutinho. Passada em Lisboa em 31 de Janeiro de 1702.	38	21	Miscelânea
1704-01-06	Escrito de desistência e renúncia que faz Manuel Carvalho, morador na Cosoaria, term de Alenquer ao Sr. Pedro de Figueiredo de uma terra que chamam os Combos, sita no limite do mesmo lugar, da qual é senhorio o dito senhor e isto em razão de lhe dever os foros de muitos anos, que será mais que o que vale referida terra. Feito em Ota a 6 de Janeiro de 1704	8	63	Ota
1704-12-17	Carta testemunhável do Senhor Rei D. Pedro 2º pela qual mostra que Sr. Henrique de Figueiredo justifica não ter culpa alguma na Índia. Passada em Goa pelo desembargador Pedro Pinheiro de Sousa em 17 de Dezembro de 1704. ITEM. Carta testemunhável na qual vem as cartas que o Sr. Henrique de Figueiredo, Mestre de Campo na Índia, escreveu ao Secretário daquele Estado sobre as regalias do seu posto. ITEM. Carta testemunhável pela qual se mostra ter embarcado por almirante da Armada da Índia o Sr. Henrique de Figueiredo. ITEM. Carta testemunhável e várias certidões pertencentes às regalias do posto de Mestre de Campo, que teve e exercitou o dito Sr.	38	22	Miscelânea
1704-??-??	Cópia da sentença do Sr. Pedro de Figueiredo e vários papéis pertencentes ao seu governo de Portalegre.	38	23	Miscelânea
16??-??-?? 17??-??-??	Carta testemunhável e traslado das cartas que teve o Sr. Henrique de Figueiredo para propor três sujeitos para capitães do terço de que era Mestre de Campo. ITEM. Traslado das cartas que os vice reis do Estado da Índia escreveram ao Sr. Henrique de Figueiredo sobre a reforma da gente das companhias e regalias do posto de Mestre de Campo. ITEM. Traslado da Portaria porque o dito Sr. foi eleito Almirante da Armada do Estado da Índia. ITEM. Traslado de umas cartas que o referido Sr. escreveu a respeito do seu posto de Mestre de Campo.	38	24	Miscelânea
17??-??-??	Requerimento que fizeram Hiria Parbu e Anta Parbu, homens de negócio na cidade de Goa para se lhes passar provisão para eles e seus descendentes gozarem do privilégio do 3º capítulo do regimento da alfândega da dita cidade. Com uma carta testemunhável dos lucros que o Estado da Índia// tem tirado dos negócios dos referidos homens.	39	25	Miscelânea
1713-05-24	Certidão de João Pereira da Silva, escrivão da câmara eclesiástica de Sinfães pela qual consta o costume e posse de mandar e pagar a roupa branca do serviço da dita igreja, a Fábrica(sic), a qual se aceita em despesa quando se dão contas. Passada na cidade de Lamego em 24 de Maio de 1713.	39	26	Miscelânea

1715-07-12	Cópia da consulta do Desembargo do Paço a respeito dos Maninhos da Covilhã, feita e Lisboa em 12 de Julho de 1715.	39	27	Miscelânea
1716-08-31	Auto de penhora que fizeram os religiosos do convento de S. Bento de Xabregas na mão de Manuel da Silva, no quinto da novidade do vinho que pagava de três vinhas no destrito do Lugar do Seixal à Sra. D. Leonor Margarida de Meneses, pela dívida de 35\$000 réis que a dita sra. devia ao referido convento de legados não cumpridos. Feito no lugar do Seixal em 31 de Agosto de 1716.	39	28	Miscelânea
1704-??-??	Papeis do Sr. Pedro de Figueiredo pertencentes ao seu governo de Portalegre e também várias cartas originais do secretário de Estado Diogo de Mendonça.	39	29	Miscelânea
1719-06-19	Tombo do morgado dos Senhores de Belmonte. Feito em 19 de Junho de 1719. Acha-se no Arquivo desta Casa mas não em maço.			
1729-09-23	Certidão do falecimento de Pedro de Figueiredo passada em Lisboa a 8 de Julho de 1722. ITEM. Certidão em pública forma da verba do testamento com que faleceu o Sr. Rui de Figueirdo no qual declara que tendo prazos muitos consideráveis s nomeia em seu filho o Sr. Pedro de Figueiredo. Passada em Lisboa em 23 de Setembro de 1729.	39	79	Miscelânea
17??-??-??	Auto de uma petição do António de Figueiredo, pela qual queria justificar ter pedido seu pai o Sr. Pedro de Figueiredo seis mil cruzados a juro de seis e quarto por cento ao Dr. José Carvalho de Abreu para aviar seu irmão o Sr. Henrique de Figueiredo que ia por governador para Angola, os quais pagou o António.	39	30	Miscelânea
17??-??-??	Licença que deram os religiosos do convento da Santíssima Trindade ao António de Figueiredo para poder empenhar o Prazo do Campo de Alvalade Grande em um conto de réis.	39	31	Miscelânea
1729-05-03	Certidão do Conde da Ericeira do ajuste que fizeram os Sres. Rodrigo António de Figueiredo e D. Madalena // Luísa de Lencastre, sua irmã, sobre o morgado. Passada em Lisboa em 3 de Maio de 1729. ITEM. Duas cartas do marquês de Louriçal e uma proposta pertencente à sua dívida que deve à Casa do António de Figueiredo, respectiva à herança da Sra. D. Mariana de Lima.	39	32	Miscelânea
1732-??-??	Tombo da comenda de S. João Baptista de Sinfaes, feito no ano de 1732. Acha-se no Arquivo desta Casa mas não em maço.			
1733-??-??	Tombo da comenda de S. João Baptista de Sinfaes, feito no ano de 1733. Acha-se no Arquivo desta Casa mas não em maço.			
1732-07-01	Certidão de Matias Teixeira de Mendonça, Tabelião no concelho de Besteiros de uma causa cível que move como autora Maria Gomes, viúva de Pedro Fernandes, contra João Fernandes e sua mulher na qual se lhe pede uma casa térrea esboralhada sita no lugar da Poetela e uma belga de terra sita à Leira dos Olhos, limite do dito lugar, pertencendo ao seu prazo que lhe fez o António de Figueiredo, como comendador de Besteiros. Passada em o 1º de Julho de 1732. ITEM. Certidão do referido Tabelião de uma acção e libelo ordinário de reivindicação entre as ditas partes a respeito do mencionado acima	39	33	Miscelânea
1732-07-21	Cópia autêntica do foral que o Senhor rei D. Manuel deu à Vila da Covilhã em Santarém no 1º de Junho de 1510. Foi passada na Torre do Tombo em 21 de Julho de 1732.	39	34	Miscelânea
1735-05-07	Auto de vistoria e medição que mandaram fazer Diogo Carneiro de Almeida e o antónio de Figueiredo de duas moradas de casas que algum tempo foram separadas e de presente estão contíguas e unidas, sitas no lugar de Ota e tem seu serrado, e isto para constar qual seja a parte e grandeza que compete ao dito senhor a qual medição se fez em 7 de Maio de 1735.	39	35	Miscelânea
1735-06-22	Auto de suspeição que pôs Gonçalo Tomás Peixoto da Silva ao Dr. João Henriques da Silva, Juiz do tomo das fazendas do António de Figueiredo em Ota. Feito em 22 de Junho de 1735.	39	36	Miscelânea
1738-04-29	Auto de embargo que fez António de Azevedo, escrivão de alciade, na mão do António de Figueiredo e a requerimento de António Nunes de Oliveira contra o defunto Lourenço Alvarez (Alves) pela quantia de 310\$018 réis em tudo que pertencia e for devedor ao dito defunto, quanto baste para apagamento da referida quantia. Feito em Lisboa em 29 de Abril de 1738.	39	37	Miscelânea
1738-06-28	Tombo da Alcaidaria mor da Vila da Sertã. Feito em 28 de Junho de 1738. Acha-se no Arquivod a Casa mas não em maço//			

1772-??-??	Índice das fazendas da Quinta de Ota e suas anexas= Memória das fazendas que possuía o Sr. Pedro de Figueiredo e de que se achava de posse ao tempo de seu falecimento assim de morgado como livres, qualidade delas, pensões que pagam e papeis que se acharam a elas pertencentes= Relação das pensões, obrigações e foros que devia satisfazer cada ano o António de Figueiredo dos morgados da sua Casa. = Apontamentos e advertências do que era necessário ao dito senhor fazer e pôr corrente sobre os particulares da sua Casa e fazendas = Número das capelas que tem esta Casa, suas pensões e obrigações = Pensões da Quinta de Ota = Lembrança das dívidas que devia a Casa e venciam juros= Resumo de toda a renda da Casa no Ano de 1772 = Dívidas do António de Figueiredo que se acham lançadas no Inventário.	39	38	Miscelânea
17??-??-??	Certidão de uma relação e mais documentos que paravam em poder de José Correia de Tavira do ajuste de contas que teve com ele o Sr. Henrique de Figueiredo e vários papeis pertencentes ao dito fim.	39	39	Miscelânea
1722-??-??	Tombo de todas as fazendas, morgados, Prazos, bens livres, e foros que pertencem a esta casa e de que o Sr. Pedro de Figueiredo se achava de posse até ao seu falecimento e distintamente as quantias porque cada uma das ditas fazendas se achavam arrendadas no ano de 1722 e a quem, como também as pensões, capelas, encargos e foros a que as sobreditas fazendas estão obrigadas e o inventário de todos os papeis que apareceram Acha-se no arquivo desta casa mas não em maço.			
1740-01-10	Certidão de João Ambrósio Barreto, escrivão da Câmara da Vila de Torres Vedras, do alvará de mercê porque foi criada cabeça de comarca a dita Vila em lugar da de Alenquer cuja mercê foi feita em 27 de Junho de 1616. Passada em Torres Vedras a 10 de Janeiro de 1740.	39	40	Miscelânea
1741-01-23	Certidão que passou José de Figueiredo Frazão de Castelo Branco Cardoso, Tabelião na Vila da Covilhã, extraída das suas notas e a requerimento de meu pai o Sr. D. Pedro da Câmara, donatário do reguengo Maninho da dita Vila, do tombo que se fez do referido Maninho pelo António de Figueiredo, também donatário dele. Passada ba sobredita Vila em 23 de Janeiro de 1741.	39	41	Miscelânea
1713-07-12	Certidão do teor de um alvará que se passou a requerimento do Sr. Pedro de Figueiredo para que o Dr. António Rebelo de Castelo Branco, Juiz de Fora na Vila da Covilhã procedesse no tombo dos Maninhos da dita Vila. Passada na Covilhã pelo escrivão das execuções Valério Cardoso Coelho em 26 de Abril de 1741. O alvará antecedente é muito circunstanciado, pois manda reduzir a taxa certa e estima as pensões e para se cobrem executivamente, É passado em 12 de Julho de 1713.	39	42	Miscelânea
1741-06-06	Carta do Cardeal da Cunha, Inquisidor Geral pela qual faz familiar do Santo Ofício a meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara. Dada em Lisboa em 6 de Junho de 1741. ITEM. Regimento dos familiares do Santo Ofício.	39	43	Miscelânea
1743-07-27	Certidão de um termo de desistência que fizeram José Henriques e sua mulher Bernarda Teresa, Moradores ao moinho dos Paços, limite do lugar de Ota, autor embargado, em uma acção de força que tinha posto no Juízo do geral da Vila de Alenquer, contra os criados do António de Figueiredo, por estesse haverem servido por uma terra que eles outorgantes haviam aforado e pelo dito termo desistem da referida acção de força e confessam a posse imemorial do dito senhor se servir pela sua terra. Passada na Vila de Alenquer pelo escrivão do geral, João Crisóstomo Soares de Torre e 27 de Julho de 1743.	39	44	Miscelânea
1745-08-04	Certidão de João Nogueira de Mendanha e Sande, escrivão do Almoxarifado da alcaidaria mor de estremoza pela qual consta haver no celeiro aonde se recolheram os frutos de rendas e foros do dito Almoxarifado, duas razoiras, uma ordinária e igual do concelho, pela qual se cobram as rendas das fazendas do Almoxarifado e outra por donde se cobram os foros a qual dá de acréscimo, seis alqueires por moio a respeito da medida ordinária. Passada em Estremoz em 4 de Agosto de 1745.	39	45	Miscelânea
1744-08-19	Requerimento que fez a Sra. D. Leonor Margarida de Meneses ao Senado da Câmara sobre um chão ou logradouro místico á Quinta do Lumiar o qual principiou a mandar murar e sendo-lhe embargada a obra se procedeu a vistoria e ultimamente se julgou apresentasse os títulos pelos quais se visse pertercer-lhe o logradouro. Em Mesa (sic) a 19 de Agosto de 1744.	39	46	Miscelânea
1748-12-24	Auto de penhora que fez meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara em uma vinha de Catarina Gomes sita no Lúrio do lugar do Seixal, pela dívida de 41\$600 réis que lhe devia de foros. Passado em Lisboa em 24 de Dezembro de 1748.	6	26	Morgado do Seixal
17??-??-??	Requerimento com várias certidões de meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara no qual pede a S. Majestade lhe mande pagar dez mil réis por mês que por ser ajudante de ordens lhe pertencem. //	39	47	Miscelânea

1749-07-31	Certidão do Tabelião Francisco Manuel Pereira, pela qual consta que meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara foi escuso de pagar sisa e cabeção das herdades que trazia de renda por ser professo na Ordem de Cristo e por comer tença e mantença. Passada em Elvas em 31 de Julho de 1749.	39	48	Miscelânea
1745-07-28	Certidão de Luís Francisco Ferreira, Tabelião no Couto de S. Martinho de Tibães pela qual consta que Manuel Correia, morador no lugar de Padrão da freguesia de S. Payo de Merlim, fez testamento e deixou o seu Prazo chamado da Pateira a sua sobrinha Helena Correia, mulher de Custódio da Costa de Galgueiro. Passada no dito couto, em 28 de Julho de 1745.	40	49	Miscelânea
17??-??-??	Vários papéis pertencentes ao ajuste da venda dos Casais da Brandoa, Carregado, e Monte de Lóios que queria comprar Martinho Velho da Rocha Odenbourg ao António de Figueiredo, nos quais se compreendem alguns recibos do dito Sr. Das rendas dos prazos do Carregado, Cartas e informações sobre a referida venda.	40	50	Miscelânea
1754-01-31	Certidão de Gerardo de Abreu, escrivão das execuções na cidade de Braga de se ter cumprido uma ordem geral de sequestro que mandou fazer nos frutos e renda da Comenda de S. Pedro de Merlim, o Juízo da Ordem de Cristo, o qual sequestro se fez na mão do rendeiro Carlos Veloso. Passada em Braga em 31 de Janeiro de 1754.	40	51	Miscelânea
1755-08-08	Certidão da escritura que se celebrou entre o Sr. Rei D. Afonso 5º, e o abade do Mosteiro de Alcobaça, sobre a troca do Paul de Ota, e o Padroado da Igreja de S. Bartolomeu no mesmo Paul, pelo padroado da Igreja de S. Tiago da Vila de Alenquer. Passada em Alcobaça pelo Tabelião João Rebelo de Sousa a 8 de Agosto de 1755.	40	52	Miscelânea
1755-08-14	Alvará de licença que na menor idade de meu pai o Sr. D. Pedro da Câmara alcançou meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara para celebrar uma escritura de nomeação dos prazos e bens livres do António de Figueiredo, anexando-os ao morgado principal da Casa, reservando este Sr. os usufrutos em sua vida e sendo aqueles Sres. a pagar as suas dívidas que tiver ao tempo da sua morte e oider testar até à quantia de dois mil cruzados, Dado em Lisboa em 14 de Agosto de 1755.	40	53	Miscelânea
17??-??-??	Certidões dos Baptismos dos Sres. Rodrigo António de Figueiredo e D. Madalena Luísa de Lencastre, filhos do Sr. Pedro de Figueiredo e D. Francisca de Lencastre. //	40	54	Miscelânea
1759-09-08	Renúncia que fez o António de Figueiredo em meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara, para lhe administrar os bens e rendas da sua casa. Feita em Lisboa em 8 de Setembro de 1759. ITEM. Declarações que fez o dito Sr. De várias coisas antes que falecesse. ITEM. Escrito no qual declara dever trinda e quatro mil cruzados a minha avó a Sra. D. Madalena Luísa de Lencastre. ITEM. Declaração de que a Escritura da venda das casa da Rua da Atalaia que assinaram meus avós, em nada derroga os contratos que entre todos estava feito. ITEM. Escrito do dito Sr. ficar devendo a meus avós a quantia de 13926 cruzados porque o mais cobraram pela dívida dos 12324 cruzados que devem os condes de Valadares de principal e juros vencidos até fim de Dezembro de 1730. ITEM. Declaração do referido Sr. dever pagar anualmente a meus avós a quanta de 1:494\$931 réis.	40	55	Miscelânea
1761-11-15	Certidão do Escrivão do tombo dos bens da Coroa, António Caetano de Seixas, pela qual consta reconhecer a sua Majestade por directo senhorio do Paul do Archino que está no termo da Vila de Alenquer, o Barão da Ilha Grande, Lus Gonçalves de Sousa de Macedo, e sua mulher, D. Maria Ana de Távora e Mendoça, o qual Paul é prazo perpétuo de que pagam trinta alqueires de trigo de foro cada ano. Passada em Santarém a 15 de Novembro de 1761.	40	56	Miscelânea
1762-02-03	Certidões dos baptismos dos Sres. Fernando Cabral, Nuno Cabral, Francisco Cabral e D. Margarida de Meneses Senhores de Belmonte. Com a certidão do casamento dos Sres. Rui de Figueiredo e D. Margarida de Meneses. Passada na Vila de Belmonte a 3 de Fevereiro de 1762.	40	57	Miscelânea

1763-09-07	Certidão extraída do tombo que se fez no ano de 1732, das terras pertencentes à comenda de Sinfães sobre o reconhecimento das terras que possui Pedro Francisco, pai que foi de José Cardoso que forem da dita comenda o qual a reconheceu por direito senhoria das referidas terras. Passado na Vila de Sinfães em 7 de Setembro de 1763. ITEM. Certidão do Juízo da Vila de Sinfães em como se apresentaram nele umas cartas de vedoria para renovação dos prazos da Comenda de Sinfães passadas do Juízo da Contadoria da Cidade de Lisboa, apresentadas por José Cardosos e levando-as (elevando-as?) e este não tem satisfeito com os prazos dos caseiros.//ITEM. Certidão de como foi citado José Cardoso da Vila de Sinfães para se lhe anular um prazo quesubrepticia e subrepticamente, e com falsas informações tinha conseguido do Juízo da Contadoria do mestrado da Ordem de Cristo, da qual citação pediu vista e veio com embargos de nulidade os quais lhe foram mandados remeter para o dito juízo de cujo despacho agrava para o ouvidor do concelho de Sinfães. ITEM. Certidão de como José Cardoso apresentou ao escrivão do público judicial e notas e uma carta de vedoria para se lhe fazer um prazo de certas terras da comenda de Sinfães e em como na dita vedoria se mandou que ele justificasse que eram suas e não fez nem justificou naquele concelho.	40	58	Miscelânea
1764-09-10	Licença que deu o guarda mor da Torre do Tombo Manuel da Maia a meu avô, o Sr. D. Vasco da Câmara para extrair por certidões do dito arquivo a carta de Padrão do Sr. Rei D. Afonso 6º peça qual consta oferecer-se o Doutor António de Sousa de Macedo, conselheiro da sua Fazenda para abrir e cultivar o Paul do Archino, no termód e Alenquer, que traz aforado a Câmara da dita Vila a Frei João de Babilon, por se ter ajustado com o procurador da Fazenda de pagar de cada moio oito alqueires e meio de qualquer novidade e por apostila de 8 de Setembro de 1671 foi sua alteza servido que o referido doutor pagasse de foro trinta alqueires de trigo por ano. Passada a sobredita licença em Lisboa a 10 de Setembro de 1764.	40	59	Miscelânea
1769-08-29	Mandado do Dr. José Inácio de Mendonça, corregedor e ouvidor na comarca de Castelo Branco para os Juizes ordinários da Vila de Belmonte observarem certos artigos tendentes a fazer cessar a carestia do pão pelo meio de ser manifesto todo o que houver. Dado em Alpedrinha a 29 de Agosto de 1769.	40	60	Miscelânea
1770-07-05	Instrumento de escritura de fiança de Bento de Vargia pela qual se obrigou a fazer toda a obra de pedreiro e carpinteiro da igreja de S. João baptista da freguesia de Sinfães por 1:450\$000 réis e para o inteirar desta quantia deu o meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara gratuitamente 500\$000 réis. Feita no lugar do Sequeiro Longo, em 5 de Julho de 1770.	40	61	Miscelânea
1773-??-??	Papel que contém várias razões em minutas e contra minutas de agravo entre partes os habitantes da Vila da Covilhã e lugar de Tortosendo no ano de 1773 sobre o procedimento executivo dos Maninhos.	40	62	Miscelânea
1773-10-21	Certidão em pública forma dos conhecimentos das importâncias que se entregaram no cofre das // despesas de concerto de rendimento da Casa de Belmonte por morte do Sr. Pedro Alves Cabral, que se pôs em sequestro até que se deu posse dela a seu irmão o Sr. Caetano Francisco Cabral. Passada em Lisboa a 21 de Outubro de 1773.	40	63	Miscelânea
1774-06-19	Auto de penhora deita nos rendimentos das fazendas de Gonçalo Xavier de Alcáçova, sitas em estremoz, pela quantia de 192\$000 réis a qual se fez na mão de meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara por mandado do Dr. José Inácio de Mendonça provedor das capelas em 19 de Junho de 1774.	40	64	Miscelânea
17??-??-??	Licenças do tribunal do Senado da Câmara de Lisboa concedidas a meu Pai, a meu avô e ao António de Figueiredo para que as palhas e cevadas que vem para esta casa aportem os barcos no chafariz da praia, Belém, ou na Junqueira e depois darem entrada.	40	65	Miscelânea
17??-??-??	Mandado de penhora que mandou fazer o meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara a seus devedores dos foros e quintos que lhes deviam no distrito do lugar do Seixal.	40	66	Miscelânea
1776-09-07	Tombo do Morgado da Lobagueira, feita em 7 de Setembro de 1776. Acha-se no Arquivo desta Casa mas não em Maço.			
s.d.	Várias notícias do rendimento do morgado da Lobagueira.	40	67	Miscelânea
s.d.	Inquirição de testemunhas sobre a dúvida que havia na demarcação do Casal do Outeiro e da Serra, a respeito do Casal de Barbas de Porco. De que era foreiro Manuel António de Gois.	3	15	Morgado da Lobagueira

1778-09-02	Requerimento que fez meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara ao provedor da comarca da Guarda para que mandasse registrar mos livros do registo daquela provedoria a nova mercê que Sua majestade lhe fez do senhorio dos Maninhos da Vila da Covilhã, o que o dito ministro fez. ITEM. Certidão do escrivão da câmara da Vila da Covilhã, Carlos Pinto da Costa, pela qual consta estar registada no livro do registo dos negócios e dependências da cidade da Guarda, a mercê acima declarada. Passada na Vila da Covilhã em 2 de Setembro de 1778.	40	68	Miscelânea
s.d.	Inquirição que tirou o padre Manuel de Macedo no lugar de Ota a respeito da petição de força do Sr. Jorge de Figueiredo por causa da levada de água do moinho do Louro. É cópia.	40	69	Miscelânea
17??-??-??	Dívidas e outros papeis a respeito da Casa de Belmonte.//	40	70	Miscelânea
1785-02-10	Certidão do escrivão da ouvidoria da Vila da Castanheira, pertencente aos bens penhorados a D. Catarina Avertana de Meneses, por executória das dízimas da Chancelaria que se não arremataram por ficarem sobejando depois de completa e satisfeita a quantia por que ultimamente se mandou proceder pela dita executória. Passada na Vila de Povos, a 10 de Fevereiro de 1785. ITEM. Relação dos bens em que pelo dito juízo se fez penhora à referida senhora por executória da Chancelaria.	40	71	Miscelânea
1788-03-26	Certidão da verba do foral do concelho de Azurara da Beira da mercê que fez o Sr. Rei D. Diniz de se pagarem os direitos reais e o mais pertencente de sentenças, dízimos e execuções, e para, pelos povos do concelho, se pagar aos fidalgos de Belmonte, por doação do mesmo senhor, trinta e tantos mil réis por ano. Passada pelo escrivão da Comarca do dito concelho, Francisco António de Carvalho e Matos em 26 de Março de 1788.	40	72	Miscelânea
s.d.	Mapa do que pertence à Alcaidaria mor da Vila da Sertã.	14	19	Sertã
28/4/1789	Certidão de Cipriano António Roiz, escrivão da Correição do cível da Corte, pela qual consta da apresentação da Igreja de S. Tiago de Cassurrães ser da Casa dos Sres. De Belmonte. Tirada por cópia de um feito antigo e está em pública forma passada em Lisboa em 28 de Abril de 1789.	40	73	Miscelânea
s.d.	Uma justificação e uma certidão do que recebe anualmente o reitor de Sinfães.	40	74	Miscelânea
1794-08-30	Quatro certidões do falecimento de meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara. Passadas em 30 de Agosto de 1794.	40	75	Miscelânea
1804-09-11	Ajuste que fez o Sr. Porteiro Mor, D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara com Frei Joaquim Carvalho, freire conventual da Ordem de Cristo e procurador dos religiosos de S. Paulo do Colégio de Coimbra, pelo qual o dito Sr. Se obrigou (a) dar todos os anos ao referido colégio 200\$000 réis e 100\$000 réis de juros de 2:000\$000 de réis e isto procedido do ajuste de contas dos juros e foros do dinheiro e propriedades pertencentes à Capela denunciada por Manuel Caetano, a qual denúncia se julgou nula e no referido ajuste ficou o dito senhor devendo a quantia de 1:834\$920 réis. Lisboa em 28 de maio de 1804. Com os recibos de todos os anos até o de 1807.// Recibo do dito padre da quantia de 300\$000 réis a saber, 50\$000 réis do juro de dois contos de réis que devia o referido senhor ao sobredito Colégio, da compra da Quinta de Ota e 250\$000 réis por conta do atrasado que devia. Lisboa 11 de Setembro de 1804.	40	76	Miscelânea
1804-12-02	Certidão do tombo da Vila e terra de Belmonte. Passada na Vila de Sortelha por Joaquim de Aguiar, Tabelião na dita Vila em 2 de Dezembro de 1804. Acha-se no arquivo desta casa mas não em maço.			
1771-04-12 1791-04-07	Certidão de Domingos Luís das Neves, escrivão do Judicial e notas do concelho de Guardão (????) de uma escritura de nomeação e dote que fizeram Cristóvão Marques e sua mãe Helena Ribeira, Moradores na Quinta do Telhado, freguesia de Castelões, termo de Tondela, a sua filha e neta, Ana Maria de Almeida, mulher de António Roiz Antunes, do seu prazo do Ribeiro, na vida em que se achar e o direito da renovação dele o qual é foreiro à comenda de Castelões. Passada em 7 de Abril de 1791. ITEM. Certidão de António Viegas de Matos, escrivão do Judicial e notas, na Vila de Tondela, da carta de confirmação e novo prazo em vida de três pessoas que se fez a Bernardo Marques e a sua mulher Helena Lopes de um Prazo foreiro à comenda de Castelões, em 22 alqueires de vinho à bica, 20 arráteis de marrã, um capão, 2 galinhas em que entra uma de novo e cinco ovos. Passada em Tondela em 12 de Abril de 1771.	40	77	Miscelânea

1758-06-19	Carta da Sagrada Congregação de Roma para o vigário geral de Lisboa informar sobre o requerimento que lhe fez o Sr. Pedro de Figueiredo, para que todos os fieis que forem à Lobagueira possam mandar celebrar as suas festas de igreja na ermida de Nossa Senhora da Encarnação, independentes do cura da Paróquia de S. Domingos da Fanga Fé, que lho embaraçava. Dada em Roma a 14 de Março de 1699. ITEM. Nomeação e apresentação de ermitão da referida ermida, que fez o Sr. Pedro de Figueiredo em António de Miranda, a qual foi aprovada pelo vigário geral em 23 de Outubro de 1720. ITEM. Nomeação e apresentação de ermitão da dita ermida que fez o António de Figueiredo em paulo dos Santos a qual foi aprovada em 19 de Junho de 1758. //	40	78	Miscelânea
1729-09-23	Certidão do falecimento do Sr. Pedro de Figueiredo. Passada em Lisboa a 8 de Julho de 1722. IBY. Certidão da verba do testamento com que faleceu o Sr. Rui de Figueirdo no qual declara que tendo prazos muitos consideráveis os nomeia em seu filho Pedro de Figueiredo. Passada em pública forma em Lisboa a 23 de Setembro de 1729. //	40	79	Miscelânea
	DOCUMENTOS AVULSOS, CARTAS DE IMPORTÂNCIA, CONTAS, RÓIS, INFORMAÇÕES SOBRE DEMANDAS E NEGÓCIOS DE UTILIDADE.			
	Todos os papeis compreendidos nesta classe se acham no arquivo da Casa à parte dos maços.			
16??-??-??	Cartas do Sr. Rei D. João 4º para o Sr. Rui de Figueiredo, governador da província de Trás-os-Montes, e várias respostas às mesmas.			Documentos Avulsos
16??-??-??	Cartas do dito Rei e da senhora rainha D. Luísa para Jerónimo Nunes da Costa, em diversos anos e diferentes negócios. ITEM. Cópias de várias cartas do senhor re D. João 4º e do Sr. Infante D. Duarte para Duarte Nunes da Costa. ITEM. Duas cartas del rei D. Filipe 4º para o Merquês de Castelo Rodrigo, embaixador em Roma. ITEM. Duas cartas do dito rei para Francisco Lobo da Gama, Capitão das Ilhas de Cabo Verde.			Documentos Avulsos
17??-??-??	Vária cartas do Sr. Henrique de Figueiredo e papeis insignificantes.			Documentos Avulsos
	Papeis que não pertencem à casa porém há neles alguns documentos de importância de vários sujeitos			Documentos Avulsos
	Papeis de várias contas pertencentes a José Ribeiro, Casas do Castelo, Rua do Funil, e outras de lavouras; como também o inventário dos trastes de Caetano de Lima e Melo e produto e resto do que ficou por vender.			Documentos Avulsos
17??-??-??	Róis das obras que mandou fazer o António de Figueiredo em Ota, Casas do Castelo e Campo Grande.			Documentos Avulsos
	Várias contas de João da Vila, as quais estão em muito mau estado.			Documentos Avulsos
	Conhecimento da décima, vários anos. //			Documentos Avulsos
	Papéis pertencentes a Ota e à demanda com o Matoso, nos quais há algumas tenções de Letrados e outros que poderiam vir a ser úteis à Casa.			Documentos Avulsos
	Vários pareceres de letrados, requerimentos, cópias de acórdãos de sentenças e informações pertencentes à causa do Doutor Manuel Madeira de Sousa: com a planta das fazendas de Ota.			Documentos Avulsos
17??-??-??	Papeis pertencentes ao António de Figueiredo nos quais se acham muitas avaliações de fazendas da Casa, e pareceres de letrados, tudo respectivo a partilhas.			Documentos Avulsos
17??-??-??	Livro de cópias de várias cartas que escreveu o António de Figueiredo a correspondentes do Sr. Henrique de Figueiredo.			Documentos Avulsos
17??-??-??	Despesa que se tem feito com o Palácio do sítio da Boa Hora, inclusos alguns recibos de oficiais que nele trabalharam.			Documentos Avulsos

17??-??-??	Livro das contas que deu o tenente general de Angola, José Carreira de Tavira ao Sr. Henrique de Figueiredo, das incumbências de que o encarregou. Resumo do livro antecedente.			Documentos Avulsos
1723-05-02	Livro de várias contas do António de Figueiredo no qual vem o que cobrou do juro da dívida dos quinze mil cruzados do Conde de Valadares, conforme a sua procuração de 2 de Maio de 1723			Documentos Avulsos
1751-??-??	Livro da Receita e Despesa de Ota em 1751			Documentos Avulsos
1765-??-??	Livro da Receita e Despesa de Ota em 1765			Documentos Avulsos
1767-??-??	Livro da Receita e Despesa de Ota em 1767			Documentos Avulsos
1768-??-??	Livro da Receita e Despesa de Ota em 1768			Documentos Avulsos
1770-??-??	Livro da Receita e Despesa de Ota em 1770			Documentos Avulsos
1772-??-?? 1774-??-??	Livro da Receita e Despesa dos anos de 1772, 1773 e 1774			Documentos Avulsos
1772-??-??	Livro dos ordenados dos criados da casa de Ota e Salvaterra do ano de 1772			Documentos Avulsos
1772-??-?? 1774-??-??	Livro da Receita e Despesa pertencente aos Sres. D. Vasco e D. Leonor da Câmara, e das suas famílias principais no 1º de Janeiro de 1772 e 1774//			Documentos Avulsos
1776-??-?? 1777-??-??	Livro da Receita e Despesa dos Sres. D. Vasco e D. Leonor da Câmara, e ordenados das sua família principiado no 1º de Janeiro de 1776 e 1777			Documentos Avulsos
17??-??-??	Livro de contas das herdades que trazia arrendadas meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara			Documentos Avulsos
	Livro de contas de Vitorino da Facha.			Documentos Avulsos
	Livro do rendimento geral da Casa de Belmonte, Penamacor e Colmeal.			Documentos Avulsos
	RECIBOS E PAPEIS AVULSOS			
1720-??-?? 1730-??-??	Recibos avulsos dos anos de 1720 até 1730,		1	Documentos Avulsos
1730-??-?? 1740-??-??	Ditos de 1730 até 1740		2	Documentos Avulsos
1740-??-?? 1750-??-??	Ditos de 1740 até 1750		3	Documentos Avulsos
1750-??-?? 1760-??-??	Ditos de 1750 até 1760		4	Documentos Avulsos
1760-??-?? 1770-??-??	Ditos de 1760 até 1770		5	Documentos Avulsos
1770-??-?? 1780-??-??	Ditos de 1770 até 1780		6	Documentos Avulsos

1780-??-?? 1790-??-??	Ditos de 1780 até 1790		7	Documentos Avulsos
1790-??-?? 18??-??-??	Ditos de 1790 até 1800		8	Documentos Avulsos
18??-??-??	Ditos de 1800		9	Documentos Avulsos
	Recibos dos padres de S. Bento de Xabregas da Capela do Sr. Rui de Figueiredo e morgado do Seixal.		10	Documentos Avulsos
	Recibos da capela de S. João Nepomuceno		11	Documentos Avulsos
	Recibos da merceiras da Vila de Alenquer e do Capelão da Lobagueira		12	Documentos Avulsos
	Recibos dos frades da Graça do foro do prazo de Salvaterra e dos padres do mosteiro de S. Jerónimo do Mato do foro que se lhe paga.		13	Documentos Avulsos
	Recibos de três cântaros de azeite anuais que se pagam ao convento de Montejunto e uma pipa de vinho ao de S. Francisco de Alenquer e quitações das missas que os padres do convento da Boa Hora têm dito no Oratório desta Casa.		14	Documentos Avulsos
	Recibos e quitações de tudo o que pertence a Ota e suas anexas.		15	Documentos Avulsos
	Recibos pertencentes a meu avô e pai, da capela de Alverca e rua do Funil//		16	Documentos Avulsos
	Recibos das herdades de Capelos e Serra d'Aires, dos baldios de Monforte e Torre de Onofre.		17	Documentos Avulsos
	Recibos das herdades de Monte Ruivo, da Curva, do Monte do Outeiro de Barbosa, da Sesmaria e do Penedo Gordo, das pastagens de Valtraveco, Fonte Cancada e Gustadouro, das courelas em Estremoz ; da renda das casa de Frei Nuno e dinheiro dados a uma Freira em Elvas e a Francisco Xavier de Assa(?) Castelo Branco por ordem do conde de Sandomil e Fernão de Miranda.		18	Documentos Avulsos
	Recibos das herdades de Montalvo, Alvarrã, Archino, Olho de Gato, Serrinha e Parejas.		19	Documentos Avulsos
	Recibos das Herdades de Campo de Rei, Pamplona, Cabeça Vencida, Tibérios, Maria Ribeira de Cima e Baldio do Conde de S. Lourenço.		20	Documentos Avulsos
	Recibos das defesas de Maria Ribeira de Baixo, D. Miguel e Ripados		21	Documentos Avulsos
	Recibos pertencentes a décimas e maneios das terras de Alcoelha, do conde de Val de Reis, das Cortes do Paul, Campo dos Freires, Salvaterra, Escaropim e praia.		22	Documentos Avulsos
	Recibos e conhecimentos de décima com outros papeis, pertencente tudo a Salvaterra, Lezírias da Praia e Alcoelha.		23	Documentos Avulsos
	Recibos e contas do Conde de S. Tiago, pertencentes à herdade de Arronches.		24	Documentos Avulsos
	Recibos e contas de Gonçalo Xavier de Alcáçova e recibos do foro de Loures		25	Documentos Avulsos
	Recibos e contas de José Anastácio Luís Ventura e José Roiz Trús.		26	Documentos Avulsos

	Recibos de Gonçalo Tomás e da irmandade de Santa Engrácia.		27	Documentos Avulsos
	Recibos, papéis e contas da Sra. D. Maria Cláudia de Noronha e Meneses, e do Sr. Rui Vaz de Siqueira, a respeito da herdade de Pereira de Cima e D. Ana.		28	Documentos Avulsos
	Recibos, letras e outros papéis pertencentes a Jerónimo de Andrade.		29	Documentos Avulsos
	Recibos de Francisco António Soares da Silva, António de Sousa e D. Maria Teodora		30	Documentos Avulsos
	Recibos da Sra. D. Catarina de Bourbon de seus alimentos e um da Sra. Marquesa do Lavradio de ficar extinta esta conta.//		31	Documentos Avulsos
	Recibos de Soror Teresa Josefa e Soror Josefa Peregrina, chamadas as Lemos.		32	Documentos Avulsos
	Recibos pertencentes a dívidas e contas do António de Figueiredo.		33	Documentos Avulsos
	Conta corrente e ajustada com Francisco de Azevedo e Vasconcelos a respeito da renda das herdades de Pereiro e Maria Ribeira de Cima.		34	Documentos Avulsos
	Contas de Francisco António Soares e Brás Luís Moreira, feitor da Negrita.		35	Documentos Avulsos
	Escritos de venda dos escravos que comprou meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara.		36	Documentos Avulsos
	Dívidas que se devem a esta Casa.		37	Documentos Avulsos
	Contas ajustadas com João António de Sequeira com Carlos António do Campo Grande e recibos das tropas do Alentejo pertencentes à ajuda de custo que sua majestade lhes mandou dar no ano de 1751 por mão de meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara		38	Documentos Avulsos
	Cartas pertencentes a Miguel Alves (Alvares?) Faleiro, rendeiro em Estremoz.		39	Documentos Avulsos
	Dívidas da Sra. D. Margarida de Meneses.		40	Documentos Avulsos
	Recibos pertencentes aos funerais de meus avós os Sres. D. Vasco da Câmara e D. Madalena de Lencastre e das Sras. D. Joana de Noronha e D. Paula Margarida de Meneses, comendadeira do mosteiro de Santos.		41	Documentos Avulsos
	Recibos de D. Tomásia Rita de Mendonça e Cunha da renda do paul da Amieira		42	Documentos Avulsos
	Recibos de José Ribeiro Abegão da Lezíria da Praia e de Rodrigo Zagalo.		43	Documentos Avulsos
	Contas das obras de corrieiro que fez matias Moreira para meu avô e para o António de Figueiredo. Contas do que pertence aos Porcos e do que se pagou por eles na casa das carnes.		44	Documentos Avulsos
	Maço em que há várias relações, rois, recibos e mapas pertencentes a Belmonte, Campo Grande, Castelo e Rua do Funil. Estão em muito mau estado.		45	Documentos Avulsos
18??-??-??	Recibos pertencentes a pagamentos que fez o Sr. Conde Porteiro mor e nos quais se inclui dois do Casal de Moura em Ota.		46	Documentos Avulsos

17??-??-??	Contas e vários papéis que deixou minha mãe a Sra. D. Mariana de Meneses		47	Documentos Avulsos
	Relações pertencentes às fazendas do Seixal.		48	Documentos Avulsos
17??-??-??	Memórias dos rendimentos e despesas da Casa nos tempos dos Sres. Pedro de Figueiredo e Rodrigo António e contas que teve este Sr. Com meus avós.//		49	Documentos Avulsos
	Papéis nos quais há alguns que podem vir a ser úteis por darem notícias dos negócios desta casa.		50	Documentos Avulsos
	Requerimentos, cartas, e outros papéis pertencentes aos Maninhos da Covilhã.		51	Documentos Avulsos
17??-??-??	Cartas pertencentes a meu avô com o seu sobrinho o Conde da Ribeira.		52	Documentos Avulsos
	Cartas de António Alves.		53	Documentos Avulsos
17??-??-??	Avisos do Paço que teve meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara para assisitir à rainha e para o funeral do Sr. Infante D. Francisco.		54	Documentos Avulsos
	Cartas de Miguel Figueiredo e Abreu.		55	Documentos Avulsos
	Cartas de Rodrigo Zagalo		56	Documentos Avulsos
	Papéis insignificantes nos quais estão cartas de rendeiros das comendas da casa de Jerónimo Henriques e de Vitorino da Facha.		57	Documentos Avulsos
	Papéis insignificantes nos quais há algumas contas.		58	Documentos Avulsos
	Papéis insignificantes nos quais há algumas contas.		59	Documentos Avulsos
	Papéis insignificantes nos quais há algumas contas.		60	Documentos Avulsos
	Avisos que teve o Sr. Pedro de Figueiredo para assistências ao Paço.		61	Documentos Avulsos
	Cartas e róis de António Cardoso pertencentes a Ota.		62	Documentos Avulsos
	Quitações das Capelas e foros desta casa.		63	Documentos Avulsos
	Quitações das Capelas e foros desta casa.		64	Documentos Avulsos
	Vários pareceres pertencentes à Causa com o Conde da Ericeira a respeito do morgado de António Fernandes d'Elvas e sobre a dívida do Conde de Valadares com algumas cópias de razões tendentes à Casa de Belmonte.		65	Documentos Avulsos
	Inventário, recibos, contas e testamento de Catarina Maria, criada que foi desta casa.		66	Documentos Avulsos

17??-??-??	Vários pareceres e alegações de letrados sobre a causa que se intentou a respeito da Capitania dos Ilhéus na Costa da Baía de Todos os Santos da qual fez mercê o Sr. Rei D. João 3º ao Sr. Jorge de Figueiredo e a seus sucessores. Tem papéis de muita importância e certidões da Torre do Tombo e dos falecimentos dos Sres. Jorge de Figueiredo, Rui de Figueiredo e Pedro de Figueiredo.	41		
1803-??-?? 1805-??-??	Contas de Manuel António das obras que se fizeram nas casas de Salvaterra nos anos 1803 e 1805, nas quais há vários recibos pertencentes à referida obra.		67	Documentos Avulsos
	Contas de vinhos pertencentes a Rodrigo de Brandembourg e Companhia. Está no Arquivo da Casa mas não em maço.			Documentos Avulsos
	Escritos de obrigação dos inquilinos das casas do Pátio de D. Fradique e Rua do Funil, nº 68 e do Campo Grande.		68	Documentos Avulsos
	MEMÓRIAS GENEALÓGICAS			
	Título dos Reis de Portugal			Memórias Genealógicas
	Título da Casa de Bragança			Memórias Genealógicas
	Título dos condes de Vimiozo.			Memórias Genealógicas
	Título dos Faros e Noronhas, condes de Mira.			Memórias Genealógicas
	Título dos Lencastres Duques de Aveiro, Casa de Vila Nova e Minas			Memórias Genealógicas
	Título dos Meneses, Casa de Cantanhede, de Louriçal, de Tornozelhe e Alconchel.			Memórias Genealógicas
	Título dos Noronhas, Casa de Vila Verde, de Vila Real etc ^a (?)			Memórias Genealógicas
	Título dos Albuquerque, Gomides, Cavalcantes, Riba Frias.			Memórias Genealógicas
	Título dos Figueiredos, hoje Condes de Belmonte, Porteiros mores.			Memórias Genealógicas
	Título dos Cabrais, Alcades mores e Senhores de Belmonte.			Memórias Genealógicas
	Título dos Castros, Condes de Monsanto, de Basto, de Resende e vicondes da Lourinhã.			Memórias Genealógicas

	Título dos Furtados de Mendonça.			Memórias Genealógicas
	Título dos Cunhas, Condes de Povolide, etc ^a .			Memórias Genealógicas
	Título dos Sousas, Alcaides mores do Pombal.			Memórias Genealógicas
	Título dos Melos, Casa de Cadaval, Alcaides mores de Serpa, da Calçada de Santo António e de Elvas.			Memórias Genealógicas
	Título dos Almadás, hoje condes de Almada, provedores da Casa da Índia e de João de Almada.			Memórias Genealógicas
	Título dos Andrades			Memórias Genealógicas
	Título dos Aguiares			Memórias Genealógicas
	Título dos Abreus			Memórias Genealógicas
	Título dos Azambujas			Memórias Genealógicas
	Título dos Azevedos, Malafaias			Memórias Genealógicas
	Título dos Brandões Limas.			Memórias Genealógicas
	Título dos Costas de Alpedrinha, Sres de Pancas.			Memórias Genealógicas
	Título dos Limas			Memórias Genealógicas
	Título dos Sequeiras, Senhores de Palma.			Memórias Genealógicas
	Árvore da Casa dos Sres Alcaides Mores de Belmonte.			Memórias Genealógicas

	Título dos morgados da Aniza.//			Memórias Genealógicas
	Árvore dos Pachecos			Memórias Genealógicas
	Livro no qual se faz menção à família dos Pinheiros.			Memórias Genealógicas
	GAVETA DOS PERGAMINHOS			
1522-09-06	Instrumento de doação e posse que faz o Sr. Brás Afonso Correia do conselho d'el-rei D. Manuel e seu corregedor em Lisboa, pela qual manda que seu neto Jorge de Figueiredo Correia tome logo posse de uma quinta, e suas pertenças que tem junto do Lagar das QuatroPortas, de que já fez instituição de morgado e capela com as cláusulas na dita insertas e que por se achar o dito instituidor doente de doença prolongada, tome a referida posse como se ele morto fosse, a qual toumou em 6 de Setembro de 1522, em cujo dia e ano se havia celebrado esta escritura pelo Tabelião João Afonso Bocarro.		1	Gaveta dos Pergaminhos
1499-04-08	Instrumento de venda que fez Bartolomeu Pires com procuração de sua mulher Inês Leitoa, de uma quinta, casas, lagar de azeite, vinhas e mais pertenças na Ribeira de Ota, termid a Vila de Alenquer, ao Sr. Rui de Figueiredo, filho do Sr. Henrique de Figueiredo, por preço certo de 50\$000 réis, para o que precedeu licença das religiosas do Convento de Odivelas a quem pagou o comprador quarentena de laudémio, do preço por que comprou o tal prazo, que tinha sido de Pedro Afonso, pai do vendedor e primeira veida verificando o comprador em segunda vida que era a que tinha o vendedor. Foi celebrada a dita escritura em Lisboa pelo Tabelião João de Proença a 8 de Abril de 1499.		2	Gaveta dos Pergaminhos
1499-06-11	Instrumento de venda que fizeram Aires da Silva e sua mulher D. Guiomar de Castro ao Sr. Brás Afonso Correia, do conselho d'el-rei e seu corregedor, de umas casas, quintal, e estrebarias junto das portas do Castelo que se chamava Santa maria da Alcáçova, no canto da banda do levante, entre ambos os muros e partem com casas e quintal foreiro a S. Brás as quais tiham só o foro enfiteuta aos armazéns d'el-rei em real e meio de prata. E assim mais comprou junto às mesmas casas um quintal e pedaço de chão foreiro à cidade em cem réis brancos, tudo por preço certo de cem cruzados de ouro. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Fernando Vaz em 9 de Março de 1499 e tomou posse de tudo em 11 de Junho do mesmo ano.		3	Gaveta dos Pergaminhos
1499-06-26	Instrumento de compra que fez o Sr. Brás Afonso Correia, corregedor de Lisboa a Aires da Silva, camareiro mor d'el-rei D. Manuel, de umas casas de estrebaria e quintal//junto ás portas do Castelo foreiro tudo ao Armazém d'El-rei em cem réis por ano, enfiteuta perpétuo, pelo preço de 40\$000 réis de que pagou dez tostões de laudémio de quarentena, para cuja compra deu licença Diogo Delgado, Almoxarife dos Armazéns d'El-rei. Feito em Lisboa a 26 de Junho de 1499.		4	Gaveta dos Pergaminhos
1503-08-08	Instrumento de compra que fez o Sr. Brás Afonso Correia de um chão e quintal foreiro à cidade de Lisboa em cem réis brancos. A mesma cidade por seu vereador Pedro de Castelo Branco que tinha a faculdade d'El-rei por seu alvará de 4 de Março de 1503 para vender algumas propriedades do senado da Câmara, para ajuda das obra da Casa de S. Sebastião, vendeu também o dito foro pela quantia de 1500 réis ao referido senhor, ficando o chão livre. Feito em Lisboa em 8 de Agosto de 1503.		5	Gaveta dos Pergaminhos
1522-01-22	Instrumento de compra que fez o Sr. Jorge de Figueiredo a Fernão Alves de uma terra em Ota. Feito na Vila de Alenquer em 22 de Janeiro de 1522.		6	Gaveta dos Pergaminhos
1522-12-28	Instrumento de compra que fez o Sr. Jorge de Figueiredo a Luís Alves de uma terra sita na Aldeia do Telo a qual comprou por 500 réis. Feito na Vila de Alenquer em 28 de Dezembro de 1522. Esta propriedade se deu aos frades paulistas que é parte do Arneiro defronte da fonte da Aldeia.		7	Gaveta dos Pergaminhos

1535-05-21	Instrumento de venda que faz D. Afonso Manoel a seu irmão D. Fradique Manoel do seu quinhão que tinha nas casas do Castelo de Lisboa as quais tinham três servidões ou portas, uma que vai para o Bairro dos Escolares, Freguesia de S. Tomé, a segunda do Terreriro, freguesia de S. Tiago, a terceira é de uma porta que ia para a Alcáçova, ou castelo. Freguesia de Santa Cruz, cujo quinhão lhe vendeu pelo preço de 200\$000 réis brancos. Feito em Lisboa nas notas do tabelião João Afonso Bocarro em 21 de Maio de 1535. Com o Alvará d'el-rei para a dita venda.		8	Gaveta dos Pergaminhos
1536-05-31	Instrumento de compra que fez Lopo de Brito, fidalgo da Casa Real, a Baltazar Machado, moço da câmara da dita, e a sua mulher Isabel Correia, dos bens seguintes. Um moinho no limite do Barro, freguesia de Loures, com seu assento de casas e uma/terra com oliveiras junto do mesmo moinho o qual tinha duas pedras uma abaixo da outra e ambas em uma casa e a terra é serrada sobre si e no fim do serrado estava um pequeno de chão do Hospital, partindo o referido serrado de terra e oliveiras, de uma banda com a ribeira de que se tirou a levada que vinha ao dito moinho e da outra banda partia com a levada que corria ao longo do serrado e da outra banda com caminho e serventia= Um pedacinho de Rossio diante da porta do referido moinho. Mais no sobredito limite do lugar do Barro uma vinha que partia com duas serventias públicas em as quas estestava a dita vinha de duas partes.= Outra vinha que entestava com duas estradas públicas e a outra vinha partia também com estrada pública.= Um olival com treze pés de oliveiras que partia com vinha da capela que trazia Pedro de Andrade e um pedaço de terra que fora vinha com uma oliveira e certas estacas que partia com um montório e tudo era forro e isento e só dízimo a Deus e pertencera a ele Baltazar Machado por falecimento d esua mãe Branca Correia em partilhas que fizera com seu irmão Gaspar Machado. Entrou também na dita compra uma vinha que os vendedores tinham na referida freguesia de Loures oir título e emprazamento do Hospital de Todos os Santos, a saber: bens livres e isentos por 154\$000 réis e a vinha de prazo por 10\$000 réis e o título da compra da sobredita vinha o faria o escrivão do dito hospitl, alcançando-se licença do Bispo Porvedor do mesmo. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Lopo Fernandes em 31 de Maio de 1536. Da narratura desta escritura se colige que o moinho é azenha com duas rodas. Com o auto da posse dada ao dito Lopo de Brito dos bens acima mencionados.		9	Gaveta dos Pergaminhos
1536-09-09	Instrumento de carta de venda que faz D. Jorge Manoel a sue irmão D. Fradique Manoel do seu quinhão que tinha nas casas do castelo para cuja venda houve provisão real sem embargo de ser menor o qual quinhão lhe coube pela legítima de seus pais S. Nuno Manoel e D. Leonor de Milão e lho vendeu por 200\$000 réis. Feito em Lisboa nas Notas do Tabelião Henrique Nunes a 9 de Setembro de 1536.		10	Gaveta dos Pergaminhos
1541-07-23	Carta de venda que faz D. Joana de Aragão a seu irmão D. Fradique Manoel de um quinhão que tinha nas casa do Castelo de Lisboa pelo preço e quantia de 266\$666 rs, à razão de sete mil cruzados por todo o assentamento. Feito em Lisboa pelo Tabelião Jorge Diniz em 23 de Julho de 1541 ./		11	Gaveta dos Pergaminhos
1503-08-08	Instrumento de emprazamento enfiteuta para sempre que fez o senado da Câmara desta cidade a Aires da Silva, camareiro mor d'el-rei de um quintal e chão juntadas suas casas do Castelo que lhe havia dado el-rei pelo foro de cem réis pagos por dia de S. João Baptista, o qual chão pela parte da rua tinha dez braças de craveira. e de largo oito braças e ao longo da rua quatro e meia, com obrigação de laudémio de quarentena Feito em Lisboa a 6 de Março de 1499. Este foro comprou depois o Sr. Brás Afonso Correia à dita Câmara com provisão real por escritura de 8 de Agosto de 1503.		12	Gaveta dos Pergaminhos
1764-10-05	Carta de aforamento em três vidas cumpridas e acabadas que faz Domingos de Almeida, morador no lugar de Rebelo, concelho da Guarda e seu sobrinho José Bandeira, ao Sr. Rui de Figueiredo de um casal sito na Vila de Rey e em outras partes, com obrigação de pagarem de foro em cada um ano de terras regadias de quatro um e das secas de cinco um, e havendo vinhas de seis um, com as obrigações e declarações que constam da carta. Dada em Lisboa a 5 de Outubro de 1674.		13	Gaveta dos Pergaminhos
1723-08-11	Provisão da Mesa da Consciência e Ordens de confirmação de mais tres vidas que alcançou Ana Fernandes, viúva de João Fernandes, moradora no lugar da Portelada no concelho de Besteiros, na terça parte de um casal que algum tempo foi de Perpétua Fernandes, que consta de várias propriedades de casas, terras, vinhas, árvores e suas pertenças e outras mais que se uniram e haviam sido compradas, tudo situado nos limites da comenda de Besteiros e do dito ligar com o foro e pensão anual de 19 alqueires de pão e milho meado, menos um salomim três almudes e meio de vinho, 14 arráteis de marrã e tres galinhas e meia,o pão e vinho pago pelo S. Miguel e o mais pelo Natal e das dita propriedades é directa senhoria a Comenda de Besteiros. Feita em Lisboa em 11 de Agosto de 1723.		14	Gaveta dos Pergaminhos

1723-11-15	Carta de confirmação e novo prazo em vida de três pessoas somente, que faz Manuel Luís Coelho morador em Vila de Rei concelho de Besteiros ao contador no mestrado da Ordem de Cristo, de um prazo que consta de uma terra e vinha com sua latada onde chamam o Val de Lobo, limite da dita Vila, uma terra que está aos Forrais, imite de Santa Eulália e uma sorte de terra que está à fonte da pedra, limite da referida Vila, cujas propriedades pertencem á comenda de //Castelões de que foi comendador do Sr. Pedro de Figueiredo e agora se achava vaga pelo foro anual de trinta e conço réis. Feita em Lisboa a 15 de Novembro de 1723.		15	Gaveta dos Pergaminhos
1727-08-27	Carta de confirmação de um instrumento de aforamento que fez D. Francisca Catarina Jácome de Sousa, para renovação do prazo em três vidas chamado de Mouquim sito na freguesia de S. Martinho de Dume, pertencente à Comenda de S. Pedro de Merlim à qual é foreiro em doze alqueires de pão meado uma galinha, um frango, cinco ovos, e quarenta réis em dinheiro. Feita em Lisboa a 27 de Agosto de 1727.		16	Gaveta dos Pergaminhos
1763-03-20	Carta de confirmação e renovação de novo emprazamento e aforamento em vida de três pessoas e mais não, de que o rei D. José 1º fez mercê a meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara do Prazo da Lezíria da Praia na Cabeça de Alcoelha, do qual será a primeira vida e pagará de foro (como as duas vidas que lhe sicerderem) quarenta e seis alqueires de trigo em cada um ano no Almojarifado de Alcoelha, por dia de Nossa Senhora de Agosto. Feita em Lisboa a 20 de Março de 1763		17	Gaveta dos Pergaminhos
1763-05-06	Instrumento de renovação de prazo em vida de três pessoas que faz José Cardoso da Vila de Sinfães ao mestrado da Ordem de Cristo de umas terras chamadas os Alqueves do Passal da Fonte, sitas no imite de Sinfães, prazo foreiro em vidas a esta comenda em quarenta alqueires de milhão e 60 alqueires de pão alºem do dízimo de todas as novidades. Feito em Lisboa por Tomás João a 6 de Maio de 1763.		18	Gaveta dos Pergaminhos
1801-11-19	Carta de um foro de 24\$000 réis impostos em umas casas e quintal sitas aos Pisões na Vila de Sintra, que paga à Real Fazenda Manuel Caetano de Sousa Prego, e que na conformidade do real decreto de 28 de Setembro de 1801 arrematou o Sr. D. Vasco Manoel de Figueiredo Cabral da Câmara, pela quantia de 780\$000 réis. Dada em Lisboa a 19 de Novembro de 1802. Auto de posse que tomou o dito senhor do mencionado foro em 23 de Dezembro de 1801.		19	Gaveta dos Pergaminhos
13/3/1798	Apostila de aforamento em segunda vida do prazo denominado da Praia, sito no distrito do Almojarifado de Alcoelha feito ao Sr. D. Vasco Manoel de Figueiredo Cabral da Câmara, pelo foro de 105 alqueires de trigo. Feita em Lisboa em 13 de Março de 1798. Auto de posse// que o dito senhor tomou por seu procurador, do paul da Amieira e Praia sitas no distrito de Salvaterra. Dadas em 18 e Março de 1802.		20	Gaveta dos Pergaminhos
1518-??-??	Sentença de posse e Carta tuitiva que alcançou o Sr. Brás Afonsos Correia, do Desembargo d'el-rei, na qual se declara em como ele tinha uns bens, vinhas e oliveiras no termo desta cidade, entre Alvalade o Grande e o Lagar das Quatro Portas, que foram de Isabel Nunes e o assento da Quinta tinha três courelas de vinha, dois olivais, lagar e poço que estava à entrada no circuito dos hereos (sic) e povo, para que possa tirar água dele e fazer seu vinho e azeite no lagar da fazenda que lho proibiu António Lobo e sua mulher, Mécia Lopes e enteados contra os quais alcançou sentença no Possessório na Relação no ano de 1518.		18	Gaveta dos Pergaminhos
1499-06-15	Alvará do Senhor Rei D. Manuel pelo qual concede ao Senhor Brás Afonso Correia, predecessor da Casa do Sr. Pedro de Figueiredo, para que junto do muro da cidade, onde tinha umas estrebarias, quintal e pardieiros, possa no dito muro acostar-se a ele e fazer janelas que dêem serventia às suas casas enquanto disser a largura que tinham que eram vinte e quatro braças e cinco palmos. Passado em Lisboa em 15 de Junho de 1499.		22	Gaveta dos Pergaminhos
1509-05-01 1518-05-20	Carta de confirmação real em tempo do senhor rei D. Manuel que confirma em aforamento perpétuo que tinha feito o Juiz almoxarife dos Direitos Reais da Vila da Covilhã a Luiz Vaz, lavrador, a sua mulher Andreza Vaz e herdeiros, de umas terras onde chamam o Vale da Brôtea, que levavam de sementeira vinte alqueires de trigo, e três quartas, aos sobreditos moradores no lugar do Dominguiço, com foro pelo Natal de dois alqueires de trigo, um de centeio, uma galinha, uma pássara, ou cinco réis por ela, com proibição de as venderem e ou escambarem a pessoa defesa em Direito. Foi feito o primeiro foro pelo Juiz em o 1º de Fevereiro de 1509 e confirmado em 20 de Maio de 1518. Assinou o Barão de Alvito.		23	Gaveta dos Pergaminhos
1611-08-12	Carta del-rei D Filipe 3º de Portugal pela qual faz mercê a Cristóvão Soares do seu conselho e seu secretário de Estado, da Comenda de S. Pedro de Merlim do Arcebispado de Braga, na Ordem de Cristo, com declaração que com ela há-de ficar satisfeito da promessa que tinha de uma comenda de 300\$000 réis, e para poder ter esta comenda com outra que já tem. Dada em Lisboa a 12 de Agosto de 1611.		24	Gaveta dos Pergaminhos

1641-08-23	Carta do Senhor rei D. João 4º pela qual faz mercê ao Sr. Jorge de Figueiredo, Fidalgo da sua Casa, da Comenda do Salvador da Vila de Santarém, na Ordem de Santiago, que vagou por Tomás Borralho, e que possa testar dela. Dada em Lisboa em 23 de Agosto de 1641.		25	Gaveta dos Pergaminhos
1648-01-18	Carta do Senhor rei D. João 4º pela qual faz mercê ao de Figueiredo de Alarcão, Fidalgo da sua Casa, do direito dos Maninhos da Vila da Covilhã, para que os goze em sua vida na forma em que seu pai e avô o tiveram. Dada em Lisboa em 18 de Janeiro de 1648.		26	Gaveta dos Pergaminhos
1653-05-02	Carta do Senhor rei D. João 4º pela qual faz mercê ao de Figueiredo de Alarcão, da comenda de S. Pedro de Merlim, do Arcebispado de Braga na Ordem de Cristo. Dada em Lisboa em 2 de Maio de 1653.		27	Gaveta dos Pergaminhos
1655-04-03	Padrão de cem mil réis de tença na Casa das Carnes, de que fez mercê o Senhor Rei D. João 4º ao Sr. Rui de Figueiredo de Alarcão em sua vida. Feito em Lisboa em 3 de Abril de 1655.		28	Gaveta dos Pergaminhos
1702-02-15	Padrão de 188\$000 réis de tença efectiva cada ano, de que o Senhor Rei D. Pedro 2º fez mercê ao Sr. Henrique de Figueiredo além de doze mil réis que mais há-de haver com o Hábito de Cristo, enquanto não entrar em comenda de lote de duzentos mil réis. Feito em Lisboa em 15 de Fevereiro de 1702.		29	Gaveta dos Pergaminhos
1702-03-04	Padrão de doze mil réis de tença cada ano a título do Hábito de Cristo, de que fez mercê o Sr. Rei D. Pedro 2º ao Sr. Henrique de Figueiredo, com prometimento dos duzentos mil réis de tença efectivos, com que foi respondido enquanto não entrasse em comenda de lote de duzentos mil réis. Feito em Lisboa em 4 de Março de 1702.//		30	Gaveta dos Pergaminhos
1720-02-29	Padrão de 12\$000 réis de tença efectiva cada ano de que faz mercê o senhor rei D. João o 5º a Luís gonçalves da Câmara Coutinho, para os ter com o hábito da Ordem de Cristo, por conta de 200\$000 réis de tença com que foi deferido enquanto não entrar em comenda da dita Ordem de lote de 280\$000 réis, de que tinha promessa em Lisboa em 29 de Fevereiro de 1720.		31	Gaveta dos Pergaminhos
1684-06-10	Carta do Senhor rei D. Pedro 2º pela qual faz mercê ao Sr. Pedro de Figueiredo, da comenda de S. Pedro de Merlim, na Ordem de Cristo no Arcebispado de Braga que vagou por falecimento de seu pai o Sr. Rui de Figueiredo. Dada em Lisboa em 10 de Junho de 1684.		32	Gaveta dos Pergaminhos
1720-03-03	Padrão de 188\$000 réis de tença efectiva de que faz mercê o Senhor Rei D. João 5º a Luís Gonçalves da Câmara Coutinho(além de doze mil réis mais que há-de haver a título do Hábito de Cristo de que se lhe passou Padrão) para complemento dos 200\$000 réis de tença comque foi deferido, enquanto não entra rem comenda da dita Ordem de lote de 280\$000 réis. Feito em Lisboa a 3 de Março de 1720.		33	Gaveta dos Pergaminhos
1727-11-27	Carta do Sr. rei D. João 5º, pela qual faz mercê ao Sr.Rodrigo António de Figueiredo comendador de S. João Baptista de Sinfães, sem embargo de entrar em dúvidas, se a vida nos 300\$000 réis que se mandaram prefazer para ele na dita comenda, que era pouca diferença o valor dele, se reputava por vida na mesma comenda porque no caso que proceda a dita dúvida, lhe faz nova mercê dela. Dada em Lisboa em 27 de Novembro de 1727.		34	Gaveta dos Pergaminhos
1727-11-27	Carta do Sr. rei D. João 5º, pela qual faz mercê ao Sr.Rodrigo António de Figueiredo da comenda,de S. Salvador de Castelões, na Ordem de Cristo, no bispado de Viseu, que é uma das que tinha seu avô o Sr. Rui de Figueiredo de Alarcão, que ficasse para seu neto, ficando por esta mercê extinta a vida que na mesma comenda tinha. Dada em Lisboa em 27 de Novembro de 1727.		35	Gaveta dos Pergaminhos
1727-11-27	Carta do Sr. rei D. João 5º, pela qual faz mercê ao Sr.Rodrigo António // de Figueiredo da comenda,de S. Tiago de Besteiros, na Ordem de Cristo, no bispado de Viseu. Dada em Lisboa em 27 de Novembro de 1727.		36	Gaveta dos Pergaminhos
1727-11-27	Carta do Senhor rei D. João 5º, pela qual faz mercê ao Sr.Rodrigo António de Figueiredo da comenda de S. Pedro de Merlim, na Ordem de Cristo no Arcebispado de Braga que vagou por falecimento de seu pai o Sr. Pedro de Figueiredo, ficando-lhe por esta mercê extinta a acção que tinha à promessa de comenda de lote de 300\$000 réis. Dada em Lisboa em 27 de Novembro de 1727.		37	Gaveta dos Pergaminhos
1728-03-15	Carta do Senhor rei D. João 5º, pela qual faz mercê ao Sr.Rodrigo António de Figueiredo dos Maninhos da Vila da Covilhã, para que os goze em sua vida extinta a que neles tinha o seu avô o Sr. Rui de Figueiredo de Alarcão. Dada em Lisboa em 15 de Março de 1728.		38	Gaveta dos Pergaminhos

1732-09-30	Carta do Senhor rei D. João 5º, pela qual faz mercê a meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara, confirmar e haver por instituído na comenda de S. Pedro de Babe, na Ordem de Cristo da apresentação da Sereníssima Casa de Bragança e do Bispado de Miranda, que vagou por morte de Domingos de Moraes Madureira Pimentel e isto em satisfação dos serviços de seu pai o Sr. D. José Rodrigo Da Câmara, conde da Ribeira Grande. Dada em Lisboa em 30 de Setembro de 1732.		39	Gaveta dos Pergaminhos
1749-11-27	Padrão de 100\$000 réis detença cada ano de juro e herdade para sempre a condição de retro e preço de vinte e cinco ao milhar ao Sr. Caetano Francisco Cabral, os quais lhe pertenceram por falecimento de seu irmão Pedro Alvares Cabral e como tal lhe foi julgado por sentença do Juízo das Justificações por administrador de todos os bens do seu morgado ao qual anda anexo o dito juro assentado no Almojarifado da cidade de Lamego. Passado em Lisboa em 27 de Novembro de 1749. Com outros padrões que dizem respeito ao mesmo juro passados por diferentes reis desde D. Filipe.		40	Gaveta dos Pergaminhos
1769-07-27	Carta do senhor rei D. José 1º pela qual foi servido mandar reformar a meu pai o Sr. D. Pedro da Câmara, por uma certidão da Torre do Tombo, a doação do senhorio dos Maninhos da Covilhã, que teve seu tio o António de Figueiredo para, na mesma carta reformada, se lhe pôr apostila da dita doação em seu nome Dada em Lisboa //em 27 de Julho de 1769.		41	Gaveta dos Pergaminhos
1773-04-07	Carta do Senhor rei D. José 1º, pela qual faz mercê a meu pai,o Sr. D. Pedro da Câmara da comenda de S. Pedro de Merlim, na Ordem de Cristo no Arcebispado de Braga que vagou por falecimento de seu tio o António de Figueiredo. Passada em Lisboa a 7 de Abril de 1773.		42	Gaveta dos Pergaminhos
1773-04-07	Carta do Senhor rei D. José 1º, pela qual faz mercê a meu pai,o Sr. D. Pedro da Câmara da comenda de S. João Baptista de Sinfaes, no Bispado de Lamego na Ordem de Cristo, que vagou por falecimento de seu tio o António de Figueiredo. Passada em Lisboa a 7 de Abril de 1773.		43	Gaveta dos Pergaminhos
1773-04-07	Carta do Senhor rei D. José 1º, pela qual faz mercê a meu pai,o Sr. D. Pedro da Câmara da comenda de S. Tiago de Besteiros, no Bispado de Viseu da Ordem de Cristo, que vagou por falecimento de seu tio o António de Figueiredo. Passada em Lisboa a 7 de Abril de 1773.		44	Gaveta dos Pergaminhos
1773-04-07	Carta do Senhor rei D. José 1º, pela qual faz mercê a meu pai,o Sr. D. Pedro da Câmara da comenda de S. Salvador de Castêlões na Ordem de Cristo, no Bispado de Viseu, que vagou por falecimento de seu tio o António de Figueiredo. Passada em Lisboa a 7 de Abril de 1773.		45	Gaveta dos Pergaminhos
1777-02-19	Carta do sereníssimo senhor infante D. Pedro pela qual faz mercê a meu Pai o Sr. D. Pedro da Câmara da Alcaidaria mor da Vila da Sertã. Dada em Lisboa a 19 de Fevereiro de 1777.		46	Gaveta dos Pergaminhos
2/12/1777	Carta da rainha D. Maria 1ª, Nossa Senhora, pela qual faz mercê a meu pai, o Sr. D. Pedro da Câmara do senhorio dos Maninhos da Vila da Covilhã, que possuiu seu tio o senhor Rodrigo António de Figueiredo. Dada em Lisboa a 2 de Dezembro de 1777.		47	Gaveta dos Pergaminhos
1778-01-12	Carta da rainha D. Maria 1ª, Nossa Senhora, pela qual faz mercê a meu pai, o Sr. D. Pedro da Câmara da comenda de S. Pedro de Babe, na ordem de Cristo do// bispado de Miranda, que é uma das da apresentação da Casa de Bragança, vaga por falecimento de meu avô o Sr. D. Vasco da Câmara. passada em Lisboa em 12 de Janeiro de 1778		48	Gaveta dos Pergaminhos
1778-05-05	Apostilha de 40\$000 réis de tença cada ano de juro e herdade para sempre a condição e retro e preço de vinte ao milhar de 5 de Maio de 1778 em diante, de que a Rainha D. Maria 1ª Nossa Senhora faz mercê a meu pai o Sr. D. Pedro da Câmara, os quais lhe pertenceram dos oitenta mil réis que pelo padrão antecedente possuía a sua tia, a Sra. D. Margarida Leonor de Meneses co o seu capital de oitocentos mil réis assentados na tesouraria da Casa da Moeda de Lisboa, com antiguidade de 14 de Agosto de 1754. Lisboa, 4 de Agosto de 1779.		49	Gaveta dos Pergaminhos
1794-06-22	Apostila de 113\$590 réis de tença por ano de juro e herdade para sempre a condição de retro e preço de vinte ao milhar de 22 de Junho de 1794 em diante ao Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara os quais lhe pertenceram por falecimento de seu Pai o senhor D. Pedro da Câmara, do qual juro são cem mil réis obrigados a uma missa quotidiana que a Sra. D. Maria Manoel de Vilhena deixou na Capela de Nossa Senhora das Candeias em S. Julião e são assentados na Casa dos Cinco, de Lisboa, com antiguidade do 1º de Janeiro de 1792.		50	Gaveta dos Pergaminhos

1794-06-22	Apostila de 100\$480 réis de tença cada ano de juro e herdade para sempre a condição de retro e preço de vinte e cinco ao milhar do 1º de Janeiro de 1795 em diante ao Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara como sucessor e administrador do morgado a que está anexo este juro que possuía seu pai, o senhor D. Pedro da Câmara,,assentado no Almojarifado de Lamego com antiguidade, 19\$200 reis de 25 de Fevereiro; 10\$480 réis do 1º de Março ; 2520 réis de 2; 13\$400 réis de 4; 1120 réis de 5; 15\$600 réis de 9; 8560 réis de 10; 34\$800 réis de 18; e 4800 réis de 27; tudo do ano de 1627 e com vencimento de 22 de Junho de 1794.		51	Gaveta dos Pergaminhos
1794-06-22	Apostila de 36\$500 réis de tença cada ano de juro e herdade para sempre a condição de retro e preço de vinte ao milhar assentados no Almojarifado de Torres Vedras com a sua origem de Janeiro de 1583 e vencimento de 22 de Junho de 1794 para o Sr. D. Vasco Manuel //de Figueiredo Cabral da Câmara como sucessor de seu Pai o senhor D. Pedro da Câmara.		52	Gaveta dos Pergaminhos
1794-06-22	Apostila de 60\$000 réis de juro a preço de vinte ao milhar assentados no Almojarifado das Sisas de Torres Vedras com origem de Janeiro de 1583 e vencimento de 22 de Junho de 1794, o qual pertence ao Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara como sucessor de seu pai, o Sr. D. pedro da Câmara.		53	Gaveta dos Pergaminhos
1794-06-22	Carta do sereníssimo príncipe do Brasil, pela qual faz mercê ao Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara da alcaidaria mor da Vila da Sertã. Dada em Lisboa em 29 de Julho de 1794.		54	Gaveta dos Pergaminhos
1795-04-08	Padrão de 100\$000 réis de tença cada ano em vidaa de que fez mercê o príncipe regente D. João Nosso Senhor, ao Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara verificando-se assim a vida que nesta tença lhe foi concedida, os quais lhe mandou assentar no Almojarifado da Casa das Carnes. Passado em Lisboa a 8 de Abril de 1795.		55	Gaveta dos Pergaminhos
1795-03-26	Apostila de 500\$000 réis de tença efectiva cada ano em vida, pela qual a Rainha Nossa Senhora, ao Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara em verificação da vida concedida nesta tença os quais lhe mandou assentar na Alfândega da cidade do Porto. Passada em Lisboa em 26 de Março de 1795.		56	Gaveta dos Pergaminhos
1795-04-15	Padrão de 500\$000 réis de tença efectiva cada ano em vida, pela qual a Rainha Nossa Senhora, ao Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara em verificação da vida concedida nesta tença os quais lhe mandou assentar na Alfândega da cidade do Porto. Passada em Lisboa em 15 de Abril de 1795		57	Gaveta dos Pergaminhos
1795-04-04	Apostila de 500\$000 réis de tença efectiva cada ano em vida, pela qual a Rainha Nossa Senhora, ao Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara em verificação da vida concedida nesta tença os quais lhe mandou assentar no Almojarifado dos vinhos desta cidade. Passada em Lisboa em 4 de Abril de 1795.		58	Gaveta dos Pergaminhos
1795-04-01	Apostila de 300\$000 réis de tença efectiva cada ano de que fez mercê a Rainha D. Maria //1ª, Nossa Senhora,ao Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara verificando-se assim a vida que nesta tença lhe foi concedida, os quais lhe mandou assentar no Almojarifado dos vinhos desta cidade. Passado em o 1º de Abril de 1795.		59	Gaveta dos Pergaminhos
1797-07-05	Carta da rainha D. Maria 1ª, Nossa Senhora, pela qual faz mercê ao Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara na comenda de S. Pedro de Babe, na Ordem de Cristo do Bispado de Miranda e é uma das da apresentação da Real Casa de Bragança. Dada em Lisboa em 5 de Julho de 1797.		60	Gaveta dos Pergaminhos
1797-07-05	Carta da rainha D. Maria 1ª, Nossa Senhora, pela qual faz mercê ao Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara da comenda de S. Pedro de Merlim, na Ordem de Cristo no Arcebispado de Braga em verificação da vida que lhe compete. Dada em Lisboa em 5 de Julho de 1797.		61	Gaveta dos Pergaminhos
1802-07-17	Carta da rainha D. Maria 1ª, Nossa Senhora, pela qual faz mercê ao Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara da comenda de S. João Baptista de Sinfães, no Bispado de Lamego na Ordem de Cristo, em verificação da vida que lhe compete. Dada em Lisboa em 17 de Julho de 1802		62	Gaveta dos Pergaminhos
1802-07-18	Carta do Príncipe regente Nosso Senhor, pelo qual faz mercê ao Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, da comenda de S. Tiago de Besteiros na Ordem de Cristo do bispado de Viseu em verificação da vida que lhe compete. Dada em Lisboa em 18 de Julho de 1802.			Gaveta dos Pergaminhos
1802-07-18	Carta do Príncipe regente Nosso Senhor, pelo qual faz mercê ao Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, da comenda de S. Salvador de Castelões na Ordem de Cristo, em verificação da vida que lhe compete. Dada em Lisboa em 18 de Julho de 1802.		64	Gaveta dos Pergaminhos

s.d.	Apostila de 12\$000 réis de tença cada ano de juro e herdade para sempre a condição de retro e preço de vinte ao milhar assentados no rendimento da Chancelaria mor da Corte e Reino com antiguidade do 1º de Janeiro de 1598 ao Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, como administrador do vículo a que ele pertence por falecimento de seu pai o Sr. D. Pedro da Câmara.//		65	Gaveta dos Pergaminhos
1802-03-10	Apostila de 500\$000 réis de tença efectiva cada ano em vida, pela qual o Príncipe regente Nosso Senhor há por bem fazer mercê ao Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara verificando-se assim a vida que nesta tença lhe foi concedida por falecimento de sua Mãe a Sra. D. Mariana de Meneses, os quais lhe assentaram na Alfândega do Porto, com antiguidade de 26 de Setembro de 1787 e vencimento de 10 de Agosto de 1797. Lisboa 10 de Março de 1802.		66	Gaveta dos Pergaminhos
1802-12-06	Carta do Príncipe regente Nosso Senhor, pelo qual faz mercê ao Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, da propriedade do ofício de seu Porteiro Mor, para o lograr em duas vidas. Dada no Palácio de Queluz em 6 de Dezembro de 1802. A Portaria que precedeu a esta carta acha-se no maço das Mercês da Coroa, nº 107.		67	Gaveta dos Pergaminhos
1804-05-19	Carta do Príncipe regente Nosso Senhor, pelo qual faz mercê ao Sr. D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, de um lugar de deputado na Junta dos Três Estados. Dada em Lisboa em 19 de Maio de 1804.		68	Gaveta dos Pergaminhos
1804-05-30	Carta do Príncipe regente Nosso Senhor, pelo qual faz mercê ao Sr. Porteiro Mor, D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, do título do seu Conselho. Dada no Palácio de Queluz em 30 de Maio de 1804.		69	Gaveta dos Pergaminhos
1804-06-18	Carta de privilégios de desembargador de que fez mercê o príncipe regente D. João Nosso Senhor, ao Sr. Porteiro mor, D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, os quais lhe competiam pelo lugar de deputado da Junta dos Três Estados. Dada em Lisboa em 18 de Junho de 1804		70	Gaveta dos Pergaminhos
1805-05-18	Carta de privilégios de desembargador de que fez mercê o príncipe regente D. João Nosso Senhor, ao Sr. Porteiro mor, D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, do título de Conde de Belmonte. Dada no Palácio de Queluz em 18 de Maio de 1805.		71	Gaveta dos Pergaminhos
1805-06-11	Carta do Príncipe regente Nosso Senhor, pelo qual faz mercê ao Sr. Porteiro Mor, D. Vasco Manuel de Figueiredo Cabral da Câmara, de que tenha e haja de seu assentamento em cada um ano, 102\$858 réis assentados em um dos Almojarifados do Reino. Dada em Lisboa em 11 de Junho de 1805.		72	Gaveta dos Pergaminhos

ANEXO N° 14

Apontamentos e advertencias do que he necessario ao Senhor Rodrigo Antonio de Figueyredo fazer e por corrente sobre os particulares de sua caza e fazendas.

(ACBL cx.20, n°6 (4°))

fl.1

“Apontamentos e advertencias do que he necessario ao Senhor Rodrigo Antonio de Figueyredo fazer e por corrente sobre os particulares de sua caza e fazendas.

[1ª] Primeiramente descobrir as escripturas de anexações que fez seu treçeiro Avou o Senhor Ruy de Figueyredo que mo-rreo em Africa aos morgados que possuía instituydos a saber o da Lobagueyra por seu Avou Paterno e outro por Brâz Affonso Pay de sua Avóo Paterna co-mo melhor consta da carta de inquirição que se extraydo dos autor do libelo que contra o sobre dito Senhor Ruy de Figueyredo oufereção seu Tio o senhor Duarte de Figueyredo. [Vide adição 30ª]

[2ª já se deu conta] Dar conta da Capela que os sobreditos instituydores do Morgado da Lobagueyra tem em S. Bento de Xabregas sastifazendoce os anos que se estiverem a dever cuja conta de dá no cartório do Escrivão João Domingues Pontes. [Devese dar conta do anno 1721 até o presente]

[3ª já se deu conta] E assim tambem dar conta da Capela que o outro Instituydor Brâz Affonso Correa deixou em S. Thome desta Cidade da qual se dá conta no cartorio do escrivão Manuel Correa dos Santos. [Devese dar conta do anno 1705 até o presente]

[4ª] E assim tambem especullar as fazendas per-tencentes às duas Capelas de 3 missas cada huma que se devem mandar dizer na Igreja de Otta na for-ma que na relação das obrigações se aponta [em cada huma]

[5ª] E assim tambem advertir se a fazenda em que a senhora D. Margarida de Menezes, segunda mulher do Senhor Ruy de Figueyredo pôs a pensão de 3 cantairos de Azeite para o Santissimo da Freguezia de Otta deve ser separarada de partilhas /

fl. 1v°.

[6^a] E assim mais se a fazenda que o Senhor Pedro de Figueyredo deyxou pençeonada com 3 cantaros de Azeite para N. Senhora das Neves de Monte Junto deve ser separada de partilhas como todas as mais dos morgados e capelas asima ditos

[7^a] E assim tambem advertir que com a quinta de Otta foreira e prazo de Odivellas se acha mistico hum prazo da Igreja de S. Estevão de Allenquer o qual será nessecario rensvarsse ou reconheçersse pois he emfhatiota como consta da relação das obrigações

[8^a já se fez emprazamento] E assim tambem fazersse renovação dos Prazos da quinta do Carregado foreiros as merçieiras de S. Es-tevão de Alenquer em que o Senhor Pedro de Figueyredo que Deos tem já não tinha vida.

[9^a no maço 14^o esta huma renovação antiga] E assim tambem fazersse renovação do Prazo da quinta de Monte de Loyos foreiro aos Padres de S. Do-mingos desta Cidade de que se não sabe a qualidade do Prazo nem se hâ nelle vida por senão achar escriptura alguma.

[10^a] E assim tambem fazersse reconhecimento do Prazo das terras do Valle foreiras a Comenda de Alpedris emphatitota de que não há escriptura nem reconhecimento

[11^a já se deu conta] E assim tambem dar conta da Capela de Catheri-na Viçente a qual se da no Cartorio do Escrivão João Domingues Pontes; [Devese dar conta do anno de 1720 < riscado: ilegível> *cerca que* < riscado: ilegível> dos annos com o presente.]

[12^a já se deu conta] E assim tambem dar conta da Capela que insti-tuyo < riscado: «Brâz» > Vasco Lourenço a qual se dê no car-torio do Escrivão Manoel Correa dos Santos.[Devese pagar as missas de 1706 *cerca*]

[13^a] E assim tambem procurar que fação reconhecimentos os foreiros que < riscado: ilegível > pessuem as cazas da Cotella-ria pertencentes desta Capela asima ditta / fl. 2

[14^a] E assim tambem vistos os papeis que se achão no maço 26 procurar que Sua Magestade faça merce ao Senhor Rodrigo Antonio de Figueyredo do Prazo do Mouchão que se acha soquestrado há huns poucos de annos sem se cultivar e su-posta a diligencia que o Senhor Pedro de Figueyredo que Deos tem fez, e os papeis que no dito maço se achão parassem praticavel descobrireçe e que o mais era ser por renda o moyo de sevada que se pagava que foro como se prezumia

[15^a] E assim mais fazer renovação de Prazo da Ortta do Campo grande foreira ao Padres da Santissima Trindade desta Cidade em o qual o Senhor Pedro de Figueyredo que Deos tem ja não tinha vida como consta de huma certidão do seu Cartorio.

[16^a] E outtro sim fazer reconhecimento aos Padres de S. Viçente com a pitição que es-ta ja feita da outra orta do mesmo campo grande que lhe he foreira [ja se fez]

[ja se fez] E a < riscado: ilegível > sim mais fazer reconhecimento a Camara desta Cidade do Prazo emphatiota do Campo grande o qual he o ascen-to das treze moradas de Cazas que esta junto as grandes [ja se fez]

[18^a] E assim mais por corrente com o Conde de Atalaya a compra do Senhor Pedro de Figueyredo que Deos tem lhe fez da ortta de D. Fradique vendosse primeiro os papeis que se achão no maço 12 cuja propriedade he foreira a Igreja de S. Thomé do Castello em parte

[19^a] E assim tambem por corrente a compra que o Senhor Pedro de Figueyredo que Deos tem fez aos /

fl. 2^{vº}

Aos Irmaôs do Santissimo de S. Tiago de duas moradas de cazas foreiras a S. Bartolomeu e ao Hospital Real como consta dos titulos que se achão no maço 11.

[20^a] E assim mais fazer novo emprazamento de outras duas moradas de Cazas que partem com as asima dittas que o Senhor Pedro de Figueyredo que Deos tem arematou nos contos as quais são foreiras ao Padres de S. Tiago desta Cidade.

[21^a Anda] E assi mais continuar em a cau-za que corre sobre as Cazas de Castello picão de que he escrivão João Domingues Pontes para cuja defeza se achão docu-mentos no maço 13.

[22] E assim mais fazersse diligencia por se descobrir huma cauza do Senhor Ruy de Figueyredo que Deos tem trazia no anno de 1652 pouco mais ou menos sobre a quinta das quatro [23^a] portas que he do morgado de Brâz Affonso correa contra Valentim Lobo de que era escrivão Antonio Carvalho cuja noticia se não hacha mais extença; e no maço 3 se acha huma memoria e mais alguns < riscado: ilegível > papeis alem do testamento donde sobre este particular se acharão mais largas noticias alem das que poderão surtir da deligencia que se hade fazer na torre do tombo. [Estes autos poderá ser se achem no cartorio de Joao Rodriguez Esteves aonde se esperão achar os autos sobre a Quinta de Alcantara]

[24^a] E assim mais descobrir outra demanda que no dito anno de 1652 trazia o Senhor Ruy de Figueyredo sobre as cazas e quintais junto a S. Thome que são do /

fl. 3

são do dito Morgado de Brâz Affonso as quais hoje pessue o porteiro mor de que era Escrivão João Baptista Ramos.

[25^a] E assim tambem descobrir outra cau-za que o sobredito Senhor Ruy de Figueyredo no dito anno trazia sobre a quinta de Alcantara que he do Mor-gado da Lobagueyra que instituyo outro Senhor Ruy de Figueyredo contra Antonio da Fonceca de que era escrivão Antonio Carvalho e hoje dê notícia ser proprietario deste ofício João Rodrigues esteves e que na sua mão estarão os ditos autos.

[26^a esta no maço 9] E assim procurar o testamento da Senhora D. Maria Manuel de Vilhenna que esta em hum cartorio do Juizo Ecleziástico de que foi escrivão Diogo Lopes de Orão e comprir a Capela de trinta mil reis que essa Senhora deyxou na Igreja de S. Julião desta Cidade da qual se acha huá sentença apostollica de rdução no maço 19 porem não se descobrio notícia alguá de que judicialmente se tenha dado conta desta capela para a qual deyxou a mesma Senhora duas tenças. [Peca concinação *que Antonio Peixoto diz fizera o Senhor Pedro Figueyredo* ao Hospital Real dos rendimentos das cazas da rua d'Atalaia se pode saber quem he escrivão aonde se da esta conta e o *que* se deve.]

[27^a] E assim também comprir a Capela de trinta e quatro mil reis que o Senhor < riscado: «Pedro» > Ruy de Figueyredo deixou em N. Senhora da Lobagueyra da qual sponho senão deo tambem conta judicialmente

[28^a] E assim mais procurar no cartorio do escrivão dos rezidoos os Autos da conta do testamento da Senhora D. Marianna Coutinho para se saber as fazendas que della ficarão e as mais que o Senhor Pedro de Figueyredo [Estes autos he necessario <ilegível> a Antonio da Costa *para* determinar se se hade tirar < danificado > do vinculo.]

fl. 3v^o

Figueyredo requireo se vincullcem ao seu Morgado pella verba do testamento da dita Senhora [fazendas em Otta]

[29^a] E assim mais fazer se escriptura da compra das cazas que o Senhor Pedro de Figueyredo fez na Lobagueira ao Padre Domingos Fernandez

[30^a] He necessario procuraremse nas notas do tabalião Jacome de Carvalho que no anno de 1561 servia < riscado: ilegível > a tabaliam da Caza do Senhor Ruy de Figueyredo humas escrituras de annexação de fazenda ao morgado de Braz Af-fonso Correa que fez o dito Senhor Ruy de Figueyredo antes do anno de 1570: Estas mesmas notas se prezume ter sido tabelião Francisco Martins Pinteiro por escrituras feitas no anno de 1553.

[31^a ja se tirou o testamento] He nescesario procurar no cartorio de João Domingues Pontes se se achão os autos da conta da capela que instituhio em S. Julião Dona Maria Manuel de Vilhena e tirarsse hum tresllado do seu testamento e darse conta da dita capela [Este testamento está na mão de Jozeph de Oliveira em caza do Bispo de ???]

[he escuzado ja 32^a he escuzado já (sic)] He nescesario procurarsse aonde costumava assistir D. Pedro de Lima e ver se pode descobrir o seu testamento

E assim tambem procurar-se em Beja o testamento de Estevão Brandão de Lima neto de huma filha do dito D. Pedro de Lima asima dito /

fl. 4

[33] He nessecario procurar quem possue o cazal de Piras no termo de Cascais; e huma quinta forra nos Oli-vaes termo desta Cidade de Lisboa: as quaes duas pro-priedades sam da Capella de Vasco Lourenço como cons-ta da sua instituição e se achão alienadas ou alheadas. Advirtasse porem que Izabel Lourenço mulher de Vasco Lourenço removeu pela sua parte a instituição que tinha feito com seu marido e assim poderia tomar a sua parte o dito cazal e quinta que se achão alienadas.

O que tudo melhor se vera dos autos que corerrão entre o promotor das capelas contra Pedro Dias e Mouzinho escrivão Serafim Correya.

[34] He nessecario procurar-se em caza de João Domingues Pontes a Instituyção da Capela da Senhora Dona Helenna de Souza ou da Senhora Dona Helenna de Tavora cuja instituyção se fez no anno de 1592 e esta capela he na Trindade [Esta fez já a diligencia]

[35] He necessario procurar-se nas notas da Tabalião Thome Jose de Araujo huma escriptura de compra < do cazal de Alvarinho > que foi Manuel de Mendanha recolhido nos Padres Quintaes a viuva de Anto-nio Mouro; cujo escriptura se < riscado: ilegível > fez em Alfama have-rá couza de 30 até 35 annos. [Escuzado]

[36] He necessario procurar-se os autos da conta do testamento da Senhora Dona Izabel Coutinho Avó da Senhora Dona Marianna Coutinho. Instituhio capela em S. Bento de Xabregas aonde se sabera della melhor. [ja se tirou]

[37] He necessario veremse os titulos das fazendas que o Senhor Pedro / [fl. 4v] Pedro de Figueiredo comprou a Antonio Antunes cujos titulos se acharám nos maços dos papeis de Otta para se tratar de fazer reconhecimento como emphatiota de dous prazos como consta da certidão do Prioste de Santo Estevão de Alenquer

[38] Tambem he necessario veremse os titulos do Olival chamado Farragudo para se fazer em novo emprazamento

[39] He nescessario para se effectuar o vinculo do casal de Surgalego procurarse o testamento da Senhora Dona Izabel Coutinho mulher que foi do Doutor Bernardim Esteves que se ha de achar no inventario que se fez dos bens que ficarão por morte da dita Senhora que se fez no cartorio dos orphaós de que foi escrivão no anno de 1640 Antonio de Seixas em Lisboa sem embargo que esta Senhora morreu na sua quinta do termo de Alenquer

[40] He nescessario procurarse no Cartorio de Domingos de Souza Raphael Escrivão da Provedoria dos Reziduos e Captivos o feito da conta do testamento da Senhora Dona Marianna Coutinho que deu o Padre Joseph Vaz Cordeiro e ???? e tirar ???? testamento por çertidão que he nescessario para se por corrente o vinculo de Surgalego

fl. 5

Lembranca para o Senhor Pedro de Figueiredo que lhe podera ser mui util em algumas ocaziõins

O testamento de Antonio Fernandez de Elvas que foi cazado com a Senhora Dona Maria de Lima e Pay da Senhora Dona Marianna de Lima se acha no cartorio dos orphaós em Lisboa de que escrivam Vicente Fernandes de Abreu na Reparticão do meyo nos autos do inventario que se fez dos bens que ficaram por falecimento do dito Antonio Fernandes de Elvas o qual se fez e continuou com a dita sua mulher Senhora Dona Maria de Lima que morava aos Anjos tambem se ha de achar no cartorio dos orphaos da Reparticão de Santa Justa de que foi escrivão Bento Figueira

O testamento de D. Martinho da Ribeira que foi cazado com a Senhora Dona Marianna de Lima se acha no cartorio ante os Juizes do civil de que foi escrivam Sebastião Vicente de Padilha nos autos de Inventario que fez a dita D. Marianna de Lima dos bens que ficarão por morte do dito seu marido D. Martinha da Ribeira

O Testamento da Senhora Dona Marianna Coutinho sobrinha de D. Izabel Coutinho pello qual consta deixar ao Senhor Ruy de Figueiredo o casal de Monte Redondo com huma pensão que se deve supor Re..?? no qual deixou por Administrador do seu morgado a seu filho Andre de Figueiredo e em falta deste e de sucesão sua a hum seu criado Thome Rodrigues /

fl. 5vº

em sua vida somente e deste passaria a dita administração na forma que se conthem nelle aos Padres de S. Bento de Xabregas em o cartorio delles sem duvida se achara o dito testamento

Inventario que D. Maria de Lima mulher de D. Antonio de Noronha fez dos bens do morgado de D. Marianna de Lima sua filha e de seu primeiro marido Antonio Fernandez de Elvas e contas que deu da dita Tutoria da dita sua filha que se acabarão com o dito Antonio de Noronha se acha no cartorio dos orphaos da Repartição de Santa Justa de que foi proprietario Manoel Jorge de Oliveira

Inventario que se fez da fazenda que ficou por morte de Francisco Vas de Sampaio e se continuou com sua mulher D. Marianna Coutinho Pays de Andre de Figueiredo se ha de achar no cartorio dos orphaos em que era proprietario no anno de 1671 Manoel Gomes da Silva

O testamento de D. Maria de Lima viuva 1ª vez de D. Antonio < riscado: ilegível > Fernandez de Elvas e 2ª vez de D. Antonio de Noronha se ha de achar no cartorio dos oprhaós de que foi proprietario Viçente Fernandez de Abreu nos autos de inventario dos bens que ficaram por falecimento da dita defunta que se /

fl. 6 (...) com o Senhor Ruy de Figueiredo declaração e depois com D. Catherinna de Souza e D. Maria de Noronha

A Capela de Ignes Lopes de que foi administrador Andre de Figueiredo Coutinho esta sita na Igreja do Salvador em Lisboa

Inventario que se fez dos bens que ficarão por morte da Senhora Dona Izabel Coutinho mulher que foi do Doutor Bernadim Esteves se acha no cartorio dos oprhaós de que foi escrivão no anno de 1640 Antonio de Seixas em Lisboa sem embargo que esta senhora morreu na sua quinta do termo de Alenquer

< riscado: no anno de 1665 em 19 de 9bro >

No anno de 1665 em 19 de Novembro fez doação a Senhora D. Marianna de Lima e seu marido Andre de Figueiredo de hum morgado por huma escriptura nas notas de Antonio Nunes Caneves: a qual se acha no cartorio dos reziduos do escrivão Custodio Monteiro de Andrade nos autos de petição de Francisco Pereira como testamenteiro dativo do defunto graça Rodrigues de Tavora sobre o contehudo nello contra D. Marianna de Lima viuva de D. Martinho da Ribeira a qual doação fezerão os ditos a seu primo Henrique de Figueiredo de Souza filho 2º de seu Tio Ruy de Figueiredo o qual morgado tinha instituido Antonio Fernandez de Elvas Pay da dita Senhora das duas partes

de sua terça e legitima da dita sua filha primeira chamada e que não tendo filhos o poderia nomear em quem quizesse fizerao a dita / [fl. 6v] Doação com Reserva e fruto? em vida de ambos a que deu fiança o dito Senhor Ruy de Figueiredo na forma de hum Alvara que se lhe concedeo em 4 do dito mês como o qual se acha por trasllado junto dos ditos autos.

Aos quais se achão também juntas as verbas do testamento do dito instituidor pertencentes a dita instituição das quais a da escriptura consta serem os bens do morgado os seguintes
136: 360 reis de juro assentados no Almoxarifado da cidade de Elvas

Humas casas na portagem da cidade de Lisboa sobre as quais declara o instituidor que não podendo metersse em morgado por terem hum çenso de 320 as freiras de odivellas se rendão o preço dellas se empregue em juro para o dito morgado

100:000 reis de juro assentados na caza do pescado da cidade de Lisboa

os mais bens que se achassem caberem as duas partes da terça do instituidor Antonio Fernandez de Elvas

Testamento da Senhora Dona Maria Loba Avo que foi de Duarte de Figueiredo feito na sua quinta de Monte Redondo em 18 de novembro de 1612 em que deixou por testamenteira sua filha a Senhora Dona Felipa Coutinha a quem deixou sua terça e tudo o mais com condição que a dita terça passará ao Senhor Duarte de Figueiredo e deste a sua irma se achara o dito testamento na notta de Thome Riscado tabaliam que foi em Lisboa /

fl. 7

Advertencias

He nescessario tirarse por certidão o testamento e codiçilho com todos os seos termos de aprovação e abertura com que falleceu o Senhor Jorge de Figueiredo em 28 de 8embro (sic) de 1645 que se achão os proprios no Juizo dos orphaós no Inventario que de seos bens foi fez seu filho o Senhor Ruy de Figueiredo em 1646 escrivão Manoel de Mendanha de Miranda cujo cartorio serve hoje Julião Ribeiro Coelho [a folio 73 ate 77 verso]

E outra certidão do pagamento feito a 3^a do dito defunto a folio 69 para se anexar ao morgado de Braz Affonso Correya

E outra certidão da Detriminação da mesma partilha que nos mesmo autos esta a folio 36 Francisco Nunes < ou Moniz > quinteiro tabeliam nesta corte na era de 1553 lancou nas suas nottas hum instrumento de dizistencia que fez o Senhor Ruy de Figueiredo que foi

para Affrica a sua irmão Jyeronimo de Alarcão de huma captiania no brazil como tudo consta do Padrão de 60 reis assentado no Almoxaridafo de Torres Vedras/

fl. 7vº

Pello testamento do Senhor Ruy de Figueiredo instituidor do morgado da Lobagueira consta que tinha hum prazo em Alcantara foreiro a S... o qual nomeou em seu filho Henrique primogenito o qual morreu solteiro

Pello testamento assima outrossim consta tambem que tinha huma quinta em Alcantara com seu pumar e olivais terras de pam rompidas e por romper a qual tomava tambem com outras fazendas e a annexava ao morgado que intituhio

Procuresse o inventario que se fez por morte do Instituidor que talvez se achara nos orphaós e delle se vera se a quinta não coube na 3ª e a levou algum dos co herdeiros

Cauza que sobre a mesma quinta troxe o Senhor Ruy de Figueiredo no anno de 1646 com Manoel da Fonseca

Por **huma carta de inquirição que se acha no maço 3º passada a requerimento do** Senhor Ruy de /

fl. 8

De Figueiredo que foi para Affrica sobre huma demanda que trazia com seu Tio o Senhor Duarte de Figueiredo consta que o dito Senhor Duarte de Figueiredo troxera muitas demandas com seu Irmão o Senhor Jorge de Figueiredo sobre a herança e partilhas de seu Pay; Consta mais que Braz Affonso Reçeebo em sua vida a mayor parte dos quinhentos mil reis que falla no seu testamento e instituição de morgado e so deixou de cobrar noventa e dous mil reis.

Diz mais o Senhor Ruy de Figueiredo nos seus artigos de contrariedade que elle em lugar dos 92:000 tinha junto ao morgado mais 400:000 em fazendas

Diz mais que seu Pay o Senhor Jorge de Figueiredo primeiro chamado e possuidor dos morgados de Braz Affonso e do que instituhio seu Pay o Senhor Ruy de Figueiredo na Lobagueira morrera sem testamento e sem fazenda patrimonial e com muitas dividas pello que não teve terça que ajuntar aos morgados

Diz mais que o olival de Chellas em que Braz Affonso falla no seu testamento e dizendo que era forro era foreira e por ser foreiro não podia /

fl. 8vº

ser metido em morgado e fora tirado por Justiça ao dito seu Pay

Diz mais que elle e seu Pay tinham gasto nas cazas do morgado do dito Bras Affonso mais de mil cruzados em bemfeitorias

[Senhor Duarte de Figueiredo era vivo em 1580] Diz mais que o Senhor Duarte de Figueiredo trouxera demandas com seu Irmão Jorge de Figueiredo e que era falso dizer que se perdera o feito em que contendera com elle sobre o morgado de Braz Affonso

Diz mais que nos ditos Autos estava jun < riscado: ilegível > ta huma escriptura de annexação de tres moradas de cazas em avallia de 80:000 reis

Diz mais que seu Pay e elle fizeram muitas bemfeitorias nas cazas do morgado e acrescentando tambem algumas de novo

Diz mais que elle tinha annexado ao morgado o cazal da Cruz da Lobagueira e outras propriedades no mesmo lugar

Diz mais que em otta tinha algumas fazendas annexadas ao morgado como constava de huma çertidão que estava junta aos autos e muito mais largamente se pode ver da carta de Inquiri

fl. 9 cam que esta no Maço 3º gª Lª

o testamento da Senhora Dona Maria Loba Avo que foi do Senhor Duarte de Figueiredo feito na sua quinta de Monta Redondo em 19 de novembro de 1612 deixou por testamenteira sua filha a Senhora Dona Fhelipa Coutinho a quem deixou tambem a sua terça e tudo o mais com condição que a dita terça passaria ao Senhor Duarte de Figueiredo e deste a sua irnam o qual testamento se acha nas notas do tabilião Thome Riscado que servia nesta corte como tudo se vio de hum tresllado que estava entre os papeis do Conde da Eriçeira

He nesçessario saberse quem he o escrivão da cauza que sobre o morgado de Antonio Fernandez de Elvas troxe o Senhor Henrique de Figueiredo com o Conde da Eriçeira Do Senhor Ruy de Figueiredo que foi para Africa adiante se diz a cauza por que não houve legitimas para seus filhos

fl. 9vº

He nesçessario procuraremsse no cartorio do Escrivao Pedro de Castro Correa escrivão da Provedoria dos Reziduos os autos da conta do testamento da Senhora Dona Marianna Coutinho e sabersse se nelles esta vincullado o cazal de Sur gallego < riscado: para com> resgate dos 300:000 que esta Senhora deixou para se annexarem ao morgado os quais herão da 3ª de sua Avo a Senhora Dona Izabel Coutinho e tirar certidão para se ajuntar ao Inventario para que delle se não faça partilha

He nesçessario aplicar o Senhor Guilherme Rubim que conclua a conta com João Sherman e com herdeiros de Francisco Nunes para se lançar na partilha o que a ella pertencer ou na receita ou em divida se a ouver

Do Senhor Ruy de Figueiredo que foi para Africa não tiverão seus filhos legitimas da primeira partilha porque poucos forão os bens para o dote, e arras de sua May a Senhora D. Catherina de Castro que casou segunda com Miguel Telles de Moura; e fazendose segunda partilha entre estes Senhores do cazal de S.

fl. 10

S. Bartholomeu avaliado em 220:000 em que foi incabeçado o Senhor Jorge de Figueiredo seu filho, coube a cada hum de seus irmaós 36:666 reis, e 4 seitis, com consta de huma certidaó, que Jorge Guterra Penalvo < escrivão dos orfãos de Lisboa > passou do inventario do Senhor Ruy de Figueiredo; que foi para Africa, que anda junta < seu Avô > ao inventario do Senhor Ruy de Figueiredo o velho, e instituidor, que está na villa de Alamquer escrivao < riscado: Pedro Vaz publi >

fl. 10vº

He nescessario procurar-se o testamento da Senhora Dona Marianna Coutinho May do Senhor Andre de Figueiredo que foi cazado com a Senhora Dona Marianna de Lima pello qual herdou o Senhor Ruy de Figueiredo da dita Senhora o Monte Redondo que esta junto a otta com todas as suas pertenças como consta das verbas do dito testamento que dizem o seguinte

Verba

Deixo por esmolla em cada hum anno a Madre Sor Angella Religioza capucha no Convento do Calvario da cidade de Evora sinco mil reis em sua vida somente por ser amiga de minha Irmam Sor Angela da Encarnação Religioza que foi no mesmo Convento e lhe peço muito tenha grande cuidado de me encomendar a minha alma a Deos nosso Senhor e por morte da dita Soror Angela deixo por esmolla ao dito Convento do Calvario de Evora seis mil reis em cada hum anno por ser Convento muito pobre e estes seis mil reis de esmolla ficarão firmes e seguros no meu cazal de monte Redondo de que logo farei menção

Outra verba

Ao Senhor Ruy de Figueiredo meu Primo deixo o meu cazal de Monte Redondo por haver sido de seus e meos Avos e estar junto de suas fazendas E isto com obrigação e encargo de dar de esmolla /

fl. 11

esmolla as Religiozas capuchas do Calvario de Evora 6:000 todos os annos em perpetuum que são os de que assima faço menção por serem Religiozas muito pobres e viverem de esmollas e sendo cazo que o cazal se venda ou por alguma maneira se trepasse em parte sera com a mesma obrigação da esmolla que se ha de dar as ditas Religiozas e que nista haja alguma duvida em esta esmolla senão cumprir meos administradores e testamenteiros poderão lançar mão do dito cazal e o poderão aforar a quem quizerem com a mesma obrigação da dita esmolla de seis mil reis fique firme e certa no dito cazal em quem for possuidor delle

Outra verba

Declaro que no tocante a verba atraz escripta que falla com o Senhor Ruy de Figueiredo meu Primo sobre lhe deixar o cazal de Monte Redondo com obrigação de dar em cada hum anno de esmolla seis mil reis as Religiozas capuchas do Calvario de Evora hey por bem de declarar a dita verba na forma seguinte que querendo o dito Senhor Ruy de Figueiredo meu Primo dezobrigar o dito Monte Redondo da dita obrigação de seis mil reis annual o podera fazer dando por ella as ditas capuchas de esmolla por huma ves çem mil reis os quais as ditas capuchas serão obrigadas aceitar

Este testamento foi aprovado no anno de 1670 em 4 de Junho pello tabalião Luis do Couto e aberto pello mesmo em o primeiro de Julho do mesmo anno creyo se achara lançado nas suas nottas /

fl. 11vº

por assim parecer de huma certidão em que se acha este testamento sem principio nem fim.

e forão seus testamenteiros seu filho Andre de Figueiredo e o Padre Manoel da Conceição Loyo e de sua terça fez morgado que nomeou no dito seu filho e em falta de sucessão suçedesse nelle hum seu criado Thome Rodriguez e por morte deste os Padres de S. Bento de Xabregas em cujo cartorio se achara tambem o dito testamento

e o sobredito taballião era do Passo dos tabaliains

Em 1569 fez o Senhor Ruy de Figueiredo < e a Senhora Dona Catherina de Castro > emprazamento de hum cazal da Lobagueira em huma vida somente a Pedro Affonso nas nottas de Pedro de goes tabeliam nesta Corte

Em os quatro dias de Abril de 1583 passou Antonio Vieyra Escrivam dos ophaós nesta Corte huma çertidão declarando nella que junto ao Inventario do Senhor Ruy de

Figueiredo que morreu em Africa estava junto o seu testamento e delle se acha na mesma
çertidão huma verba pedida a Requerimento da Senhora Dona Catherina de Castro /
fl. 12

Minuta de varias memorias que tinha Joseph Pereira de Azevedo e as entregou (...)

Procuraóse nos Juizos dos orphaós os inventarios que se fizerão a saber

Senhor < ilegível > de Figueiredo que foi cazado com a Senhora Dona < ilegível >

< várias palavras ilegíveis > Senhor Jorge de Figueiredo que foi cazado com a Senhora
Dona Catherina de Alarcaó

E de seu neto o Senhor Ruy de Figueiredo cazado com a Senhora Dona Catherina de
castro

< várias frases ilegíveis > Centim Lobo e ao despois < ilegível > com sua filha tutor sobre
huma quinta e mais pertenças della chamadas quatro portas com o pretexto de que estas
fazendas erão do Morgado procurasse este feito no dito cartorio < duas palavras ilegíveis
> 1626 ate 1656

Outra

Achandosse os feitos que se procutão por via de Marçellim em que se Pay havia feito
penhora a João Baptista escrivão que foi fo cartorio que hoje he proprietario João
Rodriguez Esteves procurar huma cauza que o Senhor Ruy de Figueiredo troxe contra
Antonio da Fonseca sobre huma quinta de Alcantara e assim tambem outra que o mesmo
Senhor troxe contra Valentim Lobo para a qual foi posta no anno de 1646 e correo
dahi em diante e no mesmo corria então outra contra Antonio da Fonseca /

fl. 12 vº

outra

Pede o Senhor Rodrigo Antonio de Figueiredo ao Senhor offiçal mayor da Torre do
Tombo o seguinte

Saber se achara registado na mesma Torre do Tombo huma provizão que se diz alcançara
para vender algumas fazendas o Senhor Ruy de Figueiredo que foi com El Rey D.
Sebastião para Affrica aonde se perdão todos a 4 de Agosto de 1578 a qual poderia ser
concedida e registada dous ou tres annos antes

Outra

Memoria de huma minuta que (...) da Torre do Tombo

Ruy de Figueiredo Alvara de 60 reis Livro 6º de Sebastiam folio 227

Outro semelhante Alvara Livro 8 folio 164

mesmo ... de escrivão da feitoria de canaros Livro 21 folio 54

o mesmo padrão de 58:400 de juro Livro 26 folio 220

outro padrão de 96 reis Livro 28 folio 199

Ruy de Figueiredo Correya Alvara de sobrogação Livro 48 folio 18

são as merces que se achão feitas pelo Senhor Rey D. Sebastião ao senhor Ruy de Figueiredo e não tem mais alguma outra

outra

Para se saber das fazendas foreiras do Pote de agua he nescessario saberse do Inventario de Francisco Gomes Pedreiro se pagou dellas laudemio

fls. 13 e 13vº em branco

fl. 14

Rol das demandas do Senhor Rodrigo Antonio de Figueiredo que deu gonçallo da Silva que Deos tem quando entrou por procurador Joseph Pereira de Azevedo

Huma cauza sobre liquidação Autor Antonio da Cunha e Reo o Senhor Rodrigo Antonio de Figueiredo escrivão guilherme Ribeiro Colaço

outra sobre apelaçam em que he o dito Senhor Autor e Reo Apellado o dito Antonio da Cunha ha de se hir a distribuição a Relaçam saber quem he escrivão para se preparar com as assignaturas

(...)

outra na Aposentadoria que pende sobre embargo Autor o dito Senhor escrivão Antonio da Costa Pereira

outra Autor Thome guerreiro camacho e Reo o dito Senhor escrivão João Velho

outra Autor o dito senhor e Reo Manoel Francisco < ilegível > Escrivão Joseph Alexandre da Cunha

outra o dito Senhor Reo hum sarralheiro escrivão o mesmo

Duas sentenças para justificar a abzençia do **Alfaiate** escrivão de huma Manoel Lobo de vargas de outra Joseph Alexandre

Mandado de penhora **ao barbeiro** escrivão a quem tocar

outra da conta do testamento do senhor Henrique de Figueiredo escrivão Antonio Carvalho de Almada e agora seu filho

outra da conta do testamento do Senhor Pedro de Figueiredo escrivão a Santa Justa

outra entre partes o Senhor Pedro de Figueiredo e João Peixoto da Silva escrivão /

fl. 14vº

outra Autor Antonio Dias Pedroza e Reo o dito Senhor Escrivão Francisco Paullo de Aguaim”

[folha anexa]

“Testamento da Senhora Dona Izabel Coutinho achasse no cartorio de S. Bento dos Loyos no Livro 5 folio 172

Pertende o Senhor Rodrigo Antonio de Figueiredo saber em que cartorio acharão sobre dito testamento que he muy preçizo e se não pode discubrir porque não do sobre dito cartorio do mesmo se suprirá a falta do dito testamento para o que he nessecario saber se está lá o testamento todo”

ANEXO nº 15

Memoria das fazendas que pessuya o Sr. Pedro de Figueiredo que Deos tem, e de que se achava de posse até seu falecimento assim Livres como de Morgado qualidade dellas penssoens que pagão e Titollos, e papéis que se acharão a ellas pertencentes

ACBL, cx.20, n.º6 (2º).

fl.1

Memoria das fazendas que pessuya o Sr. Pedro de Figueiredo que Deos tem, e de que se achava de posse até seu falecimento assim Livres como de Morgado qualidade dellas penssoens que pagão e Titollos, e papéis que se acharão a ellas pertencentes.

Primeiramente as cazas sitas ao chão da feira que partem com o Recolhimento do Castello as quais com todo o seu assento queintais e torre do Muro, e serventias delle erdou o Sr. Jorge de Figueiredo Como suççor e primeiro nomeado no Morgado que fez Braz Affonço Correia, como consta do seu testamento e instituyção feito no ano de 1520 com a obrigação de 3250 réis que se pagão cada anno a [margem: Miças 3250] os Padres da Freguezia desta Cidade digo de S. Tomé, para sessenta e sinco miças de que se da conta no juízo das Capellas (escrivão Mannoel Correa dos Santos). E do mesmo Testamento consta serem as ditas cazas foreiras emphatiota para sempre as Armazem de El Rey em 30 réis.[“Foro 30”. <palavra riscada>]

O Titullo que se achou destas cazas he hum certidão do dito escrivão das

Fl. 1vº

Das capellas Manoel correa dos Santos com o Testamento do dito Braz Affonço passada em 24 de Março de 1716.

[# acrescentado]

e assim também se acharão varias escripturas de compras e Emprazamentos Sentenças Alvaras e outros papéis que se achão no maço 3º <palavra riscada>.

Do mesmo consta que todas as mais fazendas deste morgado que são bastantes se achão hoje alheadas sem embargo das condições do dito Testamento em contrario. [excepto estas cazas]

Achouçe huma memoria escrita pelo Senhor Pedro de Figueiredo que Deos tem que dis o seguinte.

[Quinta do Lagar das 4 portas paga de foro 12\$000] A Quinta do Lagar das 4 portas de que se paga doze mil reis de foro he do Morgado que Instituyo Braz Affonço correa. Aforou a meu Avou para o que Com simulação pedio provisão a El Rey; E depois de Larga demanda que meu Pay teve com Gonçalo Roiz Angel e sua Mulher que tinha a quinta se sentençoiu contra meu Pay, deyxando lhe o direito reservado para lhe tirar as terras que estivessem fora do Prazo naquele sitio, e foi pelo que vi mal defendida a demanda porque Sendo meu Pay ja homem quando se fez o emprazamento não foi ouvido como devia ser

fl.2º

Ser por emmediato suceçor e na petiçam a El Rey e no Alvara que se passou se falou que era para aforar emphatiota o que he em prejuízo do dito Morgado e se diz na pitição que se fez ao Provedor das Capellas para se concluir o aforamento que a Liçença era para foro em fatiota e nem se falou a El Rey na Conta do Laudemio e o puserão em corentena devendo ser de décima para bem do Morgado com que he neceçário pedirmos isto com fundamentos. E por isto dey a Liçença ao Mestre Pedreiro Francisco Gomes com protesto; Estão muita parte dos papéis na mão do mesmo Mestre Pedreiro Francisco Gomez que agora fez a compra em Julho de 1692 e os principais estão no feito em que foi escrivão Diogo Mendes Lial e Maneul Monteiro da Silva no Offiço de João Alves da Costa que aSignou a sobre sentença nos agravos e appellaçoens siveis.

Desta quinta se acha hum tittollo em purgaminho com a cotta seguinte

Cotta

Escritura que fez de Doação e posse Bras Affonço Correa do Conçelho de El

fl 2vº

De El Rey pela qual manda que seu Neto Jorge Correa de Figueiredo tome logo posse de huma quinta e suas pertenças que tem junto do Lagar das 4 portas de que já fez Instituyção de Morgado e Capella com as Clauzullas na dita emsertas: E que por se achar o Instituydor doente de doença perlongada tome a dita posse como se elle morto fosse; A qual tomou em seus de setembro do anno de 1522 em cujo dia se havia celebrado esta escritura pelo Tabalião João Affonço Bocarra.

[Cazas e orta de D. Fradique Manoel]

Junto com as mesmas cazas asima ditas se achão hoje místicas as cazas e orta que forão de D. Fradique Manoel que vem a ser o pátio de Baxo aonde estão as estrabarias e Coxeyras e ainda algumas Cazas antigas o que tudo para melhor [à margem: Renda a horta com as cazas] acomodamento Comprou o Senhor Pedro de Figueiredo aos Condes de Atalaya no anno de 1684, e desta propriedade ; ou parte della se pagão a Igreja de

Santa Cruz do Castello 400 Réis de Foro cada anno [Foro a Santa Cruz do Castello 400 réis]

Achousse hum maço de escrituras antigas de compras de quinhões da mesma propriedade que fez D. Fradique Maneol a alguns seus parentes;

[Achousse huma escritura de aforamento de hum pedalo de chão entre as duas torres somente das ortas de D. Fradique que se aforou no anno de 1660 as recolhidas do Castello em hua galinha somente ou dois tostois]

Mas não se achou a escritura

fl.3º

[Notta] A escritura da Compra queo Senhor Pedro de Figueyredo fez poreu huma memoria sua que dis se achará nas notas do Tabalião Domingos da Silva que hoje he de Thome Freyre de Araujo.

Tãbem se não achou a escritura de emprazamento [Notta] do foro de Santa Cruz e se ygnora a qualidade do dito foro. [# “he emphatiotta”]

[Cazas por detrás de S. Tiago] Humas cazas que se seguem Logo aos quintais destas que ficão defronte do pasadiço chamado de D. João de Castro as quais o Senhor Pedro de Figueyredo Comprou no anno de 1715 a Luis Machado Celeiro não tem penção alguma nem foro como consta da Escritura, e outraz mais antigas que se acharão apenças a ellas; [Renda os sobrados andavao em 10\$000 hoje estão dadas por ??? as Logeas 4\$000]

Estas cazas estão arrendadas em (sic)

Outra morada de Cazas que o Senhor Pedro de Figueyredo Comprou no anno de 1717 ao Padre Manoel Thomaz filho do dito Celeiro que partem com as asima ditas, não tem pensão nem foro como consta da escritura e casta de Partilhas do mesmo nella emCluza; es [sic] [Renda Sobrados e Logeas 19\$200] ´

Esta Cazas andão arrendadas em (sic)

fl.3vº

Mais duas moradas de cazas que o Senhor Pedro de Figueyredo comprou [à margem: Renda huas 14\$500 outras 26\$000] no anno de 1714 aos Irmãos do Santissimo de S. Tiago desta cidade que partm com as aSima ditas ; das quais humas são de prazo em vidas foreiras a Igreja de S. Bertholameu desta Cidade em 240 reis, e outras prazo emphatiotta foreiro aospital Real de todos os Santos em 66 reis e hum capão[a S. Bartolomeu Foro 240 ; ao hospital em 66 reis e hum capão]

A escritura de Compra se achão apenças outras maz nenhuma de empraçamento
[inserida: “de S. Bertholomeu”] nem da ditta consta [“Notta”] se pedisse
Licença ao ssenhorios porem declarasse nella que os mesmo obrigavão a dita
Irmandade a quem Francisco Correa deyxou as ditas cazas a que as vendesse e
com efeito se pozerão na praça e o Senhor Pedro de Figueiredo Lançou nellas, e
se lhe arrematarão e como a depois se seguio entender a Irmandade que as Cazas
valião mais se ajustou o dito Senhor Pedro de Figueiredo em se mandarem
aValiar o que com efeito de fez e perssedeo a escritura com mayor preço.

Mais duas moradas de Cazas que partem com as asima ditas que o Senhor Pedro de
fl.4

[Renda humas 20\$000 outras 13\$000] De Figueyredo Comprou digo aRematou no anno
de 1711, por execução que nellas se fazia pelos contos a João da Gama Sallemas as quais
são prazo em vidas foreiras a Igreja de S. Tiago desta Cidade em 800 reis cada anno o
que consta somente por quitações dos ditos foros. [Foro a S. Tiago 800 reis]
Estas andam arrendadas em (sic)

[Notta] Achousse a carta de arrematação com o autto de posse porem nenhuma
escritura de empraçamento maz consta pedirsse Licença e conssederse Com
renovação digo com obrigaçãoo de renovação e nas quitações que os Priostes
tem passado dos foros sempre portestão em nome do direito senhorio;

Humas cazas na rua das Parreiras Prazo Phatuezim perpetuu do Cabbido da Seê em 400
reis e duas Galinhas. [Caza da Rua das Parreiras Renda 38\$000]
[Foro a Seê ... 400 reis e duas Galinhas]
Destas fes doação ao Senhor Ruy de Figueiredo a Sra. Dona Hyeronima Lobo em 28 de
Setembro de 1675 nas nottas de Jorge de Cardoso Sarayva e a retificou no annod e 1678
nas nottas de Manuel Machado.

Estas Cazas andão arrendadas em (sic)

fl.4vº

Achou sse a Escritura de Doação e a de retificação e hum reconhecimento que
o Senhor Pedro de Figueiredo fez ao Cabbido no anno de 1720.

[Cazas da Rua da Atalaya Renda 58\$000] Humas cazas na rua da Atalaya Prazo
phatuezim porpetuu do Cabbido da Seê Orienta, em 415 duas Galinhas e hum Frango.
[Foro ao cabbido da Seê oriental em 415 reis duas Galinhas e hum frango]
Estas cazas deixou a Senhora D. Marianna de Lima como consta de hua verba do seu
Testamento ao Senhor Jorge de Figueyredo Irmão mais velho do dito Senhor Pedro de
Figueiredo.

Estas cazas andam arrendadas em (sic)

[no maço 20 se acha”<riscado>No maço 9 se acha a verba do testamento de Valentina Calvo que declara o mesmo que o Senhor Pedro de Figueiredo que Deos tem dezia como della se pode ver] Temos o Testamento a da dita senhora e o do Senhor Ruy de Figueyredo e huma escritura em que o mesmo senhor nomeou todos os Prazos em o Senhor Pedro de Figueiredo depois de fallecido o Senhor Jorge de Figueiredo seu Irmão mais Velho. Também se achou hum reconhecimento feito ao Cabbido pelo Senhor Pedro de Figueiredo no anno de 1720.

[Cazas do Castelo picão Renda 88\$200] Humas cazas em Castelo picão qe são trez moradas destas fez Doação

fl. 5

Doação ao Senhor Ruy de Figueiredo (como dela consta e da posse que tomou) a Senhora Dona Heronima Lobo; Não se sabe que estas cazas tenham penção ou foro algum; Sendo que me Lembro fazersse pelo juízo das Cappellas nos alugueis dellas penhoras para comprimento de huma Capella na Trindade de Valentina Ou Catherina <riscado> de Calvo sobre o que houve demanda com o Senhor Pedro de Figueiredo no cartório de que tinha sido escrivão Jorge da Costa de Lemos e o Senhor Pedro de Figueiredo se defendia dizendo: não erão as suas cazas obrigadas a tal penção Maz outras que se achavão pardieyros e tinhao sido de huma Freira que tinha dado por vezes contas; e que os mesmos frades da Trindade depois desta tinhao pessuydo as tais cazas e constava pella Instituyção que as obrigadas era huma moradinha sô pequenas e tinhao huma grade de ferro, e as suas não havia noticia a tivessem de ferro nunca; E o que dahi porssedeo não sey

Cappela de Vasco Lourenço em S. Nicolão

Várias moradas de Cazas na cotelaria por detraz de S. Nicolão Prazos em vidas que pessuem varias pessoas, e consta cpor memoria do senhor Pedro de Figueyredo serem seis moradas todas pertencentes a Capella e Morgado que Instituyo Vasco Lourenço em S. Nicolão em hua Capella de S. Lourenço de que o dito senhor Pedro de Figueyredo era administrador a qual tem

Fl5ºvº

Tem duas Mercieyras que vivem nas mesmas cazas e se paga a cada huma 1200 cada anno e 8 miças por 500 reis [Mercieiras 2400 reis Miças 8 500 reis]

[Foro 7\$500] Consta somente por papéis que se acharão que hoje se acha de posse de trez moradas hum Manuel Ferreira odreiro por compra que fez a D. Margarida de Andrade Castello Branco para a qual seu o Senhor Pedro de Figueiredo Licença porem athe aqui este não tem feito reconhecimento nem se sabe o que tem pago ou deve desde o anno de

1716 em que fez a compra e o foro são 7\$500 reis; [Foro 3\$776] Achou sse hum reconhecimento digo escritura de aforamento de Andre Roiz baynheiro de huma morada de czas da mesma Cappella do ano de 1691 de que paga em cada hum anno 3\$778 Achasse hum escrito de Miguel de Abreu e Freitas por cabeça de Sua Molher D. Micaella do Esperito Santo em o qual pede recibo para pagar das suas cazas foreiras em vidas ao senhor Pedro de Figueiredo [Esta he filha do dito Amdre Roiz bainheiro e he o foro assim (...)]

Fl. 6º

[<riscado>: Foro 3\$773] Ao senhor Pedro de Figueiredo em 3\$773 reis cada anno A instituyção deste morgado esta no cartório do escrivão Manoel Correa dos Santos.

[Juro na Portagem e caza dos cinco] A Senhora Dona Maria Manoel de Vilhena de quem o Senhor Rey de Figueyredo foi Erdeiro como elle declara em seu testamento lhe deixou 120\$000 de juros na Caza da portagem e na Caza dos Sincos para que sem mil reis deles ficassem obrigados a hum[a] missa Cotedianna na Capella de Nossa Senhora das Candeyas em São Jolião pella sua alma e de seu Marido pella qual se dariao 30\$000 cada anno e 4 cantaros de Azeite para a Lanpada da dita Senhora das Candeyas [Para huma missa Cotedianna 30\$000 e 4 cantaros de Azeite] e o que subejasse seria pea elle e os 20\$000 que lhe ficão Livres.

[escrito a lápis “Otta”]

Destes 20\$000 reis dispôs o senhor Pedro de Figueyredo digo o Senhor ruy de Figueyredo se lhe dissesse huma missa Cotedianna em Nossa Senhora da Encarnação da Loubagueyra pella sua alma e de suas Molheres a Senhora D. Maria de Noronha e a Senhora D. Margarida de Menezes e que além dos ditos 20\$000 se darião por esmola mais 14\$000 que se farião dos rendimentos do Casal do Monte Redondo.

fl. 6vº

Loubagueyra

[Renda Trigo 806 alqueires Sevada 491(?) alqueires Carneiros 9 Galinhas 111]
Hum Morgado na Loubagueyra que consta de treze cazais que Instituhyo o Senhor Ruy de Figueyredo e sua Molher avou do outro do mesmo nome de quem foy filho o senhor Pedro de Figueiredo; E no mesmo lugar da Loubagueira São Padroeuiros da Ermida de Nossa Senhora da Encarnação.

Não se achou a Instituyção deste Morgado nem titollo de fazenda alguma a elle pertencente so consta por quitaçõens ter a pensão de huns hábitos de capuchos e

sincoenta missas em São Bento de Xabregas porque se paga ao mesmo
Comvento três mil reis cada anno [são três hábitos]

Huma quinta em Otta que consta de Cazas pumar vinhass olivais terras de pão moinhos
e charnecas parte dela he prazo das freiras de oDivillas em vidas [Foro a Odivellas
12\$000 cada anno]

[Quinta De Otta] E foy a treçeira o senhor Pedro de Figueyredo de que se paga 12\$000
casa anno; com estas se achão místicas humas fazendas que ficarão da Senhora
Marianna Coutinho por deixar em seu Testamento se dessem ao Senhor Pedro de
Figueiredo 300\$000 que sua avó a Senhora Dona Izabel Coutinho na sua terla lhe
deixava para se aneixarem ao morgado do dito senhor e por Certo fundamento e para
pagamento da dita quantia tomou ao senhor Pedro

fl.7

O senhor Pedro de Figueyredo as ditas fazendas em Otta que ficarão da nesna senhora
D. Mariana Coutinho por acaliação que se fez como Consta de huma Certidão de Pedro
de Castro Correa escrivão dos Rezidoos, e com esse motivo comprou mais o senhor
Pedro de Figueyredo o casal de Suro Galego de que se ahca escritura com hua cotta o
dito senhor que dis que o mais que resta d que se anexou além dos 300\$000 que
emportou mais hua e outra fazenda o anneixar a elle pella obrigação que tinha ;e se fez
vincullo no juízo das Capellas

Desta quinta se achão vários Titollos a saber escrituras escriptos cartas de
compra, posses emprazamentos e hum feito pelas ditas freiras ao senhor Ruy de
Figueyredo no anno de 1648 e com a condissão que dentro em dous meses dará
parte o dito convento o novo pessuydor ; [<riscado> “Junto a mesma q”]

[Cazal do Monte redondo] Junto a mesma quinta esta hum casal a que chamão o monte
Redondo em o rendimento do qua situou o senhor Ruy de Figueyredo a penção que dis
no seu Testamento de 14\$000 para prefazer 34 \$000 para a missa cotedianna que
ordenou se he dissesse em Nossa Senhora da Encarnação da Loubagueyrs pella sua
alma e de suas molheres

[quinta da Vidigueyra]

Junto a mesma quinta está huma que com ella parte a que chamão a vidigueyra a qual
comprou o senhor Pedro de Figueyredo e he livre

fl.7vº

Livre sem foro algum como consta da escriptura de compra que se achou;

[Quinta da Bordalia. Renda hum moio de trigo e hum moyo e 30 alqueires de mistura e
hua dúzia de frangas] Nas vizinhanças da mesma quinta se acha outra a que chamão da
Ispissandeira da Bordalia a qual he huma das que se comtem na doação que fez a

Senhora Dona Heronima Lobo ao Senhor Ruy de Figueiredo como já se tem ditto; E tem de senço aos Padres de S. Pedro de Alenquer 3\$640 [aos padres de S. Pedro de Alenquer Senço 3\$640]

Como consta de huma Certidão de hum prioste da mesma igreja [<inserido entrelinhas> do anno de 1680] e a mesma Senhora declarou não ser Prazo e a obrigação he por huma verba do Testamento de D. Ayro Senhor que foy da dita fazenda;

Esta anda arrendada em (sic)

[Renda da Quinta Carregado trigo 4 Moyos Sevada 280 alqueires livre e hu barco de palha] Huma quinta em o Carrefado que consta de terras de Pam a qual he também das Doadas pela Senhora Dona Heronima Lobo e Prazo foreiro em vidas as Merçieiras da Rainha de Santo Estevão de Alenquer em dous moyos de trigo vinte alqueires de sevada e sinco mil reis em dinheiro.[Foro as Merçieiras de Santo Estevão de Alenquer dous moyos de trigo vinte alqueires de cervada e 5\$000]

Advirto porem que isto são dous Prazos e em ambos foi terceira vida o Senhor Pedro de Figueiredo como consta consta (sic) dos emprazamentos que se acharão feitos no anno de 1651.

[Renda Trigo 1861 alqueires Sevada 60 alqueires Livre] Outra quinta a que chamão Monte de Louyos perto do Carregado a qual he huma também das doadas pella Senhora Dona Heronima
fl .8º

Heronima lobo a qual he foreira aos Padres de São Domingos desta cidade em 10\$000 cada anno. [Foro aos Padres de S. Domingos 10\$000]

Não se sabe a qualidade do Prazo porque se não acha titullo.

[Renda Terras do Valle Sevada 2 moyos e hum barco de palha] Humas terras em o Valle Junto a Santarem que são dous cazais cuyiafazenda he huma também das Doadas pella Senhora Dona Heronima Lobo as quais terras são foreiras a Comenda de Alpedriz em 1\$090 reis. [foro a comenda de Alpedriz em 1\$090]

E andão arrendadas em (sic)

Não se sabe a qualidade do foro por se não achar escriptura algua de emprazamento.

[Renda Erdade de Lavra 30\$000 os montados livres e a metade do azeite] Huma Erdade em Lavra junto a Monte Mor o Novo a que chamão de S. Lourenço que consta de cazas terras montados e hum moinho o que tudo anda arrendado em

[Capella de Vasco Lourenço. Cazal de Janes em Cintra Trigo 30 alqueires Sevada 30 alqueires]

Hum cazar em Sintara que consta de cazas terras vinhas pumar e co=

fl.8vº

[#pertence esta propriedade a capela de vasco Lourenço em S. Nicolao]

E corrais o que tudo anda arrendado em

<o seguinte parágrafo encontra-se rasurado ao longo do fólio>

Estas duas fazendas são morgado que Instituyo segundo notiças João Brandão Soares e Catherina Vicente; eE achou se huma memoria porque consta que o dito João Brandão soares tem em S. Jolião desta cidade na Capella de Nossa Senhora das Candeyras huma Missa cantada no dia de Nossa Senhora e vesporas de defuntos e hum nocturno por catherina Vicente com oferta e pelos Santos hum missa Cantada o que tudo na forma da Instituyção feita a conta conforme a memoria dis são 850 reis; Não se achou a instituição mas sim autos de posse; esse dá conta no cartório do Escrivão João Domingues Pontes.

<fim do parágrafo rasurado>

[Lizirias renda 30 moyos de sevada e sacos de legumes de melancias 10 duzias 6 barcos de palha tudo livre de foro] HUmaz Lizirias na Praya junto a Salva terra Prazo foreiro a Sua Magestade por renovação feita no anno de 1639. Em que foi segunda vida o senhor Pedro de Figueyredo e com as mesmas lizirias se achão místicos huns corredouros de que também ao senhor Ruy de Figueyredo se fez mercê de em Prazar de que tudo se [a] chão vários titulos e requerimentos que perssederão e tudo anda aRendado em [foro 45 alqueires de trigo] .

fl.9

Hum Juro de 100\$000 de Torres Vedraz e Alenquer de que se andão pondo correntes os padroens e por isso não Se não declara quem fez os tais juros

[Mouchão] Humaz terras deFrente d azambuja que ficao dentro no tejo que as serca prazo tambem Real porem não se acha Titullo nem ao senhor Pedro de Figueyredo foi possível descobrillo maz Sempre pagou o Costumado foro ao Almojarife da dita vila da Zambuja.

Quinta Cazas e ortas do Campo grande

[Renda Cazas 96\$000 Orta 24\$000] Humaz cazas Nobres com huma ortta que a Senhora Dona Maria de Lima deixou ao Senhor Jorge de Figueyredo Irmão mais velho do Senhor Pedro de Figuyeredo como consta de huma verba do seu Testamento são

prazo foreiro em vidas a Seê Oriental em 1333 e Sinco galinhas esta fazenda anda arrendada em (sic) [Foro a Seê Oriental em 1333 e sinco galinhas]

fl.9vº

Digo achou çe o Testamento da Senhora D. Maria de Lima e o do Senhor Ruy de Figueyredo, e neste e em huma escriptura que também se achou feita depois da morte do senhor Jorge de Figueyredo todos os Prazos que tinha <palavra riscada> nomeou na melhor forma que podia em seu Filho o Senhor Pedro de Figueyredoo qual era terceira vida como consta de hum reconhecimento que se achou feito ao Cabbido no anno de 1719.

[renda cazas 156\$000] Treze moradas de cazas que a mesma Senhora D. Maria de Lima deixou na mesma forma que o asima dito. O assento destas cazas he foreiro em fatiota ao senado da Camara em 40 reis [Foro ao senado da câmara em 40 reis]

Destas constão os mesmos testamentos hum reconhecimento feito pelo dito senhor Pedro de Figueyredo a Camara no anno de 1720.

[renda Orttas 85\$000] Duas Ortas místicas que hoje se tem por huma Somente com Sinco cazas térreas duas vinhas e hum pedaço d olival que deixou a mesma Senhora D. Maria de Lima como o mais aSima dito tudo foreiro em vida ao Padres de S. Vicente de Fora desta cidade em 1200 e quatro Galinhas Como tudo consta por huma escriptura de Renovação. [Foro a S. Vicente de fora 1\$200 e 4 galinhas]

fl.10º

Renovação do Prazo que o Senhor Pedro de Figueiredo fez no anno de 1716

[Renda Orta 95\$000] Outra Ortta com sua vinha cazas e olival que deixou a mesma Senhora D. Maria de Lima com as assima ditas prazo foreiro em vidas aos Padres da Trindade desta Cidade em 15\$000 reis de foro Cada anno e foi a treçeira vida nelle o Senhor Ruy de Figueiredo e athe hoje se lhe não tem pedido renovação Esat Orta anda arrendada em (sic) [Foro aos Padres da Trindade em 15\$000]

Huns foros na Vila de Covilhaã e Mais Logares anexos a ella a que chamão Maninhos de que foi doNatario o Senhor Ruy de Figueiredo Seis pay e aVôs como consta por huma Carta de mercê passada em 1648 sobre que o senhor Pedro de Figueyredo fez huma justificação no anno de 1680 e como nunca tombou os tais foros e os lugares se foram exemindo de pagarem os foros sobre o que tem havido varias Contendas e com a diligência de se tombar hã muitos anos que se não cobra nada.

He o que se pode saber pelos papéis e memorias que se tem achado pela diligência

fl.10vº

Deligência que o Senhor Rodrigo António de Figueiredo tem mandado fazer.

[folha em branco]

fl.11

Inventario do Senhor Pedro de Figueiredo 1746

Importão os bens movens das Cazas do Castello em Lisboa desde fl.123 até fl.136

v^o3:459\$110

Importão os bens movens das Cazas da quinta do Campo grande desde a f. 138 até f.140

v^o91\$200

Importão as bemfeitorias feitas nas cazas da quinta do Campo grande que hé prazo em vidas desde f.141 té f.142.....522\$390

Importão os bens de rais em Lixboa desde f. 142 v^o té f.144v^o3:721\$450

Importa o dinheiro

Importão as Bestas e bois desde f.146 thé f.147v^o.....564\$000

Dinheiro que se cobrou dis frutos e dividas que se divião ao Cazal desde f.147v^o in

medio thé f.149 v^o3:429\$876

Importa a certidão do contraste de hu anel, Roscidêr Joias e prata f.150.....1:218\$290

Bordados (sic)

Colchas138\$000

Tapessaria754\$600

Prazo fatuozim no Campo grande de cazas1:300\$000

Bens de rais no lugar da Lobagueira termo de torres Vedras que emportão59\$000

Emportão os bens móveis e mais couzas abogoarias e gado etc^a em Otta.....1:103\$120

Notas de Transcrição:

(...) palavra de difícil leitura ou não transcrita.

(sic) erros, ausências ou repetições no próprio texto.

acrescentos anotações de mãos diferentes no texto.

< > indicações específicas sobre o texto transcrito (inserções, palavras riscadas, etc^a).

[] anotações marginais inseridas antes de cada descrição entre parêntesis rectos no caso de estarem à margem esquerda e depois da descrição do documento no caso de se encontrarem à margem direita.

Hu = hum; hus =huns .

Mantiveram-se as maiúsculas dentro da palavra.: ex: aRendimento.

Separação das palavras ou junção das mesmas : ex: d elvas .

Desenvolvimento das abreviaturas com as letras existentes nas mesmas: ex. Lixboa ou Crixpto

Desenvolvimento de abreviaturas utilizado excepto nos casos em que ainda são actuais: ex: Sr.; Sra.

Não foram utilizados os sinais de linha (/), página (//) fôlio(///) para uma melhor leitura.

Foram utilizadas as indicações de fl- (fólio) ou pág. (página) consoante consta no documento.